SIGPUB - Sistema Gerenciador de Publicações Legais

DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO
ESTADO DE PERNAMBUCO

AMUPE

Pernambuco , 05 de Dezembro de 2025 • Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco • ANO XVII | Nº 3986

ASSOCIAÇÃO MUNICIPALISTA DE PERNAMBUCO – AMUPE
DIRETORIA EXECUTIVA
BIÊNIO 2025/2027

PRESIDENTE:
Marcelo Fuchs Campos Gouveia – Paudalho

VICE-PRESIDENTE:
Pedro Ermirio de Almeida Freitas Filho - Aliança

1º SECRETÁRIO:
Elcione da Silva Ramos Pedrosa Barbosa - Igarassu
2º SECRETÁRIO:
Mirella Fernanda Bezerra de Almeida - Olinda
1º TESOUREIRO:
Ruben de Lima Barbosa - Panelas
2º TESOUREIRO:
Elioenai Dias Santos Filho - Cabrobó
SECRETÁRIA DA MULHER:
Márcia Conrado de Lorena e Sá Araújo - Serra Talhada
SUPLENTE DA SECRETÁRIA DA MULHER:
Juliana Barbosa da Silva Aguiar - Casinhas

CONSELHO FISCAL

TITULARES:
1º - Sérgio Procopio Colin da Silva Carvalho - Toritama
2º - Orlando Jorge Pereira de Andrade Lima - Limoeiro
3º - Rivaldo Alves de Souza Junior – Saloá

SUPLENTES:
1º - Ana Carolina Coelho Jordão – Ribeirão
2º - Maria Izalta Silva Lopes Gama – Ibirajuba
3º - Maria Zeneide Medeiros da Costa – Cumaru

O Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DE PERNAMBUCO
CONSÓRCIO DE MUNICÍPIOS DO AGRESTE E MATA SUL - COMAGSUL

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
TERMO PÚBLICO DE DOAÇÃO MODAL N° 001/2025

TERMO PÚBLICO DE DOAÇÃO MODAL
N° 001/2025

O Consórcio De Municípios do Agreste e Mata Sul do Estado de Pernambuco - COMAGSUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.° 07.753.868/0001-01, Associação Pública de natureza jurídica sob a forma de Autarquia Interfederativa, instituída consoante: disposições da Lei Federal n.° 11.107 de 06 de abril de 2005, com regulamentação conferida pelo Decreto Federal n.° 6.107 de 17 de janeiro de 2007, sediada na Rua 11 de Setembro, 120, BR-104 - Km 87, Agrestina, Estado de Pernambuco, CEP 55.495-000, neste ato representada por seu Presidente, Senhor **Josué Mendes Da Silva**, brasileiro, casado, Servidor Público, Prefeito do Município de Agrestina - PE, portador da Cédula de Identidade n. ° 1.845.201 SSP-PE, inscrito no CPF sob o n.° 212.112.054-87, residente na Rua João de Deus, n.° 136, Centro, Agrestina – PE, CEP 55.495-000 doravante denominado ENTREGADOR, pelo presente instrumento realiza a doação com encargo do bem descrito adiante ao Município Consorciado a seguir qualificado:

Município/Recebedor:
Ibirajuba – PE
CNPJ:
11.256.062/0001-85
Endereço:
Av. Ten. Xavier de Araújo, 100, Ibirajuba – PE, 55.390-000
Prefeito/a:
Maria Izalta Silva Lopes Gama
Identidade RG nº
3.178.441.SDS/PE
CPF nº
588.176.704-72
Endereço:
Travessa das Flores, 24, Centro, Ibirajuba-PE, CEP 55.390-000

CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Regime Jurídico
O presente instrumento tem por objeto a Entrega e Recebimento de Ambulância, formalizado sob o Regime Jurídico de Doação, com fundamento na Lei Federal nº 11.107/2005, Decreto Federal nº 6.017/2007 e na Resolução COMAGSUL n° 024 de 19 de dezembro de 2019, em seus artigos 3° caput, e 4º, inciso VI, aprovada na 18° Assembleia Geral de Prefeitos do Consórcio, que prevê delegação de funções nas áreas de Saúde, Meio Ambiente e Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Objeto
Constitui objeto da doação pelo COMAGSUL E RECEBIMENTO pelo Município Recebedor: 01 (UMA) AMBULÂNCIA TIPO A - AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO, no valor unitário de R$ 137.900,00 (cento e trinta e sete mil, novecentos reais), nova, do ano corrente, com no mínimo 01 ano de garantia sem limite de Km no motor, câmbio e elétrica, com motor bicombustível (Álcool/Gasolina) de no mínimo 84 CV (com gasolina), sistema de injeção eletrônica, cabine com ar-condicionado e capacidade para 02 pessoas, câmbio manual de no mínimo 5 marchas a frente e 1 a ré, rodas de aço no mínimo aro 14, direção hidráulica, vidro elétrico nas portas. Descritivo: Divisórias em PVC (plástico reforçado com fibra de vidro) com janela corrediça de comunicação, piso traseiro em PRFV (plástico reforçado com fibras de vidro), envolvendo todas as laterais da caçamba, janelas laterais direita/esquerda com vidros corrediços com película branca e três faixas lisas, exaustor de teto com cúpula de fibra de vidro com acionamento interno do compartimento do paciente, ventilador com interruptor independente, banco tipo baú para acomodação de duas pessoas com assento encosto, estofados em convim, contando com 02 cintos de segurança, maca removível retrátil com colchonete em espuma e ver e revestimento em convim automotivo, com no mínimo 1,80m, cinto de segurança e sistema de fixação, com emplacamento do veículo incluso. Estas são as especificações mínimas, facultando aos interessados o fornecimento do objeto com as especificações iguais ou superiores ao descrito. Ressalta-se ainda que o veículo atende aos normativos do Ministério da Saúde e legislação de segurança.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Finalidade
O veículo utilizado pelo Município recebedor destina-se a reforçar a estrutura de atendimento pré-hospitalar e de remoção de pacientes aprimorando a capacidade operacional dos serviços de saúde, garantindo transporte adequado, seguro e humanizado de pacientes, tanto em situações de urgência quanto em transferências programadas, observando-se as normas do Ministério da Saúde e demais regulamentos aplicáveis, visando atender às demandas crescentes da rede pública de saúde, bem como assegurar maior eficiência e

agilidade no socorro e deslocamento de pacientes, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

CLÁUSULA QUARTA - Da Conformidade e Atestamento

O COMAGSUL declara que, após assinatura, o Ente Recebedor detém total domínio do equipamento entregue, e esse atesta seu recebimento, e que, o equipamento recebido é novo, sem uso anterior, sem defeitos que possam inquiná-lo de inutilidade, bem recebido livre de quaisquer encargos adicionais.

CLÁUSULA QUINTA - Dos Efeitos Jurídicos

O presente Termo passa a produzir seus efeitos jurídicos a partir das suas respectivas assinaturas e consequente entrega do equipamento.

CLÁUSULA SEXTA - Permanência no Consórcio

O Município Donatário obriga-se a permanecer associado ao Consórcio de Municípios do Agreste e Mata Sul do Estado de Pernambuco – COMAGSUL, Consórcio Público Doador, pelo período mínimo de 05 (cinco) anos, contados da data de assinatura deste Termo, mantendo-se adimplente com suas obrigações legais, estatutárias e contratuais perante o Consórcio

SUBCLÁUSULA ÚNICA –

Caso o Município donatário solicite sua retirada voluntária do Consórcio Público COMAGSUL, seja excluído por descumprimento de obrigações, ou de qualquer forma deixe de integrar o quadro de entes consorciados antes do prazo mínimo estabelecido nesta cláusula, ficará obrigado a devolver imediatamente a ambulância objeto deste termo, a qual é entregue em doação, sem direito a qualquer indenização por benfeitorias, adaptações ou investimentos realizados.

CLÁUSULA SÉTIMA - Responsabilidades Relativas ao Veículo

Fica estabelecido que todas as despesas decorrentes do uso e manutenção legal do veículo, sendo assim, a transferência do veículo, licenciamento anual, seguros obrigatórios, manutenção preventiva e corretiva, combustível e eventuais multas de trânsito, serão de inteira responsabilidade do Município donatário, não cabendo ao Consórcio qualquer ônus presente ou futuro relacionado ao bem.

CLÁUSULA OITAVA - Do Foro

Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da presente avença, formalizada através do presente Termo de Doação Modal, fica definido o Foro da Comarca de Agrestina Estado de Pernambuco, sede do Consórcio Público COMAGSUL, por força de disposição Estatutária.

E por estarem assim justos e contratados, firmam as partes o presente Instrumento em três vias de igual teor e forma, para um só efeito, e se comprometem de boa-fé a cumprir o avençado no presente Termo, bem como em suas repercussões derivadas do seu Regime Jurídico, juntamente com os membros do Grupo Gestor do COMAGSUL eleitos em Assembleia Geral, os quais também o assinam na condição de testemunhas.

Sede do COMAGSUL em Agrestina – PE, 03 de dezembro de 2025.

MARIA IZALTA SILVA LOPES GAMA
Prefeita de Ibirajuba
Recebedor

BEL. JOSUÉ MENDES DA SILVA
Presidente do COMAGSUL
Prefeito de Agrestina
Entregador

Grupo Gestor do COMAGSUL:

BEL. LUZIENE FERRAZ
Coordenadora Financeira

BEL. JOSÉ SAVIO DE OMENA
Coordenador Administrativo

BEL. BARTOLOMEU MENDONÇA
Coordenador de Programas

BEL. BETÂNIA RIBEIRO COSTA
Coordenador Institucional

Visto e Aprovação Jurídica:

BEL. MARCELO ANTONIO DA SILVA
Procurador Autárquico

Publicado por:
Hildeberto Rodrigues Da
Código Identificador:94C81414

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
TERMO PÚBLICO DE DOAÇÃO MODAL N° 002/2025

TERMO PÚBLICO DE DOAÇÃO MODAL
N° 002/2025

O Consórcio De Municípios do Agreste e Mata Sul do Estado de Pernambuco - COMAGSUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.° 07.753.868/0001-01, Associação Pública de natureza jurídica sob a forma de Autarquia Interfederativa, instituída consoante: disposições da Lei Federal n.° 11.107 de 06 de abril de 2005, com regulamentação conferida pelo Decreto Federal n.° 6.107 de 17 de janeiro de 2007, sediada na Rua 11 de Setembro, 120, BR-104 - Km 87, Agrestina, Estado de Pernambuco, CEP 55.495-000, neste ato representada por seu Presidente, Senhor **Josué Mendes Da Silva**, brasileiro, casado, Servidor Público, Prefeito do Município de Agrestina - PE, portador da Cédula de Identidade n. ° 1.845.201 SSP-PE, inscrito no CPF sob o n.° 212.112.054-87, residente na Rua João de Deus, n.° 136, Centro, Agrestina – PE, CEP 55.495-000 doravante denominado ENTREGADOR, pelo presente instrumento realiza a doação com encargo do bem descrito adiante ao Município Consorciado a seguir qualificado:

Município/Recebedor:
São Benedito do Sul – PE
CNPJ:
10.145.803/0001-98
Endereço:
R. Dr. José Mariano, 218, Centro, São Benedito – PE, 55.410-000
Prefeito/a:
José Rinaldo de Figueredo Lopes
Identidade RG nº
3.820.116 SDS/PE
CPF nº
743.538.374-00
Endereço:
Rua Júlio Sabino, nº 01, Bairro Cidade Baixa, São Benedito do Sul-PE, CEP 55.410-000

CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Regime Jurídico

O presente instrumento tem por objeto a Entrega e Recebimento de Ambulância, formalizado sob o Regime Jurídico de Doação, com fundamento na Lei Federal nº 11.107/2005, Decreto Federal nº 6.017/2007 e na Resolução COMAGSUL n° 024 de 19 de dezembro de 2019, em seus artigos 3° caput, e 4º, inciso VI, aprovada na 18° Assembleia Geral de Prefeitos do Consórcio, que prevê delegação de funções nas áreas de Saúde, Meio Ambiente e Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Objeto

Constitui objeto da doação pelo COMAGSUL E RECEBIMENTO pelo Município Recebedor: 01 (UMA) AMBULÂNCIA TIPO A - AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO, no valor unitário de R$ 137.900,00 (cento e trinta e sete mil, novecentos reais), nova, do ano corrente, com no mínimo 01 ano de garantia sem limite de Km no motor, câmbio e elétrica, com motor bicombustível (Álcool/Gasolina) de no mínimo 84 CV (com gasolina), sistema de injeção eletrônica, cabine com ar-condicionado e capacidade para 02 pessoas, câmbio manual de no mínimo 5 marchas a frente e 1 a ré, rodas de aço no mínimo aro 14, direção hidráulica, vidro elétrico nas portas. Descritivo: Divisórias em PVC (plástico reforçado com fibra de vidro) com janela corrediça de comunicação, piso traseiro em PRFV

(plástico reforçado com fibras de vidro), envolvendo todas as laterais da caçamba, janelas laterais direita/esquerda com vidros corrediços com película branca e três faixas lisas, exaustor de teto com cúpula de fibra de vidro com acionamento interno do compartimento do paciente, ventilador com interruptor independente, banco tipo baú para acomodação de duas pessoas com assento encosto, estofados em convim, contando com 02 cintos de segurança, maca removível retrátil com colchonete em espuma e ver e revestimento em convim automotivo, com no mínimo 1,80m, cinto de segurança e sistema de fixação, com emplacamento do veículo incluso. Estas são as especificações mínimas, facultando aos interessados o fornecimento do objeto com as especificações iguais ou superiores ao descrito. Ressalta-se ainda que o veículo atende aos normativos do Ministério da Saúde e legislação de segurança.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Finalidade
O veículo utilizado pelo Município recebedor destina-se a reforçar a estrutura de atendimento pré-hospitalar e de remoção de pacientes aprimorando a capacidade operacional dos serviços de saúde, garantindo transporte adequado, seguro e humanizado de pacientes, tanto em situações de urgência quanto em transferências programadas, observando-se as normas do Ministério da Saúde e demais regulamentos aplicáveis, visando atender às demandas crescentes da rede pública de saúde, bem como assegurar maior eficiência e agilidade no socorro e deslocamento de pacientes, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

CLÁUSULA QUARTA - Da Conformidade e Atestamento
O COMAGSUL declara que, após assinatura, o Ente Recebedor detém total domínio do equipamento entregue, e esse atesta seu recebimento, e que, o equipamento recebido é novo, sem uso anterior, sem defeitos que possam inquiná-lo de inutilidade, bem recebido livre de quaisquer encargos adicionais.

CLÁUSULA QUINTA - Dos Efeitos Jurídicos
O presente Termo passa a produzir seus efeitos jurídicos a partir das suas respectivas assinaturas e consequente entrega do equipamento.
CLÁUSULA SEXTA - Permanência no Consórcio
O Município Donatário obriga-se a permanecer associado ao Consórcio de Municípios do Agreste e Mata Sul do Estado de Pernambuco – COMAGSUL, Consórcio Público Doador, pelo período mínimo de 05 (cinco) anos, contados da data de assinatura deste Termo, mantendo-se adimplente com suas obrigações legais, estatutárias e contratuais perante o Consórcio

SUBCLÁUSULA ÚNICA –
Caso o Município donatário solicite sua retirada voluntária do Consórcio Público COMAGSUL, seja excluído por descumprimento de obrigações, ou de qualquer forma deixe de integrar o quadro de entes consorciados antes do prazo mínimo estabelecido nesta cláusula, ficará obrigado a devolver imediatamente a ambulância objeto deste termo, a qual é entregue em doação, sem direito a qualquer indenização por benfeitorias, adaptações ou investimentos realizados.

CLÁUSULA SÉTIMA - Responsabilidades Relativas ao Veículo
Fica estabelecido que todas as despesas decorrentes do uso e manutenção legal do veículo, sendo assim, a transferência do veículo, licenciamento anual, seguros obrigatórios, manutenção preventiva e corretiva, combustível e eventuais multas de trânsito, serão de inteira responsabilidade do Município donatário, não cabendo ao Consórcio qualquer ônus presente ou futuro relacionado ao bem.

CLÁUSULA OITAVA - Do Foro
Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da presente avença, formalizada através do presente Termo de Doação Modal, fica definido o Foro da Comarca de Agrestina Estado de Pernambuco, sede do Consórcio Público COMAGSUL, por força de disposição Estatutária.

E por estarem assim justos e contratados, firmam as partes o presente Instrumento em três vias de igual teor e forma, para um só efeito, e se comprometem de boa-fé a cumprir o avençado no presente Termo, bem como em suas repercussões derivadas do seu Regime Jurídico, juntamente com os membros do Grupo Gestor do COMAGSUL eleitos em Assembleia Geral, os quais também o assinam na condição de testemunhas.

Sede do COMAGSUL em Agrestina – PE, 03 de dezembro de 2025.

JOSÉ RINALDO DE FIGUEREDO LOPES
Prefeito de São Benedito do Sul
Recebedor

BEL. JOSUÉ MENDES DA SILVA
Presidente do COMAGSUL
Prefeito de Agrestina
Entregador

Grupo Gestor do COMAGSUL:

BEL. LUZIENE FERRAZ
Coordenadora Financeira

BEL. JOSÉ SAVIO DE OMENA
Coordenador Administrativo

BEL. BARTOLOMEU MENDONÇA
Coordenador de Programas

BEL. BETÂNIA RIBEIRO COSTA
Coordenador Institucional

Visto e Aprovação Jurídica:

BEL. MARCELO ANTONIO DA SILVA
Procurador Autárquico

Publicado por:
Hildeberto Rodrigues Da
Código Identificador:445A0129

ESTADO DE PERNAMBUCO
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO SERTÃO DO ARARIPE PERNAMBUCANO - CISAPE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
DECISÃO RECURSAL

DECISÃO ADMINISTRATIVA – RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2025 – CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO OFICIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2025 – CISAPE
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2025 – CISAPE

I – RELATÓRIO
O Sr. **Gervasio Vasconcelos de Albuquerque** interpôs recurso administrativo contra o resultado do Credenciamento nº 001/2025, alegando que a candidata **Cristiane Barros da Mota Balbino** teria apresentado sua documentação **fora do prazo**, sustentando que o envio ocorreu às **00h11min**, com base no horário que aparece na publicação do Diário Oficial.
Requer, assim, a anulação da classificação da recorrida.
É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO
II.1. Da interpretação dos horários de publicação e envio
A publicação no Diário Oficial de fato registra o horário **00h00** como referência automática do sistema. A recorrida, ao verificar a publicação enviou em seguida a documentação, realmente consta como registrada às **00h11min**.
Contudo, essa circunstância **não é suficiente para caracterizar intempestividade**, pelos motivos expostos a seguir.
II.2. Do prazo estabelecido pelo edital
O Edital nº 001/2025 de fato dispõe que:
"A documentação deverá ser entregue a partir das 8h do dia 06/10/2025."
No entanto Importa destacar que a Recorrida atendeu os requisitos de habilitação/credenciamento. Portanto por ser anterior a data

preestabelecida no edital **não configura descumprimento do edital**, uma vez que o horario foi estabelecido como horario de expediente, mas tanto os que enviaram antes ou depois do horarário são de fato válidos e considerados para fim do credenciamento.

II.3. Da conduta identificada entre os participantes — envio antecipado antes mesmo da disponibilização do edital

A análise global da documentação revela que:

- Tanto o recorrente quanto a recorrida, além de outros interessados, enviaram documentação antes mesmo de terem acesso integral ao edital, baseando-se apenas na publicação do aviso no Diário Oficial.

Essa conduta:

• **não estava prevista no edital**,
• ocorreu de forma **generalizada e isonômica** entre os participantes,
• não trouxe qualquer prejuízo à competitividade nem ao procedimento,
• e decorreu da forma simplificada do credenciamento, em que os licitantes se anteciparam ao protocolo formal.

Assim, seria **contraditório e desproporcional** penalizar apenas uma participante, quando o próprio recorrente adotou exatamente a mesma prática.

II.4. Aplicação do princípio do formalismo moderado

O **art. 5º da Lei nº 14.133/2021** determina que o procedimento licitatório deve observar, além da legalidade e isonomia, o **formalismo moderado**, de forma a:

• evitar nulidades desnecessárias,
• impedir prejuízos ao interesse público,
• e assegurar que atos sem impacto substancial não comprometam o procedimento.

Neste caso:

• **Não houve violação substancial ao edital**,
• **Não houve má-fé por parte de qualquer participante**,
• **Não houve prejuízo à competitividade**,
• **Houve conduta simétrica entre os licitantes**, inclusive o recorrente.

Dessa forma, manter o credenciamento de todos se mostra a decisão mais coerente, equilibrada e juridicamente adequada.

III – DECISÃO

Diante de todo o exposto, **CONHEÇO** do recurso, por tempestivo, mas **NEGO-LHE PROVIMENTO**, mantendo o resultado do **Credenciamento de Leiloeiros Públicos – Edital nº 001/2025**, pelos seguintes fundamentos:

• O envio registrado às **00h11min** não caracteriza descumprimento do edital, que não estabeleceu horário limite;
• A publicação do Diário Oficial exibe horário automático, não servindo como prova de intempestividade;
• Tanto a recorrida quanto o recorrente, e outros participantes, enviaram documentos **antes mesmo de ter acesso ao edital**, prática não prevista, porém tratada isonomicamente;
• Não houve prejuízo ao certame nem afronta à isonomia;
• A aplicação do **formalismo moderado** recomenda a manutenção dos credenciamentos, evitando nulidades sem impacto real.

Publique-se.
Cientifiquem-se as partes.
Cumpram-se as formalidades de estilo.

Ouricuri/PE, 03 de dezembro de 2025.

VICENTE TEXEIRA SAMPAIO NETO
Consórcio Intermunicipal do Sertão do Araripe Pernambucano

Publicado por:
Marcelo Coelho Silva
Código Identificador:9202D799

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ABREU E LIMA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO-CPC

RESULTADO DA LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 010/2025 - PL N.º 088/2025. EMPRESA HABILITADA E VENCEDORA DOS LOTES 01 E 02: LC ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ Nº 38.240.209/0001-03, com proposta no valor global do **lote 01** de **R$ 14.109.811,75 e** com proposta no valor global do **lote 02** de **R$ 13.902.441,14,** totalizando o valor **R$ 27.773.750,33**, pelo critério de menor preço global. Ata da sessão pública disponível no Portal de Compras Abreu e Lima. Processo Adjudicado e Homologado nesta data 04/12/2025 pela autoridade competente. Outras informações através do e-mail: cplosepmal.licitacao@gmail.com ou pelo fone: (081) 2011-7781

Abreu e Lima, 04 de dezembro de 2025.

ALICE ODETTE ASSUMPÇÃO OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Alice Odette Assumpção Oliveira
Código Identificador:6C927733

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 231/2025

CONTRATO Nº 231/2025. Origem: Processo Administrativo de Adesão a Ata de Registro de Preços n° 010/2024 - SME, originada do Processo Administrativo n.º 021.2024.PE.011.EPC.SMEda Secretaria Executiva de Gestão Administrativa e Financeira da Educação do Município De Jaboatão dos Guararapes/PE, que transcorreu no PAD Nº 290/2025. **(PMAL)**. **Contratada**: CONSTRUTORA SBM LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 02.908.931/0001-18. **Objeto**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS ADEQUADOS E NECESSÁRIOS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DA PREFEITURA MUNICIPAL DO JABOATÃO DOS GUARARAPES, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Abreu e Lima/PE. **Fundamento Legal**: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis. **Valor**: R$ 809.377,55.

Abreu e Lima, 03 de dezembro de 2025.

JAQUELINE MOREIRA DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Raissa Brandão Burgos da Silva Serrão
Código Identificador:8E9A1B23

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 234/2025

CONTRATO Nº 234/2025. Origem: Processo Administrativo de Adesão a Ata de Registro de Preços n° 010/2024 - SME, originada do Processo Administrativo n.º 021.2024.PE.011.EPC.SMEda Secretaria Executiva de Gestão Administrativa e Financeira da Educação do Município De Jaboatão dos Guararapes/PE, que transcorreu no PAD Nº 290/2025. **(PMAL)**. **Contratada**: CONSTRUTORA SBM LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 02.908.931/0001-18. **Objeto**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE

MATERIAL, DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS ADEQUADOS E NECESSÁRIOS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DA PREFEITURA MUNICIPAL DO JABOATÃO DOS GUARARAPES, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Abreu e Lima/PE. **Fundamento Legal**: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis. **Valor**: R$ 547.712,89.

Abreu e Lima, 03 de dezembro de 2025.

JAQUELINE DA SILVA MOREIRA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Raissa Brandão Burgos da Silva Serrão
Código Identificador:07079785

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PRORROGAÇÃO DE CONTRATO Nº 228/2025

EXTRATO DE CONTRATO 228/2025
PRORROGAÇÃO DE CONTRATO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025. **CONTRATO Nº 228/2025 Objeto:** A presente licitação tem como objeto a formação de Registro de eventual aquisição de kits escolares, com o objetivo de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Abreu e Lima/PE, por LOTE, pelo Período de 12 meses, para suprir a demanda da rede de ensino municipal. A aquisição será realizada conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (anexo I) deste edital. **Contratada: NORTE DO BRASIL REPRESENTAÇÕES E DISTRIBUIÇÃO LTDA,** inscrita no CNPJ: 58.078.200/0001-47**, Valor global dos Lotes: R$ 1.882.660,40** (Um milhão, oitocentos e oitenta e dois mil, seiscentos e sessenta reais e quarenta centavos). **Vigência**: 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

Abreu e Lima, 04 de dezembro de 2025.

JAQUELINE MOREIRA DA SILVA
Secretária de Educação

Publicado por:
Aryelli Patricia Dos Santos
Código Identificador:8E060E36

SECRETARIA DE OBRAS E DEFESA CIVIL
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA ADESÃO - PAD Nº 091/2025

RATIFICO o procedimento de **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2024 - SME, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021.2024.PE.011.EPC.SME, CUJO O GERENCIADOR É A SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE E CUJO OBJETO É A "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS ADEQUADOS NECESSÁRIOS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOATÃO DO GUARARAPES, TUDO CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO DO EDITAL DO PREGÃO Nº 011/2024, LOTE 1"**, objetivando atender as necessidades das Secretarias de Educação, Saúde e Obras e Defesa Civil do Município de Abreu e Lima/PE, que transcorreu por meio do **PAD nº 291/2025** no valor total de R$2.331.436,74 (dois milhões, trezentos e trinta e um mil, quatrocentos e trinta e seis reais e setenta e quatro centavos), e autorizo a contratação da empresa **CONSTRUTORA SBM LTDA** (CNPJ nº 02.908.931/0001-18).

Abreu e Lima, 02 de DEZEMBRO de 2025.

CECI FELINTO VIEIRA DE FRANÇA
Secretária Municipal de Obras e Defesa Civil

Publicado por:
Raissa Brandão Burgos da Silva Serrão
Código Identificador:B9383768

SECRETARIA DE OBRAS E DEFESA CIVIL
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA ADESÃO - PAD Nº 091/2025

RATIFICO o procedimento de **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2024 - SME, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021.2024.PE.011.EPC.SME, CUJO O GERENCIADOR É A SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE E CUJO OBJETO É A "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS ADEQUADOS NECESSÁRIOS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOATÃO DO GUARARAPES, TUDO CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO DO EDITAL DO PREGÃO Nº 011/2024, LOTE 3"**, objetivando atender as necessidades das Secretarias de Educação, Saúde e Obras e Defesa Civil do Município de Abreu e Lima/PE, que transcorreu por meio do **PAD nº 291/2025** no valor total de R$2.331.436,74 (dois milhões, trezentos e trinta e um mil, quatrocentos e trinta e seis reais e setenta e quatro centavos), e autorizo a contratação da empresa **CONSTRUTORA SBM LTDA** (CNPJ nº 02.908.931/0001-18).

Abreu e Lima, 02 de DEZEMBRO de 2025.

CECI FELINTO VIEIRA DE FRANÇA
Secretária Municipal de Obras e Defesa Civil

Publicado por:
Raissa Brandão Burgos da Silva Serrão
Código Identificador:458A5D2C

SECRETARIA DE OBRAS E DEFESA CIVIL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 229/2025

CONTRATO Nº 229/2025. Origem: Processo Administrativo de Adesão a Ata de Registro de Preços n° 010/2024 - SME, originada do Processo Administrativo n.º 021.2024.PE.011.EPC.SMEda Secretaria Executiva de Gestão Administrativa e Financeira da Educação do Município De Jaboatão dos Guararapes/PE, que transcorreu no PAD Nº 290/2025. **(PMAL)**. **Contratada**: CONSTRUTORA SBM LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 02.908.931/0001-18. **Objeto**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS ADEQUADOS E NECESSÁRIOS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DA PREFEITURA MUNICIPAL DO JABOATÃO DOS GUARARAPES, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Defesa Civil do Município de Abreu e Lima/PE.

Fundamento Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis. **Valor**: R$1.739.053,54.

Abreu e Lima, 03 DE DEZEMBRO de 2025.

CECI FELINTO VIEIRA DE FRANÇA
Secretária Municipal de Obras e Defesa Civil

Publicado por:
Raissa Brandão Burgos da Silva Serrão
Código Identificador:4783F160

SECRETARIA DE OBRAS E DEFESA CIVIL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 232/2025

CONTRATO Nº 232/2025. Origem: Processo Administrativo de Adesão a Ata de Registro de Preços n° 010/2024 - SME, originada do Processo Administrativo n.º 021.2024.PE.011.EPC.SMEda Secretaria Executiva de Gestão Administrativa e Financeira da Educação do Município De Jaboatão dos Guararapes/PE, que transcorreu no PAD Nº 290/2025. **(PMAL)**. **Contratada**: CONSTRUTORA SBM LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 02.908.931/0001-18. **Objeto**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS ADEQUADOS E NECESSÁRIOS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DA PREFEITURA MUNICIPAL DO JABOATÃO DOS GUARARAPES, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Defesa Civil do Município de Abreu e Lima/PE. **Fundamento Legal**: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis. **Valor**: R$ 1.236.010,96.

Abreu e Lima, 03 DE DEZEMBRO de 2025.

CECI FELINTO VIEIRA DE FRANÇA
Secretária Municipal de Obras e Defesa Civil

Publicado por:
Raissa Brandão Burgos da Silva Serrão
Código Identificador:2AC6BB75

SECRETARIA DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 230/2025

CONTRATO Nº 230/2025. Origem: Processo Administrativo de Adesão a Ata de Registro de Preços n° 010/2024 - SME, originada do Processo Administrativo n.º 021.2024.PE.011.EPC.SMEda Secretaria Executiva de Gestão Administrativa e Financeira da Educação do Município De Jaboatão dos Guararapes/PE, que transcorreu no PAD Nº 290/2025. **(PMAL)**. **Contratada**: CONSTRUTORA SBM LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 02.908.931/0001-18. **Objeto**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS ADEQUADOS E NECESSÁRIOS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DA PREFEITURA MUNICIPAL DO JABOATÃO DOS GUARARAPES, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Abreu e Lima/PE. **Fundamento Legal**: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis. **Valor**: R$ 809.377,55.

Abreu e Lima, 03 de dezembro de 2025.

LEIDJANE VIRÃES NETA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Raissa Brandão Burgos da Silva Serrão
Código Identificador:FF9C83B9

SECRETARIA DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 233/2025

CONTRATO Nº 233/2025. Origem: Processo Administrativo de Adesão a Ata de Registro de Preços n° 010/2024 - SME, originada do Processo Administrativo n.º 021.2024.PE.011.EPC.SMEda Secretaria Executiva de Gestão Administrativa e Financeira da Educação do Município De Jaboatão dos Guararapes/PE, que transcorreu no PAD Nº 290/2025. **(PMAL)**. **Contratada**: CONSTRUTORA SBM LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 02.908.931/0001-18. **Objeto**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS ADEQUADOS E NECESSÁRIOS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DA PREFEITURA MUNICIPAL DO JABOATÃO DOS GUARARAPES, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Abreu e Lima/PE. **Fundamento Legal**: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis. **Valor**: R$ 547.712,89.

Abreu e Lima, 03 de dezembro de 2025.

LEIDJANE VIRÃES NETA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Raissa Brandão Burgos da Silva Serrão
Código Identificador:139C0C17

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 007/2025

RECONHEÇO E RATIFICO a Inexigibilidade Nº 007/2025. Processo Licitatório Nº: 030/2025. FMS. Objetivando: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXAMES DE PATOLOGIA CLÍNICA PARA ATENDER AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA. Em decorrência do CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 008/2025. Fundamentação legal: Art. 74, inciso III, alínea c, da Lei 14.133/21. Contratados: **FABRICIO MENEZES DE SOUSA MELO LTDA,** CNPJ: 17.059.090/0001-99**.** Valor R$ 540.000,00.
Afogados da Ingazeira - PE, 07 de outubro de 2025.

ARTUR BELARMINO DE AMORIM
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Alysson Gleiton Silva de Siqueira
Código Identificador:CE55EF3A

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 008/2025

RECONHEÇO E RATIFICO a Inexigibilidade Nº 008/2025. Processo Licitatório Nº: 033/2025. FMS. Objetivando: Contratação de empresa especializada na área oftalmológica que dispõe sobre a operacionalização do Programa Nacional de Expansão e Qualificação da Atenção Ambulatorial Especializada no âmbito do sistema Único de Saúde, garantindo o cuidado e o acesso dos usuários ao PMAE, para avaliação oftalmológica no atendimento aos pacientes dos municípios da X GERES. Mediante o chamamento público para credenciamento nº 004/2025. Fundamentação legal: Art. 74, inciso III,

alínea c, da Lei 14.133/21. Contratados: **CLINICA DE OLHOS PHILADELPHIA BRAYNER XAVIER LTDA,** CNPJ: 10.493.051/0003-18**.** Valor R$ 247.680,00.
Afogados da Ingazeira - PE, 25 de novembro de 2025.

ARTUR BELARMINO DE AMORIM
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Alysson Gleiton Silva de Siqueira
Código Identificador:EB59A5E2

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE AFRÂNIO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 058/2025, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025

Revoga o Decreto nº 046 de 13 de outubro de 2025, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AFRÂNIO, Estado do Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, e em especial, nas que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Constituição do Estado, e nos termos da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, e:

CONSIDERANDO que todos os atos administrativos, podem ser aprimorados de modo a atender os objetivos a que se destinam,

DECRETA:

Art. 1° - Fica revogado o Decreto nº 046 de 13 de outubro de 2025 que dispõe sobre a adoção de medidas para redução de despesas no âmbito dos órgãos e entidades do Município de Afrânio e dá outras providências.

Art. 2° - Fica mantida a proibição, até 31 de janeiro de 2026, de concessão de diárias, com exceção para as Capitais de Estado, Capital Federal e oriundas de regulação e/ou de Tratamento Fora Domicílio da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º - Fica mantida a proibição, até 31 de janeiro de 2026, de conceder, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de servidores e empregados públicos, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal.

Parágrafo único: Fica excepcionado à concessão de gratificação aos motoristas que estejam a serviço de demandas oriundas de regulação e/ou de Tratamento Fora Domicílio da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º - Compete a todos os Secretários Municipais adotarem as medidas necessárias para o integral cumprimento do disposto neste Decreto.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, em 03 de dezembro de 2025.

CLOVES RAMOS DE MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vandelmar Nogueira da Silva
Código Identificador:1B5929B1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 007/2025

DESIGNA SERVIDOR PARA ATUAR COMO GESTORES E FISCAL DE CONTRATO DO MUNICÍPIO DE AFRÂNIO-PE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, visando o fiel cumprimento das Lei Federal nº 14.133/2021:

RESOLVE:

Art. 1º -Nomear o(a) servidor(a):**;** para atuar como **Gestores, Izaac Cruz Nonato** Gestor de Contratos da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Seg. Pública Mat – 2119, **Amanda Rodrigues de Macedo** Gestora de Contratos da Secretaria Municipal de Governo e Planejamento Estratégico Mat-2574**, Jackson Cavalcanti de Brito Porto** Gestor de Contratos da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura **, Eliomar Pereira de Sousa** Gestor dos Contratos da Secretaria Municipal de Agricultura Mat 9548**,** e **- Nomear** o (a) servidor(a): **Ariaildo Paixao de Brito** Assessor de Apoio Operacional MAT - 9322, para atuar como Fiscal do Contrato do processo licitatório, cujo objeto é: Contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentício perecível e não perecível, que será consumido pela Secretaria Municipal de Administração Finanças e Seg. Pública, Secretaria Municipal de Governo e Planejamento Estratégico, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Habitação, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal Afrânio PE**.**

Art.2º - Revogadas as disposições em contrário esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Afrânio, 04 de Dezembro de 2025.

MURILO LUAN DE SOUZA LIMA
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Segurança Pública

Publicado por:
Vandelmar Nogueira da Silva
Código Identificador:ECB0FBE6

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
PORTARIA Nº 007/2025

DESIGNA SERVIDOR PARA ATUAR COMO GESTORES E FISCAL DE CONTRATO DO MUNICÍPIO DE AFRÂNIO-PE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES, no uso de suas atribuições legais, visando o fiel cumprimento da Lei Federal nº 14.133/2021:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Sra. MARIA JOSÉ DE MACEDO RODRIGUES matrícula no nº 9256 , para atuar como Gestora do Contrato e Nomear o Sra. ERISLAINE GOMES DE MACEDO, matrícula no nº 101080, para atuar como Fiscal do Contrato do processo licitatório, cujo objeto é: contratação de empresa especializada para o fornecimento de Kits Festa e Kits Presentes, destinados ao atendimento de crianças vinculadas às ações e atividades do Projeto Natal Encantado, conforme solicitação expressa da Secretaria de Desenvolvimento Social e Políticas Públicas para as Mulheres de Afrânio – PE.

Art.2º - Revogadas as disposições em contrário esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Afrânio,01 de dezembro de 2025.

ANA LUIZA D. CARVALHO C. CAVALCANTI
Secretária Desenvolvimento Social e Políticas Públicas para as Mulheres

Publicado por:
Vandelmar Nogueira da Silva
Código Identificador:C9C4C216

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 15/2025

DESIGNA SERVIDOR PARA ATUAR COMO GESTORES E FISCAL DE CONTRATO DO MUNICÍPIO DE AFRÂNIO-PE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, visando o fiel cumprimento da Lei Federal nº 14.133/2021:
RESOLVE:
Art. 1º - Nomear a Sra. HELLEN GABRIELLE DA SILVA SOUSA, inscrita no CPF 110.001.994-44, para atuar como Gestora do Contrato e Nomear a Sra. MARIA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA, inscrita no CPF, para atuar como Fiscal do Contrato do Processo de Credenciamento, nos termos do art. 78, no inciso I do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, contratação de pessoa física ou jurídica, devidamente habilitadas e qualificadas, para realização de **Consultas Médicas Especializadas.**

Art.2º - Revogadas as disposições em contrário esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Afrânio, 27 de novembro de 2025.

ANA CONCEIÇÃO COELHO DE MACEDO
Secretária Municipal de Saúde de Afrânio-PE

Publicado por:
Vandelmar Nogueira da Silva
Código Identificador:43DC3182

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE AGRESTINA

PROCURADORIA GERAL
DECRETO Nº 2.254, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2025.

Regulamenta a Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021, no âmbito do Município de Agrestina/PE, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AGRESTINA, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 53, inc. IV, da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021, dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública;

CONSIDERANDO que a crescente digitalização da sociedade e a ampla utilização de tecnologias da informação e comunicação no setor público têm sido fundamentais para a modernização dos processos e serviços oferecidos pela administração pública;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer e regulamentar as diretrizes e princípios estabelecidos na Lei de Governança Digital, de forma a garantir a sua implementação efetiva no âmbito municipal;

CONSIDERANDO a importância de promover a modernização e a transparência municipal, tornando-o mais acessível aos cidadãos;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto tem por objetivo instituir no âmbito do Município de Agrestina o Programa de Governo Digital.

Art. 2º O Programa de Governo Digital terá as seguintes diretrizes:

I - A manutenção dos serviços digitais disponíveis, bem como a garantia da sua evolução tecnológica;
II - Ampliação da oferta de serviços digitais;
III - Aproximação entre o Poder Municipal e o cidadão;
IV - Uso da tecnologia e da inovação como habilitadoras da inclusão diminuindo as desigualdades;
V - Busca da permanente melhoria dos processos e ferramentas de atendimento ao cidadão;

Art. 3º O Município de Agrestina coordenará o estudo para a ampliação dos serviços digitais públicos.

Art. 4º O Poder Municipal poderá criar instrumentos para desenvolvimento de capacidades individuais e organizacionais necessárias à transformação digital, com o objetivo de:

I - Criar e avaliar estratégias e conteúdo para o desenvolvimento de competências para a transformação digital entre servidores municipais;
II - Pesquisar, desenvolver e testar métodos, ferramentas e iniciativas para a colaboração entre servidores municipais e cidadãos no desenho de soluções focadas na transformação digital.

Art. 5º As Plataformas de Governo Digital são ferramentas digitais e serviços comuns aos órgãos públicos, normalmente ofertados de forma centralizada e compartilhada, necessários para a oferta digital de serviços, devendo possuir pelo menos as seguintes funcionalidades:

I - Ferramenta digital de solicitação de atendimento e de acompanhamento da entrega dos serviços públicos;
II - Painel de monitoramento do desempenho dos serviços públicos.

§ 1º As Plataformas de Governo Digital deverão ser acessadas por meio de portal, de aplicativo ou de outro canal digital único e oficial, para a disponibilização de informações institucionais, notícias e prestação de serviços públicos.

§ 2º As funcionalidades deverão observar padrões de interoperabilidade e a necessidade de integração de dados como formas de simplificação e de eficiência nos processos e no atendimento aos usuários.

Art. 6º O Poder Municipal deverá, no âmbito de suas atribuições, quanto à oferta de serviços digitais:

I - Manter atualizadas as informações institucionais e as comunicações de interesse público, principalmente os referentes à Carta de Serviços ao Cidadão;
II - Monitorar e implementar ações de melhoria dos serviços prestados, com base nos resultados da avaliação de satisfação dos usuários dos serviços;
III - Integrar os serviços às ferramentas de notificação aos usuários, de assinatura eletrônica, quando aplicáveis;
IV - Eliminar, inclusive por meio da interoperabilidade de dados, exigências desnecessárias quanto à apresentação, pelo usuário, de informações e de documentos comprobatórios prescindíveis;
V - Aprimorar a gestão das suas políticas públicas com base em dados e em evidências por meio da aplicação de inteligência de dados em plataforma digital.

Art. 7º O Poder Municipal de Agrestina buscará oferecer aos cidadãos a possibilidade de formular sua solicitação, sempre que possível, por meio eletrônico.

Art. 8º As Plataformas de Governo Digital deverão atender ao disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados.

Art. 9º São garantidos os seguintes direitos aos usuários da prestação digital de serviços públicos:
I - Gratuidade no acesso às Plataformas de Governo Digital;
II - Atendimento nos termos da Carta de Serviços ao Cidadão;
III - Padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, de guias e de outros documentos congêneres, incluídos os de formato digital;
IV - Recebimento de protocolo, físico ou digital, das solicitações apresentadas.

Art. 10. O Poder Municipal e os gestores de bases de dados, inclusive os controladores de dados pessoais, deverão gerir suas ferramentas digitais, tendo em consideração:

I - A interoperabilidade de informações e de dados sob sua gestão, respeitadas as restrições legais, os requisitos de segurança da informação e comunicação, as limitações tecnológicas e a relação custo-benefício da interoperabilidade.
II - A proteção de dados pessoais, observada a legislação vigente, especialmente a Lei Federal nº 13.709, de 2018.

Art. 11. O Poder Municipal de Lajedo promoverá o uso de dados para a construção e o acompanhamento das políticas públicas, respeitada a Lei Federal nº 13. 709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 12. Os serviços digitais públicos disponíveis e em operação, são os seguintes:

I - Carta de Serviços ao Usuário;
II - e-Sic: Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão;
III - Diário Oficial da Amupe;
IV - Programa de Dados Abertos;
V - Disponibilização de Emissão de Certidões;
VI - Legislação Municipal;
VII - Sistema Contábil Municipal;
VIII - Serviços Online de FAQ;
IX - Sistema de Ouvidoria.

Art. 13. O acesso para o uso de serviços públicos poderá ser garantido total ou parcialmente pela prefeitura de Agrestina, com o objetivo de promover o acesso universal à prestação digital dos serviços.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, divulgue-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 03 de novembro de 2025.

JOSUÉ MENDES DA SILVA
- Prefeito Constitucional -

Publicado por:
Edeilson Barbosa da Silva
Código Identificador:93C193CD

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE AGRESTINA PERNAMBUCO
EXTRATO DO CONTRATO N° 003/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 077/2025
DISPENSA Nº 072/2025

Natureza: Prestação de Serviços

OBJETO:CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE TERMO A CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA DE CERTIFICAÇÃO INICIAL NO PROGRAMA DE CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS **(PRÓ-GESTÃO RPPS)**, NÍVEL I DE ADERÊNCIA, CONFORME PROPOSTA COMERCIAL E TÉCNICA APRESENTADA **(CONTRATO Nº 762-25 I)**.

EMPRESA CONTRATADA: ICQ-ATZERT LTDA
CNPJ: 01.659.386/0001-00

VALOR GLOBAL: R$ 13.575,00 (treze mil, quinhentos e setenta e cinco reais)

PRAZO VIGÊNCIA: 90 (dias)

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:
Outras informações podem ser obtidas no Setor de Contratos, pelo telefone **(81) 3744-1103** ou pelo e-mail: setordecontratospma@gmail.com

Contratante:

ROBERTO MARCELO BORBA ALVES
Presidente – AGRESTIPREV

DATA DA ASSINATURA:

Agrestina/PE, 01 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Márcio Henrique Pereira da Silva
Código Identificador:8164FCF2

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ÁGUA PRETA

PREFEITURA DA ÁGUA PRETA - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 058/2025

EMENTA: Aprova o Quadro de Detalhamento da Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo para o exercício financeiro de 2026 e estabelece outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA PRETA, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinada com as disposições, Lei n.° 4.320, de 17 de Março de 1964, Lei Complementar n.° 101, de 04 de Maio de 2000 e art. 16 da Lei nº 2.022 de 07 de novembro de 2025:

D E C R E T A:

Art. 1° – Fica aprovado o Quadro de Detalhamento da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, dos Órgãos da Administração Direta e Indireta, bem como de seus Fundos e Autarquia, discriminando a programação orçamentária por elemento de despesa.

Art. 2°- Na execução dos orçamentos dos Órgãos para o exercício financeiro de **2026** será observada a discriminação da despesa por órgão, unidade orçamentária, função, sub-função, programa, ação, projeto, atividade, elemento de despesa e fonte de recursos, na forma do anexo que acompanha o presente Decreto.
.

Art. 3°- Fica a Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento encarregada de exercer o efetivo acompanhamento da execução orçamentária, bem como efetuar os registros decorrentes da mesma, no sistema integrado de planejamento e gestão municipal.

Art. 4°- Os créditos adicionais regularmente abertos no decurso do exercício financeiro observarão as condições contidas nos artigos 8º e 9°, da Lei N° 2.022, de 07 de novembro de 2025.

Art. 5°- As alterações orçamentárias decorrentes da abertura e/ou da reabertura de créditos adicionais integrarão o Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD), o qual será modificado automaticamente.
Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, operando efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

Água Preta, 02 de dezembro de 2025.

ANTONIO MANOEL DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Maria Alesandra da Silva Lins
Código Identificador:772D79E0

PREFEITURA DA ÁGUA PRETA - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 059/2025

Estabelece a Programação Financeira, o desdobramento das receitas e o cronograma de execução mensal de desembolso, relativamente ao exercício financeiro de 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA PRETA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições contidas na Lei Orgânica do Município; e com fundamento no disposto nos arts. 8.º e 13 da Lei Complementar Federal n.º101, de 04/05/2000, e na Lei Federal n.º 4.320, de 17/03/1964.
DECRETA:
Art. 1.º A programação da execução orçamentária e financeira, relativa aos orçamentos fiscal e da seguridade do Município de Água Preta, para cada exercício financeiro, será estabelecida até 30 (trinta) dias após a publicação dos orçamentos, mediante:
I – o fluxo mensal da receita orçamentária;
II – o cronograma da execução mensal de desembolso; e
III – o desdobramento das receitas previstas em metas bimestrais de arrecadação.
Art. 2.º O fluxo mensal da receita orçamentária, estabelecida com base no desdobramento das receitas orçamentárias previstas em metas bimestrais de arrecadação, compreenderá os recursos ordinários e vinculados do Tesouro Municipal, assim como aqueles próprios e vinculados dos fundos especiais.
Art. 3.º O cronograma de execução mensal de desembolso compreende as dotações consignadas, na Lei Orçamentária, nos Programas de Trabalho dos Poderes do Município, seus órgãos e fundos por eles geridos, agrupadas por órgão e grupo de despesas.
§ 1º O cronograma de que trata este artigo especificará, por Poder e Órgão, o montante de recursos que cada unidade orçamentária da Administração direta e fundos especiais poderão utilizar em cada mês e no exercício financeiro, constituindo-se em limite para empenho da despesa e movimentação financeira.
§ 2º O cronograma aprovado poderá ser alterado em decorrência de:
I – necessidade de contingenciamento da despesa, tendo em vista o cumprimento das metas fiscais estabelecidas;
II – acréscimos pela abertura de créditos adicionais aos orçamentos;
III – fatos excepcionais, no interesse da Administração.
§ 3º A aprovação do cronograma de execução mensal de desembolso, dentro do prazo previsto no art. 1º deste Decreto, e as alterações, quando da ocorrência das hipóteses previstas no parágrafo anterior, serão efetuadas, mediante decreto.
§ 4º Os empenhos das despesas, respeitadas as dotações aprovadas, ficam limitados aos montantes confirmados:
I – por bimestre, quando sejam atendidas com recursos próprios do Tesouro Municipal; e
II – no valor da efetiva arrecadação, quando se tratar de outras fontes de recursos do tesouro Municipal, inclusive de fundos especiais e convênios;
§ 5º Para efeito dos empenhos relativos às fontes de recursos referidas no inciso II do parágrafo anterior, poderá ser confirmado em montante maior ou menor do que o programado, tendo em vista o cumprimento do resultado primário ou nominal estabelecido.
Art. 4.º Os instrumentos de programação da execução orçamentária e financeira serão elaborados e alterados pela Secretaria Municipal de Planejamento com a participação dos órgãos setoriais, no que couber.
Art. 5.º A liberação mensal para pagamento relativo aos recursos do Tesouro Municipal, referidos no art. 3º, § 4º, I, deste Decreto, será procedida pela Secretaria Municipal de Finanças, de acordo com a disponibilidade financeira da Conta do Tesouro.
Art. 6.º O contingenciamento da despesa, consistindo na limitação de empenho, poderá ocorrer a partir do 1º bimestre, em razão de frustração na arrecadação da receita que possa comprometer o cumprimento das metas aplicando-se proporcionalmente ao total das dotações atribuídas aos poderes.
§ 1º Para efeito de redução dos limites de empenhos, caberá à Secretaria de Finanças a Execução Orçamentária, analisar os programas, os projetos e atividades quanto à prioridade de execução, assim como as respectivas ações que, por decisão da administração, poderão ser postergadas, sem afetar os resultados finais estabelecidos para a gestão governamental.
§ 2º Ocorrendo a recuperação da receita durante o contingenciamento, o limite de empenho será recomposto.
Art. 7.º A Secretaria Municipal de Finanças, observadas as respectivas competências, emitirá as instruções normativas necessárias ao fiel cumprimento deste Decreto.

AV. RAUL BANDEIRA, 21 | CENTRO | PAUDALHO - PE | CEP: 55.825-000
TEL: (81) 3636.1156 | CNPJ: 11.097.383/0001-84
www.paudalho.pe.gov.br

Art. 8.º Ficam aprovados o fluxo mensal da receita orçamentária e o cronograma de execução mensal de desembolso, para o exercício financeiro de 2026, nas formas do Quadro I, II, III deste Decreto.

Art. 9.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Água Preta, 02 de dezembro de 2025.

ANTONIO MANOEL DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Maria Alesandra da Silva Lins
Código Identificador:CDFF8163

PREFEITURA DA ÁGUA PRETA - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 060/2025

Dispõe sobre os procedimentos para o encerramento do exercício financeiro de 2025 no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Água Preta.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA PRETA, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, que são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de padronização dos procedimentos contábeis e financeiros visando à transparência das informações constantes no Balanço Consolidado do Município; e

CONSIDERANDO o inciso III do artigo 50 da Lei Complementar Federal nº 101 LRF, de 04 de maio de 2000, que dispõe sobre as demonstrações contábeis de cada órgão, fundos ou entidade autárquica e fundacional; e

CONSIDERANDO a necessidade de verificação dos reais credores da administração para fins de processamento da despesa pública e registro dos restos a pagar processados e não processados, verificando os casos em que não foram cumpridos os termos de contrato:

D E C R E T A

I - Disposições Gerais

Art. 1º - Os órgãos ou unidades equivalentes, os fundos e as autarquias, os agentes responsáveis pela guarda e administração de dinheiro, bem como as Diretorias de Finanças ou unidades equivalentes, no âmbito das respectivas competências, para fins de encerramento do exercício financeiro de 2025, devem adotar as normas legais e regulamentares aplicáveis e os procedimentos preparatórios estabelecidos neste Decreto.

Art. 2º - As unidades orçamentárias, gestoras e administrativas responsáveis pela gestão ou guarda de bens e valores, assim como os

Órgãos setoriais de Controle Interno observarão, para o processamento das despesas, as seguintes datas limites:

I - Para empenho: 19 de dezembro de 2025;

II - Para liquidação: 19 de dezembro de 2025;

III - Para pagamento: 30 de dezembro de 2025.

§ 1º - As despesas a seguir terão como prazo final de pagamento o dia 31 de dezembro de 2025, não se aplicando os prazos estabelecidos nos incisos anteriores:

a) com pessoal e encargos sociais, estando aí incluídos os pagamentos com Inativos e Pensionistas;

com sentenças judiciais, amortização da dívida e os seus juros e encargos;

relativas aos limites constitucionais e legais, como forma de adequação à receita arrecadada no mês de dezembro de 2025;

despesas realizadas com recursos provenientes de operações de crédito;

despesas referentes a serviços bancários;

contribuição patronal e retenção do INSS decorrentes das despesas realizadas por meio de adiantamento;

§ 2º - A confirmação de créditos adicionais, de alterações do orçamento analítico descentralização de créditos deverá ocorrer até o dia 30 de dezembro de 2025.

§ 3º - Exclusivamente para o atendimento do § 1º do art. 2º deste Decreto, a confirmação de créditos adicionais poderá ocorrer até o dia 30 de dezembro de 2025.

Art. 3º - As unidades mencionadas no art. 1º deste Decreto, para fins de encerramento do exercício financeiro de 2025, devem adotar os procedimentos típicos de análise, conciliação e ajuste das contas que afetam os resultados financeiro, econômico e patrimonial do Município, bem como daqueles cujos saldos serão transferidos para o exercício subsequente.

Art. 4º. O encaminhamento de Prestações de Contas de administradores e ordenadores de despesas ao Tribunal de Contas de Pernambuco deverá ser efetuado de acordo com as normas constantes da Resolução TC nº 269/2024.

II - Da Apuração das Despesas Empenhadas

Art. 5º - No que se refere aos empenhos emitidos e não pagos ou aos seus respectivos saldos, deve-se observar o seguinte:

I - Se considerados insubsistentes, devem ser anulados até o dia 29 de dezembro de 2025, excetuando-se aqueles relacionados no § 1°, do art. 2°, que deverão ser anulados até o dia 30 de dezembro de 2025;

II - Se considerados subsistentes, serão objetos de inscrição em Restos a Pagar.

Art. 6º - Entendem-se como subsistentes os empenhos emitidos de acordo com a legislação específica em vigor e cujas despesas foram efetivamente realizadas ou que tenham iniciado o fato gerador.

Parágrafo único –Em observância ao regime de competência da despesa, as parcelas dos contratos e convênios e as despesas estimadas somente poderão ser empenhadas como despesas do exercício financeiro de 2025 se o fato gerador incorrer até 31.12.2025.

III - Restos a Pagar

Art. 7º - As despesas empenhadas serão inscritas em Restos a Pagar, se houver saldo financeiro em conta, distinguindo-se as processadas das não processadas.

Art. 8º - Os empenhos de despesas não processadas serão mantidos tão somente se representarem despesas efetivamente incorridas dentro do próprio exercício financeiro de 2025, quando estiver pendente o cumprimento de alguma formalidade exigida em lei:
§ 1º – Os Restos a Pagar não processados deverão ser liquidados até 31 de março de 2026, data em que todos os Restos a Pagar não processados serão cancelados.

§ 2º- Os Restos a Pagar não processados de exercícios anteriores deverão ser cancelados até o dia 31 de dezembro de 2026.

§ 3º- Os restos a pagar processados de exercícios anteriores prescritos, ou seja, dos últimos cinco anos serão cancelados até o dia 31 de dezembro de 2025.

Art. 9º O cancelamento de Restos a Pagar Processados somente ocorrerá após a ratificação do motivo.

Parágrafo único - O disposto neste artigo somente ocorrerá para cancelamento de restos a pagar que foram indevidamente processados ou tenham passado o período de prescrição estabelecido no § 3º do art. 8 º.

Art. 10 - O saldo dos Restos a Pagar Processados do exercício de 2025 e os Restos a Pagar inscritos em 2025 será transferido para contas específicas do Passivo Financeiro e terão prioridade de pagamento no exercício seguinte.

Art. 11 – A Secretaria de Administração e Finanças ou unidades equivalentes da Administração Direta e Indireta deverão proceder até 20 de dezembro de 2025, conjuntamente com a unidade orçamentária e gestora, à verificação e depuração das despesas a serem inscritas em Restos a Pagar apenas se houver saldo financeiro em conta.

Art. 12 - A geração de Restos a Pagar, no âmbito de cada órgão equivalente da Administração Direta e entidades da Administração Indireta, será de responsabilidade da Diretoria de Finanças ou unidade equivalente.

IV - Despesas de Exercícios Anteriores

Art. 13 - As obrigações assumidas pela Unidade que não foram processadas à época própria deverão ser mensuradas e contabilizadas em contas do Sistema Compensado até o dia 10 de janeiro de 2026.

Art. 14 - É de responsabilidade dos Órgãos da Administração Direta, das Autarquias e Fundos o reconhecimento de passivos ou provisões dos valores a pagar que foram assumidos como compromissos de acordo com o art. 37 da Lei nº 4.320/64.

Parágrafo único – Os créditos adicionais abertos para atender o pagamento de despesa de exercícios anteriores – DEA somente serão efetivados após manifestação das unidades de planejamento e finanças.

V - Conciliação e Ajustes das Contas Financeiras e Patrimoniais

Art. 15 - As contas movimentadas em instituição bancária devem ter seus saldos devidamente conciliados pela unidade gestora responsável pelas respectivas movimentações e as conciliações revisadas pela Diretoria de Finanças ou unidade equivalente, que as manterá à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

Parágrafo único – As conciliações de todas as contas correntes bancárias devem ser realizadas diariamente durante o mês de dezembro, devendo ser adotadas medidas efetivas para investigação e regularização de eventuais pendências.
Art. 16 - O saldo contábil das contas bancárias passará automaticamente para o exercício seguinte.

Art. 17 - As entidades da Administração Indireta deverão, para efeito de controle interno e atendimento ao disposto no inciso VI do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, elaborar demonstrativo da origem e destino dos recursos provenientes da alienação de ativos.

VI - Regularização das Contas de Valores Pendentes Devedoras e Credoras e dos Empenhos com Retenção Total

Art. 18 - As unidades orçamentárias e gestoras deverão regularizar os valores pendentes das contas devedoras e credoras.

Art. 19 - As unidades orçamentárias e gestoras, em conjunto com as Diretorias de Finanças ou unidades equivalentes, deverão verificar a existência de empenhos com retenção total (valor nominal zero), e providenciar sua regularização ou estorno, conforme o caso.

VII - Adiantamentos não Comprovados e Inscrição em Responsabilidade

Art. 20 - As Diretorias de Finanças ou unidades equivalentes da Administração Direta e Indireta, após a devida verificação e análise dos adiantamentos concedidos, deverão:

I - Orientar e supervisionar, junto às unidades orçamentárias e gestoras, a anulação dos empenhos referentes aos adiantamentos concedidos e não comprovados ou daquelas cujas comprovações tenham sido consideradas alcance ou irregulares, bem como dos saldos não recolhidos ou de despesas glosadas;

II - Proceder ao registro de Responsabilidade dos servidores e empregados públicos, em conta identificada pelo nome e cadastro do responsável, deduzindo-se, do valor a ser registrado, o saldo ou outros valores recolhidos à conta bancária de onde se originou o recurso;

III - Adotar, quando couber, as providências necessárias à apuração de responsabilidade, na forma da lei.

IX - Disposições Finais
Art. 21 - Os procedimentos de operacionalização das rotinas de Encerramento do Exercício de 2025 encontram-se estabelecidos na forma do Anexo II deste Decreto.

Art. 22 – Os empenhos da Educação serão todos liquidados até 30 de dezembro de 2025.

§ 1º Parágrafo único: Se projetado que, em 31 de dezembro, a remuneração dos profissionais da educação não alcançará 70% (setenta por cento) do Fundeb, os setores da Educação e Finanças devem propor a lei do abono, nos termos do art. 26, § 2º, da Lei Federal 14.113, de 2020.

Art. 23 As datas estabelecidas no art. 2º deste Decreto poderão ser prorrogadas mediante deliberação da Secretaria de Finanças.

Art. 24 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Água Preta, 02 de dezembro de 2025.

ANTONIO MANOEL DA SILVA
Prefeito

ANEXO I		
PROCEDIMENTOS E PRAZOS ESTABELECIDOS PARA O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO		
FINANCEIRO DE 2025		
RESPONSÁVEIS / PROCEDIMENTOS		**DATAS**
		LIMITES
1.	**Unidades Gestoras**	
1.1.	Empenho de adiantamento e sua concessão;	19.12.2025
1.2.	Empenhar despesas e emitir as respectivas Notas de Empenho (NE);	19.12.2025
1.3.	Autorizar os pagamentos, após a devida liquidação;	30.12.2025
1.4.	Efetuar a verificação e apuração das despesas a serem inscritas em Restos a Pagar, procedendo à anulação dos empenhos ou dos seus saldos;	29.12.2025
1.5.	Encaminhar à Secretária de Administração e Finanças os documentos relativos às conciliações das contas bancárias;	02.01.2026
1.6	Cancelar os Restos a Pagar do exercício financeiro de 2025, apresentando a devida justificativa, inclusive efetuar a baixa das respectivas retenções por meio de evento contábil;	29.12.2025
2.	**Departamento de Tesouraria ou unidade equivalente da Administração Direta e Indireta**	
2.1.	Confirmar os pagamentos devidamente autorizados, disponibilizando a transmissão, baixa e contabilização das ordens bancárias;	29.12.2025
2.2.	Proceder à anulação dos pagamentos que não foram transmitidos à instituição financeira em tempo hábil para seu devido processamento;	29.12.2025
2.3.	Proceder, juntamente com a unidade gestora, à apuração das despesas e verificação a serem inscritas em Restos a Pagar;	29.12.2025
3.	**Departamento de Contabilidade**	
3.1.	Data limite para fechamento dos arquivos do SICONFI.	30.01.2026

Publicado por:
Maria Alesandra da Silva Lins
Código Identificador:272A10C8

PREFEITURA DA ÁGUA PRETA - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 061/2025

DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE EMPENHO INSCRITO EM RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO DE 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 , 2024 e 2025 – PROCESSADO E NÃO PROCESSADO

O Prefeito do Município de Água Preta, Estado de Pernambuco, no exercício de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município.
CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar n°. 101/2000, só devem compor a dívida flutuante os restos a pagar, desde que haja disponibilidade de caixa para este efeito;

CONSIDERANDO que a contabilidade deve evidenciar o nível de endividamento e a situação de liquidez do Município durante todo o exercício;

CONSIDERANDO que os restos a pagar insubsistentes devem ser cancelados, expurgando-se, a qualquer tempo, as obrigações incertas e indevidas;

CONSIDERANDO a Portaria STN/MF 924/25, que não permite inclusão de restos a pagar não processados anteriores ao último exercício no Anexo IX – Demonstrativo dos Restos a Pagar por poder e Órgão, componente do Relatório Resumido da Execução Orçamentaria;

CONSIDERANDO o que se aplica o disposto no Art. 68 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, em que a inscrição de despesas como Restos a Pagar será automática, no encerramento do exercício financeiro de emissão da Nota de Empenho, desde que satisfaça às condições estabelecidas;

CONSIDERANDO o que se aplica o disposto no § 2o Art. 68 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, em que a inscrição de restos a pagar na condição de não processados e não liquidados posteriormente terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, ressalvado o disposto no § 3o do mesmo;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 359-F da Lei nº 10.028/2000, dos crimes contra as finanças públicas, onde penaliza o Gestor que deixar de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei.

DECRETA:
Art. 1º - Os órgãos e unidades orçamentárias do Poder Executivo Municipal, constantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social deverão cancelar, integralmente, os Restos a Pagar não processados inscritos anteriores a 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025, em decorrência de saldos indevidos, as quais não serão utilizados ou inexistem compromisso de pagamento, sendo estes saldos remanescentes de empenhos não devidos, empenhos transformados em precatórios, saldo de licitação não utilizado pelo município, parcelamentos entre outros, vinculados a este ato normativo, que não tiverem sido pagos até aquela data.

§ 1º - Os fornecedores e prestadores de serviços que tenham dívidas empenhadas inscritas em restos a pagar processados identificados ou não no presente Decreto deverão comprovar a interrupção do prazo prescricional até o prazo estipulado neste artigo.
§ 2º - O pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto poderá ser atendido à conta de dotação constante da lei orçamentária anual ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida ou de exercícios anteriores, com fundamento no art. 37 da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, regulamentado pelo Decreto nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968.

§ 3º Os restos a pagar processados, só poderão ser cancelados mediante a comprovação inconteste da não existência da obrigação financeira junto ao credor de origem, devendo ser formalizado um processo específico identificando o tipo de baixa bem como os motivos e fatos que comprovam a ausência da obrigação a ser cancelada.
§ 4º - Após o cancelamento da inscrição das despesas como Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto, poderá ser atendido à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual à conta de Despesas de Exercícios Anteriores ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida.
§ 5º - Os Restos a Pagar cancelados poderão ser restabelecidos de acordo com os permissivos contábeis vigentes e com o artigo 37, da Lei Federal nº 4.320/64.
Art. 2º - Fica desde já notificado todos os credores do inteiro teor deste Decreto, para que no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias a contar da sua publicação, requerer junto à Secretaria Municipal de Finanças o direito ao pagamento.
Parágrafo - Único - O Caput do artigo poderá ser prorrogado de acordo com o cronograma de pagamento definido, respeitando a ordem cronológica de pagamentos e a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com termino em 19 de dezembro de 2025.

Água Preta, 02 de dezembro de 2025.

ANTONIO MANOEL DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Maria Alesandra da Silva Lins
Código Identificador:817D04A8

PREFEITURA DA ÁGUA PRETA - GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2024, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre o parcelamento e reparcelamento de débitos do Município de Água Preta com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, de que tratam os arts. 115 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, com a redação conferida pela Emenda Constitucional nº 136, de 9 de setembro de 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DA ÁGUA PRETA, ESTADO DE PERNAMBUCO – O Excelentíssimo Sr. **ANTONIO MANOEL DA SILVA**, no uso de suas atribuições constitucionais e em conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica do Município da Água Preta – PE, no uso de suas atribuições constantes nos artigo 48 e 60, sem prejuízo de outras disposições que regulem a matéria, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e o chefe do Executivo Municipal **SANCIONA** a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado o parcelamento e o reparcelamento das contribuições previdenciárias e dos demais débitos do Município de Água Preta, incluídas suas autarquias e fundações, com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, em até **300 (trezentas) prestações mensais, iguais e sucessivas**, observado o disposto no Anexo XVII da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, que trata do parcelamento especial autorizado com base nos arts. 115 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, na redação dada pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 136, de 9 de setembro de 2025.
§ 1º Os acordos de que trata o caput poderão abranger quaisquer tipos de débitos, inclusive relativos às contribuições não repassadas dos segurados e beneficiários do RPPS, referentes às competências até **agosto de 2025**.
§ 2º Os acordos de parcelamento e de reparcelamento deverão ser firmados até **31 de agosto de 2026** e ficam condicionados:
I – à adesão, junto à Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, ao Programa de Regularidade Previdenciária de que trata o Anexo XVIII da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022; e
II – às adequações do RPPS à Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, bem como à instituição e vigência do Regime de Previdência Complementar dos servidores filiados ao RPPS, nos termos do art. 115, caput, incisos I a IV, do ADCT.

Art. 2º Para apuração dos montantes devidos a serem parcelados, os valores originais serão atualizados pelo INPC, acrescidos de juros simples de **0,5%** (cinco décimos por cento) ao mês, acumulados desde a data do vencimento até a data da consolidação do termo de acordo de parcelamento, bem como de multa de **0,2%** (dois décimos por cento).
Parágrafo único. Na hipótese de inclusão de débitos já parcelados anteriormente, a apuração dos novos saldos devedores observará os critérios do caput sobre os valores consolidados dos parcelamentos ou reparcelamentos anteriores, deduzidas as prestações pagas, acumulados desde a data da consolidação anterior até a nova consolidação.

Art. 3º As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo INPC, acrescidas de juros simples de **0,5%** (cinco décimos por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação dos montantes devidos até o mês do pagamento.

Art. 4º As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo INPC, acrescidas de juros simples de **1,0%** (um por cento) ao mês, acumulados desde o vencimento até o efetivo pagamento, e multa de **2,0%** (dois por cento) sobre o valor original da parcela.
Art. 5º O pagamento das prestações dos acordos de parcelamento e de reparcelamento previstos nesta Lei será realizado por meio de retenção no Fundo de Participação dos Municípios – FPM, na forma prevista no art. 117 do ADCT e no Anexo XVII da Portaria MTP nº 1.467, de 2022.
§ 1º A retenção deverá constar expressamente nos termos dos acordos, com autorização ao agente financeiro responsável pela liberação dos recursos do FPM, concedida no ato da formalização, vigorando até a quitação integral das prestações.
§ 2º Caso a retenção do FPM, embora autorizada, não esteja implementada, seja insuficiente ou não ocorra por qualquer motivo, caberá ao Município efetuar o pagamento integral ou complementar das parcelas na data do vencimento, com os devidos acréscimos legais.
Art. 6º O vencimento da primeira prestação ocorrerá no dia **10** (dez) do segundo mês subsequente à assinatura do acordo, vencendo-se as demais no dia **10** (dez) dos meses seguintes.
Art. 7º Os acordos de parcelamento ou reparcelamento ficarão suspensos caso não haja comprovação, até **10 de dezembro de 2026**, junto à Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, do cumprimento das condições cumulativas previstas nos incisos I a IV do caput do art. 115 do ADCT.
Parágrafo único. A suspensão implica a impossibilidade de renegociação das dívidas até o cumprimento integral das condições exigidas.

Art. 8º Os acordos também ficarão suspensos em caso de inadimplência no pagamento das prestações por **03** (três) meses consecutivos ou por **06** (seis) meses alternados, ou ainda no caso de descumprimento do Programa de Regularidade Previdenciária.

Parágrafo único. Na hipótese de inadimplência, permanecem exigíveis as prestações em atraso e as vincendas, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

Art. 9º O AGUAPRETAPREV – Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Água Preta deverá rescindir os parcelamentos de que trata esta Lei:
I – em caso de revogação da autorização para vinculação do FPM, prevista no art. 5º;
II – caso não seja comprovado o cumprimento das condições do art. 7º, até **10 de dezembro de 2026**;

III – se, após a comprovação das condições, o Município vier a descumpri-las, inclusive por alteração da legislação do RPPS, acarretando a perda da regularidade previdenciária.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município da Água Preta (PE), aos 04 (quatro) dias do mês de dezembro do ano de 2025.

ANTONIO MANOEL DA SILVA
Prefeito

SANÇÃO DE LEI MUNICIPAL

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DA ÁGUA PRETA, ESTADO DE PERNAMBUCO – O Excelentíssimo Sr. **ANTONIO MANOEL DA SILVA**, no uso de suas atribuições constitucionais e em conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica do Município da Água Preta – PE, no uso de suas atribuições constantes nos artigo 48 e 60, sem prejuízo de outras disposições que regulem a matéria, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e o chefe do Executivo Municipal **SANCIONA** a presente Lei tombada sob a nº 2024, de 04 de dezembro de 2025.

Dispõe sobre o parcelamento e reparcelamento de débitos do Município de **Água Preta** com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, de que tratam os arts. 115 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, com a redação conferida pela Emenda Constitucional nº 136, de 9 de setembro de 2025.

Gabinete do Prefeito do Município da Água Preta, Estado de Pernambuco, aos 04 (quatro) dias do mês de dezembro de 2025.

ANTONIO MANOEL DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Maria Alesandra da Silva Lins
Código Identificador:E461ADAE

PREFEITURA DA ÁGUA PRETA - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA EXECUTIVA MUNICIPAL Nº 676, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a renovação da disponibilização de funcionário para exercer suas atividades junto ao TJPE – Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco no Fórum Eurico Chaves da Água Preta- PE

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR **PREFEITO DO MUNICÍPIO DA ÁGUA PRETA**, ESTADO DE PERNAMBUCO, **ANTONIO MANOEL DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais definidas no artigo 30 da CF/88, e ainda com espeque ao que pertine a **LEI ORGÂNICA MUNICIPAL**, bem como **LEI 2.003/2025**, que dispõe sobre a **Estrutura Administrativa** do Governo do Município e dá outras providências, sem prejuízo de outras Leis e Dispositivos que regulem a matéria.

Art. 1º **RENOVAR** a disponibilidade para exercer suas atividades junto ao TJPE – Tribunal de Justiça de Pernambuco no Fórum Eurico Chaves da Água Preta- PE, no exercício de 2026, com ônus para o município, para atuar conforme as atribuições correlatas ao cargo ora ocupante, os servidores:

AUDO SOARES SILVA
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
RG nº 2.962.826 SSP/PE e CPF nº 600.485.574-04

MARIA AUGUSTA DE SANTANA NUNES
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
RG nº 4.257.437 SSP/PE e CPF 817.574.174-00

ESTÊNIO MARCOS FERREIRA DOS SANTOS
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
RG nº 6.406.863 SSP/PE e CPF 905.181.364-34

Art. 2º Essa Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DA ÁGUA PRETA, ESTADO DE PERNAMBUCO, aos 14(quatorze) dias do mês de novembro de 2025.

ANTONIO MANOEL DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Maria Alesandra da Silva Lins
Código Identificador:8A4E8631

PREFEITURA DA ÁGUA PRETA - PE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
EXTRATO AO CONTRATO N°010/2025

CONTRATO N°010/2025

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 001/2025 PREGÃO ELETRONICO Nº 001/2025

CONTRATANTE: O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ÁGUA PRETA – SAAE, entidade de direito público interno do Município de Água Preta/PE, com sede na Rua Córrego da Esperança, s/n, Cohab, Água Preta/PE, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 09.663.279/0001-68**.**

CONTRATADA: LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ sob o nº 12.039.966/0001-11**, com sede Calçada das Camelias, nº 53 , a n d a r 1 , Condominio Centro Comercial Alphaville, B a r u e r i / S P , CEP: 06.453- 056**.**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO, COM ACESSO POR MEIO DE CARTÃO MAGNÉTICO OU LOGIN COM SENHA/REDE, VIA INTERNET, ATRAVÉS DE REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO E HIDRÁULICO, DESTINADO A UTILIZAÇÃO DO SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO-SAAE DO MUNICIPIO DA ÁGUA PRETA/PE
.
VALOR TOTAL: R$ 369.158,56 (trezentos e sessenta e nove mil centoe e cinquenta e oito reais e cinquenta e seis centavos).

VIGÊNCIA: 18/11/2025 a **18/11/2026**

ÁGUA PRETA/PE, 04 DE DEZEMBRO DE 2025

IVO VELOSO MARINHO FILHO
Contratante

Publicado por:
Patrícia Alves Dos Santos
Código Identificador:9CA23283

PREFEITURA MUNICIPAL DA ÁGUA PRETA
EXTRATO AO CONTRATO N°132/2025

CONTRATO N°132/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024 - SRP
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2025
CONTRATANTE: lado **O MUNICIPIO DA ÁGUA PRETA,** pessoa jurídica de direito público, inscrito no **CNPJ sob o n°. 10.183.929/0001-57**, com sede na Praça dos Três Poderes nº 3182, Centro, Água Preta/PE.

CONTRATADA: IDB SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 42.073.258/0001-68**, com sede a Tv. Nossa Senhora de Lourdes, 241, 2°andar/sala 05, Centro, Palmares/PE.

OBJETO: LOCAÇÃO DE ESTRUTURA DE SOM, PALCO, ILUMINAÇÃO, SONORIZAÇÃO, TENDAS E ESTRUTURAS COMPLEMENTARES, A SEREM UTILIZADOS NOS EVENTOS E FESTAS COMEMORATIVAS DO MUNICÍPIO DA ÁGUA PRETA-PE.

VALOR TOTAL: R$ 32.391,12 (trinta e dois mil trezentos e noventa e um reais e doze centavos).

VIGÊNCIA: 18/09/2025 a **18/11/2025**

ÁGUA PRETA/PE, 04 DE DEZEMBRO DE 2025

ANTONIO MANOEL DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Patrícia Alves Dos Santos
Código Identificador:4E2A0300

PREFEITURA MUNICIPAL DA ÁGUA PRETA
EXTRATO AO CONTRATO N°140/2025

CONTRATO N°140/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024 - SRP
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2025

CONTRATANTE: lado **O MUNICIPIO DA ÁGUA PRETA,** pessoa jurídica de direito público, inscrito no **CNPJ sob o n°. 10.183.929/0001-57**, com sede na Praça dos Três Poderes nº 3182, Centro, Água Preta/PE.

CONTRATADA: IDB SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 42.073.258/0001-68**, com sede a Tv. Nossa Senhora de Lourdes, 241, 2°andar/sala 05, Centro, Palmares/PE.

OBJETO: LOCAÇÃO DE ESTRUTURA DE SOM, PALCO, ILUMINAÇÃO, SONORIZAÇÃO, TENDAS E ESTRUTURAS COMPLEMENTARES, A SEREM UTILIZADOS NOS EVENTOS E FESTAS COMEMORATIVAS DO MUNICÍPIO DA ÁGUA PRETA-PE.

VALOR TOTAL: R$ 24.896,43 (vinte e quatro mil oitocentos e noventa e seis reais e quarenta e três centavos).

VIGÊNCIA: 25/09/2025 a **25/11/2025**

ÁGUA PRETA/PE, 04 DE DEZEMBRO DE 2025

ANTONIO MANOEL DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Patrícia Alves Dos Santos
Código Identificador:87B9E1F6

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ÁGUAS BELAS

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - 2025
EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

CESSIONÁRIA: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ÁGUAS BELAS – IPREAB
CEDENTE: NEW VERSION DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS EIRELI - ME
CNPJ: nº 19.470.305/0001-95

OBJETO: Cessão NÃO ONEROSA do licenciamento de uso, pela CEDENTE à CESSIONÁRIA, do sistema **CONSIGUP** – Módulos do Consignante e Servidor, de propriedade da CEDENTE a fim de possibilitar a operacionalização e controle das consignações no âmbito da Administração Direta e Indireta da **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ÁGUAS BELAS – IPREAB** junto aos servidores municipais e às Consignatárias contratantes do sistema, bem como a prestação dos serviços técnicos e especializados em instalação, manutenção, suporte ao referido sistema e execução do cálculo das margens consignáveis SEM ÔNUS quaisquer para a CESSIONÁRIA e seus servidores.

DESPESAS: Termo de Cooperação Não Oneroso.

DATA DE ASSINATURA: 03/12/2025.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 60 MESES

ÁGUAS BELAS - PE, 03 de dezembro de 2025

EDILSON DE LIMA PARANHOS FILHO
Secretário Executivo Previdenciário
Portaria: 270/2025

Publicado por:
Emanoel Felipe de Lima Silva
Código Identificador:BE8ABE08

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ALAGOINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHA - PE -
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2025/PMA -
CREDENCIAMENTO Nº 003/2025 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2025 - TERMO DE REVOGAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE ALAGOINHA - PE, no uso de suas atribuições conferidas, em conformidade com o disposto no art. 71, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, **Considerando** que o ato administrativo revogatório é resultante do poder discricionário no qual permite a Administração rever suas atividades para que se destinem ao seu fim específico; **Considerando** que o interesse público nada mais é do que o interesse da coletividade e que cada ato da Administração Pública deve ter por escopo a satisfação e o interesse de todos os cidadãos. Resolve, REVOGAR, o Processo Licitatório, acima identificado, devidamente instaurado pela Comissão de Licitação, da Prefeitura Municipal, cujo objeto é o **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS QUALIFICADAS PARA EXPLORAÇÃO DAS MODALIDADES LOTÉRICAS EM MEIO FÍSICO E/OU VIRTUAL PARA O PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHA/PE**. Deixo aplicar o § 3º art. 71, da Lei 14.133/2021, uma vez que não houve adjudicação e homologação, não havendo necessidade de contraditório.

Alagoinha – PE, 04 de Dezembro de 2025.

SIMÃO CIRINEU DA COSTA NETO
Prefeito (*)

Publicado por:
Nyedson Jose Galindo de Medeiros
Código Identificador:BC0CB25D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHA - PE - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2025/PMA - CREDENCIAMENTO Nº 004/2025 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2025 - TERMO DE REVOGAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE ALAGOINHA - PE, no uso de suas atribuições conferidas, em conformidade com o disposto no art. 71, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, **Considerando** que o ato administrativo revogatório é resultante do poder discricionário no qual permite a Administração rever suas atividades para que se destinem ao seu fim específico; **Considerando** que o interesse público nada mais é do que o interesse da coletividade e que cada ato da Administração Pública deve ter por escopo a satisfação e o interesse de todos os cidadãos. Resolve, REVOGAR, o Processo Licitatório, acima identificado, devidamente instaurado pela Comissão de Licitação, da Prefeitura Municipal, cujo objeto é o **CREDENCIAMENTO E AUTORIZAÇÃO DE SISTEMA DE PAGAMENTO PARA PERMISSIONÁRIOS LOTÉRICOS PARA O PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHA/PE**. Deixo aplicar o § 3º art. 71, da Lei 14.133/2021, uma vez que não houve adjudicação e homologação, não havendo necessidade de contraditório.

Alagoinha – PE, 04 de Dezembro de 2025.

SIMÃO CIRINEU DA COSTA NETO
Prefeito (*)

Publicado por:
Nyedson Jose Galindo de Medeiros
Código Identificador:A7B91A26

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ADITIVO Nº 001/2025 - CONTRATO Nº 045/2025/FMS

-Processo Nº: 009/2025/FMS.
-Comissão: CP.
-Modalidade/Nº: Pregão Eletrônico Nº 005/2025.
-Objeto Nat.: Compra.
-Objeto Descr.: Contratação de empresa especializada para de fornecimento de Oxigênio Medicinal, Ar Medicinal, Regulador, Fluxômetro e Umidificador para Oxigênio, incluindo comodato e manutenção de cilindros e abastecimento, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Alagoinha - PE.
-Contrato nº 045/2025/FMS.
-Contratado: PAULO FERNANDO RODRIGUES GALVAO OXIGENIO.
-CNPJ nº 23.325.720/0001-22.
-Valor Contratado: R$ 212.900,00(duzentos e doze mil e novecentos reais), referente ao fornecimento dos itens nº 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10.
-Vigência: 12 meses.
-Valor Acrescido: R$ 17.019,20 (dezessete mil, dezenove reais e vinte centavos), correspondente ao percentual de 7,99% do valor originalmente contratado.

Alagoinha - PE, 13 de Novembro de 2025.

GABRYELLA ALVES DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde (*)

Publicado por:
Nyedson Jose Galindo de Medeiros
Código Identificador:20BB7AEC

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ALTINHO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 748/2025

DECRETO Nº 748/2025

Declara Situação Anormal caracterizada como situação de emergência em todo Município de Altinho-PE afetadas por Estiagem, e dá outras providencias.

.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALTINHO, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais e constitucionais que lhes são pelo artigo 54, V, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o disposto no art. 80, incisos VII, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

CONSIDERANDO a situação de estiagem prolongada que tem afetado o Município de Altinho, causando prejuízos econômicos, sociais e ambientais, especialmente no setor agrícola e no abastecimento de água à população, em especial a da Zona Rural;

CONSIDERANDO os relatórios emitidos pelos órgãos competentes que comprovam a redução drástica no volume de chuvas e o consequente comprometimento dos recursos hídricos locais;

CONSIDERANDO que a situação exige a adoção de medidas emergenciais para minimizar os impactos da estiagem e proteger a população, o meio ambiente e a economia local;

CONSIDERANDO o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, relatando a ocorrência deste desastre é favorável a declaração de SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA;
CONSIDERANDO competir ao Estado a preservação do bem-estar da população e das atividades socioeconômicas das regiões atingidas por eventos adversos, bem como a adoção imediata das medidas que se fizerem necessárias para, em regime de cooperação, combater situações emergenciais;
CONSIDERANDO o Decreto nº 58.012, de 20 de janeiro de 2025, reconheceu a situação de emergência em 118 (cento e dezoito) município, do Pernambuco devido à estiagem.

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Estado de Emergencial no Município de Altinho, em virtude da estiagem, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado conforme a evolução da situação.
Art. 2º Durante o período de vigência do Estado de Emergencial, ficam autorizados:

I – A mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário;

II - A adoção de medidas excepcionais para atendimento à população afetada;
Art. 3º O Município poderá solicitar apoio técnico e financeiro aos Governos Estadual e Federal, bem como a instituições públicas e privadas, para ações emergenciais de combate à estiagem e assistência à população afetada.
Art. 4º As despesas decorrentes das ações emergenciais serão custeadas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos imediatos.

Altinho/PE, 04 de dezembro de 2025.

MARIVALDO PENA
Prefeito

Publicado por:
Luis Henrique Gonçalves Alves
Código Identificador:5028FBF3

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ANGELIM

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 055/2025 - PMA

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2025 - PMA
PROCESSO LICITATÓRIO N° 015/2025 - PMA
CONTRATANTE: **O MUNICÍPIO DE ANGELIM/PE, através da ADMINISTRAÇÃO,** inscrito no CNPJ: **10.130.755/0001-64.** CONTRATADA: **CM MÁQUINAS LTDA**, inscrita no CNPJ **nº 47.978.240/0001-29. OBJETO:** Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo referente à Contratação de empresa especializada para Locação de Máquinas (Trator), para aração de terras no **Município de Angelim/PE. Vigência: 01/01/2026 á 01/07/2026. Angelim/PE, 03 de dezembro de 2025.**

FERNANDA BARROS ALVES DA SILVA.
Secretária de Administração.

Publicado por:
Joselma Carlos de Sales Maciel
Código Identificador:D8A09AA6

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 015/2025 - CPLC

PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2024 - PMA
PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2024 - PMA
CONTRATANTE: **O MUNICÍPIO DE ANGELIM/PE, através da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,** inscrito no CNPJ: **30.034.495/0001-30.** CONTRATADA: **VALDEMIR LIMA PIMENTEL JUNIOR LOCAÇÃO DE VEÍCULOS EIRELI**, inscrita no CNPJ **nº 10.657.452/0001-02. OBJETO:** Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo referente à Contratação de pessoa jurídica para prestação do serviço de transporte escolar dos estudantes da rede pública de ensino do Município de Angelim/PE**. Vigência: 18/01/2026 á 18/01/2027. Angelim/PE, 02 de dezembro de 2025.**

DJANE MARIA SILVA.
Secretária de Educação.

Publicado por:
Joselma Carlos de Sales Maciel
Código Identificador:FF54C05F

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025. COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO.

RELATÓRIO DE AVERIGUAÇÃO DE RESIDÊNCIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELIM, ESTADO DE PERNAMBUCO,tendo em vista o Edital do**CONCURSO PÚBLICO**nº 01/2025, por meio de Comissão Organizadora nomeada pela Portaria nº 163 de 12 de maio de 2025, diante do RESULTADO PARCIAL para o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, fora enviada solicitação de documentos comprobatórios de residência constantes no Anexo VII do referido Edital por e-mail aos candidatos aprovados e classificados, sendo feita análise minuciosa da documentação recebida e julgamento da condição individual, cujo relatório encontra-se disponível no Portal Eletrônico da Fundação Vale do Piauí através do seguinte endereço:

https://funvapi.com.br/wp-content/uploads/2025/12Relatorio_de_Averiguacao_de_Residencia_-_ACSs_29ass_assinado.pdf

1- Os candidatos na condição INAPTO podem apresentar recurso devidamente fundamentado num prazo de até dois dias úteis, ou seja, até o dia 04 de dezembro de 2025 no e-mail: prefeituraangelim.dp@gmail.com

Angelim-PE, 02 de dezembro de 2025

Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado NOMEADA PELA PORTARIA Nº 163de 12 maio de 2025.

OZANO AUGUSTINHO S. JUNIOR
Presidente

DÉBORA MIRELA SANTOS SILVA
Membro

HÉLMITON RENATO N. DA SILVA
Membro

Publicado por:
Laura Luana de Amorim Cysneiros
Código Identificador:D3C666D7

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADESÃO À NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA DE PADRÃO NACIONAL

Termo de Adesão do **MUNICÍPIO DE ANGELIM/PE** ao Convênio da NFS-e, celebrado em 30 de junho de 2022, entre as administrações tributárias da União, do Distrito Federal e dos Municípios, com a participação da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF), da Confederação Nacional de Municípios (CNM), e da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), objetivando a adesão ao padrão nacional da Nota Fiscal de Serviço eletrônica, bem como exercer opção por produtos disponíveis pelo Sistema Nacional da NFS-e, de acordo com o disposto no artigo 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

O MUNICÍPIO DE ANGELIM/PE, CNPJ 10.130.755/0001-64, neste ato representado pelo seu Prefeito, CARLOS HENRIQUE FIGUEIREDO LOPES LIMA, CPF nº 032.551.746-92, tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 100 e no art. 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ora denominado **ADERENTE**:

Considerando que o Convênio da NFS-e, celebrado em 30 de junho de 2022, quedispõe sobre as regras relativas à instituição de um padrão nacional para a Nota Fiscal deServiço eletrônica (Protocolo ENAT nº 11, de 2015), institui o Sistema Nacional da NFS-e eestabelece o modelo deste Termo de Adesão ao Convênio,resolve firmar, por seus representantes legais, o presente Termo de Adesão ao Convênio da NFS-e que se regerá pelas cláusulas seguintes:

DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo a adesão ao Convênio da NFS-e, celebrado em 30 de junho de 2022, visando adotar o padrão nacional da Nota Fiscal de Serviço eletrônica (NFS-e), com o consequente compartilhamento dos documentos fiscais, e integrar o Sistema Nacional da NFS-e, sem prejuízo da legislação nacional referente aos sigilos comercial e fiscal.

DAS CONDIÇÕES

O aderente se obriga às cláusulas do CONVÊNIO.

DA VIGÊNCIA

O presente TERMO é parte integrante do CONVÊNIO e terá vigência por prazo indeterminado, a partir da data de sua assinatura.
Na ocorrência de ajustes ao CONVÊNIO, este termo fica tacitamente ratificado, sem prejuízo ao direito ulterior de distrato.

DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente TERMO é de responsabilidade do ADERENTE, a ser formalizada em seus diários oficiais, ou em outros instrumentos de grande circulação.
O signatário firma o presente TERMO para que produza os efeitos legais e resultantes de
direito.

Gabinete do Prefeito, 29 de novembro de 2025.

CARLOS HENRIQUE FIGUEIREDO LOPES LIMA
Prefeito do Município de Angelim/PE

Publicado por:
Laura Luana de Amorim Cysneiros
Código Identificador:F99AA976

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ARARIPINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARIPINA
AVISO DE LICITAÇÃO - SMS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2025

OBJETO: Registro de Preço para a contratação de empresa (s), visando àaquisição de ambulâncias novas**,**tipo 4x4**e** tipo UTI**,**totalmente equipadas e aptas ao uso imediato, para atendimento, remoção e suporte a pacientes em áreas urbanas e rurais, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde de Araripina–PE.

VALOR ESTIMADO: R$1.677.125,00(Hum milhão, seiscentos e setenta e sete mil, cento e vinte e cinco reais).

DATA DE INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 08/12/2025;
DATA FINAL DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 08h59min do dia 18/12/2025;
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E SESSÃO DE DISPUTA: às 09h00min do dia 18/12/2025;
REFERÊNCIA DE TEMPO:horário de Brasília (DF);
LOCAL:LICITANET - LICITAÇÕES ONLINE www.licitanet.com.br
SUPORTE: (34) 3014 - 6633 ou (34) 2512 - 6504.
CONTATO: (87) 9 8835 - 3114 ou através do e-mail: cpl@araripina.pe.gov.br, de segunda a sexta, das 08hs às 14hs.

Araripina/PE, 04 de dezembro de 2025.

PATRICIA CADEIRA NOVAIS
Secretária de Municipal de Saúde
Portaria nº 513/2025

Publicado por:
Maria Helly Silva Campos Caitano
Código Identificador:CBD96007

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ARCOVERDE

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARCOVERDE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 025/2025

Processo Administrativo nº 026/2025 – Inexigibilidade nº 015/2025; ObjetoFormalização e pagamento das despesas referentes às inscrições dos vereadores e servidores da Câmara Municipal de Arcoverde/PE, para participação no I Congresso Nacional de Vereadoras, Vereadores e Agentes Públicos, promovido pela Associação Nacional dos Vereadores – ANV, a realizar-se no período 27 a 30 de novembro de 2025, no auditório da Secretaria de Educação e Esportes de Caruaru/PE, conforme especificações constantes no Termo de Referência; Contratante: **CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOVERDE - PE,** C.N.P.J/MF sob o nº 12.659.777/0001-41; Contratada: **ASSOCIACAO NACIONAL DOS VEREADORES**, valor global **R$ 16.800**; Vigência: Até 10 de Dezembro de 2025, a contar da data de assinatura do instrumento contratual. Para mais informações, favor dirigir-se à sala de Licitações, localizada no endereço indicado no rodapé.

Arcoverde/PE, 26 de Novembro de 2025.

Câmara Municipal de Arcoverde - PE
C.N.P.J/MF sob o nº 12.659.777/0001-41
LUCIANO RODRIGUES PACHECO
Contratante

Publicado por:
Kleber Roberto Vieira Ramos
Código Identificador:0BF7E7DC

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-FMS/COMISSÃO PERMAMENTE DE LICITAÇÃO CPL
TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO DE ADESÃO DE ARP Nº 005/2025 - ADESÃO 005/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOVERDE*, Estado de Pernambuco, através da Secretaria Municipal de Saúde, torna público que fez adesão, como órgão não participante à Ata de Registro de Preços nº RP 00016/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 00016/2025, realizado pela Prefeitura Municipal de Fagundes/PB, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE VEICULO TIPO PICK UP CABINE DUPLA 4 PORTAS, Prestador de serviços:* ***FIORI VEICOLO S.A CNPJ: 35.715.234/0008-76.*** *VALOR:* ***R$ 246.000,00 (duzentos e quarenta e seis mil reais)****.* ***VIGÊNCIA:*** *12 (doze) meses, com início em* ***05/12/2025*** *e término em* ***05/12/2026****. Amparo legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal. Nº 11.462/2023.*

Arcoverde/PE, 05 de dezembro de 2025.

MARIA CLARA MELO DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Anderson Severiano Dos Santos
Código Identificador:A98FB6D4

GABINTE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 571/2025

EMENTA: Designar a servidora Rebeca Isis Correia de Figueiredo, responsável pela Autarquia de Segurança Pública do Município de Arcoverde - ARCOSEG e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE ARCOVERDE*, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais que lhes conferem a Lei Orgânica Municipal,*

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR *a servidora:* ***REBECA ISIS CORREIA DE FIGUEIREDO****, CPF 055.116.784-06****,* ***responsável pelo CNPJ da Autarquia de Segurança Pública do Município de Arcoverde – ARCOSEG,*** *que fica situado na Avenida Coronel Antonio Japiassu, 777 – Anexo 2 – Centro – Arcoverde/PE, a partir desta data.*
Art. 2º - *Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.*
REGISTRE-- SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PREFEITO, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2025.

JOSÉ CAVALCANTI ALVES JÚNIOR
Prefeito

Publicado por:
Maria Clara Leite de Oliveira e Souza
Código Identificador:434CCCC7

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BARRA DE GUABIRABA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 216/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA DE GUABIRABA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica o Capítulo VI, Art. 32, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO DO QUADRO EFETIVO o Sr.º BRENO HIGOR RODRIGUES VILAR, inscrito no CPF/MF **nº 087.284.544-30 e RG nº 7.878.135 SDS/PE,** que exerce a função de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS** lotado na Secretaria de Obras e Urbanismo deste Município.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições anteriores.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Barra de Guabiraba, 28 de novembro de 2025.

DIOGO CARLOS DE LIMA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Anamarina Vasconcelos Coutinho
Código Identificador:7F6A58EC

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BELÉM DO SÃO FRANCISCO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 65, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025 DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA DE VACINAÇÃO NAS ESCOLAS PARA OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DO MUNICÍPIO DE BELÉM DO SÃO FRANCISCO-PE, E DÁ OUTRAS PR

O Prefeito do Município de Belém do São Francisco/PE, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;
D E C R E T A:
Art. 1°. Fica instituído o Programa de Vacinação nas Escolas para os(as) alunos(as) da educação infantil e do ensino fundamental das escolas públicas e privadas do Município de Belém do São Francisco-PE, com o objetivo de intensificar as ações de vacinação, inclusive em campanhas, e melhorar a cobertura vacinal das crianças e adolescentes

Art. 2º - Para a realização do Programa de Vacinação nas Escolas, as Unidades Básicas de Saúde entrarão em contato com as escolas pertencentes ao Município de Belém do São Francisco-PE, para que seja agendada a data em que a equipe de saúde irá vacinar as crianças na escola, pelo menos uma vez por ano.
Parágrafo único. A Unidade Básica de Saúde deverá divulgar as datas e horários em que haverá vacinação nas escolas para que as crianças e seus familiares sejam informados.
Art. 3° - Serão vacinadas todas as crianças que apresentarem, no dia agendado, a carteira de vacinação, após a análise e identificação de atraso ou oportunidade de vacinação, e não serão vacinadas na escola aquelas crianças que não trouxerem a carteira de vacinação, que possuam contraindicação médica ou tenham tido eventos adversos específicos a alguma vacina, comprovados por atestado médico.
§ 1º. A escola deverá enviar aos pais ou responsáveis de todos os alunos, com no mínimo cinco dias de antecedência, comunicado solicitando que os(as) estudantes levem a carteira de vacinação na data estipulada.
§ 2º. Os pais ou responsáveis cujas crianças não comparecerem à escola com a carteira de vacinação na data da visita receberão um comunicado da escola para comparecerem a unidade de saúde com a carteira de vacinação, no menor prazo possível, para a equipe de saúde analisar e, se necessário, atualizar a situação vacinal da criança.
§ 3º. A escola encaminhará para a Unidade Básica de Saúde, uma lista contendo o nome dos(as) alunos(as) que não portava a carteira de vacinação na data da visita, bem como os nomes de seus responsáveis, endereço domiciliar e telefone, para subsidiar a comunicação da equipe de saúde com as famílias cujos alunos precisam ter suas vacinas atualizadas.
§ 4º. Caso os pais ou responsáveis que receberem a notificação de que trata o § 2º deste artigo não compareçam à Unidade Básica de Saúde nos 60 (sessenta) dias posteriores à visita na escola, a Unidade de Saúde deverá realizar visita domiciliar à família para orientá-la sobre a importância da vacinação.
Art. 4º - No início de todo ano, após a matrícula, a escola deverá enviar, para a Unidade Básica de Saúde de referência, uma versão fotografada ou digitalizada da carteira de vacinação de cada criança matriculada para que a situação vacinal da criança seja analisada e atualizada pela equipe de saúde.

Art. 5º - O referenciamento das escolas às unidades básicas de saúde é determinado pela Secretaria Municipal de Saúde em alinhamento com a Secretaria Municipal de Educação.
Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BELÉM DO SÃO FRANCISCO, Estado de Pernambuco, 03 de dezembro de 2025.

CALBY DE CARVALHO CRUZ
Prefeito

Publicado por:
Lumma Evillin Campos Carvalho
Código Identificador:5C32EA80

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 297/2025 O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BELÉM DO SÃO FRANCISCO/PE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCENDER LICENÇA PRÊMIO a servidora pública municipal **CRISTIANE LIMA E SILVA** (matrícula n°346-1) pelo prazo de 2 (dois) meses, a partir do dia 03 de novembro de 2025 a 02 de janeiro de 2026.
Art. 2º - A servidora mencionada deverá observar as normas e prazos estabelecidos na legislação vigente, bem como providenciar o retorno às atividades ao término da licença, sob pena das sanções legais cabíveis.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Belém do São Francisco/PE, 27 de novembro de 2025.

CALBY DE CARVALHO CRUZ
Prefeito

Publicado por:
Lumma Evillin Campos Carvalho
Código Identificador:2D6CEDC6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 299/2025 O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BELÉM DO SÃO FRANCISCO/PE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCENDER LICENÇA SEM VENCIMENTO ao servidor público municipal **IVANILDO JOSÉ ROSA,** (matrícula n°2838), a partir do dia 01 de dezembro de 2025.
Art. 2- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Belém do São Francisco/PE, 01 de dezembro de 2025.

CALBY DE CARVALHO CRUZ
Prefeito

Publicado por:
Lumma Evillin Campos Carvalho
Código Identificador:1EFFFECD

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BELO JARDIM

AUTARQUIA EDUCACIONAL DE BELO JARDIM - AEB
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2025

PROCESSO LICITATÓRIO N° 24/2025- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025. Objeto: Registro de Preço a eventual aquisição de modelos anatômicos, visando atender as demandas Faculdade do Belo Jardim - FBJ, conforme especificações e quantitativos, e demais condições presentes no termo de referência. **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2025,** com validade de 12 (doze) meses. **E. CAMPREGUER COMEX LTDA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ nº. 43.287.805/0001-70**. VALOR REGISTRADO**: **R$ 22.600,00 (vinte e dois mil e seiscentos reais).**
Belo Jardim, 05 de dezembro de 2025.

ANTONIO HENRIQUE HABIB CARVALHO
Diretor – Presidente da AEB

Publicado por:
Flavio Moreira Alves da Silva
Código Identificador:D719ED29

AUTARQUIA EDUCACIONAL DE BELO JARDIM - AEB
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 11/2024. Processo Licitatório nº 42/2024. Inexigibilidade nº 10/2024. Contratação de escritório de advocacia especializado para prestação de assessoria e consultoria jurídica. Contratada: **BEVILAQUA PINTO E ALBUQUERQUE ADVOCACIA**, CNPJ/MF sob o nº 29.116.731/0001-89 Termo aditivo: **04/12/2025 a 04/12/2026.**

Belo Jardim (PE), em 05 de dezembro de 2025.

ANTONIO HENRIQUE HABIB CARVALHO
Diretor-Presidente da AEB.

Publicado por:
Flavio Moreira Alves da Silva
Código Identificador:9F3CED20

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 638 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025.

Torna sem efeito a Portaria nº 804/2024 de 22 de novembro de 2024, que trata da designação de servidor, no âmbito da Secretaria de Educação, Esporte e Tecnologia, deste Município.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BELO JARDIM, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 94 da Lei Orgânica do Município, RESOLVE: Art. 1º – Tornar sem efeito a Portaria nº 804/2024 de 22 de novembro de 2024, que trata da designação do servidor ANTÔNIO CARLOS JERÔNIMO DA SILVA, inscrito no CPF (ME) sob o nº. ***.533.054-**, ocupante do cargo em comissão de Secretário Executivo, no âmbito da Secretaria de Educação, Esporte e Tecnologia, deste Município
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de dessa data 02 de dezembro 2025. Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito, Palácio Municipal Deputado José Mendonça Bezerra, Município de Belo Jardim, Estado de Pernambuco, 02 de dezembro de 2025.

GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Késia Duarte de Melo
Código Identificador:158F4211

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 639 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025.

Designa Coordenador para fiscalização de obras no âmbito da Secretaria de Educação, Esporte e Tecnologia deste Município.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BELO JARDIM, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 94 da Lei Orgânica do Município, RESOLVE: Art. 1º – Designar a Senhora LAIS DE SOUZA LIMA, inscrita no CPF (ME) sob o nº. ***.242.724-**, ocupante do cargo em comissão de Coordenador, Símbolo CC4, Lei nº 3.649/2025, neste ato, como responsável pela fiscalização das obras no âmbito da Secretaria de Educação, Esporte e Tecnologia deste Município. Parágrafo Único – A servidora acima mencionada, não receberá acúmulo de vencimentos salariais.
Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir dessa data, 02 de dezembro de 2025.
Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário. Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito, Palácio Municipal Deputado José Mendonça Bezerra, Município de Belo Jardim, Estado de Pernambuco, 02 de dezembro de 2025.

GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Késia Duarte de Melo
Código Identificador:031341E5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 640 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025.

Exonera servidor no âmbito da Secretaria de Saúde do Município de Belo Jardim.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BELO JARDIM, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 94 da Lei Orgânica do Município, RESOLVE: Art. 1º – Exonerar, a pedido da servidora, a Sra. IALY PACHECO FARIAS, inscrita no CPF (ME) sob o nº. ***.316.404-**, efetiva, no cargo de Psicólogo Clínico, Matrícula 0.00021366.3, lotada na Secretaria de Saúde, no âmbito do Município de Belo Jardim.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos, a partir do dia 03 de dezembro de 2025.
Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Palácio Municipal Deputado José Mendonça Bezerra, Município de Belo Jardim, Estado de Pernambuco, 02 de dezembro de 2025.

GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Késia Duarte de Melo
Código Identificador:C0D5B54E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 643 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025.

Exonera Assessor Executivo no âmbito da Secretaria de Assistência Social desse Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BELO JARDIM, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 94 da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 3.649/2025 e Lei Municipal nº 3.357/2021,

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar, a pedido do servidor, o Sr. JOSÉ MARCÍLIO BARBOSA DA COSTA PEREIRA, inscrito no CPF (ME) sob o nº. ***.895.544-**, do cargo em comissão de Assessor Executivo, Símbolo CC6, da Lei nº 3.649/2025, lotado na Secretaria de Assistência Social deste Município.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 03 de dezembro de 2025.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Palácio Municipal Deputado José Mendonça Bezerra, Município de Belo Jardim, Estado de Pernambuco, 03 de dezembro de 2025.

GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Maria Gabriela Dos Santos Monteiro
Código Identificador:04674017

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 645 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025.

Exonera Diretor no âmbito da Secretaria de Assistência Social desse Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BELO JARDIM, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 94 da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 3.649/2025 e Lei Municipal nº 3.357/2021,

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar, a pedido da servidora, a Sra. MARIA EDUARDA DE ARAÚJO SANTOS CARLOS, inscrita no CPF (ME) sob o nº. ***.821.884-**, do cargo em comissão de Diretor, Símbolo CC3, da Lei nº 3.649/2025, lotada na Secretaria de Assistência Social deste Município.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 04 de dezembro de 2025.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Palácio Municipal Deputado José Mendonça Bezerra, Município de Belo Jardim, Estado de Pernambuco, 04 de dezembro de 2025.

GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Maria Gabriela Dos Santos Monteiro
Código Identificador:942D6CC9

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BETÂNIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2025

MODALIDADE Nº: CHAMAMENTO N° 003/2025
OBJETO NAT.: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
OBJETO DESC.: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PRESTADORA DO SERVIÇO DE INTERMEDIAÇÃO E PROMOÇÃO DE INTEGRAÇÃO ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE BETÂNIA/PE E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO, VISANDO À IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMA DE ESTÁGIO (ENSINO SUPERIOR, PROFISSIONALIZANTE, MÉDIO) COM CARGA HORÁRIA DE 04 OU 06 HORAS DIÁRIAS.
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 180/2025
VALOR GLOBAL: R$ 53.424,00 (cinquenta e três mil, quatrocentos e vinte e quatro reais)
FONTE DE RECURSOS: Recursos Próprios, 15% DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA PARA A SAÚDE (LC nº 141/2012), 25% DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO (ART. nº 212 CF)

CONTRATADO: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DE PERNAMBUCO - CIEE, inscrita no CNPJ sob o nº 10.998.292/0001-57 Rua do Progresso, nº 465, Bairro da Boa Vista, Recife/PE – CEP: 50070 095, por intermédio da sua representante legal, a Srª MARIA INEZ BORGES LINS, portadora da carteira de identidade nº 872.937 – SDS/PE, e CPF nº 276.162.904-34.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 Meses, durante o período de 13 de agosto de 2025 até 13 de agosto de 2026.
BETÂNIA, 13 de agosto de 2025.

Secretaria Municipal de Administração
ILMA GOMES NEVES

Publicado por:
Ellen Yasmin Gomes de Moura
Código Identificador:D564F30C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 152/2025

MODALIDADE Nº: PREGÃO ELETRÔNICO N° 031/2025
OBJETO NAT.:AQUISIÇÃO DE BENS
OBJETO DESC.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE IMPLANTE CONTRACEPTIVO SUBDERMICO DO TIPO ETONOGESTREL 68MG e DIU DE COBRE COM FINALIDADE DE SEREM UTILIZADOS COMO MÉTODO CONTRACEPTIVO PARA MULHERES ATENDIDAS NA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BETÂNIA-PE.
CONTRATO DE FORNECIMENTO PARCELADO N° 264/2025
VALOR GLOBAL: R$3.800,00 (três mil e oitocentos reais)
FONTE DE RECURSOS: 1.600.3110 – Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais

CONTRATADO: SAMAPI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, CNPJ nº 54.361.381/0001-63, com endereço Av. Eurico Gaspar Dutra, 230, CECAP, PIRACICABA – SP, CEP 13.421-450, representada neste ato pelo(a) Sr(a) PAULO POLACOW SABBAGH, Brasileiro, casado sob o regime de comunhão de bens, empresário, residente à Rua Francisco Manoel da Silva, nº 33, Bairro: Parque Santa Cecilia, Piracicaba-SP, CEP: 13.420-140, inscrito no CPF/MF sob o nº 123.445.378-99, portador da carteira de identidade nº 18.675.817-0.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 Meses, durante o período de 11 de novembro de 2025 até 11 de novembro de 2026.
BETÂNIA, 11 de novembro de 2025.

Fundo Municipal de Saúde
VALÉRIA APRECIDA DA SILVA

Publicado por:
Ellen Yasmin Gomes de Moura
Código Identificador:6BD92E9C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 152/2025

MODALIDADE Nº: PREGÃO ELETRÔNICO N° 031/2025
OBJETO NAT.: AQUISIÇÃO DE BENS
OBJETO DESC.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE IMPLANTE CONTRACEPTIVO SUBDERMICO DO TIPO ETONOGESTREL 68MG e DIU DE COBRE COM FINALIDADE DE SEREM UTILIZADOS COMO MÉTODO CONTRACEPTIVO PARA MULHERES ATENDIDAS NA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BETÂNIA-PE.
CONTRATO DE FORNECIMENTO PARCELADO N° 265/2025
VALOR GLOBAL: R$61.500,00 (sessenta e um mil e quinhentos reais)
FONTE DE RECURSOS: 1.600.3110 – Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais

CONTRATADO: SERTAO MEDICAMENTOS & HOSPITALARES & ODONTOLOGICOS LTDA, CNPJ nº 32.386.986/0001-76, com endereço à Rua Cel Francisco Alves S Melo, 10 - LETRA B, Albuquerque Ne, SERTANIA – PE, CEP 56.600-000, representada neste ato pelo(a) Sr(a) WANDEILDO ALVES DA SILVA, brasileiro, solteiro, empresário, CPF sob o no 908.824.074-49 e RG sob o no 332283070 SSP-SP, residente na Rua Manoel Pereira do Amorim, no39, Bairro: Centro, Custódia-PE, CEP: 56640-000.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 Meses, durante o período de 11 de novembro de 2025 até 11 de novembro de 2026.
BETÂNIA, 11 de novembro de 2025.

Fundo Municipal de Saúde
VALÉRIA APARECIDA DA SILVA

Publicado por:
Ellen Yasmin Gomes de Moura
Código Identificador:0D430EC1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATOS DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2025

MODALIDADE Nº: PREGÃO ELETRÔNICO N° 004/2025
OBJETO NAT.: AQUISIÇÃO DE BENS
OBJETO DESC.: AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA DE MATERIAIS DE LIMPEZA, DESCARTÁVEIS E HIGIENE PESSOAL, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BETÂNIA-PE.
CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 271/2025
VALOR GLOBAL: R$ 208.591,05 (duzentos e oito mil, quinhentos e noventa e um reais e cinco centavos)
FONTE DE RECURSOS: 25% de Impostos e Transferências para a Educação (Art. 212 CF), Recursos do Salário Educação (QSE, Complemento da União – VAAT – FUNDEB 30% (Demais Despesas), FUNDEB 30% (Despesas Diversas)

CONTRATADO: COMERCIAL SERTANEJO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.500.724/0001-79, com sede na Rua Jose Pedro Carvalho, 352, Centro, Araci, PE, CEP 48.760-000, neste ato representada pela Srª. ANA CLAUDIA MACEDO CARVALHO, brasileira, solteira, empresária, CPF sob o nº 920.799.035-00, IDENTIDADE sob o nº 08148623-57 SSP-BA.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 Meses, durante o período de 19 de novembro de 2025 até 19 de novembro de 2026.
BETÂNIA, 19 de novembro de 2025.

Secretaria Municipal de Educação
MARIA DE LOURDES BEZERRA ARAÚJO

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2025
MODALIDADE Nº: PREGÃO ELETRÔNICO N° 004/2025
OBJETO NAT.: AQUISIÇÃO DE BENS
OBJETO DESC.: AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA DE MATERIAIS DE LIMPEZA, DESCARTÁVEIS E HIGIENE PESSOAL, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BETÂNIA-PE.
CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 272/2025
VALOR GLOBAL: R$ 123.307,80 (cento e vinte e três mil e trezentos e sete reais e oitenta centavos)
FONTE DE RECURSOS: Recursos Transferidos pelo FNAS, Recursos Próprios, Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social,

CONTRATADO: COMERCIAL SERTANEJO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.500.724/0001-79, com sede na Rua Jose Pedro Carvalho, 352, Centro, Araci, PE, CEP 48.760-000, neste ato representada pela Srª. ANA CLAUDIA MACEDO CARVALHO, brasileira, solteira, empresária, CPF sob o nº 920.799.035-00, IDENTIDADE sob o nº 08148623-57 SSP-BA.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 Meses, durante o período de 19 de novembro de 2025 até 19 de novembro de 2026.
BETÂNIA, 19 de novembro de 2025.

Fundo Municipal de Assistência Social
NUBIA DE AGUIAR MAGALHÃES

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2025
MODALIDADE Nº: PREGÃO ELETRÔNICO N° 004/2025
OBJETO NAT.: AQUISIÇÃO DE BENS
OBJETO DESC.: AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA DE MATERIAIS DE LIMPEZA, DESCARTÁVEIS E HIGIENE PESSOAL, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BETÂNIA-PE.
CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 273/2025
VALOR GLOBAL: R$ 222.613,22 (duzentos e vinte e dois mil, seiscentos e treze reais e vinte e dois centavos)
FONTE DE RECURSOS: Recursos do SUS do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos, 15% de Impostos e Transparência para a Saúde (LC nº 141/2012)

CONTRATADO: COMERCIAL SERTANEJO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.500.724/0001-79, com sede na Rua Jose Pedro Carvalho, 352, Centro, Araci, PE, CEP 48.760-000, neste ato representada pela Srª. ANA CLAUDIA MACEDO CARVALHO, brasileira, solteira, empresária, CPF sob o nº 920.799.035-00, IDENTIDADE sob o nº 08148623-57 SSP-BA.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 Meses, durante o período de 19 de novembro de 2025 até 19 de novembro de 2026.
BETÂNIA, 19 de novembro de 2025.

Fundo Municipal de Saúde
VALÉRIA APARECIDA DA SILVA

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2025
MODALIDADE Nº: PREGÃO ELETRÔNICO N° 004/2025
OBJETO NAT.: AQUISIÇÃO DE BENS
OBJETO DESC.: AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA DE MATERIAIS DE LIMPEZA, DESCARTÁVEIS E HIGIENE PESSOAL, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BETÂNIA-PE.
CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 274/2025
VALOR GLOBAL: R$ 49.217,10 (quarenta e nove mil duzentos e dezessete reais e dez centavos)
FONTE DE RECURSOS: Recursos Próprios

CONTRATADO: COMERCIAL SERTANEJO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.500.724/0001-79, com sede na Rua Jose Pedro Carvalho, 352, Centro, Araci, PE, CEP 48.760-000, neste ato representada pela Srª. ANA CLAUDIA MACEDO CARVALHO, brasileira, solteira, empresária, CPF sob o nº 920.799.035-00, IDENTIDADE sob o nº 08148623-57 SSP-BA.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 Meses, durante o período de 19 de novembro de 2025 até 19 de novembro de 2026.
BETÂNIA, 19 de novembro de 2025.

Secretaria Municipal de Administração
ILMA GOMES NEVES

Publicado por:
Ellen Yasmin Gomes de Moura
Código Identificador:B9E25BA3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATOS DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2025

MODALIDADE Nº: PREGÃO ELETRÔNICO N° 008/2025
OBJETO NAT.: AQUISIÇÃO DE BENS
OBJETO DESC.: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BETÂNIA/PE, INCLUINDO O CONSUMO INTERNO DAS REFERIDAS SECRETARIAS E O FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS N° 266/2025
VALOR GLOBAL: R$ 44.145,55 (quarenta e quatro mil, cento e quarenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos)
FONTE DE RECURSOS: Recursos do Salário Educação (QSE), Recursos do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), 25% de Impostos e Transferências para a Educação (Art. 212 CF).

CONTRATADO: COMERCIAL SERTANEJO LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 09.500.724/0001-79, com sede na Rua Jose Pedro Carvalho, 352, Centro, Araci, PE, CEP 48.760-000, neste ato representada pela Sra. ANA CLAUDIA MACEDO CARVALHO, brasileira, solteira, empresária, CPF sob o no 920.799.035-00, IDENTIDADE sob o no 08148623-57 SSP-BA.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 Meses, durante o período de 19 de novembro de 2025 até 19 de novembro de 2026.
BETÂNIA, 19 de novembro de 2025.

Secretaria Municipal de Educação
MARIA DE LOURDES BEZERRA ARAÚJO

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2025
MODALIDADE Nº: PREGÃO ELETRÔNICO N° 008/2025
OBJETO NAT.: AQUISIÇÃO DE BENS
OBJETO DESC.: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BETÂNIA/PE, INCLUINDO O CONSUMO INTERNO DAS REFERIDAS SECRETARIAS E O FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS N° 267/2025
VALOR GLOBAL: R$1.202.433,14 (um milhão, duzentos e dois mil, quatrocentos e trinta e três reais e quatorze centavos)
FONTE DE RECURSOS: Recursos do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), Recursos do Salário Educação (QSE)

CONTRATADO: COMERCIAL SERTANEJO LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 09.500.724/0001-79, com sede na Rua Jose Pedro Carvalho, 352, Centro, Araci, PE, CEP 48.760-000, neste ato representada pela Sra. ANA CLAUDIA MACEDO CARVALHO, brasileira, solteira, empresária, CPF sob o no 920.799.035-00, IDENTIDADE sob o no 08148623-57 SSP-BA.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 Meses, durante o período de 19 de novembro de 2025 até 19 de novembro de 2026.
BETÂNIA, 19 de novembro de 2025.

Secretaria Municipal de Educação
MARIA DE LOURDES BEZERRA ARAÚJO

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2025
MODALIDADE Nº: PREGÃO ELETRÔNICO N° 008/2025
OBJETO NAT.: AQUISIÇÃO DE BENS
OBJETO DESC.: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BETÂNIA/PE, INCLUINDO O CONSUMO INTERNO DAS REFERIDAS SECRETARIAS E O FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS N° 268/2025
VALOR GLOBAL: R$ 17.790,05 (dezessete mil setecentos e noventa reais e cinco centavos)
FONTE DE RECURSOS: Recursos Próprios

CONTRATADO: COMERCIAL SERTANEJO LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 09.500.724/0001-79, com sede na Rua Jose Pedro Carvalho, 352, Centro, Araci, PE, CEP 48.760-000, neste ato representada pela Sra. ANA CLAUDIA MACEDO CARVALHO, brasileira, solteira, empresária, CPF sob o no 920.799.035-00, IDENTIDADE sob o no 08148623-57 SSP-BA.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 Meses, durante o período de 19 de novembro de 2025 até 19 de novembro de 2026.
BETÂNIA, 19 de novembro de 2025.

Secretaria Municipal de Administração
ILMA GOMES NEVES

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2025
MODALIDADE Nº: PREGÃO ELETRÔNICO N° 008/2025
OBJETO NAT.: AQUISIÇÃO DE BENS
OBJETO DESC.: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BETÂNIA/PE, INCLUINDO O CONSUMO INTERNO DAS REFERIDAS SECRETARIAS E O FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS N° 269/2025
VALOR GLOBAL: R$183.215,34 (cento e oitenta e três mil duzentos e quinze reais e trinta e quatro centavos)
FONTE DE RECURSOS: 15% de Impostos e Transferência para a Saúde (LC no1412012), Recursos do SUS do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços públicos

CONTRATADO: COMERCIAL SERTANEJO LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 09.500.724/0001-79, com sede na Rua Jose Pedro Carvalho, 352, Centro, Araci, PE, CEP 48.760-000, neste ato representada pela Sra. ANA CLAUDIA MACEDO CARVALHO, brasileira, solteira, empresária, CPF sob o no 920.799.035-00, IDENTIDADE sob o no 08148623-57 SSP-BA.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 Meses, durante o período de 19 de novembro de 2025 até 19 de novembro de 2026.
BETÂNIA, 19 de novembro de 2025.

Fundo Municipal de Saúde
VALÉRIA PARECIDA DA SILVA

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2025
MODALIDADE Nº: PREGÃO ELETRÔNICO N° 008/2025
OBJETO NAT.: AQUISIÇÃO DE BENS
OBJETO DESC.: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BETÂNIA/PE, INCLUINDO O CONSUMO INTERNO DAS REFERIDAS SECRETARIAS E O FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS N° 270/2025
VALOR GLOBAL: R$ 106.929,56 (cento e seis mil, novecentos e vinte e nove reais e cinquenta e seis centavos)
FONTE DE RECURSOS: Recursos Transferidos pelo FNAS, Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social, Recursos Próprios

CONTRATADO: COMERCIAL SERTANEJO LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 09.500.724/0001-79, com sede na Rua Jose Pedro Carvalho, 352, Centro, Araci, PE, CEP 48.760-000, neste ato representada pela Sra. ANA CLAUDIA MACEDO CARVALHO, brasileira, solteira, empresária, CPF sob o no 920.799.035-00, IDENTIDADE sob o no 08148623-57 SSP-BA.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 Meses, durante o período de 19 de novembro de 2025 até 19 de novembro de 2026.
BETÂNIA, 19 de novembro de 2025.

Fundo Municipal de Assistência Social
NUBIA DE AGUIAR MAGALHÃES

Publicado por:
Ellen Yasmin Gomes de Moura
Código Identificador:CEEDE76E

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BEZERROS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2025 - PMB PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90035/2025 – PMB

PROCESSO LICITATÓRIO N° 126/2025 - PMB, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90035/2025 – PMB – SRP, UASG 982337, OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado de monitoramento e rastreamento veicular via SATÉLITE e GPS/GPRS, compreendendo instalação/desinstalação de módulos rastreadores em comodato, disponibilização e licença de software de gerenciamento com acesso via Web e os respectivos serviços de configuração, capacitação, suporte técnico, manutenção e garantia de funcionamento, incluindo módulo AVL (Automatic Vehicle Location) e módulo de dispositivos de identificação do condutor, para os veículos da Prefeitura Municipal de Bezerros, durante o período de 12 meses. Valor total estimado: **R$ 190.324,29 (cento e noventa mil, trezentos e vinte e quatro reais e vinte e nove centavos).** A sessão acontecerá através do site www.comprasgovernamentais.gov.br e a abertura da sessão terá início no dia 19/12/2025 às 09h. Informação e obtenção do edital poderá ser solicitado através do e-mail: bezerroscpl@gmail.com, retirado no sítio https://bezerros.pe.gov.br, no portal de compras do governo federal – www.comprasgovernamentais.gov.br, ou no endereço: Praça Duque de Caxias – Empresarial José Ferraz n.º 9 A – 1º andar.

04 de dezembro de 2025

CAYC ORIGE SENA SILVA
Presidente da CPL

Publicado por:
Cayc Orige Sena Silva
Código Identificador:25052009

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2025 - PMB PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90036/2025 – PMB

PROCESSO LICITATÓRIO N° 127/2025 - PMB, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90036/2025 - PMB, UASG 982337, OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte de água potável, por meio de caminhões-pipa, com capacidade mínima de 15.000 litros (10m³), para atender às demandas da Secretaria Municipal de Agricultura, no atendimento às comunidades, propriedades rurais e demais áreas do município que necessitem de abastecimento emergencial de água. Valor total estimado: **R$ 3.758.400,00 (três milhões, setecentos e cinquenta e oito mil e quatrocentos reais).** A sessão acontecerá através do site www.comprasgovernamentais.gov.br e a abertura da sessão terá início no dia 19/12/2025 às 10h. Informação e obtenção do edital poderá ser solicitado através do e-mail: bezerroscpl@gmail.com, retirado no sítio https://bezerros.pe.gov.br, no portal de compras do governo federal – www.comprasgovernamentais.gov.br, ou no endereço: Praça Duque de Caxias – Empresarial José Ferraz n.º 9 A – 1º andar.

04 de dezembro de 2025

CAYC ORIGE SENA SILVA
Presidente da CPL

Publicado por:
Cayc Orige Sena Silva
Código Identificador:8858F59D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/2025 - PMB PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90038/2025 – PMB

PROCSSO LICITATÓRIO N° 129/2025 - PMB, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90038/2025 - PMB, UASG 982337, OBJETO: Registro de preço para eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços de locação de som, iluminação, painel de led, gerador e backline, durante o período de 12 meses podendo ser prorrogado. Valor total estimado: **R$ R$5.398.757,18 (cinco milhões trezentos e noventa e oito mil setecentos e cinquenta e sete reais e dezoito centavos).** A sessão acontecerá através do site www.comprasgovernamentais.gov.br e a abertura da sessão terá início no dia 19/12/2025 às 09h. Informação e obtenção do edital poderá ser solicitado através do e-mail: bezerroscpl@gmail.com, retirado no sítio https://bezerros.pe.gov.br, no portal de compras do governo federal – www.comprasgovernamentais.gov.br, ou no endereço: Praça Duque de Caxias – Empresarial José Ferraz n.º 9 A – 1º andar.

04 de dezembro de 2025

CAYC ORIGE SENA SILVA
Presidente da CPL

Publicado por:
Cayc Orige Sena Silva
Código Identificador:847A6B92

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BOM JARDIM

PREFEITURA MUNICIPAL DO BOM JARDIM-PE
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

RECONHEÇO E AUTORIZO Inexigibilidade Nº 00071/2025. Processo Nº: 00111/2025. CPC. Serviço. Objeto: Contratação da banda **KIKO QUICABANA** para apresentação de show artístico a ser realizado no dia 02 de fevereiro de 2026, em comemoração as festividades de São Sebastião, Município de Bom Jardim-PE. Fundamentação legal: art. 74, inciso II, Lei 14.133/2021. Contratado: **CHICABANA SHOWS E EVENTOS LTDA**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **07.930.542/0001-02.** Valor R$ 260.000,00

Bom Jardim, 04/12/2025.

JOÃO FRANCISCO DA SILVA NETO.
Prefeito.

Publicado por:
Edjasme Melquisedec de Andrade Costa Monte
Código Identificador:54486BE8

PREFEITURA MUNICIPAL DO BOM JARDIM-PE
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

RECONHEÇO E AUTORIZO Inexigibilidade Nº 00072/2025. Processo Nº: 00112/2025. CPC. Serviço. Objeto: Contratação do artista **Valda Sedícias** para apresentação de show artístico a ser realizado no dia 14 de dezembro de 2025, durante o evento **"Verão na Pedra"**, a ser realizado no **Parque Municipal Pedra do Navio**, no Município de Bom Jardim/PE. Fundamentação legal: art. 74, inciso II, Lei 14.133/2021. Contratado: **MARIA GILVANIA PEREIRA CLEMENTE**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **06.350.303/0001-10.** Valor R$ 12.000,00

Bom Jardim, 04/12/2025.

JOÃO FRANCISCO DA SILVA NETO.
Prefeito.

Publicado por:
Edjasme Melquisedec de Andrade Costa Monte
Código Identificador:E8D26669

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BONITO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º Termo aditivo de prazo do Contrato Nº 1**51/2024**. **ORIGEM**: Processo Administrativo Nº **040/2024**- Concorrência **nº 003/2024**. **PRORROGAÇÃO**: 06 (seis) meses com início em 25/09/2025 e término 24/03/2026, nos termos do art. 107, da Lei Federal nº 14.133/2021. OBJETO: Prorrogação do prazo referente a reforma e requalificação do novo prédio onde será instalado o Centro Educacional de Integração Social, localizado na Rua Candido Viana, S/N, no Município de Bonito/PE. **CONTRATADA: ARAUJO QUEIROZ CONSTRUTORA LTDA, CNPJ Nº 39.155.899/0001-57, sede na Rua Ave Maria Sertaneja, 158 bairro Luiz Gonzaga, na cidade de Caruaru/PE.** BONITO, 22 de setembro de 2025.

RUY BARBOSA
Prefeito do Município de Bonito/PE.

Publicado por:
Maria Theresa Roberta Cavalcanti Melo
Código Identificador:6FE8969F

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BREJÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N. 004/2025 – FME.

Processo Licitatório n. 022/2025 - FME. Objeto: Constitui objeto do presente pregão eletrônico o Registro de Preços, visando futura e eventual aquisição de livros didáticos, paradidáticos e materiais pedagógicos diversos, abrangendo projetos educacionais destinados ao atendimento das necessidades da educação infantil, do ensino fundamental I e II e demais etapas da Educação Básica do município de Brejão/PE, conforme quantidade e especificações constantes no termo de referencia. Valor máximo: R$ **R$ 1.586.514,46**. Início do acolhimento das propostas: dia09.12.2025. Início da sessão pública dia:19/12/2025 às 08h30min(horário de Brasília). Edital completo está disponível para consulta e cópia na internet no endereço: **www.bnc.org.br** ou **http://www.brejao.pe.gov.br/.** Outras Informações na Comissão de Licitação, Pça. Melquíades Bernardo, nº 01, Sala da CPL, Centro, Brejão-PE**.**
Brejão/PE, 04 de dezembro de 2025.

LUANA BATISTA MARTINS DE BARROS
Secretária Municipal de Educação
Gestora do FME
Portaria n. 05/2025.

Publicado por:
Fernando de Oliveira Costa Netto
Código Identificador:7A2D69DD

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME
ERRATA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025.

E O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME, pessoa jurídica de direito público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o nº **11.230.311/0001-63**, com sede na Praça Melquíades Bernardes, Centro, Brejão/PE, neste ato representada legalmente por sua Gestora/Secretária, **Sra. Luana Batista Martins de Barros**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº *.967*.-20, residente e domiciliada neste Município de Brejão/PE, no uso de suas atribuições legais, torna público, torna pública a seguinte **ERRATA** relativa ao**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, TERMO DE REFERÊNCIA E EDITAL** acima mencionado:

ONDE SE LÊ:
05,12.2025, as 11h30min (oito) horas e (trinta) minutos.

LÊ-SE:
05,12.2025, as 11h30min (onze) horas e (trinta) minutos.

As demais cláusulas, permanecem inalteradas, surtindo esta errata os efeitos legais a partir da sua publicação.

Departamento de Licitações e Contratos
Brejão-PE, em 03 de novembro de 2025.

FERNADO DE OLIVEIRA COSTA NETTO
Pregoeiro
Port. n° 144/2025.

Publicado por:
Fernando de Oliveira Costa Netto
Código Identificador:FEDEE1A7

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BREJINHO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 106/2025

INEXIGIBILIDADE Nº. 07/2025

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO, **CNPJ nº º 11.358.173/0001-00 E 48.971.564 JOSE JOBIM ARAUJO CASTRO**, CNPJ: 48.971.564/0001-06**.**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL COM A ATRAÇÃO JOBIM ARAÚJO, PARA APRESENTAÇÃO NAS FESTIVIDADES DO CAJU 2025, A SER REALIZADO NO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2025, NO POVOADO DE LAGOINHA, MUNICÍPIO DE BREJINHO – PE.

VALOR GLOBAL: R$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais)

VIGÊNCIA: 04/12/2025 à 28/02/2026

DATA E ASSINATURA: Brejinho – PE, 04 de dezembro de 2025, GILSOMAR BENTO DA COSTA, Prefeito e Contratado.

Publicado por:
Romario Rodrigues da Silva
Código Identificador:B44E9E2A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO N.º 01 AOCONTRATO Nº 96/2024, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO - PE E A EMPRESA JOÃO LOPES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ: 51.838.755/0001-09, QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE BREJINHO.

CONTRATANTE: **A PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO, ESTADO DE PERNAMBUCO**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Severino da Costa Nogueira, Nº. 153, Centro, Brejinho - PE, CEP: 56.740-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **11.358.173/0001-00**, por seu representante legal **GILSOMAR BENTO DA COSTA**, CPF: 781.085.004-00. CONTRATADA: **JOÃO LOPES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA,** CNPJ: 51.838.755/0001-09, com sede na Rua Manoel Marques, n.º 837, Sala 02, Bairro Centro, Tavares – PB, CEP: 58.753-000, representada por JOÃO LOPES DE SOUSA NETO**,** brasileiro, advogado, casado, inscrito na OAB/PB sob o nº 11.996, celebram o presente termo aditivo ao contrato nº 96/2024, instruído na Inexigibilidade nº 08/2024, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir relacionadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO
Pelo presente termo aditivo fica prorrogada a vigência do Contrato até 06 de 06 de janeiro de 2026, podendo ocorrer nova prorrogação, conforme previsão do art. 107 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO TERMO ADITIVO
O valor total do presente aditivo é de **R$ 8.000,00 (Oito Mil Reais)**, valor igual ao previsto no contrato originário, que serão pagos em 12 parcelas mensais de acordo com a Prestação dos serviços. Será mantido o valor unitário dos itens correspondente ao valor contratado**.**

CLÁUSULA QUARTA – DA DESPESA
As despesas decorrentes do presente aditivo ficarão à conta da respectiva classificação orçamentária contratual prevista na Lei Orçamentária do Exercício financeiro de 2025/2026.

CLÁUSULA QUINTA – DO FUNDAMENTO LEGAL
5.O presente termo aditivo decorre de autorização do Prefeito contratante, e encontra amparo legal no artigo 107, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS
6.Ficam ratificadas, naquilo que não colidir com os termos deste termo aditivo, todas as demais cláusulas do contrato original firmado entre as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
7.E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA juntamente com as testemunhas abaixo.

Brejinho - PE, 06 de novembro de 2025.

Prefeitura Municipal de Brejinho
GILSOMAR BENTO DA COSTA
Prefeito Constitucional
Contratante

JOÃO LOPES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ: 51.838.755/0001-09
Contratado

TESTEMUNHAS:

_____CPF: _____
Nome:

_____CPF: _____
Nome:

Publicado por:
Romario Rodrigues da Silva
Código Identificador:AC1548B9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 07/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE BREJINHO, Estado de Pernambuco, usando de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a Lei de nº 14.133, de 01 de abril de 2021, resolve **ADJUDICAR** o objeto referente ao Processo de Inexigibilidade de Licitação N.º 07/2025, objetivando a CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL COM A ATRAÇÃO JOBIM ARAÚJO, PARA APRESENTAÇÃO NAS FESTIVIDADES DO CAJU 2025, A SER REALIZADO NO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2025, NO POVOADO DE LAGOINHA, MUNICÍPIO DE BREJINHO – PE, em favor da empresa qual seja: **48.971.564 JOSE JOBIM ARAUJO CASTRO**, CNPJ: 48.971.564/0001-06, com sede na Rua Sete Irmãos, nº 85, centro, na Cidade de São Mamede - PB, CEP: 58.625-000, representada pelo Sr. JOSE JOBIM ARAUJO CASTRO, portador do CPF: 160.403.624-99 e RG Nº 4898949, órgão expedidor SSDS/PB, residente e domiciliado na Cidade de São Mamede - PB, BRASIL, pelo valor global de **R$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais)**.

Brejinho - PE, 04 de dezembro de 2025.

GILSOMAR BENTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Romario Rodrigues da Silva
Código Identificador:093B1E39

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 07/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE BREJINHO, Estado de Pernambuco, usando de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a Lei de nº 14.133, de 01 de abril de 2021, resolve **HOMOLOGAR** o Processo de Inexigibilidade de Licitação N.º 07/2025, objetivando a CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL COM A ATRAÇÃO JOBIM ARAÚJO, PARA APRESENTAÇÃO NAS FESTIVIDADES DO CAJU 2025, A SER REALIZADO NO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2025, NO POVOADO DE LAGOINHA, MUNICÍPIO DE BREJINHO – PE, em favor da empresa qual seja: **48.971.564 JOSE JOBIM ARAUJO CASTRO**, CNPJ: 48.971.564/0001-06, com sede na Rua Sete Irmãos, nº 85, centro, na Cidade de São Mamede - PB, CEP: 58.625-000, representada pelo Sr. JOSE JOBIM ARAUJO CASTRO, portador do CPF: 160.403.624-99 e RG Nº 4898949, órgão expedidor SSDS/PB,

residente e domiciliado na Cidade de São Mamede - PB, BRASIL, pelo valor global de **R$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais)**.

Brejinho - PE, 04 de dezembro de 2025.

GILSOMAR BENTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Romario Rodrigues da Silva
Código Identificador:F686F286

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE BUENOS AIRES

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS
AVISO DE RESULTADO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 03/2025 PROCESSO ADM: Nº 04/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA, COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS, INCLUINDO SERVIÇOS DE FOTOGRAFIA, FILMAGEM, EDIÇÃO E PRODUÇÃO DE VÍDEOS, ARMAZENAMENTO E PUBLICAÇÃO DE MATERIAS RELATIVOS A QUAISQUER EVENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BUENOS AIRES, cujas especificações estão descritas no Anexo I – Termo de Referência.
Empresas vencedoras valor total: **R$ 41.988,00 (quarenta e um mil e novecentos e oitenta e oito reais).** Empresa vencedora: **INOVA COMUNICACAO E PRODUCOES LTDA, CNPJ nº 40.333.397/0001-58;** com o **lote: 1** no valor total de R$ 41.988,00 (quarenta e um mil e novecentos e oitenta e oito reais).

Buenos Aires/PE, 04 de dezembro de 2025

ERIK ORISLAN DOS SANTOS SILVA
Condutor

Publicado por:
Erik Orislan Dos Santos Silva
Código Identificador:5CF94216

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
AVISO DE RESULTADO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 04/2025 PROCESSO ADM: Nº 18/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA, COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS, INCLUINDO SERVIÇOS DE FOTOGRAFIA, FILMAGEM, EDIÇÃO E PRODUÇÃO DE VÍDEOS, ARMAZENAMENTO E PUBLICAÇÃO DE MATERIAS RELATIVOS A QUAISQUER EVENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BUENOS AIRES, cujas especificações estão descritas no Anexo I – Termo de Referência.
Empresa vencedora valor total: **R$ 35.976,00 (trinta e cinco mil e novecentos e setenta e seis reais).** Empresa vencedora: **PUBLICIDADE E EVENTOS ADRENALINA LTDA, CNPJ nº 02.049.000/0001-01;** com o **lote: 1** no valor total de R$ 35.976,00(trinta e cinco mil e novecentos e setenta e seis reais).

Buenos Aires/PE, 04 de dezembro de 2025

ERIK ORISLAN DOS SANTOS SILVA
Condutor

Publicado por:
Erik Orislan Dos Santos Silva
Código Identificador:AC6EE957

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
AVISO DE RESULTADO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 05/2025 PROCESSO ADM: Nº 20/2025

Objeto: FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA para MANUTENÇÃO E REFORMA DA UBS DO POVOADO DE CANAFISTULA NO MUNICÍPIO DE BUENOS AIRES-PE, cujas especificações estão descritas no Anexo I – Termo de Referência e Projeto Básico.
Empresa vencedora valor total: **R$ 102.000,00 (cento e dois mil reais).** Empresa vencedora: **J C DE SOUZA JUNIOR CONSTRUTORA LTDA, CNPJ nº 30.000.065/0001-06;** com o **lote: 1** no valor total de R$ 102.000,00(cento e dois mil reais).

Buenos Aires/PE, 04 de dezembro de 2025

ERIK ORISLAN DOS SANTOS SILVA
Condutor

Publicado por:
Erik Orislan Dos Santos Silva
Código Identificador:6BAC31FB

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES
AVISO DE RESULTADO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 014/2025 PROCESSO ADM: Nº 074/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA, COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS, INCLUINDO SERVIÇOS DE FOTOGRAFIA, FILMAGEM, EDIÇÃO E PRODUÇÃO DE VÍDEOS, ARMAZENAMENTO E PUBLICAÇÃO DE MATERIAS RELATIVOS A QUAISQUER EVENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO, cujas especificações estão descritas no Anexo I – Termo de Referência.
Empresa vencedora valor total: **R$ 39.552,00 (trinta e nove mil quinhentos e cinquenta e dois reais).** Empresa: **INOVA COMUNICACAO E PRODUCOES LTDA, CNPJ nº 40.333.397/0001-58;** com o **lote: 1** no valor total de R$ 39.552,00 (trinta e nove mil quinhentos e cinquenta e dois reais).

Buenos Aires/PE, 04 de dezembro de 2025

ERIK ORISLAN DOS SANTOS SILVA
Condutor

Publicado por:
Erik Orislan Dos Santos Silva
Código Identificador:56862437

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOS AIRES - GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025

O Prefeito do Município de Buenos Aires/PE, no uso desuas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 08, 16 de janeiro de 2024, HOMOLOGA a licitação na modalidade **– PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2025, cujo processo é Processo Licitatório N.º 072/2025,** objeto**: Formalização de Ata de Registro de Preços visando a aquisição parcelada de materiais de expediente e didático, com vistas a atender a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e demais Secretarias Municipais de Buenos Aires – PE, o Fundo Municipal de Assistência Social de Buenos Aires-PE e o Fundo Municipal de Saúde de Buenos Aires-PE**, conforme especificações, quantitativos e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

Empresas vencedoras valor total: R$ 528.849,86(quinhentos e vinte e oito mil e oitocentos e quarenta e nove reais e oitenta e seis centavos): **MAXCON CONSTRUÇÕES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 36.401.890/0001-90 com os itens: 31, 35, 114, 121 no valor total de R$ 14.547,19 (quatorze mil e quinhentos e quarenta e sete reais e dezenove centavos). **SOUZA GRAFICA E TEXTIL LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 12.223.623/0001-02 com os itens: 8, 67, 94, 95, 98, 111, 112, 128, 130 no valor total de R$: 19.980,17 (dezenove mil e novecentos e oitenta reais e dezessete centavos). **PREMIUM DISTRIBUIDORA ATACADISTA LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 62.544.331/0001-40 com os itens: 33, 41, 51, 55, 61, 84, 85, 113 no valor total de R$

157.931,77 (cento e cinquenta e sete mil e novecentos e trinta e um reais e setenta e sete centavos). **UNICA SANEANTES LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 43.392.983/0001-61 com os itens: 27, 42, 43, 45, 48, 50, 64, 65, 74, 87, 102, 104, 105, 116, 117, 124, 125, 126, 127, 129 no valor total de R$ 29.085,56 (vinte e nove mil e oitenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos). **M3. BUSINESS GROUP LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 54.494.740/0001-50 com o item: 109 no valor total de R$ 1.016,40 (um mil e dezesseis reais e quarenta centavos). **EXITO LICITACOES** inscrita no CNPJ sob o nº 50.991.190/0001-24 com os itens: 24, 25, 26 no valor total de R$ 1.222,02 (um mil e duzentos e vinte e dois reais e dois centavos). **R J DE SOUZA CHAVES** inscrita no CNPJ sob o nº 36.959.748/0001-63 com os itens: 1, 2, 3, 4, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 29, 30, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 46, 47, 49, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 106, 107, 108, 115, 118, 119, 120, 122, 123 no valor total de R$ 286.323,12 (duzentos e oitenta e seis mil e trezentos e vinte e três reais e doze centavos). **F J C ALVES** inscrita no CNPJ sob o nº 57.080.860/0001-08 com o item: 110 no valor total de R$ 9.503,12 (nove mil e quinhentos e três reais e doze centavos). **ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 53.571.459/0001-01 com os itens: 5, 15, 23, 28 no valor total de R$ 9.240,51 (nove mil e duzentos e quarenta reais e cinquenta e um centavos).

Buenos Aires/PE, 4 de dezembro de 2025.

HENRIQUE JOSE QUEIROZ COSTA
Prefeito

Publicado por:
Fernando da Silva Nascimento
Código Identificador:B6A06873

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICIPIO DE CABO DE SANTO AGOSTINHO

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEARH
PORTARIA SEARH Nº 0364/2025

Ementa: Conceder licença Prêmio, e dá outras providências.

O **Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho**, no uso de suas atribuições legais,
Considerando art. 112 da Lei estadual 6.123 de 20 de julho de 1968 e art. 66, parágrafo 2º, inciso XX da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Processo nº 41.310 – SEARH de 03/11/2025, Folha de Despacho Protocolo nº 41.310 – SEARH/COLEG de 28/11/2025 C.I nº 937/2025 – SMS de 13/10/2025 e Despacho SRH de 02/12/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ao Sr. **PAULO DE CERQUEIRA BEZERRA mat**. **32.930,** no cargo de **AUX ADMINISTRATIVO,** por **04 (quatro) meses,** sendo 01 mês referente ao restante do 1º quinquênio e 03 meses do 2º quinquênio, posterior a Emenda Constitucional nº 20/1998 de 16/12/1998 e a Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 26/09/2017, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ***produzindo seus efeitos a partir de 04 de dezembro de 2025***.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Cabo de Santo Agostinho, 03 de dezembro de 2025.

JOSÉ LUIZ DO MONTE FILHO
Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Hosana Araújo Bezerra
Código Identificador:20A29F1C

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEARH
PORTARIA SEARH Nº 0365/2025

Ementa: Conceder licença Prêmio, e dá outras providências.

O **Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando art. 112 da Lei estadual 6.123 de 20 de julho de 1968 e art. 66, parágrafo 2º, inciso XX da Lei Orgânica do Município,

Considerando a CI nº 1.160 – SMS de 19/11/2025, Processo nº 37.335 – SMS de 01/12/2025, Processo nº 37.335 – SEARH de 03/02/2025, Folha de Despacho Protocolo nº 37.335 – SEARH/COLEG de 28/07/2025 e Despacho SRH de 02/12/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à Sr. ª **LUCITANIA MARIA DA SILVA mat**. **6572,** no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** por **02 (dois) meses,** referentes ao 3º quinquênio, posterior a Emenda Constitucional nº 20/1998 de 16/12/1998 e a Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 26/09/2017, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ***produzindo seus efeitos a partir de 01 de dezembro de 2025***.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Cabo de Santo Agostinho, 03 de dezembro de 2025.

JOSÉ LUIZ DO MONTE FILHO
Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Hosana Araújo Bezerra
Código Identificador:61977494

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEARH
PORTARIA SEARH Nº 0366/2025

Ementa: Conceder licença Prêmio, e dá outras providências.

O **Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando art. 112 da Lei estadual 6.123 de 20 de julho de 1968 e art. 66, parágrafo 2º, inciso XX da Lei Orgânica do Município,

Considerando a CI nº 1.160 – SMS de 19/11/2025, Processo nº 40.338 – SMS de 18/11/2025, Processo nº 40.338 – SEARH de 22/08/2025, Folha de Despacho Protocolo nº 40.338 – SEARH/COLEG de 15/10/2025 e Despacho SRH de 02/12/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ao Sr. **MARCOS ROBERTO SUNDFELD mat**. **31.885,** no cargo de **MÉDICO COLOPROCTOLOGISTA,** por **01 (um) mês,** referente ao 1º quinquênio, posterior a Emenda Constitucional nº 20/1998 de 16/12/1998 e a Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 26/09/2017, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ***produzindo seus efeitos a partir de 01 de dezembro de 2025***.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Cabo de Santo Agostinho, 03 de dezembro de 2025.

JOSÉ LUIZ DO MONTE FILHO
Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Hosana Araújo Bezerra
Código Identificador:6A2BD97D

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEARH
PORTARIA SEARH Nº 0367/2025

Ementa: Conceder licença Prêmio, e dá outras providências.

O **Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho**, no uso de suas atribuições legais,
Considerando art. 112 da Lei estadual 6.123 de 20 de julho de 1968 e art. 66, parágrafo 2º, inciso XX da Lei Orgânica do Município,

Considerando a CI nº 1.160 – SMS de 19/11/2025, Processo nº 40.686 – SMS de 23/10/2025, Processo nº 40.686 – SEARH de 23/09/2025, Folha de Despacho Protocolo nº 40.686 – SEARH/COLEG de 09/10/2025 e Despacho SRH de 02/12/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à Sr. ª **MARIA ANUNCIADA DOS SANTOS mat**. **30.900,** no cargo de **TEC EM ENFERMAGEM PLANT 12X60,** por **01 (um) mês,** referente ao 2º quinquênio, posterior a Emenda Constitucional nº 20/1998 de 16/12/1998 e a Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 26/09/2017, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ***produzindo seus efeitos a partir de 01 de dezembro de 2025***.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Cabo de Santo Agostinho, 03 de dezembro de 2025.

JOSÉ LUIZ DO MONTE FILHO
Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Hosana Araújo Bezerra
Código Identificador:CB3F7F6C

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEARH
PORTARIA SEARH Nº 0368/2025

Ementa: Conceder licença Prêmio, e dá outras providências.

O **Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando art. 112 da Lei estadual 6.123 de 20 de julho de 1968 e art. 66, parágrafo 2º, inciso XX da Lei Orgânica do Município,

Considerando a CI nº 1.160 – SMS de 19/11/2025, Processo nº 34.523 – SMS de 05/11/2025, Processo nº 34.523 – SEARH de 14/08/2024, Folha de Despacho Protocolo nº 34.523 – SEARH/COLEG de 21/07/2025 e Despacho SRH de 02/12/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à Sr. ª **MARIA AURIANE PEREIRA mat**. **30.615,** no cargo de **TEC EM ENFERMAGEM PLANT 12X60,** por **01 (um) mês,** referente ao 2º quinquênio, posterior a Emenda Constitucional nº 20/1998 de 16/12/1998 e a Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 26/09/2017, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ***produzindo seus efeitos a partir de 01 de dezembro de 2025***.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Cabo de Santo Agostinho, 03 de dezembro de 2025.

JOSÉ LUIZ DO MONTE FILHO
Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Hosana Araújo Bezerra
Código Identificador:2DE676D6

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEARH
PORTARIA SEARH Nº 0369/2025

Ementa: Conceder licença Prêmio, e dá outras providências.

O **Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando art. 112 da Lei estadual 6.123 de 20 de julho de 1968 e art. 66, parágrafo 2º, inciso XX da Lei Orgânica do Município,

Considerando a CI nº 1.160 – SMS de 19/11/2025, Processo nº 39.574 – SMS de 13/11/2025, Processo nº 39.574 – SEARH de 16/07/2025, Folha de Despacho Protocolo nº 39.574 – SEARH/COLEG de 14/08/2025 e Despacho SRH de 02/12/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à Sr. ª **MARIA CRISTINA DA SILVA JORGE mat**. **6398,** no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** por **02 (dois) meses,** sendo 01 mês referente ao restante do 1º quinquênio e 01 mês do 02 quinquênio, posterior a Emenda Constitucional nº 20/1998 de 16/12/1998 e a Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 26/09/2017, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ***produzindo seus efeitos a partir de 01 de dezembro de 2025***.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Cabo de Santo Agostinho, 03 de dezembro de 2025.

JOSÉ LUIZ DO MONTE FILHO
Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Hosana Araújo Bezerra
Código Identificador:9A4A51CA

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEARH
PORTARIA SEARH Nº 0370/2025

Ementa: Conceder licença Prêmio, e dá outras providências.

O **Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando art. 112 da Lei estadual 6.123 de 20 de julho de 1968 e art. 66, parágrafo 2º, inciso XX da Lei Orgânica do Município,

Considerando a CI nº 1.160 – SMS de 19/11/2025, Processo nº 39.743 – SMS de 11/11/2025, Processo nº 39.743 – SEARH de 21/07/2025, Folha de Despacho Protocolo nº 39.743 – SEARH/COLEG de 16/09/2025 e Despacho SRH de 02/12/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à Sr. ª **MARIA VANDELUCIA DA SILVA mat**. **6607,** no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** por **01 (um) mês,** referente ao restante 1º quinquênio, posterior a Emenda Constitucional nº 20/1998 de 16/12/1998 e a Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 26/09/2017, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ***produzindo seus efeitos a partir de 01 de dezembro de 2025***.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Cabo de Santo Agostinho, 03 de dezembro de 2025.

JOSÉ LUIZ DO MONTE FILHO
Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Hosana Araújo Bezerra
Código Identificador:3756F82A

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEARH
PORTARIA SEARH Nº 0371/2025

Ementa: Conceder licença Prêmio, e dá outras providências.

O **Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando art. 112 da Lei estadual 6.123 de 20 de julho de 1968 e art. 66, parágrafo 2º, inciso XX da Lei Orgânica do Município,

Considerando a CI nº 1.160 – SMS de 19/11/2025, Processo nº 40.804 – SMS de 02/11/2025, Processo nº 40.804 – SEARH de 30/09/2025, Folha de Despacho Protocolo nº 40.804 – SEARH/COLEG de 09/10/2025 e Despacho SRH de 02/12/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à Sr. ª **MIRTYS MARIA HOMEM DE MATTOS NUNES mat**. **30.584,** no cargo de **ENFERMEIRO PLANT URGENTISTA,** por **02 (dois) meses,** referentes ao restante do 3º quinquênio, posterior a Emenda Constitucional nº 20/1998 de 16/12/1998 e a Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 26/09/2017, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ***produzindo seus efeitos a partir de 01 de dezembro de 2025***.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Cabo de Santo Agostinho, 03 de dezembro de 2025.

JOSÉ LUIZ DO MONTE FILHO
Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Hosana Araújo Bezerra
Código Identificador:B4C7C9DE

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEARH
PORTARIA SEARH Nº 0372/2025

Ementa: Conceder licença Prêmio, e dá outras providências.

O **Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando art. 112 da Lei estadual 6.123 de 20 de julho de 1968 e art. 66, parágrafo 2º, inciso XX da Lei Orgânica do Município,

Considerando a CI nº 1.160 – SMS de 19/11/2025, Processo nº 40.415 – SMS de 18/11/2025, Processo nº 40.415 – SEARH de 01/09/2025, Folha de Despacho Protocolo nº 40.415 – SEARH/COLEG de 15/10/2025 e Despacho SRH de 02/12/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à Sr. ª **MONICA FERNANDA DE FIGUEIREDO CAMPOS mat**. **30.995,** no cargo de **ARTE EDUCADOR,** por **02 (dois) meses,** sendo 01 mês referente ao restante do 1º quinquênio e 01 mês do 02 quinquênio, posterior a Emenda Constitucional nº 20/1998 de 16/12/1998 e a Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 26/09/2017, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ***produzindo seus efeitos a partir de 01 de dezembro de 2025***.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Cabo de Santo Agostinho, 03 de dezembro de 2025.

JOSÉ LUIZ DO MONTE FILHO
Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Hosana Araújo Bezerra
Código Identificador:173DA210

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEARH
PORTARIA SEARH Nº 0373/2025

Ementa: Conceder licença Prêmio, e dá outras providências.

O **Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando art. 112 da Lei estadual 6.123 de 20 de julho de 1968 e art. 66, parágrafo 2º, inciso XX da Lei Orgânica do Município,

Considerando a CI nº 1.160 – SMS de 19/11/2025, Processo nº 39.616 – SMS de 13/11/2025, Processo nº 39.616 – SEARH de 16/07/2025, Folha de Despacho Protocolo nº 39.616 – SEARH/COLEG de 08/09/2025 e Despacho SRH de 02/12/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à Sr. ª **SILVANA CARDOSO GALDINO DE LIMA mat**. **33.025,** no cargo de **MÉDICO PEDIATRA PLANTONISTA,** por **01 (um) mês,** referente ao restante do 1º quinquênio, posterior a Emenda Constitucional nº 20/1998 de 16/12/1998 e a Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 26/09/2017, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ***produzindo seus efeitos a partir de 01 de dezembro de 2025***.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Cabo de Santo Agostinho, 03 de dezembro de 2025.

JOSÉ LUIZ DO MONTE FILHO
Secretário Executivo de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Hosana Araújo Bezerra
Código Identificador:5D3AF981

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - SMAJ / 1ª E 2ª COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - 1ª E 2ª CPL
AVISO DE COLETA - BUFFET

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AVISO DE RECEBIMENTO DE COLETA DE PREÇOS
A Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho – PE torna público, para conhecimento dos interessados, que estará recebendo, até o dia **10/12/2025**, às **17h00min** (horário de Brasília), coleta de preços visando à contratação de serviços de buffet, com fornecimento de louças e garçons, cujos serviços serão solicitados para atender às ações e aos eventos da Secretaria Municipal de Educação.

O envio das propostas deverá ser realizado **exclusivamente** por meio do e-mail:

logistica.compras@cabo.pe.gov.br.
Recursos: previstos no orçamento vigente.
Fundamento legal: art. 23 da Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; e demais legislações pertinentes, consideradas as alterações posteriores.
O Termo de Referência, bem como especificações e demais esclarecimentos, poderão ser solicitados pelo e-mail acima indicado.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho – PE

Publicado por:
Caroline de Brito Pinheiro de França
Código Identificador:710C6990

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - SMAJ / 1ª E 2ª COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - 1ª E 2ª CPL
AVISO DE COLETA - CAPOTARIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE RECEBIMENTO DE COLETA DE PREÇOS
A Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho – PE torna público, para conhecimento dos interessados, que estará recebendo, até o dia **09/12/2025**, às **17h00min** (horário de Brasília), **coleta de preços visando à contratação de serviços de capotaria (reforma, confecção e recuperação de estofados, capas e estruturas)**, para atender às unidades de saúde do Município.
O envio das propostas deverá ser realizado **exclusivamente** por meio do e-mail:
logistica.compras@cabo.pe.gov.br.
Recursos: previstos no orçamento vigente.
Fundamento legal: art. 23 da Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; e demais legislações pertinentes, consideradas as alterações posteriores.
O Termo de Referência, bem como especificações e demais esclarecimentos, poderão ser solicitados pelo e-mail acima indicado.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO – PE

Publicado por:
Caroline de Brito Pinheiro de França
Código Identificador:B75958A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - SMAJ / 1ª E 2ª COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - 1ª E 2ª CPL
AVISO DE COLETA - DIAGNÓSTICO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE RECEBIMENTO DE COLETA DE PREÇOS
A Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho – PE torna público, para conhecimento dos interessados, que estará recebendo, até o dia **10/12/2025**, às **17h00min** (horário de Brasília), coleta de preços visando à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de diagnóstico e emissão de laudos a distância de exames de eletrocardiograma, com disponibilização de aparelhos em regime de comodato.
O envio das propostas deverá ser realizado **exclusivamente** por meio do e-mail:
logistica.compras@cabo.pe.gov.br.
Recursos: previstos no orçamento vigente.
Fundamento legal: art. 23 da Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; e demais legislações pertinentes, consideradas as alterações posteriores.
O Termo de Referência, bem como especificações e demais esclarecimentos, poderão ser solicitados pelo e-mail acima indicado.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO – PE

Publicado por:
Caroline de Brito Pinheiro de França
Código Identificador:98667809

SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL - SMDS
PORTARIA SMDS/GTTRANS Nº 017 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025

AUTORIZA A UTILIZAÇÃO DA BANDEIRA 2 PARA OS SERVIÇOS DE TÁXI NO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO, NO PERÍODO DE 1º A 31 DE DEZEMBRO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO, por meio da Gerência de Trânsito e Transportes – GTT, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

CONSIDERANDO o disposto na legislação municipal que regulamenta o serviço de transporte individual de passageiros por táxi no Município;

CONSIDERANDO o aumento expressivo da demanda pelo serviço de táxi no mês de dezembro, em razão das festividades de fim de ano, eventos públicos, incremento do comércio e maior circulação de pessoas;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar adequada prestação do serviço aos usuários, bem como remuneração justa aos permissionários e motoristas auxiliares;

CONSIDERANDO a competência da Secretaria Municipal de Defesa Social, por meio da Gerência de Trânsito e Transportes, para normatizar e disciplinar aspectos operacionais relativos ao sistema de transporte municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada, no âmbito do Município do Cabo de Santo Agostinho, a utilização da **Bandeira 2** pelos táxis devidamente permissionados, durante o período de **1º de dezembro a 31 de dezembro de 2025**, em todos os horários.

Art. 2º A Gerência de Trânsito e Transportes adotará as medidas necessárias para a ampla divulgação desta Portaria e orientação aos permissionários.

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais normas que regulam o serviço de táxi no município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Cabo de Santo Agostinho, 04 de dezembro de 2025.

JULIERME VERAS DE MOURA
Secretário Municipal de Defesa Social

Publicado por:
Ademir Ferreira de Sá Leitão Júnior
Código Identificador:B1B09CAE

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES -PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADE 010/2025 -

PORTARIA N.º 014/2025 DO DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2025

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO,** no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 19 do Decreto Municipal 017/2025.
RESOLVE:
Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo de Apuração e Aplicação de Penalidade com o objetivo de apurar a infração abaixo citada, decorrente do Processo Licitatório abaixo relacionado, que será conduzido pela Comissão de Apuração e Aplicação de Penalidades a Licitantes e Contratados, Cancelamento de Registro de Preços e Extinção Contratual – CAAPCE, designado pela Portaria GP nº 519.

Nº do Processo	Empresa/CNPJ	Proc. Licitatório	Conduta
010/2025	**SUPRA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 30.294.882/0001-06**	Processo Licitatório N.º 062/2025 Pregão Eletrônico (SRP 003) N.º 013/2025, ARP 016/2025	Inexecução total da Ordem de Fornecimento

Art. 2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

Cachoeirinha-PE, 04 de dezembro de 2025.

DJAIR ELIAS DE MELO FILHO
Secretário de Administração

Publicado por:
Camilly Valença da Silva
Código Identificador:BAA6469F

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA DECRETO Nº 087, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025.

DECRETO Nº 087, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025.

Designa a Secretaria Municipal de Transportes e Mobilidade como Órgão Executivo de Trânsito do Município de Cachoeirinha/PE e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA**, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, considerando o disposto no Código de Trânsito Brasileiro e a necessidade de definição do órgão executivo municipal de trânsito,
DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido que a Secretaria Municipal de Transportes e Mobilidade atuará como Órgão Executivo de Trânsito do Município de Cachoeirinha, integrando o Sistema Nacional de Trânsito.
Art. 2º Na condição de Órgão Executivo de Trânsito, a Secretaria Municipal de Transportes e Mobilidade exercerá as competências previstas no art. 24 do Código de Trânsito Brasileiro.
Art. 3º Fica o Secretário Municipal de Transportes e Mobilidade autorizado a adotar as medidas administrativas necessárias à execução deste Decreto.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Cachoeirinha/PE, 04 de dezembro de 2025.

ANDRÉ PEDRO VALENÇA DE MELO RAIMUNDO
Prefeito do Município de Cachoeirinha

Publicado por:
Thiago Guadagnano Almeida de Siqueira Vasconcelos
Código Identificador:0AF18BBF

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CAETÉS

PREFEITURA DE CAETÉS - GABINETE DO PREFEITO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

ADJUDICO E HOMOLOGO nos termos da Lei n.º 14.133/2021. Processo de Contratação n° 031/2025 - PMC. Concorrência na forma Eletrônica n° 006/2025 - PMC. **OBJETO:** Contratação de empresa de engenharia para construção de um prédio anexo ao Colégio Municipal Armando Duarte de Almeida município de Caetés-PE. Em favor da empresa: **NORDESTE CONSTRUTORA E LOCADORA LTDA,** inscrita no CNPJ nº 04.290.148/0001-69, pelo valor de **R$ 2.455.500,00**.

Caetés/PE, 04/12/2025.

NIVALDO DA SILVA MARTINS.
Prefeito

Publicado por:
Geopson Cleber Dias de Queiroz
Código Identificador:0E4DC1A6

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CALUMBI

PREFEITURA MUNIICIPAL DE CALUMBI DECRETO Nº 49, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025

Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE CALUMBI, faz saber que a Câmara Municipal
aprova e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de
R$3.136.293,90 distribuídos as seguintes dotações:

02 04 01 GERENCIA DO ENSINO MUNICIPAL - TESOURO
245 12.365.2003.1089.0000 CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS DE UNIDAES ESCOLAR INFA 2.926.293,90
4.4.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R.: 0 02 01
02 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS
210 000 EDUCAÇÃO INFANTIL

02 04 02 FUNDEB
246 12.365.2003.2033.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB 70% - EDUCAÇÃO 210.000,00
3.1.91.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS- INTRA-ORÇAMENTÁRIAS F.R.: 0 05 01
05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS

210 000 EDUCAÇÃO INFANTIL

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos
provenientes de transferência voluntaria do Governo do Estado de Pernambuco no valor
de R$ 2.926.293,90 referente a 1ª parcela para construção e equipamentos de Unidade
de Ensino Infantil, e o valor de R$ 210.000,00 do excesso de arrecadação da fonte VAAT
3.136.293,90
Fontes de Recurso
02 01 2.926.293,90
05 01 210.000,00

Artigo 3o.- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ERIVALDOJOSÉ DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Levy Wallaci da Silva
Código Identificador:F13AC076

PREFEITURA MUNIICIPAL DE CALUMBI
DECRETO Nº 50 , DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE CALUMBI, faz saber que a Câmara Municipal
aprova e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de
R$1.030.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 02 00 GABINETE DO PREFEITO
12 04.122.2001.2006.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO 35.000,00
3.1.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R.: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 02 02 CONSELHO TUTELAR
18 04.122.2001.2007.0000 MANUTENÇÃO E APOIO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTE 4.000,00
3.1.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R.: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 02 03 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO
20 04.122.2001.2008.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO 4.500,00
3.1.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R.: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 03 01 SECRETARIA DE ADMINIS. E FINANÇAS, PLANEJAMENTO E GESTÃO
25 04.122.2002.2010.0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL FINANÇAS, PLANEJ 100.000,00
3.1.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R.: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

29 04.122.2002.2012.0000 DISPÊNDIO COM OBRIGAÇÕES PATRONAIS 95.000,00
3.1.91.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS- INTRA-ORÇAMENTÁRIAS F.R.: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 04 02 FUNDEB
75 12.361.2003.2031.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB 70 % 340.000,00
3.1.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R.: 0 05 01
05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS
260 000 EDUCAÇÃO FUNDE

02 04 02 FUNDEB
77 12.361.2003.2032.0000 DISPÊNDIOS COM OBRIGAÇÕES PATRONAIS FUNDEB 70% 400.000,00
3.1.91.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS- INTRA-ORÇAMENTÁRIAS F.R.: 0 05 01
05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS
260 000 EDUCAÇÃO FUNDEB

02 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CULTURA E TURISMO
91 13.392.2004.2041.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPO 13.500,00
3.1.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R.: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 06 02 DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
109 15.452.2005.2042.0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUT 30.000,00
3.1.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R.: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 08 02 DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
130 20.606.2007.2048.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL D 8.000,00
3.1.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R.: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos
provenientes de anulação parcial e ou total das seguintes dotações:

02 03 01 SECRETARIA DE ADMINIS. E FINANÇAS, PLANEJAMENTO E GEST
30 99.999.2002.2013.0000 RESERVA DE CONTIGÊNCIA - 22.500,00
9.9.99.00.00 Reserva de Contingência F.R. Grupo: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 03 03 DEPARTAMENTO DE TESOURARIA E FINANÇAS
34 04.123.2002.0003.0000 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA -120.000,00
4.6.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 04 01 GERENCIA DO ENSINO MUNICIPAL - TESOURO

02 04 01 GERENCIA DO ENSINO MUNICIPAL - TESOURO
43 12.361.2003.1007.0000 AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS DIDÁTICOS E P -85.000,00
4.4.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 00
01 TESOURO
200 000 EDUCAÇÃO

45 12.361.2003.1011.0000 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PA -20.000,00
4.4.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 01
01 TESOURO
200 000 EDUCAÇÃO

62 12.361.2003.2029.0000 AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA AS UNIDADES -10.000,00
3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 01
01 TESOURO
200 000 EDUCAÇÃO

68 12.361.2003.2210.0000 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - PETE -70.000,00
3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 02 01
02 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS
200 000 EDUCAÇÃO

02 04 02 FUNDEB
79 12.361.2003.2036.0000 MANUTENÇÃO DO VAAT - FUNDEB 70 % -30.000,00
3.1.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 06 01
06 OUTRAS FONTES DE RECURSOS
260 000 EDUCAÇÃO FUNDEB

02 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CULTURA E TURISMO
88 13.392.2004.1017.0000 AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS PARA A BANDA MARCIAL D -7.500,00
4.4.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 06 01 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
95 15.451.2005.1020.0000 CONSTRUÇÃO, REFORMAS DE QUADRAS, ESTÁDIOS, CAMP -10.000,00
4.4.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

96 15.451.2005.1021.0000 CONSTRUÇÃO DE CALÇAMENTO E MEIO FIO EM ZONAS URB -180.000,00
4.4.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

99 15.451.2005.1024.0000 IMPLANTAÇÃO DE ESTRUTURA AS MARGENS DO RIO PAJEÚ -5.000,00
4.4.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 06 01 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
102 15.451.2005.1027.0000 AQUISIÇÃO OU DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS -50.000,00
4.4.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

103 15.451.2005.1028.0000 CONSTRUÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DA REDE DE SANEMAENTO -15.000,00
4.4.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

105 23.692.2005.1029.0000 REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE ATIVIDADES E -10.000,00
4.4.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 06 02 DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
111 15.452.2005.2043.0000 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE LIMPEZA URBANA -205.000,00
3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

112 15.452.2005.2044.0000 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E URBANÍSTICO -10.000,00
3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 07 01 DEPARTAMENTO DE TRÊNSITO E TRANSPORTES
117 26.782.2006.1036.0000 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL -10.000,00
4.4.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 08 01 DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
122 18.607.2007.1038.0000 COMBATE A DEGRADAÇÃO DO MEIO AMBIENTE -5.000,00
4.4.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

124 18.607.2007.2047.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ME -15.000,00
3.1.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 08 02 DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
131 20.606.2007.2048.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPA -130.000,00
3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 08 02 DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
135 20.607.2007.2052.0000 MANUTENÇÃO DO COMBATE A SECA -20.000,00
3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

-1.030.000,00

Artigo 3o.- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições
Em contrario.

ERIVALDOJOSÉ DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Levy Wallaci da Silva
Código Identificador:E1684625

PREFEITURA MUNIICIPAL DE CALUMBI
LEI Nº 864 , DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025

Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE CALUMBI, faz saber que a Câmara Municipal
aprova e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de
R$3.136.293,90 distribuídos as seguintes dotações:

02 04 01 GERENCIA DO ENSINO MUNICIPAL - TESOURO
245 12.365.2003.1089.0000 CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS DE UNIDAES ESCOLAR INFA 2.926.293,90
4.4.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R.: 0 02 01
02 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS
210 000 EDUCAÇÃO INFANTIL

02 04 02 FUNDEB
246 12.365.2003.2033.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB 70% - EDUCAÇÃO 210.000,00
3.1.91.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS- INTRA-ORÇAMENTÁRIAS F.R.: 0 05 01
05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS
210 000 EDUCAÇÃO INFANTIL
Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos
provenientes de transferência voluntaria do Governo do Estado de Pernambuco no valor
de R$ 2.926.293,90 referente a 1ª parcela para construção e equipamentos de Unidade
de Ensino Infantil, e o valor de R$ 210.000,00 do excesso de arrecadação da fonte VAAT
3.136.293,90
Fontes de Recurso
02 01 2.926.293,90
05 01 210.000,00

Artigo 3o.- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ERIVALDOJOSÉ DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Levy Wallaci da Silva
Código Identificador:C9292A01

PREFEITURA MUNIICIPAL DE CALUMBI
LEI Nº 865 , DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE CALUMBI, faz saber que a Câmara Municipal
aprova e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de
R$1.030.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 02 00 GABINETE DO PREFEITO
12 04.122.2001.2006.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO 35.000,00
3.1.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R.: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 02 02 CONSELHO TUTELAR
18 04.122.2001.2007.0000 MANUTENÇÃO E APOIO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTE 4.000,00
3.1.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R.: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 02 03 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO
20 04.122.2001.2008.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO 4.500,00
3.1.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R.: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 03 01 SECRETARIA DE ADMINIS. E FINANÇAS, PLANEJAMENTO E GESTÃO
25 04.122.2002.2010.0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL FINANÇAS, PLANEJ 100.000,00
3.1.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R.: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

29 04.122.2002.2012.0000 DISPÊNDIO COM OBRIGAÇÕES PATRONAIS 95.000,00
3.1.91.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS- INTRA-ORÇAMENTÁRIAS F.R.: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 04 02 FUNDEB
75 12.361.2003.2031.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB 70 % 340.000,00
3.1.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R.: 0 05 01
05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS
260 000 EDUCAÇÃO FUNDEB

02 04 02 FUNDEB
77 12.361.2003.2032.0000 DISPÊNDIOS COM OBRIGAÇÕES PATRONAIS FUNDEB 70% 400.000,00
3.1.91.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS- INTRA-ORÇAMENTÁRIAS F.R.: 0 05 01
05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS
260 000 EDUCAÇÃO FUNDEB

02 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CULTURA E TURISMO
91 13.392.2004.2041.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPO 13.500,00
3.1.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R.: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 06 02 DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
109 15.452.2005.2042.0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUT 30.000,00
3.1.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R.: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 08 02 DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
130 20.606.2007.2048.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL D 8.000,00
3.1.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R.: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos
provenientes de anulação parcial e ou total das seguintes dotações:

02 03 01 SECRETARIA DE ADMINIS. E FINANÇAS, PLANEJAMENTO E GEST
30 99.999.2002.2013.0000 RESERVA DE CONTIGÊNCIA -22.500,00
9.9.99.00.00 Reserva de Contingência F.R. Grupo: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 03 03 DEPARTAMENTO DE TESOURARIA E FINANÇAS
34 04.123.2002.0003.0000 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA -120.000,00
4.6.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 04 01 GERENCIA DO ENSINO MUNICIPAL - TESOURO

02 04 01 GERENCIA DO ENSINO MUNICIPAL - TESOURO
43 12.361.2003.1007.0000 AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS DIDÁTICOS E P -85.000,00
4.4.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 00
01 TESOURO
200 000 EDUCAÇÃO

45 12.361.2003.1011.0000 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PA -20.000,00
4.4.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 01
01 TESOURO
200 000 EDUCAÇÃO

62 12.361.2003.2029.0000 AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA AS UNIDADES -10.000,00
3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 01
01 TESOURO
200 000 EDUCAÇÃO

68 12.361.2003.2210.0000 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - PETE -70.000,00
3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 02 01
02 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS
200 000 EDUCAÇÃO

02 04 02 FUNDEB
79 12.361.2003.2036.0000 MANUTENÇÃO DO VAAT - FUNDEB 70 % -30.000,00
3.1.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 06 01
06 OUTRAS FONTES DE RECURSOS
260 000 EDUCAÇÃO FUNDEB

02 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CULTURA E TURISMO
88 13.392.2004.1017.0000 AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS PARA A BANDA MARCIAL D -7.500,00
4.4.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 06 01 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
95 15.451.2005.1020.0000 CONSTRUÇÃO, REFORMAS DE QUADRAS, ESTÁDIOS, CAMP -10.000,00
4.4.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

96 15.451.2005.1021.0000 CONSTRUÇÃO DE CALÇAMENTO E MEIO FIO EM ZONAS URB -180.000,00
4.4.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

99 15.451.2005.1024.0000 IMPLANTAÇÃO DE ESTRUTURA AS MARGENS DO RIO PAJEÚ -5.000,00
4.4.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 06 01 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
102 15.451.2005.1027.0000 AQUISIÇÃO OU DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS -50.000,00
4.4.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

103 15.451.2005.1028.0000 CONSTRUÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DA REDE DE SANEMAENTO -15.000,00
4.4.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

105 23.692.2005.1029.0000 REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE ATIVIDADES E -10.000,00
4.4.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 06 02 DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
111 15.452.2005.2043.0000 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE LIMPEZA URBANA -205.000,00
3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

112 15.452.2005.2044.0000 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E URBANÍSTICO -10.000,00
3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 07 01 DEPARTAMENTO DE TRÊNSITO E TRANSPORTES
117 26.782.2006.1036.0000 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL -10.000,00
4.4.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 08 01 DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
122 18.607.2007.1038.0000 COMBATE A DEGRADAÇÃO DO MEIO AMBIENTE -5.000,00
4.4.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

124 18.607.2007.2047.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ME -15.000,00
3.1.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 08 02 DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
131 20.606.2007.2048.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPA -130.000,00
3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

02 08 02 DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
135 20.607.2007.2052.0000 MANUTENÇÃO DO COMBATE A SECA -20.000,00
3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 0 01 00
01 TESOURO
110 000 GERAL

-1.030.000,00

Artigo 3o.- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições
Em contrario.

ERIVALDO JOSÉ DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Levy Wallaci da Silva
Código Identificador:E28820F4

PREFEITURA MUNIICIPAL DE CALUMBI
LEI Nº866/2025

Aprova o Plano Municipal de Assistência Social de Calumbi-PE (2026–2029).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CALUMBI, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, Erivaldo José da Silva, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Assistência Social do Município de Calumbi-PE – PMAS, para vigência no quadriênio 2026–2029, na forma do documento elaborado pela Secretaria

Municipal de Assistência Social e aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS), conforme Resolução nº 06/2025.

Art. 2º O Plano Municipal de Assistência Social constitui instrumento estratégico e obrigatório de planejamento, gestão e execução da Política Municipal de Assistência Social, fundamentado na Constituição Federal de 1988, na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993), na Política Nacional de Assistência Social – PNAS e na Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS.

Art. 3º O PMAS 2026–2029 estabelece diretrizes, objetivos, metas, ações, indicadores e responsabilidades institucionais que orientarão a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, integrando-se ao PPA, à LDO e à LOA vigentes.

Art. 4º Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social coordenar a execução, o monitoramento e a avaliação contínua do PMAS, devendo apresentar relatórios anuais ao COMAS, garantindo a participação da sociedade civil por meio do controle social.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento, suplementadas se necessário.
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Calumbi-PE, 03 de dezembro de 2025.

ERIVALDO JOSÉ DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Levy Wallaci da Silva
Código Identificador:5F5A2003

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO N° 011/2025 – DISPENSA N° 009/2025

CAMARA MUNICIPAL DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX/PE
COMISSÃO DE CONTRATAÇAO - CC
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO N° 011/2025 – DISPENSA N° 009/2025

Objeto: Aquisição imediata de Ar Condicionados, para atender as necessidades da Câmara de Vereadores do Município de Camocim de São Félix/PE., nas condições e descrições contidas no Termo de Referência, anexo I deste edital. **CONTRATADO**: **ALEXANDRO C DA SILVA ME**, inscrito no **CNPJ nº 23.750.338/0001-66**, valor total **R$ 26.970,00 (vinte seis mil novecentos e setenta reais)**, **CONTRATO N° 020/2025**. Vigência: 13/11/2025 à 31/12/2025. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 75, inc. II da Lei nº 14.133/2021, c/c Decreto nº 12.343/24.

Camocim de São Félix (PE), 13 de novembro de 2025.

MANOEL FERNANDITO DO NASCIMENTO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Thalita Santana de Farias
Código Identificador:BE74F192

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX
TERMO DE RATIFICAÇÃO/AUTORIZAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N º 011/2025 DISPENSA Nº. 009/2025

CAMARA DE VEREADORES DE CAMOCIM DE SÃO FELIX/PE
TERMO DE RATIFICAÇÃO/AUTORIZAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N º 011/2025
DISPENSA Nº. 009/2025

O Presidente da Câmara de Camocim de São Félix/PE, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Inciso II, do Art. 75 da Lei 14.133/2021, c/c Decreto Federal 12.343/2024 vem através do presente, **RATIFICAR** e **AUTORIZAR** a execução do objeto do Processo Licitatório nº 011/2025, Dispensa nº 009/2025, referente a **Aquisição imediata de Ar Condicionados, para atender as necessidades da Câmara de Vereadores do Município de Camocim de São Félix/PE., nas condições e descrições contidas no Termo de Referência, anexo I deste edital**, em favor da empresa: **ALEXANDRO C DA SILVA ME**, inscrito no **CNPJ nº 23.750.338/0001-66,** no valor total de **R$ 26.970,00 (vinte seis mil novecentos e setenta reais)**, nas conformidades do Inciso VIII do Art. 72 da Lei 14.133/2021 e em consonância Parágrafo Único do Art. 72 da Lei mencionada anteriormente, DETERMINAR a publicação em sítio eletrônico oficial.

Camocim de São Félix, 13 de novembro de 2025.

MANOEL FERNANDITO DO NASCIMENTO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Thalita Santana de Farias
Código Identificador:FAEB5F80

SECRETARIA DE SAÚDE
EXTRATO DE ADITIVO PROCESSO Nº 031/2025 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025

3º Termo Aditivo ao Contrato nº 094/2025. Prorrogação da vigência do Contrato referente à Contratação de empresa de engenharia especializada para execução de serviços de construção de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Tipo I, no município de Camocim de São Félix, PE. Contratada: MD CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 35.978.627/0001-04. Prazo acrescido: 07 meses. Nova vigência: de 07/11/2025 a 07/06/2026.

Camocim de São Félix, PE, 04/12/2025.

GÉSIO ANTÔNIO FONSECA DA SILVA
Secretário de Saúde.

Publicado por:
Paula Janaína de Macedo Silva Bezerra
Código Identificador:D054355D

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CAPOEIRAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPOEIRAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2025 - DISPENSA Nº 002/2025 EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2025

CONTRATO Nº 003/2025. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada em locação de equipamentos de eletrocardiograma com suporte técnico e manutenção completa do sistema para atender as necessidades do município de Capoeiras – PE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. **CONTRATADA**: CLICKMED LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ n.º 13.939.420/0001 80. **VIGÊNCIA**: 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato. **VALOR GLOBAL**: **R$** 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais). **FUNDAMENTO**: art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações.

Capoeiras, 27 de janeiro de 2025.

LYGIA FERNANDA ALMEIDA GALVÃO
Secretária de Saúde

Publicado por:
Camila Maria de Almeida
Código Identificador:1A2785AB

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPOEIRAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2024 - DISPENSA Nº 007/2024 EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2025

CONTRATO Nº 001/2025. **OBJETO:** Contratação de empresa para fornecimento de uniformes e materiais de uso pessoal para os profissionais Agentes Comunitários de Saúde ACS e Agentes de Controle de Endemias ACE, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde doMunicípio de Capoeiras-PE. **CONTRATADA**: REGINA CONFECCOES EESTAMPARIA LTDA, 07.286.919/0001-32. **VIGÊNCIA**: 12 (doze), meses **VALOR GLOBAL**: **R$** 17.022,70 (dezesete mil e vinte e dois reais e setenta centavos). **FUNDAMENTO**: art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações.

Capoeiras, 21 de outubro de 2025

LYGIA FERNANDA ALMEIDA GALVÃO
Secretária de Saúde

Publicado por:
Camila Maria de Almeida
Código Identificador:CAF0A6C1

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2025 - DISPENSA Nº 001/2025 EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2025

CONTRATO Nº 002/2025. **OBJETO:** Contratação de Pessoa Jurídica para Locação de equipamentos e rádios para o sistema do SAMU - V GERES, do Município de Capoeiras. **CONTRATADA**: PRISMA TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ n.º 41.096.520/0001-27 **VIGÊNCIA**: 12 (doze), meses contando da data de assinatura do contrato. **VALOR GLOBAL**: **R$** 12.979,32 (doze mil novecentos e setenta e nove reais e trinta e dois centavos). **FUNDAMENTO**: art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações.

Capoeiras, l7 de janeiro de 2025.

LYGIA FERNANDA ALMEIDA GALVÃO
Secretária de Saúde

Publicado por:
Camila Maria de Almeida
Código Identificador:9E80C6B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2025 - DISPENSA Nº 006/2025 EXTRATO DO CONTRATO Nº 007/2025

CONTRATO Nº 007/2025. **OBJETO:** Contratação de empresa para fornecimento parcelado de fraldas descartáveis e demais materiais de higiene pessoal para atender as necessidades da Rede Municipal de Ensino do município de Capoeiras-PE. **CONTRATANTE**: PREFEITURA DE CAPOEIRAS. CNPJ: 11.256.088/0001-23. **CONTRATADA**: FARMACIA SANTA ANA LTDA, CNPJ n.º 08.778.219/0003-90 **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses **VALOR GLOBAL**: 60.435,60 (sessenta mil quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos) **FUNDAMENTO**: fundamentação legal no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações.

Capoeiras, 04 de junho de 2025.

IRECE FERREIRA MACEDO ALMEIDA
Secretária de Educação

Publicado por:
Camila Maria de Almeida
Código Identificador:C11B5EC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPOEIRAS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2025 - DISPENSA Nº 005/2025 EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2025

CONTRATO Nº 006/2025. **OBJETO:** Contratação de sistema de orçamento de obras nos módulo Orçamento, Bases Adicionais e Planejamento para o Município de Capoeiras. **CONTRATANTE**: PREFEITURA DE CAPOEIRAS. CNPJ: 11.256.088/0001-23. **CONTRATADA**: 3F LTDA, nome fantasia: OrçaFascio Software para Engenharia CNPJ: 23.484.444/0001-45 **VIGÊNCIA**: 12 (doze), meses contando da data de assinatura do contrato. **VALOR GLOBAL**: **R$** 2.997,00 (dois mil novecentos e noventa e sete reais). **FUNDAMENTO**: art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações bem como, será aplicado o disposto nos art. 74, art. 76 § 1° e art. 77, do Decreto Municipal nº 003 de 08 de janeiro de 2024.

Capoeiras, 02 de abril de 2025.

COSMO EDUARDO ALMEIDA VALENÇA
Secretário de Obras

Publicado por:
Camila Maria de Almeida
Código Identificador:EC720C83

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CARNAIBA

CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, CARNAÍBA – PE. Nº 012 DE 14 DE OUTUBRO DE 2025.

1º - INCINERAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ANOS ANTERIORES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E INCLUSÃO SOCIAL; 2º - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO MÊS DE SETEMBRO.

A presidente do CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social de Carnaíba-PE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei municipal nº 544 de 12 de dezembro de 1995 em conformidade com as deliberações da Reunião Ordinária realizada no dia 14 de outubro de 2025, lavrada em ata neste mesmo dia.

RESOLVE:

Art. 1°. Aprovar a incineração de documentos datados de 05 (cincos) anos ou mais da Secretaria de Assistência e Inclusão Social;
Art. 2°. Aprovar a execução financeira das ações executadas no mês de setembro, incluindo os benefícios eventuais concedidos no referido mês;

Carnaíba-PE, 14 de outubro de 2025.

MARIA SOLANGE DE MEDEIROS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Karine Imaculada Nunes de Carvalho
Código Identificador:A27B0836

CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, CARNAÍBA – PE. Nº 013 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025.

1º - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO MÊS DE OUTUBRO; 2º - PLANO DE EXECUÇÃO PARA MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: EXIBIÇÃO E APROVAÇÃO.

A presidente do CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social de Carnaíba-PE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas

pela Lei municipal nº 544 de 12 de dezembro de 1995 em conformidade com as deliberações da Reunião Ordinária realizada no dia 11 de novembro de 2025, lavrada em ata neste mesmo dia.

RESOLVE:
Art. 1°. Aprovar a execução financeira das ações executadas no mês de outubro, incluindo os benefícios eventuais concedidos no referido mês;
Art. 2°. Aprovar o Plano de Execução para Medidas Socioeducativas com aplicação adequada dos recursos, garantindo eficiência no atendimento às famílias e do usuário em cumprimento de tais medidas.
Carnaíba-PE, 11 de novembro de 2025.

MARIA SOLANGE DE MEDEIROS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Karine Imaculada Nunes de Carvalho
Código Identificador:7FD0F5AF

CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, CARNAÍBA – PE. Nº 014 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025.

1º - PROJETO DE EXECUÇÃO DO PROCAD: EXIBIÇÃO E APROVAÇÃO.

A presidente do CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social de Carnaíba-PE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei municipal nº 544 de 12 de dezembro de 1995 em conformidade com as deliberações da Reunião Ordinária realizada no dia 11 de novembro de 2025, lavrada em ata neste mesmo dia.

RESOLVE:

Art. 1°. Aprovar o Plano de Execução do PROCAD com aplicação adequada dos recursos, garantindo eficiência no atendimento às famílias e desenvolvimento das ações

Art 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Carnaíba-PE, 11 de novembro de 2025.

MARIA SOLANGE DE MEDEIROS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Karine Imaculada Nunes de Carvalho
Código Identificador:5E99185E

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA
AVISO DE EXTRATO DE CONTRATO Nº 288/2025

AVISO DE EXTRATO DE CONTRATO Nº 288/2025

EXTRATO DE CONTRATO **N° 288/2025** relativo ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/25 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/25. Objeto: ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA A ESTA ADMINISTRAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, DECORAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, E POSTERIOR RETIRADA DE DECORAÇÃO NATALINA, CONTEMPLANDO ESTRUTURAS DECORATIVAS COM LUZES DE LED, BEM COMO A LOCAÇÃO DE ITENS ESPECÍFICOS, A SEREM INSTALADOS EM PONTOS ESTRATÉGICOS DO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA PE. Contratado: CICERO ALLAN PEREIRA CAMPOS, CNPJ nº 62.515.216/0001-47.** Valor total **R$ 24.999,99 (vinte e quatro mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).** Data de assinatura do contrato: 04/12/2025**.** Prazo de vigência até 01/03/2026.

CARNAÍBA – PE, 04 de Dezembro de 2025

WAMBERG ANTÔNIO GOMES AMARAL
Prefeito

Publicado por:
Beatriz de Sousa Silva
Código Identificador:39362D84

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA
HOMOLOGAÇÃO PL N° 107/2025 - PE N° 044/2025 - ORNAMENTAÇÃO NATALINA

GABINETE DO PREFEITO

REFERÊNCIA: ***PROCESSO LICITATÓRIO N.º 107/2025***
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 044/2025

OBJETO: ***ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA A ESTA ADMINISTRAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, DECORAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, E POSTERIOR RETIRADA DE DECORAÇÃO NATALINA, CONTEMPLANDO ESTRUTURAS DECORATIVAS COM LUZES DE LED, BEM COMO A LOCAÇÃO DE ITENS ESPECÍFICOS, A SEREM INSTALADOS EM PONTOS ESTRATÉGICOS DO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA PE, conforme especificações no Anexo I (Termo de Referência).***

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA-PE*, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o disposto no art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.*

RESOLVE*:*

ADJUDICAR *e* ***HOMOLOGAR*** *o julgamento procedido pela pregoeira, que declarou vencedoras do presente certame licitatório, as empresas:* ***CICERO ALLAN PEREIRA CAMPOS de CNPJ Nº 62.515.216/0001-47*** *com sede à SIT SITIO CACIMBAS, BAIRRO ESTRADA A 3 KM DA SEDE, QUIXABA-PE, CEP Nº 56.828-000, representada por seu titular o Sr.* ***CICERO ALLAN PEREIRA CAMPOS, de CPF Nº*** *042.936.174-26 e RG Nº 6.6110.592 SSP/PE, vencedor do LOTE ÚNICO pelo valor total de R$ 24.999,99 (vinte e quatro mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos). Perfazendo-se o valor global de $ 24.999,99 (vinte e quatro mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos). Seja portanto convocado as mesmas para assinatura dos contratos.*

Carnaíba (PE), 04 de dezembro de 2025

WAMBERG ANTÔNIO GOMES AMARAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz de Sousa Silva
Código Identificador:823C2D6A

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÍBA
HOMOLOGAÇÃO PL Nº 101/2025 - CONC. Nº 007/2025

GABINETE DO PREFEITO

REFERÊNCIA: **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 101/2025**
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO N.º 007/2025

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OS SERVIÇOS CONSTRUÇÃO DE 02 PASSAGENS MOLHADAS, NO ACESSO AO POVOADO DE SERRA BRANCA E SÍTIO CACIMBA VELHA, LOCALIDADES DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE CARNAÍBA-PE**, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o disposto no art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

RESOLVE:

ADJUDICAR e **HOMOLOGAR** o julgamento procedido pela pregoeira, que declarou vencedora do presente certame licitatório, a empresa: **LM CONSTRUCOES LOCACOES E SERVICOS LTDA de CNPJ Nº 46360858000168** com sede à R ANTONIA PEREIRA DE LIMA, nº SN, Bairro: FRANCISCO SIMAO DOS SANTOS FIGUEIRA, GARANHUNS-PE, CEP Nº 55293000, email: lm.construcoeselocacoes@hotmail.com telefone: (87) 9994-6603/ (87) 9994-6603 representada por Sr. **LUIS HENRIQUE MORAES DE CARVALHO, de CPF Nº** 10459474405 e RG Nº 05513270370 – DETRAN/PE, vencedor do lote (1) valor total de R$ 293.697,18 (duzentos e noventa e três mil seiscentos e noventa e sete reais e dezoito centavos), Perfazendo-se o valor global de R$ $ 293.697,18 (duzentos e noventa e três mil seiscentos e noventa e sete reais e dezoito centavos).

Carnaíba (PE), 03 de dezembro de 2025.

WAMBERG ANTÔNIO GOMES AMARAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz de Sousa Silva
Código Identificador:E36016BC

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CARPINA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO - PL Nº 041/2025 - FME

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARPINA/PE.
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 041/2025-FME. **PREGÃO ELETRÔNICO** Nº 024/2025. **Objeto**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) ESPECIALIZADA (S) NO FORNECIMENTO DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO, ESPECIFICO DA METODOLOGIA OPEE – PROJETO VIDA E ATITUDE EMPREENDEDORA, COM A FINALIDADE DE PROMOVER O FORTALECIMENTO DA FORMAÇÃO INTEGRAL DOS ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CARPINA/PE. **Valor Máximo Aceitável:** R$ 1.599.891,79. **Início do Acolhimento das Propostas:** 05/12/2025, através do Sistema do Portal de Compras do Governo Federal "COMPRAS.GOV.BR". **Abertura das Propostas:** 17/12/2025, 09:00h. O Edital na íntegra poderá ser retirado através no Sistema COMPRAS.GOV.BR do Portal de Compras do Governo Federal, www.gov.br/compras e também no site Oficial do Município: www.carpina.pe.gov.br ou na Prefeitura Municipal, na Sala da CPL, sito a Praça São José, 95 – Bairro: São José – Carpina – PE.

Carpina, 04/12/2025.

WIGUIVALDO PATRIOTA SANTOS,
Pregoeiro.

Publicado por:
Eronildo da Silva Gomes
Código Identificador:2C417287

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO - PL Nº 056/2025 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARPINA/PE.
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 056/2025-FMS. **Pregão Eletrônico** Nº 035/2025-FMS. **Objeto**: CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE ITEM DE PANIFICAÇÃO (PÃO FRANCÊS), CONSIDERANDO AS DEMANDAS ALIMENTARES DOS DIVERSOS SERVIÇOS VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARPINA-PE, PELO PERIODO DE 12 (DOZE) MESES. **Valor Máximo Aceitável:** R$ 260.000,00. **Início do Acolhimento das Propostas:** 05/12/2025, através do Sistema do Portal de Compras do Governo Federal "COMPRAS.GOV.BR". **Abertura das Propostas:** 17/12/2025, 09:00h. O Edital na íntegra poderá ser retirado através no Sistema COMPRAS.GOV.BR do Portal de Compras do Governo Federal, www.gov.br/compras e também no site Oficial do Município: www.carpina.pe.gov.br ou na Prefeitura Municipal, na Sala da CPL, sito a Praça São José, 95 – Bairro: São José – Carpina – PE.

Carpina, 04/12/2025.

ERONILDO DA SILVA GOMES,
Pregoeiro.

Publicado por:
Eronildo da Silva Gomes
Código Identificador:AE9BC07A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE NOTIFICAÇÃO - REAL ENERGY LTDA

TERMO DE NOTIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2025
O MUNICÍPIO DE CARPINA, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARPINA **REAL ENERGY LTDA, devidamente inscrita no CNPJ nº 41.116.138/0001-38, com endereço na AV. BEIRA CANAL, Nº 49, BULTRINS, OLINDA – PE, CEP: 53.320-085, E-MAIL: licitacao@realenergy.com.br**, enviar seu representante**no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir do recebimento deste documento**, para assinatura do **CONTRATO**, referente ao PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2025 que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA DA CRECHE MUNICIPAL BRENA RAYSA DO MUNICÍPIO DE CARPINA - PE**, a qual foi declarada vencedora do certame conforme constante nos auto do Processo Licitatório.

Informamos que caso a empresa não cumpra o prazo de até 5 dias, o Pregoeiro deste Município encaminhará a Cópia do Processo Licitatório para a Procuradoria jurídica para que sejam tomadas as devidas providências previstas em lei e no edital.

Informamos ainda que a **REAL ENERGY LTDA, devidamente inscrita no CNPJ nº 41.116.138/0001-38**, foi convocada para assinatura da **CONTRATO** no dia 24/11/2025, através do e-mail, conforme publicação constante nos autos do Processo Licitatório.

Carpina, 04 de Dezembro de 2025.

WUIGUIVALDO PATRIOTA SANTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Eronildo da Silva Gomes
Código Identificador:2B16B7F2

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 001/2025 - FMAS

O Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude do Município de Carpina-PE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Ofício nº 626/2025, da Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude do município de Carpina-PE, RESOLVE: Designar o(a) servidor(a) LILIAN ISABELY CARVALHO DE AMORIM, matrícula n.º 551803 como Gestora do Contrato nº 001/2025, e o(a) servidor(a) MARIA FERNANDA AZEVEDO CIRIACO FERNANDES, matrícula n.º 551801, como Fiscal do referido Contrato, firmado entre esta secretaria, e a empresa TABS ASSESSORIA CONTÁBIL, CNPJ/MF sob o nº 04.882.433/0001-79. Cujo objeto é a SERVIÇOS CONTABEIS, ABRANGENDO CONSULTORIA E ASSESSORIA, com efeitos a contar do dia 17 de janeiro de 2025, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Carpina, 29 de setembro de 2025.

MARCELO PASCOAL DO NASCIMENTO FILHO
Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude

Publicado por:
Laís Karine de Sousa Aguiar
Código Identificador:667A065A

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 002/2025 - FMAS

O Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude do Município de Carpina-PE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Ofício nº 626/2025, da Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude do município de Carpina-PE, RESOLVE: Designar o(a) servidor(a) LILIAN ISABELY CARVALHO DE AMORIM, matrícula n.º 551803 como Gestora do Contrato nº 002/2025, e o(a) servidor(a) PEDRO FRANCISCO DE MORAIS CAVALCANTI NETO, matrícula n.º 5518411, como Fiscal do referido Contrato, firmado entre esta secretaria, e a empresa ANDRADE, ANDRADE & VASCONCELOS- SOCIEDADE DE ADVOGADOS, CNPJ/MF sob o nº 32.379.466/0001-36. Cujo objeto é SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ARE DE LICITAÇÃO E CONTRATOS, com efeitos a contar do dia 21 de janeiro de 2025, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Carpina, 29 de setembro de 2025.

MARCELO PASCOAL DO NASCIMENTO FILHO
Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude

Publicado por:
Laís Karine de Sousa Aguiar
Código Identificador:D4548D53

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 003/2025 - FMAS

O Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude do Município de Carpina-PE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Ofício nº 626/2025, da Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude do município de Carpina-PE, RESOLVE: Designar o(a) servidor(a) LILIAN ISABELY CARVALHO DE AMORIM, matrícula n.º 551803 como Gestora do Contrato nº 003/2025, e o(a) servidor(a) PEDRO HENRIQUE GOMES DA SILVA matrícula n.º 452389, como Fiscal do referido Contrato, firmado entre esta secretaria, e a empresa PALLIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF sob o nº 01.838.829/0001-20. Cujo objeto é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E PEÇAS EMERGENCIAL, com efeitos a contar do dia 30 de janeiro de 2025, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Carpina, 29 de setembro de 2025.

MARCELO PASCOAL DO NASCIMENTO FILHO
Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude

Publicado por:
Laís Karine de Sousa Aguiar
Código Identificador:7BEF6C58

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 004/2025 - FMAS

O Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude do Município de Carpina-PE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Ofício nº 626/2025, da Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude do município de Carpina-PE, RESOLVE: Designar o(a) servidor(a) LILIAN ISABELY CARVALHO DE AMORIM, matrícula n.º 551803 como Gestora do Contrato nº 004/2025, e o(a) servidor(a) MICHAEL GENNESSYS GABRIEL MATHEUS PEREIRA, matrícula n.º 452453 como Fiscal do referido Contrato, firmado entre esta secretaria, e a empresa AUTO POSTO BARROS E OLIVEIRA LTDA, CNPJ/MF sob o nº 36.772.575/0001-70. Cujo objeto é o FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL, com efeitos a contar do dia 04 de fevereiro de 2025, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Carpina, 29 de setembro de 2025.

MARCELO PASCOAL DO NASCIMENTO FILHO
Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude

Publicado por:
Laís Karine de Sousa Aguiar
Código Identificador:3806A183

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 005/2025 - FMAS

O Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude do Município de Carpina-PE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Ofício nº 626/2025, da Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude do município de Carpina-PE, RESOLVE: Designar o(a) servidor(a) LILIAN ISABELY CARVALHO DE AMORIM, matrícula n.º 551803 como Gestora do Contrato nº 005/2025, e o(a) servidor(a) MARIA FERNANDA AZEVEDO CIRIACO FERNANDES, matrícula n.º 551801, como Fiscal do referido Contrato, firmado entre esta secretaria, e a empresa DE EMPREENDIMENTO CNPJ/MF sob o nº 58.334.112/0001-69. Cujo objeto é o FORNECIMENTO PARCELADO DE ÁGUA MINERAL 20LT E 500ML, com efeitos a contar do dia 04 de fevereiro de 2025, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Carpina, 29 de setembro de 2025.

MARCELO PASCOAL DO NASCIMENTO FILHO
Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude

Publicado por:
Laís Karine de Sousa Aguiar
Código Identificador:54298082

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 006/2025 - FMAS

O Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude do Município de Carpina-PE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Ofício nº 626/2025, da Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude do município de Carpina-PE, RESOLVE: Designar o(a) servidor(a), MARIA FERNANDA AZEVEDO CIRIACO FERNANDES, matrícula n.º 551801 como Gestora do Contrato nº 006/2025, e o(a) servidor(a) LILIAN ISABELY CARVALHO DE AMORIM, matrícula n.º 551803, como Fiscal do referido Contrato, firmado entre esta secretaria, e a empresa GEORGE ALEXANDRE DIAS DE ANDRADE SOUZA LTDA, CNPJ/MF sob o nº 11.324.252/0001-92. Cujo objeto é a INTERNET VIA LINK DEDICADO COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com efeitos a contar do dia 17 de fevereiro de 2025, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Carpina, 29 de setembro de 2025.

MARCELO PASCOAL DO NASCIMENTO FILHO
Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude

Publicado por:
Laís Karine de Sousa Aguiar
Código Identificador:ACAE5AA1

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 007/2025 - FMAS

O Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude do Município de Carpina-PE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Ofício nº 626/2025, da Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude do município de Carpina-PE, RESOLVE: Designar o(a) servidor(a) LILIAN ISABELY CARVALHO DE

AMORIM, matrícula n.º 551803, como Gestora do Contrato nº 007/2025, e o(a) servidor(a) MARIA FERNANDA AZEVEDO CIRIACO FERNANDES, matrícula n.º 551801 como Fiscal do referido Contrato, firmado entre esta secretaria, e a Sra. SEVERINA CARNEIRO DE ALBUQUERQUE ASSUNÇÃO, cujo objeto é a LOCAÇÃO DESTINADO CREAS CAJÁ, com efeitos a contar do dia 23 de março de 2025, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Carpina, 29 de setembro de 2025.

MARCELO PASCOAL DO NASCIMENTO FILHO
Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude

Publicado por:
Laís Karine de Sousa Aguiar
Código Identificador:6EAE63A9

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 008/2025 - FMAS

O Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude do Município de Carpina-PE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Ofício nº 626/2025, da Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude do município de Carpina-PE, RESOLVE: Designar o(a) servidor(a) LILIAN ISABELY CARVALHO DE AMORIM, matrícula n.º 551803 como Gestora do Contrato nº 008/2025, e o(a) servidor(a) MARIA FERNANDA AZEVEDO CIRIACO FERNANDES, matrícula n.º 551801, como Fiscal do referido Contrato, firmado entre esta secretaria, e a Sra. JANE CLEIDE MOURA MARTINS IZIDORO cujo objeto é a LOCAÇÃO DE IMÓVEL SEDE SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, com efeitos a contar do dia 25 de março de 2025, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Carpina, 29 de setembro de 2025.

MARCELO PASCOAL DO NASCIMENTO FILHO
Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude

Publicado por:
Laís Karine de Sousa Aguiar
Código Identificador:23925090

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 009/2025 - FMAS

O Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude do Município de Carpina-PE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Ofício nº 626/2025, da Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude do município de Carpina-PE, RESOLVE: Designar o(a) servidor(a) LILIAN ISABELY CARVALHO DE AMORIM, matrícula n.º 551803, como Gestora do Contrato nº 009/2025, e o(a) servidor(a) MARIA FERNANDA AZEVEDO CIRIACO FERNANDES, matrícula n.º 551801, como Fiscal do referido Contrato, firmado entre esta secretaria, e a empresa RECICOM RECIFE COMÉRCIO DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF sob o nº 26.114.486/0001-82. Cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE 20.000 KG DE PEIXE PARA DOAÇÃO, com efeitos a contar do dia 28 de março de 2025, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Carpina, 29 de setembro de 2025.

MARCELO PASCOAL DO NASCIMENTO FILHO
Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude

Publicado por:
Laís Karine de Sousa Aguiar
Código Identificador:2A757B3A

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 010/2025 - FMAS

O Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude do Município de Carpina-PE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Ofício nº 626/2025, da Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude do município de Carpina-PE, RESOLVE: Designar o(a) servidor(a) LILIAN ISABELY CARVALHO DE AMORIM, matrícula n.º 551803, como Gestora do Contrato nº 010/2025, e o(a) servidor(a) MARIA FERNANDA AZEVEDO CIRIACO FERNANDES, matrícula n.º 551801 como Fiscal do referido Contrato, firmado entre esta secretaria, e a Sra. MARIA DE JESUS REINALDO DA SILVA. Cujo objeto é a LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO PARA O CONSELHO TUTELAR, com efeitos a contar do dia 10 de abril de 2025, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Carpina, 29 de setembro de 2025.

MARCELO PASCOAL DO NASCIMENTO FILHO
Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude

Publicado por:
Laís Karine de Sousa Aguiar
Código Identificador:3DDE5DD4

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 011/2025 - FMAS

O Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude do Município de Carpina-PE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Ofício nº 626/2025, da Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude do município de Carpina-PE, RESOLVE: Designar o(a) servidor(a)LILIAN ISABELY CARVALHO DE AMORIM, matrícula n.º 551803, como Gestora do Contrato nº 011/2025, e o(a) servidor(a) MARIA FERNANDA AZEVEDO CIRIACO FERNANDES, matrícula n.º 551801, como Fiscal do referido Contrato, firmado entre esta secretaria, e o Sr. GERALDO JOSÉ DE OLIVEIRA FREITAS Cujo objeto é a LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO DA COZINHA COMUNITÁRIA, com efeitos a contar do dia 14 de abril de 2025, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Carpina, 29 de setembro de 2025.

MARCELO PASCOAL DO NASCIMENTO FILHO
Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude

Publicado por:
Laís Karine de Sousa Aguiar
Código Identificador:1BE6C6D0

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 012/2025 - FMAS

O Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude do Município de Carpina-PE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Ofício nº 626/2025, da Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude do município de Carpina-PE, RESOLVE: Designar o(a) servidor(a) LILIAN ISABELY CARVALHO DE AMORIM, matrícula n.º 551803, como Gestora do Contrato nº 012/2025, e o(a) servidor(a) MARIA FERNANDA AZEVEDO CIRIACO FERNANDES, matrícula n.º 551801 como Fiscal do referido Contrato, firmado entre esta secretaria, e a Sra. ABNOA VIEIRA DA SILVA, Cujo objeto é a LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO DA CASA LAR, com efeitos a contar do dia 24 de abril de 2025, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Carpina, 29 de setembro de 2025.

MARCELO PASCOAL DO NASCIMENTO FILHO
Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude

Publicado por:
Laís Karine de Sousa Aguiar
Código Identificador:517DB5A8

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 013/2025 - FMAS

O Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude do Município de Carpina-PE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Ofício nº 626/2025, da Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude do município de Carpina-PE, RESOLVE: Designar o(a) servidor(a) LILIAN ISABELY CARVALHO DE AMORIM, matrícula n.º 551803 como Gestora do Contrato nº 013/2025, e o(a) servidor(a) MARIA FERNANDA AZEVEDO CIRIACO FERNANDES, matrícula n.º 551801 como Fiscal do referido Contrato, firmado entre esta secretaria, e o Sr. ALYSSON VINICIUS COELHO MUNIZ DE LIMA, Cujo objeto é a LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO SERVIÇO DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, com efeitos a contar do dia 24 de abril de 2025, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Carpina, 29 de setembro de 2025.

MARCELO PASCOAL DO NASCIMENTO FILHO
Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude

Publicado por:
Laís Karine de Sousa Aguiar
Código Identificador:520D7F34

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 014/2025 - FMAS

O Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude do Município de Carpina-PE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Ofício nº 626/2025, da Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude do município de Carpina-PE, RESOLVE: Designar o(a) servidor(a) LILIAN ISABELY CARVALHO DE AMORIM, matrícula n.º 551803, como Gestora do Contrato nº 014/2025, e o(a) servidor(a) MARIA FERNANDA AZEVEDO CIRIACO FERNANDES, matrícula n.º 551801 como Fiscal do referido Contrato, firmado entre esta secretaria, e o Sr. EDINALDO BARATA DA SILVA, Cujo objeto é a LOCAÇÃO DE IMÓVEL DA SEDE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, com efeitos a contar do dia 28 de abril de 2025, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Carpina, 29 de setembro de 2025.

MARCELO PASCOAL DO NASCIMENTO FILHO
Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude

Publicado por:
Laís Karine de Sousa Aguiar
Código Identificador:21FF3C49

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 015/2025 - FMAS

O Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude do Município de Carpina-PE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Ofício nº 626/2025, da Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude do município de Carpina-PE, RESOLVE: Designar o(a) servidor(a) LILIAN ISABELY CARVALHO DE AMORIM, matrícula n.º 551803 como Gestora do Contrato nº 015/2025, e o(a) servidor(a) WILMA LEANDRA DE SOUZA PERREIRA, matrícula n.º 551804, como Fiscal do referido Contrato, firmado entre esta secretaria, e a empresa RODRIGUES COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ/MF sob o nº 48.106.423/0001-17. Cujo objeto é o FORNECIMENTO PARCELADO DE CESTAS BÁSICAS, com efeitos a contar do dia 29 de abril de 2025, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Carpina, 29 de setembro de 2025.

MARCELO PASCOAL DO NASCIMENTO FILHO
Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude

Publicado por:
Laís Karine de Sousa Aguiar
Código Identificador:B6A0DB34

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CEDRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO - COMISSÃO PERMANENTE DE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATO 014 - MEI

EXTRATO DE CONTRATO 014/2025CONTRATO Nº 014/2025 - Processo Administrativo 14.04.25.002, Processo Licitatório 003/2025, Credenciamento 003/2025, Chamada pública 005/2025. Natureza do Objeto: CREDENCIAMENTO de microempreendedor individual (MEI), visando a prestação de serviços eventuais e temporários, nos casos de necessidades de excepcional interesse público, em atividades meio da Prefeitura Municipal do Cedro e das Secretarias Municipais, para funções/ocupações de Eletricista Residencial, Encanador, Pedreiro, Ajudante de Pedreiro, Pintor de Parede, Marceneiro, Carpinteiro, Gesseiro e Operador de Máquinas Pesadas. Contratante: Fundo Geral Municipal de Cedro-PE. Contratado(a): MANOEL JOÃO DE MORAIS - MEI, Pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob nº 61.982.051/0001- 50, com sede na RUA ANTONIO MARTINS DOS ANJOS, 142, BAIRRO SÃO FRANCISCO, CEDRO-PE Valor: R$ 2.2880,00 (dois mil e oitocentos e oitenta reais). Cedro (PE), DATA 04/12/2025, ASS: JOSÉ RICARDO URIAS NOVAIS – Gestor do Fundo Geral de Cedro – Pernambuco.

Publicado por:
João Paulo Silva
Código Identificador:D1B9D870

PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 360/2025/GAB, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO E DE CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CEDRO, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município:
RESOLVE:
Art. 1° **EXONERAR** a Sra. **MARIA ZENEIDE DA SILVA BEZERRA**, inscrita no CPF n° ***.866.194-**, do Cargo de Provimento em Comissão de **COORDENADORA DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO,** integrante da estrutura organizacional **(CC-I)**, do Gabinete da Prefeita - GAB.
Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de dezembro de 2025.
Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Cedro-PE, 04 de dezembro de 2025.

MARIA RIVA BEZERRA RODRIGUES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Livia Quental Leite
Código Identificador:E2B92CE6

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CHÃ GRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE
INEXIGIBILIDADE Nº 032/2025

Reconheço e ratifico a **Inexigibilidade de licitação nº 032/2025,** referente ao **Processo nº 081/2025**, com fulcro no art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações, que tem como objeto a Contratação da Atração Artística **MARCIA A FENOMENAL**, para compor a programação da **"Festa de Santa Luzia"**, a ser realizada no dia 13 de dezembro de 2025, no Município de Chã Grande/PE, conforme especificações e condições e exigências estabelecidas neste instrumento e Termo de Referência. **Contratado:** MARCIA A FENOMENAL SHOWS LTDA, **CNPJ Nº** 22.413.698/0001-00. **VALOR DA CONTRATAÇÃO:** R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).

Chã Grande/PE, em 04 de dezembroo de 2025.

SANDRO CORRÊA DOS SANTOS
Prefeito do Município.

Publicado por:
Alana Laís de Menezes Batista
Código Identificador:E6BC5CD9

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CORTÊS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
1º TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 091/2024

Contrato nº 091/2024. Processo nº 065/2024.
Objeto: contratação de locação de montagem e desmontagem de pavilhão em estrutura tubular metálica, e disciplinador em aço tubular, sistema de sonorização, palco, iluminação, gerador, trios elétricos, paredões, cabines sanitárias, toldos, telões, Led, camarim e equipe de apoio, para as festividades do Município de Cortês/PE.
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS /PE**
CNPJ: **10.273.548/0001-69**
Contratado: BH SERVIÇOS EM SONORIZAÇÕES LTDA ME
CNPJ: 10.288.236/0001-29
Aditivo de valor: O acréscimo quantitativo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado, em razão da necessidade de ampliação da execução contratual e do acréscimo de itens, consequentemente, de valor ao contrato. Fica aditivado o valor do contrato em mais R$ 324.089,50 (trezentos e vinte e quatro mil, oitenta e nove reais e cinquenta centavos), equivalente ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento), perfazendo o valor total de R$ 1.620.447,49 (um milhão, seiscentos e vinte mil. Quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta nove centavos),

Cortês/PE; 04 de dezembro de 2025.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita.

Publicado por:
Edvania de Barros Silva Sobrinho
Código Identificador:FF525389

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 091/2024

Contrato nº 091/2024.
Objeto: contratação de locação de montagem e desmontagem de pavilhão em estrutura tubular metálica, e disciplinador em aço tubular, sistema de sonorização, palco, iluminação, gerador, trios elétricos, paredões, cabines sanitárias, toldos, telões, Led, camarim e equipe de apoio, para as festividades do Município de Cortês/PE, em conformidades com as especificações e condições definidas no Termo de Referência no anexo I do edital, pelo período de mais 12 (doze) meses, a contar do dia 13/11/2025 até o dia 12/11/2026.
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS/PE**
CNPJ: **10.273.548/0001-69**
Contratado: BH SERVIÇOS EM SONORIZAÇÕES LTDA ME
CNPJ: 10.288.236/0001-29
Aditivo de prazo: 13/11/2025 a 121/11/2026

Cortês/PE; 04 de dezembro de 2025.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Prefeita.

Publicado por:
Edvania de Barros Silva Sobrinho
Código Identificador:C6485606

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 026/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 082/2025

RECONHEÇO E AUTORIZO a **INEXIGIBILIDADE nº 026/2025**. **Processo Administrativo nº 082/2025**. Ata de Inexigibilidade para **contratação de assessoria técnica especializada em engenharia civil na elaboração de projetos arquitetônicos, laudos técnicos nos processos administrativos referentes às regularizações de moradias e de novas construções e coordenadoria da Defesa Civil no município de Cortês/PE**, conforme condições e exigências estabelecidas no termo de Referência, Anexo I do instrumento convocatório.
Fundamentação legal: Art. 74, Lei 14.133/21.
Contratado: **RS SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA ME**
CNPJ: **60.088.334/0001-16**
Valor: **R$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais).**

Cortês/PE, 04 de dezembro de 2025.

MARIA DE FÁTIMA CYNEIROS SAMPAIO BORBA.
Prefeita.

Publicado por:
Edvania de Barros Silva Sobrinho
Código Identificador:29DA3216

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 131/2025 - PMC

Contrato nº 131/2025. Processo Administrativo nº 082/2025 - PMC.
Objeto: contratação de assessoria técnica especializada em engenharia civil na elaboração de projetos arquitetônicos, laudos técnicos nos processos administrativos referentes às regularizações de moradias e de novas construções e coordenadoria da Defesa Civil no município de Cortês/PE.
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS/PE
CNPJ: 10.273.548.0001-69
Contratado: **RS SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA ME**
CNPJ: **62.088.334/0001-16**
Valor: **R$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais).**
Vigência: **12 meses a contar da emissão da Ordem de Serviço (OS).**

Cortês/PE, 04 de dezembro de 2025.

MARIA DE FÁTIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA.
Prefeita.

Publicado por:
Edvania de Barros Silva Sobrinho
Código Identificador:C4CC78AA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025

Processo Administrativo Nº 076/2025

Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada em manutenção predial, para prestação de serviços nas escolas e creches municiais do município de Cortês/PE.
Empresas vencedoras valor total: R$ 1.447.192,40 (um milhão e quatrocentos e quarenta e sete mil e cento e noventa e dois reais e quarenta centavos): **MDS SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA** (44369249000144) com os lotes: 1 no valor total de R$ 1.447.192,40 (um milhão e quatrocentos e quarenta e sete mil e cento e noventa e dois reais e quarenta centavos).

Corttês/PE; 04 de dezembro de 2025.

ERNANE SOARES BORBA JUNIOR.
Autoridade Competente.

Publicado por:
Edvania de Barros Silva Sobrinho
Código Identificador:10BB83B0

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025

Processo Administrativo: Nº 058/2025
Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada para prestação de serviços de manutenção a serem executados nas praças e canteiros, em diversos locais do município de Cortês/PE
Empresas vencedoras valor total: R$ 255.000,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil reais): **INJETEC CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA** (23085532000174) com os lotes: 1 no valor total de R$ 255.000,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil reais).

Cortês/PE; 04 de dezembro de 2025.

MARIA DE FATIMA CYSNEIROS SAMPAIO BORBA
Autoridade Competente.

Publicado por:
Edvania de Barros Silva Sobrinho
Código Identificador:9C861FBA

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CUPIRA

CAMARA MUNICIPAL DE CUPIRA-PE
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 01/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2025.

A Câmara Municipal de Vereadores de Cupira-PE, torna público a licitação que será realizada no dia 19/12/2025, às 10:00hs na modalidade Concorrência, lote único. OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obras de reforma da Sede da Câmara Municipal "Casa Manoel Joaquim da Silva" do Município de Cupira-PE, conforme especificação do Termo de Referência e edital. Valor estimado: R$493.751,74 (quatrocentos e noventa e três mil, setecentos e cinquenta e um reais e setenta e quatro centavos). INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 08/12/25, 8:00h, FINAL DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 19/12/25 AS 09:00h. INÍCIO DA DISPUTA 10:00h (horário de Brasília). O edital na integra está disponível na Plataforma da Bolsa Nacional De Compras, https://bnc.org.br. Outras informações pelo e-mail:cplcupira2023@gmail.com. Cupira, 04 de dezembro de 2025.

WANDSON LUCAS TORRES DE AMORIM
Agente de Contratação

Publicado por:
Caroline Stfane Silva Julião
Código Identificador:304043CB

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUPIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 133/2025
PREGÃO ELETRÔNICO 031/2025

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA DESTINADA A EXECUTAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE CUPIRA-PE.Valor Total Estimado R$ 5.056.326,60** (Cinco milhões cinquenta e seis mil trezentos e vinte e seis reais e sessenta centavos) **Abertura da sessão dia 17 de dezembro de 2025, às 10 (dez) horas. Informação e obtenções do edital:**na plataforma eletrônica da BNC sitio http://bnccompras.cloudapp.net/#/Home, ou no sitio http://cupira.pe.gov.br, ou no sitio PNCP https://pncp.gov.br/app/editais?q=&pagina=1, ou no sitio https://tomeconta.tcepe.tc.br/, ou via e-mail: licitacao@cupira.pe.gov.br. Cupira-PE, 05 de dezembro de 2025.

EDUARDO DA FONSECA LIRA -
Prefeito do Município de Cupira-PE.

Publicado por:
Barbara Gorelle da Silva Melo
Código Identificador:EC673BBC

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CUSTÓDIA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO ADITIVO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2022 FME

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CUSTÓDIA
SETIMO TERMO ADITIVO – PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2022 - FME
ADITIVO(S) AO CONTRATO

7º Termo Aditivo ao contrato Nº 0029/2022 - FME. Aditivo de PRAZO ao contrato referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS RESIDENTE NESTE MUNICÍPIO**. Empresa: VIEIRA SERVIÇOS LOCAÇÕES E COMERCIO LTDA. CNPJ: 16.598.742/0001-09. Prazo acrescido: 06 (seis) meses. Nova vigência: Até 09/05/2026. Custódia, 07/11/2025.

LUCIVAL PEDRO DO NASCIMENTO ROQUE.
Secretário do FME. (*)

Publicado por:
Hilda de Siqueira Souza
Código Identificador:B106221E

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 025/2025 FMS

ESTADO DE PERNAMBUCO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CUSTÓDIA

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo Nº 0028/2025. FMS. Pregão Eletrônico Nº 0025/2025. Compra. Adjudicação do objeto e Homologação do Pregão Eletrônico Nº 00025/2025, para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS ESPECIFICOS PARA SUPORTE NUTRICIONAL DE PACIENTE COM EPILEPSIA, DESTINADO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CUSTODIA–PE(Itens fracassados P.E 018–2025). Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6: Isabela dos Santos Nascimento. CNPJ: 29.378.754/0001-61, pelo valor de R$19.528,90. Custodia, 27/11/2025.

AYANNE CAMPOS DE LIRA TORRES.
Secretária Municipal de Saúde.(*)(**)

Publicado por:
Hilda de Siqueira Souza
Código Identificador:AB3A984E

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE DORMENTES

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE DORMENTES TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2025

A Câmara de Vereadores do Municipio de Dormentes-PE, inscrito no CNPJ nº 35.667.351/0001-35, neste ato representado pelo Presidente, Lomanto José Ferreira, e no uso de suas atribuições legais, de acordo com o dispositivo do inciso VIII, do artigo 72, da Lei Nº 14.133/2021, RATIFICA o procedimento de contratação direta por Dispensa de Licitação, embasado no inciso I, do artigo 75, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Considerando o parecer jurídico e do controle interno, dispondo sobre a possibilidade de contratação direta, por meio de dispensa de licitação, e que após a tramitação e todo o procedimento administrativo, a empresa Lindinalva de Araújo Alves ME inscrita no CNPJ sob o nº 11.825.285/0001-16 sagrou-se vencedora, por ter apresentado aos melhores preços , ratifico os atos da CONTRATAÇÃO DIRETA, por meio da Dispensa de Licitação nº 017/2025, embasado no inciso I, do artigo 75, da Lei 14.133/2021, referente à contratação da empresa Lindinalva de Araújo Alves ME inscrita no CNPJ sob o nº 11.825.285/0001-16 para contratação de empresa para fornecimento de equipamentos permanentes, com o valor global de R$ 11.445,00 (onze mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais).
Relação de itens:

ÍTEM	DESCRIÇÃO	QTD.	Vl Unt.	Vl. Total
01	MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA DE ALTA PRODUTIVIDADE 127V	01	R$ 7.950,00	R$ 7.950,00
02	FRAGMENTADORA DE PAPEL 10 LITROS 220V	05	R$ 699,00	R$ 3.495,00

O prazo de vigência da presente contratação será até o cumprimento integral do objeto contratado

Dormentes-PE, 04 de dezembro de 2025.

LOMANTO JOSÉ FERREIRA
Presidente da Câmara de Vereadores de Dormentes

Publicado por:
Paola Bean
Código Identificador:DCF23E64

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORMENTES NOTA DE PRORROGAÇÃO DE ENTREGA DE RELATORIO DE EXECUÇÃO FINAL DO OBJETO - PNAB

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC
A Prefeitura Municipal de Dormentes/PE, através da Secretaria de Cultura, Turismo e Esporte, comunica a prorrogação oficial dos prazos de ENTREGA DO RELATORIO DE EXECUÇÃO FINAL DO OBJETO (PRESTAÇÃO DE CONTAS) dos seguintes editais: Edital Nº 01/2024, 02/2024, 03/2024 E 04/2024, todos regidos pela Política Nacional Aldir Blanc (Lei Nº 14.399/2022). A nova data limite para entrega da documentação final é 31 de dezembro de 2025 até as 13h.

Dormentes/PE, 04 de dezembro de 2025.

LENISO COELHO CAVALCANTE
Secretário Municipal de Cultura, Turismo e Esporte

Publicado por:
Andrea de Macedo
Código Identificador:F2378F45

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ESCADA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE ESCADA EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2025 CONTRATO Nº 483/2025.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DO FRANGO INTEIRO CONGELADO PARA DISTRIBUIÇÃO A POPULAÇÃO CARENTE DO MUNICÍPIO DA ESCADA DURANTE AS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DE 2025.. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ESCADA, inscrito no CNPJ sob o nº. 12.102.545/0001-98. **CONTRATADA: FRIGORÍFICO FRANGO DOURADO LTDA**, inscrito no CNPJ sob o nº 03.750.630/0002-52. **Valor total:** R$ 814.800,00 (Oitocentos e quatorze mil e oitocentos reais). **Vigência:** A vigência deste termo é de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

Escada/PE, 04 de dezembro de 2025.

GERLANE ALVES NOGUEIRA
Secretária Municipal Assist. Social
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Renata Laize da Silva
Código Identificador:ED009743

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESCADA EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 025/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025. 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 209/2025.

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS POR ITEM, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA ABASTECIMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ESCADA/PE. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ESCADA** inscrito no CNPJ sob o nº 10.291.311/0001-00. **CONTRATADA: SOARES E SANTOS COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA**, CNPJ nº 97.532.879/0001-54. **ACRÉSCIMO:** Será acrescido do contrato supracitado, o percentual de **18,51% (dezoito vírgula cinquenta e um por cento),** perfazendo o valor total de **R$ 92.066,30 (noventa e dois mil, sessenta e seis reais e trinta centavos),** conforme justificativa da secretaria competente.

Escada/PE, 01 de agosto de 2025.

NARA PATRÍCIA P. L. BARROS
Secretária Municipal de Saúde
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Jose Pedro da Silva
Código Identificador:E1B5C8C2

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESCADA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2025 – PL Nº 121/2025 AVISO DE LICITAÇÃO

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS POR ITEM, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ESCADA/PE (ITENS FRACASSADOS/CANCELADOS NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2025).** VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL: **R$ 302.266,90.** CADASTRO DAS PROPOSTAS: a partir de 05/12/2025 as 12h00min até o dia 18/12/2025 às 07h59min. Abertura das Propostas: 18/12/2025 às 14h00min. Início da Sessão de Disputas de Preços: 18/12/2025 às 09h00min, horário de Brasília, no site www.bnc.org.br O edital encontra-se disponibilizado sem ônus

através do site: https://www.escada.pe.gov.br/ ou por email: edital.escada@gmail.com..

Escada PE, 04 de dezembro de 2025.

NARA PATRÍCIA PONTES LEMOS DE BARROS
Secretária de Saúde e de Saneamento
Ordenadora de Despesas

Publicado por:
Joyce de Barros Figueiredo
Código Identificador:E38C99FF

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA - GABINETE DA PREFEITA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2025 – PL Nº 103/2025 AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL

AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS POR LOTE, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ALVENARIA, PINTURA, REVESTIMENTOS, ESTRUTURAL (FERRO/AÇO), HIDRÁULICO, COBERTURA, CARPINTARIA E FERRAMENTAS/EPIS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS DO MUNICÍPIO DA ESCADA E DEMAIS ÓRGÃOS PARTICIPANTES.** VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL: **R$ 1.424.702,91.** CADASTRO DAS PROPOSTAS: a partir de 05/12/2025 as 12h00min até o dia 18/12/2025 às 07h59min. Abertura das Propostas: 18/12/2025 às 08h00min. Início da Sessão de Disputas de Preços: 18/10/2025 às 10h00min, horário de Brasília, no site www.bnc.org.br O edital encontra-se disponibilizado sem ônus através do site: https://www.escada.pe.gov.br/ ou por email: edital.escada@gmail.com..

Escada PE, 04 de Dezembro de 2025.

JANDELSON GOUVEIA DA SILVA
Secretário de Finanças
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Joyce de Barros Figueiredo
Código Identificador:B9E06CC4

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA - GABINETE DA PREFEITA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2025 – PL Nº 118/2025 AVISO DE LICITAÇÃO

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS POR ITEM, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO CAÇAMBA E RETROESCAVADEIRA, NOVOS (0KM), ANO/MODELO 2025/2026 OU SUPERIOR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE ESCADA/PE, CONFORME PROPOSTA MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA Nº 048305/2025; E PROPOSTA DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL Nº 057700/2025.** VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL: **R$ 2.821.813,34.** CADASTRO DAS PROPOSTAS: a partir de 05/12/2025 as 12h00min até o dia 18/12/2025 às 07h59min. Abertura das Propostas: 18/12/2025 às 08h00min. Início da Sessão de Disputas de Preços: 18/12/2025 às 11h00min horário de Brasília, no site www.bnc.org.br O edital encontra-se disponibilizado sem ônus através do site: https://www.escada.pe.gov.br/ ou por email: edital.escada@gmail.com..

Escada PE, 04 de Dezembro de 2025.

JANDELSON GOUVEIA DA SILVA
Secretário de Finanças
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Joyce de Barros Figueiredo
Código Identificador:33730D29

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA - GABINETE DA PREFEITA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2025 – PL Nº 119/2025 AVISO DE LICITAÇÃO

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS POR ITEM, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE ESCADA E DEMAIS ORGÃOS PARTICIPANTES (COM ITENS FRACASSADOS NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2025).** VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL: **R$ 654.812,48**. CADASTRO DAS PROPOSTAS: a partir de 05/12/2025 as 12h00min até o dia 18/12/2025 às 07h59min. Abertura das Propostas: 18/12/2025 às 08h00min. Início da Sessão de Disputas de Preços: 18/12/2025 às 09h00min, horário de Brasília, no site www.bnc.org.br O edital encontra-se disponibilizado sem ônus através do site: https://www.escada.pe.gov.br/ ou por email: edital.escada@gmail.com..

Escada PE, 04 de Dezembro de 2025.

JANDELSON GOUVEIA DA SILVA
Secretário de Finanças
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Joyce de Barros Figueiredo
Código Identificador:1E29B321

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA - GABINETE DA PREFEITA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2025 – PL Nº 120/2025 AVISO DE LICITAÇÃO

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS POR ITEM, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS E DE MÉDIO PORTE, ZERO QUILÔMETRO (0K), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ESCADA/PE E DEMAIS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (COM ITENS FRACASSADOS NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2025).** VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL: **R$ 2.882.473,74.** CADASTRO DAS PROPOSTAS: a partir de 05/12/2025 as 12h00min até o dia 18/12/2025 às 07h59min. Abertura das Propostas: 18/12/2025 às 08h00min. Início da Sessão de Disputas de Preços: 18/12/2025 às 13h00min horário de Brasília, no site www.bnc.org.br O edital encontra-se disponibilizado sem ônus através do site: https://www.escada.pe.gov.br/ ou por e-mail: edital.escada@gmail.com..

Escada PE, 04 de Dezembro de 2025.

JANDELSON GOUVEIA DA SILVA
Secretário de Finanças
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Joyce de Barros Figueiredo
Código Identificador:7FA583DC

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA - GABINETE DA PREFEITA
PROCESSO Nº 108/2024. DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 033/2024. EXTRATO DO 1° TERMO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 434/2024. ERRATA

Em referência ao Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 434/2024 publicado no dia 28/11/2025, Edição 3981, o Município da Escada informa que:

Onde se lê: "**As demais cláusulas permanecem inalteradas**.".

Leia-se: "**As demais cláusulas permanecem inalteradas. REAJUSTE ANUAL: O valor global deste contrato, a partir de 29/11/2025, passará para R$ 13.320,96 (treze mil, trezentos e vinte reais e noventa e seis centavos), calculado de acordo com o IGP-M, conforme Cláusula Segunda do Contrato principal**.".

Escada PE, 04 de novembro de 2025.

JANDELSON GOUVEIA DA SILVA
Secretário Municipal de Finanças
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Jose Pedro da Silva
Código Identificador:271C854B

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE EXU

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO - JULGAMENTO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2025

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE EXU-PE

AVISO DE LICITAÇÃO – JULGAMENTO

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE EXU-PE, por meio de seu Setor de Licitação, torna público que fará realizar no dia 18/12/2025, às 13:00 horas, o julgamento dos lances e habilitação do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2025, PREGÃO ELETRÔNICO N° 023/2025, visando à **AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E OUTROS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA,** nos moldes da Lei nº 14.133/2021 Valor Máximo Estimado R$ 374.321,20. Os interessados devem adquirir o Edital no site: www.licitanet.com.br, maiores informações, junto ao Setor de Licitação, na Rua Eufrásio Alencar, 13 – Centro – Exu-PE, das 8:00 às 13:00 horas.

PEDRO JAIR GONÇALVES JUNIOR
Agente de Contratação/Pregoeiro Substituto

Publicado por:
Pedro Jair Gonçalves Junior
Código Identificador:28958941

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 275/2025

Ementa: Nomeia membros para compor a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar Nutricional - CAISAN para o Biênio 2025/2027 e dá outras providências.

O Prefeito do Município do Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, previstas no artigo 69, inciso XI da Lei Orgânica do Município de Exu-PE, de 04 de abril de 1990.

RESOLVE

Artigo 1° - NOMEAR os membros para compor a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar Nutricional - CAISAN para o Biênio 2025/2027.

Secretaria Municipal de Agricultura;
. Francisco Brígido de Souza - Titular
. Cícero Vieira da Silva - Suplente

Secretaria Municipal de Obras;
. Willgton Soares Cavalcante – Titular
. José Pinto Saraiva Neto – Suplente

Secretaria Municipal de Finanças;
. Deocleciano Antonio Saraiva Peixoto - Titular
. Antonio Marcos Felix de Souza – Suplente

Secretaria Municipal de Educação;
. Sara Patricia Silva Parente de Alencar - Titular
. Samara Dayanna Silva Parente de Alencar – Suplente

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
. Sandruilton Tavares Apolinário - Titular
. Hemerson Jorge Saraiva Peixoto – Suplente

Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
. Cícera Monica Lopes da Silva - Titular
. Jadson Antiogenes de Alencar Souza – Suplente

Secretaria Municipal de Saúde;
. Tamara Maria Silva Santos - Titular
. Mychelly Nilma Pinto Saraiva Cordeiro – Suplente

Secretaria Municipal de Assistência Social;
. Alcimar da Silva Souza - Titular
. Jessica Janaina Vieira dos Santos – Suplente

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 01 de dezembro de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:A586B0C3

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 274/2025

Ementa: Nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA para o Biênio 2025/2027 e dá outras providências.

O Prefeito do Município do Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, previstas no artigo 69, inciso XI da Lei Orgânica do Município de Exu-PE, de 04 de abril de 1990.

RESOLVE

Artigo 1° - NOMEAR os membros para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA para o Biênio 2025/2027.

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAL:

Secretaria Municipal de Assistência Social;
. Francisco Alcelio de Souza Silva - Titular

. Aline Kelly Pereira Pedroza - Suplente

Secretaria Municipal de Educação;
. Andreza Moreira Gonçalves Nelo - Titular
. Luzia do Carmo Rocha – Suplente
Secretaria Municipal de Saúde;
. Geilsa Maria Moreira dos Santos – Titular
. Álisson Pereira Nelo – Suplente

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

Associação dos Agricultores do Sítio Colônia II;
. Francilene Bezerra de Carvalho - Titular
. Andreza Oliveira Carvalho – Suplente

Associação dos Pequenos Agricultores Familiares do Sítio Mullungú;
. Francisco José da Silva - Titular
. Pedro Felipe Alves do Nascimento – Suplente

Pastoral da Infância – Paroquia Bom Jesus dos Aflitos;
. Claudia Bento do Nascimento - Titular
. Maria Lucilia Moreira do Nascimento – Suplente

Associação dos Moradores de Timorante e Sítios Vizinhos;
. Simone Barbosa da Silva - Titular
. Cleunilde Souza Santos – Suplente

Usuários do SUAS – Beneficiários do Cozinha Comunitária;
. Jacielle Souza de Oliveira - Titular
. Maria Denise Vieira Souza – Suplente

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 01 de dezembro de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:B3B90A23

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 567/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.

Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **DANIELLA DO NASCIMENTO GERMANO** para exercer a função de **Professora do Ensino Fundamental,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 03/02/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 02 de Julho de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:F8D40C93

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 568/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.

Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **ANTONIO GEORGENES FERNANDES BARROS** para exercer a função de **Assistente Administrativo,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 03/02/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 02 de Julho de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:FD311EE6

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 569/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.

Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **FRANCISCO LUANDERSON PORFIRIO DE ALENCAR** para exercer a função de **Professor do Ensino Fundamental,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 03/02/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 02 de Julho de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:78104D14

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 570/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.
Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **FRANCELICE ALVES DA SILVA** para exercer a função de **Professora da Educação Infantil,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 03/02/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 02 de Julho de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:0DA590D9

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 571/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.

Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **MARIA SUELI DA SILVA ALVES** para exercer a função de **Professora da Educação Infantil,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 03/02/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 02 de Julho de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:C6B556A8

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 572/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.

Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **THAYNARA GONÇALVES MOREIRA** para exercer a função de **Assistente Administrativa,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 03/02/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 02 de Julho de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:EB275D20

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 573/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.

Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **CINTHIA ISABELLE SARAIVA TAVARES PEREIRA** para exercer a função de **Assistente Administrativa,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 03/02/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 02 de Julho de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:B265557E

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 574/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.
Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **ANTONIA KATIANA SARAIVA GOMES BACURAU** para exercer a função de **Professora da Educação Infantil,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 03/02/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 02 de Julho de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:361D4945

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 575/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.

Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **RAQUEL DE SOUSA MORAIS** para exercer a função de **Professora da Educação Infantil,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 03/02/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 02 de Julho de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:5F185929

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 576/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.

Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **VIRLANE MOREIRA MENDES** para exercer a função de **Coordenadora da Educação Infantil,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 17/01/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 02 de Julho de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:054B0F80

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 577/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.

Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **ANTONIA SOCORRO JUSTINO BEZERRA** para exercer a função de **Professora do Ensino Fundamental,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 03/02/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 02 de Julho de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:ECD7E375

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 578/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.

Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **CICERA VIANA DOMINGOS** para exercer a função de **Assistente Administrativa,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 03/02/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 02 de Julho de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:40BA538D

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 579/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.

Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **DAVID ESTEVÃO DE ALENCAR FERREIRA** para exercer a função de **Professor do Ensino Fundamental,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 03/02/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 02 de Julho de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:94F60F02

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 580/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.

Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **LAIS MARIA ALVES CORDEIRO** para exercer a função de **Assistente Administrativa,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 03/02/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 02 de Julho de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:7814EFA1

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 582/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.

Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **EDILÂNIA BATISTA DA CRUZ** para exercer a função de **Assistente Administrativa,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 03/02/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 02 de Julho de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:D225A750

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 583/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.

Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **CARLOS FELIPE ALENCAR FRANCO** para exercer a função de **Guarda Patrimonial,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 03/02/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 02 de Julho de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:88E27C71

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 584/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.
Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **JOÃO PAULO ALVES MOREIRA** para exercer a função de **Professor do Ensino Fundamental,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 03/02/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 18 de Julho de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:8DB35C5F

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 585/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.

Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **MARINALVA PEIXOTO DE ALENCAR** para exercer a função de **Professora do Ensino Fundamental,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 03/02/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 18 de Julho de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:6F08E235

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 586/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.

Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **FRANCIELE BATISTA DA SILVA** para exercer a função de **Assistente Administrativa,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 03/02/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 18 de Julho de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:40A43312

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 587/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.

Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **REBECA THAIS FELIX DE ALENCAR MARINHO** para exercer a função de **Professora de Educação Física,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 03/02/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 18 de Julho de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:950EC73F

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 588/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.
Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **ANA CAROLINA GONÇALVES LEITE** para exercer a função de **Assistente Administrativa,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 03/02/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 18 de Julho de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:3BA6D436

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 589/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.

Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **LUCIANA GOMES FERNANDES** para exercer a função de **Professora do Ensino Fundamental,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 03/02/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 18 de Julho de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:B5E3065A

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 590/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.

Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **BRENA CAUANY AQUINO AMORIM** para exercer a função de **Assistente Administrativa,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 03/02/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 18 de Julho de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:43351F3D

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 591/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.

Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **MARIA VANESSA SOARES SALVIANO** para exercer a função de **Assistente Administrativa,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 03/02/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 18 de Julho de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:FDCD0B96

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 592/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.

Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **BRUNA MENDES DE OLIVEIRA** para exercer a função de **Assistente Administrativa,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 03/02/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 18 de Julho de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:21AA661C

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 593/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.
Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **MARIA RAMIRYA DE CARVALHO SOUZA** para exercer a função de **Auxiliar de Serviços Gerais,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 03/02/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 18 de Julho de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:D75E4453

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 594/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.

Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **MARIA SANDRA ULISSES SALES SANTOS** para exercer a função de **Professora da Educação Infantil,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 03/02/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 18 de Julho de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:CC254D3B

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 595/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.

Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **SABRINA FERREIRA JANUARIO** para exercer a função de **Auxiliar de Serviços Gerais,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 03/02/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 18 de Julho de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:2A9A3198

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 596/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.

Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **ARIANNY MAIARA DE OLIVEIRA ARAUJO** para exercer a função de **Assistente Administrativa,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 03/02/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 18 de Julho de 2025.

JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:A8D06B9B

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 597/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.

Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **TALITA DA SILVA NELO** para exercer a função de **Professora da Educação Infantil,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 03/02/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 18 de Julho de 2025.

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:008FD569

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 598/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.

Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **FRANCINALDO NUNES DA SILVA** para exercer a função de **Professor da Educação Infantil,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 03/02/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 18 de Julho de 2025.

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:0DACD308

GABINETE DO PREFEITO
SETOR DE PESSOAL

PORTARIA Nº 599/2025

Ementa: Contrata Servidor(a) para prestação de serviços e dá outras providências.

O prefeito do Município de Exu-PE, no uso de suas atribuições legais, elencadas na Lei Municipal nº 982/2000, de 15 de Dezembro de 2000, e no Artigo 69, Inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Exu-PE, de 04 de Abril de 1990.

Resolve:

Artigo 1º- Contratar o(a) Sr(a) **INGRID CARVALHO DE OLIVEIRA** para exercer a função de **Profissional do Atendimento Educacional Especializado,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- Contam-se os efeitos da presente portaria a partir de 03/02/2025.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Exu-Pernambuco, 18 de Julho de 2025.

Publicado por:
Ana Clara de Carvalho Parente
Código Identificador:B25F8069

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE FERREIROS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE FERREIROS/PE.**
Modalidade: **INEXIGIBILIDADE Nº 032/2025.**
Processo: **094/2025.**
Objeto: Contratação de prestação de serviços, para apresentação de Show Católico com banda PE. ALEX BRUNO E BANDA, para a Tradicional Festa da Nossa Senhora da Conceição, Padroeira do Município de Ferreiros-PE.
CONTRATO Nº 173/2025.
CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG, CNPJ/MF Nº. 11.470.807/0001-04
VALOR DO CONTRATO: O valor de **R$ 5.000,00 (CINCO MIL REIAS)**
PRAZO DO CONTRATO: 30 (Trinta) dias.
20.12 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.
13.392.3006.2096.0000 – Manutenção das atividades artístico-culturais.
3.3.90.39.00 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica.

Ferreiros-PE, 02 de dezembro de 2025.

MAYRA FERNANDES VELOSO
Secretária de Cultura e Turismo

Publicado por:
Aluízio Galdino Lima
Código Identificador:57E1CBF1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE FERREIROS/PE.**
Modalidade: **INEXIGIBILIDADE Nº 033/2025.**
Processo: **095/2025.**
Objeto: Contratação de prestação de serviços, para apresentação de Show artístico, para a Tradicional Festa da Nossa Senhora da Conceição, Padroeira do Município de Ferreiros-PE. **ATRAÇÃO: DUDU DO ACORDEON.**

CONTRATO Nº 174/2025.
CONTRATADO: EDUARDO HENRIQUE DE A SILVA, CNPJ/MF Nº. 18.764.466/0001-29
VALOR DO CONTRATO: O valor de R$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais).
PRAZO DO CONTRATO: 30 (Trinta) dias.
20.12 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.
13.392.3006.2096.0000 – Manutenção das atividades artístico-culturais.
3.3.90.39.00 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica.

Ferreiros-PE, 02 de dezembro de 2025.

MAYRA FERNANDES VELOSO
Secretária de Cultura e Turismo

Publicado por:
Aluízio Galdino Lima
Código Identificador:191AFFD7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE FERREIROS/PE.**
Modalidade: **INEXIGIBILIDADE Nº 034/2025.**
Processo: **096/2025.**
Objeto: Show artístico de Mestre Anderson Miguel e A Ciranda Raiz da Mata Norte no dia 08 de dezembro de 2025, **em alusão a Tradicional Festa da Padroeira da Nossa Senhora da Conceição do Município de Ferreiros - PE.**
CONTRATO Nº 175/2025.
CONTRATADO: ANDERSON MIGUEL DA SILVA ADAO 12577876408, CNPJ/MF Nº. 29.251.538/0001-50
VALOR DO CONTRATO: O valor de R$ 10.000.00 (Dez mil reais)
PRAZO DO CONTRATO: 30 (Trinta) dias.
20.12 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.
13.392.3006.2096.0000 – Manutenção das atividades artístico-culturais.
3.3.90.39.00 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica.

Ferreiros-PE, 03 de dezembro de 2025.

MAYRA FERNANDES VELOSO
Secretária de Cultura e Turismo

Publicado por:
Aluízio Galdino Lima
Código Identificador:D855325F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE FERREIROS/PE.
Modalidade: CREDENCIAMENTO Nº 003/2025.
Processo: 018/2025.
Objeto: Credenciamento de agentes culturais da área musical (cantores e grupo artístico de música e de apresentações culturais), com objetivo de fomentar ações que serão realizadas pela Secretaria de Cultura em datas específicas do calendário anual.
CONTRATO Nº 177/2025.
CONTRATADO: RICARDO ALEXANDRE DE LIMA ANDRADE, inscrito no CPF: 028.432.414-05
VALOR DO CONTRATO: O valor de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).
PRAZO DO CONTRATO: 30 (trinta) dias.
PREFEITURA
20.12 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.
13.392.3006.210 6.0000 – Manutenção das atividades artístico-culturais.
3.3.90.39.00 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica.

Ferreiros-PE, 02 de dezembro de 2025.

MAYRA FERNANDES VELOSO
Secretária de Cultura e Turismo

Publicado por:
Aluízio Galdino Lima
Código Identificador:081A5A3D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE FERREIROS/PE.
Modalidade: CREDENCIAMENTO Nº 003/2025.
Processo: 018/2025.
Objeto: Credenciamento de agentes culturais da área musical (cantores e grupo artístico de música e de apresentações culturais), com objetivo de fomentar ações que serão realizadas pela Secretaria de Cultura em datas específicas do calendário anual.
CONTRATO Nº 176/2025.
CONTRATADO: 59.321.650 MOACIR BARBOSA PEREIRA, inscrito no CNPJ: 59.321.650/0001-81
VALOR DO CONTRATO: O valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais).
PRAZO DO CONTRATO: 30 (trinta) dias.
PREFEITURA
20.12 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.
13.392.3006.210 6.0000 – Manutenção das atividades artístico-culturais.
3.3.90.39.00 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica.

Ferreiros-PE, 02 de dezembro de 2025.

MAYRA FERNANDES VELOSO
Secretária de Cultura e Turismo

Publicado por:
Aluízio Galdino Lima
Código Identificador:4C1A8F9D

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE FLORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES
AVISO DE LICITAÇÃO - PROC. 079/2025

PROCESSO PMF Nº 079/2025, ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA PREGÃO ELETRÔNICO PMF Nº 021/2025. Objeto Nat.: **Serviços** Objeto Descr. **Registro de Preços para Eventual Contratação dos serviços para locação de máquinas para recuperação de estradas vicinais e limpezas de açudes e barreiros do Município de Flores/PE.** Julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM,** Valor máximo aceitável global para todos os itens **R$ 773.751,00 (setecentos e setenta e três mil setecentos e cinquenta um reais).** Início do acolhimento das propostas: **05/12/2025 às 13:00h.** Encerramento do acolhimento e abertura das propostas: **18/12/2025 às 10:00h.** Abertura da sessão de lances: **18/12/2025, às 10:30h** (horário de Brasília). Seguindo a Lei 14.133/21 o julgamento ocorrerá pelo Portal de Compras Públicas estando disponível no site: www.portaldecompraspublicas.com.br. Flores, 04/12/2025.

NASSON A. BEZERRA NETO–
Pregoeiro.

Publicado por:
Nasson Alexandre Bezerra Neto
Código Identificador:A3FBC2DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO - PROC. 025/2025

PROCESSO FMSF Nº 025/2025, PREGÃO ELETRÔNICO FMSF Nº 016/2025. Objeto Nat.: Serviços Objeto Descr. **Contratação de empresa especializada para desenvolvimento de programas de Educação Permanente em Saúde com prática em ABP (Aprendizagem baseado em problema), voltados à melhoria da gestão pública e das práticas assistenciais da Atenção Básica do**

Município de Flores/PE. Após julgamento comunica-se sua **Homologação** da seguinte maneira Empresa Vencedora: **45.342.090 MICHERLLAYNNE ALVES FERREIRA LINS - ME,** inscrita no CNPJ sob o nº **45.342.090/0001-37**, vencedora do LOTE UNICO, com o valor global de **R$ 100.000,00 (cento mil reais);** A quem caberá a prestação dos serviços ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Flores/PE, em conformidade com a proposta de preço apresentada. Maiores informações na CPL situada na Dr. Santana Filho, Nº 01, ou pelo fone (87) 3857-1251 das 08:00 às 13:00 horas. Flores 04/12/2025.

MARIA MADALENA DE BRITO LOPES–
Secretária de Saúde.

Publicado por:
Nasson Alexandre Bezerra Neto
Código Identificador:53D7AC76

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE GAMELEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA
NOVO AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 026/2025; **Concorrência nº. 004/2025**; Obras; Objeto: Contratação de empresa para construção da Praça Jardim do Frei, localizada no Assentamento 21 de Novembro (Engenho Frei Gondim), no Município da Gameleira. Valor estimado: R$ 135.471,80 (Cento e trinta e cinco mil, quatrocentos e setenta e um reais e oitenta centavos). Após retificação no edital, fica determinada as novas datas: Recebimento das propostas: **Até 19/12/2025 às 09h00min horas (horário oficial de Brasília);** Início da sessão de disputa de preços: **19/12/2025 às 10h00min horas (horário oficial de Brasília).** Edital na íntegra à disposição dos interessados através do site da Bolsa Nacional de Compras – BNC: www.bnc.org.br e/ou no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP. Informações complementares através da BNC, fone/ WhatsApp: 42 3026-4550, e-mail: contato@bnc.org.br, e/ou com o Pregoeiro, e-mail: licitacao.gameleirape@gmail.com, no horário de 08h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira.

Gameleira/PE, 04 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO HENRIQUE DA SILVA LINS
Secretário Municipal Infraestrutura, Obras e Transportes

Publicado por:
Flávio Rocha de Moura Silva
Código Identificador:79CAC852

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE GARANHUNS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2234/2025-GP

"Dispõe sobre designar a comissão de inquérito administrativo para apurar denúncia em desfavor da servidora municipal, e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos, assegurando-se o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa;

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR, uma Comissão, composta pelos seguintes membros: **MARCELO ALEXANDRE DE BARROS -** Matrícula Nº. **5783 –** AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, **PATRÍCIA CLEMENTE DA SILVA -** Matrícula Nº. **7244 –** RECEPCIONISTA, **ANGELA MARIA VELOSO DOS SANTOS** - Matrícula Nº. **8275 -** RECEPCIONISTA, sob a presidência do primeiro, de acordo com os **Artigos 219** e **220** da **Lei 6.123 de 20.07.68**, adotada pelo município por meio da **Lei 2.836** de **02.07.97.** Para juntos apurarem **possível abandono de cargo,** cometidas pela servidora **PRISCILLA GOMES DE ALBUQUERQUE**, matrícula nº **8.886**, portadora do CPF nº. **059.128.114-76**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **RECEPCIONISTA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta comissão deverá apurar e concluir o inquérito em **60 (sessenta) dias**, a contar da publicação da portaria de designação da comissão, prorrogável por igual período, em caso de necessidade e solicitação expressa.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data.

CUMPRA-SE
PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Palácio Municipal Celso Galvão, em 04 de dezembro de 2025.

SIVALDO RODRIGUES ALBINO
Prefeito

Publicado por:
Patricia Clemente da Silva
Código Identificador:34C1F73C

IPSG - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE GARANHUNS
CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Garanhuns – IPSG vem, por meio desta, convocar empresas do ramo interessadas em apresentar **COTAÇÃO DE PREÇOS** para a prestação de serviços de manutenção de equipamentos de informática, conforme especificações abaixo:

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade
01	Manutenção de impressora **EPSON L3150** – (O equipamento atualmente não está imprimindo nenhum documento)	Serviço	01

A proposta deverá:

- Ser assinada (quando for enviada pelo e-mail da empresa, a assinatura pode ser dispensada);
- Conter razão social e o número do CNPJ da empresa;

As propostas deverão ser enviadas para o e-mail: contratoseconveniosipsg@gmail.com

Para esclarecimentos adicionais, enviar mensagens para o e-mail acima.

O prazo final para apresentação das cotações de preços será até 03 dias úteis**, podendo ser prorrogado a critério da administração**.

Garanhuns-PE, 04 de dezembro de 2025.

CLAUDOMIRA DE ANDRADE MORAIS FERREIRA
Presidente do IPSG
Portaria N.º 019/2025
Matrícula N.º 84.249

Publicado por:
Emanuelle Tenorio
Código Identificador:C00DB0EA

IPSG - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE GARANHUNS
CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Garanhuns – IPSG vem, por meio desta, convocar empresas do ramo interessadas em apresentar **COTAÇÃO DE PREÇOS** para o

fornecimento de materiais gráficos e institucionais, compreendendo caixa-presente, garrafa, caneta, bloco de notas com fechamento magnético contendo 150 folhas e sacola, destinados ao suporte organizacional do curso "Conselho Inteligente – Formação Estratégica para Conselheiros de RPPS".

A proposta deverá:

- Ser assinada (quando for enviada pelo e-mail da empresa, a assinatura pode ser dispensada);
- Conter razão social e o número do CNPJ da empresa;

As propostas deverão ser enviadas para o e-mail: contratoseconveniosipsg@gmail.com

Para esclarecimentos adicionais, enviar mensagens para o e-mail acima.

O prazo final para apresentação das cotações de preços será até 03 dias úteis**, podendo ser prorrogado a critério da administração**.

Garanhuns-PE, 04 de dezembro de 2025.

CLAUDOMIRA DE ANDRADE MORAIS FERREIRA
Presidente do IPSG
Portaria N.º 019/2025
Matrícula N.º 84.249

Publicado por:
Emanuelle Tenorio
Código Identificador:B728113B

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 019/2025 – SIOSP

NOTIFICANTE: Município de Garanhuns – Estado de Pernambuco, por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos.
NOTIFICADA: AMBIENTAL EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ No 21.636.958/0001-43, com sede na Av. Álvaro Otacílio, no 3731, Sala 809, Bloco A, Edifício Itália, Jatiúca Maceió-AL, Telefone (82) 3027-5053 e/ou (87) 9 9916-0058, e-mail:ambiental.empreendimentos.al@gmail.com, por intermédio de seu representante legal o Sr. Luiz Gustavo Simões Silva Vilar, portador da Carteira de Identidade no 5.526.996, SDS/PE, e do CPF-MF no 022.619.844-80.
REFERÊNCIA:
PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 031/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA: Nº 009/2025
CONTRATO: Nº 052/2025-SECP
VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R$ 3.665.000,00 (três milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 (cento e oitenta) dias.

I – DO OBJETO CONTRATUAL
A presente notificação refere-se ao **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 052/2025**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA MELHORIA DA INFRAESTRUTURA URBANA ATRAVÉS DA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS GRANÍTICOS E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, EM VIAS PÚBLICAS LOCALIZADAS EM DIVERSOS BAIRROS DO MUNICÍPIO DE GARANHUNS/PE.**
A Prefeitura Municipal de Garanhuns, por intermédio da Fiscalização de Obras da Secretaria de Infraestrutura, no exercício das competências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, NOTIFICA a empresa **Ambiental Empreendimentos Ltda.** acerca de irregularidades constatadas na execução dos serviços contratados.

1. DA IRREGULARIDADE CONSTATADA
Durante a execução dos serviços referentes ao item **101169 – SINAPI – Execução de Pavimento em Paralelepípedos, Rejuntamento com Argamassa Traço 1:3 (cimento e areia)**, verificou-se que a empresa contratada vem utilizando **areia de barranco** no assentamento das pedras, em desacordo com o insumo **367 – Areia Grossa – posto jazida** especificado na composição.
A fiscalização registrou **in loco**, com registros fotográficos, que o material empregado apresenta **argila, nódulos, torrões e alto teor de finos**, caracterizando-se claramente como areia de barranco — **material inadequado** e vedado para a execução do referido serviço.
Tal prática afronta as **especificações técnicas do SINAPI** e **normas técnicas aplicáveis** (ex.: NBR 6502/95), que determinam que a areia grossa deve ser **limpa/ lavada** e **isenta de impurezas** prejudiciais ao desempenho do pavimento.
Apesar das **orientações verbais** da fiscalização, a irregularidade permanece **sem correção**, comprometendo a qualidade, durabilidade e segurança do pavimento, com risco de recalques, erosão, desníveis e descalçamento das pedras.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL – LEI FEDERAL Nº 14.133/2021
A presente notificação fundamenta-se, em especial, nos seguintes dispositivos legais:

Dispositivo	Conteúdo	Situação Identificada
Art. 92	Execução conforme contrato, projeto e especificações técnicas	Uso de material diverso ao previsto
Art. 117 e §1º	Fiscalização pode intervir e determinar correções	Determina adequação imediata
Art. 121	Dever de garantir a qualidade e segurança	Comprometimento do desempenho do pavimento
Art. 127	Refazimento de serviços inadequados às expensas da contratada	Necessidade de substituição do material e recomposição dos trechos
Art. 147	Registro e formalização de irregularidades	Formalização desta notificação
Arts. 156 a 164	Sanções administrativas	Sujeição da empresa às penalidades legais

3. DETERMINAÇÕES À CONTRATADA
Fica a empresa **Ambiental Empreendimentos Ltda.** OBRIGADA a:
1 - **Interromper imediatamente** o uso da areia de barranco no assentamento do pavimento;
2 - **Refazer, às suas expensas**, todos os trechos executados com material inadequado, conforme art. 127 da Lei 14.133/2021;
3 - **Apresentar manifestação formal no prazo máximo de 48 horas**, contendo:
Justificativa sobre o emprego do material irregular;
Providências já adotadas para correção;
Cronograma detalhado para regularização integral dos serviços.

4. ADVERTÊNCIA
O **não cumprimento** do disposto nesta notificação configurará descumprimento contratual, ensejando a **imediata abertura de processo administrativo** para apuração de responsabilidades e aplicação das penalidades previstas nos arts. 156 a 164 da Lei 14.133/2021, tais como:
Advertência;
Multa;
Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
Declaração de inidoneidade.

Garanhuns/PE, 03 de dezembro de 2025.

SINVAL RODRIGUES ALBINO
Secretário De Infraestrutura, Obras E Serviços Públicos
Portaria 004/2025 / 005/2025 - GP

Publicado por:
Paulo Sérgio Matos de Almeida
Código Identificador:BE58E3C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 009/2023-SEAD

2° TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 009/2023 - SEAD, Dispensa de Licitação n° 026/2023, cujo o objeto é a locação de um imóvel situado à Rua Jaime Pinheiro, n° 180, Heliópolis, Garanhuns – PE, destinado a sediar o Arquivo Público do Município de Garanhuns; **LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE GARANHUNS – PE, CPNJ: 11.303.906/0001-00; LOCADOR: MARIA ANUNCIADA OLIVEIRA FERNANDES.** CPF:065.367.354-04, representada pelo

seu esposo, o Sr. **GERALDO FERNANDES DA SILVA,** inscrito no CPF sob o n° 050.397.204-59**. Fica reajustado o valor do aluguel em 4,52% de acordo com o Indice Oficial do Governo Federal (IGPM)**, **O VALOR MENSAL** será reajustado para a quantia de **R$ 3.761,64 (três mil, setecentos e sessenta e um reais e sessenta e quatro centavos),** e o **MONTANTE GLOBAL atingirá a cifra de: R$ 45.139,68 (Quarenta e cinco mil, cento e trinta e nove reais e sessenta e oito centavos),** data da assinatura **24/11/2025,** PRAZO DE VIGENCIA: **12 MESES**, a serem contados a partir do dia **27 de novembro de 2025.**

ANTONIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:8F1ED607

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 004/2025-SEAD

CONTRATO N° 004/2025 - SEAD, Processo de Dispensa n° 004/2024, cujo o objeto é a contratação de empresa especializada no serviço de recarga de cartuchos de tinta e toner; **CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GARANHUNS – PE, CPNJ: 11.303.906/0001-00; CONTRATADA: MTM SERVIÇOS TÉCNICOS ME.** CNPJ:34.766.423/000139**. VALOR DA CONTRATAÇÃO R$ 57.000,00 (Cinquenta e sete mil reais)** data da assinatura **25/11/2025,** PRAZO DE VIGENCIA: **12 MESES**, a serem contados a partir do dia **25 de novembro de 2025.**

ANTONIO ACÁCIO SANTANA DE GODOY
Secretário de Administração

Publicado por:
Ângela Maria Veloso Dos Santos
Código Identificador:DE249A5E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 193/2024 – CPLC

Objeto: Aditamento para Acréscimo de Valor do **CONTRATO Nº 193/2024-CPLC**, **CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito **no CNPJ sob o nº 56.889.156/0001-20**. **CONTRATADA: COMERCIAL TEXTIL DFM EIRELI**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ nº. 19.980.359/0001-09. **OBJETO: Aquisição de mobília para atendimento às demandas dos estudantes e equipes Escolares Municipais da Rede de Ensino de Garanhuns. ACRÉSCIMO:** O valor do contratado era de **R$ 20.096,30 (Vinte mil, noventa e seis reais e trinta centavos).** Após o 1º Termo Aditivo de acréscimo de **24,28572%**, cujo o valor é de **R$ 4.880,53 (quatro mil, oitocentos e oitenta reais e cinquenta e três centavos)**, o contrato passa a viger com o valor global de **R$ 24.976,83 (vinte e quatro mil, novecentos e setenta e seis reais e oitenta e três centavos)**.

Garanhuns, 19 de novembro de 2025.

WILZA ALEXANDRA DE CARVALHO RODRIGUES VITORINO
Secretária de Educação.

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:F00A01C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 152/2024 – CPLC

PROCESSO LICITATÓRIO N° 015/2024-PMG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2024-PMG

Objeto: Aditamento Prorrogação de Prazo e Reajuste de Valor do **CONTRATO Nº 152/2024 – CPLC - CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito **no CNPJ sob o nº 56.889.156/0001-20**. **CONTRATADA: E. CRISTINA ALMEIDA CARDOSO ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 44.052.317/0001-47. **OBJETO**: **Contratação de empresa para fornecimento de Gêneros Alimentícios perecíveis e não perecíveis, em embalagem usual de mercado, destinados ao preparo de merenda escolar para os alunos da Rede Municipal de Ensino do município de Garanhuns**. **PRORROGAÇÃO DE PRAZO: –** Fica prorrogado por **12 (doze) meses** o prazo contratual, contados a partir de **30 de outubro de 2025 a 29 de outubro de 2026. REAJUSTE DE VALOR:** O valor inicial do contrato era de **R$ 152.979,70 (Cento e cinquenta e dois mil, novecentos e setenta e nove reis e setenta centavos).** 1º Termo Aditivo, referente ao reequilíbrio econômico-financeiro com reajuste de **8,3412%** sobre o montante global, o contrato passou a vigorar com o valor global de **R$ 165.740,10** (cento e sessenta e sete mil, duzentos e cinquenta e um reais e vinte centavos). E após o 2º Termo Aditivo de prazo com reajuste de **5,172369%** IPCA(IBGE) do mês de outubro de 2025, sobre o item, o contrato passará a viger com o valor global de **R$ 174.014,41 (Cento e setenta e quatro mil, quatorze reais e quarenta e um centavos).**

Garanhuns, 29 de outubro de 2025.

WILZA ALEXANDRA DE CARVALHO RODRIGUES VITORINO
Secretária de Educação.

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:A72B9B3B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2025--FME

PROCESSO LICITATÓRIO N° 010/2025-FME - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025-FME. Objeto**: Registro de Preços para futura aquisição de itens para formação de grupos percussivos em escolas da Rede Municipal dentro do programa FAZART. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2025--FME,** com validade de 12 (doze) meses**. FORNECEDOR REGISTRADO: ALESSANDRA B. TONIETTI INSTRUMENTOS MUSICAIS,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica **– CNPJ nº. 18.047.6570001-70, VALOR REGISTRADO: R$44.330,00 (quarenta e quatro mil, trezentos e trinta reais).**

Garanhuns, 9 de outubro de 2025.

WILZA ALEXANDRA DE CARVALHO RODRIGUES VITORINO
Secretário(a) de Educação

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:CB9EB953

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2025-FME

PROCESSO LICITATÓRIO N° 009/2025-FME - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009-FME. Objeto**: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de Informática para as escolas da Rede Municipal de Ensino de Garanhuns. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2025-FME,** com validade de 12 (doze) meses**. FORNECEDOR REGISTRADO: YUMI SOLUÇÕES TECNOLOGICAS,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica **– CNPJ nº. 53.307.127/0001-14, VALOR REGISTRADO: R$55.275,10 (Cinquenta e cinco mil, duzentos e setenta e cinco reais e dez centavos).**

Garanhuns, 20 de outubro de 2025.

WILZA ALEXANDRA DE CARVALHO RODRIGUES VITORINO
Secretário(a) de Educação

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:E43857AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2025-FME

PROCESSO LICITATÓRIO N° 014/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2024. Objeto**: Registro de Preços, visando futura contratação de empresa para fornecimento de Gêneros Alimentícios perecíveis e não perecíveis, em embalagem usual de mercado, destinados ao preparo de merenda escolar para os alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Garanhuns.. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2025-FME,** com validade de 12 (doze) meses**. FORNECEDOR REGISTRADO: E. CRISTINA ALMEIDA CARDOSO,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica **– CNPJ nº. 44052317000147, VALOR REGISTRADO: R$73.878,45 (setenta e três mil, oitocentos e setenta e oito reais e quarenta e cinco centavos).**

Garanhuns, 21 de novembro de 2025.

WILZA ALEXANDRA DE CARVALHO RODRIGUES VITORINO
Secretário(a) de Educação

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:556CF52B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2025-FME

PROCESSO LICITATÓRIO N° 014/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2024. Objeto**: Registro de Preços, visando futura contratação de empresa para fornecimento de Gêneros Alimentícios perecíveis e não perecíveis, em embalagem usual de mercado, destinados ao preparo de merenda escolar para os alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Garanhuns. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2025-FME,** com validade de 12 (doze) meses**. FORNECEDOR REGISTRADO: MELO DISTRIBUIDORA LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica **– CNPJ nº. 31.683.128/0001/20, VALOR REGISTRADO: R$32.056,57 (trinta e dois mil e cinquenta e seis reais e cinquenta e sete centavos).**

Garanhuns, 21 de novembro de 2025.

WILZA ALEXANDRA DE CARVALHO RODRIGUES VITORINO
Secretário(a) de Educação

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:574B3DDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2025-FME

PROCESSO LICITATÓRIO N° 014/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2024. Objeto**: Registro de Preços, visando futura contratação de empresa para fornecimento de Gêneros Alimentícios perecíveis e não perecíveis, em embalagem usual de mercado, destinados ao preparo de merenda escolar para os alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Garanhuns. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2025-FME,** com validade de 12 (doze) meses**. FORNECEDOR REGISTRADO: CAVALCANTE E MELO LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica **– CNPJ nº. 08.987.355/0001-28, VALOR REGISTRADO: R$29.233,16 (vinte e nove mil, duzentos e trinta e três reais e dezesseis centavos).**

Garanhuns, 21 de novembro de 2025.

WILZA ALEXANDRA DE CARVALHO RODRIGUES VITORINO
Secretário(a) de Educação

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:777A8D51

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/FME

PROCESSO LICITATÓRIO N° 017/2025-FME - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025-FME. Objeto**: Registro de Preços, visando futura aquisição de itens para a sala dos professores das escolas da rede municipal de ensino. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/FME,** com validade de 12 (doze) meses**. FORNECEDOR REGISTRADO: GO VENDAS ELETRONICAS EIRELI,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica **– CNPJ nº. 36.521.392/0001-81, VALOR REGISTRADO: R$23.434,80 (Vinte e três mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos).**

Garanhuns, 21 de novembro de 2025.

WILZA ALEXANDRA DE CARVALHO RODRIGUES VITORINO
Secretário(a) de Educação

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:E592540B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 112/2025-SECP-FME

PROCESSO LICITATÓRIO N° 010/2025-FME
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025-FME
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2025--FME

CONTRATO Nº 112/2025-SECP-FME. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito(a) no **CNPJ sob o nº 56.889.156/0001-20. CONTRATADA: ALESSANDRA B. TONIETTI INSTRUMENTOS MUSICAIS,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ nº. 18.047.657.000170,** Objeto**: Registro de Preços para futura aquisição de itens para formação de grupos percussivos em escolas da Rede Municipal dentro do programa FAZART. VALOR: R$44.330,00 (quarenta e quatro mil, trezentos e trinta reais).** O prazo Contratual para o fornecimento deste objeto será até **12 (doze) meses,** contados a partir da data da sua assinatura.

Garanhuns, 9 de outubro de 2025.

WILZA ALEXANDRA DE CARVALHO RODRIGUES VITORINO
Secretário(a) de Educação

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:9CC6968F

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 121/2025-SECP-FME

PROCESSO LICITATÓRIO N° 009/2025-FME
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009-FME
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2025-FME

CONTRATO Nº 121/2025-SECP-FME. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito(a) no **CNPJ sob o nº 56.889.156/0001-20. CONTRATADA: YUMI SOLUÇÕES TECNOLOGICAS,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ nº. 53.307.127/0001-14,** Objeto**: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de Informática para as escolas da Rede Municipal de Ensino de Garanhuns. VALOR:**

R$55.275,10 (Cinquenta e cinco mil, duzentos e setenta e cinco reais e dez centavos). O prazo Contratual para o fornecimento deste objeto será até **12 (doze) meses,** contados a partir da data da sua assinatura.

Garanhuns, 20 de outubro de 2025.

WILZA ALEXANDRA DE CARVALHO RODRIGUES VITORINO
Secretário(a) de Educação

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:C54580DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 127/2025-SECP-FME

PROCESSO LICITATÓRIO N° 014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2024
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2025-FME

CONTRATO Nº 127/2025-SECP-FME. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito(a) no **CNPJ sob o nº 56.889.156/0001-20. CONTRATADA: E. CRISTINA ALMEIDA CARDOSO,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ nº. 44052317000147,** Objeto**: Registro de Preços, visando futura contratação de empresa para fornecimento de Gêneros Alimentícios perecíveis e não perecíveis, em embalagem usual de mercado, destinados ao preparo de merenda escolar para os alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Garanhuns.. VALOR: R$73.878,45 (setenta e três mil, oitocentos e setenta e oito reais e quarenta e cinco centavos).** O prazo Contratual para o fornecimento deste objeto será até **12 (doze) meses ,** contados a partir da data da sua assinatura.

Garanhuns, 21 de novembro de 2025.

WILZA ALEXANDRA DE CARVALHO RODRIGUES VITORINO
Secretário(a) de Educação

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:5F15DBF8

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 128/2025-SECP-FME

PROCESSO LICITATÓRIO N° 014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2024
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2025-FME

CONTRATO Nº 128/2025-SECP-FME. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito(a) no **CNPJ sob o nº 56.889.156/0001-20. CONTRATADA: MELO DISTRIBUIDORA LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ nº. 31.683.128/0001-20,** Objeto**: Registro de Preços, visando futura contratação de empresa para fornecimento de Gêneros Alimentícios perecíveis e não perecíveis, em embalagem usual de mercado, destinados ao preparo de merenda escolar para os alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Garanhuns. VALOR: R$32.056,57 (trinta e dois mil e cinquenta e seis reais e cinquenta e sete centavos).** O prazo Contratual para o fornecimento deste objeto será até **12 (doze) meses,** contados a partir da data da sua assinatura.

Garanhuns, 21 de novembro de 2025.

WILZA ALEXANDRA DE CARVALHO RODRIGUES VITORINO
Secretário(a) de Educação

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:E7151AA7

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 129/2025-SECP-FME

PROCESSO LICITATÓRIO N° 014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2024
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2025-FME

CONTRATO Nº 129/2025-SECP-FME. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito(a) no **CNPJ sob o nº 56.889.156/0001-20. CONTRATADA: CAVALCANTE E MELO LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ nº. 08.987.355/0001-28,** Objeto**: Registro de Preços, visando futura contratação de empresa para fornecimento de Gêneros Alimentícios perecíveis e não perecíveis, em embalagem usual de mercado, destinados ao preparo de merenda escolar para os alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Garanhuns.. VALOR: R$29.233,16 (vinte e nove mil, duzentos e trinta e três reais e dezesseis centavos).** O prazo Contratual para o fornecimento deste objeto será até **12 (doze) meses ,** contados a partir da data da sua assinatura.

Garanhuns, 21 de novembro de 2025.

WILZA ALEXANDRA DE CARVALHO RODRIGUES VITORINO
Secretário(a) de Educação

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:38228081

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 131/2025-SECP-FME

PROCESSO LICITATÓRIO N° 017/2025-FME
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025-FME
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/FME

CONTRATO Nº 131/2025-SECP-FME. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito(a) no **CNPJ sob o nº 56.889.156/0001-20. CONTRATADA: GO VENDAS ELETRONICAS EIRELI,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ nº. 36.521.392/0001-81,** Objeto**: Registro de Preços, visando futura aquisição de itens para a sala dos professores das escolas da rede municipal de ensino. VALOR: R$23.434,80 (Vinte e três mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos).** O prazo Contratual para o fornecimento deste objeto será até **12 (doze) meses ,** contados a partir da data da sua assinatura.

Garanhuns, 21 de novembro de 2025.

WILZA ALEXANDRA DE CARVALHO RODRIGUES VITORINO
Secretário(a) de Educação

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:8B9C7CB0

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 067/2025

PROCESSO LICITATÓRIO 037/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 013/2025

CONTRATO Nº 067/2025. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME. CNPJ: 56.889.156/0001-20. **CONTRATADA: AGM CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA. EPP.,** inscrita no CNPJ sob o nº 12.558.887/0001-17. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA COBERTA DA

QUADRA POLIESPORTIVA E DAS MELHORIAS NO PÁTIO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA AMÉLIA MARIA CORDEIRO DE MELO TAVARES, NO MUNICÍPIO DE GARANHUS/PE. **VALOR GLOBAL: R$ 138.622,58 (Cento e trinta e oito mil, seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta e oito centavos)**. **VIGÊNCIA:** O prazo de execução dos serviços será de **120 (cento e vinte) dias**, contados a partir da data de expedição da respectiva Ordem de Serviço.

Garanhuns, 01 de Dezembro de 2025.

WILZA ALEXANDRA CARVALHO RODRIGUES VITORINO
Secretária de Educação

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:3892FD89

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE 1° TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº042/2025-SECP/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº005/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº005/2025
Objeto: Aditamento para Reequilíbrio Econômico Financeiro do **CONTRATO Nº042/2025-SECP/FMS**, cujo objeto refere-se à aquisição parcelada de leite, fórmulas infantis, suplementos alimentares, fraldas geriátricas descartáveis e material terapêutico: órteses e próteses (cadeiras de roda e de banho, muletas, colchões caixa de ovo, andadores e bengalas), destinados ao Núcleo de Benefícios – CESMUC, da Secretaria de Saúde de Garanhuns/PE. **CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARANHUNS** - CNPJ nº 09.342.856/0001-10. **CONTRATADA: ICOSAN DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ nº 12.882.924/0001-48**. **VALOR REEQUILIBRADO:** Face as alterações ora ajustadas, o valor contratual originalmente estabelecido em **R$ 171.850,00** (cento e setenta e um mil, oitocentos e cinquenta reais), passará a vigorar sob o valor de **R$ 204.248,28 (duzentos e quatro mil, duzentos e quarenta e oito reais e vinte e oito centavos)**, face ao reequilíbrio que perfaz a ordem de **R$ 32.398,28** (trinta e dois mil, trezentos e noventa e oito reais e vinte e oito centavos).

Garanhuns, 19 de Novembro de 2025.

CATARINA FABIA TENÓRIO FERRO
Secretaria de Saúde

Publicado por:
Talucha Francêsca Lins Calado
Código Identificador:23BA4F8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL - CONTRATO Nº 011/2023

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL - CONTRATO Nº 011/2023

RESCINDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS - CNPJ/MF sob o nº 09.342.856/0001-10.
RESCINDIDO: J. JUNANCY A. PÁDUA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.336.179/0001-79, representada pelo Sr. José Junancy Araújo Pádua.

OBJETO: Fica rescindido de pleno direito, em comum acordo, com efeitos a partir de 01/12/2025, o Contrato nº 011/2023-CPLC. A rescisão amigável se fundamenta na necessidade administrativa de contratação de novos itens não previstos no contrato original, o que demandou a celebração de um novo contrato, mais abrangente e adequado às necessidades atuais da Administração ante a continuidade dos serviços.

FUNDAMENTAÇÃO: no artigo 79 da Lei 8.666/93.

DATA DA RESCISÃO: 01 de dezembro de 2025.

CATARINA TENÓRIO FERRO
Secretária de Saúde
Port. 013/2025-GP

Publicado por:
Gabriela Pereira Leal Calado
Código Identificador:EEC65E19

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE GOIANA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANA - GABINETE DO PREFEITO
ERRATA DA PORTARIA Nº 1.907/2025, PUBLICADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2025, EDIÇÃO 3985 – CÓDIGO IDENTIFICADOR: A447226E

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIANA, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, e com respaldo na Instrução Normativa nº 002/2024 - CCI,

RESOLVE:

Art. 1° – Substituir o servidor **JORGE MÁRIO SEVERIANO DE SOUZA,** inscrito no CPF nº 432.247.***-**, matrícula nº 5886, para exercer a função de Fiscal de Contratação do Contrato n° 647/2024, pelo servidor **DANILO GUSTAVO DOS SANTOS SOUZA,** portador da Cédula de identidade nº 56.*** OAB/PE, inscrito no CPF nº 058.529.***-**, matrícula nº 6474, que, sem prejuízo de suas atribuições, deverá exercer a função de fiscal do referido contrato.

Art.2º - Substituir a servidora **CLEONICE GOMES DA SILVA FERREIRA,** portadora da Cédula de identidade nº 2.552.*** SDS/PE, inscrita no CPF nº 385.530.***-**, matrícula nº 4140, para exercer a função de Suplente do Contrato n° 647/2024, pela servidora **FABÍOLA MARIA SANT´ANA COSTA,** matrícula nº 4091, portadora da cédula de identidade nº 4.134.***SDS/PE, inscrita no CPF nº 781.207.***-**,que, sem prejuízo de suas atribuições, deverá exercer a função de suplente do referido contrato.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 03 de novembro de 2025, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Goiana, 01 de dezembro de 2025.

MARCILIO RÉGIO SILVEIRA DA COSTA
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Ferreira Guedes da Silva
Código Identificador:3480B5B9

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANA - GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.777/2025

INCLUI, OFICIALMENTE, NO MUNICÍPIO DE GOIANA - PE, O DIA MUNICIPAL DA CONSCIÊNCIA CATÓLICA.

No uso das minhas atribuições legais, e ainda amparado na Lei Orgânica do Município, FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e sanciono a seguinte lei:

Art.1º. Fica instituído no calendário oficial do município de Goiana-PE, o "Dia Municipal da Consciência Católica", a ser comemorado, anualmente, todo último domingo do mês de novembro.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Goiana, 03 de dezembro de 2025.

MARCILIO RÉGIO SILVEIRA DA COSTA
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Ferreira Guedes da Silva
Código Identificador:9E2DE9BB

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANA - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1.919/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIANA, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em conformidade com as Leis nº 2.721/2025 e 2.594/2023 considerando, ainda, o teor do Processo Administrativo nº 1.354/2025 assim como o Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município de Goiana sob o nº 1.273/2025.

RESOLVE:

Art. 1° – Conceder ao servidor **ANDEILSON GOMES DE SOUZA MOTA,** brasileiro, matrícula 626031120, portador da Cédula de Identidade n.º 7.854.*** SDS/PE, inscrito no CPF sob o n.º 081.574.***-** o enquadramento para Auxiliar de Serviços Gerais, Classe II, Nível 1.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Goiana, 03 de dezembro de 2025.

MARCILIO RÉGIO SILVEIRA DA COSTA
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Ferreira Guedes da Silva
Código Identificador:56466518

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANA - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1.920/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIANA, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 72, inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1° - Exonerar **ALINE AZEVEDO DE SOUZA,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 7.853.*** SDS/PE, inscrita no CPF sob o n.º 084.171.***-**,do cargo em comissão de Gerência de Desenvolvimento do Turismo, símbolo CC-3, vinculado à Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Cultural do Município de Goiana/PE**.**

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2025, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Goiana, 04 de dezembro de 2025.

MARCILIO RÉGIO SILVEIRA DA COSTA
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Ferreira Guedes da Silva
Código Identificador:9B470660

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANA - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1.921/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIANA, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 72, inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear **ALINE AZEVEDO DE SOUZA,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 7.853.*** SDS/PE, inscrita no CPF sob o n.º 084.171.***-**, para exercer o cargo em comissão de Gerência de Licitações e Contratos, símbolo CC-2, vinculado a Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Cultural do Município de Goiana/PE.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2025, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Goiana, 04 de dezembro de 2025.

MARCILIO RÉGIO SILVEIRA DA COSTA
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Ferreira Guedes da Silva
Código Identificador:1D166924

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANA - SECRETARIA DE SAUDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
EXTRATO DO 1º APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 261/2023 FIRMADO EM 26 DE SETEMBRO DE 2025.

Modalidade de Contratação: Dispensa Licitatória Nº 306/2023, Contrato n°261/2023
Base Legal: Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações.
Processo Licitatório: N° 306/2023.
Contratante: Secretaria Municipal de Saúde de Goiana representada por seu Gestor, o Sr. ° André Mandarine Duarte.
Locador: JAIR DE OLIVEIA E SILVA
Objeto: Constitui objeto deste 1º Termo de Apostilamento, referente ao Reajuste de Preços e inclusão de fiscal e suplente, referente ao contrato n°261/2023 das CLÁUSULAS SEGUNDA E A TERCEIRA, abaixo transcrevemos:
Cláusula Segunda – Inclusão de Fiscal e Suplente
Fica designado Fiscal o servidor Thiago Albuquerque Vilarim, Coordenador Administrativo, RG nº 7.***.***, CPF nº 063.***.***-** e Matrícula 23**** lotado na Secretaria de Saúde Goiana/PE.
Na ausência do servidor supra designado fica designada como suplente Alyne Campos Freitas Souza, Nutricionista, RG nº 7.***.*** SDS/PE, CPF nº 061.***.***-** e Matrícula 92*******, lotada na Secretária de Saúde.
Cláusula Terceira – Reajuste
Valor total anual de R$ 1.420,80 (mil quatrocentos e vinte reais e oitenta centavos). Conforme a correção pelo índice IGP-M, cujo seu percentual foi de 2,96%, conforme relatório da Calculadora do Banco Central.

Goiana, 26 de setembro de 2025.

ANDRÉ MANDARINE DUARTE
Secretário de Saúde

Publicado por:
Angela Maria de Gois Santos
Código Identificador:977A5716

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANA - SECRETARIA DE SAUDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
EXTRATO DO 2° TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 458/2025 FIRMADO EM 05 DE SETEMBRO DE 2025.

Modalidade de Contratação: Chamamento Público Nº 002/2025, Contrato n°458/2025
Base Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações.
Processo Licitatório: N° 362/2025.
Contratante: Secretaria Municipal de Saúde de Goiana representada por seu Gestor, o Sr. ° André Mandarine Duarte.
Contratada: MF ODONTO LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 06.335.540/0001-02.
Objeto: Constitui objeto deste 2º termo de apostilamento, a alteração do fiscal de contratação e do respectivo suplente conforme memorando de designação de fiscal de contratação dotado de

04/09/2025, referente ao contrato n°458/2025 da CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO DA GESTÃO DO CONTRATO, abaixo transcrevemos:

ONDE SE LÊ:

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1.1. A gestão do contrato é da Secretaria Municipal de Saúde.

8.1.2. Fica designado, ao Servidor JOSÉ BARRETO DA SILVA FILHO, inscrito no CPF sob n° 327.***.***-**, lotado na Secretaria de Saúde de Goiana-PE, como FISCAL do contrato do objeto desta TR.

8.1.3. Na ausência do servidor supra designado, fica designado com SUPLENTE, VENÍCIO HENRIQUE FERREIRA DE ALBUQUERQUE, inscrito no CPF n° 155.***.***-**, lotado na Secretaria de Saúde de Goiana-PE.

LEIA-SE:

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1.1. A gestão do contrato é da Secretaria Municipal de Saúde.

8.1.2. Fica designada, a Servidora MARCEONILA MORAES CARDOSO LYRA, inscrita no CPF sob n° 390.***
***-**, lotada na Secretaria de Saúde de Goiana-PE, como FISCAL do contrato do objeto desta TR.

8.1.3. Na ausência da servidora supra designada, fica designada com SUPLENTE, JORDANA BELEM RODRIGUES DE HOLANDA, inscrita no CPF n° 008.***.***-**, lotada na Secretaria de Saúde de Goiana-PE.

Goiana, 05 de setembro de 2025.

ANDRÉ MANDARINE DUARTE

Publicado por:
Angela Maria de Gois Santos
Código Identificador:6A072E8D

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANA - SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 772/2025 - INEXIGIBILIDADE Nº 674/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 772/2025, FIRMADO EM 14 DE NOVEMBRO DE 2025.

Modalidade de Contratação: Contrato inexigibilidade, através do nº 674/2025

Base Legal: Art. 74, inc. II, da lei nº 14.133/2021

Processo Administrativo: 736/2025

Contratante: José Ítalo César Cunha, Secretário de Turismo e Desenvolvimento Cultural.

Contratada: ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO, inscrita no CNPJ sob o N.º 11.470.807/0001-04.

Atração: Netinho Xote 10, Grupo Aconchego, André dos Errados, Dudu Sacaninha.

Objeto: Contratação de atrações artísticas para apresentação na festividade referente a abertura de Verão de 2026, que acontecerá na praia de Ponta de Pedras, através da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento

Preço Global: R$ 144.00,00 (Cento e Quarenta e Quatro Mil reais).

Prazo: A execução do serviço se dará nos dias de 22, 23, 28 e 30 de novembro de 2025, de acordo com o Termo de Referência.

Dotação Orçamentária: Dotação: 13.392.0098.2162.0000 – Realizações de Festividades do Calendário de Eventos

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fiscal: Izabela Henrique Nunes Machado – Portaria nº 1198/2025.

Recurso Financeiro: Recurso Próprio

Goiana, 04 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Thalys Guilherme Bernardino de Oliveira Alves
Código Identificador:53A85261

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANA - SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 798/2025 - INEXIGIBILIDADE Nº 701/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 798/2025, FIRMADO EM 19 DE NOVEMBRO DE 2025.

Modalidade de Contratação: Contrato inexigibilidade, através do nº 701/2025

Base Legal: Art. 74, inc. II, da lei nº 14.133/2021

Processo Administrativo: 763/2025

Contratante: José Ítalo César Cunha, Secretário de Turismo e Desenvolvimento Cultural.

Contratada: Associação Cultural de Tradição Afro-brasileira Afoxé Omô Nilê Ogunjá, inscrita no CNPJ sob o N.º 16.744.671/0001-05.

Atração: Afoxé Omô Nilê Ogunjá.

Objeto: Contratação de atração artística da Afoxé Omô Nilê Ogunjá para apresentação durante a festividade em comemoração ao dia da Consciência Negra, realizada através da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento

Preço Global: R$ 11.360,25 (Onze Mil, Trezentos e Sessenta e Vinte e Cinco Centavos)

Prazo: A execução do serviço se dará no dia 20 de novembro de 2025, de acordo com o Termo de Referência.

Dotação Orçamentária: Dotação: 13.392.0098.2162.0000 – Realizações de Festividades do Calendário de Eventos

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fiscal: Aline Azevedo de Souza – Portaria nº 1190/2025.

Recurso Financeiro: Recurso Próprio

Goiana, 04 de Dezembro de 2025

Publicado por:
Thalys Guilherme Bernardino de Oliveira Alves
Código Identificador:EF47BBEE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANA - SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 802/2025 - INEXIGIBILIDADE Nº 705/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 802/2025, FIRMADO EM 19 DE NOVEMBRO DE 2025.

Modalidade de Contratação: Contrato inexigibilidade, através do nº 705/2025

Base Legal: Art. 74, inc. II, da lei nº 14.133/2021

Processo Administrativo: 767/2025

Contratante: José Ítalo César Cunha, Secretário de Turismo e Desenvolvimento Cultural.

Contratada: H Produções LTDA, inscrita no CNPJ sob o N.º 48.987.414/0001-82

Atração: Augusto Cesar Filho

Objeto: Contratação da atração artística Augusto Cesar Filho para apresentação na festividade em comemoração ao Dia da Consciência Negra, realizada através da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento.

Preço Global: R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

Prazo: A execução do serviço se dará no dia 20 de novembro de 2025, de acordo com o Termo de Referência.

Dotação Orçamentária: Dotação: 13.392.0098.2162.0000 – Realizações de Festividades do Calendário de Eventos

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Ratificação: 18 de novembro de 2025, por José Ítalo César da Cunha, Secretário de Turismo e Desenvolvimento Cultural.

Fiscal: Aline Azevedo de Souza – Portaria nº 1190/2025.

Recurso Financeiro: Recurso Próprio

Goiana, 04 de Dezembro de 2025

Publicado por:
Thalys Guilherme Bernardino de Oliveira Alves
Código Identificador:3286B3F2

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANA - SECRETARIA DE URBANISMO, OBRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO 2° TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N°637/2024 - PL. 417/2024 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N°034/2024

EXTRATO DO 2° TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N°637/2024, FIRMADO EM 02 DE OUTUBRO DE 2025.

Espécie: 2° termo de apostilamento ao contrato n°637/2024, referente a prestação de serviço, concorrência n°034/2024.
Base Legal: art. 136 inciso I, da Lei Federal n°14.133/2021.
Processo licitatório: 417/2024.
Contratante: SECRETARIA DE URBANISMO, OBRAS E PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE GOIANA/PE, representada pelo Gestor, Guilherme Mota Gomes.
Contratada: MULTISET ENGENHARIA LTDA, inscrito no CNPJ sob o n°03.539.154/0001-44, representante Sra. Karla Ivanoska Rocha Guedes.
Objeto: O objeto do presente instrumento consiste no REAJUSTE do valor contratual, calculado de acordo com o índice Nacional de Custo de Construção – INCC/FGV, no período acumulado de 12 (doze) meses, nos termos do requerimento da empresa MULTSET ENGENHARIA LTDA, datado em 09/09/2025, Nota Técnica da fiscalização da Secretaria de Urbanismo, Obras e Patrimônio, datado em 27/09/2025 e despacho/cota de Assessoria Jurídica da Secretaria de Urbanismo, Obras e Patrimônio, datado em 01/10/2025, ratificado pelo Procurador Geral do Município, através do despacho/cota datado em 02 de outubro de 2025 .
Valor do reajuste: 206.958,89 (duzentos e seis mil, novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e nove centavos).
Valor total do contrato: 3.818.665,91 (três milhões, oitocentos e dezoito mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e noventa e um centavos).
Dotação orçamentaria: 15.451.0226.1061.0000
Elementos de despesa: 4.4.90.51.91
Nota de empenho: 1311
Fiscal: Allefe Alves da Silva **–** Matrícula. n° 825016423
Suplente: Thiago de Souza Leite – Portaria n°1998/2025

Goiana 04 de dezembro de 2025

Publicado por:
Gildo Ribeiro Dos Santos Filho
Código Identificador:530DB99B

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANA - SECRETARIA DE URBANISMO, OBRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO 3° TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N°144/2025 - PL. N°462/2024 - INEXIGILIDADE DE LICITAÇÃO N°041/2024

EXTRATO DO 3° TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N°144/2025, FIRMADO EM 02 DE OUTUBRO DE 2025.

Espécie: 3° termo de apostilamento ao contrato n°144/2025, referente a prestação de serviço, inexigibilidade de licitação n°041/2024.
Base Legal: art. 136 inciso I, da Lei Federal n°14.133/2021.
Processo licitatório: 462/2024.
Contratante: SECRETARIA DE URBANISMO, OBRAS E PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE GOIANA/PE, representada pelo Gestor, Guilherme Mota Gomes.
Contratada: MULTISET ENGENHARIA LTDA, inscrito no CNPJ sob o n°03.539.154/0001-44, representante Sra. Karla Ivanoska Rocha Guedes.
Objeto: Constitui o objeto deste TERMO DE APOSTILAMENTO o REAJUSTE DO VALOR CONTRATO N°144/2025, calculado de acordo com o índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, fornecido pelo IBGE., conforme Cláusula Sétima, parágrafo segundo do contrato, no período acumulado de 12 (doze) meses, conforme solicitado através do Requerimento da Empresa MULTISET, data de 01/09/2025, Nota Técnica, assinada pelo Eng. Civil fiscal do contrato, data de 27/09/2025, Despacho/cota, datado em 01/10/2025, ratificado pelo Despacho/cota jurídico – PMG/GOIANA, data de 02 de outubro de 2025.
Onde – se lê
"CLÁUSULA SÉTIMA – DO REJUSTE E DA REVISÃO
PARÁGRAFO SEGUNDO: O preço do CONTRATO será reajustado em periodicidade anual contada a partir da data base do orçamento de referência, utilizando-se, para tanto, a variação do Índice Nacional de Custo da construção - INCC, fornecido pela fundação Getúlio Vargas – FGV, e/ou de índices setoriais da construção civil, nos termos da Lei 14.133/2021, que incidirão exclusivamente em relação ás obrigações iniciadas e concluídas após a concorrência da anualidade.''
Leia-se
"CLÁUSULA SÉTIMO – DO REJUSTE E DA REVISÃO
PARÁGRAFO SEGUNDO: O preço do CONTRATO será reajustado no saldo contratual pelo o Índice INCC/FGV de 7,414483422%, perfazendo o valor de R$ 34.203,43 (trinta e quatro mil, duzentos e três Reais e quarenta e três centavos). O valor total do contrato com reajuste passará a ser de R$ 1.841.203,43 (um milhão, oitocentos e quarenta e um mil, duzentos e três Reais e quarenta e três centavos).''
Fiscal: Allefe Alves da Silva **–** Matrícula. n°825016423
Suplente: Thiago de Souza Leite – Portaria n°1998/2025

Goiana 04 de dezembro de 2025

Publicado por:
Gildo Ribeiro Dos Santos Filho
Código Identificador:D515BEDD

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE GRANITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO
PORTARIA Nº 257 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025 DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA ALFABETIZA AVANTE GRANITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 257 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025

DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA ALFABETIZA AVANTE GRANITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GRANITO**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no Decreto Municipal nº 044, de 26 de setembro de 2025, que instituiu o Sistema de Alfabetização de Granito e criou o Comitê Gestor do Programa Alfabetiza Avante Granito,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados(as) os(as) membros(as) que comporão o Comitê Gestor do Programa Alfabetiza Avante Granito, responsável pelo gerenciamento, monitoramento e avaliação dos resultados do programa.

Art. 2º O Comitê Gestor será constituído pelos seguintes membros titulares:
I - Secretária Municipal de Educação: Talinny Nogueira Lacerda
II - Representante de Gabinete: Cícera Maria Araujo.
III - Representante de Gerência Regional: Graça Lucia Alencar de Souza Andrade.
IV - Representante da Coordenação Pedagógica Seduc: Antônia Cirlania da Silva Santos.
V - Representante da Coordenação Infantil Seduc: Ana Lucia Pessoa Pereira.
VI - Representante da Assistência Tecnica e Análise de Resultados da Rede Municipal de Ensino: Antônio Robson da Silva Oliveira.
VII - Coordenadora de Avaliação Externa: Maria Claudia da Silva Oliveira.
VIII - Coordenador de Orçamentos e Finanças da Prefeitura: Thiago Santana da Silva.
IX - Representante de Pais de Ensino: Elaine Rodrigues.
X - Representante de Gestão Escolar: Cleriana Dark Monteiro da Silva.
XI - Representante de Professores: Tania Sirlania de Agra de Sena Araujo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Granito - PE, 01 de dezembro de 2025.

GEORGE WASHINGTON PEREIRA ALENCAR
Prefeito

PREFEITURAMUNICIPALDEGRANITO-PE
*Matéria publicada no mural de avisos da sede da Prefeitura Municipal de Granito (PE), no dia**01/12/2025**, atendendo as disposições do Art. 97, I, "b" da CE/PE.*
Doufé,

Publicado por:
Mikaelly Ramos Barros
Código Identificador:C7E5FDC1

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE GRAVATÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 065/2025

EMENTA: Estabelece o expediente dos Orgãos Municipais da Administração direta e indireta de Gravatá/PE, nos dias 24, 26, 29, 30 e 31 de dezembro de 2025 e 02 de Janeiro de 2026.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais:
CONSIDERANDO as festividades de Confraternização de final de ano e, de acordo com o artrigo 59, inciso V, da Lei Orgânica do Municipio;

CONSIDERANDO a legitimidade e a legalidade de pratica de atos discricionários pelo Chefe do Executivo de editarem atos de suspensão do expediente, facultativamente;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo no âmbito do poder executivo municipal, os dias 24, 26, 29, 30 e 31 de dezembro de 2025 e 02 de janeiro de 2026.
§1º As repartições públicas municipais que desempenham atividades essenciais e de interesse público, deverão manter seu pleno funcionamento, com a manutenção do quantitativo de agentes públicos suficientes para esse fim.
§ 2º Entende-se por serviços essenciais e que permanecerão com o atendimento ao público no período tratado nesse decreto:
I – Urgência e emergência;
II – Serviços de saneamento;
III – Serviços de coleta de volumosos;
IV – Serviços de terraplanagem;
V – Outras atividades que não possam sofrer descontinuidade.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio Joaquim Didier, 04 de dezembro de 2025.

JOSELITO GOMES DA SILVA
Prefeito do Município de Gravatá

Publicado por:
Idelfonso da Silva Júnior
Código Identificador:B4C608A0

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 965/2025

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Exonerar **JONATHA ALVES DE BARROS**, CPF XXX.693.864-XX, do cargo em comissão de SUPERVISOR, de símbolo CC8, da Secretaria Municipal de Comunicação Social e Imprensa**,** com efeito retroativo ao dia 01 de dezembro de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Palácio Joaquim Didier, 03 de dezembro de 2025.

JOSELITO GOMES DA SILVA
Prefeito do Município de Gravatá

Publicado por:
Idelfonso da Silva Júnior
Código Identificador:DBCE80F2

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 966/2025

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Nomear **MÔNICA MARIA RAMOS**, CPF XXX.203.004-XX, para exercer em comissão o cargo de ASSISTENTE TÉCNICO, de símbolo CC10, da Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Civil**,** com efeito retroativo ao dia 01 de dezembro de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Palácio Joaquim Didier, 03 de dezembro de 2025.

JOSELITO GOMES DA SILVA
Prefeito do Município de Gravatá

Publicado por:
Idelfonso da Silva Júnior
Código Identificador:EF781950

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 967/2025

EMENTA: Dispõe sobre a nomeação do Gestor e do Fiscal do contrato de Serviço de Servidor Virtual Privado (VPS) para hospedagem de sistemas e aplicações do Departamento Municipal de Trânsito e Transportes de Gravatá (DMGTTRANS).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais conferidas pela legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor JOSÉ AGOSTINHO DOS SANTOS, Matrícula nº 1015665, para exercer a função de Gestor do Contrato referente ao serviço de Servidor Virtual Privado (VPS) para hospedagem de sistemas e aplicações do Departamento Municipal de Trânsito e Transportes de Gravatá (DMGTTRANS)
Art. 2º Nomear o servidor PEDRO HENRIQUE DE SOUZA SALES, Matrícula nº 1017984, para exercer a função de Fiscal do Contrato, com a responsabilidade de acompanhar e fiscalizar a execução dos fornecimentos e serviços contratados, assegurando o fiel cumprimento das obrigações contratuais e comunicando quaisquer irregularidades aos órgãos competentes.
Art. 3º O Gestor e o Fiscal do Contrato deverão atuar em conformidade com as normas estabelecidas na legislação aplicável, promovendo a adequada execução do contrato e adotando as providências necessárias para a fiel execução dos serviços.

Art. 4º As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais do Contrato se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.
Art. 5º As funções de Gestor e Fiscal do Contrato serão exercidas sem qualquer remuneração adicional.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Palácio Joaquim Didier, 03 de dezembro de 2025.

JOSELITO GOMES DA SILVA
Prefeito do Município de Gravatá

Publicado por:
Idelfonso da Silva Júnior
Código Identificador:164FCD12

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 969/2025

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Exonerar **CARLOS ALBERTO CARRAZZONE MERGULHÃO**, CPF XXX.300.264-XX, do cargo em comissão de DIRETOR, de símbolo CC6, da Secretaria de Planejamento**,** com efeito retroativo ao dia 01 de dezembro de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Palácio Joaquim Didier, 03 de dezembro de 2025.

JOSELITO GOMES DA SILVA
Prefeito do Município de Gravatá

Publicado por:
Idelfonso da Silva Júnior
Código Identificador:1356BE84

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E JUVENTUDE
CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE GRAVATÁ – FMDPI GRAVATÁ

O Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Gravatá/PE - FMDPI, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 43.943.621/0001-11, gerido pelo Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Gravatá/PE, com arrimo na Lei Municipal nº 3.354/2006, com fulcro na Lei Municipal nº 3.784/2018, e ainda observando seu Regimento e Deliberações do Pleno, a Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011, e claro, a Constituição Federal e a Lei Federal nº 10.741/2003, emite o presente
CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO DE CAPTAÇÃO,
que autoriza a Organização da Sociedade Civil **ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MEEIO AMBIENTE DE GRAVATÁ,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.882.279/0001-47, situada Rua do Prado, 93-A, Prado, Gravatá/PE, CEP 55642-150, telefone 81 9 9643-1333, e-mail amagravata@hotmail.com, com inscrição neste Conselho sob o nº 013, a proceder à captação de recursos financeiros junto às pessoas físicas ou jurídicas para o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Gravatá – FMDPI Gravatá, cujo dados bancários são Banco do Brasil, agência 0922-9, conta corrente 44876-1, com a finalidade única e expressa de viabilização da proposta **PROJETO MAIS VIDA: EDUCAÇÃO CLIMÁTICA E ENVELHECIMENTO ATIVO**, orçado em R$ 1.191.932,33 (hum milhão, cento e noventa e um mil, novecentos e trinta e dois reais e trinta e três centavos), sendo a fração de retenção 10% do valor captado.
O presente Certificado de Autorização para Captação de Recursos Financeiros tem validade por 24 (vinte e quatro) meses a contar desta data.

Gravatá/PE, aos 04 de dezembro de 2025.

JOÃO CORDEIRO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Presidente CMDPI Gravatá
Gestor FMDPI Gravatá

Publicado por:
Danilo José Barbosa da Silva
Código Identificador:3FF0BB9A

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATA - SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
PORTARIA SECTURCEL Nº 100/2025

O **SECRETÁRIO INTERINO DE TURISMO, CULTURA, ESPORTES E LAZER**, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3.894 de 2022,
RESOLVE:
Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de gestor e fiscal referente ao processo de **Credenciamento** que tem como objeto o **Credenciamento de artistas, grupos culturais, grupos musicais e coletivos artísticos locais**, com vistas à composição da **programação cultural e artística promovida pela Prefeitura de Gravatá**, por meio da Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

Nome	JOSÉ EUDES DA SILVA
Matricula	1020313
Cargo	DIRETOR
E-mail	turismo@gravata.pe.gov.br
Telefone	(81) 3299-1027
Função	Fiscal
Nome	KELSON DA SILVA SANTOS
Matricula	1020657
Cargo	SUPERVISOR
E-mail	kelson.santos@gravata.pe.gov.br
Telefone	(81) 3299-1027
Função	Gestor

Art. 2º. O gestor será responsável por gerenciar a execução do processo, garantindo que todos os termos sejam cumpridos de acordo com os termos e condições estabelecidos; encaminhar ao fiscal do contrato as demandas necessárias para a execução do processo.
Art. 3º. O fiscal será responsável pela fiscalização técnica da execução do processo, acompanhando sua execução e verificando o cumprimento das especificações técnicas exigidas; realizar medições e emitir relatórios técnicos.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gravatá, 05 de novembro de 2025.

MARLLON VINICIUS DE LIMA BARBOSA
Secretário Municipal De Turismo, Cultura, Esportes E Lazer.

Publicado por:
Idelfonso da Silva Júnior
Código Identificador:047B5BEE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE CREDENCIAMENTO PARA CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025

A Secretaria de Educação do Município de Gravatá, torna público o **Edital de Credenciamento para nº 002/2025** para **Chamada Pública n° 002/2025**, visando a aquisição parcelada de gêneros alimentícios, da agricultura familiar, com o objetivo de suprir a demanda da alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino de gravatá/pe para o ano letivo de 2026, em conformidade com o programa nacional de alimentação escolar (pnae), por um período de

12 (doze) meses, nos quantitativos e especificações do Termo de Referência e Edital.

Prazo para apresentação da documentação: de 05/12/2025 as 08:30 até 07/01/2026 as 08:30h.

Local para apresentação da documentação: Sala da Gerência de Licitações, situada na Rua Izaltino Poggi, nº 265, 1º Andar, Sala 105, Prado, Gravatá - PE.

Data de Abertura dos envelopes: 07/01/2026 às **09:30 hs**.
Solicitação do edital e outras informações: cpl@gravata.pe.gov.br

Gravatá, 04 de dezembro de 2025.

JOSELMA SOARES DA SILVA MELO
Secretária de Educação

Publicado por:
Victor Hugo de Menezes
Código Identificador:A695CA41

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE RESULTADO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo nº 178/2025-CPL. Concorrência Eletrônica nº 004/2025. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ESPECIALIZADA NA ÁREA DE ENGENHARIA PARA CONCLUSÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA COM VESTIÁRIO, LOCALIZADA NA RUA JOÃO FRANCISCO DE LEMOS NO DISTRITO DE MANDACARU, ZONA RURAL DE GRAVATÁ/PE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, ELEMENTOS TÉCNICOS E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO TERMO DE REFERÊNCIA E RESPECTIVOS ANEXOS, QUE INTEGRAM O PRESENTE EDITAL. **EMPRESA:** B&Q CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 26.725.233/0001-45, com sede na Av. R. ECA DE QUEIROZ, nº 125, Sala Térreo, bairro Salgado, Caruaru/PE. **Lote Único**. **Valor:** R$622.999,86 (seiscentos e vinte e dois mil novecentos e noventa e nove reais e oitenta e seis centavos). Classificada e habilitada no certame. Diante do resultado a Secretaria Municipal de Educação comunica a Adjudicação e Homologação do objeto em favor da empresa vencedora em 04 de dezembro de 2025.
JOSELMA SOARES DA SILVA MELO –
Secretária Municipal de Educação.

Publicado por:
Camilla Donara de Morais
Código Identificador:AA0EB0CC

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE IBIMIRIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 093/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 093/2025, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2025 E PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2025

Objeto: Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos para o programa remédio em casa, farmácia básica e medicamentos controlados para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ibimirim/PE. **CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIMIRIM**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.427.619/0001-30. **EMPRESA CONTRATADA: MEDICAL CENTER DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.706.033/0001-57. **Vencedora dos seguintes itens:** Item 139 com valor unitário de R$ 0,32 (trinta e dois centavos) e valor total de R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais). **VALOR TOTAL DA ATA: R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).**

DATA DA ASSINATURA: 22 de agosto de 2025.
VALIDADE DA ATA: ATÉ 22/08/2026

Gestor(a) do Orgão:
WELLITÂNIA DE MELO SIQUEIRA
Secretária De Saúde

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:CF7812E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2025, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2025 E PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Material de Expediente para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania. **CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.105.971/0001-50. **EMPRESA CONTRATADA:** ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.571.459/0001-01. **Vencedora dos seguintes itens:** Item 7 com valor unitário de R$ 2,95 (dois reais e noventa e cinco centavos) e valor total de R$ 295,00 (duzentos e noventa e cinco reais); Item 11 com valor unitário de R$ 8,44 (oito reais e quarenta e quatro centavos) e valor total de R$ 5.401,60 (cinco mil quatrocentos e um reais e sessenta centavos); Item 15 com valor unitário de R$ 6,75 (seis reais e setenta e cinco centavos) e valor total de R$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos); Item 16 com valor unitário de R$ 117,52 (cento e dezessete reais e cinquenta e dois centavos) e valor total de R$ 3.525,60 (três mil quinhentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos);
Item 17 com valor unitário de R$ 9,54 (nove reais e cinquenta e quatro centavos) e valor total de R$ 381,60 (trezentos e oitenta e um reais e sessenta centavos); Item 20 com valor unitário de R$ 22,58 (vinte e dois reais e cinquenta e oito centavos) e valor total de R$ 1.354,80 (mil trezentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos); Item 21 com valor unitário de R$ 20,02 (vinte reais e dois centavos) e valor total de R$ 1.201,20 (mil duzentos e um reais e vinte centavos); Item 22 com valor unitário de R$ 15,81 (quinze reais e oitenta e um centavos) e valor total de R$ 3.636,30 (três mil seiscentos e trinta e seis reais e trinta centavos); Item 23 com valor unitário de R$ 11,36 (onze reais e trinta e seis centavos) e valor total de R$ 2.317,44 (dois mil trezentos e dezessete reais e quarenta e quatro centavos); Item 24 com valor unitário de R$ 4,66 (quatro reais e sessenta e seis centavos) e valor total de R$ 2.330,00 (dois mil trezentos e trinta reais); Item 25 com valor unitário de R$ 3,51 (três reais e cinquenta e um centavos) e valor total de R$ 351,00 (trezentos e cinquenta e um reais); Item 26 com valor unitário de R$ 14,28 (quatorze reais e vinte e oito centavos) e valor total de R$ 714,00 (setecentos e quatorze reais); Item 27 com valor unitário de R$ 2,94 (dois reais e noventa e quatro centavos) e valor total de R$ 1.764,00 (mil setecentos e sessenta e quatro reais); Item 28 com valor unitário de R$ 2,97 (dois reais e noventa e sete centavos) e valor total de R$ 891,00 (oitocentos e noventa e um reais); Item 30 com valor unitário de R$ 0,51 (cinquenta e um centavos) e valor total de R$ 408,00 (quatrocentos e oito reais); Item 31 com valor unitário de R$ 0,50 (cinquenta centavos) e valor total de R$ 400,00 (quatrocentos reais); Item 33 com valor unitário de R$ 1,61 (um real e sessenta e um centavos) e valor total de R$ 144,90 (cento e quarenta e quatro reais e noventa centavos); Item 34 com valor unitário de R$ 1,52 (um real e cinquenta e dois centavos) e valor total de R$ 76,00 (setenta e seis reais); Item 35 com valor unitário de R$ 2,30 (dois reais e trinta centavos) e valor total de R$ 69,00 (sessenta e nove reais); Item 36 com valor unitário de R$ 1,79 (um real e setenta e nove centavos) e valor total de R$ 125,30 (cento e vinte e cinco reais e trinta centavos); Item 41 com valor unitário de R$ 41,76 (quarenta e

um reais e setenta e seis centavos) e valor total de R$ 8.352,00 (oito mil trezentos e cinquenta e dois reais); Item 43 com valor unitário de R$ 1,53 (um real e cinquenta e três centavos) e valor total de R$ 153,00 (cento e cinquenta e três reais); Item 44 com valor unitário de R$ 4,47 (quatro reais e quarenta e sete centavos) e valor total de R$ 134,10 (cento e trinta e quatro reais e dez centavos); Item 51 com valor unitário de R$ 45,89 (quarenta e cinco reais e oitenta e nove centavos) e valor total de R$ 1.835,60 (mil oitocentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos);

Item 54 com valor unitário de R$ 4,76 (quatro reais e setenta e seis centavos) e valor total de R$ 5.712,00 (cinco mil setecentos e doze reais); Item 55 com valor unitário de R$ 0,11 (onze centavos) e valor total de R$ 132,00 (cento e trinta e dois reais); Item 56 com valor unitário de R$ 15,26 (quinze reais e vinte e seis centavos) e valor total de R$ 457,80 (quatrocentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos); Item 57 com valor unitário de R$ 0,41 (quarenta e um centavos) e valor total de R$ 2.050,00 (dois mil e cinquenta reais); Item 58 com valor unitário de R$ 1,00 (um real) e valor total de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais); Item 59 com valor unitário de R$ 0,81 (oitenta e um centavos) e valor total de R$ 121,50 (cento e vinte e um reais e cinquenta centavos); Item 60 com valor unitário de R$ 1,08 (um real e oito centavos) e valor total de R$ 324,00 (trezentos e vinte e quatro reais); Item 61 com valor unitário de R$ 2,30 (dois reais e trinta centavos) e valor total de R$ 920,00 (novecentos e vinte reais); Item 62 com valor unitário de R$ 12,26 (doze reais e vinte e seis centavos) e valor total de R$ 11.034,00 (onze mil e trinta e quatro reais); Item 63 com valor unitário de R$ 1,18 (um real e dezoito centavos) e valor total de R$ 1.062,00 (mil e sessenta e dois reais); Item 64 com valor unitário de R$ 14,85 (quatorze reais e oitenta e cinco centavos) e valor total de R$ 11.880,00 (onze mil oitocentos e oitenta reais); Item 65 com valor unitário de R$ 1,16 (um real e dezesseis centavos) e valor total de R$ 1.044,00 (mil e quarenta e quatro reais); Item 66 com valor unitário de R$ 1,16 (um real e dezesseis centavos) e valor total de R$ 464,00 (quatrocentos e sessenta e quatro reais); Item 67 com valor unitário de R$ 1,23 (um real e vinte e três centavos) e valor total de R$ 123,00 (cento e vinte e três reais); Item 70 com valor unitário de R$ 2,34 (dois reais e trinta e quatro centavos) e valor total de R$ 936,00 (novecentos e trinta e seis reais); Item 72 com valor unitário de R$ 6,27 (seis reais e vinte e sete centavos) e valor total de R$ 940,50 (novecentos e quarenta reais e cinquenta centavos); Item 76 com valor unitário de R$ 3,83 (três reais e oitenta e três centavos) e valor total de R$ 306,40 (trezentos e seis reais e quarenta centavos); Item 80 com valor unitário de R$ 7,28 (sete reais e vinte e oito centavos) e valor total de R$ 2.912,00 (dois mil novecentos e doze reais); Item 81 com valor unitário de R$ 15,10 (quinze reais e dez centavos) e valor total de R$ 5.285,00 (cinco mil duzentos e oitenta e cinco reais); Item 82 com valor unitário de R$ 14,92 (quatorze reais e noventa e dois centavos) e valor total de R$ 746,00 (setecentos e quarenta e seis reais); Item 83 com valor unitário de R$ 88,33 (oitenta e oito reais e trinta e três centavos) e valor total de R$ 4.416,50 (quatro mil quatrocentos e dezesseis reais e cinquenta centavos); Item 84 com valor unitário de R$ 4,20 (quatro reais e vinte centavos) e valor total de R$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais); Item 85 com valor unitário de R$ 22,45 (vinte e dois reais e quarenta e cinco centavos) e valor total de R$ 2.245,00 (dois mil duzentos e quarenta e cinco reais); Item 86 com valor unitário de R$ 15,76 (quinze reais e setenta e seis centavos) e valor total de R$ 1.576,00 (mil quinhentos e setenta e seis reais); Item 87 com valor unitário de R$ 14,31 (quatorze reais e trinta e um centavos) e valor total de R$ 1.001,70 (mil e um reais e setenta centavos); Item 88 com valor unitário de R$ 29,44 (vinte e nove reais e quarenta e quatro centavos) e valor total de R$ 883,20 (oitocentos e oitenta e três reais e vinte centavos); Item 89 com valor unitário de R$ 23,57 (vinte e três reais e cinquenta e sete centavos) e valor total de R$ 2.357,00 (dois mil trezentos e cinquenta e sete reais); Item 90 com valor unitário de R$ 60,14 (sessenta reais e quatorze centavos) e valor total de R$ 601,40 (seiscentos e um reais e quarenta centavos); Item 92 com valor unitário de R$ 1,99 (um real e noventa e nove centavos) e valor total de R$ 696,50 (seiscentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos); Item 93 com valor unitário de R$ 27,13 (vinte e sete reais e treze centavos) e valor total de R$ 2.984,30 (dois mil novecentos e oitenta e quatro reais e trinta centavos); Item 94 com valor unitário de R$ 1,21 (um real e vinte e um centavos) e valor total de R$ 121,00 (cento e vinte e um reais); Item 95 com valor unitário de R$ 14,14 (quatorze reais e quatorze centavos) e valor total de R$ 1.696,80 (mil seiscentos e noventa e seis reais e oitenta centavos); Item 96 com valor unitário de R$ 11,50 (onze reais e cinquenta centavos) e valor total de R$ 1.380,00 (mil trezentos e oitenta reais); Item 97 com valor unitário de R$ 9,31 (nove reais e trinta e um centavos) e valor total de R$ 3.537,80 (três mil quinhentos e trinta e sete reais e oitenta centavos); Item 98 com valor unitário de R$ 16,31 (dezesseis reais e trinta e um centavos) e valor total de R$ 6.197,80 (seis mil cento e noventa e sete reais e oitenta centavos); Item 99 com valor unitário de R$ 1,22 (um real e vinte e dois centavos) e valor total de R$ 30,50 (trinta reais e cinquenta centavos); Item 100 com valor unitário de R$ 15,95 (quinze reais e noventa e cinco centavos) e valor total de R$ 159,50 (cento e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos); Item 101 com valor unitário de R$ 6,76 (seis reais e setenta e seis centavos) e valor total de R$ 1.014,00 (mil e quatorze reais); Item 102 com valor unitário de R$ 1,08 (um real e oito centavos) e valor total de R$ 75,60 (setenta e cinco reais e sessenta centavos); Item 103 com valor unitário de R$ 1,23 (um real e vinte e três centavos) e valor total de R$ 36,90 (trinta e seis reais e noventa centavos); Item 104 com valor unitário de R$ 1,44 (um real e quarenta e quatro centavos) e valor total de R$ 36,00 (trinta e seis reais); Item 105 com valor unitário de R$ 10,59 (dez reais e cinquenta e nove centavos) e valor total de R$ 2.118,00 (dois mil cento e dezoito reais); Item 106 com valor unitário de R$ 13,62 (treze reais e sessenta e dois centavos) e valor total de R$ 1.362,00 (mil trezentos e sessenta e dois reais), Item 107 com valor unitário de R$ 7,49 (sete reais e quarenta e nove centavos) e valor total de R$ 1.498,00 (mil quatrocentos e noventa e oito reais); Item 108 com valor unitário de R$ 16,94 (dezesseis reais e noventa e quatro centavos) e valor total de R$ 1.694,00 (mil seiscentos e noventa e quatro reais); Item 111 com valor unitário de R$ 2,84 (dois reais e oitenta e quatro centavos) e valor total de R$ 568,00 (quinhentos e sessenta e oito reais); Item 113 com valor unitário de R$ 16,61 (dezesseis reais e sessenta e um centavos) e valor total de R$ 348,81 (trezentos e quarenta e oito reais e oitenta e um centavos); Item 116 com valor unitário de R$ 11,48 (onze reais e quarenta e oito centavos) e valor total de R$ 459,20 (quatrocentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos); Item 117 com valor unitário de R$ 13,30 (treze reais e trinta centavos) e valor total de R$ 106,40 (cento e seis reais e quarenta centavos); Item 118 com valor unitário de R$ 0,47 (quarenta e sete centavos) e valor total de R$ 235,00 (duzentos e trinta e cinco reais); Item 119 com valor unitário de R$ 79,61 (setenta e nove reais e sessenta e um centavos) e valor total de R$ 398,05 (trezentos e noventa e oito reais e cinco centavos); Item 120 com valor unitário de R$ 0,99 (noventa e nove centavos) e valor total de R$ 495,00 (quatrocentos e noventa e cinco reais); Item 121 com valor unitário de R$ 0,86 (oitenta e seis centavos) e valor total de R$ 258,00 (duzentos e cinquenta e oito reais); Item 122 com valor unitário de R$ 13,16 (treze reais e dezesseis centavos) e valor total de R$ 2.632,00 (dois mil seiscentos e trinta e dois reais); Item 123 com valor unitário de R$ 9,52 (nove reais e cinquenta e dois centavos) e valor total de R$ 4.760,00 (quatro mil setecentos e sessenta reais); Item 125 com valor unitário de R$ 0,85 (oitenta e cinco centavos) e valor total de R$ 170,00 (cento e setenta reais); Item 128 com valor unitário de R$ 13,25 (treze reais e vinte e cinco centavos) e valor total de R$ 530,00 (quinhentos e trinta reais); Item 129 com valor unitário de R$ 2,65 (dois reais e sessenta e cinco centavos) e valor total de R$ 265,00 (duzentos e sessenta e cinco reais); Item 132 com valor unitário de R$ 37,31 (trinta e sete reais e trinta e um centavos) e valor total de R$ 3.731,00 (três mil setecentos e trinta e um reais); Item 134 com valor unitário de R$ 8,81 (oito reais e oitenta e um centavos) e valor total de R$ 8.810,00 (oito mil oitocentos e dez reais); Item 135 com valor unitário de R$ 18,11 (dezoito reais e onze centavos) e valor total de R$ 90,55 (noventa reais e cinquenta e cinco centavos); Item 136 com valor unitário de R$ 0,75 (setenta e cinco centavos) e valor total de R$ 270,00 (duzentos e setenta reais); Item 137 com valor unitário de R$ 0,90 (noventa centavos) e valor total de R$ 360,00 (trezentos e sessenta reais); Item 138 com valor unitário de R$ 15,29 (quinze reais e vinte e nove centavos) e valor total de R$ 63.071,25 (sessenta e três mil setenta e um reais e vinte e cinco centavos); Item 139 com valor unitário de R$ 15,29 (quinze reais e vinte e nove centavos) e valor total de R$ 21.023,75 (vinte e um mil vinte e três reais e setenta e cinco centavos); Item 140 com valor unitário de R$ 166,25 (cento e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos) e valor total de R$ 33.250,00 (trinta e três mil duzentos e cinquenta reais); Item 141 com

valor unitário de R$ 165,90 (cento e sessenta e cinco reais e noventa centavos) e valor total de R$ 21.567,00 (vinte e um mil quinhentos e sessenta e sete reais); Item 142 com valor unitário de R$ 1,87 (um real e oitenta e sete centavos) e valor total de R$ 187,00 (cento e oitenta e sete reais); Item 143 com valor unitário de R$ 2,18 (dois reais e dezoito centavos) e valor total de R$ 872,00 (oitocentos e setenta e dois reais); Item 144 com valor unitário de R$ 2,27 (dois reais e vinte e sete centavos) e valor total de R$ 908,00 (novecentos e oito reais); Item 145 com valor unitário de R$ 2,32 (dois reais e trinta e dois centavos) e valor total de R$ 928,00 (novecentos e vinte e oito reais); Item 146 com valor unitário de R$ 3,60 (três reais e sessenta centavos) e valor total de R$ 1.440,00 (um mil quatrocentos e quarenta reais); Item 147 com valor unitário de R$ 4,04 (quatro reais e quatro centavos) e valor total de R$ 1.616,00 (um mil seiscentos e dezesseis reais); Item 148 com valor unitário de R$ 9,03 (nove reais e três centavos) e valor total de R$ 2.257,50 (dois mil duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos); Item 149 com valor unitário de R$ 21,63 (vinte e um reais e sessenta e três centavos) e valor total de R$ 4.758,60 (quatro mil setecentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos); Item 150 com valor unitário de R$ 11,16 (onze reais e dezesseis centavos) e valor total de R$ 3.013,20 (três mil treze reais e vinte centavos); Item 151 com valor unitário de R$ 10,44 (dez reais e quarenta e quatro centavos) e valor total de R$ 2.818,80 (dois mil oitocentos e dezoito reais e oitenta centavos); Item 152 com valor unitário de R$ 13,13 (treze reais e treze centavos) e valor total de R$ 2.626,00 (dois mil seiscentos e vinte e seis reais); Item 153 com valor unitário de R$ 6,14 (seis reais e quatorze centavos) e valor total de R$ 1.412,20 (mil quatrocentos e doze reais e vinte centavos); Item 156 com valor unitário de R$ 0,97 (noventa e sete centavos) e valor total de R$ 388,00 (trezentos e oitenta e oito reais); Item 157 com valor unitário de R$ 3,16 (três reais e dezesseis centavos) e valor total de R$ 632,00 (seiscentos e trinta e dois reais); Item 158 com valor unitário de R$ 13,59 (treze reais e cinquenta e nove centavos) e valor total de R$ 679,50 (seiscentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos); Item 161 com valor unitário de R$ 8,48 (oito reais e quarenta e oito centavos) e valor total de R$ 848,00 (oitocentos e quarenta e oito reais); Item 163 com valor unitário de R$ 2,36 (dois reais e trinta e seis centavos) e valor total de R$ 472,00 (quatrocentos e setenta e dois reais); Item 164 com valor unitário de R$ 5,71 (cinco reais e setenta e um centavos) e valor total de R$ 399,70 (trezentos e noventa e nove reais e setenta centavos); Item 166 com valor unitário de R$ 22,02 (vinte e dois reais e dois centavos) e valor total de R$ 4.404,00 (quatro mil quatrocentos e quatro reais); Item 167 com valor unitário de R$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos) e valor total de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais); Item 168 com valor unitário de R$ 2,17 (dois reais e dezessete centavos) e valor total de R$ 434,00 (quatrocentos e trinta e quatro reais); Item 169 com valor unitário de R$ 9,69 (nove reais e sessenta e nove centavos) e valor total de R$ 1.938,00 (mil novecentos e trinta e oito reais); Item 170 com valor unitário de R$ 7,95 (sete reais e noventa e cinco centavos) e valor total de R$ 477,00 (quatrocentos e setenta e sete reais); Item 171 com valor unitário de R$ 46,91 (quarenta e seis reais e noventa e um centavos) e valor total de R$ 2.345,50 (dois mil trezentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos); Item 172 com valor unitário de R$ 1,40 (um real e quarenta centavos) e valor total de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais); Item 173 com valor unitário de R$ 1,96 (um real e noventa e seis centavos) e valor total de R$ 196,00 (cento e noventa e seis reais); Item 174 com valor unitário de R$ 16,95 (dezesseis reais e noventa e cinco centavos) e valor total de R$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais); Item 175 com valor unitário de R$ 25,27 (vinte e cinco reais e vinte e sete centavos) e valor total de R$ 1.010,80 (mil dez reais e oitenta centavos); Item 176 com valor unitário de R$ 3,98 (três reais e noventa e oito centavos) e valor total de R$ 159,20 (cento e cinquenta e nove reais e vinte centavos); Item 177 com valor unitário de R$ 5,54 (cinco reais e cinquenta e quatro centavos) e valor total de R$ 443,20 (quatrocentos e quarenta e três reais e vinte centavos); Item 178 com valor unitário de R$ 30,33 (trinta reais e trinta e três centavos) e valor total de R$ 303,30 (trezentos e três reais e trinta centavos); Item 179 com valor unitário de R$ 90,53 (noventa reais e cinquenta e três centavos) e valor total de R$ 905,30 (novecentos e cinco reais e trinta centavos); Item 180 com valor unitário de R$ 27,62 (vinte e sete reais e sessenta e dois centavos) e valor total de R$ 276,20 (duzentos e setenta e seis reais e vinte centavos); Item 181 com valor unitário de R$ 13,67 (treze reais e sessenta e sete centavos) e valor total de R$ 136,70 (cento e trinta e seis reais e setenta centavos); Item 182 com valor unitário de R$ 38,53 (trinta e oito reais e cinquenta e três centavos) e valor total de R$ 385,30 (trezentos e oitenta e cinco reais e trinta centavos); Item 183 com valor unitário de R$ 46,37 (quarenta e seis reais e trinta e sete centavos) e valor total de R$ 463,70 (quatrocentos e sessenta e três reais e setenta centavos); Item 184 com valor unitário de R$ 145,77 (cento e quarenta e cinco reais e setenta e sete centavos) e valor total de R$ 1.457,70 (um mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e setenta centavos); Item 186 com valor unitário de R$ 98,00 (noventa e oito reais) e valor total de R$ 980,00 (novecentos e oitenta reais); Item 187 com valor unitário de R$ 153,93 (cento e cinquenta e três reais e noventa e três centavos) e valor total de R$ 7.696,50 (sete mil seiscentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos); Item 188 com valor unitário de R$ 11,91 (onze reais e noventa e um centavos) e valor total de R$ 595,50 (quinhentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos); Item 189 com valor unitário de R$ 26,22 (vinte e seis reais e vinte e dois centavos) e valor total de R$ 1.048,80 (mil quarenta e oito reais e oitenta centavos); Item 190 com valor unitário de R$ 3,02 (três reais e dois centavos) e valor total de R$ 302,00 (trezentos e dois reais). **VALOR TOTAL DA ATA: R$ 338.550,85 (trezentos e trinta e oito mil quinhentos e cinquenta reais e oitenta e cinco centavos).**

DATA DA ASSINATURA: 06 de novembro de 2025.
VALIDADE DA ATA: ATÉ 04/11/2026

GESTORES (as) DOS ORGÃOS:

WELLITÂNIA DE MELO SIQUEIRA
Secretária De Saúde

MÁRCIA REJANE DA SILVA
Secretária De Desenvolvimento Social

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:4B359B51

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2025, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2025 E PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2025

Objeto: **Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais permanentes e equipamentos (EPI)** que foram fracassados no Processo nº 024/2025, Pregão Eletrônico nº 010/2025. **CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,** inscrito no CNPJ sob nº 13.900.848/0001-19. **EMPRESA CONTRATADA: ARCOPAPER LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.583.434/0001-15. **Vencedora dos seguintes itens:** tem 1 com valor unitário de R$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais) e valor total de R$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais); Item 2 com valor unitário de R$ 115,00 (cento e quinze reais) e valor total de R$ 920,00 (novecentos e vinte reais); Item 3 com valor unitário de R$ 1.650,00 (um mil seiscentos e cinquenta reais) e valor total de R$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais). **VALOR TOTAL DA ATA: R$ 14.270,00 (quatorze mil duzentos e setenta reais).**

DATA DA ASSINATURA: 14 de novembro de 2025.
VALIDADE DA ATA: ATÉ 10/11/2026

Gestor(a) do Orgão:
MÁRCIA REJANE DA SILVA
Secretária De Desenvolvimento Social

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:682B4AE1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2025, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2025 E PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2025

Objeto: **Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais permanentes e equipamentos (EPI)** que foram fracassados no Processo nº 024/2025, Pregão Eletrônico nº 010/2025. **CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,** inscrito no CNPJ sob nº 13.900.848/0001-19. **EMPRESA CONTRATADA: FRANCIELE ELETRO LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.646.580/0001-52. **Vencedora dos seguintes itens:** Item 4 com valor unitário de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) e valor total de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais); **Valor Total da Ata: R$ 40.000,00 (quarenta mil reais).**

DATA DA ASSINATURA: 11 de novembro de 2025.
VALIDADE DA ATA: ATÉ 10/11/2026

Gestor(a) do Orgão:
MÁRCIA REJANE DA SILVA
Secretária de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:685E22D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2025, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2025 E PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2025

Objeto: **Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais permanentes e equipamentos (EPI)** que foram fracassados no Processo nº 024/2025, Pregão Eletrônico nº 010/2025. **CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,** inscrito no CNPJ sob nº 13.900.848/0001-19. **EMPRESA CONTRATADA: MICROFORT INFORMÁTICA LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.675.507/0001-03. **Vencedora dos seguintes itens:** Item 5 com valor unitário de R$ 3.511,17 (três mil quinhentos e onze reais e dezessete centavos) e valor total de R$ 3.511,17 (três mil quinhentos e onze reais e dezessete centavos). **Valor Total da Ata: R$ 3.511,17 (três mil quinhentos e onze reais e dezessete centavos).**

DATA DA ASSINATURA: 11 de novembro de 2025.
VALIDADE DA ATA: ATÉ 10/11/2026

Gestor(a) do Orgão:
MÁRCIA REJANE DA SILVA
Secretária de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:26323139

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 319/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 319/2025, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2025 E PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2025

Objeto: locação de veículos destinados ao atendimento da Secretaria Municipal de Administração, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Gestão e Governo e Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ibimirim/PE. **CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.105.971/0001-500. **EMPRESA CONTRATADA: AGMS VEICULOS ESPECIAIS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.095.391/0001-52. O valor do Contrato é de **R$ 168.500,00** (cento e sessenta e oito mil e quinhentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 22 de outubro de 2025.
VIGÊNCIA: 12 meses.

Gestor(a) do Orgão:

WELLITÂNIA DE MELO SIQUEIRA
Secretária De Saúde

MARIA SUELY LEITE CAVALCANTE
Secretária De Administração

JUCIANE MARIA BAPTISTA FERREIRA
Secretária De Desenvolvimento Econômico

WERLLY SIQUEIRA DE MELO
Secretário De Gestão E Governo

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:8C6BF17F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 328/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 328/2025, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2025 E PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Material de Expediente para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania. **CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.105.971/0001-50. **EMPRESA CONTRATADA: ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.571.459/0001-01. O valor do Contrato é de **R$ 83.824,27** (oitenta e três mil oitocentos e vinte e quatro reais e vinte e sete centavos)).

DATA DA ASSINATURA: 05 de novembro de 2025.
VIGÊNCIA: 31/12/2025

Gestores (as) Dos Orgãos:

WELLITÂNIA DE MELO SIQUEIRA
Secretária De Saúde

MÁRCIA REJANE DA SILVA
Secretária De Desenvolvimento Social

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:20FDBE0A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 329/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 329/2025, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2025 E PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2025

Objeto: Aquisição de PLAYGROUND E BRINQUEDOS PARA AS ESCOLAS COM TURMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL vinculadas a Secretaria Municipal de Educação. **CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IBIMIRIM,** inscrito no

CNPJ/MF sob o nº 11.156.248/0001-62. **EMPRESA CONTRATADA: 424.559 ANA LUISA FARIAS,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.424.559/0001-70. O valor do Contrato é de **R$ 12.366,00** (doze mil trezentos e sessenta e seis reais).

DATA DA ASSINATURA: 06 de novembro de 2025.
VIGÊNCIA: 12 meses

Gestor(a) do Orgão:
LEUTÂNIA GOMES OLIVEIRA
Secretária De Educação

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:02B640D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 330/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 330/2025, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2025 E PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2025

Objeto: Aquisição de PLAYGROUND E BRINQUEDOS PARA AS ESCOLAS COM TURMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL vinculadas a Secretaria Municipal de Educação. **CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IBIMIRIM,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.156.248/0001-62. **EMPRESA CONTRATADA: ANTARES COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.226.647/0001-77. O valor do Contrato é de **R$ 55.408,00** (cinquenta e cinco mil quatrocentos e oito reais).

DATA DA ASSINATURA: 06 de novembro de 2025.
VIGÊNCIA: 12 meses

Gestor(a) do Orgão:
LEUTÂNIA GOMES OLIVEIRA
Secretária De Educação

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:6C550562

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 331/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 331/2025, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2025 E PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2025

Objeto: Aquisição de PLAYGROUND E BRINQUEDOS PARA AS ESCOLAS COM TURMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL vinculadas a Secretaria Municipal de Educação. **CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IBIMIRIM,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.156.248/0001-62. **EMPRESA CONTRATADA: EGS COMERCIO DE BRINQUEDOS**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.025.872/0001-47. O valor do Contrato é de **R$ 142.640,00** (cento e quarenta e dois mil seiscentos e quarenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 06 de novembro de 2025.
VIGÊNCIA: 12 meses

Gestor(a) do Orgão:

LEUTÂNIA GOMES OLIVEIRA
Secretária De Educação

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:A303712E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 335/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 335/2025, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2025 E PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025

Objeto: aquisição de material permanente (mobiliário) para atender a necessidade da Secretaria de Saúde do Município de Ibimirim/PE. **CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIMIRIM**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.427.619/0001-30. **EMPRESA CONTRATADA: ARCOPAPER LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.583.434/0001-15. O valor do Contrato é de **R$ 23.400,00** (vinte e três mil e quatrocentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 24 de novembro de 2025.
VIGÊNCIA: 31/12/2025

Gestor(a) do Orgão:
WELLITÂNIA DE MELO SIQUEIRA
Secretária De Saúde

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:C73D7429

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 337/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 337/2025, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2025 E PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2025

Objeto: aquisição parcelada de materiais permanentes e equipamentos (EPI) que foram fracassados no Processo nº 024/2025, Pregão Eletrônico nº 010/2025. **CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,** inscrito no CNPJ sob nº 13.900.848/0001-19. **EMPRESA CONTRATADA: FRANCIELE ELETRO LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.646.580/0001-52. O valor do Contrato é de **R$ 32.000,00** (trinta e dois mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 25 de novembro de 2025.
VIGÊNCIA: 12 meses

Gestor(a) do Orgão:

MÁRCIA REJANE DA SILVA
Secretária De Desenvolvimento Social

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:857002FE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 338/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 338/2025, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2025 E PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2025

Objeto: aquisição parcelada de materiais permanentes e equipamentos (EPI) que foram fracassados no Processo nº 024/2025, Pregão Eletrônico nº 010/2025. **CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,** inscrito no CNPJ sob nº 13.900.848/0001-19. **EMPRESA CONTRATADA: MICROFORT INFORMÁTICA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.675.507/0001-03. **R$ 3.511,17** (três mil quinhentos e onze reais e dezessete centavos).

DATA DA ASSINATURA: 26 de novembro de 2025.
VIGÊNCIA: 12 meses

Gestor(a) do Orgão:
MÁRCIA REJANE DA SILVA
Secretária De Desenvolvimento Social

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:741832BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 339/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 339/2025, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2025 E PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025

Objeto: Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais permanentes e equipamentos (EPI) destinados ao atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social e demais programas. **CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,** inscrito no CNPJ sob nº 13.900.848/0001-19. **EMPRESA CONTRATADA: FRANCIELE ELETRO LTD,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.646.580/0001-52. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 18.749,95** (dezoito mil setecentos e quarenta e nove reais e noventa e cinco centavos).

DATA DA ASSINATURA: 25 de novembro de 2025.
VIGÊNCIA: 12 meses

Gestor(a) do Orgão:
MÁRCIA REJANE DA SILVA
Secretária De Desenvolvimento Social

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:607F6CEF

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE IBIRAJUBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 292, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025.

DECRETO Nº 292, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre inscrição, anulação e baixa de restos a pagar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE IBIRAJUBA, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, consoante disposições do Decreto nº 20.910, de 06 de janeiro de 1932, da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964 e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000:
CONSIDERANDO a necessidade de dar tratamento adequado às despesas inscritas em restos a pagar, para cumprimento da legislação;
CONSIDERANDO que a inscrição de restos a pagar deve observar as disponibilidades financeiras e condições de modo a prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas;
DECRETA:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Seção Única
Dos Restos a Pagar, Conceitos e Definições
Art. 1º No encerramento do exercício, a parcela da despesa orçamentária que se encontrar devidamente empenhada, mas que ainda não foi paga, será considerada restos a pagar, que se constituirá em dívida flutuante.
§ 1º Nos termos do art. 36 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, distingue-se dois tipos de restos a pagar, os:
I - processados;
II - não processados.
§ 2º Os restos a pagar processados são aqueles em que a despesa orçamentária percorreu os estágios de empenho e liquidação, restando pendente apenas o estágio do pagamento.
§ 3º Os restos a pagar não processados são aqueles em que a despesa orçamentária ainda não completou o estágio da liquidação.
CAPÍTULO II
DAS INSCRIÇÕES E BAIXAS DE RESTOS A PAGAR
Seção I
Da Inscrição dos Restos a Pagar
Art. 2º Serão inscritas em restos a pagar processados as despesas liquidadas e não pagas no exercício financeiro, ou seja, aquelas em que o serviço, obra ou material contratado tenha sido prestado ou entregue e aceito pelo Município contratante, restando apenas o estágio de pagamento.
Art. 3º Serão inscritas em restos a pagar não processados as despesas não liquidadas, quando o serviço ou material contratado tenha sido prestado ou entregue e que se encontre, em 31 de dezembro de cada exercício financeiro, em fase de verificação do direito adquirido pelo credor ou quando o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor estiver vigente.
Art. 4º A inscrição de despesa em restos a pagar não processados, limitar-se-á a casos específicos, em consonância com a legislação aplicável.
Parágrafo único. Para atender ao disposto no caput deste artigo, verifica-se quais despesas devem ser inscritas em restos a pagar e anula-se as demais, para depois inscrever-se os restos a pagar não processados.
Art. 5º A inscrição de restos a pagar deve observar as disponibilidades financeiras e condições de modo a prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
Parágrafo único. Para preservar o equilíbrio fiscal, deverão ser assegurados os recursos necessários ao pagamento das despesas que ficarem em restos a pagar, como no caso de convênios e contratos de repasses, onde parcelas dos recursos liberadas e a liberar, aguardam o cumprimento de cronogramas físico-financeiros para efeito de liquidação e pagamento.
Seção II
Das Prescrições, Cancelamentos, Anulações e Baixas de Restos a Pagar
Subseção I
Da Anulação e da Prescrição
Art. 6º. Deverão ser anulados os saldos dos empenhos feitos por estimativa, ao final de cada exercício.
Art. 7º. Prescrevem em 5 (cinco) anos os empenhos inscritos em restos a pagar, nos termos do Decreto Federal nº 20.910, de 06 de janeiro de 1932.
Subseção II
Requisitos para Liquidação de Restos a Pagar
Art. 8º Os credores cujos empenhos, inscritos em restos a pagar não processados, deverão apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação deste Decreto, a documentação necessária para comprovação da liquidação da despesa.
§ 1º. A documentação para efeito de liquidação da despesa deverá atender as exigências estabelecidas no art. 63 e §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
§ 2º. Decorrido o prazo estabelecido no caput, sem comprovação da liquidação, fica autorizada a anulação dos empenhos inscritos em restos a pagar não processados, observadas as normas de contabilidade e finanças públicas.
Art. 9º. Os empenhos liquidados não serão cancelados quando o fornecedor de bens e/ou serviços comprovar o cumprimento de sua obrigação de fazer, restando à Administração apenas cumprir com a obrigação de pagar.
Subseção III
Das Situações que Ensejam Cancelamento

Art. 10. A Secretaria de Finanças do Município examinará o montante inscrito em restos a pagar até 31 de dezembro de 2025, conferirá com as notas de empenho existentes e fará revisão na documentação da despesa respectiva, indicando aquelas onde os credores comprovaram, efetivamente, o atendimento das condições para liquidação da despesa e os que não conseguiram comprovar.

Art. 11. Cumprido o disposto no artigo anterior, fica, ainda, o titular da Secretaria de Finanças autorizado a:
I - anular os empenhos inscritos em restos a pagar que atingiram o prazo de prescrição de 5 (cinco) anos, estabelecido no Decreto nº 20.910 de 6 de janeiro de 1932;

II - anular os empenhos inscritos como restos a pagar não processados, cujos credores não conseguirem comprovar a efetiva realização dos serviços, obras ou fornecimentos e não for possível formalizar a liquidação;
III - anular os empenhos inscritos em restos a pagar, feitos por estimativa, cujos saldos não tenham sido anulados nos respectivos exercícios;
IV - anular empenhos cuja despesa originária resulte de compromisso que tenha sido transformado em dívida fundada, objeto de parcelamento ou termo de confissão;
V - anular empenhos inscritos em restos a pagar em favor de concessionárias de serviços públicos e entidades previdenciárias, onde as obrigações tenham sido transformadas de dívida de longo prazo, por meio de termos de parcelamento, confissão de dívida ou instrumentos equivalentes;
VI - cancelar importâncias registrados como restos a pagar além dos valores correspondidos pelas nota de empenho existentes, impossibilitando a individualização do credor e a efetiva comprovação da existência da obrigação.
Art. 12. Por meio de Portaria, o Secretário de Finanças determinará a anulação dos empenhos inscritos em restos a pagar que se enquadrarem nos requisitos estabelecidos no art. 11 deste Decreto, devendo ser juntada à referida portaria relação com a identificação de todos os empenhos que serão anulados e os montantes inscritos em restos a pagar que não haja correspondência com as notas de empenho respectivas.
§ 1º De posse da Portaria do Secretário de Finanças os Serviços de Contabilidade ficam autorizados a realizar os respectivos registros contábeis das anulações e cancelamentos respectivos.
§ 2º Caso surja, no exercício seguinte, solicitação de recebimento de importâncias objeto de empenhos anulados, nos termos deste Decreto, será objeto de averiguação em processo administrativo.
CAPÍTULO III
DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA RECURSOS VINCULADOS
Seção Única
Dos Restos a Pagar Decorrentes de Despesas com Recursos Vinculados
Art. 13. Deverá ser dado tratamento diferenciado as despesas inscritas em restos a pagar com recursos vinculados, nos termos da legislação aplicável, inclusive decorrentes de transferências voluntárias do Estado ou da União.
Subseção I
Restos a Pagar Vinculados ao Ensino
Art. 14. Para atender ao disposto no § 3º e *caput* do art. 25 da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, a inscrição de restos a pagar decorrentes de despesas vinculadas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, será limitado aos saldos financeiros existentes na conta do fundo até 31 de dezembro de cada ano, não podendo exceder a 10% (cinco por cento) dos recursos ingressados na conta do FUNDEB no exercício.
Art. 15. Não deverão ser inscritas em restos a pagar despesas vinculadas ao FUNDEB em valores superiores ao saldo financeiro do fundo, para não constituir despesa sem lastro financeiro.
Art. 16. Os empenhos inscritos em restos a pagar vinculados ao ensino, permanecerão vinculados ao ensino para atender ao art. 212 da Constituição Federal e ao parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF).
§ 1º. A anulação de restos a pagar vinculados ao ensino, enseja dedução no percentual das receitas de impostos aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino do exercício.
§ 2º. Deverá ser verificado o cumprimento do limite constitucional de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, antes de ser anulado empenho inscrito em restos a pagar vinculado ao ensino.

Subseção II
Restos a Pagar Vinculados à Saúde

Art. 17. A inscrição de empenhos em restos a pagar com recursos vinculados às ações e serviços públicos de saúde, também atenderão ao parágrafo único do art. 8º da LRF, no tocante a vinculação.
Art. 18. A anulação de empenhos vinculados aos recursos de saúde, enseja dedução no percentual das receitas de impostos aplicados em ações e serviços públicos de saúde no exercício.
Art. 19. Deverá ser verificado o cumprimento do limite constitucional de 15% (quinze por cento) da receita de impostos incidentes para aplicação nas ações e serviços públicos de saúde, antes de ser anulado empenho inscrito em restos a pagar vinculado à saúde, para atender as disposições da Lei Complementar nº 141, de 2012.
Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, 04 de dezembro de 2025.

MARIA IZALTA SILVA LOPES GAMA
Prefeita

Publicado por:
Claudener Cordeiro de Lima
Código Identificador:77CBE828

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº293, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025

DECRETO Nº293, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre procedimentos contábeis, orçamentários, financeiros e administrativos para fechamento do exercício de 2025 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE IBIRAJUBA, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, consoante disposições da Lei Complementar nº 101, de 2000, da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e legislação pertinente:
CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar alguns procedimentos para fechamento do exercício de 2025, de natureza orçamentária, contábil e financeira, para cumprimento das disposições legais e das normas de contabilidade aplicadas ao setor público;
CONSIDERANDO a necessidade de harmonizar as providências no âmbito da Administração Direta e Indireta, para a realização dos procedimentos de fechamento de exercício, que facilitarão a elaboração da prestação de contas de 2024;

DECRETA:
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Seção I
Dos Procedimentos Gerais

Art. 1º. Este Decreto disciplina procedimentos nas áreas administrativas, orçamentárias, contábeis, financeiras e de gestão fiscal, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município, para efeito de fechamento do exercício financeiro de 2025.
Parágrafo único. Os procedimentos detalhados nos artigos seguintes destinam-se a viabilizar o cumprimento das disposições da Lei Complementar nº 101, de 2000, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e de administração financeira.

Seção II
Dos Créditos Tributários e da Dívida Ativa

Art. 2º. O Setor de Tributação informará ao Setor de Contabilidade os valores que integrarão os balanços e demonstrações contábeis do exercício de 2025, compreendendo:
I - valores dos tributos lançados em 2025;
II - valores dos tributos arrecadados até 30 de dezembro de 2025;
III - valores dos créditos tributários a receber, lançados no corrente exercício, pendentes de pagamento;
IV - valor da dívida ativa tributária inscrita em 2025;
V - valor da dívida ativa tributária paga em 2025;

VI - valor da dívida ativa tributária existente em 30 de dezembro de 2025, discriminada por exercício.

Seção III
Da Geração de Despesas

Art. 3º. Fica desautorizada a geração de despesas novas a partir do dia 01 de dezembro de 2025, até o enceramento do corrente exercício, sem autorização da Prefeita, exceto as despesas necessárias ao cumprimento do art. 212 da Constituição Federal e ao art. 7º da Lei Complementar nº 141, de 2012, relativos à aplicação dos percentuais mínimos na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde, com programação autorizada.
Art. 4º. Casos emergenciais e situações de excepcional interesse público que ensejem a realização de despesa após a data limite, estabelecida neste Decreto, necessitam de autorização específica da Prefeita.

CAPÍTULO II
Das Disposições Gerais
Seção I
Dos Empenhos de Despesa
Art. 5º. Fica estabelecida a data limite de 10 de dezembro de 2025, para emissão de Empenhos, ressalvadas as seguintes situações:
I - Contratos e convênios com obrigações ainda neste exercício, com recursos depositados em conta;
II - Despesas de pessoal, incluídos os encargos sociais;
III - Despesas com precatórios e amortização da dívida consolidada pública;
IV - Despesas para acudir situações emergenciais e de excepcional interesse público, ordenadas pela Prefeita após aceitar as justificativas dos interessados;
V - Despesas para atender ao ensino e à saúde que sejam necessárias ao cumprimento dos percentuais mínimos estabelecidos na legislação.
Art. 6º. Fica estabelecida a data limite de 30 de dezembro de 2025 para anulação de saldos de empenhos estimativos e globais emitidos no corrente exercício, exceto com fontes de recursos vinculados.
Seção II
Dos Pagamentos
Art. 7º. As despesas regularmente liquidadas poderão ser pagas até o dia 29 (vinte e nove) de dezembro de 2025, consoante programação aprovada.

Seção III
Dos Inventários
Art. 8º. Os órgãos encarregados do controle de bens móveis e imóveis e do controle dos materiais de almoxarifado deverão providenciar os inventários respectivos, para entregá-los à Contabilidade até 30 de dezembro de 2025, consoante disposições do art. 96 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.
Art. 9. As disposições do art. 8º também abrangem a elaboração de inventários de medicamentos, gêneros alimentícios, material de expediente, material de limpeza e outros nas unidades administrativas municipais.
Seção IV
Disposições Gerais
Art. 10. Não deverão ser contraídas despesas que não possam ser pagas integralmente dentro do exercício financeiro ou inscritas em restos a pagar, sem que haja disponibilidade financeira para seu cumprimento.
Art. 11. Tem precedência o pagamento das despesas relativas as contribuições previdenciárias, precatórios, débitos com a União, pessoal e outros estabelecidos em lei.
Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, 04 de dezembro de 2025.

MARIA IZALTA SILVA LOPES GAMA
Prefeita

Publicado por:
Claudener Cordeiro de Lima
Código Identificador:D878B2E3

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE INAJÁ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATOS Nº 014/2021

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 014/2021

CONTRATO Nº. 014/2021
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 014/2021
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 002/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

CONTRATADA: CLS CONSTRUÇÕES LOCAÇÕES E SERVIÇOS - EPP, INSCRITA NO CNPJ Nº. 21.921.643/0001-48, COM SEDE À AV AGAMENON MAGALHAES, 1019 PAVMTO4A SALA 401 –MAURÍCIO DE NASSAU – CARUARU - PE, NESTE PELO SEU PROPRIETÁRIO O SR. ANDERSON GONCALVES ROQUE, NACIONALIDADE BRASILEIRA, NASCIDO EM 24/10/1990, CASADO EM COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, EMPRESÁRIO, CPF Nº 084.289.624-48, CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO Nº 04537604096, ÓRGÃO EXPEDIDOR DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DETRAN - PE, RESIDENTE E DOMICILIADO NO AVENIDA MONSENHOR PEDRO MAGNO GODOY, 454, CASA ESQUINA, BAIRRO FRANCISCO SIMAO DOS SANTOS FI, GARANHUNS, PE, CEP 55291665.

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para a conservação e limpeza urbana do município de Inajá PE, conforme Projeto/Termo de referência anexo do Edital, contemplando seus distritos e povoados, conforme projeto nos autos**,**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

11100 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
1545200462.021 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA
33903900 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

PRAZO: 19 de outubro de 2026
VALOR: com o valor global em R$ R$ 1.662.928,32 (um milhão seiscentos e sessenta e dois mil, novecentos e vinte e oito reais e trinta e dois centavos)
DATA: 17/10/2025

MARCELO MACHADO FREIRE
Prefeito

Publicado por:
Alexsandro Gomes Silva
Código Identificador:1E694C8B

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE IPOJUCA

CÂMARA MUNICIPAL DO IPOJUCA
ERRATA DO EDITAL DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023.

Onde se Lê: CONSIDERANDO que a Câmara fez realizar no dia 24/09/2023 o Concurso Público nos termos do Edital nº 01/2023, destinado ao ingresso no quadro permanente para os cargos de Analista em Tecnologia de Informação, Analista de Auditoria e Controle de Contas, Analista Legislativo, Analista em Comunicação e Contador.
Leia-se: CONSIDERANDO que a Câmara fez realizar no dia 24/09/2023 o Concurso Público nos termos do Edital nº 01/2023.

Ipojuca, 04 de dezembro de 2025.

EDUARDO CLEITON DE SANTANA
Presidente Interino da Câmara Municipal do Ipojuca

Publicado por:
Mônica Valéria Soares da Silva
Código Identificador:321B98F2

PREFEITURA DO IPOJUCA-GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2285, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025

Dá nova redação aos Anexos I e II da Lei nº 1.484, de 18 de março de 2008, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO IPOJUCA, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Os Anexos I e II da Lei nº 1.484, de 18 de março de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

Anexo I da Lei nº 1.484/2008

TABELA DE VENCIMENTOS DA CARREIRA DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE		
CLASSE	NÍVEL	SALÁRIO (R$) - 40h semanal
D	16	R$ 4.962,97
	15	R$ 4.841,90
	14	R$ 4.723,80
	13	R$ 4.608,60
C	12	R$ 4.389,15
	11	R$ 4.282,10
	10	R$ 4.177,67
	9	R$ 4.075,77
B	8	R$ 3.881,69
	7	R$ 3.787,02
	6	R$ 3.694,67
	5	R$ 3.604,56
A	4	R$ 3.432,91
	3	R$ 3.348,52
	2	R$ 3.266,64
	1	R$ 3.187,80

Anexo II da Lei nº 1.484/2008

TABELA DE VENCIMENTOS DA CARREIRA DO AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS		
CLASSE	NÍVEL	SALÁRIO (R$) - 40h semanal
D	16	R$ 4.962,97
	15	R$ 4.841,90
	14	R$ 4.723,80
	13	R$ 4.608,60
C	12	R$ 4.389,15
	11	R$ 4.282,10
	10	R$ 4.177,67
	9	R$ 4.075,77
B	8	R$ 3.881,69
	7	R$ 3.787,02
	6	R$ 3.694,67
	5	R$ 3.604,56
A	4	R$ 3.432,91
	3	R$ 3.348,52
	2	R$ 3.266,64
	1	R$ 3.187,80

Art. 2º valores constantes nos Anexos I e II da Lei nº 1.484, de 18 de março de 2008, ora atualizados, abrangem, além da recomposição do vencimento-base estabelecido pelo art. 1º da Lei nº 2.193, de 08 de agosto de 2024, o reajuste de 5% (cinco por cento), equiparando-se ao percentual concedido aos vencimentos dos servidores públicos efetivos integrantes do quadro permanente da Administração Pública Municipal.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipojuca/PE, 04 de dezembro de 2025.

CARLOS JOSÉ DE SANTANA
Prefeito do Município do Ipojuca

Chancela:

BRUNO DE FARIAS TEIXEIRA
Procurador Geral do Município de Ipojuca

Publicado por:
Pedro José da Silva Junior
Código Identificador:27175571

PREFEITURA MUNICIPAL DO IPOJUCA - DIRETORIA DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO N° 40/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DO IPOJUCA
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 302/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N° 40/2025

Comissão: Comissão: CPL/PMI. Objeto Nat. Serviço. Tipo: MENOR PREÇO. O Agente de Contratação, instituída pela Portaria nº 004/2025, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, o Decreto Municipal nº 1051/2025, demais legislações pertinentes, e com as condições estabelecidas no edital, encontra-se aberto o Processo Administrativo nº 302/2025, Processo Licitatório nº 302/2025 sob a Modalidade Pregão Eletrônico nº 040/2025, cujo objeto escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de materiais de apoio para manutenção e atendimento do Programa Academia da Saúde nos polos e apoio às ações das unidades de saúde, mediante licitação na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento. Valor estimado: **R$ 58.314,65 (CINQUENTA E OITO MIL TREZENTOS E QUATORZE REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS).** Prazo para apresentação de Propostas de Preços: no período de 08/12/2025 até 19/12/2025, as 9:00 horas através do Sistema eletrônico utilizado: Bolsa Nacional de Compras – BNC, através do endereço eletrônico: http://bnc.org.br/sistema/. Data da sessão de disputa: 19/12/2025 às 10h:00min (horário de Brasília/DF). Os interessados deverão obter da Bolsa Nacional de Compras - BNC, o login pessoal de acesso ao sistema. O edital encontra-se à disposição dos interessados na CPL, solicitado pelo e-mail ipojuca.licitacao@gmail.com, no site da prefeitura em https://www.ipojuca.pe.gov.br/ ou no site do BNC: http://bnc.org.br/sistema/. Município de Ipojuca, 04 de DEZEMBRO de 2025.

GIVANILDO MEDEIROS DO NASCIMENTO
Pregoeiro

Publicado por:
Givalnildo Medeiros do Nascimento
Código Identificador:07DED2F0

PREFEITURA MUNICIPAL DO IPOJUCA - DIRETORIA DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO- INEXIGIBILIDADE Nº. 209/2025

TERMO DE RATIFICAÇÃO

RATIFICO, em todos os seus termos, o **Processo Administrativo N.º 341/2025, Processo de Inexigibilidade Nº. 209/2025,** cujo objeto é Contratação da atração artística **LÉO FOGUETE** com o objetivo de realizar uma apresentação no dia 29/12/2025, na Festa de Santo Cristo, a ser efetivada com a Pessoa Jurídica **LÉO FOGUETE PRODUÇÕES LTDA, CNPJ N.º 57.788.131/0001-00**, representante da atração artística **LÉO FOGUETE,** no valor de R$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais).

Fundamentação Legal: Art. 74, inciso II (Lei nº 14.133/2021).

Nessa oportunidade, determino a publicação deste ato e AUTORIZO o empenho dos Recursos que farão face às despesas da contratação.

Ipojuca, 04 de dezembro de 2025.

AMANDA MARIA DA COSTA ARAÚJO
Secretária Municipal de Cultura

Publicado por:
Givalnildo Medeiros do Nascimento
Código Identificador:64127E1D

PREFEITURA MUNICIPAL DO IPOJUCA - DIRETORIA DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2024

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 09/2024

O **MUNICÍPIO DO IPOJUCA**, através do Fundo Municipal de Assistência Social, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Vereador Antônio Bonifácio, n.º 85, Centro, Ipojuca/PE, regularmente inscrito no CNPJ/MF sob o no 15.277.172/0001-84, que tem como gestora a **Sra. Helena Patrícia Costa Alves,** portadora do RG de nº xxxx826 SSP/PE e CPF nº 028.xxx.xxx-10, no exercício de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no Processo Licitatório nº **329/2025**, especialmente na autorização do Órgão Gerenciador **Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Potiguar**, na Anuência do prestador **O MOVELEIRO CIA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.773.990/0001-02 e no **Parecer Técnico nº 358/2025 - CGM e Despacho da Procuradoria**, **AUTORIZA e RATIFICA a adesão Nº 035/2025, à Ata de Registro de Preços nº 09/2024**, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024** – **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2024**, gerenciada pelo **Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Potiguar,** nos termos seguintes:

Adesão a Ata de Registro de Preços: 09/2024

Vigência da Ata: 12 meses

Órgão Gerenciador/Concedente: Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Potiguar – CNPJ nº 19.322.223/0001-01

Órgão Aderente: Fundo Municipal de Assistência Social – CNPJ nº 15.277.172/0001-84

Empresa detentora do registro: O MOVELEIRO CIA LTDA, Objeto: Adesão a Ata de Registro de Preços nº 09/2024, Pregão Eletrônico nº 04/2024 e Processo Administrativo Nº 019/2024, para contratação de pessoa jurídica para AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE (ELETROMÓVEIS), para atender as demandas dos equipamentos vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social.

Valor total da adesão**:** R$664.127,56 (seiscentos e sessenta e quatro mil, cento e vinte e sete reais e cinquenta e seis centavos) para 12 meses.

Ipojuca, 04 de dezembro de 2025.

HELENA PATRÍCIA COSTA ALVES
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Reniele Silva de Oliveira
Código Identificador:79E9B89C

PREFEITURA MUNICIPAL DO IPOJUCA - DIRETORIA DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 033/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 340/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DO IPOJUCA

TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 033/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 340/2025

Objeto: Aquisição de biorremediador biológico, em forma de pó, com base em microrganismos do gênero Bacillus, destinados à biorremediação de efluentes domésticos, com vistas à redução da carga orgânica e neutralização de odores no sistema de tratamento de esgoto do Município de lpojuca.

EMPRESA VENCEDORA: NORDESTE AMBIENTAL RECIFE LTDA inscrita no CNPJ nº 49.871.081/0001-94 **no valor global de R$ 12.420,00 (doze mil e quatrocentos e vinte reais).**

A autoridade municipal do órgão do MUNICIPIO DE IPOJUCA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) EDITAL, e suas alterações, resolve ADJUDICAR/HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Pregoeira/Agente de Contratação no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado**.**

Ipojuca/PE, 04 de dezembro de 2025

LUCAS FELIPE FERREIRA
Secretário de Infraestrutura e Serviços Municipais
Autoridade Competente

Publicado por:
Clarisse Alexandre Teixeira Lopes
Código Identificador:7CBC046F

PREFEITURA MUNICIPAL DO IPOJUCA - DIRETORIA DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2025 PROCESSO ADM: Nº 236/2025

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CADASTRAMENTO GEORREFERENCIADO, COM COLETA EM CAMPO E CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DOS COMPONENTES DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE IPOJUCA/PE.

Empresas vencedoras valor total: R$ 464.314,20(quatrocentos e sessenta e quatro mil e trezentos e quatorze reais e vinte centavos):**INOVAT ENGENHARIA LTDA**(27307280000131) com os lotes: 1 no valor total de R$ 464.314,20 (quatrocentos e sessenta e quatro mil e trezentos e quatorze reais e vinte centavos).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE IPOJUCA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) CONFORME EDITAL, e suas alterações, resolve ADJUDICAR/HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

IPOJUCA (PE), quinta-feira, 4 de dezembro de 2025

LUCAS FELIPE FERREIRA
Autoridade Competente

Publicado por:
Givalnildo Medeiros do Nascimento
Código Identificador:5E9715BF

PREFEITURA MUNICIPAL DO IPOJUCA - DIRETORIA DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº. 212/2025

RATIFICO, em todos os seus termos, o **Processo Administrativo N.º 348/2025, Processo de Inexigibilidade Nº. 212/2025,** cujo objeto é Contratação da atração artística **BANDA GRAFITH** com o objetivo de realizar de uma apresentação no dia 30/12/2025, na Festa de Santo Cristo, a ser efetivada com a Pessoa Jurídica **BANDA GRAFITH PRODUÇÕES E PROMOÇOES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ N.º 05.088.013/0001-88** representante da atração artística **LIPE LUCENA,** no valor de R$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais).

Fundamentação Legal: Art. 74, inciso II (Lei nº 14.133/2021).

Nessa oportunidade, determino a publicação deste ato e AUTORIZO o empenho dos Recursos que farão face às despesas da contratação.

Ipojuca, 05 De Dezembro De 2025

AMANDA MARIA DA COSTA ARAUJO
Secretaria Municipal de Cultura

Publicado por:
Givalnildo Medeiros do Nascimento
Código Identificador:8BD8866B

PREFEITURA MUNICIPAL DO IPOJUCA - DIRETORIA DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 337/2025, PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 207/2025

TERMO DE RATIFICAÇÃO

RATIFICO, em todos os seus termos, o **Processo Administrativo N.º 337/2025, Processo de Inexigibilidade Nº. 207/2025,** cujo objeto é Contratação da atração artística **VITOR FERNANDES** com o objetivo de realizar uma apresentação no dia 30/12/2025, na Festa de Santo Cristo, a ser efetivada com a Pessoa Jurídica Jurídica **VF SHOWS PRODUÇÕES LTDA, CNPJ N.º 39.269.483/0001-60** representante da atração artística **VITOR FERNANDES,** no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Fundamentação Legal: Art. 74, inciso II (Lei nº 14.133/2021).

Nessa oportunidade, determino a publicação deste ato e AUTORIZO o empenho dos Recursos que farão face às despesas da contratação.

Ipojuca, 05 de dezembro de 2025.

AMANDA MARIA DA COSTA ARAÚJO
Secretária Municipal de Cultura

Publicado por:
Clarisse Alexandre Teixeira Lopes
Código Identificador:E8EF13D1

PREFEITURA MUNICIPAL DO IPOJUCA - DIRETORIA DE LICITAÇÃO
TERMO DE REVOGAÇÃO

ERRATA TERMO DE REVOGAÇÃO PL Nº 144/2022 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 003/2025 (COD. IDENTICADOR-12E0332A – EDIÇÃO 3985)

ONDE SE LÊ:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPOJUCA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.
O Município do Ipojuca através da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Municipais, torna pública a revogação do**Processo Licitatório nº 144/2025**- CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA DE N.º 003/2025, que objetivava a contratação de empresa especializada de engenharia para elaboração de projetos executivos para contenção de encostas, escadarias e urbanização de vazios urbanos no município do Ipojuca. A decisão fundamenta-se na Medida Cautelar do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), nos autos do Processo nº 25101471-0, que determinou a suspensão da licitação em razão de irregularidades determinadas na deliberação interlocutória da lavra do Conselheiro Eduardo Lyra Porto. A revogação ocorre nos termos do artigo 71, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, visando garantir transparência, economicidade e interesse público.

LEIA-SE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPOJUCA - SECRETARIA DE MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS MUNICIPAIS.
O Município do Ipojuca através da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Municipais, torna pública a revogação do**Processo Licitatório nº 144/2025**- CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA DE N.º 003/2025, que objetivava a contratação de empresa especializada de engenharia para elaboração de projetos executivos para contenção de encostas, escadarias e urbanização de vazios urbanos no município do Ipojuca. A decisão fundamenta-se na Medida Cautelar do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), nos autos do Processo nº 25101471-0, que determinou a suspensão da licitação em razão de irregularidades determinadas na deliberação interlocutória da lavra do Conselheiro Eduardo Lyra Porto. A revogação ocorre nos termos do artigo 71, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, visando garantir transparência, economicidade e interesse público.

Ipojuca, 04 de dezembro de 2025.

LUCAS FELIPE FERREIRA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Municipais.

Publicado por:
Tyone Patricia Albuquerque Ferreira
Código Identificador:CEC81D47

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ITAÍBA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 009/2025

AVISO DE DISPENSA Nº 009/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2025.NATUREZA DO OBJETO: compra OBJETO: Aquisição de fogos de artifício, de alta qualidade e efeitos visuais variados para serem utilizados nas comemorações, solenidades e datas festivas de acordo com a LEI Nº 17.195, DE 8 DE ABRIL DE 2021, conforme calendário das festividades do Município de Itaíba/PE. VALOR DE REFERENCIA: R$ 50.134,78 (Cinquenta mil cento e trinta e quatro reais e setenta e oito centavos). DATA: 12/12/2025. Horário da Fase de Lances: 9hs:00min às 14hs:00min. LOCAL PARA RETIRADA DO EDITAL E SEUS ANEXOS: o edital completo está disponível para consulta e cópia na internet no site: www.portaldecompraspublicas.com.br. Itaíba/PE, 05 de dezembro de 2025.

ARNON VIEIRA RAMOS LEITE
Secretário Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico

Publicado por:
Elimarcos Ramos da Silva
Código Identificador:571F9430

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ITAMBÉ

PREFEITURA DE ITAMBÉ - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 05/2025 - APROVAÇÃO DO PROJETO PROCAD – SUAS E DO PROJETO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO, PARA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE COFINANCIAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

RESOLUÇÃO Nº 05/2025, 04 de dezembro de 2025.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO PROCAD – SUAS E DO PROJETO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO, APRESENTADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAMBÉ, PARA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE COFINANCIAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Itambé – CMAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica da

Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993), pela Lei Municipal nº 1.574/2007.
Considerando a apresentação do Projeto PROCAD – SUAS, pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Itambé, destinado ao fortalecimento das ações socioassistenciais no âmbito da proteção social;
Considerando a apresentação do Projeto de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade), pela mesma Secretaria, para execução conforme preconiza o SINASE e as normativas do SUAS;

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o **Projeto PROCAD – SUAS**, conforme proposta apresentada pela **Secretaria Municipal de Assistência Social de Itambé**, autorizando a utilização dos recursos de Cofinanciamento Federal destinados ao fortalecimento dos serviços socioassistenciais.
Art. 2º Aprovar o **Projeto de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (LA e PSC)**, com data retroativa de 01 de outubro de 2025, autorizando a execução das ações e a aplicação dos recursos provenientes do Cofinanciamento Estadual, conforme normas vigentes.
Art. 3º A execução dos projetos deverá observar integralmente as legislações da Política de Assistência Social, as normativas do SUAS, do SINASE e demais dispositivos aplicáveis.
Art. 4º O CMAS exercerá o acompanhamento, controle e fiscalização da execução dos projetos e da aplicação dos recursos, conforme sua competência legal.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.
Itambé, de 04 de Dezembro de 2025.

SABRINA SOUZA RODRIGUES CAVALCANTE
Presidente do Conselho de Assistência Social de Itambé - PE

Publicado por:
Sthefany Pontes do Nascimento França
Código Identificador:C0A8DD88

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ- CPL
AVISO DE DISPENSA DE VALOR Nº 030/2025

AVISO DE DISPENSA DE VALOR Nº 030/2025
CONTRATANTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ-PE
OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a **Contratação de empresa especializada na locação e cessão de direito de uso de licença de sistema informatizado de controle e gestão de consumo de combustíveis da frota da Prefeitura Municipal de Itambé/PE e todos os Fundos Municipais, com implantação, treinamento, suporte técnico contínuo e acesso via plataforma Web e Mobile (Android e iOS), cujas especificações estão descritas no Anexo II – Termo de Referência,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
A estimativa de preços para esta contratação será realizada concomitantemente a seleção do fornecedor, consoante prerrogativa do §4º do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.
PERÍODO DE PROPOSTAS
De **05/12/2025** às **8h**
Até **11/12/2025** às **09h**
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM
A proposta de Preços e as documentações deverão ser entregue no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Itambé, situado a Rua Josué de Castro, 84, centro, Itambé-PE, CEP: 55.920-000, no horário de 08:00 às 13:00, em dias úteis ou pelo Email:pmilicitacao2024@gmail.com até a data limite.
O Aviso de Dispensa/Termo de Referência e anexos estará disponível através do E-mail: pmilicitacão2024@gmail.com. Outras informações poderão ser obtidas na Sala da CPL, sito a Rua Josué de Castro, 84, centro, Itambé-PE, CEP: 55.920-000, no horário das 08h:00 às 13h:00 de segunda a sexta feira.
Itambé-PE, 03 de dezembro de 2025.

FATIMA CRISTINA MATIAS DE ANDRADE.
Agente de Contratação do Município de Itambé-PE.

Publicado por:
Camila Cavalcante de Melo Rocha
Código Identificador:A5310596

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 40/2025 - ALTERA O DECRETO Nº0117/2022, REESTRUTURA O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - CACS FUNDEB.

DECRETO MUNICIPAL Nº 40/2025

DECRETO Nº 040/2025

Altera o Decreto nº0117/2022, regulamentando o art.4º, da Lei Municipal nº1.866/2021, alterada pela Lei nº14.113 de 25.12.2020, que Reestrutura o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS FUNDEB, do Município de Itambé - PE, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAMBÉ – PE, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições e com embasamento no art.93, I, "a", da Lei Orgânica Municipal, consubstanciado no art.4º, da Lei Municipal nº1.866/2021, de 28 de maio de 2021, que Reestrutura o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS FUNDEB, do Município de Itambé - PE , e dá outras providências; considerando que o decreto é o instrumento jurídico apropriado à regulamentação de leis,

DECRETA:

Art.1º Ficam alteradas as alíneas "i" e "j" do art.1º, do Decreto nº0117/2022, que regulamenta o art.4º da Lei Municipal nº1.866/2021, que Reestrutura o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS FUNDEB, do Município de Itambé - PE, o qual passa a ter seguinte composição:

Art.1º.....
i)Representantes da Sociedade Civil Organizada - TITULAR;
Washington Santos da Silva - CPF085.454.854-84

j) Representantes das Escolas do Campo – SUPLENTE
Sirlando Soares da Costa Júnior - CPF106.644.564-80

Art.2º Este Decreto retroagirá a data de 03.09.2025.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itambé, 01 de dezembro de 2025.

ARMANDO PIMENTEL DA ROCHA
Prefeito

Publicado por:
Sthefany Pontes do Nascimento França
Código Identificador:22772EDC

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ITAPETIM

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL N.º 638/2025.

Cria o nome da exposição de animais na cidade de Itapetim-PE, para receber a denominação de "EXPOITA", dando outras providências.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ITAPETIM, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das suas legais atribuições, na forma estabelecida na Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica denominada a exposição de animais de Itapetim-PE de "EXPOITA", que ocorrerá anualmente neste Município.

Art. 2º - A cada ano será escolhido um homenageado, alguém que contribuí ou contribuiu para o agronegócio do município, para levar o nome da "'EXPOITA - (Nome do homenageado)".

Art. 3º - a "EXPOITA" de 2025 tenha o nome de "**EXPOITA Martinho Ferreira dos Santos**".

Art. 4º - Essa Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário

Itapetim-PE, em 03 de dezembro de 2025.

ALINE KARINA ALVES DA COSTA
Prefeita

Publicado por:
Cleber Dilson de Andrade Lima
Código Identificador:81179F63

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL N.º 639/2025.

Institui o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), no âmbito do Município de Itapetim, Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ITAPETIM, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das suas legais atribuições, na forma estabelecida na Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ela sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e a composição do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), por meio do qual o Poder Público municipal, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e à segurança alimentar e nutricional, no âmbito do Município de Itapetim.

Art. 2º A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos demais direitos consagrados na Constituição Federal, competindo ao Poder Público municipal adotar as políticas públicas e ações necessárias para promover, respeitar, proteger e garantir a segurança alimentar e nutricional da população de Itapetim.
§ 1º A adoção dessas políticas e ações deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais, bem como a equidade no acesso da população à alimentação adequada.
§ 2º É dever do Poder Público municipal respeitar, proteger, promover e prover o direito à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Art. 4º A segurança alimentar e nutricional abrange:
I – a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos e arranjos de compra e venda, do abastecimento e da distribuição de alimentos, incluindo-se a água, bem como das medidas que mitiguem o risco de escassez de água potável, da geração de emprego e da redistribuição da renda;
II – a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais;
III – a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;
IV – a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como o seu adequado aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica, racial e cultural da população;
V – a produção de conhecimento e o acesso à informação sobre alimentação adequada e saudável, segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada; e
VI – a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, abastecimento, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País e da região;
VII – a formação de estoques reguladores e estratégicos de alimentos, observada a legislação aplicável.

Art. 5º A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional requer o respeito à soberania alimentar, que confere aos povos e às comunidades a primazia de suas decisões sobre a produção, o abastecimento e o consumo de alimentos, em consonância com a legislação vigente e com as políticas públicas municipais, estaduais e federais.

Art. 6º O Município de Itapetim deverá empenhar-se na promoção de cooperação técnica e na articulação de ações com o Estado de Pernambuco, com a União e com outros Municípios, contribuindo para a realização do direito humano à alimentação adequada e para o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional no plano regional, estadual e nacional.

CAPÍTULO II
DO SISTEMA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Art. 7º A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional da população de Itapetim far-se-á por meio do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), integrado por um conjunto de órgãos e entidades da administração pública municipal e pelas instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, afetas à segurança alimentar e nutricional, que manifestem interesse em integrar o Sistema, respeitada a legislação aplicável.
§ 1º A participação no SISAN de que trata este artigo deverá obedecer aos princípios e diretrizes do Sistema e será definida a partir de critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) e pela Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) Municipal.
§ 2º Os órgãos responsáveis pela definição dos critérios de que trata o parágrafo 1º deste artigo poderão estabelecer requisitos distintos e específicos para os setores público e privado, nos termos da legislação vigente.

§ 3º Os órgãos e entidades públicos ou privados que integram o SISAN o farão em caráter interdependente, assegurada a autonomia dos seus processos decisórios.
§ 4º O dever do Poder Público municipal não exclui a responsabilidade das entidades da sociedade civil integrantes do SISAN.

Art. 8º O SISAN reger-se-á pelos seguintes princípios:
I – universalidade e equidade no acesso à alimentação adequada, sem qualquer espécie de discriminação;
II – preservação da autonomia e respeito à dignidade das pessoas;
III – participação e controle social na formulação, execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas, planos, programas e ações de segurança alimentar e nutricional; e
IV – transparência dos programas, das ações e dos recursos públicos e privados e dos critérios para sua concessão e controle.

Art. 9º O SISAN tem como base as seguintes diretrizes:
I – promoção da intersetorialidade das políticas, programas e ações governamentais e não governamentais relacionadas à segurança alimentar e nutricional;
II – descentralização das ações e articulação, em regime de colaboração, entre as diferentes esferas de governo, observada a legislação aplicável;
III – monitoramento da situação alimentar e nutricional, visando subsidiar o ciclo de gestão das políticas para a área no âmbito municipal e sua articulação com as demais esferas de governo;
IV – conjugação de medidas diretas e imediatas de garantia de acesso à alimentação adequada com ações que ampliem a capacidade de subsistência autônoma da população;
V – articulação entre planejamento, orçamento e gestão das ações de segurança alimentar e nutricional; e
VI – estímulo ao desenvolvimento de pesquisas, estudos, formação e capacitação de recursos humanos voltados à segurança alimentar e nutricional.

Art. 10. O SISAN tem por objetivos:
I – formular e implementar políticas e planos municipais de segurança alimentar e nutricional, em consonância com as deliberações das conferências de segurança alimentar e nutricional e com a legislação federal e estadual aplicável;
II – estimular a integração dos esforços entre o Poder Público e a sociedade civil, de modo a assegurar o direito humano à alimentação adequada e o enfrentamento da fome, da desnutrição e de outras formas de insegurança alimentar e nutricional; e
III – promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional no Município de Itapetim, bem como das políticas, planos, programas e ações a ela relacionados.

Art. 11. Integram o SISAN, no âmbito do Município de Itapetim:
I – a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, instância responsável pela indicação ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como pela avaliação do SISAN no âmbito municipal;
II – o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), órgão colegiado de caráter consultivo e de assessoramento imediato à Prefeita Municipal, responsável, entre outras, pelas seguintes atribuições:
a) convocar a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, com periodicidade não superior a 4 (quatro) anos, bem como definir seus parâmetros de composição, organização e funcionamento, por meio de regulamento próprio;
b) propor ao Poder Executivo Municipal, considerando as deliberações da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, as diretrizes e prioridades da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo-se requisitos orçamentários para sua consecução;
c) articular, acompanhar e monitorar, em regime de colaboração com os demais integrantes do Sistema, a implementação e a convergência de ações inerentes à Política e ao Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
d) definir, em regime de colaboração com a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) Municipal, os critérios e procedimentos de adesão ao SISAN no âmbito do Município de Itapetim;
e) instituir mecanismos permanentes de articulação com órgãos, conselhos e entidades congêneres de segurança alimentar e nutricional em outros Municípios, no Estado de Pernambuco e na União, com a finalidade de promover o diálogo e a convergência das ações que integram o SISAN; e
f) mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil na discussão, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e ações de segurança alimentar e nutricional.
III – a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) Municipal, instância governamental de gestão intersetorial, responsável por articular e integrar os órgãos e entidades da administração pública municipal afetos à área de segurança alimentar e nutricional, com as seguintes atribuições, dentre outras:
a) elaborar, a partir das diretrizes emanadas do COMSEA, a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando diretrizes, metas, fontes de recursos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;
b) coordenar a execução da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, mediante interlocução permanente com o COMSEA e com os órgãos executores de ações e programas de segurança alimentar e nutricional; e
c) apresentar relatórios e informações ao COMSEA, necessários ao acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
IV – os órgãos e entidades da administração pública municipal direta e indireta responsáveis pela execução de ações e programas relacionados à segurança alimentar e nutricional; e
V – as instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse em integrar o SISAN e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do Sistema, nos termos regulamentados pelo Poder Executivo Municipal.
§ 1º A Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será convocada pela Prefeita Municipal, com periodicidade não superior a 4 (quatro) anos, com a finalidade de:
I – avaliar a situação da segurança alimentar e nutricional no Município de Itapetim;
II – propor diretrizes e prioridades para a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; e
III – indicar delegados e propostas para as conferências estadual e nacional de segurança alimentar e nutricional, quando couber.
§ 2º O COMSEA será composto a partir dos seguintes critérios:
I – 1/3 (um terço) de representantes governamentais, constituídos por órgãos e entidades da administração pública municipal com atribuições relacionadas à segurança alimentar e nutricional;
II – 2/3 (dois terços) de representantes da sociedade civil, eleitos em conferência municipal ou em processo definido em regulamento próprio; e
III – observadores, podendo incluir representantes de conselhos municipais afins, de organismos municipais, de instituições de ensino e pesquisa e de órgãos externos, tais como o Ministério Público, convidados para colaborar com os trabalhos do Conselho.
§ 3º O COMSEA será presidido por um de seus integrantes, preferencialmente representante da sociedade civil, eleito entre seus pares, cabendo à plenária do Conselho, na mesma sessão, organizar-se para eleição da vice-presidência e do secretariado geral, na forma do regimento interno.
§ 4º Na ausência do presidente, assumirá a condução da reunião o vice-presidente e, na ausência de ambos, o secretário-geral.
§ 5º A atuação dos conselheiros, efetivos e suplentes, no COMSEA será considerada serviço de relevante interesse público e não remunerada, vedado o pagamento de qualquer espécie de jeton.
§ 6º A Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) Municipal será presidida pelo titular da Secretaria Municipal de Assistência Social ou outro órgão que vier a ser definido em regulamento, cabendo a esta mesma Secretaria exercer a função de Secretaria-Executiva da CAISAN Municipal.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 12. O Poder Executivo Municipal adotará as providências necessárias para a instalação e o pleno funcionamento do COMSEA, da Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) Municipal e da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei, inclusive com a edição dos atos regulamentares e a indicação dos representantes governamentais e da sociedade civil.
Parágrafo único. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapetim-PE, em 03 de dezembro de 2025.

ALINE KARINA ALVES DA COSTA
Prefeita

Publicado por:
Cleber Dilson de Andrade Lima
Código Identificador:3EE636B2

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL N.º 641/2025.

Dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal de Itapetim e dá outras providências

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ITAPETIM, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das suas legais atribuições, na forma estabelecida na Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ela sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal direta e indireta de Itapetim, visando à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins públicos.
§ 1º Submetem-se ao disposto nesta Lei os órgãos da Administração direta, as autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente, pelo Município, já existentes ou que vierem a ser criadas.
§ 2º As disposições desta Lei aplicam-se, no que couber, aos processos administrativos de natureza especial, sem prejuízo de normas específicas previstas na legislação própria.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:
I – processo administrativo: a sucessão ordenada de atos tendentes à formação, instrução e decisão de matéria de competência da Administração Pública Municipal;
II – procedimento: o rito adotado para o desenvolvimento do processo administrativo;
III – órgão: unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta ou indireta;
IV – entidade: pessoa jurídica integrante da Administração indireta municipal;
V – autoridade: agente público com poder de decisão no processo;
VI – agente público: todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, cargo, emprego ou função pública municipal;
VII – interessado: pessoa física ou jurídica que tenha direitos ou interesses próprios, individuais ou coletivos, afetados pelo processo, bem como as associações de classe ou entidades representativas na defesa de interesses de seus membros.

Art. 3º O processo administrativo observará, entre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica, motivação, proteção da confiança legítima, contraditório e ampla defesa, bem como os demais previstos na Constituição Federal e na legislação aplicável.

TÍTULO II
DOS DIREITOS E DEVERES DOS ADMINISTRADOS E DA ADMINISTRAÇÃO
Art. 4º São direitos dos administrados perante a Administração Pública Municipal, sem prejuízo de outros previstos em lei:
I – ser tratados com respeito e urbanidade pelas autoridades e servidores;
II – obter informações claras sobre a tramitação dos processos em que figurem como interessados, com vista aos autos e obtenção de cópias, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo;
III – formular pedidos, apresentar documentos e alegações, produzir provas, acompanhar o andamento do processo e interpor recursos;
IV – ser cientificados das decisões administrativas que afetem direitos ou interesses;
V – ter resguardados seus dados pessoais, em conformidade com a legislação de proteção de dados e normas de segurança da informação.

Art. 5º São deveres dos administrados:
I – expor os fatos de forma verdadeira;
II – colaborar com a Administração na instrução do processo, sempre que necessário ao esclarecimento dos fatos;
III – cumprir prazos, obrigações e condições estabelecidas na legislação e nos atos do processo.

Art. 6º A Administração Pública Municipal tem o dever de:
I – atuar de forma objetiva e transparente, buscando a decisão justa e oportuna;
II – prestar informações adequadas ao administrado, inclusive por meios eletrônicos;
III – impulsionar de ofício a tramitação dos processos, evitando dilações indevidas;
IV – respeitar e garantir o exercício do contraditório, da ampla defesa e dos recursos cabíveis;
V – observar a boa-fé, a lealdade institucional e o formalismo moderado, evitando exigências meramente formais que impeçam a solução de mérito.

TÍTULO III
DA INSTAURAÇÃO E DA TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS

Art. 7º O processo administrativo pode ser iniciado:
I – de ofício, pela própria Administração;
II – a pedido de interessado, mediante requerimento escrito ou eletrônico dirigido à autoridade competente.

Art. 8º O requerimento inicial deverá conter, sempre que possível:
I – identificação do interessado ou de seu representante;
II – exposição dos fatos e fundamentos;
III – pedido, de forma clara e objetiva;
IV – indicação de endereço físico ou eletrônico para recebimento de comunicações.
Parágrafo único. A ausência de algum dos elementos poderá ser suprida pela Administração, que orientará o interessado a completá-los, quando necessário.

Art. 9º Protocolo apresentado a órgão ou entidade incompetente será, de ofício, encaminhado à unidade competente, comunicando-se o fato ao interessado, permanecendo válida a data do protocolo original para fins de contagem de prazo.

Art. 10. Os processos administrativos terão tramitação prioritária quando:
I – envolverem saúde, educação, assistência social ou segurança de pessoas em situação de vulnerabilidade;
II – disserem respeito a pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, pessoas com deficiência ou doenças graves, comprovadas nos autos;
III – houver determinação legal ou judicial.

TÍTULO IV
DA COMPETÊNCIA, DELEGAÇÃO E AVOCAÇÃO

Art. 11. A competência é irrenunciável e será exercida pela autoridade a quem foi atribuída como própria, salvo as hipóteses de delegação e avocação previstas nesta Lei.

Art. 12. É permitida a delegação de competência entre órgãos ou autoridades, ainda que não haja subordinação hierárquica direta, quando conveniente em razão de circunstâncias técnicas, administrativas, sociais, econômicas, jurídicas ou territoriais, nos termos de ato próprio.
§ 1º O ato de delegação especificará as matérias e poderes delegados, os limites da atuação, a duração e as condições para o seu exercício.
§ 2º A delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante e não transfere a titularidade da competência, apenas o seu exercício.

Art. 13. A avocação de competência somente será admitida em caráter excepcional, por motivo de relevante interesse público, devidamente justificado no processo.

TÍTULO V
DA FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS

Art. 14. Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir, devendo ser adotadas formas simples, suficientes para assegurar certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados.

Art. 15. Os atos serão praticados em dias úteis, no horário de expediente normal, admitida a prática em horário diverso, inclusive por meio eletrônico, em situações de urgência ou quando prevista em regulamento.

Art. 16. Os prazos serão contados em dias úteis, excluído o dia do início e incluído o do vencimento, prorrogando-se para o primeiro dia útil seguinte quando inexista expediente ou este se encerrar antes do horário normal.

TÍTULO VI
DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS

Art. 17. A ciência aos interessados será realizada por:
I – comunicação pessoal;
II – via postal ou meio equivalente;
III – meio eletrônico oficialmente disponibilizado;
IV – publicação em órgão oficial ou meio de divulgação institucional, quando cabível.
§ 1º Sempre que possível, será privilegiada a comunicação por meios eletrônicos, assegurada a comprovação do envio e recebimento.
§ 2º Considera-se realizada a ciência eletrônica na data do acesso registrado pelo sistema ou, na ausência deste, após o decurso do prazo que vier a ser fixado em regulamento.

TÍTULO VII
DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO

Art. 18. A Administração promoverá de ofício a instrução do processo, sem prejuízo da iniciativa do interessado em apresentar alegações, documentos e provas.

Art. 19. Durante a instrução, será assegurado ao interessado:
I – juntar documentos e pareceres;
II – requerer a realização de diligências, perícias ou outras provas;
III – manifestar-se sobre documentos e provas produzidos pela Administração.
§ 1º Poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou meramente protelatórias.
§ 2º Os elementos de prova serão apreciados na motivação do relatório e da decisão.

Art. 20. Antes da decisão, será assegurado ao interessado prazo razoável para apresentação de alegações finais, quando a natureza do processo ou a legislação específica assim exigirem.

TÍTULO VIII
DA DECISÃO

Art. 21. A Administração tem o dever de decidir expressamente os processos administrativos e requerimentos que lhe sejam dirigidos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável, de forma motivada, por igual período, salvo prazo diverso previsto em lei específica.

Art. 22. Os atos administrativos que:
I – neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;
II – imponham deveres, encargos ou sanções;
III – decidam recursos;
IV – dispensem ou declarem a inexigibilidade de licitação;
V – revisem decisões anterior-mente proferidas;

TÍTULO IX
DOS RECURSOS E DA REVISÃO

Art. 23. Das decisões administrativas que afetem direitos ou interesses caberá recurso administrativo, em face de razões de legalidade e de mérito, na forma desta Lei e da legislação específica.

Art. 24. O recurso será interposto no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da ciência da decisão, salvo prazo diverso previsto em norma específica.

Art. 25. O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, que poderá reconsiderá-la no prazo de 10 (dez) dias úteis ou, não o fazendo, encaminhá-lo à autoridade superior competente.

Art. 26. Salvo disposição legal em contrário, o recurso não terá efeito suspensivo automático, podendo este ser concedido pela autoridade competente, de ofício ou a pedido, quando houver risco de dano grave ou de difícil reparação.

Art. 27. Os processos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, de ofício ou a pedido do interessado, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a revisão da sanção, vedado o agravamento da penalidade.

TÍTULO X
DA INVALIDAÇÃO, CONVALIDAÇÃO E REVOGAÇÃO

Art. 28. Os atos administrativos eivados de vício de legalidade serão invalidados pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário, assegurada, quando cabível, a preservação dos efeitos favoráveis ao administrado de boa-fé.

Art. 29. É admissível a convalidação de ato administrativo que apresente vício sanável, desde que não acarrete prejuízo a terceiros nem afronta ao interesse público.

Art. 30. Os atos administrativos válidos podem ser revogados por razões de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e as situações definitivamente constituídas.

TÍTULO XI
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO

Art. 31. É autorizado o uso de meios eletrônicos para a formação, instrução, decisão e acompanhamento de processos administrativos, bem como para a publicação de atos, comunicações oficiais, produção, transmissão, armazenamento e arquivamento de dados e documentos, observados os requisitos de autenticidade, integridade, disponibilidade, segurança da informação e proteção de dados pessoais, na forma de regulamento.
§ 1º Os atos praticados por meio eletrônico, com observância dos requisitos previstos no *caput*, produzem os mesmos efeitos jurídicos dos realizados em suporte físico.
§ 2º O regulamento disporá sobre os níveis de acesso às informações, os perfis de usuários, os registros de acesso, a trilha de auditoria, os procedimentos de assinatura eletrônica e os mecanismos de preservação e recuperação dos dados.

Art. 32. A tramitação eletrônica de processos administrativos, por meio de sistema oficial adotado pelo Município, constitui forma preferencial de processamento, ressalvadas as hipóteses de impossibilidade técnica, restrição de acesso, sigilo, procedimento especial ou outras justificadas em regulamento.

Art. 33. O Município poderá aderir a sistemas eletrônicos de informações disponibilizados pela União, pelo Estado de Pernambuco ou por outras entidades públicas, mediante instrumentos de cooperação técnica ou convênios, observados os requisitos desta Lei e da legislação de governo digital e proteção de dados pessoais.

Art. 34. A assinatura eletrônica utilizada nos processos administrativos deverá observar, sempre que couber, as normas de infraestrutura de chaves públicas e demais padrões de autenticidade e integridade adotados pelos entes federativos.

Art. 35. A Administração assegurará, sempre que possível, meios de apoio e atendimento presencial ou assistido aos usuários que não disponham de acesso adequado a meios eletrônicos, de forma a garantir o exercício de seus direitos.

TÍTULO XII
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 36. Os processos administrativos em curso na data de entrada em vigor desta Lei continuarão a reger-se pelas normas vigentes ao tempo de sua instauração, podendo ser adaptados, no que couber, às disposições aqui previstas, mediante decisão fundamentada da autoridade competente.

Art. 37. A Administração Pública Municipal promoverá, de forma progressiva, a padronização de procedimentos, formulários, modelos e fluxos de processos, preferencialmente em plataforma eletrônica, com vistas à simplificação, à transparência e à melhoria da gestão pública.

Art. 38. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação, podendo:
I – definir procedimentos específicos para processos de natureza especial;
II – estabelecer detalhamento complementar sobre o processo administrativo eletrônico;
III – instituir sistema eletrônico oficial para tramitação de processos administrativos, nos termos desta Lei.

Art. 39. Aplicam-se subsidiariamente aos processos administrativos municipais as normas gerais de direito administrativo e, no que couber, a legislação federal sobre processo administrativo e governo digital.

Art. 40. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapetim-PE, em 03 de dezembro de 2025.

ALINE KARINA ALVES DA COSTA
Prefeita

Publicado por:
Cleber Dilson de Andrade Lima
Código Identificador:C2C53251

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA PMI/GCPE N.º. 734/2025.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ITAPETIM, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais que a ela são conferidas, de acordo com o Artigo 79, § 2º Item IV, da lei Orgânica do Município, baseia-se na Lei nº 79/2007, de 30 de maio de 2007 e em conformidade com o § 2º do Artigo 39 da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER 06 (seis) meses de LICENÇA PRÊMIO, ao Servidor Efetivo **JOSÉ AMILTON NETO, Mat. 532,** no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** lotado na **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS** deste Município, conforme **Procedimento Administrativo Nº 178/2019** , juntamente com o **Parecer Jurídico Nº 021/2024 – ASJUR/MRS**

Art. 2º A presente Portaria possui termo inicial de vigência na data de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Pernambuco.

Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Arquive-se.

Itapetim (PE), em 04 de dezembro de 2025.

ALINE KARINA ALVES DA COSTA
Prefeita

Publicado por:
Elisangela Maria Soares da Silva
Código Identificador:EAC36834

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ITAPISSUMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPISSUMA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CPL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 026/2025 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE

PREGÃO ELETRONICO Nº 026/2025
PROCESSO Nº 203/2025
MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR SOLICITAÇÃO DA SECRETAERIA DE ASSISTENCIA SOCIAL PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DA COORDENADORIA DA MULHER DO MUNICIPIO DE ITAPISSUMA–PE.

VALOR MAXIMOR$ 30.273,84 (Trinta Mil, Duzentos e Setenta e Três Reais e Oitenta e Quatro Centavos).

Os editais deverão ser adquiridos no portal BNC www.bnc.org.br
Fone: (81) 9 8972-9306
Contato: cplpmi@itapissuma.pe.gov.br
Local da Sessão: Portal : Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br
Data da Abertura : 05/12/2025
Data e Horário da Fases de Lances: 17/12/2025 as 09:00

Itapissuma, 04 de Dezembro de 2025.

Publicado por:
Romário Amorim Dos Santos
Código Identificador:2A10B056

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPISSUMA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO Nº 017/2025 PROCESSO Nº 174/2025

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO; GABINETE; CULTURA E TURISMO; EVENTOS E EDUCAÇÃO, PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL MEDIANTE REGISTRO DE PREÇOS**
Empresa Vencedora: **A J SILVA GAS E ÁGUA LTDA(54.331.820.0001-95) com os lotes: 1, 2, 3, 4 e 5 no valor total de R$ 339.351,00 (trezentos e trinta e nove mil e trezentos e cinquenta e um reais).**
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ITAPISSUMA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a (s) 14.133, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela comissão no atendimento ao objeto do Processo licitatório acima especificado.

ITAPISSUMA (PE), Quinta Feira, 04 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Romário Amorim Dos Santos
Código Identificador:1F3D534C

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPISSUMA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO Nº 018/2025 PROCESSO Nº 179/2025

Objeto:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES DESTINADOS ÀS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL, VISANDO À MELHORIA DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR E AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES PEDAGÓGICAS E ADMINISTRATIVAS.
Empresa Vencedora: **EMYLI NATALIA DOS SANTOS BARBOSA EIRELE(41.768.205.0001-07) com o lote: 8 no valor total de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais).**
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ITAPISSUMA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a (s) 14.133, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela comissão no atendimento ao objeto do Processo licitatório acima especificado.

ITAPISSUMA (PE), Quinta Feira, 04 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Romário Amorim Dos Santos
Código Identificador:E452BEB4

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPISSUMA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO Nº 018/2025 PROCESSO Nº 179/2025

Objeto:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES DESTINADOS ÀS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL, VISANDO À MELHORIA DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR E AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES PEDAGÓGICAS E ADMINISTRATIVAS.
Empresa Vencedora : **SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA(51.659.136.0001-49) com o lote: 3 no valor total de R$ 15.539,80 (quinze mil e quinhentos e trinta e nove reais e oitenta centavos).**
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ITAPISSUMA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a (s) 14.133, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela comissão no atendimento ao objeto do Processo licitatório acima especificado.

ITAPISSUMA (PE), Quinta Feira, 04 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Romário Amorim Dos Santos
Código Identificador:C5B4D84F

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPISSUMA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO Nº 018/2025 PROCESSO Nº 179/2025

Objeto:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES DESTINADOS ÀS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL, VISANDO À MELHORIA DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR E AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES PEDAGÓGICAS E ADMINISTRATIVAS.
Empresa Vencedora : **TECNOBLU COMERCIO DE REFRIGERAÇÃO LTDA(21.613.975.0001-65) com o lote: 2 no valor total de R$ 27.449,90 (vinte e sete mil e quatrocentos e quarenta e nove reais e noventa centavos).**
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ITAPISSUMA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a (s) 14.133, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela comissão no atendimento ao objeto do Processo licitatório acima especificado.

ITAPISSUMA (PE), Quinta Feira, 04 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Romário Amorim Dos Santos
Código Identificador:A1EEEB7E

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPISSUMA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO Nº 018/2025 PROCESSO Nº 179/2025

Objeto:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES DESTINADOS ÀS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL, VISANDO À MELHORIA DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR E AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES PEDAGÓGICAS E ADMINISTRATIVAS.
Empresa Vencedora : **VRR DE SOUZA DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DE ESCRITORIO EIRELI**(35.458.953.0001-82) com os lotes: 1, 5 e 6 no valor total de R$ 121.967,50 (cento e vinte e um mil e novecentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ITAPISSUMA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a (s) 14.133, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela comissão no atendimento ao objeto do Processo licitatório acima especificado.

ITAPISSUMA (PE), Quinta Feira, 04 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Romário Amorim Dos Santos
Código Identificador:CDE2A159

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPISSUMA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO Nº 018/2025 PROCESSO Nº 179/2025

Objeto:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES DESTINADOS ÀS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL, VISANDO À MELHORIA DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR E AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES PEDAGÓGICAS E ADMINISTRATIVAS.
Empresa Vencedora : **WILLAMES DE FRANÇA DAMASCENA(11.166.062.0001-94) com os lotes: 4, 7, 9, 10, 11, 12, 13 e 14 no valor total de R$ 275.845,00 (duzentos e setenta e cinco mil e oitocentos e quarenta e cinco reais).**
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ITAPISSUMA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a (s) 14.133, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela comissão no atendimento ao objeto do Processo licitatório acima especificado.

ITAPISSUMA (PE), Quinta Feira, 04 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Romário Amorim Dos Santos
Código Identificador:9BA6C973

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE JAQUEIRA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo FMAS nº 006/2025. **Pregão Eletrônico nº 006/2025**. Compras. Homologação do Pregão nº 006/2025, que tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE CESTAS NATALINAS DESTINADAS ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE JAQUEIRA/PE, EM RAZÃO DA REALIZAÇÃO DO "NATAL DE TODOS", PROMOVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME AS DIRETRIZES DA LEI MUNICIPAL Nº 288/2018 E DEMAIS NORMATIVOS APLICÁVEIS,** conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I, e adjudicação a empresa **BSR ATACADO LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº41.897.779/0001-77, que sagrou-se vencedora do **item único**, pelo valor total de R$ 306.330,00 (trezentos e seis mil e trezentos e trinta reais), nos termos transcritos na ata da sessão pública, no relatório de lances do sistema BNC e na proposta readequada e final apresentada. Com a publicação do presente, fica a empresa vencedora **CONVOCADA** a comparecer na sede da CPL para o reflexivo contrato.

Jaqueira (PE), 04 de dezembro de 2025.

MARTA GONÇALVES DA SILVA
Gestora do FMAS do Município de Jaqueira-PE

Publicado por:
Cristiano Gustavo de Andrade
Código Identificador:68BA675E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

CONTRATO DE CRENDENCIAMENTO PMJ Nº 026/2025. CCL. PROCESSO ADMINISTRATIVO PMJ nº 026/2025.Credenciamento PMJ nº 001/2025. "**CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE UM VEÍCULO, TIPO CAMINHÃO PIPA COM CAPACIDADE PARA 10.000L, TRUCADO, COM TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA, DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JAQUEIRA/PE"**, consoante especificações, quantidades e condições estabelecidas no Anexo (projeto básico). CONTRATADA: **A. L. DE OLIVEIRA SANTOS SERVICOS (LK TRANSPORTES) – ME**, inscrita no CNPJ sob nº 48.631.630/0001-90, pelo valor global: R$:157.800,00 (cento e cinquenta e sete mil, oitocentos reais). VIGÊNCIA: 03/12/2025 a 03/12/2026.

Jaqueira (PE), 03 de dezembro de 2025.

RIDETE CELLIBE PELLEGRINO DE MACÊDO OLIVEIRA
Prefeita do Município de Jaqueira

Publicado por:
Ayrna Lorrany Gomes da Silva
Código Identificador:2B1FD0A0

FUNDO MUNICIPAL DE SÁUDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato FMS nº 010/2025, que tem por objeto a "Contratação de empresa de engenharia para conclusão da construção de uma unidade básica de saúde tipo 1, na rua projetada do Brum, no Município de Jaqueira-PE, com recursos da proposta nº 09471.8440001/22-002", por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 13 de novembro de 2025, vigendo até 12 de janeiro de 2026. **Fundamentação legal: artigos 6º, inciso XII, 106, 107 e 124, inciso II, alínea "c", da Lei Federal n.º 14.133/21**. CONTRATADA: **V TOLEDO VELOSO**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 44.700.107/0001-18. Prazo acrescido: 60 (sessenta) dias. Nova vigência: de 13.11.2025 a 12.01.2025.

Jaqueira (PE), 12 de novembro de 2025.

THAÍS CIBELLE PELLEGRINO DE MACÊDO OLIVEIRA
Secretária de Saúde | Gestora do FMS

Publicado por:
Luiz Freire de Santana Neto
Código Identificador:71C8BA73

FUNDO MUNICIPAL DE SÁUDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato FMS nº 009/2024, que tem por objeto do presente termo aditivo a **prorrogação temporal do Contrato FMS nº 009/2024**, a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de exames laboratoriais de análises clínicas da unidade hospitalar Maria Helena Silva de Andrade no Município de Jaqueira-PE, reflexivo Pregão Eletrônico nº 005/2025, originariamente celebrado em 20 de maio de 2024, por mais 06 (seis) meses, a contar do dia 18 de novembro de 2025, vigendo até 17 de maio de 2026. **Fundamentação legal: artigos 6º, inciso XI, e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021**. CONTRATADA: LORENA **ALINE DE ALMEIDA SOUZA-ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 18.114.823/0001-03. Prazo acrescido: 06 (seis) meses. Nova vigência: de 18.11.2025 a 17.05.2026.

Jaqueira (PE), 12 de novembro de 2025.

THAÍS CIBELLE PELLEGRINO DE MACÊDO OLIVEIRA
Secretária de Saúde | Gestora do FMS

Publicado por:
Luiz Freire de Santana Neto
Código Identificador:D6B2FBBE

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE JATAÚBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÚBA
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo Nº: 251030CE00001. CDC. Concorrência Eletrônica Nº 00001/2025. Serviço de Engenharia. Adjudicação do objeto e Homologação da Concorrência Eletrônica Nº 00001/2025, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA PRESTAR APOIO TÉCNICO À SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DA PREFEITURA DE JATAÚBA/PE. Item 1: Prestto Consultoria Ltda, pelo valor de R$216.000,00.

Jataúba, 01/12/2025.

BONIEK OLIVEIRA SILVA
Secretário de Infraestrutura.

Publicado por:
Fábio Luiz Nunes Chaves Filho
Código Identificador:F7C0F71D

PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÚBA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº: 00092/2025. Processo Nº: 251030CE00001. CDC. Concorrência Eletrônica Nº 00001/2025. Serviço de Engenharia. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA PRESTAR APOIO TÉCNICO À SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DA PREFEITURA DE JATAÚBA/PE. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: Unidade gestora: 3 – Prefeitura Municipal de

Jataúba Órgão orçamentário: 8000 – SECRETARIA DE INFRA–ESTRUTURA BÁSICA Unidade orçamentária: 8001 – DEPARTAMENTO DE OBRAS Função: 15 – Urbanismo Subfunção: 122 – Administração Geral Programa: 1502 – DESENVOLVIMENTO URBANO Ação: 2.81 – GOVERNANÇA E GESTÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE Despesa 1464 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte de recurso:1 – Recursos Próprios – 1.501.0000 . Contratado: Prestto Consultoria Ltda. Valor R$216.000,00. Vigência: de 03/12/2025 a 03/12/2026.

Jataúba, 03/12/2025.

BONIEK OLIVEIRA SILVA
Secretário de Infraestrutura.

Publicado por:
Fábio Luiz Nunes Chaves Filho
Código Identificador:E747F284

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE JATOBÁ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE N° 218/2025

EMENTA: Exonera de Cargo Comissionado e dá outras providências.

CONSIDERANDO os princípios da administração pública, notadamente, a publicidade, celeridade e formalismo moderado;
CONSIDERANDO a nova estrutura da administração pública direta do Município de Jatobá-PE, em razão das modificações pela Lei Municipal n.º 603/2025;

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JATOBÁ, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar Hélio Alves Oliveira do Amaral Sobrinho, CPF nº: XXX.XXX.315-74 do cargo de Secretário Executivo de Coordenação Geral, CC-3, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura a partir desta data.

Art. 2o - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 dezembro de 2025**,** revogadas as disposições em contrário. Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 04 de dezembro de 2025.

ROGÉRIO FERREIRA GOMES DA SILVA
Prefeito

Esta Portaria foi publicada, conforme previsto na Constituição Federal, em seu artigo 37º e nos termos do art. 101 da Lei Orgânica do Município de Jatobá/PE.

FRANCISCA ALDERI PONTES DO NASCIMENTO
Secretária de Administração e Gestão
Port. 001/2025.

Publicado por:
Francisca Alderi Pontes do Nascimento
Código Identificador:AB531985

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE JOAQUIM NABUCO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL N° 046, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a política de uso e distribuição de recursos de Tecnologia da Informação (TI) no âmbito da Administração Pública Municipal de Joaquim Nabuco, e dá outras providências.

A EXMA. PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JOAQUIM NABUCO , no uso
das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a necessidade de zelar pela economicidade e correta aplicação dos escassos recursos públicos,
CONSIDERANDO o dever da Administração Púb lica de zelar pela economicidade, eficiência e trans parência na gestão dos recursos públicos;
CONSIDERANDO a realidade socioeconômica do Município de Joaquim Nabuco, caracterizada pela baixa arrecadação e limitação orçamentária, que impõe a máxima cautela na utilização e conser vação do patrimônio;
CONSIDERANDO que os equipamentos de Tecnologia da Informação (TI) constituem ativos essenciais e de alto custo para a continuidade dos serviços públicos;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer regras claras par a proteger os ativos de informação, prevenir perdas, furtos e danos, e garantir a segurança cibernética dos dados municipais ,
D E C R E T A:
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Ficam instituídas e regulamentadas as normas para o uso, distribuição, gestão, conser vação e segurança dos recursos de
Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no âmbito da Administração Pública Municipal de Joaquim Nabuco.
Art. 2º O objetivo deste Decreto é garantir a utilização estritamente profissional, econômica, ética e segura dos equipamentos de TI, visando:
- A máxima longevidade e conser vação dos bens públicos, dada a limitação orçamentária para reposição e manutenção;
- A proteção dos ativos de informação do município;
- A otimização dos recursos públicos e o desempenho eficaz das atividades laborais.
Art. 3º Para os efeitos deste Decreto, consideram -se:
- Equipamentos de TI: Computadores (desktops, notebooks, tablets), smartphones, impressoras, monitores, softwares, redes, e quaisquer outros dispositivos eletrônicos e acessórios de propriedade do município;
- Ser vidor/ Usuário: Todo agente público (efetivo, comissionado, contratado, estagiário) que tenha acesso ou utilize os equipamentos de TI do município;
- Setor de Patrimônio: O órgão ou departamento responsável pela gestão dos recursos de tecnologia da informação do município, devendo exercer suas funções com o princípio da economicidade em primeiro plano.
CAPÍTULO II
DA DISTRIBUIÇÃO E RESPONSABILIDADES
Art. 4º A distribuição de equipament os de TI aos ser vidores será realizada pelo Setor de Patrimônio, mediante comprovação da estrita necessidade para o exercício da função e a formalização de um Termo de Responsabilidade e Cautela, parte integrante deste Decreto (Anexo único), assinado pelo servidor, que deverá conter asespecificações do equipamento, seu número de patrimônio e o dever de guarda e conser vação.

§ 1º Os equipamentos são de propriedade pública e devem ser utilizados exclusivamente para f ins de serviço. O uso particular é terminantemente vedado, exceto por necessidades mínimas e pontuais que não comprometam a segurança nem a produtividade.
§ 2º Em caso de desligamento, férias prolongadas, licença ou mudança de função, o servidor deverá restituir os equipamentos ao Setor de Patrimônio em perfeito estado de conservação, sob pena de responsabilidade.
§ 3º A Administração Pública deverá priorizar a otimização de equipamentos existentes antes de autorizar qualquer nova aquisição ou distribuição.
Art. 5º É responsabilidade inalienável do usuário:

- Zelar pela integridade física e máxima conservação dos equipamentos sob sua responsabilidade, evitando desgastes desnecessários e mantendo-os limpos e em boas condições de uso;
- Comunicar imediatamente ao Setor de Patrimônio qualquer dano, defeito, perda, furto ou roubo do equipamento ;
- Não emprestar, alugar ou permitir o uso dos equipamentos por terceiros não autorizados;
- Utilizar os recursos de rede e internet de forma ética e profissional, respeitando a legislação vigent e, como o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de P roteção de Dados (LGPD).

CAPÍTULO III
DAS NORMAS DE USO E SEGURANÇA

Art. 6º Fica expressamente proibido, por configurar prejuízo ao patrimônio público:
- Colar adesivos, riscar, raspar ou violar as eti quetas de patrimônio;

II - Abrir os equipamentos para reparo ou qualquer outra finalidade (a manutenção deve ser feita exclusivamente pelo setor responsável ou empresa contratada);
- Acessar, baixar ou distribuir conteúdo ilegal, obsceno, ofensivo ou que viole direitos autorais;
- Utilizar os equipamentos para jogos de azar, atividades comerciais privadas, fins político- partidários ou qualquer outra atividade que não seja essencialmente ligada às funções públicas ;
- Deixar equipamentos l igados desnecessariamente ao final do expediente, devendo o usuário desligá-los para fins de economia de energia.

Art. 7º O Setor de Patrimônio poderá, a qualquer tempo, monitorar e auditar o uso dos equipamentos para garantir a conformidade com este Decreto e a legislação, resguardando sempre o interesse público.

CAPÍTULO IV DAS PENALIDADES

Art. 8º O descumprimento das normas estabelecidas neste Decreto sujeitará o servidor às penalidades previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco aplicado aos servidores do Município de Joaquim Nabuco, e demais legislações aplicáveis, sem prejuízo de eventuais responsabilidades civis e criminais.

Art. 9º Em razão da baixa capacidade orçamentária do Município, em caso de dano, extravio, furto ou roubo do equipamento por culpa ou dolo do ser vidor, apurado em processo administrativo, este será responsabilizado pelo ressarcimento do valor integral e atualizado do bem ao erário público.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10 . Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Art. 11 . Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Joaquim Nabuco, Estado de Pernambuco, aos 02 dias do mês de dezembro de 2025.

MÁRCIA ROBERTA BARRETO
Prefeita

Publicado por:
Jessica Tamires Oliveira da Silva
Código Identificador:6A995D03

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE JUREMA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CITAÇÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº02/2025

Jurema – PE, 01 de dezembro de 2025.

Na condição de Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar (CPAD), designado pelo Sr. Prefeito por meio da (CPPA, designada pela Portaria nº197, de 06/05/2024), do Senhor Prefeito da Jurema, publicada no Boletim de Serviço Eletrônico em 10 de maio de 2024, e tendo em vista o disposto no art. 157 da Lei nº 8.112/90, bem como o art. 26, §2° da Lei nº 9.784/99, que apura os fatos narrados no Processo Administrativo Disciplinar de nº02/2025, no uso de suas atribuições e nos termos do disposto no Art. 232, §2º e § 3º da Lei Estadual nº 6.123, de 1968, **CITA**, pelo presente Edital, o servidor: **ADNAILDO INÁCIO DOS SANTOS,** brasileiro, fiscal de obras nível 7, matrícula nº000333, cadastrado no CPF de nº770.162.384-15, residente e domiciliado à Av. Agamenon Magalhães, nº47, centro, Jurema – PE, por não ter sido encontrado no seu endereço e tornando impossível com que ele recebesse a notificação, para apresentar defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da data da última publicação do Edital, no endereço: Prefeitura Municipal da Jurema, CNPJ:10.141.489/0001-75, Praça da Conceição, 72, Centro, Jurema, Pernambuco, CEP:55480-000, sob pena de revelia, sendo-lhe assegurado vista dos autos neste local, em dias úteis, no horário das 8:00 até as 13:00. A Comissão Processante encontra-se instalada no endereço acima mencionado.

CLEYTON SILVA BATISTA,
Matrícula Nº 301483
Presidente

Publicado por:
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
Código Identificador:11A62D50

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CITAÇÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº03/2025

Jurema – PE, 01 de dezembro de 2025.

Na condição de Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar (CPAD), designado pelo Sr. Prefeito por meio da (CPPA, designada pela Portaria nº197, de 06/05/2024), do Senhor Prefeito da Jurema, publicada no Boletim de Serviço Eletrônico em 10 de maio de 2024, e tendo em vista o disposto no art. 157 da Lei nº 8.112/90, bem como o art. 26, §2° da Lei nº 9.784/99, que apura os fatos narrados no Processo Administrativo Disciplinar de nº02/2025, no uso de suas atribuições e nos termos do disposto no Art. 232, §2º e § 3º da Lei Estadual nº 6.123, de 1968, **CITA**, pelo presente Edital, o servidor: **FRANCISCO VALENTIM MARTINS,** brasileiro, farmacêutico, matrícula nº000738, cadastrado no CPF de nº584.971.704-82, residente e domiciliado à Av. Agamenon Magalhães, nº208, centro, Jurema – PE, por não ter sido encontrado no seu endereço e tornando impossível com que ele recebesse a notificação, para apresentar defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da data da última publicação do Edital, no endereço: Prefeitura Municipal da Jurema, CNPJ:10.141.489/0001-75, Praça da Conceição, 72, Centro, Jurema, Pernambuco, CEP:55480-000, sob pena de revelia, sendo-lhe assegurado vista dos autos neste local, em dias úteis, no horário das 8:00 até as 13:00. A Comissão Processante encontra-se instalada no endereço acima mencionado.

CLEYTON SILVA BATISTA,
matrícula nº 301483
Presidente

Publicado por:
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
Código Identificador:DAE0A826

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO , CULTURA E ESPORTE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 033/2025 – FME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 004/2025 - Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, EM EMBALAGEM USUAL DE MERCADO, PARA ENTREGA PARCELADA, DESTINADOS AO PREPARO DA MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE JUREMA/PE. **Ata de Registro de Preços nº. 033/2025 - FME**, com validade até o dia 02/12/2026**. FORNECEDOR: VALE NORDESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS & SERVIÇOS LTDA - EPP,** CNPJ sob o nº 10.517.296/0001-76**.**

LEANDRO PAULO DOS SANTOS
Secretário de Educação

Publicado por:
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
Código Identificador:9CB040C8

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO , CULTURA E ESPORTE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 034/2025 – FME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 004/2025 - Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, EM EMBALAGEM USUAL DE MERCADO, PARA ENTREGA PARCELADA, DESTINADOS AO PREPARO DA MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE JUREMA/PE. **Ata de Registro de Preços nº. 034/2025 - FME**, com validade até o dia 02/12/2026**. FORNECEDOR: PONTO CERTO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA,** CNPJ sob o nº 55.842.184/0001-29**.**

LEANDRO PAULO DOS SANTOS
Secretário de Educação

Publicado por:
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
Código Identificador:D5158B81

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO , CULTURA E ESPORTE
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO DE LICITATÓRIO Nº 004/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025

CONTRATO Nº 160/2025. CONTRATANTE: **O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JUREMA/PE.** CONTRATADO: **VALE NORDESTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS & SERVIÇOS LTDA – EPP,** inscrita no CNPJ nº. 10.517.296/0001-76. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, EM EMBALAGEM USUAL DE MERCADO, PARA ENTREGA PARCELADA, DESTINADOS AO PREPARO DA MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE JUREMA/PE. **VALOR GLOBAL R$ 182.002,50. VIGÊNCIA: 02/12/2025 a 02/12/2026.**

LEANDRO PAULO DOS SANTOS
Secretário de Educação

Publicado por:
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
Código Identificador:1DFAF1D9

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO , CULTURA E ESPORTE
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO DE LICITATÓRIO Nº 004/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025

CONTRATO Nº 161/2025. CONTRATANTE: **O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JUREMA/PE.** CONTRATADO: **PONTO CERTO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA,** inscrita no CNPJ nº. 55.842.184/0001-29. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, EM EMBALAGEM USUAL DE MERCADO, PARA ENTREGA PARCELADA, DESTINADOS AO PREPARO DA MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE JUREMA/PE. **VALOR GLOBAL R$ 245.069,75. VIGÊNCIA: 02/12/2025 a 02/12/2026.**

LEANDRO PAULO DOS SANTOS
Secretário de Educação

Publicado por:
Cristiane Canabarra Franco de Andrade
Código Identificador:C27B032D

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE LAGOA DO CARRO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LAGOA DO CARRO/PE - AVISO DE LICITAÇÃO – UASG: 932211

Processo Licitatório Nº 020/2025-FME. **Pregão Eletrônico** Nº 015/2025. **Objeto**: **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, DESTINADOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DEMAIS UNIDADES VINCULADAS AO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Valor Estimado: R$ 269.117,95**. **Início do Acolhimento das Propostas:** 05/12/2025, através do Sistema do Portal de Compras do Governo Federal "COMPRAS.GOV.BR". **Abertura das Propostas: 17/12/2025**, 10:00h. O Edital na íntegra poderá ser retirado através no Sistema COMPRAS.GOV.BR do Portal de Compras do Governo Federal, www.gov.br/compras e também no site Oficial do Município: www.lagoadocarro.pe.gov.br ou na Prefeitura Municipal, na Sala da CPL, sito a Rua Antônio Francisco da Silva, 258, Centro, Lagoa do Carro/PE.

Lagoa do Carro, 04/12/2025.

MARIA REGINA MACIEL DE ARRUDA
Pregoeira

Publicado por:
Maria Regina Maciel de Arruda
Código Identificador:A7449312

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE LAGOA DO OURO

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO OURO
ATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2025

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2025

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de dispensa de licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela razão da escolha da empresa, quanto pela justificativa dos preços;
CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que a empresa possui habilitação e qualificação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021;
CONSIDERANDO que a DISPENSA DE LICITAÇÃO está em conformidade ao disposto no artigo 72 c/c 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021;
No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021,

RESOLVE:

Autorizar a Contratação Direta da empresa **ISMAEL JORGE DE OLIVEIRA SILVA ME,** inscrita no CNPJ nº 44.506.882/0001-37, com sede na Rua Tertulino Alves, nº 107, Centro, Calçado/PE, com valor total da contratação de R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), sendo dividido em 12 (doze) parcelas mensais iguais e sucessivas de R$ 400,00 (quatrocentos reais).
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal deste ato, bem como do contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único e artigo 92, inciso II da Lei 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial e no PNCP.

Lagoa do Ouro/PE, 28 de março de 2025.

PEDRO ANDRÉ CARVALHO DE MAGALHÃES
Presidente

Publicado por:
Neide Solange Serafim de Couto Monteiro
Código Identificador:9B65AD64

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO OURO
ATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2025

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2025

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de dispensa de licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela razão da escolha, quanto pela justificativa dos preços;
CONSIDERANDO que a DISPENSA DE LICITAÇÃO está em conformidade ao disposto no artigo 72 c/c 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021;
No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021,

RESOLVE:
Autorizar a Contratação Direta do profissional autônomo EDLER BASILIO DIAS, inscrito no CPF Nº 074.696.514-11, com valor total da contratação de R$ 18.200,00 (Dezoito mil e duzentos reais).
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal deste ato, bem como do contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único e artigo 92, inciso II da Lei 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial e no PNCP.

Lagoa do Ouro/PE, 08 de maio de 2025.

PEDRO ANDRÉ CARVALHO DE MAGALHÃES
Presidente

Publicado por:
Neide Solange Serafim de Couto Monteiro
Código Identificador:CE18E38A

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO OURO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº013/2025

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 013/2025

TERMO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE LAGOA DO OURO E A EMPRESA ISMAEL JORGE DE OLIVEIRA SILVA ME., CNPJ nº 44.506.882/0001-37, NOS TERMOS DO ART. 75, II DA LEI Nº 14.133/2021.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CESSÃO DE USO DOS SISTEMAS INTEGRADOS. PRAZO: 12 meses. **VALOR:** R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), sendo dividido em 12 (doze) parcelas mensais iguais e sucessivas de R$ 400,00 (quatrocentos reais). **ASSINATURA:** 31/03/2025.

PEDRO ANDRÉ CARVALHO DE MAGALHÃES
Presidente

Publicado por:
Neide Solange Serafim de Couto Monteiro
Código Identificador:CEF44545

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO OURO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 014/2025

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 014/2025

TERMO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE LAGOA DO OURO E O PROFISSIONAL EDLER BASILIO DIAS, INSCRITO NO CPF Nº 074.696.514-11, NOS TERMOS DO ART. 74, II DA LEI Nº 14.133/2021.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONSTRUÇÃO DE PAREDES DE BLOCOS DE GESSO DE 144 METROS E REVESTIMENTO COM GESSO LISO DE 288 METROS, NAS NOVAS INSTALAÇÕES DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO OURO. **VALOR:** R$ 18.200,00 (Dezoito mil e duzentos reais). **PRAZO:** 90 (noventa) dias, contando-se a partir da data de sua assinatura, e prazo de execução dos serviços de até 30 (trinta) dias. **ASSINATURA:** 12/05/2025.

PEDRO ANDRÉ CARVALHO DE MAGALHÃES
Presidente

Publicado por:
Neide Solange Serafim de Couto Monteiro
Código Identificador:31E784D7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 5° TERMO ADITIVO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

EXTRATO DO 5° TERMO ADITIVO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

5° TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 047/2020. TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO E ACRÉSCIMO DE VALOR CONTRATUAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO OURO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS (CONTRATANTE) E A EMPRESA BRASCON GESTÃO AMBIENTAL LTDA (CONTRATADO). Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR OS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE. Valor global: R$ 32.000,25 (trinta e dois mil reais e vinte e cinco centavos). Prazo: 12 (doze) meses. Assinatura: 27/01/2025.

Lagoa do Ouro/PE, 27 de Janeiro de 2025.

MILKA LORENA CORDEIRO FERREIRA
Secretária Municipal de Obras

Publicado por:
Maria Larissa Silva Gracindo
Código Identificador:5A12678F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 143/2025

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 143/2025

CONTRATO Nº 143/2025. TERMO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LAGOA DO OURO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (CONTRATANTE) E A EMPRESA TIAGO MATIAS DE SOUZA (CONTRATADO). Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de controle de pragas urbanas, visando atender às necessidades da Secretaria de Educação do Município de Lagoa do Ouro/PE. Valor global: R$ 58.182,05 (cinquenta e oito mil cento e oitenta e dois reais e cinco centavos). Prazo: 12 meses. Assinatura: 12/08/2025.

Lagoa do Ouro/PE, 12 de Agosto de 2025.

SUELI DE OLIVEIRA PIMENTEL
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Maria Larissa Silva Gracindo
Código Identificador:FD0A27E8

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 061, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025

DECRETO N° 061, 04 DE DEZEMBRO DE 2025

Aprovação do projeto de loteamento denominado "Venezian Condomínio Club" e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em especial o Art. 72, inciso XXVI.
DECRETA:
Art. 1º. Fica aprovado, sob condição, o projeto de loteamento denominado "Venezian Condomínio Club", de propriedade de Thairo Vlademir Freitas Silva, com área de **150.868,440 m2 (cento e cinquenta mil, oitocentos e sessenta e oito metros e quatrocentos e quarenta e quatro centímetros quadrados)**, situado no **Lagoa dos Vinhedos Condomínio Club, Lote 7A**, neste município, conforme memoriais descritivos, licença de instalação, alvarás, termo de compromisso e demais documentos integrantes do processo administrativo.
Art. 2º. O proprietário deverá submeter o projeto aprovado para registro no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Lagoa Grande dentro de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de aprovação, sob pena de caducidade da aprovação, conforme art. 26, da Lei nº 013, de 09 de julho de 2001.
Parágrafo único. O proprietário deverá comprovar o registro do loteamento no Cartório Imobiliário, devendo fornecer ao Município cópia das certidões de matrícula de todos os lotes e áreas públicas.
Art. 3º. O proprietário do projeto de Loteamento deverá garantir a implantação do empreendimento no prazo máximo de 02 (dois anos), podendo este ser prorrogado, conforme preceitua o art. 19, inciso I, conforme art. 26, da Lei nº 013, de 09 de julho de 2001.
Parágrafo único. As obras de urbanização deverão ser executadas de acordo com os rigores técnicos definidos por Normas e em conformidade com o Termo de Compromisso e com as plantas, desenhos, memoriais descritivos, cronograma e demais documentos aprovados que integram o projeto do loteamento, constantes do Processo.
Art. 4º. Para pleno cumprimento das obrigações assumidas no Termo de Compromisso e no presente, isto é, 35,00% (trinta e cinco porcento) de área pública, conforme especificado abaixo, será destinado o prazo máximo de 06 (seis) meses, a serem comprovados documentalmente de áreas que correspondam a:
I – 15% (quinze por cento) – Destinadas a Praças e Áreas Verdes.
II – 10% (dez por cento) – Destinados a equipamentos comunitários.
III – 10% (dez por cento) – Demais Áreas Públicas.
Parágrafo Único. Não sendo cumpridas as exigências do presente, no prazo disposto no Caput, a licença será revogada imediatamente.

Art. 5º. Caso as obras de urbanização definidas no projeto aprovado não sejam implantadas, total ou parcialmente, no prazo previsto, o Poder Executivo Municipal poderá executá-las, promovendo a ação competente para adjudicar ao seu patrimônio lotes, cujo valor sejam de igual valia aos das benfeitorias executadas.
Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa Grande - Pernambuco, 04 de dezembro de 2025. 30º da emancipação

ANA CATHARINA GARZIERA MORENO
Prefeita

Publicado por:
Antonio Marcos Nery de Santana Muniz
Código Identificador:DB666BF2

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 07, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025 CMAS

RESOLUÇÃO Nº 07/2025

DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Assistência Social do Município de Lagoa Grande-PE para o período de 2026 a 2029.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei Federal nº 8.742/1993), pela Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS e pela legislação municipal vigente, Lei nº 023/2025.

Considerando a competência do CMAS de exercer o controle social da Política Municipal de Assistência Social;
Considerando a necessidade de planejamento contínuo, integrado e participativo para a consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no âmbito municipal;
Considerando a apresentação do Plano Municipal de Assistência Social 2026–2029 pela Gestão Municipal de Assistência Social;
Considerando a análise realizada pela Comissão de Políticas Públicas e pela Plenária do Conselho;
Resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos desta Resolução, o Plano Municipal de Assistência Social do Município de Lagoa grande-PE para o quadriênio 2026–2029, como instrumento de planejamento estratégico que orienta a organização, gestão, financiamento, oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no âmbito do SUAS.
Art. 2º O Plano aprovado passa a constituir referência obrigatória para:
I – a elaboração das peças orçamentárias anuais e plurianuais;
II – o monitoramento e a avaliação da Política Municipal de Assistência Social;
III – o estabelecimento de metas e prioridades de atendimento;
IV – a pactuação e implementação das ações socioassistenciais no território municipal.
Art. 3º A Secretaria Municipal de Assistência Social deverá assegurar a publicização, execução, monitoramento e avaliação do Plano, bem como apresentar ao CMAS relatórios periódicos de acompanhamento.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social, em 01 de dezembro de 2025.

Juraci Almeida da Silva Vieira
Presidente(a) do CMAS

Josilene Amorim Nunes
Secretário(a) Executivo(a) do CMAS

Demais Representantes Governamentais:
Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social– SAS:
Marleide de Souza Lima Titular
Tainara dos Santos Silva Suplente

Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC:
Maria Silva de Sá Titular
Hermes Amorim Filho Suplente

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde – SESAU:
Arthur Lourival Souza Sobral Titular
Girianildo dos Santos Barbosa Suplente

Representantes da Sociedade Civil Organizada:
Representantes de Defesa e Garantia de Direitos (Associação e Sindicato) – ASCAMARP/STR:
Juraci Almeida da Silva Vieira Titular
Marineide Pereira dos Santos Suplente

Representantes dos Trabalhadores do SUAS:
Monalisa Silva Amaral Amorim Titular
Rita Glicia Teles Figueiredo Suplente

Representantes dos Usuários:
Antônia Viana Damasceno Ribeiro Titular
Ana Maria da Conceição Silva Suplente

Publicado por:
Antonio Marcos Nery de Santana Muniz
Código Identificador:675DC010

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE LAJEDO

PREFEITURA MUNICPAL DE LAJEDO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO SME Nº 007/2025-SRP

PROCESSO SME Nº 028/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO SME Nº 007/2025-SRP. Objeto Nat.: **Compras.** Objeto Descr: **(REGISTRO DE PREÇO) para aquisição de LIVROS DIDÁTICOS, conforme especificações no Termo de Referência,** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Lajedo/PE. Após julgamento, comunica-se sua **Adjudicação e Homologação** da seguinte maneira: Empresas vencedora: **ABC CULTURAL EDITORA LTDA – EPP** (40.998.759/0001-20) com os lotes: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 no valor total de **R$ 687.511,00 (seiscentos e oitenta e sete mil quinhentos e onze reais).** Conforme Proposta de Preço apresentada a quem caberá o fornecimento ao Município de Lajedo/PE. Maiores informações na CPL situada na Praça Joaquim Nabuco, nº 44, 2º andar ou pelo fone (87) 3773-4732 das 08:00 às 12:00 horas.

Lajedo/PE, 04 de dezembro de 2025.

GEORGE SOBRAL DE MELO
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Jose Eronaldo de Melo
Código Identificador:A3CB1614

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE LIMOEIRO

CÂMARA MUNICIPAL PROFESSOR DE AGRIPINO DE ALMEIDA
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DE LICITAÇÃO- INEXIGIBILIDADE Nº 010/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Limoeiro-PE, no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, Inciso VIII da Lei Federal 14.133/2021, AUTORIZO a Inexigibilidade de Licitação n° 010/2025 nos termos descritos abaixo:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSCRIÇÕES DE 15 (QUINZE) VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO-PE E REALIZAÇÃO DA "22ª CAPACITAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS DO NORDESTE" A SER REALIZADO NOS DIAS 04 A 08 DE DEZEMBRO DE 2025, NA CIDADE DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA.

CONTRATADO: CAPACITUR TREINAMENTOS, EVENTOS, VIAGENS E TURISMO LTDA CNPJ Nº 55.742.643/0001-00

PRAZO DE VIGÊNCIA: 04 a 08 de dezembro/2025.
VALOR TOTAL: R$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais)
Fundamento legal: Art. 74, inciso III, letra "f" da lei federal 14.133/2021.
Determino, ainda, que seja emitida as Notas de Empenho Global, e dada a devida publicidade legal a este ato de contratação ou o extrato decorrente do contrato, e atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Limoeiro-PE, 04 de dezembro de 2025.

JOSÉ NILTON CAVALCANTE
Presidente

Publicado por:
Wallinson Frederich Campos Albuquerque
Código Identificador:0C057DBD

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CPL
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 097/2021 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LIMOEIRO/PE
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 097/2021 - FMS

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 097/2021-FMS. Nos termos do Processo Licitatório Nº 053/2021 – Pregão Eletrônico Nº 0032/2021. Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato referente à CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET VIA LINK DEDICADO OU EQUIVALENTE, CONTEMPLANDO O SUPORTE TÉCNICO CORRETIVO, PREVENTIVO, CONSULTIVO E EVOLUTIVO RELACIONADO À INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, GARANTIA E MANUTENÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. Contratada: PEDRO ADRIANO SOUTO MAIOR VELOSO EIRELI. CNPJ Nº 10.531.608/0001-04. Prazo: 12 (DOZE) MESES. Valor Mensal: R$ 5.600,00. Valor Total: R$ 67.200,00. Nova Vigência: 19/11/2025 a 19/11/2026.

Limoeiro, 18 de Novembro de 2025.

PALOMA SONALLY DA CUNHA PEDROSA
Secretária de Saúde

Publicado por:
Lisa Priscilla da Silva Marques
Código Identificador:66FD0930

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CPL
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 100/2021 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LIMOEIRO/PE
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 100/2021 - FMS

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 100/2021-FMS. Nos termos do Processo Licitatório Nº 055/2021 – Carta Convite Nº 002/2021. Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato referente à CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET VIA LINK DEDICADO OU EQUIVALENTE, CONTEMPLANDO O SUPORTE TÉCNICO CORRETIVO, PREVENTIVO, CONSULTIVO E EVOLUTIVO RELACIONADO À INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, GARANTIA E MANUTENÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. Contratada: BRENO RODRIGO DE ARAÚJO LIMA 05619323447. CNPJ Nº 18.175.574/0001-66. Prazo: 12 (DOZE) MESES. Valor Total: R$ 111.360,00. Nova Vigência: 21/11/2025 a 21/11/2026.

Limoeiro, 17 de Novembro de 2025.

PALOMA SONALLY DA CUNHA PEDROSA
Secretária de Saúde

Publicado por:
Lisa Priscilla da Silva Marques
Código Identificador:2490C34C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 250, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O TERRENO ONDE ESTÁ CONSTRUÍDA A CASA DE Nº 1287, NA RUA MANOEL SEBASTIÃO DE MOURA, BAIRRO SÃO SEBASTIÃO, NESTA CIDADE, COM ÁREA DE LOTE DE 364,8365M², DESTINADA À CONSTRUÇÃO DE ESCOLA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Limoeiro, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e com fundamento no do Decreto-Lei Federal n. º 3.365/1941,

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, por via administrativa ou judicial, o terreno onde está construída a casa de nº 1287, na Rua Manoel Sebastião de Moura, bairro São Sebastião, nesta cidade, com área de lote de 364,8365m², sem registro cartorário conforme certidão negativa do cartório de 1º Ofício desta comarca, de posse de **ANTONIA MARIA ALVES DA PAIXÃO,** portadora do CPF nº 908.393.584-15, destinada à construção das instalações permanentes da Escola Municipal Desembargador José Alexandre de Vasconcelos Aquino, da rede municipal de ensino.

Art. 2° - Fica declarada a natureza urgente da desapropriação da área autorizada no artigo 1º deste decreto, para fim do disposto no artigo 15 do Decreto-Lei Federal n. º 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3° - Ficam os procuradores do município autorizados a adotar as providências cabíveis necessárias à efetivação da desapropriação de que trata o presente Decreto, por via amigável ou judicial, mediante prévia avaliação.

Art. 4° - As despesas decorrentes desta desapropriação correrão por conta da dotação orçamentária própria do Fundo Municipal Educação-FME, CNPJ nº 30.773.502/0001-16.

Art. 5° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO MUNICIPAL CORONEL FRANCISCO HERÁCLIO DO REGO, em 03 de dezembro de 2025.

ORLANDO JORGE PEREIRA DE ANDRADE LIMA
- Prefeito-

Publicado por:
Sergio Murilo Bezerra Junior
Código Identificador:84D61184

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 251, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O TERRENO ONDE ESTÁ CONSTRUÍDA A CASA SOB N.º 818, ANTIGA N.º 93, SITUADA NA RUA SÃO SEBASTIÃO, BAIRRO SÃO SEBASTIÃO, NESTA CIDADE, COM ÁREA DE LOTE DE 1.493,6332M², DESTINADA À CONSTRUÇÃO DE ESCOLA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Limoeiro, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e com fundamento no do Decreto-Lei Federal n. º 3.365/1941,

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, por via administrativa ou judicial, o terreno onde está construída a casa sob n.º 818, antiga n.º 93, situada na Rua São Sebastião, bairro São Sebastião, com área de lote de 1.493,6332m², nesta cidade de Limoeiro-PE, de matrícula cartorária nº 8999 conforme certidão de inteiro teor emitida pelo competente cartório de 1º Ofício desta comarca, de propriedade de **ESPÓLIO DE JOSEFA PEREIRA DE MEDEIROS**, CPF sob n° 687.478.104-91, destinada à construção das instalações permanentes da Escola Municipal Desembargador José Alexandre de Vasconcelos Aquino, da rede municipal de ensino.

Art. 2° - Fica declarada a natureza urgente da desapropriação da área autorizada no artigo 1º deste decreto, para fim do disposto no artigo 15 do Decreto-Lei Federal n. º 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3° - Ficam os procuradores do município autorizados a adotar as providências cabíveis necessárias à efetivação da desapropriação de que trata o presente Decreto, por via amigável ou judicial, mediante prévia avaliação.

Art. 4° - As despesas decorrentes desta desapropriação correrão por conta da dotação orçamentária própria do Fundo Municipal Educação-FME, CNPJ nº 30.773.502/0001-16.

Art. 5° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO MUNICIPAL CORONEL FRANCISCO HERÁCLIO DO REGO, em 03 de dezembro de 2025.

ORLANDO JORGE PEREIRA DE ANDRADE LIMA
-Prefeito-

Publicado por:
Sergio Murilo Bezerra Junior
Código Identificador:CD6F2104

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 252, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, CASA SOB N.º 253, SITUADA NA RUA DR. JOSÉ CORDEIRO, BAIRRO CENTRO, NESTA CIDADE, COM ÁREA DE LOTE DE 272,05M², DESTINADA À CONSTRUÇÃO DE ANEXO PARA A ESCOLA MUNICIPAL SALOMÃO GINSBURG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Limoeiro, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e com fundamento no do Decreto-Lei Federal n. º 3.365/1941,

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, por via administrativa ou judicial, o terreno onde está construída a casa sob n.º 253, situada na Rua Doutor José Cordeiro, bairro Centro, com área de lote de 272,05m², nesta cidade de Limoeiro-PE, de número de ordem cartorário nº 21.724 conforme certidão de inteiro teor emitida pelo competente cartório de 1º Ofício desta comarca, de propriedade de **ESPÓLIO DE SEVERINO BATISTA CAVALCANTI**, destinada à construção de anexo para a escola municipal Salomão Ginsburg, da rede municipal de ensino.

Art. 2° - Fica declarada a natureza urgente da desapropriação da área autorizada no artigo 1º deste decreto, para fim do disposto no artigo 15 do Decreto-Lei Federal n. º 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3° - Ficam os procuradores do município autorizados a adotar as providências cabíveis necessárias à efetivação da desapropriação de que trata o presente Decreto, por via amigável ou judicial, mediante prévia avaliação.

Art. 4° - As despesas decorrentes desta desapropriação correrão por conta da dotação orçamentária própria do Fundo Municipal Educação-FME, CNPJ nº 30.773.502/0001-16.

Art. 5° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO MUNICIPAL CORONEL FRANCISCO HERÁCLIO DO REGO, em 03 de dezembro de 2025.

ORLANDO JORGE PEREIRA DE ANDRADE LIMA
-Prefeito-

Publicado por:
Sergio Murilo Bezerra Junior
Código Identificador:29870692

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA Nº 006/2025.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO**, **ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso de suas atribuições legais

CONSIDERANDO o erro de digitação contido na Portaria nº 305/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 02 de dezembro de 2025;

RESOLVE realizar a seguinte errata:

Onde se lê:

Art. 1° Exonerar, a pedido, a servidora **MARA CLÁUDIA DA SILVA MARTINS ALMEIDA**, inscrita no CPF sob o nº 051.155.794-99, matrícula 84.642, do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

Leia – se:

Art. 1° Exonerar, a pedido, a servidora **MARIA CLÁUDIA DA SILVA MARTINS ALMEIDA**, inscrita no CPF sob o nº 051.155.794-99, matrícula 84.642, do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

Permanecem inalteradas as demais disposições.

Esta errata entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito
Limoeiro-PE, em 04 de dezembro de 2025.

ORLANDO JORGE PEREIRA DE ANDRADE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Sergio Murilo Bezerra Junior
Código Identificador:8228F605

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 307, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025.

EMENTA: DESIGNA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE FISCAL E GESTOR DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 93, IX, da Lei Orgânica Municipal e considerando a Lei Federal 8.666/93 e Lei 14.133/2021

RESOLVE:

Art. 1° Designar os servidores elencados abaixo para desempenharem a função de gestor e fiscal do contrato especificado abaixo do Fundo Municipal de Saúde - FMS:

Objeto	Número do Contrato	Fiscal	Gestor
Fornecimento de Fraldas Geriátricas para atender as necessidades da Farmácia Central	131/2025	Wilson Carlos de Moura Guerra, matrícula nº 44.459, Farmacêutico	Marco Antônio da Costa Barbosa, matrícula nº 82.138, Gestor de Contratos da Saúde

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3° Ficam revogadas as demais disposições em contrário.
Publique – se e Registre –se

Gabinete do Prefeito
Limoeiro, 04 de dezembro de 2025.

ORLANDO JORGE PEREIRA DE ANDRADE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Sergio Murilo Bezerra Junior
Código Identificador:42DD849D

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE MACAPARANA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº: 137/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2025 - PREFEITURA. Compra. Tipo menor preço. Restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS DIVERSOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS DIVERSAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E CORRELATAS DO MUNICÍPIO DE MACAPARANA/PE. Valor: R$ 404.431,80.Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 18 DE DEZEMBRO DE 2025. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. No site https://bnccompras.com/. Edital, anexos e outras informações podem ser obtidos no mesmo endereço eletrônico da sessão de abertura; pelos endereços eletrônicos: cplmacaparanape@gmail.com; www.gov.br/pncp; www.gov.br/pncp ou através do Fone: (81) 3639–1156, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis.

Macaparana, 05 de dezembro de 2025.

RHAFAEL AZEVEDO DA CUNHA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Rhafael Azevedo da Cunha
Código Identificador:05DA13F3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº: 022/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 007/2025 – ASSISTÊNCIA SOCIAL. Compra. Tipo menor preço. Restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS DIVERSOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS DIVERSAS REPARTIÇÕES E PROGRAMAS NO ÂMBITO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MACAPARANA/PE. Valor: R$ 62.216,30.Abertura da

sessão pública: 09:00 horas do dia 19 DE DEZEMBRO DE 2025. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. No site https://bnccompras.com/. Edital, anexos e outras informações podem ser obtidos no mesmo endereço eletrônico da sessão de abertura; pelos endereços eletrônicos: cplmacaparanape@gmail.com; https://macaparana.pe.gov.br/portal/; www.gov.br/pncp ou através do Fone: (81) 3639–1156, no horário das 08:00 as 13:00 horas dos dias úteis.

Macaparana, 05 de dezembro de 2025.

RHAFAEL AZEVEDO DA CUNHA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Rhafael Azevedo da Cunha
Código Identificador:380FCBBD

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
ESTADO DE PERNAMBUCO PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPARANA RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

RECONHEÇO E RATIFICO a INEXIGIBILIDADE Nº. 034/2025.PROCESSO Nº: 0136/2025 **-**PREFEITURA**. Compra:** CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DO GRUPO "PRETO NO BRANCO", ATRAÇÃO MUSICAL REPRESENTADA PELA EMPRESA CRIATIVE MUSIC LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº. 08.648.622/0001-32, PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2025, EM EVENTO PÚBLICO, ALUSIVO AO DIA DA BÍBLIA (DIA DO EVANGÉLICO) ESTIPULADO PELO PROJETO DE LEI Nº 18/2025, NO MUNICÍPIO DE MACAPARANA/PE. CRIATIVE MUSIC LTDA. - RUA JOSÉ PENNA MEDINA, 195, ED. UNIQUE BUSINESS, 18º ANDAR, COBERTURA, PRAIA DA COSTA, VILA VELHA- ES, CNPJ nº 08.648.622/0001-32, neste ato representado por IVANILDO MEDEIROS NUNES, SÓCIO EMPRESÁRIO, portador do CPF nº 079.395.337-54 e Carteira de Identidade nº 1231722 SSPES Valor R$ 120.000,00.(Cento e vinte mil reais).

Macaparana, 04 de dezembro de 2025.

PAULO BARBOSA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Rhafael Azevedo da Cunha
Código Identificador:78C31953

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE MIRANDIBA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA COM DISPUTA Nº 024/2025. REPUBLICAÇÃO.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA COM DISPUTA Nº 024/2025. REPUBLICAÇÃO. A Prefeitura Municipal de Mirandiba – PE, torna público para o conhecimento dos interessados, em conformidade com o disposto no art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, a abertura de Dispensa de Licitação do tipo Menor Preço Por Item, objetivando Compra de climatizadores para as Unidade Básicas de Saúde no valor estimado de R$ 13.923,00 (treze mil e novecentos e vinte e três reais). Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço através do Portal Licita Mirandiba, pelo endereço eletrônico licitamirandiba.com.br, com data de abertura agendada para 10 de Dezembro de 2025 às 09:00. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.mirandiba.pe.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal Licita Mirandiba, licitamirandiba.com.br e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Mirandiba - PE, 4 de Dezembro de 2025.

MARIA DO SOCORRO GOMES DE SÁ -
Secretária de Saúde.

Publicado por:
Jefferson Jailson da Silva
Código Identificador:99F1F539

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 132/2025

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 132/2025 - CONVOCAÇÃO DE 2º COLOCADO APÓS PEDIDO DE RESCISÃO DO LICITANTE VENCEDOR, assinado em 04/12/2025. Objeto: Fornecimento de gás de cozinha para atender as necessidades das Unidades de Saúde. Processo Administrativo nº 13015/2025. Modalidade: Dispensa com Disputa nº 008/2025. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Saúde, CNPJ nº 09.096.662/0001-81, CONTRATADO: J R PEREIRA DE MORAIS LTDA, CNPJ nº 27.894.140/0001-07. Valor Global: R$ 21.839,58 (vinte e um mil, oitocentos e trinta e nove reais e cinquenta e oito centavos). Vigência Inicial: 4 de Dezembro de 2025. Vigência Final: 4 de Dezembro de 2026.

Maria do Socorro Gomes de Sá - Secretária de Saúde.
Mirandiba - PE, 4 de Dezembro de 2025

Publicado por:
Jefferson Jailson da Silva
Código Identificador:0EC9F708

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE MORENO

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 812 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE A REPRESENTAÇÃO POR ADVOGADO EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MORENO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORENO, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica assegurado, no âmbito da Administração Pública Municipal direta e indireta o direito de todo aquele que seja parte ou interessado em processos administrativos de qualquer natureza de se fazer assistir por advogado, ressalvados os casos em que a lei exigir a presença obrigatória do profissional.

Art. 2ºA condução dos processos administrativos deverá observar o respeito integral ao contraditório, à ampla defesa e ao devido processo legal, garantindo-se, ainda, o pleno exercício dos direitos e prerrogativas legalmente assegurados à advocacia.

Art. 3º O advogado constituído com poderes específicos poderá requerer que as intimações, notificações e demais atos do processo administrativo sejam realizadas em seu nome e no endereço indicado, sem prejuízo de que também sejam praticados em favor da parte ou interessado.

Parágrafo único. Na hipótese do caput, os prazos para a realização dos atos processuais serão contados a partir da ciência do advogado.

Art. 4º Nos processos administrativos em que se pleiteiem valores em favor do constituinte, inclusive de natureza tributária, o advogado poderá, mediante juntada prévia de contrato de honorários, requerer que o pagamento da verba contratual seja realizado diretamente em seu favor, por dedução da quantia devida ao constituinte.

Parágrafo único. O disposto no caput aplica-se igualmente às hipóteses de pagamento decorrente de acordo extrajudicial ou de abono previsto na Emenda Constitucional nº 114, de 16 de dezembro de 2021.

Art. 5º Esta Lei aplica-se exclusivamente aos processos administrativos instaurados no âmbito da Administração Pública Municipal.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação oficial.
Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Moreno-PE, 04 de novembro de 2025.

EDMILSON CUPERTINO DE ALMEIDA
Prefeito

Publicado por:
Renan Crisostomo Dos Santos
Código Identificador:78A6315B

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 813 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE A QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES COMO ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE MORENO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORENO, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
Seção I
Da Qualificação

Art. 1° Esta Lei dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais no Município de Moreno e autoriza o Poder Executivo a qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, em conformidade com as diretrizes estabelecidas nesta Lei e na Lei Federal nº 9.637, de 15 de maio de 1998.
Parágrafo único. Os contratos de gestão de que trata esta Lei serão submetidos ao controle interno do poder executivo e ao controle externo do Tribunal de Contas e do Ministério Público.
Art. 2° São requisitos específicos para que as entidades privadas referidas no artigo anterior se habilitem à qualificação como organização social:
I - comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre:

a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
b) finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
c) previsão expressa de a entidade ter, como órgãos de deliberação superior e de direção, um conselho de administração e uma diretoria definidos nos termos do estatuto, asseguradas àquele composição e atribuições normativas e de controle básicas previstas nesta Lei, que coordene, anualmente, uma auditoria realizada por empresa independente;
d) previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade, de notória capacidade profissional para atividade a ser desenvolvida e idoneidade moral ou a possibilidade de constituição de Conselho de Administração específico a fim de atender aos requisitos de participação de representantes do poder público e de membros da comunidade para exercer as atribuições referentes aos contratos de gestão celebrados no âmbito deste município e previstos nesta lei;
e) composição e atribuições da diretoria;
f) obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial do Município, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;
g) no caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;
h) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;
i) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Município, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Município, na proporção dos recursos e bens por estes alocados;
Parágrafo único. O disposto na alínea "i" não se aplica ao patrimônio, bens ou direitos preexistentes da entidade, anteriores à sua qualificação, ou oriundo de outras atividades não relacionadas ao contrato de gestão ou ao patrimônio cedido, incumbindo-se à entidade comprovar a origem do patrimônio respectivo, por meio dos mecanismos contábeis cabíveis.
II - ter a entidade recebido aprovação em parecer favorável, quanto à conveniência e oportunidade de sua qualificação como organização social, do Secretário Municipal da Pasta e do Prefeito Municipal;
III - estar constituída há pelo menos dois anos no pleno exercício dos seus objetivos sociais;
IV – comprovar a presença, em seu quadro de pessoal, de profissionais com formação específica para a gestão das atividades a serem desenvolvidas, notória competência e experiência comprovada na área de atuação.

Seção II
Do Conselho de Administração

Art. 3° O conselho de administração deve estar estruturado nos termos que dispuser o respectivo estatuto, observados, para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, os seguintes critérios básicos:
I - ser composto por:
a) 20 a 40% (vinte a quarenta por cento) de membros natos representantes do Poder Público, definidos pelo estatuto da entidade;
b) 20 a 30% (vinte a trinta por cento) de membros natos representantes de entidades da sociedade civil, definidos pelo estatuto;
c) até 10% (dez por cento), no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou os associados;
d) 10 a 30% (dez a trinta por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
e) até 10% (dez por cento) de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida pelo estatuto;
II - os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho devem ter mandato de quatro anos, admitida uma recondução;
III - os representantes de entidades previstos nas alíneas "a" e "b" do inciso I devem corresponder a mais de 50% (cinquenta por cento) do Conselho;
IV - o primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados deve ser de dois anos, segundo critérios estabelecidos no estatuto;
V - o dirigente máximo da entidade deve participar das reuniões do conselho, sem direito a voto;
VI - o Conselho deve reunir-se ordinariamente, no mínimo, três vezes a cada ano e, extraordinariamente, a qualquer tempo;
VII - os conselheiros não devem receber remuneração pelos serviços que, nesta condição, prestarem à organização social, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participem;
VIII - os conselheiros eleitos ou indicados para integrar a diretoria da entidade devem renunciar ao assumirem funções executivas;
IX – os dirigentes poderão receber remuneração aprovada pelo Conselho de Administração, por maioria absoluta de seus membros, observados os valores praticados no mercado, segundo o grau de qualificação exigido e a especialização profissional, devidamente comprovados.
Art. 4° Para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, devem ser atribuições privativas do Conselho de Administração, dentre outras:
I - fixar o âmbito de atuação da entidade, para consecução do seu objeto;
II - aprovar a proposta de contrato de gestão da entidade;
III - aprovar a proposta de orçamento da entidade e o programa de investimentos;
IV - designar e dispensar os membros da diretoria;

V - fixar a remuneração dos membros da diretoria;
VI - aprovar e dispor sobre a alteração dos estatutos e a extinção da entidade por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros;
VII - aprovar o regimento interno da entidade, que deve dispor, no mínimo, sobre a estrutura, forma de gerenciamento, os cargos e respectivas competências;
VIII - aprovar por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras, serviços, compras e alienações e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade;
IX - aprovar e encaminhar, ao órgão supervisor da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela diretoria;
X - fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com o auxílio de auditoria externa e independente.

Seção III
Do Contrato de Gestão

Art. 5° Para os efeitos desta Lei, entende-se por contrato de gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas relacionadas no art. 1o.
§ 1º A celebração do contrato de gestão deve ser conduzida de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da Constituição Federal.
§ 2º O Poder Público dará publicidade da decisão de firmar cada contrato de gestão, indicando as atividades que deverão ser executadas e o fomento correspondente, observadas as atividades previstas art. 1º desta Lei.
§ 3º A celebração do contrato de gestão será precedida de chamamento público, realizado por comissão interna de seleção e julgamento, indicada pelo (a) Secretário (a) Municipal da Pasta da área correspondente à atividade fomentada, que deverá ser composta por membros de adequada qualificação.
§ 4° A proposta da organização social deverá conter prova de que seu quadro de pessoal contém profissionais com formação específica e de experiência comprovada ou notória competência de gestão.
§ 5º O contrato de gestão terá prazo inicial de vigência de até cinco anos, prorrogável sucessivamente até o limite de dez anos, por meio de termo aditivo, condicionado a justificativa de sua necessidade, os benefícios alcançados no ciclo contratual anterior e a demonstração do cumprimento de seus termos e de suas condições, bem como da vantajosidade econômica.
§ 6º O contrato de gestão poderá ser renovado com redução de valor ou de objeto, observado o disposto neste § 5º.
§ 7º Em até cento e oitenta dias antes do término de vigência do contrato de gestão, o Poder Público deverá proceder a convocação pública para seleção de nova organização social.
§ 8º Os gastos de pessoal das organizações sociais não deverão ser incluídos nas despesas de pessoal para fim de cálculo dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.
§ 9º A contratação de empregados e empresas prestadoras de serviço pela organização social será regida em conformidade com as leis trabalhistas e o direito civil, devendo ser conduzidos de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da Constituição Federal, e nos termos dos regulamentos próprios a serem editados pela entidade.
§ 10. A organização social poderá praticar reserva técnica de até 15% (quinze por cento) do valor da parcela mensal de custeio para formação de fundos destinados a provisões, bem como para pagamento de verbas devidas em virtude de rescisões trabalhistas, rescisões contratuais, pagamento de reclamações trabalhistas e demais valores devidos em virtude de processos administrativos ou judiciais que se prolonguem no tempo.
§ 11. O contrato de gestão poderá prever a destinação de recursos para qualificação de empregados, desenvolvimento institucional, promoção socioambiental e desenvolvimento de parceria na área de ensino, pesquisa e extensão.
§ 12. Os repasses do Poder Público à organização social poderão ser utilizados para compra de equipamentos, obras e outros investimentos, conforme previsão no contrato de gestão.

Art. 6° O contrato de gestão discriminará os serviços, as atividades, as metas, os objetivos a serem alcançados nos prazos pactuados, o cronograma de desembolso financeiro, os mecanismos de avaliação de resultados das atividades da organização social, as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da organização social, o prazo de vigência, devendo seu extrato ser publicado no Diário Oficial do Município e disponibilizado no sítio eletrônico do município.
§ 1º O contrato de gestão deverá prever a obrigação de a Administração Pública ressarcir a organização social pelas despesas, encargos financeiros e prejuízos decorrentes de atraso ou transferência incompleta dos repasses.
§ 2º O contrato de gestão poderá prever a sucessão das obrigações de uma organização social para outra ao término do contrato, desde que na convocação pública sejam disponibilizadas informações que garantam a apuração, pelas organizações sociais interessadas, do valor que será assumido na sucessão.
§ 3º A assunção dos direitos e obrigações de uma organização social por outra será formalizada por meio de Termo de Responsabilidade, devendo, no caso de sucessão, o saldo remanescente da reserva técnica indicada no § 11º do art. 5º desta lei ser transferido à organização social sucessora, desde que vinculado à mesma finalidade.
§ 4º É vedada a cessão total ou parcial do contrato de gestão pela Organização Social.
§ 5º A Organização Social na área de saúde deverá observar os princípios do Sistema Único de Saúde, expressos no art. 198 da Constituição Federal e no art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.
Art. 7° Na elaboração do contrato de gestão, devem ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência, e, também, os seguintes preceitos:
I - especificação do plano de trabalho proposto pela organização social, a estipulação das metas a serem atingidas e os respectivos prazos de execução, bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade;
II - a estipulação dos limites e critérios para despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados das organizações sociais, no exercício de suas funções, tendo como referência a tabela de valores praticada pelas entidades privadas.
§ 1º O valor firmado no contrato de gestão deverá ter dotação orçamentária prevista na Lei Orçamentária Anual a fim de garantir o repasse à organização social contratada.
§ 2º Identificado o aumento ou diminuição da demanda ou a necessidade de novos investimentos, poderá ser firmado Termo Aditivo que amplie ou reduza o repasse de verbas para execução do contrato de gestão, bem como para alteração de seu objeto na atividade desenvolvida.
§ 3º Os valores transferidos mensalmente para execução do contrato de gestão, bem como as correspondentes metas quantitativas e qualitativas, deverão, ordinariamente, ser revistos anualmente, sempre no último trimestre do ano em curso, e, extraordinariamente, na forma estabelecida no contrato de gestão, para sua manutenção, aumento ou redução.
§ 4º Os bens cedidos e os valores repassados pelo Poder Público à organização social em virtude do contrato de gestão são impenhoráveis, salvo os que constituírem a reserva técnica.
§ 5º A penhorabilidade dos bens e valores que constituem a reserva técnica restringe-se às obrigações decorrentes, exclusivamente, da execução do objeto do respectivo contrato de gestão.
§ 6º O Secretário Municipal da pasta competente deverá definir as demais cláusulas necessárias dos contratos de gestão de que for signatário, objetivando atingir as finalidades públicas a serem desenvolvidas.

Seção IV
Da Execução e Fiscalização do Contrato de Gestão

Art. 8° A execução do contrato de gestão celebrado por organização social será fiscalizada pela Unidade Gestora da área correspondente à atividade fomentada.

§ 1º A entidade qualificada apresentará à Pasta signatária do contrato, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro.
§ 2º Os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão devem ser analisados, periodicamente, por comissão de avaliação, fiscalização e monitoramento, indicada pelo (a) Secretário (a) Municipal da Pasta, devendo ser composta por membros de adequada qualificação, que analisará, periodicamente, os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão.
§ 3º A comissão de fiscalização e avaliação deve encaminhar ao (à) Secretário (a) da Pasta, ao (à) Prefeito (a) o relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.
§ 4º O balanço e demais prestações de contas da Organização Social devem, necessariamente, ser publicados no Diário Oficial do Município.

Seção V
Do Fomento às Atividades Sociais

Art. 9º As entidades qualificadas como organizações sociais são declaradas como entidades de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais.
Art. 10. Às organizações sociais poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão.
§ 1º São assegurados às organizações sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato de gestão.
§ 2º Poderá ser adicionada aos créditos orçamentários destinados ao custeio do contrato de gestão parcela de recursos, desde que haja justificativa expressa da necessidade pela Organização Social e aprovação do Poder Público.
§ 3º Os bens de que trata este artigo serão destinados às organizações sociais, dispensada licitação, mediante permissão de uso, consoante cláusula expressa do contrato de gestão.
Art. 11. Os bens móveis públicos permitidos para uso poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor, condicionado a que os novos bens integrem o patrimônio do Município.
Parágrafo único. A permuta de que trata este artigo dependerá de prévia avaliação da bem e expressa autorização do Poder Público.
Art. 12. É facultado ao Poder Executivo a cessão especial de servidor para as organizações sociais, com ônus para a origem, durante a vigência do contrato de gestão, na forma abaixo:
§ 1º O valor pago pelo Município, a título de vencimentos, vantagens pecuniárias e contribuição previdenciária do servidor colocado à disposição da Organização Social, será descontado do valor de cada repasse mensal.
§ 2º O ato de disposição pressupõe aquiescência do servidor, hipótese em que ficará mantido seu vínculo com o Município, computando-se o tempo de serviço prestado para todos os efeitos legais, inclusive promoções previstas em Lei e aposentadoria, está vinculada ao desconto previdenciário próprio dos servidores públicos municipais.
§ 3º Durante o período da disposição, o servidor público deverá cumprir também as normas internas da Organização Social.
§ 4º Não será incorporada aos vencimentos ou à remuneração do servidor cedido, no seu cargo de origem, vantagem pecuniária que lhe for paga pela Organização Social.

Seção VI
Da Desqualificação

Art. 13. A entidade privada sem fins lucrativos poderá ser desqualificada, assegurado o contraditório e a ampla defesa:
I - por decisão fundamentada da Pasta de atuação da entidade;
II - quando constatado o descumprimento das disposições contidas no contrato de gestão e nesta lei; e
III - pelo não atendimento, de forma injustificada, às recomendações da comissão de fiscalização e avaliação ou da Pasta de atuação da entidade.
§ 1º A desqualificação será precedida de processo administrativo, assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa, respondendo os dirigentes da organização social, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.
§ 2º A organização social apresentará sua defesa perante a Pasta de atuação da entidade, no prazo de trinta dias, contado da data de sua intimação, respeitado o devido processo legal.
§ 3º A desqualificação ocorrerá em ato do Poder Executivo, cuja proposição caberá à Secretaria Municipal da Pasta gestora do contrato.
§ 4º A organização social desqualificada por motivos de inidoneidade ficará impedida de celebrar novo contrato de gestão com qualquer outro órgão público municipal pelo prazo de 02 (dois) anos.
Art. 14. Na hipótese de desqualificação da organização social, a Pasta de atuação da entidade providenciará a incorporação integral do patrimônio, dos bens, dos legados ou das doações que lhe foram destinados e dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
Art. 15. Na hipótese de desqualificação da organização social, as atividades absorvidas pela entidade privada poderão ser reassumidas pelo Poder Público, com vistas à manutenção da continuidade dos serviços prestados e à preservação do patrimônio, facultado ao Município a transferência da execução do serviço para outra organização social, observado o disposto no art. 2º, caput,inciso I, alínea "i", desta lei, devendo ser glosados os serviços não realizados pela entidade desqualificada.

Seção VII
Da Rescisão

Art. 16. É facultado ao Poder Público e à organização social rescindir o contrato de gestão antes do prazo, por acordo amigável entre as partes ou unilateralmente.
§ 1º O Poder Público poderá rescindir unilateralmente o contrato de gestão:
I - quando a organização social houver descumprido substancialmente seu teor e não tiver sanado a falta em até 60 (sessenta) dias, contados da notificação do Poder Público;
II - em decorrência de insolvência civil da organização social ou sua dissolução;
III - em razão de interesse público justificadas e determinadas pelo Chefe do Poder Executivo;
§ 2º A organização social poderá rescindir unilateralmente o contrato de gestão:
I - quando houver atraso, total ou parcial, superior a 90 (noventa) dias, de valores devidos pelo Poder Público;
II - pela ocorrência de caso fortuito ou força maior devidamente justificado e aceito pelo Poder Público com notificação prévia de no mínimo de mínimo sessenta dias;
§ 3º Considera-se descumprimento substancial do contrato de gestão pela organização social:
I – a aplicação das verbas transferidas pelo Poder Público ou a utilização de bens, móveis ou imóveis, para outros fins que não o cumprimento do objeto do contrato de gestão;
II - o descumprimento de obrigações previstas no contrato de gestão que não tenha sido sanado após notificação do Poder Público.
§ 4º Em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem e situação emergencial decretada pelo Poder Público, o prazo para adequação da organização social por quaisquer descumprimentos será suspenso enquanto vigorar a decretação.
§ 5º No processo de rescisão, a quitação das obrigações trabalhistas terá prioridade no uso da reserva técnica.
§ 6º A organização social responderá exclusivamente pelos débitos trabalhistas e fiscais que ultrapassarem o valor do inadimplemento da Administração Pública.
§ 7º A administração Pública não terá nenhum tipo de responsabilidade, seja solidária ou subsidiária, dolosa ou culposa, por débitos trabalhistas e fiscais que ultrapassem os valores inadimplidos à organização social.
§ 8º A sucessão sub-roga à sucessora ou ao Poder Público todos os haveres e deveres futuros, a partir da consolidação da rescisão do Contrato de Gestão.
§ 9º A empresa cujo contrato de prestação de serviços seja rescindido pela organização social não fará jus ao recebimento de eventual multa rescisória se for recontratada pelo Poder Público ou por organização social que se sub-rogue no contrato de gestão rescindido.

§ 10. A recontratação pela sucessora de empregados demitidos pela organização social anterior fica submetida aos termos do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).
Art. 17. No processo de rescisão:
I – se for o Poder Público a parte rescisora, a organização social deverá ser comunicada sobre o interesse de revogação do contrato por ofício;
II – se for a organização social a parte rescisora, o Poder Público deverá ser comunicado oficialmente após deliberação do Conselho de Administração.
§ 1º Após o registro de ciência pela parte notificada, por ofício, o órgão responsável pelo contrato de gestão deverá publicar no Diário Oficial a abertura do processo de transição.
§ 2º Deverá constar do Diário Oficial o tempo para o processo de transição da administração, garantidos prazo máximo de 60 (sessenta) dias, o qual poderá ser prorrogado por idêntico período, desde que a necessidade seja devidamente justificada.
§ 3º O prazo estipulado para o processo de transição conta-se a partir da publicação no Diário Oficial, sendo vedada a retroação.
§ 4º A rescisão do contrato de gestão se efetivará após cumprido o prazo estipulado no processo de transição.

CAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18. A organização social fará publicar, no prazo máximo de noventa dias contado da assinatura do contrato de gestão, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público.
Parágrafo único. O regulamento previsto no caput deste artigo deverá primar pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
Art. 19. Os requisitos específicos e de qualificação das organizações sociais, bem como o procedimento, a forma de seleção e demais regras, serão estabelecidos em decreto pelo Poder Executivo.
Art. 20. Os integrantes da comissão interna de seleção e julgamento e da comissão de avaliação, fiscalização e monitoramento serão nomeados por decreto e não farão jus ao pagamento da gratificação.
Art. 21. Todas as publicações feitas no Diário Oficial do Município, determinadas nesta Lei, deverão também ser disponibilizadas na rede pública de dados.
Art. 22. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a suplementá-las, se necessário.
Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Moreno-PE, 25 de novembro de 2025.

EDMILSON CUPERTINO DE ALMEIDA
Prefeito

Publicado por:
Renan Crisostomo Dos Santos
Código Identificador:65A71FD7

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 814 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 01 DE 1976 E DEFINE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORENO, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei Municipal nº 01 de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘’Art. 1º Fica considerada de utilidade Pública Municipal, a instituição ‘’Centro de Acolhimento e Paz’’, localizada no Distrito de Bonança, Município de Moreno/PE, instituição destinada a acolher, educar, e instruir crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social’’.

Art. 2º Esta lei entra em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Moreno-PE, 25 de novembro de 2025.

EDMILSON CUPERTINO DE ALMEIDA
Prefeito

Publicado por:
Renan Crisostomo Dos Santos
Código Identificador:D527C6B7

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 815 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025

INSTITUI O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE MORENO PARA O QUADRIÊNIO 2026–2029, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 165, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTABELECENDO DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA O PERÍODO E DEFINE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORENO, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica instituído o Plano Plurianual do Município de Moreno para o período de 2026 a 2029, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal.
Art. 2º O Plano Plurianual tem como diretrizes:
I – a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário;
II – a realização de políticas públicas para a cidadania, a afirmação dos direitos e a justiça social;
III – a efetivação da democracia, da qualidade da gestão pública e a ampliação da participação popular.
Art. 3º São objetivos estratégicos a serem alcançados pelo Plano Plurianual:
I – estimular a geração de trabalho e emprego em diversos setores da economia local, por meio do incentivo ao empreendedorismo, promovendo a geração e a distribuição de renda;
II – implementar política municipal de abastecimento alimentar que estimule a produção agropecuária diversificada, com foco na geração de renda e empregos no campo, especialmente na agricultura familiar;
III – qualificar a infraestrutura urbana e rural, priorizando a resolução de problemas estruturais mediante intervenções em pontos estratégicos;
IV – promover o comprometimento de agentes públicos e privados com a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, por meio de estratégias de desenvolvimento sustentável;
V – estimular o desenvolvimento científico e tecnológico, com vistas à criação de bases para transformar Moreno em um polo de referência regional;
VI – garantir o direito humano à saúde, por meio da promoção de políticas públicas que assegurem o acesso universal, equitativo e de qualidade aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS);
VII – garantir o direito humano à educação, promovendo políticas públicas que assegurem a educação básica como instrumento de aprendizagem e exercício da cidadania;
VIII – garantir o direito à assistência social, por meio da promoção de política pública articulada e coordenada, com prioridade aos segmentos sociais em maior vulnerabilidade;
IX – garantir o direito à acessibilidade e à mobilidade, por meio de ações e serviços que promovam a integração cidadã nos diversos espaços urbanos;
X – garantir o direito à moradia adequada, com atenção especial às populações de baixa renda, ampliando o acesso à habitação de interesse social;

XI – assegurar o direito ao desenvolvimento artístico e cultural, por meio de políticas públicas de valorização da cultura popular, do esporte e do lazer;
XII – contribuir com a promoção do direito de viver livre da violência, através de ações de integração comunitária e articulação entre segurança pública e cidadania;
XIII – garantir o direito à cidade, por meio de mecanismos de participação popular nas decisões de planejamento urbano e inclusão de populações residentes em áreas de risco;
XIV – consolidar Moreno como polo regional com presença estratégica em fóruns e instâncias estaduais e federais;
XV – promover o acesso amplo e transparente à informação pública, fortalecendo o exercício da cidadania e a participação democrática;
XVI – garantir a participação qualificada, permanente e efetiva da cidadania na definição e implementação de políticas públicas municipais;
XVII – oferecer serviços públicos qualificados para assegurar os direitos da cidadania, com estrutura física, recursos humanos e controle administrativo e financeiro adequados;
XVIII – garantir recursos financeiros para a implementação das prioridades políticas municipais, por meio do incremento do orçamento público com receitas próprias e da captação de recursos junto aos governos estadual e federal.
Art. 4º Os Programas de Ação da Administração Pública Municipal, constantes dos Anexos, constituem instrumentos de organização das ações a serem desenvolvidas pelo Poder Executivo Municipal durante o período de vigência deste Plano Plurianual.
Art. 5º Os valores consignados a cada ação são estimativas referenciais e não constituem limites à programação das despesas previstas em cada Lei de Diretrizes Orçamentárias e em cada Lei Orçamentária Anual, bem como em propostas de créditos adicionais.
Art. 6º Os recursos que financiarão a programação constante no Plano Plurianual são oriundos de fontes próprias do Município, de transferências constitucionais, de operações de crédito, de convênios com o Estado e a União, e de parcerias com a iniciativa privada.
Art. 7º A inclusão, exclusão ou alteração de programas definidos nesta Lei serão propostas pelo Poder Executivo, mediante Projeto de Lei de revisão anual ou de revisões específicas.
§ 1º Os Projetos de Lei de revisão anual, quando necessários, serão encaminhados à Câmara Municipal até o dia 5 de outubro dos exercícios de 2026, 2027, 2028 e 2029.
§ 2º As Leis de Diretrizes Orçamentárias poderão promover ajustes no Plano Plurianual, desde que em consonância com suas diretrizes estratégicas e com o cenário de financiamento, mantendo-se os ajustes realizados nos exercícios subsequentes.
§ 3º Considera-se alteração de programa:
I – modificação da denominação, do objetivo, do público-alvo, de indicadores ou índices;
II – inclusão ou exclusão de ações e produtos;
III – alteração do título da ação orçamentária, do produto, da unidade de medida, das metas ou dos custos.
§ 4º Alterações no PPA decorrentes de mudanças no cenário de financiamento deverão ser objeto de Projeto de Lei específico, com a devida justificativa, encaminhado ao Poder Legislativo.
Art. 8º As codificações de programas e ações constantes deste Plano serão observadas nas respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias, Leis Orçamentárias Anuais e seus créditos adicionais, bem como nas Leis de revisão do Plano Plurianual.
Parágrafo único. Os códigos referidos neste artigo permanecerão válidos até a extinção dos programas e ações a que se vinculam.
Art. 9º Somente poderão ser contratadas operações de crédito para o financiamento de projetos especificados no Plano Plurianual, observando-se os montantes de investimento correspondentes.
Art. 10. O Plano Plurianual e seus programas serão permanentemente acompanhados e anualmente avaliados.
§ 1º O acompanhamento da execução será realizado com base na evolução das ações previstas em cada programa, utilizando, entre outros subsídios, o plano gerencial de execução e as informações físico-financeiras fornecidas pelos responsáveis pela execução.
§ 2º A avaliação será baseada nos objetivos, no desempenho dos indicadores de cada programa e no atingimento das metas físicas e financeiras, cujas informações deverão ser repassadas à Secretaria Municipal de Planejamento, conforme estabelecido nesta Lei e em regulamentos complementares.
Art. 11. Os órgãos responsáveis pelos programas e ações indicarão servidores responsáveis pela execução e pelo fornecimento das informações necessárias ao monitoramento e à avaliação do Plano Plurianual.
Art. 12. O Poder Executivo, disponibilizará eletronicamente, no Portal da Prefeitura, a íntegra desta Lei, suas alterações consolidadas e os relatórios anuais, no prazo de até 60 (sessenta) dias após sua aprovação.
Art. 13. O Poder Executivo poderá estabelecer normas complementares para a gestão do Plano Plurianual 2026–2029.
Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

Moreno-PE, 04 de dezembro de 2025.

EDMILSON CUPERTINO DE ALMEIDA
Prefeito

Publicado por:
Renan Crisostomo Dos Santos
Código Identificador:06AC3378

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTRATO Nº 128/2025

Processo Administrativo Nº 160/2025
Dispensa Nº 063/2025
Processo Eletrônico 1Doc Nº 1.533/2025
Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DORNECIMENTO PARCELADO DE AGUA MINERAL E GÁS LIQUEFEITO, ATENDENDO A DEMANDA DA SECRETERIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL.**
Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Contratado: GABRIELLY DA SILVA DOMINGOS 13469438420
Signatário Contratante: CIRO REIS DE FREITAS
Signatário Contratado: GABRIELLY DA SILVA DOMINGOS
Gestor do Contrato: LUANA DARC DOS SANTOS VASCONCELOS
Fiscal do Contrato: MARIA SAYONARA HOLANDA CUNHA NASCIMENTO
Vigência do contrato: 12 (DOZE) MESES
Valor do Contrato: 20.088,00 (VINTE MIL E OITENTA E OITO REAIS)
Data da assinatura: 28 DE NOVEMBRO DE 2025

Publicado por:
Marcos Antonio Silveira Gadelha Júnior
Código Identificador:5D14C28D

SEPLAG - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE ITENS FRACASSADOS PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 096/2025 [PROC. 1DOC Nº 719/2025] - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 015/2025

AVISO DE ITENS FRACASSADOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 096/2025 [Proc. 1Doc nº 719/2025] - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 015/2025

O Pregoeiro do Município do Moreno, informa os itens FRACASSADOS do certame em epígrafe cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS, PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NO FORNECIMENTO DE INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALAR, A FIM DE ATENDER A ATENÇÃO BÁSICA, SERVIÇO DE PRONTO ATENDIMENTO E REDE ESPECIALIZADA DO MUNICÍPIO DE MORENO/PE**

Item	Descrição	Status
53	ESCOVA DE ROBSON	FRACASSADO
85	LAMPARINA METÁLICA A ÁLCOOL	FRACASSADO
114	TENSIOMETRO DIGITAL	FRACASSADO

Moreno, 04 de dezembro de 2025.

GIVALDO TORRES
Pregoeiro – Equipe de Pregão PMM
Mat. nº 31.311

Publicado por:
Givaldo Torres
Código Identificador:3565BFAA

SEPLAG - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO (1DOC) Nº. 736/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

HOMOLOGO, o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO (1DOC) Nº. 736/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO nº 008/2024 cujo objeto consistenoAQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES A SEREM ADQUIRIDOS, ATRAVÉS DA PORTARIA GM/MS Nº 2.528, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023, VISANDO IMPLEMENTAR E QUALIFICAR O CENTRO DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO - CAF, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES DO NO TERMO DE REFERÊNCIA, PARTE INTEGRANTE E INDISSOCIÁVEL DESTE EDITAL e ADJUDICOo objeto às licitantes:

GENESYS SCIENTIFIC EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA inscrita no CNPJ nº 54397332000180 com os lotes: 1 no valor total de R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).

BD INFORMATICA LTDA inscrita no CNPJ nº 32109914000181 com os lotes: 9 no valor total de R$ 8.740,52 (oito mil e setecentos e quarenta reais e cinquenta e dois centavos).

UNIMOVEIS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS HOSPITALARES LTDA inscrita no CNPJ nº 46235001000116 com os lotes: 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11 no valor total de R$ 16.490,00 (dezesseis mil e quatrocentos e noventa reais).

Moreno, 04 de dezembro de 2025.

RAMON NASCIMENTO DA SILVA
Secretário de Saúde

Publicado por:
Givaldo Torres
Código Identificador:13D12E2C

SEPLAG - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 091/2025 [PROC. 1DOC Nº 717/2025] - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

HOMOLOGO, o PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 091/2025 [Proc. 1Doc nº 717/2025] - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2025 cujo objeto consistenoREGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS AFIM DE ATENDER A ATENÇÃO BÁSICA DE SERVIÇO DE PRONTO ATENDIMENTOS E REDE ESPECIALIZADA NO MUNICÍPIO DO MORENO/PE. e ADJUDICOo objeto à licitante:

AGRESTEMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI inscrita no CNPJ nº 35.854.418/0001-40, com sede a Av. Frei Damião, 113, Centro, São Joaquim do Monte/PE, CEP 55.670-000, o valor total anual **R$ 259.575,00 (duzentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e setenta e cinco reais) para os itens 173,178 e 198.**

EUTICA ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.780.117/0001-96, com sede a Rua José Alvaro de Melo, 355, Piedade, Jaboatão dos Guararapes/PE, CEP: 54.400-80, o valor total anual **R$ 399.511,50 (trezentos e noventa e nove mil, quinhentos e onze reais e cinquenta centavos), para os itens 19, 23, 27, 33, 35, 37, 39, 41, 43, 45, 47, 49, 51, 53, 55, 57, 59, 61, 65, 67, 69, 73, 75, 77, 81, 83, 85, 87, 89, 91, 93, 95, 101, 105, 107, 216.**

FJS DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS LTDA inscrita no CNPJ nº 51.045.579/0001-40, com sede a Rua Manoel Franklin, Centro, São Joaquim do Monte/PE, CEP: 55.670-000, o valor total anual **R$ 1.157.918, 50 (um milhão cento e cinquenta e sete mil, novecentos e dezoito reais e cinquenta centavos), para os itens 01, 02, 03, 04, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 14, 15, 17, 21, 24, 26, 29, 46, 48, 52, 80, 96, 97, 98, 99, 109, 110, 111, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 127, 129, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 150, 151, 153, 156, 159, 161, 163, 166, 167, 169, 170, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 212, 214, 215, 217, 218, 220, 222, 223, 225, 228, 230, 230, 232, 233, 234, 235, 241, 244, 245, 246, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 265, 266, 269, 270, 271, 272, 274, 277, 278, 279, 280, 282, 283, 286, 287.**

G.O MEDICAL LTDA inscrita no CNPJ nº 56.795.674/0001-84, com sede a Q Quadra 469, SN, Lote 1F, Parque Estrela Dalva, Nova Gama/GO, CEP: 72.860-132, o valor total anual **R$ 39.735, 00 (trinta e nove mil, setecentos e trinta e cinco reais), para os itens 190, 227, 264, 289.**

MEDIAL SAÚDE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALAR inscrita no CNPJ nº 23.993.232/0001-93, com sede a Rua Eurico de Souza, 594, Cordeiro, Recife/PE, CEP: 50.721-100, o valor total anual **R$ 245.200, 00 (duzentos e quarenta e cinco mil, duzentos reais), para os itens 05, 103, 114, 116.**

MEDVIDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA inscrita no CNPJ nº 06.132.785/0001-32, com sede a Rodovia BR 101 Sul, Km 80, o valor total anual **R$ 106.588, 00 (cento e seis mil, quinhentos e oitenta e oito reais), para os itens 36, 175, 183, 186, 188, 267, 285, 290.**

MIX DISTRIBUIDORA LTDA inscrita no CNPJ nº 55.492.463/0001-00, com sede a Av. Projetada, SN, Lote parque alvorada quadra 2c lote 7, Boa Vista, Garanhuns/PE, CEP: 55.293-000, o valor total anual **R$ 714.718, 30 (setecentos e catorze mil, setecentos e dezoito reais e trinta centavos), para os itens 06, 13, 16, 18, 20, 22, 28, 30, 32, 40, 44, 50, 54, 56, 60, 64, 66, 72, 74, 76, 82, 84, 86, 88, 90, 92, 94, 106, 108, 113, 118, 124, 126, 130, 131, 135, 148, 149, 152, 158, 168, 211, 239, 268, 288, 291.**

MS HOSPITALAR EIRELI inscrita no CNPJ nº 36.191.620/0001-00, com sede a Rua Buenopolis, 200, acesso a BR324, Galpão B, Feira de Santana Bahia, CEP: 44.094-594, o valor total anual **R$ 41.584, 00 (quarenta e um mil e quinhentos e oitenta e quatro reais), 179, 262, 263, 275, 281.**

N&J DISTRIBUIDORA LTDA inscrita no CNPJ nº 58.181.756/0001-64, com sede a Rua Antonio Gomes de Lima, 299, Centro, Calumbi/PE, CEP: 56.930-000, o valor total anual **R$ 382.780, 00 (trezentos e oitenta e dois mil, setecentos e oitenta reais), para os itens 31, 58, 71, 104, 112, 123, 125, 128, 142, 143, 154, 155, 157, 160, 162, 164, 165, 182, 210, 243, 253, 259.**

PROVIDE HOSPITALAR LTDA inscrita no CNPJ nº 43.573.889/0001-09, com sede a Av Torres, Jardim Diamante, 6417, Maringa/PR, CEP: 87.024-190, o valor total anual **R$ 183.050, 00 (oitenta e três mil e cinquenta reais), para os itens 172, 177, 189, 195, 207, 221, 284.**

YUMED COMERCIO LTDA inscrita no CNPJ nº 48.479.110/0001-04, com sede a Rua Dois, Maranguape 1, Paulista, CEP: 53.444-380, o valor total anual **R$ 140.040, 00 (cento e quarenta mil e quarenta reais), para os itens 25, 34, 38, 42, 62, 63, 68, 70, 78, 79, 100, 102, 219, 226, 229, 231, 236, 247, 276.**

Moreno, 28 de novembro de 2025.

RAMON NASCIMENTO DA SILVA
Secretário de Saúde

Publicado por:
Givaldo Torres
Código Identificador:27B4C20B

SEPLAG - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO (1DOC) Nº. 719/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

HOMOLOGO, o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO (1DOC) Nº. 719/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO nº 015/2025 cujo objeto consistenoREGISTRO DE PREÇOS, PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NO FORNECIMENTO DE INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALAR, A FIM DE ATENDER A ATENÇÃO BÁSICA, SERVIÇO DE PRONTO ATENDIMENTO E REDE ESPECIALIZADA DO MUNICÍPIO DE MORENO/PE e ADJUDICOo objeto às licitantes:

ODONTOMASTER EQUIPAMENTOS LTDA inscrita no CNPJ nº 54860907000150 com os lotes: 27, 28, 29, 30, 50, 81 no valor total de R$ 32.619,70 (trinta e dois mil e seiscentos e dezenove reais e setenta centavos).

MEGA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI -ME inscrita no CNPJ nº 25341162000114 com os lotes: 12, 16, 24, 35, 36, 37, 124, 44, 45, 46, 52, 89, 91, 38, 39, 40, 41, 42, 43 no valor total de R$ 5.112,60 (cinco mil e cento e doze reais e sessenta centavos).

ANA JULIA MARTINS FALEIROS DE ANDRADE LTDA. inscrita no CNPJ nº(40649293000157 com os lotes: 1, 2, 13, 18, 19, 20, 121, 122, 123, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 92, 93, 98, 102, 103, 104, 83, 84, 86, 87, 88, 90, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 56, 58, 59, 61, 62, 63, 47, 48, 49, 51, 54, 55, 23, 25, 26, 32, 33, 34 no valor total de R$ 60.083,70 (sessenta mil e oitenta e três reais e setenta centavos)

MIX DISTRIBUIDORA LTDA inscrita no CNPJ nº 55492463000100 com os lotes: 3, 4, 5, 6, 7, 8, 99, 100, 101, 105, 106, 107, 21, 22, 31, 57, 60, 94, 9, 10, 11, 14, 15, 17 no valor total de R$ 14.140,70 (quatorze mil e cento e quarenta reais e setenta centavos).

DENTAL BH BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR LTDA inscrita no CNPJ nº 31401798000107 com os lotes: 95, 96, 97 no valor total de R$ 3.694,50 (três mil e seiscentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos).

Moreno, 04 de dezembro de 2025.

RAMON NASCIMENTO DA SILVA
Secretário de Saúde

Publicado por:
Givaldo Torres
Código Identificador:D1F3DA0B

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE NAZARÉ DA MATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ DA MATA - GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 569/2025

Institui a Política Municipal de Incentivo ao Jovem Empreendedor no Município de Nazaré da Mata e dá outras providências.

A Prefeita Constitucional do Município de Nazaré da Mata, no uso de suas atribuições legais, torna público que a Câmara Municipal de Nazaré da Mata aprovou e, por meio deste, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Incentivo ao Jovem Empreendedor em Nazaré da Mata, com o propósito de atender às disposições da Lei Federal nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 (Estatuto da Juventude). Esta política tem por finalidade fomentar a cultura empreendedora entre os jovens, reconhecendo sua importância no cenário econômico e social.

Art. 2º São objetivos da Política Municipal de Incentivo ao Jovem Empreendedor:

I – Elaborar estratégias e incentivar ações que fortaleçam o potencial dos jovens empreendedores, estimulando a concretização de suas ideias e projetos;
II – Promover a cultura empreendedora nos diversos setores econômicos, impulsionando a inovação e a criatividade em todas as áreas;
III – Estimular a atuação empreendedora de micro e pequenos jovens empresários, que buscam a geração de oportunidades de emprego;
IV – Incentivar práticas de produção sustentável, compatíveis com a preservação do meio ambiente;
V – Valorizar a pesquisa e a adoção de novas tecnologias que melhorem a eficiência e a competitividade dos empreendimentos;
VI – Estimular programas que facilitem o acesso dos jovens empreendedores a linhas de crédito e parcerias com instituições financeiras;
VII – Incentivar a cooperação entre sociedade civil, Poder Executivo, instituições de ensino e setor privado para o desenvolvimento de iniciativas empreendedoras.

Art. 3º Esta política municipal abrangerá jovens que preencham os seguintes requisitos:

I – Idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos;
II – Não ocupem cargos ou posições públicas;
III – Apresentem um Plano de Negócios;
IV – Tenham concluído o Ensino Médio e curso profissionalizante, ou estejam cursando/concluído o Ensino Superior.

Art. 4º O Poder Executivo poderá apoiar os jovens empreendedores, observada a legislação orçamentária vigente, mediante:

I – Incentivo à aquisição de itens essenciais para implantação, expansão ou modernização de atividades produtivas e de prestação de serviços;
II – Apoio à aquisição de equipamentos e programas de informática que contribuam para a gestão dos empreendimentos;
III – Promoção de oficinas, capacitações e eventos que incentivem a formação empreendedora.

Art. 5º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, visando garantir sua aplicação eficaz.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nazaré da Mata, 01 de dezembro de 2025.

ADRIANA ANDRADE LIMA VASCONCELOS COUTINHO
Prefeita de Nazaré da Mata

Publicado por:
Ulisses Matheus Braga de Freitas Melo
Código Identificador:6B62169F

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ DA MATA - GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 570/2025

Autoriza a criação do protocolo de segurança voltado para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, de abuso e/ou exploração sexual em quaisquer ambientes, garantindo-lhes atendimento obrigatório e integral e evitando a revitimização.

A Prefeita Constitucional do Município de Nazaré da Mata, no uso de suas atribuições legais, torna público que a Câmara Municipal de Nazaré da Mata aprovou e, por meio deste, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Nazaré da Mata, PE, o Protocolo Municipal de Acolhimento Integrado com o objetivo de coibir, prevenir e garantir atendimento imediato e integrado às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, de abuso e/ou exploração sexual em quaisquer ambientes, garantindo-lhes atendimento obrigatório e integral e evitando a revitimização nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parágrafo único. O protocolo consistirá em um fluxo coordenado e ininterrupto de atendimento, envolvendo, de forma articulada, todos os órgãos públicos com atribuição na proteção da infância e juventude, tais como: Conselhos Tutelares, CREAS, Ministério Público, Defensoria Pública, Delegacia de Polícia, Instituto Médico Legal (IML), dentre/outros órgãos especializados.

Art. 2º O Protocolo observará as seguintes diretrizes:

I – No momento da comunicação de situação de abuso sexual contra criança ou adolescente, o órgão responsável pelo primeiro atendimento deve comunicar imediatamente os demais órgãos integrantes;

II – A comunicação será realizada por meio de central de informação interligada a todos os entes participantes, a ser criada especificamente para essa finalidade, podendo utilizar canais como telefone, e-mail, WhatsApp, Instagram ou qualquer outro meio digital que assegure a transmissão da informação em tempo real;

III – Todos os órgãos integrantes deverão designar representante para atendimento imediato, preferencialmente no local onde se encontra a vítima;

IV – Caso não seja possível o deslocamento até o local da ocorrência, a central definirá qual órgão será responsável por conduzir a vítima a um espaço reservado para atendimento, devendo os demais órgãos se dirigir a este mesmo local, com urgência e prioridade;

V – Os serviços previstos em lei para acolhimento da vítima deverão realizar no local o atendimento inicial, evitando a revitimização da criança ou adolescente, e prevenindo deslocamentos sucessivos entre diferentes instituições, com vistas a reduzir o constrangimento e a exposição;

VI – Para os fins deste artigo, entende-se como equipe multidisciplinar o grupo de profissionais legalmente habilitados para o atendimento especializado, tais como: médicos, legistas, enfermeiros, psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, delegados de polícia, defensores públicos, promotores de justiça, entre/outros.

VII – A denúncia declarada deverá ser feita por qualquer cidadão diretamente ao Conselho Tutelar, à Delegacia de Polícia, ao serviço especializado no Sistema Único de Saúde (SUS) ou ainda ao serviço de referência no atendimento às vítimas de violência sexual CREAS – do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

§ 1º – Os profissionais que atuam nas áreas de saúde e educação devem, obrigatoriamente, fazer a denúncia à Delegacia de Polícia e ao Conselho Tutelar.

§ 2º – Na hipótese de o profissional da educação identificar ou a criança ou adolescente revelar atos de violência, inclusive no ambiente escolar, ele deverá:

I – acolher a criança ou o adolescente;

II – informar à criança ou ao adolescente, ou ao responsável ou à pessoa de referência, sobre direitos, procedimentos de comunicação à autoridade policial e ao conselho tutelar;

III – encaminhar a criança ou o adolescente, quando couber, para atendimento emergencial em órgão do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e

IV – comunicar o Conselho Tutelar.

§ 3º – Havendo indícios suficientes de violência sexual deverá ser encaminhado um relatório à Promotoria de Justiça e à Delegacia de Polícia obrigatoriamente, sem prejuízo do encaminhamento ao CREAS, garantindo-se assim, a continuidade e a adequação do atendimento prestado.

§ 4º – Havendo apenas suspeita de violência sexual, o caso deverá ser encaminhado para o CREAS ou outro órgão similar, para realização de escuta especializada, devendo também ser encaminhado um relatório à Promotoria de Justiça, bem como à Delegacia de Polícia.

Art. 3º – Após tomar conhecimento da escuta especializada, o Conselho Tutelar deverá verificar se foram tomadas todas as providências para atendimento da criança ou do adolescente, dos pais ou responsáveis e do suposto abusador e ainda deverá verificar se a referida escuta especializada foi encaminhada para a Promotoria de Justiça e a Delegacia de Polícia.

Parágrafo Único – Analisada a escuta especializada, serão identificadas as demandas e especificidades de cada situação através da elaboração de um Plano de Acompanhamento, que norteará as medidas de atendimento continuado, bem como o encaminhamento para serviços, programas e benefícios da rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos.

Art. 4º Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, consideram-se formas de violência contra a criança e o adolescente, entre/outras:

I – Violência física: qualquer conduta que ofenda a integridade física ou a saúde corporal da vítima;

II – Violência sexual: qualquer ato que constranja a criança ou adolescente a presenciar, manter ou participar de relação sexual não consentida, mediante ameaça, coerção, força, suborno, manipulação ou qualquer forma de violência.

Art. 5º A adesão, adoção e execução do Protocolo Municipal de Acolhimento Integrado será obrigatória para todos os órgãos públicos municipais que atuem na proteção dos direitos da criança e do adolescente, bem como para as Polícias Civil e Militar e para as instituições do Poder Judiciário com atribuição na área da infância e juventude no Município de Nazaré da Mata.

Parágrafo único – Caberá ao Poder Executivo, por meio dos órgãos competentes, editar os atos normativos necessários à regulamentação e à implementação do Protocolo, bem como desenvolver ações educativas e de capacitações contínuas voltadas aos profissionais envolvidos.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nazaré da Mata, 01 de dezembro de 2025

ADRIANA ANDRADE LIMA VASCONCELOS COUTINHO
Prefeita de Nazaré da Mata.

Publicado por:
Ulisses Matheus Braga de Freitas Melo
Código Identificador:36BA51A7

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ DA MATA - GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 571/2025

Denomina de "RUA JUANITA JUSSANY TIAGO DO NASCIMENTO, o Trecho que especifica no Loteamento Jardim Nazaré nesta cidade e dá outras providências.

A Prefeita Constitucional do Município de Nazaré da Mata, no uso de suas atribuições legais, torna público que a Câmara Municipal de Nazaré da Mata aprovou e, por meio deste, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Denomina de "RUA JUANITA JUSSANY TIAGO DO NASCIMENTO", o trecho compreendido pela rua que margeia o Loteamento Jardim Nazaré, com início na Praça JUANITA JUSSANY TIAGO DO NASCIMENTO (Praça Eiffel), localizada no Loteamento Sítio Novo, até a Rua Sólon Inácio da Silva, centro, nesta cidade.

Art. 2º. Esta Lei Entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Nazaré da Mata, 01 de dezembro de 2025

ADRIANA ANDRADE LIMA VASCONCELOS COUTINHO
Prefeita de Nazaré da Mata.

Publicado por:
Ulisses Matheus Braga de Freitas Melo
Código Identificador:6BF36BF2

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE OLINDA

CÂMARA DE VEREADORES DE OLINDA
PORTARIA Nº 268/2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art.42, inciso IV, do Regimento Interno e tendo em vista a **Lei Nº 6.070/2019,**

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 13 de novembro de 2025, a senhora **KEYLA TORRES FONSECA,** CPF nº ***. 616.364 -**, Assessor (a) Especial II, a ser lotado (a) na 2ª Vice-Presidência.

CASA BERNARDO VIEIRA DE MELO,
Gabinete da Presidência, em 13 de novembro de 2025.

SAULO HOLANDA RABELO DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Fabiane Maria Souza Macêdo de Paula
Código Identificador:0E39E2CA

CÂMARA DE VEREADORES DE OLINDA
PORTARIA Nº 269/2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art.42, inciso IV, do Regimento Interno e tendo em vista a **Lei Nº 6.070/2019,**

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 13 de novembro de 2025, a senhora **PATRICIA LIMA DE OLIVEIRA GOMES,** CPF nº ***. 243.514 -**, Assessor (a) de Apoio, a ser lotado (a) na Procuradoria da Especial da Mulher.

CASA BERNARDO VIEIRA DE MELO,
Gabinete da Presidência, em 13 de novembro de 2025.

SAULO HOLANDA RABELO DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Fabiane Maria Souza Macêdo de Paula
Código Identificador:F7A6B77C

CÂMARA DE VEREADORES DE OLINDA
PORTARIA Nº 270/2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art.42, inciso IV, do Regimento Interno e tendo em vista a **Lei Nº 6.070/2019,**

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 13 de novembro de 2025, a senhora **KARINA DOS SANTOS SILVA,** CPF nº ***. 277.484 -**, Assessor (a) de Apoio, a ser lotado (a) na Procuradoria Especial da Mulher.

CASA BERNARDO VIEIRA DE MELO,
Gabinete da Presidência, em 13 de novembro de 2025.

SAULO HOLANDA RABELO DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Fabiane Maria Souza Macêdo de Paula
Código Identificador:EF4B9438

CÂMARA DE VEREADORES DE OLINDA
RESOLUÇÃO Nº 1346/2025

Dispõe sobre a instituição e a regulamentação da concessão do Título de Cidadão de Olinda.

O Presidente da Câmara Municipal de Olinda, Estado de Pernambuco, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Do Título e seu Objetivo

Art. 1º - Fica instituído o Título de Cidadão de Olinda, a ser concedido a pessoas nascidos em outros municípios, estados ou países, que tenham se destacado por relevantes serviços prestados à comunidade olindense ou por notórios feitos em prol do desenvolvimento e da cultura do Município de Olinda.

Parágrafo Único – O Título de Cidadão de Olinda constitui a mais alta honraria concedida pelo Poder Legislativo Municipal, reconhecendo a pessoa como parte integrante da comunidade olindense, independentemente de seu local de nascimento.

Das Condições para a Concessão

Art. 2º - A concessão do Título de Cidadão de Olinda deverá obedecer aos seguintes critérios:

I – O (a) agraciado (a) não poderá ser natural de Olinda/PE;

II – Deverá ser comprovado, por meio de currículo ou justificação formal, que o (a) agraciado (a) tem atuação ou forte vínculo com o Município de Olinda.

Parágrafo Único – O Título de Cidadão de Olinda poderá ser concedido "in memoriam", desde que observados os critérios desta Resolução.

Art. 3º - É vedada a concessão do Titulo de Cidadão de Olinda, a qualquer membro da Câmara Municipal de Olinda enquanto estiver no exercício do mandato.

Do Processo Legislativo

Art. 4º - O ato de concessão do Título de Cidadão de Olinda a uma pessoa específica será formalizado por meio de Projeto de Decreto Legislativo.

Art. 5º - O Projeto de Decreto Legislativo deverá ser instruído, obrigatoriamente, com:

I - Uma biografia completa e atualizada do homenageado;

II – A justificação dos relevantes serviços prestados ou notórios feitos em prol do Município de Olinda.

Art. 6º - A votação do Projeto de Decreto Legislativo dar-se-á em turno único, exigindo-se o quórum de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal para a sua aprovação.

Do Limite de Concessões

Art. 7º - Fica estabelecido o limite máximo de 04 (quatro) Títulos de Cidadão de Olinda a serem concedidos por ano legislativo.
Parágrafo Único – O limite estabelecido no caput será considerado para cada um dos membros da Câmara e para a Mesa Diretora.
Do Ato de Entrega
Art. 8º - A entrega do Título de Cidadão de Olinda será realizada em Sessão Solene da Câmara Municipal, em data e horário previamente estabelecidos pela Mesa Diretora.
Art. 9º - O Título será materializado em um Diploma, assinado pelo Presidente da Câmara Municipal e pelo autor do projeto, contendo o nome completo do agraciado e a menção ao Decreto Legislativo que o concedeu.
Das Disposições Finais
Art. 10 – As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal de Olinda.
Art. 11 – Ficam revogadas a Resolução nº 728, de 14 de março de 2000, a Resolução nº 822, de 21 de março de 2006 e a Resolução nº 868, de 02 de outubro de 2007.
Art. 12 – Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.
Casa Bernardo Vieira de Melo, Olinda-PE, 25 de novembro de 2025.

SAULO HOLANDA RABELO DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo de Oliveira Barros
Código Identificador:F148A0D2

OLINPREV
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CALENDÁRIO 2026

Conselho de Administração
do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Olinda
CALENDÁRIO DAS SESSÕES DE 2026

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE OLINDA – OLINPREV, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 22 e seguintes da Lei Municipal nº 6.188/2021,

RESOLVE:
Art. 1º Divulgar o calendário anual do Conselho de Administração do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Olinda – OLINPREV, aprovado na reunião ordinária de 04 de dezembro de 2025, e de acordo com o Anexo Único.

Art. 2º Todas as reuniões serão preferencialmente realizadas remotamente pelo Google Meet, cujo link será divulgado na sede do OLINPREV, salvo, se por algum motivo, houver a necessidade de ser realizada de forma híbrida.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Olinda/PE, 04 de dezembro de 2025.

LEONARDO SALES DE AGUIAR
Presidente

Anexo Único

DATA	EVENTO	HORÁRIO
05/02/2026 (quinta-feira)	1ª Reunião Ordinária	10h00
07/05/2026 (quinta-feira)	2ª Reunião Ordinária	10h00
13/08/2026 (quinta-feira)	3ª Reunião Ordinária	10h00
05/11/2026 (quinta-feira)	4ª Reunião Ordinária	10h00

Publicado por:
Gustavo Tenorio Gonçalves Holanda
Código Identificador:8FBEED0C

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 578 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2025

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a solicitação da CI Nº 347/2025 – DGA/SEGE/SEDUC/PMO

RESOLVE

I – **AUTORIZAR** a servidora Aline Helena Porto de Castro, matrícula nº 70.916-5, a receber suprimentos, referentes às verbas de nº 339030 e 339039, para atender as pequenas despesas da Diretoria de Expansão e Manutenção.
II – As despesas a serem pagas com a verba de suprimento devem observar os limites de gastos previstos na Lei nº 8.666/93, estando a eles sujeitas.
III – **RESPONSABILIZAR,** integralmente, a referida servidora pela prestação de contas dos recursos recebidos, a título de suprimentos, nos termos e prazos fixados no decreto nº 026/2017 e outras leis.
IV – Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO, 03 de novembro de 2025.

ODIN NEVES
Secretário de Educação

Publicado por:
Geraldo Antonio Monteiro Gomes
Código Identificador:F5C01F54

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 642 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a solicitação da CI Nº 032/2025 – DEM/SEGE/SEDUC/PMO

RESOLVE

I – **AUTORIZAR** o servidor **Frederico de Souza Nóbrega**, matrícula nº 74.472-7/2, a receber suprimentos, referentes às verbas de nº 339030 e 339039, para atender as pequenas despesas da Diretoria de Expansão e Manutenção.
II – As despesas a serem pagas com a verba de suprimento devem observar os limites de gastos previstos na Lei nº 8.666/93, estando a eles sujeitas.
III – **RESPONSABILIZAR,** integralmente, o referido servidor pela prestação de contas dos recursos recebidos, a título de suprimentos, nos termos e prazos fixados no decreto nº 026/2017 e outras leis.
IV – Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO, 28 de novembro de 2025.

ODIN NEVES
Secretário de Educação

Publicado por:
Geraldo Antonio Monteiro Gomes
Código Identificador:C8424FA6

SECRETARIA DE OBRAS
PORTARIA Nº 68/2025

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE OBRAS, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei nº 6048/2018, de 24 de maio de 2018,

RESOLVE

Art. 1º Designar o servidor Hugo Marcelo Laurindo Galloti, Matrícula nº 70265-0/4, para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 189/2024, em substituição ao servidor Andrey Simplício e Silva, Matrícula 75025-5/1.

Art. 2º O referido contrato foi firmado entre o MUNICÍPIO DE OLINDA, através da Secretaria Executiva de Obras, e a empresa CONVERGE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA., cujo objeto trata sobre a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS FELICIDADE, FIRMEZA NO BAIRRO DE ALTO NOVA OLINDA E RUA PONTA NEGRA NO BAIRRO DE ÁGUAS COMPRIDAS, NO MUNICÍPIO DE OLINDA/PE.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo os seus efeitos a 10 de novembro de 2025.
Art. 4º Registre-se e cumpra-se.

Olinda, 24 de novembro de 2025.

JEFFERSON FELIPE DIAS NICÁCIO
Secretário Executivo de Obras

Publicado por:
Carla Gabriela Dos Santos Cunha
Código Identificador:262180A7

SECRETARIA DE PATRIMÔNIO, CULTURA E TURISMO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

PORTARIA Nº 4, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE EVENTUAL IRREGULARIDADE NO RITO DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS.

A Secretária Municipal de Patrimônio, Cultura e Turismo, no uso das atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas e,
CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública de zelar pelo bom desempenho das atividades administrativas e cumprimento dos contratos firmados;

CONSIDERANDO o princípio da autotutela, que é o poder de controle da Administração sobre seus próprios atos, com a possibilidade de anulá-los ou revogá-los, de ofício, sem a necessidade de autorização prévia do Poder Judiciário, buscando-se, assim, o cumprimento dos demais princípios da administração pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, etc.);

CONSIDERANDO a necessidade de apurar fatos que possam configurar irregularidade no prazo e no rito administrativo, supostamente ocorridos no âmbito desta Pasta, conforme disposto no art. 37 da Constituição Federal e no art. 154, incisos VI e VIII da Lei Municipal nº 01/1990 que prevê que são deveres dos servidores, entre outros, zelar pela conservação do patrimônio Público municipal e manter conduta compatível com a moralidade administrativa, com as alterações da Lei Complementar Municipal n.º 04/1998, que tratam do procedimento de abertura de sindicância;

RESOLVE:
Art. 1º - Instaurar o competente processo administrativo de Sindicância, tombado sob o nº 002/2025 – SEPACTUR/PMO, para a apuração de fatos relacionados a eventual autorização contratação de auxiliares de serviços gerais, sem o regular procedimento de contratação conforme instituído pela Lei nº 14.133/2021, no âmbito da SEPACTUR.

Art. 2º - Nomear os servidores públicos municipais abaixo relacionados para conduzir o Processo Administrativo, cabendo o primeiro a presidência da Comissão:

Nome	Matrícula
Allan Raphael Rodrigues Negreiros (Presidente da Comissão)	74010-1/5
Jormir Dias de Araujo (Membro)	45457-5
Solange Clemente dos Santos (Membro)	27377-2

Art. 3º - O prazo para a conclusão do Processo Administrativo é de até 30 dias , podendo ser prorrogado a conviniência da administração pública, mediante justificativa, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão no termos da lei
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARÍLIA BANHOLZER
Secretária Municipal de Patrimônio, Cultura e Turismo

Publicado por:
Amanda Silva de Moura
Código Identificador:2E0F2956

SECRETARIA DE PATRIMÔNIO, CULTURA E TURISMO RESULTADO PRELIMINAR INABILITADOS - CPF - CONVOCATÓRIA 001/2025

CONVOCATÓRIA Nº 001/2025 CICLO ARTÍSTICO E CULTURAL DE OLINDA/2025 RESULTADO PRELIMINAR DE PESSOA FÍSICA (CPF) - INABILITADOS

INSCRIÇÃO	PROPONENTE	ATRAÇÃO	MOTIVO DA INABILITAÇÃO
0005/2025	UBIRAJARA MATINHO DE SOUZA	DJ CAMARONES	DESCIUMPRIMENTO DO ANEXO VII, LETRA D E M
0006/2025	BIANCA HONORATO DE ANDRADE	TRIO OS CANGAÇOS	DESCIUMPRIMENTO DO ANEXO VII, LETRA M
0007/2025	MICHAEL CARLOS DOS SANTOS	MICHAEL ARTE MIL	DESCIUMPRIMENTO DO ANEXO VII, LETRA L E M
0009/2025	ANDREA CARLA SOUZA DE ANDRADE NOGUEIRA LIMA	TRIO FORROMANIA	DESCIUMPRIMENTO DO ANEXO VII, LETRA M
0010/2025	BRUNO CESAR ANDRADE MESSIAS	BRUNO SWING	DESCIUMPRIMENTO DO ANEXO VII, LETRA M
0012/2025	FLAVIO JOSÉ CRUZ DE MELO	FLÁVIO CONEXÃO	DESCIUMPRIMENTO DO ANEXO VII, LETRA M
0014/2025	BRUNO CESAR ABDRADE MESSIAS	BANDA AVISA LÁ	DESCIUMPRIMENTO DO ANEXO VII, LETRA M
0020/2025	BENEDITO BELO DA SILVA	BENEDITO DA MACUCA	DESCIUMPRIMENTO DO ANEXO VII, LETRA L, K, E M
0022/2025	DANIEL HENRIQUE DE ANDRADE MELO	JANETE SAIU PARA BEBER	DESCIUMPRIMENTO DO ANEXO VII, LETRA M
0027/2025	SUTRA DA CUNHA SARMENTO	A OUTRA - BREGA ROMÂNTICO	DESCIUMPRIMENTO DO ANEXO VII, LETRA L
0034/2025	DANIELLA FERNANDES DE SOUZA	DANI CARMESIM	DESCIUMPRIMENTO DO ANEXO VII, LETRA M
0035/2025	RAFAEL THIAGO DAS NEVES MACHADO	COCO CHINELO DE PAU	DESCIUMPRIMENTO DO ANEXO VII, LETRA L
0037/2025	ARISTÓTELES PEREIRA FALCÃO ARAÚJO	DJ ARI FALCÃO	DESCIUMPRIMENTO DO ANEXO VII, LETRA M

Olinda, 04 de Dezembro de 2025

MARÍLIA BANHOLZER
Secretária de Patrimônio, Cultura e Turismo de Olinda

Publicado por:
Amanda Silva de Moura
Código Identificador:B4057E9D

SECRETARIA DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS PORTARIA Nº 077/2025 – SDSDH

PORTARIA Nº 077/2025 – SDSDH

A Secretária de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do município de Olinda, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a necessidade de substituição dos Representantes Governamentais e Sociedade Civil na Diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDACO;

CONSIDERANDO a posse dos mesmos que compõe a mesa Diretora do Conselho – Presidente, Vice-Presidente, Secretário(a) Tesoureiro – visando a continuidade do mandato 2024-2026;

CONSIDERANDO a Ata de Substituição e Posse de Membros da Diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDACO, datada de 14 de outubro de 2025 e registrada em Cartório em 02/12/2025, cumprindo o rito exigido legalmente.

Resolve:

Art. 1º - Tornar público que a servidora lotada nesta Secretaria, Sra. **JOSEANE PASSOS FERREIRA SANTANA** n° de matrícula 74396-8, passará a exercer a função de Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Olinda – COMDACO.

Art.2º - Tornar público que Sr. **EDIVALDO TAVARES PESSOA FILHO,** inscrito no CPF de n°xxx.360.994-xx, representante da Sociedade Civil, passará a exercer a função de Tesoureiro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Olinda – COMDACO.

Art.2º - Esta portaria tem efeito retroativo a 14 de outubro de 2025.

Olinda, 04 de dezembro de 2025.

ANDRÉA MARIA GALDINO DOS SANTOS
Secretária de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos de Olinda

Publicado por:
Lara Josina Nogueira de Carvalho
Código Identificador:4684951A

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE OROCÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE APOSTILAMENTO

Contrato Administrativo nº:037/2025 – PMO
Processo Administrativo nº:062/2025 – PMO
Dispensa de Licitação nº:013/2025 – PMO
Contratante:Município de Orocó/PE, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração.
Contratada:MBS Construções e Serviços Ltda.
Objeto:Apostilamento para inclusão de nova dotação orçamentária, sem alteração das demais cláusulas contratuais do contrato originário.
Nova Dotação Orçamentária:562 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
Fundamento Legal:Art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Data:02de dezembro de2025.
Ordenadora:Célia Maria da Silva Pereira – Secretária Municipal de Administração.
Orocó/PE,02de dezembro de2025

_____

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO
Contrato Administrativo nº:001/2025 – FMAS
Processo Administrativo nº:001/2025 – FMAS
Pregão Eletrônico nº:001/2025 – FMAS
Contratante:Município de Orocó/PE, por intermédio do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.
Contratada:PatricyoRisomylsondos Anjos e Sá Ltda.
Objeto:Apostilamento para registro de nova dotação orçamentária, sem alteração das demais cláusulas contratuais.
Nova Dotação Orçamentária:473 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
Fundamento Legal:Art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Data:03denovembrode 2025.
Ordenadora:Adalice Vasconcelosde Alencar– Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social.
Orocó/PE,03denovembrode 2025.

Publicado por:
Jurandi Raimundo de Souza
Código Identificador:6C678D17

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Orocó/PE, por meio do Fundo Municipal de Educação – FME, torna público o resultado doPregão Eletrônico nº 006/2025 – SRP, cujo objeto é oRegistro de Preços para aquisição de livros didáticos destinados aos alunos do Ensino Fundamental I e II da Rede Pública Municipal de Ensino, conforme especificações constantes no Termo de Referência.
Após regular processamento, foi declarada vencedora a seguinte empresa:
• ALPHA SOLUÇÕES E DISTRIBUIÇÃO LTDA, CNPJ nº47.048.266/0001-78
•Lote 1:R$913.000,00
•Lote 2:R$391.445,00
• Valor Global Registrado:R$1.304.445,00(Um milhão, trezentos e quatro mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais).
Orocó/PE,04 de dezembro de 2025.

JURANDI RAIMUNDO DE SOUZA
Pregoeiro
Prefeitura Municipal de Orocó

_____

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025 – SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2025 – FME

A Prefeitura Municipal de Orocó/PE, por meio do Fundo Municipal de Educação – FME, torna público que, após o regular processamento do Pregão Eletrônico nº 006/2025 – Sistema de Registro de Preços, cujo objeto consiste no Registro de Preços para aquisição de livros didáticos destinados aos alunos do Ensino Fundamental I e II da Rede Pública Municipal de Ensino, foi adjudicado o resultado e homologado o certame nos seguintes termos:

EMPRESA VENCEDORA:
ALPHA SOLUÇÕES E DISTRIBUIÇÃO LTDA, CNPJ nº 47.048.266/0001-78
• Lote 1: R$ 913.000,00
• Lote 2: R$ 391.445,00
VALOR GLOBAL REGISTRADO: R$ 1.304.445,00
(Um milhão, trezentos e quatro mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais)

Ficam adjudicados à empresa acima os lotes licitados, e o certame encontra-se homologado pela autoridade competente, com a subsequente assinatura da Ata de Registro de Preços nº 014/2025 – FME, em 04 de dezembro de 2025.

Orocó/PE, 04 de dezembro de 2025.

SAMILA AMARIZ MENDES
Gestora do Fundo Municipal de Educação – FME

_____

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2025 – FME
Processo Administrativo:nº028/2025
Modalidade:Pregão Eletrônico nº006/2025 – SRP
Contratante:Município de Orocó/PE, por meio do Fundo Municipal de Educação – FME, CNPJ nº31.009.736/0001-54.
Contratada:ALPHA SOLUÇÕES E DISTRIBUIÇÃO LTDA, CNPJ nº47.048.266/0001-78.
Objeto:Registro de preços para futura e eventual aquisição delivros didáticos destinados aos alunos do Ensino Fundamental I e II da Rede Pública Municipal de Ensino, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação.
Distribuição dos Lotes:
•Lote 1:R$913.000,00
•Lote 2:R$391.445,00
Valor Global:R$1.304.445,00(Um milhão, trezentos e quatro mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais).
Vigência:12 (doze) meses, a contar da publicação.
Data da Assinatura:04 de dezembro de 2025.
Signatária:SamilaAmarizMendes– Gestora do Fundo Municipal de Educação – FME.

Publicado por:
Jurandi Raimundo de Souza
Código Identificador:BC7D9D57

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE OURICURI

CÂMARA MUNICIPAL DE OURICURI
EMENDA À LEI ORGÂNICA 001/2025

EMENDA À LEI ORGÂNICA 001/2025

EMENTA: ALTERA O PERCENTUAL DA EMENDA IMPOSITIVA PARLAMENTAR NO MUNICÍPIO DE OURICURI/PE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE OURICURI, ESTADO DE PERNAMBUCO, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, apresentam ao Plenário a presente Emenda à Lei Orgânica.

Art. 1º. Altera o parágrafo 1º do artigo 146-A da Lei Orgânica Municipal, que passará a ter a seguinte redação:
"§1º. As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

Art. 2º. A presente emenda visa dá adequação à modificação constitucional promulgada na Emenda Constitucional n. 126, de 21 de dezembro de 2022.

Art. 3º. Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, em 02 de dezembro de 2025.

ANTONIO ROGERIO ALENCAR HOLANDA
Vereador Presidente

JOSE DA SILVA OLIVEIRA
1º Vice- Presidente

EVANILDO JOAQUIM DOS SANTOS LIMA
2º Vice- Presidente

ANTONIO CEZAR ARAUJO RODRIGUES
1º Secretário

LENARTE ANDRADE GUIMARAES
2º Secretário

Publicado por:
Cristovao Teixeira de Lima
Código Identificador:836B6442

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
TERMO DE RATIFICAÇÃO

Trata-se de CONTRATAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO NO DIA 22/01/2026, DE SHOW ARTISTICO DO CANTOR "NATTAN", NO FESTIVAL DE JANEIRO EDIÇÃO 2026 NO MUNICÍPIO DE OURICURI/PE, para fim de comemorar as festividades do mês de janeiro, bem como promover a cultura, com a referida Apresentação Artística.
RATIFICO, DEFIRO e AUTORIZO a contratação da Pessoa Jurídica NATTAN PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, PARA CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO NO DIA 22/01/2026, DE SHOW ARTISTICO DO CANTOR "NATTAN", NO FESTIVAL DE JANEIRO EDIÇÃO 2026 NO MUNICÍPIO DE OURICURI/PE, sediada na Rua Oriano Mendes , Sobral/CE, inscrita no CNPJ n° 41.775.478/0001-70, neste ato representada pela Representante Legal Armando de Jesus Carneiro Fernandes, portador do CPF sob o nº 811.907.003-87, para prestação de serviço referente à APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA supramencionada, e autorizo o empenho da despesa no valor total estimado em R$ R$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais), O pagamento será realizado de forma integral até 24 horas antes da realização da apresentação do artista, mediante a devida documentação fiscal e contábil, com a realização do Certame Licitatório na Modalidade **Inexigibilidade de Licitação nº 098/2025**, com respaldo legal nos termos do art. 74, "caput", inc. II, da Lei n° 14.133/21, observados, então, os ditames legais aplicáveis à espécie.

Ouricuri/PE, 04 de Dezembro de 2025.

IVONE DE MEDEIROS LIMA
Ordenadora de Despesas da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Publicado por:
Jose Adriano Pereira Filho
Código Identificador:A6B4D2F0

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
TERMO DE RATIFICAÇÃO

Trata-se de CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO NO DIA 24/01/2026, DE SHOW ARTISTICO DO CANTOR "TARCISIO DO ACORDEON", NO FESTIVAL DE JANEIRO EDIÇÃO 2026 NO MUNICÍPIO DE OURICURI/PE, para fim de comemorar as festividades do mês de janeiro, bem como promover a cultura, com a referida Apresentação Artística.
RATIFICO, DEFIRO e AUTORIZO a contratação da Pessoa Jurídica TA SHOWS LTDA, PARA CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO NO DIA 24/01/2026, DE SHOW ARTISTICO DO CANTOR "TARCISIO DO ACORDEON", NO FESTIVAL DE JANEIRO EDIÇÃO 2026 NO MUNICÍPIO DE OURICURI/PE, sediada na Rua Francisco de Assis Cavalcanti, Petrolina/PE, inscrita no CNPJ n° 43.202.769/0001-03, neste ato representada pela Representante Legal Alberto Salomão Cavalcanti Simões, portador do CPF sob o nº 061.072.744-30, para prestação de serviço referente à APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA supramencionada, e autorizo o empenho da despesa no valor total estimado em R$ R$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil reais), O pagamento será realizado até a apresentação do artista, mediante a devida documentação fiscal e contábil, com a realização do Certame Licitatório na Modalidade **Inexigibilidade de Licitação nº 102/2025**, com respaldo legal nos termos do art. 74, "caput", inc. II, da Lei n° 14.133/21, observados, então, os ditames legais aplicáveis à espécie.

Ouricuri/PE, 04 de Dezembro de 2025.

IVONE DE MEDEIROS LIMA
Ordenadora de Despesas da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Publicado por:
Jose Adriano Pereira Filho
Código Identificador:3A771F99

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE PALMARES

AUTARQUIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL, TRÂNSITO E TRANSPORTES-AMDESTRAN
PORTARIA Nº 22/2025

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA DE DEFESA SOCIAL, TRÂNSITO E TRANSPORTES – AMDESTRAN, no uso das suas atribuições inerente ao cargo que ocupa o disposto da Lei Municipal nº 1.139/1991 – Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município dos Palmares, de suas autarquias e fundações públicas bem como,
CONSIDERANDO, em fim, a necessidade e a conveniência do Serviço Público Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a PORTARIA DE GP Nº 07/2025, publicada na AMUPE em 14/03/2025, do servidor público municipal, **CHARLES DAMIÃO LINS DOS SANTOS, matrícula nº 056-1**, titular do cargo efetivo de Guarda Municipal, lotado na **AUTARQUIA DE DEFESA SOCIAL, TRÂNSITO E TRANSPORTES – AMDESTRAN.**
Art. 2º Fica determinado ao departamento de Recursos Humanos desta Autarquia, que tome as providências necessárias.
Art. 3º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo ao dia 01/11/2025 até o dia 30/11/2025, revogando-se todas as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Presidente,
Palmares, em 02 de dezembro de 2025.

MÁRIO MARINHO DA SILVA NETO
Presidente da Autarquia Municipal de Defesa Social, Trânsito de Transportes – AMDESTRAN.

Publicado por:
Arthur Alves Pinheiro da Silva
Código Identificador:F0CC7CD4

FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO - PALMARES
CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DOS PALMARES
FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO

CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025

CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL
FOMENTO A PROJETOS CONTINUADOS DE PONTOS DE CULTURA

A Prefeitura Municipal dos Palmares - PE, por meio da **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** torna público o presente Edital para o desenvolvimento da **"REDE MUNICIPAL DE PONTOS DE CULTURA DOS PALMARES-PE",** por meio da **Política Nacional de Cultura Viva (PNCV)**, instituída pela Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014.
O presente edital é regido pelo disposto na Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022 **(PNAB),** no Decreto nº 11.740, de 18 de outubro de 2023, e Portaria MinC nº 80, de 27 de outubro de 2023 **(Regulamentam a PNAB)**, no **Decreto nº 11.453, de 23 de março de 2023 (Decreto de Fomento)**, na Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014 **(Política Nacional de Cultura Viva)**, na Instrução Normativa MINC nº 08, de 11 de maio de 2016, e na Instrução Normativa MINC nº 12, de 28 de maio de 2024, ou em ato normativo correspondente em vigor **(Regulamentam a PNCV).**
Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da **Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB)-Ciclo II. Aqui você vai encontrar as regras deste edital e como fazer para inscrever seu projeto. Estamos muito felizes com seu interesse em participar desta política. Boa leitura.**

1. OBJETO
1.1 Este Edital tem por objeto a seleção de projetos que promovam o acesso da população aos bens e aos serviços culturais nos territórios e comunidades onde atuam, nos termos da Política Nacional de Cultura Viva.

1.2 Poderão participar deste edital Pontos e Pontões de Cultura com constituição jurídica, ou seja, com CNPJ, bem como Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades e ainda não estejam certificadas como Ponto ou Pontão de Cultura pelo Ministério da Cultura, desde que cumpram os requisitos para a certificação no Cadastro Nacional, conforme item 3 deste edital.

2. RECURSOS
2.1 Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal, repassados ao Município dos Palmares-PE, por meio da PNAB, e tem o valor total de **R$ 105.919,52 (Cento e Cinco Mil novecentos e dezenove Reais e cinquenta e dois Centavos)** para a seleção de até 10 (dez) projetos, no valor de **R$ 10.591,52 (dez mil quinhentos e noventa e um reais e cinquenta e dois centavos)** cada projeto.

2.2 Caso haja disponibilidade orçamentária e interesse público, este edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja excedente de recursos da PNAB advindo de outros editais ou de rendimentos, ou caso haja disponibilidade orçamentária de outras fontes, as vagas podem ser ampliadas para contemplar mais projetos.

3. CERTIFICAÇÃO COMO PONTO DE CULTURA
3.1 O Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura é um dos instrumentos da Política Nacional de Cultura Viva, sendo integrado pelos grupos, coletivos e pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que desenvolvam ações culturais e que possuam certificação simplificada concedida pelo Ministério da Cultura. Compõe o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC).

3.2 Como já especificado podem participar deste edital entidade ainda não certificada como Ponto ou Pontão de Cultura, na condição de pessoa física, para participarem e serem certificadas como Pontos de Cultura por meio deste Edital, tais entidades deverá:

Obter pontuação mínima de 50 pontos **(50% do total)** no Bloco 1 (Avaliação da atuação da entidade cultural) dos Critérios de Avaliação (ANEXO II), relacionado ao histórico de atuação da entidade, sendo avaliada pela Comissão de Seleção a partir do portfólio **(relatório com material de comprovação das atividades),** da Ficha de Inscrição e demais conteúdos enviados pela entidade, o que lhe caracterizará como "pré-certificada";
Atender aos requisitos documentais solicitados na fase seguinte, de Habilitação, o que lhe caracterizará como "certificada";
Apresente certificação da secretaria de cultura, fundação ou de entidade cultural que ateste a atuação cultural coletiva.

3.3 Caso a entidade não seja certificada e não obtenha a pontuação mínima necessária para pré-certificação como Ponto de Cultura, conforme indicado no item 3.2, I, o projeto será desclassificado.

3.4 Caso a entidade concorrente informe já ser certificadas como Ponto ou Pontão de Cultura, no Formulário de Inscrição, a certificação será verificada pela **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** na Plataforma Cultura Viva. Caso não seja localizada a certificação, a entidade passará pelos mesmos regramentos e procedimentos que as entidades não certificadas, podendo, ou não, ser certificada como Ponto de Cultura por meio deste Edital **(sendo possível a apresentação de recurso, na fase de seleção).**

3.5 As entidades que tenham sua certificação como Ponto ou Pontão de Cultura emitida pelo Ministério da Cultura e localizada pela **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** não precisarão obter a pontuação mínima indicada no item 3.2, I, mas terão sua atuação avaliada pela Comissão de Seleção, conforme os critérios de avaliação deste edital **(ANEXO II).**

3.6. Este edital não certificará novas entidades como Pontões de Cultura. Caso a entidade participante não seja, anteriormente certificada como Ponto ou Pontão de Cultura, apenas poderá ser certificada como Ponto de Cultura por meio deste edital.

3.7 **A FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** enviará à Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura **(conforme modelo a ser disponibilizado),** após a fase de Habilitação, a relação de Pontos de Cultura certificados

por meio deste edital, para que constem na base de dados do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões
de Cultura.

3.8 A emissão da Certificação Simplificada por parte do Ministério da Cultura, após envio da relação de Pontos de Cultura certificados por meio deste edital por parte da **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** não compromete a possível celebração de TCC.

4. QUEM PODE PARTICIPAR DO EDITAL
4.1 Poderão participar deste edital:

Pontos e Pontões de Cultura certificados pelo Ministério da Cultura e com constituição jurídica, ou seja, com CNPJ;
Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades e ainda não estejam certificadas como Ponto ou Pontão de Cultura pelo Ministério da Cultura, desde que cumpram os requisitos para a certificação no Cadastro Nacional, conforme item 3 deste edital.

4.1.1. Em ambos os casos, é necessário que as entidades:

Comprovem, no mínimo, três anos de existência e desenvolvimento de atividade cultural, por meio de fotos, material gráfico de eventos, publicações impressas e em meios eletrônicos e outros materiais comprobatórios;

Comprovem experiência prévia na realização do objeto da parceria ou objeto de natureza semelhante; e

Comprovem capacidade técnica e operacional para o cumprimento das metas estabelecidas e do projeto proposto.

5. QUEM NÃO PODE PARTICIPAR DO EDITAL
5.1 Não podem participar do presente Edital:

Coletivos informais **(sem constituição jurídica)**, pessoas físicas e Microempreendedores Individuais (MEI);
Instituições privadas com fins lucrativos;
Instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento institucional, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, suas mantenedoras e associações de pais, mestres, amigos ou ex-alunos;
Entidades vinculadas a equipamentos públicos **(como associação de amigos de teatros, museus, centros culturais etc.);**
Fundações e institutos criados ou mantidos por empresas ou grupos de empresas;
Instituições integrantes do "Sistema S" **(SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEST, SENAT, SEBRAE, SENAR e outros);**
Instituições privadas sem fins lucrativos:
Que não possuam comprovada experiência prévia na realização do objeto da parceria ou objeto de natureza semelhante,
Que possuam dentre os seus dirigentes ou representantes:
Agente político ou dirigente de qualquer esfera governamental **(Presidente da República, Governadores, Prefeitos, e seus respectivos vices, Ministros de Estado, Secretários Estaduais e Municipais, Presidentes de fundações públicas**), ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;
Servidor público vinculado ao órgão responsável pela seleção pública do ente federativo, ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;
Membro do Legislativo **(Deputados, Senadores, Vereadores),** Judiciário **(Juízes, Desembargadores, Ministros)**, do Ministério Público **(Promotor, Procurador)** ou do Tribunal de Contas da União **(Auditores e Conselheiros)**, ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau.
VIII. Partidos políticos e suas instituições;
IX. Membros da Comissão de Seleção ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau; e
X. Pessoas jurídicas de direito público da administração direta ou indireta.

Atenção! Membros de entidades que integrarem Conselho de Cultura poderão concorrer neste Edital, desde que não se enquadre nas situações previstas no item 5.1.
Atenção! A participação de membros de entidades em consultas públicas relacionadas à implementação da PNAB e/ou na gestão compartilhada da PNCV não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.
6. ETAPA DE INSCRIÇÃO
6.1 As inscrições para a Chamada Pública serão gratuitas e realizadas de forma presencial/Online, na **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO**, situada na Avenida Dr. Costa Lima, s/n, Santa Luzia – Antiga Estação Ferroviária – CEP. 55540-000 Palmares – PE, com início no dia 03 de dezembro de 2025 com encerramento previsto para o dia 15 de dezembro de 2025, no horário compreendido entre as 08h00minh e 13h00minh. Com resultado final previsto para o dia 22 de dezembro podendo ser prorrogado a critério da **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO**. Não serão aceitas inscrições enviadas por outros formatos, nem fora do prazo.
6.2 A inscrição contará com o envio dos seguintes documentos:

• Formulário de Inscrição **(conforme ANEXOO III);**
• Plano de Trabalho **(conforme ANEXO IV);**
• Plano de Aplicação de Recursos **(conforme ANEXO V);**
• Material de comprovação das atividades culturais desenvolvidas pela entidade cultural há pelo menos 2 **(dois)** anos, por meio de informações sobre as ações da entidade cultural; cópias de cartazes; folhetos; fotografias; material audiovisual **(endereço eletrônico aberto, vídeos, entre outros)**; publicações em jornal e revista; página da internet; depoimentos; programas; convites para participar de eventos; cartas de reconhecimento de órgãos públicos ou privados, entidades e coletivos culturais e escolas; entre outros. É importante que pelo menos 1 **(uma)** comprovação indique data anterior a 2 **(dois)** anos em relação à publicação deste edital. Da mesma forma, é importante que sejam apresentados materiais recentes **(nos últimos dois anos),** que demonstrem as atividades realizadas pela entidade. Esse material será utilizado pela Comissão de Seleção para avaliação das candidaturas, de acordo com o Quadro de Avaliação **(ANEXO II);**
• Auto declarações das pessoas negras **(pretas ou pardas),** pessoas indígenas ou pessoas com deficiência do quadro de dirigentes, acompanhada da ata da última eleição; ou da composição da equipe do projeto; conforme modelos constantes nos **ANEXOS VII E VIII,** quando a entidade optar por concorrer às cotas;
• Outros documentos que a proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do seu projeto.

6.3. A entidade cultural deverá se inscrever para apenas 1 **(uma)** categoria, de acordo com o **ANEXO I** deste Edital. No caso de envio de mais de uma inscrição, na mesma categoria ou em diferentes categorias, será considerada apenas a última proposta enviada para análise.
6.4. As entidades que enviarem cópias ilegíveis de qualquer documento obrigatório solicitado neste Edital, prejudicando a análise de itens obrigatórios, serão desclassificadas na Etapa de Seleção.
6.5. **A FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** não se responsabilizará por inscrições que deixarem de ser concretizadas por falta de internet, energia elétrica, problemas/lentidão no servidor, na transmissão de dados, em provedores de acesso dos usuários, em problemas decorrentes do Sistema.
Atenção! Ao se inscrever, a entidade cultural aceita todas as regras e condições descritas nesse edital e concorda com os termos da Lei 13.018/2022 **(Política Nacional de Cultura Viva - PNCV)**, da Instrução Normativa MinC nº 08/2016 e Instrução Normativa MinC nº 12/2024 **(regulamentam PNCV)**, da Lei 14.399/2022 **(Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB)**, do Decreto 11.740/2023 **(Decreto PNAB)** e do Decreto 11.453/2023 **(Decreto de Fomento).**
7. COTAS
7.1 Ficam garantidas cotas em todas as categorias deste edital para:
Pessoas negras (pretas e pardas): 25% (vinte e cinco por cento) das vagas;

Pessoas indígenas: 10% (dez por cento) das vagas;
Pessoas com deficiência: 5% (cinco por cento) das vagas;
7.2 As cotas serão destinadas às entidades que possuam quadro de dirigentes majoritariamente (cinquenta por cento mais um) composto por pessoas negras, indígenas ou com deficiência, ou que tenham pessoas negras, indígenas ou com deficiência na maioria (cinquenta por cento mais um) das posições de liderança (coordenação/direção) no projeto cultural.
7.3 As pessoas físicas que compõem a direção da entidade proponente ou da equipe do projeto devem se submeter aos regramentos descritos neste Edital.
7.4 As entidades culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja, concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo de seleção.
7.5 As entidades culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para serem selecionadas no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.
7.6 Em caso de desistência de entidades selecionadas por cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por entidade que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.
7.7 No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
7.7.1 Caso não haja entidades culturais inscritas em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.
7.8. Deverão ser selecionados, no mínimo, 30% (trinta por cento) de projetos apresentados por entidades com trajetória declarada e comprovadamente ligada às culturas populares e tradicionais, e que tenham seus planos de trabalho também com ações voltadas ao segmento. Este percentual pode ser composto junto às vagas destinadas às cotas.
7.9. Considera-se pessoa com deficiência: aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

8. PROJETO CULTURAL
8.1 O projeto inscrito será composto pelo Plano de Trabalho, pelo Plano de Aplicação de Recursos e pelas informações complementares enviadas pela entidade cultural.
8.2 O período de execução do projeto deve ser de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período (excetuadas as prorrogações de ofício), e conter, no mínimo, as 3 (três) Metas padronizadas e definidas abaixo, com suas respectivas condições especificadas no item 5 do Plano de Trabalho (ANEXO V).

• Meta 1 - Formação e Educação Cultural;

- Desenvolvimento de atividades educativas de forma regular, continuada e gratuitas voltadas para a formação cultural, tais como oficinas, cursos, workshops, palestras, seminários, entre outros, com a elaboração de conteúdos educativos relacionados a cultura, história, artes, entre outros temas relevantes para a comunidade, que valorizem e fortaleçam a diversidade e as identidades culturais locais, incentivando o protagonismo das comunidades, e/ou promovam processos de integração entre as instituições públicas de educação formal (como escolas, Institutos Federais, universidades) e os saberes orgânicos, comunitários, populares e/ou tradicionais (como de mestres e mestras).

• Meta 2 - Mostra Artística/Cultural;

- Realização de eventos culturais, como festivais, mostras, exposições, apresentações teatrais, musicais, de dança, entre outros, que valorizem a diversidade cultural, contemplando diferentes linguagens artísticas e expressões culturais, com o incentivo à participação de artistas locais, mestres e mestras das culturas populares e tradicionais, grupos culturais e comunidade em geral, e divulguem/compartilhem o trabalho artístico-cultural produzido pelas/os participantes do projeto, tanto localmente quanto em outras regiões.

• Meta 3 - Registro e Divulgação.

- Desenvolvimento de estratégias de divulgação para ampliar o alcance das ações culturais, utilizando, por exemplo, materiais impressos, cartazes, faixas, redes sociais, sites, mídia local, entre outros meios de comunicação, além do estabelecimento de parcerias com veículos de comunicação, órgãos públicos, instituições culturais e outros atores locais para potencializar a divulgação das atividades culturais realizadas.
- Criação de mecanismos para o registro e documentação das atividades realizadas, como produção de relatórios, fotos, vídeos, áudios, entre outros.
8.3 As 3 (três) Metas padronizadas descritas não poderão ser excluídas do projeto, e as entidades culturais poderão, se considerarem pertinente, prever outras Metas que agreguem no objeto proposto, de acordo com as categorias (ANEXO I).
8.4 O valor global do projeto deverá estar absolutamente de acordo com os valores definidos no edital (não pode ter valor superior, nem inferior). Caso o projeto seja apresentado com discrepância significativa entre o valor disponível e o valor previsto, prejudicará a análise sobre o como os recursos seriam efetivamente utilizados na eventual seleção do projeto - sendo assim, a Comissão de Seleção poderá desclassificar o projeto.
8.5 A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado deverá ser apresentada por meio de tabelas referenciais de valores, no Plano de Aplicação de Recursos (ANEXO V), acompanhadas de memória de cálculo e justificativa para cada item de despesa.
8.6 A estimativa de custos do plano de trabalho poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais. Neste caso, é importante que a entidade proponente apresente cotações e justificativas.
8.7 A entidade cultural deverá dar transparência aos valores pagos a título de remuneração de sua equipe de trabalho vinculada à execução do Termo de Compromisso Cultural, em sua sede e em seu sítio eletrônico.
8.8 Quando o projeto utilizar também outras fontes, tais como patrocínio privado, a entidade deve apresentar a planilha referente a estes valores, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item de despesa.
8.9. Os tipos de despesas obrigatórios, possíveis, vedados e os limites estão elencados no Plano de Trabalho (ANEXO 04).

9. ACESSIBILIDADE
9.1 Os projetos inscritos neste edital deverão oferecer medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto e medidas que contemplem e incentivem o protagonismo de agentes culturais com deficiência, nos termos do § 5 do art. 9º do Decreto nº 11.740, de 2023 **(PNAB);** da Instrução Normativa MINC nº 10 de 2023 **(ações afirmativas e medidas de acessibilidade na PNAB)**; e da Lei Nº 13.146, de 2015 **(LBI - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência);** conforme descrito no Plano de Trabalho (ANEXO IV).
9.2 Os materiais de divulgação dos produtos culturais resultantes do projeto serão disponibilizados em formatos acessíveis a pessoas com deficiência, conterão informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados, e os símbolos universais que indiquem a acessibilidade disponível de forma expressa e visível.

10. ETAPAS DE ANÁLISE
10.1 Os projetos apresentados serão analisados em duas etapas:
1. Etapa de Seleção - onde os projetos serão avaliados, pontuados e ranqueados, sendo definidas quais entidades serão ou não selecionadas; pré-certificadas ou não certificadas, conforme critérios definidos neste edital. Esta etapa será realizada por comissão de seleção específica, designada por meio de portaria emitida pelo

Presidente da **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO.**

2. Etapa de Habilitação - ser realizada pela **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO,** onde será observado o cumprimento dos requisitos formais e documentais previstos neste edital e em seus anexos. Nesta etapa, serão analisados somente os projetos que, após a Etapa de Seleção, obtiverem classificação que os coloque em condição de ser Selecionados; e/ou entidades Pré-Certificadas, considerando os critérios de distribuição e remanejamento dos recursos previsto neste edital.

11. ETAPA DE SELEÇÃO DOS PROJETOS

11.1 Na etapa de seleção serão definidas as entidades selecionadas e pré-certificadas:

I - Entendem-se por entidades culturais **SELECIONADAS** aquelas inscritas que obtiverem as maiores notas dentro do quantitativo de vagas de cada categoria e cotas definidas no ANEXO II, considerando os critérios de seleção estabelecidos no quadro do ANEXO II.

II - Entendem-se por entidades culturais **SUPLENTES** aquelas inscritas que obtiverem 60 **(sessenta)** pontos ou mais, considerando os critérios de seleção estabelecidos no quadro do ANEXO II, mas não obtiveram as maiores notas dentro do quantitativo de vagas de cada categoria e cotas.

III - Entendem-se por entidades culturais **PRÉ-CERTIFICADAS** aquelas que, anteriormente à inscrição neste Edital, não eram certificadas pelo Ministério da Cultura, e que, independentemente de serem selecionadas ou não, tenham atendido aos requisitos para certificação como Ponto de Cultura, relacionados à atuação cultural, segundo regras e critérios descritos no item 3.

11.2 A Seleção dos projetos inscritos neste edital será realizada por uma Comissão de Seleção, definida pela **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** com reconhecida atuação na área cultural, capacidade de julgamento e de notório saber. Preferencialmente, contar com o mínimo de 1 **(uma)** pessoa da sociedade civil com trajetória ligada às culturas populares e tradicionais.

11.3 Ficarão proibidos de participar da Comissão de Seleção as pessoas que:

Tenham interesse pessoal na aprovação do projeto de participante deste Edital;

Tenham participado ou colaborado com a realização das atividades relacionadas à iniciativa cultural e à inscrição de determinada candidatura;

Tenham participado de entidade privada sem fins lucrativos inscrita deste Edital nos últimos 2 (dois) anos;

Estejam litigando judicial ou administrativamente com participante deste Edital ou seus respectivos cônjuges ou companheiros (que estejam envolvidos em processos legais ou administrativos contra qualquer participante deste edital, bem como contra seus cônjuges ou companheiros. Isso inclui litígios judiciais ou administrativos em qualquer fase do processo, como demandas, contestações, recursos, entre outros).

11.4 As proibições previstas no item se estendem ao membro da comissão com cônjuge, companheiro ou parente até o 3º grau, consanguíneo ou por afinidade, que se enquadre em alguma das hipóteses previstas.

11.5 A Comissão de Seleção vai avaliar as iniciativas, observando os critérios e pontuações dispostos no Quadro de Avaliação do ANEXO II deste Edital.

11.6 Caso a entidade cultural não seja certificada como Ponto de Cultura pelo Ministério da Cultura e não atenda aos requisitos necessários para a pré-certificação, conforme o item 3, o projeto será desclassificado. Ainda assim, será avaliado, com publicação da sua pontuação (para que tenha a possibilidade de apresentar recurso à avaliação como um todo).

11.7 A pontuação máxima de cada projeto é de até 100 **(CEM)** pontos **(a depender das possíveis bonificações previstas no ANEXO II).**

11.8 Cada projeto será analisado por, no mínimo, 02 **(dois)** membros da Comissão de Seleção (pelo menos um deles deve ser servidor ou funcionário da administração pública), e a nota final será obtida a partir da média das notas dos avaliadores.

11.9 Os casos de empate serão resolvidos individualmente para cada cota e categoria, e o desempate ocorrerá na seguinte ordem de prioridade:

I - maior pontuação na soma dos critérios de seleção definidos no Bloco 1 do ANEXO II **("Avaliação da atuação da entidade cultural");**

II - maior pontuação nos critérios previstos no Bloco 2 do ANEXO II ("Avaliação do projeto apresentado"), do "I a)" ou "III f)", nesta ordem;

III - maior tempo de existência jurídica (data de fundação) da entidade;

III - mediante sorteio.

11.10 Será desclassificada a candidatura que:

Não apresentar os documentos e formulários devidamente preenchidos, conforme descrito no item 6;

Apresentar quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade e outras formas de discriminação ou que atente contra os princípios do Estado Democrático de Direito em seu plano de trabalho;

Não tenha pontuação mínima de 60 **(sessenta)** pontos na Etapa de Seleção.

Caso a entidade não seja certificada e não obtenha a pontuação mínima necessária para pré-certificação, conforme indicado no item 3.2., I, o projeto será desclassificado.

11.11 A Comissão de Seleção poderá sugerir ajustes ou exclusão, total ou parcial, dos itens do Plano de Trabalho e/ou do Plano de Aplicação de Recursos, caso sejam considerados incoerentes ou em desconformidade com o projeto apresentado ou com os preços incompatíveis à realização das atividades.

11.12 O resultado preliminar da Etapa de Seleção será publicado no dia 16 de dezembro de 2024.

11.13 Contra a decisão do resultado preliminar da etapa de seleção e/ou para solicitação do espelho de notas caberá recurso destinado a **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO**, que deve ser apresentado por meio de parecer encaminhado via e-mail no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil posterior à publicação.

11.14 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

11.15 A lista dos recursos aceitos e não aceitos, a composição da Comissão de Seleção e o resultado final da Etapa de Seleção serão publicados e divulgados ao final da etapa de seleção, no respectivo Diário Oficial.

12. ETAPA DE HABILITAÇÃO

12.1 Após o encerramento da ETAPA DE SELEÇÃO, as entidades selecionadas e as entidades pré-certificadas deverão encaminhar os documentos abaixo, no prazo de 02 (dois) dias úteis após a publicação do resultado final da etapa de seleção, de forma presencial na **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO**, situada na Avenida Dr. Costa Lima, s/n, Santa Luzia – Antiga Estação Ferroviária – CEP. 55540-000 Palmares – PE.

para as entidades selecionadas:

Declaração Conjunta (ANEXO IX), devidamente preenchida e assinada pela representação da entidade cultural;

Cópia do Estatuto Social atualizado;

Cópia da ata de posse dos dirigentes da entidade cultural atualizada;

Relação Nominal dos Dirigentes, de acordo com a Ata de Posse atualizada;

Documentos pessoais da representação da entidade cultural **(RG, CPF e comprovante de residência);**

Cópia simples do comprovante de endereço da entidade cultural, tais como contas de água, luz, correspondência bancária, estatuto ou contrato de aluguel.

para as entidades pré-certificadas, a fim de certificação do Ponto de Cultura:

Cópia do Estatuto Social atualizado, visando a identificar se a entidade não se enquadra nas vedações previstas no Art. 9º da Instrução Normativa MinC nº 08 de 2016 e se tem natureza ou finalidade cultural;

Comprovante de solicitação de ingresso no Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura **(*e-mail* recebido ao enviar o cadastro),** sem o qual não é possível emitir a certificação. O passo a passo para a inscrição no Cadastro Nacional da Cultura Viva poderá ser acessado na Plataforma Rede Cultura Viva, pelo endereço eletrônico: https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/acesso-a-informacao/noticias/cadastro-nacional-de-pontos-e-pontoes-de-cultura-passo-a-passo

12.1.1 **A FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** consultará, ainda, a ficha do CNPJ, visando a verificar se este encontra-se ativo (requisito para habilitação de selecionadas e de pré-certificadas).
12.2. **A FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** emitirá Parecer Técnico Complementar sobre os requisitos técnicos para execução do projeto; e/ou para a certificação como Ponto de Cultura. O Ministério da Cultura disponibilizará minuta de Parecer Técnico Complementar, para referência, podendo, ou não, ser adotada pelo Ente Federativo, integral ou parcialmente.
12.3. No Parecer Técnico Complementar deverão constar as considerações emitidas pelos membros da Comissão de Seleção no Parecer de Avaliação e a verificação técnica, documental e de gestão da **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** abordando se os projetos selecionados estão aptos para a formalização, a execução e a prestação de contas do Termo de Compromisso Cultural; e/ou para a certificação como Ponto de Cultura.
12.4. A entidade cultural que apresentar pendências quanto à documentação complementar descrita no item 12.1 ou qualquer informação necessária para a celebração do Termo de Compromisso Cultural, e/ou para a certificação como Ponto de Cultura, será notificada pela **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** para envio de resposta de diligência.
12.5. **A FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** poderá solicitar ajustes ou exclusão, total ou parcialmente, dos itens do plano de trabalho ou da planilha orçamentária, caso sejam considerados incoerentes ou em desconformidade com o projeto apresentado ou com os preços incompatíveis aos praticados no mercado onde ocorrerá o projeto.

12.6. A entidade cultural poderá receber até 02 (duas) notificações de diligência, com prazo para resposta, em cada notificação, de até (02) dois dias úteis.
12.7. Após os prazos para as respostas das 2 (duas) notificações de diligência, de acordo com o item 12.6, será emitido o Parecer Técnico Complementar Preliminar sobre o projeto avaliado e publicado o resultado preliminar da Etapa de Habilitação.
12.8. O resultado preliminar da Etapa de Habilitação será publicado no Diário Oficial.
12.9 Contra a decisão do resultado preliminar da Etapa de Habilitação caberá recurso destinado a **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** que deve ser apresentado, preenchido e entregue de forma presencial, no prazo de 02 (dois) dias uteis, a contar do primeiro dia útil posterior à publicação.
12.10. **A FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** fará o julgamento dos pedidos de recurso e emitirá Parecer Técnico Complementar Final, não sendo mais possível qualquer recurso.
12.11. Será emitido Parecer Técnico Complementar Final de Indeferimento, caso a entidade cultural:
I. Não cumpra com o prazo de 02 (dois) dias para o envio da documentação complementar, de acordo com o item 12.6;
II. Responda parcialmente ou não cumpra o prazo limite de 02 (dois) dias úteis para responder a segunda notificação de diligência, de acordo com o item 12.6;
III. Não se manifeste quanto às duas notificações de diligência no prazo indicado no item 12.6, caracterizando a desistência da candidatura; ou
IV. Se manifeste pela inviabilidade de execução do projeto, caso haja a necessidade de ajustes ou exclusões de itens de despesa do plano de trabalho.
12.12. Caso seja emitido Parecer Técnico Complementar Final de Indeferimento, a candidatura será inabilitada e ficará impossibilitada de celebrar o Termo de Compromisso Cultural, podendo ser convocada a próxima candidatura da lista de classificação do resultado final da Etapa de Seleção para os procedimentos deste Edital, observados as cotas e categorias de inscrição, a ordem decrescente de pontuação, o prazo de vigência deste edital e a disponibilidade orçamentária e financeira.
12.13. Caso seja emitido Parecer Técnico Complementar Final Favorável, será verificada a regularidade jurídica da parceria, visando à celebração do instrumento de repasse com o Ponto de Cultura; e/ou será informado ao Ministério da Cultura o atendimento das condições necessárias para certificação, o que será realizado pela Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural.

13. DISTRIBUIÇÃO E REMANEJAMENTO DE VAGAS

13.1 Após a conclusão das etapas de análise, não havendo projetos classificados para atender o número mínimo de vagas previsto para cada cota e categoria, as vagas disponíveis poderão ser remanejadas para outras cotas e categoria, obedecendo à pontuação dos candidatos e atendendo às cotas previstas.

14. DA ETAPA DE CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO CULTURAL E LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

14.1. A Etapa de Celebração do Termo de Compromisso Cultural pela **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** considera a adimplência e regularidade da entidade cultural nos seguintes documentos e sistemas:
I. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF/FGTS);
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
Certidão de Quitação de Tributos Estaduais (CQTE);
Certidão de Quitação de Tributos Municipais (CQTM);
Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM).
14.1.1 **A FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** realizará a consulta nos sistemas públicos de verificação de regularidade e solicitará à entidade cultural os documentos e certidões que não estiverem publicamente acessíveis.
14.2. A entidade cultural que estiver impossibilitada de celebrar o Termo de Compromisso Cultural será notificada pela **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** e terá o prazo de até 02 (dois) dias úteis para regularizar a pendência.
14.3. Após o prazo para resposta à notificação, a **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** realizará novamente a verificação da adimplência e regularidade da entidade cultural para a celebração do Termo de Compromisso Cultural.
14.4. A entidade cultural que mantiver a situação de impossibilidade para celebrar o Termo de Compromisso Cultural será inabilitada, podendo ser convocada a próxima candidatura da lista de classificação do resultado final da Etapa de Seleção para os procedimentos deste Edital a partir da Etapa de Habilitação, observados as cotas e categorias de inscrição, a ordem decrescente de pontuação, o prazo de vigência deste edital e a disponibilidade orçamentária e financeira.
14.5. Não serão aceitas substituições de candidaturas ou representantes para os casos de inadimplência.
14.6. Recomenda-se às entidades culturais que consultem a sua regularidade jurídica, fiscal e tributária, de modo a resolver com antecedência eventuais pendências, para as Etapas de Celebração do Termo de Compromisso Cultural e de Liberação dos Recursos.
14.7. Não poderão celebrar Termo de Compromisso Cultural (TCC) entidades com outro TCC vigente, celebrado com qualquer Ente Público, no âmbito da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), salvo quando:
I. No ato de formalização do Termo de Compromisso resultado do presente Edital, não tenha parcelas para receber e já tenha executado mais da metade do cronograma relacionado à última parcela do TCC vigente; e/ou
II. Quando uma mesma entidade celebre um TCC para fomento a um projeto de Ponto de Cultura e um TCC para fomento a um projeto de Pontão de Cultura.
14.8 A liberação dos recursos está condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como mera expectativa de direito.
14.9 Os recursos financeiros serão repassados em uma única parcela, diretamente na conta bancária específica.
14.10 Não incide Imposto de Renda – IR e Imposto sobre Serviços - ISS no repasse de recursos à entidade cultural. O projeto cultural, no âmbito da parceria, não se caracteriza como prestação de serviço.
14.10.1 É de responsabilidade exclusiva da entidade cultural o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no TCC.
14.11 Os recursos financeiros serão depositados e geridos em conta bancária específica aberta única e exclusivamente em instituição financeira pública.

14.12 Os recursos deverão ser aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

15. MONITORAMENTO E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

15.1 **A FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** implementará procedimentos de acompanhamento e monitoramento dos Termos de Compromisso Cultural celebrados, antes do término da sua vigência, para fins de aferição do cumprimento do objeto.

15.2 A prestação de contas do Termo de Compromisso Cultural será apresentada por meio do Relatório de Execução do Objeto, no prazo de até 90 (noventa) dias após o fim da vigência do Termo de Compromisso Cultural, contendo no mínimo, comprovações dos resultados e produtos obtidos no cumprimento das Metas durante a execução da parceria.

15.3 A entidade deve prestar contas à **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** conforme disposições constantes no Termo de Compromisso Cultural, na Instrução Normativa MINC nº 08, de 11 de maio de 2016, ou em ato normativo correspondente em vigor (Regulamentam a PNCV) e no Decreto nº 11.453/2023, no que couber.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 O prazo de vigência deste Edital será de 12 (doze) meses contados a partir da publicação do resultado final da Etapa de Habilitação, prorrogável, por uma única vez, por igual período.

16.2 Os conteúdos gerados na meta 3 poderão ser selecionados, formatados e editados pela **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** e pela Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura para divulgação e publicação no *site* do Ministério da Cultura, na Plataforma Rede Cultura Viva e/ou em eventos públicos.

16.3 Os casos não previstos neste Edital e constatados durante a Etapa de Seleção serão resolvidos pela Comissão de Seleção durante as reuniões para avaliação e para julgamento dos pedidos de recurso. Já os casos não previstos neste Edital e constatados durante outras etapas do processo seletivo serão resolvidos pela **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO**

16.4 Os prazos previstos neste Edital iniciam e terminam em dia útil. No caso de o prazo final de qualquer etapa coincidir com data de feriado, final de semana ou ponto facultativo, será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

16.5 Os ônus da participação na seleção pública, incluídas as despesas com cópias e emissão de documentos, são de exclusiva responsabilidade da entidade cultural, bem como o acompanhamento da atualização das informações deste Edital.

16.6 A entidade cultural será a única responsável pela veracidade de todos os documentos encaminhados.

16.7 Os projetos inscritos, selecionados ou não, passarão a fazer parte do banco de dados da **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** e do Ministério da Cultura para fins de pesquisa, documentação e mapeamento da produção cultural brasileira.

16.8 As iniciativas culturais poderão ser citadas, descritas ou utilizadas pela FUNDAÇÃO **CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** e pelo Ministério da Cultura, total ou parcialmente, em expedientes, publicações internas ou externas, cartazes ou quaisquer outros meios de promoção e divulgação, incluídos os devidos créditos sem que caiba à candidatura, selecionada ou não, pleitear a recepção de qualquer valor, inclusive a título autoral.

16.9 **A FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** e o Ministério da Cultura não se responsabilizam pelas licenças e autorizações **(ex.: ECAD, SBAT, pagamento de direitos autorais de texto e/ou música, audiovisual etc.)** necessárias para a realização das atividades previstas nos projetos contemplados, sendo essas de total responsabilidade da entidade cultural.

16.10 As peças de divulgação relacionadas ao Termo de Compromisso Cultural deverão ter caráter educativo, cultural, informativo ou de orientação social e não poderão trazer nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

16.11 É obrigatória a menção ao Ministério da Cultura e à Política Nacional de Cultura Viva em todos os produtos artísticos culturais, peças de divulgação e nas ações culturais realizadas, relacionadas ao recurso do Termo de Compromisso Cultural, com a inclusão da marca do Ministério da Cultura/Governo Federal e da Cultura Viva em todas as peças de divulgação, observado o Manual de Uso da Marca do Governo Federal, bem como menção ao apoio recebido em entrevistas e outros meios de comunicação disponíveis aos projetos selecionados, observadas as restrições no período de defeso eleitoral.

16.12 As entidades culturais que receberem recursos da Política Nacional Cultura Viva deverão privilegiar o uso de soluções com licenciamento em formatos abertos e produtos sob licenças livres, que permitam a livre cópia, distribuição, exibição e execução, assim como a criação de obras derivadas.

1 **PREFEITURA MUNICIPAL DOS PALMARES**
FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO

CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025

CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL
FOMENTO A PROJETOS CONTINUADOS DE PONTOS DE CULTURA

A Prefeitura Municipal dos Palmares - PE, por meio da **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** torna público o presente Edital para o desenvolvimento da **"REDE MUNICIPAL DE PONTOS DE CULTURA DOS PALMARES-PE",** por meio da **Política Nacional de Cultura Viva (PNCV)**, instituída pela Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014.

O presente edital é regido pelo disposto na Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022 **(PNAB),** no Decreto nº 11.740, de 18 de outubro de 2023, e Portaria MinC nº 80, de 27 de outubro de 2023 **(Regulamentam a PNAB)**, no **Decreto nº 11.453, de 23 de março de 2023 (Decreto de Fomento)**, na Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014 **(Política Nacional de Cultura Viva)**, na Instrução Normativa MINC nº 08, de 11 de maio de 2016, e na Instrução Normativa MINC nº 12, de 28 de maio de 2024, ou em ato normativo correspondente em vigor **(Regulamentam a PNCV).**

Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da **Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB)-Ciclo II. Aqui você vai encontrar as regras deste edital e como fazer para inscrever seu projeto. Estamos muito felizes com seu interesse em participar desta política. Boa leitura.**

1. OBJETO

1.1 Este Edital tem por objeto a seleção de projetos que promovam o acesso da população aos bens e aos serviços culturais nos territórios e comunidades onde atuam, nos termos da Política Nacional de Cultura Viva.

1.2 Poderão participar deste edital Pontos e Pontões de Cultura com constituição jurídica, ou seja, com CNPJ, bem como Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades e ainda não estejam certificadas como Ponto ou Pontão de Cultura pelo Ministério da Cultura, desde que cumpram os requisitos para a certificação no Cadastro Nacional, conforme item 3 deste edital.

2. RECURSOS

2.1 Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal, repassados ao Município dos Palmares-PE, por meio da PNAB, e tem o valor total de **R$ 105.919,52 (Cento e Cinco Mil novecentos e dezenove Reais e cinquenta e dois Centavos)** para a seleção de até 10 (dez) projetos, no valor de **R$ 10.591,52 (dez mil quinhentos e noventa e um reais e cinquenta e dois centavos)** cada projeto.

2.2 Caso haja disponibilidade orçamentária e interesse público, este edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja excedente de recursos da PNAB advindo de outros editais ou de rendimentos, ou caso haja disponibilidade orçamentária de outras fontes, as vagas podem ser ampliadas para contemplar mais projetos.

3. CERTIFICAÇÃO COMO PONTO DE CULTURA

3.1 O Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura é um dos instrumentos da Política Nacional de Cultura Viva, sendo integrado pelos grupos, coletivos e pessoas jurídicas de direito privado sem fins

lucrativos que desenvolvam ações culturais e que possuam certificação simplificada concedida pelo Ministério da Cultura. Compõe o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC).
3.2 Como já especificado podem participar deste edital entidade ainda não certificada como Ponto ou Pontão de Cultura, na condição de pessoa física, para participarem e serem certificadas como Pontos de Cultura por meio deste Edital, tais entidades deverá:

Obter pontuação mínima de 50 pontos **(50% do total)** no Bloco 1 (Avaliação da atuação da entidade cultural) dos Critérios de Avaliação (ANEXO II), relacionado ao histórico de atuação da entidade, sendo avaliada pela Comissão de Seleção a partir do portfólio **(relatório com material de comprovação das atividades),** da Ficha de Inscrição e demais conteúdos enviados pela entidade, o que lhe caracterizará como "pré-certificada";
Atender aos requisitos documentais solicitados na fase seguinte, de Habilitação, o que lhe caracterizará como "certificada";
Apresente certificação da secretaria de cultura, fundação ou de entidade cultural que ateste a atuação cultural coletiva.

3.3 Caso a entidade não seja certificada e não obtenha a pontuação mínima necessária para pré-certificação como Ponto de Cultura, conforme indicado no item 3.2, I, o projeto será desclassificado.

3.4 Caso a entidade concorrente informe já ser certificadas como Ponto ou Pontão de Cultura, no Formulário de Inscrição, a certificação será verificada pela **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** na Plataforma Cultura Viva. Caso não seja localizada a certificação, a entidade passará pelos mesmos regramentos e procedimentos que as entidades não certificadas, podendo, ou não, ser certificada como Ponto de Cultura por meio deste Edital **(sendo possível a apresentação de recurso, na fase de seleção).**

3.5 As entidades que tenham sua certificação como Ponto ou Pontão de Cultura emitida pelo Ministério da Cultura e localizada pela **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** não precisarão obter a pontuação mínima indicada no item 3.2, I, mas terão sua atuação avaliada pela Comissão de Seleção, conforme os critérios de avaliação deste edital **(ANEXO II).**

3.6. Este edital não certificará novas entidades como Pontões de Cultura. Caso a entidade participante não seja, anteriormente certificada como Ponto ou Pontão de Cultura, apenas poderá ser certificada como Ponto de Cultura por meio deste edital.

3.7 **A FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** enviará à Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura **(conforme modelo a ser disponibilizado),** após a fase de Habilitação, a relação de Pontos de Cultura certificados por meio deste edital, para que constem na base de dados do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões
de Cultura.

3.8 A emissão da Certificação Simplificada por parte do Ministério da Cultura, após envio da relação de Pontos de Cultura certificados por meio deste edital por parte da **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** não compromete a possível celebração de TCC.

4. QUEM PODE PARTICIPAR DO EDITAL
4.1 Poderão participar deste edital:

Pontos e Pontões de Cultura certificados pelo Ministério da Cultura e com constituição jurídica, ou seja, com CNPJ;
Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades e ainda não estejam certificadas como Ponto ou Pontão de Cultura pelo Ministério da Cultura, desde que cumpram os requisitos para a certificação no Cadastro Nacional, conforme item 3 deste edital.

4.1.1. Em ambos os casos, é necessário que as entidades:

Comprovem, no mínimo, três anos de existência e desenvolvimento de atividade cultural, por meio de fotos, material gráfico de eventos, publicações impressas e em meios eletrônicos e outros materiais comprobatórios;

Comprovem experiência prévia na realização do objeto da parceria ou objeto de natureza semelhante; e

Comprovem capacidade técnica e operacional para o cumprimento das metas estabelecidas e do projeto proposto.

5. QUEM NÃO PODE PARTICIPAR DO EDITAL
5.1 Não podem participar do presente Edital:

Coletivos informais **(sem constituição jurídica)**, pessoas físicas e Microempreendedores Individuais (MEI);
Instituições privadas com fins lucrativos;
Instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento institucional, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, suas mantenedoras e associações de pais, mestres, amigos ou ex-alunos;
Entidades vinculadas a equipamentos públicos **(como associação de amigos de teatros, museus, centros culturais etc.);**
Fundações e institutos criados ou mantidos por empresas ou grupos de empresas;
Instituições integrantes do "Sistema S" **(SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEST, SENAT, SEBRAE, SENAR e outros);**
Instituições privadas sem fins lucrativos:
Que não possuam comprovada experiência prévia na realização do objeto da parceria ou objeto de natureza semelhante,
Que possuam dentre os seus dirigentes ou representantes:
Agente político ou dirigente de qualquer esfera governamental **(Presidente da República, Governadores, Prefeitos, e seus respectivos vices, Ministros de Estado, Secretários Estaduais e Municipais, Presidentes de fundações públicas**), ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;
Servidor público vinculado ao órgão responsável pela seleção pública do ente federativo, ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;
Membro do Legislativo **(Deputados, Senadores, Vereadores),** Judiciário **(Juízes, Desembargadores, Ministros)**, do Ministério Público **(Promotor, Procurador)** ou do Tribunal de Contas da União **(Auditores e Conselheiros)**, ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau.
VIII. Partidos políticos e suas instituições;
IX. Membros da Comissão de Seleção ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau; e
X. Pessoas jurídicas de direito público da administração direta ou indireta.
Atenção! Membros de entidades que integrarem Conselho de Cultura poderão concorrer neste Edital, desde que não se enquadre nas situações previstas no item 5.1.
Atenção! A participação de membros de entidades em consultas públicas relacionadas à implementação da PNAB e/ou na gestão compartilhada da PNCV não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.
6. ETAPA DE INSCRIÇÃO
6.1 As inscrições para a Chamada Pública serão gratuitas e realizadas de forma presencial/Online, na **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO**, situada na Avenida Dr. Costa Lima, s/n, Santa Luzia – Antiga Estação Ferroviária – CEP. 55540-000 Palmares – PE, com início no dia 03 de dezembro de 2025 com encerramento previsto para o dia 15 de dezembro de 2025, no horário compreendido entre as 08h00minh e 13h00minh. Com resultado final previsto para o dia 22 de dezembro podendo ser prorrogado a critério da **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO**. Não serão aceitas inscrições enviadas por outros formatos, nem fora do prazo.
6.2 A inscrição contará com o envio dos seguintes documentos:

• Formulário de Inscrição **(conforme ANEXOO III);**
• Plano de Trabalho **(conforme ANEXO IV);**

• Plano de Aplicação de Recursos **(conforme ANEXO V);**
• Material de comprovação das atividades culturais desenvolvidas pela entidade cultural há pelo menos 2 **(dois)** anos, por meio de informações sobre as ações da entidade cultural; cópias de cartazes; folhetos; fotografias; material audiovisual **(endereço eletrônico aberto, vídeos, entre outros)**; publicações em jornal e revista; página da internet; depoimentos; programas; convites para participar de eventos; cartas de reconhecimento de órgãos públicos ou privados, entidades e coletivos culturais e escolas; entre outros. É importante que pelo menos 1 **(uma)** comprovação indique data anterior a 2 **(dois)** anos em relação à publicação deste edital. Da mesma forma, é importante que sejam apresentados materiais recentes **(nos últimos dois anos),** que demonstrem as atividades realizadas pela entidade. Esse material será utilizado pela Comissão de Seleção para avaliação das candidaturas, de acordo com o Quadro de Avaliação **(ANEXO II);**
• Auto declarações das pessoas negras **(pretas ou pardas),** pessoas indígenas ou pessoas com deficiência do quadro de dirigentes, acompanhada da ata da última eleição; ou da composição da equipe do projeto; conforme modelos constantes nos **ANEXOS VII E VIII,** quando a entidade optar por concorrer às cotas;
• Outros documentos que a proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do seu projeto.

6.3. A entidade cultural deverá se inscrever para apenas 1 **(uma)** categoria, de acordo com o **ANEXO I** deste Edital. No caso de envio de mais de uma inscrição, na mesma categoria ou em diferentes categorias, será considerada apenas a última proposta enviada para análise.
6.4. As entidades que enviarem cópias ilegíveis de qualquer documento obrigatório solicitado neste Edital, prejudicando a análise de itens obrigatórios, serão desclassificadas na Etapa de Seleção.
6.5. **A FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** não se responsabilizará por inscrições que deixarem de ser concretizadas por falta de internet, energia elétrica, problemas/lentidão no servidor, na transmissão de dados, em provedores de acesso dos usuários, em problemas decorrentes do Sistema.
Atenção! Ao se inscrever, a entidade cultural aceita todas as regras e condições descritas nesse edital e concorda com os termos da Lei 13.018/2022 **(Política Nacional de Cultura Viva - PNCV)**, da Instrução Normativa MinC nº 08/2016 e Instrução Normativa MinC nº 12/2024 **(regulamentam PNCV)**, da Lei 14.399/2022 **(Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB)**, do Decreto 11.740/2023 **(Decreto PNAB)** e do Decreto 11.453/2023 **(Decreto de Fomento).**

7. COTAS

7.1 Ficam garantidas cotas em todas as categorias deste edital para:
Pessoas negras (pretas e pardas): 25% (vinte e cinco por cento) das vagas;
Pessoas indígenas: 10% (dez por cento) das vagas;
Pessoas com deficiência: 5% (cinco por cento) das vagas;
7.2 As cotas serão destinadas às entidades que possuam quadro de dirigentes majoritariamente (cinquenta por cento mais um) composto por pessoas negras, indígenas ou com deficiência, ou que tenham pessoas negras, indígenas ou com deficiência na maioria (cinquenta por cento mais um) das posições de liderança (coordenação/direção) no projeto cultural.
7.3 As pessoas físicas que compõem a direção da entidade proponente ou da equipe do projeto devem se submeter aos regramentos descritos neste Edital.
7.4 As entidades culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja, concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo de seleção.
7.5 As entidades culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para serem selecionadas no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.
7.6 Em caso de desistência de entidades selecionadas por cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por entidade que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.
7.7 No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
7.7.1 Caso não haja entidades culturais inscritas em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.
7.8. Deverão ser selecionados, no mínimo, 30% (trinta por cento) de projetos apresentados por entidades com trajetória declarada e comprovadamente ligada às culturas populares e tradicionais, e que tenham seus planos de trabalho também com ações voltadas ao segmento. Este percentual pode ser composto junto às vagas destinadas às cotas.
7.9. Considera-se pessoa com deficiência: aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

8. PROJETO CULTURAL

8.1 O projeto inscrito será composto pelo Plano de Trabalho, pelo Plano de Aplicação de Recursos e pelas informações complementares enviadas pela entidade cultural.
8.2 O período de execução do projeto deve ser de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período (excetuadas as prorrogações de ofício), e conter, no mínimo, as 3 (três) Metas padronizadas e definidas abaixo, com suas respectivas condições especificadas no item 5 do Plano de Trabalho (ANEXO V).

• **Meta 1 - Formação e Educação Cultural;**

- Desenvolvimento de atividades educativas de forma regular, continuada e gratuitas voltadas para a formação cultural, tais como oficinas, cursos, workshops, palestras, seminários, entre outros, com a elaboração de conteúdos educativos relacionados a cultura, história, artes, entre outros temas relevantes para a comunidade, que valorizem e fortaleçam a diversidade e as identidades culturais locais, incentivando o protagonismo das comunidades, e/ou promovam processos de integração entre as instituições públicas de educação formal (como escolas, Institutos Federais, universidades) e os saberes orgânicos, comunitários, populares e/ou tradicionais (como de mestres e mestras).

• **Meta 2 - Mostra Artística/Cultural**;

- Realização de eventos culturais, como festivais, mostras, exposições, apresentações teatrais, musicais, de dança, entre outros, que valorizem a diversidade cultural, contemplando diferentes linguagens artísticas e expressões culturais, com o incentivo à participação de artistas locais, mestres e mestras das culturas populares e tradicionais, grupos culturais e comunidade em geral, e divulguem/compartilhem o trabalho artístico-cultural produzido pelas/os participantes do projeto, tanto localmente quanto em outras regiões.

• **Meta 3 - Registro e Divulgação**.

- Desenvolvimento de estratégias de divulgação para ampliar o alcance das ações culturais, utilizando, por exemplo, materiais impressos, cartazes, faixas, redes sociais, sites, mídia local, entre outros meios de comunicação, além do estabelecimento de parcerias com veículos de comunicação, órgãos públicos, instituições culturais e outros atores locais para potencializar a divulgação das atividades culturais realizadas.
- Criação de mecanismos para o registro e documentação das atividades realizadas, como produção de relatórios, fotos, vídeos, áudios, entre outros.
8.3 As 3 (três) Metas padronizadas descritas não poderão ser excluídas do projeto, e as entidades culturais poderão, se considerarem pertinente, prever outras Metas que agreguem no objeto proposto, de acordo com as categorias (ANEXO I).

8.4 O valor global do projeto deverá estar absolutamente de acordo com os valores definidos no edital (não pode ter valor superior, nem inferior). Caso o projeto seja apresentado com discrepância significativa entre o valor disponível e o valor previsto, prejudicará a análise sobre o como os recursos seriam efetivamente utilizados na eventual seleção do projeto - sendo assim, a Comissão de Seleção poderá desclassificar o projeto.
8.5 A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado deverá ser apresentada por meio de tabelas referenciais de valores, no Plano de Aplicação de Recursos (ANEXO V), acompanhadas de memória de cálculo e justificativa para cada item de despesa.
8.6 A estimativa de custos do plano de trabalho poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais. Neste caso, é importante que a entidade proponente apresente cotações e justificativas.
8.7 A entidade cultural deverá dar transparência aos valores pagos a título de remuneração de sua equipe de trabalho vinculada à execução do Termo de Compromisso Cultural, em sua sede e em seu sítio eletrônico.
8.8 Quando o projeto utilizar também outras fontes, tais como patrocínio privado, a entidade deve apresentar a planilha referente a estes valores, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item de despesa.
8.9. Os tipos de despesas obrigatórios, possíveis, vedados e os limites estão elencados no Plano de Trabalho (ANEXO 04).

9. ACESSIBILIDADE

9.1 Os projetos inscritos neste edital deverão oferecer medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto e medidas que contemplem e incentivem o protagonismo de agentes culturais com deficiência, nos termos do § 5 do art. 9º do Decreto nº 11.740, de 2023 **(PNAB);** da Instrução Normativa MINC nº 10 de 2023 **(ações afirmativas e medidas de acessibilidade na PNAB)**; e da Lei Nº 13.146, de 2015 **(LBI - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência);** conforme descrito no Plano de Trabalho (ANEXO IV).
9.2 Os materiais de divulgação dos produtos culturais resultantes do projeto serão disponibilizados em formatos acessíveis a pessoas com deficiência, conterão informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados, e os símbolos universais que indiquem a acessibilidade disponível de forma expressa e visível.

10. ETAPAS DE ANÁLISE

10.1 Os projetos apresentados serão analisados em duas etapas:
1. Etapa de Seleção - onde os projetos serão avaliados, pontuados e ranqueados, sendo definidas quais entidades serão ou não selecionadas; pré-certificadas ou não certificadas, conforme critérios definidos neste edital. Esta etapa será realizada por comissão de seleção específica, designada por meio de portaria emitida pelo Presidente da **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO.**
2. Etapa de Habilitação - ser realizada pela **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO,** onde será observado o cumprimento dos requisitos formais e documentais previstos neste edital e em seus anexos. Nesta etapa, serão analisados somente os projetos que, após a Etapa de Seleção, obtiverem classificação que os coloque em condição de ser Selecionados; e/ou entidades Pré-Certificadas, considerando os critérios de distribuição e remanejamento dos recursos previsto neste edital.

11. ETAPA DE SELEÇÃO DOS PROJETOS

11.1 Na etapa de seleção serão definidas as entidades selecionadas e pré-certificadas:
I - Entendem-se por entidades culturais **SELECIONADAS** aquelas inscritas que obtiverem as maiores notas dentro do quantitativo de vagas de cada categoria e cotas definidas no ANEXO II, considerando os critérios de seleção estabelecidos no quadro do ANEXO II.
II - Entendem-se por entidades culturais **SUPLENTES** aquelas inscritas que obtiverem 60 **(sessenta)** pontos ou mais, considerando os critérios de seleção estabelecidos no quadro do ANEXO II, mas não obtiveram as maiores notas dentro do quantitativo de vagas de cada categoria e cotas.
III - Entendem-se por entidades culturais **PRÉ-CERTIFICADAS** aquelas que, anteriormente à inscrição neste Edital, não eram certificadas pelo Ministério da Cultura, e que, independentemente de serem selecionadas ou não, tenham atendido aos requisitos para certificação como Ponto de Cultura, relacionados à atuação cultural, segundo regras e critérios descritos no item 3.
11.2 A Seleção dos projetos inscritos neste edital será realizada por uma Comissão de Seleção, definida pela **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** com reconhecida atuação na área cultural, capacidade de julgamento e de notório saber. Preferencialmente, contar com o mínimo de 1 **(uma)** pessoa da sociedade civil com trajetória ligada às culturas populares e tradicionais.
11.3 Ficarão proibidos de participar da Comissão de Seleção as pessoas que:
Tenham interesse pessoal na aprovação do projeto de participante deste Edital;
Tenham participado ou colaborado com a realização das atividades relacionadas à iniciativa cultural e à inscrição de determinada candidatura;
Tenham participado de entidade privada sem fins lucrativos inscrita deste Edital nos últimos 2 (dois) anos;
Estejam litigando judicial ou administrativamente com participante deste Edital ou seus respectivos cônjuges ou companheiros (que estejam envolvidos em processos legais ou administrativos contra qualquer participante deste edital, bem como contra seus cônjuges ou companheiros. Isso inclui litígios judiciais ou administrativos em qualquer fase do processo, como demandas, contestações, recursos, entre outros).
11.4 As proibições previstas no item se estendem ao membro da comissão com cônjuge, companheiro ou parente até o 3º grau, consanguíneo ou por afinidade, que se enquadre em alguma das hipóteses previstas.
11.5 A Comissão de Seleção vai avaliar as iniciativas, observando os critérios e pontuações dispostos no Quadro de Avaliação do ANEXO II deste Edital.
11.6 Caso a entidade cultural não seja certificada como Ponto de Cultura pelo Ministério da Cultura e não atenda aos requisitos necessários para a pré-certificação, conforme o item 3, o projeto será desclassificado. Ainda assim, será avaliado, com publicação da sua pontuação (para que tenha a possibilidade de apresentar recurso à avaliação como um todo).
11.7 A pontuação máxima de cada projeto é de até 100 **(CEM)** pontos **(a depender das possíveis bonificações previstas no ANEXO II).**
11.8 Cada projeto será analisado por, no mínimo, 02 **(dois)** membros da Comissão de Seleção (pelo menos um deles deve ser servidor ou funcionário da administração pública), e a nota final será obtida a partir da média das notas dos avaliadores.
11.9 Os casos de empate serão resolvidos individualmente para cada cota e categoria, e o desempate ocorrerá na seguinte ordem de prioridade:
I - maior pontuação na soma dos critérios de seleção definidos no Bloco 1 do ANEXO II **("Avaliação da atuação da entidade cultural");**
II - maior pontuação nos critérios previstos no Bloco 2 do ANEXO II ("Avaliação do projeto apresentado"), do "I a)" ou "III f)", nesta ordem;
III - maior tempo de existência jurídica (data de fundação) da entidade;
III - mediante sorteio.
11.10 Será desclassificada a candidatura que:
Não apresentar os documentos e formulários devidamente preenchidos, conforme descrito no item 6;
Apresentar quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade e outras formas de discriminação ou que atente contra os princípios do Estado Democrático de Direito em seu plano de trabalho;
Não tenha pontuação mínima de 60 **(sessenta)** pontos na Etapa de Seleção.
Caso a entidade não seja certificada e não obtenha a pontuação mínima necessária para pré-certificação, conforme indicado no item 3.2., I, o projeto será desclassificado.
11.11 A Comissão de Seleção poderá sugerir ajustes ou exclusão, total ou parcial, dos itens do Plano de Trabalho e/ou do Plano de Aplicação

de Recursos, caso sejam considerados incoerentes ou em desconformidade com o projeto apresentado ou com os preços incompatíveis à realização das atividades.
11.12 O resultado preliminar da Etapa de Seleção será publicado no dia 16 de dezembro de 2024.
11.13 Contra a decisão do resultado preliminar da etapa de seleção e/ou para solicitação do espelho de notas caberá recurso destinado a **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO**, que deve ser apresentado por meio de parecer encaminhado via e-mail no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil posterior à publicação.
11.14 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
11.15 A lista dos recursos aceitos e não aceitos, a composição da Comissão de Seleção e o resultado final da Etapa de Seleção serão publicados e divulgados ao final da etapa de seleção, no respectivo Diário Oficial.

12. ETAPA DE HABILITAÇÃO

12.1 Após o encerramento da ETAPA DE SELEÇÃO, as entidades selecionadas e as entidades pré-certificadas deverão encaminhar os documentos abaixo, no prazo de 02 (dois) dias úteis após a publicação do resultado final da etapa de seleção, de forma presencial na **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO**, situada na Avenida Dr. Costa Lima, s/n, Santa Luzia – Antiga Estação Ferroviária – CEP. 55540-000 Palmares – PE.
para as entidades selecionadas:
Declaração Conjunta (ANEXO IX), devidamente preenchida e assinada pela representação da entidade cultural;
Cópia do Estatuto Social atualizado;
Cópia da ata de posse dos dirigentes da entidade cultural atualizada;
Relação Nominal dos Dirigentes, de acordo com a Ata de Posse atualizada;
Documentos pessoais da representação da entidade cultural **(RG, CPF e comprovante de residência);**
Cópia simples do comprovante de endereço da entidade cultural, tais como contas de água, luz, correspondência bancária, estatuto ou contrato de aluguel.
para as entidades pré-certificadas, a fim de certificação do Ponto de Cultura:
Cópia do Estatuto Social atualizado, visando a identificar se a entidade não se enquadra nas vedações previstas no Art. 9º da Instrução Normativa MinC nº 08 de 2016 e se tem natureza ou finalidade cultural;
Comprovante de solicitação de ingresso no Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura **(*e-mail* recebido ao enviar o cadastro),** sem o qual não é possível emitir a certificação. O passo a passo para a inscrição no Cadastro Nacional da Cultura Viva poderá ser acessado na Plataforma Rede Cultura Viva, pelo endereço eletrônico: https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/acesso-a-informacao/noticias/cadastro-nacional-de-pontos-e-pontoes-de-cultura-passo-a-passo
12.1.1 **A FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** consultará, ainda, a ficha do CNPJ, visando a verificar se este encontra-se ativo (requisito para habilitação de selecionadas e de pré-certificadas).
12.2. **A FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** emitirá Parecer Técnico Complementar sobre os requisitos técnicos para execução do projeto; e/ou para a certificação como Ponto de Cultura. O Ministério da Cultura disponibilizará minuta de Parecer Técnico Complementar, para referência, podendo, ou não, ser adotada pelo Ente Federativo, integral ou parcialmente.
12.3. No Parecer Técnico Complementar deverão constar as considerações emitidas pelos membros da Comissão de Seleção no Parecer de Avaliação e a verificação técnica, documental e de gestão da **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** abordando se os projetos selecionados estão aptos para a formalização, a execução e a prestação de contas do Termo de Compromisso Cultural; e/ou para a certificação como Ponto de Cultura.
12.4. A entidade cultural que apresentar pendências quanto à documentação complementar descrita no item 12.1 ou qualquer informação necessária para a celebração do Termo de Compromisso Cultural, e/ou para a certificação como Ponto de Cultura, será notificada pela **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** para envio de resposta de diligência.
12.5. **A FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** poderá solicitar ajustes ou exclusão, total ou parcialmente, dos itens do plano de trabalho ou da planilha orçamentária, caso sejam considerados incoerentes ou em desconformidade com o projeto apresentado ou com os preços incompatíveis aos praticados no mercado onde ocorrerá o projeto.

12.6. A entidade cultural poderá receber até 02 (duas) notificações de diligência, com prazo para resposta, em cada notificação, de até (02) dois dias úteis.
12.7. Após os prazos para as respostas das 2 (duas) notificações de diligência, de acordo com o item 12.6, será emitido o Parecer Técnico Complementar Preliminar sobre o projeto avaliado e publicado o resultado preliminar da Etapa de Habilitação.
12.8. O resultado preliminar da Etapa de Habilitação será publicado no Diário Oficial.
12.9 Contra a decisão do resultado preliminar da Etapa de Habilitação caberá recurso destinado a **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** que deve ser apresentado, preenchido e entregue de forma presencial, no prazo de 02 (dois) dias uteis, a contar do primeiro dia útil posterior à publicação.
12.10. **A FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** fará o julgamento dos pedidos de recurso e emitirá Parecer Técnico Complementar Final, não sendo mais possível qualquer recurso.
12.11. Será emitido Parecer Técnico Complementar Final de Indeferimento, caso a entidade cultural:
I. Não cumpra com o prazo de 02 (dois) dias para o envio da documentação complementar, de acordo com o item 12.6;
II. Responda parcialmente ou não cumpra o prazo limite de 02 (dois) dias úteis para responder a segunda notificação de diligência, de acordo com o item 12.6;
III. Não se manifeste quanto às duas notificações de diligência no prazo indicado no item 12.6, caracterizando a desistência da candidatura; ou
IV. Se manifeste pela inviabilidade de execução do projeto, caso haja a necessidade de ajustes ou exclusões de itens de despesa do plano de trabalho.
12.12. Caso seja emitido Parecer Técnico Complementar Final de Indeferimento, a candidatura será inabilitada e ficará impossibilitada de celebrar o Termo de Compromisso Cultural, podendo ser convocada a próxima candidatura da lista de classificação do resultado final da Etapa de Seleção para os procedimentos deste Edital, observados as cotas e categorias de inscrição, a ordem decrescente de pontuação, o prazo de vigência deste edital e a disponibilidade orçamentária e financeira.
12.13. Caso seja emitido Parecer Técnico Complementar Final Favorável, será verificada a regularidade jurídica da parceria, visando à celebração do instrumento de repasse com o Ponto de Cultura; e/ou será informado ao Ministério da Cultura o atendimento das condições necessárias para certificação, o que será realizado pela Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural.

13. DISTRIBUIÇÃO E REMANEJAMENTO DE VAGAS

13.1 Após a conclusão das etapas de análise, não havendo projetos classificados para atender o número mínimo de vagas previsto para cada cota e categoria, as vagas disponíveis poderão ser remanejadas para outras cotas e categoria, obedecendo à pontuação dos candidatos e atendendo às cotas previstas.

14. DA ETAPA DE CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO CULTURAL E LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

14.1. A Etapa de Celebração do Termo de Compromisso Cultural pela **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** considera a adimplência e regularidade da entidade cultural nos seguintes documentos e sistemas:
I. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF/FGTS);
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
Certidão de Quitação de Tributos Estaduais (CQTE);
Certidão de Quitação de Tributos Municipais (CQTM);
Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM).

14.1.1 **A FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** realizará a consulta nos sistemas públicos de verificação de regularidade e solicitará à entidade cultural os documentos e certidões que não estiverem publicamente acessíveis.
14.2. A entidade cultural que estiver impossibilitada de celebrar o Termo de Compromisso Cultural será notificada pela **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** e terá o prazo de até 02 (dois) dias úteis para regularizar a pendência.
14.3. Após o prazo para resposta à notificação, a **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** realizará novamente a verificação da adimplência e regularidade da entidade cultural para a celebração do Termo de Compromisso Cultural.
14.4. A entidade cultural que mantiver a situação de impossibilidade para celebrar o Termo de Compromisso Cultural será inabilitada, podendo ser convocada a próxima candidatura da lista de classificação do resultado final da Etapa de Seleção para os procedimentos deste Edital a partir da Etapa de Habilitação, observados as cotas e categorias de inscrição, a ordem decrescente de pontuação, o prazo de vigência deste edital e a disponibilidade orçamentária e financeira.
14.5. Não serão aceitas substituições de candidaturas ou representantes para os casos de inadimplência.
14.6. Recomenda-se às entidades culturais que consultem a sua regularidade jurídica, fiscal e tributária, de modo a resolver com antecedência eventuais pendências, para as Etapas de Celebração do Termo de Compromisso Cultural e de Liberação dos Recursos.
14.7. Não poderão celebrar Termo de Compromisso Cultural (TCC) entidades com outro TCC vigente, celebrado com qualquer Ente Público, no âmbito da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), salvo quando:
I. No ato de formalização do Termo de Compromisso resultado do presente Edital, não tenha parcelas para receber e já tenha executado mais da metade do cronograma relacionado à última parcela do TCC vigente; e/ou
II. Quando uma mesma entidade celebre um TCC para fomento a um projeto de Ponto de Cultura e um TCC para fomento a um projeto de Pontão de Cultura.
14.8 A liberação dos recursos está condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como mera expectativa de direito.
14.9 Os recursos financeiros serão repassados em uma única parcela, diretamente na conta bancária específica.
14.10 Não incide Imposto de Renda – IR e Imposto sobre Serviços - ISS no repasse de recursos à entidade cultural. O projeto cultural, no âmbito da parceria, não se caracteriza como prestação de serviço.
14.10.1 É de responsabilidade exclusiva da entidade cultural o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no TCC.
14.11 Os recursos financeiros serão depositados e geridos em conta bancária específica aberta única e exclusivamente em instituição financeira pública.
14.12 Os recursos deverão ser aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

15. MONITORAMENTO E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

15.1 **A FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** implementará procedimentos de acompanhamento e monitoramento dos Termos de Compromisso Cultural celebrados, antes do término da sua vigência, para fins de aferição do cumprimento do objeto.
15.2 A prestação de contas do Termo de Compromisso Cultural será apresentada por meio do Relatório de Execução do Objeto, no prazo de até 90 (noventa) dias após o fim da vigência do Termo de Compromisso Cultural, contendo no mínimo, comprovações dos resultados e produtos obtidos no cumprimento das Metas durante a execução da parceria.
15.3 A entidade deve prestar contas à **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** conforme disposições constantes no Termo de Compromisso Cultural, na Instrução Normativa MINC nº 08, de 11 de maio de 2016, ou em ato normativo correspondente em vigor (Regulamentam a PNCV) e no Decreto nº 11.453/2023, no que couber.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 O prazo de vigência deste Edital será de 12 (doze) meses contados a partir da publicação do resultado final da Etapa de Habilitação, prorrogável, por uma única vez, por igual período.
16.2 Os conteúdos gerados na meta 3 poderão ser selecionados, formatados e editados pela **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** e pela Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura para divulgação e publicação no *site* do Ministério da Cultura, na Plataforma Rede Cultura Viva e/ou em eventos públicos.
16.3 Os casos não previstos neste Edital e constatados durante a Etapa de Seleção serão resolvidos pela Comissão de Seleção durante as reuniões para avaliação e para julgamento dos pedidos de recurso. Já os casos não previstos neste Edital e constatados durante outras etapas do processo seletivo serão resolvidos pela **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO**
16.4 Os prazos previstos neste Edital iniciam e terminam em dia útil. No caso de o prazo final de qualquer etapa coincidir com data de feriado, final de semana ou ponto facultativo, será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.
16.5 Os ônus da participação na seleção pública, incluídas as despesas com cópias e emissão de documentos, são de exclusiva responsabilidade da entidade cultural, bem como o acompanhamento da atualização das informações deste Edital.
16.6 A entidade cultural será a única responsável pela veracidade de todos os documentos encaminhados.
16.7 Os projetos inscritos, selecionados ou não, passarão a fazer parte do banco de dados da **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** e do Ministério da Cultura para fins de pesquisa, documentação e mapeamento da produção cultural brasileira.
16.8 As iniciativas culturais poderão ser citadas, descritas ou utilizadas pela FUNDAÇÃO **CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** e pelo Ministério da Cultura, total ou parcialmente, em expedientes, publicações internas ou externas, cartazes ou quaisquer outros meios de promoção e divulgação, incluídos os devidos créditos sem que caiba à candidatura, selecionada ou não, pleitear a recepção de qualquer valor, inclusive a título autoral.
16.9 **A FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO** e o Ministério da Cultura não se responsabilizam pelas licenças e autorizações **(ex.: ECAD, SBAT, pagamento de direitos autorais de texto e/ou música, audiovisual etc.)** necessárias para a realização das atividades previstas nos projetos contemplados, sendo essas de total responsabilidade da entidade cultural.
16.10 As peças de divulgação relacionadas ao Termo de Compromisso Cultural deverão ter caráter educativo, cultural, informativo ou de orientação social e não poderão trazer nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
16.11 É obrigatória a menção ao Ministério da Cultura e à Política Nacional de Cultura Viva em todos os produtos artísticos culturais, peças de divulgação e nas ações culturais realizadas, relacionadas ao recurso do Termo de Compromisso Cultural, com a inclusão da marca do Ministério da Cultura/Governo Federal e da Cultura Viva em todas as peças de divulgação, observado o Manual de Uso da Marca do Governo Federal, bem como menção ao apoio recebido em entrevistas e outros meios de comunicação disponíveis aos projetos selecionados, observadas as restrições no período de defeso eleitoral.
16.12 As entidades culturais que receberem recursos da Política Nacional Cultura Viva deverão privilegiar o uso de soluções com licenciamento em formatos abertos e produtos sob licenças livres, que permitam a livre cópia, distribuição, exibição e execução, assim como a criação de obras derivadas.
16.13 O ato de inscrição implica o conhecimento e a integral concordância da entidade cultural com as normas e com as condições estabelecidas neste Edital.
16.14 Dúvidas e informações referentes a este Edital poderão ser esclarecidas e/ou obtidas junto à **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO**, por meio do endereço eletrônico cultura@palmares.pe.gov.br e contato telefônico 81.9.2001.8651
16.15 Os seguintes Anexos fazem parte deste Edital:
ANEXO I: Categorias e Cotas;
ANEXO II: Critérios de avaliação da Etapa de Seleção;
ANEXO III: Formulário de Inscrição;

ANEXO IV: Plano de Trabalho;
ANEXO V: Plano de Aplicação de Recursos;
ANEXO VI: Modelo de Auto declaração Étnico-Racial;
ANEXO VII: Modelo de Auto declaração para Pessoa com Deficiência;
ANEXO VIII: Formulário para Pedido de Recurso (Etapa de Seleção e Etapa de habilitação);
ANEXO IX: Declaração Conjunta;
ANEXO X: Minuta de Termo de Compromisso Cultural;

Palmares, 03 de dezembro de 2025

CICERO NONATO RODRIGUES DA SILVA
Fundação Casa da Cultura Hermilo Borba Filho
Presidente

6.13 O ato de inscrição implica o conhecimento e a integral concordância da entidade cultural com as normas e com as condições estabelecidas neste Edital.
16.14 Dúvidas e informações referentes a este Edital poderão ser esclarecidas e/ou obtidas junto à **FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO**, por meio do endereço eletrônico cultura@palmares.pe.gov.br e contato telefônico 81.9.2001.8651
16.15 Os seguintes Anexos fazem parte deste Edital:
ANEXO I: Categorias e Cotas;
ANEXO II: Critérios de avaliação da Etapa de Seleção;
ANEXO III: Formulário de Inscrição;
ANEXO IV: Plano de Trabalho;
ANEXO V: Plano de Aplicação de Recursos;
ANEXO VI: Modelo de Auto declaração Étnico-Racial;
ANEXO VII: Modelo de Auto declaração para Pessoa com Deficiência;
ANEXO VIII: Formulário para Pedido de Recurso (Etapa de Seleção e Etapa de habilitação);
ANEXO IX: Declaração Conjunta;
ANEXO X: Minuta de Termo de Compromisso Cultural;

Palmares, 03 de dezembro de 2025

CICERO NONATO RODRIGUES DA SILVA
Fundação Casa da Cultura Hermilo Borba Filho
Presidente

Publicado por:
Diego da Silva e Pereiral Gomes
Código Identificador:246A11A8

FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO - PALMARES
RESULTADO PRELIMINAR DA ANALISE DOCUMENTAL PARA AS CATEGORIAS I, II, III, IV DO EDITAL 001/2025.

A PREFEITURA MUNICIPAL DOS PALMARES, através da FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA HERMILO BORBA FILHO, de acordo com o contido na Lei nº 14.399/2022, no Decreto Federal Regulamentador nº 11.740/2023, Decreto Federal nº 11.453/2023 e o Decreto Municipal nº 066/2025, vêm, por meio de este divulgar o resultado preliminar da analise documental para as categorias I, II, III, IV do Edital 001/2025.

FAZEDOR DE CULTURA - CPF - ID CULTURAL - RESULTADO

AECIO FLAVIO DA SILVA 299.XXX.034-49 251105 HABILITADO
ALCIDES ALVES DA SILVA JUNIOR 816.XXX.204-63 251108 HABILITADO
ALEXANDRE C.G. HOLANDA SILVA 122.XXX.634-83 2511011 HABILITADO
ALINE DE SOUSA AMARAL ALVES 115.XXX.904-21 2511012 HABILITADO
ALMIR CABRAL DA SILVA 045.XXX.324-09 25110290 HABILITADO
ANDREA MORAIS DA SILVA 059.XXX.344-56 2511018 HABILITADO
ANGELICA DA SILVA LEITÃO 041.XXX.744-04 2511019 HABILITADO
ANTONIO HENRIQUE GOMES RIBEIRO 134.XXX.744-78 2511022 HABILITADO
BRUNO GUSTAVO PEREIRA 009.XXX.104-02 2511026 HABILITADO
CARLOS GEORGE LUCAS DA SILVA 094.XXX.424-95 2511029 HABILITADO
CARLOS ROBERTO LUCAS DA SILVA 298.XXX.924-20 2511030 HABILITADO
CHARLES FELIPE MARTINS CARDOSO 122.XXX.274-03 2511032 HABILITADO
DÁRIO ANTONIO DA SILVA 117.XXX.704-55 2511042 HABILITADO
DEBORA MARTA LOPES DO NASCIMENTO 097.XXX.114-00 2511046 HABILITADO
EDINAGLIA RAQUEL DE OLIVEIRA 086.XXX.404-50 2511048 HABILITADO
EDSON RODRIGUES DA SILVA FILHO 110.XXX.874-07 2511051 HABILITADO
EDUARDO JOSE FERREIRA DA SILVA 111.XXX.574-27 2511052 HABILITADO
ELAINE CRISTINA OLIVEIRA DOS ANJOS 028.XXX.164-25 2511054 HABILITADO
ELIANE AUGUSTA DA SILVA 071.XXX.664-30 2511055 HABILITADO
ELIANE FERREIRA DA SILVA 502.XXX.254-68 2511057 HABILITADO
ELIANE FRANCISCA DA SILVA BARBOSA 582.XXX.474-00 2511058 HABILITADO
ELIETE FERREIRA CARVALHO 641.XXX.524-49 2511060 HABILITADO
ELYS OLIVEIRA SILVA SANTOS FERREIRA 077.XXX.284-01 25110289 HABILITADO
EMANUELLA KARLA GOMES FERREIRA LINS 066.XXX.524-05 2511065 HABILITADO
EMERSON LOURENÇO DA SILVA 077.XXX.014-11 2511067 HABILITADO
ERIC VITORIO ANTONIO 132.XXX.223-21 2511073 HABILITADO
ERICA VENTURA DA SILVA 113.XXX.674-02 2511074 HABILITADO
ERICK NELSON AFONSO FERREIRA 070.XXX.874-62 2511075 HABILITADO
ERIVAN SEVERINO SILVA LIMA 451.XXX.654-87 2511077 HABILITADO
FABIO HENRIQUE AUGUSTO DE MOURA 055.XXX334-56 2511083 HABILITADO
FABIO REINALDO DA SILVA 084.XXX.354-84 2511284 HABILITADO
FABRICIO ALESSANDRO F. DA SILVA 757.XXX.314-04 2511085 HABILITADO
FLAVIO LUIZ DA PENHA 042.XXX.824-00 2511088 HABILITADO
FLAVIO SERGIO GOMES RUFINO 107.XXX.764-68 2511089 HABILITADO
FRANCISCO SABINO DE BRAGA 987.XXX.674-68 2511091 HABILITADO
GENARDO JOAO DE MOURA JUNIOR 081.XXX.264-19 2511093 HABILITADO
GILVAN MOTA DOS SANTOS 614.XXX.594-72 2511099 HABILITADO
GLEISON JOSE DA SILVA BARROS 063.XXX.554-06 25110102 HABILITADO
HELTON FARLEY ALVES BARRETO DE ALBUQUERQUE 041.XXX.414-10 25110106 HABILITADO
HEWRYA MAIA MARIA DE LIMA 045.XXX.824-05 25110107 HABILITADO
HONORATO ALVES DE LIRA 462.XXX154-53 25110109 HABILITADO
HYAGO FELIPE SOARES DOS SANTOS 105.XXX.184-82 25110110 HABILITADO

JACIANE FERNANDES DA SILVA ALMEIDA 072.XXX.364-10 25110118 HABILITADO
JANILSON SALES DA SILVA OLIVEIRA 026.XXX.504-06 25110121 HABILITADO
JEAN FELIPE MEYER COUTO 054.XXX.754-60 25110123 HABILITADO
JEOVANA MARIA DA SILVA SANTOS 142.XXX.041-03 25110126 HABILITADO
JOAO DENYS VALENÇA ALVES 180.XXX.474-91 25110128 HABILITADO
JOÃO PAULO DE ARAUJO SILVA 068.XXX.894-38 25110131 HABILITADO
JOÃO PAULO DOS SANTOS 054.837.184-96 25110132 HABILITADO
JOSÉ ALBERTO DA SILVA 433.XXX.004-72 25110139 HABILITADO
JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA 042.XXX.564-07 25110142 HABILITADO
JOSE CARLOS DA SILVA 015.XXX.364-40 NÃO CADASTRADO INABILITADO
JOSE EDINALDO DE OLIVEIRA 641.XXX.584-91 25110148 HABILITADO
JOSE EDUARDO PORTELA DA SILVA 105.XXX.764-06 25110150 HABILITADO
JOSE FERNANDES P. DOS SANTOS 770.XXX.814-72 25110152 HABILITADO
JOSE FERREIRA DE SALES FILHO 216.XXX.954-00 25110153 HABILITADO
JOSE FLORO DA SILVA 764.XXX.327-00 25110154 HABILITADO
JOSE MARCELINO DE MELO 413.XXX.984-04 25110156 HABILITADO
JOSE RODRIGUES FILHO 252.XXX.244-72 25110164 HABILITADO
JOSENETE PEREIRA DA SILVA MONTEIRO 973.XXX.634-53 25110166 HABILITADO
JULIANA MARIA ALVES DA SILVA 153.XXX.804-22 25110169 HABILITADO
JUVANILDO XAVIER DE SOUZA 417.XXX.424-87 25110172 HABILITADO
KELNE EMANUEL DA SILVA HENRIQUE 056.XXX.104-03 25110174 HABILITADO
KEVEN MARLOS DE SOUSA 094.XXX.074-47 25110176 HABILITADO
LAUDENIR LUCIA DA SILVA 939.XXX.374-34 25110286 HABILITADO
LEVI MARTINS DA SILVA 823.XXX.414-53 25110180 HABILITADO
LINALDO MARTINS DA SILVA 433 XXX 094 68 25110182 HABILITADO
LUCIANA MARIA DA SILVA 061.XXX.424-00 25110189 HABILITADO
LUCIO JAIMES ACOSTA JUNIOR 573.XXX.811-68 25110193 HABILITADO
LUIS HENRIQUE CANDIDO FERREIRA 089.XXX.754-82 25110194 HABILITADO
LUIZ ANTONIO MARQUES DE MELO 433 XXX 094 68 25110195 HABILITADO
LUIZ BARRETO 400.XXX.694-04 25110196 HABILITADO
LUIZ MIGUEL AGEU DA SILVA SUKAR 05.XXX.8164-86 25110198 HABILITADO
MANOEL VALDÊNIO DE OLIVEIRA ANGEIRAS 816.XXX.144-68 25110199 HABILITADO
MARCELO OLIVEIRA DA SILVA 054.XXX.034-70 25110200 HABILITADO
MARCOS ANTONIO CABRAL DE SOUZA 147 XXX 664 34 25110204 HABILITADO
MARCOS VINICIUS HERCULANO MORAES DE SALES 356 XXX 394 49 25110206 HABILITADO
MARIA AUXILANIA DA PAZ SANTOS 04.XXX.3534-59 25110207 HABILITADO
MARIA DAS GRAÇAS DOS SANTOS VIEIRA 614.XXX.894-68 25110209 HABILITADO
MARIA JOSE DA SILVA 017.XXX.364-87 25110214 HABILITADO
MARIA LUCIA DA SILVA 693.XXX.414-04 25110216 HABILITADO
MARILENE SHEILLA DE OLIVEIRA 045.XXX.604-45 25110218 HABILITADO
MARTA CRISTINA BARRETO DA SILVA 987.XXX.904-91 25110220 HABILITADO
MATHEUS HENRIQUE TAVARES DA SILVA 095.XXX.544-36 25550221 HABILITADO
MAURICIO HERCULANO DA SILVA JUNIOR 119.XXX.424-60 25550222 HABILITADO
MURILO SOUTO KIDUTE FILHO 055.XXX.954-95 25110226 HABILITADO
PATRICIA CORDEIRO DA SILVA 099.XXX.809-29 25110288 HABILITADO
PATRICIA FIRMINO DA SILVA 034.XXX.194-97 25110229 HABILITADO
PATRICIA MARIA DO NASCIMENTO 123.XXX.464-86 25110293 HABILITADO
PEDRO ALEX DA SILVA RODRIGUES 070.XXX444-54 25550230 HABILITADO
PRISCILA DA SILVA XAVIER 069.XXX.204-58 25110231 HABILITADO
QUITERIA MARIA DOS SANTOS 808.XXX.494-15 25110292 HABILITADO
RAFAEL ALVES DA SILVA 015.XXX.954-99 25110234 HABILITADO
RAFAEL ARAUJO DE ANDRANDE 110.XXX.034-66 25110235 HABILITADO
RAFAEL DA SILVA GOMES 064.XXX.644-52 25110236 HABILITADO
RICARDO DO AMARAL PEREIRA 823.XXX.054-34 25110240 HABILITADO
RINALDA MARIA SANTOS TENORIO 009.XXX.424-39 25110242 HABILITADO
ROBERTA LUCIA DA SILVA 823.XXX.254-15 25110243 HABILITADO
ROBERTO PEREIRA DE SOUZA 047.XXX.814-31 25110244 HABILITADO
ROMULO DOMINGOS MONTEIRO 770.XXX.594-72 25110246 HABILITADO
RONALDO ROSENDO DE LIMA 036.XXX.244-00 25110247 HABILITADO
ROSA MARIA FELISMINA DE LIMA 026.XXX.624-31 25110248 HABILITADO
SAMUEL SERGIO DE OLIVEIRA XIMENES 111.XXX.944-02 25110252 HABILITADO
SANDRA MARIA DO NASCIMENTO 770.XXX.494-53 25110291 HABILITADO
SERGIO RICARDO DOS SANTOS 038.XXX.594-00 25110256 HABILITADO
SERGIO RICARDO VIEIRA ALVES 033.XXX.844-57 25110258 HABILITADO
SHIRLEY PEREIRA LOURENÇO 096.XXX.814-42 25110259 HABILITADO
SILVIO JORGE JERONIMO BORBA SILVA 816.XXX.824-53 25110261 HABILITADO
SYLVANIA DE CASSIA GOMES CALADO 027.XXX.014-11 25110266 HABILITADO
TADEU EUDES SANTANO DA SILVA 058.XXX.124-39 25110267 HABILITADO
VALDJANE FERREIRA DA SILVA SOBRAL 905.XXX.874-20 25110294 HABILITADO
VANA MARIA FELIX DE MENEZES 621.XXX.324-20 25110287 HABILITADO
VANESSA RAQUEL SILVA DE ALMEIDA 091.XXX.824-54 25110276 HABILITADO
VANIA MARIA GOMES 361.XXX.874-34 25110275 HABILITADO
WENIO PEREIRA DOS ANJOS 022.XXX.144-83 25110284 HABILITADO
WILSON LUIZ MONTEIRO DA SILVA 318 XXX 084 49 25110285 HABILITADO

Palmares, 01 de dezembro de 2025

CÍCERO NONATO RODRIGUES DA SILVA

Publicado por:
Diego da Silva e Pereiral Gomes
Código Identificador:E173A9AE

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DOS PALMARES
ATO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 035/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 005/2025
CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de inexigibilidade de licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela razão da escolha do profissional com notória especialização;
CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação e qualificação técnica para celebrar o contrato, conforme preconizado no artigo 72, da Lei Federal 14.133/2021;
CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação; No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021,
AUTORIZO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2025, nos termos descritos abaixo:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia no acompanhamento, fiscalização, vistoria e monitoramento das obras da Secretaria Executiva de Educação dos Palmares/PE.

CONTRATADO: JUSTO & BRANCO ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA. E.P.P. - CNPJ: 03.844.196/0001-99.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

VALOR TOTAL: R$ 156.000,00 (Cento e cinquenta e seis mil reais).

ELIZÂNGELA MARIA DAS NEVES LOPES
Secretaria Municipal de Educação.

Publicado por:
Maria Carolina Cabral
Código Identificador:884D5D97

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DOS PALMARES
EXTRATO DA ARP N° 010/2025 - FME

EXTRATO DA ARP N° 010/2025 - FME

Pregão Eletrônico no 006/2025
Processo Licitatório no 007/2025.
Objeto: Registro de Preço para contratação de empresa especializada para mobiliários escolares (novos) de toda a rede de ensino a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação bem como de todas as escolas e creches municipais.

Empresa Contratada: OUTLET HOME OFFICE PALMARES LTDA , CNPJ 52.699.545/0001-31.

Valor global do contrato: R$ 536.472,00 (quinhentos e trinta e seis mil, quatrocentos e setenta e dois reais).

Vigência: 15/07/2025 - 15/07/2026.

ELIZÂNGELA MARIA DAS NEVES LOPES
Secretaria Municipal de Educação.

Publicado por:
Maria Carolina Cabral
Código Identificador:C06695EF

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DOS PALMARES
EXTRATO DA ARP Nº 011/2025 – FME

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DOS PALMARES
EXTRATO DA ARP Nº 011/2025 – FME

Pregão Eletrônico nº: 010/2025
Processo Adm. nº: 013/2025

Objeto: Registro de Preços (SRP), para Contratação de empresa especializada para organização de eventos, incluindo locação, montagem e desmontagem de estruturas e fornecimento de demais itens necessários, visando atender todo o calendário anual de eventos que serão organizados pela Secretaria Municipal de Educação dos Palmares.

Contratada: S MACEDO BARBOSA DE SOUSA LTDA, CNPJ: 33.248.222/0001-87.

Valor: R$ 602.128,59 (seiscentos e dois mil, cento e vinte e oito reais e cinquenta e nove centavos)

Vigência: 27/08/2025 - 27/08/2026.

ELIZÂNGELA MARIA DAS NEVES LOPES
Secretária Municipal de Educação dos Palmares

Publicado por:
Maria Carolina Cabral
Código Identificador:2EB96543

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DOS PALMARES
EXTRATO DA ARP Nº 012/2025 – FME

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DOS PALMARES
EXTRATO DA ARP Nº 012/2025 – FME

Pregão Eletrônico nº: 016/2025 - SRP
Processo Adm. nº: 022/2025

Objeto: Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para a execução do Projeto Pedagógico Educação Promovendo Cidadania: Cidade Mais Sorridente, voltado aos alunos e professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental "Anos Iniciais" da Rede Municipal de Ensino dos Palmares/PE.

Contratada: EDITORA TRATO LTDA, CNPJ: 39.954.004/0001-44.

Valor: R$ 995.625,00 (novecentos e noventa e cinco mil, seiscentos e vinte e cinco reais).

Vigência: 27/08/2025 - 27/08/2026.

ELIZÂNGELA MARIA DAS NEVES LOPES
Secretária Municipal de Educação dos Palmares

Publicado por:
Maria Carolina Cabral
Código Identificador:A3A30A7D

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DOS PALMARES
EXTRATO DA ARP Nº 014/2025 – FME

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DOS PALMARES
EXTRATO DA ARP Nº 014/2025 – FME

Pregão Eletrônico nº: 002/2025
Processo Adm. Nº: 003/2025
Objeto: Registro de Preço para eventual contratação de empresa especializada para aquisição de material escolar, visando atender as necessidades dos alunos das escolas municipais de Palmares- PE.

Contratada: MASTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA, CNPJ: 17.238.558/0001-02.

Valor: R$ 984.349,73 (novecentos e oitenta e quatro mil, trezentos e quarenta e nove reais e setenta e três centavos).

Vigência: 28/08/2025 - 28/08/2026

ELIZÂNGELA MARIA DAS NEVES LOPES
Secretária Municipal de Educação dos Palmares

Publicado por:
Maria Carolina Cabral
Código Identificador:CA938524

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DOS PALMARES EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 013/2025 - FME.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 013/2025 - FME.

Pregão Eletrônico nº: 015/2025
Processo Adm. nº: 021/2025
Objeto: Registro de Preços para futura contratação de empresa especializada para aquisição de livros da coleção "Palmares é Terra de Cultura e de Grandeza – Valorização Cultural, Histórica e Geográfica" (Anos Iniciais), destinados aos alunos e professores do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Palmares – PE.

Empresa Contratada: EDITORA TRATO LTDA, CNPJ 39.954.004/0001-44.

Valor global do contrato: R$ 653.400,00 (seiscentos e cinquenta e três mil e quatrocentos reais).

Vigência: 12/09/2025 - 12/09/2026.

ELIZÂNGELA MARIA DAS NEVES LOPES
Secretaria Municipal de Educação.

Publicado por:
Maria Carolina Cabral
Código Identificador:CAE688DA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DOS PALMARES EXTRATO DE CONTRATO 009/2025 - FME.

EXTRATO DE CONTRATO 009/2025 - FME.

PROCESSO LICITATORIO N° 019/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 002/2025
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de execução de Projeto de Formação Continuada para Equipe Gestora da Rede Municipal de Ensino - Líderes de Gestão Escolar que entre si celebram o Fundo Municipal de Educação dos Palmares.

Empresa Contratada: C S C DA NÓBREGA – ASSESSORIA EDUCACIONAL LTDA, CNPJ: 19.653.164/0001-46.

Valor global do contrato: R$ 423.212,40 (quatrocentos e vinte e três mil, duzentos e doze reais e quarenta centavos).

Vigência: 25/07/2025 - 25/07/2026.

ELIZÂNGELA MARIA DAS NEVES LOPES
Secretaria Municipal de Educação.

Publicado por:
Maria Carolina Cabral
Código Identificador:BB0BC6CB

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DOS PALMARES EXTRATO DE CONTRATO 011/2025 - FME.

EXTRATO DE CONTRATO 011/2025 - FME.

INEXIGIBILIDADE Nº: 003/2025.
Processo Licitatório: Nº: 024/2025.
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de execução do Projeto RESULTMASTER - Transformando Aprendizagem em Resultados, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação dos Palmares.

Empresa Contratada: C. S. C DA NÓBREGA – ASSESSORIA EDUCACIONAL EIRELLI – EPP - CNPJ 19.653.164/0001-46.

Valor global do contrato: R$ 936.220,00 (novecentos e trinta e seis mil, duzentos e vinte reais).

Vigência: 15/08/2025 - 15/08/2026.

ELIZÂNGELA MARIA DAS NEVES LOPES
Secretaria Municipal de Educação.

Publicado por:
Maria Carolina Cabral
Código Identificador:F83880F8

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DOS PALMARES EXTRATO DO CONTRATO 017/2025 - FME.

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DOS PALMARES EXTRATO DO CONTRATO 017/2025 - FME.

Inexigibilidade nº: 005/2025.
Processo Adm. nº 035/2025.
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia no acompanhamento, fiscalização, vistoria e monitoramento das obras da Secretaria Executiva de Educação dos Palmares/PE.

Empresa Contratada: JUSTO & BRANCO ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA EPP, CNPJ 03.844.196/0001-99.

Valor global do contrato: R$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais).

Vigência: 12 (doze) meses

Palmares, 04 de dezembro de 2025.

ELIZÂNGELA MARIA DAS NEVES LOPES
Secretaria Municipal de Educação.

Publicado por:
Maria Carolina Cabral
Código Identificador:E43C5201

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DOS PALMARES EXTRATO DO CONTRATO N° 012/2025 - FME

EXTRATO DO CONTRATO N° 012/2025 - FME

Inexigibilidade nº: 004/2025.
Processo Licitatório nº: 033/2025
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos especializados em assessoria, consultoria jurídica, com ênfase em direito educacional, administrativo, constitucional e financeiro para atender por completo a Secretaria de Educação de Palmares.

Empresa Contratada: JAILSON CLAUDINO DA SILVA MOURA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA - CNPJ Nº 26.835.805/0001-49.

Valor global do contrato: R$ 62.724,00 (Sessenta e dois mil, setecentos e vinte e quatro reais).

Vigência do contrato: 29/09/2025 - 29/09/2026.

ELIZÂNGELA MARIA DAS NEVES LOPES
Secretaria Municipal de Educação.

Publicado por:
Maria Carolina Cabral
Código Identificador:272F4C30

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DOS PALMARES
EXTRATO DO CONTRATO N° 013/2025 - FME

EXTRATO DO CONTRATO N° 013/2025 - FME

Concorrência Eletrônica nº 004/2025.
Processo Adm. nº 020/2025.
Objeto: Contratação de empresa de engenharia e/ou arquitetura para execução de reparos no Ginásio Poliesportivo Napoleão Macedo de Miranda, 2o (segunda) etapa, no município de Palmares/PE.

Empresa Contratada: LUAL ENGENHARIA E SERVICOS LTDA, CNPJ No 40.354.666/0001-62.

Valor global do contrato: R$ 118.750,00 (cento e dezoito mil, setecentos e cinquenta reais).

Vigência do contrato: 23/09/2025 - 23/09/2026.

ELIZÂNGELA MARIA DAS NEVES LOPES
Secretaria Municipal de Educação.

Publicado por:
Maria Carolina Cabral
Código Identificador:D1643918

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DOS PALMARES
EXTRATO DO CONTRATO N° 014/2025 - FME

EXTRATO DO CONTRATO N° 014/2025 - FME

Pregão Eletrônico nº 013/2025.
Processo Adm. no 017/2025
Objeto: Contratação de serviços para Gestão da Frota de Veículos Automotores do Fundo Municipal de Educação dos Palmares, com operação de sistema informatizado, via internet, através de rede de estabelecimentos credenciados, e/ou através da tecnologia de cartão, para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças e acessórios, pneus, serviços de mecânica, elétrica geral, funilaria, suspensão, pintura, ar condicionado, reboque, lubrificantes, filtros, vidraçaria, capotaria, tapeçaria, borracharia, retifica, alinhamento, balanceamento, cambagem, serviços de chaveiro.

Empresa Contratada: INSTASOLUTIONS PRODUTOS E GESTAO EMPRESARIAL LTDA, CNPJ 47.611.398/0001-66.

Valor global do contrato: R$ 1.915.844,04 (um milhão, novecentos e quinze mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e quatro centavos).

Vigência do contrato: 26/09/2025 - 26/09/2026.

ELIZÂNGELA MARIA DAS NEVES LOPES
Secretaria Municipal de Educação.

Publicado por:
Maria Carolina Cabral
Código Identificador:6489BA2C

PREFEITURA MUNICIPAL DOS PALMARES
ADIAMENTO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2025 - PMP

A Prefeitura Municipal dos Palmares comunica o ADIAMENTO do Processo Licitatório Nº: 012/2025. Objeto: Contratação de empresa de especializada para construção e revitalização da Praça Santa Luzia - Bairro Santa Luzia - no Município dos Palmares/PE, EMENDA PARLAMENTAR: 202441750002. Conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas no Edital e seus anexos. Desginando desde já nova data da Sessão: Recebimentos das Propostas até o dia 23/12/2025 às 08h. O início da sessão de disputa de preços ocorrerá no dia 23/12/2025 às 08:30h. Motivo: O Adiamento dar-se-á em função de Item na Qualificação técnica. Edital na íntegra: à disposição dos interessados na Sede da Prefeitura dos Palmares, Sala da CPL, Av. Visconde do Rio Branco, 1368, São Sebastião, Palmares - PE, no site da Prefeitura https://transparencia.palmares.pe.gov.br/app/pe/palmares/1/licitacoes ou através do site da BNC: www.bnc.org.br. Informações podem ser obtidas no mesmo endereço da CPL ou através do Fone: 3662-2222, Ramal 213, ou através de protocolo de pedidos externos https://palmares.1doc.com.br/b.php?pg=o/wp no horário das 07h às 13h, de segunda a sexta- feira.

Palmares/PE, 04 de dezembro de 2025.

JOSÉ BARTOLOMEU DE ALMEIDA MELO JUNIOR
Presidente

Publicado por:
Diego da Silva e Pereiral Gomes
Código Identificador:DEBCE488

PREFEITURA MUNICIPAL DOS PALMARES
AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – Nº 007/2025-PMP

Processo Licitatório Nº: 013/2025; CPL; Concorrência Eletrônica – Nº 007/2025;
Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO ESPORTIVO – PORTELÃO, AV. CORONEL PEDRO PARANHOS – BAIRRO SÃO SEBASTIÃO NO MUNICIPIO DE PALMARES – PE. Recebimentos das Propostas até o dia 23/12/2025 às 11:00h (onze) horas (horário oficial de Brasília). O início da sessão de disputa de preços ocorrerá no dia 2/12/2025 às 11:30 (onze e trinta) horas. Edital na íntegra: à disposição dos interessados na Sede da Prefeitura dos Palmares, Sala da CPL, Av. Visconde do Rio Branco, 1368, São Sebastião, Palmares – PE, no site da Prefeitura https://transparencia.palmares.pe.gov.br/app/pe/palmares/1/licitacoes ou através do site da BNC: www.bnc.org.br. Informações podem ser obtidas no mesmo endereço da CPL ou através do Fone: 3662-2222, Ramal 213, ou através de protocolo de pedidos externos https://palmares.1doc.com.br/b.php?pg=o/wp no horário das 07:00h às 13:00h, de segunda a sexta-feira.

Palmares/PE, 04 de novembro de 2025.
.

JOSÉ BARTOLOMEU DE ALMEIDA MELO JUNIOR
Prefeito.

Publicado por:
Thais Cavalcanti Galvão
Código Identificador:CDFB7F0F

PREFEITURA MUNICIPAL DOS PALMARES
EXTRATO CONTRATO Nº 013/2025-PMP

EXTRATO CONTRATO Nº 013/2025 PROCESSO LICITATÓRIO 004/2025- CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2025- Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA REALIZAR CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE TIPO 02 PADRÃO FNDE – NO TERRENO DO ANTIGO SENAI NO MUNICIPIO DOS PALMARES. Contratado: NORDESTE CONSTRUTORA E LOCADORA LTDA, CNPJ: 04.290.148/0001-69. Valor R$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais).

Palmares/PE, 03 de dezembro de 2025.

JOSÉ BARTOLOMEU DE ALMEIDA MELO JÚNIOR
Prefeito

Publicado por:
Thais Cavalcanti Galvão
Código Identificador:30DE8CBD

SERVIÇO AUTÔNIMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE)
REAVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO – Nº 004/2025 - SRP

Processo Licitatório Nº: 004/2025; Pregão Eletrônico – Nº 004/2025; Compras; Objeto a: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETROS, NOVOS, COM CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO INMETRO, PARA USO NA MEDIÇÃO INDIVIDUALIZADA DE CONSUMO DE ÁGUA DOS USUÁRIOS ATENDIDOS PELO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE) DOS PALMARES- PE**,** conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas no Edital e seus anexos. Valor Global R$ 233.400,00. Recebimentos das Propostas até 17/06/2025 às 08:00h (Oito) horas (horário oficial de Brasília). Início da sessão de disputa de preços: 17/06/2025 às 09:00 (nove) horas (horário oficial de Brasília). Edital na íntegra: à disposição dos interessados na Sede da Prefeitura dos Palmares, Sala da CPL, Av. Visconde do Rio Branco, 1368, São Sebastião, Palmares – PE, no site da Prefeitura https://transparencia.palmares.pe.gov.br/app/pe/palmares/1/licitacoes ou através do site da BNC: www.bnc.org.br. Informações podem ser obtidas no mesmo endereço da CPL ou através do Fone: 3662-2222, ou atraves de protocolo de pedidos externos https://palmares.1doc.com.br/b.php?pg=o/wp no horário de 07:00h às 13:00h, de segunda a sexta-feira.

Palmares/PE, 03 de dezembro de 2025.
.

FABRICIO OLIVEIRA DE ANDRADE
Presidente

Publicado por:
Diego da Silva e Pereiral Gomes
Código Identificador:9D3D4F9E

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE PANELAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PANELAS - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 032/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO Nº 032/2025; ORIUNDO DE DISPENSA DE VALOR
CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PANELAS/PE, por meio da SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA;
CONTRATADA: CONSTRUTORA & LOCADORA LIMA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.465.490/0001-89;
OBJETO: ACRESCENTAR 15,10% no item contratado, decorrente da Reprogramação Contratual e dos documentos técnicos.
VALOR ACRESCIDO: R$ 16.375,45(dezesseis mil trezentos e setenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos)
VALOR GLOBAL ATUAL: R$ 124.801,35(cento e vinte e quatro mil oitocentos e um reais e trinta e cinco centavos).

DATA DA ASSINATURA: 23 de setembro de 2025

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Secretário de Infraestrutura

Publicado por:
Maria Aldalice Xavier Dos Santos
Código Identificador:13AE629A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PANELAS - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RESUMO DE DESPESA EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 415.2025

Resumo de despesa em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021
Fornecedor: NITEGRA COMERCIO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ n°: 15.206.842/0001-71
Objeto: Contratação de empresa especializada em manutenção e substituição de conjunto de fragmentação completo, o equipamento atual apresenta desgaste devido ao uso contínuo, comprometendo sua eficiência. Considerando que a fragmentadora é essencial para garantir a segurança, o sigilo e a adequada gestão dos documentos físicos do cadastro único, sua substituição se torna indispensável para o cumprimento das normas de proteção de dados e para funcionamento regular das atividades.
Valor: R$ 1.592,99 (mil quinhentos e noventa e dois reais e noventa e nove centavos).
Secretaria solicitante: Secretaria de Desenvolvimento Social
Orçamento: 30.02 - Fundo Municipal de Assistência Social; 30.02.00 - Fundo Municipal de Assistência Social; 08.244.0812.2160.0000 – Aprimoramento da Gestão do Programa Bolsa Família; 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
Panelas/PE, 18 de novembro de 2025

Publicado por:
Jamilly Alice Duarte
Código Identificador:FFD5EA5F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PANELAS - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RESUMO DE DESPESA EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 420.2025

Resumo de despesa em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021
Fornecedor: J A LOPES DA SILVA FUNERARIA
CNPJ n°: 42.058.785/0001-01
Objeto: Prestação de serviço de empresa especializada em cerimônia fúnebre do Sra. Eliete Maria de Farias Jacinto, incluindo a Urna Funerária, Mortalha, Velas, Flores e Translado, de acordo com a Lei Municipal n° 944/2011 de Benefícios Eventuais. A concessão de Benefício Funeral é assegurada pela Lei Municipal n° 944 de 17 de maio de 2011 Art. 6°.
Valor: R$ 1.390,00 (mil trezentos e noventa reais).
Secretaria solicitante: Secretaria de Desenvolvimento Social
Orçamento: 30.02 - Fundo Municipal de Assistência Social; 30.02.00 - Fundo Municipal de Assistência Social; 08.244.0822.2150.0000 – Benefícios Eventuais; 3.3.90.32.00 – Material, bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

Panelas/PE, 26 de novembro de 2025.

Publicado por:
Jamilly Alice Duarte
Código Identificador:E63C8E99

PREFEITURA MUNICIPAL DE PANELAS - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RESUMO DE DESPESA EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 431.2025

Resumo de despesa em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021
Fornecedor: J A LOPES DA SILVA FUNERARIA
CNPJ n°: 42.058.785/0001-01
Objeto: Prestação de serviço de empresa especializada em cerimônia fúnebre do Sr. ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS, incluindo a Urna Funerária, flores, Velas e Translado, de acordo com a Lei Municipal n° 944/2011 de Benefícios Eventuais. A concessão de Benefício Funeral é assegurada pela Lei Municipal n° 944 de 17 de maio de 2011 Art. 6°.
Valor: R$ 2.047,00 (dois mil e quarenta e sete reais).
Secretaria solicitante: Secretaria de Desenvolvimento Social
Orçamento: 30.02 - Fundo Municipal de Assistência Social; 30.02.00 - Fundo Municipal de Assistência Social; 08.244.0822.2150.0000 – Benefícios Eventuais; 3.3.90.32.00 – Material, bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

Panelas/PE, 01 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Jamilly Alice Duarte
Código Identificador:A0AC1738

PREFEITURA MUNICIPAL DE PANELAS - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RESUMO DE DESPESA EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 462.2025

Resumo de despesa em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021
Fornecedor: H P GUIMARAES PANELAS
CNPJ nº: 24.951.011/0001-15
Objeto: Aquisição de sistema de monitoramento por câmeras CFTV da marca intelbras destinadas a escolas Municipal Dom Moura.
Valor: R$ 8.622,51 (oito mil seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta e um centavos)
Secretaria solicitante: Secretaria de Educação
Orçamento: 02.05 - Secretaria de Educação; 02.05.17 - Complementação do FUNDEB; 12.22.1201.2053 – Governança e Gestão Administrativa da Unidade; 3.3.90.30 – Material de Consumo
Panelas/PE, 02 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Jamilly Alice Duarte
Código Identificador:E13BEB7A

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE PASSIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSIRA - COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO FINAL PROCESSO LICITATÓRIO PMP Nº 046/2025 – CONCORRÊNCIA DE PREÇO PMP Nº 004/2025

Objeto Natureza: Serviços, Contratação de empresa especializada em engenharia e arquitetura para Pavimentação em paralelepípedos no Povoado de Pedra Tapada, na zona rural do município, os serviços objeto dessa contratação serão financiados com recursos oriundos de emenda estadual nº 1090/2025. O Agente de Contratação do Municipal de Passira, **informa que foi vencedora do item global a Empresa ANDRE FELIPE MARCOS DE LIMA-ME, inscrita sob o CNPJ: nº 46.292.978/0001-75, no valor total de R$ 215.620,78 (duzentos e quinze mil, seiscentos e vinte reais e setenta e oito centavos).** Maiores esclarecimentos encontrar-se-ão no endereço mencionado, prédio da Prefeitura Municipal de Passira, em dias úteis no horário das 8:00h às 12:00h ou através do endereço: licitacao@passira.pe.gov.br. Passira, 04 de dezembro de 2025,

EDUARDO MANOEL DA CRUZ
Agente de Contratação do Município de Passira/PE.

Publicado por:
Eduardo Manoel da Cruz
Código Identificador:AA9EF167

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE PAUDALHO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2024 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DO PAUDALHO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2024

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2024. Nos termos do Processo Licitatório Nº 112/2023 – Tomada de Preços Nº 011/2023. **Objeto**: Prorrogação do Prazo de Execução do Contrato, referente CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE DRENAGEM EM DIVERSAS RUAS, NO MUNICÍPIO DE PAUDALHO/PE **Contratada:** V.A ROCHA FILHO CONSTRUTORA E SERVIÇOS EIRELI **CNPJ:** 23.431.088/0001-00 **Nova Execução: 180 (Cento e Oitenta) Dias,** iniciando-se a partir do dia 26/08/2025.

Paudalho, 25 de Agosto de 2025.

PAULA FRASSINETTE WANDERLEY MARINHO
Prefeita

Publicado por:
Maria Celeste Aguiar da Silva
Código Identificador:ADA045EB

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 009 – ATTP DE 01 DE AGOSTO DE 2025

PORTARIA Nº 009 – ATTP DE 01 DE AGOSTO DE 2025

EMENTA: Nomear ASSESSOR TECNICO DE GESTAO da Autarquia de Trânsito e Transportes do município de Paudalho/PE, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PAUDALHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo art. 79 da lei Orgânica do município e o art. 54 da Lei 809/2017,
RESOLVE:
Art. 1º - **NOMEAR** o Sr. **DIVALDO FIRMINO DA SILVA,** brasileiro, portador do RG nº 18271 - SDS/PE, CPF(MF) nº 137.588.614-20, para o cargo de **ASSESSOR TECNICO DE GESTAO**, da Autarquia de Trânsito e Transportes do município de Paudalho/PE.
Art. 2º - Determinar à Secretaria da Administração e Finanças do município a adoção das medidas necessárias ao cumprimento efetivo do estabelecido no artigo anterior.
Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e Registre-se
Gabinete da Prefeita
Paudalho, 01 de agosto de 2025.

PAULA FRASSINETTE WANDERLEY MARINHO
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Alef Adonais Severino da Silva Freitas
Código Identificador:10CEB237

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 465 - PMP DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº 465 - PMP DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

EMENTA: Nomear ASSESSOR DE GABINETE da Secretaria Municipal da Chefia do Gabinete, do município de Paudalho/PE, e dá outras providências**.**

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PAUDALHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo art. 79 da lei Orgânica do município e o art. 54 da Lei 809/2017.
RESOLVE:
Art. 1º - **NOMEAR** o Sr. **JARDEL COSME DA SILVA,** brasileiro, portador do RG nº 8939856 - SDS/PE, CPF(MF) nº 117.822.664-61, para o cargo comissionado de **ASSESSOR DE GABINETE,** da Secretaria Municipal da Chefia do Gabinete do município de Paudalho/PE.
Art. 2º - Determinar à Secretaria da Administração e Finanças do município a adoção das medidas necessárias ao cumprimento efetivo do estabelecido no artigo anterior.
Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e Registre-se
Gabinete da Prefeita

Paudalho, 17 de novembro de 2025.

PAULA FRASSINETTE WANDERLEY MARINHO
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Alef Adonais Severino da Silva Freitas
Código Identificador:4A0F8273

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 468 - PMP DE 30 DE NOVEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº 468 - PMP DE 30 DE NOVEMBRO DE 2025.

EMENTA: Exonerar COORDENADOR, da Secretaria Municipal da Chefia do Gabinete do município do Paudalho/PE, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PAUDALHO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 79 da Lei Orgânica Municipal, o artigo 54 da Lei 809/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o Sr. **CRISTOVAO PEREIRA DA SILVA NETO**, brasileiro, portador do RG. Nº 6235636 SDS/PE e CPF. Nº 070.267.424-93, do cargo comissionado de **COORDENADOR**, da Secretaria Municipal da Chefia do Gabinete do município do Paudalho/PE.

Art. 2º - Determinar à Secretaria da Administração e Finanças do município a adoção das medidas necessárias ao cumprimento efetivo do estabelecido no artigo anterior.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e registre-se.

Gabinete da Prefeita
Paudalho, 30 de novembro de 2025.

PAULA FRASSINETTE WANDERLEY MARINHO
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Alef Adonais Severino da Silva Freitas
Código Identificador:1D5E93A5

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE PESQUEIRA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE TRANSAÇÃO POR ADESÃO Nº 01 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PESQUEIRA

EDITAL DE TRANSAÇÃO POR ADESÃO Nº 01 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PESQUEIRA

Torna público e estabelece os requisitos e as condições para que o Município de Pesqueira e os devedores realizem transação resolutiva de litígio relativo à cobrança de créditos tributários, por meio de transação por adesão, nos termos do Capítulo X, Título III, Livro III da Lei Complementar N.º 3.489/2024 e do Decreto Nº 061/2025.

A **PROCURADORA-GERAL DO MUNICÍPIO DE PESQUEIRA**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, e na forma do disposto nos arts. 454 a 474 da Lei Complementar nº 3.489, de 10 de dezembro de 2024, especialmente os arts. 459, II, 464, 468 e 474, e nos arts. 18, 29, 30 e 36 do Decreto Nº 061/2025.

COMUNICA:

Art. 1º. Este edital torna público e estabelece os requisitos e as condições para que o Município de Pesqueira e os devedores realizem transação resolutiva de litígio relativo à cobrança de créditos tributários, por meio de transação por adesão, nos termos da Lei Complementar nº 3.489/2024 e do Decreto Nº 061/2025.

Art. 2º. São elegíveis à transação de que trata este Edital os créditos tributários, inscritos ou não em Dívida Ativa, judicializados ou não, independentemente do valor consolidado, observadas as exclusões legais.

§1º. Para adesão à transação será considerado o saldo devedor atualizado e consolidado de cada crédito, acrescido de atualização monetária, multas, juros moratórios e encargos legais, incluindo honorários advocatícios e custas judiciais/taxas judiciárias, se houver.
§2º. A transação prevista neste Edital não se aplica aos créditos devidos sob o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.

§3º. No caso de solicitação de parcelamento, o requerente deverá observar os requisitos estabelecidos no art. 58 da Lei Complementar nº 3.489/2024 e demais normas aplicáveis.

§4º. Requerimentos de transação que envolvam qualquer revisão do crédito fiscal ou outras formas complexas de autocomposição deverão ser realizados por meio de transação individualizada, nos termos da legislação aplicável.
Art. 3º. A transação por adesão dos créditos descritos no artigo 2º contempla os seguintes benefícios relativos aos acréscimos moratórios e multas dos créditos transacionados, conforme art. 22 do Decreto Nº 061/2025:

I - redução de 100% (cem por cento) dos acréscimos moratórios e multas, no caso de quitação à vista do saldo da dívida;
II - redução de 70% (setenta por cento) dos acréscimos moratórios e multas, no caso de quitação em até 4 (quatro) parcelas consecutivas;
III - redução de 50% (cinquenta por cento) dos acréscimos moratórios e multas, no caso de quitação em até 8 (oito) parcelas consecutivas;
§1º. As reduções e concessões referidas nos incisos I a III deste artigo não se aplicam ao principal do crédito tributário atualizado, nem ao valor da multa fiscal por infração dolosa ou reincidência.

§2º. Os benefícios obtidos por força da adesão à transação nos termos do presente Edital não são cumulativos com outros benefícios instituídos pela legislação municipal.
Art. 4º. A adesão à transação de que trata este Edital constitui, nos termos do art. 457 da Lei Complementar nº 3.489/2024:
I - confissão irrevogável e irretratável dos créditos abrangidos pela transação;
II - renúncia a quaisquer alegações de direito, atuais ou futuras, sobre as quais se fundem impugnações, recursos administrativos, ações judiciais (inclusive coletivas) ou recursos que tenham por objeto os créditos incluídos na transação, implicando a necessária desistência formal nos respectivos processos;

III - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas neste Edital.
Art. 5º. A adesão à transação deverá ser realizada entre **01/12/2025** e **30/01/2025**, e ocorrerá exclusivamente por meio da emissão de guia para pagamento à vista ou parcelado, disponível:

I - No portal de serviços da Prefeitura Municipal de Pesqueira; ou
II – No Departamento de Arrecadação Municipal da Secretaria Municipal da Fazenda, localizado em: R. Zeferino Galvão, 84 - Centro, Pesqueira - PE, 55200-000.
Parágrafo único. Eventuais requerimentos administrativos não têm o condão de prorrogar os prazos e descontos previstos neste Edital.
Art. 6º. A transação prevista neste Edital somente se aperfeiçoará com o pagamento tempestivo da guia à vista ou da guia da primeira quota do parcelamento, nos respectivos prazos de vencimento.

§1º. Somente o aperfeiçoamento da transação, na forma do caput, será apto para obstar o prosseguimento da cobrança administrativa, judicial ou extrajudicial (incluindo protesto).

§2º. A interrupção ou o atraso no pagamento de qualquer parcela por prazo superior a 60 (sessenta) dias do seu vencimento acarretará o cancelamento automático dos benefícios regulamentados por este Edital, independentemente de aviso ou notificação.
§3º. Nas hipóteses de falta de aperfeiçoamento da transação ou de cancelamento dos benefícios por inadimplência, conforme §2º, será retomado o curso da cobrança dos créditos pelos seus valores originais, com todos os acréscimos legais, sem os benefícios deste Edital, descontando-se os montantes eventualmente pagos.
Art. 7º. O prazo de vencimento da guia para pagamento à vista ou da primeira quota do parcelamento, emitida nos termos do art. 5º, será de 10 (dez) dias corridos, contados da data de sua emissão.
Parágrafo único. Nos casos de parcelamento, as quotas subsequentes terão vencimento na mesma data dos meses subsequentes à data de vencimento da primeira quota.
Art. 8º. A adesão à transação, por meio de parcelamento, implica a manutenção, até a quitação integral do acordo, das penhoras, dos arrestos e das garantias prestadas administrativamente ou nas ações judiciais correspondentes.

Parágrafo único. Eventuais valores depositados judicialmente somente poderão ser levantados pelo contribuinte após a comprovação da quitação integral de todos os créditos incluídos na transação.
Art. 8º. A Procuradoria Geral do Município poderá negar a emissão de guias com os benefícios deste Edital, nos casos em que já houver valores penhorados com pedido judicial de expedição de mandado de levantamento ou pagamento em favor do Município.

Art. 9º. A transação aperfeiçoada poderá ser declarada nula quando ocorrerem as hipóteses previstas no art. 439 da Lei Complementar nº 3.489/2024 e art. 10 do Decreto Nº 061/2025, especialmente se:

I - não estiverem presentes condições ou requisitos exigidos para sua celebração;
II - houver prevaricação, concussão ou corrupção na sua formação; ou
III - ocorrer dolo, fraude ou simulação por parte do devedor.
Art. 10. O devedor que tiver a transação cancelada ou cassada por descumprimento das obrigações, nos termos do §2º do Art. 6º, ficará impedido de aderir a uma nova transação, ainda que referente a outros débitos, pelo prazo de 2 (dois) anos, contados da data do efetivo cancelamento ou cassação.
Art. 11. Os casos omissos serão decididos pelo Secretário Municipal da Fazenda e pelo Procurador-Geral do Município, no âmbito de suas respectivas competências.

Art. 12. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Pesqueira - PE, 27 de novembro de 2025.

AMANDA DOS SANTOS DANTAS
Procuradora-Geral do Município de Pesqueira

Publicado por:
Gabriela Ferreira Galindo de Freitas
Código Identificador:28430A81

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 3.528/2025

LEI Nº 3.528/2025

Ementa: Institui a Política Municipal de Desenvolvimento Econômico de Confecções e Calçados de Pesqueira-PE e estabelece critérios para o credenciamento, seleção e acompanhamento de fornecedores locais no âmbito do Programa de Aquisição e Fornecimento de Calças Jeans e Tênis da Rede Pública Municipal de Ensino, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PESQUEIRA, Estado de Pernambuco**, MARCOS LUIDSON DE ARAÚJO,** no uso de suas atribuições legais e constitucionais**,**
FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Pesqueira-PE, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Desenvolvimento Econômico de Confecções e Calçados de Pesqueira, com a finalidade de fomentar o comércio e a indústria local de vestuário e calçados, estimular a geração de emprego e renda, e fortalecer o ciclo produtivo municipal por meio da participação prioritária de empresas sediadas em Pesqueira no Programa de Aquisição e Fornecimento de Calças Jeans e Tênis da Rede Pública Municipal de Ensino.

Art. 2º A política de que trata esta Lei está vinculada à Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Administração e da Secretaria Municipal da Fazenda, para fins de execução, fiscalização e planejamento integrado. Art. 3º A política será responsável por:

I – organizar e manter o cadastro atualizado de fornecedores locais de confecções e calçados;
II – promover o credenciamento de empresas e empreendedores individuais estabelecidos no município;
III – estabelecer padrões de qualidade e especificações técnicas dos produtos;
IV – supervisionar o cumprimento das obrigações contratuais dos fornecedores credenciados;
V – articular ações de capacitação, qualificação e fortalecimento do setor produtivo local.

CAPÍTULO II
DO CREDENCIAMENTO DOS FORNECEDORES

Art. 4º O credenciamento de fornecedores para o fornecimento de calças jeans e tênis destinados aos estudantes da Rede Pública Municipal de Ensino será realizado mediante processo público de chamamento, observando-se o disposto no art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nas normas complementares do Município.

Art. 5º Poderão participar do credenciamento:

I – pessoas jurídicas de direito privado com sede administrativa e operacional no município de Pesqueira;
II – microempreendedores individuais (MEI), microempresas e empresas de pequeno porte regularmente inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
III – empresas que comprovem capacidade técnica, estrutura produtiva e experiência compatível com o objeto da contratação.

Art. 6º O edital de credenciamento deverá conter, no mínimo:

I – descrição detalhada dos produtos a serem fornecidos, suas especificações técnicas e padrões de qualidade;
II – requisitos de habilitação jurídica, fiscal e técnica;
III – prazos de vigência e de fornecimento;
IV – critérios de controle de qualidade e de conformidade dos produtos entregues;
V – condições de pagamento, logística de entrega e penalidades aplicáveis.

CAPÍTULO III
DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 7º A seleção dos fornecedores credenciados observará os princípios da impessoalidade, da isonomia e da livre concorrência, sendo vedada qualquer forma de favorecimento.

Art. 8º O fornecimento dos produtos será distribuído proporcionalmente entre os credenciados, conforme critérios definidos em edital, considerando:

I – a capacidade produtiva declarada e comprovada;
II – o atendimento aos prazos e padrões de qualidade;
III – o equilíbrio econômico-financeiro entre os fornecedores locais.
Art. 9. O descumprimento das condições estabelecidas poderá ensejar:
I – advertência formal;

II – suspensão temporária de participação no Programa;
III – descredenciamento do fornecedor;
IV – comunicação ao Cadastro Municipal de Fornecedores Locais, para registro de sanções.

CAPÍTULO IV
DO INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Art. 10. O Poder Executivo Municipal poderá, por meio da Política de Desenvolvimento Econômico, promover parcerias com instituições de ensino técnico, associações comerciais e entidades de fomento, com vistas a:

I – ofertar cursos de capacitação e qualificação profissional voltados à confecção, design e produção de calçados e vestuário escolar;
II – estimular a formalização de microempreendedores locais;
III – incentivar a inovação e o empreendedorismo na cadeia produtiva local;
IV – ampliar a capacidade competitiva dos fornecedores pesqueirenses.

Art. 11. A política atuará como eixo estratégico de desenvolvimento territorial, buscando integrar políticas de economia solidária, compras públicas locais e educação empreendedora.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. A gestão e a fiscalização deste programa caberão à Secretaria Municipal de Administração, com o apoio da Secretaria de Educação e outras secretarias competentes, devendo ser publicado anualmente relatório contendo:

I – número de fornecedores credenciados;
II – volume de recursos aplicados;
III – quantidade de produtos fornecidos;
IV – empregos gerados ou mantidos;
V – avaliação de impacto econômico local.

Art. 13. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas se necessário.

Art. 14. A execução das ações previstas nesta Lei será realizada pelo Poder Executivo Municipal, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, observadas as prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.
Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará esta Lei por decreto, definindo os mecanismos de execução, fiscalização e demais procedimentos necessários ao seu cumprimento.

Art. 15 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Prefeito de Pesqueira - PE, 03 de novembro de 2025.

Pesqueira - PE, 04 de dezembro de 2025.

MARCOS LUIDSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriela Ferreira Galindo de Freitas
Código Identificador:8883A080

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 3.529/2025

LEI Nº 3.529/2025

Ementa: Institui o Programa de Aquisição de Calças Jeans e Tênis para os estudantes da Rede Pública Municipal de Ensino de Pesqueira-PE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PESQUEIRA, Estado de Pernambuco**, MARCOS LUIDSON DE ARAÚJO,** no uso de suas atribuições legais e constitucionais**,**

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Pesqueira-PE, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Pesqueira, o Programa de Aquisição e Fornecimento de Calças Jeans e Tênis, destinado aos estudantes da Rede Pública Municipal de Ensino.

§ 1º O Programa tem por finalidade promover a distribuição gratuita de:
I – Calças jeans, como parte integrante do fardamento escolar, aos estudantes do Ensino Fundamental II;
II – Tênis escolares, aos estudantes da Educação Infantil, do Ensino Fundamental I e do Ensino Fundamental II.

§ 2º O fornecimento dos itens previstos neste artigo visa garantir a uniformização, a segurança, a dignidade e o conforto dos estudantes durante o desenvolvimento das atividades escolares.

Art. 2º O Programa de Aquisição de Calças Jeans e tênis, instituído pelo art. 1º, tem os seguintes objetivos:

I – Assegurar o acesso, a permanência e a equidade dos estudantes regularmente matriculados na Rede Pública Municipal de Ensino;
II – Proporcionar condições adequadas para o pleno desenvolvimento das atividades pedagógicas e recreativas;
III – Valorizar a identidade escolar, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a imagem institucional da Rede Municipal de Ensino de Pesqueira.

Art. 3º A aquisição das calças jeans e dos tênis ocorrerá por meio de processo de credenciamento de fornecedores, nos termos da legislação aplicável.

Art. 4º As aquisições decorrentes deste processo serão realizadas com fundamento na Lei Municipal nº _/__, que institui a Política de Desenvolvimento Econômico Local, observando-se os princípios da valorização do comércio e da geração de renda no âmbito do município de Pesqueira.

§ 1º No processo de credenciamento de fornecedores, a Administração Pública Municipal restringirá a participação exclusivamente a pessoas jurídicas com sede e atuação comprovada no município de Pesqueira, em consonância com os objetivos de fomento econômico previstos na referida lei.

§ 2º É vedado à Administração Pública Municipal:
I – Impor marcas.
II – Restringir a livre concorrência entre os fornecedores locais credenciados ou dificultar a ampla participação dentro do território municipal.

§ 3º A Administração Pública Municipal poderá adotar o processo auxiliar de credenciamento, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para o cadastramento dos estabelecimentos comerciais situados em Pesqueira que desejarem participar do Programa.

§ 4º Qualquer pessoa jurídica com sede em Pesqueira e que atenda às condições de inscrição, participação e habilitação definidas em edital próprio poderá requerer o credenciamento.

Art. 5º Compete à Secretaria Municipal de Educação coordenar, executar e fiscalizar a aplicação dos recursos e a execução das ações do Programa, devendo assegurar:

I – A correta aplicação dos recursos destinados ao Programa;
II – O controle do número total de beneficiários atendidos;
III – A publicidade de todos os contratos, aditivos e anexos firmados;
IV – A transparência dos valores pagos e das empresas credenciadas, em consonância com os princípios da administração pública.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, por meio de Decreto, definindo normas complementares para sua operacionalização e fiscalização.

Art. 7º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Fundo Municipal de Educação do Município de Pesqueira e se dará mediante disposição orçamentária.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pesqueira - PE, 04 de dezembro de 2025.

MARCOS LUIDSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriela Ferreira Galindo de Freitas
Código Identificador:78AF72E1

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 3.530/2025

LEI Nº 3.530/2025

Ementa: Altera a redação do artigo 30 da Lei nº 3.407, de 20 de junho de 2022, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Quadro de Pessoal do Sistema Público Municipal de Educação de Pesqueira – PCRE e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PESQUEIRA, Estado de Pernambuco**, MARCOS LUIDSON DE ARAÚJO,** no uso de suas atribuições legais e constitucionais**,**
FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Pesqueira-PE, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º. O artigo 30 da Lei nº 3.407, de 20 de junho de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 30 – Para efeito de concessão, o conceito de classificação da avaliação de desempenho funcional por mérito coletivo e os percentuais de bonificações sobre os vencimentos dos Servidores do Quadro de Pessoal do Sistema Público Municipal de Educação, são:

I – (A) **DESEMPENHO SATISFATÓRIO** = BDE anual, equivalente a 100% (cem por cento) do valor de 150 (cento e cinquenta) horas-aula do Professor, referente ao nível básico inicial da Carreira do Magistério e do vencimento básico do nível inicial, para os demais Servidores do Quadro do Sistema Público Municipal de Educação, que representa pontuação de performance coletiva entre 9,5 e 10,0 na consecução dos objetivos fixados pela Secretaria Municipal de Educação, ouvido conjunto da respectiva unidade administrativa;

II – (B) **DESEMPENHO PARCIAL** I = BDE anual, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor de 150 (cento e cinquenta) horas-aula do Professor, referente ao nível básico inicial da Carreira do Magistério e do vencimento básico do nível inicial, para os demais Servidores do Quadro do Sistema Público Municipal de Educação, que representa pontuação de performance coletiva entre 8,0 e 9,4 na consecução dos objetivos fixados pela Secretaria Municipal de Educação, ouvido conjunto da respectiva unidade administrativa;

III – (C) **DESEMPENHO PARCIAL** II = BDE anual, equivalente a 30% (trinta por cento) do valor de 150 (cento e cinquenta) horas-aula do Professor, referente ao nível básico inicial da Carreira do Magistério e do vencimento básico do nível inicial, para os demais Servidores do Quadro do Sistema Público Municipal de Educação, que representa pontuação de performance coletiva entre 7,0 e 7,9 na consecução dos objetivos fixados pela Secretaria Municipal de Educação, ouvido conjunto da respectiva unidade administrativa;

IV – (D) **DESEMPENHO INSUFICIENTE** = BDE anual impede o percebimento de bônus aos Profissionais do Magistério e demais Servidores do Quadro do Sistema Público Municipal de Educação, que representa pontuação de performance coletiva entre 0,1 a 6,9 na consecução dos objetivos fixados pela Secretaria Municipal de Educação, ouvido conjunto da comunidade escolar, da respectiva unidade administrativa.

Art. 2º os § 1ºe 2º passam a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º Os professores em efetivo exercício da docência das turmas dos anos avaliados (2º, 5º e 9º anos) nos exames nacionais e estaduais de aferição de desempenho – SAEB e SAEPE – que obtiverem resultado individual igual/superior a 85% (oitenta e cinco por cento) de proficiência, farão jus ao bônus correspondente ao conceito 'B' de desempenho funcional.

§ 1º ~~Os Profissionais que estão à disposição da Entidade de Classe da Categoria e do Conselho Municipal de Educação, no fiel cumprimento do exercício de suas funções, terão direitos a perceber automaticamente conceito "B" de classificação de desempenho funcional sobre seus vencimentos, durante o cumprimento de seus respectivos mandatos.~~

§ 2º Nas escolas que alcançarem média geral superior a 85% (oitenta e cinco por cento) de desempenho nas avaliações do SAEB e SAEPE, o gestor escolar, gestor escolar adjunto - quando houver, secretário escolar e o coordenador pedagógico da unidade educacional também farão jus ao bônus correspondente ao conceito 'B' de desempenho funcional.

§ 2º ~~Os Servidores que estão afastados por período de até 06 (seis) meses, para o uso de Licença Prêmio, sabática, maternidade e adoção, bem como para cursos, congressos, seminários e eventos correlatos ou que tenham vínculo de no mínimo 06 (seis) meses na unidade, serão considerados aptos à avaliação de desempenho funcional, com direito à percepção do bônus.~~ (Revoga-se o inciso 2º)"

Art. 3º Acrescenta-se os § 3º, 4º, 5º, 6º e 7º ao artigo 30 da Lei nº 3.407, de 20 de junho de 2022, que vigorarão conforme redação abaixo:

"§ 3º A equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, diretamente envolvida no processo de acompanhamento pedagógico, de monitoramento e de suporte às unidades escolares, fará jus ao bônus correspondente ao conceito 'B' de desempenho funcional, desde que cumpridos os critérios estabelecidos pelo Comitê de Avaliação de Desempenho.

§ 4º Os professores em efetivo exercício da docência em turmas não contempladas pelas avaliações externas oficiais que apresentarem crescimento sistemático de aprendizagem, aferido pela Secretaria Municipal de Educação conforme critérios definidos pelo Comitê de Avaliação de Desempenho, farão jus a um bônus correspondente a 30% (trinta por cento) do seu vencimento básico.

§ 5º Não terão direito à percepção da bonificação prevista neste artigo os profissionais da educação que:

I – estejam à disposição de entidade de classe da categoria ou do Conselho Municipal de Educação;

II – se encontrem afastados de suas funções por período superior a 06 (seis) meses, ainda que para gozo de Licença-Prêmio, licença sem vencimentos, licença maternidade, licença para adoção ou para participação de pós-graduações, cursos, congressos, seminários e eventos correlatos;

III – possuam mais de 30 faltas no ano letivo avaliado, mesmo que justificadas mediante apresentação de atestado médico.

§ 6º As unidades de trabalho que obtiverem conceito "C" na avaliação de desempenho funcional, passarão por um acompanhamento sócio funcional específico, com treinamento e capacitações dirigidas para superação de suas deficiências.

§ 7º Os bônus previstos neste artigo poderão ser cumulativos, desde que o profissional se enquadre em mais de uma das hipóteses nele estabelecidas."

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pesqueira - PE, 04 de dezembro de 2025.

MARCOS LUIDSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriela Ferreira Galindo de Freitas
Código Identificador:1EC5DE42

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 3.531/2025

LEI Nº 3.531/2025

Ementa: Estabelece e convalida as alíquotas de contribuição adicional da patronal de que trata o art.2º da Lei Municipal nº 3.106/2015, para os exercícios de 2024 e 2034, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PESQUEIRA, Estado de Pernambuco**, MARCOS LUIDSON DE ARAÚJO,** no uso de suas atribuições legais e constitucionais**,**
FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Pesqueira-PE, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art.1º Ficam convalidadas as alíquotas de contribuição adicional da patronal, para fins de equacionamento do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Pesqueira, referentes aos exercícios de 2024 e 2034, suprindo omissão da tabela constante na Lei Municipal nº 3.106/2015, da seguinte forma:
I – Para o exercício de 2024, alíquota de 5,00% (cinco por cento);
II – Para o exercício de 2034, alíquota de 10,00% (dez por cento).
Art.2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pesqueira - PE, 04 de dezembro de 2025.

MARCOS LUIDSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriela Ferreira Galindo de Freitas
Código Identificador:615B0E28

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1089/2025

PORTARIA Nº 1089/2025

Dispõe sobre a nomeação dos representantes dos órgãos governamentais para compor o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PESQUEIRA, ESTADO DE PERNAMBUCO, Marcos Luidson de Araújo, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 3.109/2015, que trata da criação, composição e funcionamento do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDECA;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a efetiva participação dos órgãos governamentais no referido Conselho;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os(as) seguintes representantes dos órgãos governamentais para compor o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, para o biênio 2025–2027:

– Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Gilvane Mendes Galindo – CPF: 082.597.004-09
Suplente: Débora de Freitas Brito – CPF: 097.167.924-09

– Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Bruno Milanine Souza Silva – CPF: 065.589.724-09
Suplente: Alexandro Ferreira de Menezes – CPF: 071.485.684-89

– Secretaria de Inclusão Social e Cidadania:

Titular: Anna Flávia Araújo Dantas Silva – CPF: 126.603.934-19
Suplente: Geovane Kleydson Bezerra da Silva – CPF:082.420.724-69

– Secretaria de Governo:

Titular: Maria Lays de Melo Carvalho – CPF: 103.470.084-70
Suplente: Claudineia Erculano da Silva – CPF: 092.158.534-99

– Secretaria de Esporte e Lazer:

Titular: Glébia Cristina Costa Galvão – CPF: 034.547.884-25
Suplente: Maria Raquel Alves de Santana – CPF: 135.021.294-60

– Secretaria da Fazenda Municipal:

Titular: Érika Freitas Pereira – CPF: 129.165.134-93
Suplente: Luana Carla Dias Barbosa – CPF: 116.152.104-66

– Secretaria de Cultura e Turismo:

Titular: Regina Araújo da Silva – CPF: 062.994.004-55
Suplente: Rita de Cássia dos Santos – CPF: 041.183.264-69

Art. 2º O mandato dos(as) conselheiros(as) nomeados(as) será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, conforme previsto na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Pesqueira, 17 de novembro de 2025

MARCOS LUIDSON DE ARAÚJO
Prefeito do Município de Pesqueira

Publicado por:
Gabriela Ferreira Galindo de Freitas
Código Identificador:95AE56B1

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 074/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO **Nº 039/2025**
PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 015/2025**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA/PE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.106.235/0001-16, com sede na Praça dos Três Poderes, nº 141, Bairro Centro, Cidade Petrolândia, Estado de Pernambuco, CEP 56.460-000.

CONTRATADO: **COMERCIAL SERTANEJO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o **Nº 09.500.724/0001-79,** com sede a Rua Jose Pedro Carvalho, nº 352, Bairro Centro, Cidade Araci, Estado da Bahia, CEP 48.760-000.

OBJETO: 1º TERMO ADITIVO tem por objetivo aditar o Processo de Licitação **Nº 039/2025**, **Pregão Eletrônico Nº 015/2025**, regido pela Lei 14.133/21 e suas alterações, fulcrado no que dispõe no art. 124, inciso I, "b", da Lei 14.133/2021, visando a **ADIÇÃO DE VALOR** de **R$ 438.752,33** (Quatrocentos e trinta e oito mil, setecentos e cinquenta e dois reais e trinta e três centavos), corresponde a **25%** do valor inicial do contrato, a partir da assinatura deste, nos mesmos termos do Contrato **Nº 074/2025**, permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido contrato.

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 124, inciso I, "b", da Lei 14.133/2021

DATA DE ASSINATURA: 26 de Novembro de 2025

FABIANO JAQUES MARQUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emilly Roberta Batista Carvalho
Código Identificador:FDCD79EC

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

PROCESSO **Nº 110/2025**, CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA **Nº 013/2025**, OBJETO**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA CIVIL PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO CULTURAL HILDEBRANDO MENEZES, NO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA-PE**, Tipo **Menor Preço**, Forma de Julgamento **Global,** Regime de Execução: **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, Valor Estimado: R$ **R$ 326.062,18** (Trezentos e vinte e seis mil, sessenta e dois reais e dezoito centavos). Limite para Acolhimento de Proposta **19/12/2025** às **23:59** (Vinte e Três horas e cinquenta e nove minutos), Data da Sessão **22/12/2025** às **10:00** (Dez horas). O Edital completo e seus anexos estarão disponíveis para consulta e cópia na internet nos endereços: **www.licitapetrolandia.com.br** e no site: **www.petrolandia.pe.gov.br/transparência.**

Petrolândia/PE, 04 de Dezembro de 2025

EMILLY ROBERTA BATISTA CARVALHO
Agente de Contratação
Matrícula Nº 2078

Publicado por:
Emilly Roberta Batista Carvalho
Código Identificador:024AB9B3

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº 055/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 106/2025

NÚMERO DO CONTRATO: **Nº 071/2025**

Contratante: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA - PE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o N° 10.106.235/0001-16, com sede na Praça dos Três Poderes, 141, Centro, Petrolândia Estado de Pernambuco, CEP 56.460-000.

Contratado: **JOÃO AVELINO DOS SANTOS NETO,** inscrita no **CPF N°040.577.384-60**, com sede na Rua Projeto Dom Ceslau, n° 45, Casa, Bairro Centro, Cidade de Floresta, Estado de Pernambuco, CEP 56.400-000.

Objeto: Contratação de empresa do ramo artístico para apresentação da Atração Artística **"JOÃO NETO E FABINHO"**, para o evento **"FESTA CICLO CULTURAL PREJETO ICO-MANDANTES NO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA"**, a ser executada pela Secretaria de Cultura, tendo sua apresentação no dia 22 de Novembro do corrente ano.

Vigência: O presente contrato terá vigência até a data de realização do Show ou o total cumprimento das obrigações aqui previstas, o que ocorrer por último, contado a partir da assinatura do instrumento.

Valor Global: R$ 12.000,00 (doze mil reais).

Data de assinatura: 19 de Novembro de 2025.

FABIANO JAQUES MARQUES
Prefeito

Publicado por:
Emilly Roberta Batista Carvalho
Código Identificador:19C06B7E

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 002/2025

NÚMERO DO CONTRATO **Nº 068/2023**
PROCESSO ADMINISTRATIVO **Nº 065/2023**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, inscrita no **CNPJ nº 10.106.235/0001-16**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça dos Três Poderes, nº 141 – Centro – Petrolândia - PE.

CONTRATADO: **ESTIMA EVENTOS E PRODUÇÕES EIRELI,** CNPJ/MF sob o nº 70.233.549/0001-01, com sede Avenida Manoel Borba, nº 26, Bairro Centro, Cidade de Petrolândia, Estado de Pernambuco, CEP 56.460-000.

OBJETO: 2º TERMO ADITIVO tem por objetivo aditar o Processo de Licitação **nº 065/2023**, Pregão Eletrônico **nº 021/2023**, regido pela Lei 8.666/93 e suas alterações, fulcro no dispõe o Art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/1993, visando a Prorrogação de prazo contratual, a partir da assinatura deste, por mais 12 (Doze) meses. Reajuste contratual como a aplicação de no percentual de **9,59%,** previsto sobre a variação do **IPCA,** acumulado desde a assinatura do contrato (Setembro de 2023 à Agosto de 2025, data-base do último índice disponível), conforme requerimento da contratada, passando o contrato a ter o **Valor Global** de **R$ 1.545.725,04** (Um milhão, quinhentos e quarenta e cinco mil, setecentos e vinte e cinco reais e quatro centavos). Fica alterada o **Contrato nº 068/2023**. Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 57, inciso II, e Art. 40, inciso XI da Lei 8.666/1993
DATA DE ASSINATURA: 26 de Setembro de 2025.

FABIANO JAQUES MARQUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emilly Roberta Batista Carvalho
Código Identificador:C3BD6D0D

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 004/2025

NÚMERO DO CONTRATO Nº 113/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2021

LOCATÁRIO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLÂNDIA - PE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.410.787/0001-13, com sede na Rua Cecília Delgado, nº 82, Bairro Centro, Cidade de Petrolândia, Estado de Pernambuco, CEP: 56.460-000.

LOCADOR: **ELIAS PEDRO DA PENHA**, brasileiro, portador da cédula de Identidade nº 2.190.148-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n° 411.025.091-91, residente e domiciliado Projeto Apolônio Sales, nº 720, Bairro Zona Rural, Cidade de Petrolândia, Estado de Pernambuco, CEP 56.460-000.

OBJETO: 4º TERMO ADITIVO – MUDANÇA DE TITULARIDADE - tem por objetivo aditar o **Processo de Licitação nº** 122/2021, **Dispensa de Licitação nº** 036/2021, regido pela Lei 8.666/93 e suas alterações, fulcrado no que dispõe o artigo 65, inciso I, alínea "a" da Lei nº 8.666/93, visando a mudança de titularidade do imóvel com a continuidade do referido contrato, nos mesmos termos do Processo licitatório nº 122/2021, **Contrato nº** 113/2021, bem como a ratificação das demais cláusulas

FUNDAMENTAÇÃO: artigo 65, inciso I, alínea a) da Lei nº 8.666/93

DATA DE ASSINATURA: 08 de Maio de 2025

WELYNÁDIA ALVES DOS SANTOS
Secretária de Saúde
Portaria Nº 006/2025

Publicado por:
Emilly Roberta Batista Carvalho
Código Identificador:E0EF956E

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2025.

NÚMERO DO CONTRATO**: 072/2025.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA PE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.106.235/0001-16, com sede na rua Praça dos Três Poderes, nº 141, Bairro Centro, Cidade de Petrolândia, Estado de Pernambuco, CEP 56.460-000.

CONTRATADO: CONSTERRA CONSTRUTORA E TERRAPLANAGEM ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o **nº 31.888.227/0001-49**, sediada na Rua Domingos Marreiros, Nº 49 – Edif. Village Empresarial Sala 105, Bairro Umarizal, Cidade de Belém, Estado do Pará, CEP: 66.055-210.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA VISANDO À CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE TIPO 01 – PADRÃO FNDE, NO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA/PE.**

VIGÊNCIA: O prazo de entrega dos serviços será **12 (Doze) meses,** contados da solicitação pela Secretaria competente.

VALOR GLOBAL: R$ 5.688.000,00 (Cinco milhões, seiscentos e oitenta e oito mil reais)**.**

DATA DE ASSINATURA: 01 de Dezembro de 2025.

FABIANO JAQUES MARQUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emilly Roberta Batista Carvalho
Código Identificador:61ACF942

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 012/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2025.

NÚMERO DO CONTRATO**: 073/2025.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA PE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.106.235/0001-16, com sede na rua Praça dos Três Poderes, nº 141, Bairro Centro, Cidade de Petrolândia, Estado de Pernambuco, CEP 56.460-000.

CONTRATADO: CONSTERRA CONSTRUTORA E TERRAPLANAGEM ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o **nº 31.888.227/0001-49**, sediada na Rua Domingos Marreiros, Nº 49 – Edif. Village Empresarial Sala 105, Bairro Umarizal, Cidade de Belém, Estado do Pará, CEP: 66.055-210.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA VISANDO À CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE TIPO 01 – PADRÃO FNDE, NO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA/PE.**

VIGÊNCIA: O prazo de entrega dos serviços será **14 (Quatorze) meses,** contados da solicitação pela Secretaria competente.

VALOR GLOBAL: R$ 10.833.810,02 (Dez milhões, oitocentos e trinta e três mil, oitocentos e dez reais e dois centavos)**.**

DATA DE ASSINATURA: 01 de Dezembro de 2025.

FABIANO JAQUES MARQUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emilly Roberta Batista Carvalho
Código Identificador:D1423884

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
RATIFICAÇÃO

O Prefeito do Município de Petrolândia, no uso de suas atribuições, considerando os termos do parecer oriundo do Órgão de Assessoramento Jurídico Municipal, **RECONHEÇO** e **RATIFICO** o **Processo Administrativo nº 106/2025, Inexigibilidade de Licitação nº 055/2025**, com fulcro no art. 74, Inciso II da Lei 14.133/21 que tem como Objeto: do CPF **JOÃO AVELINO DOS SANTOS NETO,** inscrita no **CPF N°040.577.384-60**, com sede na Rua Projeto Dom Ceslau, n° 45, Casa, Bairro Centro, Cidade de Floresta, Estado de Pernambuco, CEP 56.400-000**,** detentora de exclusividade da execução dos serviços de apresentação artística da seguinte atração**: (JOÃO NETO E FABINHO),** durante o evento **"FESTA CICLO CULTURAL PROJETO ICÓ-MANDANTES"** no Município de Petrolândia/PE, no **dia 22 de Novembro de 2025** com o valor de **R$ 12.000,00 (doze mil reais).**

Petrolândia-PE, 19 de Novembro de 2025.

FABIANO JAQUES MARQUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emilly Roberta Batista Carvalho
Código Identificador:1B1357FB

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE POÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 082/2025/FMS

-Processo Nº: 029/2025/FMS
-Modalidade/Nº: Pregão Eletrônico Nº 026/2025.
-Objeto Descr.: Contratação de empresa para fornecimento, parcelado, de Carnes, com o objetivo de atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Poção - PE.
-Contrato Nº: 082/2025/FMS.
-Contratado: E P ALIMENTOS LTDA.
-CNPJ/MF nº 59.044.551/0001-08.
-Valor Contratado: R$ 75.570,00 (setenta e cinco mil e quinhentos e setenta reais), referente aos itens nº 1 e 2.
-Vigência: 12 (doze) meses.

Poção - PE, 03 de Dezembro de 2025.

ALINE CORDEIRO DE VASCONCELOS SILVA
Secretária Municipal de Saúde (*)

Publicado por:
Lizandra Helena de Meneses Estevão Mergulhão
Código Identificador:D52AA121

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE POMBOS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 54, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025

DECRETO Nº 54, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre fechamento do comércio local dia 11 de dezembro de 2025 (quinta-feira), em razão do feriado da Emancipação Municipal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POMBOS-PE, no uso das atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO que o dia 11 de dezembro é feriado municipal em comemoração à data histórica da Emancipação Político-Administrativa do Município de Pombos, nos termos do art. 100 da Lei Orgânica;

CONSIDERANDO a competência do Município para dispor sobre o funcionamento do comércio local, fundamentado no art. 30, I, da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO o art. 174 do Código de Posturas Municipais (Lei nº 631/2003) que dispõe sobre a abertura de estabelecimentos comerciais de acordo com a conveniência pública;

DECRETA:

Art. 1º No dia 11 de dezembro de 2025 (quinta-feira), não haverá abertura de quaisquer atividades comerciais, em razão do Feriado Municipal da Emancipação Político- Administrativa de Pombos/PE.

Parágrafo único. É permitido o funcionamento de farmácias, postos de gasolinas e padarias, restaurantes e lanchonetes em razão da conveniência pública do serviço.

Art. 2º A não observância do disposto neste Decreto ensejará penalização dos infratores, com incidência de multa, nos termos do art. 7º da Lei nº 631/2003.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pombos – PE, 04 de dezembro de 2025.

ELIAS BATISTA DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Bárbara Myrella Ferreira da Silva
Código Identificador:74ADD27B

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE QUIXABA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 412, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR BRAZ JOSÉ DA SILVA.

O Prefeito do Município de Quixaba, Estado de Pernambuco, no uso regular de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e de acordo com o Art. 58 Incisos VII, e XIX da Lei Orgânica Municipal, expede a seguinte portaria, RESOLVENDO:

Art. 1° - Conceder descanso de férias de 30 (trinta) dias ao servidor **Sr. BRAZ JOSÉ DA SILVA,** que exercer o cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS GERAL,** SIMBOLO CC4, vinculado à Secretaria de Administração.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 01/12/2025.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 01 de dezembro de 2025.

JOSÉ PEREIRA NUNES
Prefeito

Publicado por:
Rhaniel Cordeiro Nunes
Código Identificador:977E7617

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 413, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR JOSÉ TACIANO ALVES RODRIGUES.

O Prefeito do Município de Quixaba, Estado de Pernambuco, no uso regular de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e de acordo com o Art. 58 Incisos VII, e XIX da Lei Orgânica Municipal, expede a seguinte portaria, RESOLVENDO:

Art. 1° - Conceder descanso de férias de 30 (trinta) dias ao servidor **Sr. JOSÉ TACIANO ALVES RODRIGUES,** que exercer o cargo de **AGENTE DE CONTRATAÇÃO,** vinculado à Secretaria Municipal de Governo.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 01/12/2025.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 01 de dezembro de 2025.

JOSÉ PEREIRA NUNES
Prefeito

Publicado por:
Rhaniel Cordeiro Nunes
Código Identificador:D584C104

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 414, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA ADELMA MARIA DE LIMA QUIDUTE.

O Prefeito do Município de Quixaba, Estado de Pernambuco, no uso regular de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e de acordo com o Art. 58 Incisos VII, e XIX da Lei Orgânica Municipal, expede a seguinte portaria, RESOLVENDO:

Art. 1° - Conceder licença-prêmio de 30 (trinta) dias (01/12/2025 - 30/12/2025) à servidora **ADELMA MARIA DE LIMA QUIDUTE**, detentora do cargo de PROFESSOR-II, vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 01/12/2025.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 01 de dezembro de 2025.

JOSÉ PEREIRA NUNES
Prefeito

Publicado por:
Rhaniel Cordeiro Nunes
Código Identificador:6025746A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 415, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA ROBERTA OLIVEIRA DO NASCIMENTO.

O Prefeito do Município de Quixaba, Estado de Pernambuco, no uso regular de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e de acordo com o Art. 58 Incisos VII, e XIX da Lei Orgânica Municipal, expede a seguinte portaria, RESOLVENDO:

Art. 1° - Conceder licença-prêmio de 30 (trinta) dias (01/12/2025 - 30/12/2025) à servidora **ROBERTA OLIVEIRA DO NASCIMENTO**, detentora do cargo de PROFESSOR-II, vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 01/12/2025.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 01 de dezembro de 2025.

JOSÉ PEREIRA NUNES
Prefeito

Publicado por:
Rhaniel Cordeiro Nunes
Código Identificador:C632CEF0

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE RIACHO DAS ALMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DAS ALMAS - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO – HABILITAÇÃO Nº 015/2025

PROCESSO LICITATÓRIO 002/2025
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 001/2025

OBJETO: Chamamento público para a habilitação e seleção de propostas de Artistas Musicais em geral, para compor as Programações de Eventos realizados e apoiados pela Prefeitura Municipal de Riacho das Almas no período entre 17 de janeiro de 2025 até 29 de dezembro de 2025, conforme atividades descritas no Termo de Referência e atendendo a todos os pré-requisitos elencados em edital e seus anexos

Aos dias 03 de dezembro de 2025 a Equipe de Contratação do Município de Riacho das Almas/PE reuniu-se à Rua Justo Fernandes da Mota, nº 68, Centro, CEP 55.120-000, Riacho das Almas/PE, com a finalidade de analisar as documentações alusivas ao Chamamento Público nº 001/2025.

O Chamamento foi amplamente divulgado, sendo publicado: **No Diário Oficial dos Municípios de Pernambuco (AMUPE), no Portal da Transparência do Município de Riacho das Almas/PE, https://transparencia.riachodasalmas.pe.gov.br, afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Riacho das Almas/PE.**

Após esta divulgação manifestou interesse em participar do presente credenciamento **A Empresa 44.696.802 TALES ALEXANDRE BATISTA DO NASCIMENTO**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 44.696.802/0001-53, com sede à Rua Agamenon Magalhães, nº 111, Bairro: Centro, CEP 55.120-000, RIACHO DAS ALMAS/PE, conforme documentação protocolada na sala da Equipe de Contratações da Prefeitura Municipal de Riacho das Almas/PE no dia 03 de dezembro de 2025. Para apresentação na 27 Festa N.Srª da Conceição na Vila Patos futuras com o Cantor Tales Alexandre, conforme credenciamento no Item 04 do Anexo I do Edital.

Estiveram presentes na sessão as integrantes da Equipe de Contratação de Licitação na análise das documentações.
A Comissão passa para a fase de análise da documentação apresentada pelas Associações interessadas, sendo a documentação rubricada pelos membros da Comissão Permanente de Licitações.
Foram verificadas todas as autenticidades das certidões que foram emitidas via Internet. A Equipe de Contratação, analisou detalhadamente as documentações de regularidade. Após as análises das documentações a Equipe de Contratação de Licitação declarou a Empresa interessada: **A Empresa 44.696.802 TALES ALEXANDRE BATISTA DO NASCIMENTO**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 44.696.802/0001-53, com sede à Rua Agamenon Magalhães, nº 111, Bairro: Centro, CEP 55.120-000, RIACHO DAS ALMAS/PE, está **APTA** a prestar os serviços em relação as documentações e também declarada **HABILITADA** nos termos da lei nº 14.133/21 e do edital. Então, a Equipe de Contratações de Licitação, concluíram através do Processo Licitatório nº 002/2025, para o Chamamento público nº 001/2025 para realização de Chamamento público para a habilitação e seleção de propostas de Artistas Musicais em geral, para compor as Programações de Eventos realizados e apoiados pela Prefeitura Municipal de Riacho das Almas no período entre 17 de janeiro de 2025 até 29 de dezembro de 2025, conforme atividades descritas no Termo de Referência e atendendo a todos os pré-requisitos elencados em edital e seus anexos. Nos termos da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas posteriores alterações, Esta Chamada Pública será válida do dia **17 de janeiro de 2025 até 29 de dezembro de 2025**, podendo ser prorrogada por igual período a critério da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura do Município de Riacho das Almas/PE. Observando-se as demais condições atinentes ao processo, tais como: parecer jurídico, ratificação e publicação, onde todos os interessados puderam vir até a sala da Comissão e se credenciar. Nada mais havendo, encerrou-se a presente sessão, pelo que foi lavrada esta ata e por todos os presentes assinada.

Riacho das Almas/PE 03 de dezembro de 2025.

MARCIA HELENA CARDOSO SOARES
Agente de Contratação

GABRIELLE PAULA DE LIMA
Apoio Equipe de Contratação

MARIA APARECIDA DOS SANTOS
Apoio Equipe de Contratação

Publicado por:
Gabrielle Paula de Lima
Código Identificador:7806FA5E

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DAS ALMAS - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 036/2025

OBJETO: Registro de Preços para o Fornecimento Parcelado de Pães, Bolachas e Embutidos para atender as necessidades da Administração Pública do Município de Riacho das Almas/PE.

Valor estimado **R$ 360.928,58 (Trezentos e sessenta mil, novecentos e vinte e oito reais e cinquenta e oito centavos).**
Início do acolhimento das propostas: 05 de dezembro de 2025.
Encerramento do acolhimento e abertura das propostas: 19 de dezembro de 2025 às 08hrs.
Abertura da sessão de lances: 19 de dezembro de 2025 às 09:00hrs (horário de Brasília).
O julgamento ocorrerá pelo BNC. Informações: pelo e-mail:cplriachodasalmas@gmail.com ou na sala da CPL, no endereço sito à Rua Justo Fernandes da Mota, 68, Centro, Riacho das Almas-PE (CEP: 55120-000). O edital estará disponível no portal da transparência do Município: https://www.riachodasalmas.pe.gov.br. Local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do Edital.

Riacho das Almas/PE, 04 de dezembro de 2025.

MÁRCIA HELENA CARDOSO SOARES
Pregoeira

Publicado por:
Joao Vitor Silva Cavalcanti
Código Identificador:7B0D09DA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DAS ALMAS - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
INEXIGIBILIDADE Nº 048/2025

O Município de Riacho das Almas, através do seu Prefeito Municipal Reconhece e **Ratifica a Inexigibilidade nº 048/2025, Processo nº 128/2025**, Constituí objeto deste contrato é Contratação de empresa e/ou profissional do setor artístico para apresentação de Espetáculo Artístico com o Cantor Marcão Noventta no dia 06 de dezembro de 2025 na **Festa de Nossa Senhora da Conceição 2025 na Vila de Patos do Município de Riacho das Almas/PE**, através da empresa: **TRAKEJO PRODUCAO E ASSESSORIA LTDA - ME,** devidamente inscrito no CNPJ sob o nº **43.119.757/0001-01**, com sede à **Rua Camaratuba**, nº 179, Bairro: Pina, CEP 51.110-070, RECIFE/PE, endereço eletrônico **TRAKEJOEVENTOS@GMAIL.COM** e Tel. Para contato: (81) 9528-8719, pelo valor global de **R$ 12.000,00 (Doze mil reais)**

Riacho das Almas, 04 de dezembro de 2025.

DIOCLÉCIO ROSENDO DE LIMA FILHO
Prefeito de Riacho Das Almas

Publicado por:
Gabrielle Paula de Lima
Código Identificador:18D01015

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE RIO FORMOSO

GOVERNO MUNICIPAL DE RIO FORMOSO
EXTRATO DE PORTARIA

Portaria nº 191, de 02 de dezembro de 2025.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DO MUNICÍPIO DO RIO FORMOSO/PE.

GUTEMBERG ALEXANDRE RODRIGUES DA SILVA, prefeito do Rio Formoso, no uso das atribuições legais que lhe conferem,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros do Conselho Municipal de Turismo do município do Rio Formoso/PE para o biênio 2025-2027:
I – 12 (DOZE) MEMBROS TITULARES E 12 (DOZE) SUPLENTES REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO E DO LEGISLATIVO MUNICIPAL:

a) **Representantes da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura**
Titular: VAGNER INÁCIO DA SILVA
CPF: 100.335.764-40
Suplente: EDMAR PAULO DA SILVA
CPF: 892.107.864-91

b) **Secretaria Municipal de Educação**
Titular: JOSÉ JÚNIOR DA SILVA
CPF: 046.120.544-07
Suplente: WILLAMIS GABRIEL SILVA DE LIMA
CPF: 162.164.204-61

c) **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico**
Titular: NÁDIA PATRÍCIA GOMES DA SILVA
CPF: 278.842.888-00
Suplente: EDLAINE ANGÉLICA DA SILVA SIQUEIRA
CPF: 058.345.294-96

d) **Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente**
Titular: RODNEY BATISTA DA SILVA
CPF: 082.555.354-70
Suplente: ROBSON JERÔNIMO LINS DE OLIVEIRA
CPF: 339.916.934-53

e) **Secretaria Municipal de Infraestrutura**
Titular: NATÁLIA MARIA BANDEIRA DE MELO QUEIROZ
CPF: 071.293.804-46
Suplente: EDCÉLIA MARIA SILVA LOPES
CPF: 062.730.874-07

f) **Secretaria Municipal de Administração e Finanças**
Titular: VÍTOR HUGO FIGUEREDO DO NASCIMENTO
CPF: 123.831.134-25
Suplente: CLÉSSIA MARIA DE SOUZA
CPF: 113.734.394-08

g) **Secretaria Municipal de Assistência Social**
Titular: GINA MARIA ALVES BEZERRA SANTOS
CPF: 696.434.904-91
Suplente: ANDERSON QUEIROZ ALVES
CPF: 103.177.504-88

h) **Secretaria Municipal de Esporte e Eventos**
Titular: ÉZIA SANTOS SOUZA
CPF: 090.622.004-19
Suplente: JORGE MIKSON DOS SANTOS CHAGAS
CPF: 898.309.114-20

i) **Secretaria Municipal de Saúde**
Titular: FLANCERLY ISABELY FERREIRA DA SILVA
CPF: 053.371.174-67
Suplente: ATUNIELLY DA SILVA NETO
CPF: 089.601.594-76

j) **Procuradoria Jurídica Municipal**
Titular: REGINA MARIANE DA SILVA
CPF: 108.139.074-38
Suplente: ERALDO GOMES DA SILVA
CPF: 266.787.134-00

k) **Secretaria de Serviços Públicos**
Titular: KAITO DE FREITAS XIMENES
CPF: 010.348.294-67
Suplente: JOSÉ SEVERINO DA SILVA
CPF: 698.186.654-49

l) **Câmara Municipal de Vereadores**
Titular: DEYVIDIANE CLÁUDIA NASCIMENTO LINS
CPF: 070.847.174-98
Suplente: GIVALDO SOARES RAMOS
CPF: 030.162.314-76

II – 12 (DOZE) MEMBROS REPRESENTANTES TITULARES E 12 (DOZE) SUPLENTES DA SOCIEDADE CIVIL:

a) Representação do segmento **HÓTEIS E POUSADAS**
Titular: GENIVAL JOSÉ DE OLIVEIRA
CPF: 735.466.074-49
Suplente: PEDRO SÉRGIO SQUINZANI JÚNIOR
CPF: 984.945.200-59

b) Representação do segmento **RESTAURANTES E BARES**
Titular: IRANEIDE MOURA DE VASCONCELOS
CPF: 696.434.584-15
Suplente: SUELI CRISTINA SANTOS SILVA
CPF: 033.058.834-64

c) Representação do segmento **PESSOA COM DEFICIÊNCIA**
Titular: MÉRCIA ALVES DA SILVA
CPF: 223.591.414-49
Suplente: ARISDI ALEXANDRE ALVES
CPF: 035.484.834-88

d) Representação do segmento **ASSOCIAÇÕES DE POVOS REMANESCENTES DE MATRIZ AFRICANA**
Titular: CLÁUDIO DE FREITAS PAGEÚ
CPF: 012.759.354-35
Suplente: MINERVA LIMA DE PAULA

CPF: 610.746.404-20

e) Representação do segmento **MOVIMENTOS CULTURAIS**
Titular: ERINALDO CORREIA E SILVA
CPF: 058.067.274-32
Suplente: JOSÉ EDILTON DA SILVA
CPF: 058.324.814-45

f) Representação do segmento **COMERCIANTES**
Titular: VALQUÍRIA KELLE SILVA BATISTA DE BRITO
CPF: 062.787.114-35
Suplente: WILSON CARLOS DOS SANTOS
CPF: 035.237.394-62

g) Representação do segmento **SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO TURISTA**
Titular: IVAN CARLOS SILVA FERREIRA
CPF: 066.974.044-68
Suplente: JAIRO DO NASCIMENTO SILVA
CPF: 069.413.404-01

h) Representação do segmento **ASSOCIAÇÃO DOS CANOEIROS E BARQUEIROS DE TURISMO NÁUTICO DO RIO FORMOSO - ACABANTURF**
Titular: IRAN DE MELO OLIVEIRA
CPF: 026.726.394-50
Suplente: JOSÉ ERIVALDO DA SILVA
CPF: 029.444.024-04

i) Representação do segmento **ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DO RIO FORMOSO**
Titular: VERA LÚCIA DO NASCIMENTO SILVA DE LIMA
CPF: 710.096.634-53
Suplente: ROSELITA MARIA DA SILVA
CPF: 807.829.654-15

j) Representação do segmento **PATRIMÔNIO ARTÍSTICO, HISTÓRICO, NATURAL E CULTURAL**
Titular: TATYANE ADELMA FREITAS OLIVEIRA
CPF: 069.890.074-36
Suplente: VALMIR JOSÉ DE SOUZA BRAGA
CPF: 037.271.164-63

k) Representação do segmento **AGRICULTURA FAMILIAR**
Titular: SANDRA GOMES DOS REIS
CPF: 031.273.104-39
Suplente: MARIA EDIVANE DA SILVA
CPF: 921.597.614-00

l) Representação do segmento **COLÔNIA DOS PESCADORES**
Titular: FRANCISCO ASSIS DE SANTANA
CPF: 410.047.954-91
Suplente: MARIA JOSÉ DA SILVA
CPF: 808.116.714-53

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO RIO FORMOSO, aos 02 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

GUTEMBERG ALEXANDRE RODRIGUES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Robério Melo de Oliveira
Código Identificador:989F0BB6

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SALGUEIRO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇAO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 218/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 077/2025

A Prefeitura Municipal de Salgueiro/PE comunica a ABERTURA do Processo Licitatório Nº 218/2025 – Pregão Eletrônico N° 077/2025. Tipo: Serviços. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA especializada em Regularização Fundiária, para serviço de engenharia, de topografia, de projeto urbanístico e de regularização fundiária, que efetue todas as etapas da REURB em favor moradores de 1.600 imóveis no Núcleo Urbano Informal (NUI) Santa Margarida do município de Salgueiro-PE e que compreenderá todas as etapas desde busca em cartórios, assessoramento jurídico ao Município nas etapas, cadastro dos beneficiários, cadastro dos imóveis, elaboração do Projeto de Regularização fundiária, emissão da CRF com a emissão dos títulos em favor dos legitimados através de planilhas ou títulos individuais, registro e entrega aos beneficiários, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência. Valor estimado R$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais). Abertura da sessão no site: www.licitacaosalgueiro.com.br. Recebimento das propostas: 04/12/2025 ás 08:00h até dia 19/12/2025 às 08h00h. Data de Abertura da sessão: 19/12/2025 às 09:00h. Informações e aquisição do edital no site da Prefeitura: www.salgueiro.pe.gov.br ou no site: www.licitacaosalgueiro.com.br.
Salgueiro/PE, 04/12/2025

SUZANA DA CRUZ RODRIGUES LOPES
Pregoeira

Publicado por:
Suzana da Cruz Rodrigues Lopes
Código Identificador:20A10186

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE REPUBLICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 190/2025 – INEXIGIBILIDADE N° 077/2025 – CHAMADA PÚBLICA Nº 006/2025

A Prefeitura Municipal de Salgueiro/PE comunica a REPUBLICAÇÃO do Processo Licitatório Nº 190/2025 – Inexigibilidade N° 077/2025 – Chamada Pública nº 006/2025. Tipo: Serviço Objeto: Credenciamento de prestadores de serviços de saúde para a execução de procedimentos ambulatoriais especializados eletivos denominados Ofertas de Cuidados Integrados (OCI) no âmbito da CARDIOLOGIA, ORTOPEDIA E ONCOLOGIA, com o objetivo de garantir a realização articulada de consultas, exames, definição diagnóstica e início de tratamento, conforme as diretrizes do Programa Mais Acesso a Especialistas – PMAE do Ministério da Saúde, conforme as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I). Valor Global estimado R$ 309.600,00 (trezentos e nove mil e seiscentos reais). Recebimento de documentos: a partir de 08/12/2025 aberto e disponível para o cadastramento permanente de novos interessados durante todo o seu prazo de vigência, setor de licitações via e-mail: licitacao@salgueiro.pe.gov.br. O edital e seus anexos estarão disponíveis para download no sítio eletrônico Oficial do Município de Salgueiro/Pe: www.salgueiro.pe.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

Salgueiro/PE, 04/12/2025.

SUZANA DA CRUZ RODRIGUES LOPES
Agente de Contratação

Publicado por:
Suzana da Cruz Rodrigues Lopes
Código Identificador:C06A8B5E

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SALOÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALOÁ - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 048/2025

EMENTA: Dispõe a decretação de situação anormal, caracterizada como situação de emergência, na Zona Rural do Município de SALOÁ/PE, afetada pelo período de estiagem.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE SALOÁ, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e das Portarias Nº 260, de 02 de fevereiro de 2022 e Nº 36.46, de 20 de dezembro de 2022.

CONSIDERANDO que compete ao Poder Executivo a preservação do bem estar da população e das atividades socioeconômicas das regiões atingidas por eventos adversos, bem como a adoção imediata das medidas que se fizeram necessários para em regime de cooperação, enfrentar situações emergenciais;

CONSIDERANDO que, não obstante a ocorrência de precipitações pluviométricas, estas não se mostraram suficientes para garantir a reserva de água potável por um período prolongado, especialmente na zona rural do município, que é desguarnecida de rios, grandes reservatórios ou adutoras que forneçam água potável para que assim possam garantir no período de estiagem condições mínimas de manutenção aos moradores da zona rural;

CONSIDERANDO ainda que as precipitações pluviométricas não observaram uniformidade territorial, restando alguns setores do município mais prejudicados que outros;

CONSIDERANDO que toda as precipitações pluviométricas não observaram uniformidade territorial, restando alguns setores do município mais prejudicados que outros;

CONSIDERADO que grande parte da população da zona rural, encontra-se vulnerável devido a falta de abastecimento regular de água potável para consumo humano, para a sua utilização e de sua família;

CONSIDERANDO a estimativa realizada pela Secretaria Municipal de Agricultura, que devido a irregularidade das chuvas estimasse que as culturas de plantio de feijão, milho e mandioca, bem como o setor agropecuário na criação de bovinos,

caprinos, suínos e ovinos, tiveram suas produções afetadas em virtude da falta de regularidade das chuvas.

CONSIDERANDO que os habitantes do município afetado não têm condições satisfatórias de superar os danos e prejuízos provocados pelo evento adverso, haja vista a situação socioeconômica desfavorável da região, o que exige do Poder Executivo Municipal a adoção de medidas para garantir o acesso a água potável;

CONSIDERANDO por derradeiro, a necessidade imediata de ação do poder público para correção dos efeitos provocados;

DECRETA:

Art. 1° Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre natural caracterizada como de emergência em toda Zona Rural do Município de **SALOÁ/PE**, proveniente dos efeitos da estiagem, acarretando danos humanos e ambientais, e prejuízos público e privados.

Parágrafo Único – Essa situação de anormalidade é válida apenas para áreas deste Município, comprovadamente afetadas pela falta de água potável, destacamos nesta municipalidade as seguintes localidades que encontram-se com esta anormalidade:
- Sítio Bastiões
- Sítio Riachão
- Sítio Camaratuba da Prata
- Sítio Jacinto
- Sítio Manoel Ferreira
- Sítio Várzea da Serra
- Sitio Baixa do Tanque
- Sítio Baixa Molhada
- Sítio Barbosa
- Sítio Boa Vista
- Sítio Coema
- Sítio Santa Luz
- Sítio Exu
- Sítio Lagoa da Pedra
- Sítio Lagoa Grande
- Sítio Lagoa Nova
- Sítio Meladinho
- Sítio Minação
- Sítio Morro
- Sítio Paquevira
- Sítio Roseira
- Sítio Jacinto
- Sítio Laguinha
- Sítio Mocó
- Sítio Pau Santo

Art. 2° Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município de **SALOÁ/PE**, sob a Coordenação da Defesa Civil Municipal e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3° Em face desta decretação de estado de emergência fica autorizada a Administração Pública Municipal a requisitar meios, contratar serviços e adquirir matérias necessários à execução das ações decorrentes deste Decreto, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021 de 01 de abril de 2021.

Parágrafo Único antes de efetuada qualquer contratação, dever-se à proceder à consulta de preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, em cumprimento ao disposto no art.26 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações.

Art. 4° Autoriza-se a mobilização de todos as secretarias que compõem os Sistema de Proteção de Defesa Civil Municipal para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário.

Art. 5° O Estado de Emergência nas áreas afetadas permanecerá em vigor enquanto não forem satisfatoriamente resolvidos e equacionados todos os principais problemas resultantes deste desastre natural, prazo de 180 (cento e oitenta dias).

Art. 6° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Saloá, 04 de Dezembro de 2025.

RIVALDO ALVES DE SOUZA JÚNIOR
- Prefeito –

Publicado por:
Flavia Tatiane de Souza Pinto
Código Identificador:A3CC7FBD

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SANHARÓ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANHARÓ - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE ATOS DE PESSOAL Nº 356/2025 04 DE DEZEMBRO DE 2025

CONCEDE FÉRIAS A MARINA LUCIANA BEZERRA MONTEIRO

A Coordenadora do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração de Sanharó, no uso de suas atribuições delegadas pela Portaria nº 012/2025,

Resolve:

Art. 1º Conceder, a Marina Luciana Bezerra Monteiro, matrícula nº 1752, técnica em edificações, lotada na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, férias, referente ao período trabalhado de 20 de março de 2024 a 19 de março de 2025.

Parágrafo Único. O evento ora concedido tem prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 2º As férias tem início no dia 05 de janeiro e término em 03 de fevereiro de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Sanharó, 04 de dezembro de 2025.

NATALLIA DE ARAUJO AQUINO VICTOR
Coordenadora do Recursos Humanos

Publicado por:
Tamires da Silva Soares
Código Identificador:F12DB882

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE

CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ARP Nº 108/2025

EXTRATO DE ARP Nº 108/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 103/2025 – PREGÃO ELETRONICO 033/2025 - O **MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE**, por meio da **SECRETARIA GOVERNO**, firma com a Empresa ROCHA GÁS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.888.523/0001-01, que tem como objeto do presente Para a **Registro de Preços para aquisição parcelada de Agua mineral para os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Santa Cruz do Capibaribe - PE.** Valor Global: R$ **93.460,50** (Noventa e três mil, quatrocentos e sessenta reais e cinquenta centavos)**.** Data da Assinatura: 24/11/2025. VIGÊNCIA: 12 meses (Doze meses).
SECRETARIA DE GOVERNO

Publicado por:
Rafael Aragão Silva Feitosa
Código Identificador:B231EB0E

CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 148/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 148/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 106/2025 – PREGÃO ELETRONICO 034/2025 - O **MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE**, por meio da **SECRETARIA GOVERNO**, firma com a Empresa **C.E DA SILVA EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º **09.051.022/0001-55**, que tem como do presente é a **contratação de empresa especializada na prestação serviços de locação de material de eletrificação para instalação de decoração e iluminação do natal, projeção visual mapeada, itens natalinos para decoração e iluminação de ruas, a fim de executar o evento denominado "NATAL ENCANTADO 2025".** Valor Global: de **R$ 2.462.650,00 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, seiscentos e cinquenta reais).** Data da Assinatura: 02/12/2025. VIGÊNCIA: 05 meses.
Secretaria de Governo

Publicado por:
Rafael Aragão Silva Feitosa
Código Identificador:962ADE31

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 082/2025.

Dispõe sobre o cronograma de migração e de emissão da Nota Fiscal de Serviços eletrônica - NFS-e no Padrão Nacional, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal nº 1, de 02 de abril de 1990, na Lei Municipal nº 3.377, de 28 de dezembro de 2021 - Código Tributário do Município de Santa Cruz do Capibaribe;

CONSIDERANDO a adesão do Município de Santa Cruz do Capibaribe ao Convênio da NFS-e, de 30 de junho de 2022, entre as administrações tributárias da União, do Distrito Federal e dos Municípios, que impõe o padrão nacional da Nota Fiscal de Serviços eletrônica;

CONSIDERANDO a opção feita por produtos disponíveis pelo Sistema Nacional da NFS-e, necessária à permuta de informações estabelecida em caráter geral pelo Convênio, na forma do art. 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional;

CONSIDERANDO o disposto no art. 62 da Lei Complementar Federal nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que obriga o Município a compartilhar os documentos fiscais eletrônicos com o ambiente nacional de uso comum do Comitê Gestor do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e das administrações tributárias dos Entes Federados;

CONSIDERANDO o disposto no § 3º do art. 145 da Constituição Federal, que impõe ao Sistema Tributário Nacional o dever de observar os princípios da simplicidade, da transparência e da cooperação,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto disciplina o cronograma de migração e de emissão da Nota Fiscal de Serviços eletrônica - NFS-e no Padrão Nacional.

§ 1º Na aplicação das normas estabelecidas no presente Decreto, no que couber, observar-se-á a Resolução CGNFS-e nº 3, de 30 de agosto de 2023, que dispõe sobre o modelo da Nota Fiscal de Serviços eletrônica de Padrão Nacional (NFS-e) de que trata o Convênio celebrado entre as administrações tributárias da União, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 2º As disposições previstas neste Decreto não se aplicam ao MEI, nos termos da Resolução CGSN nº 169, de 27 de julho de 2022, que utilizará o sistema Emissor Nacional da NFS-e.

Art. 2º A partir das datas especificadas neste Decreto, todas as pessoas físicas ou jurídicas prestadoras de serviços tributáveis pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, no Município de Santa Cruz do Capibaribe, que sejam obrigadas à emissão da Nota Fiscal de Serviços eletrônica - NFS-e, passarão a utilizar o Padrão Nacional, através de Emissor Próprio do Município de Santa Cruz do Capibaribe por meio do Portal do Contribuinte da Secretaria de Receita Municipal, disponível em *https://www.santacruzdocapibaribe.pe.gov.br*.

§ 1º A NFS-e será emitida conforme especificações técnicas estabelecidas pelo Comitê Gestor da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica de Padrão Nacional - CGNFS-e, mediante transmissão, pelo emitente autorizado, da Declaração de Prestação de Serviços (DPS) ao Emissor Próprio, assim entendido o sistema eletrônico disponibilizado pela administração tributária do Município de Santa Cruz do Capibaribe, a qual providenciará a geração do documento fiscal e seu compartilhamento junto ao Ambiente de Dados Nacional (ADN).

§ 2º A transmissão dos arquivos digitais da DPS e da NFS-e será efetuada via internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia, com utilização de sistema informatizado desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte ou disponibilizado pela administração tributária.

Art. 3º A migração para a Nota Fiscal de Serviços eletrônica no Padrão Nacional (NFS-e Nacional) será efetivada conforme as datas definidas na forma do Anexo Único deste Decreto.

Parágrafo único. A partir das datas referidas no Anexo Único deste Decreto, não será permitida a emissão de NFS-e no padrão anterior, que permanecerá disponível para outras operações e consultas, inclusive a emissão do Documento de Arrecadação Municipal - DAM.

Art. 4º Os contribuintes que utilizam sistemas próprios ou integrados (via w*eb service*) para emissão das Notas Fiscais de Serviços eletrônicas, deverão adequá-los ao novo *layout* até a data de migração, conforme as especificações técnicas disponibilizadas no Portal do Contribuinte da Secretaria de Receita Municipal, acessível em *https://tinus.com.br/csp/SANTACRUZDOCAPIBARIBE/portal/index.csp?856FplD0287hZbFZ37351IynA5198ts=RaRU37Ktd727tJO09106DyZDv4 45WjEyk5478B5049452AYja291* na seção "NFS-e Nota Nacional".

Art. 5º Os contribuintes que integram a emissão de NFS-e com sistemas próprios ("ERPs") deverão atualizar seus sistemas para se adequar às Interfaces de Programação de Aplicações (APIs) do Sistema Emissor do Município de Santa Cruz do Capibaribe, observado o *layout* do Padrão Nacional da NFS-e.

Art. 6º O suporte à utilização do Sistema Emissor Municipal (próprio) será disponibilizado pela Secretaria de Receita Municipal, incluindo a orientação, a prestação de esclarecimentos e a assistência quanto ao funcionamento, acesso ou operação daquele sistema, sem prejuízo do suporte da NFS-e no Padrão Nacional de competência do Comitê Gestor da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica de Padrão Nacional, nos termos da Resolução CGNFS-e nº 3, de 30 de agosto de 2023.

Art. 7º No ambiente do Emissor Municipal (próprio) da Nota Fiscal de Serviços eletrônica - NFS-e no Padrão Nacional deverão ser observados os manuais, os tutoriais, as orientações gerais e aquelas disponíveis no FAQ, a documentação técnica, e todo o conteúdo disponível no Portal da NFS-e Nacional e no Portal do Contribuinte da Secretaria de Receita Municipal de Santa Cruz do Capibaribe, acessíveis nos endereços eletrônicos: *https://www.gov.br/nfse/pt-br/biblioteca/documentacao-tecnica/documentacao-atual* e *https://tinus.com.br/csp/SANTACRUZDOCAPIBARIBE/portal/index.csp?856FplD0287hZbFZ37351IynA5198ts=RaRU37Ktd727tJO09106DyZDv4 45WjEyk5478B5049452AYja291* na seção "NFS-e Nota Nacional".

Art. 8º O ISSQN incidente sobre a prestação de serviços registrados na NFS-e de Padrão Nacional deverá ser recolhido por meio de DAM emitido pelo sistema de gestão tributária municipal da NFS-e, na forma estabelecida na legislação municipal.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos prestadores de serviços optantes pelo regime do Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, que recolherão o ISSQN consoante a forma estabelecida na legislação nacional de regência daquele sistema de tributação diferenciado.

Art. 9º As dúvidas e casos omissos neste Decreto serão dirimidos pela Secretaria de Receita Municipal.

Art. 10. Revoga-se o Decreto Municipal n° 077, de 28 de novembro de 2025, e as demais disposições em contrário.

Art. 11. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 28 de novembro de 2025.

Gabinete do Prefeito, 04 de dezembro de 2025.

HÉLIO LIMA ARAGÃO FILHO
Prefeito do Município de Santa Cruz do Capibaribe/PE

ANEXO ÚNICO DO DECRETO N° 082/2025

Cronograma de Migração e Emissão da Nota Fiscal de Serviços eletrônica - NFS-e no Padrão Nacional

1. Pessoas jurídicas e equiparados, exceto MEI, que exercem atividades enquadradas na Lista de Serviços do Anexo I da Lei Complementar nº 3.377, de 28 de dezembro de 2021 - Código Tributário do Município de Santa Cruz do Capibaribe, a partir de **15/12/2025**;

2. Demais contribuintes, pessoas físicas, jurídicas (emissão via w*eb service*) e equiparados, exceto MEI, obrigados a emitir NFS-e, a partir de **01/01/2026**.

Gabinete do Prefeito, 04 de dezembro de 2025.

HÉLIO LIMA ARAGÃO FILHO
Prefeito do Município de Santa Cruz do Capibaribe/PE

Publicado por:
Aurimar Ramos de Lima
Código Identificador:58900023

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SANTA FILOMENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA N° 048/2025
Processo Administrativo nº 103/2025.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA FILOMENA (PE), por intermédio do Agente de contratação, vem COMUNICAR aos interessados que, o prazo para recebimento das propostas da Dispensa supracitada, cujo objeto consiste na Contratação de empresa (s) para o fornecimento de Materiais de Expediente com a finalidade de atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação e Fundo Municipal de Saúde de Santa Filomena/PE, foi prorrogado até o dia 09 de dezembro de 2025 às 09h00min. Início da sessão de disputa de preços: 09 de dezembro de 2025 às 09h00min até as 15h00min. Ficam ratificadas as demais cláusulas, exigências e condições estabelecidas no Edital Publicado na Plataforma do BNC.

Santa Filomena/PE, 03 de dezembro de 2025.

PAULO AFONSO DE LIMA GOMES
Agente de Contratação

Publicado por:
Paulo Afonso de Lima Gomes
Código Identificador:B332D3E8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 015/2025
Processo Administrativo nº 093/2025. **Objeto:** Contratação de empresa (s) para o fornecimento de Gêneros Alimentícios (perecíveis e não perecíveis), destinados a suprir as necessidades do Programa Bom Prato – Cozinha Comunitária, do Município de Santa Filomena/PE. **Valor Máximo da Licitação:** R$ 289.956,58 (duzentos e oitenta e nove mil, novecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e oito centavos). **Recebimento das Propostas a partir do dia:** 05 de dezembro de 2025 às 10h00min até o dia 18 de dezembro de 2025 às 10h00min. **Abertura das Propostas**: 18 de dezembro de 2025 às 10h00min. **Início da sessão de disputa de preços**: 18 de dezembro de 2025 às 11h00min. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico **www.bnc.org.br** ou através no site https://transparencia.santafilomena.pe.gov.br/app/pe/santa-filomena/1/portal-de-licitacoes-e-contratos.

Santa Filomena/PE, 04 de dezembro de 2025.

PAULO AFONSO DE LIMA GOMES
Pregoeiro do Município

Publicado por:
Paulo Afonso de Lima Gomes
Código Identificador:05AC3609

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 016/2025
Processo Administrativo nº 108/2025. **Objeto:** Contratação de empresa(s) para o fornecimento de aparelhos de ar-condicionado, novos e de primeiro uso, destinados à climatização e melhoria das escolas da Rede Municipal de Ensino de Santa Filomena/PE. **Valor Máximo da Licitação:** R$ 370.979,41 (trezentos e setenta mil, novecentos e setenta e nove reais e quarenta e um centavo). **Recebimento das Propostas a partir do dia:** 05 de dezembro de 2025 às 13h00min até o dia 18 de dezembro de 2025 às 13h00min. **Abertura das Propostas**: 18 de dezembro de 2025 às 13h00min. **Início da sessão de disputa de preços**: 18 de dezembro de 2025 às 14h00min. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico **www.bnc.org.br** ou através no site https://transparencia.santafilomena.pe.gov.br/app/pe/santa-filomena/1/portal-de-licitacoes-e-contratos.

Santa Filomena/PE, 04 de dezembro de 2025.

PAULO AFONSO DE LIMA GOMES
Pregoeiro do Município

Publicado por:
Paulo Afonso de Lima Gomes
Código Identificador:47566A8F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 017/2025
Processo Administrativo nº 109/2025. **Objeto:** Contratação de empresa (s) para o fornecimento de Materiais Escolares destinados a atender as demandas da rede municipal de ensino de Santa Filomena/PE. **Valor Máximo da Licitação:** R$ 459.920,08 (quatrocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e vinte reais e oito centavos). **Recebimento das Propostas a partir do dia:** 05 de dezembro de 2025 às 14h00min até o dia 18 de dezembro de 2025 às 14h00min. **Abertura das Propostas**: 18 de dezembro de 2025 às 14h00min. **Início da sessão de disputa de preços**: 18 de dezembro de 2025 às 15h00min. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico **www.bnc.org.br** ou através no site https://transparencia.santafilomena.pe.gov.br/app/pe/santa-filomena/1/portal-de-licitacoes-e-contratos.

Santa Filomena/PE, 04 de dezembro de 2025.

PAULO AFONSO DE LIMA GOMES
Pregoeiro do Município

Publicado por:
Paulo Afonso de Lima Gomes
Código Identificador:9C28F627

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA FILOMENA
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA N°049/2025
Processo Administrativo nº 104/2025. **Objeto:** Contratação de empresa(s) para a aquisição de equipamentos, materiais permanentes e utensílios de cozinha, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, destinados a implantação da Cozinha Comunitária no Município de Santa Filomena/PE. **Valor Máximo da Dispensa de Licitação**: R$ 37.870,57 (trinta e sete mil, oitocentos e setenta reais e cinquenta e sete centavos). **Recebimento das Propostas a partir do dia:** 05 de dezembro de 2025 às 08h00min até o dia 12 de dezembro de 2025 às 07h59min. **Início da sessão de disputa de preços**: 12 de dezembro de 2025 às 08h00min até as 14h00min. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico https://bnc.org.br/ ou através no site https://santafilomena.pe.gov.br/.

Santa Filomena/PE, 03 de dezembro de 2025.

EVANEIDE ANTONIA DE MELO
Secretária Municipal de Assistência Social.

Publicado por:
Paulo Afonso de Lima Gomes
Código Identificador:4347EB40

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA FILOMENA
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA N° 052/2025
Processo Administrativo nº 107/2025. **Objeto:** Aquisição de equipamentos e materiais permanentes por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, destinados a suprir as demandas do setor do Cadastro Único – Programa Bolsa Família, do Município de Santa Filomena/PE. **Valor Máximo da Dispensa de Licitação**: R$ 24.596,43 (vinte e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais e quarenta e seis centavos). **Recebimento das Propostas a partir do dia:** 05 de dezembro de 2025 às 11h00min até o dia 12 de dezembro de 2025 às 10h59min. **Início da sessão de disputa de preços**: 12 de dezembro de 2025 às 11h00min até as 17h00min. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico https://bnc.org.br/ ou através no site https://santafilomena.pe.gov.br/.

Santa Filomena/PE, 04 de dezembro de 2025.

EVANEIDE ANTONIA DE MELO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Paulo Afonso de Lima Gomes
Código Identificador:557DBC25

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 125 , DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025 - LEI N.533

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE Santa Filomena, no uso de suas atribuições legais.

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 220.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Local: 020104 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E INFRA-ESTRUTURA
Ficha: 148 - 04.122.0013.2040.0000 Inovação e Desenvolvimento..... 220.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:
Anulação:
Local: 020301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ficha: 378 - 10.301.0017.2061.0000 Mais Saúde..... -150.000,00
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

Ficha: 391 - 10.301.0017.2062.0000 Mais Saúde..... -70.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Filomena, 04 de dezembro de 2025

PEDRO GILDEVAN COELHO MELO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josimara Melo Alves Macedo
Código Identificador:A3A0074F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA N° 051/2025
Processo Administrativo nº 106/2025. **Objeto:** Contratação de empresa (s) para prestar serviços de locação de veículos sem condutor, para atender as necessidades do Município de Santa Filomena/PE. **Valor Máximo da Dispensa de Licitação**: R$ 59.071,40 (cinquenta e nove mil, setenta e um reais e quarenta centavos). **Recebimento das Propostas a partir do dia:** 05 de dezembro de 2025 às 10h00min até o dia 12 de dezembro de 2025 às 09h59min. **Início da sessão de disputa de preços**: 12 de dezembro de 2025 às 10h00min até as 16h00min. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico https://bnc.org.br/ ou através no site https://santafilomena.pe.gov.br/.

Santa Filomena/PE, 04 de dezembro de 2025.

ANA PAULA RODRIGUES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Publicado por:
Paulo Afonso de Lima Gomes
Código Identificador:99368493

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA N° 050/2025
Processo Administrativo nº 105/2025. **Objeto:** Contratação de empresa (s) para aquisição de 03 (três) mesas e 05 (cinco) cadeiras de rodas adaptadas com bandeja, destinadas ao atendimento de alunos da rede municipal de ensino, garantindo acessibilidade, conforto e qualidade no ambiente escolar. **Valor Máximo da Dispensa de Licitação**: R$ 22.772,84 (vinte e dois mil, setecentos e setenta e dois reais e oitenta e quatro centavos). **Recebimento das Propostas a partir do dia:** 05 de dezembro de 2025 às 09h00min até o dia 12 de dezembro de 2025 às 08h59min. **Início da sessão de disputa de preços**: 12 de dezembro de 2025 às 09h00min até as 15h00min. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico https://bnc.org.br/ ou através no site https://santafilomena.pe.gov.br/.

Santa Filomena/PE, 03 de dezembro de 2025.

ADRIANA EVA DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação.

Publicado por:
Paulo Afonso de Lima Gomes
Código Identificador:EF86CBF2

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA
PORTARIA N° 050/2025, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025.

PORTARIA N° 050/2025, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025.

EMENTA: Autoriza a conversão de 1/3 (um terço) de férias em abono pecuniário.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso regular das atribuições legais, notadamente aquelas previstas por meio do Art. 34, incisos II e XIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art.31, inciso XIX do Regimento Interno desta Casa Legislativa, e ainda no previsto por meio do Art. 143 do Decreto-Lei Federal Nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e:

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela servidora Joselita Soares Marcelino ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula Nº 51;
CONSIDERANDO o direito à conversão de 1/3 (um terço) do período de férias em abono pecuniário, na forma do Art. 143 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;
CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade administrativa.
RESOLVE:
Art. 1º. Autorizar a conversão de **15 (quinze) dias** do período de férias relativo ao período aquisitivo de 2024, concessivo de 2025, da servidora Joselita Soares Marcelino, matrícula Nº 51, em **abono pecuniário,** correspondente a 1/3 (um terço) do total do período de férias a que faz *jus*.

Art. 2º. O pagamento do referido abono pecuniário deverá acompanhar a remuneração de férias, conforme previsto na legislação vigente.
Art. 3º. Determinar ao setor responsável, que proceda com as anotações de estilo bem como o cadastro para fins de inclusão em sistema de folha de pagamento.
Art. 4º. Restando revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Santa Terezinha/PE, em 1º de dezembro de 2025.

ARNODO LUSTOSA DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Eric Augusto Uchôa de Souza Lira
Código Identificador:FCFB6294

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO CONCORRÊNCIA Nº 00006/2025

Processo Nº: 0057/2025. CPL. Concorrência Nº 000056/2025. Serviço de Engenharia. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de Pavimentação com Paralelepípedo na Rua Projetada - Distrito de Vila do Tigre em Santa Terezinha PE. DOTAÇÃO: 02.070 Secretaria de Infraestrutura - 15 451 0006 1022 Pavimentação e Recuperação de Calçamentos de Diversas Ruas - 15001000 Recursos Livres (Ordinário) - 000957 4490.51 99 Obras e Instalações - 17000000 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - 000958 4490.51 99 Obras e Instalações - 17063110 Transferência Especial da União - 000959 4490.51 99 Obras e Instalações. Contrato nº 0071/2025 - Contratado: RENOVAR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - CNPJ nº 19.910.105/0001-06. Valor R$ 208.269,07. Vigência: de 04/12/2025 à 04/03/2026. Santa Terezinha, 04/12/2025.

ADEILSON LUSTOSA DA SILVA.
Prefeito Em Exercício.

Publicado por:
João Paulo Ferreira Torres
Código Identificador:73FD1C9E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 167/2025.

Dispõe sobre a afetação e disponibilização de veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Terezinha e do município para uso das Unidades de Saúde da Família especificadas, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO a necessidade de garantir o adequado funcionamento das Unidades de Saúde da Família – USFs do município, otimizando os serviços de transporte de pacientes, equipes e insumos;

CONSIDERANDO a conveniência administrativa de vincular determinados veículos oficiais às unidades de saúde, de modo a assegurar maior eficiência, conservação e controle de utilização;
RESOLVE:
Art. 1º Ficam afetados e disponibilizados, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, os veículos oficiais relacionados no Anexo I desta Portaria, para utilização exclusiva nas atividades de transporte e apoio às seguintes Unidades de Saúde da Família – USFs:

I – PSF da Vila Maria Lica – CNES 3567869
II – Unidade de Saúde da Família da Vila do Tigre – CNES 2499983
III – Unidade de Saúde da Família Lagoa do Mizael – CNES 2499991
IV – USF Ednalva Farias de Araújo – CNES 7711026
V – USF Luan de Morais Alves – CNES 9405615
VI – USF Miguel Nunes da Rocha – CNES 2635593

Art. 2º Os veículos mencionados deverão ser utilizados exclusivamente para fins vinculados às respectivas Unidades de Saúde da Família, sendo expressamente vedado seu uso para atividades estranhas à finalidade pública.

Art. 3º Compete aos coordenadores das respectivas Unidades de Saúde da Família o zelo, o controle e a guarda dos veículos afetados, bem como a comunicação imediata à Coordenação de Transportes da Secretaria de qualquer irregularidade ou ocorrência.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos e financeiros a 01 de dezembro, revogando as disposições em contrário.

Santa Terezinha – PE, 04 de dezembro de 2025.

ADEILSON LUSTOSA DA SILVA
Prefeito Constitucional

ANEXO ÚNICO
(LISTA DOS VEÍCULOS)

AMBULÂNCIA (01)	SAÚDE	PCL-5084	VW/SAVEIRO MODIFICCAR AB1/2017/2017	55 L GAS. COMUM
AMBULÂNCIA (02)	SAÚDE	PCU-3683	VW/SAVEIRO TECFORM AB1 2017/2018	55 L GAS. COMUM
AMBULÂNCIA (03)	SAÚDE	PDB-2253	VW/SAVEIRO MODIFICCAR AB1 2017/2018	55 L GAS. COMUM
AMBULÂNCIA (04)	SAÚDE	QYN-3A77	FIAT/FIORINO HD WKE 2020/2020	55 L GAS. COMUM
AMBULÂNCIA TIGRE (05)	SAÚDE	PCJ-1957	FIAT/FIOR/ MODIFICAR /AB1 2018/2019	55 L GAS. COMUM
AMB/FIAT/FIORINO (06)	SAÚDE	SNT-6H63	FIAT/FIOR/MODIFICR AB1 2024/2024	55 L GAS. COMUM
AMB/FIAT/FIORINO (07)	SAÚDE	SOD-0F66	FIAT/FIOR/MODIFICR AB1 2024/2024	55 L GAS. COMUM
AMB/FIAT/FIORINO (08)	SAÚDE	SOD-0H26	FIAT/FIOR/MODIFICR AB1 2024/2024	55 L GAS. COMUM

Publicado por:
Maria Gizelli Leite Santos
Código Identificador:EC9A1510

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO DO SUL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 077/2025. **Pregão Eletrônico nº 018/2025** Serviços. Registro de Preços, para futura e **EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE ESTRUTURA DE PALCO, ILUMINAÇÃO, SOM, GRUPO GERADOR, WC QUÍMICOS, TOLDOS E CAMARINS, DE USO TEMPORÁRIO, NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS, FOLCLÓRICOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES, NO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO SUL/PE, DURANTE O PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO PRESENTE ANEXO I AO EDITAL. Valor global**: **R$ 1.735.821,52 (Um milhão, Setecentos e trinta e cinco mil, oitocentos e vinte e um reais e cinquenta e dois centavos).** Data para cadastro da proposta**: a partir do dia 05/12/2025 até às 08h:00min do dia 18/12/2025.** Abertura da Sessão de lances: **18/02/2025 às 8h:30min** (horários de Brasília), site www.bnc.org.br. Edital no site www.bnc.org.br, no site Portal da Transparência :: GOVERNO MUNICIPAL DE SAO BENEDITO DO SUL - PE, e no Portal Nacional de Contratações Públicas. Outras informações na sala da Licitação, no horário de 08:00h às 13:00h, de segunda a sexta-feira, ou, ainda, através do e-mail **licitacao@saobeneditodosul.pe.gov.br.**

São Benedito do Sul (PE), 04 de dezembro de 2025.

JACKSON FERNANDO TORRES T. SILVA
Agente de Contratação | Pregoeiro.

Publicado por:
Jackson Fernando Torres Teodozio da Silva
Código Identificador:F31A6DCB

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO UNA

AUTARQUIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE SÃO BENTO DO UNA - UNATTRAN
PORTARIA ADMINISTRATIVA – PTA Nº 072/2025-DP

Dispõe sobre alteração no art. 4º da Portaria Administrativa – PTA nº 070/2025 – DP/UNATTRAN e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da **Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte de São Bento do Una – UNATTRAN**, no uso de suas atribuições legais conferidas no art. 28, da Lei Municipal nº 2.084, DE 14 de outubro de 2022; e

CONSIDERANDO a necessidade de adequar a redação do art. 4º da Portaria PTA nº 070/2025-DP, de modo a disciplinar expressamente sua vigência administrativa e seus efeitos financeiros;

RESOLVE:

Art. 1º. O art. 4º da Portaria PTA nº 070/2025-DP passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 01 de novembro de 2025, com efeitos financeiros para janeiro de 2026."

Art. 2º. Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria PTA nº 070/2025 – DP/UNATTRAN.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São Bento do Una-PE, 04 de dezembro de 2025.

ISRAEL NUNES DE ANDRADE
Diretor Presidente da UNATTRAN
Portaria GP nº 008/2023

Publicado por:
Samuel Alves de Souza
Código Identificador:C431E8ED

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE REVOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025 - PMSBU

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO UNA

AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025

Processo Licitatório Nº 059/2025. Pregão Eletrônico Nº 018/2025.Objeto: a contratação de empresa especializada para a locação de decorações natalinas (componentes decorativos, materiais, estruturas e elementos necessários à instalação de decoração natalina) para o Município de São Bento do Una, visando embelezar e promover o ambiente urbano durante o período de festividades de Natal, torna pública a **REVOGAÇÃO** do certame, com fundamento no art. 71 da Lei nº 14.133/2021, em razão perda da finalidade prática do objeto, diante da impossibilidade de cumprimento dos prazos recursais dentro do período necessário para a execução tempestiva da decoração natalina.). A cópia do Edital pode ser acessada na íntegra no portal da transparência do município, através do site https://transparencia.saobentodouna.pe.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br ou ainda www.portaldecompraspublicas.com.br, onde acontecerá a disputa. Outras informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Una – PE, localizada na Praça Historiador Adalberto Paiva, nº 01, sala de Licitações, 2º andar (CEP. 55.370-000) ou através do fone/fax: 081-97914-8421, no horário das 07h30m às 13h30m, de segunda à sexta-feira, ou ainda através de solicitação pelo e-mail: cpl.saobento2@hotmail.com.
São Bento do Una, 04 de dezembro de 2025----------

DAIANE GALDINO PEREIRA
Pregoeira.

Publicado por:
Daiane Galdino Pereira
Código Identificador:7232BABC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO ADITIVO 001/2025 - CONTRATO 057/2025 - PROC. LICIT. 005/2025 - PREG. ELET. 003/2025 - SEC. CULTURA - PREF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO UNA – PE
SECRETARIA DE CULTURA TURISMO E ESPORTES
EXTRATO DE ADITIVO – 01/2025; VALOR – 25% - CONTRATO 057/2025 – PROC. LICIT. 005/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO 003/2025 - PREF.
1º Termo Aditivo ao contrato nº 057/2025; Aditivo de Valor do contrato original, referente a; Objeto: Contratação de uma empresa especializada em locação e montagem de estruturas necessárias para atividades promovidas para eventos realizados pela Secretaria de Cultura e Esportes, do Município de São Bento do Una – PE, Oriundo do Processo nº 005/2025 – Pregão Eletrônico 003/2025; Contratado (a): MORENINHO PRODUÇÕES EVENTOS LTDA. CNPJ: 10.871.343/0001-85; Valor acrescido ao contrato original: R$ 81.571,85 (oitenta e um mil quinhentos e setenta e um reais e oitenta e cinco centavos). Correspondente à 25% do contrato original, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas atualizações. O valor do contrato original que antes era de: R$ 326.287,40 (trezentos vinte e seis mil duzentos e oitenta e sete reais e quarenta centavos), passa de agora em diante a ser de: R$ 407.859,25 (quatrocentos e sete mil oitocentos e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos) – São Bento do Una, 22/10/2025.

Gestor:
CAÍQUE ALEXANDRE JESSÉ MEDEIROS DE SOUZA –
Secretário de Cultura Turismo e Esportes.

Publicado por:
Jorge Luiz Maciel da Silva
Código Identificador:9D18942E

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL 02/2025

Informa-se que a matéria com **Código Identificador: DAE28F5F**, publicada no **Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco**, **Edição nº 3984, de 03 de dezembro de 2025**, **deve ser integralmente desconsiderada**, em razão de erro material após sua divulgação.
A matéria correta está**republicada na edição 3985** do Diário Oficial, com as devidas correções.

Publicado por:
Josenildo de Almeida Silva
Código Identificador:8A655AB5

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2190/2025

EMENTA: Nomeia de Professora Márcia Antônia Silva dos Santos a Creche Municipal do Bairro Maria de Lourdes Braga de Farias.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO UNA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica denominada "**Creche Professora Márcia Antônia Silva dos Santos**" a
creche municipal localizada no Bairro Maria de Lourdes Braga de Farias, neste Município.

Art. 2º A denominação passará a vigorar a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adotar as providências
necessárias à confecção e instalação da placa de identificação do referido equipamento público, bem como à atualização dos registros oficiais.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação
PALÁCIO MUNICIPAL OSVALDO CELSO MACIEL, São Bento do Una, 04 de dezembro de 2025.

PEDRO ALEXANDRE MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Paula Heloisa Almeida Maciel
Código Identificador:C010BB27

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2191/2025

EMENTA: Nomeia de Professora Maria Penha Viana a Creche Municipal da Avenida Duque de Caxia*s*.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO UNA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica denominada "Creche Professora Maria da Penha Viana" a creche
municipal a ser localizada na Avenida Duque de Caxias, centro deste Município.

Art. 2º A denominação passará a vigorar a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adotar as providências
necessárias à confecção e instalação da placa de identificação do referido equipamento público, bem como à atualização dos registros oficiais.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação
PALÁCIO MUNICIPAL OSVALDO CELSO MACIEL, São Bento do Una, 04 de dezembro de 2025.

PEDRO ALEXANDRE MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Paula Heloisa Almeida Maciel
Código Identificador:67521985

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM DO MONTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
MUNICIPIO DE SÃO JOAQUIM DO MONTE

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOAQUIM DO MONTE – PE
O Município de**São Joaquim do Monte – PE**, torna público o presente**Aviso de Cotação**, visando a**coleta de preços para FUTURA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURA LOGÍSTICA, DE USO TEMPORÁRIO, NECESSÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS, FOLCLÓRICOS, ESTUDANTIS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM DO MONTE - PE**, conforme as seguintes especificações:

Envio das Propostas:
As empresas interessadas deverão encaminhar suas cotações até o dia [08/**12/2025**], por meio do e-mail compraspsjmonte@gmail.com, contendo: Proposta de preços detalhada, incluindo valor unitário; CNPJ ou CPF do prestador de serviço.

DESCRITIVO

ITEM 1 - CAMARIM 4x4m (DIÁRIAS): montado em alumínio octanorme, com 4m de frente por 4m de fundo, coberto com toldo de 5m de frente por 5m de fundo, montado em estrutura tubular, coberto em lona nightday, piso revestido em carpete preto, climatizado com banheiro químico.

ITEM 2 - PAINEL DE LED (DIÁRIAS): Composto por 12 placas de 98cm x 98cm com resolução de 6mm virtual outdoor (uso externo) com interface/scaler; possibilitando a reprodução de qualquer tipo de imagem com sinal RGB ou vídeo composto, 02 notebooks com configuração mínima, processador 2.2GHz core 2 duo, 4BG RAM, HD de no mínimo 250GB, reprodutor de blue ray e gravador de DVD, com sistema operacional Windows XP ou mais recente instalado, com mouse, fonte de alimentação automática 110x220v, estrutura de box trut para montagem dos telões/led afrete do palco, em local a ser apontado pela equipe de direção de palco, 03 câmera HDV com 03 CDS para transmissão simultânea, 01 dvd player, que produza blue raydvd/cd de áudio e mp3, abertura a região 1 e 4, com controle remoto total; 01 mesa de corte, 03 monitores 10", cabeamento necessário. Considera-se diária apenas por utilização efetiva.

ITEM 3 - LOCAÇÃO DE PAINEL TIPO P3.9. M2,(METROS): painel em led 3.9 mm ou superior (quanto menos mm melhor a qualidade), tipo outdoor, transmissão, uso interno do palco chapado ou tiras, para uso diverso de acordo com a necessidade. medindo: 50 cm x 1,00 (cada placa). Sistema nova star, ph3.9 250 x 250 resoluções do armário: (l) 124 pixels sx (h) módulos por gabinete: 08 módulos ic da unidade: 2038s frequência de atualização; =1920 hz mtbf; 100000 horas. Com processadora de vídeo com entrada sdi e hdmi. bumper, cabos de aço, cabos de sinal e ac. Notbook ou pc com descrições mínimas; tela 15.6", 16 gb de ram, 140 gb ssd, processador i7 3.4ghz, placa de vídeo off borne 2 GB

ITEM 4 - PA DELAY (DIÁRIAS): estrutura em box truss conjugada ao fundo do HouseMix, para receber painel em LED totalizando e 8,40m de altura, projeção de 8 pau de carga com 1,30m em box truss Q30 instalados 2 por face na estrutura, para proteção de chuva necessário beiral em estrutura metálica com lona transparente em 3 faces, sendo, frontal 6,00m linear e 2x 6,60m linear nas laterais, além de cortina em lona cristal para proteção da chuva. Diárias

ITEM 5 - TENDAS modelo PIRAMIDE (UNIDADE): Tenda em estrutura metálica tubular medindo 12,00m x 12,00m estilo pirâmide ou similar, lona de laminado de PVC flexível tipo night & day ou similar na cor branca, pé direito de 2,50m de altura com variação até 3,00m de altura, com calhas para águas pluviais em vinil.

Informações:
Para mais esclarecimentos, os interessados podem entrar em e-mail acima informado.
Este procedimento atende aos princípios da transparência e economicidade da Administração Pública e visa garantir a melhor proposta para a implementação de ações voltadas à inclusão na educação municipal.

São Joaquim do Monte – PE, 04 de dezembro de 2025.

MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM DO MONTE – PE

Publicado por:
Thiago Augusto Fernandes Teixeira
Código Identificador:918BBD2B

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BELMONTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA SEM DISPUTA Nº SESAU-DE-004/2025

A Prefeitura Municipal de São José do Belmonte – PE, torna público para o conhecimento dos interessados, em conformidade com o disposto no art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, a abertura de Dispensa de Licitação do tipo , objetivando Locação de equipamentos de fisioterapia adequados no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF). Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa. Propostas deverão ser encaminhadas no Portal LIcita Belmonte, licitasjdobelmontepe.com.br, até 10 de Dezembro de 2025 às 09:00h. O Aviso de Contratação Direta e seus anexos encontram-se disponíveis através do Portal da Transparência do Município pelo endereço www.saojosedobelmonte.pe.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal LIcita Belmonte, licitasjdobelmontepe.com.br e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

São José do Belmonte - PE, 4 de Dezembro de 2025.

ROMUALDO DE CARVALHO FALCÃO
Agente de Contratação

Publicado por:
Romualdo de Carvalho Falcão
Código Identificador:FF2A5DA4

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO EGITO

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO Nº: 069/2025. CDC. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00009/2025

Processo Nº: 069/2025. CDC. Concorrência Eletrônica Nº 00009/2025. Obra. Adjudicação do objeto e Homologação da Concorrência Eletrônica Nº 00009/2025, para Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de Capeamento Asfáltico de diversas Ruas Municipais, conforme Convênio Estadual nº 023/2025, por período de 06 (seis) meses, visando atender ao Município de São José do Egito – PE. Lote 1: Scave Serviços de Engenharia e Locação Ltda. CNPJ: 01.514.128/0001-36, pelo valor de R$2.299.000,00. São José do Egito, 04/12/2025.

JOSÉ JACKSON GOMES DE BRITO.
Secretário Municipal de Viação e Obras.(*)(**)

Publicado por:
Lara Maria Moura Campos
Código Identificador:55F3550D

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO Nº: 071/2025. PRG. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00030/2025

Processo Nº: 071/2025. PRG. Pregão Eletrônico Nº 00030/2025. Serviço. Adjudicação do objeto e Homologação do Pregão Eletrônico Nº 00030/2025, para Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de Elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Urbana(PMMU), conforme Emenda Federal n° 09032025–079258, por período de 06 (seis) meses, visando atender ao Município de São José do Egito – PE. Lote 1: Líder Engenharia e Gestão de Cidades Ltda. CNPJ: 23.146.943/0001-22, pelo valor de R$135.800,00. São José do Egito, 04/12/2025.

JOSÉ JACKSON GOMES DE BRITO.
Secretário Municipal de Viação e Obras.(*)(**)

Publicado por:
Lara Maria Moura Campos
Código Identificador:DC4E02D3

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PROCESSO Nº: 077/2025. CDC. CREDENCIAMENTO Nº 00007/2025.

Processo Nº: 077/2025. CDC. Credenciamento Nº 00007/2025. Serviço. Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de Máquina Hidrojato Compacto Desentupidora de Alta Pressão, por período de 12 (doze) meses, visando atender a Secretaria Municipal de Obras de São José do Egito/PE. Valor: R$96.000,00.Data e Local da Sessão de Abertura: 19/12/2025 às 08:00h. Praça Seresteiro João Pequeno, S/N, Centro, São José do Egito - PE. . São José do Egito, 04/12/2025.

LUIS ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA.
Presidente da Comissão.(*)(**)

Publicado por:
Lara Maria Moura Campos
Código Identificador:5927B50C

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
GESTOR E FISCAL DO CONTRATO PROCESSO Nº: 069/2025. CDC. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00009/2025

Processo Nº: 069/2025. CDC. Concorrência Eletrônica Nº 00009/2025. Obra. Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de Capeamento Asfáltico de diversas Ruas Municipais, conforme Convênio Estadual nº 023/2025, por período de 06 (seis) meses, visando atender ao Município de São José do Egito – PE. Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo; DESIGNO os servidores José Jackson Gomes de Brito, Secretário Municipal de Viação e Obras, como Gestor; e Daniel Chagas Sampaio, Engenheiro Civil Efetivo, para Fiscal, do contrato decorrente da Concorrência Eletrônica nº 00009/2025, especialmente para acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato, respectivamente. São José do Egito, 04/12/2025.

JOSÉ JACKSON GOMES DE BRITO.
Secretário Municipal de Viação e Obras.(*)(**)

Publicado por:
Lara Maria Moura Campos
Código Identificador:C9F908BE

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
GESTOR E FISCAL DO CONTRATO PROCESSO Nº: 071/2025. PRG. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00030/2025

Processo Nº: 071/2025. PRG. Pregão Eletrônico Nº 00030/2025. Serviço. Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de Elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Urbana(PMMU), conforme Emenda Federal n° 09032025–079258, por período de 06 (seis) meses, visando atender ao Município de São José do Egito – PE. Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo; DESIGNO os servidores José Jackson Gomes de Brito, Secretário Municipal de Viação e Obras, como Gestor; e Daniel Chagas Sampaio, Engenheiro Civil Efetivo, para Fiscal, do contrato decorrente do Pregão Eletrônico nº 00030/2025, especialmente para acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato, respectivamente. São José do Egito, 04/12/2025.

JOSÉ JACKSON GOMES DE BRITO.
Secretário Municipal de Viação e Obras.(*)(**)

Publicado por:
Lara Maria Moura Campos
Código Identificador:7203BEF6

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PROCESSO Nº: 076/2025. CDC. CREDENCIAMENTO Nº 00006/2025.

Processo Nº: 076/2025. CDC. Credenciamento Nº 00006/2025. Serviço. Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de Locações de Carros Pipas para abastecimento de toda Zona Rural do Município, por período de 12 (doze) meses, visando atender a Secretaria Municipal de Agricultura de São José do Egito/PE. Valor: R$324.000,00.Data e Local da Sessão de Abertura: 19/12/2025 às 08:00h. Praça Seresteiro João Pequeno, S/N, Centro, São José do Egito - PE. . São José do Egito, 04/12/2025.

LUIS ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA.
Presidente da Comissão.(*)(**)

Publicado por:
Lara Maria Moura Campos
Código Identificador:57D40CAE

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DA MATA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº452/2025

PORTARIA Nº 452/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

READAPTAR, pelo período de **06** (**seis**) meses, a servidora efetiva, **SHIRLEY ADRIANA CAMÊLO,** inscrito(a) no **CPF: 027.386.624-98,** exercendo a função de **PROFESSORA**, lotado(a), na **Secretaria de Educação,** a partir de 02 de junho de 2025. conforme laudo médico da Junta Médica Municipal, em anexo e requerimento protocolado sob o **nº 854/2025.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 09 de julho de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:A96BADE5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº478/2025

PORTARIA Nº 478/2025-SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município.

R E S O L V E:

CONCEDER de acordo com o Art. 112 da Lei 6.123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a) **JOSÉ FERNANDO DA SILVA, Mat: 0232-8,** inscrito(a) no **CPF: 217.839.004-82,** exercendo a função de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM,** lotado(a) no(a) **Hospital e Maternidade Petronila Campos, Gozo da Licença Prêmio,** por um período de **03 (três) meses,** referente ao **2º decênio,** a partir do dia 01 de agosto de 2025, conforme requerimento protocolado sob o nº **923/25.**

Gabinete da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 21 de julho de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:B62DBDA9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº492/2025

PORTARIA Nº 492/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

READAPTAR, a servidora efetiva, **SOLANGE MARIA DE SANTANA SOUZA,** inscrito(a) no **CPF: 624.578.374-72,** exercendo a função de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, lotado(a), na **Secretaria de Saúde,** com efeito retroativo a partir de 08 de abril de 2024. conforme laudo médico da Junta Médica Municipal, em anexo e requerimento protocolado sob o **nº 547/2024.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 24 de julho de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:AFD0258E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº545/2025

PORTARIA Nº 545/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

R E S O L V E:

CONCEDER de acordo com o P.C.C.2022, Mudança de Faixa Salarial por tempo de serviço**, 15 (quinze**) anos. a servidora efetiva, **ANDRÉA CARLA DE LIMA MELO,** inscrita no **CPF 832.480.804-34**, exercendo a função de **Professora,** lotada no **Colégio Municipal Ministro Apolônio Sales.** Conforme requerimento protocolado sob o nº **1422/25.**

Gabinete da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal São Lourenço da Mata, em 13 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:E914F4A7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº546/2025

PORTARIA Nº 546/25 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

R E S O L V E:

CONCEDER de acordo com o Art.170 da Lei 6.123 de 20 de Julho de 1968, **LICENÇA POR FALECIMENTO** do seu pai, por um período de **08 (oito**) dias, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **ANDRÉA CARLA DE LIMA**, inscrito(a) no **CPF: 832.480.804-34,** exercendo a função de **Professora**, a partir do dia 06 de agosto de 2025, conforme cópia da certidão de óbito em anexo e requerimento protocolado sob o nº **1421/25**.

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 13 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:183A285F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº547/2025

PORTARIA Nº 547/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

R E S O L V E:

CONCEDER de acordo com o P.C.C.2022, Mudança de Faixa Salarial por tempo de serviço**, 15 (quinze**) anos. a servidora efetiva, **VERA LÚCIA DE QUEIROZ SILVA SOUZA,** inscrita no **CPF 375.117.184-34**, exercendo a função de **Professora,** lotada na **Escola Municipal Rosina Labanca.** Conforme requerimento protocolado sob o nº **1413/25.**

Gabinete da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal São Lourenço da Mata, em 13 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:7E82DD1A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº548/2025

PORTARIA Nº 548/2025-SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RE S O L V E:

CONCEDER de acordo com o Art. 112 da Lei 6.123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **ELBA SILVA DE FARIAS, CPF:037.416.824-54, Mat: 2004-60, Concessão da Licença Prêmio,** referente ao **1º decênio**, exercendo a função de**,** lotado(a) no(a), **Escola Municipal Clodoaldo Gomes,** conforme requerimento protocolado sob o nº **1425/25.**

Gabinete da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 13 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:5338A5A0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº549/2025

PORTARIA Nº 549/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

R E S O L V E:

CONCEDER de acordo com o P.C.C.2022, Mudança de Faixa Salarial por tempo de serviço**, 15 (quinze**) anos. a servidora efetiva, **MARIA DE FÁTIMA CALÓGERAS DUTRA,** inscrita no **CPF 529.120.434-68**, exercendo a função de **Professora,** lotada no **Colégio Municipal Ministro Apolônio Sales.** Conforme requerimento protocolado sob o nº **1428/25.**

Gabinete da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal São Lourenço da Mata, em 13 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:79BA7528

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº550/2025

PORTARIA Nº 550/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **MARIA MARTA BARBOSA DE MELO,** inscrito (a) no **CPF- 831.909.964-15,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO,** lotado(a) no(a) **Escola Municipal Augusto Lucena,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1426/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 14 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:96B832FA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº551/2025

PORTARIA Nº 551/2025-SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município.

R E S O L V E:

CONCEDER de acordo com o Art. 112 da Lei 6.123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a) **JOSÉ ALBERTO DOS SANTOS, Mat: 0181-0,** inscrito(a) no **CPF: 665.572.834-72,** exercendo a função de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Educação, Gozo da Licença Prêmio,** por um período de **02 (dois) meses,** referente ao **2º decênio,** a partir do dia 01 de setembro de 2025, conforme requerimento protocolado sob o nº **1430/25.**

Gabinete da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 14 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:A76A4BD1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº553/2025

PORTARIA Nº 553/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **MONICA MARIA DE MEDÉIROS SILVA,** inscrito (a) no **CPF- 587.515.304-06,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO,** lotado(a) no(a) **Escola Municipal João Barbalho,** a partir do dia 08 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1456/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 18 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:1D615072

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº554/2025

PORTARIA Nº 554/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 115 da Lei 6.123 de 20 de julho de 1968, Licença para Tratamento de Saúde, por um período de **60 (sessenta) dias,** ao(à) servidor(a) efetivo(a), **ELIMAR CORREIA DE LUCENA,** inscrito(a) **CPF: 711.204.754-49,** exercendo o cargo

de **PROFESSORA,** lotado(a) no(a) **Escola Municipal Clodoaldo Gomes de Araújo,** a partir de 01 de agosto de 2025, conforme Laudo Médico da junta médica municipal, anexado ao requerimento protocolado sob o n° **1469/25.**

Gabinete da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 18 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:FE4483FE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº555/2025

PORTARIA Nº 555/25-SEC. ADM

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município.

R E S O L V E:

CONCEDER de acordo com o Art. 125 da Lei 6.123 de 20 de julho de 1968, Licença de suas atividades por motivo de doença da sua genitora, por um período de **60 (sessenta)** dias, a servidora efetiva **WANESSA CAVALCANTE DE LIRA, CPF: 022.523.214-66,** exercendo a função de **PROFESSORA,** lotado(a) no(a) **ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO AMARO ALVES DE SOUZA,** a partir do dia 11 de julho de 2025, conforme atestado médico e requerimento protocolado sob o **nº 1565/25**.

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 18 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:82518DA7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº557/2025

PORTARIA Nº 557/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **ADELANE ROSANE CAVALCANTE FAUSTINO,** inscrito (a) no **CPF- 767.422.884-34,** gozo de férias relativas ao período de **2023/2024,** exercendo a função de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO,** lotado(a) no(a) **Escola Municipal Dona Olívia Josefa da Silva,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1458/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 19 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:C5AAB41A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº558/2025

PORTARIA Nº 558/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 115 da Lei 6.123 de 20 de julho de 1968, Licença Maternidade**,** por um período de **180 (cento e oitenta**) **dias,** a servidora efetiva, **GABRIELA ENDRYANE COSTA SILVA,** inscrita no **CPF: 112.876.534-99,** exercendo o cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** lotada no(a) **Secretaria de Saúde**, a partir de **13 de julho de 2025**, conforme atestado e Laudo Médico da junta médica municipal, anexado ao requerimento protocolado sob o nº **1472/25.**

Gabinete da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 26 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:8BE03DBF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº559/2025

PORTARIA Nº 559/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

READAPTAR, pelo período de **180** (**cento e oitenta**) dias, a servidora efetiva, **TELMA MARILIA DE ALMEIDA E SILVA ALVES,** inscrito(a) no **CPF: 631.224.994-87,** exercendo a função de **PROFESSORA**, lotado(a), na **Escola Municipal Vovó Isaura,** a partir de 09 de julho de 2025. conforme laudo médico da Junta Médica Municipal, em anexo e requerimento protocolado sob o **nº 1464/2025.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 26 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:1680C042

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº560/2025

PORTARIA Nº 560/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **ELINEIDE MARIA DOS SANTOS,** inscrito (a) no **CPF- 033.184.764-71,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1546/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 26 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:8DAF2FDA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº561/2025

PORTARIA Nº 561/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **GABRIEL ANTÔNIO DA SILVA,** inscrito (a) no **CPF- 108.862.824-97,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1543/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 26 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:06870B72

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº562/2025

PORTARIA Nº 562/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **LAODICÉIA JOSÉ DA SILVA ARAÚJO,** inscrito (a) no **CPF- 039.772.094-77,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1541/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 26 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:EFB61695

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº563/2025

PORTARIA Nº 563/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **ILSON FÉLIX DA SILVA,** inscrito (a) no **CPF- 027.003.984-83,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** lotado(a) no(a) **Secretaria de saúde,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1554/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 26 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:D822E145

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº564/2025

PORTARIA Nº 564/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **MARIA TEREZA GOMES DE MOURA,** inscrito (a) no **CPF- 021.526.934-93,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1551/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 26 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:3B2A1E6F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº565/2025

PORTARIA Nº 565/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **ANA JÚLIA BATISTA SILVA,** inscrito (a) no **CPF- 181.828.297-63,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1548/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 26 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:8124F6C8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº566/2025

PORTARIA Nº 566/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:
CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **CÍNTIA MARIA DA SILVA,** inscrito (a) no **CPF- 034.127.774-63,** gozo de férias relativas ao período de **2022/2023,** exercendo a função de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1549/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 26 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:7FE04E76

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº567/2025

PORTARIA Nº 567/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:
CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **JOSINEIDE MARIA ROCHA DA SILVA,** inscrito (a) no **CPF- 026.177.934-60,** gozo de férias relativas ao período de **2023/2024,** exercendo a função de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1527/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 26 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:5F5A294D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº568/2025

PORTARIA Nº 568/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **LUCIANA ROSA DA SILVA,** inscrito (a) no **CPF- 009.156.284-81,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1517/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 01 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:38D76DFD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº569/2025

PORTARIA Nº 569/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **JOSELIA GOMES DA SILVA,** inscrito (a) no **CPF- 921.674.204-63,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1525/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 26 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:6D7C5F35

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº570/2025

PORTARIA Nº 570/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **IOSMAR FERREIRA TEIXEIRA,** inscrito (a) no **CPF- 093.837.834-19,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** lotado(a) no(a) **Secretaria de**

Saúde, a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1514/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 26 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:F4970816

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº571/2025

PORTARIA Nº 571/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **AMANDA MILENA DOS SANTOS CAMELO LIMA,** inscrito (a) no **CPF- 090.006.104-94,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1505/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 26 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:8E4AA981

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº572/2025

PORTARIA Nº 572/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **CLAYTON MEDEIROS FERREIRA,** inscrito (a) no **CPF- 084.454.774-39,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **AGENTE DE ENDEMIAS,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1523/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 26 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:12CE822D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº573/2025

PORTARIA Nº 573/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **NATÉCIA MARIA DA LUZ SILVA BERNARDINO,** inscrito (a) no **CPF- 065.610.454-67,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025/,** exercendo a função de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1523/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 27 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:00F08D6D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº574/2025

PORTARIA Nº 574/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **MARIANE CÁSSIA DA SILVA,** inscrito (a) no **CPF- 113.613.414-08,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **AGENTE DE ENDEMIAS,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1531/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 27 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:7D6845E0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº575/2025

PORTARIA Nº 575/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **ÁBINA PROFIRO DE OLIVEIRA LIMA,** inscrito (a) no **CPF- 082.780.574-86,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **AGENTE DE ENDEMIAS,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde,** a partir do dia 11 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1520/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 27 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:1515E6D9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº576/2025

PORTARIA Nº 576/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **JAMILE CLAUDINA MASCENA DA SILVA,** inscrito (a) no **CPF- 122.155.354-23,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **AGENTE DE ENDEMIAS,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1518/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 27 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:232E8610

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº577/2025

PORTARIA Nº 577/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **ALASON BRENO DE ARAÚJO,** inscrito (a) no **CPF- 122.544.674-09,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **AGENTE DE ENDEMIAS,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1519/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 27 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:D71F612D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº578/2025

PORTARIA Nº 578/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **JANULLY DAMILY TEIXEIRA DE SOUZA,** inscrito (a) no **CPF- 134.472.684-41,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1524/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 27 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:8C2AC1AC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº579/2025

PORTARIA Nº 579/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **EDILENE NERI DA SILVA,** inscrito (a) no **CPF- 077.673.254-40,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **AGENTE DE ENDEMIAS,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1525/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 27 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:4BF88408

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº580/2025

PORTARIA Nº 580/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **ELIZANGÊLA SANTOS NAZÁRIO,** inscrito (a) no **CPF- 374.742.738-37,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1526/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 27 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:37460B51

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº581/2025

PORTARIA Nº 581/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **PAULO HENRIQUE FERREIRA DA SILVA,** inscrito (a) no **CPF- 138.139.374-88,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1521/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 27 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:B42C5EB5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº582/2025

PORTARIA Nº 582/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **ALEXANDRE OLIVEIRA DE MELO,** inscrito (a) no **CPF- 114.541.244-07,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1530/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 27 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:61A4EFF8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº583/2025

PORTARIA Nº 583/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **MARLUCE SOARES DE OLIVEIRA,** inscrito (a) no **CPF- 718.385.204-06,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **GARI,** lotado(a) no(a) **Escola Municipal Tiradentes,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1511/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 27 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:2884DAF5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº584/2025

PORTARIA Nº 584/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **JOSEFA ELMA DE LIMA SILVA,** inscrito (a) no **CPF- 053.737.924-03,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** lotado(a) no(a) **Secretaria de saúde,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1516/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 27 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:D416EB05

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº585/2025

PORTARIA Nº 585/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **ANTÔNIO MARCOS DOS SANTOS,** inscrito (a) no **CPF- 059.684.044-69,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1534/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 27 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:F36D12CC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº586/2025

PORTARIA Nº 586/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **CATHION SANTOS MARQUES,** inscrito (a) no **CPF- 104.438.816-18,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1515/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 27 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:6A87D680

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº587/2025

PORTARIA Nº 587/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 115 da Lei 6.123 de 20 de julho de 1968, Licença Maternidade**,** por um período de **180 (cento e oitenta**) **dias,** a servidora contratada, **IZABELA SILVA PEREIRA,** inscrita no **CPF: 094.639.014-26,** exercendo o cargo de **PROFESSORA,** lotada no(a) **Escola Municipal Antônio Crescêncio de Gois**, a partir de **24 de junho de 2025**, conforme atestado e Laudo Médico da junta médica municipal, anexado ao requerimento protocolado sob o nº **1469/25.**

Gabinete da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 27 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:C3122915

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº588/2025

PORTARIA Nº 588/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 115 da Lei 6.123 de 20 de julho de 1968, Licença para Tratamento de Saúde, por um período de **120 (Cento e vinte) dias,** ao(à) servidor(a) efetivo(a), **RUTE MARQUES DA SILVA,** inscrito(a) **CPF: 024.089.604-12,** exercendo o cargo de **PROFESSORA,** lotado(a) no(a) **ESCOLA MUNICIPAL Dr. LUIZ CORRÊA DE ARAÚJO,** a partir de 17 de junho de 2025, conforme Laudo Médico da junta médica municipal, anexado ao requerimento protocolado sob o n**° 1448/25.**

Gabinete da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 27 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:CBD05715

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº589/2025

PORTARIA Nº 589/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 115 da Lei 6.123 de 20 de julho de 1968, Licença para Tratamento de Saúde, por um período de **90 (noventa) dias,** ao(à) servidor(a) efetivo(a), **VANEZA NASCIMENTO DE OLIVEIRA MELO,** inscrito(a) **CPF: 026.097.774-85,** exercendo o cargo de **PROFESSORA,** lotado(a) no(a) **Escola Municipal Padre João Barbalho,** a partir de 19 de junho de 2025, conforme Laudo Médico da junta médica municipal, anexado ao requerimento protocolado sob o n**° 1480/25.**

Gabinete da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 27 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:471B3384

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº590/2025

PORTARIA Nº 590/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 115 da Lei 6.123 de 20 de julho de 1968, Licença para Tratamento de Saúde, por um período de **15 (quinze) dias,** ao(à) servidor(a) efetivo(a), **ROSÂNGELA DIAS SIMÕES NUNES,** inscrito(a) **CPF: 889.616.134-72,** exercendo o cargo de **PROFESSORA,** lotado(a) no(a) **Escola Municipal Padre João Barbalho,** a partir de 08 de julho de 2025, conforme Laudo Médico da junta médica municipal, anexado ao requerimento protocolado sob o n**° 1486/25.**

Gabinete da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 27 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:0499C8AB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº591/2025

PORTARIA Nº 591/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 115 da Lei 6.123 de 20 de julho de 1968, Licença para Tratamento de Saúde, por um período de **06 (seis) meses,** ao(à) servidor(a) efetivo(a), **ADEILDO DE OLIVEIRA FILHO,** inscrito(a) **CPF: 020.013.174-50,** exercendo o cargo de **PROFESSOR,** lotado(a) no(a) **Escola Cleto Campelo,** a partir de 25 de junho de 2025, conforme Laudo Médico da junta médica municipal, anexado ao requerimento protocolado sob o n° **1476/25.**

Gabinete da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 27 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:8D07B205

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº592/2025

PORTARIA Nº 592/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 115 da Lei 6.123 de 20 de julho de 1968, Licença para Tratamento de Saúde, por um período de **120 (Cento e vinte) dias,** ao(à) servidor(a) efetivo(a), **VASTI TEÓFILA DO NASCIMENTO VENTURA,** inscrito(a) **CPF: 021.105.854-80,** exercendo o cargo de **PROFESSORA,** lotado(a) no(a) **Escola Municipal Prefeito Amaro Alves de Souza ,** a partir de 17 de junho de 2025, conforme Laudo Médico da junta médica municipal, anexado ao requerimento protocolado sob o n° **1479/25.**

Gabinete da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 27 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:6F35B5C1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº593/2025

PORTARIA Nº 593/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 115 da Lei 6.123 de 20 de julho de 1968, Licença para Tratamento de Saúde, por um período de **15 (quinze) dias,** ao(à) servidor(a) efetivo(a), **ANA PAULA COSTA DE SOUSA,** inscrito(a) **CPF: 039.620.654-90,** exercendo o cargo de **PROFESSORA I,** lotado(a) no(a) **Escola Municipal Padre João Barbalho,** a partir de 02 de abril de 2025, conforme Laudo Médico da junta médica municipal, anexado ao requerimento protocolado sob o n° **1475/25.**

Gabinete da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 27 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:E65FE14D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº594/2025

PORTARIA Nº 594/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 115 da Lei 6.123 de 20 de julho de 1968, Licença para Tratamento de Saúde, por um período de **30 (trinta) dias,** ao(à) servidor(a) efetivo(a), **ANA PAULA COSTA DE SOUSA,** inscrito(a) **CPF: 039.620.654-90,** exercendo o cargo de **PROFESSORA I,** lotado(a) no(a) **Escola Municipal Padre João Barbalho,** a partir de 09 de junho de 2025, conforme Laudo Médico da junta médica municipal, anexado ao requerimento protocolado sob o n° **1475/25.**

Gabinete da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 27 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:063583FD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº595/2025

PORTARIA Nº 595/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 115 da Lei 6.123 de 20 de julho de 1968, Licença para Tratamento de Saúde, por um período de **90 (noventa) dias,** ao(à) servidor(a) efetivo(a), **MAURICIO DE OLIVEIRA MODESTO,** inscrito(a) **CPF:611.138.404-04,** exercendo o cargo de **PROFESSOR,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Educação,** a partir de 25 de junho de 2025, conforme Laudo Médico da junta médica municipal, anexado ao requerimento protocolado sob o n° **1477/25.**

Gabinete da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 27 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:47458EBB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº596/2025

PORTARIA Nº 596/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

READAPTAR, pelo período de **06** (**seis**) meses, a servidora efetiva, **ANDRÊZZA CARLA DA SILVA MARTINS,** inscrito(a) no **CPF: 995.716.684-00,** exercendo a função de **PROFESSORA**, lotado(a), na **Escola Municipal Dr. Luiz Correa de Araújo,** a partir de 12 de junho de 2025. conforme laudo médico da Junta Médica Municipal, em anexo e requerimento protocolado sob o **nº 1473/2025.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 27 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:9FA1FA89

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº597/2025

PORTARIA Nº 597/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 115 da Lei 6.123 de 20 de julho de 1968, Licença Maternidade**,** por um período de **180 (cento e oitenta**) **dias,** a servidora contratada, **RAYANY MAYARA SOUSA FREITAS,** inscrita no **CPF: 076.697.294-14,** exercendo o cargo de **DENTISTA,** lotada no(a) **Secretaria de Saúde**, a partir de **24 de Junho de 2025**, conforme atestado e Laudo Médico da junta médica municipal, anexado ao requerimento protocolado sob o nº **1468/25.**

Gabinete da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 28 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:1D6D14CF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº598/2025

PORTARIA Nº 598/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 115 da Lei 6.123 de 20 de julho de 1968, Licença Maternidade**,** por um período de **180 (cento e oitenta**) **dias,** a servidora contratada, **JARDENICE MARIA DA SILVA,** inscrita no **CPF: 174.642.084-71,** exercendo o cargo de **Auxiliar Administrativo,** lotada no(a) **Secretaria de Educação**, a partir de **25 de junho de 2025**, conforme atestado e Laudo Médico da junta médica municipal, anexado ao requerimento protocolado sob o nº **1481/25.**

Gabinete da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 28 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:166D7F57

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº599/2025

PORTARIA Nº 599/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 115 da Lei 6.123 de 20 de julho de 1968, Licença Maternidade**,** por um período de **180 (cento e oitenta**) **dias,** a servidora contratada, **ERICA GERLANY FELIX DA SILVA OLIVEIRA,** inscrita no **CPF: 095.736.554-38,** exercendo o cargo de **PROFESSORA,** lotada no(a) **Secretaria de Educação**, a partir de **07 de julho de 2025**, conforme atestado e Laudo Médico da junta médica municipal, anexado ao requerimento protocolado sob o nº **1469/25.**

Gabinete da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 28 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:F43309F7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº600/2025

PORTARIA Nº 600/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **WALQUIRIA APARECIDA DA SILVA,** inscrito (a) no **CPF- 058.964.764-42,** gozo de férias relativas ao período de **2023/2024,** exercendo a função de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1563/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 28 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:E9B222B0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº601/2025

PORTARIA Nº 601/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **MAGNA MARIA DE JESUS FERREIRA DA COSTA,** inscrito (a) no **CPF- 024.813.224-52,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde,** a partir do dia 08 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1564/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 28 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:21458005

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº602/2025

PORTARIA Nº 602/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **EVELYNE REGO DE ALBUQUERQUE DOS REIS,** inscrito (a) no **CPF- 026.382.524-84,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **MÉDICA,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde (CEM),** a partir do dia 03 de julho de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1570/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 28 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:F7BE9521

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº603/2025

PORTARIA Nº 603/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **JÚLIO BARBOSA BELTRÃO,** inscrito (a) no **CPF- 375.167.524-87,** gozo de férias relativas ao período de **2023/2024,** exercendo a função de **MÉDICO,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde (CEM),** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1585/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 28 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:C6B2EF18

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº604/2025

PORTARIA Nº 604/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **MARINALVA INACIA DA CONCEIÇÃO,** inscrito (a) no **CPF- 881.632.374-49,** gozo de férias relativas ao período de **2022/2023,** exercendo a função de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** lotado(a) no(a) **Coordenadoria de Limpeza Urbana,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1545/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 28 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:EC607DAE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº605/2025

PORTARIA Nº 605/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **ZÉLIA FRANCISCA DA SILVA,** inscrito (a) no **CPF- 696.561.004-25,** gozo de férias relativas ao período de **2023/2024,** exercendo a função de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Educação,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1561/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 28 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:84531340

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº606/2025

PORTARIA Nº 606/2025-SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município.

R E S O L V E:

CONCEDER de acordo com o Art. 112 da Lei 6.123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a) **AGRAILDO ABDORAL DE BARROS, Mat: 440259,** inscrito(a) no **CPF: 038.584.044-62,** exercendo a função de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde, Gozo da Licença Prêmio,** por um período de **02 (dois) meses,** referente ao **1º decênio,** a partir do dia 01 de setembro de 2025, conforme requerimento protocolado sob o nº **1542/25.**

Gabinete da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 28 de agosto de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:744A6F30

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº607/2025

PORTARIA Nº 607/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:
CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **LIDIANE MARIA DE FREITAS,** inscrito (a) no **CPF- 027.066.234-03,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1559/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 01 de setembro de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:00BA0A99

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº608/2025

PORTARIA Nº 608/2025-SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município.

R E S O L V E:

CONCEDER de acordo com o Art. 112 da Lei 6.123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a) **MÍRIAN APARECIDA BAIANO, Mat: 440242,** inscrito(a) no **CPF: 057.726.374-95,** exercendo a função de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde, Gozo da Licença Prêmio,** por um período de **01 (um) mês,** referente ao **1º decênio,** a partir do dia 01 de setembro de 2025, conforme requerimento protocolado sob o nº **1578/25.**

Gabinete da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 01 de setembro de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:97098903

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº609/2025

PORTARIA Nº 609/2025-SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município.

R E S O L V E:

CONCEDER de acordo com o Art. 112 da Lei 6.123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a) **RIVALDO JOSÉ ATALAIA DA SILVA, Mat: 440124,** inscrito(a) no **CPF: 061.377.744-14,** exercendo a função de **RIVALDO JOSÉ ATALAIA DA SILVA,** lotado(a) no(a) **AGENTE DE ENDEMIAS, Gozo da Licença Prêmio,** por um período de **01 (um) mês,** referente ao **1º decênio,** a partir do dia 08 de setembro de 2025, conforme requerimento protocolado sob o nº **1586/25.**

Gabinete da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 01 de setembro de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:059B4CF6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº610/2025

PORTARIA Nº 610/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **EDUARDO BERNARDO DA SILVA,** inscrito (a) no **CPF- 043.378.864-00,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **AGENTE DE ENDEMIAS,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1581/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 01 de setembro de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:FC760E18

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº611/2025

PORTARIA Nº 611/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **ELIANE SOUSA DA SILVA,** inscrito (a) no **CPF- 024.941.304-33,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **AGENTE DE ENDEMIAS,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1597/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 01 de setembro de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:FDC69263

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº612/2025

PORTARIA Nº 612/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **ANA PAULA DA CONCEIÇÃO FELIX DA SILVA,** inscrito (a) no **CPF- 040.115.004-61,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **AGENTE DE ENDEDEMIAS,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1581/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 01 de setembro de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:1C27C978

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº613/2025

PORTARIA Nº 613/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **ROSELI MARIA BARBOSA,** inscrito (a) no **CPF- 834.962.464-72,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **AGENTE DE ENDEMIAS,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1600/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 01 de setembro de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:19D70CD0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº614/2025

PORTARIA Nº 614/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **EDVAN ANTÔNIO DA SILVA,** inscrito (a) no **CPF- 010.568.644-19,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **AGENTE DE ENDEMIAS,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde,** a partir do dia 01 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1579/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 01 de setembro de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:1C1D6080

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº615/202

PORTARIA Nº 615/2025 – SEC. ADM.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA, no uso de suas atribuições e de ordem do Prefeito do Município,

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 103 da Lei 6123 de 20 de julho de 1968, ao(à) servidor(a) efetivo(a), **WEMERSSON DA SILVA CORREIA,** inscrito (a) no **CPF- 703.158.534-17,** gozo de férias relativas ao período de **2024/2025,** exercendo a função de **AGENTE DE ENDEMIAS,** lotado(a) no(a) **Secretaria de Saúde,** a partir do dia 08 de setembro de 2025.conforme requerimento protocolado sob o **nº 1589/25.**

Gabinete do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata, em 01 de setembro de 2025.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas - SMAGP

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:58071F9A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº952/2025

PORTARIA Nº 952/2025
DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas – SMAGP, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 4º do Decreto nº 002/2022;
CONSIDERANDO, o Parecer Jurídico emitido pela Procuradoria Geral Municipal, nº 192/2025;
CONSIDERANDO as publicações feitas em rede social que possivelmente caracterizam infração disciplinar;
CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a administração pública;
CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 7, art. 32, § U e incisos IX e XII da Lei complementar 001/2024, artigos 32, 43 e 68 da Lei 6.123/68, art. 193, artigos 34, caput e 41, § 1º da
Constituição da República e demais disposições correlatas;
CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos, com garantia da ampla defesa e do contraditório, conforme assegurado pela legislação vigente;
CONSIDERANDO finalmente, que cabe a esta Secretaria dar conhecimento da possível infração ao CPIPAD para que este determine a abertura de Inquérito Administrativo no âmbito de sua competência, baixa a seguinte PORTARIA:
Art. 1º - Fica instituída Comissão de Processo Administrativo, com a finalidade de que seja averiguada infração disciplinares cometidas pela servidora efetiva, Sra. Joyce Pereira de Morais Silva, matrícula nº 999647, da Secretaria Municipal de Educação;
Art. 2º - Fica incumbida de proceder este PAD, os membros da Comissão Permanente de Inquérito e Processo Administrativo, para constituírem a Comissão de Sindicância instituída no artigo anterior, que deverá apresentar sua conclusão no prazo de 60 dias;
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação
Registre-se, publique-se, cumpra-se.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:0F613635

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº953/2025

PORTARIA Nº 953/2025
DE 4 DE DEZEMBRO DE 2025
O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas – SMAGP, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 4º do Decreto nº 002/2022;
CONSIDERANDO, o Parecer Jurídico emitido pela Procuradoria Geral Municipal, nº 192/2025;
CONSIDERANDO as publicações feitas em rede social que possivelmente caracterizam infração disciplinar;
CONSIDERANDO a possível omissão dolosa praticada por servidora efetiva;
CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a administração pública;
CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 4, VI, art. 7 e art. 32 da Lei complementar 001/2024, artigos 23, V, art. 43 e art. 215 e seguintes da Lei 6.123/68, artigos 53 da Lei 11.781/200, artigos 37, caput e art. 41, § 1º, II da Constituição da República e demais disposições correlatas;
CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos, com garantia da ampla defesa e do contraditório, conforme assegurado pela legislação vigente;
CONSIDERANDO finalmente, que cabe a esta Secretaria dar conhecimento da possível infração ao CPIPAD para que este determine a abertura de Inquérito Administrativo no âmbito de sua competência, baixa a seguinte PORTARIA:
Art. 1º - Fica instituída Comissão de Processo Administrativo, com a finalidade de que seja averiguada infração disciplinares cometidas pela servidora efetiva, Sra. Juliana Cristina Aguiar de Assis, matrícula nº 993538, da Secretaria Municipal de Educação;
Art. 2º - Fica incumbida de proceder este PAD, os membros da Comissão Permanente de Inquérito e Processo Administrativo, para constituírem a Comissão de Sindicância instituída no artigo anterior, que deverá apresentar sua conclusão no prazo de 60 dias;
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação
Registre-se, publique-se, cumpra-se.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:4B8CBEDA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº954/2025

PORTARIA Nº 954/2025
DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas – SMAGP, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 4º do Decreto nº 002/2022;
CONSIDERANDO, o Parecer Jurídico emitido pela Procuradoria Geral Municipal, nº 193/2025;
CONSIDERANDO a possível omissão dolosa praticada por servidora efetiva;
CONSIDERANDO a necessidade de apuração quanto a aptidão para o cargo;
CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a administração pública;
CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei complementar 001/2024, artigos 23, V, 43 da Lei 6.123/68, artigos 37, caput e 41 da Constituição da República e demais disposições correlatas;
CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos, com garantia da ampla defesa e do contraditório, conforme assegurado pela legislação vigente;
CONSIDERANDO finalmente, que cabe a esta Secretaria dar conhecimento da possível infração ao CPIPAD para que este determine a abertura de Inquérito Administrativo no âmbito de sua competência, baixa a seguinte PORTARIA:
Art. 1º - Fica instituída Comissão de Processo Administrativo, com a finalidade de que seja averiguada infração disciplinares cometidas pela servidora efetiva, Sra. Gilsânia Maria Alves Pedrosa, matrícula nº 999975, da Secretaria Municipal de Educação;
Art. 2º - Fica incumbida de proceder este PAD, os membros da Comissão Permanente de Inquérito e Processo Administrativo, para constituírem a Comissão de Sindicância instituída no artigo anterior, que deverá apresentar sua conclusão no prazo de 60 dias;
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

VICTOR JOSÉ ALBANEZ SANTANA DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Elaine Bezerra de Lima Silva
Código Identificador:ADAD55A7

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SERRITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
ATA Nº 01

PROCESSO Nº. 151/2025 - DISPENSA Nº. 048/2025
ATA DE REUNIÃO Nº 01 PARA ABERTURA DE ENVELOPES DE PROPOSTAS

Aos 04 (quatro) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada no prédio sede da Prefeitura Municipal de Serrita (PE), situada na Rua Barbosa Lima, 63, centro, nesta Cidade, reuniu-se a CPL designada pela Portaria nº 252/2025 de 28/02/2025, para juntos deliberarem sobre os trabalhos de abertura de propostas pertinentes ao presente

certame. A Presente licitação trata-se do atendimento da solicitação da **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E CULTURA** e tem como objetivo **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA "CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE FACHADAS EM ACM E LETREIROS EM ZINCO GALVANIZADO" DOS PRÉDIOS MUNICIPAIS: CENTRO CULTURAL DO VAQUEIRO, TREVO DO POVOADO DE SANTA ROSA, TREVO DO SÍTIO CARACOL e QUADRA LUAN HENRIQUE, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE INFRAESTRUTURA E CULTURA DE SERRITA-PE.** O Agente de Contratação deu início a sessão, as 09h00min (nove) horas, constatando que havia sido protocolado 01 (uma) proposta, onde foi ofertado o(s) seguinte(s) valor(es):

VALOR TOTAL MÉDIO DE REFERÊNCIA:		R$ 62.449,66
EMPRESA(S):	CNPJ:	VALOR OFERTADO:
FACIL SOLUÇÃO VISUAL LTDA	17.786.162/0001-08	**R$ 62.389,66**

O Agente de Contratação constatou que as documentações de habilitação da empresa foram enviadas junto com a proposta, após os procedimentos preliminares, passou-se a análise dos referidos documentos da empresa detentora de melhor oferta, onde observou-se que a empresa atende rigorosamente as exigências do edital, ficando assim a empresa **CLASSIFICADA, HABILITADA** e considerado **VENCEDORA** do certame no valor proposto de **R$ 62.389,66 (sessenta e dois mil trezentos e oitenta e nove reais sessenta e seis centavos).** Ato posterior, constatado atendimento no tocante a proposta e documentos de habilitação, determina o Agente de Contratação que seja dado ciência à Autoridade Superior, submetendo-se os autos para que analise a decisão ora registrada e decida sobre a adjudicação e homologação, em caso de entendimento comum. Por fim, o Agente de Contratação determinou que, o expediente desta reunião, para constar e produzir seus efeitos jurídicos e legais fosse confeccionada uma ata para publicação no Site oficial do Município e ainda no Diário Oficial dos Municípios de Pernambuco (AMUPE). Nada mais havendo a tratar o Agente de Contratação deu por encerrada a reunião, lavrando a presente ata que segue devidamente assinada e dispôs que se fizesse ciência ao Sr. Prefeito.

EMERSON YAGO FERREIRA SANTOS
Agente De Contratação

WANDERCLEITON DA SILVA
Equipe De Apoio

BARBARA KELLY JACINTO NASCIMENTO
Equipe De Apoio

Publicado por:
Emerson Yago Ferreira Santos
Código Identificador:A8F9F958

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 155/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 064/2025

OBJETO DA LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ELEVADOR AUTOMOTIVO COM 04 (QUATRO) COLUNAS, CAPACIDADE MÍNIMA DE 5.000 KG (CINCO TONELADAS), NOVO, DESTINADO À MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS E VANS, INCLUINDO FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO, FIXAÇÃO, TESTES E TREINAMENTO DE OPERAÇÃO, POR MEIO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SERRITA-PE, CONFORME CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS DESCRITAS, CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

VALOR ESTIMADO: R$ 40.883,33 (QUARENTA MIL, OITOCENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS).

O Agente de Contratação (Pregoeiro) Municipal da PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA/PE comunica aos interessados que no dia **17 de dezembro de 2025, às 09:00 horas**, haverá Pregão na Forma Eletrônica, por meio da BLL COMPRAS, cujo objeto é o supracitado. Os interessados em participar do respectivo processo deverão estar cadastrados junto à plataforma eletrônica **www.bllcompras.com**, e poderão obter o texto integral do Edital através do site **www.bllcompras.com**, no PNCP (portal nacional de contratações públicas) **https://www.gov.br/pncp/pt-br**, e do portal da Prefeitura, cito: **https://www.serrita.pe.gov.br** a partir da publicação deste Aviso.

Maiores Informações poderão ser obtidas através do telefone: (87) 3882-1156 e E-mail: **cpl.serrita2021@gmail.com.**

Serrita - PE, 04 de dezembro de 2025.

EMERSON YAGO FERREIRA SANTOS

AGENTE DE CONTRATAÇÃO
Portaria Nº 252/2025

Publicado por:
Emerson Yago Ferreira Santos
Código Identificador:FA968A69

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA - GABINETE DO PREFEITO
ERRATA

ERRATA AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025 SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

A Prefeitura de Serrita/PE, através da Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo, vem informar a seguinte retificação referente ao edital de chamamento público nº 01/2025 seleção de projetos para firmar termo de execução cultural com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de fomento à cultura – PNAB (LEI Nº 14.399/2022).
NO ANEXO X – CRONOGRAMA DE SELEÇÃO
"ONDE SE LIA"

ETAPA	DATAS / PRAZOS
Publicação do Resultado Preliminar	Dia 03 de dezembro de 2025
Período de recursos do resultado preliminar	De 04 Até 06 de dezembro de 2025
Análise dos Recursos do Resultado Preliminar	De 07 até 09 de dezembro de 2025
Publicação do Resultado Final	Dia 10 de dezembro de 2025

"LEIA SE"

ETAPA	DATAS / PRAZOS
Publicação do Resultado Preliminar	Dia 05 de dezembro de 2025
Período de recursos do resultado preliminar	De 06 Até 08 de dezembro de 2025
Análise dos Recursos do Resultado Preliminar	De 08 até 10 de dezembro de 2025
Publicação do Resultado Final	Dia 11 de dezembro de 2025

CARLOS SAMPAIO PEIXOTO FILHO
Secretário de Cultura, Desportos e Turismo
Prefeitura de Serrita/PE

Publicado por:
Emerson Yago Ferreira Santos
Código Identificador:7BD76AC6

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRITA - GABINETE DO PREFEITO
ERRATA

ERRATA AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2025 PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

A Prefeitura de Serrita/PE, através da Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo vem informar a seguinte retificação referente ao edital de chamamento público **nº 02/2025 PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS,** com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de fomento à cultura – PNAB (LEI Nº 14.399/2022).

NO ANEXO IX – CRONOGRAMA DE SELEÇÃO
"ONDE SE LIA"

ETAPA	DATAS / PRAZOS
Publicação do Resultado Preliminar	Dia 03 de dezembro de 2025
Período de recursos do resultado preliminar	De 04 Até 06 de dezembro de 2025
Análise dos Recursos do Resultado Preliminar	De 07 até 09 de dezembro de 2025
Publicação do Resultado Final	Dia 10 de dezembro de 2025

"LEIA SE"

ETAPA	DATAS / PRAZOS
Publicação do Resultado Preliminar	Dia 05 de dezembro de 2025
Período de recursos do resultado preliminar	De 06 Até 08 de dezembro de 2025
Análise dos Recursos do Resultado Preliminar	De 08 até 10 de dezembro de 2025
Publicação do Resultado Final	Dia 11 de dezembro de 2025

CARLOS SAMPAIO PEIXOTO FILHO
Secretário de Cultura, Desportos e Turismo
Prefeitura de Serrita/PE

Publicado por:
Emerson Yago Ferreira Santos
Código Identificador:5DDC09B7

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SERTÂNIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISOS DE LICITAÇÃO

ESTADO DE PERNAMBUCO. **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÂNIA. AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 234/2025. CREDENCIAMENTO Nº 010/2025** - Serviço. Secretaria de Educação. Objeto: Credenciamento de Pessoas Jurídicas – Preferencialmente MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, para a Prestação de Serviços de Transporte Escolar dos Alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino, destinado a Secretária de Educação do Município de Sertânia – PE Data Inicio de Abertura: 04 de dezembro de 2025 a 04 de dezembro de 2026. Valor estimado: R$ 538.360,00 (quinhentos e trinta e oito mil, trezentos e sessenta reais) mensais. Informações: Segunda a Sexta – feira, de 08:00 às 14:00h. no prédio da Prefeitura/Setor de Licitações, Praça Dr. João Pereira Vale, Nº 20, Centro – Sertânia – PE. E nos E-mails: sertanialicitacoes2025@gmail.com e licitacaosertania2025@gmail.com.

ALINE RAYANE DE MELO PINHEIRO BALBINO -
Agente de Contratação

ESTADO DE PERNAMBUCO. **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÂNIA. AVISO DE RETIFICAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 231/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2025**. ONDE SE LER: Data da Abertura: 15 de dezembro de 2025. LEIA-SE Data da Abertura: 19 de dezembro de 2025, às 08:00h. e PROCESSO LICITATÓRIO Nº 232/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 093/2025. Aquisição. Secretaria de Saúde. ONDE SE LER Data da Abertura: 15 de dezembro de 2025, às 13:00h. LEIA-SE: Data da Abertura: 19 de dezembro de 2025, às 13:00h Prefeitura/Setor de Licitações, Praça Dr. João Pereira Vale, Nº 20, Centro – Sertânia – PE. E nos E-mails: sertanialicitacoes2025@gmail.com e licitacaosertania2025@gmail.com.

GABRIEL SOUSA SOARES -
Pregoeiro.

Edital no endereço eletrônico: www.portaldesertania.com.br

PROCESSO LICITATÓRIO 200/2025 ONDE SE LER: CREDENCIAMENTO 007/2025 LEIA-SE. CREDENCIAMENTO 008/2025 e ONDE SE LER: Objeto: Credenciamento de empresa para disponibilizar profissional(is) médico(s) com residência médica ou título de especialista na especialidade de seu interesse para atendimento (exames, consulta e cirurgias eletivas) visando à assistência aos pacientes SUS do Município de Sertânia/PE. LEIA-SE Contratação de Empresa Credenciada para a Prestação de Serviços Médicos, Consultas, Exames e Cirurugias Eletivas, Especializadas em Oftalmologia, Gastroenterologia, Neuropediatria, Ortopedia Otorrinolaringologia, Pediatria, Ginecologia, Endocrinologia, Reumatologia, bem como para Exames: Ultrassonografias, Colonoscopia e Endoscopia Digestiva Alta (EDA); para Cirurgias Eletivas: Cirurgia de Pterígio e Cirurgia de Catarata, visando à assistência aos pacientes SUS do município. Portaria 7743 – MAC. Informações: Segunda a Sexta – feira, de 08:00 às 14:00h. no prédio da Prefeitura/Setor de Licitações, Praça Dr. João Pereira Vale, Nº 20, Centro – Sertânia – PE. E nos E-mails: sertanialicitacoes2025@gmail.com e licitacaosertania2025@gmail.com.

ALINE RAYANE DE MELO PINHEIRO BALBINO -
Agente de Contratação

Publicado por:
Luciana Estelita Lafayette Rabelo
Código Identificador:9DF5024C

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SIRINHAÉM

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIRINHAÉM - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE DECISÃO PAAP 001/2025 - CAAPCE

Empresa: LAGUNA ESPORTE LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.307.066/0001-22.

FUNDAMENTO: PAAP n.º 001/2025.

CONCLUSÃO: Decido pela penalidade de impedimento de Licitar e Contratar com o Poder Executivo do Município de Sirinhaém, Estado de Pernambuco e o seu descredenciamento do Sistema de Cadastro de Fornecedores do Município, pelo período de de 12 (doze) meses e a aplicação de multa no percentual de 10%, correspondente ao valor de R$ 1.209,14 (um mil duzentos e nove reais e quatorze centavos), tendo em vista a conduta tipificada, os agravantes e atenuantes, os fatos e fundamentos jurídicos.

Outrossim, DETERMINO que, a empresa interessada seja informada da presente decisão para, querendo, apresentar pedido de reconsideração no prazo 15 (quinze) dias úteis, contados desta publicação.

O Processo terá sua continuidade independentemente de manifestação e encontra-se com vista franqueada ao interessado, no endereço Rua Marquês de Olinda, S/N, Bairro Centro, CEP: 55.580-000, no horário das 08h às 17h, de segunda a sexta-feira ou por e-mail: compraspmsi01@gmail.com
Em ato contínuo, encaminhe-se o relatório para a autoridade competente para decisão.

Sirinhaém, 03 de dezembro de 2025

MARIA STHEFANIE GOMES SILVA
Secretária de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Adail Veras Gadelha
Código Identificador:6DA6E982

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIRINHAÉM - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE DECISÃO PACARP 001/2025 - CAAPCE

Empresa: LAGUNA ESPORTE LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.307.066/0001-22.

FUNDAMENTO: PACARP n.º 001/2025.

CONCLUSÃO: Decido pelo cancelamento da Ata de Registro de Preços – ARP N.º 021/2025, consoante o disposto no art. 28, inciso I, do Decreto n.º 11.462/2023 e art. 29, inciso I, do Decreto n.º 11.462/2023, tendo em vista os fatos e fundamentos jurídicos.

Outrossim, DETERMINO que, a empresa interessada seja informada da presente decisão para, querendo, apresentar pedido de reconsideração no prazo 03 (três) dias úteis, contados desta publicação.

O Processo terá sua continuidade independentemente de manifestação e encontra-se com vista franqueada ao interessado, no endereço Rua Marquês de Olinda, S/N, Bairro Centro, CEP: 55.580-000, no horário das 08h às 17h, de segunda a sexta-feira ou por e-mail: compraspmsi01@gmail.com Em ato contínuo, encaminhe-se o relatório para a autoridade competente para decisão.

Sirinhaém, 03 de dezembro de 2025

MARIA STHEFANIE GOMES SILVA
Secretária de Administração e Gestão de Pessoas

Publicado por:
Adail Veras Gadelha
Código Identificador:D454A1B5

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SOLIDÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLIDAO - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATOS 221/2025

Pregão Eletrônico Nº 037/2025

Processo: Nº: 088/2025, Pregão Eletrônico Nº 037/2025. Comissão de Contratação. Compras. Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de ambulância zero quilômetro, destinada ao aprimoramento da frota municipal e ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Solidão. Contrato 221/2025, Contratada: NOCARVEL - NOSSA SENHORA DO CARMO VEICULOS LTDA, CNPJ nº 05.914.425/0001-20, Valor Global: R$ 140.000,00. Vigência dos contratos: 01/12/2025 à 30/01/2026. Solidão/PE, 01/12/2025.

MAYCO PABLO SANTOS ARAUJO.
Prefeito.

Publicado por:
Laiza Thainá Martins da Silva
Código Identificador:ABE51C76

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLIDAO - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RESULTADO DE JULGAMENTO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 008/2025

Processo Nº: 085/2025. Comissão de Contratação. Obras. Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de requalificação da fachada, implantação de canteiros e paisagismo na Unidade Mista Maria Jesuíno, localizada no município de Solidão-PE. Data do julgamento: Início em 26/11/2025 as 08:00 hs, finalizado em 04/12/2025. Empresas participantes: L R CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA, CNPJ: 49.589.075/0001- 49; C J CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA, CNPJ: 40.331.846/0001-29; REAL CONSTRUTORA LTDA, CNPJ: 42.073.261/0001-81; NOTORIA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, 37.090.538/0001- 44; LUCIANO ALVESDOS S. JUNIOR, CNPJ: 37.523.633/0001- 94 e J & M INCORPORADORA LTDA, CNPJ: 42.341.485/0001- 27. Resultado do Julgamento: J & M INCORPORADORA LTDA, CNPJ: 42.341.485/0001- 27, vencedora e habilitada para o lote: 1, no valor global de: R$ 157.998,34. Empresa inabilitada/desclassificada: REAL CONSTRUTORA LTDA, CNPJ: 42.073.261/0001-81; C J CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA, CNPJ: 40.331.846/0001-29; L R CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA, CNPJ: 49.589.075/0001-49; NOTORIA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 37.090.538/0001-44 e LUCIANO ALVES DOS S. JUNIOR, CNPJ: 37.523.633/0001-94. Lotes Desertos/fracassados: Não houve. Recurso: Não houve. Informações: na Sede da Prefeitura de Solidão/PE, pelo fone (87) 3830-1141 / 1140; e-mail: cplprefeiturafms@hotmail.com; site: www.solidao.pe.gov.br. 04/12/2025.

RAFAELA ALVES GOMES LEITE.
Agente de Contratação.

Publicado por:
Laiza Thainá Martins da Silva
Código Identificador:425ED8A1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLIDÃO - GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 008/2025

Processo Nº: 085/2025. Comissão de contratação. Obras. Homologação da Concorrência Eletrônica nº 008/2025, para contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de requalificação da fachada, implantação de canteiros e paisagismo na Unidade Mista Maria Jesuíno, localizada no município de Solidão-PE. E a adjudicação de seu objeto da seguinte maneira: J & M INCORPORADORA LTDA, CNPJ: 42.341.485/0001- 27, vencedora e habilitada para o lote: 1, no valor global de: R$ 157.998,34. Solidão-PE, 04/12/2025.

MAYCO PABLO SANTOS ARAUJO.
Prefeito.

Publicado por:
Laiza Thainá Martins da Silva
Código Identificador:175CE9CB

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SURUBIM

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 931 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025

PORTARIA N.º 931 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a rescisão contratual e aplicação de sanção administrativa em desfavor de empresa contratada pela Municipalidade, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SURUBIM**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e:

CONSIDERANDO as provas produzidas no Processo Administrativo de Responsabilização PAR nº 14/2025, onde figurou como investigado o BR3 COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA, que assinou o Contrato Administrativo nº 00149/2025, oriundo do Processo de Licitação nº 0097/2025, Pregão Eletrônico nº 0028/2025, cujo o objeto foi a contratação de empresa especializada para fornecimento de Instrumentos Musicais para as Bandas Marciais, com o objetivo de atender eventos cívicos, culturais e competições regionais e estaduais, conforme especificações e quantitativos constantes nos contratos, com valor total estimado em R$ 33.047,48;

CONSIDERANDO o inteiro teor do Relatório da Comissão do Processo Administrativo de Responsabilização CPAR no âmbito do PAR nº 14/2025, de 23/10/2025 que concluiu pela comprovação da infração administrativa praticada pela empresa BR3 COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA, que ensejou o retardamento da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, o que caracteriza ofensa ao inciso VII, do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO o disposto no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, que prevê a possibilidade da aplicação de sanções administrativas em desfavor de empresas que contratam com a Administração Pública e que cometam infrações administrativas;

CONSIDERANDO o caráter pedagógico e punitivo das sanções administrativas, bem como, considerando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade;

RESOLVE:

Art. 1°. Rescindir, por justo motivo, o Contrato Administrativo n.º 149/2025, firmado pela empresa BR3 COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA, CNPJ nº 39.432.161/0001-90, com sede na Rua 1.136, nº 644, Quadra 244 Lote 18 Sala 01, Setor Marista, Goiânia, Estado de Goiás, Cep 74180-150.

Art. 2° Aplicar a empresa BR3 COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA, CNPJ nº 39.432.161/0001-90, em virtude do apurado no PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO – PAR nº 14/2025, as seguintes **sanções administrativas**:
I - **MULTA DE R$ 3.304,75 (três mil, trezentos e quatro reais e setenta e cinco centavos)** que corresponde a 10% do valor do contrato (R$ 33.047,48), devidamente corrigido, com juros de 1% ao mês e correção monetária pelo IPCA-E, desde o dia 30/06/2025. O valor da multa encontra respaldo no §3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
II- **SUSPENSÃO PELO PRAZO DE 02 ANOS** de participação em licitação e, pelo mesmo prazo, **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com o Município de Surubim, seus órgãos, institutos e Fundações.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 03 de dezembro de 2025

CLÉBER JOSÉ DE AGUIAR DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Jose Diogo Arruda de Albuquerque
Código Identificador:C4C0DC80

PROCURADORIA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 001/2025

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 001/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SURUBIM – PE, inscrita no CNPJ sob o n°: 11.361.862/0001-66, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o nº 08.937.139/0001-78, e do outro lado como CONVENIADO a **ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA DE SURUBIM - APAMI SURUBIM (HOSPITAL SÃO LUIZ),** pessoa jurídica de direito privado, entidade filantrópica, inscrito no CNPJ sob o nº 11.754.025/0001-05, com sede à Rua Maria Barbosa, SN, Centro, Surubim/PE, denominado de HOSPITAL SÃO LUIZ, firmam o presente termo de convênio nº 001/2025, com vigência de 12 (doze) meses, iniciando-se em 01/01/2025 até 31/12/2025, no valor anual de R$ 5.552.978,52, com as respectivas obrigações constante do Plano Operativo.

Surubim-PE, 01 de janeiro de 2025.

SAMIR SOUZA DOS SANTOS GUERRA
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

Publicado por:
Arabela da Silva Luiz
Código Identificador:DDC9BA7A

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TABIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES TABIRA
DECRETO LEGISLATIVO N.º 038, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025.

EMENTA: APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE TABIRA, REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023, PROCESSO TCE/PE Nº 24100520-6, CUJO ORDENADORA DE DESPESAS É A SENHORA MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTÓVÃO.

A Presidenta da Câmara Municipal dos Vereadores de Tabira, no uso de suas atribuições legais, arrimado no artigo 31, parágrafo 2º da Constituição Federal, no artigo 34, incisos I, II, IV, V e VIII da Lei Orgânica Municipal e nos artigos 6º e 7º do Regimento Interno da Câmara e

CONSIDERANDO as sessões plenárias realizadas por esta Câmara Municipal, na data de 01 de dezembro de 2025, com a presença de dez (10) dos onze (11) Vereadores Municipais, e na data de 03 de dezembro de 2025 com a presença de nove (09) dos onze (11) Vereadores Municipais, tendo sido levado à discussão e votação unicamente a prestação de contas do Município de Tabira, referente ao exercício financeiro de 2023, cuja ordenadora de despesas foi a Sr.ª Maria Claudenice Pereira de Melo Cristóvão, nas quais o Parecer Prévio do Tribunal de Contas de Pernambuco, emitido nos autos do processo **TCE nº 24100520-6**, foi pela aprovação com ressalvas das contas;

CONSIDERANDO também que, em ambas as sessões, houve votação plenária desta Casa Legislativa, nos moldes Regimentais, com justificativa verbal e nominal de cada Vereador quanto ao seu voto, respectivamente em 1º e 2º turno, resultando no primeiro turno: 10 (dez) votos pela aprovação do parecer prévio do Tribunal de Contas e pela Aprovação da Prestação de Contas do Município de Tabira alusiva ao exercício financeiro de 2023 e, no 2º turno: 09 (nove) votos pela aprovação do parecer prévio do Tribunal de Contas e pela Aprovação da Prestação de Contas do Município de Tabira alusiva ao exercício financeiro de 2023;

CONSIDERANDO ainda, que as comissões permanentes de Justiça/Redação e Finanças/Orçamento emitiram pareceres fundamentados pela aprovação das contas do Município de Tabira, referente ao exercício financeiro de 2023 e pela aprovação do parecer prévio emitido pelo TCE/PE, parecer este que foi aprovado pelo plenário desta Casa por 10 (dez) votos favoráveis;

CONSIDERANDO finalmente, que pelo resultado da votação da prestação de contas do município de Tabira, referente ao exercício financeiro de 2023, processo TCE nº 24100520-6, restou atendido e atingido o percentual de 2/3 dos Vereadores desta Câmara Municipal composta por onze (11) Vereadores.

DECRETA:

Art. 1º - Fica **APROVADA COM RESSALVAS A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE TABIRA, referente ao exercício financeiro de 2023,** relativas ao Processo TCE/PE nº 24100520-6, por atingimento do quórum de 2/3 dos 11 parlamentares desta Casa Legislativa, em consonância com o parecer prévio do Tribunal de Contas de Pernambuco.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Tabira, em 04 de dezembro de 2025.

MARIA DO SOCORRO VERAS DOS SANTOS
Vereadora
Presidenta

JOSÉ ADELMO NOGUEIRA DE BRITO
1º Secretário

MARIA DE FÁTIMA FERNANDES MARTINS SANTANA
2ª Secretária

Publicado por:
Jéssika Mayara Ferreira da Rocha
Código Identificador:23815283

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO Nº: 018/2025. PRG. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00009/2025

Processo Nº: 018/2025. PRG. Pregão Eletrônico Nº 00009/2025. Compra. Adjudicação do objeto e Homologação do Pregão Eletrônico Nº 00009/2025, para Aquisição parcelada de Mobiliários, por período de 12 (doze) meses, visando atender a Secretaria Municipal de Educação de Tabira/PE. Lote 1: Ghps Barreto – ME. CNPJ: 27.103.616/0001-44, pelo valor de R$411.420,00. Tabira, 04/12/2025.

ARACELIS BATISTA AMARAL.
Secretária de Educação.(*)(**)

Publicado por:
Aurysia Liberal Pereira
Código Identificador:55004335

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO PROCESSO Nº: 018/2025. PRG. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00009/2025

Processo Nº: 018/2025. PRG. Pregão Eletrônico Nº 00009/2025. Compra. Aquisição parcelada de Mobiliários, por período de 12 (doze) meses, visando atender a Secretaria Municipal de Educação de Tabira/PE. Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo; DESIGNO os servidores Aracelis Batista Amaral, Secretária Municipal de Educação, como Gestor; e Glauber Lima Barbosa Muniz, Diretor de Compras, para Fiscal, do contrato decorrente do Pregão Eletrônico nº 00009/2025, especialmente para acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato, respectivamente. Tabira, 04/12/2025.

ARACELIS BATISTA AMARAL.
Secretária de Educação.(*)(**)

Publicado por:
Aurysia Liberal Pereira
Código Identificador:4B3D98D2

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TACAIMBÓ

PREFEITURA MUNICIPAL DE TACAIMBÓ - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 807/2025

Dispõe sobre a concessão de licença sem vencimento para trato de interesse particular a servidora municipal Niclécia Sirlei Silva Santos da Costa.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE TACAIMBÓ, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelas Constituições Federal e do Estado de Pernambuco, bem como pela Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO o requerimento formulado pela servidora municipal a Srª Niclécia Sirlei Silva Santos da Costa, servidora efetiva ocupante do cargo de Professora,
RESOLVE:
Art. 1º – **CONCEDER** a servidora municipal Srª Niclécia Sirlei Silva Santos da Costa inscrita no CPF nº 065.XXX.XXX- 04 licença sem vencimento para trato de interesse particular, pelo período de um ano, a contar a partir de 08/12/2025 ao dia 07/12/2026, nos termos da legislação vigente aplicável ao caso
Art.2º - Durante o período de licença, a servidora não fará jus à remuneração, benefícios ou vantagens de natureza pecuniária, sendo-lhe resguardado o direito ao retorno ao cargo ao término do período da licença, observadas as condições previstas em Lei.
Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir do dia 08/12/2025.
Art. 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Tacaimbó, 04 de dezembro de 2025**.**

JOELDA LIMA DA SILVA PEREIRA
- Prefeita-

Publicado por:
Maria Nubia Silva Pereira
Código Identificador:0E14E37B

PREFEITURA MUNICIPAL DE TACAIMBÓ - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 808/2025

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE TACAIMBÓ, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, bem como, do inciso VII, artigo 55 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º – **NOMEAR** a Srª. NATALITA SANTOS DA SILVA inscrita no CPF nº 092.XXX.XXX-67 para função comissionada de Coordenadora de Ensino – Simbolo CC-5.
Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01/12/2025.
Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Tacaimbó, 04 de dezembro de 2025**.**

JOELDA LIMA DA SILVA PEREIRA
- Prefeita-

Publicado por:
Maria Nubia Silva Pereira
Código Identificador:4486AD3F

PREFEITURA MUNICIPAL DE TACAIMBÓ - GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 809/2025

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE TACAIMBÓ, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, bem como, do inciso VII, artigo 55 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º – **NOMEAR** a Srª. RAFAELA GRACIETE DA SILVA inscrita no CPF nº 123.XXX.XXX-99 para função comissionada de Coordenadora de Ensino – Simbolo CC-5.
Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01/12/2025.
Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Tacaimbó, 04 de dezembro de 2025**.**

JOELDA LIMA DA SILVA PEREIRA
-Prefeita-

Publicado por:
Maria Nubia Silva Pereira
Código Identificador:BF2160F7

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TACARATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TA 010/2025 DO CONTRATO Nº 017/2021. PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.340.639/0001-30. OBJETO: OBJETO do termo a retificação do oitavo termo assinado em abril 2025. Processo nº 008/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021. Valor: O valor do presente termo de aditivo ao contrato, se altera em R$ 6.628.714,26 (seis milhões, seiscentos e vinte e oito mil, setecentos e quatorze reais e vinte e seis centavos). DATA: 27/11/2025.

WASHINGTON ÂNGELO DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Ivanilson Gomes de Araujo
Código Identificador:F5247AC4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TA 011/2025 DO CONTRATO Nº 017/2021. PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.340.639/0001-30. OBJETO: O presente TERMO ADITIVO tem por objetivo aditar prazo conforme Cláusula Segunda, referente a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de gerenciamento do abastecimento de combustíveis de veículos prestados por postos credenciados, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado e integrado com utilização de cartão de pagamento magnético ou micro processador e disponibilização de Rede Credenciada de Postos de Combustível, compreendendo a distribuição de: álcool (etanol), gasolina comum, diesel comum e Diesel S 10, para Prefeitura Municipal de Tacaratu- PE, juntamente com fundos municipais de educação, saúde, assistência social e o fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital. Processo nº 008/2021 - Pregão nº 003/2021. Prazo: Fica aditado o prazo do referido contrato, tendo início em 01/01/2026 até 31/12/2026. DATA: 02/12/2025.

WASHINGTON ÂNGELO DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Ivanilson Gomes de Araujo
Código Identificador:8F8E9CD5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO DE RATIFICAÇÃO

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO nº 095/2025.
INEXIGIBILIDADE nº 081/2025.

RATIFICO o ato da Secretaria Municipal de Governo que declarou a licitação inexigível, com fundamento no art. 74, inciso II, da Lei 14.133/2021, a favor da contratação do cantor JONAS ESTICADO**,** através da empresa JONAS ESTICADO GRAVACOES & EDICOES MUSICAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 21.939.747/0001-80, com sede na Rua Sebastião Palmeira, nº 2637, Sala 22, Bairro Prefeito Mauro Sampaio, Juazeiro do Norte/CE, CEP: 63.010-970, para a execução dos serviços de apresentação artística no valor de R$ 250.000,00 (Duzentos e Cinquenta mil reais), para execução de Show Artístico em praça pública no município de Tacaratu/PE, que se realizará no dia 31 de janeiro de 2025, na festa tradicional de nossa senhora da saúde em face ao disposto no art. 74 da Lei 14.133/2021, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Tacaratu (PE), 03 de dezembro de 2025.

WASHINGTON ÂNGELO DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivanilson Gomes de Araujo
Código Identificador:A3F6A34F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO DE RATIFICAÇÃO

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO nº 096/2025.
INEXIGIBILIDADE nº 082/2025.

RATIFICO o ato da Secretaria Municipal de Governo que declarou a licitação inexigível, com fundamento no art. 74, inciso II, da Lei 14.133/2021, a favor da contratação da dupla EMERSON E GLEDSON**,** através da empresa W.C. EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 62.178.614/0001-15, com sede na Rua Bulhões Marques, nº 19, Sala 0709 Edf. Zykatz, Bairro Boa Vista, Recife/PE, CEP: 50.060-050, para a execução dos serviços de apresentação artística no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), para execução de Show Artístico em Festa de Formatura da Escola Municipal Inês Beatriz, no Club Social município de Tacaratu/PE, que se realizará no dia 26 de dezembro de 2025, Festa de Formatura da Escola Municipal Inês Beatriz face ao disposto no art. 74 da Lei 14.133/2021, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Tacaratu (PE), 04 de dezembro de 2025.

WASHINGTON ÂNGELO DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivanilson Gomes de Araujo
Código Identificador:26648799

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º TERMO ADITIVO PRAZO E VALOR

-Processo Nº: 010/2024/PMT
-Comissão: CCL.
-Modalidade/Nº: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2024.
-Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE OXIGÊNIO MEDICINAL PARA ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE.
-Contrato N°: 015/2024/PMT
-Contratado: **JOSE JORDE DE SOUZA SANTOS LTDA**, inscrita no CNPJ 00.210.019/0001-62.
- Valor: R$ 351.338,40 (trezentos e cinquenta e um mil trezentos e trinta e oito reais e quarenta centavos).
-Termo aditivo de **Prorrogação de prazo na forma do** artigo **107 da Lei nº 14.133, de 2021**, a vigência contratual de prazo e valor por mais 12 (doze) meses**.**
TACARATU/PE, 04 de dezembro de 2025.

APARECIDA GOMES DA SILVA PEREIRA
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Publicado por:
Ivanilson Gomes de Araujo
Código Identificador:517E1261

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TAQUARITINGA DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo nº 00078/2025. Pregão Eletrônico nº 00031/2025. Compra. Tipo menor preço. Sistema de Registro de Preços - SRP. **Objeto**: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis (Gasolina Comum e Óleo Diesel S–10), destinados ao abastecimento dos veículos que compõem a Frota de veículos do Município de Taquaritinga do Norte – PE, durante o período de 12 (doze) meses. Valor: R$ 3.871.850,00. **Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 22 de dezembro de 2025. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública**. Local da sessão eletrônica: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos endereços eletrônicos: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/ e www.gov.br/pncp ou ainda através do e-mail: licit.taqdonorte@gmail.com, no horário das 08:00 às 13:00 horas dos dias úteis. Outras informações podem ser obtidas no mesmo endereço eletrônico da sessão de abertura. Taquaritinga do Norte - PE, 03 de dezembro de 2025.

JOSÉ FERNANDES DA ROCHA NETO.
Pregoeiro.

Publicado por:
José Fernandes da Rocha Neto
Código Identificador:B223A0EE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DOS ENVELOPES

Objeto: Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas com o objetivo de selecionar e apoiar financeiramente músicos e diversos grupos artísticos, identificados com o interesse em difundir as tradições regionais e populares voltados às tradicionais festividades no município de Taquaritinga do Norte - PE, durante o período de 12 (doze) meses. **Comunica aos interessados**: Abdiel Beethoven Lima da Silva, Grêmio Musical Dom Luiz de Brito, Anadia R da Silva, Lucivaldo Santos da Costa, Adriomar Lima de Oliveira, José Edson Romario Souza do Nascimento e Filipe Lima Ferreira do Processo nº 0046/2025. Credenciamento nº 0002/2025. Inexigibilidade nº 000046/2025 que a sessão pública para a abertura dos envelopes ocorrerá no **dia 05/12/2025 às 09:00h**, no endereço: Rua Padre Berenguer, SN, Centro, Taquaritinga do Norte - PE. Taquaritinga do Norte - PE, 04 de Dezembro de 2025.

ELISBERTO COSTA DOS SANTOS.
Presidente da FUNTART.

Publicado por:
José Fernandes da Rocha Neto
Código Identificador:5B46774C

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-FMS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo Nº: 00035/2025. PRG. Pregão Eletrônico Nº 00014/2025. Compra. Adjudicação do objeto e Homologação do Pregão Eletrônico Nº 00014/2025, para Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios para atender o Fundo Municipal de Saúde e suas Unidades Básicas de Saúde, município de Taquaritinga do Norte – PE. Itens 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 17, 19, 33, 35, 36, 37, 41, 42, 43, 46, 48: Hm Distribuidora de Produtos Alimenticios Ltda. CNPJ: 42.702.640/0001-93, pelo valor de R$75.702,14 Itens 5, 7, 11, 12, 16, 20, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 38, 40, 44, 45, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 67, 71, 73: Jose Everton Figueiredo Gomes. CNPJ: 43.054.383/0001-93, pelo valor de R$93.570,20. Taquaritinga do Norte, 03/12/2025.

LEANDRO DO NASCIMENTO LIMA DA SILVA.
Secretário de Saúde.(*)(**).

Publicado por:
José Fernandes da Rocha Neto
Código Identificador:369E209F

SECRETARIA DE GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº: 00202/2025. Processo Nº: 00046/2025. CDC. Credenciamento Nº 00004/2025. Inexigibilidade Nº 00011/2025. Serviço. CREDENCIAMENTO de Microempreendedor Individual – MEI, para prestação de diversos serviços visando à manutenção dos serviços públicos da Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte – PE. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Taquaritinga do Norte: Órgão: 02.00 – PODER EXECUTIVO Unidade: 02.08 – SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO 1545103232.046 – Gestão Técnica e Administrativa da Secretaria 33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica | COD. 216 500.0000 – Recursos não vinculados de Impostos 1545203252.048 – Manutenção da Limpeza Pública 33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica | COD. 230 500.0000 – Recursos não vinculados de Impostos 1545203272.050 – Manutenção da Iluminação Pública 33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica | COD. 238 500.0000 – Recursos não vinculados de Impostos 2678205342.051 – Manutenção dos Serviços Rodoviário 33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica | COD. 253 500.0000 – Recursos não vinculados de Impostos. Contratado: 63.716.002 Cleiton Miguel da Silva. CNPJ: 63.716.002/0001-00. Valor: R$ 30.106,44. Vigência: de 04/12/2025 a 04/12/2026. Taquaritinga do Norte, 04/12/2025.

GENIVALDO FERREIRA LINS.
Prefeito. (*)(**).

Publicado por:
José Fernandes da Rocha Neto
Código Identificador:6D7EF569

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TORITAMA

COMISSÃO DE APURAÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES A LICITANTES E CONTRATADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE TORITAMA – CAAP/PMT
EXTRATO DE DECISÃO DO PAAP Nº 013/2025

EXTRATO DE DECISÃO

Empresa: WHENIO THYAGO ALENCAR DOS SANTOS, inscrita sob o CNPJ nº 08.097.841/0001-70.

FUNDAMENTO: PAAP Nº 013/2025; artigo 155º e 156º da Lei Federal 14.133/2021**;** e, Decreto Municipal n.º 294/2024.

PENALIDADE: Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, e o seu descredenciamento do Sistema de Cadastro de Fornecedores do Município, pelo período de 03 (três) anos, sem aplicação de multa, tendo em vista a conduta tipificada, os agravantes e atenuantes, os fatos e fundamentos jurídicos.

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO: Considera-se intimado da decisão para, querendo, apresentar pedido de reconsideração no prazo 15 (quinze) dias úteis, contados desta publicação.

O Processo terá sua continuidade independentemente de manifestação e encontra-se com vista franqueada ao interessado, no endereço Av. Dorival José Pereira, n° 1561, Loteamento Tavares Martins Toritama/PE – CEP: 55125-000, no horário das 08h às 12h e das 14h às 17h, de segunda a sexta-feira ou por e-mail: **caapce@toritama.pe.gov.br** ou através do telefone celular (81) 9 9168-8579.

Toritama-PE, 04 de dezembro de 2025.

ROBSON VIANA DA SILVEIRA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico

Publicado por:
Ellen Gabrielly Vieira Silva
Código Identificador:1A721586

COMISSÃO DE APURAÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES A LICITANTES E CONTRATADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE TORITAMA – CAAP/PMT
EXTRATO DE DECISÃO DO PAAP N.º 031/2025

EXTRATO DE DECISÃO

Empresa: NORTEPHARMA PRODUTOS FARMACEUTICOS EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº 16.720.709/0001-00

FUNDAMENTO: **PAAP Nº 031/2025**; 29, inciso III, do Decreto Municipal 144/2022.

DECISÃO: arquivamento do processo.

O Processo terá sua continuidade independentemente de manifestação e encontra-se com vista franqueada ao interessado, no endereço Av. Dorival José Pereira, n° 1561, Loteamento Tavares Martins - Toritama/PE – CEP: 55125-000, no horário das 08h às 12h e das 14h às 17h, de segunda a sexta-feira ou por e-mail: caapce@toritama.pe.gov.br ou através do telefone celular (81) 9 91688579.

Toritama-PE, 04 de dezembro de 2025.

ERIVALDO JOSÉ MARIANO DA SILVA JÚNIOR
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Ellen Gabrielly Vieira Silva
Código Identificador:D7B8C6DE

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
DECRETO MUNICIPAL Nº 389, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025

Revoga o Decreto Municipal nº 333, de 08 de abril de 2025, e dá outras providências.

O **CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**, no uso de suas atribuições delimitadas no artigo 54, inciso V da Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO, a decisão liminar proferida de maneira monocrática pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF nº 1.212, e publicada em 03 de dezembro de 2025, suspendendo a aplicação a eficácia de Leis e atos normativos Municipais que versem acerca da exploração do serviço de loterias e apostas esportivas pelos municípios, e todos os procedimentos licitatórios decorrentes dos referidos atos normativos municipais de todo o País acerca do tema e destinados ao credenciamento de empresas à prestação das atividades lotéricas; e de todas as operações em curso, de qualquer natureza, envolvendo sistemas lotéricos municipais em todas as suas modalidades;
CONSIDERANDO, que a referida decisão monocrática determina expressamente o cessamento imediato das atividades municipais em curso relativamente às loterias, inclusive por empresas já credenciadas pelo poder publico municipal, bem como, a abstenção da prática de novos atos que possibilitem a iniciativa, continuidade, retomada ou desenvolvimento das atividades lotéricas por entes municipais;
CONSIDERANDO, que o descumprimento da decisão liminar acarretará a incidência de multa diária no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para o município, e R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para o gestor municipal;
CONSIDERANDO, a prerrogativa da administração pública em revogar seus próprios atos por motivo de conveniência e oportunidade, ou anulá-los quando eivados de vícios, nos termos da Sumula 473 do STF;
CONSIDERANDO, a necessidade de adequação a sistemática do controle de constitucionalidade concentrado exercido pelo STF, e em respeito a decisão liminar monocrática proferida pelo Ilmo. Min. Nunes Marques, relator da ADPF nº 1.212;
DECRETA:
Art. 1º Fica revogado integralmente o Decreto Municipal nº 333, de 08 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Complementar nº 34, de 20 de dezembro de 2024, que cria o serviço público de loteria do Município de Toritama – LOTO, e dá outras providências.
Art. 2º Fica revogado todos os alvarás, licenças, permissões, autorizações ou atos congêneres expedidos a empresas e entidades credenciadas por este ente municipal para exploração da atividade comercial de loterias e apostas esportivas no município de Toritama, e elencadas e regulamentadas pela LC nº 34, de 20 de dezembro de 2024.
Art. 3º A extinção e arquivamento de todos os procedimentos licitatórios em tramite que versem acerca do credenciamento de empresas para exploração da atividade de loterias e apostas esportivas no município de Toritama, ou que decorram da LC nº 34, de 20 de dezembro de 2024.
Art. 4º Fica vedado ao poder público municipal a prática de novos atos que possibilitem a iniciativa, continuidade, retomada ou desenvolvimento das atividades lotéricas por entes municipais, incluindo, mas não se limitando, a abertura de novos procedimentos administrativos cujo objeto verse acerca do credenciamento de novas empresas para exploração de loterias e apostas esportivas no município de Toritama.
Art. 5º Fica cessado de forma imediata todas as atividades municipais em curso relativamente às loterias, inclusive por empresas já credenciadas pelo poder público municipal.
Art. 6º Em cumprimento à decisão liminar proferida pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 1.212, fica suspensa, no âmbito da Administração Pública Municipal, a aplicação da Lei Complementar nº 34, de 20 de dezembro de 2024, até ulterior deliberação do STF.
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Toritama-PE, 04 de dezembro de 2025, 72º ano da emancipação.

SERGIO PROCÓPIO COLIN DA SILVA CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Rebeca Silva Pedrosa
Código Identificador:1501E9F0

SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER
PORTARIA 002/2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER DO MUNICÍPIO DE TORITAMA, por meio de sua Secretária, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 11, da Lei Complementar nº 044/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear e designar os servidores abaixo para compor a Comissão para análise das propostas do Chamamento Público, objetivando a prospecção de mercado na cidade de Toritama visando a locação tradicional de imóvel para instalação instalação da nova sede do CEAM – Centro Especializado de atendimento à Mulher.

Art. 2º. A Comissão, passa a ser composta da seguinte forma:

REGINALDA ANDREZA DE LIMA BEZERRA TAVARES- CPF: XXX.211.274-XX

GREYCE LOPES MARTINS SILVA – CPF: XXX.362.844-XX

EDUARDO JORGE ACCIOLY LINS - CPF: XXX.882.224-XX

Art. 3º - A composição da comissão terá vigência durante o período de vigência do Chamamento Público, contado da data de sua assinatura, passando a ter eficácia a partir de sua publicação.

Art. 4º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Toritama-PE, 01 de dezembro de 2025.

FERNANDA DOS SANTOS FLORENCIO
Secretária Municipal da Mulher

Publicado por:
Marcela Karyne de Araujo Cabral
Código Identificador:B03A1115

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TRIUNFO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO - PE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 080/2025

PROCESSO LICITATÓRIO / PMT Nº 061/2025
INEXIGIBILIDADE / PMT Nº 027/2025

CONTRATANTE: O MUNCICIPIO DE TRIUNFO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 11.350.659/0001-94, com sede à Av. José Veríssimo dos Santos, nº 365, Guanabara, Triunfo, Estado de Pernambuco, CEP: 56.870-000, neste ato representado por seu titular Sr. Luciano Fernando de Sousa, brasileiro, casado, médico, portador da Cédula de Identidade n.º 2.471.187- SSP/PE e do CPF/MF n.º 388.675.754-49, residente e domiciliado a Rua Teodolino Rodrigues, 88 Bairro Saudade, Triunfo, Pernambuco, CEP: 56.870-000.

CONTRATADO: MEL SHOWS LTDA, inscrita no CNPJ n° 39.543.593/0001-78, situada Rua Francisco de Assis Cavalcanti, n° 663, Andar 1 Sala 15, Cidade Universitária, Petrolina - PE, CEP: 56.328-800, neste ato representado pelo Sr Alberto Salomao Cavalcanti Simoes , inscrito no CPF nº 061.072.744-30.

Valor Global: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

Dotação:

Unidade: 020601 – Departamento de Turismo
Funcional: 13.392.1004.2092.0000 – Promoção e Apoio aos Eventos e Atrações Turísticas Categoria Econômica: 3.3.90.39.00 – Aplicações diretas
Aplicação: 110 000
Fonte de Recurso: 0 0100

Fundamentando-se o presente Contrato nas disposições contidas na Lei de Licitações e Contratos nº14.133/21.

Data de apresentação: Dia 29 Dezembro de 2025.

Vigência do Contrato: 120 (cento e vinte) dias.

LUCIANO FERNANDO DE SOUSA
Prefeito

Publicado por:
Zaira Hellida Nunes de Souza
Código Identificador:871BADB5

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO - PE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 082/2025

PROCESSO LICITATÓRIO / PMT Nº 064/2025
INEXIGIBILIDADE / PMT Nº 028/2025

CONTRATANTE: O MUNCICIPIO DE TRIUNFO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 11.350.659/0001-94, com sede à Av. José Veríssimo dos Santos, nº 365, Guanabara, Triunfo, Estado de Pernambuco, CEP: 56.870-000, neste ato representado por seu titular Sr. Luciano Fernando de Sousa, brasileiro, casado, médico, portador da Cédula de Identidade n.º 2.471.187- SSP/PE e do CPF/MF n.º 388.675.754-49, residente e domiciliado a Rua Teodolino Rodrigues, 88 Bairro Saudade, Triunfo, Pernambuco, CEP: 56.870-000.

CONTRATADO: JUARA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 49.836.658/0001-27, situada Rua do Sossego, nº 298, CXPST 671, Recife - PE, CEP: 50.100-150, neste ato representado pelo Sr Juarez Bezerra de Medeiros Junior, inscrito no CPF nº 658.512.853-20.

Valor Global: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

Dotação:

Unidade: 020601 – Departamento de Turismo
Funcional: 13.392.1004.2092.0000 – Promoção e Apoio aos Eventos e Atrações Turísticas Categoria Econômica: 3.3.90.39.00 – Aplicações diretas
Aplicação: 110 000
Fonte de Recurso: 0 0100

Fundamentando-se o presente Contrato nas disposições contidas na Lei de Licitações e Contratos nº14.133/21.

Data de apresentação: Dia **31** Dezembro de 2025.

Vigência do Contrato: 120 (cento e vinte) dias.

LUCIANO FERNANDO DE SOUSA
Prefeito

Publicado por:
Zaira Hellida Nunes de Souza
Código Identificador:89777B5E

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO - PE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO / PMT Nº 061/2025
INEXIGIBILIDADE / PMT Nº 027/2025

O gestor, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação pertinente, considerando o PARECER JURÍDICO nos termos do artigo 71, inciso IV da Lei 14.133/21, HOMOLOGA, o PROCESSO LICITATÓRIO PMT / Nº 061/2025, INEXIGIBILIDADE PMT / Nº 027/2025, objetivando a contratação da empresa MEL SHOWS LTDA, inscrita no CNPJ n° 39.543.593/0001-78, para apresentação da mesma no dia 29/12/2025, nas festividades do "Natal Triunfo" neste município**,** no valor global de **R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).** Para dirimir qualquer dúvida dirija-se a sala de licitação, situada na Avenida José Veríssimo dos Santos, nº 365, Bairro Centro, Cidade de Triunfo, Estado de Pernambuco, CEP: 56.870-000, no horário de expediente das 07h30min às 13h30min; Fone: 87 3846 1365.

Triunfo, 18 de Novembro de 2025

LUCIANO FERNANDO DE SOUSA
Prefeito

Publicado por:
Zaira Hellida Nunes de Souza
Código Identificador:15CFED24

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO - PE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO / PMT Nº 064/2025
INEXIGIBILIDADE / PMT Nº 028/2025

O gestor, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação pertinente, considerando o PARECER JURÍDICO nos termos do artigo 71, inciso IV da Lei 14.133/21, HOMOLOGA, o PROCESSO LICITATÓRIO PMT / Nº 061/2025, INEXIGIBILIDADE PMT / Nº 027/2025, objetivando a contratação da empresa JUARA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 49.836.658/0001-27, para apresentação da mesma no dia 31/12/2025, nas festividades do "Natal Triunfo" neste município**,** no valor global

de **R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).** Para dirimir qualquer dúvida dirija-se a sala de licitação, situada na Avenida José Veríssimo dos Santos, nº 365, Bairro Centro, Cidade de Triunfo, Estado de Pernambuco, CEP: 56.870-000, no horário de expediente das 07h30min às 13h30min; Fone: 87 3846 1365.

Triunfo, 28 de Novembro de 2025

LUCIANO FERNANDO DE SOUSA
Prefeito

Publicado por:
Zaira Hellida Nunes de Souza
Código Identificador:2E6BA6A3

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TUPARETAMA

PROCURADORIA MUNICÍPAL DE TUPARETAMA/PE
LEI MUNICIPAL Nº 549 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025.

LEI MUNICIPAL nº 549 de 04 de Dezembro de 2025.

EMENTA – *Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município - PPA 2026/2029, para o quadriênio 2026/2029, em cumprimento ao que preceitua o art. 109, § 6º da Lei Orgânica Municipal, art. 124, § 1º, inciso IV, da Constituição do Estado de Pernambuco, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 31, de 27 de junho de 2008, e dá outras providências.*

O Senhor DIÓGENES TORRES DA COSTA PATRIOTA, Prefeito do município de Tuparetama, localizado no estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A presente Lei dispõe sobre o Plano Plurianual - PPA 2026/2029, para o quadriênio 2026/2029, que passa a vigorar com as alterações nos **Anexos I e II**, na forma anexa desta Lei, de acordo com as perspectivas e objetivos estratégicos, que norteiam a Administração Pública Municipal, além dos programas, funções e Sub-funções de forma regionalizada.
§ 1º Para o cumprimento das disposições do Plano Plurianual 2026/2029, para o quadriênio 2026/2029, de que trata o caput, consideram-se as mesmas classificações utilizadas no Plano Plurianual 2026/2029, quais sejam:
I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
IV - Função, o maior nível de agregação das diversas áreas da despesa que competem ao setor público;
V - Sub-função, a partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.
Art. 2º. A revisão anual do Plano Plurianual decorre dos ajustes necessários, face às mudanças gradativas nos cenários: social, econômico, político e financeiro do Município, do aprimoramento do processo de gestão e das situações não previstas, quando da elaboração do Plano.
Parágrafo Único - O PPA 2026/2029 terá sua programação revista anualmente, com base no processo de monitoramento e avaliação da execução dos programas, ações e nas metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício.
Art. 3º. O presente Plano Plurianual 2026/2029, para o quadriênio 2026/2029, é composto por dois Anexos:
I - Anexo I apresenta os capítulos referentes ás: Linhas Mestras Condutoras da Revisão do Plano Plurianual, Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual, Objetos da Revisão do Plano Plurianual e Gestão do Plano Plurianual; e
II - Anexo II apresenta os relatórios das estruturas programáticas das secretarias municipais, alinhados de acordo com os objetivos estratégicos, programas, órgãos executores, funções e Sub-funções, detalhadas segundo os atributos de produto, unidade de medida e metas físicas regionalizadas; além dos custos totais dos programas, para o quadriênio 2026/2029.
Art. 4º. Os valores financeiros contidos na presente Lei estão calculados a preços correntes.
Art. 5º. Considera-se Agenda Transversal um conjunto de políticas públicas de diferentes áreas, articuladas para enfrentar problemas complexos que afetam crianças e adolescentes no município.
Art. 6º. A Agenda Transversal de que trata o artigo anterior terá como foco a promoção e a garantia de direitos de crianças e adolescentes, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente e demais normas aplicáveis.
Art. 7º. O município terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta Lei, para elaborar e divulgar oficialmente a Agenda Transversal de que trata esta Lei.
Art. 8º. As Sub-funções detalhadas no Anexo II desta Lei constituem meras indicações informativas, podendo ser redistribuídas, alteradas, excluídas e incluídas, por meio da Secretaria Municipal de Finanças, respeitadas as finalidades das ações.
Art. 9º. Fica o Poder Executivo autorizado, por meio da Secretaria Municipal de Finanças, a compatibilizar os valores dos programas, funções e Sub-funções do Plano Plurianual-PPA 2026/2029, quadriênio 2026/2029, aos ajustes que vierem a ser realizados na Lei Orçamentária Anual para 2026.
Art. 10º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, contando-se seus efeitos a partir de 1º janeiro de 2026.
Gabinete do Prefeito,
aos 04 dias do mês de dezembro de 2025.

DIÓGENES TORRES DA COSTA PATRIOTA
Prefeito

Publicado por:
Jonathan Nascimento Oliveira
Código Identificador:0FD7631E

PROCURADORIA MUNICÍPAL DE TUPARETAMA/PE
LEI MUNICIPAL Nº 550 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025

LEI MUNICIPAL nº 550 de 04 de Dezembro de 2025.

EMENTA – *Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município DE TUPARETAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

O Senhor DIÓGENES TORRES DA COSTA PATRIOTA, Prefeito do município de Tuparetama, localizado no estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
SEÇÃO ÚNICA
DA ABRANGÊNCIA

Art. 1º. Esta Lei estima a Receita do Município para o exercício financeiro de 2026 e fixa a Despesa em igual importância, compreendendo, nos termos do art. 165 § 5˚ da Constituição Federal:
I - O orçamento fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta;
II - O orçamento da seguridade social, abrangendo às entidades e órgãos da Administração direta e indireta, incluídos fundos, responsáveis pela saúde e assistência social.

CAPÍTULO II
DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SEÇÃO I
DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2º. A receita orçamentária total é estimada em R$ 70.680.000,00 (setenta milhões seiscentos e oitenta mil reais), observando-se ao

disposto no art. 5º, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, assim distribuída:
I - Orçamento Fiscal: R$ 47.444.000,00 (quarenta e sete milhões quatrocentos e quarenta e quatro mil reais);
II - Orçamento da Seguridade Social no valor de R$ 22.236.000,00 (vinte e dois milhões duzentos e trinta e seis mil reais), onde:
a) R$ 10.349.000,00 (dez milhões novecentos e quarenta e nove mil reais) compreende receitas de saúde;
b) R$ 989.000,00 (novecentos e oitenta e nove mil reais) compreende receitas de assistência social;
c) R$ 10.898.000,00 (dez milhões oitocentos e noventa e oito mil reais) correspondente às receitas do Regime Próprio de Previdência Social.
III - Orçamento de Investimentos no valor R$ 1.000.000,00 (um milhão reais).
Art. 3º. As receitas são estimadas por rubrica específica, segundo a origem dos recursos, conforme o disposto no Anexo 01.
Art. 4º. As Receitas estimadas no orçamento serão arrecadadas na forma da legislação em vigor, de acordo com o desdobramento constante do Anexo 02.

SEÇÃO II
DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 5º. A Despesa Orçamentária total, no mesmo valor da Receita, é fixada por função, Poderes e Órgãos, em R$ 70.680.000,00 (setenta milhões seiscentos e oitenta mil reais) e desdobrada nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias em:
I - Orçamento Fiscal: R$ 35.478.192,00 (trinta e cinco milhões quatrocentos e setenta e oito mil cento e noventa e dois reais);
II - Orçamento da Seguridade Social, no valor de R$ 29.174.000,00 (vinte e nove milhões cento e setenta e quatro mil reais), onde:
a) R$ 17.415.000,00 (dezessete milhões quatrocentos e quinze mil reais) compreende despesas com saúde;
b) R$ 3.459.000,00 (três milhões quatrocentos e cinquenta e nove mil reais) são despesas com assistência social;
c) R$ 8.300.000,00 (oito milhões e trezentos mil reais) correspondentes às despesas com previdência social.
III – Orçamento de Capital, no valor de R$ 6.027.808,00 (seis milhões vinte e sete mil oitocentos e oito reais).
Parágrafo único - R$ 9.536.000,00 (nove milhões quinhentos e trinta e seis mil reais) das despesas fixadas nas alíneas "a" e "b", do inciso II deste artigo, serão custeadas com recursos do Orçamento Fiscal.

SEÇÃO III
DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃOS

Art. 6º. A Despesa Total, fixada por Funções, Sub-funções, Projetos, Atividades e Operações Especiais dos Poderes e Órgãos, está discriminada nos Anexos 06 a 09 desta Lei, consoante disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e regulamentações específicas.
Art. 7º. As categorias econômicas e despesas por grupos estão demonstradas de forma analítica, individualizada por órgão, no Anexo 02 e consolidadas no Resumo da Natureza da Despesa.

SEÇÃO IV
DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Art. 8º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o valor correspondente a dez por cento da despesa fixada nos orçamentos, fiscal e da seguridade social, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Lei, mediante a utilização de recursos permitidos no § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320/64 e disposições da LDO para 2026.
Art. 9º. O limite autorizado no art. 8º não será onerado quando o crédito se destinar a:
I - atender insuficiência de dotações do Poder Legislativo, por meio de anulação de saldos de dotações de despesas da Unidade Orçamentária da Câmara Municipal;
II - atender insuficiência de dotações do grupo Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de saldos de dotações orçamentárias;
III - atender ao pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortizações e juros da dívida, mediante utilização de recursos provenientes de anulação de dotações;
IV - atender obrigações do sistema previdenciário, com recursos de anulação de dotações orçamentárias;
V - atender despesas vinculadas a convênios, observada a destinação prevista no instrumento respectivo e parágrafo único do art. 8˚ da Lei Complementar n˚ 101/2000;
VI - atender insuficiências de outras despesas de custeio e de capital consignadas em Programas de Trabalho dos Sistemas Municipais de Saúde e de Ensino, mediante o cancelamento de dotações orçamentárias;
VII – reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o que dispõe o art. 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000;
VIII - excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Municipal; e
IX - abrir créditos suplementares relativos a despesas financiadas por convênios novos ou reativados, não incluídos nas previsões orçamentárias, na forma do que dispõe o artigo 7º da Lei nº 4.320/64, através de Decreto do Poder Executivo, para alterações ou inclusões de grupos de despesa em categorias econômicas de atividades, projetos e operações especiais, sendo a fonte de suplementação o próprio convênio.

SEÇÃO V
DA AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAR OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a:
I - Realizar operações de crédito por antecipação de receita orçamentária nos termos do art. 38 da Lei Complementar n˚ 101/2000, obedecidas às normas do Banco Central do Brasil e Resoluções do Senado Federal, desde que as obrigações sejam pagas dentro do mesmo exercício de 2025.
II - Contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para a modernização administrativa e tributária, bem como a execução de programas de habitação e saneamento, respeitados os limites da Lei Complementar nº 101/2000, de Resoluções do Senado Federal e disposições da legislação pertinente.

CAPÍTULO III
SEÇÃO ÚNICA
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. A utilização de dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos próprios.
Art. 12. Na fixação dos valores das dotações para pessoal foram consideradas projeções para acréscimos de despesas destinadas a atender as disposições do §1˚ do art. 169 da Constituição Federal.
Art. 13. O Chefe do Poder Executivo, no âmbito deste Poder, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas e para garantir as metas de resultado estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, consoante legislação específica.
Art. 14. O Poder Executivo estabelecerá Programação Financeira, onde fixará as medidas necessárias a manter os dispêndios compatíveis com as receitas a fim de obter o equilíbrio financeiro.
Art. 15. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, contando-se seus efeitos a partir de 1º janeiro de 2026.
Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito,
aos 04 dias do mês de dezembro de 2025.

DIÓGENES TORRES DA COSTA PATRIOTA
Prefeito

Publicado por:
Jonathan Nascimento Oliveira
Código Identificador:6703D460

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE VERDEJANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERDEJANTE
AVISO SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA - ELETRÔNICA Nº 002/2025. A Prefeitura Municipal de Verdejante – PE, torna público para o conhecimento dos interessados, que irá suspender esta Licitação para correção da PLANILHA DE PROJETO E ORÇAMENTO, que tem como Objeto; Reforma do Estádio Municipal. Que seria realizado na data do dia 09 de dezembro de 2025. As 09:00 hs. Após a correção das Planilhas o Município

marcará uma nova data para realização do Certame. Verdejante - PE, 04 de dezembro de 2025.

FRANCISCO DE ASSIS TAVARES FILHO.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Antônio Vitalino Leandro Filho
Código Identificador:51DE4042

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERDEJANTE
EXTRATO DE ADITIVO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VERDEJANTE

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ADITIVO A ARP Nº 067/2024
PROCESSO LICITATÓRIO N° 040/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2024

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VERDEJANTE
CONTRATADO: **DMX MÓVEIS LTDA** inscrita no CNPJ nº 14.289.754/0001- 18,

OBJETO: **Registro de preço para eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de material de consumo do tipo MATERIAL DE PERMANENTE (MOBILIÁRIO ESCOLAR), visando atender as eventuais e futuras necessidades da Secretaria de Educação, nas quantidades e especificações constantes do Termo de Referência no Edital e seus Anexos**
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VERDEJANTE

Aditivo de Prazo
Vigência: A ARP fica prorrogado por igual período de 14/08/2025 até 14/08/2026.
Fundamentação Legal: Art 84 da Lei federal 14.133/21.
Foro: Comarca de Verdejante, Estado de Pernambuco.

GLEYCIEDA TAVARES NUNES RODRIGUES
Gestora do FME
CONTRATANTE

DMX MÓVEIS LTDA
CONTRATADO

Verdejante - PE, 12 de agosto de 2025

Publicado por:
Antônio Vitalino Leandro Filho
Código Identificador:F93C49E4

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE VERTENTE DO LÉRIO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE REPUBLICAÇÃO - CREDENCIAMENTO/INEXIGIBILIDADE Nº 007/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2025

Objeto: Credenciamento de empresas visando a prestação de serviços de saúde especializados na realização de exames citopatológicos, compreendendo a coleta, processamento, análise, emissão de laudos e entrega dos resultados, de acordo com os protocolos técnicos do Ministério da Saúde e demais normas regulamentares aplicáveis, visando atender à demanda da rede municipal de saúde e assegurar assistência diagnóstica adequada aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito do município de Vertente do Lério – PE. Período de inscrição (envio da Documentação de Habilitação e Proposta): de 05/12/2025 até 29/12/2025, às 13h00. As inscrições serão realizadas presencialmente, com a entrega da documentação à Comissão Permanente de Contratação (CPC), localizada na Praça Severino Barbosa de Sales, nº 40, Centro, Vertente do Lério/PE, CEP: 55760-000, ou via e-mail: cpl.vertentedolerio@gmail.com, dentro do período estabelecido. Data e local da sessão de abertura: 30/12/2025, às 10h00, na Praça Severino Barbosa de Sales, nº 40, Centro, Vertente do Lério/PE. Informações adicionais: O edital, seus anexos e outras informações podem ser obtidos no endereço acima citado, pelo telefone 0800 299-3135 ou por solicitação via e-mail: cpl.vertentedolerio@gmail.com, no horário das 08h00 às 13h00, de segunda a sexta-feira.

Vertente do Lério/PE, 04 de dezembro de 2025.

RAFAELA MARIA LIMA DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Renata Gomes da Silva
Código Identificador:804D1A8C

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 032/2025 – FMAS

Processo Administrativo n° 052/2025
Pregão Eletrônico nº 009/2025

O Fundo Municipal de Assistência Social, por intermédio da Secretaria de Assistência, torna pública a celebração de contrato com a empresa ALPHA FROTAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 49.433.449/0001-32, cujo objeto é: Contratação de empresa especializada para a gestão da frota de veículos automotores pertencente ao Município de Vertente do Lério/PE, incluindo suas diversas secretarias, por meio da implantação e operação de sistema informatizado, com acesso via internet, para controle e gerenciamento dos serviços. A execução será realizada por intermédio de rede de estabelecimentos credenciados, abrangendo a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e acessórios, contemplando ainda serviços de mecânica, elétrica em geral, funilaria, suspensão, pintura, retífica, fornecimento e troca de pneus, alinhamento e balanceamento, visando assegurar o pleno funcionamento e a conservação da frota municipal. Valor total: R$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais). Data da assinatura: 18 de novembro de 2025.

RÊMULA DA COSTA AGUIAR
Secretária de Assistência Social

Publicado por:
Renata Gomes da Silva
Código Identificador:AE110F0B

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 045/2025 – FME

Processo Administrativo n° 052/2025
Pregão Eletrônico nº 009/2025

O Fundo Municipal de Educação, por intermédio da Secretaria de Educação, torna pública a celebração de contrato com a empresa ALPHA FROTAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 49.433.449/0001-32, cujo objeto é: Contratação de empresa especializada para a gestão da frota de veículos automotores pertencente ao Município de Vertente do Lério/PE, incluindo suas diversas secretarias, por meio da implantação e operação de sistema informatizado, com acesso via internet, para controle e gerenciamento dos serviços. A execução será realizada por intermédio de rede de estabelecimentos credenciados, abrangendo a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e acessórios, contemplando ainda serviços de mecânica, elétrica em geral, funilaria, suspensão, pintura, retífica, fornecimento e troca de pneus, alinhamento e balanceamento, visando assegurar o pleno funcionamento e a conservação da frota municipal. Valor total: R$ 552.000,00 (quinhentos e cinquenta e dois mil reais). Data da assinatura: 18 de novembro de 2025.

AMILTON ARRUDA DO NASCIMENTO
Secretário de Educação

Publicado por:
Renata Gomes da Silva
Código Identificador:CC69C538

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 036/2025 – FMS

Processo Administrativo n° 052/2025
Pregão Eletrônico nº 009/2025

O Fundo Municipal de Saúde, por intermédio da Secretaria de Saúde, torna pública a celebração de contrato com a empresa ALPHA FROTAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 49.433.449/0001-32, cujo objeto é: Contratação de empresa especializada para a gestão da frota de veículos automotores pertencente ao Município de Vertente do Lério/PE, incluindo suas diversas secretarias, por meio da implantação e operação de sistema informatizado, com acesso via internet, para controle e gerenciamento dos serviços. A execução será realizada por intermédio de rede de estabelecimentos credenciados, abrangendo a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e acessórios, contemplando ainda serviços de mecânica, elétrica em geral, funilaria, suspensão, pintura, retífica, fornecimento e troca de pneus, alinhamento e balanceamento, visando assegurar o pleno funcionamento e a conservação da frota municipal. Valor total: R$ 170.200,00 (cento e setenta mil e duzentos reais). Data da assinatura: 18 de novembro de 2025.

HYSTELLA ELLEN DA SILVA SALES
Secretária de Saúde

Publicado por:
Renata Gomes da Silva
Código Identificador:0E18BF9A

MUNICIPIO DE VERTENTE DO LÉRIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 060/2025 – PMVL

Processo Administrativo n° 052/2025
Pregão Eletrônico nº 009/2025

O Município de Vertente do Lério/PE, por intermédio da Secretaria de Administração, Agricultura, Infraestrutura, Mulher e Comdica torna pública a celebração de contrato com a empresa ALPHA FROTAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 49.433.449/0001-32, cujo objeto é: Contratação de empresa especializada para a gestão da frota de veículos automotores pertencente ao Município de Vertente do Lério/PE, incluindo suas diversas secretarias, por meio da implantação e operação de sistema informatizado, com acesso via internet, para controle e gerenciamento dos serviços. A execução será realizada por intermédio de rede de estabelecimentos credenciados, abrangendo a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e acessórios, contemplando ainda serviços de mecânica, elétrica em geral, funilaria, suspensão, pintura, retífica, fornecimento e troca de pneus, alinhamento e balanceamento, visando assegurar o pleno funcionamento e a conservação da frota municipal. Valor total: R$ 368.000,00 (trezentos e sessenta e oito mil reais). Data da assinatura: 18 de novembro de 2025.

MARLETE DA SILVA SALES
Secretária de Administração

MARIA JOSÉ MOURA DE SOUZA
Secretaria da Agricultura

HEVERTO DIAS DO NASCIMENTO
Secretário de Infraestrutura

MARIA VILMA SOUSA DA SILVA
Secretaria da Mulher/Comdica

Publicado por:
Renata Gomes da Silva
Código Identificador:B3962AA2

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE VICÊNCIA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 41/2025

DECRETO Nº 41/2025.

Regulamenta a Lei Municipal nº 1.208/1997, que cria o Fundo Municipal de Educação – FME, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VICÊNCIA, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei Municipal nº 1.208, de 30 de junho de 1997,

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentado, por meio deste Decreto, o Fundo Municipal de Educação – FME, criado pela Lei Municipal nº 1.208/1997, o qual possui natureza contábil, sendo vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º O Fundo Municipal de Educação – FME terá como finalidade administrar recursos destinados ao desenvolvimento de planos, programas e projetos educacionais do Município, nos termos da legislação municipal e federal aplicável.

Art. 3º Fica declarado, para todos os efeitos administrativos, financeiros e fiscais, que o CNPJ nº 31.119.725/0001-27, atualmente cadastrado como FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE VICÊNCIA – FUNDEB, permanece ativo e válido como CNPJ oficial do Fundo Municipal de Educação – FME, criado pela Lei Municipal nº 1.208/1997.

Parágrafo único. Permanecem inalterados todos os demais elementos cadastrais do referido CNPJ, incluindo códigos e descrições de atividades econômicas (CNAEs), natureza jurídica e demais dados de registro.

Art. 4º Fica autorizado o setor competente do Município, bem como a Receita Federal do Brasil, quando necessário, a proceder exclusivamente à alteração da denominação empresarial, que passará a constar como: **"SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VICÊNCIA".**

Art. 5º A Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação deverão observar, na execução orçamentária e financeira do Fundo, as diretrizes previstas na legislação federal, estadual e municipal pertinente.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Vicência, 04 de dezembro de 2025.

ÉDER WALTTTER JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA
Prefeito Municipal de Vicência

Publicado por:
Layne Karla Lemos Moura
Código Identificador:0B474982

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL N° 574 / 2025

EMENTA: Dispõe sobre Prorrogação dos Prazos descrito no Art. 3º da Lei Municipal nº 5.181/2025, que trata da Doação de Área de Terreno à Empresa Ventisol Nordeste Indústria e Comércio de Ventiladores Ltda.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PE,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei;
CONSIDERANDO que o Poder Executivo poderá prorrogar os prazos ou modificar dispositivos com fulcro no **Art. 3º da Lei Municipal nº 5.181/2025**;
DECRETA:
Art. 1º - O **Art. 3º da Lei Municipal nº 5.181/2025**, **24 de novembro de 2025,** passa a ter a seguinte redação:
"Ficam estabelecidos os Prazos de 06 (Seis) Meses para o início das Obras de Construção e 02 (Dois) Anos para Conclusão e Instalação da Empresa VENTISOL NORDESTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VENTILADORES LTDA, contados a partir da publicação deste Decreto."
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 03 de dezembro de 2025.

PAULO ROBERTO LEITE DE ARRUDA
Prefeito

399 Anos da Fundação da Vitória de Santo Antão.
380 Anos da Batalha das Tabocas.

Publicado por:
Gesiel Gomes Tavares de Araújo
Código Identificador:F52CA818

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL N° 575 / 2025

EMENTA: Dispõe sobre Prorrogação dos Prazos descrito no Art. 3º da Lei Municipal nº 5.182/2025, que trata da Doação de Área de Terreno à Empresa Ventisol Nordeste Indústria e Comércio de Ventiladores Ltda.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PE,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei;
CONSIDERANDO que o Poder Executivo poderá prorrogar os prazos ou modificar dispositivos com fulcro no **Art. 3º da Lei Municipal nº 5.182/2025**;
DECRETA:
Art. 1º - O **Art. 3º da Lei Municipal nº 5.182/2025**, **24 de novembro de 2025,** passa a ter a seguinte redação:
"Ficam estabelecidos os Prazos de 06 (Seis) Meses para o início das Obras de Construção e 02 (Dois) Anos para Conclusão e Instalação da Empresa VENTISOL NORDESTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VENTILADORES LTDA, contados a partir da publicação deste Decreto."
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 03 de dezembro de 2025.

PAULO ROBERTO LEITE DE ARRUDA
Prefeito

399 Anos da Fundação da Vitória de Santo Antão.
380 Anos da Batalha das Tabocas.

Publicado por:
Gesiel Gomes Tavares de Araújo
Código Identificador:E4CC05FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO / GABINETE DO SECRETÁRIO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DA VITORIA DE SANTO ANTÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 062/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 047/2025. Objeto: Constitui objeto desta licitação a **Contratação de empresa especializada para fornecimento de KIMONOS e TATAMES destinados a alunos da rede municipal e ensino na cidade da Vitória de Santo Antão – PE**. **R$ 190.219,20 (cento e noventa mil duzentos e dezenove reais e vinte centavos). Recebimento de Propostas**: 05/12/2025, às 08:00h. **Abertura das Propostas:** 19/12/2025, às 09:00h. **Início das Disputa:** 19/12/2025, às 10:00h. O Edital na íntegra poderá ser retirado através do link **https://transparencia.prefeituradavitoria.pe.gov.br/app/pe/vitoria-de-santo-antao/1/avisos-de-licitacao** eno site **https://bnccompras.com**. Outras informações podem ser obtidas na Sala da CPL, localizada na Rua Demócrito Cavalcanti, 144, Livramento, Vitória de Santo Antão – PE, ou através do Fone: (81) 2160-0153 no horário das 08:00h às 13:00h.

Vitória de Santo Antão-PE, 04 de dezembro de 2025.

CARMELO SOUZA DA SILVA
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Clerisson Farias de Teixeira
Código Identificador:FCC4E5D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 058/2025 - PREGÃO ELETRONICO N° 044/2025. Objeto: Registro de preços, com validade de 12(doze) meses, visando a contratação de empresa(s) para o fornecimento parcelado de CBUQ - Concreto Betuminoso Usinado a Quente, produzido a quente em usinas tradicionais com cimento asfáltico de petróleo - CAP 50/70, modificado por aditivos que retardam a cura, para aplicação a frio com aplicação a frio comercializado em sacos de 25kg (Vinte e Cinco Quilos), asfalto a granel comercializado por tonelada e materiais de suporte para atender as necessidades da Prefeitura Municipal da Vitória de Santo Antão. **R$ 1.318.003,54 (um milhão e trezentos e dezoito mil e três reais e cinquenta e quatro centavos), Recebimento de Propostas**: 05/12/2025, às 08:00h. **Abertura das Propostas:** 22/12/2025, às 09:00h. **Início das Disputa:** 22/12/2025, às 10:00h. O Edital na íntegra poderá ser retirado através do link **https://transparencia.prefeituradavitoria.pe.gov.br/app/pe/vitoria-de-santo-antao/1/avisos-de-licitacao** eno site **http://www.licitacoes-e.com.br/aop/index.jsp**. Outras informações podem ser obtidas na Sala da CPL, localizada na Rua Demócrito Cavalcanti, 144, Livramento, Vitória de Santo Antão – PE, ou através do Fone: (81) 99518-0389 no horário das 08:00h às 13:00h.

Vitória de Santo Antão-PE, 04 de dezembro de 2025.

DARLAN DE MOURA LÚCIO
Secretário de Serviços Públicos

Publicado por:
David Albert Oliveira Guimarães
Código Identificador:23EA8640

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE XEXÉU

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 023/2025

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 023/2025. Setor de Licitações e Contratos Administrativos. Objeto: Acréscimo de 6,15% ao valor do Contrato atualizado referente à **RETOMADA DA CRECHE PRO INFÂNCIA TIPO 1 LOCALIZADA NA SEDE DESTE MUNICÍPIO DE XEXÉU PE**. Contratada: **INJETEC CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**. CNPJ: **23.085.532/0001-74**. O valor total do acréscimo deste Termo Aditivo referente ao **Contrato de Fornecimento nº 023/2025** é **R$ 137.364,91 (Cento e trinta e sete mil, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e um centavos)** e o valor global do referido Termo de Contrato original, passa, em decorrência do acréscimo, a ser de **R$ 2.370.502,14 (Dois milhões, Trezentos e setenta mil, quinhentos e dois reais e quatorze centavos).** Conforme dispõe o Art. 125, da Lei n.º 14.133/21.

Xexéu/PE, 25 de Agosto de 2025.

DIEGO ROMERO MOREIRA LOPES
Secretário Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia

THIAGO GONÇALVES DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Samuel Cezar Gouveia
Código Identificador:B554888C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PORTARIA SEMECT Nº 034/2025

"Dispõe sobre o recesso municipal das festividades natalinas e de final de ano dos servidores da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências"

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE XEXÉU, ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 72 da Lei Orgânica Municipal e Portaria Municipal GP nº 261/2023.

CONSIDERANDO a necessidade de planejamento das ações administrativas e pedagógicas a serem desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia;

CONSIDERANDO o alinhamento periódico das atividades administrativas e pedagógicas para assegurar organização e eficiência na gestão educacional;

CONSIDERANDO o princípio da eficiência previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a imprescindível observância ao Calendário Letivo vigente para garantir a regularidade das atividades educacionais e a conclusão adequada do ano letivo de 2025;

CONSIDERANDO o Inciso I, do Art. 24 da Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996;

CONSIDERANDO a realização do evento *Natal Feliz* nas datas de **05 de dezembro de 2025**, no distrito-sede de Xexéu, e **10 de dezembro de 2025**, no distrito de Campos Frios, constituindo-se em atividades de cunho letivo, conforme previsão do Calendário Letivo Municipal;

CONSIDERANDO a importância do descanso e da recuperação física e mental dos servidores da educação para o desempenho eficiente de suas funções;

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido o recesso de fim de ano nos âmbitos pedagógico e administrativo das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, da Biblioteca Pública Samuel de Vasconcellos Pereira e da sede da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, no período de **23 de dezembro de 2025 a 5 de janeiro de 2026**.

Art. 2º Durante o período de recesso, todas as atividades administrativas e pedagógicas da SEMECT e das unidades escolares permanecerão suspensas, ressalvados os serviços essenciais ou aqueles cuja execução seja determinada em caráter excepcional.

Art. 3º As correspondências oficiais internas à estrutura da SEMECT, quando estritamente necessárias durante o período de recesso, deverão ser encaminhadas exclusivamente para o e-mail institucional **semect@xexeu.pe.gov.br**, em formato **PDF**.

Art. 4º As unidades escolares deverão organizar-se, conforme o Calendário Letivo vigente, para a realização dos seguintes procedimentos pedagógicos antes do início do recesso:

a) Realização das avaliações ordinárias previstas para o encerramento do ano letivo de 2025;
b) Realização das novas oportunidades avaliativas, quando couber, conforme as normativas pedagógicas municipais;
c) Realização dos últimos Conselhos de Classe do ano letivo de 2025;
d) Realização dos Plantões Pedagógicos finais;
Encerramento das atividades referentes ao IV bimestre;
e) Participação nas atividades letivas do evento Natal Feliz, a ocorrer em 05 de dezembro de 2025 (Xexéu) e 10 de dezembro de 2025 (Campos Frios), devendo tais datas ser consideradas como dias letivos de efetivo cumprimento da carga horária anual.

Art. 5º As férias dos professores do quadro efetivo da Rede Municipal de Ensino terão vigência até o dia **30 de janeiro de 2026**, enquanto as férias dos demais servidores efetivos da educação seguirão os termos da **Portaria SEMECT nº 011/2023**, disponível no repositório virtual das unidades escolares da SEMECT (disponível pelo link https://drive.google.com/file/d/1NG0p6xs9n0UFAmGHfRuTINOuLbuqvq_N/view?usp=drive_link).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia, Xexéu, aos 04 dias do mês de dezembro de 2025.

DIEGO ROMERO MOREIRA LOPES
Secretário de Educação, Ciência e Tecnologia
Mat. 1031-1 | Portaria GP nº - 002/2025

Publicado por:
Diego Romero Moreira Lopes
Código Identificador:B344A5BB

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DO PAULISTA

CÂMARA DE VEREADORES DA CIDADE DO PAULISTA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2025 – OBJETO: "AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, BEM COMO EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DO PAULISTA/PE." Após análise do procedimento, ouvida a assessoria jurídica e, estando o mesmo de acordo com a Lei nº 14.133/2021, HOMOLOGO como vencedoras do certame, a seguinte empresa : D TERRA COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA inscrita sob o CNPJ n° (46.702.360/0001-36) com

sede na Av. Barão de Vera Cruz, n° 530, andar 1 sala 3, Cruz do reboucas, Igarassu/PE, CEP 53.625-015 para o Lote único, com proposta no valor do respectivo Lote; Vencedor do Lote ÚNICO: D TERRA COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA inscrita sob o CNPJ n° 46.702.360/0001-36, com proposta no valor total de R$21.756,26 (Vinte e um mil setecentos e cinquenta e seis reais e vinte e seis centavos).

Paulista/PE, 02 de novembro de 2025.

EUDES JOSÉ DAVI DE FARIAS SILVA
Presidente da Câmara dos Vereadores

Publicado por:
Stefany da Silva Siqueira
Código Identificador:8DEA75E6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 3764/2025

O **PREFEITO DO MUNICIPIO DO PAULISTA – ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso IX do artigo 67 da Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o disposto na Portaria MDS nº 1.041, de 23 de dezembro de 2024, que trata do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único.
CONSIDERANDO a condicionalidade de instituição da Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família, composta, pelo menos, por representantes das áreas de assistência social, saúde e educação, para a recepção do incentivo financeiro extra de 5%, mensalmente.
RESOLVE:
Art. 1. - Instituir a **Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família (PBF),** no âmbito do município do Paulista, com o objetivo de promover a articulação intersetorial entre as áreas de Assistência Social, Saúde e Educação, visando o acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família e o desenvolvimento de ações complementares.

Art. 2º - A Comissão Intersetorial do PBF será coordenada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, políticas sobre Drogas e Direitos Humanos, nos termos da Portaria MDS nº 1.030, de 7 de novembro de 2024, e composta pelos seguintes membros:
I - **GABRIELA MARIA DE OLIVEIRA BARBOSA SILVA**, Matrícula 47603, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, políticas sobre Drogas e Direitos Humanos, no cargo de Coordenadora da Comissão;
II - **ARIANE SUELY AMORIM DE FREITAS NASCIMENTO**, Matrícula 47607, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, políticas sobre Drogas e Direitos Humanos;
III - **VIVIANE NUNES DIAS**, Matrícula 14476, representante da Secretaria Municipal de Saúde;
IV - **JOSE ALBERTO FERREIRA DE SOUZA**, Matrícula 11725, representante da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 3º - A Comissão Intersetorial do PBF terá as seguintes atribuições:
I - Monitorar o acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, especialmente no que se refere à frequência escolar e à agenda de saúde;
II - Analisar os resultados consolidados após cada período de acompanhamento das condicionalidades;
III - Propor e encaminhar ações integradas para o enfrentamento de situações de não cumprimento ou ausência de acompanhamento das condicionalidades;

IV - Desenvolver atividades de capacitação que subsidiem o seu trabalho;
V - Apoiar a implementação de Programas Complementares ao Programa Bolsa Família;
VI - Realizar reuniões periódicas, com registro de presença e atas detalhadas, para fomentar a construção de estratégias de melhoria da gestão do Programa Bolsa Família, planejar e executar de ações intersetoriais;
VII - Manter atualizadas as informações da Comissão no Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF), conforme orientações do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas quaisquer disposições contrárias.
Registre-se.
Publique-se
Paulista 17 de setembro de 2025

SEVERINO RAMOS DE SANTANA
Prefeito

Publicado por:
Taciana Ferreira Araujo de Lima
Código Identificador:4811ED25

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO
PORTARIA SECAD Nº 215/2025.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE DO PAULISTA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Lotar na Secretaria de Meio Ambiente, o Servidor **RAPHAEL DE SOUZA GOMES**, mat. 14.103, ocupante do cargo de Técnico em Edificações, conforme ofício nº 0476/2025 da Secretaria de Meio Ambiente e ofício nº 1438/2025 da Secretaria de Infraestrutura. Contando seus efeitos a partir de 02.11.2025.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Paulista, 3 de dezembro de 2025.

EDVALDO JOSÉ DOS SANTOS JÚNIOR
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leydson Ferreira de Brito
Código Identificador:037B64FB

SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-III

AVISO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 305/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2025

OBJETO: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS CONSIGNADO EM ATA, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DO PAULISTA-PE, EM ATENDIMENTO À DEMANDA DA SECRETARIA DE SEGURANÇA CIDADÃ, MOBILIDADE E DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DO PAULISTA/PE. Encontram-se **HABILITADAS, PROVISÓRIAMENTE,** as licitantes**: KETELI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ: 09.273.196/0001-62,** arrematante do item**:** 1**; TINPAVI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA, CNPJ Nº 17.592.525/0001-66,** arrematante dos itens: 2, 4 e 5; **SIMONI INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA, CNPJ Nº 37.652.289/0001-33,** arrematante dos itens: 3, 6, 7, 8 e 10; **MP MEGA PRIME COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 24.410.955/0001-85,** arrematante do item: 9. A partir das 10h. do dia 09/12/2025, encontrar-se-á aberto o prazo de 15 (quinze) minutos para manifestação de intenção de recursos, exclusivamente, por meio do sistema BNC Compras. Mais informações no sítio eletrônico da disputa: htts://www.bnc.org.br/

Paulista/PE, em: 04 de dezembro de 2025.

ISAAC BRAZ DO NASCIMENTO
Agente de Contratação/Pregoeiro

Publicado por:
Isaac Braz do Nascimento
Código Identificador:5A7C3631

SECRETARIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO IV - PROCESSO LICITATÓRIO N° 344/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N° 052/2025

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
O Município de Paulista/PE, torna público a **republicação** da abertura da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÕNICO Nº 052/2025**, cujo objeto "**REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ATÉ DEZ (10) BANHEIROS PÚBLICOS INTELIGENTES, AUTOLIMPANTES E SUSTENTÁVEIS, COM PROJETO ANTI VANDALISMO NOS TERMOS DO ANEXO I – PROJETO BÁSICO, DO ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO**".
Julgamento: "**MENOR PREÇO GLOBAL**".
Valor máximo admitido: **R$: 19.537,50** (**dezenove mil, quinhentos e trinta e sete e cinquenta centavos**), por 12 (doze meses) perfazendo o valor total de R$ 2.344.500,00 (dois milhões, rezentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais).
Os editais deverão ser adquiridos no Portal BNC **www.bnc.org.br**
Contato: **comissaovipaulista@gmail.com/**
Local da sessão: **Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br**
Data da disputa: **19/12/2025, às 10:00hrs**.

Paulista/PE, 05 de dezembro de 2025.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO IV

Publicado por:
Paulo Sergio Ferreira de Luna
Código Identificador:93EA8541

SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE AVISO DE RESULTADO DE RECURSO – PREGÃO ELETRÔNICO 023/2025 – PROCESSO 036/2025

O Município de Paulista-PE torna público o AVISO DE RESULTADO DE RECURSO IMPETRADO AO PREGÃO ELETRÔNICO 023/2025 – PROCESSO 036/2025 cujo objeto da presente licitação consiste escolha da proposta mais vantajosa para a **FORMALIZAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE FÓRMULAS NUTRICIONAIS, COM A FINALIDADE DE ATENDER ÀS DEMANDAS DE USUÁRIOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, DEVIDAMENTE CADASTRADAOS NA SECRETARIA DE SAÚDE MUNICÍPIO DO PAULISTA/PE**.

IMPETRANTE: NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA CNPJ Nº 75.014.167/0001-00

RESULTADO: RECURSO RECEBIDO JULGADO**IMPROCEDENTE.**

Paulista, 04 de dezembro de 2025

KLEBER MARTINS DA SILVA FERREIRA LOPES
Pregoeiro

Publicado por:
Kleber Martins da Silva Ferreira Lopes
Código Identificador:96AFF285

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CALUMBI

PREFEITURA MUNIICIPAL DE CALUMBI
EDITAL Nº 001/2025 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025

PROCESSO DE SELEÇÃO SIMPLIFICADA INTERNA PARA PROVIMENTO DA FUNÇÃO DE GESTOR ESCOLAR

A Secretaria Municipal de Educação de Calumbi–PE, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com os artigos 61, 64 e §1º do artigo 67 da Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Lei Federal nº 14.113/2020 (que regulamenta o Novo FUNDEB), a Resolução n° 03 de 01 de julho de 2024, que aprova as metodologias de aferição das condicionalidades de melhoria de gestão para fins de distribuição da complementação VAAR (valor aluno Resultado), o disposto no Decreto Municipal nº 045/2025, que regulamenta o processo de seleção e nomeação de Gestores Escolares na Rede Pública Municipal de Ensino de Calumbi – PE, torna público o presente Edital de Abertura de Inscrições para o Processo de Seleção Simplificada Interna, destinado ao preenchimento de vagas e à formação de cadastro reserva para as funções de Gestor Escolar no âmbito das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Fica aberto para conhecimento público o Processo de Seleção Simplificada Interna para a nomeação de funções gratificadas de Gestor Escolar das Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de Calumbi - PE, de acordo com as especificações deste Edital;
O número de vagas estará disposto conforme Quadro de Disponibilidade de Vagas no ANEXO I deste Edital.
O Processo de Seleção Simplificada Interna será realizado pela Secretaria Municipal de Educação, em consonância com as normas constantes deste Edital, acompanhada pela Comissão Especial de

Seleção Pública nomeada através de Portaria Nº 334/2025 do Chefe do Poder Executivo Municipal, em conformidade com o art. 2º do Decreto N°045/2025.
Para assessorar a Comissão Especial de Seleção Pública, será contratada equipe técnica especializada para realizar análise da documentação, aplicação de provas, avaliação dos Planos de Gestão Escolar e análise dos recursos que forem apresentados.
A Banca Examinadora para avaliação da apresentação do Plano de Gestão será formada por 3 (três) educadores qualificados;
O Processo de Seleção Simplificada Interna será composto de 03 (três) etapas: 1. Avaliação de Currículo, nesta primeira fase, analisa-se o currículo do candidato com base na formação acadêmica e na experiência profissional. É obrigatória a anexação da documentação comprobatória em formato digital no momento da inscrição. A ausência dessa documentação resultará na eliminação do candidato.
Prova Objetiva, a segunda etapa consiste em uma prova escrita, de caráter classificatório ou eliminatório, abordando conteúdos e competências específicas relacionadas à gestão escolar, conforme os temas definidos no edital. 3. Avaliação e Defesa do Plano de Gestão Escolar, na terceira fase, o candidato deve apresentar um Plano de Gestão Escolar, conforme os critérios estabelecidos no edital. Essa etapa envolve: a) Entrega do plano em formato digital no ato da inscrição; b) Avaliação técnica do conteúdo pela Comissão Avaliadora e Defesa do Plano.
O candidato só poderá inscrever-se para concorrer a uma única função gratificada de Gestor Escolar em uma unidade escolar indicada no ato da inscrição, conforme ANEXO II.

O exercício das funções de Gestor Escolar classificados no Processo de Seleção Simplificada Interna, será por um período de 03 (três) anos permitida a recondução por igual período após avaliação do desempenho.
É condição para ser reconduzido à função de Gestor Escolar, no âmbito das instituições de ensino públicas municipais, apresentar o Plano de Gestão Escolar, para o período referente ao mandato pretendido, pautado nos indicadores de resultados de IDEB, SAEPE e avaliações internas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS INSCRIÇÕES

As inscrições são gratuitas, serão feitas de forma exclusivamente online, no período compreendido de **04 a 11/12 de 2025**, no endereço eletrônico https://calumbi.selecaosimplificada.com .
A inscrição do candidato implicará em conhecimento prévio e na aceitação das normas estabelecidas neste Edital.
A Secretaria Municipal de Educação de **Calumbi - PE** e a Comissão Especial de Seleção Pública não se responsabilizam por inscrições efetuadas cujo material digital de análise esteja rasurado, ilegível

ou incompleto, ou pela ocorrência de caso fortuito e/ou força maior que impeça o(a) candidato(a) de formalizar sua inscrição neste Processo de Seleção Simplificada Interna, que resulte no seu indeferimento.
Não serão aceitas inscrições por outra via não prevista neste Edital, condicional ou extemporânea.
O candidato deve apresentar o Plano de Gestão Escolar de acordo com as orientações contidas neste Edital.
O candidato deve apresentar documentos comprobatórios de Títulos, conforme edital.
As inscrições deferidas e indeferidas, em conformidade com o estabelecido no presente Edital, serão divulgadas no sítio eletrônico https://calumbi.selecaosimplificada.com e no mural de avisos da Prefeitura Municipal de Calumbi e da Secretaria Municipal de Educação de **Calumbi** - PE.
Apresentar toda documentação de que trata o Anexo III. A não apresentação acarretará na eliminação do candidato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PROCEDIMENTOS PARA A SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO.

O atendimento às pessoas com deficiência atenderá às seguintes diretrizes:
Comprovação da necessidade de atendimento diferenciado, de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº 13.146/2015) e a Lei Federal nº 7.853/1989, bem como segundo o disposto no art. 27, §1º e 2º, do Decreto Federal nº 3.298/1999, anexada à solicitação da condição diferenciada para prova junto à comissão de gestão, no mesmo período e local;
Cópia do laudo médico, confirmando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com o código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), assinado e com o carimbo com o número de registro do médico do Conselho Regional de Medicina (CRM);
Observadas as condições estabelecidas no art. 41, do Decreto Federal nº 3.298/1999, os candidatos com deficiência atenderão à Seleção em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às fases da seleção: avaliação, data, horário e local de seleção e a nota mínima exigida de todos os demais candidatos para a aprovação;
Os requerimentos de atendimento diferenciado serão avaliados pela Comissão Especial de Seleção Simplificada do referido processo para legitimação da inscrição apensando o formulário de Declaração de Deficiência em ANEXO IV, V e/ou VI.

CLÁUSULA QUARTA – DOS CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO

Poderá participar do processo seletivo para provimento da função de GESTOR Escolar, no âmbito
das instituições de ensino públicas municipais, o candidato que preencha os seguintes requisitos:
Possuírem certificação ou declaração de Licenciatura em Pedagogia ou outra área do ensino desde que tenha magistério/normal médio para as escolas que atendam Educação Infantil e/ou Anos Iniciais
Possuírem certificação ou declaração de Licenciatura em Pedagogia ou outra área do ensino para as escolas que atendem os anos finais
Ser Profissionais do Magistério com vinculo ativo, do quadro efetivo, comissionado ou temporário da Secretaria Municipal de Educação.
Ter experiência em docência é pré-requisito para o exercício das atividades das funções de Gestor Escolar conforme artigo 67, § 1º da Lei nº 9.394/1996;
Não ter sofrido sanção em virtude de processo administrativo disciplinar nos 3 (três) últimos anos anteriores a data do pleito;
Não ocupar cargos eletivos ou comissionados em outros municípios, apresentando no ato da inscrição a Declaração conforme Anexo VII;
Estar adimplente com as prestações de contas relacionadas com os recursos financeiros repassados pelo Ministério de Educação (MEC) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em conformidade com o Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC/FNDE); e
Ter disponibilidade para o cumprimento da carga horária indicada no edital, distribuída em todos os turnos de funcionamento da escola.
A inscrição que não atenda a todos os requisitos estabelecidos neste Edital será indeferida.
Para comprovar a conclusão de curso de graduação, especialização (pós-graduação lato sensu) ou pós-graduação stricto sensu, também será aceita Certidão ou Declaração de Conclusão de Curso, expedida por instituição reconhecida pelo MEC.

No ato da inscrição, o candidato deverá realizar o envio online, por meio da plataforma indicada neste edital, de dois arquivos em formato PDF:
um contendo toda a sua documentação pessoal, formação acadêmica, capacidade técnica e experiência profissional;
outro contendo o Plano de Gestão Escolar.
Toda a documentação será conferida pela comissão de seleção, e será emitido termo de protocolo de recebimento digital, enviado ao e-mail informado no ato da inscrição.

CLÁUSULA QUINTA – DO PROCESSO DE SELEÇÃO SIMPLIFICADA INTERNA

O Processo de Seleção Simplificada Interna será composto por três etapas, conforme disposto neste regulamento, todas de caráter classificatória e/ou eliminatório.
Primeira Etapa – Avaliação de Currículo: Consiste na análise do currículo do candidato, considerando os critérios técnicos relacionados à sua formação acadêmica e experiência profissional. O candidato deverá anexar a documentação comprobatória no ato da inscrição, em formato digital. A não apresentação da documentação exigida implicará a eliminação do candidato.
Segunda Etapa – Prova Objetiva: Consiste na aplicação de uma prova escrita, de caráter eliminatório, abordando conteúdos e competências específicas relacionadas à gestão escolar, conforme os temas descritos no ANEXO VIII do edital.
Terceira Etapa – Avaliação e Defesa do Plano de Gestão Escolar: O candidato deverá apresentar um Plano de Gestão Escolar, elaborado segundo os padrões definidos no edital. A etapa inclui:
Entrega do plano em formato digital, no ato da inscrição;
Avaliação técnica do conteúdo pela Comissão Avaliadora;
Defesa oral do plano, perante a referida comissão, constituída por Ato do Poder Executivo Municipal, especialmente para esse fim. Esta etapa terá caráter eliminatório e classificatório, com critérios objetivos de pontuação definidos no edital.

CLÁUSULA SEXTA – DA ANÁLISE CURRICULAR

Os títulos deverão enviados, obrigatoriamente, no ato de inscrição do candidato, de forma exclusivamente online, no período compreendido entre **04 a 11 de dezembro de 2025,** no endereço eletrônico https://calumbi.selecaosimplificada.com.
A avaliação de currículo se dará por meio da análise de títulos do candidato, considerando sua formação acadêmica, capacidade técnica e experiência profissional, sendo necessária a devida comprovação das informações apresentadas.
A avaliação curricular valerá até 30 (trinta) pontos, distribuídos na forma do ANEXO IX.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PROVA OBJETIVA
A Prova Objetiva consistirá na aplicação de uma prova escrita, de caráter eliminatório, destinada a avaliar os conhecimentos dos candidatos sobre conteúdos e competências específicas relacionadas à gestão escolar.
Estrutura da Prova: A prova será composta por questões de múltipla escolha, com cinco alternativas cada, das quais apenas uma será correta. O número total de questões é de 20, cada uma valendo 2,0 pontos, a nota máxima da prova é 40,0 pontos e a mínima 20,0 pontos, o tempo de duração da prova é de 2h30min.
Perfil das Questões: As questões serão elaboradas com base em situações-problema, estudos de caso e temas atuais da gestão escolar, exigindo análise crítica, capacidade de tomada de decisão, domínio de fundamentos legais e pedagógicos, além de habilidades de liderança e planejamento estratégico.
Conteúdos: A prova abordará conteúdos referentes a:
Políticas públicas educacionais;
Legislação educacional (LDB, Constituição Federal, ECA, entre outros);
Gestão democrática e participativa;
Avaliação institucional e pedagógica;
Projeto político-pedagógico;
Currículo e organização do trabalho pedagógico;

Planejamento e gestão administrativa, financeira e de pessoas;
Inclusão, diversidade e equidade na educação;
Tecnologias educacionais e inovação na gestão escolar.

Nota e Critérios de Avaliação: A prova terá pontuação máxima de 40,0 (quarenta) pontos. Será considerado(a) habilitado(a) o(a) candidato(a) que obtiver nota igual ou superior a 20,0 (vinte) pontos. O não comparecimento ou a obtenção de nota inferior ao mínimo exigido implicará a eliminação do candidato do processo seletivo.

CLÁUSULA OITAVA – DA AVALIAÇÃO E DEFESA DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR
8.1. A avaliação do Plano de Gestão Escolar deverá ser elaborado dentro dos padrões estabelecidos neste edital, conforme ANEXO X.
A avaliação do Plano de Gestão Escolar valerá até 10 (dez) pontos, distribuídos na forma do ANEXO XI.
A Defesa dos candidatos se dará no período informado constante no cronograma deste Edital, e será realizada em prédio a ser divulgado.
A defesa se dará de forma oral em torno das atribuições da função de Gestor Escolar e descritas no Plano de Gestão Escolar apresentado, com o intuito de avaliar o conhecimento do candidato dentro das dimensões da gestão participativa, gestão pedagógica, gestão relacional, gestão de resultados educacionais e gestão financeira no âmbito escolar.
Os critérios da avaliação das apresentações orais referente à Defesa do Plano de Gestão Escolar perante a comissão avaliadora, obedecerá ao descrito no ANEXO XII.
A defesa do Plano de Gestão Escolar valerá até 20 (vinte) pontos.

CLÁUSULA NONA – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL
Para ser considerado aprovado no Processo de Seleção Simplificada Interna, o candidato deverá atingir no mínimo 45 (quarenta e cinco) pontos na somatória das três etapas.
O candidato, cumprindo todas as exigências do presente Edital, será classificado em ordem decrescente de pontos.
O candidato classificado será convocado pela Secretaria Municipal de Educação de Calumbi- PE, exclusivamente, de acordo com a ordem de classificação, para lotação do cargo na unidade escolar a qual se inscreveu.

Havendo candidatos com a mesma pontuação, serão adotados sucessivamente os seguintes critérios de desempate:
Mais tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino;
Mais tempo de serviço na Unidade de Ensino onde estiver concorrendo;
Mais tempo de experiência em gestão escolar.
Maior idade.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXCLUSÃO AUTOMÁTICA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO INTERNO
Será excluído do Certame, em qualquer de suas fases, inclusive na investidura da função, o candidato que:
Não atender às determinações regulamentares do Edital que trata do Processo de Seleção Simplificada Interna;
Fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
Faltar com o devido respeito para com qualquer membro da Comissão Especial de Seleção Simplificada ou com a equipe auxiliar;
Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS
O candidato que desejar interpor recurso terá o prazo de 24h (vinte e quatro horas), contados a partir das 0h do dia subsequente ao da publicação do resultado preliminar.
Os pedidos de recurso deverão ser apresentados à Comissão Especial de Seleção Simplificada, no endereço virtual mediante o preenchimento do Anexo XIII.
A notificação para conhecimento das respostas dos Recursos será feita quando da divulgação do Resultado Final.
O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Não serão aceitos recursos interpostos em desacordo com as especificações e fora dos prazos previstos neste Edital:
Recursos interpostos por terceiros;

Sem fundamentação lógica e consistente;
Com argumentação idêntica a outros recursos;

Contra terceiros;
Recurso interposto em coletivo;
Cujo teor desrespeite a Comissão Municipal do Processo Seletivo

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PROVIMENTO E VACÂNCIA
O mandato para exercer a função de Gestor Escolar será por um período de 3 (três) anos, permitida a recondução, por igual período, após avaliação do desempenho.
É condição para ser reconduzido a função de Gestor Escolar, no âmbito das instituições de ensino públicas municipais.
Apresentar o Plano de Gestão Escolar, para o período referente ao mandato pretendido, pautado nos indicadores de resultados de IDEB, SAEPE e avaliações internas (SAEC).
Na vacância da função de Gestor Escolar, o Secretário de Educação designará Gestor *pró- tempore*, a partir da lista dos classificados em Processo de Seleção Simplificada Interna.
Ocorrerá vacância da função de Gestor Escolar:
Pelo término do período a que se refere o Decreto nº 045/205;
Por renúncia;
Por aposentadoria;
Por falecimento;
Por dispensa e
Por fechamento de unidade escolar
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO
Os Gestores Escolares aprovados e nomeados na forma desse Edital, serão remunerados e gratificados nas Lei nº 534/2010 (Plano de Cargos e Carreiras do Magistério – PCCM) e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
14.1. A avaliação obedecerá aos mesmos critérios para as funções de Gestor Escolar, a inscrição será específica para cada unidade escolar.
Será efetivada a nomeação para a função de Gestor Escolar de instituições de ensino, mediante designação do Prefeito do Município, os candidatos classificados no processo seletivo por ordem de classificação.
O Gestor Escolar, depois de designados, deverão assegurar o cumprimento de todas as atribuições das funções bem como as diretrizes emanadas da Secretaria Municipal de Educação, conforme Anexo XIV.
O Gestor Escolar que descumprir as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, constatado por meio de Relatório Circunstanciado da equipe da Gestor de Ensino ou da Comissão instituída para esse fim, aprovado(a) pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, será dispensado da função por ato do Poder Executivo Municipal.
O(A) Secretário(a) Municipal de Educação publicará outras regras complementares que se fizerem necessárias para a execução do processo.
A inscrição do candidato implica na aceitação expressa das condições constantes do presente Edital e normas que o regulamentam, não abrindo espaço para questionamentos posteriores referentes ao mesmo.
A aprovação no Processo de Seleção Simplificada Interna assegurará o direito à nomeação na função Gestor Escolar, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes do exclusivo interesse e conveniência da administração, da ordem de classificação e do prazo de validade do Processo de Seleção Simplificada Interna.

Caso não haja candidatos classificados para alguma unidade escolar, e existindo outros candidatos classificados, mas não selecionados em virtude de sua pontuação em outras unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Calumbi-PE, poderá a Secretaria Municipal de Educação convocar os mesmos para exercerem a sua função de Gestor Escolar na Unidade na qual não teve candidato selecionado/classificado, desde que tenha a anuência do candidato.
A lotação dos candidatos aprovados e convocados será realizada de acordo com a opção definida no ato da inscrição do candidato.
Efetivada a inscrição, o candidato não poderá realizar retificações posteriores, bem como juntada de documentos ou novos documentos, podendo haver uma realocação mediante o item 14.8. de como acordo entre partes mediante
Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Seleção Simplificada do Processo de Seleção Simplificada Interna.

Calumbi/PE, em 03 de dezembro de 2025.

ERIVALDO JOSÉ DA SILVA
Prefeito Constitucional

ANEXO I
QUADRO DE DISPONIBILIDADE DE VAGAS PAR GESTOR ESCOLAR

ESCOLA	QUANTIDADE DE VAGAS GESTOR ESCOLAR	LOCALIZAÇÃO
Colégio Mul. Lourival Antonio Simões	01	Rua Lourival Antonio Simões
Creche Comunitária Elvira Cordeiro de Siqueira	01	
Creche Neusa Isabel da Silva	01	Povoado Roças Velhas
Escola Mul. João Alixandre Neto	01	
Escola Mul. Cônsul Geral Bernhard Kalscheuer	01	Povoado Roças Velhas
Escola Mul. José Joaquim do Nascimento	01	Sitio Riachão, Zona Rural
Escola Mul. Povoado Tamboril	01	Sitio Tamboril, Zona Rural

ANEXO II FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
Solicito a inclusão dos meus dados no Processo de Seleção Simplificada Interna para provimento da função de GESTOR ESCOLAR

ESCOLA PARA SELEÇÃO
– IDENTIFICAÇÃO:

Nome do Candidato: Endereço: Nº.: Bairro: Cidade: UF: CEP:
Fones: ( ) E-mail: RG: Órgão Emissor: Data de Emissão: / / CPF:
Título de Eleitor: Zona: Seção: Cart. Profissional Nº.: Série: UF: Data Expedição: / / Nº do PIS/PASEP/NIS:
Certificado Reservista Nº.: (para homens)
Sexo: M ( ) F ( ) Estado Civil: Data Nascimento / / Naturalidade: Nacionalidade: Nome do Pai: Nome da Mãe:

– DADOS PROFISSIONAIS:
Situação Funcional: Possui outro Vínculo Empregatício? Sim ( ) Não ( ) Qual?
Cargo/Função: ( ) efetivo
( ) temporário
( ) comissionado
Pessoa com Deficiência: Sim ( ) Não ( )
TIPO: ( ) Auditiva ( ) Visual ( ) Física/Motora
( ) outras: Qual: Local e data: , / /
Assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas e declaro estar ciente das penalidades cabíveis.

Assinatura do(a) Candidato(a)

ANEXO III
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM ANEXADOS NO ATO DA INSCRIÇÃO

CÓPIA DA CARTEIRA DE IDENTIDADE (RG)
CÓPIA DA CARTEIRA DE RESERVISTA (PARA HOMENS)
CERTIDÃO/ DECLARAÇÃO NEGATIVA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
CÓPIA DO TÍTULO DE ELEITOR E COMPROVANTE DA ÚLTIMA VOTAÇÃO
CÓPIA DO COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA ATUAL (MÍNIMO DE 3 MESES)
CÓPIA DE CONTRACHEQUE (ANO 2025)
CÓPIA DO CPF
CÓPIA DO DOCUMENTOS DE COMPROVAÇÃO DA FORMAÇÃO (DIPLOMA OU CERTIFICADO DE ESCOLARIDADE)
DOCUMENTOS DE COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
(CERTIDÃO, DECLARAÇÃO, CARTEIRA PROFISSIONAL - CTPS)
DOCUMENTOS DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR
01 (UMA) FOTO 3x4
LAUDO MÉDICO (PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA)

OUTROS:

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE DEFICIÊNCIA – FÍSICA

Dr.(ª) CRM - PE:
Especialidade: , fundamentado no Texto da Lei 7.853, de 24/10/1989, Artigo 2º, Parágrafo Único, em seu inciso III, alíneas b, que diz: O empenho do poder público quanto ao surgimento e a manutenção de empregos inclusive de tempo parcial, destinados a pessoas com deficiência que não tenham acesso aos empregos comuns. A qual foi normatizada pelo Decreto 3.298/99 e que foi alterado pelo Decreto 5.296/04 que diz no seu Artigo 4º: É considerada pessoa com deficiência Física a que se enquadra na seguinte categoria:
Inciso I – Deficiência Física: Alteração completa ou parcial de um ou mais segmento do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membro com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (Nova redação dada pelo Decreto Nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 – DOU de 03/12/2004).
Declaro que o(a) Sr(ª) Identidade Nº inscrito(a) na Seleção Pública Simplificada concorrendo a uma vaga de
como Pessoa com Deficiência FÍSICA. Fundamentado no exame clínico que o(a) mesmo(a) apresenta e com base no previsto nos termos da Lei e nos Decreto 3.298 alterado pelo Decreto 5.296, AFIRMO que: O(A) candidato(a) (É) (NÃO É) Pessoa com Deficiência Física, cujo CID 10 da Deficiência é . Em razão do(a) mesmo(a) apresentar o seguinte quadro deficitário motor:

NOTA: *O(A) candidato(a) inscrito(a) como Deficiente Físico(a)* é obrigado(a) a além deste documento para a análise da comissão organizadora da Seleção Pública Simplificada encaminhar em *anexo exames atualizados que possa comprovar a Deficiência Física (laudo dos exames acompanhados da tela radiológica, escanometria, Tomografia Computadorizada, Ressonância Magnética, etc).*
Calumbi/PE, / /

Ratifico as informações acima.

Ass. c/ Carimbo do Médico Assistente

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE DEFICIÊNCIA – AUDITIVA

Dr.(ª) CRM - PE:
Especialidade: , fundamentado no Texto da Lei 7.853 de 24/10/1989, Artigo 2º, Parágrafo Único, em seu inciso III, alíneas b, que diz: O empenho do poder público quanto ao surgimento e a manutenção de empregos inclusive de tempo parcial, destinados a pessoas com deficiência que não tenham acesso aos empregos comuns. A qual foi normatizada pelo Decreto 3.298/99 alterado pelo Decreto 5.296/04 que diz no seu Artigo 4º: É considerada pessoa com deficiência Auditiva a que se enquadra nas seguintes categorias:
Inciso II – Deficiência Auditiva: Perdas bilaterais, parciais ou totais, de quarenta e um decibéis(db) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

De 25 a 40 db – surdez leve;
De 41 a 55 db – surdez moderada;
De 56 a 70 db – surdez acentuada;
De 71 a 90 db – surdez severa;
Acima de 91 db – surdez profunda;
Anacusia.

Declaro que o(a) Sr(ª) Identidade Nº
inscrito(a) na Seleção Pública Simplificada concorrendo a uma vaga de
como Pessoa com Deficiência AUDITIVA.
Fundamentado no exame clínico que o(a) mesmo(a) apresenta e com base no previsto nos termos da Lei e no Decreto 3.298 alterado pelo Decreto 5.296, AFIRMO que: o(a) candidato(a) (É) (NÃO É) Pessoa com Deficiência Auditiva, cujo CID 10 da Deficiência é . Em razão do(a) mesmo(a) apresentar surdez bilateral em nível de acentuada a profunda ou anacusia, conforme demonstrado na audiometria tonal e vocal datada de / / em anexo.
NOTA: *O(A) candidato(a) inscrito(a) como Deficiente Auditivo(a)* é obrigado(a) além deste documento para a análise da comissão organizadora da Seleção Pública Simplificada encaminhar em *anexo Audiometria atualizada e Audiometrias anteriores que porventura possua, que possam comprovar a deficiência Auditiva Bilateral a partir de 56 db na frequência de 500 Hz e sua evolução, se for o caso.*
Calumbi-pe/PE, / / Ratifico as informações acima.

Ass. c/ Carimbo do Médico Assistente

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE DEFICIÊNCIA – VISUAL

Dr.(ª) CRM - PE:
Especialidade: , fundamentado no Texto da Lei 7.853 de 24/10/1989, Artigo 2º, Parágrafo Único, em seu inciso III, alíneas b, que diz: O empenho do poder público quanto ao surgimento e a manutenção de empregos inclusive de tempo parcial, destinados a pessoas com deficiência que NÃO tenham acesso aos empregos comuns. A qual foi normatizada pelo Decreto 3.298/99 alterado pelo Decreto 5.296/04 que diz no seu Artigo 4º: É considerada pessoa com deficiência Visual a que se enquadra nas seguintes categorias:
Inciso III – Deficiência Visual - Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60 º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores. (nova redação dada pelo Decreto Nº 5.296/04) e pela Súmula STJ 377/09 para os portadores de visão monocular.
Declaro que o(a) Sr(ª) Identidade Nº
inscrito(a) na Seleção Pública Simplificada concorrendo a uma vaga de
como Pessoa com Deficiência VISUAL. Fundamentado no exame clínico que o(a) mesmo(a) apresenta e com base no previsto nos termos da Lei e nos Decreto 3.298 alterado pelo Decreto 5.296, e pela Súmula STJ 377/09. AFIRMO que: o(a) candidato(a) (É) (NÃO É) Pessoa com Deficiência Visual, cujo CID 10 da Deficiência é . Em razão do(a) mesmo(a) apresentar Cegueira bilateral ou Visão Monocular as custas do Olho , conforme a acuidade visual C/S correção e na Campimetria Digital Bilateral datada de / / anexa.
NOTA: *O(A) candidato(a) inscrito(a) como Deficiente Visual* é obrigado(a) encaminhar além deste documento para a análise da comissão organizadora da Seleção Pública Simplificada *anexar Campimetria Digital Bilateral atualizada e estudo da acuidade visual com e sem correção. Será considerado portador de Cegueira monocular "visão monocular" aquele que tenha acuidade visual igual ou inferior a 0,05 com a melhor correção, no olho afetado.*

Calumbi/PE, / / Ratifico as informações acima.

Ass. c/ Carimbo do Médico Assistente

ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE NÃO OCUPAÇÃO DE CARGOS ELETIVOS OU COMISSIONADOS EM OUTROS MUNICÍPIOS

Declaro para os fins que se fizerem necessários que não ocupo cargos eletivos ou comissionados em outros municípios, estando apto para exercer a função a que concorro no Processo de Seleção Simplificada Interna para provimento da função de GESTOR Escolar em qualquer localização do território do município de Calumbi/PE.

Pelo que assino o presente dando razão do fato.

Calumbi/PE, / /

Assinatura do Candidato

ANEXO VIII CONTEÚDOS PARA PROVA OBJETIVA
A Prova Objetiva consistirá na aplicação de uma avaliação escrita, de caráter **eliminatório**, com o objetivo de aferir os conhecimentos teóricos e práticos dos(as) candidatos(as) sobre conteúdos e competências específicas relacionadas à gestão escolar. A prova abordará temas conforme descrito no presente edital, englobando áreas essenciais para o desempenho de funções de liderança e organização pedagógica nas unidades escolares. Serão explorados tópicos como:
Políticas públicas educacionais;
Legislação educacional (LDB, Constituição Federal, ECA, entre outros);
Gestão democrática e participativa;
Avaliação institucional e pedagógica;
Projeto político-pedagógico;
Currículo e organização do trabalho pedagógico;
Planejamento e gestão administrativa, financeira e de pessoas;
Inclusão, diversidade e equidade na educação;

Tecnologias educacionais e inovação na gestão escolar.

ANEXO IX

N° de Ordem	Títulos	Pontuação	Pontuação Máxima
a)	Doutorado em gestão ou administração escolar, ministrado por instituição de Ensino Superior, reconhecida pelo MEC.	05	
b)	Doutorado na área do ensino, ministrado por Instituição de Ensino Superior, reconhecidos pelo MEC.	05	
c)	Mestrado em Gestão ou administração escolar, ministrado por Instituição de Ensino Superior, reconhecidos pelo MEC.	04	
			20
d)	Mestrado na área do ensino, ministrado por Instituição de Ensino Superior, reconhecidos pelo MEC.	04	
e)	Pós-Graduação Lato sensu na área do ensino (com carga horária mínima de trezentos e sessenta horas/aula), ministrado por Instituição de Ensino Superior, reconhecidos pelo MEC.	02	
f)	Curso de formação em gestão escolar, com no mínimo 40h.	3	05
g)	Curso de formação em gestão escolar, com no mínimo 20h.	2	
h)	Experiência profissional comprovada no cargo de Diretor Escolar – 01 (um) ponto por ano completo, até o limite de 05 (cinco) anos.	01 pontos por ano completo	05

ANEXO X
PLANO DE GESTÃO ESCOLAR (MODELO)
O Plano de Gestão Escolar deverá estar disposto com:

Fonte Times New Roman ou Arial - tamanho 12;
Espaçamento de 1,5;
Apresentar folha de rosto com a identificação do candidato;
Caracterização do candidato;
Caracterização da escola;
Diagnóstico, análise da realidade educacional da escola a que concorre;
Justificativa – Bases legais, princípios e fundamentos;
Conhecimento da estrutura de gestão considerando a organização de trabalho escolar;
Proposição de metas a serem atingidas a partir da realidade educacional da escola a que concorre (resultados de avaliações externas, tratando-se do Ensino Fundamental);
Plano de Ação 2026/2028, contendo as dimensões: político-institucional, pedagógica, administrativa, pessoal e relacional, resultados educacionais e físico/financeira;
Estratégias de Avaliação e Monitoramento do Plano de Gestão Escolar;
A apresentação para Defesa do Plano de Gestão Escolar deverá estar disposta em, no máximo, 10 (dez) slides;
Referências bibliográficas.

A) DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL					
DETALHAMENTO DA AÇÃO	OBJETIVOS	ENVOLVIDOS	ESTRATÉGIAS	RECURSOS NECESSÁRIOS	PERÍODO
B) DIMENSÃO PEDAGÓGICA					
DETALHAMENTO DA AÇÃO	OBJETIVOS	ENVOLVIDOS	ESTRATÉGIAS	RECURSOS NECESSÁRIOS	PERÍODO
C) DIMENSÃO ADMINISTRATIVA					
DETALHAMENTO DA AÇÃO	OBJETIVOS	ENVOLVIDOS	ESTRATÉGIAS	RECURSOS NECESSÁRIOS	PERÍODO
D) DIMENSÃO PESSOAL E RELACIONAL					

DETALHAMENTO DA AÇÃO	OBJETIVOS	ENVOLVIDOS	ESTRATÉGIAS	RECURSOS NECESSÁRIOS	PERÍODO
E) DIMENSÃO RESULTADOS EDUCACIONAIS					
DETALHAMENTO DA AÇÃO	OBJETIVOS	ENVOLVIDOS	ESTRATÉGIAS	RECURSOS NECESSÁRIOS	PERÍODO
F) DIMENSÃO FÍSICO/FINANCEIRA					
DETALHAMENTO DA AÇÃO	OBJETIVOS	ENVOLVIDOS	ESTRATÉGIAS	RECURSOS NECESSÁRIOS	PERÍODO

ANEXO XI
AVALIAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Estrutura do documento.	2
Legitimidade dos dados.	2
Coerência das proposições, metas e estratégias a serem atingidas a partir da realidade educacional.	3
Propostas inovadoras para superação e elevação dos resultados das avaliações externas.	3
TOTAL	**10**

ANEXO XII
AVALIAÇÃO DA DEFESA DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Desenvoltura, clareza, objetividade na exposição e capacidade de argumentação às questões apresentadas pela Banca examinadora.	6
Domínio do conteúdo do Plano de Gestão Escolar.	7
Conhecimento sobre as Políticas de Educação no âmbito Federal, Estadual e Municipal.	7
TOTAL	**20**

ANEXO XIII FORMULÁRIO PARA RECURSOS

Nome do Candidato(a)**:**

Função:

À Comissão Especial de Seleção Simplificada

Calumbi- PE , de de 2025.

Assinatura do Candidato(a)

ANEXO XIV
ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES DE GESTOR ESCOLAR PROFESSOR(A) EM ATIVIDADE DE SUPORTE PEDAGÓGICO
- RESPONSABILIDADE:
- Assegura o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- Emite parecer técnico;
- Participa e coordena as atividades de planejamento global da escola;
- Participa da elaboração, execução e avaliação do projeto pedagógico da escola;
- Estabelece parcerias para desenvolvimento de projetos;
- Articula-se com órgãos gestores de educação e outros;
- Participa da elaboração do currículo e calendário escolar;
- Participa da análise do plano de organização das atividades dos professores, como: distribuição de turmas, horas/aula, horas/atividades, disciplinas e turmas sob a responsabilidade de cada professor;
- Mantém intercâmbio com outras instituições de ensino;
- Participa de reuniões pedagógicas e técnico-administrativa;
- Acompanha e orienta o corpo docente e discente da unidade escolar;
- Planeja, executa e avalia atividades de capacitação e aperfeiçoamento de pessoal da área de educação;
- Sistematiza os processos de coleta de dados relativos ao educando através de assessoramento aos professores, favorecendo a construção coletiva do conhecimento sobre a realidade do aluno;
- Conhece os princípios norteadores de todas as disciplinas que compõem os currículos da educação básica;
- Assessora o trabalho docente na busca de soluções para os problemas de reprovação e evasão escolar;
- Participa da análise e escolha do livro didático;
- Acompanha e orienta estagiários;
- Participa de reuniões interdisciplinares;
- Avalia e participa do encaminhamento dos alunos portadores de necessidades especiais, para setores específicos de atendimento;
- Coordena a elaboração, execução e avaliação de projetos pedagógicos e administrativos da escola;
- Orienta os professores na identificação de comportamentos divergentes dos alunos, levantando e selecionado, em conjunto, alternativas de soluções a serem adotadas;
- Promove e coordena reuniões com o corpo docente, discente e equipes administrativas e pedagógicas da unidade escolar;
- Programa, realiza e presta contas das despesas efetuadas com recurso diversos;

- Coordena, acompanha e avalia as atividades administrativas e técnico-pedagógica da escola; 2 - DESEMPENHO EFICIENTE NO TRABALHO:
- Participa do processo de lotação numérica;
- Coordena as atividades de integração da escola com a família e a comunidade;
- Coordena conselho de classe;
- Apresenta propostas que visem a melhoria da qualidade do ensino;
- Contribui para a construção e operacionalização de uma proposta pedagógica que objetiva a democratização do ensino, através da participação efetiva da família e demais segmentos da sociedade;
- Acompanha e orienta pedagogicamente a utilização de recursos tecnológicos nas unidades escolares;
- Promove o intercâmbio entre professor, aluno, equipe técnica e administrativa, e conselho escolar;
- Trabalha a integração social do aluno;
- Traça perfil do aluno, através de observação, questionários, entrevistas e outros;
- Divulga experiências e materiais relativos à educação; 3 - DEDICAÇÃO:
- Participa da promoção e coordenação de reuniões com o corpo docente e discente da unidade escolar;
- Estimula o uso de recursos tecnológicos e o aperfeiçoamento dos recursos humanos;
- Zela pela integridade física e moral do aluno;
- Incentiva os alunos a participarem de concursos, feiras de cultura, grêmios estudantis e outros;
- Contribui na preparação do aluno para o exercício da cidadania;
- Zela pela manutenção e conservação do patrimônio escolar;
- Propõem a aquisição de equipamentos que assegurem o funcionamento satisfatório da unidade escolar;
- Trabalha o currículo, enquanto processo interdisciplinar e viabilizador da relação transmissão/produção de conhecimentos, em consonância com o contexto sociopolítico econômico;
- Busca a modernização dos métodos e técnicas utilizadas pelo pessoal docente, sugerindo sua participação em programas de capacitação e demais eventos;
- Contribuir para o aperfeiçoamento do ensino e da aprendizagem desenvolvida pelo professor em sala de aula, na elaboração e implementação do projeto educativo da escola, consubstanciado numa educação transformadora;
- Auxilia o aluno na escolha de profissões, levando em consideração a demanda e a oferta no mercado de trabalho;
- ASSIDUIDADE:
– Cumpre a sua carga-horária na íntegra, zelando pela assiduidade; 5 - PONTUALIDADE:
– Chega ao trabalho com antecedência mínima de cinco minutos, preservando a pontualidade; 6 - REALIZAÇÃO DE PROJETOS E TRABALHOS ESPECIALIZADOS:
- Elabora e executa projetos pertinentes à sua área de atuação;
- Elabora relatórios de dados educacionais;
- Participa da elaboração e avaliação de propostas curriculares;

- Desenvolve pesquisa de campo, promovendo visitas, consultas e debates, estudos e outras fontes de informação, a fim de colaborar na fase de discussão do currículo pleno da escola;

- Coordena as atividades de elaboração do regimento escolar; 7 - CURSOS DE ATUALIZAÇÃO:
- Participa de estudos e pesquisas em sua área de atuação;
7.2-Participa de palestras, seminários, congressos, encontros pedagógicos, capacitações, cursos e outros eventos da área educacional e correlato;
- ÉTICA PROFISSIONAL:
– Mantém uma postura ética em suas relações interpessoais e profissionais, baseada em princípios de respeitabilidade, coerência e dignidade;
– Propicia uma relação harmônica com todos os trabalhadores da educação;
– Propicia um melhor relacionamento com a coletividade e o respeito ao patrimônio público e trata com cortesia, respeito, educação e consideração, os colegas de trabalho e superiores hierárquicos;
– Vivência, orienta e difunde os princípios éticos entre a comunidade escolar, ampliando a confiança da sociedade na integridade e transparência das atividades por ele desenvolvidas e pela Entidade de Ensino onde trabalha;
- CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO:
- Participam da laboração, execução, acompanhamento e avaliação de políticas de ensino;
- Zela pelo cumprimento da legislação escolar educacional;
- Contribui para aplicação da política pedagógica do Município e o cumprimento da legislação de ensino;
- Promove a inclusão do aluno portador de necessidades especiais no ensino regular;
- Orienta escolas na regularização e nas normas legais referentes ao currículo e a vida escolar do aluno;
- Acompanha estabelecimentos escolares, avaliando o desempenho de seus componentes e verificando o cumprimento de normas e diretrizes para garantir eficácia do processo educativo;
- Elabora documentos referentes à vida escolar dos alunos de escolas extintas;
- Participa da avaliação do grau de produtividade atingido pela escola e pelo Sistema Municipal de Ensino, apresentando subsídios para a tomada de decisões a partir dos resultados das avaliações;
- Participa da gestão democrática da unidade escolar; 10-EXECUTA OUTRAS ATIVIDADES CORRELATAS.

ANEXO XII CRONOGRAMA DE EVENTOS

EVENTO	DATA PERÍODO	LOCAL
Publicação do Edital.	03/12/2025	ONLINE
Período de Inscrição dos candidatos.	04 a 11/12	ONLINE
Divulgação de Inscrições Deferidas, Indeferidas e resultado da primeira etapa.	12/12/2025	ONLINE
Recurso ao Resultado da primeira etapa.	13/12/2025	ONLINE
Divulgação de local para realização da prova objetiva	14/12/2025	ONLINE
Divulgação das Respostas aos Recursos e Resultado definitivo da primeira etapa.	14/12/2025	ONLINE
Realização da prova objetiva	16/12/2025	Colégio Lourival Antonio Simões
Divulgação do Resultado Preliminar da prova objetiva	17/12/2025	ONLINE
Divulgação de relação de candidatos selecionados com as respectivas datas para Defesa do Plano de Gestão Escolar.	18/12/2025	ONLINE
Recurso ao Resultado da primeira etapa.	18/12/2025	ONLINE
Divulgação do Resultado Definitivo da prova objetiva	19/12/2025	ONLINE
Defesa do Plano de Gestão Escolar	20/12 de 2025	Creche Comunitária Elvira Cordeiro de Siqueira
Resultado Preliminar da Defesa do Plano de Gestão Escolar	22/12/2025	ONLINE
Recurso a Divulgação ao Resultado Preliminar Defesa do Plano de Gestão Escolar	23/12/2025	ONLINE
Divulgação do Resultado Final.	26/12/2025	ONLINE
Homologação do Resultado Final.	29/12/2025	ONLINE

Publicado por:
Levy Wallaci da Silva
Código Identificador:775D82EB

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE CUSTÓDIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 025/2025 FMS

ESTADO DE PERNAMBUCO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CUSTÓDIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 00075/2025

Aos 02 dias do mês de Dezembro de 2025, na sede da Cnpj: 10.298.546/0001–24 do Fundo Municipal de Saúde de Custódia, Estado de Pernambuco, localizada na Trav. Heleno Aleixo - Centro - Custodia - PE, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Decreto Municipal nº 023, de 21 de Março de 2024; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00025/2025 que objetiva o registro de preços para: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS ESPECIFICOS PARA SUPORTE NUTRICIONAL DE PACIENTE COM EPILEPSIA, DESTINADO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CUSTODIA–PE(Itens fracassados P.E 018–2025); resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CUSTÓDIA - CNPJ nº 10.298.546/0001-24.

VENCEDOR: ISABELA DOS SANTOS NASCIMENTO						
CNPJ: 29.378.754/0001-61						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
1	Maionese Zero Carboidratos 500g Marcas: Lisa Caseira, Hemmer ou Helmans Nova York	LIZA	Unidades	115	19,80	2.277,00
2	Azeite de Oliva Extra–Virgem 500ml	GALLO	Unidades	115	48,50	5.577,50
3	Creme de Leite Fresco 500g Marcas: Bupesa, Verde Campo, Campo Serra ou Tirolez	VERDE CAMPO	Unidades	201	30,00	6.030,00
4	Leite de Coco Tradicional 500ml Marcas: Sococo ou Ducoco	DUCOCO	Unidades	86	19,00	1.634,00
5	Cream Cheese Tradicional 150g Marca: Danubio ou Polenghi	DANUBIO	Unidades	144	14,20	2.044,80
6	Requeijão Catupiry ou Danubio Tradicional 200g	DANUBIO	Unidades	144	13,65	1.965,60
TOTAL						19.528,90

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Contrato, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 00025/2025, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pelo Fundo Municipal de Saúde de Custódia, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representado pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.
O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:
As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contração será formalizada por intermédio do Contrato.
O prazo para assinatura do Contrato, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.
O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Contrato e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.
Não atendendo à convocação para assinar o Contrato, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.
É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.
O Contrato decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços; e aquele que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136; e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00025/2025 e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame:

- ISABELA DOS SANTOS NASCIMENTO.
29.378.754/0001-61
Item(s): 1 - 2 - 3 - 4 - 5 - 6.
Valor: R$ 19.528,90

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Custódia.

Custodia - PE, 02 de Dezembro de 2025

AYANNE CAMPOS DE LIRA TORRES -
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Hilda de Siqueira Souza
Código Identificador:B35AB575

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUSTODIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 018/2025 PMC

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUSTÓDIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Setor de Contratação da Prefeitura Municipal de Custódia, Estado de Pernambuco, localizada na Trav. Heleno Aleixo - Centro - Custodia - PE, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Federal nº 10.024/2019, de 20 de Setembro de 2019; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Decreto Municipal nº 023, de 21 de Março de 2024; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00018/2025 que objetiva o registro de preços para: Registro de Preço para contratação de Empresa especializada para prestação de serviços de locações e instalações de equipamentos de sonorização, gerador, palco, gride, banheiros químicos, grades de fechamento de contenção e outros destinados aos eventos festivos a serem realizados no Município de Custódia/PE; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgãos e/ou entidades integrantes da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE CUSTÓDIA - CNPJ nº 11.358.165/0001-56; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNPJ nº 12.135.199/0001-44; FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CNPJ nº 30.971.925/0001-40; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - CNPJ nº 10.298.546/0001-24.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 000622025 - 01/12/2025						
VENCEDOR: FALCAO ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA						
CNPJ: 50.860.637/0001-26						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
2	TENDAS: LOCAÇÃO DE TENDAS MEDINDO 10 METROS X 10 METROS, ABERTA MODELO: CHAPEU DE BRUXA.	ALUBAN	Diárias	10	1.500,00	15.000,00
6	HOUSE MIX: MEDINDO NO MÍNIMO 4X 3 METROS, COM 0,20 CM DE ALTURA, COM 1 (PRIMEIRO) ANDAR PARA TECNICOS E TODAS AS CANHÕES SEGUIDORES. DESPESAS PARA MONTAGEM E INSTALAÇÃO, E TRANSPORTE POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA	ALUTHENT	Diárias	10	3.500,00	35.000,00
7	PÓRTICOS: EM ESTRUTURA METÁLICA TRELIBOX DE ALUMÍNIO MEDINDO 10,00M DE COMPRIMENTO POR 1,00M DE ALTURA, 02(DUAS) COLUNAS MEDINDO 5,00M DE ALTURA LIVRE EM ESTRUTURA METÁLICA TRELIBOX DE ALUMÍNIO P30.	ALUTHENT	Diárias	10	3.800,00	38.000,00
8	GRIDE P30: ALUMÍNIO TIPO GRIDE P30 COM DEMAIS CONEXÕES E ADAPTADORES SENDO ELES CUBOS, BASES, SLEEVS, GREPOS E ETC, TODOS MONTADOS COM CABOS DE AÇO OU SINTAS IÇADOS AO CHÃO E TOTALMENTE ATERRADO.SENDO DESTINADO HÁ SER USADO UM PORTAIS DE ENTRADA DE ÁREAS COMO, BANHEIROS, PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO, ENTRADA SAÍDA E ONDE SE FIZER NECESSÁRIO	ALUTHENT	MT	1000	37,00	37.000,00
9	ILUMINAÇÃO DE MÉDIO PORTE – 01 CONSOLE PARA ILUMINAÇÃO COM CONTROLE DE TEMPO REAL PARA 2.048 PARÂMETROS, TIPO AVOLITE. 08 LÂMPADAS PAR 64. 04 MINI BRUIT DE 04 OU 06 LÂMPADAS E 01 RACKS DIMER DE 12 CANAIS. 04 ATOMIC LED 3000W, 24 REFLETORES PAR LED RGBWA 55X3 COM CONTROLE DMX. 12 MOVING BEAN 5R TODOS DA MESMA LINHA , 01 MA´QUINAS DE FUMAÇA CONTROLADAS VIA DMX COM VENTILADOR, 01 RACK PROPOWER, 01 SPLITER. TODO O SISTEMA DEVE ATENDER AOS PADRÕES DE SEGURANÇA EM MONTAGEM DESMONTAGEM E EXECUÇÃO, TAMBÉM DEVE TER TODO SEU SISTEMA ELÉTRICO ATERRADO E SISTEMA DE PROTEÇÃO DE SOBRECARGA.	AVOLITE	Diárias	8	7.500,00	60.000,00
10	FECHAMENTO: TAPUMES METÁLICOS EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, MODULAR, MEDINDO 2,20 POR 2,30 METROS, MONTADOS EM LINHA RETA OU CURVADA, DE MANEIRA FIRME E SEGURA.	ALUTHENT	MT	750	46,00	34.500,00
11	TOLDOS: MODELO CHAPÉU DE BRUXA OU PIRÂMIDE COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 5,0X5,0M, ALTURA DE 2,0M EM ESTRUTURA DE FERRO GALVANIZADO E COBERTURA EM LONA NA COR BRANCA.		Diárias	150	320,00	48.000,00
23	FECHAMENTO: TAPUMES METÁLICOS EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, MODULAR, MEDINDO 2,20 POR 2,30 METROS, MONTADOS EM LINHA RETA OU CURVADA, DE MANEIRA FIRME E SEGURA.	ALUTHENT	MT	250	46,00	11.500,00
26	SOM DE MÉDIO PORTE – SISTEMA DE SONORIZAÇÃO DE MÉDIO PORTE. P.A: 16 CAIXAS LINE ARRAY INDUSTRIALIZADAS, COM PROCESSAMENTO E AMPLIFICAÇÃO COMPATÍVEIS COM O SISTEMA E QUE TENHAM SOFTWARE DE PREDIÇÃO ACÚSTICA E ATENDAM RIDER TÉCINICO E EXIGÊNCIAS DE ATRAÇÕES DE MÉDIO PORTE. SUBWOOFERS: 16 CAIXAS SUBWOOFERS COM 02 ALTO FALANTES DE 18 POLEGADAS COM RESPOSTA EQIVALENTE À 3.000 WATS CADA CAIXA. DE MARCA E MODELO QUE ATENDA RIDER TÉCNICO E EXIGÊNCIAS DE ARTITSTAS DE MÉDIO PORTE. CONSOLE P.A: (MESA DE SOM) MIXER DIGITAL COM 48 CANAIS DE ENTRADA E 16 SAÍDAS BALANCEADAS, DE MARCA E MODELO QUE ATENDA RIDER TÉCNICO E EXIGÊNCIAS DE ARTITSTAS DE MÉDIO PORTE. CONSOLE MONITOR (MESA DE SOM) MIXER DIGITAL COM 48 ENTRADAS E 24 SAÍDAS QUE ATENDA RIDER TÉCNICO E EXIGÊNCIAS DE ARTISTAS DE MÉDIO PORTE. MONITOR (RETORNO) SIDE DUPLO STEREO MODELO KF 03 VIAS SENDO 15” 10” E DRIVER, 04 CAIXAS SUBWOOFERS COM 02 ALTO FALANTES DE 18” CADA CAIXA, COM AMPLIFICAÇÃO E PROCESSAMENTO COMPATÍVEL. 50 CABOS XLR, 20 CABOS P–10 DE DIVERSOS TAMANHOS, 15 DIRECT BOX PASSIVOS, 20 PEDESTAIS GRANDE, 05 PEDESTAIS PEQUENOS, 04 GARRAS TIPO GIRAFA P/ MICROFONES, 12 MICROFONES MODELO SM[1]58, 12 MICROFONES MODELO SM–57, E DEMAIS MICROFONES ESPECÍFICOS PARA INSTRUMENTOS DE BATERIA, PERCUSSÃO, 02 MICROFONES SEM FIO DE LONGO ALCANCE COM OPERAÇÃO DE FREQUÊNCIA DENTRO DO RANGE PERMITIDO PELA ANATEL. 02 AMPLIFICADORES TIPO COMBO P/ GUITARRA, 01 AMPLIFICADOR P/ CONTRA BAIXO TIPO CABEÇOTE E CAIXAS QUE ATENDAM EXIGÊNCIAS DO RIDER DE ARTISTAS DE MÉDIO PORTE. 01 CAIXA SUBWOOFERS COM 02 ALTO FALANTES DE 18” CADA P/ SEREM USADOS COMO VIA AUXILIAR DE RETORNO P/ BATERIA. 10 RÉGUAS DE AC COM PADRÃO NBR E AMERICANO P/ SEREM DISTRIBUÍDAS DE ACORDO COM A NECESSIDADE E EXIGÊNCIAS DO EVENTO, 06 MONITORES P/ RETORNO TIPO SM–400 OU SIMILAR QUE ATENDA	LS AUDIO	Diárias	2	12.200,00	24.400,00

	EXIGÊNCIAS DO RIDER TÉCNICO DA ATRAÇÃO. 01 MULTICABO DE 48 VIAS DE USO EXCLUSIVO PARA CANAIS DE ENTRADA DAS CONSOLES, SISTEMA DE MULTICABO CONTENDO 06 SUBSNAKE COM CABOS DE 15 METROS. SISTEMA DE COMUNICAÇÃO ENTRE MESAS DE P.A E MONITOR TIPO INTERCOM. 60 METROS DE PROTETORES DE CABOS DE 05 VIAS PARA SEREM USADOS NA PASSAGEM DE CABOS QUE FICAREM EXPOSTOS NO PÁTIO DE EVENTOS, NO PALCO E ATÉ O GRUPO GERADOR. TODO O SISTEMA DEVE ATENDER AOS PADRÕES DE SEGURANÇA EM MONTAGEM DESMONTAGEM E EXECUÇÃO, TAMBÉM DEVE TER TODO SEU SISTEMA ELÉTRICO ATERRADO E SISTEMA DE PROTEÇÃO DE SOBRECARGA					
27	PALCO EM ALUMÍNIO MEDINDO 10M X 08M DIMENSÕES MÍNIMAS DE 10,00 (DEZ) METROS DE LARGURA(FRENTE) POR 08,00(OITO) METROS DE COMPRIMENTO, 6,0 (SEIS) METROS DO PISO AO TETO E 2,00(DOIS METROS DO SOLO AO PISO. CONFECCIONADO EM ALUMÍNIO; 01(UMA) ESCADA; COBERTURA DO TETO EM LONA KP1000 NA COR BRANCA OU PRETA; CABOS DE AÇO E TRAVAMENTOS LATERAIS; 1(UMA) ÁREA DE SERVIÇO MEDINDO 2,20M X 6,40M X 3,80M. 01 (UM) CAMARIM EM ESTRUTURA DE TS MEDINDO 4,00M X 4,00M. COM ILUMINAÇÃO PARA TODOS OS AMBIENTES BEM COMO, INCLUSÃO DE EXTINTORES EM NUMERO COMPATÍVEL COM O PALCO A SER LOCADO. DEVIDO ATERRAMENTO. INCLUINDO MÃO DE OBRA DE MONTAGEM E DESMONTAGEM	ALUTHENT	Diárias	2	12.000,00	24.000,00
31	PALCO EM ALUMÍNIO MEDINDO 14M X 10M: PALCO EM ALUMÍNIO, COBERTO COM LONAS EM PERFEITAS CONDIÇÕES NA COR BRANCA OU PRETA, MEDINDO, 14 METROS DE BOCA POR 10 METROS DE PROFUNDIDADE E 10 METROS DE ALTURA, COM 2,20M DE ALTURA DO PISO AO CHÃO E 07 METROS DE PÉ DIREITO. COM SUPORTE PARA MONTAGEM DO SISTEMA DE SOM, EM ALUMÍNIO, ACOPLADO AO PALCO, TIPO TRAVE MEDINDO 08 METROS DE ALTURA E 02 METROS DE LARGURA. SUPORTE PARA TESTEIRA DE LED MONTADO EM ALUMÍNIO, MEDINDO 14 METROS DE LARGURA P 1,20 DE ALTURA. 01 ESCADA DE ACESSO COM 2,0M DE LARGURA EM CADA LADO DO PALCO REVESTIDA DE ALUMÍNIO. PISO DO PALCO COM CHAPAS DE MADEIRA MODELO NAVAL REVESTIDAS COM BORRACHA ANTIDERRAPANTE. É DE EXTREMA IMPORTÂNCIA QUE TODA ÁREA DO PISO, NO FUNDO E NAS LATERAIS SEJAM MONTADAS COM PROTEÇÃO TIPO GUARDA CORPO, E QUE CUMPRA TODAS AS NORMAS DE ATERRAMENTO E SEGURANÇA.	ALUTHENT	Diárias	2	15.000,00	30.000,00
32	PAINEL DE LED ALTA DEFINIÇÃO P10: MEDINDO 03M X 02M (TRÊS METROS DE LARGURA, POR DOIS METROS DE ALTURA), PAINEL DE LED DE ALTA RESOLUÇÃO PARA USO EXTERNO (TIPO OUTDOOR) PH10MM COM RESOLUÇÃO FÍSICA DE 1080 X 1080 PIXES, PROCESSADOR DE VÍDEO (DVI, HDMI, VGA, SDI E RCA), SERVIDOR DE VÍDEO, MAIN POWER, BUMPER, CABOS E ACESSÓRIOS. COM TRANSMISSÃO SIMULTÂNEA AO VIVO COMPOSTA POR COMPUTADOR OU TABLETE DE BOA QUALIDADE, COM 22 METROS LINEARES DE ESTRUTURA EM DURALUMÍNIO NO FORMATO DE Q30, COM 02 DOIS SLIVE, 02 PAU DE CARGA, 02 CUBO, 04 FASES E 02 TRALHA DE 01 TONELADA	DELL	Diárias	5	5.900,00	29.500,00
TOTAL						386.900,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 000612025 - 01/12/2025

VENCEDOR: K E SERVICOS & ORGANIZACAO DE EVENTOS LTDA

CNPJ: 10.973.009/0001-32

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
1	BANHEIROS QUÍMICOS COM ACESSIBILIDADE: CONFECCIONADOS EM FIBRA COM INDICAÇÃO DE MASCULINO E FEMININO COM LIMPEZA DIÁRIA ATRAVÉS DE CAMINHÃO DE SUCÇÃO.	PRÓPRIA	Diárias	10	550,00	5.500,00
4	GRIDE P30/P50 GRANDE PORTE – ESTRUTURA MONTADA EM ALUMÍNIO TIPO GRIDE P30/50 PARA USO NO PALCO, SENDO ESTE PARA DAR APOIO HÁ ESTRUTURA DE ILUMINAÇÃO E PAINÉIS DE LED DAS ATRAÇÕES QUE IRAM SE APRESENTAR, O MESMO DEVE ATENDER AS NECESSIDADES DO CENÁRIO DE TODAS AS ATRAÇÕES COM DIMENSÕES: 10X8X6 E DUAS PASSARELAS P30 CADA UMA COM11MTS, COM DEMAIS CONEXÕES E ADAPTADORES SENDO ELES CUBOS, SLEEVS E GREPOS. EQUIPAMENTO DEVE ESTAR ATERRADO E MONTADO COM TODAS AS MEDIDAS DE SEGURANÇA, TAIS COMO SINTAS, TALHAS COM A CAPACIDADE DE 01 TONELADA CADA	PRÓPRIA	Diárias	8	2.250,00	18.000,00
5	DISCIPLINADOR DE ÁREA: DISCIPLINADORES TIPO BARRICADAS PARA DEMARCAR OU ISOLAR ÁREAS DESTINADAS A APRESENTAÇÕES OU EM OUTRAS NECESSIDADES 1,20 M	PRÓPRIA	MT	1000	35,00	35.000,00
15	BANHEIROS QUÍMICOS – CABINE INDIVIDUAL, COM COBERTURA TRANSLÚCIDA E INCLINADA COM CANALETAS, PISO ANTIDERRAPANTE, CAIXA DE DEJETOS QUE FUNCIONA COMO MISTURA DE ÁGUA DILUÍDA EM PRODUTO QUÍMICOS BIODEGRADÁVEL, SEM FORMOL PARA DEGRADAR O MATERIAL SÓLIDO SEM POLUIR O MEIO AMBIENTE, CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO VASO SANITÁRIO E MICTÓRIO ACOPLADO; TRINCA INDICADOR (OCUPADO/LIVRE); IDENTIFICAÇÃO DE MASCULINO E FEMININO; VENTILAÇÃO INTERNA ATRAVÉS DE TELAS; PORTA PAPEL HIGIÊNICOS E OBJETOS; ILUMINAÇÃO INDIVIDUAL; MÃO DE OBRA PARA A MANUTENÇÃO PERMANENTE PADRONIZADA, COM SUCÇÃO; DIMENSÕES 1,20 X 1,15 X 2,30 LARGURA E COMPRIMENTO, CAPACIDADE DE 170 LTS.	PRÓPRIA	Diárias	225	290,00	65.250,00
24	TOLDOS: MODELO CHAPÉU DE BRUXA OU PIRÂMIDE COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 5,0X5,0M, ALTURA DE 2,0M EM ESTRUTURA DE FERRO GALVANIZADO E COBERTURA EM LONA NA COR BRANCA.		Diárias	50	380,00	19.000,00
25	GERADOR 250 KVA: GERADOR 380/220 COMPARTIDA AUTOMÁTICA, COM CABINE SILENCIADA EM 80 DECIBÉIS, COM CICLAGEM EM 60 HZ, 1.800 RPM, EQUIPAMENTO COM MOTOR DIESEL, TURBINADO, CABOS ELÉTRICOS E AC COM CHAVES DE LIGAÇÃO / REVERSÃO COMPATÍVEIS, ABASTECIDO COM COMBUSTÍVEL PARA 12 HORAS DE AUTONOMIA, ATERRAMENTO DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS, ISOLAMENTO DE 02 METROS DE CADA LATERAL DA MAQUINA FEITA COM CONES DE SINALIZAÇÃO, INCLUINDO OPERADOR DE PLANTÃO EM TODO HORÁRIO DE USO.		Diárias	5	4.200,00	21.000,00
28	BANHEIROS QUÍMICOS – CABINE INDIVIDUAL, COM COBERTURA TRANSLÚCIDA E INCLINADA COM CANALETAS, PISO ANTIDERRAPANTE, CAIXA DE DEJETOS QUE FUNCIONA COMO MISTURA DE ÁGUA DILUÍDA EM PRODUTO QUÍMICOS BIODEGRADÁVEL, SEM FORMOL PARA DEGRADAR O MATERIAL SÓLIDO SEM POLUIR O MEIO AMBIENTE, CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO VASO SANITÁRIO E MICTÓRIO ACOPLADO; TRINCA INDICADOR (OCUPADO/LIVRE); IDENTIFICAÇÃO DE MASCULINO E FEMININO; VENTILAÇÃO INTERNA ATRAVÉS DE TELAS; PORTA PAPEL HIGIÊNICOS E OBJETOS; ILUMINAÇÃO INDIVIDUAL; MÃO DE OBRA PARA A MANUTENÇÃO PERMANENTE PADRONIZADA, COM SUCÇÃO; DIMENSÕES 1,20 X 1,15 X 2,30 LARGURA E COMPRIMENTO, CAPACIDADE DE 170 LTS.	PRÓPRIA	Diárias	75	290,00	21.750,00
29	GERADOR 180 KVA: GERADOR 380/220 COMPARTIDA AUTOMÁTICA, COM CABINE SILENCIADA EM 80 DECIBÉIS, COM CICLAGEM EM 60 HZ, 1.800 RPM, EQUIPAMENTO COM MOTOR DIESEL, TURBINADO, CABOS ELÉTRICOS E AC COM CHAVES DE LIGAÇÃO / REVERSÃO COMPATÍVEIS, ABASTECIDO COM COMBUSTÍVEL PARA 12 HORAS DE AUTONOMIA, ATERRAMENTO DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS, ISOLAMENTO DE 02 METROS DE CADA LATERAL DA MAQUINA FEITA COM CONES DE SINALIZAÇÃO, INCLUINDO OPERADOR DE PLANTÃO EM TODO HORÁRIO DE USO.	PRÓPRIA	Diárias	7	3.900,00	27.300,00
30	ILUMINAÇÃO DE GRANDE PORTE – 01 CONSOLE PARA ILUMINAÇÃO COM CONTROLE DE TEMPO REAL PARA 2.048 PARÂMETROS, TIPO GRAND M.A.12 LÂMPADAS PAR 64. 06 ELIPSOIDAL DE 750 WATTS E 08 MINI BRUIT DE 04 OU 06 LÂMPADAS E 02 RACKS DIMER DE 12 CANAIS. 06 ATOMIC LED 3000W, 24 REFLETORES PAR LED RGBWA 55X3 COM CONTROLE DMX. 24 MOVING BEAN 5R	PRÓPRIA	Diárias	2	16.500,00	33.000,00

	TODOS DA MESMA LINHA , 02 MA´QUINAS DE FUMAÇA CONTROLADAS VIA DMX COM VENTILADORES, 02 RACKS PROPOWER, 01 CANHÃO SEGUIDOR 7R 02 SPLITER. TODO O SISTEMA DEVE ATENDER AOS PADRÕES DE SEGURANÇA EM MONTAGEM DESMONTAGEM E EXECUÇÃO, TAMBÉM DEVE TER TODO SEU SISTEMA ELÉTRICO ATERRADO E SISTEMA DE PROTEÇÃO DE SOBRECARGA					
33	CABINES DE OCTARNOME TIPO TS (CAMARIM): CABINES DE OCTANORME MEDINDO 4X3 MONTADOS EM TS, COBERTO, CLIMATIZADO COM PISO REVESTIDO EM CARPETE	PRÓPRIA	Diárias	10	3.800,00	38.000,00
34	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO DE GRANDE PORTE: P.A: 24 CAIXAS LINE ARRAY INDUSTRIALIZADAS, COM PROCESSAMENTO E AMPLIFICAÇÃO COMPATÍVEIS COM O SISTEMA E QUE TENHAM SOFTWARE DE PREDIÇÃO ACÚSTICA E ATENDAM RIDER TÉCINICO E EXIGÊNCIAS DE ATRAÇÕES E ARTITSTAS À NIVEL NACIONAL. FRONT FILL: 06 CAIXAS LINE ARRAY SEGUINDO MESMO MODELO E MARCA DO SISTEMA DE P.A, COM PROCESSAMENTO E AMPLIFICAÇÃO INDEPENDENTE. DELAY: 12 CAIXAS LINE ARRAY, SEGUINDO MESMO PROCESSAMENTO, MODELO E MARCA DO SISTEMA DE P.A, PARA SEREM DIVIDOS EM PARTES IGUAIS E SEREM MONTADOS EM “LR” OU DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO AMBIENTE. SUBWOOFERS: 24 CAIXAS SUBWOOFERS COM 02 ALTO FALANTES DE 18 POLEGADAS COM RESPOSTA EQIVALENTE À 3.000 WATS CADA CAIXA. DE MARCA E MODELO QUE ATENDA RIDER TÉCNICO E EXIGÊNCIAS DE ARTITSTAS Á NIVEL NACIONAL. CONSOLE P.A: (MESA DE SOM) MIXER DIGITAL COM 48 CANAIS DE ENTRADA E 32 SAÍDAS BALANCEADAS, DE MARCA E MODELO QUE ATENDA RIDER TÉCNICO E EXIGÊNCIAS DE ARTITSTAS Á NIVEL NACIONAL. CONSOLE MONITOR (MESA DE SOM) MIXER DIGITAL COM 56 ENTRADAS E 32 SAÍDAS DIRETAS QUE NÃO SEJAM EXPANSÃO OU PLACAS INSTALADAS EM SLOTS E QUE ATENDA RIDER TÉCNICO E EXIGÊNCIAS DE ARTISTAS A NÍVEL NACIONAL. MONITOR (RETORNO) SIDE DUPLO STEREO MODELO KF 03 VIAS SENDO 15” 10” E DRIVER, 04 CAIXAS SUBWOOFERS COM 02 ALTO FALANTES DE 18” CADA CAIXA, COM AMPLIFICAÇÃO E PROCESSAMENTO COMPATÍVEL, CASO ESTE MODELO NÃO SEJA ACEITO PELA ATRAÇÃO O FORNECEDOR DEVERÁ SUBSTITUIR POR OUTRO MODELO QUE ATENDA AS NECESSIDADES DO EVENTO OU DO RIDER DO ARTISTA. 100 CABOS XLR, 40 CABOS P–10 DE DIVERSOS TAMANHOS, 20 DIRECT BOX PASSIVOS, 04 DIRECT BOX ATIVOS, 40 PEDESTAIS GRANDE, 20 PEDESTAIS PEQUENOS, 10 GARRAS TIPO GIRAFA P/ MICROFONES, 20 MICROFONES MODELO SM58, 20 MICROFONES MODELO SM–57, E DEMAIS MICROFONES ESPECÍFICOS PARA INSTUMENTOS DE BATERIA, PERCUSSÃO E P/ CAPTURA DO SOM DE AMPLIFICADORES P/ INSTRUMENTOS ELETRO ACÚSTICOS, 04 MICROFONES SEM FIO DE LONGO ALCANCE COM OPERAÇÃO DE FREQUÊNCIA DENTRO DO RANGE PERMITIDO PELA ANATEL, E QUE TENHA SCAN DE VARREDURA DE CANAIS AUTOMÁTICA. 02 AMPLIFICADORES TIPO COMBO P/ GUITARRA, 02 AMPLIFICADORES P/ CONTRA BAIXO TIPO CABEÇOTE E CAIXAS QUE ATENDAM EXIGÊNCIAS DO RIDER DE ARTISTAS A NÍVEL NACIONAL. 02 CAIXA SUBWOOFERS COM 02 ALTO FALANTES DE 18” CADA P/ SEREM USADOS COMO VIA AUXILIAR DE RETORNO P/ BATERIA E PERCUSSÃO. 20 RÉGUAS DE AC COM PADRÃO NBR E AMERICANO P/ SEREM DISTRIBUÍDAS DE ACORDO COM A NECESSIDADE E EXIGÊNCIAS DO EVENTO, 12 MONITORES P/ RETORNO TIPO SM–400 OU SIMILAR QUE ATENDA EXIGÊNCIAS DO RIDER TÉCNICO DA ATRAÇÃO. 01 MULTICABO DE 56 VIAS DE USO EXCLUSICO PARA CANAIS DE ENTRADA DAS CONSOLES, SISTEMA DE MULTICABO TIPO MULT–PINOS CONTENDO 12 SUBSNAKE E 06 CABOS DE 20 METROS. SISTEMA DE COMUNICAÇÃO ENTRE MESAS DE P.A E MONITOR TIPO INTERCOM. 60 METROS DE PROTETORES DE CABOS DE 05 VIAS PARA SEREM USADOS NA PASSAGEM DE CABOS QUE FICAREM EXPOSTOS NO PÁTIO DE EVENTOS, NO PALCO E ATÉ O GRUPO GERADOR. TODO OSISTEMA DEVE ATENDER AOS PADRÕES DE SEGURANÇA EM MONAGEM DESMONTAGEM E EXECUÇÃO, TAMBEM DEVE TER TODO SEU SISTEMA ELETRICO ATERRADO E COM SISTEMA DE PROTEÇÃO DE SOBRECARGA.	PRÓPRIA	Diárias	2	18.500,00	37.000,00
35	BAIAS: LOCAÇÃO COM INSTALAÇÃO DE BAIAS PARA ALOJAMENTO DE ANIMAIS, COM CERCADO EM FERRAGENS VAZADAS, COM COBERTURA, TAMANHO PADRÃO DE 2,5 X 2,5 METROS DE LARGURA E COMPRIMENTO.	PRÓPRIA	Diárias	225	265,00	59.625,00
TOTAL						380.425,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 000632025 - 01/12/2025						
VENCEDOR: MACEDO DE OLIVEIRA EVENTOS, SERVICOS E LOCACAO DE VEICULOS LTDA						
CNPJ: 20.737.267/0001-73						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
12	GERADOR 250 KVA: GERADOR 380/220 COMPARTIDA AUTOMÁTICA, COM CABINE SILENCIADA EM 80 DECIBÉIS, COM CICLAGEM EM 60 HZ, 1.800 RPM, EQUIPAMENTO COM MOTOR DIESEL, TURBINADO, CABOS ELÉTRICOS E AC COM CHAVES DE LIGAÇÃO / REVERSÃO COMPATÍVEIS, ABASTECIDO COM COMBUSTÍVEL PARA 12 HORAS DE AUTONOMIA, ATERRAMENTO DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS, ISOLAMENTO DE 02 METROS DE CADA LATERAL DA MAQUINA FEITA COM CONES DE SINALIZAÇÃO, INCLUINDO OPERADOR DE PLANTÃO EM TODO HORÁRIO DE USO.	MWM	Diárias	15	3.647,02	54.705,30
14	PALCO EM ALUMÍNIO MEDINDO 10M X 08M DIMENSÕES MÍNIMAS DE 10,00 (DEZ) METROS DE LARGURA(FRENTE) POR 08,00(OITO) METROS DE COMPRIMENTO, 6,0 (SEIS) METROS DO PISO AO TETO E 2,00(DOIS METROS DO SOLO AO PISO. CONFECCIONADO EM ALUMÍNIO; 01(UMA) ESCADA; COBERTURA DO TETO EM LONA KP1000 NA COR BRANCA OU PRETA; CABOS DE AÇO E TRAVAMENTOS LATERAIS; 1(UMA) ÁREA DE SERVIÇO MEDINDO 2,20M X 6,40M X 3,80M. 01 (UM) CAMARIM EM ESTRUTURA DE TS MEDINDO 4,00M X 4,00M. COM ILUMINAÇÃO PARA TODOS OS AMBIENTES BEM COMO, INCLUSÃO DE EXTINTORES EM NUMERO COMPATÍVEL COM O PALCO A SER LOCADO. DEVIDO ATERRAMENTO. INCLUINDO MÃO DE OBRA DE MONTAGEM E DESMONTAGEM	GERDAU	Diárias	6	11.640,68	69.844,08
19	PAINEL DE LED ALTA DEFINIÇÃO P10: MEDINDO 03M X 02M (TRÊS METROS DE LARGURA, POR DOIS METROS DE ALTURA), PAINEL DE LED DE ALTA RESOLUÇÃO PARA USO EXTERNO (TIPO OUTDOOR) PH10MM COM RESOLUÇÃO FÍSICA DE 1080 X 1080 PIXES, PROCESSADOR DE VÍDEO (DVI, HDMI, VGA, SDI E RCA), SERVIDOR DE VÍDEO, MAIN POWER, BUMPER, CABOS E ACESSÓRIOS. COM TRANSMISSÃO SIMULTÂNEA AO VIVO COMPOSTA POR COMPUTADOR OU TABLETE DE BOA QUALIDADE, COM 22 METROS LINEARES DE ESTRUTURA EM DURALUMÍNIO NO FORMATO DE Q30, COM 02 DOIS SLIVE, 02 PAU DE CARGA, 02 CUBO, 04 FASES E 02 TRALHA DE 01 TONELADA	POWER LED	Diárias	15	6.418,34	96.275,10
20	CABINES DE OCTARNOME TIPO TS (CAMARIM): CABINES DE OCTANORME MEDINDO 4X3 MONTADOS EM TS, COBERTO, CLIMATIZADO COM PISO REVESTIDO EM CARPETE	ALUMITEC	Diárias	30	3.218,97	96.569,10
22	BAIAS: LOCAÇÃO COM INSTALAÇÃO DE BAIAS PARA ALOJAMENTO DE ANIMAIS, COM CERCADO EM FERRAGENS VAZADAS, COM COBERTURA, TAMANHO PADRÃO DE 2,5 X 2,5 METROS DE LARGURA E COMPRIMENTO.	S/M	Diárias	675	228,00	153.900,00
TOTAL						471.293,58

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 000642025 - 01/12/2025						
VENCEDOR: X7E EMPREENDIMENTO LTDA						
CNPJ: 22.594.152/0001-00						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
3	LOCAÇÃO DE PRATICÁVEIS COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: MÓDULOS PRATICÁVEIS EM COMPENSADO NAVAL DE 20 MM, COBERTO COM CARPETE,	PRÓPRIO	Diárias	100	250,00	25.000,00

	MEDINDO 2X1 METROS, ESTRUTURA EM ALUMÍNIO COM PÉS REGULÁVEIS E ALTURA MÍNIMA DE 30 CM E MÁXIMA DE 1 METRO.					
13	SOM DE MÉDIO PORTE – SISTEMA DE SONORIZAÇÃO DE MÉDIO PORTE. P.A: 16 CAIXAS LINE ARRAY INDUSTRIALIZADAS, COM PROCESSAMENTO E AMPLIFICAÇÃO COMPATÍVEIS COM O SISTEMA E QUE TENHAM SOFTWARE DE PREDIÇÃO ACÚSTICA E ATENDAM RIDER TÉCINICO E EXIGÊNCIAS DE ATRAÇÕES DE MÉDIO PORTE. SUBWOOFERS: 16 CAIXAS SUBWOOFERS COM 02 ALTO FALANTES DE 18 POLEGADAS COM RESPOSTA EQIVALENTE À 3.000 WATS CADA CAIXA. DE MARCA E MODELO QUE ATENDA RIDER TÉCNICO E EXIGÊNCIAS DE ARTITSTAS DE MÉDIO PORTE. CONSOLE P.A: (MESA DE SOM) MIXER DIGITAL COM 48 CANAIS DE ENTRADA E 16 SAÍDAS BALANCEADAS, DE MARCA E MODELO QUE ATENDA RIDER TÉCNICO E EXIGÊNCIAS DE ARTITSTAS DE MÉDIO PORTE. CONSOLE MONITOR (MESA DE SOM) MIXER DIGITAL COM 48 ENTRADAS E 24 SAÍDAS QUE ATENDA RIDER TÉCNICO E EXIGÊNCIAS DE ARTISTAS DE MÉDIO PORTE. MONITOR (RETORNO) SIDE DUPLO STEREO MODELO KF 03 VIAS SENDO 15" 10" E DRIVER, 04 CAIXAS SUBWOOFERS COM 02 ALTO FALANTES DE 18" CADA CAIXA, COM AMPLIFICAÇÃO E PROCESSAMENTO COMPATÍVEL. 50 CABOS XLR, 20 CABOS P–10 DE DIVERSOS TAMANHOS, 15 DIRECT BOX PASSIVOS, 20 PEDESTAIS GRANDE, 05 PEDESTAIS PEQUENOS, 04 GARRAS TIPO GIRAFA P/ MICROFONES, 12 MICROFONES MODELO SM[1]58, 12 MICROFONES MODELO SM–57, E DEMAIS MICROFONES ESPECÍFICOS PARA INSTRUMENTOS DE BATERIA, PERCUSSÃO, 02 MICROFONES SEM FIO DE LONGO ALCANCE COM OPERAÇÃO DE FREQUÊNCIA DENTRO DO RANGE PERMITIDO PELA ANATEL. 02 AMPLIFICADORES TIPO COMBO P/ GUITARRA, 01 AMPLIFICADOR P/ CONTRA BAIXO TIPO CABEÇOTE E CAIXAS QUE ATENDAM EXIGÊNCIAS DO RIDER DE ARTISTAS DE MÉDIO PORTE. 01 CAIXA SUBWOOFERS COM 02 ALTO FALANTES DE 18" CADA P/ SEREM USADOS COMO VIA AUXILIAR DE RETORNO P/ BATERIA. 10 RÉGUAS DE AC COM PADRÃO NBR E AMERICANO P/ SEREM DISTRIBUÍDAS DE ACORDO COM A NECESSIDADE E EXIGÊNCIAS DO EVENTO, 06 MONITORES P/ RETORNO TIPO SM–400 OU SIMILAR QUE ATENDA EXIGÊNCIAS DO RIDER TÉCNICO DA ATRAÇÃO. 01 MULTICABO DE 48 VIAS DE USO EXCLUSIVO PARA CANAIS DE ENTRADA DAS CONSOLES, SISTEMA DE MULTICABO CONTENDO 06 SUBSNAKE COM CABOS DE 15 METROS. SISTEMA DE COMUNICAÇÃO ENTRE MESAS DE P.A E MONITOR TIPO INTERCOM. 60 METROS DE PROTETORES DE CABOS DE 05 VIAS PARA SEREM USADOS NA PASSAGEM DE CABOS QUE FICAREM EXPOSTOS NO PÁTIO DE EVENTOS, NO PALCO E ATÉ O GRUPO GERADOR. TODO O SISTEMA DEVE ATENDER AOS PADRÕES DE SEGURANÇA EM MONTAGEM DESMONTAGEM E EXECUÇÃO, TAMBÉM DEVE TER TODO SEU SISTEMA ELÉTRICO ATERRADO E SISTEMA DE PROTEÇÃO DE SOBRECARGA	PRÓPRIO	Diárias	6	10.500,00	63.000,00
16	GERADOR 180 KVA: GERADOR 380/220 COMPARTIDA AUTOMÁTICA, COM CABINE SILENCIADA EM 80 DECIBÉIS, COM CICLAGEM EM 60 HZ, 1.800 RPM, EQUIPAMENTO COM MOTOR DIESEL, TURBINADO, CABOS ELÉTRICOS E AC COM CHAVES DE LIGAÇÃO / REVERSÃO COMPATÍVEIS, ABASTECIDO COM COMBUSTÍVEL PARA 12 HORAS DE AUTONOMIA, ATERRAMENTO DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS, ISOLAMENTO DE 02 METROS DE CADA LATERAL DA MAQUINA FEITA COM CONES DE SINALIZAÇÃO, INCLUINDO OPERADOR DE PLANTÃO EM TODO HORÁRIO DE USO.	STEMAC	Diárias	23	3.210,00	73.830,00
17	ILUMINAÇÃO DE GRANDE PORTE – 01 CONSOLE PARA ILUMINAÇÃO COM CONTROLE DE TEMPO REAL PARA 2.048 PARÂMETROS, TIPO GRAND M.A.12 LÂMPADAS PAR 64. 06 ELIPSOIDAL DE 750 WATTS E 08 MINI BRUIT DE 04 OU 06 LÂMPADAS E 02 RACKS DIMER DE 12 CANAIS. 06 ATOMIC LED 3000W, 24 REFLETORES PAR LED RGBWA 55X3 COM CONTROLE DMX. 24 MOVING BEAN 5R TODOS DA MESMA LINHA , 02 MA´QUINAS DE FUMAÇA CONTROLADAS VIA DMX COM VENTILADORES, 02 RACKS PROPOWER, 01 CANHÃO SEGUIDOR 7R 02 SPLITER. TODO O SISTEMA DEVE ATENDER AOS PADRÕES DE SEGURANÇA EM MONTAGEM DESMONTAGEM E EXECUÇÃO, TAMBÉM DEVE TER TODO SEU SISTEMA ELÉTRICO ATERRADO E SISTEMA DE PROTEÇÃO DE SOBRECARGA	PRO LIGHT	Diárias	6	13.425,00	80.550,00
18	PALCO EM ALUMÍNIO MEDINDO 14M X 10M: PALCO EM ALUMÍNIO, COBERTO COM LONAS EM PERFEITAS CONDIÇÕES NA COR BRANCA OU PRETA, MEDINDO, 14 METROS DE BOCA POR 10 METROS DE PROFUNDIDADE E 10 METROS DE ALTURA, COM 2,20M DE ALTURA DO PISO AO CHÃO E 07 METROS DE PÉ DIREITO. COM SUPORTE PARA MONTAGEM DO SISTEMA DE SOM, EM ALUMÍNIO, ACOPLADO AO PALCO, TIPO TRAVE MEDINDO 08 METROS DE ALTURA E 02 METROS DE LARGURA. SUPORTE PARA TESTEIRA DE LED MONTADO EM ALUMÍNIO, MEDINDO 14 METROS DE LARGURA P 1,20 DE ALTURA. 01 ESCADA DE ACESSO COM 2,0M DE LARGURA EM CADA LADO DO PALCO REVESTIDA DE ALUMÍNIO. PISO DO PALCO COM CHAPAS DE MADEIRA MODELO NAVAL REVESTIDAS COM BORRACHA ANTIDERRAPANTE. É DE EXTREMA IMPORTÂNCIA QUE TODA ÁREA DO PISO, NO FUNDO E NAS LATERAIS SEJAM MONTADAS COM PROTEÇÃO TIPO GUARDA CORPO, E QUE CUMPRA TODAS AS NORMAS DE ATERRAMENTO E SEGURANÇA.	PRÓPRIO	Diárias	6	14.850,00	89.100,00
21	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO DE GRANDE PORTE: P.A: 24 CAIXAS LINE ARRAY INDUSTRIALIZADAS, COM PROCESSAMENTO E AMPLIFICAÇÃO COMPATÍVEIS COM O SISTEMA E QUE TENHAM SOFTWARE DE PREDIÇÃO ACÚSTICA E ATENDAM RIDER TÉCINICO E EXIGÊNCIAS DE ATRAÇÕES E ARTITSTAS À NIVEL NACIONAL. FRONT FILL: 06 CAIXAS LINE ARRAY SEGUINDO MESMO MODELO E MARCA DO SISTEMA DE P.A, COM PROCESSAMENTO E AMPLIFICAÇÃO INDEPENDENTE. DELAY: 12 CAIXAS LINE ARRAY, SEGUINDO MESMO PROCESSAMENTO, MODELO E MARCA DO SISTEMA DE P.A, PARA SEREM DIVIDOS EM PARTES IGUAIS E SEREM MONTADOS EM "LR" OU DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO AMBIENTE. SUBWOOFERS: 24 CAIXAS SUBWOOFERS COM 02 ALTO FALANTES DE 18 POLEGADAS COM RESPOSTA EQIVALENTE À 3.000 WATS CADA CAIXA. DE MARCA E MODELO QUE ATENDA RIDER TÉCNICO E EXIGÊNCIAS DE ARTITSTAS Á NIVEL NACIONAL. CONSOLE P.A: (MESA DE SOM) MIXER DIGITAL COM 48 CANAIS DE ENTRADA E 32 SAÍDAS BALANCEADAS, DE MARCA E MODELO QUE ATENDA RIDER TÉCNICO E EXIGÊNCIAS DE ARTITSTAS Á NIVEL NACIONAL. CONSOLE MONITOR (MESA DE SOM) MIXER DIGITAL COM 56 ENTRADAS E 32 SAÍDAS DIRETAS QUE NÃO SEJAM EXPANSÃO OU PLACAS INSTALADAS EM SLOTS E QUE ATENDA RIDER TÉCNICO E EXIGÊNCIAS DE ARTISTAS A NÍVEL NACIONAL. MONITOR (RETORNO) SIDE DUPLO STEREO MODELO KF 03 VIAS SENDO 15" 10" E DRIVER, 04 CAIXAS SUBWOOFERS COM 02 ALTO FALANTES DE 18" CADA CAIXA, COM AMPLIFICAÇÃO E PROCESSAMENTO COMPATÍVEL, CASO ESTE MODELO NÃO SEJA ACEITO PELA ATRAÇÃO O FORNECEDOR DEVERÁ SUBSTITUIR POR OUTRO MODELO QUE ATENDA AS NECESSIDADES DO EVENTO OU DO RIDER DO ARTISTA. 100 CABOS XLR, 40 CABOS P–10 DE DIVERSOS TAMANHOS, 20 DIRECT BOX PASSIVOS, 04 DIRECT BOX ATIVOS, 40 PEDESTAIS GRANDE, 20 PEDESTAIS PEQUENOS, 10 GARRAS TIPO GIRAFA P/ MICROFONES, 20 MICROFONES MODELO SM58, 20 MICROFONES MODELO SM–57, E DEMAIS MICROFONES ESPECÍFICOS PARA INSTUMENTOS DE BATERIA, PERCUSSÃO E P/ CAPTURA DO SOM DE AMPLIFICADORES P/ INSTRUMENTOS ELETRO ACÚSTICOS, 04 MICROFONES SEM FIO DE LONGO ALCANCE COM OPERAÇÃO DE FREQUÊNCIA DENTRO DO RANGE PERMITIDO PELA ANATEL, E QUE TENHA SCAN DE VARREDURA DE CANAIS AUTOMÁTICA. 02 AMPLIFICADORES TIPO COMBO P/ GUITARRA, 02 AMPLIFICADORES P/ CONTRA BAIXO TIPO CABEÇOTE E CAIXAS QUE ATENDAM EXIGÊNCIAS DO RIDER DE ARTISTAS A NÍVEL NACIONAL. 02 CAIXA SUBWOOFERS COM 02 ALTO FALANTES DE 18" CADA P/ SEREM USADOS COMO VIA AUXILIAR DE RETORNO P/ BATERIA E PERCUSSÃO. 20 RÉGUAS DE AC COM PADRÃO NBR E AMERICANO P/ SEREM DISTRIBUÍDAS DE ACORDO COM A NECESSIDADE E EXIGÊNCIAS DO EVENTO, 12 MONITORES P/ RETORNO TIPO SM–400 OU SIMILAR QUE ATENDA EXIGÊNCIAS DO RIDER TÉCNICO DA ATRAÇÃO. 01 MULTICABO DE 56 VIAS DE USO EXCLUSICO PARA CANAIS DE ENTRADA DAS CONSOLES, SISTEMA DE MULTICABO TIPO MULT–	LS ÁUDIO	Diárias	6	15.630,00	93.780,00

	PINOS CONTENDO 12 SUBSNAKE E 06 CABOS DE 20 METROS. SISTEMA DE COMUNICAÇÃO ENTRE MESAS DE P.A E MONITOR TIPO INTERCOM. 60 METROS DE PROTETORES DE CABOS DE 05 VIAS PARA SEREM USADOS NA PASSAGEM DE CABOS QUE FICAREM EXPOSTOS NO PÁTIO DE EVENTOS, NO PALCO E ATÉ O GRUPO GERADOR. TODO OSISTEMA DEVE ATENDER AOS PADRÕES DE SEGURANÇA EM MONAGEM DESMONTAGEM E EXECUÇÃO, TAMBEM DEVE TER TODO SEU SISTEMA ELETRICO ATERRADO E COM SISTEMA DE PROTEÇÃO DE SOBRECARGA.					
TOTAL						425.260,00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Contrato, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 00018/2025, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Custódia, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Pelos seguintes órgãos e/ou entidades participantes do presente certame: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNPJ nº 12.135.199/0001-44; FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CNPJ nº 30.971.925/0001-40; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - CNPJ nº 10.298.546/0001-24.
O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:
As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contração será formalizada por intermédio do Contrato.
O prazo para assinatura do Contrato, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.
O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Contrato e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.
Não atendendo à convocação para assinar o Contrato, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.
É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.
O Contrato decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços; e aquele que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136; e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00018/2025 e seus anexos, e as seguintes propostas vencedoras do referido certame:

- FALCAO ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA.
50.860.637/0001-26
Item(s): 2 - 6 - 7 - 8 - 9 - 10 - 11 - 23 - 26 - 27 - 31 - 32.
Valor: R$ 386.900,00
- K E SERVICOS & ORGANIZACAO DE EVENTOS LTDA.
10.973.009/0001-32
Item(s): 1 - 4 - 5 - 15 - 24 - 25 - 28 - 29 - 30 - 33 - 34 - 35.
Valor: R$ 380.425,00
- MACEDO DE OLIVEIRA EVENTOS, SERVICOS E LOCACAO DE VEICULOS LTDA.
20.737.267/0001-73

Item(s): 12 - 14 - 19 - 20 - 22.
Valor: R$ 471.293,58
- X7E EMPREENDIMENTO LTDA.
22.594.152/0001-00
Item(s): 3 - 13 - 16 - 17 - 18 - 21.
Valor: R$ 425.260,00

Total: R$ 1.663.878,58

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Custodia.

MANOEL MESSIAS DE SOUZA –
Prefeito

Publicado por:
Hilda de Siqueira Souza
Código Identificador:E77A5092

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ESCADA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO N° 096/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 158/2025

Ao 25º (vigésimo quinto) dia do mês de Novembro de 2025, de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ESCADA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede e Foro da Comarca da Escada, Estado de Pernambuco, localizada à Avenida Doutor Antônio de Castro, nº 680, Jaguaribe, Escada-PE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.102.545/0001-98, representado neste ato pela Secretária e Ordenadora de Despesas Sra. **Gerlane Alves Nogueira,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade n° 4.484.889 SDS/PE, inscrito no CPF/MF sob n° 808.921.164-04, residente na Rua da Matriz, nº 99, Centro, Escada-PE, CEP 55.500-000,, no uso da atribuição que lhe confere o ORIGINAL, neste ato denominados simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS, realizado por meio do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2025** e de outro lado, a(s) Empresa(s) adjudicatária(s) nos Lotes abaixo, Homologada em 19/11/2025, doravante denominada FORNECEDOR, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento, nos termos do Decreto nº 11.462/2023 de 31/03/2023, que regulamenta os Arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, observadas as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as Cláusulas que se seguem:

DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DO FRANGO INTEIRO CONGELADO PARA DISTRIBUIÇÃO A POPULAÇÃO CARENTE DO MUNICÍPIO DA ESCADA DURANTE AS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO DE 2025.
Conforme especificações do Processo Originário, a prestação dos serviços será realizada continuamente.
A existência de preços registrados não obriga os órgãos participantes a firmar contratações com a DETENTORA DA ATA ou a contratar a totalidade dos serviços registrados, sendo-lhes facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada à DETENTORA DA ATA a preferência em igualdades de condições.

DA(S) DETENTORA(S) DA ATA
Empresa: FRIGORÍFICO FRANGO DOURADO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 03.750.630/0002-52, estabelecida à Fazenda Lages, 1000, Zona Rural – Machados/PE- CEP: 55.740-000, e-mail: gestaocompras@frangodourado.com.br, telefone: (81) 99993-5771, neste ato representada por seu representante legal, Sr. **ARTUR SOARES DE MORAIS**, portador da carteira de identidade n° 4.647.870, expedida pela SDS/PE, CPF n° 899.754.484-53.

DOS PARTICIPANTES E DAS QUANTIDADES REGISTRADAS
3.1. Figura como único PARTICIPANTE da presente Ata de Registro de Preços a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, com os quantitativos estimados abaixo definidos:
3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecidos nesta Ata.

DO PREÇO
4.1. A **DETENTORA DA ATA** se compromete a executar o(s) serviço(s) registrados, de acordo com os seguintes preços:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Modelo	QTD	Vl. Unit.	Vl. Total
1	Vinte e oito mil Frangos inteiros congelados com peso mínimo de 3 kg, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do Ministério da Agricultura e da ANVISA e outras legislações específicas, bem como embalado com plástico resistente. OBS: Modo de entrega: O produto ainda deverá vir acondicionados em veículo tipo frigorífico, com previsão de 01 (um) dia de entrega (19/12/2025), no qual permanecerá nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Assistência Social até a sua descarga total, dentro do Município da Escada/PE.	KG	Frango Dourado	Inteiro	84000	R$ 9,70	R$ 814.800,00
Valor total							R$ 814.800,00

4.2. Os preços registrados abrangerão os custos diretos e indiretos decorrentes da prestação dos serviços, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
5.1. O prazo de vigência da Ata será de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que exista saldo disponível na ata e seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados.
5.2. A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada com a utilização dos parâmetros estabelecidos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/21.
5.3. As quantidades registradas poderão ser renovadas, desde que haja previsão na fase de planejamento da contratação e no ato convocatório.

DO REAJUSTE
6.1. O preço registrado nesta Ata apenas poderá ser reajustado após decorrido 1 (um) ano da data de elaboração do orçamento estimado da licitação, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, fornecido pelo IBGE.
6.2. A **DETENTORA DA ATA** deverá apresentar o pedido formal de reajuste ao **GERENCIADOR** durante a vigência da Ata e antes da data de eventual formalização da prorrogação do seu prazo de vigência, sob pena de preclusão do direito ao reajustamento.

6.3. O pedido de reajuste deverá ser analisado no prazo máximo de 10 (dez) dias e será formalizado mediante termo aditivo.
6.4. Aplicado o reajuste na Ata, os contratos formalizados posteriormente à sua concessão já serão firmados com o preço reajustado.

DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de efeitos incalculáveis, e for inviável a manutenção da Ata nas condições originalmente pactuadas, o **GERENCIADOR** convocará a **DETENTORA DA ATA** para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. A recusa da **DETENTORA DA ATA** em reduzir seus preços na forma prevista no item 7.1. implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços e a liberação da **DETENTORA DA ATA**, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.2. Quando o preço registrado se tornar superior em virtude da criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão sobre a Ata, o **GERENCIADOR** convocará a **DETENTORA** para proceder à redução dos preços de acordo com os novos encargos.
7.2.1. A recusa da **DETENTORA DA ATA** em reduzir seus preços na forma prevista no item 7.2 implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços, com aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.
7.3. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, é facultado à **DETENTORA DA ATA** requerer a revisão dos valores, desde que atendidos os seguintes requisitos:
Comprovação do motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis;
Demonstração, por meio da apresentação de planilha de custos ou memória de cálculo, quando couber, acompanhada de documentação comprobatória correlata, de que os preços registrados estão desatualizados e se tornaram inviáveis.
7.3.1. O **GERENCIADOR** decidirá sobre o pedido de revisão no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de conclusão da instrução do requerimento.
7.3.2. Durante o período de análise do pedido, o **GERENCIADOR**, mediante solicitação da **DETENTORA DA ATA**, poderá suspender as novas autorizações de consumo/adesão à Ata de Registro de Preços.
7.3.3. Indeferido o pedido de revisão, por ausência de prova efetiva dos requisitos previstos no item 7.3, a **DENTENTORA DA ATA** fica obrigada a manter os compromissos assumidos pelos preços originalmente registrados, sob pena de cancelamento do registro de preços e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.
7.3.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados, a Ata poderá ser revisada e, caso a **DETENTORA DA ATA** não aceite os novos preços indicados, o Registro de Preços será, parcial ou integralmente, cancelado e a **DETENTORA DA ATA** liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.4. O registro de preços também poderá ser revisado se a **DETENTORA DA ATA** formular proposta superveniente para redução dos preços registrados. Caso a proposta de redução tenha repercussão na ordem de preferência de lotes/itens espelhados, somente será aceita se:
a) respeitar o intervalo mínimo de 20% em relação ao preço registrado.
b) houver comunicação às detentoras dos demais itens/lotes espelhados, facultando-lhes oportunidade de apresentar nova proposta.
7.5. Qualquer revisão nos preços registrados deve ser formalizada mediante termo aditivo e requer a apresentação de nova proposta de preço e/ou nova planilha de custos e formação de preço, conforme o caso, seguindo o modelo constante do edital.
7.6. A revisão dos preços registrados em Ata será aplicada automaticamente aos contratos formalizados posteriormente à sua implantação.

DA ORDEM DE PREFERÊNCIA NO CONSUMO DA ATA

8.1. O consumo da Ata deverá ocorrer primeiro no item/lote mais vantajoso, consumindo-se os demais lotes nessa sequência apenas quando exaurido o quantitativo daquele.
8.2. Se a mesma empresa vencer a licitação nas cotas ampla e reservada, ou vencer em mais de um item/lote espelhado, com preços distintos, o consumo da Ata deve ocorrer primeiro no item/lote mais vantajoso, devendo ser contratados os demais itens/lotes em sequência apenas após o exaurimento dos quantitativos registrados mais vantajosos.
8.3. Se empresas distintas vencerem cotas ampla e reservada com preços iguais, a cota reservada terá prioridade de contratação.
8.4. Se empresas distintas venceram itens/lotes espelhados com preços iguais, as microempresas, empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais terão direito de preferência na contratação.
8.5. Na impossibilidade de se aplicar o critério previsto no item 8.4, o **GERENCIADOR** deverá realizar sorteio para a definição da ordem de preferência na contratação.

DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A **DETENTORA DA ATA** está obrigada a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.
9.2. As contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante a assinatura de termo de contrato, respeitado o prazo de vigência da Ata.
9.3. A **DETENTORA DA ATA** será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de 03 dias úteis a contar da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.
9.4. O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da **DETENTORA DA ATA** antes do decurso do prazo assinalado e desde que ocorra motivo justo, aceito pela Administração.
9.5. O não comparecimento ou a recusa injustificada da **DETENTORA DA ATA** em assinar o contrato no prazo assinalado enseja o cancelamento do registro de preços e a aplicação das penalidades previstas no Edital.
9.5.1. A instauração do processo de apuração e de aplicação de penalidades compete ao órgão ou entidade interessada na contratação.
9.6. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato, o órgão ou entidade interessada na contratação deverá consultar a regularidade da **DETENTORA DA ATA** perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e verificar a validade dos documentos de habitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.
9.6.1. Se não for possível atualizar os documentos por meio eletrônico, a **DETENTORA DA ATA** será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação e haver o cancelamento do registro de preços.
9.7. Nas hipóteses do item 9.5 e 9.6, o **GERENCIADOR** poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura de nova Ata, observado o disposto no art. 90, §§ 2º e 4º da Lei 14.133, de 2021.
9.8. A contratação individual de itens registrados em lotes de forma aglutinada somente será admitida se o edital previu critério de aceitabilidade dos preços unitários máximo e se for comprovada a vantajosidade da contratação mediante prévia pesquisa de mercado ou demonstração de que o deságio obtido no valor do item é igual ou superior ao do lote globalmente considerado.

DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

10.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá:

10.1.1. Assinar, gerenciar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços;
10.1.2. Divulgar a Ata e suas eventuais alterações, durante toda a sua vigência, no Portal Nacional de Contratações Públicas;
10.1.3. Autorizar e gerenciar pedidos de consumo dos órgãos participantes e pedidos de adesão dos não participantes;
10.1.4. Observar os quantitativos e limites estabelecidos para os órgãos participantes e não participantes;
10.1.5. Remanejar os quantitativos da Ata, quando cabível;
10.1.6. Analisar pedidos de reajuste e revisão dos preços registrados, conduzindo as renegociações necessárias;
10.1.7. Instaurar processo de apuração e aplicação de penalidade, garantida a ampla defesa e o contraditório, em caso de cometimento de ilícitos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
10.1.8. Formalizar a prorrogação do prazo de vigência da Ata, quando cabível;
10.1.9. Convocar os integrantes do Cadastro de Reserva, se houver, em caso de cancelamento parcial ou integral do registro de preços;

DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

11.1. A **DETENTORA DA ATA** obriga-se a:
11.1.1. Manter o preço registrado e demais condições previstas durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;
11.1.2. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e de eventuais contratações decorrentes, as condições de habilitação exigidas para participação na licitação;
11.1.3. Assinar os contratos decorrentes desta Ata da Registro de Preços no prazo assinalado.
11.1.4. Prestar as informações solicitadas pelo **GERENCIADOR**, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.
11.1.5. Designar preposto para representá-la perante o **GERENCIADOR**, sempre que for necessário.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado dos procedimentos iniciais da licitação para o registro de preços, doravante denominado NÃO PARTICIPANTE, mediante anuência do GERENCIADOR.
12.2. Cada órgão ou entidade NÃO PARTICIPANTE poderá aderir a até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo dos itens registrados na Ata de Registro de Preços.
12.3. A soma de todas as adesões por NÃO PARTICIPANTES não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
12.4. A adesão do NÃO PARTICIPANTE requer anuência do GERENCIADOR e da DETENTORA DA ATA e será autorizada desde que não haja prejuízo para as obrigações decorrentes desta Ata.
12.5. A adesão deverá seguir as condições previstas no Edital e seus anexos, sendo efetivada em até 90 (noventa) dias a contar da autorização do GERENCIADOR.

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

13.1. O registro de preços da **DETENTORA DA ATA** será cancelado quando esta:
13.1.1. Descumprir as condições nela previstas;
13.1.2. Não mantiver as condições de habilitação exigidas na licitação;
13.1.3. Recusar-se injustificadamente a assinar os contratos decorrentes desta Ata;
13.1.4. Recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de este tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
13.1.5. Tiver sua falência decretada ou for dissolvida;
13.1.6. Sofrer penalidade administrativa que impeça sua contratação no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Escada-PE, salvo se a sanção não ultrapassar o prazo de vigência desta Ata e não for o **GERENCIADOR** o responsável por sua aplicação, hipótese em que o registro de preços poderá ser mantido pelo prazo remanescente, após cumprida a penalidade, mediante decisão fundamentada do **GERENCIADOR**.
13.2. A Ata de Registro de Preços será cancelada também por razões de interesse público ou em decorrência de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações definidas nesta Ata de Registro de Preços, devidamente comprovados e justificados.
13.3. A **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** poderá ser cancelada em caso de extinção antecipada do contrato dela decorrente firmado pelo **GERENCIADOR**.
13.4. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa antes do cancelamento do registro de preços, ressalvada a hipótese de que trata o item 13.1.6.

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa a **DETENTORA DA ATA** que:
14.1.1. não assinar o contrato decorrente desta Ata dentro do prazo estipulado;
14.1.2. recusar-se a reduzir os preços registrados diante da superveniente criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais com comprovada repercussão sobre a Ata;
14.1.3. recusar-se a manter os preços registrados após indeferimento do seu pedido de revisão.
14.2. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:
14.2.1. Multa de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de R$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 14.1.1 desta Ata;
14.2.2. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e máximo de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada em caso do cometimento das infrações previstas nos itens 14.1.2 e 14.1.3. desta Ata.
14.3. Além da multa aplicada, é aplicável a penalidade de Impedimento de licitar e contratar com o Município de Escada, nos seguintes casos e condições:
14.3.1. na infração prevista no item 14.1.1: de 6 a 12 meses;
14.3.2. nas infrações previstas nos itens 14.1.2. e 14.1.3: até 6 meses.
14.4. Na fixação da dosimetria das sanções previstas nesta Ata, serão observados os mesmos critérios e diretrizes fixados no edital da licitação.
14.5. A aplicação das sanções deverá ser precedida de processo administrativo, garantidos os princípios da ampla defesa e contraditório, a ser instaurado no âmbito da Comissão Permanente de Apuração e Aplicação de Penalidades – CPAAP, instituída pela Secretaria de Gestão Integrada, no caso de cometimento da infração prevista no item 14.1.1, e do **GERENCIADOR,** quando se tratar das infrações previstas nos itens 14.1.2 e 14.1.3.

DA PUBLICAÇÃO

15.1. Esta Ata de Registro de Preço será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) como condição de sua eficácia, devendo a sua divulgação ser mantida durante toda a vigência.

DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Escada-PE para os litígios decorrentes deste instrumento, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
Escada-PE, 25 de Novembro de 2025.

Fundo Municipal Do Desenv. Social	Frigorífico Frango Dourado LTDA	Representante
CNPJ Nº 12.102.545/0001-98	CNPJ Nº 03.750.630/0002-52	Razão Social
GERLANE ALVES NOGUEIRA	***ARTUR SOARES DE MORAIS***	Empresa Registrada
Secretária de Desenvolvimento Social	Representante legal	
Ordenadora de Despesas	Fornecedor	
Órgão Gerenciador		

TESTEMUNHAS:

1 .	2.
Nome:	Nome:
CPF :	CPF :
R.G. :	R.G :

Publicado por:
Renata Laize da Silva
Código Identificador:E2F52440

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE GARANHUNS

COMDICA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
RESOLUÇÃO Nº 025/2025, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a homologação do Resultado Final dos projetos apresentados pelas Organizações da Sociedade Civil – OSC, inscritos no Edital nº 002/2025 de Chancela, que autoriza a captação de recursos via Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA do município de Garanhuns/PE.

O **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA**, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal nº 3.910/2013, de acordo com a análise dos projetos realizada pela Comissão de Seleção de Projetos,

CONSIDERANDO o Edital de Chancela nº 002/2025 que estabelece prazos, critérios e procedimentos para seleção de projetos apresentados por Organizações da Sociedade Civil – OSC, regularmente constituídas, para obtenção de chancela autorizativa de captação de recursos via Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, objetivando a celebração de Termo de Fomento com a Prefeitura Municipal de Garanhuns e o COMDICA, para execução de ações que promovam ou contribuam para a garantia dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990).

RESOLVE:

Art. 1º – Divulgar o Resultado Final, após o prazo para interposição de recursos, das Organizações da Sociedade Civil – OSC aptas à captação de recursos para financiamento dos seus respectivos projetos, conforme quadro abaixo:

INSTITUIÇÃO	NOME DO PROJETO- OSC	PONTUAÇÃO	VALOR
Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento Social – NADESG	"Renovação de Instrumentos e Equipamentos Musicais – Projeto Batuque"	100	**R$ 18.368,40**
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE	"Fortalecimento dos Atendimentos Especializados da APAE Garanhuns"	100	**R$ 60.383,19**
Lar da Criança Santa Maria	"Cuidar, Ensinar e Formar para o Amanhã"	100	**R$ 64.320,00**
Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento Social – NADESG	"Tambores da Resistência"	100	**R$ 60.720,00**

Art. 2º – Informar que as OSC mencionadas no Art. 1º estão habilitadas para firmar Termo de Fomento, observando-se os prazos e condições previstos no Edital de Chancela nº 002/2025 e demais normas aplicáveis.

Art. 3º – Estabelecer que, conforme dispõe a Resolução COMDICA nº 027/2019, **20%** do total dos recursos captados por cada OSC serão destinados à **universalidade do FMDCA.**

Art. 4º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Garanhuns/PE, 05 de dezembro de 2025.

DIANA MARIA DA CONCEIÇÃO
Presidente COMDICA-Garanhuns

Publicado por:
Paulo Sérgio Matos de Almeida
Código Identificador:375CE68D

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE GLÓRIA DO GOITÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA DO GOITÁ - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
COMUNICADO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA DO GOITÁ/PE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

COMUNICADO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, na qualidade de órgão gerenciador, vem por meio deste informar aos órgãos e entidades da Administração Pública que realizará Processo Licitatório na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo menor preço, objetivando o **Registro de Preços para aquisição de VEÍCULOS AUTOMOTORES OKM, relacionados no quadro abaixo:**

Item	Nome	Unidade	Quant.
1	Veículo Automóvel Tipo Hatch, Ano/Modelo: 2025 Motorização: Motor flex com potência de 84 cv Estado: Zero quilômetro, Cor: Sólida, Capacidade: 05 (cinco) pessoas. Dimensões: Distância entre eixos de no mínimo 2.560 mm, Porta-malas: Capacidade mínima de 300 litros, Transmissão: Câmbio manual de 05 marchas sincronizadas à frente e 01 à ré, Portas: 04 (quatro) portas laterais, Segurança: Cintos de segurança retráteis e de três pontos para todos os ocupantes Sistema de freios ABS Quatro airbags (02 dianteiros e 02 laterais), Controle eletrônico de estabilidade Controle eletrônico de tração Assistente de partidas em subida. Protetor de cárter demais equipamentos de segurança exigidos pela Legislação, Nacional de Trânsito, Conforto e Tecnologia: Ar-condicionado Direção elétrica com ajuste de altura e profundidade Chave canivete com comando remoto para abertura e fechamento do veículo Comando de áudio no volante Rádio AM/FM com entrada USB e conectividade Bluetooth Vidros elétricos dianteiros Volante multifuncional, Central multimídia Limpador e lavador de vidro traseiro Jogo de tapetes emborrachados Alto-falantes nas quatro portas, Tanque de Combustível: Capacidade mínima de 49 litros.	Unidades	5

O órgão ou entidade interessada poderá manifestar o interesse em ser participante do Registro de Preços dentro do prazo de **08 (oito) dias úteis**, conforme art. 86 da Lei 14.133/21, a partir da comunicação formal.
Para fins de participação o órgão ou entidade deverá encaminhar até o **dia 18/12/2025** suas intenções, no e-mail: planejamentogloriadogoitape@gmail.com , com os seguintes documentos:
a) Solicitação de Despesa com a especificação do objeto, com justificativas da sua necessidade;
b) Estimativa de consumo e Local de entrega;
d) Cronograma de contratação, quando couber;
Mais informações podem ser obtidas através do e-mail: licitacaogloriadogoitape@gmail.com

Glória do Goitá, 04 de dezembro de 2025

SIMONE CHAVES FERREIRA LIMA
Secretária de Municipal de Saúde

Publicado por:
Valter José Dos Santos
Código Identificador:93255343

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA DO GOITÁ - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO PROC LICIT Nº 185/2025 - CHAMADA PÚBLICA Nº004/2025 - INEX Nº 096/2025.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO
Processo Licitatório nº 185/2025 - Chamada Pública nº004/2025 - Inexigibilidade nº 096/2025.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios diretamente de Agricultura Familiar para alimentação escolar no ano letivo de 2025, destinado à complementação do cardápio, atendendo as necessidades nutricionais previstas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para atender as demandas do Fundo Municipal de Educação de Glória do Goitá – PE, conforme especificações e quantidades constantes no Edital de **Chamada Pública nº 004/2025** e seus Anexos.
A Secretária de Educação do Município de Glória do Goitá, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto na Lei nº 11.947/2009, Resolução CD/FNDE nº 06/2020 e suas alterações e demais legislação pertinente:
RATIFICA a Inexigibilidade (em virtude da Chamada Pública) nº 004/2025, por estar em conformidade com o Art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e legislação correlata;
HOMOLOGA o procedimento da Chamada Pública nº 004/2025 e o parecer da Comissão de Avaliação (ou setor responsável), por terem sido cumpridas todas as exigências editalícias e legais, e pela regularidade dos atos processuais.
ADJUDICA o objeto da referida Chamada Pública aos proponentes/fornecedores a seguir relacionados, em razão de seus Projetos de Venda terem sido selecionados e estarem em consonância com as condições estabelecidas no Edital:

Fornecedor	CNPJ/CPF	DAP/CAF	Itens adjudicados	Valor total adjudicado (R$)
AILSON FELIPE DE MENDONÇA	CPF: 521818.634-15	PE:062024.01.001736563CAF	Abacaxi, abóbora, banana prata, limão, macaxeira e manga rosa	R$ 13.510,00 (treze mil quinhentos e dez reais)
ALDO FELIPE DE MENDONÇA	CPF: 023.788.084-96	PE: 112023.01.000996264CAF	Abacaxi, abóbora, banana prata, limão, macaxeira e manga rosa	R$ 12.524,90 (doze mil quinhentos e vinte e quatro reais e noventa centavos)
ANDREIA GABRIELLE DA SILVA LIMA	CPF:120.248.934-65	PE: 072025.01.003727375CAF	Alface lisa, abóbora, banana prata, cenoura, cará, couve, macaxeira e tomate	R$ 18.277,85 (dezoito mil duzentos e setenta e sete reais e oitenta e cinco centavos)
ANDREZA ALVES DOS SANTOS	CPF:086.166.354-32	PE: 072024.01.001755297CAF	Macaxeira e bolo tipo saia	R$ 22.027,96 (vinte e dois mil vinte e sete reais e noventa e seis centavos)
COSME MARTINS DE SOUZAC	CPF:232.473.554-72	PE: 092023.01.000763751CAF	Limão e manga rosa	R$ 1.178,80 (um mil, cento e setenta e oito reais e oitenta centavos)
CRISTIANE BARROS DA SILVA	CPF:609.431.494-87	PE: 082023.01.000700984CAF	Alface lisa, cenoura, couve, limão, macaxeira, manga rosa, melancia e repolho	R$ 8.057,72 (oito mil cinquenta e sete reais e setenta e dois centavos)
DELMA CARLOS DOS SANTOS SANTANA	CPF:010.471.404-33	PE: 102023.01.000850130CAF	Alface lisa, abóbora, cenoura, cará, couve, macaxeira e repolho.	R$ 15.906,24 (quinze mil novecentos e seis reais e vinte e quatro centavos)
EDSON TEODORO DE LIMA SILVA	CPF:136.720.694-42	PE: 082024.01.001984540CAF	Alface lisa, cenoura, couve e repolho	R$ 7.998,72 (sete mil novecentos e noventa e oito reais e setenta e dois centavos)
EDILSON BONFIM DE ARRUDA	CPF:043.699.514-35	PE: 062024.01.001668880CAF	Alface lisa, abóbora, banana prata, cará, couve, laranja pera, limão, macaxeira, manga rosa, melancia, tomate e repolho.	R$ 23.306,90 (vinte e três mil trezentos e seis reais e noventa centavos)
GRACIELLE MARIA FERREIRA	CPF:085.382.654-40	PE: 072024.01.001867206CAF	Alface lisa, abóbora, banana prata, couve, limão, macaxeira, manga rosa e repolho.	R$ 14.801,50 (quatorze mil oitocentos e um reais e cinquenta centavos)
IVONETE RAMOS DA SILVAC	CPF:069.014.084-39	PE: 112023.01.001008172CAF	Bolo tipo saia	R$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais)
JACIEL SEVERINO DE OLIVIERA	CPF:040.960.044-05	PE: 062024.01.001706517CAF	Abacaxi, banana prata, couve e limão.	R$ 7.718,66 (sete mil setecentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos)
JOSÉ LAURINDO AFONSO IRMÃO	CPF:178.434.214-91	PE: 092023.01.000778684CAF	Alface lisa, abóbora, cenoura, couve, macaxeira e polpas de fruta.	R$ 21.717,16 (vinte e um mil, setecentos e dezessete reais e dezesseis

				centavos)
JOSÉ PEREIRA DE LIMA	CPF:101.891.144-87	PE: 062023.01.000403087CAF	Banana prata	R$ 1.677,90 (um mil seiscentos e setenta e sete reais e noventa centavos)
JOSÉ WALTER DA SILVA FERREIRA	CPF:131.300.024-80	PE:112023.01.000994354CAF	Alface lisa, banana prata, couve, macaxeira, melão e repolho.	R$ 10.767,32 (dez mil setecentos e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos)
LAUDICÉLIO DE OLIVEIRA BARROS	CPF:111.588.318-62	PE: 062024.01.001733688CAF	Ovos caipira	R$ 39.996,00 (trinta e nove mil novecentos e noventa e seis reais)
LUCIANA MASSENA DA SILVA	CPF:097.774.944-40	PE: 042025.01.003330775CAF	Alface lisa, abóbora, banana prata, cará, limão, macaxeira, manga rosa, melancia e tomate.	R$ 10.887,34 (dez mil oitocentos e oitenta e sete reais e trinta e quatro centavos)
LUCINALVA MARIA PEREIRA DA SILVA	CPF:079.253.864-10	PE: 062024.01.001732935CAF	Alface lisa, abóbora, banana prata, cenoura, limão e manga rosa.	R$ 11.585,94 (onze mil quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e quatro centavos)
MARIA JOSÉ GOMES	CPF:070.166.294-81	PE: 112023.01.001004308CAF	Bolo tipo saia	R$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais)
MARIA JOSÉ DE SANTANA	CPF:086.291.834-03	PE:112023.01.001007640CAF	Bolo tipo saia	R$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais)
PAULO MÁRCIO BARBOSA DE ARRUDA LEITE	CPF:013.809.164-05	PE: 082024.01.002008201CAF	Ovos caipira	R$ 39.525,00 (trinta e nove mil quinhentos e vinte e cinco reais)
ROSEANE MARQUES DE SOUZA	CPF:126.342.434-13	PE:092023.01.000771995CAF	Alface lisa, banana prata, cenoura, couve, macaxeira, tomate e repolho.	R$ 11.547,84 (onze mil quinhentos e quarenta e sete reais e oitenta e quatro centavos)
SEVERINO ARRUDA DE LACERDA	CPF:062.026.784-45	PE:082024.01.001885179CAF	Alface lisa, abóbora, banana prata, cenoura, cará, couve, macaxeira, melancia e repolho.	R$ 16.982,24 (dezesseis mil novecentos e oitenta e dois reais e vinte e quatro centavos)
SEVERINO JOSÉ DOS SANTOS MONTEIRO	CPF:547.690.604-59	PE:102023.01.000829250CAF	Batata doce, banana prata, coentro, macaxeira e melancia.	R$ 27.465,68 (vinte e sete mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e oito centavos)

Fornecedor	**CNPJ:**	**DAP/CAF:**	**Itens adjudicados**	**Valor Total adjudicado (R$)**
COOPERATIVA AGRO ALIMENTÍCIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO ESTADO DE PERNAMBUCO	07.784.087/0001-84	PE:032024.02.000002390CAF	Abóbora, cará, laranja pera, manga rosa, melancia, melão, tomate, bolo tipo saia, ovos caipira, peito de frango, coxa com sobrecoxa de frango e polpa de frutas	R$ 600.721,05 (seiscentos mil setecentos e vinte e um mil e cinco centavos)
TOTAL GERAL DO PROCESSO				**R$ 997.582,72**

VALOR GLOBAL DO PROCEDIMENTO: O valor total adjudicado perfaz a quantia global de **R$ 997.582,72 (novecentos e noventa e sete mil quinhentos e oitenta e dois reais e setenta e dois centavos)**.

DISPOSIÇÕES FINAIS:

Ficam os representantes legais dos proponentes/fornecedores **INTIMADOS** a comparecerem no Setor de contratos desta Administração Pública, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação/afixação deste Termo, a fim de celebrarem o devido instrumento contratual (ou recebimento da Nota de Empenho/instrumento equivalente).

A inobservância do prazo estabelecido implicará a caducidade da adjudicação, sujeitando os adjudicatários às sanções previstas em lei e no Edital.

Glória do Goitá/PE, 05 de dezembro de 2025.

ROBERTA LÚCIA FERREIRA DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Valter José Dos Santos
Código Identificador:CF99B127

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE GOIANA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANA - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 87 , DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025 - LEI N 2.739

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1º.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$ 7.649.471,98 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 7.649.471,98

02 05 00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DA QUALIDADE

100	04.122.0276.2041.0000	APOIO GER E TEC AS ACOES DAS SECRETARIAS	10.000,00	
	3.3.90.40.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNIC	F.R.: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Próprios do Municipio		

02 12 00 SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E PATRIMONIO ARQUITETONICO

304	15.451.0226.1052.0000	MOBILIDADE URBANA, ESTACIONAMENTO E SINALIZACAO	850.000,00	
	4.4.90.61.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	F.R.: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

305	15.451.0226.1061.0000	MOBILIDADE URBANA, ESTACIONAMENTO E SINALIZACAO	1.100.000,00	
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R.: 0 01	00

	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

03 03 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS

647	10.122.0079.2218.0000	CONTROLE SOCIAL	2.828.718,70	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

03 07 00 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

1091	13.392.0098.2162.0000	PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA CULT	2.860.753,28	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

Artigo 2º- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 01 00 GABINETE DO PREFEITO

28	04.122.0112.2003.0000	APOIO GERENCIAL E TE AS ACOES DO GABINETE DO PREF	-10.000,00	
	3.3.90.14.00	DIÁRIAS – CIVIL	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

30	04.122.0112.2003.0000	APOIO GERENCIAL E TE AS ACOES DO GABINETE DO PREF	-30.000,00	
	3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

31	04.122.0112.2003.0000	APOIO GERENCIAL E TE AS ACOES DO GABINETE DO PREF	-10.000,00	
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Próprios do Municipio		

32	04.122.0112.2003.0000	APOIO GERENCIAL E TE AS ACOES DO GABINETE DO PREF	-14.000,00	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

33	04.122.0112.2003.0000	APOIO GERENCIAL E TE AS ACOES DO GABINETE DO PREF	-25.188,40	33
	3.3.90.40.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Próprios do Município		

36	04.122.0112.2003.0000	APOIO GERENCIAL E TE AS ACOES DO GABINETE DO PREF	-22.500,00	
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Próprios do Município		

38	04.122.0203.2008.0000	APOIO GERENCIAL E TEC AS AÇOES DA CONTROLADORIA G	-5.000,00	
	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

39	04.122.0203.2008.0000	APOIO GERENCIAL E TEC AS AÇOES DA CONTROLADORIA G	-3.000,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

41	04.122.0203.2008.0000	APOIO GERENCIAL E TEC AS AÇOES DA CONTROLADORIA G	-5.000,00	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

43	04.122.0203.2008.0000	APOIO GERENCIAL E TEC AS AÇOES DA CONTROLADORIA G	-5.000,00	
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

02 02 00 SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

50	04.122.0208.2015.0000	APOIO GERENCIAL E TEC AS ACOES DA COMUNICAÇÃO	-15.000,00	
	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

52	04.122.0208.2015.0000	APOIO GERENCIAL E TEC AS ACOES DA COMUNICAÇÃO	-14.610,00	
	3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

54	04.122.0208.2015.0000	APOIO GERENCIAL E TEC AS ACOES DA COMUNICAÇÃO	-27.078,78	

	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

56	04.122.0208.2015.0000	APOIO GERENCIAL E TEC AS ACOES DA COMUNICAÇÃO	-2.155,87	
	3.3.90.92.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

57	04.122.0208.2015.0000	APOIO GERENCIAL E TEC AS ACOES DA COMUNICAÇÃO	-30.614,15	
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

58	04.131.0208.2019.0000	APOIO GERENCIAL E TEC AS ACOES DA COMUNICAÇÃO	-200.000,00	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

02 03 00 PROCURADORIA JURIDICA

64	04.122.0223.2032.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-2.155,87	
	3.1.90.92.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

66	04.122.0223.2032.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-17.640,00	
	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	600 000	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		

68	04.122.0223.2032.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-10.000,00	
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

69	04.122.0223.2032.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-30.000,00	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

70	04.122.0223.2032.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-10.000,00	
	3.3.90.40.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA	F.R. Grupo:0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

72	04.122.0223.2032.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-14.372,47	
	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Próprios do Município		

1469	04.091.0223.4074.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-36.829,23	
	3.1.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	F.R. Grupo:0 01	00
	01	TESOURO		
	250 000	EDUCAÇÃO-FUNDEF		

02 04 00 SECRETARIA DE ARTICULAÇAO POLITICA DE GOVERNO

80	04.122.0223.2038.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-5.000,00	
	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	F.R. Grupo:0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Próprios do Município		

81	04.122.0223.2038.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-5.000,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo:0 01 00	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

84	04.122.0223.2038.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-11.558,70	
	3.3.90.40.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA	F.R. Grupo:0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

86	04.122.0223.2038.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-11.649,02	
	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	F.R. Grupo:0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

87	04.122.0223.2038.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-10.779,36	
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo:0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

02 05 00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE QUALIDADE

97	04.122.0276.2041.0000	APOIO GER E TEC AS ACOES DAS SECRETARIAS	-15.868,15	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo:0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

104	04.122.0276.2041.0000	APOIO GER E TEC AS ACOES DAS SECRETARIAS	-30.800,00	
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

106	04.122.0276.2046.0000	APOIO GER E TEC AS ACOES DAS SECRETARIAS	-15.091,10	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

107	04.122.0276.2046.0000	APOIO GER E TEC AS ACOES DAS SECRETARIAS	-5.779,36	
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

108	04.122.0276.2046.0000	APOIO GER E TEC AS ACOES DAS SECRETARIAS	-2.246,96	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

109	04.122.0276.2046.0000	APOIO GER E TEC AS ACOES DAS SECRETARIAS	-2.338,06	
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

110	04.122.0276.2047.0000	APOIO GER E TEC AS ACOES DAS SECRETARIAS	-6.935,23	
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

111	04.122.0276.2047.0000	APOIO GER E TEC AS ACOES DAS SECRETARIAS	-6.935,23	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Próprios do Município		

112	04.122.0276.2047.0000	APOIO GER E TEC AS ACOES DAS SECRETARIAS	-6.558,70	
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

113	04.122.0276.2048.0000	APOIO GER E TEC AS ACOES DAS SECRETARIAS	-5.779,36	
	3.3.90.35.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

114	04.122.0276.2048.0000	APOIO GER E TEC AS ACOES DAS SECRETARIAS	-10.870,44	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

1465	04.122.0276.2041.0000	APOIO GER E TEC AS ACOES DAS SECRETARIAS	-747.000,00	
	3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

02 06 00 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTRATEGICO E COORDENACA

115	04.122.0204.2012.0000	APOIO GERENCIAL E TECNOLOGICO AS AÇOES DA CPL	-5.000,00	
	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

116	04.122.0204.2012.0000	APOIO GERENCIAL E TECNOLOGICO AS AÇOES DA CPL	-5.000,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

117	04.122.0204.2012.0000	APOIO GERENCIAL E TECNOLOGICO AS AÇOES DA CPL	-5.135,40	
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

118	04.122.0204.2012.0000	APOIO GERENCIAL E TECNOLOGICO AS AÇOES DA CPL	-36.841,02	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

119	04.122.0204.2012.0000	APOIO GERENCIAL E TECNOLOGICO AS AÇOES DA CPL	-8.700,00	

	3.3.90.40.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇ	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

120	04.122.0204.2012.0000	APOIO GERENCIAL E TECNOLOGICO AS AÇOES DA CPL	-10.440,00	
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

133	99.999.0237.1141.0000	GESTAO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTRATEGIC	-2.956.943,55	
	9.9.99.99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

02 07 00 SECRETARIA DE ARRECADAÇÃO E FINANCAS

137	04.122.0223.2068.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-5.779,36	
	3.1.90.92.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	F.R. Grupo:0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

139	04.122.0223.2068.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-29.522,26	
	3.2.90.21.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

140	04.122.0223.2068.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-25.151,82	
	3.2.90.22.00	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

143	04.122.0223.2068.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE -19.480,00	-19.480,00	
	3.3.90.31.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESP	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

144	04.122.0223.2068.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-38.960,00	
	3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

148	04.122.0223.2068.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-49.724,21	
	3.3.90.40.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇ	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

149	04.122.0223.2068.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-36.362,62	
	3.3.90.92.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

150	04.122.0223.2068.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-42.350,62	
	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

151	04.122.0223.2068.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-30.820,00	
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

02 10 00 SECRETARIA DE POLITICAS SOCIAIS E DESPORTO

158	08.122.0210.1040.0000	APOIO GER E TEC AS AÇOES DA SEC DE POLITICAS SOCIAI	-35.831,44	
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

163	08.122.0210.2113.0000	APOIO GER E TEC AS AÇOES DA SEC DE POLITICAS SOCIAI	-6.135,99	
	3.3.90.08.00	Outros Beneficios Assistenciais do servidor e do militar	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

167	08.122.0210.2113.0000	APOIO GER E TEC AS AÇOES DA SEC DE POLITICAS SOCIAI	-10.648,80	
	3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

172	08.122.0210.2113.0000	APOIO GER E TEC AS AÇOES DA SEC DE POLITICAS SOCIAI	-10.597,95	
	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

173	08.122.0210.2113.0000	APOIO GER E TEC AS AÇOES DA SEC DE POLITICAS SOCIAI	-40.000,00	
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 0 01	00

	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

179	08.244.0046.2299.0000	CONSELHO TUTELAR	-21.659,16	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

180	08.244.0046.2299.0000	CONSELHO TUTELAR	-13.168,99	
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

184	08.244.0057.2284.0000	SERVICO DE PROTECAO EM SITUACOES DE CALAMIDADES	-102.615,52	
	3.3.90.32.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

188	08.244.0057.2284.0000	SERVICO DE PROTECAO EM SITUACOES DE CALAMIDADES	-40.000,00	
	3.3.90.48.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo: 0 18	00
	18	CONVENIOS		
	110 003	EMENDAS PARLAMENTARES		

193	08.244.0079.2295.0000	CONTROLE SOCIAL	-5.538,67	
	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

194	08.244.0079.2295.0000	CONTROLE SOCIAL	-5.000,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo:0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

199	08.244.0079.2295.0000	CONTROLE SOCIAL	-11.622,00	
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

200	08.244.0079.2295.0000	CONTROLE SOCIAL	-10.973,20	
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

207	08.244.0079.2297.0000	CONTROLE SOCIAL	-10.000,00	
	3.3.90.35.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

208	08.244.0079.2297.0000	CONTROLE SOCIAL	-11.135,99	
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

209	08.244.0079.2297.0000	CONTROLE SOCIAL	-11.135,99	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

212	08.244.0079.2298.0000	CONTROLE SOCIAL	-5.000,00	
	3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

216	08.244.0079.2298.0000	CONTROLE SOCIAL	-5.000,00	
	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

217	08.244.0079.2298.0000	CONTROLE SOCIAL	-5.000,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

218	08.244.0079.2298.0000	CONTROLE SOCIAL	-5.297,60	
	3.3.90.35.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	F.R. Grupo:0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

219	08.244.0079.2298.0000	CONTROLE SOCIAL	-5.135,99	
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		

	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

220	08.244.0079.2298.0000	CONTROLE SOCIAL	-5.135,99	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

222	08.244.0079.2298.0000	CONTROLE SOCIAL	-10.000,00	
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

223	08.244.0079.4066.0000	CONTROLE SOCIAL	-26.488,00	
	3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

224	08.244.0079.4066.0000	CONTROLE SOCIAL	-16.135,08	
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -PESSOAL CIVIL	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

227	08.244.0079.4066.0000	CONTROLE SOCIAL	-200.000,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

228	08.244.0079.4066.0000	CONTROLE SOCIAL	-20.000,00	
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

229	08.244.0079.4066.0000	CONTROLE SOCIAL	-16.220,00	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

230	08.244.0079.4066.0000	CONTROLE SOCIAL	-17.300,00	
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

231	08.244.0079.4066.0000	CONTROLE SOCIAL	-14.800,00	
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

232	08.244.0215.2276.0000	APOIO GERENCIAL TECNOLOGICO DO FMAS E DCA	-5.000,00	
	3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	F.R. Grupo:0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

233	08.244.0215.2276.0000	APOIO GERENCIAL TECNOLOGICO DO FMAS E DCA	-5.000,00	
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Próprios do Município		

236	08.244.0215.2276.0000	APOIO GERENCIAL TECNOLOGICO DO FMAS E DCA	-5.000,00	
	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

237	08.244.0215.2276.0000	APOIO GERENCIAL TECNOLOGICO DO FMAS E DCA	-5.000,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

238	08.244.0215.2276.0000	APOIO GERENCIAL TECNOLOGICO DO FMAS E DCA	-21.297,60	
	3.3.90.35.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

239	08.244.0215.2276.0000	APOIO GERENCIAL TECNOLOGICO DO FMAS E DCA	-779,36	
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

240	08.244.0215.2276.0000	APOIO GERENCIAL TECNOLOGICO DO FMAS E DCA	-779,36	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

247	08.244.0223.2280.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-5.779,36	
	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

250	08.244.0223.2280.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-5.622,00	
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

251	08.244.0223.2280.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-5.973,20	
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

258	08.244.0223.2282.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-50.000,00	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

260	08.244.0223.2282.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-100.000,00	
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

261	08.244.0223.4041.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-15.811,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

262	08.244.0223.4041.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-5.486,60	
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

263	08.244.0223.4041.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-5.648,80	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

268	15.122.0223.2116.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-10.169,20	
	3.1.90.92.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Próprios do Município		

270	15.122.0223.2116.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-5.688,00	
	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	F.R. Grupo:0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

271	15.122.0223.2116.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-150.888,88	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

276	15.122.0223.2116.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-10.110,10	
	3.3.90.92.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

278	15.122.0223.2116.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-47.210,00	
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

279	15.122.0223.2118.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-15.840,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

280	15.122.0223.2118.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-33.758,89	
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

02 11 00 SECRETARIA GERAL, ABASTECIMENTO E SERVICOS PUBLICOS

282	15.122.0223.2118.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-8.441,11	
	3.3.90.92.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

285	15.122.0223.2119.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-10.169,20	

	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

290	15.122.0223.2120.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-18.700,00	
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo: 0 01	000
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

291	15.122.0223.2120.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-20.000,00	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

292	15.122.0223.2122.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-6.558,00	
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

293	15.122.0223.2122.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-10.000,00	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

294	15.122.0223.4035.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-10.000,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

296	15.122.0223.4035.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-14.800,00	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

299	15.452.0226.4002.0000	MOBILIDADE URBANA, ESTACIONAMENTO E SINALIZACAO	-16.100,00	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

1482	15.122.0223.2116.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-350.959,87	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

02 12 00 SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E PATRIMONIO ARQUITETO

301	04.122.0276.1021.0000	APOIO GER E TEC AS ACOES DAS SECRETARIAS	-46.542,81	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

302	04.122.0276.1021.0000	APOIO GER E TEC AS ACOES DAS SECRETARIAS	-48.872,20	
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

303	04.122.0276.1021.0000	APOIO GER E TEC AS ACOES DAS SECRETARIAS	-58.293,84	
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo:0 18	00
	18	CONVENIOS		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

306	15.451.0226.1066.0000	MOBILIDADE URBANA, ESTACIONAMENTO E SINALIZACAO	-65.646,33	
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo: 0 01	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

•

307	15.451.0226.1066.0000	MOBILIDADE URBANA, ESTACIONAMENTO E SINALIZACAO	-10.000,00	
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo:0 18	00
	18	CONVENIOS		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

•

17 00 SECRETARIA DE ESPORTES E JUVENTUDE

471	27.813.0285.1140.0000	APOIO GERENCIAL E TEC AS AÇOES DA SECRETARIA DE ES	-256.030,56	
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo: 0 18 00	00
	18	CONVENIOS		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

03 05 00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE GOIANA - FMAS

923	08.122.0215.2265.0000	APOIO GERENCIAL TECNOLOGICO DO FMAS E DCA	-37.531,02	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo:0 09	00
	09	RECURSOS TRANSFERIDOS PELO FNAS		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

926	08.122.0215.2265.0000	APOIO GERENCIAL TECNOLOGICO DO FMAS E DCA	-57.400,00	
	3.3.90.32.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	F.R. Grupo:0 01	00
	01	TESOURO		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

934	08.122.0215.2265.0000	APOIO GERENCIAL TECNOLOGICO DO FMAS E DCA	-103.244,00	
	3.3.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	F.R. Grupo: 01 00	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

941	08.122.0215.2265.0000	APOIO GERENCIAL TECNOLOGICO DO FMAS E DCA	-150.000,00	
	4.4.90.61.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	F.R. Grupo:0 09	00
	09	RECURSOS TRANSFERIDOS PELO FNAS		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

1009	08.244.0223.2283.0000	ADMINISTRACAO MUNICIPAL EFICIENTE	-200.219,03	
	3.3.90.32.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	F.R. Grupo:0 01	00
	01	TESOURO		
	500 005	BLC DA PROT SOC ESP DE MEDIA E ALTA COMP		

03 07 00 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

1114	13.392.0290.2307.0000	LEI ALDIR BLANC	-115.000,00	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo:0 72	00
	72	LEI ALDIR BLANC		
	110 005	LEI ALDIR BLANC		

03 13 00 FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

1435	04.182.0292.4068.0000	DEFESA CIVIL	-80.000,00	
	3.3.90.32.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	F.R. Grupo: 0 01 00	00
	01	TESOURO		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

-7.649.471,98

Art.3º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MARCILIO RÉGIO SILVEIRA DA COSTA
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Ferreira Guedes da Silva
Código Identificador:373F2DD4

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE GRAVATÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 968/2025

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ,** Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, com arrimo da Lei Municipal nº 3666, de 16 de dezembro 2014, os(as) Conselheiros(as) do COMPIR – Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial, cujo mandado vai até novembro/2027, revogando, desta forma, a Portaria nº 812, 18 de setembro de 2025, tendo em vista a conclusão do mandato, as novas indicações das secretarias municipais e o resultado da Assembleia-Geral da Sociedade Civil, realizada aos 23 de outubro do corrente:

BANCADA GOVERNAMENTAL		
TITULARES		
SERVIDORES		**PASTAS**
01	Gabriel Uili da Silva	Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esportes e Lazer
02	Gleidson Rodrigues Teixeira da Silva	Secretaria Municipal de Saúde
03	Iris Barbosa da Silva	Secretaria Municipal de Educação
04	Janaina Karla de Lima Barbosa	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
05	Daniella Caroline de Oliveira Melo	Agência Municipal de Meio Ambiente
06	Joyce Melissa Gomes da Silva	Secretaria Municipal da Mulher
07	Luis Amaro da Silva	Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude
SUPLENTES		
SERVIDORES		**PASTAS**
01	Eliane Maria dos Santos	Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esportes e Lazer
02	Leonardo Gonçalves Pereira de Lima	Secretaria Municipal de Saúde
03	Lucilene da Silva Freitas	Secretaria Municipal de Educação
04	José Tadeu Pinto Soares de Melo	Secretaria Municipal de Indústria e Comércio
05	Gleizy Irene Lopes Gueiros de Melo	Secretaria Municipal da Mulher
06	Juliana Vieira de Melo e Silva	Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Civil

07	Lucileide Gomes de Melo	Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude

---

BANCADA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA		
TITULARES		
REPRESENTANTES		**REPRESENTAÇÃO**
01	Jorge Antônio de Sobral	Associação Religiosa Cultural de Valorização de Matriz Africana Abassá Axé Ilê da Iansã/Aiyá
02	Maria José de Sousa	Coordenação de Articulação dos Povos Terreiros de Gravatá/PE
03	Anna Paula Costa	Ilê Asé Oya Onira
04	Elivelton José de Oliveira	Jurema e suas Forças
05	Lucas Alves de Abreu Lima	Terreiro de Jurema Caboclo Pena Branca Casa do Mestre Zé
06	Geyson de Almeida Nascimento	Igreja Presbiteriana Renovada
07	Monica Gleite da Silva	Movimento Arco-Iris da Serra
SUPLENTES		
REPRESENTANTES		**ORGANIZAÇÃO**
01	José Lourival de Lima	Associação Religiosa Cultural de Valorização de Matriz Africana Abassá Axé Ilê da Iansã/Aiyá
02	Paulo Tiago Lins da Silva	Coordenação de Articulação dos Povos Terreiros de Gravatá/PE
03	Laudivan Rafael da Silva	Ilê Asé Oya Onira
04	Alexsandro da Silva Santos	Jurema e suas Forças
05	Leonilson Anderson de Lima	Terreiro de Jurema Caboclo Pena Branca Casa do Mestre Zé
06	Patrício de Almeida Nascimento	Igreja Presbiteriana Renovada
07	Lucas Melo da Silva	Movimento Arco-Iris da Serra

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Palácio Joaquim Didier, 03 de dezembro de 2025.

JOSELITO GOMES DA SILVA
Prefeito do Município de Gravatá

Publicado por:
Idelfonso da Silva Júnior
Código Identificador:0976AC81

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATA - SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER PUBLICAÇÃO FINAL DOS HABILITADOS – CREDENCIAMENTO Nº 002/2025 - CONTRATAÇÃO DE ATRAÇÕES ARTÍSTICAS LOCAIS - ANO DE 2025 E 2026

PROPONENTE	CNPJ/CPF	ATRAÇÃO
JAYANNE MENDES DOS SANTOS	44.399.868/0001-81	GRUPO DE DANÇA JAYANNE MENDES DOS SANTOS
JOSAEL GOMES DE ARAÚJO JUNIOR	31.106.063/0001-50	STUDIO DE DANÇA JUNINHO ARAUJO
DANILLO HENRIQUE BATISTA DA SILVA	34.745.045/0001-07	DANILLO HENRIQUE
JOSINEIDE MARIA BARROS DA SILVA	35.586.937/0001-75	REVERSO ESCOLA DE DANÇA
RENAN SIMÕES BARBOSA DE LIMA	084.911.724-08	RENAN LIMA
JOAQUIM CÍCERO MENDES	30.104.113/0001-04	TIO DO ACORDEON
VANDSON GOMES DA SILVA	62.257.382/0001-90	ORQUESTRA BIG BAND
PAULO TARCIANO FERREIRA DE MELO	14.991.694/0001-80	PAULO TARCIANO E BANDA
FABRICA DE CULTURA	23.642.678/0001-73	FABRICA DE CULTURA
GRUPO DE APOIO AOS MENINOS E MENINAS DE GRAVATÁ - GAMM	09.033.390/0001-70	GRUPO DE APOIO AOS MENINOS E MENINAS DE GRAVATÁ - GAMM
ASSSOCIAÇÃO CULTURAL DE BEZERROS	29.320.663/0001-75	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E MUSICAL DE BEZERROS – ACMB ARTISTAS REPRESENTADOS: - FABY MEL - REI DO CANGAÇO - ANDRÉ FERRAZ - COWBOY ELÉTRICO
WIRANDÉ MANOEL DA SILVA	081.272.634-00	WIRANDÉ
CAIO PAZ DE MELO	63.558.959-0001/67	BANDA QUATRO ESTAÇÕES
MARCIO MEYKSON DA SILVA	155.910.384-17	MARCIO MEYKSON
MAURICIO NUNES DA SILVA	22.774.487/0001-00	MAURICIO NUNES
ASSOCIAÇÃO DOS FORROZEIROS E TRIOS PÉ DE SERRA DE CARUARU	11.706.770/0001-70	ARTISTAS REPRESENTADOS: - JOBSON ALEJANDRO - LELEKA COSTA
CARLA DANIELLI LIMA MEDEIROS	52.826.103/0001-09	STUDIO LIFE KIDS
EDILSON MANOEL DO NASCIMENTO	054.466.324-19	EDILSON NASCIMENTO
JOSÉ DOS SANTOS BEZERRA	30.591.122/0001-60	ORQUESTRA SUPER FREVIOLA
LUIZ SÉRGIO DE LIMA	48.253.039/0001-47	LUIZ SÉRGIO XIK XOTEA
ADRIANO CARLOS DE SENA	30.126.992/0001-69	ADRIANO SENA
MOWA – ESCOLA DE DANÇA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	17.973.084/0001-42	MOWA
LUCIANNA CRISTINA SANTOS SOUZA	30.365.584/0001-60	QUADRILHA JUNINA TRAQUEJO
DEIVISON JOSÉ DE FRANÇA	28.381.785/0001-09	ESCOLA EXECUÇÃO EM MOVIMENTO
WILMA MARIA PATRICIO	174.317.434-91	WILMA SERESTEIRA
JOSELITO OLIVEIRA DA SILVA	58.129.868/0001-76	ORQUESTRA POPULAR DE GRAVATÁ
MARIA EDNA SANTOS LIMA	57.727.261/0001-25	ALMA NÚCLEO DE DANÇA
JOÃO LIDIO SILVA CINTRA	095.294.244-50	JOÃO LIDIO
JOSÉ LUIS BELARMINO DA SILVA	63.668.506/0001-93	BANDA EXPRESSO É SHOW
IVALDO NAZÁRIO DA SILVA	48.051.589/0001-83	ALEXANDRE CARLOS
VERÔNICA BERNADETE DE FREITAS	038.685.414-97	VERA FREITAS
TOMÁS HENRIQUE DOS SANTOS	63.770.425/0001-08	TOMAS HENRIQUE
JOÃO BATISTA FELEX DO SANTOS	044.282.324-03	TRIO DANADO DE BOM

ALESSANDRO ELÓI MONTEIRO	32.013.929/0001-41	SANDRO MONTEIRO E BANDA CANASTRA
JULIA CALANZANS GOMES DA SILVA	34.813.847/0001-07	MARCOS DE LIMA
JOSÉ FELIPE DA SILVA	15.173.666/0001-19	JOSÉ FELIPE E MISTURA BRASILEIRA
FABIANO FERNANDO DA SILVA SANTOS	19.055.317/0001-53	FABINHO ELETROSAT
JARBAS DE LIMA TRAVASSOS	31.904.335/0001-68	JARBAS TRAVASSOS
CICERO PEREIRA DE ESPINDOLA	780.996.844-00	BANDA DE PÍFANO DA TITARA
AMANDA LUIZA MOURI FERNANDES	20.153.340/0001-60	TONYNHO DO ACORDEON
DANIELLY PRISCILLA DA SILVA	113.307.504-54	JANELA PARA ARTES
SUZANA MARIA DA SILVA SOUZA	012.493.614-86	SU MULTI ARTISTA
JOSÉ ALBINO DA SILVA FILHO	21.446.254/0001-08	BANDA E TRIO CLIMA NORDESTINO
JOSEILDO JOSÉ DOS SANTOS	067.287.594-25	JOSEILDO SANTOS
DENILSON BATISTA DA SILVA	50.812.664/0001-63	RD ORQUESTRA
PUDIM PRODUÇÕES	34.764.778/0001-99	REPRESENTADOS: - ANDREA SANTOS - IVAN GADELHA
MARCIO OLIVEIRA DA SILVA	063.467.594-00	MARCELO COSTA
JOÃO FIRMINO DA SILVA	335.501.074-04	JOÃOZINHO DO ACORDEON
VICTOR JOSÉ MOURY FERNANDES	30.206.586/0001-06	VICTOR MOURY

Gravatá, 04 de dezembro de 2025

MARLLON VINICIUS DE LIMA BARBOSA
Secretáro de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

Publicado por:
Alice Bernardino da Silva
Código Identificador:052CE262

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE MORENO

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 512-A DE 26 DE SETEMBRO DE 2014

INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DO MORENO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO MORENO, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei disciplina a atividade tributária do Município do Moreno e define normas de direito tributário a ela relativas.

LIVRO PRIMEIRO
DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

TÍTULO ÚNICO
DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º A competência legislativa do Município em matéria tributária é assegurada pelo disposto na Constituição da República Federativa do Brasil, pela Constituição do Estado de Pernambuco e pela Lei Orgânica do Município do Moreno e é exercida pelo Poder Legislativo Municipal.
Art. 3º A Legislação Tributária Municipal compreende as leis, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre a atividade tributária do Município.
Parágrafo único. São normas complementares das leis e dos decretos:
I - as portarias, instruções, avisos, ordens de serviço e outros atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;
II - as decisões dos órgãos componentes das instâncias administrativas julgadoras;
III - as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;
IV - os convênios que o Município celebre com as entidades da administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
Art. 4º O Código Tributário institui os seguintes tributos, no âmbito do território do Município:
I - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS;
II - Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;
III - Imposto Sobre a Transmissão Onerosa "Inter-vivos" de Bens Imóveis e de Direitos a eles relativos - ITBI;
IV Taxas decorrentes do exercício regular do poder de polícia;
V - Taxas decorrentes da utilização efetiva ou potencial de serviços públicos municipais específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;
VI - Contribuição de Melhoria - CM, decorrente de obra pública;
VII - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP;
VIII - Preços públicos. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024)

CAPÍTULO II
DAS LIMITAÇÕES DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Art. 5º Ao Município é vedado:
I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;
II - instituir tratamento desigual entre sujeitos passivos que se encontrem em situações equivalentes;
III - exigir tributos:
a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;
c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea anterior;
IV - utilizar tributos com efeito de confisco;
V - instituir impostos sobre:
a) o patrimônio, renda ou serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
b) os templos de qualquer culto;
c) o patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos e de suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos do artigo 6º;
d) os livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.
§ 1º A vedação do inciso V, alínea "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, a renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.
§ 2º As vedações do inciso V, alínea "a", e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.
§ 3º As vedações do inciso V, alíneas "b" e "c", compreendem somente o patrimônio, a renda e aos serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.
§ 4º O disposto no inciso V deste artigo não exclui as entidades nele referidas da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caiba reter na fonte, bem como não as dispensa da prática de atos assecuratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros, na forma prevista em lei.
§ 5º A vedação do inciso III, “c”, deste artigo, não se aplica à fixação da base de cálculo do Imposto
sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU.
§ 6º A vedação de que trata o inciso V, “b”, deste artigo aplica-se aos templos de qualquer culta, ainda que as entidades sejam apenas locatárias do imóvel, desde que: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - comprovada a atividade religiosa com o funcionamento legal e regular do templo, na data do fato gerador do imposto; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - apresentado contrato de locação, cessão, comodato ou equivalente, do imóvel onde funciona o templo; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - o responsável declare, sob as penas da lei, que o imóvel será usado exclusivamente como templo. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 6º O reconhecimento da imunidade de que trata a alínea “c” do inciso V do artigo anterior é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:
I - não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
II - aplicarem integralmente no País os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
III - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.
Parágrafo único. Para o reconhecimento da imunidade tributária, nos casos de que trata este artigo, o sujeito passivo deverá requerer ao Secretário da Fazenda, este podendo delegar a atribuição a outro servidor legítimo a realização de tal ato. (Redação dada pela Lei Complementar Nº 744, de 2024).
Art. 7º A suspensão da aplicação do benefício decorrente da imunidade tributária pela falta de cumprimento do disposto no artigo 6º, ou 5º, § 4º, é da competência do Secretário de Finanças e Administração, podendo delegar.
Art. 8º Qualquer isenção, redução de base de cálculo, anistia ou remissão que envolva matéria tributária só poderá ser concedida mediante lei específica.
§ 1º Caso seja concedida anistia ou remissão de créditos tributários envolvendo principal, multas e acessórios, fica assegurado aos contribuintes que tenham pago seus débitos regularmente, por ocasião dos respectivos vencimentos, o direito de obter o recebimento, a título de ressarcimento financeiro compensatório, dos valores correspondentes à atualização monetária relativa à diferença entre o montante recolhido e o benefício financeiro que seria resultante da anistia ou da remissão.
§ 2º Quando a anistia ou remissão houver sido concedida para determinadas classes de contribuintes ou setores específicos de atividades econômicas, ou, ainda, em função da localidade, somente poderão requerer o ressarcimento previsto no parágrafo anterior, os contribuintes enquadrados nas classes, setores ou localidades específicos abrangidos pela lei concessiva do benefício.
Art. 9º É vedada a concessão de reduções, descontos, isenções, anistias, incentivos ou benefícios fiscais relativos ao Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU progressivo no tempo.

LIVRO SEGUNDO
DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

TÍTULO I
DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN

CAPÍTULO I
DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL

SEÇÃO I
DO FATO GERADOR

Art. 10. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS tem como fato gerador a prestação de serviços não compreendidos na competência dos Estados, por pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador, constantes do ANEXO I desta Lei. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 1º Os serviços especificados na lista do “caput” ficam sujeitos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN ainda que a respectiva prestação envolva fornecimento de mercadorias, ressalvadas as exceções expressas na referida lista.
§ 2º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.
§ 3º O imposto de que trata este artigo incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.
§ 4º A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.
Art. 11. Para efeito de incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, consideram-se tributáveis os serviços prestados com ou sem utilização de equipamentos, instalações ou insumos, ressalvadas as exceções contidas no artigo anterior.
Art. 12. O contribuinte que exercer, em caráter permanente ou eventual, mais de uma das atividades relacionadas no art. 10 desta Lei, ficará sujeito ao imposto que incidir sobre cada uma delas, inclusive quando se tratar de pessoa física.

Art. 13. Quando o contribuinte exercer mais de uma atividade e dentre elas constar atividade isenta ou que permita deduções, a escrita fiscal e/ou contábil deverá registrar as operações de forma separada, sob pena do imposto ser cobrado sobre o total da receita.
Art. 14. A incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS independe:
I - da existência de estabelecimento fixo ou não, em caráter permanente ou eventual;
II - do cumprimento das exigências constantes de leis, decretos ou atos administrativos, que regulamentam o exercício da atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;
III - do resultado financeiro obtido no exercício da atividade;
IV - do pagamento pelos serviços prestados.

SEÇÃO II
DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 15. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN não incide sobre:
I - as exportações de serviços para o exterior do País;
II - a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;
III - o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.
Parágrafo único. Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

SEÇÃO III
DA ISENÇÃO

Art. 16. São isentos do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN:
I - os profissionais autônomos não liberais, sem formação profissional que exerçam as atividades de Alfaiate, Amolador de ferramentas, Artesão, Arrumadeira, Bordadeira, Carroceiro, Chaveiro, Cozinheiro, Costureira, Eletricista, Encanador, Engraxate, Faxineiro, Ferreiro, Funileiro, Jardineiro, Lavadeira, Lavador, Merendeira, Passadeira, Pedreiro, Pintor, Sapateiro, Servente de Pedreiro e Zelador. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - as representações teatrais, os concertos de música clássica, as exibições de balé e os espetáculos folclóricos e circenses;
III - as atividades desportivas desenvolvidas sob a responsabilidade das federações, ligas desportivas, associações e clubes sócio-esportivos devidamente legalizados, conforme definidos pelo Poder Executivo;
IV - bancos de sangue, leite, pele, olhos, sêmen, quando os serviços forem prestados sem fins lucrativos;
V - as associações culturais, associações comunitárias e clubes de serviço, cuja finalidade essencial, nos termos do respectivo estatuto e tendo em vista os atos efetivamente praticados, esteja voltada para o desenvolvimento da comunidade em caráter gratuito;
VI - os serviços de diversão pública com fins beneficentes ou considerados de interesse da comunidade prestados por órgão de educação e cultura do Município ou órgão similar.
§ 1º As isenções de que tratam os incisos deste artigo, não excluem os contribuintes beneficiados da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caibam reter na fonte, sob pena de perda dos benefícios e sem prejuízo das cominações legais.
§ 2º As isenções previstas nos incisos III, V e VI do "caput" deste artigo dependerão do reconhecimento pela autoridade competente, conforme dispuser o Chefe do Poder Executivo.
Art. 17. Os contribuintes optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional instituído pela Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, ficam sujeitos à legislação do Simples Nacional, aplicando-se a legislação do Município apenas em relação a eventuais deduções na base de cálculo do imposto prevista na legislação municipal, a exemplo da dedução da base de cálculo na prestação de serviços de construção civil. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. Nas ações fiscais realizadas sobre ME ou EPP optantes pelo Simples Nacional, quando utilizados os procedimentos administrativos fiscais previstos na legislação do Município, nos termos do art. 90-A da Resolução do CGSN nº 140 de 2018, deverão ser aplicadas as alíquotas do ISS previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como os acréscimos moratórios e as multas de infração. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO IV
DOS CONTRIBUINTES E DOS RESPONSÁVEIS

Art. 18. Contribuinte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS é o prestador de serviço.
Art. 19. Considera-se responsável pelo pagamento do imposto devido ao Município do Moreno:
I - o tomador, o intermediário ou o responsável pelo pagamento do serviço quando:
a) o prestador do serviço estabelecido ou domiciliado no Município do Moreno não comprovar a sua inscrição no Cadastro Mercantil de Contribuintes ou deixar de emitir a Nota Fiscal de Serviços, estando obrigado a fazê-lo;
b) sem prejuízo da demais disposições estabelecidas neste artigo, fica atribuída, a responsabilidade tributária na qualidade de contribuinte substituto pela retenção e o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, à pessoa jurídica, tomadora, intermediária ou responsável pelo pagamento dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.11, 7.12, 7.16, 7.17, 7.18, 7.19, 11.01, 11.02, 11.04, 12, 12.01, 12.02, 12.03, 12.04, 12.05, 12.06, 12.07, 12.08, 12.09, 12.10, 12.11, 12.12, 12.14, 12.15, 12.16, 12.17, 16.01, 16.02, 17.05, 17.10, e no item 20 da lista de Serviços, quando a execução de serviços for efetuada por prestador de serviço cujo estabelecimento esteja situado fora do Município do Moreno. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
c) o serviço for proveniente ou se tenha iniciado no exterior do País;
d) ficam obrigados, os tomadores de serviços elencados neste artigo, a consultar, observando o prazo determinado para o recolhimento de ISS, no sistema da Nota Fiscal de serviços Eletrônica, a regularidade das Notas Fiscais de Serviços que foram emitidas contra os mesmos. (Redação dada pela Lei nº 563, de 2017).
e) os tomadores de serviços, a que se refere a letra D deste artigo, terão o prazo de 30 (trinta) dias, contados do prazo determinado para o recolhimento do ISS, para contestar administrativamente quaisquer irregularidades relacionadas às Notas Fiscais de Serviços emitidas contra os mesmos. (Redação dada pela Lei 563 de 2017).
II - os contribuintes ou responsáveis abaixo indicados em relação aos serviços que lhes forem prestados:
a) Instituições financeiras ou equiparadas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

b) os órgãos e empresas da Administração Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
c) as concessionárias, permissionárias ou autorizatárias de serviços públicos;
III - as empresas que desenvolvam atividade industrial, comercial, de prestação de serviço, de agropecuária ou de extrativismo, elencadas em regulamento, em relação aos serviços que lhes forem prestados;
IV - as incorporadoras, construtoras, empreendedores imobiliários ou loteadores em relação às comissões pagas pelas corretagens de imóveis;
V - as empresas e entidades que explorem loterias e outros jogos, inclusive apostas, em relação às comissões pagas aos seus agentes, revendedores, concessionários ou congêneres;
VI - as empresas que prestam os serviços referidos nos subitens 7.02 e 7.05 da lista de serviços do art. 10 desta Lei, em relação aos serviços subempreitados;
VII - os condomínios e administradoras de shopping centers em relação aos serviços que lhes forem prestados;
VIII - as operadoras de cartões de crédito, quando efetuarem o pagamento dos serviços prestados por empresas locadoras de bens móveis estabelecidas no Município;
IX - as empresas seguradoras, quando efetuarem o pagamento das comissões pelas corretagens de seguro e sobre os pagamentos de serviços de conserto dos bens sinistrados;
X - as empresas de rádio e jornal, quando efetuarem o pagamento de comissões sobre veiculação e serviços de guarda, vigilância, conservação e limpeza; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 1º Nas hipóteses previstas neste artigo, cabe ao responsável reter na fonte e recolher o valor correspondente ao imposto devido.
§ 2º Caso não efetue o desconto na fonte a que está obrigado, o responsável recolherá o valor correspondente ao imposto não descontado, acrescido, quando for o caso, de multa, juros e correção monetária.
§ 3º Quando o prestador de serviço for profissional autônomo e, estando obrigado, não for inscrito no Cadastro Mercantil de Contribuintes ou, quando inscrito, não apresentar o comprovante de quitação do imposto referente ao semestre relativo ao pagamento do serviço, o imposto será descontado na fonte, à razão de 5% (cinco por cento) do preço do serviço.
§ 4º Nas hipóteses de que trata este artigo, as pessoas nele definidas terão a responsabilidade solidária pelo pagamento total ou parcial do imposto devido.
§ 5º Não se aplica o disposto neste artigo quando o prestador do serviço for:
I - sociedade constituída sob a forma cooperativa, relativamente aos atos cooperados; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024)
II - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 6º O disposto neste artigo só se aplica ao tomador, intermediário ou responsável pelo pagamento do serviço que esteja estabelecido no Município do Moreno.
Art. 19-A. O sujeito passivo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, bem como os tomadores ou intermediários de serviços estabelecidos no Município do Moreno, ficam sujeitos à apresentação de quaisquer declarações de dados, inclusive por meio magnético ou eletrônico. (Redação dada pela Lei nº 563, de 2017).
§ 1º Compreendem-se como declaração tributária as confissões de dívida formalizada espontaneamente pelo sujeito passivo e as declarações mensais de prestação de serviços eletrônicas efetuadas através de sistema informatizado disponibilizado pela Secretária de Finanças, inclusive quando as informações registradas sejam decorrentes do sistema de emissão de Notas fiscais eletrônicas de serviços. (Redação dada pela Lei nº 563, de 2017).
§ 2º As informações prestadas nas declarações mensais de prestação de serviço eletrônicas, inclusive quando as informações registradas sejam decorrentes do sistema de emissão de notas fiscais eletrônicas de serviços, têm caráter declaratório, constituindo confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência dos tributos e contribuições nele prestados. (Redação dada pela Lei nº, 563 de 2017).
Art. 19-B. Os créditos tributários constituídos pelo sujeito passivo por meio de declaração tributária, não pagos ou pagos a menor, serão enviados para inscrição em dívida ativa do Município com os acréscimos legais devidos. (Redação dada pela Lei nº 563 de 2017).
Parágrafo Único. (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 19-C. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação tributária, os prestadores de serviços de ensino regular pré-escolar, fundamental, médio, superior e de cursos livres, estes compreendidos entre os que ministram aulas de conhecimento gerais, profissionalizantes e de idiomas, ficam obrigados a apresentar declaração semestral de serviços prestados contendo: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - os dados de todas as turmas, incluindo as informações de grau, série e turno e quantidade de alunos matriculados regularmente; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - os dados de todos os alunos, dados do responsável financeiro, valor da mensalidade (com e/ou sem desconto) e valor total de taxas extras; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024)
III - Quantitativo de alunos que pratiquem apenas atividades extracurriculares e o valor total desses
serviços por atividade e competência. (Redação dada pela Lei n° 563 de 2017).
Parágrafo Único. A declaração de que trata este artigo, deverá ser encaminhada preferencialmente, por meio eletrônico, com autenticação digital, no prazo regular de até o primeiro dia útil do terceiro mês após o encerramento civil do semestre objeto da declaração. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024)
Art. 19-D. Fica instituída declaração mensal de operações de crédito e débito de administradoras de cartões de crédito, débito ou congêneres – DECRED, que deverá ser enviada à Secretaria Municipal da Fazenda. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 1º As administradoras de cartões de crédito, débito ou congêneres ficam obrigadas a remeter à Secretaria de Finanças a DECRED dos estabelecimentos localizados no Município do Moreno. (Redação dada pela Lei nº 563, de 2017).
§ 2º As administradoras de cartões de crédito ou débito prestarão informações sobre as operações efetuadas com cartões de crédito, débito ou congêneres em estabelecimentos credenciados, fornecedores de bens ou serviços, pessoas físicas ou jurídicas, estabelecidas no Município do Moreno, compreendendo os montantes globais por estabelecimento credenciado, ficando proibida a identificação do tomador de serviço, salvo por decisão judicial, quando se tratar de pessoas físicas. (Redação dada pela Lei nº 563, de 2017).
§ 3º A Fiscalização Tributária do Município do Moreno poderá exigir, a qualquer momento, a entrega de declaração impressa em papel timbrado da administradora de cartões de crédito, débito ou congêneres, numerado sequencialmente, com registros de até 60 (sessenta) meses anteriores à data da exigência, onde serão informados:
I - a razão social do estabelecimento, pessoa física ou jurídica, credenciado junto à administradora de cartões de crédito, débito ou congêneres.
II - CNPJ do estabelecimento credenciado ou CPF da pessoa física credenciada;
III - o número do estabelecimento, pessoa física ou jurídica, cadastrada na administradora de cartões de crédito, débito ou congêneres.
IV - a data de emissão do relatório;
V - a data das operações;
VI - identificador lógico do equipamento onde foi processada;
VII - o valor da transação de crédito, débito ou similares;
VIII -o valor/percentual cobrado de taxa de administração em cada operação realizada; (Redação dada pela Lei nº 563, de 2017).
§ 4º A não apresentação ou apresentação inexata ou incorreta da declaração de operações de crédito e débito, é passível das seguintes multas: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024)

I - multa de 500 UFMs por mês em atraso, às pessoas jurídicas administradoras de cartão de crédito ou débito e congêneres que deixarem de apresentar DECRED, inclusive quando exigida pela fiscalização tributária na forma prevista no §3º deste artigo; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - multa de 250 UFMs por mês em que constem dados inexatos ou incorretos na DECRED, às pessoas jurídicas administradoras de cartão de crédito, débito e congêneres, responsáveis pela referida declaração; (Redação dada pela Lei Complementar Nº 744, de 2024).
§ 5º Entende-se por cartões congêneres aos de débito e de crédito, entre outros, os seguintes:
I - moeda eletrônica ("e-money"): cartão com determinado valor monetário armazenado registrado eletronicamente, que é debitado à medida que o seu portador o utiliza para pagamento de Bend e serviços;
II - cartão pré-pago: aquele destinado ao pagamento de bens e serviços específicos, com uma carga de crédito pré-definida. (Redação dada pela Lei nº 563, de 2017).
§ 6º Fica facultada à Secretaria Municipal da Fazenda a Obtenção dos dados realizados às operações de cartões de crédito ou débito, por meio de convênio firmado com a Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco e Receita Federal do Brasil. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 7º O modelo de formulário para o preenchimento e a apresentação da DECRED será disciplinado pela Secretaria Municipal da Fazenda, sendo preferencialmente realizada através de processamento eletrônico de dados, desde que observado o referido modelo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 8º A DECRED deverá ser apresentada por meio de processamento eletrônico de dados, em arquivo magnético ou através de software ou dispositivo a ser disponibilizado pela Administração Tributária, ficando a Secretaria da Fazenda autorizada a disciplinar o uso do aplicativo, devendo conter, obrigatoriamente, a identificação da administradora de cartões bem como os dados pessoais do declarante, sendo, no mínimo, nome por extenso, CPF, assinatura, data de preenchimento e endereço eletrônico do responsável legalmente habilitado. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 9º Restando a impossibilidade do atendimento ao disposto no Parágrafo anterior, a DECRED poderá ser apresentada em papel impresso, através de modelo a ser disponibilizado pela Secretaria da Fazenda, com a identificação da administradora e dados pessoais do declarante, sendo, no mínimo, nome por extenso, CPF, assinatura, data de preenchimento e endereço eletrônico do responsável legalmente habilitado. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 10. As administradoras, devidamente obrigadas a realização da declaração, deverão manter cópia, impressa ou arquivo eletrônico, da DECRED no estabelecimento prestador de serviços à disposição do Fisco Municipal, até que tenham transcorrido o prazo decadencial e prescricional referentes ao Imposto declarado. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024)
§ 11. (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024)
§ 12. Ficam obrigados a apresentação do DECRED as administradoras de cartão de crédito e débitos e demais pessoas jurídicas, estabelecidas ou não no Município do Moreno, que executem a prestação dos serviços descritos no subitem 15.01da lista de Serviços prevista no artigo 10º desta Lei, nos casos em que o local do domicilio do tomador dos serviços seja o Município do Moreno. (Redação dada pela Lei nº 563, de 2017)
§ 13. Fica o poder Executivo autorizado a disciplinar a forma, os prazos e demais condições necessárias ao cumprimento da obrigação de que trata este artigo. (Redação dada pela Lei nº 563, de 2017)
Art. 19-E. Fica instituída a Declaração de Serviços de Instituições Financeiras – DESIF, que deverá ser enviada à Secretaria Municipal da Fazenda, pelas instituições financeiras e equiparadas, em caráter mensal e semestral. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024)
§ 1º Para os fins dispostos neste artigo, são consideras instituições financeiras e equiparadas as pessoas físicas ou jurídicas (de direito público ou privado), que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, a intermediação, aplicação ou a administração de recursos financeiros ou valores mobiliários próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros. Equiparam-se, especialmente, os bancos múltiplos, os bancos comerciais, os bancos de desenvolvimento, as caixas econômicas, os bancos de investimento, as sociedades de crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimo, as sociedades de arredamento mercantil, as sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários e câmbio, as bolsas de valores, as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, as cooperativas de crédito, as companhias hipotecárias, as agências de fomento e desenvolvimento e as administradoras de consórcio. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 2º As instituições financeiras e equiparadas, que possuam estabelecimento no Município do Moreno, ficam obrigadas ao preenchimento e à apresentação da declaração mensal de serviços de instituições financeiras - DESIF, sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação tributária, contendo, no mínimo, os seguintes documentos: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024)
I - Balancete analítico mensal, concernente a apuração do ISS, devendo conter, no mínimo, a identificação da declaração, a identificação da instituição, o demonstrativo da apuração da receita tributável pelo ISS, com as contas de receitas movimentadas no período, incluindo código das rubricas, bem como os valores lançados a débito, a crédito e o saldo de cada conta no final de cada mês; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024)
II - Detalhamento e justificativa acerca do lançamento de estornos, no período, vinculados as rubricas de prestação de serviços. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024)
§ 3º As instituições financeiras e equiparadas, que possuam estabelecimento no Município do Moreno, ficam obrigadas ao preenchimento e à apresentação da declaração semestral de serviços de instituições financeiras - DESIF, sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação tributária, contendo, no mínimo, os seguintes documentos: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - Balancete analítico semestral, concernente a apuração do ISS, devendo conter, no mínimo, a identificação da declaração, a identificação da instituição, o demonstrativo da apuração da receita tributável pelo ISS, com as contas de receitas movimentadas no período, incluindo código das rubricas, bem como os valores lançados a débito, a crédito e o saldo de cada conta no final do período. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 4º As instituições elencadas neste artigo, nos mesmos moldes, e sem prejuízo as demais obrigações, deverão apresentar as informações referentes aos serviços tomados, enquanto substitutos tributários, a serem recolhidos ao Município de Moreno, devendo conter, no mínimo, os dados empresariais do Prestador de Serviços (Razão Social e CNPJ), identificação do documento fiscal (devendo incluí-lo como anexo a declaração) e o código das rubricas em que foram registradas as despesas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 5º As instituições elencadas neste artigo, deverão apresentar, sem prejuízo das demais obrigações, em caráter anual, o Plano de contas analítico, com o código, denominação e a descrição da função das contas, que conterá a relação completa das contas de receitas e despesas com seus títulos e respectivos códigos contábeis, e ainda obrigatoriamente, o detalhamento até o nível de desdobramento em subcontas e subtítulos além da tabela de tarifas e serviços da instituição e a tabela de identificação de outros produtos e serviços. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 6º As DESIFs elencadas neste artigo deverão ser apresentadas, regularmente, nos prazos: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - Até o 5º dia útil de cada mês subsequente ao mês objeto da declaração, em se tratando da declaração mensal de serviços. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

II - Até o primeiro dia útil do terceiro mês após o encerramento civil do semestre objeto da declaração, em se tratando da declaração semestral de serviços. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - Até o 5º dia útil do primeiro mês de cada ano civil, em se tratando das informações dispostas no §5º, ou sempre que houverem alterações, inclusive, sob pena de multa por infração. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 7º Deverá ser elaborada e apresentada uma DESIF para cada estabelecimento sujeito à inscrição no Cadastro de Mercantil de Contribuintes como prestadora de serviços. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024)
§ 8º A DESIF deverá ser apresentada por meio de processamento eletrônico de dados, em arquivo magnético ou através de software ou dispositivo a ser disponibilizado pela Administração Tributária, ficando a Secretaria da Fazenda autorizada a disciplinar o uso do aplicativo, devendo conter, obrigatoriamente, a identificação da instituição financeira e dados pessoais do declarante, sendo, no mínimo, nome por extenso, CPF, assinatura, data de preenchimento e endereço eletrônico do responsável legalmente habilitado. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 9º Restando a impossibilidade do atendimento ao disposto no Parágrafo anterior, a DESIF poderá ser apresentada em papel impresso, através de modelo a ser disponibilizado pela Secretaria da Fazenda, com a identificação da instituição financeira e dados pessoais do declarante, sendo, no mínimo, nome por extenso, CPF, assinatura, data de preenchimento e endereço eletrônico do responsável legalmente habilitado. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 10. As instituições financeiras e equiparadas deverão manter cópia, impressa ou arquivo eletrônico, da DESIF no estabelecimento prestador de serviços à disposição do Fisco Municipal, até que tenham transcorrido o prazo decadencial e prescricional referentes ao Imposto declarado. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 11. A não apresentação ou apresentação inexata ou incorreta das DESIFs e informações dispostas neste artigo, serão passíveis das seguintes multas: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - Multa de 750 UFMs por mês em atraso, às instituições financeiras e equiparadas que deixarem de apresentar a DESIF no prazo estabelecido; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - Multa de 1000 UFMs por semestre em atraso, às instituições financeiras e equiparadas que deixarem de apresentar a DESIF no prazo estabelecido. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - Multa de 500 UFMs por ano em que deixarem de apresentar as informações concernentes ao Plano de Contas Analítico, Tabela de Tarifas de Serviços e tabela de identificação de outros produtos e serviços, dispostas no §5º deste artigo. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
IV - Multa de 500 UFMs por mês em que constem dados inexatos ou incorretos na DESIF, às instituições financeiras e equiparadas. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 12. Fica o Poder Executivo autorizado a disciplinar a forma, os prazos e demais condições necessárias ao cumprimento da obrigação de que trata este artigo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 13. (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art.19-F. Ficam obrigadas a apresentação de declarações mensais de prestação de serviços as pessoas jurídicas, estabelecidas ou não no Município do Moreno, que executem a prestação dos serviços descritos nos subitens 4.22, 4.23 e 5.09 da Lista de Serviços no artigo 10º desta Lei, nos casos em que o local do domicílio do tomador dos serviços seja o Município do Moreno. (Redação dada pela Lei nº 563 de 2017).
§ 1º A critério da Secretaria de Finanças, as declarações mensais de prestação de serviços, a que se refere este artigo, poderão ser apresentadas em papel impresso, ou, caso tenham sido elaboradas por meio de processamento eletrônico dedados, em arquivo magnético, ou ser geradas e enviadas por meio de recursos e dispositivos eletrônicos, através de software a ser disponibilizado pela Secretaria de Finanças ficando o Secretário de Finanças autorizado a disciplinar o uso do aplicativo. (Redação dada pela Lei nº 563 de 2017).
§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a disciplinar a forma, os prazos e demais condições necessárias ao cumprimento da obrigação de que trata este artigo. (Redação dada pela Lei nº 563 de 2017).
Art. 20. É solidariamente responsável pelo pagamento do imposto:
I - o titular de estabelecimento em que estejam instaladas máquinas e aparelhos pertencentes a terceiros, referente à exploração destes equipamentos;
II - o proprietário do estabelecimento, o locatário, o cessionário do espaço, os produtores e promotores de eventos, quanto ao imposto incidente sobre cursos, palestras, simpósios, feiras, exposições, congressos, bailes, festas e recepções, shows, apresentações, jogos, rifas, bingos, recitais e congêneres ou outros eventos, inclusive jogos e diversões públicas.
Parágrafo único. A solidariedade de que trata este artigo compreende também multa e, quando for o caso, juros e correção monetária, na hipótese de o imposto vir a ser recolhido com atraso.
Art. 21. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes à obrigação tributária resultante de atos praticados com excesso de poder ou infração de lei, contrato social ou estatuto:
I - os diretores, administradores, sócios gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado;
II - os mandatários, prepostos e empregados.

SEÇÃO V
DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
Art. 22. Para efeito da ocorrência do fato gerador, considera-se prestado o serviço e devido o imposto no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XX, quando o imposto será devido no local: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - do estabelecimento do tomador ou do intermediário do serviço, ou na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 2º do art. 10 desta Lei; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - da instalação de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.04 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei anexa; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
a) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
b) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
c) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
d) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
e) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
f) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
g) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
h) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
i) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
j) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
k) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
l) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
m) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
n) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

o) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
p) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
q) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
r) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
s) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
t) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
u) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
v) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
x) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
IV - da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
V - das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
VI - da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
VII - da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
VIII - da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
IX - do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
XI - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
XII - da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
XIII- onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
XIV - dos bens, dos semoventes ou no local do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024),
XV - do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
XVI - da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos no item 12, exceto o subitem 12.13, da Lista de Serviços, anexa a esta Lei; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
XVIII - do estabelecimento do tomador da mão-de-obra, ou na falta do estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos no subitem 17.05 da lista em anexo; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
XIX - da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, a organização e administração, no caso do subitem 17.10 da lista em anexo; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
XX - do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa a esta Lei; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 1º No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.03 da lista constante no artigo 10 desta Lei, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto no Município do Moreno quando em seu território houver extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.
§ 2º No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista constante no artigo 10 desta Lei, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto no Município do Moreno quando em seu território houver extensão de rodovia explorada.
§ 3º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.
§ 4° Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.
§ 5º (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 6º (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§7º (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 8º Para fins de definição da unidade econômica de que trata o § 4º deste artigo, considera-se: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - Unidade Econômica ou Profissional, uma Unidade Física Avançada, não necessariamente de Natureza Jurídica, onde o prestador de serviço exerce atividade econômica ou profissional. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - A existência da Unidade Econômica ou Profissional é indicada pela conjugação, parcial ou total, de pelo menos um dos seguintes elementos: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
a) a manutenção de pessoal, de material, de mercadoria, de máquinas, de instrumentos e de equipamentos; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
b) a existência de estrutura organizacional ou administrativa; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
c) a inscrição em órgãos públicos, inclusive previdenciários; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
d) indicação como domicílio tributário para efeito de outros tributos; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024)
e) permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica ou social da atividade exteriorizada através da indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondência, contrato de locação de imóvel, propaganda ou publicidade, ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, de água ou de gás. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO VI
DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS

Art. 23. A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.
§ 1º Considera-se preço do serviço tudo o que for devido, recebido ou não, em consequência da sua prestação, a ele se incorporando os valores acrescidos e os encargos de qualquer natureza, ainda que de responsabilidade de terceiros.
§ 2º Quando a contraprestação se verificar através de troca do serviço sem ajuste de preço ou o seu pagamento for realizado mediante o fornecimento de mercadorias, a base de cálculo do imposto será o preço do serviço corrente na praça.
§ 3º Não serão deduzidos do preço do serviço os descontos e abatimentos condicionados, como tais entendidos os que estiverem subordinados a eventos futuros e incertos.
§ 4º Quando se tratar de prestação de serviços executados por agências de turismo, concernentes à venda de passagens, organização de viagens ou excursões, ficam excluídos do preço do serviço, para efeito de apuração da base de cálculo do imposto, os valores relativos às passagens aéreas, terrestres e marítimas, e os de hospedagem dos viajantes e excursionistas, desde que pagos a terceiros, devidamente comprovados.
§ 5º Quando se tratar da prestação de serviços executados por empresas de publicidade, as despesas devidamente comprovadas com produção externa, pesquisas de mercado, clipagem e veículos de divulgação serão excluídas do valor dos serviços para a fixação da base de cálculo do imposto.
§ 6º O imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - (Revogado pela Lei Complementar Nº 744, de 2024).
II - (Revogado pela Lei Complementar Nº 744, de 2024).
§ 7º Quando não for estabelecido o preço do serviço, será tomado como base de cálculo o valor cobrado por serviços similares.
§ 8º Quando se tratar de prestação de serviços executados por empresas de radio táxi ou de moto táxi, concernentes à exploração dos serviços de táxi terrestres realizados para pessoas jurídicas sob forma contratual expressa, serão abatidos dos valores por elas recebidos dos tomadores de serviços, para fins de apuração da base de cálculo do imposto, as quantias efetivamente repassadas aos taxistas, devidamente comprovadas.
§ 9º Quando se tratar de prestação de serviços de jogos, sob a modalidade de bingos, executada por entidade desportiva, na forma prevista em lei, fica excluído do preço de serviço, para efeito de apuração da base de cálculo do imposto, o valor pago à empresa que realiza administração do jogo.
§ 10. Em relação aos serviços descritos no subitem 3.03 do artigo 10 desta Lei, a base de cálculo do imposto é o preço do serviço concernente à extensão de ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza ou ao número de postes, existentes no Município do Moreno.
§ 11. Na prestação dos serviços referidos no subitem 21.01 do art. 10 desta Lei, a base de cálculo é o preço dos serviços, deduzido o valor destinado ao Fundo Especial de Registro Civil do Estado de Pernambuco (FERC-PE), de que trata a Lei Estadual n.º 14.642, de 26 de abril de 2012. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 12. Incorporam-se à base de cálculo dos serviços enquadrados no subitem 21.01 da lista de serviços, no mês do seu recebimento, os valores recebidos a título de ressarcimento ou compensação de atos gratuitos praticados. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 13. Tratando-se de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País, a base de cálculo é o valor da importância paga, creditada, entregue, empregada ou remetida para o exterior.
§ 14. Quando se tratar de serviços prestados por sociedades organizadas sob a forma de cooperativa, fica autorizada a dedução no valor da base de cálculo:
I - dos valores repassados aos cooperados das sociedades cooperativas, decorrentes dos serviços por eles prestados, resultantes dos contratos celebrados pelas cooperativas singulares, federações, centrais e confederações;
II - das despesas relativas a serviços contratados pela cooperativa que estejam diretamente vinculados a sua atividade fim;
§ 15. São requisitos para a dedução a que se refere o parágrafo anterior:
I - Estar a sociedade cooperativa regularmente constituída na forma da legislação específica.
II - Não ficar caracterizada fraude à legislação trabalhista mediante a dissimulação de relação de emprego entre a cooperativa e os seus cooperados.
III - No caso do inciso I do parágrafo anterior, comprovar a cooperativa o recolhimento do ISS de competência do Município do Moreno, cujo sujeito passivo seja o cooperado, relativo à competência imediatamente anterior ao mês de repasse.
IV - No caso do inciso II do parágrafo anterior, efetuar a cooperativa a retenção na fonte do valor do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS - devido ao Município do Moreno pelo prestador de serviços e o seu recolhimento.
§ 16. Em não havendo a comprovação a que se referem os incisos III e IV do parágrafo anterior, não se considerará, para efeitos de apuração da base de cálculo, as deduções permitidas no parágrafo quatorze.
§ 17. Os valores relativos às deduções ou abatimentos , cuja declaração é de responsabilidade do sujeito passivo, quando admissíveis na apuração da base de cálculo do ISS, somente serão considerados quando constantes no respectivo documento fiscal, desde que expressamente autorizados por Lei, Decisão Judicial ou Administrativa, com menção do respectivo ato ou decisão que os consubstanciam, sem prejuízo de ulterior verificação da regularidade dos dispositivos legais indicados e dos registros fiscais pela fiscalização tributária. (Redação dada pela Lei nº 563 de 2017).
§ 18. Quando a prestação de serviços envolver mais de uma atividade sujeita do ISS, o correspondente contrato deverá determinar o preço e descrição de cada serviço para efeito de definição da base de cálculo e do sujeito ativo da obrigação tributária. (Redação dada pela Lei nº 563 de 2017).
§ 19. No âmbito de suas competências e na titularidade daação fiscal ou tributária, ou na apreciação de matéria correlata diante de processo administrativo fiscal ou tributário, a Autoridade Fiscal , desde que inexista outro fundamento relevante, mediante despacho fundamentado, sem prejuízo da ulterior apreciação, ratificação, reforma ou nulidade do ato pelo titular da unidade responsável pela fiscalização tributária ou pelos órgãos da administração tributária de instrução e julgamento, fica autorizada a não constituir os créditos tributários relativos à matérias que versem sobre:
I – matérias sumuladas na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;
II – matérias decididas de modo desfavorável à fazenda Pública pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça, em sede de julgamento realizado nos termos dos arts.1.036 a 1.041, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil, com exceção daquelas que ainda possam ser objeto de apreciação pelo Supremo tribunal Federal. (Redação dada pela Lei nº 563 de 2017).
Art. 24. As alíquotas correspondentes são as previstas no Anexo I desta lei. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
IV - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
V - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
VI - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 1º Os serviços previstos nos subitens do item 4 da Lista de Serviços do art.10 desta Lei, quando prestados ao Sistema Único de Saúde – SUS, terão redução de 50% (por cento) na alíquota, contanto que não seja inferior a 2% (dois por cento). (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

§ 2º Se no local do estabelecimento e em seus depósitos ou em outras dependências forem exercidas atividades diferentes, sujeitas a mais de uma forma de tributação, e se as atividades forem tributadas com alíquotas diferentes, ou sobre o movimento econômico total, ou com dedução, e se na escrita não estiverem separadas as operações, por atividade, ficarão essas, em sua totalidade, sujeitas à alíquota mais elevada sobre o movimento econômico total. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

Art. 25. Quando os serviços referidos nos subitens 4.01, 4.02, 4.06, 4.08, 4.11, 4.12, 4.13, 4.14, 4.16, 5.01, 7.01, 17.14, 17.15 e 17.18 da lista constante de que trata o artigo 10 desta Lei, bem como serviços de economistas (17.19) no exercício de suas atividades profissionais, forem prestados por sociedades, o imposto será devido pela sociedade, por mês, vencíveis no dia 10 (dez) de cada mês, calculado multiplicando-se o número de profissionais habilitados, seja sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, pelos valores estabelecidos nas tabelas a seguir: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

I - Sociedades com até 05 (cinco) profissionais habilitados: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

ITEM	ATIVIDADE ECONÔMICA	UFMs
4.01	Medicina	70
4.02	Análise Clínica	70
4.06	Enfermagem	50
4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	50
4.11	Obstetrícia	70
4.12	Odontologia	70
4.13	Ortóptica	30
4.14	Próteses sob encomenda.	30
4.16	Psicologia	50
5.01	Medicina Veterinária	50
7.01	Engenharia, agronomia, arquitetura e urbanismo	50
17.14	Advocacia	70
17.15	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	50
17.18	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	50
17.19	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	50

II - Sociedades com 06 (seis) a 10 (dez) profissionais habilitados: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

ITEM	ATIVIDADE ECONÔMICA	UFMs
4.01	Medicina	100
4.02	Análise Clínica	100
4.06	Enfermagem	70
4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	70
4.11	Obstetrícia	100
4.12	Odontologia	70
4.13	Ortóptica	50
4.14	Próteses sob encomenda.	50
4.16	Psicologia	40
5.01	Medicina Veterinária	70
7.01	Engenharia, agronomia, arquitetura e urbanismo	70
17.14	Advocacia	100
17.15	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	70
17.18	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	70
17.19	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	70

III - sociedades com mais de 10 (dez) profissionais habilitados: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

ITEM	ATIVIDADE ECONÔMICA	UFMs
4.01	Medicina	150
4.02	Análise Clínica	150
4.06	Enfermagem	90
4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	90
4.11	Obstetrícia	150
4.12	Odontologia	90
4.13	Ortóptica	70
4.14	Próteses sob encomenda.	70
4.16	Psicologia	70
5.01	Medicina Veterinária	70
7.01	Engenharia, agronomia, arquitetura e urbanismo	70
17.14	Advocacia	150
17.15	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	90
17.18	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	70
17.19	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	90

§ 1º (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

§ 2º Exclui-se do disposto no caput deste artigo as sociedades: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

I - Constituídas sob as formas de sociedades empresárias, nos termos da lei civil, ou que tenham sido registradas no Registro Público de Empresas Mercantis; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

II - cujo objeto social contenha, ou que exerça atividade comercial ou outra atividade que não seja exclusivamente a prestação do serviço objeto do exercício da habilitação profissional do sócio; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

III - que tenham como sócio pessoa jurídica; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

IV - que sejam sócias de outra sociedade; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

V - que desenvolvam atividade diversa daquela a que estejam habilitados profissionalmente ou que sócios não possuam, na sua totalidade, a mesma habilitação profissional; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

VI - que tenham sócio que delas participe tão somente para aportar capital ou administrar, sem qualquer participação na prestação de serviços da sociedade; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

VII - que explorem mais de uma atividade de prestação de serviços; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

VIII - que utilize do trabalho de auxiliares ou terceiros, empregados ou não, desde que exerçam a mesma atividade profissional do sócio contribuinte autônomo em qualquer etapa da execução da atividade precípua da sociedade; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

IX - cujos serviços não se caracterizem como trabalho pessoal e intelectual dos sócios, sob responsabilidade deles e com remuneração relativa ao seu trabalho, mas como trabalho da própria sociedade com remuneração partilhada entre os sócios de acordo com o investimento do capital, ou a título de dividendos ou lucro da sociedade, ou ainda por outro modo que não expresse remuneração pelo seu trabalho realizado e responsabilidade pessoal assumida; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
X - cuja prestação do serviço não se destine ao usuário final; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
XI - que tenham sócio ou profissional empregado que não preste serviço em nome da sociedade; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
XII - que explorem serviços sob a forma de concessão do Poder Público Municipal, Estadual ou Federal; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
XIII - que prestem serviços ou possuam algum vínculo com sindicatos, associações ou cooperativas para agenciamento de clientes. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 3º O contribuinte poderá optar em recolher o imposto aplicando a alíquota prevista no artigo 24 desta Lei, conforme o caso, tendo como base de cálculo o preço do serviço.
§ 4º A opção de que trata o parágrafo anterior será definitiva em relação a todo Ano Civil.
§ 5º O Poder Executivo regulamentará a forma de opção prevista no parágrafo terceiro.
§ 6º As sociedades profissionais para recolherem o imposto por meio de alíquotas fixas mensais, deverão requerer previamente o seu enquadramento à Fazenda Municipal, fazendo prova dos requisitos estabelecidos no caput e parágrafos deste artigo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 7º (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 26. A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN sobre a prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte será determinada mensalmente, em função da natureza do serviço e dos outros fatores pertinentes. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. Considera-se profissional autônomo a pessoa física que fornecer o próprio trabalho, sem vínculo empregatício, com o auxílio de, no máximo, 3 (três) empregados, divididos nas seguintes categorias:
a) profissional liberal, assim considerado aquele que desenvolve atividade intelectual de nível universitário ou a este equiparado, de forma autônoma;
b) profissional não liberal, aquele que desenvolve atividade de nível não universitário de forma autônoma.
Art. 26-A. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN sobre a prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte será calculado, anualmente, conforme a Tabela abaixo: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

ITENS DA LISTA	ATIVIDADES	VALOR ANUAL
4.01 e 17.14	Médicos	**200 UFM's**
17.14	Advogado	**100 UFM's**
4.12 e 7.01	Dentistas, Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos.	**100 UFM's**
4.08, 5.01, 17.19, 4.06, 4.10, 4.16.	Fonoaudiólogos, Médicos Veterinários, Contabilidade, Enfermeiros, Nutricionistas e Psicólogos.	**90 UFM's**
4.13, 4.14, 17.19.	Ortópticos, Protéticos, Técnicos em Contabilidade.	**80 UFM's**
	Demais Nível Superior	**80 UFM's**
	Demais Nível Médio	**90 UFM's**
	Demais outros	**40 UFM's**

Art. 26-B. Os profissionais que iniciarem a atividade após o mês de janeiro pagarão, no primeiro exercício fiscal, o ISSQN em valores proporcionais ao período de funcionamento restante. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 26-C. A prestação de serviço sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte é o simples fornecimento de trabalho, por profissional autônomo, com ou sem estabelecimento, que não tenha, a seu serviço, empregado com sua mesma qualificação profissional. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 26-D. Quando a prestação de serviço sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte não for o simples fornecimento de trabalho, por profissional autônomo, com ou sem estabelecimento, tendo, a seu serviço, empregado com a sua mesma qualificação profissional, a base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN será determinada, mensalmente, levando-se em conta o preço do serviço. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO VII
DO ARBITRAMENTO

Art. 27. A base de cálculo do imposto poderá ser arbitrada pela autoridade fiscal quando:
I - os elementos necessários à comprovação dos serviços prestados, exibidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro obrigado, sejam omissos ou não mereçam fé;
II - o contribuinte ou o responsável, após regularmente intimado, recusar-se a exibir à fiscalização os elementos necessários à comprovação do valor dos serviços prestados;
III - o contribuinte não possuir livros ou documentos fiscais e/ou contábeis.
§ 1º Constatada qualquer das hipóteses contidas no "caput" deste artigo, o arbitramento será realizado levando-se em consideração um ou mais dos seguintes critérios:
I - os pagamentos de impostos efetuados pelo mesmo ou por outros contribuintes de mesma atividade em condições semelhantes;
II - valor das despesas gerais, dos salários, encargos sociais, previdenciários ou o custo do material empregado na prestação do serviço, acrescido da margem de lucro;
III - preço corrente dos serviços à época a que se referia a apuração; IV – pauta de valores ou índices econômico-financeiros;
V - peculiaridades inerentes à atividade exercida;
VI - fatos ou aspectos que exteriorizem a situação econômico-financeira do contribuinte;
VII - levantamento de informações obtidas em decorrência de Regime Especial de Fiscalização;
VIII - aquisição de bens, ampliação do estabelecimento ou renovação de instalações; IX – informações obtidas junto a entidades relacionadas com a atividade da empresa; X – informações obtidas junto a outros entes ou órgãos públicos relacionados ao contribuinte ou a suas atividades;
XI - outras informações prestadas pelo contribuinte ou terceiros;
§ 2º O arbitramento previsto neste artigo não obsta a cominação das penalidades estabelecidas em lei.

SESSÃO VIII
DA ESTIMATIVA

Art. 28. A autoridade Fiscal estimará de ofício ou mediante requerimento do contribuinte a base de cálculo do ISSQN quando se tratar de: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).

I - atividade exercida em caráter provisório; (Redação dada pela Lei complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
II - sujeito passivo de rudimentar organização; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
III - contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade e volume de negócios aconselhem tratamento fiscal específico. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
IV - sujeito passivo que não tenha condições de emitir documentos fiscais ou deixe, sistematicamente, de cumprir obrigações tributárias, acessórias ou principais. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
Parágrafo único. Atividade exercida em caráter provisório é aquela cujo exercício é de natureza temporária e está vinculada a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais. (Incluído pela Lei nº 744, de Dezembro de 2024).
Art. 29. A estimativa será apurada tomando-se como base: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
I - o preço corrente do serviço, na praça; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
II - o tempo de duração e a natureza específica da atividade; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
III - o valor das despesas gerais do contribuinte, durante o período considerado, relativas aos seguintes valores: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
a) o valor da matéria-prima, insumo, combustível, energia elétrica e outros materiais consumidos e aplicados na execução dos serviços; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
b) de ordenados, salários, retiradas pró-labore, honorários, comissões e gratificações de empregados, sócios, titulares ou prepostos; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
c) de aluguéis pagos ou, na falta destes, o valor equivalente para idênticas situações; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
d) das despesas com luz, água, esgoto e telefone; (Incluído pela Lei Complementar Nº 744, de Dezembro de 2024).
e) dos impostos, taxas, contribuições e encargos em geral; (Incluído pela Lei nº 744, de Dezembro de 2024).
IV - os valores constantes de extratos bancários dos últimos 3 (três) meses, as receitas escrituradas no livro-caixa e outras informações consideradas relevantes pelo Fisco Municipal;
V - o valor da despesa geral do contribuinte durante o período considerado para o cálculo da estimativa;
VI- o volume de receita auferida em períodos anteriores e sua projeção para o futuro;
VII - outros contribuintes de mesma atividade e porte econômico;
VIII - a capacidade potencial de prestação de serviço.
Parágrafo único. O preço dos serviços pode ser fixado pela Fazenda Municipal, em pauta que reflita o preço corrente na praça, para fins de tributação sob a forma de arbitramento ou regime de estimativa.
Art. 30. O regime de estimativa: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - será fixado por relatório da Autoridade Fiscal, homologado pela chefia imediata, e deferido por um período de até 12 (doze) meses; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - terá a base de cálculo expressa em moeda corrente nacional; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - a critério do Secretário, responsável pela área fazendária, poderá, a qualquer tempo, ser suspenso, revisto ou cancelado. (Incluído pela Lei nº 744, de 2024).
IV - dispensa o uso de livros e notas fiscais, por parte do contribuinte. (Incluído pela Lei nº 744, de 2024).
V - por solicitação do sujeito passivo e a critério do fisco, poderá ser encerrado, ficando o contribuinte, neste caso, subordinado à utilização dos documentos fiscais exigidos. (Incluído pela Lei nº 744, de 2024).
Art. 31. O contribuinte que não concordar com a base de cálculo estimada, poderá apresentar reclamação no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ciência do relatório homologado. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 1º (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 2º (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. No caso específico de atividade exercida em caráter provisório, a ciência da estimativa se dará através de Termo de Intimação. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 32. O contribuinte que não concordar com a base de cálculo estimada, poderá apresentar reclamação no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ciência do relatório homologado. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. No caso específico de atividade exercida em caráter provisório, a ciência da estimativa se dará através de Termo de Intimação. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 32-A. A reclamação não terá efeito suspensivo e mencionará, obrigatoriamente, o valor que o interessado reputar justo, assim como os elementos para a sua aferição. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. Julgada procedente a reclamação, total ou parcialmente, a diferença recolhida na pendência da decisão será compensada nos recolhimentos futuros. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO IX
DO LANÇAMENTO

Art. 33. O lançamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS será: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - efetuado de ofício pela autoridade administrativa, na prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - efetuado, de forma espontânea, diretamente, pelo próprio sujeito passivo, na prestação de serviço sob a forma de trabalho impessoal do próprio contribuinte, quando este, por ter a seu serviço, empregado com a mesma qualificação profissional, não for o simples fornecimento de trabalho; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - de ofício, por arbitramento, observado o disposto no art. 27 desta Lei;
IV - de ofício, por estimativa, observado o disposto nos arts. 28 a 31 desta Lei;
§ 1º Os prestadores de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte poderão recolher o ISSQN em até 02 (duas), na forma regulamentação do seu lançamento. (Incluído pela Lei Complementar n° 744, de Dezembro de 2024).
§ 2º Em se tratando de lançamento sujeito a homologação, efetuado, de forma espontânea, diretamente, pelo próprio sujeito passivo, na prestação de serviço sob a forma de trabalho impessoal do prórpio contribuinte e por pessoa jurídica, o imposto deverá ser recolhido até o dia 10 (dez) subsequente ao do exercício. (Incluído pela Lei nº 744, de Dezembro de 2024).
Art. 34. Na hipótese do sujeito passivo não efetuar o recolhimento antecipado do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN a que se refere o inciso II do artigo anterior, dentro dos prazos estabelecidos nesta Lei, o lançamento será feito: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - de ofício, mediante auto de infração ou notificação fiscal para recolhimento do tributo e seus acréscimos legais; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

II - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - com base em denúncia espontânea oferecida pelo sujeito passivo, antes do início de qualquer procedimento fiscal administrativo, excluída a aplicação de penalidade por infração; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
IV - de ofício, com base nas notas fiscais de serviço eletrônicas emitidas, cujo imposto não tenha sido recolhido. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO X
DO RECOLHIMENTO

Art. 35. O recolhimento do imposto será efetuado nos órgãos arrecadadores autorizados, por meio do Documento de Arrecadação Municipal – DAM, em modelo aprovado pelo Poder Executivo, nos seguintes prazos:
I - mensalmente, nas datas fixadas no Calendário Fiscal do Município, nas hipóteses dos artigos 23, 25, 27 e 28 desta Lei e quando se tratar do imposto sujeito ao desconto na fonte;
II - semestralmente , nas datas fixadas no Calendário Fiscal do Município, no caso do artigo 26 desta Lei.
III - em se tratando de lançamento sujeito a homologação, efetuado, de forma espontânea, diretamente pelo próprio sujeito passivo, na prestação de serviço sob a forma de trabalho impessoal do próprio contribuinte e por pessoa jurídica, o imposto deverá ser recolhido até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao do exercício. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 36. Cada estabelecimento do mesmo contribuinte é considerado autônomo para efeito de recolhimento do imposto relativo à prestação de serviços por ele efetuada, respondendo o contribuinte pelos débitos, acréscimos e penalidades referentes a qualquer deles.
§ 1º O recolhimento do imposto sujeito ao desconto na fonte far-se-á em nome do responsável pela retenção.
§ 2º Independentemente dos critérios estabelecidos neste artigo, o Secretário de Finanças e Administração poderá, atendendo à peculiaridade de cada atividade e às conveniências do fisco e do contribuinte, adotar outras modalidades de recolhimento, inclusive em caráter de substituição.
§ 3º Secretário de Finanças e Administração, poderá autorizar a centralização do recolhimento do imposto em um dos estabelecimentos que o contribuinte mantenha neste Município.

CAPÍTULO II
DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. Ficam obrigadas todas as pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes ou responsáveis por tributos municipais, inclusive as imunes ou isentas, e que participem direta ou indiretamente de prestação de serviços sujeita à incidência do Imposto Sobre Serviços, ao cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação tributária.
Art. 38. A autoridade administrativa, atendendo às peculiaridades da atividade exercida pelo contribuinte e aos interesses da Fazenda Municipal, poderá autorizar:
I - a adoção de modelos especiais de livros e documentos fiscais;
II - a utilização de regime especial para a emissão de Nota Fiscal de Serviços;
III - a escrituração, em regime especial, dos livros fiscais.
Art. 39. O Poder Executivo, por intermédio do Secretário de Finanças e Administração, poderá autorizar a centralização de escrita em um dos estabelecimentos que o contribuinte mantenha no Município de Moreno.

SEÇÃO II
DAS INSCRIÇÃO NO CADASTRO MERCANTIL

Art. 40. Todas as pessoas, físicas ou jurídicas, ainda que imunes ou isentas, com estabelecimento fixo ou não, que exerçam habitual ou temporariamente, individual ou em sociedade, qualquer atividade, comercial, industrial, produtora ou de prestação de serviço, estão obrigados a inscrever cada um dos seus estabelecimentos autônomos no Cadastro Mercantil de Contribuintes do início de suas atividades.
§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, consideram-se estabelecimentos autônomos:
I - os pertencentes a diferentes pessoas físicas ou jurídicas ainda que localizados no mesmo endereço e com idênticas atividades econômicas;
II - os pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica que funcionem em locais diversos.
§ 2º Não se compreendem como locais diversos os pavimentos de uma mesma edificação ou duas ou mais edificações que se comuniquem internamente.
Art. 41. O Secretário de Finanças e Administração, mediante portaria, estabelecerá os documentos, bem como os procedimentos necessários a inscrição, alteração de dados e baixa da inscrição dos contribuintes e responsáveis no Cadastro Mercantil de Contribuintes.
Art. 42. As alterações de dados cadastrais deverão ser comunicados à repartição fiscal competente no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ocorrência.
Art. 43. Todo contribuinte ou responsável inscrito no Cadastro Mercantil de Contribuintes, é obrigado a comunicar o encerramento de suas atividades dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data do fato ou ato que o motivou.
Parágrafo único A baixa do empresário da pessoa jurídica, nos casos de ME e EPP, ocorrerá independentemente da regularidade de obrigações tributárias, principais ou acessórias, sem prejuízo, que sejam lançados ou cobrados tributos, posteriormente, decorrentes da falta do cumprimento de obrigações tributárias, principais ou acessórias, como também da prática comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial de outras irregularidades praticadas pelos empresários, pelas pessoas jurídicas por seus titulares, sócios ou administradores. (Redação dada pela Lei Complementar nº 563 de 2017)

SEÇÃO III
DA ESCRITA E DO DOCUMENTÁRIO

Art. 44. O contribuinte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN fica obrigado a manter, em cada um dos seus estabelecimentos, escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados.
§ 1º Cada estabelecimento do mesmo contribuinte é considerado autônomo para efeito da manutenção de livros e documentos fiscais relativos à prestação de serviços por ele efetuada, respondendo o contribuinte pelas penalidades referentes a qualquer deles.
§ 2º O regulamento desta Lei estabelecerá os modelos de livros e documentos fiscais, a forma, os prazos e as condições para a sua escrituração e emissão, bem como a sua dispensa, tendo em vista a natureza e o ramo de atividade do contribuinte.

Art. 45. Os livros e documentos fiscais serão conservados no próprio estabelecimento ou em local previamente autorizado pelo Secretário de Finanças e Administração, para serem exibidos à Fazenda Municipal, salvo quando se impuser a sua apresentação judicial ou para exame fiscal.
Parágrafo único. Os documentos e livros fiscais e contábeis e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão obrigatoriamente conservados pelo contribuinte até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

SEÇÃO III-A
DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA, DO RECIBO PROVISÓRIO - RPS E DO CANCELAMENTO DA NFS-e
(Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

Art. 45-A. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e será: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - de uso obrigatório para os contribuintes que tenham por objeto a prestação de serviço sob forma de: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
a) sociedade de profissional liberal; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
b) pessoa jurídica; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
c) microempreendedores Individuais; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - de uso facultativo para os contribuintes que tenham por objeto a prestação de serviço sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - de uso dispensado para os seguintes contribuintes que tenham por objeto a prestação de serviço sob forma de pessoa jurídica: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
a) repartições públicas; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
b) autarquias; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
c) fundações instituídas e mantidas pelo poder público; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
d) empresas públicas; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
e) sociedades de economia mista; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
f) delegadas, autorizadas, permissionárias e concessionárias de serviços públicos; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
g) registros públicos, cartorários e notariais; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
h) cooperativas médicas; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
i) instituições financeiras; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
IV - será emitida através de sistema informatizado (software) eletrônico, via web-internet, disponibilizado no endereço eletrônico da Prefeitura; (Incluído pela Lei Complementar Nº 744, de 2024).
V - o seu modelo observará o padrão ABRASF. (Incluído pela Lei Complementar Nº 744, de 2024).
Art. 45-B. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e deverá ser autorizada, através de "LOGIN" e "SENHA" fornecidos pela Prefeitura para acesso e utilização do Sistema Eletrônico (software), por meio da Secretaria responsável pela área fazendária, de ofício ou a pedido dos interessados. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
Parágrafo único. O "LOGIN" e "SENHA" fornecidos pela Prefeitura serão provisórios, devendo seus usuários substituí-los de imediato ao primeiro acesso, ficando a Prefeitura isenta de quaisquer responsabilidades, pelo mau uso, omissão, se fornecida a terceiros e demais situações. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
Art. 45-C. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e deve ser emitida: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
I - sempre que o prestador de serviço: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
a) prestar serviço; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
b) receber adiantamento ou sinal de serviços a ser prestado. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
Art. 45-D. No caso de eventual impedimento da Emissão Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, o contribuinte deverá emitir Recibo Provisório de Serviço – RPS, e substituí-lo pela Nota Fiscal Eletrônica de Serviços – NFS-e, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas corridas, contadas da sua emissão, na forma desta Lei. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
Parágrafo único. O Recibo Provisório de Serviço – RPS, emitido, para todos os fins de direito, perderá sua validade, após transcorrido o prazo previsto no caput, deste artigo equiparando-se a não emissão de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
Art. 45-E. A não substituição do Recibo Provisório de Serviço – RPS pela Nota Fiscal de Eletrônica de Serviços – NFS-e, ou sua substituição fora do prazo, sujeitará o prestador de serviços às penalidades previstas na legislação em vigor. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
Art. 45-F. A utilização de Notas Fiscais de Serviços impressas tipograficamente e/ou a não substituição, ou ainda, a substituição do RPS fora do prazo, serão consideradas como falta de emissão de Nota Fiscal, sujeitas às penalidades previstas na legislação em vigor. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
Art. 45-G. O Recibo Provisório de Serviço – RPS deverá ser impresso pelo contribuinte, após o seu enquadramento no Sistema de Emissão de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NFS-e, com prévia aprovação e autorização da Autoridade Fazendária, no próprio sistema e apresentado na Secretaria responsável pela área fazendária para serem chancelados e assinados pela autoridade competente para validação. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
Parágrafo único. O Recibo Provisório de Serviço – RPS deverá ser emitido em 02 (duas) vias, sendo a 1º (primeira) entregue ao tomador de serviços e a 2º (segunda) para o emitente. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
Art. 45-H. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e poderá ser cancelada ou alterada pelo emitente, por meio de solicitação no Sistema antes do pagamento do Imposto, se preenchidos os requisitos da Administração Pública. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
§ 1º O cancelamento deverá ser realizado até o 10º dia corrido após a emissão da nota fiscal. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
§ 2º A substituição deverá ser realizada até o 15º dia corrido após a emissão da nota fiscal. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
§ 3º A carta de correção poderá ser realizada a qualquer tempo, alterando-se apenas a descrição do serviço. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
§ 4º Após o pagamento do imposto ou não preenchidos os requisitos da Administração Pública, a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de Processo Administrativo. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
Art. 45-J. A Nota Fiscal Avulsa de Serviços será emitida pelo Órgão Tributário através de sistema eletrônico de processamento de dados, nas seguintes situações: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
I - Contribuinte, pessoa física, que preste serviço em caráter eventual cuja competência de recolhimento do devido imposto cabe ao Município de Moreno; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).

§ 1º A Nota Fiscal Avulsa de Serviços será disponibilizada após a identificação do pagamento do ISS devido pelo Sistema, realizado por meio de DAM quando da geração da nota fiscal. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
§ 2º Há presunção de periodicidade a partir da emissão da 4ª (quarta) NFSA-e interstício do mesmo exercício fiscal. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
II - Contribuinte, pessoa física, que preste serviço que esteja isento pela forma do art. 16 desta lei, devendo ser apresentado declaração, contrato de trabalho avulso ou documento oficial atestado pelo tomador do serviço. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
Parágrafo único. Para o Contribuinte citado no inciso II, não há presunção de periodicidade. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
Art. 45-K. A Nota Fiscal Avulsa de Serviços será expedida em três vias com a seguinte destinação: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
I - Primeira via: Tomador do serviço; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
II - Segunda via: Prestador do serviço; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
III - Terceira via: Divisão Mercantil. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
Art. 45-L. A Nota Fiscal Avulsa de Serviços conterá obrigatoriamente as seguintes indicações: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
I - Denominação – Nota Fiscal de Serviços Avulsa – NFS-a; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
II - Número de Ordem; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
III - Número de via e Indicação de Série; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
IV - Número de vias e destinação; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
V - Nome, endereço e CPF do Prestador do serviço; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
VI - Nome, endereço e CNPJ/CPF do Tomador do serviço; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
VII - Data da Emissão; (Incluído pela Lei nº 744, de Dezembro de 2024).
VIII - Discriminação e valor dos serviços; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
IX - Valor total dos serviços; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
X - Valor das deduções; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
XI - Base de Cálculo do ISSQN; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
Art. 45-M. A Nota Fiscal de Serviços Avulsa – NFS-a poderá ser cancelada ou alterada pelo emitente, por meio de solicitação diretamente na Secretaria da Fazenda, se preenchidos os requisitos da Administração Pública. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
Art. 45-N. A Nota Fiscal de Serviços Avulsa será solicitada através de formulário próprio encaminhado à Divisão Mercantil, contendo todos os elementos necessários para sua emissão. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
§ 1º A solicitação deverá ser assinada pelo contribuinte ou seu representante legal com reconhecimento de firma ou apresentação do documento original do contribuinte. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
§ 2º Será de responsabilidade do contribuinte todas as informações constantes na Nota Fiscal Avulsa de Serviços, bem como quaisquer encargos e impostos que venha incidir no ato de sua emissão. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
§ 3º A solicitação será analisada pela Divisão Mercantil, a qual poderá exigir a apresentação de documentos que estejam relacionados com a prestação do serviço, deferindo quando atender às disposições previstas na legislação. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
Art. 45-O. A alíquota para emissão da Nota Fiscal Avulsa de Serviços será a estabelecida no Anexo I desta Lei. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).

SESSÃO III-B
DA DECLARAÇÃO MENSAL DE SERVIÇO - DMS
(Incluída pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).

Art. 45-P. A Declaração Mensal de Serviço Prestado Eletrônica: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
I - é de uso obrigatório para todos os prestadores de serviço, inclusive os emitentes de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
II - deverá conter: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
a) o valor mensal dos serviços prestados; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
b) o valor mensal dos serviços prestados; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
c) a relação das Notas Fiscais emitidas para os serviços prestados; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
III - será apresentada até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao da prestação de serviços. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
IV - no mês em que não houver prestação de serviços, deverá ser apresentada a Declaração sem Movimento até o dia 10 (dez) do mês seguinte. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
Art. 45-Q. A Declaração Mensal de Serviços Tomados Eletrônica: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
I - é de uso obrigatório para todas as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, estabelecidas no Município, na condição de tomadoras de serviços, inclusive: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
a) repartições públicas; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
b) autarquias; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
c) fundações instituídas e mantidas pelo poder público; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
d) empresas públicas; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
e) sociedades de economia mista; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
f) delegadas, autorizadas, permissionárias e concessionárias de serviços públicos; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
g) registros públicos, cartorários e notariais; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
h) cooperativas médicas: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
i) instituições financeiras. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
II - deverá conter o seguinte: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
a) o valor mensal dos serviços tomados; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
b) a relação das Notas Fiscais recebidas, discriminado: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
c) o nome, ou a razão social, o endereço e, havendo, a Inscrição Cadastral Mobiliária e o CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, do prestador de serviço; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
d) o serviço tomado; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
III - será apresentada até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao mês em referência. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).

TÍTULO II
DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU

CAPÍTULO I
DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL

SEÇÃO I
DO FATO GERADOR

Art. 46. O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou acessão física, como definido na Lei civil, localizado na zona urbana, urbanizável ou de expansão urbana do Município, independentemente de sua forma, estrutura ou destinação.
§ 1° Para efeito de incidência do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, entende- se como zona urbana a definida na legislação municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 02 (dois) dos itens seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:
I - meio-fio ou calçamento com canalização de água pluvial;
II - abastecimento d'água;
III - sistema de esgotos sanitários;
IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; V - instituição de ensino ou posto de saúde a uma distância máxima de 03 (três) quilômetros do imóvel considerado.
§ 2º Considera-se também urbana as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de loteamento aprovados pelo órgão municipal competente, destinados à habitação, inclusive residência de recreio, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das áreas definidas nos termos do parágrafo anterior e na forma a seguir:
I - as áreas pertencentes a parcelamentos de solo regularizados pela Administração Pública Municipal, mesmo que executados irregularmente;
II - as áreas pertencentes a loteamento aprovados nos termos da legislação pertinente;
III - as áreas dos conjuntos habitacionais, aprovados e executados nos termos da legislação pertinente;
IV - as áreas com uso ou edificação aprovada de acordo com a legislação urbanística de parcelamento, uso e ocupação do solo e de edificações;
V - as áreas conhecidas no Município como Vilas, Distritos e Povoados pertencentes a todo o território do Município e que se enquadrem no que cita o § 1º deste artigo.
§ 3° Na hipótese do imóvel situar-se apenas parcialmente no território ou na zona urbana do município, o imposto incidirá sobre a área nele situada.
§ 4º O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, tratando-se de imóvel edificado, incidirá sobre:
I - prédios com “habite-se”, ocupado ou não;
II - prédios ocupados, ainda que o respectivo “habite-se” não tenha sido concedido;
III - prédios sem licença de construção, mesmo que a construção haja sido feita em terreno de propriedade alheia.
Art. 47. As disposições desta Lei são extensivas aos imóveis que, embora localizados fora da zona urbana, urbanizável ou de expansão, tenham destinação considerada urbana para efeito de tributação.
Art. 48. O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU é anual e a obrigação de pagá-lo se transmite ao adquirente da propriedade do imóvel ou dos direitos a ele relativos.
Art. 49. Considera-se ocorrido o fato gerador do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU a 1º (primeiro) de janeiro de cada ano, ressalvados:
I - os prédios construídos durante o exercício, cujo fato gerador ocorrerá na data da concessão do "habite-se", ou ainda, quando constatada a conclusão da construção, independentemente da expedição do referido alvará;
II- os imóveis que forem objeto de parcelamento do solo durante o exercício, cujo fato gerador ocorrerá na data da aprovação do projeto pelo órgão competente da municipalidade.
Art. 50. O bem imóvel, para os efeitos desse imposto, será classificado como não edificado ou edificado.
§ 1º Considera-se o imóvel não edificado, quando:
I - sem edificação
II - houver construção em andamento ou paralisada;
III - houver edificação interditada, condenada, em ruína ou em demolição;
IV - a construção for de natureza temporária ou provisória, ou possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação.
§ 2º Considera-se o imóvel edificado quando existir condições de habitabilidade ou para exercício de qualquer atividade, seja qual for.
Art. 51. A incidência do Imposto independente:
I - da legitimidade dos títulos de aquisição da propriedade, do domínio útil ou da posse, a qualquer titulo, do bem imóvel;
II - do resultado financeiro da exploração econômica do bem imóvel:
III - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas relativas ao bem imóvel.
Art. 52. O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana incide sobre o imóvel que, localizado fora da zona urbana, seja comprovadamente utilizada como sítio de recreio e no qual a eventual produção não se destina a comércio.

SEÇÃO II
DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 53. O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana não incide sobre o imóvel que, localizado dentro da zona urbana, seja comprovada e principalmente utilizado para exploração extrativo vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial, independentemente de sua área.

SEÇÃO III
DA BASE DE CÁLCULO

Art. 54. A base de cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU é o Valor Venal do Imóvel.
Parágrafo único. O Valor Venal a que se refere este artigo é o constante do Cadastro Imobiliário e no seu cálculo será considerado o valor do imóvel territorial e, sendo o caso, cumulativamente, o do imóvel predial, levando-se em conta:
I - a área do imóvel territorial;
II - o valor básico do imóvel territorial determinado pela sua localização de acordo com o Anexo II desta Lei;
III - a área construída da edificação e o valor da construção, de acordo com o Anexo III desta Lei;

IV - a forma, situação topográfica, a qualidade da construção, aproveitamento e outras características de acordo com os Anexos IV e V, desta Lei, e que possam contribuir para a obtenção do valor do imóvel;
V - os equipamentos públicos, os serviços públicos ou de utilidade pública existentes na via ou logradouro.
Art. 55. O Valor Venal do Imóvel será apurado:
I - de acordo com o Anexo II desta Lei, quando se tratar de imóvel não edificado ou assim considerado;
II - de acordo com o Anexo II e Anexo III desta Lei, quando se tratar de imóvel edificado.
Parágrafo único. A avaliação judicial prevalecerá sobre a administrativa, quando a Fazenda Municipal intervenha no processo.
Art. 56. O valor venal do imóvel, edificado ou não, será obtido por meio da seguinte fórmula:
VV = VT + VE
VV- é o valor venal do imóvel;
VT - é o valor do terreno;
VE - é o valor da edificação.
§ 1º O valor do terreno é obtido por meio da seguinte fórmula:
VT= (V0 x AT) x SL x TP x PD, onde:
VT - é o valor do terreno;
V0 - é o valor unitário do metro quadrado de terreno de cada logradouro público, definido pela Planta de Valores Genéricos de Terrenos - PVGT, de acordo com o Anexo II desta Lei;
AT - é a medida da área do terreno em metro quadrado;
SL - é o fator de correção quanto à situação do lote, de acordo com o Anexo IV;
TP - é o fator de correção quanto à topografia, de acordo com o Anexo IV; e PD - é o fator de correção quanto à pedologia, de acordo com o Anexo IV.
§ 2º O valor da edificação é obtido por meio da seguinte fórmula:VE = (Vc x Ac) x (TP x AL x SUC x EC x DLX x ES x UI), onde:
VE - é o valor da edificação;
Vc - é o valor do metro quadrado de construção nos termos da Tabela de Preços de Construção - TPC, de acordo com o Anexo III desta lei;
AC - é a medida da área da unidade imobiliária em metro quadrado; (Redação dada pela Lei Complementar nº 758, de Abril de 2025).
TP- é o fator de correção quanto ao tipo, de acordo com o Anexo V desta lei;
AL - é o fator de correção quanto ao alinhamento, de acordo com o Anexo V desta lei;
SUC - é o fator de correção quanto à unidade construída, de acordo com o Anexo V desta lei;
EC - é o fator de correção quanto ao estado de conservação, de acordo com o Anexo V desta lei;
DLX - é o fator de correção quanto ao destino final do lixo, de acordo com o Anexo V desta lei;
ES - é o fator de correção quanto ao esgotamento sanitário, de acordo com o Anexo V desta lei;
UI - é o fator de correção quanto à utilização do imóvel, de acordo com o Anexo V desta lei.
§ 3º No cálculo do valor venal do terreno, no qual exista mais de uma unidade imobiliária, será utilizado como fator a fração ideal correspondente a cada subunidade autônoma, obtida por meio das seguintes fórmulas:
I) VTI = FI x V0, onde:
VTI - é o valor do terreno correspondente a cada subunidade;
FI - é a fração ideal de cada subunidade;
V0 - é o valor unitário do metro quadrado de terreno de cada logradouro público, definido pela Planta de Valores Genéricos de Terrenos - PVGT, de acordo com o Anexo II desta Lei;
II) FI = ACI / ATC, onde:
FI - é a fração ideal de cada subunidade;
ATC - é a área total construída de todas as subunidades; e
ACI - é a área total construída de cada subunidade;
III) ACI = AUI x [1+ (ACO / AUT)], onde:
ACI - é a área total construída de cada subunidade; AUI - é a área útil construída de cada subunidade;
ACO - é a área comum total do conjunto das subunidades; e AUT - é a área útil construída de todas as subunidades.
Art. 57. A base tributável do imóvel em que estiver sendo executada construção ou reconstrução, legalmente autorizada, permanecerá inalterada até o término do exercício em ocorrer a sua conclusão, desde que tenha duração normal, ou seja, executada ininterruptamente, ou passe a mesma a ser habitada mesmo sem o respectivo Alvará ou Habite-se.
Art. 58. Para efeito de cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, manter-se-á a qualificação do imóvel como territorial quando constatada a existência de:
I - edificação em construção;
II- edificação em ruínas, inservíveis para utilização de qualquer tipo.
Parágrafo único. Considera-se edificação a construção existente, independentemente de sua estrutura, forma, destinação ou utilização.
Art. 59. A parte do imóvel territorial que exceder de 5 (cinco) vezes a área edificada, observadas as condições de ocupação do imóvel territorial definidas por legislação disciplinadora do uso e ocupação do solo, fica sujeita à incidência do imposto calculado com aplicação da alíquota prevista para o imóvel não edificado.
Art. 60. O Poder Executivo, atendendo às condições próprias de determinados setores de localização do imóvel, ou a fatores supervenientes aos critérios de avaliação já fixados, poderá reduzir em até 70% (setenta por cento) o valor venal do imóvel.
Parágrafo único - Incluem-se nas condições deste artigo a ocorrência de calamidade pública ou motivo comprovado de força maior que haja ocasionado a desvalorização do imóvel.

SEÇÃO IV
DA PLANTA DE VALORES GENÉRICOS DE TERRENOS - PGVT E DA TABELA DE PREÇOS DE CONSTRUÇÃO - TPC
Art. 61. Os valores unitários do imóvel territorial estabelecidos na Planta de Valores Genéricos de Terrenos - PVGT, serão definidos em função dos seguintes elementos, considerados em conjunto ou separadamente:
I - preços correntes das transações e das ofertas praticadas no mercado imobiliário do Moreno;
II - características da região em que se situa o imóvel;
III - a política de ocupação do espaço urbano definida através do Plano Diretor e pela Lei de Uso e Ocupação do Solo.
§ 1º Os níveis e valores do metro quadrado de terreno são os definidos no Anexo II desta Lei.
§ 2º O valor unitário de metro quadrado de terreno dos imóveis em cada logradouro público corresponderá:
I - no caso do imóvel territorial ao do logradouro relativo a frente indicada no título de propriedade e na falta deste, ao do logradouro de maior valor para a qual o imóvel territorial tenha a frente;

II - no caso de imóvel predial, ao do logradouro relativo a frente indicada no título de propriedade e na falta deste, ao logradouro relativo a frente principal da edificação;
III - tratando-se de imóvel territorial encravado, ao do logradouro que lhe dá acesso e na hipótese de mais de um acesso, ao do logradouro de maior valor.
§ 3° A Planta de Valores Genéricos de Terrenos - PVGT, para efeito de valoração dos logradouros, considerará os seguintes indicadores:
I - área geográfica, área, característica e destinação dos imóveis situados no logradouro;
II - preços correntes das alienações de imóveis no mercado imobiliário relativos ao logradouro;
III - índice de valorização do logradouro, tendo em vista o mercado imobiliário;
IV - equipamentos urbanos, serviços públicos, ou de utilidade pública existente no logradouro;
V- dos pólos turísticos, econômicos e de lazer que exerçam influência no funcionamento do mercado imobiliário;
VI - das características físicas de topografia, pedologia e acessibilidade;
VII - outros elementos técnicos relacionados com o logradouro.
Art. 62. Os logradouros constantes do Anexo XI desta Lei, passam a vigorar com os níveis de valores de metro quadrado de terreno nele contidos, para efeito de Planta de Valores Genéricos de Terrenos, de acordo com o Anexo II desta Lei.
Parágrafo único. Para terrenos situados em vias ou logradouros não especificados na pauta de valores, utilizar-se-á o coeficiente resultante da média aritmética das vias ou logradouros públicos em que começa e termina a via, ou, em se tratando de via como um acesso, o valor da via principal com redução de 30% (trinta por cento). (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 63. O Executivo encaminhará, quinquenalmente, ao Poder Legislativo, projeto de lei com proposta de atualização da Planta de Valores Genéricos de Terrenos - PVGT e da Tabela de Preços de Construção - TPC . (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 1º O valor venal, apurado mediante lei, será o atribuído ao imóvel para o dia 1º de janeiro do exercício a que se referir o lançamento. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 2º Não sendo aprovada a atualização da Planta de Valores Genéricos de Terrenos – PVGT e da Tabela de Preços de Construção – TPC de que trata o caput deste artigo, por meio de lei, os valores venais dos imóveis poderão ser atualizados, anualmente, através de Decreto com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE , ou por outro que venha a substituí-lo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
Art. 64. A Tabela de Preço de Construção estabelecerá as faixas de valores do metro quadrado de construção (Vc) com base nos seguintes elementos:
I - tipo de construção;
II - qualidade de construção.
§ 1º Os valores do metro quadrado de construção de que trata o "caput" deste artigo são os definidos nas faixas constantes do Anexo III desta Lei.
§ 2º Para a aplicação dos valores constantes da Tabela de Preços de Construção - Anexo III -, o Poder Executivo levará em consideração o estado de conservação do imóvel, o tempo de construção e outros dados com ele relacionados.
§ 3º os coeficientes de correção dos imóveis territoriais e prediais estão definidos nos Anexos IV e V, respectivamente, desta Lei.

SEÇÃO V
DO ARBITRAMENTO

Art. 65. A base de cálculo do imposto poderá ser arbitrada pela autoridade fiscal quando:
I - o imóvel edificado se encontrar fechado;
II - o contribuinte impedir a coleta de dados necessários à fixação do Valor Venal do Imóvel.
Parágrafo único. Ocorrendo alguma das hipóteses previstas nos incisos I e II, a área total de construção será obtida através da mediação dos contornos externos das paredes ou, no caso de pilotis, da projeção do andar superior ou da cobertura, computando-se também, a superfície das sacadas, cobertas ou descobertas, de cada pavimento. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO VI
DAS ALÍQUOTAS

Art. 66. As alíquotas do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU são: (Redação dada pela Lei Complementar nº 758, de 2025).
I - em relação aos imóveis não edificados, 1,0% (um cento); (Redação dada pela Lei Complementar nº 758, de 2025).
II - em relação aos imóveis não edificados, que não possuam muro, cerca ou calçada, 1,5% (um e meio por cento); (Redação dada pela Lei Complementar nº 758, de 2025).
III - em relação a imóveis edificados de uso residencial, 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento); (Redação dada pela Lei Complementar nº 758, de 2025).
IV - em relação aos imóveis edificados de uso não residencial, exceto de uso industrial, 0,70% (setenta milésimos de por cento). (Redação dada pela Lei Complementar nº 758, de 2025).
V - Em relação aos imóveis edificados de uso industrial 0,90% (noventa centésimos por cento). (Incluído pela Lei Complementar nº 758, de Abril de 2025).
§ 1º A obrigatoriedade de construção de calçada só se aplica aos imóveis não edificados situados em logradouros providos de meio-fio.
§ 2º A alíquota prevista no inciso II, do caput deste artigo, não se aplica aos casos em que o contribuinte estiver impedido de construir o muro e/ou calçada, face à existência de um ou mais dos seguintes impedimentos:
I - área alagada;
II - área que impeça licença para construção;
III - terreno invadido por habitação subnormal;
IV - terreno que venha a ser utilizado para fins de preservação de áreas consideradas zonas verdes de acordo com a legislação aplicável.

SEÇÃO VII
DO LANÇAMENTO

Art. 67. O lançamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU é anual e será feito para cada unidade imobiliária autônoma, na data da ocorrência do fato gerador, com base nos elementos existentes nos Cadastros Imobiliário e de Logradouros.
§ 1º Quando verificada a falta de dados no Cadastro Imobiliário necessários ao lançamento do imposto, decorrente da existência de imóvel não cadastrado, ou nos casos de reforma ou modificação do uso sem a prévia licença do órgão competente, o lançamento será efetuado com base nos dados apurados mediante ação fiscal.

§ 2º A prévia licença a que se refere o parágrafo anterior deverá ser comunicada à Secretaria Executiva da Receita , sob pena de responsabilidade funcional de quem a emitir.
Art. 68. O lançamento será feito em nome do proprietário, do titular do domínio útil, do possuidor do imóvel, do espólio ou da massa falida.
§ 1º O lançamento será feito ainda:
I - no caso do condomínio indiviso, em nome de todos, de alguns ou de um só dos condôminos pelo valor total do tributo;
II - no caso de condomínio diviso, em nome de cada condômino na proporção de sua parte;
III - não sendo conhecido o proprietário, em nome de quem estiver no uso e gozo do imóvel.
§ 2º O lançamento será efetuado de acordo com o parágrafo único do artigo 65 desta Lei, sem prejuízo das cominações ou penalidades previstas, quando da impossibilidade de obtenção de dados exatos sobre o bem imóvel ou de elementos necessários à fixação da base de cálculo do imposto.
Art. 68-A. O valor do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU a ser lançado em 2024 não poderá ser superior ao percentual do índice da inflação de que trata o art. 227-A, a mais do valor lançado em 2023, salvo em face de atualização cadastral. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 69. Os sujeitos passivos serão notificados do lançamento do imposto:
I - por meio de uma única publicação em Edital a ser fixado no hall do prédio da Prefeitura, em relação aos lançamentos efetuados pela ocorrência dos fatos geradores na data prevista no caput do artigo 49, desta Lei, que conterá:
a) a data do pagamento do imposto;
b) a data a partir da qual o sujeito passivo deverá solicitar o carnê no âmbito da Secretaria Executiva
da Receita , caso não o tenha recebido no prazo estabelecido na alínea “c” deste inciso;
c) o prazo para recebimento do carnê no endereço de cobrança do imóvel pelo sujeito passivo ou seu representante.
II - nos demais casos, por meio da entrega do carnê ao sujeito passivo ou seu representante, mediante protocolo.
§ 1º Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública Municipal, poderão ser efetuados lançamentos omitidos ou complementares.
§ 2º O lançamento do imposto não implica reconhecimento da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel.

SEÇÃO VIII
DO RECOLHIMENTO

Art. 70. O recolhimento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, será efetuado nos órgãos arrecadadores, na forma definida pelo Poder Executivo.
§ 1º O Poder Executivo fixará, anualmente, a forma e prazo para recolhimento do imposto e, sendo o caso, o número de parcelas em que se decompõe e seus respectivos vencimentos.
§ 2º Na hipótese de o lançamento ser efetuado em cota única e em parcelas, ao contribuinte que recolher até a data do vencimento o valor lançado em cota única, será concedido o desconto de até 20% (vinte por cento). (Redação dada pela Lei Complementar nº 725, de 2024).
§ 3º Aos contribuintes do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU que tiverem pago seus débitos ou regularizado sua situação fiscal até 30 de novembro de cada exercício, será concedido no exercício subsequente, uma redução de até 30% (trinta por cento) na cota única, caso o pagamento deste tributo seja efetuado até a data do vencimento. (Redação dada pela Lei Complementar nº 725, de 2024).
§ 4º A aplicação dos disposto no § 3º, prevalecerá sobre o previsto no § 2º deste artigo.
§ 5º O disposto neste artigo, aplica-se às taxas lançadas conjuntamente com o Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU.
Art. 71. Na hipótese da cobrança do imposto em cotas, o total lançado será dividido em parcelas iguais, vencíveis dentro do exercício.
Parágrafo único. O pagamento de cada cota independe de estarem pagas as anteriores e não presume a quitação das demais.

SEÇÃO IX
DOS CONTRIBUINTES E DOS RESPONSÁVEIS

Art. 72. Contribuinte do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU é o proprietário do imóvel, o titular do domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.
Parágrafo único. São também contribuintes:
I - os titulares de direitos sobre frações ideais de propriedade em condomínio;
II - os promitentes-compradores imitidos na posse;
III - os ocupantes, inclusive locatários ou comodatários de imóveis pertencentes à União, ao Estado, ao Município ou quaisquer outras pessoas que gozem de isenção ou imunidade em relação ao imóvel.
Art. 73. Poderá ser considerado responsável pelo Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, quando do lançamento, qualquer dos possuidores, diretos ou indiretos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais possuidores.
§ 1º O espólio é responsável pelo pagamento do imposto relativo aos imóveis que pertenciam ao "de cujus".
§ 2º A massa falida é responsável pelo pagamento do imposto relativo aos imóveis de propriedade do comerciante falido.

SEÇÃO X
DA ISENÇÃO

Art. 74 - São isentos do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU:
I - o proprietário do imóvel cedido, total e gratuitamente, para funcionamento de estabelecimento legalizado que ministre ensino gratuito;
II - o proprietário que realizar obras de restauração e recuperação em imóveis localizados em zona de preservação rigorosa ou histórica, nos termos da Lei aplicável, pelo prazo de 02 (dois) anos, contados da conclusão da obra;
III - os imóveis cedidos total e gratuitamente para uso da União, do Estado ou do Município, inclusive de suas autarquias;
IV - A propriedade ou posse dos imóveis das pessoas que comprovem ser portadores das seguintes doenças graves: deficiência física, moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doenças degenerativas em geral, espondiloartrose anquilosante, hanseníase, nefropatia grave, estados avançado de doença de paget (osteíte deformante), contaminação por radiação e síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, desde que possuam um único imóvel no qual residam e não aufiram rendimento, sob qualquer forma, não superior a dois (02) salários mínimos por mês; (Redação dada pela Lei Complementar nº 725, de 2024).
V - o imóvel pertencentes a sociedade civil, sem fins lucrativos, desde que destinado ao exercício de atividades culturais, recreativas ou esportivas comprovadas e desde que observados os critérios legais;
VI - o imóvel declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, a partir da data em que ocorrer a emissão de posse ou a ocupação efetiva pelo Poder expropriante.
VII - (Revogado pela Lei Complementar nº 725, de 2024).

a) (Revogado pela Lei Complementar nº 725, de 2024).
b) (Revogado pela Lei Complementar nº 725, de 2024).
VIII - o benefício de que trata o inciso VII, aplica-se também ao imóvel locado pelo idoso ou portador de necessidades especiais, que na condição de locatário, por força do contrato válido esteja obrigado ao pagamento do tributo, observadas sempre as exigências do inciso anterior. (Redação dada pela Lei Complementar nº 725, de 2024).
§ 1 º (Revogado pela Lei Complementar nº 725, de 2024).
§ 2º As doenças não discriminadas no inciso IV, consideradas graves e ou incuráveis poderão seus portadores requerer o beneficio da Isenção IPTU, mediante apresentação de documentos hábeis comprobatórios em medicina especializada, com parecer médico acostado, na Secretaria de Finanças do Município do Moreno. (Redação dada pela Lei Nº 563 de 2017).
IX - o contribuinte que possuir um único imóvel considerado mocambo conforme dispuser o Poder Executivo;
X - o contribuinte que preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:
a) Possuir um único imóvel residencial de área construída não superior a 60m² (sessenta metros quadrados), desde que nele resida e que outro imóvel não possua cônjuge, o filho menor ou maior inválido; (Redação dada pela Lei Complementar nº 725, de 2024).
b) auferir renda mensal até 2 (dois) salários mínimos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 725, de 2024).
XI - A propriedade ou posse dos imóveis residenciais das pessoas com necessidades especiais com impeditivos definitivos para o trabalho, sendo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, cujos curadores/responsáveis em caso de viver exclusivamente do benefício do curatelado/representado, poderão, requerer em seus nomes, cujas necessidades especiais deverão ser comprovadas mediante laudo pericial, emitido por serviço médico oficial, o qual deverá, preferencialmente, ser homologado pelo serviço médico oficial do Município, desde que possuam um único imóvel no qual residam e não aufiram rendimento, sob qualquer forma, superior a dois (02) salários mínimos por mês. (Incluído pela Lei Complementar nº 725, de Março de 2024).
XII - O benefício de que trata o inciso XI, aplica-se também ao imóvel de pessoas com diagnóstico de transtorno do espectroautista (TEA), observado sempre as exigências do inciso anterior. (Incluído pela Lei Complementar nº 725, de 2024).
XIII - O contribuinte que tenha adquirido imóvel em vilas populares construídas pela Companhia Estadual de Habitação e Obras – CEHAB. (Incluído pela Lei Complementar nº 725, de 2024).
XIV - Para efeito do benefício estabelecido nos incisos IV, VII, VIII, XI e XII deste artigo, a comprovação far-se-á mediante apresentação de: (Incluído pela Lei Complementar nº 725, de 2024).
a) Laudo médico comprobatório emitido por profissional médico credenciado junto ao Sistema Único de Saúde - SUS; (Incluído pela Lei Complementar nº 725, de 2024).
b) Certidão de propriedade de bens imóveis emitida pelo Cartório de Registro de Imóvel da Comarca de Moreno; (Incluído pela Lei Complementar nº 725, de 8 de março de 2024).
c) Comprovação da posse do imóvel; (Incluído pela Lei Complementar nº 725, de 2024).
d) Comprovação de rendimentos. (Incluído pela Lei Complementar nº 725, de 2024).
Parágrafo único. A Secretaria da Fazenda poderá requerer do contribuinte interessado, quaisquer documentações para fins de comprovação aos requisitos dispostos nos incisos anteriores, objetivando a análise integral do processo administrativo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 725, de 2024).
Art. 75. Será concedida isenção parcial do Imposto Predial e Territorial Urbano em relação aos imóveis de valor venal não superior a R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), no percentual 50% (cinquenta por cento) nas seguintes condições: (Redação dada pela Lei Complementar nº 725, de 2024).
I - aos órgãos de classe, em relação aos prédios de sua propriedade, onde estejam instalados e funcionando os seus serviços; (Redação dada pela Lei Complementar nº 725, de 2024).
II - ao servidor municipal do Moreno e ao aposentado ou pensionista do regime da previdência social que recebe até 02 (dois) salários mínimos, relativamente ao único imóvel residencial que possuir desde que outro não possuam o cônjuge, o companheiro, o filho menor ou maior inválido; (Redação dada pela Lei Complementar nº 725, de 2024).
III - ao cônjuge supérstite de servidor público municipal do moreno, enquanto no estado de viuvez, e ainda, ao filho menor ou maior inválido, relativamente ao único imóvel residencial que cada um possua. (Redação dada pela Lei Complementar nº 725, de 2024).
Art. 76. Ocorrendo modificação nas condições físicas do imóvel, que determine a alteração do seu valor venal, ou qualquer outra modificação em relação as demais condições que ensejaram a isenção total ou parcial, deverá o sujeito passivo comunicar o fato à Secretaria Executiva da Receita, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da modificação.
Art. 77. As Isenções previstas no artigo 74 desta Lei, serão concedidas mediante requerimento dirigido ao Secretário Executivo da Fazenda, até o último dia útil do mês de novembro do exercício anterior ao da concessão, que será de 02 (dois) anos , e somente serão renovadas se o contribuinte preencher os requisitos para a sua concessão, conforme dispuser o Poder Executivo Municipal. (Redação dada pela Lei nº 725, de Março de 2024).
Parágrafo Único. (Revogado pela Lei Complementar nº 725, de 2024).

CAPÍTULO II
DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS - IPTU
SEÇÃO I
DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO IMOBILIÁRIO

Art. 78. Serão obrigatoriamente inscritos no Cadastro Imobiliário - CADIMO as unidades imobiliárias existentes no Município como unidades autônomas e os que venham a surgir por desmembramento ou remembramento dos atuais, ainda que isentos ou imunes do imposto, com definição do proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, área do imóvel, testada, profundidade e área construída.
§ 1º Unidade autônoma é aquela que permite uma ocupação ou utilização privativa, e que se tenha acesso independentemente das demais ou igualmente com as demais, por meio de áreas de acesso ou circulação comum a todos.
§ 2º Para efeito de caracterização da unidade imobiliária, poderá ser considerada a situação de fato do bem imóvel, abstraindo-se a descrição contida no respectivo título de propriedade.
§ 3º No caso de propriedades edificadas em condomínio poderá ser atribuída uma inscrição para cada uma de suas partes ou frações ideais.
§ 4º A inscrição dos imóveis no Cadastro Imobiliário e o Registro de Alteração será realizada na Secretaria Executiva da Receita e promovida:
I - pelo proprietário ou seu representante legal;
II - por qualquer dos condôminos, seja o condomínio diviso ou indiviso;
III - pelo compromissário vendedor ou comprador, no caso de compromisso de compra e venda;
IV - pelo inventariante, síndico, liquidante ou sucessor, quando se tratar de imóvel pertencente ao espólio, massa falida ou à sociedade em liquidação ou sucessão;
V - pelo possuidor a legítimo título;
VI - pelo adquirente ou alienante, a qualquer título;
VII - pelo senhorio no caso de imóveis sob regime de enfiteuse;

VIII - de ofício, em se tratando de propriedade federal, estadual ou municipal, entidade autárquica e de economia mista, ou ainda quando a inscrição deixar de ser feita no prazo regulamentar.
§ 5º As pessoas citadas no parágrafo anterior ficam obrigadas a apresentar a documentação solicitada pelo fisco, importando a recusa em embaraço à ação fiscal.
§ 6° Qualquer das pessoas citadas no § 3º, quando da inscrição no Cadastro Imobiliário, deverá preencher o Requerimento de Cadastro de Imóvel.
§ 7º O Cadastro Imobiliário, sem prejuízo e outros elementos obtidos pela fiscalização, será formado pelos dados registrados quando da inscrição e respectivas alterações.
§ 8º Quando da emissão do habite-se, no caso de construção nova, o Requerimento será preenchido na Pelo órgão da Administração Municipal competente e encaminhado à Secretaria Executiva da Receita, com a cópia do projeto para atualização cadastral.
Art. 79. A Lei de Uso e Ocupação do Solo fixará a delimitação da Zona Urbana, devendo ser comunicado ao INCRA o novo perímetro urbano para imediata exclusão do cadastro rural e suspensão da cobrança do imposto respectivo.
§ 1º Todos os imóveis inseridos em Zona Urbana deverão ser notificados para pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), mesmo que continuem recolhendo o Imposto Territorial Rural (ITR), sendo deduzidos do montante apurado os valores recolhidos à União desse imposto, devendo a Secretária de Finanças do Moreno comunicar ao órgão federal responsável sobre o procedimento adotado e sobre a delimitação da Zona Urbana determinada em lei municipal.
§ 2º A medida prevista no parágrafo anterior se deve à autonomia municipal com relação a competência constitucional de determinar o uso do solo do Município.
Art. 80. O contribuinte promoverá inscrição sempre que se formar uma unidade imobiliária, nos termos do artigo anterior, e a alteração, quando ocorrer modificação nos dados contidos no cadastro.
§ 1º A inscrição será promovida pelo interessado, mediante declaração acompanhada dos títulos de propriedade, plantas, croquis, informações quanto à situação legal e outros elementos essenciais a precisa definição do imóvel quanto à localização, uso, área, fração ideal, tipo ou padrão, características topográficas e pedológicas.
§ 2º A inscrição terá exclusivamente efeitos tributários, nos casos de:
I - construções em terrenos de titularidade desconhecida;
II - construções sem autorização ou autorizados a título precário emitido pela Administração Pública Municipal.
Art. 81. Não sendo cadastrado o imóvel, o lançamento será efetuado ex-ofício, com base nos elementos levantados em processo regular.
§ 1º A Secretaria Executiva da Receita poderá, quando necessário instituir outras modalidades acessórias de cadastramento de contribuintes, a fim de atender ao Departamento de Arrecadação e Fiscalização.
§ 2º A Secretaria Executiva da Receita poderá promover “ex-offício” à inscrição e alteração cadastral de imóveis.
§ 3º Serão objetos de uma única inscrição:
I - a gleba de terra bruta desprovida de melhoramentos, cujo aproveitamento depende da realização de obras de arruamento ou de urbanização, desde que não haja loteamento aprovado pela Administração Pública Municipal;
II - a quadra indivisa de áreas arruadas.
Art. 82. A inscrição imobiliária não importa em presunção, por parte da Administração Pública Municipal para quaisquer fins, da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do imóvel.
Art. 83. A área dos imóveis edificados, ou não, e as testadas real e fictícia dos terrenos deverão constar obrigatoriamente do Cadastro Imobiliário do Município. Parágrafo único – Todas as alterações cadastrais que influírem no cálculo do imposto deverão ser feitas mediante processo regular, sob pena de responsabilidade funcional.
Art. 84. Os proprietários de terrenos resultantes de desmembramento, remembramento ou que tenham sofrido alterações e retificações em suas dimensões deverão comunicar à Secretaria Executiva da Receita essas modificações, dentro de 90 (noventa) dias, contados da data do reconhecimento da nova situação pela Administração Pública Municipal.
Art. 85. Os proprietários de imóveis e contribuintes do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU deverão comunicar à Secretaria Executiva da Receita dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados da respectiva ocorrência, a demolição, o desabamento, o incêndio, a ruína ou a mudança de uso dos imóveis edificados, bem como a cessação ou alteração das condições que levaram à redução do imposto, ao reconhecimento da imunidade, isenção ou não incidência.
Art. 86. Os proprietários de imóveis e contribuintes do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, assim com os titulares de direitos sobre imóveis que se construírem ou foram objeto de acréscimo, reformas ou reconstruções, sem autorização, ficam obrigados a comunicarem à Secretaria Executiva da Receita as citadas ocorrências, no prazo de 90 (dias) dias, contados de sua conclusão.
Parágrafo único. A comunicação prevista neste artigo será acompanhada de plantas e outros elementos elucidativos da obra realizada, conforme dispuserem as normas complementares emitidas pela Administração Pública Municipal.
Art. 87. O contribuinte deverá comunicar, para fins de revisão, no prazo de até 30 (trinta) dias, à Secretaria Executiva da Receita incorreções nos dados cadastrais dos imóveis, que acarretem erro no lançamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.
Art. 88. O síndico, no caso de propriedades em condomínio, quando intimado pela autoridade fiscal, deverá prestar todas as informações necessárias à atualização cadastral das unidades imobiliárias.
Art. 89. Os Oficiais de Registro Geral de Imóveis e os Titulares de Cartório de Notas da Comarca do Moreno, deverão remeter à Secretaria Executiva da Receita , relatório mensal com as operações e registro de mudança de proprietário ou titular de domínio útil e averbação de área construída, preenchido com todos os elementos exigidos, de imóveis situados no território do Moreno, conforme modelo aprovado de acordo com o Regulamento, ou normas complementares e no prazo por ele estabelecido.
Parágrafo único. Na hipótese de promessa de venda ou de cessão de direitos sobre imóveis, ao nome do titular será feita aposição da palavra “Promitente”, por extenso ou abreviadamente.

SEÇÃO II
DA ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS

Art. 90. O Cadastro Imobiliário - CADIMO será atualizado sempre que ocorrerem alterações relativas à propriedade, domínio útil, posse, uso, ou às características físicas do imóvel, edificado ou não.
§ 1º A atualização deverá ser requerida pelo contribuinte ou interessado mediante apresentação do documento hábil exigido no Regulamento desta Lei, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ocorrência da alteração.
§ 2º Não serão lavrados, autenticados ou registrados pelos tabeliães, escrivães e oficiais de Registro Geral de Imóveis e de Cartórios de Notas os atos e termos sem a prova da inexistência de débito referente ao Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano - IPTU e do Imposto Sobre Transmissão "Inter-Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos a Eles Relativos – ITBI, incidente sobre o imóvel.
§ 3º - Quando do parcelamento de débito pertinente ao Imposto predial e Territorial Urbano (IPTU), somente será lavrado ou registrado o instrumento, termo ou escritura pelas pessoas previstas no parágrafo anterior, conforme o caso, após o pagamento de todo o parcelamento nos seus respectivos vencimentos ou de forma antecipada, conforme estabelecido.

Art. 91. Os responsáveis por loteamentos, prives e/ou condomínios ficam obrigados a fornecer, mensalmente, à Secretaria Executiva da Receita, relação dos lotes que no mês anterior tenham sido alienados definitivamente, ou mediante compromisso de compra e venda, mencionando o adquirente e seu endereço, a quadra e o valor do negócio jurídico, a fim de ser feito o registro no Cadastro Imobiliário do Município.
§ 1º Os proprietários de imóveis sob regime de enfiteuse, ficam obrigados a fornecer, mensalmente, à Secretaria Executiva da Receita, relação dos imóveis que no mês anterior tiveram alterados os titulares do domínio útil, mediante compra e venda ou mediante compromisso de compra e venda, mencionado o imóvel, adquirente, seu endereço e o valor da operação.
§ 2º As empresas construtoras, incorporadoras e imobiliárias, ficam obrigadas a fornecer, mensalmente, à Secretaria Executiva da Receita, relação dos imóveis por elas construídos ou que sob sua intermediação, no mês anterior tiveram alterados os titulares do domínio útil, mediante compra e venda ou mediante compromisso de compra e venda, mencionando o imóvel, adquirente, seu endereço e o valor da operação.

SEÇÃO III
DA AVERBAÇÃO
Art. 92. Para efetivar a inscrição no Cadastro Imobiliário, são os responsáveis obrigados a preencher e entregar na Secretaria Executiva da Receita, uma ficha de inscrição para cada imóvel, conforme modelo fornecido pela Administração Pública Municipal, instruídos com o título de propriedade.
§ 1º As modificações na titularidade de imóveis serão devidamente averbadas mediante a exibição do título aquisitivo.
§ 2º As averbações de que trata o parágrafo anterior deverão ser promovidas dentro de um prazo de 90 (noventa) dias contados no Registro no Cartório de Registro de Imóveis. (Redação dada pela Lei nº 563 de 2017)

SEÇÃO IV
DO PARCELAMENTO DO SOLO, HABITE-SE E ACEITE-SE

Art. 93. A autorização para parcelamento do solo, bem como a concessão de "habite-se", para edificação nova, e de "aceite-se", para imóveis reconstruídos ou reformados, somente serão efetivados pela autoridade competente, mediante a prévia quitação dos tributos municipais incidentes sobre os imóveis originários e a atualização dos dados cadastrais correspondentes.
Parágrafo único. Os documentos referidos no caput deste artigo somente serão entregues aos contribuintes após a inscrição ou atualização do imóvel no Cadastro imobiliário.

SEÇÃO V
DA INSCRIÇÃO DE IMÓVEIS SEM LICENÇA DE CONSTRUÇÃO

Art. 94. No caso das construções ou edificações sem licença de construção ou sem obediência às normas vigentes, e de benfeitorias realizadas em terreno de titularidade desconhecida, será promovida sua inscrição no Cadastro Imobiliário, a título precário, unicamente para efeitos tributários.
Parágrafo único. A inscrição e os efeitos tributários nos casos a que se refere este artigo, não criam direitos para o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor e não exclui o Município do direito de promover a adaptação da construção às normas e prescrições legais ou a sua demolição independentemente de outras medidas legais cabíveis.

TÍTULO III
DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS A ELES RELATIVOS – ITBI

CAPÍTULO I
DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL

SEÇÃO I
DO FATO GERADOR

Art. 95. O imposto sobre transmissão "inter-vivos", a qualquer título por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição, tem como fato gerador: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - a transmissão "inter-vivos", a qualquer título, por ato oneroso, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou acessão física, como definido no Código Civil; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
a) da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou por acessão física, conforme definido no Código Civil; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - a transmissão “inter-vivos”, por ato oneroso, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos de garantia; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos anteriores; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
IV - o imposto refere-se a atos e contratos relativos a imóveis situados no território do Município; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 1º A incidência do ITBI alcança as transmissões onerosas de bens imóveis intervivos provenientes de: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - compra e venda pura ou condicional e atos equivalentes; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024)
II - dação em pagamento; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - permuta de bens imóveis por bens e direitos de outra natureza e as de bens imóveis situados no território do Município por outros quaisquer bens situados fora do território do Município; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
IV - arrematação ou adjudicação em leilão, hasta pública ou praça; (Redação pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
V - incorporação de bens imóveis ao patrimônio de pessoa jurídica: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
a) sobre o que exceder o valor do capital integralizado em comparação com o valor venal atualizado do imóvel; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
b) quando a atividade preponderante do adquirente for a de compra e venda, locação ou arrendamento mercantil de imóveis, ou cessão de direitos relativos à sua aquisição; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
VI - transferência de bens imóveis do patrimônio de quaisquer dos sócios, acionistas ou respectivos sucessores, ressalvado o caso de desincorporação de bem imóvel do patrimônio da pessoa jurídica para o mesmo sócio que o incorporou em subscrição de capital; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 1º (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 2º (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

VII - tornas ou reposições que ocorram: (Incluído dada pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
a) Nas partilhas efetuadas em virtude de dissolução da sociedade conjugal ou morte quando o cônjuge ou herdeiro receber quota-parte dos imóveis situados no Município, cujo valor seja maior do que o da parcela que lhe caberia na totalidade desses imóveis; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
b) Nas divisões para extinção de condomínio de imóvel, quando for recebida por qualquer condômino quota-parte material cujo valor seja maior que a quota-parte ideal; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
VIII - mandato em causa própria e seus substabelecimentos, quando o instrumento contiver os requisitos essenciais à compra e venda; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
IX - instituição de fideicomisso; (Incluído pela Lei Complementar n° 744, de 2024).
X - enfiteuse e subenfiteuse; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
XI - concessão real de uso; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
XII - cessão de direito de usufruto; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
XIII - cessão de direito a usucapião; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
XIV - cessão de direitos do arrematante ou adjudicante, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
XV - acessão física quando houver pagamento de indenização; (Incluído pela Lei Complementar n° 744, de 2024).
XVI - cessão de direito sobre permuta de bens imóveis; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
XVII - cessão de promessa de venda ou transferência de promessa de cessão, relativa a bens imóveis, quando se tenha atribuído ao promitente comprador ou ao promitente cessionário o direito de indicar terceiro para receber assinatura decorrente da promessa; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
XVIII - outro ato judicial ou extrajudicial Inter vivos que importe ou se resolva em transmissão, a título oneroso, de bens imóveis por natureza ou cessão física, ou de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 2º Para efeito do disposto na alínea 'b' do inciso V do §1º, considera-se atividade preponderante quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos dois anos anteriores e nos dois anos subsequentes à aquisição, sendo que: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades operacionais após a aquisição, ou menos de dois (02) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior, levando em conta os três (03) primeiros anos seguintes à data da aquisição; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
II - prevalecerá como atividade preponderante quaisquer das previstas no contrato social. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 3º Verificada a preponderância referida neste artigo, tornar-se-á devido o imposto, nos termos da lei vigente à data da aquisição, sobre o valor do bem ou direito nessa data. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 4º O imposto incide sobre atos e contratos relativos a imóveis situados no território do Município. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 96. O fato gerador do ITBI ocorre no ato de registro no Cartório de Registro de Imóveis. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO II
DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 97. O imposto não incide sobre a transmissão de bens imóveis quando: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito, limitado ao valor do capital integralizado; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - decorrente da incorporação ou da fusão de uma pessoa jurídica por outra ou com outra; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - a transmissão de bens imóveis for realizada em conjunto com a totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
IV - os direitos reais de garantia.
Art. 98. O disposto nos incisos I a III do artigo anterior não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tiver como atividade preponderante a compra e venda, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil, bem como a cessão de direitos relativos à sua aquisição.
§ 1º Considera-se caracterizada a atividade preponderante quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa adquirente, nos 02 (dois) anos anteriores à aquisição, decorrer das transmissões mencionadas neste artigo.
§ 2º Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 02 (dois) anos antes dela, será devido o imposto sempre que as atividades a que se refere o "caput" deste artigo constem do objeto social da empresa.
§ 3º Na hipótese de ser devido o imposto, conforme definido nos incisos anteriores, será calculado nos termos da lei vigente à data da aquisição dos respectivos bens ou direitos.

SEÇÃO III
DO RECONHECIMENTO DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 99. A não incidência prevista nos incisos de I a III do artigo 97 desta Lei depende de prévio reconhecimento pelo Secretário de Finanças e Administração, que poderá delegar, mediante requerimento onde a pessoa jurídica faça prova de que não tem como atividade preponderante a compra e venda, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil, bem como a cessão de direitos relativos à sua aquisição, conforme dispuser o regulamento desta Lei.

SEÇÃO IV
DA ISENÇÃO
Art. 100. São isentos do ITBI: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - o adquirente do primeiro imóvel, componente de conjunto habitacional financiado ou construído Pelo Serviço Social, a título definitivo ou de promessa de compra e venda, com ou sem cláusula de arrependimento, e que perceba renda mensal familiar de até 01 (um) salário mínimo, relativamente ao único imóvel que possuir, desde que outro não possua o cônjuge, o filho menor ou maior inválido, ainda que em regime de condomínio. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - a aquisição de imóvel para residência própria, feita por servidor efetivo do Município de Moreno, e que perceba renda mensal familiar de até 02 (dois) salários mínimos, enquanto nessa condição permanecer. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. A isenção prevista nos incisos deste artigo somente será concedida mediante apresentação pelo interessado, de documentação comprobatória da aquisição do imóvel em seu nome e de declaração do requerente, sob as penas da Lei, de que o imóvel por ele adquirido se destina

à sua residência por meio de requerimento dirigido ao Secretário da Receita, conforme dispuser o regulamento desta Lei. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO V
DOS CONTRIBUINTES E DOS RESPONSÁVEIS

Art. 101. O contribuinte do Imposto Sobre Transmissão "Inter-Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos a Eles Relativos - ITBI é:
I - o adquirente ou o cessionário dos bens ou direitos transmitidos;
II - cada um dos permutantes, no caso de permuta.
Art. 102. São solidariamente responsáveis pelo pagamento do Imposto Sobre Transmissão "Inter- Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos a Eles Relativos - ITBI devido:
I - os alienantes e cedentes;
II - os oficiais dos Cartórios de Registro de Imóveis e seus substitutos, os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, nos atos em que intervierem ou pelas omissões que praticarem em razão do seu ofício.

SEÇÃO VI
DA BASE DE CÁLCULO

Art. 103. A base de cálculo do imposto é o valor: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - do imóvel transmitido em condições normais de mercado, ou dos direitos transmitidos, nas transmissões em geral; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - do maior lance, na arrematação judicial ou administrativa, adjudicação, remição ou leilão, ressalvada a hipótese prevista no parágrafo único deste artigo. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 1º (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 2º (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 3º (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. Na arrematação judicial ou administrativa, bem como nas hipóteses de adjudicação, remição ou leilão, a base de cálculo do ITBI não poderá ser inferior ao valor da avaliação judicial e, não havendo esta, ao valor da avaliação administrativa. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 103-A. Quando a Administração Tributária não concordar com o valor de transação declarado pelo contribuinte promoverá a avaliação de ofício buscando o valor efetivo de mercado do bem ou direito. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 1º A avaliação de ofício nunca poderá ser inferior ao valor venal utilizado para o IPTU. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 2º Fica ressalvado ao contribuinte o direito de contraditar a avaliação de ofício, desde que acompanhada de laudo técnico de avaliador, por profissional habilitado. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO VII
DO PRAZO PARA REQUERER A AVALIAÇÃO

Art. 104. A avaliação a que se refere o artigo anterior deverá ser requerida até 30 (trinta) dias, contados:
I - da realização do negócio jurídico;
II - da sua lavratura, no caso de instrumento lavrado fora deste Município;
III - da arrematação, adjudicação ou remição, mesmo que este prazo transcorra antes da lavratura da respectiva carta ou esta não seja extraída;
IV - do trânsito em julgado, nos casos de transmissão processada por sentença judicial.
§ 1º Havendo oferecimento de embargos, nos casos previstos no inciso III deste artigo, o prazo se contará da sentença transitada em julgado que os rejeitar.
§ 2º Não concordando com a avaliação fiscal procedida, o contribuinte poderá impugná-la, mediante interposição de pedido de revisão de avaliação de bem imóvel, na forma prevista no artigo 244 desta lei.

SEÇÃO VIII
DAS ALÍQUOTAS

Art. 105. As alíquotas do Imposto Sobre Transmissão "Inter-Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos a Eles Relativos - ITBI são:
I - nas transmissões compreendidas no Sistema Financeiro de Habitação e no Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, de que trata a Lei Federal n.º 11.977, de 07 de julho de 2009:
a) sobre o valor efetivamente financiado: 1% (um por cento);
b) sobre o valor restante: 2% (dois por cento)
II - nas demais transmissões a título oneroso: 2% (dois por cento).

SEÇÃO IX
DO LANÇAMENTO

Art. 106. O lançamento do Imposto Sobre Transmissão "Inter-Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos a Eles Relativos - ITBI será efetuado de ofício, sempre que ocorrer uma das hipóteses de incidência previstas no artigo 95 desta Lei.
Parágrafo único. O sujeito passivo deverá comunicar ao órgão competente a ocorrência do fato gerador do imposto de acordo com o que estabelecer o regulamento desta Lei.
Art. 107. O sujeito passivo será notificado do lançamento do imposto:
I - pessoalmente, através do Documento de Arrecadação Municipal - DAM, entregue mediante protocolo;
II - por via postal, com aviso de recebimento;
III - mediante publicação de edital.

SEÇÃO X
DO RECOLHIMENTO

Art. 108. O recolhimento do Imposto Sobre Transmissão "Inter-Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos a Eles Relativos - ITBI será efetuado nos órgãos arrecadadores, por meio de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, em modelo aprovado pelo Poder Executivo, nos seguintes prazos:

I - tratando-se de instrumento lavrado no Município do Moreno, até 30 dias contados da data da avaliação;
II - tratando-se de instrumento lavrado fora do Município do Moreno, até 10 dias contados da data da sua lavratura;
III - nos casos previstos nos incisos IV e V do artigo 95 desta Lei, antes da inscrição do instrumento no Registro de Imóveis competente;
IV - na arrematação, adjudicação ou remição, dentro de 30 (trinta) dias desses atos, antes da lavratura da respectiva carta e mesmo que esta não seja extraída;
V - até 30 (trinta) dias, contados do trânsito em julgado, se o título de transmissão se processar por sentença judicial.
§ 1º O valor do lançamento do imposto prevalecerá pelo prazo de 30 (trinta) dias, findo o qual somente poderá ser pago após a atualização monetária correspondente.
§ 2º Havendo oferecimento em embargos, nos casos previstos no inciso IV deste artigo, o prazo se contará da sentença transitada em julgado que os rejeitar.
§ 3º A requerimento do Contribuinte, o valor do imposto poderá ser pago em até 03 (três) cotas mensais e sucessivas, conforme dispuser o Poder Executivo.
§ 4º A utilização do pagamento em cotas, de que trata o parágrafo anterior, será atualizado monetariamente, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA / IBGE.
§ 5º (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO XI
DAS OBRIGAÇÕES DOS NOTÁRIOS E DOS OFICIAIS DE REGISTROS DE IMÓVEIS E DE SEUS PREPOSTOS
(Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

Art. 109. A prova do pagamento do ITBI e a correspondente Certidão Negativa de Débito deverão ser exigidas pelos escrivães tabeliães, oficiais de notas, de registro de imóveis e de registro de tpitulos e documentos, seus prepostos e serventuários da justiça, quando da prática de atos que importem atransmissão de propriedade de bens imóveis ou de direito a eles relativos, dentre os quais a lavratura, registro ou averbação, bem como suas cessões ou permutas, inclusive a lavratura de contratos de compra e venda de bens imóveis ou direitos a ele relativos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 1º Não será redigido, lavrado, registrado, inscrito ou averbado nenhum termo, contrato ou praticado qualquer ato relacionado ou que importe em reconhecimento de titularidade ou transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, cessões ou permuta, inclusive, sem que os interessados apresentem: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - Certidão Negativa de Débito que comprove a quitação dos impostos de competência do município, incidentes sobre o imóvel; e (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - Comprovante de pagamento do ITBI através do documento de arrecadação original, ou o comprovante de reconhecimento administrativo, da não incidência, da imunidade, ou isenção do ITBI, nos casos previstos em lei; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
§ 2º Em quaisquer dos casos assinalados nos incisos I e II do § 1º do caput deste artigo, deverá ser efetuada a transcrição no instrumento respectivo, de seu inteiro teor. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 3º Os oficiais de Registro de Imóveis, tabeliães, escrivães, notários, ou seus prepostos, deverão fazer expressa referência no contrato, instrumento, termo ou escritura: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - do Documento de Arrecadação de Tributos Municipais DAM e à quitação do ITBI; ou (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - ao documento firmado pela Administração Tributária Municipal que conferiu a existência e reconhecimento de imunidade, isenção ou não incidência de ITBI. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 4º A providência relativa ao disposto no § 3º, deste artigo, aplica-se no caso de escrituras lavradas em outros municípios, quando efetuada a transcrição do respectivo registro no cartório de origem do imóvel, e no caso de escrituras lavradas em cartório distinto do cartório de origem do imóvel, este deverá arquivar cópias autênticas dos documentos citados nos incisos I e II, do § 3º, deste artigo. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 5º Os oficiais de Registro de Imóveis, tabeliães, notários, ou seus prepostos, deverão verificar e informar ao Fisco sobre: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - ocultação da existência de frutos pendentes e outros bens ou direitos tributáveis, transmitidos juntamente com a propriedade; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - falsidade em documentos, no todo ou em parte, quando verificada que a pessoa jurídica gozou do benefício destinado a quem desenvolve atividade preponderante de compra e venda, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil, bem como cessão de direitos relativos a sua aquisição; e (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - falsidade de documento que instruiu a dispensa do pagamento do ITBI, seja pelo reconhecimento de imunidade, isenção ou não incidência. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 110. Os escrivães, tabeliães, oficiais de notas, de registro de imóveis e de registros de títulos e documentos, seus prepostos e os serventuários da justiça não poderão embaraçar a fiscalização do ITBI, pela Secretaria da Fazenda do Município, obrigando-se a: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - facilitar e facultar o exame, em cartório, dos livros, registros, autos, documentos e papéis que interessem à arrecadação do tributo; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - fornecer aos agentes do Fisco, competentes à fiscalização do ITBI, quando solicitada, certidão dos atos lavrados, transcritos, averbados, inscritos ou registrados, concernentes a imóveis ou direitos a eles relativos; e (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - fornecer, na forma regulamentar, dados relativos às guias de recolhimento que lhes foram apresentadas. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 110-A. Os serventuários de Cartório de Registro de Imóveis ficam obrigados a fazer comunicação à Secretaria da Fazenda do Município dos documentos que foram registrados, anotados ou averbados em seus cartórios e que caracterize: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - ocorrência do fato gerador do ITBI independentemente de seu valor; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - mudança de titularidade do imóvel; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - alteração de área ou benfeitorias no imóvel; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
IV - gravame no imóvel. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. Constará na relação a que se refere o caput deste artigo o seguinte: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - identificação do imóvel, número da inscrição imobiliária, o valor da transmissão, da cessão ou da permuta; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - nome, CPF e endereço do transmitente, do adquirente, do cedente, do cessionário e dos permutantes, conforme o caso; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

III - o valor do imposto recolhido, a data de pagamento e a instituição arrecadadora; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
IV - o número do processo de ITBI que serviu de base para emissão da guia de ITBI. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 1º A comunicação prevista no caput deve ser individual para cada imóvel e entregue até o último dia útil do mês subsequente ao do registro, anotação ou averbação. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 2º A comunicação constante do caput do artigo poderá se dar através da entrega de cópia de Declaração sobre Operações Imobiliárias - DOI, conforme modelo estabelecido pela Receita Federal do Brasil. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
§ 3º Caso a opção seja pela entrega da DOI, o prazo de entrega será no primeiro dia útil do mês subsequente ao da obrigação de entrega à Receita Federal do Brasil. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 110-B. A falta de comunicação ou a não entrega da Declaração sobre Operações Imobiliárias – DOI, sujeitará a aplicação de multa no valor de: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - 473 (quatrocentos e setenta e três) UFMs, por mês não entregue; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - 180 (cento e oitenta) UFMs, por entrega fora do prazo. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. O descumprimento das obrigações acessórias sujeitará o contribuinte ou responsável ao pagamento de multa estabelecida neste Código, e na forma que dispuser o regulamento. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

TÍTULO IV
DAS TAXAS

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 111. As taxas têm como fato gerador o exercício regular de poder de polícia administrativa ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

CAPÍTULO II
DAS TAXAS PELO EFETIVO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA

SEÇÃO I
DAS TAXAS DE LICENÇA – TL

Art. 112 - Constitui fato gerador das taxas de licença o regular exercício do poder de polícia do Município, mediante a prática de atos administrativos de vigilância, inclusive de natureza sanitária e fiscalização, tendentes ao cumprimento da legislação a que se submete qualquer pessoa física ou jurídica que se localize ou exerça atividade dentro do território do Município.
Art. 113. Sujeitam-se à incidência das taxas decorrentes do efetivo exercício do poder de polícia administrativa:
I - a localização de qualquer estabelecimento no território do município;
II- o funcionamento de qualquer estabelecimento localizado no território do município;
III - o exercício do comércio eventual ou ambulante no território do município;
IV - a utilização de qualquer meio de publicidade;
V - a instalação de máquinas e motores;
VI - a utilização de máquinas e motores;
VII - a ocupação de área, com bens móveis ou imóveis, a título precário, em via, terrenos e logradouros públicos;
VIII - a execução de obras ou serviços de engenharia, ressalvados os de responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios;
IX - O exercício de atividades mercantis de interesse da saúde, na forma prevista no Anexo IX desta Lei.

SEÇÃO II
DA ISENÇÃO

Art. 114. São isentos do pagamento das Taxas:
I - de localização e de funcionamento:
a) os órgãos da Administração Direta da União e do Estado;
b) os órgãos de classe, as entidades religiosas, as instituições de assistência social, as escolas primárias sem fins lucrativos, os partidos políticos, as agremiações carnavalescas, as associações de bairro e os clubes de mães;
c) profissional autônomos, devidamente inscrito no Cadastro de Contribuintes;
d) o contribuinte que, exercendo atividade incompatível com zona de preservação, definida pela legislação em vigor, dela se transferir para outro local, pelo prazo de 01 (um) ano, contado a partir da transferência.
e) as associações desportivas sem fins lucrativos.
II - de execução de obras e serviços de engenharia:
a) serviços de limpeza e pintura;
b) construção de passeios, calçadas e muros;
c) construções provisórias destinadas à guarda de material no local da obra;
d) construção ou reforma de casa própria de servidor público municipal que outra não possua.
III - para execução de obras particulares:
a) os serviços de limpeza e pintura de prédios, muros ou grades;
b) as construções de passeios e calçadas quando do tipo aprovado pela Prefeitura;
c) as construções provisórias destinadas à guarda de material quando no local da obra já devidamente licenciada;
d) as construções ou reformas das casas dos servidores da Prefeitura do Moreno.
IV - a utilização dos meios de publicidade:
a) os cartazes, letreiros e prospectos destinados a fins patrióticos, religiosos ou eleitorais;
b) os dísticos ou denominações de estabelecimentos apostos nas vitrines internas;
c) os anúncios através da imprensa, rádio e televisão.
V - para ocupação de áreas em vias, terrenos e logradouros públicos, a título precário, feirantes domiciliados no Município do Moreno, que, prioritariamente, como meio de subsistência, pratiquem agricultura, a pesca e outras formas de coletas de produtos, pondo os excedentes à venda em feiras livres, por eles ou seus familiares.

§ 1º Ficam os contribuintes dispensados do pagamento da Taxa de Licença de Funcionamento e da Taxa de Licença de Utilização de Máquinas e Motores, quando de sua inscrição inicial no Cadastro Mercantil de Contribuinte, respeitado os prazos previstos nesta Lei, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
§ 2º É isenta do pagamento da Taxa de Licença de Utilização de meios de publicidade em geral, a aposição de dísticos ou letreiros nas paredes e vitrines internas desde que recuados 03 (três) metros do alinhamento do imóvel.
§ 3º A isenção de que trata o inciso I, alínea "b" deste artigo, dependerá de prévio reconhecimento pelo Secretário de Finanças e Administração, podendo delegar.
§ 4º As isenções de que trata este artigo não desobrigam o contribuinte do cumprimento das obrigações acessórias.
Art. 115. As isenções condicionadas serão solicitadas em requerimento instruído com as provas de cumprimento das exigências necessárias para sua concessão, devendo ser apresentadas previamente à sua concessão, conforme dispuser o regulamento.
Parágrafo único. A documentação apresentada com o primeiro pedido de isenção poderá servir para os demais exercícios, devendo o requerimento de renovação de isenção referir-se àquela documentação.

SEÇÃO III
DO CONTRIBUINTE

Art. 116. O sujeito passivo das taxas, cobradas em razão do efetivo e regular exercício do poder de polícia do Município, é a pessoa física ou jurídica que lhe der causa.

SEÇÃO IV
DA BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS

Art. 117. A base de cálculo das taxas de licenças cobradas em razão do regular exercício do poder de polícia é o custo estimado resultante da prática de atos administrativos tendentes à concessão de licenças para realização de atividades e sua fiscalização.
Art. 118. O cálculo das taxas de licença será operado com base nas tabelas que acompanham cada espécie tributária a seguir, levando em conta os períodos, critérios e alíquotas nelas indicados e serão cobrados de acordo com os Anexos VII.A, VII.B, VII.C, VII.D, VII.E, VII.F e VII.G desta Lei.

SEÇÃO V
DO LANÇAMENTO

Art. 119. As taxas de licença poderão ser lançadas em conjunto ou isoladamente, inclusive com outros tributos, desde que constem do documento de arrecadação os elementos distintivos de cada espécie e os respectivos valores.

SEÇÃO VI
DO PAGAMENTO

Art. 120. As taxas de licença serão pagas antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município, devendo-se efetuar na rede bancária autorizada e mediante o Documento de Arrecadação Municipal – DAM, nos prazos estabelecidos neste Código e no Calendário Fiscal do Município.

SEÇÃO VII
DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO – TFF
(Redação dada pela Lei Complementar Nº 744, de 2024)

Art. 121. A Taxa de Fiscalização do Funcionamento – TFF tem como fato gerador o exercício do poder de polícia para a fiscalização dos estabelecimentos existentes neste Município, quanto ao cumprimento das normas administrativas constantes das leis municipais relativas ao uso e ocupação do solo, à higiene, aos costumes, à tranquilidade e segurança pública e as normas edilícias, de saúde pública e ambientais. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 1º Considera-se temporária a atividade que é exercida em determinados períodos do ano, especialmente durante festividades ou comemorações, em instalações precárias ou removíveis, como balcões, barracas, mesas e similares, assim como em veículos.
§ 2º A Taxa de Licença de Localização também é devida pelos depósitos fechados destinados à guarda de bens.
§ 3º As antenas responsáveis por emissões de radiações eletromagnéticas não ionizantes, utilizadas no exercício das atividades de propagação de sinais de diversos, no caso das estações de rádio base (ERB'S), as micro células de telefonia celular e equipamentos afins, dar-se o Alvará de funcionamento, mediante pagamento individual da taxa de licença de funcionamento por antena, mesmo sendo antenas pertencentes a única empresa emissora, que serão cobrados na forma prevista do Anexo. VIH – Projetos Especiais. (Redação dada pela Lei nº 563 de 2017).
§ 4º Inclui-se na incidência da TFF o exercício de atividades decorrentes de profissão, arte, ofício ou função. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 122. Para efeito de aplicação deste artigo. Considera-se estabelecimento o local privado ou público, edificado ou não, móvel ou imóvel, próprio ou de terceiros, onde a entidade exerce suas atividades em caráter temporário ou permanente ou onde se encontram armazenadas mercadorias, incluindo as unidades auxiliares Sede Escritório Administrativo, Depósito Fechado, Almoxarifado, Oficina de Reparação, Garagem, Unidade de Abastecimento de Combustíveis, Posto de Coleta, Ponto de Exposição, Centro de Treinamento, Centro de Processamento de Dados, ou ainda que residencial, de exercício de qualquer das atividades nele abrangidas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§1º (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§2º (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 3º (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§4° (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. Consideram-se estabelecimentos distintos, para efeito de incidência da Taxa: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de negócio, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - os que embora sob as mesmas responsabilidades e ramo de negócio, estejam situados em locais diferentes. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 123. Considera-se ocorrido o fato gerador da Taxa de Fiscalização do Funcionamento: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - na data de início de funcionamento do estabelecimento, relativamente ao primeiro ano; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - em 1º (primeiro) de janeiro de cada exercício, nos anos subsequentes. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).

III - na data da mudança de estabelecimento que implique novo enquadramento na tabela constante do Anexo VII.A deste Código. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 124. As Taxas de Fiscalização do Funcionamento – TFF, será calculada e cobrada na forma prevista no Anexo VII.A desta Lei. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. Nos casos de estabelecimentos comerciais, sociais ou prestação de serviços, previstos no item I do VII.A que ultrapassem o limite de 1000m² da área da unidade, será utilizada como base para eventual cálculo da fração excedente, o valor de 200 UFM, obedecendo o limite de 750 UFM para fins de cobrança da taxa prevista no caput deste artigo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 124-A. Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica que exerça qualquer atividade em estabelecimento localizado neste Município. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO VIII
DA TAXA DE LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DE COMÉRCIO AMBULANTE

Art. 125. Qualquer pessoa que queira exercer o comércio eventual ou ambulante poderá fazê-lo mediante prévia licença e pagamento da taxa de licença para o exercício do comércio eventual ou ambulante.
§ 1º Considera-se comércio eventual ou ambulante o exercido individualmente, sem estabelecimento, instalações ou localização fixa, com características eminentemente não sedentárias.
§ 2º A inscrição deverá ser permanentemente atualizada, sempre que houver modificação nas características do exercício da atividade.
Art. 126. Ao comerciante eventual ou ambulante que satisfazer as exigências regulamentares, será concedido um cartão de habilitação contendo as características essenciais de sua inscrição, a ser apresentada, quando solicitado.
Art. 127. Respondem pela taxa de licença para o exercício de comércio eventual ou ambulante as mercadorias encontradas em poder dos vendedores, mesmo que pertençam a contribuintes que hajam pago a respectiva taxa.
Art. 128. A taxa de licença para o exercício do comércio, eventual ou ambulante é anual e será recolhida de uma só vez, antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município, na seguinte Conformidade:
I - total, se a atividade se iniciar no primeiro semestre;
II - pela metade, se a atividade se iniciar no segundo semestre.
Art. 129. A licença para o exercício do comércio eventual ou ambulante poderá ser cassada e determinada a proibição do seu exercício a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições que legitimaram a concessão da licença, quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumpriu as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do exercício de sua atividade.
Art. 130. A Taxa de Licença para o exercício do comércio eventual ou ambulante, é devida de acordo com o Anexo VII.B desta Lei.

SEÇÃO IX
DA TAXA DE LICENÇA PARA UTILIZAÇÃO DE MEIOS DE PUBLICIDADE

Art. 131. A publicidade levada a efeito através de quaisquer instrumentos de divulgação ou comunicação de todo tipo ou espécie, processo ou forma, inclusive as que contiverem apenas dizeres, desenhos, siglas dísticos ou logotipos indicativos ou representativos de nomes, produtos, locais ou atividades, mesmo aqueles fixados em veículos, fica sujeito à prévia licença da Prefeitura e ao pagamento antecipado da taxa de licença para utilização de meios de publicidade.
Parágrafo único. Nos exercícios subsequente a que se refere este artigo pagarão anualmente de acordo com o Calendário Fiscal do Município, a Taxa de renovação da Licença para utilização de qualquer meio de publicidade.
Art. 132. Respondem pela observância das disposições desta Seção todas as pessoas físicas ou jurídicas, às quais, direta ou indiretamente, a publicidade venha a beneficiar.
Art. 133. O pedido de licença deverá ser instruído com a descrição da posição da situação das cores, dos dizeres, das alegorias e de outras características do meio de publicidade, de acordo com as instruções e regulamentos respectivos.
§ 1º Quando o local em que se pretender colocar o anúncio não for de propriedade do requerente, deverá esse juntar ao requerimento a autorização do proprietário.
§ 2º Nos instrumentos de divulgação ou comunicação deverá constar, obrigatoriamente, o número de identificação fornecido pela repartição competente.
Art. 134. A publicidade escrita fica sujeita a revisão da repartição competente.
Art. 135. A Taxa de Licença para Utilização de Meios de Publicidade - TLUMP, é devida de acordo com o Anexo VII.C, desta Lei.

SEÇÃO X
DA TAXA DE LICENÇA PARA INSTALAÇÃO E PARA UTILIZAÇÃO DE MÁQUINAS E MOTORES

Art. 136. Qualquer pessoa física ou jurídica que queira instalar máquinas e motores, está sujeita à prévia licença da Prefeitura e ao pagamento antecipado das taxas de licença para instalação e para utilização de máquinas e motores.
Art. 137. As licenças serão concedidas anualmente mediante prévio exame das instalações, inclusive para sua renovação.
§ 1º A taxa de licença para instalação de máquinas e motores será recolhida de uma só vez, proporcionalmente, antes da instalação das máquinas e motores.
§ 2º Nos exercícios subsequentes à instalação, o contribuinte pagará anualmente, de acordo com o Calendário Fiscal do Município, a taxa de renovação da licença para utilização de máquinas e motores.
Art. 138. As Taxas de Licença para Instalação e para Utilização de Máquinas e Motores, são devidas de acordo com o Anexo VII.D desta Lei.

SEÇÃO XI
DA TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE ÁREA EM BENS MÓVEIS OU IMÓVEIS, A TÍTULO PRECÁRIO, NAS VIAS, TERRENOS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 139. Qualquer pessoa que ocupe área com bens móveis ou imóveis a título precário, em vias, terrenos e logradouros públicos, estará sujeito a prévia licença da Prefeitura e ao pagamento antecipado da taxa.
Parágrafo único. A licença será concedida mediante prévio exame do local e das instalações.
Art. 140. A Taxa de Licença para Ocupação de Área em Bens Móveis ou Imóveis - TLOABMI-, a título precário, nas vias, terrenos e logradouros públicos é devida de acordo com o Anexo VII.E, desta Lei.

SEÇÃO XII

DA TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Art. 141. Qualquer pessoa física ou jurídica que queira construir, reconstruir, reformar, reparar, acrescer ou demolir edifícios, casas edículas, muros, grades, guias e sarjetas, assim como proceder ao parcelamento do solo urbano, à colocação de tapumes ou andaimes, e quaisquer outras obras em imóveis, está sujeita à prévia licença da Prefeitura e ao pagamento antecipado da taxa de licença para execução de obras.
§ 1º A licença só será concedida mediante prévio exame e aprovação das plantas ou projetos das obras, na forma da legislação urbanística aplicável.
§ 2º A licença terá período de validade fixado de acordo com a natureza, extensão e complexidade da obra.
Art. 142. A Taxa de Licença para Execução de Obras – TLEO é devida conforme a natureza, extensão e complexidade da obra, de acordo com os Anexos VII.F e VII.G, desta Lei.

SEÇÃO XIII
DA TAXA DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL (TFA)
(Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
SUBSEÇÃO I
DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR
(Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

Art. 142-A. A Taxa de Fiscalização Ambiental (TFA) tem com fato gerador o efetivo exercício do poder de polícia administrativa no que diz respeito ao exame e à fiscalização de empreendimentos que possam criar condições ambientais nocivas ou ofensivas à saúde, à segurança e ao bem estar públicos e, em especial, evitar a poluição ambiental, poluição sonora, destruição da flora, fauna, de recursos hídricos e minerais, em cumprimento às determinações legais vigentes. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SUBSEÇÃO II
DO CONTRIBUINTE
(Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

Art. 142-B. O sujeito passivo da taxa é o interessado na aprovação de projetos com vistas aos seguintes empreendimentos: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - extração e tratamento de minerais; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - atividades industriais; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - serviços de reparação, manutenção e conservação ou qualquer tipo de atividade comercial que utilize processos ou operações de cobertura de superfícies metálicas e não metálicas, bem como de pintura ou serviços galvanotérmicos, excluindo serviços de pintura de edificações e similares; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
IV - atividades que utilizem combustíveis sólidos, líquidos ou gasosos para fins comerciais ou de serviços, excetuados os serviços de transporte de passageiros e cargas; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
V - atividades que utilizem incineradores ou outro dispositivo para queima de lixo e materiais ou de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
VI - hospitais e casas de saúde, laboratórios radiológicos, de análises clínicas e estabelecimentos de assistência médico-hospitalar; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
VII - clínicas e hospitais veterinários; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
VIII - atividades que utilizem materiais radioativos. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. O requerimento para obtenção da licença deve ser encaminhado pelo interessado ao órgão competente da Prefeitura para exame do pedido antes do início da execução de quaisquer projetos de empreendimentos mencionados no caput deste artigo. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 142-C. O interessado na obtenção da licença deverá anexar ao requerimento as seguintes informações: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - nome/razão social do empreendimento; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - endereço completo; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - nome, RG profissional, endereço completo do responsável pela firma; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
IV - área total da propriedade, área construída e área utilizável para atividade ao ar livre; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
V - descrição sucinta das atividades a serem desenvolvidas nas áreas livres construídas; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
VI - relação das matérias-primas utilizadas no empreendimento, tanto as que entram na fabricação do produto final como também as auxiliares ao processo de fabricação, e as quantidades médias mensais; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
VII - relação das máquinas e equipamentos, quantidade, tipo e características das máquinas; (Incluído pela Lei nº 744, de Dezembro de 2024).
VIII - formas de armazenagem das matérias-primas, das matérias auxiliares e produtos elaborados, métodos de segurança utilizados e formas de carga e descarga; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
IX - combustíveis utilizados para queima e quantidades médias mensais; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
X - os sistemas de limpeza utilizados no empreendimento nas várias fases do processo de fabricação; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
XI - os sistemas de tratamento dos resíduos sólidos, líquidos e gasosos; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
XII - o número de funcionários do setor administrativo e do setor produtivo, assim como o período de trabalho do setor produtivo; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
XIII - no caso de utilização de material radioativo, o projeto aprovado pelo órgão federal de fiscalização. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. A autorização, quando concedida, será manifestada através de Carta de Anuência Ambiental que deverá ser apresentada à fiscalização sempre que solicitado. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 142-D. A Taxa de Fiscalização Ambiental - TFA, será calculada e cobrada na forma prevista no Anexo VII.H desta Lei. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SUBSEÇÃO III
DO PROCEDIMENTO E DAS INFRAÇÕES
(Incluída pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

Art. 142-E. Constituem infrações os atos cometidos por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, sejam elas autoras diretas ou indiretas, pelo dano que causarem ao meio ambiente e a terceiros por sua atividade, independentemente de culpa, passíveis de aplicação das seguintes penalidades: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - Início da execução do projeto sem a obtenção da autorização, multa de 100 (cem) a 200 (duzentos) UFMs; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - Execução do projeto em desacordo com as normas municipais vigentes: multa de 250 (duzentos e cinquenta) a 500 (quinhentos) UFMs; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - Construção irregular em Área de Preservação Permanente, Área de Proteção Ambiental ou Mananciais, multa de 1.000 (um mil) a 250.000 (duzentos e cinquenta mil) UFMs; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
IV - Maus tratos de animais, multa de 50 (cinquenta) a 500 (quinhentos) UFMs; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 1º Em casos de debilidade permanente, aplicar-se-á multa de 2.000 (dois mil) a 5.000 (cinco mil) UFMs. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 2º Em casos em que o resultado seja a morte do animal, aplicar-se-á multa de 7.000 (sete mil) a 10.000 (dez mil) UFMs. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
V - Supressão de vegetação nativa, multa de 1.000 (Hum mil) a 100.000 (Cem mil) UFMs (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
VI - Poluição (atmosférica, hídrica, de solo ou sonora), multa de 100 (cem) a 100.000 (Cem mil) UFMs (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 142-F. As infrações de que tratam o Artigo anterior, bem como às normas e os padrões de exigências técnicas ambientais serão classificadas, para fins de imposição e gradação de penalidade, em: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - leves: as infrações que coloquem em risco a saúde, a biota e os recursos naturais, que não provoquem alterações significativas ao meio ambiente ou que resultem de ações eventuais; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - graves: as infrações que venham causar dano à saúde, à segurança, à biota, ao bem- estar da população e aos recursos naturais, alterando significativamente o meio ambiente; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - gravíssimas: as infrações que venham causar perigo iminente à saúde, à segurança, à biota, ao bem-estar da população, aos recursos naturais e que causem danos irreparáveis ou de difícil reparação ao meio ambiente, alterando-o significativamente. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo Único. As infrações classificadas como gravíssimas, dispostas no inciso III, apuradas mediante procedimento fiscal, poderão ser majoradas em até 100% (cem por cento), a depender dos danos ou perigos causados a população ou ao meio ambiente. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 142-G. As infrações ambientais serão apuradas em processo administrativo que se inicia com a lavratura do Auto de Infração, cabendo recurso, observados o rito e os prazos a serem estabelecidos através de atos complementares de regulamentação. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

CAPÍTULO III
DAS TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS

SEÇÃO I
DA TAXA DE COLETA, REMOÇÃO E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES – TRSD
(Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SUBSEÇÃO I
DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 143. A Taxa de Coleta, Remoção e Destinação de Resíduos Sólidos Domiciliares – TRSD tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial dos serviços divisíveis de coleta, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares de fruição obrigatória prestados em regime público dentro do território do Município. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - (Revogado pela Lei Complementar Nº 744, de 2024).
II - (Revogado pela Lei Complementar Nº 744, de 2024).
III - (Revogado pela Lei Complementar Nº 744, de 2024).
§ 1º Para efeito desta Lei, são considerados resíduos sólidos domiciliares os resíduos descritos na alínea ´c´ do inciso I do art. 13 da Lei Federal n° 12.305/2010. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 2º Os geradores dos resíduos são responsáveis pelo adequado acondicionamento e sua oferta para fins de coleta. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 3º São equiparados a resíduos domiciliares, os resíduos de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviço, descritos na alínea “d” do inciso I do art. 13 da Lei Federal n° 12.305/2010, desde que: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
a) caracterizados como não perigosos; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
b) os produzidos no volume máximo de 300 (trezentos) litros por dia e por unidade imobiliária. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 144. Não se configuram como resíduo sólido domiciliar, sujeitos à cobrança de preço público, quando executados por entidade da administração direita ou indireta do Município, os serviços de coleta, remoção e destinação final de: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - Resíduos de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviço: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
a) caracterizados como perigosos; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
b) produzidos em volume superior a 300 (trezentos) litros por dia e por unidade imobiliária. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II -Resíduos do serviço público de saneamento básico, conforme disposto na alínea “e” do inciso I do art. 13 da Lei Federal Nº 12.305/2010; (Redação dada pela Lei Complementa nº 744, de 2024).
III - resíduos industriais, conforme disposto na alínea “f” do inciso I do art. 13 da Lei Federal Nº 12.305/2010; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
IV - resíduos de serviços de saúde, conforme disposto na alínea “g” do inciso I do art. 13 da Lei Federal n° 12.305/2010; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
V - resíduos da construção civil, conforme disposto na alínea “h” do inciso I do art. 13 da Lei Federal n° 12.305/2010; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
VI - resíduos agrossilvipastoris, conforme disposto na alínea “i” do inciso I do art. 13 da Lei Federal n° 12.305/2010; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
VII - resíduos de transportes, conforme disposto na alínea “j” do inciso I do art. 13 da Lei Federal n° 12.305/2010; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).

VIII - resíduos de mineração, conforme disposto na alínea "k" do inciso I do art. 13 da Lei Federal n° 12.305/2010; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 1º Em nenhuma hipótese o tipo de resíduo referido neste artigo poderá ser acondicionado juntamente com os resíduos sólidos domiciliares. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 2º Ocorrendo o descumprimento do disposto no § 1º, os resíduos não serão recolhidos, sujeitando-se o infrator às penalidades previstas no Código de Posturas do Município. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
Art. 145. O custo despendido com a atividade da limpeza pública será dividido proporcionalmente às áreas ou testadas dos imóveis, situados em locais em que se dê a atuação da Prefeitura.
Art. 145-A. O fato gerador da TRSD ocorre na disponibilização aos usuários para fruição e/ou efetiva execução do serviço de coleta, remoção e destinação de resíduos sólidos domiciliares. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SUBSEÇÃO II
DA ISENÇÃO

Art. 146. São isentos da Taxa de Coleta, Remoção e Destinação de Resíduos Sólidos Domiciliares - TRSD: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - o contribuinte possuidor de imóvel considerado mocambo, conforme dispuser o Poder Executivo;
III - o contribuinte possuidor de um único imóvel, com área construída até 60 (sessenta) metros quadrados, que nele resida, outro não o possuindo o cônjuge, o filho menor ou maior inválido, e não tenha renda mensal familiar superior ao valor de dois salários mínimos; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
IV - o imóvel objeto de locação contratada diretamente pelo Município para instalação e funcionamento de unidade administrativa de interesse do serviço público, durante o prazo de vigência do Contrato.
V - o imóvel objeto de locação contratada diretamente pela Câmara Municipal para instalação e funcionamento de unidade administrativa de interesse do Poder Legislativo , durante o prazo de vigência do Contrato;
VI - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
VII- (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
VIII - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 1º (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 2º (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SUBSEÇÃO III
DO CONTRIBUINTE
(Incluída pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

Art. 146-A. O sujeito passivo da Taxa é o proprietário, o titular do domínio útil, o possuidor, concessionário ou autorizados pelo uso dos seguintes bens ou equipamentos que produzam resíduos sólidos domiciliares: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - unidade imobiliária edificada ou não, residencial ou não, lindeira ou não à via ou logradouro público; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - barraca, banca, quiosque, box e similares que explore atividade em logradouros públicos ou em equipamento público. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SUBSEÇÃO IV
DA BASE DE CÁLCULO
(Incluída pela Lei Complementar Nº 744, de 2024).

Art. 146-B. A base de cálculo da Taxa é o custo dos serviços de coleta, remoção, tratamento e destinação final dos resíduos domiciliares, a ser rateado entre os usuários efetivos ou potenciais, em função: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - da área construída, da localização e da utilização do imóvel, tratando-se de unidade imobiliária edificada; (Incluído pela Lei nº 744, de Dezembro de 2024).
II - da área e da localização, tratando-se de unidade imobiliária não edificada; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - da localização, dimensão e da utilização, tratando-se de barraca, banca, quiosque, box e similares. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. A Taxa será calculada conforme os Anexos desta Lei, de acordo com a seguinte fórmula:
TRSD = Fc x Ei x Ui, onde:
Fc - Fator de coleta de lixo, conforme especificado no Anexo XII.A;
Ei - Fator de enquadramento do imóvel em razão da área da unidade, quando edificado, ou área do terreno, quando não edificado;
Ui - Fator de utilização do imóvel, subdividido em residencial; comercial (com e sem produção de lixo orgânico) e pessoas jurídicas de direito público; hotéis, motéis, bares e restaurantes; hospitalar e industrial e terrenos, conforme especificado no Anexo XII.D desta Lei. (Redação dada pela Lei Complementar nº 757, de 2025).

SUBSEÇÃO V
DO LANÇAMENTO
(Incluída pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

Art. 146-C. O lançamento da TRSD será realizado anualmente, em nome do contribuinte, na forma e nos prazos regulamentares. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 1º A taxa poderá ser cobrada isoladamente, em conjunto com o IPTU ou na fatura de consumo de outros serviços públicos, com a anuência da prestadora do serviço. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 2º No caso de construção nova, o lançamento será feito a partir da inscrição da nova unidade imobiliária no cadastro respectivo. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 3° Nos casos de imunidade e isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, o recolhimento da taxa far-se-á isoladamente. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

§ 4º Aplica-se, no que couber, à Taxa de Coleta, Remoção e Destinação de Resíduos Sólidos Domiciliares - TRSD pelos serviços referidos neste artigo os dispositivos desta Lei referentes ao recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 146-D. A Taxa será paga, total ou parcialmente, na forma e nos prazos regulamentares. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. o pagamento da Taxa não exclui o pagamento de: (Incluído pela Lei Complementar º 744, de Dezembro de 2024).
I - preços ou tarifas pela prestação de serviços especiais, tais como remoção de contêineres, entulhos de obras, aparas de jardins, bens móveis imprestáveis, resíduos extraordinários resultantes de atividades especiais, animais abandonados e/ou mortos, veículos abandonados, capina de terrenos, Iimpeza de prédio, terrenos e disposição de resíduos em aterros ou assemelhados; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - penalidades decorrentes da infração à legislação municipal referente à limpeza urbana. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 146-E. A Taxa de que trata o caput do Art. 143, não será inferior, em qualquer caso, a 25 (vinte e cinco) UFM. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. A Taxa não será superior, nos casos de imóveis edificados, a 500 UFM; nem superior a 100 UFM nos casos de imóveis não edificados. (Incluído pela Lei Complementar nº 757, de 2025).

SUBSEÇÃO VI
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES
(Incluída pela Lei Complementar Nº 744, de 2024).

Art. 146-F. São infrações as situações a seguir indicadas, passíveis de aplicação das seguintes penalidades, sem prejuízo das previstas no Código de Posturas: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - a falta de comunicação, no prazo de 30 (trinta) dias, da aquisição de propriedade domínio útil ou posse do imóvel ou de qualquer alteração de dado cadastral que não implique em alteração do valor da taxa; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024)
Penalidade: 30% (trinta por cento) do valor da taxa do exercício, com imposição mínima de 5 (cinco) UFMs e máxima 100 (cem) UFMs; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - a falta de declaração, no prazo de 30 (trinta) dias, do término de reformas, ampliações e modificações de uso do imóvel e qualquer alteração de dado cadastral que implique em alteração do valor da taxa; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Penalidade; 100% (cem por cento) do valor da taxa do exercício, com imposição mínima de R$ l0 UFMs; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
III - o pagamento com insuficiência quando decorrente da falta de declaração de alteração de área de terreno e de construção, de uso e de padrão construtivo do imóvel e qualquer alteração de dado cadastral que implique em mudança no valor da taxa; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Penalidade: 100% (cem por cento) do valor da taxa do exercício, com imposição mínima de RS 20 UFMs. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. A aplicação de multa por descumprimento de obrigação acessória independe de apuração em ação fiscal. (Incluído pela Lei nº 744, de Dezembro de 2024).
Art. 147. (Revogado pela Lei nº 744, de Dezembro de 2024).
Art. 148. (Revogado pela Lei nº 744, de Dezembro de 2024).
Art. 149. (Revogado pela Lei nº 744, de Dezembro de 2024).
Art. 150. (Revogado pela Lei nº 744, de Dezembro de 2024).

SEÇÃO II
DOS PREÇOS PÚBLICOS
(Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SUBSEÇÃO I
DO FATO GERADOR

Art. 151. Os preços públicos de depósito e liberação de bens, animais e mercadorias apreendidas; relativos a cemitérios; de prestação dos serviços administrativos, dos serviços referentes a transporte; de remoção de entulhos, de abate de animais, de aprovação de projetos de construção de obras e de regularização de imóveis prestados pelo Município por não estarem submetidos à disciplina jurídica dos tributos, serão regulados por Ato do Poder Executivo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. Os Serviços Públicos não Compulsórios de Expediente compreendidos na prestação dos serviços administrativos para entidades de educação e assistência social sem fins lucrativos, relativos à emissão de Certidão Negativa de Tributos e multas ficam isentos de pagamento de taxas e emolumentos. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 152. Os Preços Públicos pela Permissão Remunerada de Uso de bens e espaços públicos da Prefeitura Municipal de Moreno compreendem todo e qualquer tipo de uso dos bens e espaços municipais, mediante permissão precária e serão devidos por quem deles se utilizar. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 152-A. Os preços de Permissão Remunerada de Uso de bens e espaços públicos da Prefeitura Municipal de Moreno, por não estarem submetidos à disciplina jurídica dos tributos, serão regulamentados pelo Poder Executivo Municipal. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SUBSEÇÃO II
DO LANÇAMENTO E DO RECOLHIMENTO

Art. 153. Os preços públicos serão lançados, de ofício, sempre que ocorrer a prestação de um dos serviços a que se refere o artigo 151 e recolhidos, nos órgãos arrecadadores, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

TÍTULO V
DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA – CM

CAPÍTULO I
DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL

SEÇÃO I

DO FATO GERADOR

Art. 154. A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização de bem imóvel, resultante da execução de obra pública.
Art. 155. Para efeito de incidência de Contribuição de Melhoria, serão considerados, especialmente, os seguintes casos:
I - abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos de praças e vias públicas;
II - construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;
III - construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;
IV - serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, telefônicas, transportes e comunicações em geral ou de suprimento de gás, funiculares, ascensores e instalações de comodidade pública;
V - serviços de obras de proteção contra secas, inundações, erosão, ressaca e de saneamento e drenagem em geral, diques, cais, desobstrução de barras, portos e canais, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;
VI - aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriação em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

SEÇÃO II
DA ISENÇÃO

Art. 156. São isentos do pagamento da Contribuição de Melhoria os órgãos da Administração Direta da União e do Estado.

SEÇÃO III
DOS CONTRIBUINTES E DOS RESPONSÁVEIS

Art. 157. Contribuinte do tributo é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel beneficiado pela execução de obras públicas, ao tempo do lançamento.
§ 1º A responsabilidade pelo pagamento de tributo transmite-se aos adquirentes do imóvel ou aos sucessores a qualquer título.
§ 2º Responderá pelo pagamento o incorporador ou organizador do loteamento não edificado ou em fase de venda, ainda que parcialmente edificado, que vier a ser beneficiado em razão da execução de obra pública.

SEÇÃO IV
DA BASE DE CÁLCULO

Art. 158. A base de cálculo da Contribuição de Melhoria é o custo da obra.
Art. 159. A Contribuição de Melhoria será calculada mediante o rateio do custo da obra entre os imóveis beneficiados, considerada a sua localização em relação à obra, e proporcionalmente à área construída ou testada fictícia e ao valor venal de cada imóvel, observada, como limite total, a despesa realizada.
Parágrafo único. O valor do tributo será proporcional à valorização e por esta será dimensionado.
Art. 160. O custo da obra terá sua expressão monetária atualizada à época do lançamento, pelos índices de variação nominal estabelecidos na legislação federal.
Art. 161. No custo das obras serão computadas as despesas com estudos, projetos, fiscalização, desapropriação, administração, execução, financiamento e demais gastos necessários à realização das obras.

SEÇÃO V
DO LANÇAMENTO

Art. 162. Antes de iniciada a obra e como medida preparatória do lançamento, o órgão responsável pela execução da obra publicará Edital em jornal de grande circulação, onde constará os seguintes elementos:
I - memorial descritivo do projeto;
II - orçamento do custo da obra;
III - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria;
IV - determinação dos índices de participação dos imóveis para o rateio da despesa, aplicáveis a toda a zona beneficiada ou a cada área diferenciada nela contida.
Art. 163. O Edital a que se refere o artigo anterior poderá ser impugnado no todo ou em parte, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de sua publicação.
§ 1º O requerimento de impugnação será dirigido ao titular do órgão responsável pelo Edital, que responderá no prazo de 30 (trinta) dias.
§ 2º A impugnação não suspende o início nem o prosseguimento das obras, mas se procedente, no todo ou em parte, a administração atenderá o impugnante.
Art. 164. O lançamento do tributo deverá ser feito:
I - quando do início das obras, com base em cálculos estimativos;
II - complementarmente, quando for o caso, imediatamente após a conclusão da obra.
§ 1º O contribuinte será notificado do montante da Contribuição de Melhoria, da forma de pagamento e do prazo de vencimento, através do Documento de Arrecadação Municipal – DAM.
§ 2º Quando, ao término da obra, for verificado que o lançamento por estimativa foi superior ao efetivamente apurado, caberá restituição da diferença paga a maior.
§ 3º Não será objeto do lançamento a contribuição inferior a R$ 30,00 (trinta reais).

SEÇÃO VI
DO RECOLHIMENTO

Art. 165. A Contribuição de Melhoria será recolhida aos órgãos arrecadadores, através do Documento de Arrecadação Municipal – DAM, conforme dispuser o Poder Executivo.
Art. 166. O Poder Executivo, através do Secretário de Finanças e Administração, poderá:
I - conceder o desconto de até 20% (vinte por cento) do tributo, para pagamento antecipado;
II - determinar os prazos de recolhimento por obras realizadas;
III - a requerimento do contribuinte, conceder parcelamento para o recolhimento do tributo.

Art. 167. As parcelas mensais da Contribuição de Melhoria serão corrigidas monetariamente, de acordo com os índices aplicáveis na atualização dos débitos fiscais.
Parágrafo único. O não pagamento de 03 (três) parcelas sucessivas acarretará o vencimento de todo o débito.

TÍTULO VI
DA CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – COSIP
(Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

CAPÍTULO I
DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL

SEÇÃO I
DO FATO GERADOR

Art. 168. A Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP, prevista no art 149-A da Constituição Federal, tem como tal fato gerador o serviço de iluminação pública prestado direta ou indiretamente por esse município. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. O serviço de iluminação pública a ser custeado pela COSIP compreende as despesas com: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - o consumo de energia para iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - a instalação, a manutenção, o melhoramento, a modernização e a expansão da rede de iluminação pública; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - a administração do serviço de iluminação pública; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
IV - Sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
V - outras atividades correlatas. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 168-A. O fato gerador da COSIP ocorre no momento da prestação do serviço de iluminação pública diretamente ou indiretamente pelo Município. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO II
DA BASE DE CÁLCULO E DO VALOR DA COSIP
(Redação dada pela Lei Nº 744, de Dezembro de 2024).

Art. 169. A base de cálculo da COSIP será: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - O valor líquido da fatura de consumo da energia elétrica, para os imóveis edificados com ligação regular e privada ao sistema de fornecimento de energia, limitado aos valores fixados na Tabela de Receita I do Anexo VIII desta Lei Complementar; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - fixa e anual para os imóveis sem ligação regular e privativa ao sistema de fornecimento de energia elétrica em conformidade com a Tabela de Receita II do Anexo VIII. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. Os valores da contribuição são diferenciados conforme a classe de consumidores e a quantidade de consumo medida em Kwh.

Art. 170. A Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP, será cobrada mensalmente pela unidade imobiliária, em conformidade com o Anexo VIII. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO III
DA ISENÇÃO

Art. 171 – São isentos da COSIP: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - os órgãos da administração direta municipal, suas autarquias e fundações; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - as empresas públicas municipais, a iluminação pública municipal e o Poder Público Municipal; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - o titular de unidade imobiliária classificado como residencial ou de consumo próprio que consumir mensalmente até 40 (quarenta) kwh de energia, conforme a Tabela de Receita do Anexo VIII desta Lei Complementar. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
IV - o titular de unidade imobiliária classificado como rural que consumir mensalmente até 300 (trezentos) kwh de energia, conforme a Tabela de Receita do Anexo VIII desta Lei Complementar. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO IV
DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 172. A COSIP será lançada: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - para os sujeitos passivos possuidores de imóveis com ligação regular e privada ao sistema de fornecimento de energia elétrica, mensalmente na nota fiscal de consumo de energia elétrica da empresa concessionária distribuidora de energia elétrica titular da concessão para distribuição de energia no território do Município. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - para os sujeitos passivos possuidores de imóveis não edificados, anualmente, juntamente com o IPTU. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 172-A. Fica a concessionária obrigada a repassar para a conta do Tesouro Municipal o valor da contribuição, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 1º Além da contribuição prevista no Caput deste artigo, a concessionária ficará obrigada a repassar, nos mesmos moldes, os juros de mora, multa moratória e atualização monetária, e demais acréscimos legais, quando deixar de cobrá-la na fatura de energia elétrica. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 2º O atraso no pagamento da COSIP pelo contribuinte, decorrente do atraso no pagamento da nota fiscal/fatura do serviço de energia elétrica, implicará na cobrança dos mesmos acréscimos aplicados pela concessionária, na forma da resolução da ANEEL, em substituição aos acréscimos moratórios previstos nesta Lei Complementar. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 3º Em caso de pagamento em atraso da conta/nota fiscal fatura de consumo de energia elétrica pelo contribuinte, a obrigada à retenção da COSIP deverá repassá-la ao Município com os acréscimos legais cobrados na forma do § 1º. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO V
DO SUJEITO PASSIVO
(Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024)

Art. 173. É contribuinte da COSIP a pessoa física ou jurídica: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - titular da conta de consumo de energia elétrica; (Incluído pela Lei Complementar Nº 744, de 2024).
II - proprietária, titular do domínio útil ou possuidora, a qualquer título, de imóvel edificado ou não, ainda que sem ligação regular, situado neste Município; (Incluído pela Lei Complementar Nº 744, de 2024).
Parágrafo único. (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO V – A
INFRAÇÃO E PENALIDADES
(Incluída pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

Art. 173-A. Considera-se infração o ato do sujeito passivo prestar informação incorreta que interfira no montante da contribuição, sujeitando-se ao pagamento de multa no valor de 30% (trinta por cento) sobre o montante não recolhido. (Incluída pela Lei Complementar Nº 744, de 2024).

SUBSEÇÃO V –B
FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – FUMIP
(Incluída pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 173-B. Fica criado o Fundo Municipal de Iluminação Pública – FUMIP, de natureza contábil e administrado pela Secretaria da Fazenda, e regulamentado por ato do Chefe do Poder Executivo, para o qual deverão ser destinados todos os recursos arrecadados com a COSIP e que deverá, exclusivamente, custear os serviços de iluminação pública previstos nesta Lei. (Incluída pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO VI
DA ATUALIZAÇÃO

Art. 174. Os valores máximos da Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP, definidos no Anexo VIII desta Lei, serão atualizados pelo índice do IPCA estabelecidos nesta Lei. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO VII
DA REMUNERAÇÃO DA CONTRATADA

Art. 175. Fica o Poder Executivo autorizado a remunerar a empresa contratada de que trata o inciso I do parágrafo único do artigo 172 em importância de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor arrecadado em razão do convênio. (Redação dada pela Lei Complementar nº 757, de 2025).

CAPÍTULO II
DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 176. Para fins de inscrição do crédito em Dívida Ativa, após a verificação da inadimplência, em até 60 (sessenta) dias a contar da data do vencimento da fatura, serão consideradas: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - a comunicação do não pagamento efetuada pela concessionária, ou outro documento hábil, que contenha os elementos previstos no artigo 202 e incisos do Código Tributário Nacional; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - a duplicata da fatura de energia elétrica não paga;
III - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO ÚNICA
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 177. Aplica-se à Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP as normas tributárias do Município do Moreno e do Código Tributário Nacional. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024)

LIVRO TERCEIRO
DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

TÍTULO I
DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I
DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I
DAS MODALIDADES DE LANÇAMENTO DOS TRIBUTOS

Art. 178. O lançamento para constituição e exigência do crédito tributário referente aos tributos de competência municipal será efetuado:
I - nas formas e nos prazos previstos para o seu recolhimento, determinados na legislação tributária municipal, referentes a cada um dos tributos:
a) de ofício, pela autoridade competente, nos termos da lei aplicável;
b) por homologação do recolhimento antecipadamente efetuado pelo sujeito passivo da obrigação tributária, procedido pela autoridade fiscal em competente ação fiscal;
II - quando não recolhido na forma e nos prazos estabelecidos na legislação tributária municipal, referentes a cada um dos tributos:
a) de ofício, pela autoridade competente, com base em informação espontaneamente prestada pelo sujeito passivo da obrigação tributária, sujeito a revisão pela autoridade fiscal, excluída a penalidade por infração referente à parte confessada;

b) Notificação Fiscal – NF, de competência exclusiva da autoridade fiscal, nos casos de que trata o artigo 183 desta Lei, quando apurada, em ação fiscal, qualquer ação ou
omissão contrária à legislação tributária municipal, para o fim de determinar o responsável pela infração, o dano causado ao Município e o respectivo valor, indicando-se a sanção aplicável, na hipótese do não cumprimento da exigência fiscal;
c) Auto de Infração - AI, de competência exclusiva da autoridade fiscal, quando apurada, em ação fiscal, qualquer ação ou omissão contrária à legislação tributária municipal, nos casos não compreendidos no inciso anterior, para o fim de determinar o responsável pela infração, o dano causado ao Município e o respectivo valor, propondo-se a aplicação da sanção correspondente.
Art. 179. A comunicação dos lançamentos na forma prevista do artigo 178, inciso I desta Lei será realizada:
I - nos casos de que trata a alínea "a", será efetuada pelo órgão que administre o tributo, por meio da entrega do Documento de Arrecadação Municipal - DAM, entregue no endereço constante dos cadastros municipais, em cada caso e conterá:
a) o nome, endereço e qualificação fiscal dos sujeitos passivos;
b) a base de cálculo, o valor do tributo devido por período fiscal e os acréscimos incidentes, caso não seja recolhido no prazo legal;
c) a intimação para pagamento ou interposição de reclamação contra lançamento, no prazo previsto nesta Lei.
II - nos casos de que trata a alínea "b", será efetuada pela autoridade fiscal, por meio do ciente do
sujeito passivo ou do seu representante legal no termo final de ação fiscal, que conterá:
a) o período fiscalizado;
b) o valor dos recolhimentos antecipadamente efetuados, por período fiscal;
c) a homologação da parte antecipadamente recolhida, que não impede nova verificação fiscal no mesmo período, para fins de apuração de crédito ainda devido;
d) a comunicação de que poderão ser realizadas, a critério do fisco, novas verificações no mesmo ou em outros períodos fiscais, antes de transcorrido o prazo decadencial.
Parágrafo único - Além dos elementos descritos neste artigo, a comunicação do lançamento poderá conter outros para sua maior clareza, a critério da autoridade competente.

SEÇÃO II
DA AÇÃO FISCAL PARA APURAÇÃO E LANÇAMENTO DOS TRIBUTOS (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

Art. 180. As ações ou omissões contrárias à legislação tributária municipal constituem infração, como definida no artigo 214 punível na forma estabelecida pelo artigo 219 e seguintes, todos desta Lei, e serão apuradas de ofício por meio de ação fiscal, para o fim de determinar o responsável pela infração, o dano causado ao Município e o respectivo valor, propondo-se, quando for o caso, a aplicação da sanção correspondente.
Parágrafo único. A ação fiscal para lançamento por homologação dos recolhimentos antecipadamente efetuados pelo sujeito passivo a que se refere o inciso II do artigo anterior, reger-se-á, no que couber, por esta seção.
Art. 181. A ação fiscal, para apuração e lançamento do crédito tributário por infração legislação tributária, nas formas previstas nos incisos I, "b" e II, "b" e "c" do artigo 178 desta Lei, tem início com a lavratura do Termo de Início de Ação Fiscal, do Termo de Apreensão de Bens e Documentos, do Termo de Intimação ao sujeito passivo para apresentação de livros e outros documentos fiscais de interesse da Fazenda Municipal, da Notificação Fiscal e do Auto de Infração ou por qualquer outro ato de autoridade fiscal que caracterize o início da ação, o que excluí a espontaneidade do sujeito passivo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único - O procedimento fiscal será concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado pelo Secretário Executivo da Receita. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO III
DA NOTIFICAÇÃO FISCAL, AUTO DE INFRAÇÃO E AUTORREGULAÇÃO (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

Art. 182. As ações ou omissões contrárias à legislação tributária municipal serão apuradas de ofício mediante notificação fiscal ou auto de infração, para o fim de determinar o responsável pela infração, o dano causado ao Município e o respectivo valor, propondo-se quando for o caso a aplicação da sanção correspondente.
Art. 183. A notificação de lançamento será expedida pelo órgão que administre o tributo ou por funcionário fiscal competente, para o lançamento de crédito de tributos sujeitos a lançamento direto, e conterá: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - o nome, endereço e qualificação do sujeito passivo; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - a base de cálculo, o valor do tributo devido, por período fiscal, e os acréscimos legais; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - a intimação para pagamento ou reclamação contra lançamento, no prazo de 30 (trinta) dias; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
IV - a indicação dos livros e outros documentos que servirem de base à apuração do tributo devido; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
V - a assinatura do sujeito passivo ou de seu representante, com data da ciência ou a declaração de sua recusa; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
VI- a discriminação da moeda; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
VII - a multa a ser aplicada, caso não ocorra, no prazo legal, o pagamento do tributo lançado, ou seja, considerado improcedente a reclamação contra lançamento. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. Verificada qualquer infração, será o contribuinte intimado por meio de notificação fiscal do descumprimento da obrigação tributária para, sem imposição de penalidade por infração, regularizar a situação no prazo de 30 (trinta) dias, inclusive efetuar o recolhimento do tributo, quando for o caso, ou para apresentar impugnação, sob pena de revelia.
Art. 184. O auto de infração, de competência exclusiva da autoridade fiscal, para o lançamento do crédito tributário na forma estabelecida no inciso II, alíneas "b" e "c", do artigo 178 desta Lei, será emitido para a manutenção pela falta de recolhimento, dolosa ou não, de tributos, e a constituição de crédito e penalização pela violação, voluntária ou não, de normas estabelecidas na legislação tributária e conterá: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - o nome, endereço e qualificação e atividade econômica do sujeito passivo; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - a data de a hora da lavratura, a base de cálculo, o valor do tributo devido, o período abrangido na apuração do tributo, a base legal, e aos acréscimos legais; (Redação dada pela Lei nº 744, de 2024).
III - a intimação para pagamento ou reclamação contra lançamento, no prazo de 30 (trinta) dias;
IV - a indicação dos livros e outros documentos que servirem de base à apuração do tributo devido;
V- a assinatura do sujeito passivo ou de seu representante, com data da ciência ou a declaração de sua recusa;
VI- a discriminação da moeda;
VII- a multa a ser aplicada pela infração apurada.

VIII - A tipificação da infração. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 1º Além dos elementos descritos neste artigo, a notificação fiscal ou o auto de infração poderão conter outros para maior clareza na descrição da infração e identificação do infrator.
§ 2º As omissões ou incorreções constantes do auto de infração não acarretarão a sua nulidade, se presentes estiverem os elementos suficientes à determinação da infração e do infrator.
§ 3º Havendo reformulação ou alteração do auto de infração, os prazos para recurso e de defesa, conforme o caso, serão integralmente devolvidos.
Art. 184-A. A Notificação de Autorregularização, que, sem prejuízo de ação fiscal individual, será utilizada com o objetivo de incentivar a autorregularização, que nesse caso, não constituirá início de procedimento fiscal, e o contribuinte terá prazo de 30 (trinta) dias para proceder a eventuais regularizações fiscais, com incidência apenas dos acréscimos moratórios. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO IV
DO REGISTRO

Art. 185. Após a lavratura da notificação fiscal ou do auto de infração a autoridade fiscal o apresentará para registro, no prazo máximo de 03 (três) dias.

SEÇÃO V
DOS PRAZOS

Art. 186. Os prazos: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - são contínuos e peremptórios, excluindo-se, em sua contagem, o dia do início e incluindo-se o do vencimento; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - só se iniciam ou se vencem em dia de expediente normal do orgão em que corra o processo ou em que deva ser praticado o ato; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - serão de 30 (trinta) dias para: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
a) apresentação de defesa; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
b) elaboração de contestação; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
c) pronunciamento e cumprimento de despacho e decisão; (Incluído pela Lei nº 744, de 2024).
d) resposta à consulta; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
e) interposição de recurso voluntário; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
IV - serão de 15 (quinze) dias para: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
a) conclusão de diligência e esclarecimento; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
b) apresentação de livros, arquivos, documentos, papéis e outros papéis comerciais ou fiscais dos comerciantes, prestadores de serviços, quando solicitados através de Termo de Início de Ação Fiscal ou Termo de Intimação (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
V - serão de 10 (dez) dias para interposição de recurso de ofício; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
VI - não estando fixados, serão 30 (trinta) dias para a prática de ato a cargo do interessado; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
VII - contar-se-ão: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
a) de defesa, a partir da notificação de lançamento de tributo ou ato administrativo dele decorrente ou da lavratura do Auto de Infração e Termo de Intimação; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
b) de contestação, diligência, consulta, despacho e decisão, a partir do recebimento do processo; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
c) de recurso e cumprimento de despacho e decisão, a partir da ciência da decisão. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
VIII - fixados, suspendem-se a partir da data em que for determinada qualquer diligência, recomeçando a fluir no dia em que o processo retornar. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
IX - poderão ser fixados a critério da autoridade fiscal, para acautelar-se de interesse da Fazenda Pública Municipal. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 187. Na ocorrência de motivo de força maior a critério da autoridade competente, os prazos poderão ser prorrogados, no máximo, por igual período. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. Computar-se-ão os prazos excluindo o do dia do começo e incluindo o do vencimento.
Art. 188. (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 1º (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 2º (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 3º (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO VI –A
DA COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
(Incluída pela Lei nº 744, de Dezembro de 2024).

Art. 189. Os atos e as decisões serão comunicados:
I - por intimação pessoal ou a representante, mandatário ou preposto, mediante recibo datado e assinado ou com menção à circunstância de que houve impossibilidade ou recusa em receber;
II- por intimação mediante carta registrada com aviso de recebimento, datado e firmada pelo destinatário ou alguém do seu domicílio;
III- por intimação editalícia.
IV- por meio eletrônico, na forma do regulamento.
§ 1º Presume-se feita a intimação:
I - quando pessoal, na data do recebimento;
II- por carta, na data do recibo, omitida esta, 15 (quinze) dias após a entrega da carta no correio;
III- por edital, 30 (trinta) dias após a data da afixação ou publicação.
§ 2º Os despachos interlocutórios e de mero expediente, que não afetem a defesa do sujeito passivo, independem de intimação.
Art. 189-A. O sistema de comunicação eletrônica, constituído pelo Domicílio Tributário Eletrônico - DTE, constitui-se no meio de comunicação entre a secretaria responsável pela área fazendária do Município e o sujeito passivo, nos termos do Regulamento. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 1º O DTE estará disponível via internet, em ambiente eletrônico do Município. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 2º O cadastramento e a comunicação por meio do DTE é: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - obrigatório, para: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

a) o sujeito passivo de ISS que se encontra obrigado à entrega da Declaração de Serviços Prestados ou Tomados; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
b) o sujeito passivo de tributos municipais ou o cidadão, quando ingressarem com processo ou procedimento no âmbito da Secretaria de Fazenda. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - preferencial, para o sujeito passivo de ISS que não se encontra obrigado à entrega da Declaração de Serviços Prestados ou Tomados; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - facultativo, nos demais casos. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 3º O cadastramento no DTE poderá ser realizado das seguintes formas: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
a) por meio do uso do certificado digital emitido por autoridade certificadora integrante da Infraestrutura e Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
b) por meio de credenciamento na Secretaria de Fazenda que será realizado mediante procedimento no qual esteja assegurada a adequada identificação presencial do interessado, por login e senha, sendo atribuído ao credenciado registro e meio de acesso ao sistema, de modo a preservar a integridade e a autenticidade de suas comunicações. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 4º O DTE será utilizado para cientificar atos, encaminhar notificações e intimações, bem como expedir avisos em geral. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 5º A comunicação será considerada realizada no dia em que o sujeito passivo consultar o seu teor e postergada para o dia útil seguinte, caso a consulta não ocorra em dia útil, ficando registrado no sistema a data e a hora da ciência. Não ocorrendo a consulta no prazo de 30 (trinta) dias do envio da comunicação, ela será considerada automaticamente realizada no término desse prazo. O prazo para defesa iniciará no primeiro dia útil subsequente. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 6º No primeiro acesso ao sistema eletrônico após o envio da notificação eletrônica, o sistema informará ao contribuinte da existência da notificação, da qual deverá tomar ciência. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 7º Quando a comunicação for utilizada para cientificar atos, encaminhar notificações ou intimações, fica excluída a possibilidade de utilização da denúncia espontânea, não se aplicando essa consequência para os casos de expedição de avisos em geral. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 8º A ciência de ato pelo DTE será considerada pessoal, para todos os efeitos legais, dispensando quaisquer outros meios de comunicação. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 9º Não obstante o disposto no parágrafo anterior, é facultado à Secretaria de Fazenda utilizar-se dos demais meios de comunicação de atos, por razões de conveniência ou oportunidade. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO VI-B
DAS CERTIDÕES
(Incluída pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

Art. 190. A CND – Certidão Negativa de Débitos será expedida, no prazo máximo de 10 (dez) dias, pelo órgão competente da Secretaria Executiva da Receita, à vista de requerimento do sujeito passivo, contendo todas as informações necessárias a sua identificação, do domicílio fiscal, do ramo de atividade, e, de forma unificada, dos débitos referentes a todos os tributos, tendo validade de 60 (sessenta) dias. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§1º Para expedir a Certidão Negativa de Débitos, a autoridade competente examinará todos os débitos exigíveis do sujeito passivo para com a Fazenda Municipal, de origem tributária ou não, inscritos ou não em dívida ativa, além da sua situação cadastral, inclusive dos imóveis de sua propriedade, somente podendo expedi-las após a sua regularização e/ou liquidação total dos débitos apurados, sob pena de responsabilidade funcional. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§2º (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 190-A. Será expedida a CPND - Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito se for constatado a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 1º A CPND - Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito surtirá os mesmos efeitos que a CND - Certidão Negativa de Débito. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 2º A CPND - Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito terá validade de 30 (trinta) dias. (Incluído pela Lei nº 744, de Dezembro de 2024).
Art. 190-B. A CPD - Certidão Positiva de Débito será emitida quando for constatado a existência de créditos vencidos e exigíveis; e terá validade de 60 (sessenta) dias. (Incluído pela Lei nº 744, de 2024).
Art. 190-C. A CND - Certidão Negativa de Debito expedida com dolo ou fraude, contendo erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza, pessoalmente, o funcionário responsável pela expedição, pelo crédito tributário e pelos juros de mora acrescidos. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 1º Na expedição de CND - Certidão Negativa de Débito dolosa ou fraudulenta contra a Fazenda Pública, a responsabilidade pessoal, do funcionário responsável, pelo crédito tributário e pelos juros de mora acrescidos, não exclui a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 2º Sem prejuízo das responsabilidades pessoal e criminal, será exonerado, a bem do serviço público, o servidor que expedir Certidão dolosa ou fraudulenta contra a Fazenda Pública Municipal. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

CAPÍTULO II
DA FISCALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS

SEÇÃO I
DA COMPETÊNCIA

Art. 191. Compete a Secretaria de Finanças e Administração, pelos órgãos especializados, a fiscalização do cumprimento as normas da legislação tributária municipal.
Art. 192. A fiscalização será exercida sobre todas as pessoas físicas ou jurídicas, que forem sujeitos de obrigações tributárias, previstas na legislação municipal, inclusive as que gozem de imunidade ou isenção.
Parágrafo único. As pessoas a que se refere este artigo exibirão ao agente fiscalizador, sempre que exigidos, os livros fiscais e comerciais e todos os papéis arquivados, julgados necessários a fiscalização, e lhe franquearão os seus arquivos, estabelecimento, depósitos ou dependências e móveis, a qualquer hora do dia ou da noite, desde que em funcionamento.

Art. 193. O exame de livros e documentos fiscais e/ou contábeis e demais diligências da fiscalização poderão ser repetidos, em relação a um mesmo fato ou período de tempo, enquanto não decaído o direito de proceder ao lançamento do tributo ou à aplicação da penalidade, ainda que o tributo já tenha sido lançado e pago.
Art. 194. Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:
I - os funcionários e servidores públicos;
II - os serventuários da justiça;
III - os tabeliães e escrivães, oficiais de registro de imóveis e demais serventuários de ofícios públicos;
IV - as instituições financeiras;
V - as empresas de administração de bens;
VI - os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;
VII - os síndicos, comissários e liquidatários;
VIII - os inventariantes, tutores e curadores;
IX - as bolsas de valores e de mercadorias;
X - os armazéns gerais, depósitos, trapiches e congêneres;
XI - as empresas de transportes e os transportadores autônomos;
XII - as companhias de seguros;
XIII - os síndicos ou responsáveis por condomínios.
XIV - todas as pessoas, físicas ou jurídicas, estabelecidas ou domiciliadas no Município.
§ 1º A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão do cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.
§ 2º As informações individualizadas sobre serviços prestados a terceiros, necessários a comprovação dos fatos geradores citados no item 15 da lista de serviços constantes no artigo 10 desta Lei, serão prestados pelas instituições financeiras na forma prescrita no inciso IV deste artigo.
Art. 195. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação para qualquer fim, por parte de servidor da Fazenda Municipal, de qualquer informação obtida em razão de ofício, sobre a situação econômica financeira e sobre a natureza dos negócios ou atividades das pessoas sujeitas a fiscalização.
§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo, unicamente os casos de requisição da Câmara Municipal e de autoridade judicial e os de prestação mútua de assistência para fiscalização de tributos e permuta de informações entre os diversos órgãos do Município, e entre a União, Estado, Distrito Federal e outros Municípios.
§ 2º A divulgação das informações, obtidas no exame de contas e documentos, constitui falta grave, punível na forma do Estatuto do Funcionário Público Municipal.
Art. 196. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar Regime Especial de Fiscalização sempre que de interesse da administração tributária.
Parágrafo único. O regime de fiscalização de que trata o "caput" deste artigo será definido em ato do Secretário de Finanças e Administração.
Art. 197. Ficam o sujeito passivo e o terceiro interessado obrigados a apresentar, quando solicitado pelo fisco, os livros e documentos fiscais, contábeis e societários e demais documentos referidos no artigo anterior, importando a recusa em embaraço à ação fiscal.
§ 1º Será conferido ao contribuinte um prazo de, no máximo, 03 (três) dias para exibição de livros e documentos fiscais e contábeis referidos nesta Lei.
§ 2º No caso de recusa de apresentação de livros e documentos fiscais e/ou contábeis ou de quaisquer outros documentos de que trata o parágrafo anterior ou embaraço ao exame dos mesmos, será requerido, por meio do Órgão Competente do Município, que se faça a exibição judicial, sem prejuízo da lavratura da notificação ou auto de infração que couber.
Art. 198 As autoridades da administração fiscal do Município poderão requisitar auxílio de força pública federal, estadual ou municipal, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício das funções fiscais de seus agentes, ou quando necessário a efetivação de medidas previstas na legislação tributária.

SEÇÃO II
DA APREENSÃO E DA INTERDIÇÃO

Art. 199. Poderão ser apreendidos do contribuinte e de terceiros, mediante procedimento fiscal, os livros, documentos e papéis que devam ser do conhecimento da Fazenda Municipal ou que constituam prova de infração à legislação tributária.
Parágrafo único. Serão devolvidos ao contribuinte ou a terceiros, conforme o caso, os livros, documentos e papéis apreendidos que não constituam prova de infração à legislação tributária, quando do término da ação fiscal.
Art. 200. O Secretário da Fazenda determinará a interdição do estabelecimento quando for constatada a prática de atos lesivos à Fazenda Municipal. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO III
DA REPRESENTAÇÃO

Art. 201. Qualquer ato que importe em violação à legislação tributária poderá ser objeto de representação ao Secretário de Finanças e Administração, por qualquer interessado.
Art. 202. A representação será verbal ou por escrito, devendo ser satisfeitos os seguintes requisitos:
a) nome do interessado e do infrator, bem como os respectivos domicílios ou endereços;
b) fundamentos da representação sempre que possível com documentos probantes ou testemunhas.
Parágrafo único. A representação, quando procedida verbalmente, será lavrada em termo assinado por 02 (duas) testemunhas.

SEÇÃO IV
DOS CRIMES CONTRA A FAZENDA MUNICIPAL

Art. 203. Constitui crime de sonegação fiscal, conforme dispõe legislação específica, aplicável ao Município, o cometimento de qualquer ato comissivo ou omissivo tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, o conhecimento por parte da autoridade fiscal:
I - da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, sua natureza ou circunstâncias materiais;
II- das condições pessoais do contribuinte susceptíveis de afetar a obrigação tributária principal ou o crédito tributário correspondente.
Art. 204. Ocorrendo indícios dos crimes de que trata o artigo antecedente, caberá ao Secretário de Finanças e Administração a representação junto à Procuradoria Jurídica do Município para a adoção das medidas cabíveis, de acordo com a legislação específica.

CAPÍTULO III
DO AUDITOR TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

SEÇÃO I
DA COMPETÊNCIA

Art. 205. A fiscalização dos tributos municipais, bem como a orientação fiscal, é de competência privativa da Secretaria da Fazenda e serão exercidas pelo servidor efetivo com atribuições para efetuar lançamento, sobe todas as pessoas físicas ou jurídicas que estiverem obrigadas ao cumprimento da legislação tributária municipal, inclusive as que gozarem de imunidade ou isenção. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. Na falta de servidores efetivos com atribuições de lançamento tributário, serão competentes para proceder à fiscalização dos tributos municipais e exercer, de modo geral, as competências de que trata o Capítulo III, Seção I, desta Lei, o Secretário Executivo da Receita e, por delegação do Chefe do Poder Executivo, servidores efetivos do Município, com nível superior completo. (Redação dada pela Lei nº 744, de Dezembro de 2024).
Art. 206. Aos Auditores Tributários, no exercício de suas funções, será permitido o livre acesso ao estabelecimento do contribuinte de tributos municipais.
§ 1º A recusa ou impedimento ao exercício da faculdade prevista neste artigo importa em embaraço à ação fiscal e desacato à autoridade, sujeitando o infrator às penalidades cabíveis.
§ 2º O Auditor Tributário, diretamente ou por intermédio da autoridade fiscal a que estiver subordinado, poderá requisitar auxílio de força pública Federal, Estadual ou Municipal, quando vítima de embaraço ou desacato no exercício de suas funções fiscais.
§ 3º O Auditor Tributário se identificará mediante apresentação de documento de identidade funcional, fornecido pelo órgão de pessoal da Administração Pública Municipal.
Art. 207. Sem prejuízo da estrita aplicação da Lei e do desempenho de suas atividades, as autoridades fiscais têm o dever de, mediante solicitação, assistir aos sujeitos passivos da obrigação tributária administrando-lhes esclarecimentos e orientando-os sobre a correta aplicação da legislação tributária municipal.
Parágrafo único. Ao sujeito passivo da obrigação tributária, além de poder solicitar a presença da autoridade fiscal, é facultado reclamar à Secretaria de Finanças e Administração contra a falta de assistência de que trata o caput deste artigo, devendo a autoridade competente adotar as providências cabíveis.
Art. 208. Ao Auditor Tributário, responsável pela fiscalização das rendas municipais, cabe ministrar aos contribuintes em geral os esclarecimentos sobre fiel observância desta Lei e demais Leis e regulamentos fiscais, sem prejuízo do rigor e vigilância indispensáveis ao desempenho de suas atividades.
Art. 209. Sempre que necessário, o Auditor Tributário requisitará, através da autoridade fiscal a qual se encontra subordinado, o auxílio e garantias necessárias a execução de seus serviços e das diligências indispensáveis a aplicação das Leis fiscais.
Art. 210. O Auditor Tributário autuante, no caso de impedimento legal, poderá ser substituído por outro, a fim de evitar retardamento no curso do processo.
Art. 211. A divulgação das informações obtidas no exame fiscal e em diligências efetuadas constitui falta grave, punível na forma do disposto em legislação própria.
Art. 212. Constituem instrumentos auxiliares dos livros e documentos fiscais os livros contábeis em geral ou quaisquer outros livros ou documentos exigidos pelo Poder Público e outros papéis, ainda que pertençam a terceiros.

SEÇÃO II
DO AJUSTE FISCAL

Art. 213. A autoridade fiscal fica autorizada a proceder, dentro do mesmo exercício objeto da ação fiscal, ao ajuste dos valores referentes aos períodos em que constatar a falta de recolhimento de determinado tributo, no todo ou em parte, com outros períodos em que o recolhimento foi superior ao devido, conforme estabelecido pelo Poder Executivo.
§ 1º A autorização prevista no caput deste artigo é extensiva ao sujeito passivo, desde que não tenha havido a caducidade do direito à restituição do tributo recolhido a maior, ficando o ajuste sujeito a ulterior homologação pelo Auditor Tributário.
§ 2º O disposto neste artigo não se aplica quando se verificarem indícios de fraude ou sonegação fiscal.

CAPÍTULO IV
DAS INFRAÇÕES À LEGISLAÇÃO

SEÇÃO I
DAS PENALIDADES E DEMAIS COMINAÇÕES LEGAIS

Art. 214. Constitui infração ação ou omissão, voluntária ou não, que importe inobservância, por parte do sujeito passivo ou de terceiro, de normas estabelecidas na legislação tributária. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 1º Será considerado infrator todo aquele que cometer, constranger ou auxiliar alguém a praticar infração, e ainda, os responsáveis pela execução das leis e outros atos normativos baixados pela Administração Municipal que, tendo conhecimento da infração, deixarem de autuar o infrator. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 2º A responsabilidade por infração independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza, extensão e efeitos do ato. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 3º As ações ou omissões contrarias à legislação tributária Municipal serão apuradas em procedimento de ofício por meio de notificação fiscal e posterior lavratura de auto de infração, para o fim de determinar o responsável pela infração, pelo dano causado ao Município e o respectivo valor da infração tributária e não tributária, com a devida sanção correspondente. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 215. Não se procederá contra servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com a orientação ou interpretação fiscal constante de decisão de qualquer instância administrativa, mesmo que, posteriormente venha a ser modificada essa orientação ou interpretação. (Redação dada pela Lei Complementar Nº 744, de 2024).
Parágrafo único. (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 216. Os que, antes do início de qualquer procedimento fiscal administrativo ou medida de fiscalização, procurarem espontaneamente a repartição fiscal competente para sanar irregularidades e, sendo o caso, recolherem de uma só vez ou iniciarem o pagamento parcelado do débito, serão atendidos independentemente de aplicação de penalidades por infração, aplicando-se os acréscimos previstos nos artigos 276, 279 e 280.

Parágrafo único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento fiscal administrativo relacionado com a infração ou aquela que, se for o caso, não tenha sido acompanhada do recolhimento total ou do início do recolhimento parcelado do débito.
Art. 217. A denúncia espontânea do débito tributário, constituído ou não, será acompanhada do pagamento do tributo devido, acrescido de multas de mora, juros e atualização monetária.
Art. 218. As infrações à legislação tributária serão punidas com as seguintes penalidades, separada ou cumulativamente, cuja aplicação e gradação estão definidas no artigo seguinte:
I - multas por infração;
II - proibição de:
a) celebrar negócios jurídicos com os órgãos da administração direta do Município e com suas autarquias, fundações e empresas;
b) participar de licitações;
c) usufruir de benefício fiscal instituído pela legislação tributária do Município;
d) receber quantias ou créditos de qualquer natureza;
e) obter licença para execução de obra de engenharia;
f) obter autorização para parcelamento do solo;
g) obter a concessão de “habite-se” ou “aceite-se”.
III - interdição do estabelecimento;
IV - suspensão ou cancelamento de licença ou de benefícios fiscais.
V - As multas serão calculadas tomando-se como base: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
a) valores fixos calculados com base na Unidade Fiscal Municipal - UFM; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
b) o valor do tributo, corrigido monetariamente. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 1º As multas serão cumulativas quando resultarem, concomitantemente, do não cumprimento de obrigação tributária acessória e principal. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
§ 2º Apurando-se, na mesma ação fiscal, o não cumprimento de mais de uma obrigação tributária acessória pela mesma pessoa, em razão de um só fato, impor-se-á penalidade somente à infração que corresponder à multa de maior valor. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 3º A aplicação de penalidade de qualquer natureza, inclusive por inobservância de obrigação acessória, em caso algum dispensa o pagamento do tributo, dos juros de mora e da atualização monetária, nem a reparação do dano resultante da infração, na forma da legislação aplicável. (Incluído Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 4º A autorização para parcelamento do solo, bem como a concessão de "habite-se" para edificação nova, e de "aceite-se", para imóveis reconstruídos ou reformados. somente serão efetivados pelo órgão competente mediante a prévia quitação dos tributos municipais incidentes sobre os imóveis originários. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 5º Os documentos referidos no parágrafo anterior somente serão entregues aos contribuintes pela Secretaria da Fazenda após a inscrição ou atualização do imóvel no Cadastro Imobiliário. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO II
DAS MULTAS POR INFRAÇÕES

Art. 219. Com base na alínea “a” do inciso V do art. 218 desta Lei serão aplicadas às seguintes multas: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - 50 UFMs, para pessoas físicas e 100 UFMs, para pessoas jurídicas: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
a) quando a pessoa física ou jurídica deixar de inscrever-se nos Cadastros Municipais na forma e prazos previstos na legislação; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
b) quando a pessoa física ou jurídica deixar de comunicar, na forma e prazos previstos na legislação, as alterações dos dados constantes dos Cadastros Municipais, inclusive a baixa; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
c) por deixarem as pessoas, que gozam de isenção ou imunidade de comunicarem, na forma e prazos regulamentares, a venda de imóvel de sua propriedade ou, quando for o caso, o distrato do contrato de locação do imóvel; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
d) por não atender à notificação do órgão fazendário, para declarar os dados necessários ao lançamento do IPTU, ou oferecê-los incompletos; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
e) por deixarem o responsável por loteamento ou o incorporador de fornecer ao órgão fazendário competente, na forma e prazos regulamentares, a relação mensal dos imóveis alienados ou prometidos à venda; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
f) por deixar de apresentar, na forma e prazos regulamentares, a declaração acerca dos bens ou direitos, transmitidos ou cedidos; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
g) por deixar de apresentar, na forma e prazos regulamentares, o demonstrativo de inexistência de preponderância de atividades; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
h) por não registrar os livros fiscais na repartição competente; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - 100 UFMs: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
a) por não possuir livros fiscais na forma regulamentar; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
b) por deixar de escriturar os livros fiscais na forma e prazos regulamentares; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
c) por escriturar em forma ilegível ou com rasuras os livros fiscais; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
d) por deixar de escriturar documento fiscal; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
e) por deixar de reconstituir, na forma e prazos regulamentares, a escrituração fiscal; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
f) por não manter arquivados, pelo prazo de cinco anos, os livros e documentos fiscais; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
g) pela falta de indicação da inscrição municipal nos documentos fiscais; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - 120 UFMs: (Incluído pela Lei nº 744, de Dezembro de 2024).
a) por não possuir documentos fiscais na forma regulamentar; (Incluído pela Lei Complemenar nº 744, de 2024).
b) por deixar de emitir documentos fiscais na forma regulamentar; (Incluído pela Lei Complementar Nº 744, de 2024).
c) pela falta de emissão de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NFS-e, por competência mensal. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
d) por deixar de prestar informações ou fornecer documentos de terceiros, quando solicitados pelo fisco; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
e) por registrar indevidamente documento que gere dedução da base de cálculo do imposto. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
IV – De 250 a 1250 UFMs: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
a) por embaraçar ou impedir a ação do fisco; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
b) por deixar de exibir livros, documentos ou outros elementos, quando solicitados pelo fisco; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
c) por fornecer ou apresentar ao fisco informações ou documentos inexatos ou inverídicos; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

V – De 200 a 600 UFMs por qualquer ação ou omissão não prevista nos incisos anteriores, que importe em descumprimento de obrigação acessória prevista na legislação tributária. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
VI – 10 UFMs, por declaração, por deixar de apresentar as Declarações Mensais no prazo estabelecido na legislação tributária. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 1º O valor das penalidades previstas neste artigo será reduzido em 20% (vinte por cento), se recolhido dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da autuação, como meio de reconhecimento da procedência da ação fiscal. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 2º A autoridade administrativa poderá optar por aplicar penalidade de 05 UFMs pela infração prevista no inciso III, c, em razão de cada NFS-e não emitida, levando em consideração a saúde financeira da empresa, que deverá ser comprovada mediante análise fiscal das documentações pertinentes, a serem requeridas pelo servidor responsável; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO III
DAS MULTAS POR INFRAÇÕES RELATIVAS AO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN

Art. 220. Com base na alínea “b” do inciso V do art. 218 desta Lei, serão aplicadas as seguintes multas: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - de 50% (cinquenta por cento) do valor do tributo omitido, corrigido monetariamente, por infração. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
a) por escriturar os livros fiscais com dolo, má-fé, fraude ou simulação; (Incluído pela Lei Complementar Nº 744, de 2024).
b) por consignar em documento fiscal importância inferior ao efetivo valor da operação; (Incluído pela Lei Complementar Nº 744, de 2024).
c) por consignar valores diferentes nas vias do mesmo documento fiscal; (Incluído pela Lei Complementar Nº 744, de 2024).
d) por qualquer outra omissão de receita, culposa ou dolosa; (Incluído pela Lei Complementar Nº 744, de 2024).
II - de 100% (cem por cento) do valor do tributo indevidamente apropriado, corrigido monetariamente, por infração relativa a: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
a) substituição tributária; (Incluído pela Lei Complementar Nº 744, de 2024).
b) responsabilidade tributária. (Incluído pela Lei Complementar Nº 744, de 2024).
III - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
IV - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
a) - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
b) - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
c) - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
V - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
VI - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
a) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
b) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
c) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
VII - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
VIII - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
IX - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
X - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
XI - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
a) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
b) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
c) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
d) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. A ocorrência de prática reiterada do disposto nas alíneas “a” a “d” do inciso I, em duas (02) ou mais vezes, formalizadas por meio de auto de infração ou notificação, elevará para 100% (cem por cento) a multa estabelecida no inciso I. (Redação dada pela Lei nº 744, de 2024).

SEÇÃO IV
DAS MULTAS POR INFRAÇÕES RELATIVAS AO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – IPTU

Art. 221. (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
a) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
b) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
a) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
b) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
c) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
IV - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO V
DAS MULTAS POR INFRAÇÕES RELATIVAS AO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER-VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS A ELES RELATIVOS – ITBI

Art. 222. (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
a) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
b) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
c) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
d) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

Parágrafo único. (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 223. (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 224. (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 225. (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 226. (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 227. (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 227-A. Fica instituída a UFM - Unidade Fiscal Municipal no Município de Moreno, que servirá como fator para a atualização monetária dos tributos expressos neste Código Tributário em UFM, sendo que os créditos tributários e não tributários não quitados até o final de cada exercício e os créditos dos parcelamentos de débitos fiscais serão atualizados anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou por outro que venha a substituí-lo. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024 e alterado pela Lei Complementar nº 77, de 2025).
Parágrafo único. O valor da UFM – Unidade Fiscal Municipal, para o exercício 2025 será de R$4,00 (quatro reais). (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024 e alterado pela Lei Complementar nº 77, de 2025).
Art. 227-B. A UFM - Unidade Fiscal Municipal será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro que venha a substituí-lo. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024 e alterado pela Lei Complementar nº 77, de 2025).
Art. 227-C. A atualização de que trata o art. 227-B será realizada anualmente, com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, observando-se: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - no ano de 2026 a atualização será representada pela variação do IPCA/IBGE no período de dezembro de 2023 a novembro de 2024, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2025. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - nos anos seguintes a atualização será representada pela variação do IPCA/IBGE no período do mês de dezembro do ano pré-anterior ao mês novembro do exercício anterior, com vigência a partir de 01 de janeiro de cada exercício. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO VII
DA REDUÇÃO DAS MULTAS POR INFRAÇÕES

Art. 228. (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 1º (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
a) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
b) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
c) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
d) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 2º (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
a) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
b) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
c) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
d) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 3º (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
a) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
b) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
c) (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 4º (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO VIII
DAS MULTAS RELATIVAS AS TAXAS DECORRENTES DO EFETIVO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA

Art. 229. As infrações às normas relativas às Taxas Decorrentes do Efetivo e Regular Exercício de Polícia Administrativa, sujeitarão os responsáveis ao pagamento das seguintes multas:
I - multa de 50% (cinquenta por cento) do valor da taxa no caso da não comunicação a Secretaria Executiva da Receita, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da ocorrência do evento, sobre as alterações físicas sofridas pelo estabelecimento;
II- multa de 100% (cem por cento) do valor da taxa, pelo exercício de quaisquer atividades a ela sujeita, sem as respectivas licenças.
§ 1º Sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá ser suspensa ou cancelada a licença do contribuinte nos seguintes casos:
I - recusa sistemática em exibir à fiscalização, livros e documentos fiscais;
II - embaraço à ação fiscal;
III - exercício da atividade de modo contrário ao interesse público.
§ 2º A suspensão, que não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, e o cancelamento, serão Atos do Secretário Executivo da Receita.
§ 3º Fica o contribuinte, durante o período do cancelamento ou suspensão da licença, proibido de exercer a correspondente atividade, ficando, o estabelecimento fechado, quando for o caso.
§ 4º Para execução do disposto neste artigo, o Secretário Executivo da Receita poderá, se necessário, requisitar auxilio de força policial.
§ 5º As multas referentes às infrações ao Código de Obras e Instalações, são as definidas no Anexo X desta Lei.

SEÇÃO IX
DAS MULTAS RELATIVAS AS TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 230. As infrações às normas relativas às taxas de serviços públicos sujeitarão os responsáveis ao pagamento de multa correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor da taxa.

SEÇÃO X
DAS MULTAS RELATIVAS A CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Art. 231. O atraso no pagamento das prestações sujeitará o contribuinte à multa de 20% (vinte por cento) ao mês ou fração de mês, calculados sobre o valor atualizado da parcela, de acordo com os coeficientes aplicáveis na atualização monetária dos débitos fiscais.
Parágrafo único. A falta de pagamento de 03 (três) parcelas sucessivas, sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, implicará no vencimento de todo o débito.

SEÇÃO XI
DA REINCIDÊNCIA

Art. 232. A reincidência em Infração da mesma natureza, será punida com multa em dobro.
Art. 233. Considera-se reincidência a repetição de falta idêntica pelo mesmo contribuinte, anteriormente responsabilizado em virtude de proposição ou aplicação de penalidade pecuniária da mesma natureza nos últimos 05 (cinco) anos, contados do reconhecimento da Infração pelo pagamento ou parcelamento do débito, ou ainda, do trânsito em julgado de Decisão Final de Instância Administrativa.

SEÇÃO XII
DA VEDAÇÃO DA MULTA SOBRE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA

Art. 234. Sempre que apurado, por meio de procedimento de ofício, descumprimento de obrigação tributária acessória, que esteja inserido na caracterização da inadimplência de obrigação principal e implicar no agravamento da correspondente multa por Infração, aplicar-se-á, apenas, a multa correspondente ao descumprimento da obrigação principal.

CAPÍTULO V
DA DÍVIDA ATIVA

Art. 235. Constituem Dívida Ativa do Município e das suas respectivas autarquias, os créditos de natureza tributária e não tributária.
§ 1º Considera-se Dívida Ativa de natureza:
I - tributária, o crédito proveniente de obrigação legal relativa a tributos, multas e demais acréscimos;
II - não tributárias, os demais créditos tais como, contribuições estabelecidas em Lei, multas de qualquer natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, aluguéis, custas processuais, preço de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, alcance dos responsáveis definitivamente julgados, sub-rogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, reposições e restituições oriundas de contratos administrativos, consistentes em quantia fixa e determinada, depois de decorridos os prazos de pagamento, ou de decididos os processos fiscais administrativos ou judiciais.
§ 2º Não exclui a liquidez do crédito, para os efeitos de crédito de natureza tributária e não tributária , a fluência de juros conforme os artigos 289º e 290º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 563 de 2017).
Art. 236. A inscrição do débito em Dívida Ativa de qualquer natureza, que se constitui no Ato de controle administrativo da legalidade, será realizada pela Secretaria Executiva da Receita para apurar a liquidez e certeza do crédito, em livros especiais, na repartição competente.
Parágrafo único. A inscrição do débito em Dívida Ativa far-se-á dentro do prazo prescricional.
Art. 237. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza de liquidez e tem efeito de prova pré-constituída.
Art. 238. O Termo de Inscrição da Dívida Ativa e a respectiva certidão devem indicar, obrigatoriamente:
a) o nome do devedor e dos co-devedores e, sempre que possível o domicílio ou residência de um e de outros;
b) o valor da dívida bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em Lei ou contrato;
c) origem, a natureza do crédito e o fundamento legal ou contratual da divida;
d) a indicação, nos casos em que couber de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para cálculo;
e) a data e o número de inscrição no Livro de Registro da Dívida Ativa;
f) o número do processo administrativo ou fiscal em que se originar o crédito.
§ 1º A Certidão de Dívida Ativa conterá os mesmos elementos do Termo de Inscrição e será assinado pela autoridade competente.
§ 2º O Termo de Inscrição e a Certidão de Dívida Ativa poderão ser preparados e numerados por processamento eletrônico, manual ou mecânico.
§ 3º A omissão de qualquer dos requisitos enumerados, ou erro a eles relativos são causas de nulidade da inscrição em Dívida Ativa dos créditos tributários, podendo a autoridade competente sanar, de ofício, a irregularidade, mediante a substituição da certidão irregularmente emitida.
§ 4º Cessa a competência da Secretaria Executiva da Receita para cobrança do débito com o encaminhamento da Certidão de Dívida Ativa para cobrança judicial, por meio da Procuradoria do Municipal.
Art. 239. Fica a Administração Pública Municipal autorizada a conceder descontos de até 100% (cem por cento) sobre multas e juros para pagamento de créditos tributários inscritos em Dívida Ativa, desde que atenda ao disposto no artigo 14 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.
§ 1º A Administração Pública Municipal fica obrigada à ampla divulgação deste benefício através de campanhas de arrecadação a serem realizadas em caráter geral.
§ 2º Ressalvados os casos estabelecidos neste artigo, ou em dispositivo específico de lei, não se efetuará o recebimento de créditos inscritos na Dívida Ativa com dispensa de multas, juros de mora e correção monetária.
§ 3º Verificada a qualquer tempo, a inobservância do disposto no parágrafo anterior, fica o funcionário responsável, obrigado, além da pena disciplinar a que estiver sujeito, a recolher aos cofres municipais o valor da quantia que houver dispensado.
§ 4º É solidariamente responsável com o servidor quanto à reposição das quantias relativas a redução, a multa, e aos juros de mora mencionados no artigo anterior, a autoridade superior que autorizar ou determinar aquelas concessões, salvo se o fizer em cumprimento de mandado judicial.

CAPÍTULO VI
DA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Art. 240. A prova de quitação dos tributos municipais será feita, quando exigível, por meio de Certidão Negativa de Débitos, que será expedida, no prazo máximo de 10 (dez) dias, pelo órgão competente da Secretaria de Finanças e Administração , à vista de Requerimento do sujeito passivo, desde que contenha todas as informações necessárias à sua identificação, domicílio fiscal e ramos de negócio ou atividade, Localização e caracterização do imóvel, inscrição no Cadastro Imobiliário e Fiscal e o fim a que se destina a certidão.

§ 1º Para expedir a Certidão Negativa de Débitos, a autoridade competente examinará todos os débitos exigíveis do sujeito passivo para com a Fazenda Municipal, de origem tributária ou não, inscritos, ou não, em Dívida Ativa, além da sua situação cadastral, inclusive dos imóveis de sua propriedade ou por ele locados, somente podendo expedi-la após a sua regularização e/ou liquidação total dos débitos apurados, sob pena de responsabilidade funcional.
§ 2º O Requerimento para expedição de Certidão Negativa de Débitos será indeferido se o interessado recusar-se a apresentar provas ou documentos necessários à apuração dos fatos relacionados com a legitimidade do pedido.
§ 3º A Certidão Negativa de Débitos expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabilizará pessoalmente o funcionário que a expedir pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos.
§ 4º O disposto no parágrafo anterior não exclui a responsabilidade criminal e funcional cabíveis.
§ 5º A Certidão Negativa de Debito terá prazo de validade de 30 (trinta) dias a partir da sua expedição.
§ 6º A Administração Pública Municipal não celebrará contrato ou aceitará proposta em concorrência pública sem que o contratante ou proponente faça prova por meio de Certidão Negativa de Débito, expedida pela Secretaria de Finanças e Administração, da quitação de todos os tributos.

LIVRO QUARTO
DO CONTENCIOSO FISCAL ADMINISTRATIVO

TÍTULO I
DO PROCEDIMENTO FISCAL ADMINISTRATIVO

CAPÍTULO I
DA INSTAURAÇÃO SEÇÃO I DO INÍCIO DO PROCESSO

Art. 241. O contencioso administrativo fiscal será instaurado, a requerimento do sujeito passivo, nos seguintes casos:
I - impugnação de lançamento de crédito tributário;
II - pedido de restituição;
III - formulação de consultas;
IV - pedido de revisão de avaliação de bem imóvel.
§ 1º Na instrução do processo fiscal administrativo serão admitidos todos os meios de prova em direito permitidos e observada a organização semelhante à dos autos forenses, com folhas devidamente numeradas e rubricadas, inclusive a ordem de juntada.
§ 2º A autoridade julgadora fiscal, na livre apreciação das provas, formará sua convicção, podendo determinar as diligências que julgar necessárias.
§ 3º As petições de iniciativa do sujeito passivo devem ser dirigidas à autoridade ou órgão competente.
§ 4º O órgão ou autoridade a que indevidamente sejam remetidas petições de iniciativa do contribuinte deve promover o seu encaminhamento ao órgão ou autoridade competente.
§ 5º Não se tomará conhecimento de postulações daqueles que não tenham legitimidade para fazê-lo.
§ 6º A petição será indeferida de plano pelo órgão ou autoridade a que se dirigir, se intempestiva ou assinada por pessoa sem legitimidade, vedada a recusa do seu recebimento ou protocolização.
§ 7º Aplicam-se subsidiariamente ao contencioso administrativos fiscal as normas do Código de Processo Civil.

SEÇÃO II
DA IMPUGNAÇÃO PELO SUJEITO PASSIVO

Art. 242. É assegurado ao sujeito passivo o direito de impugnar o lançamento de crédito tributário, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da sua notificação, sendo-lhe permitido recolher os tributos, multas e demais acréscimos legais referentes parte reconhecida, apresentando suas razões, apenas, quanto à parte não reconhecida.
Parágrafo único. Para fins deste artigo, considera-se impugnação:
I - reclamação contra lançamento de ofício de tributo por prazo certo, dirigida à unidade administrativa encarregada da instrução e do julgamento, ouvido o órgão responsável pelo lançamento;
II - pedido de revisão de avaliação de bens imóveis, quando da discordância pelo sujeito passivo sobre o valor da sua avaliação para fins de recolhimento do Imposto Sobre a Transmissão "Inter- Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos a Eles Relativos - ITBI, dirigida à unidade administrativa encarregada da instrução e do julgamento, ouvido o órgão responsável pelo lançamento;
III - defesa, dirigida à unidade administrativa encarregada da instrução e do julgamento, impugnando auto de infração ou notificação fiscal;

SEÇÃO II- A
DA CONTESTAÇÃO
(Incluída pela Lei Complementar nº 744, de 2024)

Art. 242-A. Apresentada a impugnação, o processo será encaminhado à Autoridade Fiscal, responsável pelo procedimento, ou seu substituto, para que ofereça contestação. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 1º Na contestação, a Autoridade Fiscal alegará a matéria que entender útil, indicando ou requerendo as provas que pretende produzir, juntando desde logo as que constarem do documento. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 2º. Não se admitirá prova fundada em depoimento pessoal de funcionário municipal ou representante da Fazenda Pública Municipal. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO III
DA RECLAMAÇÃO CONTRA LANÇAMENTO

Art. 243. O sujeito passivo poderá reclamar, no todo ou em parte, contra lançamento de ofício de tributo por prazo certo, mediante petição escrita dirigida à unidade administrativa encarregada da instrução e do julgamento, que proferirá a decisão, após ouvir o órgão responsável pelo lançamento.
§ 1º Da comunicação da decisão a que se refere o Caput deste artigo que considerar improcedente, no todo ou em parte, a reclamação contra lançamento de tributo por prazo certo, o sujeito passivo terá o prazo de 30 (trinta) dias para pagar ou iniciar o pagamento do débito, nele incluídos os acréscimos legais.
§ 2º Sendo procedente a reclamação, será concedido prazo de 30 (trinta) dias para pagamento, contado da comunicação ao sujeito passivo da decisão final.

SEÇÃO IV
DO PEDIDO DE REVISÃO DA AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

Art. 244. O sujeito passivo poderá contestar o valor da base de cálculo do Imposto Sobre a Transmissão "Inter-Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos a Eles Relativos - ITBI, por meio de pedido de nova avaliação encaminhado à unidade administrativa encarregada da instrução e do julgamento, que proferirá a decisão, após ouvir o órgão responsável pela avaliação.
§ 1º Na hipótese de ser julgada improcedente a reclamação, o tributo a ser pago será atualizado desde a data do vencimento, anterior à reclamação, determinada no Documento de Arrecadação Municipal - DAM, até o dia do efetivo pagamento.
§ 2º Sendo procedente a reclamação, será concedido novo prazo para pagamento, contado da comunicação ao sujeito passivo da decisão final.
Art. 245. Da comunicação da decisão a que se refere o artigo anterior, o sujeito passivo terá o prazo de 30 (trinta) dias para pagar ou iniciar o pagamento do débito, nele incluídos os acréscimos legais.
Art. 246. O pedido de revisão de avaliação de bem imóvel será instruído com o Documento de Arrecadação Municipal - DAM referente à avaliação objeto do pedido, informando-se as razões de fato e de direito que fundamentam o pedido.

SEÇÃO V
DA DEFESA

Art. 247. É assegurado ao sujeito passivo o direito de ampla defesa contra lançamento de crédito tributário, por meio de notificação fiscal ou auto de infração.
Parágrafo único. A defesa que versar sobre parte da exigência implicará no pagamento da parte não impugnada. Não sendo efetuado o pagamento no prazo estabelecido, da parte não impugnada, será promovida a sua cobrança, devendo, para tanto, ser instaurado outro processo com os elementos indispensáveis à sua instrução. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 248. Compete à unidade administrativa encarregada da instrução e do julgamento, decidir sobre a defesa interposta, por meio de petição escrita datada e assinada pelo sujeito passivo ou seu representante legal.
Parágrafo único. Poderão ser aceitas fotocópias de documentos, desde que não destinados à prova de falsificação.
Art. 249. Na defesa, poderá ser requerida perícia pelo sujeito passivo, a ser realizada por perito nomeado pela autoridade julgadora e a seu critério, correndo as custas por conta de quem a requereu.
§ 1º O sujeito passivo poderá indicar o perito, que poderá, a critério da autoridade julgadora, ser nomeado para o feito.
§ 2º Em nenhuma hipótese será nomeado como perito qualquer autoridade fiscal do Município, com base em requerimento do sujeito passivo.
Art. 250. Findo o prazo de defesa sem que tenha sido interposta, os processos referentes a notificação fiscal e auto de infração serão encaminhados ao órgão administrativo competente para, após constatar a revelia por cota aposta no corpo do processo, proceder à cobrança do débito.
Art. 251. Apresentada a defesa dentro do prazo legal, será esta, após anexada ao processo fiscal, encaminhada à autoridade fiscal autuante ou notificante para prestar as informações necessárias.
§ 1º As informações de que trata este artigo serão apresentadas no prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser prestadas pelo responsável pelo órgão de fiscalização ou por outra autoridade fiscal por ele indicada nos casos de impossibilidade da autuante ou notificante.
§ 2º A alteração da denúncia contida na notificação fiscal ou no auto de infração, efetuada após a intimação do sujeito passivo, importará em reabertura do prazo de defesa, quando importar no seu agravamento.

SEÇÃO VI
DO PEDIDO DE RESTITUIÇÃO

Art. 252. O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, a restituição de quantias recolhidas indevidamente aos cofres municipais, relativas a tributos, multas tributárias e demais acréscimos, seja qual for a modalidade de seu pagamento, nos seguintes casos:
I - cobrança ou pagamento espontâneo de quantia indevida ou maior do que a devida em face da legislação tributária aplicável ou da natureza ou circunstância do fato gerador efetivamente ocorrido;
II- erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao crédito tributário;
III- quando não se efetivar o ato ou contrato sobre que se tiver pago o crédito tributário;
IV - quando for declarada, por decisão judicial definitiva, a nulidade do ato ou contrato sobre que se tiver pago o crédito tributário;
V- quando for posteriormente reconhecida a imunidade, a não incidência ou a isenção;
VI - quando ocorrer erro de fato.
Parágrafo único. A restituição na forma desta Subseção fica subordinada à prova, pelo contribuinte, de que o valor do crédito tributário não foi recebido de terceiro, observando-se:
I - o terceiro que fizer prova de haver pago o crédito tributário pelo contribuinte, sub-roga-se no direito daquele à respectiva restituição;
II - ressalvado o disposto no inciso anterior, é parte ilegítima para requerer restituição a pessoa cujo nome não coincide com o daquele que tenha recolhido o crédito tributário em causa, salvo nos casos de sucessão e de requerente devidamente habilitado por instrumento hábil para este fim, ou na condição de representante legal.
Art. 253. Não sendo restituída a quantia indevidamente recolhida aos cofres municipais independentemente de protesto do sujeito passivo, poderá ele solicitá-la, mediante pedido de restituição, por meio de petição dirigida à unidade administrativa encarregada da instrução e do julgamento, que decidirá sobre o pedido.
Parágrafo único. O pedido de restituição será instruído, conforme o caso, com qualquer dos seguintes documentos:
I - os originais dos comprovantes do pagamento efetuado, conferidos pela repartição fazendária, ou, na sua falta:
a) certidão em que conste o fim a que se destina, passada à vista do documento existente na repartição competente;
b) certidão lavrada por serventuário público em cujo cartório estiver arquivado o documento;
c) pública forma ou reprodução do respectivo documento, esta última conferida pela repartição onde se encontrarem arquivadas outras vias;
II - cópias das folhas dos livros e dos documentos fiscais relativos ao objeto do pedido.
Art. 254. O direito de requerer restituição decai com o decurso do prazo de 05 (cinco) anos, contados, conforme o caso:
I - da data do recolhimento da quantia paga indevidamente;
II - da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou judicial que reforme ou anule a decisão condenatória.
Art. 255. As quantias restituídas, serão atualizadas monetariamente, por meio do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA / IBGE, constituindo período inicial o mês do recolhimento indevido.
Parágrafo único. A restituição somente vence juros não capitalizáveis de 0,5% (meio por cento) ao mês, a partir do mês subsequente ao do recolhimento indevido, nas hipóteses em que a Fazenda Pública tenha dado causa ao indébito.

Art. 256. Na hipótese de pagamento efetuado voluntariamente pelo contribuinte, não lhe serão restituídas as quantias correspondentes às taxas, quando os serviços correlatos tenham sido efetivamente prestados.
Art. 257. A decisão pela procedência de pedido de restituição relacionado com indébito parcelado, somente desobrigará o requerente, quanto às parcelas vincendas, após transitada em julgado.

SEÇÃO VII
DA CONSULTA

Art. 258. É assegurado às pessoas físicas ou jurídicas o direito de consulta sobre a interpretação e a aplicação da legislação relativa aos tributos municipais.
§ 1º A consulta será assinada pelo sujeito passivo da obrigação tributária, seu representante legal ou procurador habilitado.
§ 2º A consulta deverá ser feita a uma só matéria, indicando-se o caso concreto objeto de dúvida, admitindo-se a acumulação, em uma mesma petição, apenas quando tratar de questões conexas, sob pena de arquivamento “In limine” por inépcia da inicial.
Art. 259. A consulta deverá ser formulada com clareza, precisão e concisão, em petição dirigida à unidade administrativa encarregada da instrução e do julgamento, assinada nos termos do parágrafo primeiro do artigo anterior.
§ 1º A consulta que não atender ao disposto no "caput" deste artigo, ou a apresentada com a evidente finalidade de retardar o cumprimento da obrigação tributária, será liminarmente arquivada.
§ 2º O consulente poderá, a seu critério, expor a interpretação que der aos dispositivos da legislação tributária aplicáveis à matéria sob consulta.
Art. 260. A apresentação da consulta na repartição fazendária produz os seguintes efeitos:
I - suspende o curso do prazo para cumprimento de obrigação tributária em relação ao caso sobre o qual se pede a interpretação da legislação tributária aplicável;
II- impede, até o termino do prazo legal para que o consulente adote a orientação contida na resposta, o início de qualquer procedimento fiscal destinado à apuração de fato relacionado com a matéria consultada;
III - a consulta não suspende o prazo para o recolhimento de tributo retido na fonte ou lançado por homologação antes ou depois de sua apresentação.
Parágrafo único. Não se operam os efeitos da apresentação da consulta, quando esta:
I - for formulada em desacordo com as normas deste título;
II - for formulada após o início de procedimento fiscal;
III - verse sobre matéria que tiver sido objeto de resposta anteriormente proferida, em relação ao consulente ou a qualquer de seus estabelecimentos.

CAPÍTULO II
DA COMPETÊNCIA PARA DECIDIR SOBRE O CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO FISCAL

SEÇÃO I
DA COMPETÊNCIA EM GERAL

Art. 261. Compete ao Secretário de Finanças e Administração julgar defesa contra Notificação Fiscal ou Auto de Infração, pedido de restituição de tributos recolhidos indevidamente e de revisão de avaliação de bens imóveis, reclamação contra lançamento de tributos e consulta pertinente à legislação tributária municipal.
Parágrafo único. A decisão proferida pelo Secretário de Finanças e Administração, em razão de julgamento de processo administrativo tributário, terá eficácia normativa, para fins da obrigatoriedade do seu cumprimento pelo sujeito passivo ou terceiro obrigado.
Art. 262. O prazo de julgamento do contencioso administrativo fiscal é de 30 (trinta) dias, suspendendo-se com a determinação de diligência ou perícia, ou com o deferimento de pedido em que estas providências sejam solicitadas.
Art. 263. Caso, após a instauração do contencioso administrativo fiscal, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo de direito influir no julgamento do processo, caberá aos órgãos julgadores tomá-lo em consideração de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a decisão, sendo garantido o direito de fazer a juntada de novas provas documentais até ser prolatada a decisão final.
Art. 264. Os aditamentos de impugnação e os pedidos de perícia ou diligência formulados pelo sujeito passivo, somente serão conhecidos se interpostos antes de prolatada a decisão pelos órgãos julgadores.
Art. 265. A autoridade julgadora referida no artigo 261 desta Lei poderá determinar as diligências que entender necessárias ao julgamento, baixando os autos ao órgão encarregado de cumpri-las.
Parágrafo único. Se as diligências importarem em alteração da denúncia, os autos do processo serão encaminhados ao órgão competente, para que intime o contribuinte da reabertura do prazo de defesa ou recurso e, vencido o prazo, remeta o processo para nova decisão.

SEÇÃO II
DA COMUNICAÇÃO DA DECISÃO

Art. 266. O sujeito passivo será comunicado da decisão na forma prevista no artigo 189 desta Lei.
§ 1º A comunicação da decisão conterá:
I – o nome da parte interessada e sua inscrição municipal;
II - o número do protocolo do processo;
III - no caso de pedido de revisão da avaliação de bens imóveis, o valor da avaliação e o montante do imposto a ser recolhido.
IV - nos casos de notificação fiscal ou de auto de infração julgados procedentes, o valor do débito a ser recolhido e o da multa aplicada, e se declarados nulos, os atos alcançados pela nulidade e as providências a serem adotadas, indicando-se, em qualquer das hipóteses, os fundamentos legais;
V - tratando-se de pedido de restituição julgado procedente, o valor a ser restituído; VI - no caso de consulta, a síntese do procedimento a ser observado pelo consulente face à legislação tributária do Município;
§ 2º Após trânsito em julgado da decisão condenatória, o processo será encaminhado ao órgão competente para que proceda à atualização monetária do débito e, se for o caso, promova a inscrição em dívida ativa.
§ 3º Quando proferida decisão pela procedência de notificação ou auto de infração, o sujeito passivo será intimado, na forma prevista neste artigo, a recolher, no prazo de 30 (trinta) dias, o montante do crédito tributário.
Art. 267. Tomando o sujeito passivo conhecimento de decisão, na forma prevista no artigo 189 desta Lei, é vedado às autoridades julgadoras alterá-la, exceto para, de ofício ou a requerimento da parte, corrigir inexatidão ou retificar os erros.
Art. 268. Quando ocorrerem indícios de infração à lei penal, os processos administrativos fiscais serão julgados antes de qualquer outro, sendo as provas coligidas pela Fazenda Municipal encaminhadas à autoridade competente, para cumprimento do disposto no artigo 204 desta Lei.

SEÇÃO III
DAS NULIDADES

Art. 269. São nulos os atos, inclusive os de lançamento, os termos, os despachos e as decisões lavrados ou proferidos por pessoa incompetente ou com preterição do direito de defesa.
§ 1º A nulidade do ato somente prejudica os posteriores dele dependentes ou que lhe sejam consequentes.
§ 2º A nulidade constitui matéria preliminar ao mérito e deverá ser apreciada de ofício ou a requerimento da parte interessada.
§ 3º As incorreções ou omissões da notificação fiscal ou do auto de infração não previstas neste artigo serão sanadas de ofício ou a requerimento da parte quando resultarem em prejuízo para o sujeito passivo, salvo se este lhes houver dado causa ou quando não influírem no julgamento do processo.

CAPÍTULO III
DAS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS FISCAIS
(Redação dada pela Lei Complementar Nº 744, de 2024).

SEÇÃO I
(Redação dada pela Lei Complementar Nº 744, de 2024).

DO JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA
(Redação dada pela Lei Nº 744, de 2024).

Art. 270. Ao Secretário Executivo da Receita, compete julgar em primeira instância administrativa: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - reclamação contra lançamento de tributo;
II -pedido de revisão de avaliação de bens imóveis,
III - impugnação contra auto de infração ou notificação fiscal; (Redação dada pela Lei nº 744, de Dezembro de 2024).
IV - pedidos de restituição de tributo recolhido indevidamente
V - consulta sobre a interpretação e a aplicação da legislação tributária municipal.
Art. 270-A. A autoridade julgadora não ficará adstrita às alegações das partes, devendo julgar de acordo com sua convicção, em face das provas produzidas no processo. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 270-B. Se entender necessário, o órgão de instrução e julgamento da Secretaria responsável pela área fazendária municipal determinará de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, a realização de diligências, inclusive perícias, indeferindo as que considerar prescindíveis ou impraticáveis. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. O sujeito passivo apresentará os pontos de discordância e as razões e provas que tiver e indicará, no caso de perícia, o nome e endereço de seu perito. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 270-C. Se deferido o pedido de perícia, a autoridade julgadora de primeira instância designará servidor para, como perito da fazenda, proceder, juntamente com o perito do sujeito passivo, ao exame do requerido. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 1º Se as conclusões dos peritos forem divergentes, prevalecerá a que coincidir com o exame impugnado. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 2º Não havendo coincidência, a autoridade julgadora designará outro servidor para desempatar. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 270-D. Será reaberto prazo para impugnação se, da realização de diligência, resultar alteração da exigência inicial. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
Parágrafo único. Não sendo cumprida nem impugnada a exigência, no prazo de 30 (trinta) dias, será declarada a revelia pela autoridade julgadora, que encaminhará o processo à Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal para promover a cobrança da dívida. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 271. A decisão: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - será redigida com simplicidade e clareza; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - conterá relatório que mencionará os elementos e atos informadores, introdutórios e probatórios do processo de forma resumida; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - arrolará os fundamentos de fato e de direito da decisão; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
IV - indicará os dispositivos legais aplicados; (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
V - apresentará o total do débito, discriminando o tributo devido e as penalidades; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
VI - concluirá pela procedência ou improcedência do Auto de Infração e Termo de Intimação ou da reclamação contra lançamento ou de Ato Administrativo dele decorrente, definindo expressamente os seus efeitos; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
VII - será comunicada ao contribuinte mediante lavratura de Termo de Intimação; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO II
DO JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA
(Incluída pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

Art. 271-A. Da decisão de primeira instância contrária ao sujeito passivo, caberá recurso voluntário para o Secretário Municipal da Fazenda. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 271-B. O recurso voluntário: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - será interposto no órgão que julgou o processo em primeira instância; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - poderá conter prova documental, quando contrária ou não apresentada na primeira instância; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO III
DO RECURSO DE OFÍCIO PARA SEGUNDA INSTÂNCIA
(Incluída pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

Art. 271-C. Das decisões de primeira instância contrárias, no todo ou em parte, à Fazenda Municipal, inclusive por desclassificação de infração, será obrigatoriamente interposto recurso de ofício ao Secretário da Fazenda do Município, com efeito suspensivo, quando a importância do litígio exceder a 2.000 (duas mil) UFM - Unidade Fiscal Municipal. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024 e alterado pela Lei Complementar nº 77, de 2025).

Art. 271-D. O recurso de ofício: (Incluído pela Lei nº 744, de Dezembro de 2024).
I - será interposto, obrigatoriamente, pela autoridade julgadora, mediante simples despacho de encaminhamento, no ato da decisão de primeira instância; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - não sendo interposto, deverá o Secretário Municipal da Fazenda do Município requisitar o processo para proferir a decisão final. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 271-E. O Secretário Municipal da Fazenda não poderá decidir por equidade quando a decisão resultar na dispensa do pagamento de tributo devido. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. A decisão por equidade será admitida somente quando, atendendo às características pessoais ou materiais da espécie julgada, for restrita à dispensa total ou parcial de penalidades pecuniárias nos casos em que não houver dolo, fraude ou simulação. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 271-F. A decisão referente a processo julgado pelo Secretário Municipal da Fazenda receberá a forma de Decisão Administrativa. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. O sujeito passivo será cientificado por meio de intimação da decisão do Secretário Municipal da Fazenda. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO IV
DA EFICÁCIA DA DECISÃO FISCAL
(Incluída pela Lei nº 744, de Dezembro de 2024).

Art. 271-G. Encerra-se o litígio tributário com: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - a decisão definitiva; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - a desistência de impugnação ou de recurso; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - a extinção do crédito; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
IV - qualquer ato que importe confissão da dívida ou reconhecimento da existência do crédito. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 271-H. É definitiva a decisão: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - de primeira instância: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
a) na parte que não for objeto de recurso voluntário ou não estiver sujeita a recurso de ofício; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
b) esgotado o prazo para recurso voluntário sem que este tenha sido interposto. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - de segunda instância. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

CAPÍTULO IV
DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
SEÇÃO I
DO PAGAMENTO

Art. 272. O pagamento, para extinção do crédito tributário, será efetuado, na forma e nos prazos estabelecidos pela legislação tributária municipal, por meio de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, nos órgão arrecadadores.
Parágrafo único. Compete ao Secretário de Finanças autorizar entidades públicas ou privadas a arrecadar créditos tributários municipais.
Art. 273. Quando o término do prazo de pagamento de crédito tributário recair em dia que não seja útil ou em que não haja expediente bancário, o referido pagamento deverá ocorrer no primeiro dia útil subsequente.
Art. 274. Excetuados os casos de autorização legislativa ou mandado judicial, é vedado o recebimento de débito com desconto ou dispensa da obrigação tributária principal e de seus acréscimos.
§ 1º A inobservância do disposto neste artigo sujeita o infrator, sem prejuízo das penalidades que lhe forem aplicáveis, a indenizar o Município em quantia igual à que deixou de receber.
§ 2º Se a infração decorrer de ordem de superior hierárquico, ficará este solidariamente responsável com o infrator.

SEÇÃO II
DO PAGAMENTO FORA DO PRAZO

Art. 275. Quando não recolhido o crédito tributário no prazo legal, o débito ficará sujeito aos seguintes acréscimos, além da atualização monetária:
I - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, em qualquer caso;
II - multa de mora, no caso de recolhimento espontâneo;
III - multa por infração, quando a ação ou omissão for apurada por meio de notificação fiscal ou auto de infração.
Art. 276. Quando não recolhidos nos prazos legais, os débitos para com a Fazenda Pública serão atualizados mensalmente, constituindo período inicial o mês em que a obrigação deveria ter sido paga.
Parágrafo único. A atualização monetária a que se refere este artigo far-se-á mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA / IBGE.
Art. 277. As multas de mora e por infração, estabelecidas na legislação tributária municipal, serão aplicadas sobre o valor do débito devidamente atualizado.
Art. 278. Os créditos tributários do Município de Moreno devidamente constituídos inscritos ou não na dívida ativa, poderão ser extintos pelo devedor, pessoa física ou jurídica parcail ou integralmente, mediante dação em pagamento de bem imóvel, na forma e condições estabelecidas em lei. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).

TITULO I-A
CRÉDITO TRIBUTÁRIO E FISCAL
(Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
(Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

Art. 278-A. O crédito tributário, que é decorrente da obrigação principal, regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta lei, fora dos quais não podem ser dispensadas a sua efetivação ou as respectivas garantias, sob pena de responsabilidade funcional. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO I
DO LANÇAMENTO
(Incluída pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

Art. 278-B. Conforme disposição do Art. 205, o lançamento é o ato privativo da autoridade administrativa competente destinado a tornar exequível o crédito tributário, mediante verificação da ocorrência da obrigação tributária, o cálculo do montante do tributo devido, a identificação do contribuinte, e, sendo o caso, a aplicação de penalidade cabível. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 278-C. O ato de lançamento é vinculado e obrigatório sob pena de responsabilidade funcional, ressalvadas as hipóteses de exclusão ou suspensão do crédito tributário previstas nesta lei. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 278-D. O lançamento reporta-se à data em que haja surgido a obrigação tributária principal e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente ao nascimento da obrigação instituindo novos critérios de apuração da base de cálculo, haja estabelecido novos métodos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgando maiores garantias e privilégios à Fazenda Pública Municipal, exceto, no último caso, para atribuir responsabilidade tributária a terceiros. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 278-E. Os atos formais relativos aos lançamentos dos tributos ficarão a cargo do órgão fazendário competente. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. A omissão ou erro de lançamento não isenta o contribuinte do cumprimento da obrigação fiscal, nem de qualquer modo lhe aproveita. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 278-F. O lançamento efetuar-se-á com base em dados constantes do Cadastro Fiscal e declarações apresentadas pelos contribuintes, nas formas e épocas estabelecidas nesta lei. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 1º As declarações deverão conter todos os elementos e dados necessários ao conhecimento do fato gerador das obrigações tributárias e a verificação do montante do crédito tributário correspondente. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 2º O órgão fazendário competente examinará as declarações para verificar a exatidão dos dados nelas consignados. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 278-G. Com o fim de obter elementos que lhe permita verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis, e determinar, com precisão, a natureza e o montante dos respectivos créditos tributários, o órgão fazendário competente poderá: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
I - exigir, a qualquer tempo, a exibição de livros fiscais e comprovantes dos atos e operações que possam constituir fatos geradores de obrigações tributárias; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - fazer diligências, levantamentos e plantões nos locais ou estabelecimentos onde se exercerem as atividades sujeitas a obrigações tributárias ou serviços que constituam matéria imponível; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - exigir informações e comunicações escritas ou verbais; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
IV - notificar, para comparecer às repartições da prefeitura, o contribuinte ou responsável; (Incluído pela Lei nº 744, de Dezembro de 2024).
V - requisitar o auxílio da força policial para levar a efeito as apreensões, inspeções e interdições fiscais. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 278-H. O lançamento dos tributos e suas modificações serão comunicados aos contribuintes, individual ou globalmente, a critério da administração: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - através de notificação direta, feita como aviso, para servir como guia de recolhimento; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - através de edital publicado no órgão oficial; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - através de edital afixado na Prefeitura. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 278-I. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - impugnação do sujeito passivo; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - recurso de ofício; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos nesta Lei. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 278-J. A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO II
DAS MODALIDADES DE LANÇAMENTO
(Incluída pela Lei Complementar Nº 744, de 2024).

Art. 278-L. O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 1º A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde, e antes de notificado o lançamento. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 2º Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 278-M. Antes de extinto o direito da Fazenda Pública Municipal, o lançamento, decorrente ou não de arbitramento, poderá ser efetuado ou revisto de ofício quando: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - o contribuinte ou o responsável não houver prestado declaração, ou a mesma apresentar-se inexata, por serem falsos ou errôneos os fatos consignados; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - tendo prestado declaração, o contribuinte ou o responsável deixar de atender satisfatoriamente, no prazo e formas legais, pedido de esclarecimento formulado pela autoridade competente; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - por omissão, erro, dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiros em benefício daquele, tenha se baseado em dados cadastrais ou declarados que sejam falsos ou inexatos; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

IV - deva ser apreciado fato não conhecido ou não aprovado por ocasião do lançamento anterior; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
V - se comprovar que, no lançamento anterior ocorreu dolo, fraude, simulação ou falta funcional da autoridade que o efetuou ou omissão, pela mesma autoridade de ato ou formalidade essencial; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
VI - se verificar a superveniência de fatores ou provas irrecusáveis incidentes sobre os elementos que constituem cada lançamento. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).

SEÇÃO III
DA SUSPENSÃO
(Incluída pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

Art. 278-N. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - moratória; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - o depósito do seu montante integral ou penhora suficiente de bens; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - as reclamações, os recursos e as consultas, nos termos dos dispositivos legais reguladores do processo tributário fiscal; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
V - a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
VI - o parcelamento. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO IV
DA MORATÓRIA
(Incluída pela Lei Complementar Nº 744, de 2024).

Art. 278-O. O Município poderá conceder moratória, em caráter geral e individual, suspendendo a exigibilidade de créditos tributários e fiscais, mediante despacho do Prefeito, desde que autorizada em lei específica. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 278-P. A lei que conceder moratória em caráter geral ou autorize sua concessão em caráter individual especificará, sem prejuízo de outros requisitos: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - o prazo de duração do favor; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - as condições da concessão do favor em caráter individual; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - sendo caso: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
a) os créditos tributários e fiscais a que se aplica; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
b) o número de prestações e seus vencimentos, dentro do prazo a que se refere o inciso I, podendo atribuir a fixação de uns e de outros à autoridade administrativa, para cada caso de concessão em caráter individual; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
c) as garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiário no caso de concessão em caráter individual. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
Art. 278-Q. A moratória abrange, tão-somente, os créditos tributários e fiscais constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. A moratória não será concedida nos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiros em benefício daquele. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO V
DA EXTINÇÃO
(Incluída pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

Art. 278-R. Extinguem o crédito tributário: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - o pagamento; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - a compensação; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - a transação; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
IV - a remissão; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
V - a prescrição e a decadência; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
VI - a conversão de depósito em renda; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
VII - o pagamento antecipado e a homologação do lançamento; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
VIII - a consignação em pagamento; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
IX - a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
X - a decisão judicial passada em julgado; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
XI - a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO III
DOS JUROS DE MORA

Art. 279. Todos os débitos para com a Fazenda Municipal, não integralmente pagos nos prazos legais, serão acrescidos de juros de mora, calculados à razão de 1% (um por cento) ao mês.
§ 1º Os juros de mora serão calculados sobre o débito a partir do mês em que deveria ter sido recolhido.
§ 2º Os juros de mora serão calculados sobre o valor do tributo, devidamente atualizado.

SEÇÃO IV
DA MULTA DE MORA

Art. 280. Os créditos tributários recolhidos espontaneamente pelo sujeito passivo fora dos prazos legais, serão acrescidos de multa de mora de:
I - 10% (dez por cento) sobre o valor do tributo no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias;
II - 15% (quinze por cento) sobre o valor do tributo no caso de atraso superior a 60 (sessenta) dias;
III - 20% (vinte por cento) sobre o valor do tributo no caso de atraso superior a 90 (noventa) dias

SEÇÃO V
DO PARCELAMENTO DO DÉBITO

Art. 281. Poderá ser parcelado, a requerimento do contribuinte, o crédito tributário ou não tributário, não quitado até o seu vencimento, que: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - inscrito ou não em Dívida Ativa, ainda que ajuizada a sua cobrança, com ou sem trânsito em julgado; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - tenha sido objeto de notificação ou autuação; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - denunciado espontaneamente pelo contribuinte. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo Único. Fica autorizado a realização de parcelamento de Créditos Tributários lançados no exercício corrente, desde que eles tenham sido provenientes de Ações fiscais regularmente desenvolvidas pelo ente Municipal, sendo obedecidos os procedimentos administrativos pertinentes. (Incluído pela Lei Complementar nº 668, de 2022).
Art. 281-A. O parcelamento de crédito tributário ou não tributário, quando ajuizado, deverá ser precedido do pagamento das custas e honorários advocatícios. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. Deferido o parcelamento, o Procurador-Geral do Município solicitará a suspensão da ação de execução fiscal, enquanto estiver sendo cumprido o parcelamento. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 281-B. Fica atribuída ao Secretário responsável pela área fazendária a competência para despachar os pedidos de parcelamento de créditos tributários ou não tributário não ajuizados. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. No caso de créditos tributários ou não tributários em fase de execução fiscal, os pedidos de parcelamentos deverão ser deferidos pelo Procurador-Geral do Município, que poderá delegar a competência a Secretaria da Fazenda, restando obrigada a prestar as informações acerca dos parcelamentos realizados, ou a outro órgão vinculado a Procuradoria. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 281-C. O parcelamento poderá ser concedido, a critério da autoridade competente, em até 72 (setenta e duas) parcelas mensais, atualizadas segundo o índice de correção definido na legislação tributária municipal, sendo: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - de 1 (um) a 30 (trinta) parcelas, mensais e sucessivas, e o débito total (valor original + juros + multa e correção) for inferior a R$ 3.000,00 (três mil reais); (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - de 31 (trinta e um) até 60 (sessenta) parcelas, mensais e sucessivas, se o débito total (valor original + juros + multa e correção) for igual ou superior a R$ 3.000,00 (três mil reais) e, seja inferior a R$ 6.000,00 (seis mil reais); (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
III - de 61 (sessenta e um) até 72 (setenta e duas) parcelas, mensais e sucessivas, se o débito total (valor original + juros + multa e correção) for igual ou superior a R$ 6.000,00 (seis mil reais). (Incluído pela Lei nº 744, de Dezembro de 2024).
Parágrafo único. O valor de cada parcela, expresso em moeda corrente nacional, corresponderá ao valor total do crédito, dividido pelo número de parcelas concedidas, sujeitando-se as parcelas a juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 282. A falta de pagamento, no prazo devido de 02 (duas) parcelas sucessivas ou não, implicará automaticamente no vencimento antecipado de todas as parcelas vincendas, e sua imediata inscrição em dívida ativa, com o correspondente cancelamento dos benefícios da redução de multa e dispensa de juros, bem como a comunicação aos órgãos de proteção ao crédito, ou, prosseguimento a Execução Fiscal, se o for o caso. (Redação dada pela Lei nº 563 de 2017)
§ 1º Caso o contribuinte venha fazer um segundo parcelamento do mesmo débito tributário, antes de ser inscrito em dívida ativa, não terá o beneficio correspondente ao cancelamento da multa e a dispensa de juros, conforme o parágrafo anterior. (Redação dada pela Lei nº 563 de 2017)
§ 2º Só será permitido ao contribuinte fazer no máximo 02 (dois) parcelamentos de débitos tributários, observando as condições do parágrafo anterior. (Redação dada pela Lei nº 563 de 2017)
§ 3º O Poder Executivo fará expedir todas as instruções que se fizeram necessárias à execução desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 563 de 2017)
§ 4º Fica revogado o parágrafo único, do artigo 124, da Lei nº 52-A, de 26 de Setembro 2014. (Redação dada pela Lei nº 563 de 2017).
§ 5º No que couber, as disposições modificadas pela Lei estão sujeitas aos princípios da Anterioridade anual e Nonagesimal, na forma disposta no art.150º,III, b e c, da Constituição da República Federativa do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 563 de 2017)
§ 6º Esta Lei entra vigor na data da sua publicação. (Redação dada pela Lei nº 563 de 2017).
Art. 283. O parcelamento será requerido por meio de petição em que o interessado reconheça a certeza e liquidez do débito fiscal, confessando a dívida nos termos do Termo de Confissão da Dívida e Compromisso de Pagamento. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo único. (Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 283-A. O valor mínimo de cada parcela será equivalente a 13 UFM. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024)
Art. 284. Quando do parcelamento de débito pertinente a Imposto Sobre Transmissão Inter-vivos de Bens Imóveis e de Direito a Eles Relativos – ITBI, somente será lavrado ou registrado o instrumento, termo ou escritura, conforme o caso, após o pagamento de todo o parcelamento.
Parágrafo único. A inobservância do disposto no "caput" deste artigo sujeita o infrator às penalidades previstas no artigo 222, I, desta Lei.

SEÇÃO VI
DO CANCELAMENTO DE DÉBITOS

Art. 285. Fica o Secretário de Finanças e Administração, com base em parecer fundamentado pelo Secretário Executivo da Receita, autorizado a cancelar administrativamente os débitos:
I - prescritos;
II - de contribuintes que hajam falecido deixando bens que, por força de lei, sejam insusceptíveis de execução;
III - que, por seu ínfimo valor, tornem a cobrança ou execução notoriamente antieconômica;
IV - de contribuinte, pessoa física, que venha a comprovar absoluta incapacidade de pagamento do débito, em virtude do seu estado de pobreza.
§ 1º Com relação aos débitos tributários inscritos na Dívida Ativa e enviados por meio de certificados para cobrança executiva, a competência de que trata este artigo será do titular do órgão encarregado da execução judicial.
§ 2º Fica estabelecido como notoriamente antieconômica a execução, de valor inferior a 2.500 (duas mil e quinhentas) UFMs. (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).
§ 3º Os créditos inferiores ao valor estabelecido no §2º, ficam sujeitos a cobrança extrajudicial, inclusive encaminhamento para protesto. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

SEÇÃO VII
DA COMPENSAÇÃO E DA TRANSAÇÃO

Art. 286. O Secretário da Fazenda poderá: (Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
I - autorizar a compensação de créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública Municipal; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

II - propor a celebração, entre o Município e o sujeito passivo, mediante concessões mútuas, de transação para a terminação do litígio e consequente extinção de créditos tributários e fiscais. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Parágrafo Único. O secretário da Fazenda poderá delegar ao Secretário Executivo da Receita as atribuições elencadas nos incisos I e II deste artigo. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 286-A. É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
Art. 286- B. Em fase de cobrança da dívida ativa através de execução fiscal, fica o Procurador Geral do Município, autorizado celebrar transação para fins de terminação de litígio e extinção de créditos tributários, conforme dispuser o Poder Executivo. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de Dezembro de 2024).

SEÇÃO VIII
DA DAÇÃO EM PAGAMENTO

Art. 287. O Poder Executivo poderá receber em dação em pagamento, para efeito de extinção do crédito tributário, exclusivamente bens imóveis localizados no Município.
§ 1º Os imóveis dados em pagamento serão levados à leilão no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da formalização da dação, ressalvada a hipótese de imóveis de interesse do Município.
§ 2º Salvo parecer em contrário de órgão competente da municipalidade, será aceita avaliação dos imóveis dados em pagamento do crédito tributário, quando feita por profissionais devidamente habilitados e de comprovada idoneidade.
§ 3º No caso da avaliação do imóvel ser superior ao crédito tributário, com a devida concordância do contribuinte, a dação poderá ser aceita, sem que, lhe seja devida qualquer restituição compensatória.

LIVRO QUINTO
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 288. A atualização monetária dos valores expressos em moeda, será realizada anualmente com base na variação do índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, medido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE.
Parágrafo único. Em caso de extinção do IPCA, a atualização monetária será realizada pelo índice que o substituir ou, em não havendo substituto, por índice instituído por lei federal.
Art. 289. O crédito tributário ou não tributário não quitado até o seu vencimento fica sujeito à incidência de: (Redação dada pela Lei nº 744, de Dezembro de 2024).
I - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração sobre o valor do crédito corrigido monetariamente, contados da data do vencimento; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
II - multa moratória: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
a) em se tratando de recolhimento espontâneo: (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
a.1) de 5% (cinco por cento) do valor corrigido do crédito tributário, se recolhido dentro de 30 (trinta) dias contados da data do vencimento; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
a.2) 0,17% (dezessete centésimos por cento) por dia de atraso, limitado ao máximo de 5% (cinco por cento), do valor do crédito tributário, se recolhido dentro de 30 (trinta) dias contados da data do vencimento; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
a.3) de 10% (dez por cento) do valor corrigido do crédito tributário, se recolhido após 30 (trinta) dias contados da data do vencimento; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
a.4) de 1% (um por cento) ao mês ou fração, no caso específico de Contribuição de Melhoria; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
b) havendo ação fiscal, de 20% (vinte por cento) do valor corrigido do crédito tributário, com redução para 10% (dez por cento), se recolhido dentro de 30 (trinta) dias contados da data da notificação do débito; (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).
§ 1º Incidirão juros de mora no caso de recolhimento espontâneo do débito.
§ 2º Os juros de mora serão calculados sobre o valor atualizado do tributo, a partir do mês subsequente ao do vencimento.
§ 3º A atualização monetária a que se refere o "caput" deste artigo, será calculada de acordo com os índices de variação do índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA / IBGE, tomando-se como período inicial o dia do vencimento destes até a data do seu efetivo recolhimento.
Art. 290. As multas de mora e por infração, serão aplicadas sobre o valor do débito devidamente atualizado.
Art. 291. A atualização do parcelamento, de que trata o artigo 278, far-se-á mediante Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA / IBGE.
Art. 292. O exercício financeiro, para os efeitos fiscais, corresponderá ao ano civil.
Art. 293. O Secretário de Finanças e Administração é a autoridade competente para:
I - conceder o desconto a que se refere o artigo 70, § 2º, desta lei;
II- determinar a apreensão de livros, documentos e papéis, que devam ser do conhecimento da Fazenda Municipal ou que constituam prova de infração à legislação tributária, e a interdição de estabelecimentos, quando constatada a prática de atos lesivos à municipalidade;
III - assinar convênios, protocolos ou acordos com órgãos da Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, com o objetivo de permutar informações econômico-fiscais;
IV - autorizar o recolhimento de tributos através de entidades públicas ou privadas;
V - apreciar e despachar os pedidos de parcelamento, podendo delegar;
VI - baixar atos normativos dispondo sobre a disciplina e validade das notas fiscais de serviços.
Art. 294. As competências de que trata a presente Lei serão exercidas de acordo com a estrutura administrativa vigente no Município, independentemente da nomenclatura dos cargos.

CAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 295. O Poder Executivo editará o regulamento da Instância Julgadora prevista no Título I do Livro Quarto desta Lei.
Art. 296. Fica o Poder Executivo autorizado a cobrar pedágio no âmbito do território do Município do Moreno.
Art. 297. O Poder Executivo regulamentará o presente Código, objetivando a sua integral execução, e o consolidará em texto único no que se relaciona às leis posteriores que lhe modificarem a redação, repetindo-se esta providência até 31 de janeiro de cada ano.
Art. 298. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação e produzirá efeitos a partir da data da sua publicação.
Art. 299. Revogam-se as disposições em contrário, a Lei nº. 512-A, de 26 de Setembro de 2014 e suas modificações posteriores. (Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

Moreno, 26 de setembro de 2014.

ADILSON GOMES FILHO
Prefeito

ANEXO I
LISTA DE SERVIÇOS DOARTIGO 10 E ALÍQUOTAS DO IMPOSTO SOBRE SEVIÇO DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN DO ART. 24 DESTA LEI MUNICIPAL
(Redação dada pela Lei nº 744, de Dezembro de 2024).

ITEM	DESCRIÇÃO	ALÍQ.
1	**Serviços de informática e congêneres.**	
1.01	Análise e desenvolvimento de sistemas.	3%
1.02	Programação.	3%
1.03	Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos e congêneres.	3%
1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independente da arquitetura construtiva dá máquina em que o programa será executado, incluído tablets, smartphones e congêneres.	3%
1.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	3%
1.06	Assessoria e consultoria em informática.	3%
1.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	3%
1.08	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	3%
1.09	Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS)	3%
2	**Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.**	
2.01	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	2%
3	**Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.**	
3.01	(VETADO)	4%
3.02	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	3%
3.03	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	4%
3.04	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	3%
3.05	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	4%
4	**Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.**	
4.01	Medicina e biomedicina.	4%
4.02	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrassonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	4%
4.03	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	4%
4.04	Instrumentação cirúrgica.	4%
4.05	Acupuntura.	3%
4.06	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	4%
4.07	Serviços farmacêuticos.	4%
4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	4%
4.09	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	4%
4.10	Nutrição.	4%
4.11	Obstetrícia.	4%
4.12	Odontologia.	4%
4.13	Ortóptica.	4%
4.14	Próteses sob encomenda.	3%
4.15	Psicanálise.	4%
4.16	Psicologia.	4%
4.17	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	2%
4.18	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3%
4.19	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	2%
4.20	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	2%
4.21	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3%
4.22	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	5%
4.23	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	5%
5	**Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.**	
5.01	Medicina veterinária e zootecnia.	3%
5.02	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	3%
5.03	Laboratórios de análise na área veterinária.	3%
5.04	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3%
5.05	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	3%
5.06	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3%
5.07	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3%
5.08	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	3%
5.09	Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	3%
6	**Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.**	
6.01	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	2%
6.02	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	3%
6.03	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	2%
6.04	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	2%
6.05	Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	3%
6.06	Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.	2%
7	**Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.**	
7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	4%
7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplenagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	4%
7.03	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	4%
7.04	Demolição.	3%
7.05	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	4%
7.06	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	3%

7.07	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	3%
7.08	Calafetação.	3%
7.09	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	3%
7.10	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	4%
7.11	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	3%
7.12	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	4%
7.13	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	3%
7.14	(VETADO)	4%
7.15	(VETADO)	4%
7.16	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.	4%
7.17	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	4%
7.18	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	4%
7.19	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	4%
7.20	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	4%
7.21	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	4%
7.22	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	4%
8	**Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.**	
8.01	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	3%
8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	3%
9	**Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e congêneres.**	
9.01	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	3%
9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	3%
9.03	Guias de turismo.	3%
10	**Serviços de intermediação e congêneres.**	
10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	5%
10.02	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	5%
10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	5%
10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil **(leasing),** de franquia **(franchising)** e de faturização (**factoring**).	5%
10.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	5%
10.06	Agenciamento marítimo.	4%
10.07	Agenciamento de notícias.	4%
10.08	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	4%
10.09	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	4%
10.10	Distribuição de bens de terceiros.	4%
11	**Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.**	
11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	4%
11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.	4%
11.03	Escolta, inclusive de veículos e cargas.	4%
11.04	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	4%
11.05	Serviços relacionados ao monitoramento e rastreamento a distância, em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de Tecnologia da Informação Veicular, independentemente de o prestador de serviços ser proprietário ou não da infraestrutura de telecomunicações que utiliza.	4%
12	**Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.**	
12.01	Espetáculos teatrais.	2%
12.02	Exibições cinematográficas.	2%
12.03	Espetáculos circenses.	2%
12.04	Programas de auditório.	2%
12.05	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	2%
12.06	Boates, taxi-dancing e congêneres.	3%
12.07	Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	2%
12.08	Feiras, exposições, congressos e congêneres.	3%
12.09	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	3%
12.10	Corridas e competições de animais.	3%
12.11	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	3%
12.12	Execução de música.	2%
12.13	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, **shows**, **ballet**, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	3%
12.14	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	2%
12.15	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	2%
12.16	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, **shows**, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	2%
12.17	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	3%
13	**Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.**	
13.01	(VETADO)	3%
13.02	Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	3%
13.03	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	3%
13.04	Reprografia, microfilmagem e digitalização.	3%
13.05	Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.	3%
14	**Serviços relativos a bens de terceiros.**	
14.01	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	5%
14.02	Assistência técnica.	4%
14.03	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	4%
14.04	Recauchutagem ou regeneração de pneus.	2%
14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.	2%
14.06	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	4%
14.07	Colocação de molduras e congêneres.	4%
14.08	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	2%
14.09	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	2%
14.10	Tinturaria e lavanderia.	2%
14.11	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	2%
14.12	Funilaria e lanternagem.	2%
14.13	Carpintaria e serralheria.	2%

14.14	Guinchos intramunicipal, guindaste e içamento.	4%
15	**Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.**	
15.01	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5%
15.02	Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5%
15.03	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5%
15.04	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5%
15.05	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5%
15.06	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5%
15.07	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5%
15.08	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins.	5%
15.09	Arrendamento mercantil **(leasing)** de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil **(leasing)**.	5%
15.10	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5%
15.11	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5%
15.12	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5%
15.13	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos à carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5%
15.14	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5%
15.15	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5%
15.16	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5%
15.17	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5%
15.18	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5%
16	**Serviços de transporte de natureza municipal.**	
16.01	Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.	4%
16.02	Outros serviços de transporte de natureza municipal.	4%
17	**Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.**	
17.01	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	3%
17.02	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infraestrutura administrativa e congêneres.	3%
17.03	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	3%
17.04	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão de obra.	4%
17.05	Fornecimento de mão de obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	4%
17.06	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	4%
17.07	(VETADO)	4%
17.08	Franquia (franchising).	3%
17.09	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	3%
17.10	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	3%
17.11	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	3%
17.12	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	4%
17.13	Leilão e congêneres.	3%
17.14	Advocacia.	3%
17.15	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	3%
17.16	Auditoria.	3%
17.17	Análise de Organização e Métodos.	3%
17.18	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	3%
17.19	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	3%
17.20	Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	3%
17.21	Estatística.	3%
17.22	Cobrança em geral.	3%
17.23	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	3%
17.24	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	2%
17.25	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).	2%
18	**Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.**	
18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	4%
19	**Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.**	
19.01	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	4%
20	**Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.**	
20.01	Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	5%
20.02	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	5%
20.03	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	5%
21	**Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.**	
21.01	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	4%
22	**Serviços de exploração de rodovia.**	
22.01	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	5%
23	**Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.**	
23.01	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	3%
24	**Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.**	
24.01	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	2%

25	**Serviços funerários.**	
25.01	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	4%
25.02	Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	4%
25.03	Planos ou convênio funerários.	4%
25.04	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	4%
25.05	Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.	4%
26	**Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.**	
26.01	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; **courrier** e congêneres.	4%
27	**Serviços de assistência social.**	
27.01	Serviços de assistência social.	2%
28	**Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.**	
28.01	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	4%
29	**Serviços de biblioteconomia.**	
29.01	Serviços de biblioteconomia.	3%
30	**Serviços de biologia, biotecnologia e química.**	
30.01	Serviços de biologia, biotecnologia e química.	4%
31	**Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.**	
31.01	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	3%
32	**Serviços de desenhos técnicos.**	
32.01	Serviços de desenhos técnicos.	3%
33	**Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.**	
33.01	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	4%
34	**Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.**	
34.01	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	3%
35	**Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.**	
35.01	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	4%
36	**Serviços de meteorologia.**	
36.01	Serviços de meteorologia.	4%
37	**Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.**	
37.01	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	3%
38	**Serviços de museologia.**	
38.01	Serviços de museologia.	3%
39	**Serviços de ourivesaria e lapidação.**	
39.01	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	3%
40	**Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.**	
40.01	Obras de arte sob encomenda.	3%

ANEXO II
FATOR DE ENQUADRAMENTO DE IMÓVEL TERRITORIAL

CÓDIGO	Valor (em R$) Por M² (metro quadrado) de terreno (V0)
1	R$ 236,21
2	R$ 215,67
3	R$ 184,86
4	R$ 174,59
5	R$ 164,32
6	R$ 143,78
8	R$ 133,51
9	R$ 123,24
10	R$ 112,97
11	R$ 102,70
12	R$ 97,56
13	R$ 92,43
14	R$ 87,29
15	R$ 82,16
16	R$ 77,02
17	R$ 71,89
18	R$ 66,75
19	R$ 61,62
20	R$ 51,48
21	R$ 51,35
22	R$ 41,21
23	R$ 35,94
24	R$ 30,81
25	R$ 25,67
26	R$ 20,54
27	R$ 17,46
28	R$ 15,40
29	R$ 12,32
30	R$ 10,27
31	R$ 8,22
32	R$ 6,16
33	R$ 4,11

ANEXO III
TABELA DE PREÇOS DE CONSTRUÇÃO – TPC POR TIPO DA CONSTRUÇÃO E POR CATEGORIA - VALOR EM REAL (R$) POR METRO QUADRADO (M²) DE CONSTRUÇÃO
(Redação dada pela Lei Complementar nº 744, 2024).

TIPO DA CONSTRUÇÃO	VALOR EM REAL (R$) POR METRO QUADRADO (M²) DE CONSTRUÇÃO/POR ESTADO DE CONSERVAÇÃO.			
	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM
Casa	915,10	646,70	607,91	498,29
Construção Precária	303,60	263,99	216,13	205,60
Apartamento	939,04	834,82	667,85	627,80
Loja	970,87	827,00	661,61	621,90
Fábrica/Indústria	1.178,39	853,38	682,69	641,72
Galpão	874,12	768,50	614,80	577,92
Telheiro	566,63	504,30	403,45	379,23
Sala/Conjunto	947,57	843,31	674,64	634,18
Posto de Combustível	874,12	777,98	622,38	585,02
Hotelaria	1.278,39	1.137,77	910,21	855,63
Hospital e Clínica	1.076,19	975,81	766,24	720,26
Clube de Entretenimento	970,87	864,05	691,26	649,77
Mocambo	303,60	270,20	216,16	203,19
Escola e Creche	947,57	843,31	674,64	542,70
Instituição Financeira	1.084,89	1.008,95	807,15	758,74
Especial	1.194,16	1.039,75	831,78	781,90

ANEXO IV
TABELAS DE FATORES DE CORREÇÃO DO LOTE
SL – fator de correção quanto à situação do lote

SITUAÇÃO	Índice
Meio de quadra	1,00
Esquina	1,10
Vila	0,90
Encravada	0,90
Quadra	1,00
Gleba	1,10
Mais de uma frente	1,10
Condomínio	1,50

TP – fator de correção quanto à topografia

SITUAÇÃO	Índice
Plano ao nível	1,10
Plano abaixo do nível	0,90
Plano acima do nível	1,00
Aclive	0,90
Declive	0,80
Combinação dos demais	0,80

PD – fator de correção quanto à pedologia do terreno:

Pedologia	Índice
Rochoso	1,00
Inundável	0,80
Firme	1,10
Alagado	0,70
Arenoso	0,80
Aréa de Risco	0,80
Combinação dos demais	0,70

ANEXO V
TABELAS DOS FATORES DE CORREÇÃO DA EDIFICAÇÃO
(Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

TP – FATOR DE CORREÇÃO QUANTO AO TIPO	
SITUAÇÃO	**ÍNDICE**
Casa	**1,00**
Construção precária	**0,70**
Apartamento	**1,10**
Loja	**1,10**
Galpão	**1,00**
Telheiro	**1,00**
Fábrica/Indústria	**1,40**
Sala/Conjunto	**1,10**
Posto de combustível	**1,20**
Hotelaria	**1,10**
Hospital e clínica	**1,10**
Clube de Entretenimento	**1,10**
Mocambo	**0,70**
Escola e creche	**1,00**
Instituição financeira	**1,20**
Especial	**1,50**

AL – FATOR DE CORREÇÃO QUANTO AO ALINHAMENTO	
SITUAÇÃO	**ÍNDICE**
Isolada Recuada	**1,00**
Isolada Alinhada	**1,10**
Conjugada Recuada	**0,90**
Conjugada Alinhada	**0,90**
Isolada Recuada Superposta	**1,00**

Isolada Alinhada Superposta	1,00
Conjugada Recuada Superposta	0,90
Conjugada Alinhada Superposta	0,90

SUC – FATOR DE CORREÇÃO QUANTO À UNIDADE CONSTRUÍDA	
SITUAÇÃO	ÍNDICE
Frente	1,00
Fundos	0,90
Vila	0,90
Galeria	1,00
Condomínio	1,50
Subsolo	0,80

EC – FATOR DE CORREÇÃO QUANTO AO ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
SITUAÇÃO	ÍNDICE
Nova	1,10
Ótimo	1,20
Bom	1,00
Regular	0,90
Mau	0,80

DLX – FATOR DE CORREÇÃO QUANTO AO DESTINO FINAL DO LIXO	
SITUAÇÃO	ÍNDICE
Terreno Baldio	1,20
Coleta regular	1,00
Rio	1,30

ES – FATOR DE CORREÇÃO QUANTO AO ESGOTAMENTO SANITÁRIO	
SITUAÇÃO	ÍNDICE
Céu aberto	1,30
Fossa	1,10
Rio	1,30
Saneamento básico	1,00
Galeria fluvial	1,00

UI – FATOR DE CORREÇÃO QUANTO À UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL	
SITUAÇÃO	ÍNDICE
Terreno sem uso	1,60
Terreno com uso	1,00
Residencial	1,00
Comercial	1,30
Prestação de serviços	1,30
Industrial	1,70
Lazer / Recreação / Cultural	1,10
Imóvel abandonado	1,80
Religioso	1,00
Saúde	3,20
Misto	1,20

FP – FATOR DE CORREÇÃO DA FACHADA PRINCIPAL	
SITUAÇÃO	ÍNDICE
Mármore	1,05
Material cerâmico	1,02
Especial/outras	1,03
Pintura	1,00
Reboco	0,80
Sem revestimento	0,60
Pedra natural	1,02

ANEXO VI
TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS – TSD

ANEXO VI.A
AUTENTICAÇÕES E OUTROS
(Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

ANEXO VI.B
CONCESSÃO DE HABITE-SE
(Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

ANEXO VI.C
CONCESSÃO DE ACEITE-SE
(Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

ANEXO VI.D
DEMAIS CONCESSÕES
(Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

ANEXO VI.E
APREENSÃO, TRANSPORTE E DEPÓSITO DE ANIMAIS, BENS E MERCADORIAS POR UNIDADE/DIA – VALORES EM REAL (R$)
(Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

ANEXO VI.F
APRECIAÇÃO DE PROJETOS PARA PARCELAMENTO DE TERRENOS
(Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

ANEXO VI.G
APRECIAÇÃO DE PROJETOS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
(Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

ANEXO VI.H
PROJETOS ESPECIAIS
(Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

ANEXO VI.I
CEMITÉRIO
(Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

ANEXO VI.J
TAXA PARA UTILIZAÇÃO DE BOX OU COMPARTIMENTO PÚBLICO
(Revogado pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

ANEXO VII
TAXAS DE LICENÇA

ANEXO VII.A –
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO (TFF)
(Redação dada pela Lei Complementar nº 758, de 2025).

ITEM	POR ANO E POR ESTABELECIMENTO	VALORES EM UFM
	I - ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, SOCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	
01	Até 50 m²	100
02	Mais de 50 m² até 100 m²	150
03	Mais de 100 m² até 1.000 m²	200
04	Acima de 1000 m²	300
ITEM	**POR ANO E POR ESTABELECIMENTO**	**VALORES EM UFM**
	II - ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS	
01	Até 500 m²	150
02	Mais de 500 m² até 1000 m²	400
03	Acima de 1000 m²	600
ITEM	**POR ANO E POR ESTABELECIMENTO**	**VALORES EM UFM**
	III - ESTABELECIMENTOS EXTRATIVISTAS, AGROPECUÁRIOS E PRODUTORES	
01	Até 800 m²	100
02	Mais de 800 m² até 2000 m²	140
03	Mais de 2000m² até 5000m²	200
04	Mais de 5000 m² até 10000 m²	400
05	Mais de 10000 m² até 50000 m²	500
06	Acima de 50000 m²	700
ITEM	**POR ANO E POR ESTABELECIMENTO**	**VALORES EM UFM**
	IV - ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS, DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO AUTORIZADOS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL.	
01	Agências bancárias	500
02	Postos de atendimento bancário	200
03	Caixas eletrônicos fora das agências ou postos, por caixa.	80
ITEM	**SUBESTAÇÃO DE ENERGIA E DE TRATAMENTO DE ÁGUA**	**VALORES EM UFM**
01	Subestação de energia elétrica	700
02	Estação de tratamento de água	700

ANEXO VII.B
TAXA DE LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DO COMÉRCIO EVENTUAL OU AMBULANTE

DISCRIMINAÇÃO	VALOR em Real (R$)
1) Comércio eventual (por semana) 1.1 Feirante	R$ 6,16 R$ 4,11
2) Comércio ambulante(POR SEMANA)	R$ 10,27

ANEXO VII.C
TAXA DE LICENÇA DE PUBLICIDADE
(Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

DISCRIMINAÇÃO	VALOR EM UFM	
1 – Anúncio afixado na parte externa de estabelecimentos industriais, comerciais, agropecuários, de prestação de serviços e outros. Qualquer espécie ou qualidade, por ano. a – Publicidade até 5 m²: b – Publicidade acima de 5 m²	6 9	
2 –Anúncio externo, fixo ou removível em veículos de transporte de pessoas ou passageiros e de carga, por veículo por ano, quando anúncio objetivar lucro.	25	

Luminoso ou iluminado Não iluminado	15	
3 – Anúncio sonoro em veículos destinados exclusivamente a publicidade, por veículo. Por ano. a) Veículos de pequeno porte b) Veículos de médio porte c) Veículos de grande porte	45 60 80	
4 -Anúncio escrito em veículos destinados exclusivamente a publicidade, por veículo. Por ano	10	
5 – Anúncio em cinemas, teatros, circos, boates e similares, por meio de projeção de filmes ou dispositivos matéria anunciada, por ano.	40	
6 – Anúncios colocados em campos de esportes, clubes, associações, qualquer que seja o sistema de colocação, desde que visíveis de quaisquer vias ou logradouros públicos, inclusive as rodovias, estradas e caminhos municipais. Por matéria anunciada e por ano	30	
8 – Anúncio por meio de "outdoor" e congêneres por metro quadrado e por ano.	20	
9 – Anúncio por meio de luminosos: I – luminosos inanimados: a) - "outside", back light", "front light" e demais luminosos não especificados, sejam acoplados a relógios e/ou termômetros, ou não, por unidade e por ano. II – luminosos animados, em movimentos e similares, por unidade e por semestre.		
10 – Anúncio por meio de autofalante em prédio, por unidade e por ano	4	
11 - Publicidade por meio de faixas, painéis, placas ou similares em vias ou logradouros públicos. Por matéria anunciada e por mês	10	
12 – Anúncio em abrigo ou estação de transporte de passageiros: - por anúncio e por ano	20	
DISCRIMINAÇÃO	Valor m² por 12 meses UFM	Valor unidade por 30 dias UFM
Instalação/confecção de Mural/Letreiro	4	
Balão		12
Veículos de publicidade e marcas não enquadrados nos itens acima	12	

ANEXO VII.D
TAXA DE LICENÇA PARA INSTALAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE MÁQUINAS E MOTORES

DISCRIMINAÇÃO	VALOR em Real (R$)
1) Potência de até 05 HP	R$ 10,27
2) Acima de 05 até 50 HP	R$ 20,54
3) Acima de 50 até 200HP	R$ 41,08
4) Acima de 200 até 500 HP	R$ 61,62
5) Acima de 500 HP	R$ 82,16
6) Instalação de guindaste e pontes volantes, por toneladas ou fração	R$ 102,70
7) Instalação de fornos, fornalhas ou cadeiras, p/unidade	R$ 102,70
8) Outras não especificadas, p/unidade	R$ 82,16

ANEXO VII.E
TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO COM COMÉRCIO EVENTUAL OU AMBULANTE

DISCRIMINAÇÃO		VALOR em Real (R$)
1	Arquibancada, camarote, mostruário ou stand de exposição, palanque e palco, palhoção, stand de vendas, tenda e toldo. por evento:	
1.1	Até 9m²	R$ 25,67
1.2	Superior a 9 m² até 90 m²	R$ 46,21
1.3	Superior a 90 m² até 180 m²	R$ 56,48
1.4	Superior a 180 m² até 240 m²	R$ 71,89
1.5	Superior a 240 m²	R$ 92,43
2	Banca de jornais e revista, fiteiro e quiosque ao ano	R$ 82,16
3	Barraca de artigos de época e trailler ao mes	R$ 102,70
4	Circo, parque de diversão ao mes ou fraçao	R$ 154,05
5	Comércio em veículo automotivo, em eventos	R$ 256,75
6	Balcão, tabuleiro e equipamento circulante, em eventos	R$ 35,94
7	Outros equipamentos não enquadrados nos itens acima ao mes	R$ 30,81
8	Análise referente a liberação do solo público por evento/dia:	
8.1	Até 300 m²	R$ 41,08
8.2	Superior a 300 m² e até 600 m²	R$ 66,75
8.3	Superior a 600 m² e até 1.200 m²	R$ 82,16
8.4	Superior a 1.200 m² e até 1.800 m²	R$ 102,70
8.5	Superior a 1800 m²	R$ 154,05

ANEXO VII.F
TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

DISCRIMINAÇÃO		VALOR em Real (R$)
1	Concessão de Licença de construção para habitação unifamiliar isolada, com área acima de 60,00 m² até 100,00 m²	R$ 72,20
2	Concessão de Licença de construção para habitação unifamiliar isolada, com área acima de 100,00 m² até 200,00 m²	R$ 93,39
3	Concessão de Licença de construção para habitação unifamiliar isolada, com área acima de 200,00 m²	R$ 102,70
4	Concessão de licença de construção referente à habitação unifamiliar conjunto.	R$ 133,51
5	Concessão de licença de construção referente à habitação multifamiliar isolada ou conjunto	R$ 143,78
6	Concessão de licença de construção de antenas transmissoras de radiação eletromagnética ou equipamento correlato.	R$ 469,00
7	Concessão de licença de construção de dutos subterrâneos:	
7.1	Até 12 metros lineares	R$ 18,69
7.2	A partir de 12 metros, por metro linear acrescido	R$ 3,29
8	Concessão de licença de construção para instalação de equipamento de prestadoras de serviços de telefonia, gás, energia elétrica, água e esgoto, instalado em logradouro e área pública.	R$ 441,61
9	Concessão de licença de construção, com área até 400m².	R$ 112,97

10	Concessão de licença de construção, com área superior a 400m² e até 1.000m².	R$ 267,02
11	Concessão de licença de construção, com área superior a 1.000m².	R$ 636,74
12	Prorrogação de licença de construção	R$ 369,72
13	Concessão de licença de construção não enquadrado nos itens acima	R$ 328,64

ANEXO VII.G
TAXA DE LICENÇA PARA SERVIÇOS QUE INDEPENDEM DE PROJETO
(SEM REFORMA DA EDIFICAÇÃO)

DISCRIMINAÇÃO		**VALOR em Real (R$)**
1	Abertura de calçamento, por m²	R$ 4,44
2	Abertura de asfalto, por m²	R$ 5,13
3	Concreto, por metro linear	R$4,44
4	Alinhamento de testa de terreno, por metro linear	R$ 2,59
5	Demolição de prédios, por m²	R$ 3,08
6	Construção de Marquise, muros de sustentação e substituição de cobertas, por m²	R$ 2,25
7	Drenos, sarjetas, canalizações, escavações nas vias públicas, por metro linear	R$ 1,64
8	Chaminés por metro linear	R$ 3,18
9	Construção de piscinas e quadras de esporte, por m²	R$ 3,69
10	Colocação e substituição de bombas de combustíveis e lubrificantes, inclusive tanques, por unidade	R$ 87,72

ANEXO VII. H- TAXA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL (TFA)
(Incluído pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

PORTE EMPRESARIAL	**TAXA (EM UFM)**
Microempresa (ME)	100
Empresa de Pequeno Porte (EPP)	300
Demais	500

ANEXO VIII
CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DOS SERVILOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – COSIP
(Redação dada pela Lei n° 744, de dezembro de 2025).

ANEXO VIII –
TABELA DE RECEITA – I

(Redação dada pela Lei N° 758, de abril de 2025).

A-CONSUMO PRÓPRIO	
Faixa de Consumo (kWh)	Limite máximo para Cobrança (R$)
0 A 40	ISENTO
41 A 50	**6,66**
51 A 60	**8,24**
61 A 100	**10,71**
101 A 150	**12,07**
151 A 300	**21,16**
301 A 500	**39,23**
501 A 1000	**57,55**
ACIMA DE 1000	**89,63**

B-RESIDENCIAL	
Faixa de Consumo (kWh)	Limite máximo para Cobrança
0 A 50	ISENTO
51 A 60	**8,24**
61 A 100	**10,71**
101 A 150	**12,07**
151 A 300	**31,16**
301 A 500	**59,23**
501 A 1000	**117,55**
ACIMA DE 1000	**159,63**

C-COMÉRCIO	
Faixa de Consumo (kWh)	Limite máximo para Cobrança (R$)
0 A 30	**10,71**
31 A 50	**17,74**
51 A 100	**29,26**
101 A 150	**41,08**
151 A 300	**70,19**
301 A 500	**139,75**
501 A 1000	**150,08**
ACIMA DE 1000	**210,92**

D-INDUSTRIAL	
Faixa de Consumo (kWh)	Limite máximo para Cobrança (R$)
0 A 30	**17,74**
31 A 50	**29,26**
51 A 100	**41,08**
101 A 150	**70,19**
151 A 300	**139,75**
301 A 500	**220,08**
501 A 1000	**355,92**

ACIMA DE 1000	**447,58**

E-PODER PUBLICO	
Faixa de Consumo (kWh)	Limite máximo para Cobrança (R$)
0 A 30	**17,74**
31 A 50	**29,26**
51 A 100	**41,08**
101 A 150	**70,19**
151 A 300	**139,75**
301 A 500	**220,08**
501 A 1000	**355,92**
1001 A 2000	**447,58**
2001 A 4000	**621,37**
ACIMA DE 4000	**1.037,00**

L-ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
Faixa de Consumo (kWh)	Limite máximo para Cobrança (R$)
0 A 30	0,00
31 A 50	0,00
51 A 60	0,00
61 A 80	0,00
81 A 100	0,00
101 A 200	0,00
201 A 300	0,00
301 A 450	0,00
451 A 650	0,00
651 A 1000	0,00
1001 A 2000	0,00
ACIMA DE 2000	0,00

M-RURAL	
Faixa de Consumo (kWh)	Limite máximo para Cobrança (R$)
0 a 300	ISENTO
301 A 500	**40,31**
501 A 1000	**71,62**
ACIMA DE 1000	**113,30**

N-SERVICO PUBLICO	
Faixa de Consumo (kWh)	Limite máximo para Cobrança (R$)
0 A 30	**17,74**
31 A 50	**29,26**
51 A 100	**41,08**
101 A 150	**70,19**
151 A 300	**139,75**
301 A 500	**220,08**
501 A 1000	**355,92**
1001 A 2000	**447,58**
2001 A 4000	**621,37**
ACIMA DE 4000	**1.037,00**

O-REVENDA	
Faixa de Consumo (kWh)	Limite máximo para Cobrança (R$)
0 A 30	**5,55**
31 A 50	**8,74**
51 A 100	**14,63**
101 A 150	**25,68**
151 A 300	**43,87**
301 A 500	**93,17**
501 A 1000	**146,72**
ACIMA DE 1000	**273,79**

TABELA DE RECEITA II – TERRENO

DIMENSÕES DO TERRENO	**VALOR ANUAL (EM UFM*)**
1. Até 124 m²	**ISENTO**
2. De 125 a 300 m²	**8**
3. De 301 a 599 m²	**10**
4. De 600 a 1.499 m²	**20**
5. De 1.500 a 2.499 m²	**30**
6. De 2.500 a 7.499 m²	**40**
7. De 7.500 a 14.999 m²	**50**
8. De 15.000 a 29.999 m²	**60**
9. De 30.000 a 49.999 m²	**90**
10. Acima De 50.000 m²	**120**

ANEXO IX
TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
(Redação dada pela Lei Complementar nº 744, de 2024).

COMPETÊNCIA / FATO GERADOR		**VALOR em (UFM)**
GRUPO I		
1	Indústrias extrativas, cultivo de frutas ou plantas de lavoura e produção de sementes.	60
2	Criação de bovinos, bufalinos, equinos, asininos, caprinos, ovinos, suínos e aves.	60

3	Criação de animais não especificados anteriormente.	60
4	Aquicultura em agua salgada, salobra ou doce.	60
5	Refino e outros tratamentos do sal	60
GRUPO II		
1	Frigorifico ou matadouro	70
2	Fabricação de conservas, óleos vegetais, laticínios ou sorvetes	70
3	Produção, beneficiamento ou condicionamento de alimentos e de bebidas não alcoólicas, por área do estabelecimento m²: Até 50m² De 51m² a 200m² De 201m² a 400m² Acima de 401m²	 100 110 120 130
4	Produção ou acondicionamento de bebidas alcoólicas, por área do estabelecimento m²: Até 50m² De 51m² a 200m² De 201m² a 400m² Acima de 401m²	 120 140 160 180
5	Comercialização de bebidas alcoólicas.	70
6	Funcionamento de supermercados	120
7	Funcionamento de Hipermercados	140
8	Mercadinhos, mercearias, especiarias, estivas e similares.	70
9	Distribuição de água por caminhões	70
10	Padaria e confeitaria	70
GRUPO III		
1	Indústrias de medicamentos ou drogas destinados ao tratamento ou prevenção de enfermidades	120
2	Banco de olhos, sangue, leite, pele, sêmen, agência transfusional, serviço de homeopatia e posto de coleta.	100
3	Hospitais, clínicas, maternidades, casas de saúde, hospitais veterinários e similares, por área do estabelecimento m²:: De até 400m² De 401 a 800m² Acima de 801m²	100 110 120
4	Funcionamento de consultórios, ambulatórios, laboratórios de análise, oficinas de prótese ou de equipamento e material de uso médico-odontológico, consultórios e ambulatórios veterinários e similares, por área do estabelecimento m²:	80
5	Comercialização de medicamentos ou drogas destinados ao tratamento ou prevenção de enfermidades	70
6	Fabricação de produtos químicos e de limpeza.	120
7	Fabricação de instrumentos e materiais para uso médico e odontológico	70
GRUPO IV		
1	Coleta, tratamento e disposição de resíduos.	70
GRUPO V		
1	Funcionamento de escolas de ensino creche-infantil, infantil, fundamental, médio e superior.	50
2	Funcionamento de hotéis, motéis, pensões e similares	70
3	Funcionamento de restaurantes, bares, lanchonetes e similares	60
4	Funcionamento de institutos de beleza, barbearias e similares	50
5	Funcionamento de casas funerárias e similares	70
6	Comercialização de artigos de higiene, dietéticos, toucador, saneantes, inseticidas, raticidas e similares.	50

ANEXO X
TABELA DE MULTAS AO CÓDIGO DE OBRAS E INSTALAÇÕES

ITEM	INFRAÇÕES	Valor em Real (R$)
1	Omissão no projeto de elementos físicos do terreno	R$ 102,70
2	Omissão ou falseamento de dados no Projeto	R$ 205,40
3	Alteração viciosa do Projeto aprovado	R$ 410,80
4	Inicio da obra sem Projeto Aprovado e/ou se Alvará de Construção' – em qualquer tempo de construção	R$ 205,40
5	Inicio da obra sem Responsável Técnico	R$ 410,80
6	Inicio obra sem dados de nivelamento/alinhamento	R$ 102,70
7	Execução obra em desacordo c/ Projeto aprovado	R$ 410,80
8	Falta Projeto Aprovado e/ou sem Alvará de Construção na obra	R$ 205,40
9	Prosseguimento obra s/ prorrogação do prazo	R$ 205,40
10	Não conclusão de Demolição no prazo previsto	R$ 51,35
11	Inobservância prescrições para movimento de terra/vedações	R$ 102,70
12	Inobservância exigências logradouros e vizinhos	R$ 51,35
13	Inobservância exigências para colocação de andaimes, tapumes, telas	R$ 205,40
14	Desobediência de Embargo Municipal	R$ 102,70
15	Execução obra com ruídos antes 7 horas e após 19 horas.	R$ 102,70
16	Não cumprimento intimação para demolição	R$ 308,10
17	Alteração destinação da obra sem autorização da administração pública municipal.	R$ 205,40
18	Após conclusão da obra não solicitar vistoria para habite-se	R$ 51,35
19	Utilização edificação sem habite-se	R$ 150,00
20	Descumprimento prescrições para equipamento e instalação	R$ 205,40
21	Não remoção em 48 horas, da metralha produzida na reforma-por mão em 48 horas, da metralha produzida na reforma-por m3 de material produzido.	R$ 3,81

ANEXO XI
TABELA INDICATIVA DO NÍVEL PARA DEFINIÇÃO DO V0
(Redação dada pela Lei Complementar nº 725, de 2024).

	ZONA TERRITORIAL (ZT)	CÓD. LOGRADOURO	LOGRADOURO	FATOR DE ENQUADRAMENTO (ANEXO II)

	01	01	1ª Travessa Maria Juvina	24
	01	02	2ª Travessa Maria Juvina	24
	01	03	Travessa Maria Juvina	24
	01	04	Travessa do Uirapuru	24
	01	05	Travessa do Curió	24
	01	06	Travessa do Canário	24
	01	07	Travessa da Andorinha	24
	01	08	Travessa da Arara	24
	01	09	Travessa do João-de-Barro	24
	01	10	Travessa da Lavadeira	24
	01	11	Travessa do Pintassilgo	24
	01	12	Travessa do Rouxinol	24
	01	13	Travessa do Tucano	24
	01	14	Rua Maria Juvina da Conceição	23
	01	15	Rua José Balbino Ferreira	23
	01	16	Rua Aluízio Cardoso de Moura	22
	01	17	Rua da Araponga	24
	01	18	Rua do Azulão	24
	01	19	Rua do Pardal	24
	01	20	Rua do Catatal	24
	01	21	Rua do Tico-Tico	24
	01	22	Rua do Sabiá	24
	02	01	1ª Travessa Luís de Matos	20
	02	02	1ª Travessa Oscar Tolentino	20
	02	03	1ª Travessa Feliciano Sabino	20
	02	04	2ª Travessa Luís de Matos	20
	02	05	2ª Travessa Oscar Tolentino	20
	02	06	Rua Marechal Castelo Branco	18
	02	07	Rua Oscar Tolentino de Oliveira	19
	02	08	Rua Feliciano Sabino de Oliveira	19
	02	09	Rua Luís de Matos Ferreira	19
	02	10	Rua da Liberdade	19
	02	11	Rua Luís Cavalcante Lins	18
	02	12	Rua José Amaro da Paz	19
	02	13	Rua Moacir Campelo	19
	02	14	Rua Osório Travasso Sarinho	19
	02	15	Rua Doutor Cipriano de Moura	19
	02	16	Rua Pedro Ferreira	19
	02	17	Rua Adalto Barbosa de Souza	16
	02	18	Rua Antônio de Vasconcelos	19
	02	19	Rua Pedro Gentil da Rocha	19
	02	20	Rua São Vicente de Paula	19
	02	21	Rua Heráclito Montenegro	19
	03	01	Av Tenente Cleto Campelo	15
	03	02	Av Dantas Barreto	20
	03	03	Av Euclides de Souza Leão	19
	03	04	Av Professora Laura de Freitas	16
	03	05	Praça de São Cristóvão	20
	03	06	Rua Baltazar Moreno	20
	03	07	Rua João Fernandes Vieira	16
	03	08	Rua Henrique Portela	20
	03	09	Rua Edmundo de Sá Gouvêia	20
	03	10	Rua Artur Mendonça	16
	03	11	Rua Manoel Oscar Lima	20
	03	12	Rua Rivadávia Costa	19
	03	13	Rua Maestro de Portela	16
	03	14	Rua Padre Edmund Kleipool	19
	03	15	Rua Deputado Alcides Teixeira	19
	03	16	Rua João Dourado Filho	20
	03	17	Rua Horácio Gonzales	20
	03	18	Rua Francisco Marques Santos	19
	03	19	Rua Josefa Francisca de Queiróz	20
	03	20	Rua Professor José Lins	19
	03	21	Rua Beiró Uchôa	19
	03	22	Rua José Maximínio Pereira Viana	19
	03	23	Rua Jornal do Comércio	16
	03	24	Rua 8 de dezembro	20
	03	25	Rua Otoniel Lopes	16
	03	26	Rua Antônio Júlio Sobrinho	16
	03	27	Rua José Ermírio de Moraes	16
	03	28	Rua Diário de Pernambuco	19
	03	29	Rua Argemiro Nepomuceno	19
	03	30	Rua Marechal Costa e Silva	16
	04	01	1ª Travessa Eduardo Campos	24
	04	02	1ª Travessa das Palmeiras	24
	04	03	1ª Travessa Princesa Isabel	24
	04	04	1ª Travessa Três Marias	24
	04	05	2ª Travessa Eduardo Campos	24
	04	06	2ª Travessa da Lagoa	24
	04	07	2ª Travessa Três Marias	24
	04	08	Praça Ricardo Lourenço De Oliveira	24
	04	09	Rua Adalgisa Nascimento	24
	04	10	Rua das Flores	24
	04	11	Rua Princesa Isabel de Bragança	24
	04	12	Rua Marinalva Maria da Silva	24
	04	13	Rua Miguel Arraes	24
	04	14	Rua João Anselmo Ponte Ribeiro	24
	04	15	Rua Lafayete de Aquino Lopes	24
	04	16	Rua das Palmeiras	24

	04	17	Rua do Sol	24
	04	18	Rua Governador Eduardo Campos	24
	04	19	Rua da Lagoa	24
	04	20	Rua Três Lagoas	24
	04	21	Rua Robson Alves	24
	05	01	1ª Travessa Descoberta	22
	05	02	1ª Travessa dos Artistas	22
	05	03	1ª Travessa Flores-de-lis	22
	05	04	Avenida Cleto Campelo	15
	05	05	Travessa Alemanha Oriental	22
	05	06	Travessa Argélia	22
	05	07	Rua Monte Castelo	18
	05	08	Rua Argélia	22
	05	09	Rua Galileia	22
	05	10	Rua Joaquim Murtinho	22
	05	11	Rua Alemanha Oriental	22
	05	12	Rua Bolívia	20
	05	13	Rua das Tulipas	22
	05	14	Rua Nova Descoberta	18
	05	15	Rua Flores-de-Lis	22
	05	16	Rua dos Amarílis	22
	05	17	Rua Haroldo Atkinson	18
	05	18	Rua Venezuela	18
	05	19	Rua Chile	18
	05	20	Rua Rubem Aquino Fonseca	18
	05	21	Rua Argentina	20
	05	22	Rua Equador	20
	05	23	Rua Paraguai	20
	05	24	Rua Colômbia	20
	05	25	Rua Uruguai	20
	05	26	Rua dos Artistas	22
	05	27	Rua Maestro Nezinho	22
	05	28	Rua da Concórdia	22
	05	29	Rua da Independência	20
	05	30	Estrada do Paú	22
	06	01	1ª Travessa Pedro Carneiro	22
	06	02	Travessa Apolônio Manoel dos Santos	22
	06	03	Travessa José Carlos Duarte Rocha	22
	06	04	Avenida José Carlos Duarte Rocha	17
	06	05	Avenida Presidente Vargas	15
	06	06	Rua São Jorge	18
	06	07	Rua Antônio Feliciano dos Santos	22
	06	08	Rua Luís Raimundo de Souza	18
	06	09	Rua Antônio Vicente Veloso de Andrade Neto	22
	06	10	Rua Apolônio Manoel dos Santos	17
	06	11	Rua Manoel Nascimento de Souza	18
	06	12	Rua Pedro Carneiro da Silva	22
	06	13	Rua Nicarágua	22
	06	14	Rua Manoel Joaquim de Carvalho	22
	06	15	Rua José Feliciano Gomes	22
	06	16	Rua Ari Duarte Coutinho	22
	06	17	Rua Manoel Ferreira de Souza	22
	06	18	Rua João Rodrigues da Silva	22
	06	19	Rua Jeane Lino de Oliveira	18
	06	20	Rua Antônio Joaquim Ferreira	22
	06	21	Estrada da Cavalaria	22
	07	01	1ª Travessa Sol Nascente	22
	07	02	2ª Travessa Sol Nascente	22
	07	03	3ª Travessa Sol Nascente	22
	07	04	4ª Travessa Sol Nascente	22
	07	05	5ª Travessa Sol Nascente	22
	07	06	Rua André Vidal de Negreiros	19
	07	07	Rua das Betônicas	22
	07	08	Rua da Lua	22
	07	09	Rua Sol Nascente	22
	07	10	Rua Estrela Cadente	22
	07	11	Rua da Vitória	22
	08	01	1ª Travessa Ester de Oliveira	16
	08	02	2ª Travessa Ester de Oliveira	16
	08	03	Travessa Artur Mendonça	16
	08	04	Travessa 15 de novembro	16
	08	05	Travessa Djalma Montenegro	16
	08	06	Avenida Tenente Cleto Campêlo	14
	08	07	Avenida Dantas Barreto	19
	08	08	Rua Francisco de Assis Carneiro da Cunha	16
	08	09	Rua 15 de novembro	13
	08	10	Rua Artur Mendonça	13
	08	11	Rua Antônio Marinho Pontes	16
	08	12	Rua João Fernandes Vieira	13
	08	13	Rua Djalma Montenegro	13
	08	14	Rua Emília Lamas Grandi	14
	08	15	Rua Ester Oliveira da Silva	13
	08	16	Rua Antônio Ferreira Neri	16
	08	17	Rua José Nery Ferreira	16
	08	18	Rua Francisco Gomes de Oliveira	16
	08	19	Rua João Sabino de Oliveira	16
	08	20	Rua José Paulo Alimonda	17
	09	01	1ª Travessa Maria Juvina	21

	09	02	Travessa Cláudio Joaquim	21
	09	03	Rua Aluízio Cardoso de Moura	17
	09	04	Rua José Balbino Ferreira	21
	09	05	Rua Maria Juvina da Conceição	19
	09	06	Rua Pedro Paulo da Silva	19
	09	07	Rua Santa Terezinha	19
	09	08	Rua João Marinho	21
	09	09	Rua José Batista Guedes	21
	09	10	Rua Inocêncio Nazário da Silva	21
	09	11	Rua Eva Gomes da Silva	19
	09	12	Rua Artur José da Silva	19
	09	13	Rua José Barbosa de França	19
	09	14	Rua Paulo Pereira da Silva	19
	09	15	Rua Manoel Paulo dos Santos	19
	09	16	Rua José Pedro de Oliveira	21
	09	17	Rua João Lino de Oliveira	19
	09	18	Rua Manoel Henrique da Silva	19
	09	19	Rua Claudino Joaquim	21
	09	20	Rua Nossa Senhora de Fátima	17
	09	21	Rua Madre Silva	21
	09	22	Rua Severino Gomes da Rocha	19
	10	01	1ª Travessa Severino Manoel do Nascimento	23
	10	02	2ª Travessa Severino Manoel do Nascimento	23
	10	03	Travessa Vereador Eduardo Orlando	23
	10	04	Travessa José Estêvão da Silva	23
	10	05	Travessa José Aniceto dos Santos	23
	10	06	Travessa José Gomes de Lira	23
	10	07	Rodovia Luiz Gonzaga	23
	10	08	Rua José Gomes de Lira	19
	10	09	Rua Severino Alfredo dos Santos	23
	10	10	Rua Severino Manoel do Nascimento	21
	10	11	Rua Biu de Pedro	21
	10	12	Rua José Estêvão da Silva	21
	10	13	Rua Vereador José Eduardo da Silva	21
	10	14	Rua Maria Anunciada da Conceição	21
	10	15	Rua Vereadora Ana Matos	21
	10	16	Rua Professora Maria Margarida Pereira	21
	10	17	Rua Maria José da Silva	21
	10	18	Rua Wellington José da Silva	21
	10	19	Rua João José da Silva	23
	10	20	Rua Antônio Braz Rodrigues	23
	10	21	Rua José Aniceto dos Santos	23
	11	01	1ª Travessa Graciliano Ramos	20
	11	02	1ª Travessa Novo Horizonte	20
	11	03	1ª Travessa Tabelião Francisco Peixoto	18
	11	04	2ª Travessa Novo Horizonte	20
	11	05	2ª Travessa Graciliano Ramos	20
	11	06	2ª Travessa Tabelião Francisco Peixoto	19
	11	07	3ª Travessa Tabelião Francisco Peixoto	19
	11	08	4ª Travessa Tabelião Francisco Peixoto	19
	11	09	Travessa Presbítero Júlio Vicente	20
	11	10	Travessa Manoel Avião	20
	11	11	Travessa Paulo Gomes	20
	11	12	Travessa Izídio José de Lima	20
	11	13	Travessa Arlindo Cosmo	20
	11	14	Travessa Adjane Barbosa	20
	11	15	Travessa João Pedro de Araújo	20
	11	16	Travessa José Alvino	20
	11	17	Travessa Ednaldo Alves	20
	11	18	Rua dos Músicos	19
	11	19	Rua João Daniel da Silva	20
	11	20	Rua Sebastiana Daniel Trindade da Silva	20
	11	21	Rua Miguel Arraes	20
	11	22	Rua Adalgisa Nascimento	19
	11	23	Rua Adalto Barbosa de Souza	18
	11	24	Rua do Estudante	19
	11	25	Rua Amaro Neris	19
	11	26	Rua Professor José Alvino	19
	11	27	Rua da Vargem	19
	11	28	Rua Padre Luiz	20
	11	29	Rua Haroldo Montenegro	20
	11	30	Rua Tabelião Francisco Peixoto	18
	12	01	Rua José Antônio dos Santos	19
	12	02	Rua Ana Gomes de Freitas	21
	12	03	Rua Severino Manoel do Nascimento	21
	12	04	Rua Antônio Gonçalves de Lima	21
	12	05	Rua Amaro Crispin da Silva	21
	12	06	Rua João Ângelo de Lima	21
	12	07	Rua Severino Barbosa da Silva	23
	12	08	Rua Alfredo Leonildo Herculano	21
	12	09	Rua Severina Ana do Nascimento	21
	12	10	Rua José Albertino da Silva	23
	12	11	Rua Thiago da Silva Cavalcante	23
	12	12	Rua Ernesto Antônio Francisco	23
	12	13	Rua Marcelo Maximiano da Silva	23
	12	14	Rua Cícero Maranhão	23
	13	01	1ª Travessa Joaquim Nabuco	18
	13	02	1ª Travessa Beira Rio	18
	13	03	1ª Travessa Jorge Raline	18

	13	04	1ª Travessa Antônio Farias	18
	13	05	2ª Travessa Joaquim Nabuco	18
	13	06	2ª Travessa Antônio Farias	18
	13	07	Travessa Maria Helena	18
	13	08	Travessa São Miguel	18
	13	09	Rua Joaquim Nabuco	18
	13	10	Rua da Olaria	20
	13	11	Rua da Paz	20
	13	12	Rua Santa Tereza	20
	13	13	Rua Professor Jorge Raline	18
	13	14	Rua Beira Rio	22
	13	15	Rua Edite Fragoso	22
	13	16	Rua Nossa Senhora das Graças	22
	13	17	Rua Engenheiro Marcos Freire	22
	13	18	Rua Mário Burrione	22
	13	19	Rua Deputado Ulysses Guimarães	20
	13	20	Rua Senador Antônio Farias	18
	13	21	Rua São Marcos	22
	13	22	Rua São Jorge (Rua da Assembleia)	18
	13	23	Rua São Pedro	22
	13	24	Rua Maria de Lourdes	22
	13	25	Rua Floriano	22
	13	26	Rua Maria Iracema	20
	13	27	Rua Santa Eliza	20
	13	28	Rua Maria Helena	20
	14	01	1ª Travessa Pau-Brasil	22
	14	02	2ª Travessa Pau-Brasil	22
	14	03	Rua Pau-Brasil	22
	14	04	Rua Orquídea	22
	14	05	Rua da Esperança	22
	14	06	Rua da Saudade	22
	14	07	Rua Manjerona	22
	14	08	Rua Jasmim	22
	14	09	Rua José Antônio de Lima	22
	14	10	Rua Dracena	22
	14	11	Rua Ingazeira	22
	15	01	1ª Travessa do Éden	22
	15	02	1ª Travessa Amaro da Paz	22
	15	03	1ª Travessa Jardim	22
	15	04	2ª Travessa Amaro da Paz	22
	15	05	2ª Travessa do Éden	22
	15	06	2ª Travessa Jardim	22
	15	07	3ª Travessa Jardim	22
	15	08	3ª Travessa da Lagoa	22
	15	09	3ª Travessa Princesa Isabel	22
	15	10	3ª Travessa do Éden	22
	15	11	4ª Travessa do Éden	22
	15	12	Travessa José Carlos de França	22
	15	13	Travessa José Vicente Xavier	20
	15	14	Travessa Rayane Ferreira	22
	15	15	Travessa Silene Correia de Melo	22
	15	16	Travessa Valdomiro Alves da Silva	22
	15	17	Rua da Liberdade	20
	15	18	Rua Vereador Genaro Barreto	22
	15	19	Rua Emídio de Oliveira	20
	15	20	Rua Enfermeira Maria José Costa Melo	20
	15	21	Rua José Cavalcante de Albuquerque	20
	15	22	Rua Prefeito Osias Mendonça	20
	15	23	Rua Lafayette de Aquino Lopes	22
	15	24	Rua da Lagoa	23
	15	25	Rua da Barreira	23
	15	26	Rua Maximino Inácio da Silva	23
	15	27	Rua Pedro Firmino Freitas	23
	15	28	Rua Jardim	23
	15	29	Rua José Amaro da Paz	19
	15	30	Rua Jardim do Éden	20
	15	31	Rua José Jorge do Nascimento	20
	15	32	Rua Kaik Henrique da Silva	23
	15	33	Rua Professora Noêmia Guerra	23
	15	34	Rua Ronaldo da Silva	23
	15	35	Rua Sônia Maria da Conceição	23
	15	36	Rua Presidente Tancredo Neves	20
	15	37	Rua Senador Antônio Farias	20
	15	38	Rua Aluísio do Rêgo Medeiros	20
	15	39	Rua Janailton de Barros Correia	23
	15	40	Rua José Florêncio dos Santos	23
	15	41	Rua Topógrafo Jonas Dias Gomes	20
	15	42	Rua Luiz Cavalcante Fraga	23
	15	43	Rua Paulo Batista Ramos	20
	15	44	Rua Progresso	16
	15	45	Rua Vereador Roderick Gomes Pereira	23
	15	46	Rua José Vicente Xavier	22
	15	47	Rua do Campo	22
	15	48	Rua Antônio Francisco de Oliveira (Tonhé)	22
	15	49	Rua José Carlos de França	23
	15	50	Rua Professora Julieta de Holanda Vasconcelos	22
	15	51	Rua Zezo Bernardo	23

	16	01	1ª Travessa José da Bica	22
	16	02	Travessa Um	22
	16	03	Travessa Dois	22
	16	04	Travessa Três	22
	16	05	Rua Tabelião Walter Freire Lopes	20
	16	06	Rua Jornalista Antônio Maranhão	20
	16	07	Rua Sebastião Vilaça	20
	16	08	Rua Jornalista Antônio Maranhão	19
	16	09	Rua José da Bica	20
	16	10	Rua Doutora Idailza Torzer de Lira	20
	16	11	Rua Maria de Fátima Farias	20
	16	12	Rua Artur Bezerra Negromonte	20
	16	13	Rua João Batista de Albuquerque Maranhão	20
	16	14	Rua Rinaldo Bezerra Negromonte	20
	16	15	Rua Antônio Barreto	22
	16	16	Rua Joaquim Lacerda de Carneiro	20
	17	01	1ª Travessa 14 de julho	21
	17	02	1ª Travessa da Cachoeira	21
	17	03	1ª Travessa Noruega	21
	17	04	1ª Travessa Cleto Campelo	21
	17	05	1ª Travessa Pedreiras	21
	17	06	1ª Travessa André Vidal de Negreiros	21
	17	07	2ª Travessa da Cachoeira	21
	17	08	2ª Travessa Pedreiras	21
	17	09	2ª Travessa da Cachoeira	21
	17	10	3ª Travessa Cleto Campelo	21
	17	11	Avenida Tenente Cleto Campelo	15
	17	12	Rua André Vidal de Negreiros	18
	17	13	Rua Pedreiras	18
	17	14	Rua 14 de julho	21
	17	15	Rua Noruega	21
	17	16	Rua Manoel Miudinho	21
	17	17	Rua da Cachoeira	18
	17	18	Rua Beira Rio	18
	17	19	Rua Jardim da Bíblia	18
	18	01	PE-007	15
	18	02	Avenida Euclides de Souza Leão	19
	18	03	Avenida Paulo Vicente Lamoia	19
	18	04	Rua Adjane Barbosa de Figueiredo	19
	18	05	Rua Antônio Gomes da Silva	19
	18	06	Rua Capitão Antônio Carlos Souza Leão	19
	18	07	Rua José Lopes da Silva	19
	18	08	Rua Gilberto Lopes Silva Filho	19
	18	09	Rua Rodolfo Vieira da Silva	19
	18	10	Rua Irene Maria da Conceição Silva	19
	18	11	Rua Manoel Braz dos Santos	19
	18	12	Rua João Ferreira de Oliveira	19
	18	13	Rua Irene Primo Leite	19
	18	14	Rua João Ferreira de Oliveira	19
	19	01	Travessa José João da Paz	22
	19	02	Avenida Nossa Senhora da Luz	20
	19	03	Rua José João da Paz	23
	19	04	Rua José Joaquim de Barros Vasconcelos	23
	19	05	Rua Thereza Nunes Kehrle	23
	19	06	Rua Doutor José Urbano Correia do Amaral	22
	20	01	Travessa Doutor Osmário Gomes de Araújo	22
	20	02	Travessa Antônio Rêgo Araújo	22
	20	03	Travessa Carolina Gomes de Oliveira	22
	20	04	Travessa Celestino Antônio Augusto	22
	20	05	Rua Henrique Dias	20
	20	06	Rua Doutor Diniz Passos	21
	20	07	Rua Sebastião Vilaça	19
	20	08	Rua Jornalista Antônio Maranhão	19
	20	09	Rua Edmar Gomes Cavalcanti	20
	20	10	Rua José Victor de Araújo	20
	20	11	Rua Tabelião Walter Freire Lopes	20
	20	12	Rua Luiz Ferrari	20
	20	13	Rua Gilberto Viana	20
	20	14	Rua Manuel Dias Simões	20
	20	15	Rua João Júlio Costa	22
	20	16	Rua Jornalista Edson Régis de Carvalho	22
	20	17	Rua Constantino de Albuquerque Maranhão	20
	20	18	Rua Poeta Enéas Alves	19
	20	19	Rua Antônio do Rêgo Araújo	19
	20	20	Rua Coronel Antônio Augusto Ribeiro Pessoa	22
	20	21	Rua Vereador Arnaldo Alexandre	22
	20	22	Rua Paulo Roberto Melo	22
	20	23	Rua Doutor Osmário Gomes de Araújo	22
	20	24	Rua Carolina Gomes de Oliveira	22
	20	25	Rua Gizele Pedrosa Pontes	22
	20	26	Rua José Lopes	22
	20	26	Rua Floriano Pina	22
	20	27	Rua Judite Luna	22
	20	28	Rua Capitão Calixto	19
	20	29	Rua Professora Corina Soares	22
	20	30	Rua Leopoldo Franklin de Lacerda	22
	20	31	Rua Vereador Adelson Maciel	22

	20	32	Rua Bom Dia	22
	21	01	Avenida Juscelino Kubitschek	22
	21	02	Rodovia Luiz Gonzaga/BR-232	22
	21	03	Rua Petrônio de Oliveira	23
	21	04	Rua Manuel Batista de Souza	23
	21	05	Rua Professora Ana Inez	23
	21	06	Rua Thomaz de Luiz de Moraes Rego	23
	21	07	Rua Professora Guimar Vasconcelos	23
	21	08	Rua João Cavalcanti de Lacerda	23
	21	09	Rua Francisco Leandro de Oliveira	21
	21	10	Rua Vicente do Rego Costa	21
	21	11	Rua José Balbino de Souza	21
	21	12	Rua José de Andrade Freitas	23
	21	13	Rua Candido Moraes Filho	23
	21	14	Rua João Adauto de Souza	23
	21	15	Rua Balduino Correia de Queiroz	21
	21	16	Rua Ademar de Barros	23
	21	17	Rua Jonas Nery Ferreira	23
	22	01	Travessa Doutor Barros Noé	23
	22	02	Avenida Tiradentes	17
	22	03	Rua Doutor Barros Noé	17
	22	04	Rua Doutor Diniz Passos	21
	22	05	Rua Henrique Dias	18
	22	06	Rua Doutor Osvaldo Cruz	18
	22	07	Rua José Bonifácio	21
	22	08	Rua Padre José Anchieta	18
	22	09	Rua Princesa Isabel	18
	22	10	Rua Antônio de Lemos Sobrinho	18
	22	11	Rua Marcílio Dias	18
	23	01	Avenida Governador Agamenon Magalhães	18
	23	02	Rua São Sebastião	21
	23	03	Rua José Nunes Vieira	21
	23	04	Rua São Jorge (lado dir.)	19
	23	05	Rua Severino Albuquerque Silva	19
	23	06	Rua Estela Carneiro da Cunha	21
	23	07	Rua Apolônio Cupertino de Almeida	19
	23	08	Travessa Estela Carneiro da Cunha	23
	23	09	Rua Benedita Maria de Lima	21
	23	10	Rua Adolfo Kuest	19
	23	11	Rua Antônio Vicente	19
	23	12	Rua Armindo Moura	19
	23	13	Rua Wilson Sales de Lima	19
	23	14	Rua Salgado Filho	19
	23	15	Rua João de Lemos Vasconcelos	18
	23	16	Rua da Glória	21
	23	17	Rua Mario Melo	19
	23	18	Rua Noel Alves	21
	24	01	1ª Travessa Maria José Xavier	24
	24	02	2ª Travessa Maria José Xavier	24
	24	03	1ª Travessa 13 de maio	24
	24	04	1ª Travessa João Couto	24
	24	05	2ª Travessa João Couto	24
	24	06	1ª Travessa Tab. Francisco Peixoto	21
	24	07	2ª Travessa Tabelião Francisco Peixoto	21
	24	08	3ª Travessa Tabelião Francisco Peixoto	21
	24	09	4ª Travessa Tabelião Francisco Peixoto	21
	24	10	5ª Travessa Tabelião Francisco Peixoto	21
	24	11	1ª Travessa da Paz	23
	24	12	2ª Travessa da Paz	23
	24	13	3ª Travessa da Paz	23
	24	14	4ª Travessa da Paz	23
	24	15	Travessa Adão Neri Ferreira	23
	24	16	Travessa Edileusa Cavalcanti dos Santos	23
	24	17	Travessa Joaquina Josefa da Conceição	23
	24	18	Travessa da Caixa D'água	23
	24	19	Rua dos Músicos	19
	24	20	Rua João Daniel da Silva	20
	24	21	Rua Sebastiana Daniel Trindade da Silva	20
	24	22	Rua Miguel Arraes	20
	24	23	Rua João Couto	20
	24	24	Rua Cosmo Ferreira da Silva	23
	24	25	Rua Tabelião Francisco Peixoto	19
	24	26	Rua da Olaria	23
	24	27	Rua Joaquim Nabuco	19
	24	28	Rua Carolina de Medeiros	23
	24	29	Rua Lourdes Couto	23
	24	30	Rua Abel Severiano Leite	19
	24	31	Rua 13 de maio	19
	24	32	Rua da Paz	23
	24	33	Rua Adalto Barbosa (lado dir.)	18
	24	34	Rua Maria José Pereira Gonzalez	23
	24	35	Rua Maria Helena	23
	24	36	Rua Severino Tenório Silva	23
	24	37	Rua Maria de Lurdes	23
	24	38	Rua Maria Severina de Araújo Silva	23
	24	39	Rua João Trindade	23
	24	40	Rua Vereador Antônio Luiz	23
	24	41	Rua Joaquina Josefa da Conceição	23

	24	42	Rua Edileusa Cavalcanti dos Santos	23
	24	43	Rua Maria José Xavier	23
	24	44	Rua Maestro Edmilson Nascimento	23
	25	01	1ª Travessa Santos Dumont	20
	25	02	1ª Travessa 10 de Novembro	20
	25	03	Avenida Dantas Barreto	16
	25	04	Rua 10 de novembro	15
	25	05	Rua Santos Dumont	19
	25	06	Rua 7 de setembro	20
	25	07	Rua Panamá	20
	25	08	Rua da República	20
	25	09	Rua 11 de setembro	19
	25	10	Rua 3 de maio	19
	25	11	Rua 12 de outubro	19
	25	12	Rua 21 de abril	19
	25	13	Rua Severino Batista de Souza (antiga 3ª Trav. Dantas Barreto)	20
	25	14	Rua José Cordeiro da Silva (antiga 2ª Trav. Dantas Barreto)	20
	25	15	Rua Pedro Tintino dos Santos (antiga 1ª Trav. Dantas Barreto)	20
	26	01	1ª Travessa Quintino Bocaiúva	18
	26	02	1ª Travessa do Penoso	23
	26	03	1ª Travessa Líbia	23
	26	04	2ª Travessa Líbia	23
	26	05	2ª Travessa André Vidal de Negreiros	21
	26	06	1ª Travessa 14 de julho	21
	26	07	2ª Travessa 14 de julho	23
	26	08	3ª Travessa 14 de julho	23
	26	09	Travessa dos Ipês	23
	26	10	Travessa da União	23
	26	11	Praça da Vitória	20
	26	12	Praça das Pedreiras	20
	26	13	Rua Quintino Bocaiúva	18
	26	14	Rua da União	18
	26	15	Rua 14 de julho	20
	26	16	Rua André Vidal de Negreiros	18
	26	17	Rua 10 de novembro	15
	26	18	Rua Japão	21
	26	19	Rua do Pau D'arco	21
	26	20	Rua José Félix de Souza	21
	26	21	Rua dos Ipês	21
	26	22	Rua da Lua	21
	26	23	Praça José Alves de Melo	21
	26	24	Rua dos Eucaliptos	23
	26	25	Rua Líbia	23
	26	26	Rua Córrego do Penoso	23
	27	01	Rua Barão de Souza Leão	17
	27	02	Rua Dona Amélia de Souza Leão	17
	27	03	Rua Doutor Lourinaldo Gouveia	17
	28	01	Travessa do Desporto	23
	28	02	Travessa da Ternura	23
	28	03	Travessa da Empatia	23
	28	04	Travessa da Nostalgia	23
	28	05	Travessa do Encantamento	23
	28	06	Praça Coronel Francisco Antônio	18
	28	07	Rua da Regeneração	22
	28	08	Rua Jardim	23
	28	09	Rua do Progresso	18
	28	10	Rua Doutor Barros Noé	20
	28	11	Rua Doutor Diniz Passos	20
	28	12	Rua Cristóvão Colombo	20
	28	13	Estrada de Carnijó	23
	29	01	1ª Travessa das Algarobas	24
	29	02	2ª Travessa das Algarobas	24
	29	03	Travessa das Aroeiras	24
	29	04	Travessa das Oliveiras	24
	29	05	Travessa das Castanheiras	24
	29	06	Travessa das Jabuticabeiras	24
	29	07	Travessa dos Bambus	24
	29	08	Travessa dos Jacarandás	24
	29	09	Travessa dos Umbuzeiros	24
	29	10	Rua das Seringueiras	24
	29	11	Rua dos Juazeiros	24
	29	12	Rua das Algarobas	24
	29	13	Rua das Pitangueiras	24
	29	14	Rua dos Jatobás	24
	29	15	Rua dos Cedros	24
	29	16	Rua das Mangueiras	24
	29	17	Rua dos Jacarandás	24
	29	18	Rua das Quaresmeiras	24
	29	19	Rua dos Buritis	24
	29	20	Rua dos Bambus	24
	29	21	Rua dos Pinheiros	24
	29	22	Rua Doutor Diniz Passos	20
	29	23	Rua Cristóvão Colombo	20
	29	24	Rua Tabelião Walter Freire Lopes	20
	29	25	Estrada de Carnijó	24
	30	01	1ª Travessa Antônio Vieira de Lima	23
	30	02	Travessa Um	23
	30	03	Travessa Dois	23

	30	04	Travessa Três	23
	30	05	Travessa Quatro	23
	30	06	Rua Antônio Vieira de Lima	23
	30	07	Rua Aluízio Cardoso de Moura	19
	30	08	Rua Manoel Pereira	21
	30	09	Rua João Pereira Matias	23
	30	10	Rua Cícero Maranhão	23
	30	11	Rua Nair da Paz Portela	23
	30	12	Rua João Paulo II	23
	30	13	Rua Pedro Paulo da Silva	21
	30	14	Rua Ana Gomes de Freitas	21
	30	15	Rua Maria Ferreira de Lima	21
	30	16	Rua Santa Terezinha	19
	30	17	Rua José Batista Guedes	19
	30	18	Rua Severino Gomes da Rocha	19
	30	19	Rua José da Glória	23
	31	01	Travessa dos Amarílis	22
	31	02	Rua Nova Descoberta	18
	31	03	Rua das Tulipas	22
	31	04	Rua da Esperança	19
	31	05	Rua André Vidal de Negreiros	19
	31	06	Rua das Camélias	19
	31	07	Rua das Betônicas	22
	31	08	Rua das Orquídeas	19
	31	09	Rua dos Amarílis	22
	31	10	Rua Flores-de-Lis	22
	31	11	Rua das Rosas	22
	31	12	Rua das Magnólias	22
	31	13	Rua das Hortênsias	22
	31	14	Rua dos Hibiscos	22
	31	15	Rua das Petúnias	22
	31	16	Rua das Bromélias	22
	31	17	Rua dos Lírios	22
	31	18	Rua das Gardênias	22
	31	19	Rua dos Jasmins	22
	31	20	Rua dos Crisântemos	22
	31	21	Rua das Begônias	22
	31	22	Rua dos Íris	22
	31	23	Rua das Azaleias	22
	31	24	Rua das Acácias	19
	31	25	Rua das Açucenas	22
	31	26	Rua das Frésias	22
	31	27	Rua das Alfazemas	19
	31	28	Rua das Anêmonas	19
	31	29	Rua das Papoulas	19
	31	30	Rua das Alcachofras	19
	31	31	Rua dos Lisiantos	22
	31	32	Rua das Beladonas	22
	31	33	Rua das Campânulas	19
	31	34	Rua dos Alecrins	19
	31	35	Rua dos Cardos	19
	31	36	Rua dos Cravos	19
	31	37	Rua das Dálias	22
	31	38	Rua das Centáureas	19
	31	39	Rua das Dormideiras	19
	31	40	Rua dos Dentes-de-Leão	19
	31	41	Rua dos Jacintos	22
	31	42	Rua dos Girassóis	22
	31	43	Rua dos Copos-de-Leite	22
	31	44	Rua dos Acônitos	22
	31	45	Rua dos Amores-Perfeitos	22
	31	46	Rua das Peônias	22
	31	47	Rua Alemanha Oriental	22
	31	48	Estrada do Paú	22
	32	01	1ª Travessa Princesa Isabel	18
	32	02	2ª Travessa Princesa Isabel	18
	32	03	Travessa Waldemar de Holanda Vasconcelos	18
	32	04	Travessa do Córrego	19
	32	05	Travessa do Jardim	19
	32	06	Praça Ricardo Lourenço da Silva	
	32	07	Rua Feliciano Sabino de Oliveira	16
	32	08	Rua Luiz de Matos Ferreira	18
	32	09	Rua Vereador Genaro Barreto	18
	32	10	Rua Emídio de Oliveira	18
	32	11	Rua Enfermeira Maria José Costa Melo	19
	32	12	Rua José Cavalcante de Albuquerque	19
	32	13	Rua Prefeito Osias Mendonça	19
	32	14	Rua Lafayette de Aquino Lopes	21
	32	15	Rua da Liberdade	18
	32	16	Rua Robson Alves	21
	32	17	Rua João Anselmo Ponte Ribeiro	18
	32	18	Rua Adalgisa Nascimento	21
	32	19	Rua Adalto Barbosa de Souza	16
	32	20	Rua Maria Marcelina Gomes da Silva	18
	32	21	Rua José Pessoa Vanderlei Vasconcelos	18
	32	22	Rua João José Cunha	18
	32	23	Rua Jornalista João Carneiro da Cunha	19
	32	24	Rua Professora Maria Luiza Gonzalez	18

32	25	Rua Desembargador Agamenon Duarte Lima	18	
32	26	Rua Jornalista Milton Gomes	18	
32	27	Rua Oscar Tolentino de Oliveira	16	
33	01	1ª Travessa Esperança	22	
33	02	2ª Travessa Esperança	22	
33	03	3ª Travessa Esperança	22	
33	04	4ª Travessa Esperança	22	
33	05	5ª Travessa Esperança	22	
33	06	1ª Travessa Beira Rio	22	
33	07	2ª Travessa Beira Rio	22	
33	08	1ª Travessa Monte Castelo	22	
33	09	2ª Travessa Monte Castelo	22	
33	10	2ª Travessa Cleto Campelo	22	
33	11	Travessa Galileia	22	
33	12	Travessa Argélia	22	
33	13	Avenida Tenente Cleto Campelo	15	
33	14	Rua Esperança	22	
33	15	Rua Manoel Miudinho	22	
33	16	Rua da Cachoeira	18	
33	17	Rua Beira Rio	22	
33	18	Rua Galileia	22	
33	19	Rua Joaquim Murtinho	22	
33	20	Rua Alemanha Oriental	22	
33	21	Rua Monte Castelo	18	
33	22	Rua Argélia	22	
34	01	Rodovia Luiz Gonzaga/ BR- 232	23	

ANEXO XII
TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA – TLP

ANEXO XII.A - FATOR DE COLETA DE LIXO DOMICILIAR
(Redação dada pela Lei Complementar n° 757, de 2025).

COLETA DOMICILIAR E REMOÇÃO DE LIXO (POR ANO):	
a) Imóveis edificados, por m² de área da unidade	Valor em UFM
- Residenciais:	0,15
- Não residenciais:	0,20
b) Imóveis não edificados, por m² de terreno	Valor em UFM
- Até 1000 m²	0,10
- Acima de 1000 m²	0,12

ANEXO XII. B
FATOR DE ENQUADRAMENTO DO IMÓVEL IDENTIFICADO (Ei)

	Área Construída em m² (metro quadrado)	**Valor em Real (R$)**
	1) De 0,01 a 25,00	R$ 6,16
	2) De 25,01 a 30,00	R$ 8,22
	3) De 30,01 a 40,00	R$ 10,27
	4) De 40,01 a 50,00	R$ 12,32
	5) De 50,01 a 70,00	R$ 16,43
	6) De 70,01 a 100,00	R$ 18,49
	7) De 100,01 a 150,00	R$ 23,62
	8) De 150,01 a 200,00	R$ 26,70
	9) De 200,01 a 250,00	R$ 31,84
	10) De 250,01 a 300,00	R$ 39,03
	11) De 300,01 a 400,00	R$ 46,21
	12) De 400,01 a 600,00	R$ 53,40
	13) De 600,01 a 700,00	R$ 55,46
	14) De 700,01 a 800,00	R$ 56,48
	15) De 800,01 a 900,00	R$ 59,57
	16) De 900,01 a 1.000,00	R$ 66,75
	17) De 1.000,01 a 1.100,00	R$ 73,94
	18) De 1.100,01 a 1.200,00	R$ 98,59
	19) De 1.200,01 a 1.300,00	R$ 112,97
	20) De 1.300,01 a 1.400,00	R$ 123,24
	21) De 1.400,01 a 2.000,00	R$ 138,64
	22) Acima de 2.000,00 m², Utilizar a fórmula EI = (((Ac - 2.000) / 100) x R$ 6,67)) + R$ 138,64	

ANEXO XII.C
FATOR DE ENQUADRAMENTO DO IMÓVEL NÃO IDENTIFICADO (Ei)

FATOR DE ENQUADRAMENTO DE IMÓVEL NÃO EDIFICADO		
ITEM	**Testada Real do Terreno em metro linear**	**Valores**
1	De 0,01 a 4,00	25,72
2	De 4,01 a 8,00	28,76
3	De 8,01 a 10,00	32,86
4	De 10,01 a 12,00	46,21
5	De 12,01 a 20,00	69,84
6	De 20,01 a 50,00	92,43
7	De 50,01 a 75,00	138,64
8	De 75,01 a 100,00	205,40
9	Acima de 100 e para cada 25,00 m a mais	61,62

ANEXO XII.D
FATOR DE UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

TIPO DA ATIVIDADE ECONÔMICA	FATOR (Ui)
1) Terreno	0,80
2) Residencial	1,04
3) Comercial sem Produção de Lixo Orgânico	1,95
4) Comercial com Produção de Lixo Orgânico	3,25
5) Industrial	3,50
6) Hospitalar	3,50
7) Pessoas Jurídicas em geral	2,00
8) Misto	1,50

ANEXO XII.E
TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA PARA COLETA ESPECIAL OU EVENTUAL DE LIXO

DISCRIMINAÇÃO	Valor em Real (R$)
1) Remoção de lixo extra-residencial, entulhos ou poda de árvores, p/ metro cúbico	R$ 10,27
2) Remoção de cadáveres de animais: Animal de porte pequeno..... Animal de porte médio ..... Animal de porte grande	 R$ 15,40 R$ 20,54 R$ 30,81

Publicado por:
Renan Crisostomo Dos Santos
Código Identificador:EE66CEA4

SEPLAG - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE ITENS FRACASSADOS PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 091/2025 [PROC. 1DOC Nº 717/2025] - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2025

AVISO DE ITENS FRACASSADOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 091/2025 [Proc. 1Doc nº 717/2025] - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2025

O Pregoeiro do Município do Moreno, informa os itens FRACASSADOS do certame em epígrafe cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS AFIM DE ATENDER A ATENÇÃO BÁSICA DE SERVIÇO DE PRONTO ATENDIMENTOS E REDE ESPECIALIZADA NO MUNICÍPIO DO MORENO/PE.**

Item	Descrição	Status
171	1 ÁCIDO VALPRÓICO (VALPROATO DE SÓDIO) 250 MG CÁPSULA	FRACASSADO
174	ÁCIDO VALPRÓICO (VALPROATO DE SÓDIO) 500 MG COMPRIMIDO ELENCO ESTADUA	FRACASSADO
176	BIPERIDENO, CLORIDRATO 2 MG COMPRIMIDO ELENCO ESTADUA	FRACASSADO
180	CARBONATO DE LÍTIO 300 MG COMPRIMIDO ELENCO ESTADUA	FRACASSADO
181	CITALOPRAM 20 MG COMPRIMIDO ELENCO ESTADUAL	FRACASSADO
184	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 100 MG COMPRIMIDO ELENCO ESTADUAL	FRACASSADO
185	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 25 MG COMPRIMIDO	FRACASSADO
187	FENITOÍNA SÓDICA 100 MG COMPRIMIDO ELENCO ESTADUAL	FRACASSADO
191	HALOPERIDOL 2 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 20 ML	FRACASSADO
192	HALOPERIDOL 5 MG COMPRIMIDO	FRACASSADO
193	IMIPRAMINA, CLORIDRATO 25 MG COMPRIMIDO	FRACASSADO
194	LEVOMEPROMAZINA 100 MG COMPRIMIDO	FRACASSADO
196	LEVOMEPROMAZINA 40 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 20 ML	FRACASSADO
197	PARACETAMOL + CODEÍNA, FOSFATO 500 MG + 30 MG COMPRIMIDO ELENCO ESTADUAL	FRACASSADO
199	PERICIAZINA 4 % SOLUÇÃO ORAL 20 ML	FRACASSADO
200	RISPERIDONA 1 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 30 ML	FRACASSADO
201	RISPERIDONA 1 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 30 ML	FRACASSADO
202	RISPERIDONA 2 MG COMPRIMIDO ELENCO ESTADUAL	FRACASSADO
213	BIPERIDENO, LACTATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 M	FRACASSADO
224	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5 ML	FRACASSADO
237	FENITOÍNA SÓDICA 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 5 M	FRACASSADO
238	FENOBARBITAL 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML	FRACASSADO
240	FENTANILA, CITRATO 0,05 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML	FRACASSADO
242	FLUFENAZINA, ENANTATO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML	FRACASSADO
248	5 HALOPERIDOL, SAL DECANOATO ,50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML ELENCO ESTADUAL	FRACASSADO
249	HALOPERIDOL 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML	FRACASSADO
273	PETIDINA 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML	FRACASSADO

Moreno, 04 de dezembro de 2025.

GIVALDO TORRES
Pregoeiro – Equipe de Pregão PMM
Mat. nº 31.311

Publicado por:
Givaldo Torres
Código Identificador:D65441BD

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE OLINDA

SECRETARIA DE PATRIMÔNIO, CULTURA E TURISMO
CONVOCATÓRIA Nº 001/2025 CICLO ARTÍSTICO E CULTURAL DE OLINDA/2026

RESULTADO PRELIMINAR - HABILITADOS			
ATRAÇÃO	**INSCRIÇÃO**	**PROPONENTE**	**CNPJ PROPONENTE**
DJ PEPE JORDÃO	0949/2025	12.042.795 PEPE LENIRIO RODRIGUES JORDÃO JUNIOR	12.042.795/0001-80
UNA DO COCO	0549/2025	17.854.847 ELAINE CONCEICAO GOMES DA SILVA	17.854.847/0001-36
RODRIGO ALVES	0310/2025	18.897.139 DANIEL RODRIGO ALVES SILVA	18.897.139/0001-45
JOANAH FLOR	0789/2025	19.647.727 JOANETH CONCEICAO LIMA MENDONCA	19.647.727/0001-93
AUGUSTO SILVA & FREVO NOVO	0530/2025	20.744.502 AUGUSTO CESAR DA SILVA	20.744.502/0001-34
CABOCLO MESTIÇO	0246/2025	21.844.853 HAMILTON DA SILVA TENORIO	21.844.853/0001-80
DEEJAY NOVATO	0123/2025	21.844.853 HAMILTON DA SILVA TENÓRIO	21.844.853/0001-80
CHRISTIANO DINIZ	0713/2025	26.792.534 CHRISTIANO DINIZ SILVA	26.792.534/0001-91
PABLLO MORENO	0770/2025	28.236.975 PABLLO MORENO BARBOSA MAGALHAES	28.236.975/0001-32
VICTOR MOURY	1021/2025	30.206.586 VICTOR JOSE MOURY FERNANDES	30.206.586/0001-06
GABRIEL SÁ	0163/2025	32.044.841 JOÃO GABRIEL SA DE LIMA	32.044.841/0001-97
ÍRIS NEGRA	0988/2025	32.643.665 SERENA REGINA DE MORAES LIMA,	32.643.665/0001-00
GRUPO SHOW & FECHANTE D´BRISON	0863/2025	33.146.589 RODRIGO FERREIRA SIMÕES	33.146.589/0001-90
ORQUESTRA MISTURA FINA	0709/2025	33.515.249 MONACITA GOMES FERREIRA	33.515.249/0001-99
MILTON RAULINO	0177/2025	34.380.483 MILTON RAULINO DE SOUZA NETO	34.380.483/0001-19
CIA BRINCANTEAR	0858/2025	35.103.855 BRUNO SOARES DA SILVA	35.103.855/0001-22
PASTORIL PERIGOSAS PASTORAS	0892/2025	35.103.855 BRUNO SOARES DA SILVA	35.103.855/0001-22
QUADRILHA ESTRELA MATUTA	900/2025	35.103.855 BRUNO SOARES DA SILVA	35.103.855/0001-22
LARA ACIOLY	0903/2025	35.103.855 BRUNO SOARES DA SILVA	35.103.855/0001-22
SOPHIE DRAG	905/2025	35.103.855 BRUNO SOARES DA SILVA	35.103.855/0001-22
RITA RIVOTRIL	0909/2025	35.103.855 BRUNO SOARES DA SILVA	35.103.855/0001-22
KIRA CAIROSHEL	928/2025	35.103.855 BRUNO SOARES DA SILVA	35.103.855/0001-22
JENYFFER STRONG	0933/2025	35.103.855 BRUNO SOARES DA SILVA	35.103.855/0001-22
RHAYANNA FOX	0938/2025	35.103.855 BRUNO SOARES DA SILVA	35.103.855/0001-22
RAYMILE BLOON	0939/2025	35.103.855 BRUNO SOARES DA SILVA	35.103.855/0001-22
GRUPO KALLINAS	01025/2025	36.862.110 GIOVANNA TELES DE SOUZA	36.862.110/0001-00
SANTROPPÊ	0623/2025	3L PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA	55.910.630/0001-96
TROÇA CARNAVALESCA MISTA MULHER DO DIA	0757/2025	40.059.430 CRISTIANE MICHELLE DAS NEVES MIGUEL COSTA - MM GESTÃO, ASSESSORIA E PRODUÇÃO CULTURAL	40.059.430/0001-01
CLUBE DA LAMA	0151/2025	41.082.582 JACQUELINE OLIVEIRA DOS SANTOS	41.082.582/0001-80
SOM DE RAIZ	0166/2025	41.082.582 JACQUELINE OLIVEIRA DOS SANTOS	41.082.582/0001-80
CARRANZA	0372/2025	41.082.582 JACQUELINE OLIVEIRA DOS SANTOS	41.082.582/0001-80
TCM SEU NEKINHO	0772/2025	41.082.582 JACQUELINE OLIVEIRA DOS SANTOS	41.082.582/0001-80
JEFFERSOM GÃO	0216/2025	42.139.384 JOSE MARIA SOARES ALVES	42.139.384/0001-78
ALIADOS CP	0338/2025	42.139.384 JOSE MARIA SOARES ALVES - J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78
THIAGO KEHRLE	942/2025	44.296.217 THIAGO FRANCA KEHRLE CARVALHO	44.296.217/0001-66
GAEL VILA NOVA	577/2025	45933193 GABRIEL GOMES VILA NOVA	45.933.193/0001-71
EUCLIDES ANDRADE BARROS NETO (KID ANDROID)	0585/2025	47.355.707 ROUSEANE PEREIRA ALVES	47.355.707/0001-84
LUANA TAVARES	1001/2025	48.412.777 LUANA GOMES TAVARES	48.412.777/0001-90
ZENDO	0741/2025	52.444.853 WILLIAM ROZENDO CAMPOS	52.444.853/0001-16
AFOXÉ FILHOS DE AYRÁ	0299/2025	53.292.133 CLEIBE LUIZ LEANDRO	53.292.133/0001-45
FORRÓ DOS CAETÉS	0999/2025	53.927.720 RANNIER VENANCIO DE ASEVEDO SILVA	53.927.720/0001-63
DJ 440 (TERÇA DO VINIL)	0203/2025	55.339.529 JUNIANI MARZANI GONCALVES	55.339.529/0001-26
FLAVIA SOARES	0977/2025	55.345.114 FLAVIA ROBERTA LEITE SOARES	55.345.114.0001/65
CANÁ CAIANA	0784/2025	55.345.900 LEILA MARIA FERREIRA CHAVES VAINER	55.345.900/0001-62
TAIGUARA BORGES	0885/2025	55.393.062 TAIGUARA BORGES PAULINO	55.393.062/0001-00
CLARINS DE OLINDA	0993/2025	55.514.666 ANDRE LUIZ DE MELO NETO	55.514.666/0001-50
MAMULENGO ÁGUA DE CACIMBA	0732/2025	56.895.657 MARIANA ACIOLI DE SIQUEIRA AGUIAR,	56.895.657/0001-19
CIRCO GODOT	0331/2025	57.166.692 JUAN EDUARDO SAUCEDO ISAZA	57.166.692/0001-60
SIBILA, O MISTÉRIO DAS COISAS	0522/2025	57.166.692 JUAN EDUARDO SAUCEDO ISAZA	57.166.692/0001-60
SEU MANOEL DE DONA FLOR	0825/2025	57.166.692 JUAN EDUARDO SAUCEDO ISAZA	57.166.692/0001-60
DOSE	0629/2025	58.985.064 LUIZ FERNANDO BARTHEL VELLOSO	58.985.064/0001-79
GAEL	1012/2025	60.637.715 GAEL TERENCE WALLACE GOMES DA SILVA	60.637.715/0001-81
RABECA ROOTS	0716/2025	61.614.936 TAYNAN RAFAELA SANTOS SOARES	61.614.936/0001-05
TEMPERO DE RABECA	0717/2025	61.614.936 TAYNAN RAFAELA SANTOS SOARES	61.614.936/0001-05
MAMULENGO DO RECANTO CULTURAL	0718/2025	61.614.936 TAYNAN RAFAELA SANTOS SOARES	61.614.936/0001-05
TONFIL	0676/2025	9.932.492 ANTONIO JOSÉ DE LIMA FILHO	39.932.492/0001-99
BANDA VIRUZ	0363/2025	A CARA DAQUI PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	19.939.528/0001-59
BANDA PLUGINS	0392/2025	A CARA DAQUI PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	19.939.528/0001-59
BANDA ETNIA	0435/2025	A CARA DAQUI PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	19.939.528/0001-59
MARACATU VÁRZEA DO CAPIBARIBE	0452/2025	A CARA DAQUI PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	19.939.528/0001-59
DIEGO CABRAL	0458/2025	A CARA DAQUI PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	19.939.528/0001-59
A BANDINHA	0462/2025	A CARA DAQUI PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	19.939.528/0001-59
BANDA N'ZAMBI	0466/2025	A CARA DAQUI PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	19.939.528/0001-59
MESA DE SAMBA	0615/2025	A CARA DAQUI PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	19.939.528/0001-59
VAGI ROSSI	0631/2025	A CARA DAQUI PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	19.939.528/0001-59
SERGINHO E BANDA SIMBORA	0642/2025	A CARA DAQUI PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	19.939.528/0001-59
ALBINO BARU	0723/2025	A CARA DAQUI PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	19.939.528/0001-59
ORQUESTRA SUPER OARA	0848/2025	A CARA DAQUI PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	19.939.528/0001-59
AS MARI'S DO SAMBA	0506/2025	A.C.W. SILVA PRODUÇÕES	34.085.956/0001-55
BANDA LEVA	0507/2025	A.C.W. SILVA PRODUÇÕES	34.085.956/0001-55
BANDA ROSSI ORIGINAL	0511/2025	A.C.W. SILVA PRODUÇÕES	34.085.956/0001-55
CEZZINHA	0514/2025	A.C.W. SILVA PRODUÇÕES	34.085.956/0001-55
LENO SIMPATIA	0517/2025	A.C.W. SILVA PRODUÇÕES	34.085.956/0001-55
LUCIANO FERRAZ	0519/2025	A.C.W. SILVA PRODUÇÕES	34.085.956/0001-55
MESTRE GENNARO	0525/2025	A.C.W. SILVA PRODUÇÕES	34.085.956/0001-55
BANDA SWING NOVO	0526/2025	A.C.W. SILVA PRODUÇÕES	34.085.956/0001-55
ANDREIA LUIZA	0505/2025	A.C.W. SILVA PRODUÇÕES,	34.085.956/0001-55
ALCYMAR MONTEIRO	0104/2025	AC PRIME PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	22.276.054/0001-17
TRIO NORDESTINO	0160/2025	AC PRIME PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	22.276.054/0001-17
BANDO PÉ DE BODE	1009/2025	ACAAP - ASSOCIAÇÃO CULTURAL, ARTÍSTICA E AMBIENTAL DO PINA	16.935.259/0001-64
MALOU MARINHO	0210/2025	ALBÉRICO JOSÉ DA SILVA 54732492487	36.634.213/0001-12
BANDA DE PAU E CORDA	0122/2025	AMPLIAR – SERVIÇO DE CULTURA E ARTE	10.426.137/0001-66
ALINE BRANDÃO	0136/2025	AMUZZE ASSESSORIA E PRODUÇÕES DE EVENTOS	59.864.513/0001-93

GUSTAVO TRAVASSOS	0630/2025	AMUZZE ASSESSORIA E PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	59.864.513/0001-93
FÁBRICA DE SAMBA	0015/2025	ANDERSSON LUNA DA CUNHA	23.462.650/0001-54
DINAH SANTOS	0340/2025	ANTONIO CARLOS FARIAS FERRAZ	39.507.950/0001-42
MOMBOJÓ	0611/2025	APEPUPONGA EDUCACIONAL LTDA	48.041.135/0001-21
ALEX PERNAMBUCO	0281/2025	APOLLOMIX PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA	22.599.895/0001-65
RICO MELL	0393/2025	APOLLOMIX PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA	22.599.895/0001-65
TONY NETTO	0394/2025	APOLLOMIX PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA	22.599.895/0001-65
PERFORMANCE FREVO ORQUESTRA	0400/2025	APOLLOMIX PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA	22.599.895/0001-65
APOLLO FREVO ORQUESTRA	0403/2025	APOLLOMIX PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA	22.599.895/0001-65
FORRÓ DA VAQUERAMA	0409/2025	APOLLOMIX PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA	22.599.895/001-65
ANDREZZA FORMIGA	0423/2025	AR2 PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	20.470.793/0001-10
ROBERTO CRUZ	0427/2025	AR2 PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	20.470.793/0001-10
VITIN DO ACORDEON	0433/2025	AR2 PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	20.470.793000110
ORQUESTRA MARACAFREVO (ITINERANTE)	0597/2025	ARAÇÁ PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS EIRELI-ME	19.298.036/0001-21
ORQUESTRA ARA FREVO	0600/2025	ARAÇÁ PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS EIRELI-ME	19.298.036/0001-21,
GRUPO MARACAFREVO	0606/2025	ARAÇÁ PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS EIRELI-ME	19.298.036/0001-21
BANDA DEBORA FORTUNATO	0612/2025	ARAÇÁ PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS EIRELI-ME	19.298.036/0001-21
SERGINHO DE OLINDA	0635/2025	ARAÇÁ PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS EIRELI-ME	19.298.036/0001-21
ORQUESTRA MARACAFREVO (PALCO)	0645/2025	ARAÇÁ PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS EIRELI-ME	19.298.036/0001-21
ORQUESTRA MARACAMINAS (PALCO)	0650/2025	ARAÇÁ PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS EIRELI-ME	19.298.036/0001-21
DEBORA FORTUNATO	0653/2025	ARAÇÁ PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS EIRELI-ME	19.298.036/0001-21
ORQUESTRA SONORA	0603/2025	ARAÇÁ PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS EIRELI-ME,	19.298.036/0001-21,
ORQUESTRA MARACAFREVO (ITINERANTE)	0627/2025	ARAÇÁ PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS EIRELI-ME,	19.298.036/0001-21,
MECK GIBIZINHO	0742/2025	ARGOS PRODUCOES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52
GABRIEL GOUVVEIA	0747/2025	ARGOS PRODUCOES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52
KELLY OLLIVEIRA A RAINHA DA SOFRÊNCIA	0752/2025	ARGOS PRODUCOES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52
BANDA SENSAÇÃO	0791/2025	ARGOS PRODUÇÕES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52
ALBERTO BAKANA	0167/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
APAIXONADO DO FORRÓ	0191/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
BANDA CAÇUÁ DE MANGAI	0304/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.47.0807/0001-04
KELVIS DURAN	0349/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
BANDA XOTE 10	0354/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
YAGO SANTANA	0358/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
CEZAR PAREDÃO	0371/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
ITALO PAY E A ZABUMBA MUNDI	0379/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
MC AFALA	0430/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
PAULO NETTO	0437/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04
CIRANDA TROPYCALHA	0040/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO-ACG	11.470.807/0001-04
MARACATU NAÇÃO TIGRE	0533/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL MARACATU NAÇÃO TIGRE	11.104.182/0001-67
REVOREDO	1007/2025	ASSOCIAÇÃO DA CULTURA REGIONAL NORDESTINA (ACRENOR)	26.122.442-0001/02
GABI DA PELE PRETA	1008/2025	ASSOCIAÇÃO DA CULTURA REGIONAL NORDESTINA (ACRENOR)	26.122.442-0001/02
MARACATU FEMININO DE BAQUE SOLTO CORAÇÃO NAZARENO	0071/2025	ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DE NAZARÉ DA MATA - AMUNAM	12.813.226/0001-90
MARACATU NAÇÃO CAMALEÃO	0539/2025	ASSOCIAÇÃO MUSICAL E CULTURAL DE CAVALEIRO	06.864.616/0001-97
SAMBA SOUL DELAS	0570/2025	ASSOCIAÇÃO MUSICAL E CULTURAL DE CAVALEIRO	06.864.616/0001-97
BANDA MARACATUDO PERCUSSÃO PESADA	0575/2025	ASSOCIAÇÃO MUSICAL E CULTURAL DE CAVALEIRO	06.864.616/0001-97
HENRIQUE BRANDÃO	0701/2025	ASSOCIAÇÃO SERRA CULTURAL - ASC	51.660.182/0001-68
BLOCO DE SAMBA A TURMA DO TRADIÇÃO	0090/2025	ASTROGILDO T S JUNIOR PRODUÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS	12.158.594/0001-42
MARACATU NAÇÃO PERNAMBUCO	0957/2025	ASTROGILDO T S JUNIOR PRODUÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS	12.158.594/0001-42
CULÉ DE XÁ: NO RITMO DO FREVO	0089/2025	ASTROGILDO T S JUNIOR PRODUÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS,	12.158.594/0001-42
KELLY BENEVIDES - CIGARRA KIKA (INFANTIL)	0091/2025	ASTROGILDO T S JUNIOR PRODUÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS,	12.158.594/0001-42
ISA LIMA	0092/2025	ASTROGILDO T S JUNIOR PRODUÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS,	12.158.594/0001-42
MARIA PAGODINHO	0093/2025	ASTROGILDO T S JUNIOR PRODUÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS,	12.158.594/0001-43
MELL MOCIDADE DO SAMBA	0094/2025	ASTROGILDO T S JUNIOR PRODUÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS,	12.158.594/0001-44
GERLANE GELL	0095/2025	ASTROGILDO T S JUNIOR PRODUÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS,	12.158.594/0001-45
SAYURI HEIWA	0097/2025	ASTROGILDO T S JUNIOR PRODUÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS,	12.158.594/0001-47
ZÉ BROWN	0098/2025	ASTROGILDO T S JUNIOR PRODUÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS,	12.158.594/0001-48
TAMBORES DE OGUN	0420/2025	ASTROGILDO T S JUNIOR PRODUÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS,	12.158.594/0001-42
NINHO E SUA ORQUESTRA	0114/2025	ATIVA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E PROMOCAO DE EVENTOS LTDA	13.081.945/0001-27
TRIO PÉ DE SERRA CANDINHEIRO	0221/2025	ATIVA PRODUCAO ARTISTICA E PROMOCAO DE EVENTOS LTDA	13.081.945/0001-27
MARTINS	0593/2025	ATOS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	03.290.395/0001-00
ISAAR	0873/2025	AURORA MUSICAL PRODUTORA LTDA	16.704.673/0001-62
AFOXÉ ALAFIN OYÓ	0019/2025	AYÒ PRODUÇÃO	25.317.473/0001-48
GRUPO PERCUSSIVO TAMBORES DE SAIA	0052/2025	B.A.C.O PRODUÇÕES CULTURAIS	34.330.072/0001-19

T.C.M. OLINDA FREVO E FOLIA	0072/2025	B.A.C.O PRODUÇÕES CULTURAIS	34.330.072/0001-19
AFOXÉ OYÁ GUERÊ	0189/2025	B.A.C.O PRODUÇÕES CULTURAIS	34.330.072/0001-19
GRUPO SOMBATUKI	0027/2025	BACO PRODUÇÕES CULTURAIS	34.330.072/0001-19
GRUPO AFRO LEÕES NEGROS	0498/2025	BACO PRODUÇÕES CULTURAIS, DANIEL RICARDO SEABRA DE HOLANDA PRODUCOES	34.330.072/0001-19
GABI DO CARMO	0503/2025	BACO PRODUÇÕES CULTURAIS, DANIEL RICARDO SEABRA DE HOLANDA PRODUCOES	34.330.072/0001-19
BLOCO DA SAUDADE	0211/2025	BLOCO CARNAVALESCO MISTO SAUDADE	41.065.375/0001-50
BLOCO DAS FLORES	0785/2025	BLOCO DAS FLORES	03.765.510/0001-48
MARIANA AYDAR	0695/2025	BRISA RECORDS PRODUTORA LTDA	22.419.336/0001-26
BANDA BRUCELOSE	0590/2025	BRUCELOSE PRODUÇÃO MUSICAL LTDA	01.764.160/0001-70
BBZÃO	0334/2025	C R S PRODUCOES E EVENTOS LTDA	48.687.085/0001-54
FARRA BOA	0421/2025	C R S PRODUCOES E EVENTOS LTDA	48.687.085/0001-54
SOM BRASILEIRO	0837/2025	C R S PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	48.687.085/0001-54
IMPÉRIO FREVO ORQUESTRA (PALCO)	0418/2025	C R S PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA,	48.687.085/0001-54,
OS CABOCLINHOS DOS COITÉS DE TRACUNHAÉM	0777/2025	CABOCLINHO DOS COITÉS DE TRACUNHAÉM	14.334.100/0001-69
PRETTO JAMAH	0017/2025	CASULO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	43.586.688/0001-46
FARINGES DA PAIXÃO	0018/2025	CASULO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	43.586.688/0001-46
NEGO THOR	0037/2025	CASULO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	43.586.688/0001-46
ENCANTARIA	0044/2025	CASULO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	43.586.688/0001-46
BANDA VITRAIZ	0077/2025	CASULO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	43.586.688/0001-46
KAIO MAD	0078/2025	CASULO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	43.586.688/0001-46
BANDA LADY NEWTON	0079/2025	CASULO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	43.586.688/0001-46
GAL MENEZES	0754/2025	CASULO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	43.586.688/0001-46
MARCELA SOUZA	0755/2025	CASULO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	43.586.688/0001-46
HARRY DU DENDÊ	0764/2025	CASULO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.	43.586.688/0001-46
TRIO DANADOS DO FORRÓ	0765/2025	CASULO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.	43.586.688/0001-46
CAVALO MARINHO ESTRELA BRILHANTE	0934/2025	CAVALO MARINHO ESTRELA BRILHANTE	10.201.602/0001-60
COCO DOS PRETOS	0604/2025	CENTRO CULTURAL CAMBINDA ESTRELA	08.798.225/0001-47
MARACATU NAÇÃO CAMBINDA ESTRELA	0613/2025	CENTRO CULTURAL CAMBINDA ESTRELA	08.798.225/0001-47
CAVALO MARINHO BOI MATUTO DE OLINDA	0020/2025	CENTRO CULTURAL CASA DA RABECA DO BRASIL	09.482.973/0001-89
CAVALO MARINHO BOI DA LUZ DE OLINDA	0021/2025	CENTRO CULTURAL CASA DA RABECA DO BRASIL	09.482.973/0001-89
CAVALO MARINHO FLOR DE MANJERONA DE OLINDA	0022/2025	CENTRO CULTURAL CASA DA RABECA DO BRASIL	09.482.973/0001-89
FAMILIA SALUSTIANO E A RABECA ENCANTADA	0023/2025	CENTRO CULTURAL CASA DA RABECA DO BRASIL	09.482.973/0001-89
COCO DE UMBIGADA	0357/2025	CENTRO CULTURAL COCO DE UMBIGADA	08.616.844/0001-73
AFOXÉ BABÁ ORIXALÁ FUNFUN	0359/2025	CENTRO CULTURAL COCO DE UMBIGADA	08.616.844/0001-73
CILA DO COCO	0265/2025	CENTRO CULTURAL COCO DO AMARO BRANCO	10.456.777/0001-19
COCO DO AMARO BRANCO	0405/2025	CENTRO CULTURAL COCO DO AMARO BRANCO	10.456.777/0001-19
VIOLA LUZ	0407/2025	CENTRO CULTURAL COCO DO AMARO BRANCO	10.456.777/0001-19
COCO DAS ARTES	0413/2025	CENTRO CULTURAL COCO DO AMARO BRANCO	10.456.777/0001-19
GANGA BARRETO	0591/2025	CENTRO CULTURAL COCO DO AMARO BRANCO	10.456.777/0001-19
ENRAIZANDO	0720/2025	CENTRO CULTURAL COCO DO AMARO BRANCO	10.456.777/0001-19
MESTRES DO COCO PERNAMBUCANO	0115/2025	CENTRO CULTURAL FAROL DA VILA	08.894.801/0001-50
AS NETAS DE SELMA DO COCO	0116/2025	CENTRO CULTURAL FAROL DA VILA	08.894.801/0001-50
BOI CALEMBA PERNAMBUCANO	0117/2025	CENTRO CULTURAL FAROL DA VILA	08.894.801/0001-50
COCO DO MESTRE JUAREZ	0319/2025	CENTRO CULTURAL FAROL DA VILA	08.894.801/0001-50
GRUPO INDÍGENA FETXHA E MESTRE MATINHO	0323/2025	CENTRO CULTURAL FAROL DA VILA	08.894.801/0001-50
BANDA DE PÍAFANO FULNI-Ô	0326/2025	CENTRO CULTURAL FAROL DA VILA	08.894.801/0001-50
O BIRITA DE OLINDA	0690/2025	CENTRO CULTURAL O BIRITA DE OLINDA	58.096.401/0001-77
LARA COUTO	0059/2025	CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES EM DIREITOS HUMANOS – A - COLHER	07.817.329/0001-99
CIEL	0476/2025	CIEL SANTOS PRODUÇÕES LTDA	22.094.523/0001-87
BILÉ ARES & BANDA	01026/2025	CLAUDINE LUNA DE ABREU 69893420482	38.430.899/0001-55
CLUBE CARNAVALESCO A BURRA DO ROSÁRIO	0551/2025	CLUBE CARNAVALESCO A BURRA DO ROSARIO	00.312.313/0001-85
CLUBE CARNAVALESCO MISTO ELEFANTE DE OLINDA	0943/2025	CLUBE CARNAVALESCO MIXTO ELEFANTE DE OLINDA	10.400.356/0001-76
O CALUNGUINHA	0847/2025	CLUBE DE ALEGORIA E CRÍTICA O HOMEM DA MEIA-NOITE	11.267.903/0001-50
O HOMEM DA MEIA-NOITE	0039/2025	CLUBE DE ALEGORIAS E CRITICAS O HOMEM DA MEIA-NOITE	11.267.903/0001-50
SAÍDA OFICIAL DO HOMEM DA MEIA-NOITE	0041/2025	CLUBE DE ALEGORIAS E CRITICAS O HOMEM DA MEIA-NOITE	11.267.903/0001-50
SESSÃO DE FOTOS O HOMEM DA MEIA-NOITE	0042/2025	CLUBE DE ALEGORIAS E CRITICAS O HOMEM DA MEIA-NOITE	11.267.903/0001-50
O HOMEM DA MEIA-NOITE	0043/205	CLUBE DE ALEGORIAS E CRITICAS O HOMEM DA MEIA-NOITE	11.267.903/0001-50
DORALYCE	0164/2025	COLMEIA 22 DORALYCE AUGUSTA R D S G 08110714480	14.542.333/0001-57
OTTO	0213/2025	CONDOM BLACK PRODUÇÃO TEATRAL, MUSICAL E DE ESPETÁCULO LTDA	30.984.565/0001-11
MÁRCIO OLIVEIRA	0673/2025	CONDOM BLACK PRODUÇÃO TEATRAL, MUSICAL E DE ESPETÁCULO LTDA	43.214.400/0001-02
MAESTRO DANDA E ORQUESTRA	0822/2025	DANDA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	22.437.285/0001-65
DANDA E SEU REGIONAL DE OURO	0839/2025	DANDA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	22.437.285/0001-65
DANDA E SUA ORQUESTRA (ITINERANTE)	0857/2025	DANDA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	22.437.2850001/65
ORQUESTRA ZEN	0518/2025	DANIEL GOMES DE ATAIDE	24.744.648/0001-30
FORRO ZEM	0521/2025	DANIEL GOMES DE ATAIDE	24.744.648/0001-30
GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA PRETO VELHO	0080/2025	DANIEL RICARDO SEABRA DE HOLANDA - B.A.C.O PRODUÇÕES CULTURAIS	34.330.072/0001-19
PAULLA BADU	0234/2025	DANIEL RICARDO SEABRA DE HOLANDA PRODUÇÕES - BACO PRODUÇÕES CULTURAIS,	34.330.072/0001-19
BANDA LABAREDAS	0601/2025	DESTAK SERVICOS E PROMOCOES ARTISTICAS LTDA	43.453.655/0001-28
BANDA METADE	0609/2025	DESTAK SERVIÇOS E PROMOÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	43.453.655/0001-28
EDILZA AIRES	0249/2025	EDILZA A DOS SANTOS,	13.268.185/0001-61
BANDA KEBRAEW	0622/2025	EDUARDO CARLOS DA SILVA SERVICOS EPP	14.027.275/0001-23
TRIO ZOI DE GATO	0626/2025	EDUARDO CARLOS DA SILVA SERVICOS EPP	14.027.275/0001-23
CARLINHOS KAETES	0773/2025	EDUARDO CARLOS DA SILVA SERVICOS EPP	14.027.275/0001-23
EDUARDO MORENO	0193/2025	EDUARDO CARLOS DA SILVA SERVIÇOS-EPP (ARRECIFES PRODUÇÕES)	14.027.275/0001-23
ZINHO E PAULINA	0196/2025	EDUARDO CARLOS DA SILVA SERVIÇOS-EPP (ARRECIFES PRODUÇÕES)	14.027.275/0001-23
BANDA FORRO SEM FRONTEIRAS	0198/2025	EDUARDO CARLOS DA SILVA SERVIÇOS-EPP (ARRECIFES PRODUÇÕES)	14.027.275/0001-23
ORQUESTRA ARRECIFES FREVO	0199/2025	EDUARDO CARLOS DA SILVA SERVIÇOS-EPP	14.027.275/0001-23

		(ARRECIFES PRODUÇÕES)	
ORQUESTRA METROPOLITAN	0208/2025	EDUARDO CARLOS DA SILVA SERVIÇOS-EPP (ARRECIFES PRODUÇÕES)	14.027.275/0001-23
TRIO TARECO E MARIOLA	0222/2025	EDUARDO CARLOS DA SILVA SERVIÇOS-EPP (ARRECIFES PRODUÇÕES)	14.027.275/0001-23
EDUARDO CARLOS DA SILVA	0607/2025	EDUARDO CARLOS DA SILVA SERVIÇOS-EPP (ARRECIFES PRODUÇÕES)	14.027.275/0001-23
MINI JÓIA	0656/2025	EMPRESA PEDRA ONZE LTDA	13.934.275/0001-44
SHOW THAÍDE - CORPO FECHADO, MENTE ABERTA	0277/2025	ENGRENAGEM URBANA LTDA,	17.646.760/0001-73
ERIKA SILVA	0700/2025	ERICA CRISTINA SANTOS SILVA DE LIMA 08519789404	25.292.252/0001-62
ORQUESTRA DE FREVO VILLA LOBOS	0520/2025	ESCOLA PROFISSIONALIZANTE VILLA LOBOS	35.327.188/0001-61
ORQUESTRA DE FREVO VILLA LOBOS (PALCO)	0568/2025	ESCOLA PROFISSIONALIZANTE VILLA LOBOS	35.327.188/0001-61,
ORQUESTRA ARRASTA PÉ	0573/2025	ESCOLA PROFISSIONALIZANTE VILLA LOBOS	18.296.191/0001-46
ORQUESTRA ARRASTA FREVO	0725/2025	ESCOLA PROFISSIONALIZANTE VILLA LOBOS	35.327.188/0001-61
ORQUESTRA MANDA FREVO	0727/2025	ESCOLA PROFISSIONALIZANTE VILLA LOBOS	35.327.188/0001-61
ORQUESTRA DE FREVO VILLA LOBOS	0745/2025	ESCOLA PROFISSIONALIZANTE VILLA LOBOS	35.327.188/0001-61
ORQUESTRA DE FREVO VILLA LOBOS	0838/2025	ESCOLA PROFISSIONALIZANTE VILLA LOBOS E ORQUESTRA DE FREVO VILLA LOBOS	35.327.188/0001-61
ESKROTA	0426/2025	ESTELITA SHOWS E EVENTOS LTDA	44.462.409/0001-03
BAYSIDE KINGS	0439/2025	ESTELITA SHOWS E EVENTOS LTDA	44.462.409/0001-03
FACES DO SUBÚRBIO	0877/2025	ETNIA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA	45.173.755/0001-26
DU SODRÉ	0878/2025	ETNIA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA	45.173.755/0001-26
VALDINHO PAES	0516/2025	EUDES DA SILVA PEREIRA FILHO PRODUÇÃO MUSICAL (SEU JOÃO EVENTOS)	26.746.227/0001-74
ORQUESTRA DO BAOBÁ	0536/2025	FABIANO SANTOS DA SILVA	25.317.473/0001-48
AZAFE	0698/2025	FÁBRICA DE PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	49.865.930/0001-05
FINA TONELADA	0130/2025	FARIAS EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA	39.721.242/0001-00
BOLSA DE MADAME	0131/2025	FARIAS EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA	39.721.242/0001-00
LÉO HITT	0138/2025	FARIAS EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA	39.721.242/0001-00
RAYSSA BACELAR	0139/2025	FARIAS EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA	39.721.242/0001-00
VITOR KELSH	0141/2025	FARIAS EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA	39.721.242/0001-00
BANDA PISTOLÃO	0142/2025	FARIAS EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA	39.721.242/0001-00
NOSSO SENTIMENTO	0144/2025	FARIAS EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA	39.721.242/0001-00
SÓ BREGA (CONDE)	0125/2025	FARIAS EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA,	39.721.242/0001-00
GRUPO SASSARICO	0127/2025	FARIAS EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA,	39.721.242/0001=00
MARQUINHOS BALADA	0128/2025	FARIAS EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA,	39.721.242/0001-00
RAFA LIRA	0133/2025	FARIAS EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA,	39.721.242/0001-00
PATUSCO	0135/2025	FARIAS EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA,	39.721.242/0001-00
MESTRE AMBRÓSIO	0794/2025	FINA PRODUÇÃO MUSICAL LTDA	11.868.892/0001-63
TÁSSIA REIS	0835/2025	FINA PRODUÇÃO MUSICAL LTDA	11.868.892/0001-63
FLAIRA FERRO	0651/2025	FLAIRA FERNANDA CARDOSO FERRO08152485470 (SINA PRODUCOES ARTISTICAS)	30.211.857/0001-11
CORDEL DO FOGO ENCANTADO	0169/2025	FOGO ENCANTADO INICIATIVAS CULTURAIS E ARTÍSTICAS LTDA	29.321.117/0001-59
ANDINHO SAFADINHO	0740/2025	FORRÓ DOS BACKS	47.810.934/0001-52
LOIRÃO	0625/2025	FORROZAO DO LOIRAO LTDA	20.430.668/0001-86
EDSON ARAÚJO	1004/2025	FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR	32.482.767/0001-90
LUAN DOUGLAS	0962/2025	FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR	32.482.767/0001-90
SILVANA SALAZAR	0963/2025	FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR	32.482.767/0001-90
ROGÉRIO SOM	0964/2025	FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR	32.482.767/0001-90
SANTA DOSE	0965/2025	FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR	32.482.767/0001-90
CAPIM COM MEL	0966/2025	FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR	32.482.767/0001-90
VILÕES DO FORRÓ	0967/2025	FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR	32.482.767/0001-90
NANARA BELLO	0968/2025	FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR	32.482.767/0001-90
MC REINO	0994/2025	FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR	32.482.767/0001-90
PEDRINHO DO RECIFE	0996/2025	FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR	32.482.767/0001-90
VITINHO POLÊMICO	0997/2025	FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR	32.482.767/0001-90
NIEL BASTOS E BANDA	0233/2025	FREITAS PRODUCOES LTDA	62.311.586/0001-62
BANDA VIBE MASSA	0236/2025	FREITAS PRODUCOES LTDA	62.311.586/0001-62
BANDA EDDIE	0781/2025	FRUTA PÃO PRODUÇÃO LTDA,	08.878.752/0001-61
ORQUESTRA FREVYBE (PALCO)	0557/2025	FURACÃO PROMOÇÕES	61.330.740/0001-80
DANY MYLER	0861/2025	FURACÃO PROMOÇÕES	61.330.740/0001-80
BANDA MANCHA DE BATOM	0886/2025	G2 PROMOÇÕES LTDA	00.714.836/0001-58
EDUARDA ALVES	0884/2025	G2 PROMOÇÕES LTDA,	00.714.836/0001-58
GETULIO CAVALCANTI	0978/2025	GETSCAL LTDA	48.916.740/0001-07
D'BRECK	0425/2025	GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA D'BRECK	05.835.885/001-62
GRUPO CULTURAL BOI MIMOSO	0024/2025	GRUPO CULTURAL BOI MIMOSO	12.771.111/0001-80
QUINTETO VIOLADO	0860/2025	GRUPO MUSICAL QUINTETO VIOLADO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	10.636.665/0001-40
SAMBADEIRAS	0003/2025	GRUPO SAMBADEIRAS – SAMBA DE LADEIRA	10.386.731/0001-70
BATUKETU	0599/2025	GUILHERME REGIS GONZAGA 42.329.147/0001-70	42.329.147/0001-70
AUGUSTO CESAR FILHO	0759/2025	H PRODUCOES LTDA	48.987.414/0001-82
BATERIA TOAÊ	0262/2025	H PRODUÇÕES LTDA	48.987.414/0001-82
BANDA D'ZUEIRA	0263/2025	H PRODUÇÕES LTDA	48.987.414/0001-82
BANDA SERENA	0272/2025	H PRODUÇÕES LTDA	48.987.414/0001-82
BANDA FORRÓ 7	0273/2025	H PRODUÇÕES LTDA	48.987.414/000182
BANDA Q BREGA	0274/2025	H PRODUÇÕES LTDA	48.987.414/0001-82
BANDA RAIO X	0275/2025	H PRODUÇÕES LTDA	48.987.414/0001-82
KLARICE PRADO	0276/2025	H PRODUÇÕES LTDA	48.987.414/0001-82
BANDA CHAMA DO BREGA	0401/2025	H PRODUÇÕES LTDA	48.987.414/0001-82
BANDA THE ROSSI	0404/2025	H PRODUÇÕES LTDA	48.987.414/0001-82
AFOXÉ YLÊ XAMBÁ	0475/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
CLUBE CARNAVALESCO VASSOURINHAS DE OLINDA	0479/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
ORQUESTRA HENRIQUE DIAS	0481/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
ORQUESTRA DO MAESTRO CARLOS	0484/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
BLOCO LÍRICO SERESTEIROS DE SALGADINHOS	0486/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90

TCM MENINO DA TARDE	0491/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90,
MESTRA CÉLIA DO COCO	0493/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
PACUA E VIA SAT	0499/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
COCO DOS GUARÁS	0500/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
MESTRE PARAÍZO DO COCO	0502/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
GRUPO DE COCO RAÍZES DE MÃE BIU	0504/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
TRIBO DE ÍNDIO TUPINAMBÁ	0580/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
AS YABÁS DO SAMBA	0721/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
CIA DE DANÇA FREVANÇA	0722/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
CLUBE DE BONECO O GAROTO DA ILHA DO MARUIM	0744/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
CLUBE DE BONECO GAROTA DA ILHA DO MARUIM	0748/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
MARACATU RURAL DRAGÃO DEVORADOR DE IGARASSU	0749/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
TRIBO DE ÍNDIO TUPI-GUARANI	802/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
BATERIA DA CHARANGA DO BIÉ	0804/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
KATYUCIA	0805/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
CINHO DO CAVACO	0806/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
NILL RIBEIRO	0807/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
TCM O RAPARIGUEIRO DE OLINDA	0809/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
TCM CAÇULINHA DO 7O RO	0810/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
TCM ARTUZÃO	0812/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
TCM BUCHECHA DE OLINDA	0813/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
BANDA AFRO ABÉ ADÚ LOFÉ	0815/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
BLOCO AFRO SENZALA	0872/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
COLETIVO PERNAMBUCAFRO	0874/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
TCM O DONO DO MUNDO	0907/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
BLOCO AFRO BALÉ	0922/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90
BANDA PINGUIM	0228/2025	ITAMARACÁ PRODUÇÕES LTDA	69.935.237/0001-60
BANDA MAGNATAS ELÉTRICO	0294/2025	ITAMARACÁ PRODUÇÕES LTDA	69.935.237/0001-60
BANDA SOM DA TERRA	0811/2025	J & R PRODUÇÕES	21.932.390/0001-50
MORIBUNDOS	0153/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78
CLEYTON MORENO	0184/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78
PORTOZERO	0186/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78
3 SEM FREIO	0480/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78
RED MOSKITO	0483/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78
NUNO ALLVES	0485/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78
THE LIVERY'S	0488/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78
SOB EFEITO Q66	0594/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78
TROÇA CABO GATO EM FOLIA	0646/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78
GRAMOPHANTE	0792/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78
TROÇA CARNAVALESCA A CADEIRADA	0948/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78
MEU GAROTO BLUE	0952/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78
TROÇA CARNAVALESCA CAMAROTE DO GUI	0959/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78
T.C.M. O BAGULHO É LOKO	0998/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78
LEGIÃO URBANA COVER RECIFE	0422/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES - 42.139.384 JOSE MARIA SOARES ALVES	42.139.384/0001-78
NK CUMBIA	0395/2025	JACQUELINE OLIVEIRA DOS SANTOS	41.082.582.000180
EDUARDO ROSSI	0397/2025	JACQUELINE OLIVEIRA DOS SANTOS	41.082.582.000180
ALVORADA	0417/2025	JACQUELINE OLIVEIRA DOS SANTOS	41.082.582/0001-80
RAPHA COSTA	0478/2025	JACQUELINE OLIVEIRA DOS SANTOS	41.082.582/0001-80
JADER	1010/2025	JADER CABRAL DE MELLO ADM E MUSICA LTDA	37.483.400.0001-05
ORQUESTRA DE BOLSO(PALCO)	0975/2025	JADION HELENA DOS SANTOS PRODUCOES ME	14.915.628/0001-21
BANDA CARRANZA	0976/2025	JADION HELENA DOS SANTOS PRODUCOES ME	14.915.628/0001-21
LAMENTO NEGRO	0980/2025	JADION HELENA DOS SANTOS PRODUCOES ME	14.915.628/0001-21
MAGO DE TARSO	0981/2025	JADION HELENA DOS SANTOS PRODUCOES ME	14.915.628/0001-21
TRIBO DE JAH	0443/2025	JAH SYSTEM	47.150.870/0001-34
LUCA DE MELO	0633/2025	JB PRODUTORA LTDA	51.034.132/0001-75
BANDA MASCATES	0679/2025	JB PRODUTORA LTDA	51.034.132/0001-75
ROSA MAIA	0711/2025	JB PRODUTORA LTDA	51.034.132/0001-75
JONATAS ONOFRE E NANDO ZÉ (DUO) - OLHO D'ÁGUA	0602/2025	JONATAS ONOFRE TEIXEIRA JUNIOR	45.779.829/0001-72
AFOXÉ OXUM PANDÁ	0101/2025	JORGE FERNANDO SILVA JUNIOR - PAÓ PRODUÇÃO & COMUNICAÇÃO	20.820.652/0001-80
JORGE RIBA	0102/2025	JORGE FERNANDO SILVA JUNIOR - PAÓ PRODUÇÃO & COMUNICAÇÃO	20.820.652/0001-81
MONICA FEIJÓ	0105/2025	JORGE FERNANDO SILVA JUNIOR - PAÓ PRODUÇÃO & COMUNICAÇÃO	20.820.652/0001-80
VOZ NAGÔ	0106/2025	JORGE FERNANDO SILVA JUNIOR - PAÓ PRODUÇÃO & COMUNICAÇÃO	20.820.652/0001-81
AFOXÉ OMIM SABÁ	0107/2025	JORGE FERNANDO SILVA JUNIOR - PAÓ PRODUÇÃO & COMUNICAÇÃO	20.820.652/0001-82

AFOXÉ OGBON OBÁ	0126/2025	JORGE FERNANDO SILVA JUNIOR - PAÓ PRODUÇÃO & COMUNICAÇÃO	20.820.652/0001-82
BLOCO OBIRIN	0137/2025	JORGE FERNANDO SILVA JUNIOR - PAÓ PRODUÇÃO & COMUNICAÇÃO	20.820.652/0001-82
YASMIN MARTINS	0012/2025	JOSÉ DAVIDSON MARTINS VITAL	51.156.588/0001-08
DAN GOMES	0013/2025	JOSÉ DAVIDSON MARTINS VITAL	51.156.588/0001-08
JEFFERSON MOURA	0581/2025	JUBA PRODUÇÕES	28.575.679/0001-66
KANANDA PX	0793/2025	KANANDA MARIA CORREIA DA SILVA - PX PRODUTORA	48.975.732/0001-23
CANDEEIRO ENCANTADO	0987/2025	KATIA DA PAZ ALVES (AMIGOS DA CULTURA),	30.994.157/0001-40
COCO SAMBA DE MARIA	1011/2025	KATIA DA PAZ ALVES 26570165453	30.994.157/0001-40
SAMBAQUI O SAMBA DO MAR	1014/2025	KATIA DA PAZ ALVES 26570165453	30.994.157/0001-40
BANDA SEMEIAPAZ	0753/2025	KATIA DA PAZ ALVES 26570165453	30.994.157/0001-40
KELLY ROSA	0620/2025	KELY C DA ROSA ESPINDOLA	20.630.974/0001-66
MARRON BRASILEIRO	0890/2025	KNR PRODUCOES E EVENTOS LTDA	00.604.473/0001-06
ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL BLOCO LÍRICO CARNAVALESCO DAMAS E VALETES	0705/2025	L & A PRODUCOES ARTISTICAS LTDA	10.864.263/0001-00
PASTORIL JARDIM ENCANTADO	0923/2025	L & A PRODUCOES ARTISTICAS LTDA	10.864.263/0001-00
PASTORIL PROFANO DA VELHA BUCHECHA	0469/2025	L H DE C COSTA PRODUCOES E EVENTOS	60.339.848/0001-71
PASTORIL PROFANO MISTO DO VELHO TABICA	0471/2025	L H DE C COSTA PRODUCOES E EVENTOS	60.339.848/0001-71
TONHO E TONHA	0472/2025	L H DE C COSTA PRODUCOES E EVENTOS	60.339.848/0001-71
PASTORIL ESTRELA DE BELÉM	0798/2025	L&A PRODUÇÕES ARTÍSTCAS	10.864.263/0001-00
PASTORIL LUZ DO AMANHECER	0782/2025	L&A PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	10.864.263/0001-00
PASTORIL TIA NININHA	0799/2025	L&A PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	10.864.263/0001-00
PASTORIL TIA NININHA 3A IDADE	0801/2025	L&A PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	10.864.263/0001-00
TCM A BURRINHA DE J.R EM FOLIA	0819/2025	L&A PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	10.864.263/0001-00
GRUPO DE PASSISTAS LUZ DO AMANHECER	0821/2025	L&A PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	10.864.263/0001-00
JULIÃO E O FORRÓ DO SUCO ELÉTRICO	0541/2025	L&M EVENTOS E PRODUÇÕES	01.712.846/0001-17
BARRO	0537/2025	LA ESENCIA EXPERIÊNCIAS CULTURAIS LTDA-ME	18.646.866/0001-30
VINÍCIUS BARROS	0456/2025	LA ESENCIA EXPERIÊNCIAS CULTURAIS LTDA. ME	18.646.866/0001-30
CLAUDIA LAUTERER	0336/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39.507.950/0001-42
JUNIOR IVO	0341/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39.507.950/0001-42
MARILIA MARQUES	0342/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39.507.950/0001-42
SERGYNHO PIMENTA	0343/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39.507.950/0001-42
GAROTA NACIONAL	0344/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39.507.950/0001-42
ROMULO SANTA RAY	0364/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39.507.950/0001-42
GUI MENEZES	0370/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39.507.950/0001-42
ERNANDINHO VAQUEIRO	0374/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39.507.950/0001-42
FORRÓ NEON	0376/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39.507.950/0001-42
SEM RAZÃO	0378/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39.507.950/0001-42
LÉO OLLIVER	0380/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39.507.950/0001-42
SOL NORDESTINO	00383/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39.507.950/0001-42
NONO GERMANO	0790/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39.507.950/0001-42
FORRÓ SAIA DE MENINA	0833/2025	LAPADA PRODUÇÕES ME	17.340.655/0001-01
ORQUESTRA SANTA CECÍLIA	0836/2025	LAPADA PRODUÇÕES ME	17.340.655/0001-01
LARISSA LISBOA	0961/2025	LISBOA PRODUÇÕES LTDA	28.748.462/0001-00
GRUPO AKODA OJISELORUN	0643/2025	LONAN - PRODUCOES E EVENTOS CULTURAIS LTDA	46.181.195/0001-14
COCO DAS MINAS	0073/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA	46.181.195/0001-14
AFOXÉ ARÁ OMIM	0074/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA	46.181.195/0001-14
AFOXÉ OMO LUFAN	0076/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA	46.181.195/0001-14
BLOCO AFRO DEUSAS DO ÉBANO	0108/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA	46.181.195/0001-17
AFOXÉ AXÉ SABÁ	0778/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA	46.181.195/0001-14
CIA TRAPIÁ DE DANÇA	0056/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA,	46.181.195/0001-14
COCO DAS ESTRELAS	0085/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA,	46.181.195/0001-15
COCO JUREMADO	0086/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA,	46.181.195/0001-16
NANNY ALVEZ	0087/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA,	46.181.195/0001-17
DJ CABEÇA	0109/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA,	46.181.195/0001-18
AFOXÉ POVO DE OGUIÃ	0110/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA,	46.181.195/0001-19
COCO FULÔ DA MATA	0111/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA,	46.181.195/0001-20
DJ CHELL	0112/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA,	46.181.195/0001-21
EXCESSO DE BAGAGEM	0289/2025	LUA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	19.297.391/0001-86
IARA GOMES	0459/2025	LUA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	19.297.391/0001-86
JORGE SILVA	0460/2025	LUA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	19.297.391/0001-86
JOTA MICHILIS	0461/2025	LUA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	19.297.391/0001-86
LIV MORAES	0463/2025	LUA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	19.297.391/0001-86
BANDA LOS CUBANOS	0464/2025	LUA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	19.297.391/0001-86
RACINE NETO	0465/2025	LUA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	19.297.391/0001-86
RUY ARAÚJO	0467/2025	LUA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	19.297.391/0001-86
LUCIANO MAGNO	0002/2025	LUCIANO MAGNO COSTA TENÓRIO	13.262.966/0001-49
MALAKOFF	0595/2025	LUIZ FERNANDO BARTHEL VELLOSO	58.985.064/0001-79
FITTI	0588/2025	LUIZA FITTIPALDI PRODUCOES ARTISTICAS LTDA	25.340.028/0001-07
DEVOTOS	0428/2025	M DE S SANTOS PRODUÇÃO MUSICAL - ME	13.063.459/0001-86
CAMILA MOURA	0846/2025	M L SOARES DA FONSECA	47.810.934/0001-52
BANDA IMPÉRIO	0850/2025	M L SOARES DA FONSECA	47.810.934/0001-52
FORRÓ CARICIAR	0728/2025	M L SOARES DA FONSECA - ARGOS PRODUCOES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52
ALICE NOVAIS	0729/2025	M L SOARES DA FONSECA - ARGOS PRODUCOES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52
RANNY MATTOS	0730/2025	M L SOARES DA FONSECA - ARGOS PRODUCOES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52
PISADA DE BAKANA	0734/2025	M L SOARES DA FONSECA - ARGOS PRODUCOES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52
BANDA SENTIMENTOS	0737/2025	M L SOARES DA FONSECA - ARGOS PRODUCOES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52
SHELDON	0739/2025	M L SOARES DA FONSECA - ARGOS PRODUCOES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52
PRISCILA CAROLYNNE	0751/2025	M L SOARES DA FONSECA - ARGOS PRODUCOES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52
FORRÓ DOS BACKS	0756/2025	M L SOARES DA FONSECA - ARGOS PRODUCOES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52
LUCA HUNTER	0758/2025	M L SOARES DA FONSECA - ARGOS PRODUCOES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52

ALENCAR	0771/2025	M L SOARES DA FONSECA - ARGOS PRODUCOES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52
GERA BAMBA	0879/2025	M L SOARES DA FONSECA - ARGOS PRODUCOES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52
BANDA LUXÚRIA	0883/2025	M L SOARES DA FONSECA - ARGOS PRODUCOES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52
BRASILNAMBUCO	0887/2025	M L SOARES DA FONSECA - ARGOS PRODUCOES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52
BIA VILLA CHAN	0553/2025	M LIRA PRODUÇÕES LTDA	13.444.210/0001-10
BANDA RABO DA GATA	0563/2025	M LIRA PRODUÇÕES LTDA	13.444.210/0001-10
PEGADA PRIME	0567/2025	M LIRA PRODUÇÕES LTDA	13.444.210/0001-10
BANDA BREGUEÇO	0574/2025	M LIRA PRODUÇÕES LTDA	13.444.210/0001-10
BANDA AMARULA	0576/2025	M LIRA PRODUÇÕES LTDA	13.444.210/0001-10
EDU ALVES	0578/2025	M LIRA PRODUÇÕES LTDA	13.444.210/0001-10
TAUA CORDEL	0579/2025	M LIRA PRODUÇÕES LTDA	13.444.210/0001-10
KAIO MACHADO	0637/2025	M LIRA PRODUÇÕES LTDA	13.444.210/0001-10
MAURINHO	0556/2025	M LIRA PRODUÇÕES LTDA,	13.444.210/0001-10
GRUPO PURAÊ	0559/2025	M LIRA PRODUÇÕES LTDA,	13.444.210/0001-10
MAURICIO LEMOS	0775/2025	M. LEMOS PRODUÇÕES MUSICAIS,	24.519.660/0001-41
CHAMA DE GRIÔ: CORAGEM DE SER QUEM SE É	0662/2025	MAITÊ SANTOS DE LIMA	59.952.849/0001-08
LAIS SENNA	0302/2025	MÁQUINA DISCOS E PRODUCOES ARTISTICAS LTDA	18.597.343/0001-40
MARACATU NAÇÃO MARACAMBUCO	0509/2025	MARACAMBUCO FÃ CLUBE BATUQUE DA NAÇÃO	01.949.530/0001-43
MARACATU ÁGUIA MISTERIOSA DE NAZARÉ DA MATA	0823/2025	MARACATU ÁGUIA MISTERIOSA	12.813.739/0001-00
MARACATU CARNAVALESCO MISTO LEÃO COROADO	0445/2025	MARACATU CARNAVALESCO MISTO LEÃO COROADO	09.789.314/0001-90
MARACATU DE BAQUE SOLTO ESTRELA BRILHANTE	0808/2025	MARACATU DE BAQUE SOLTO ESTRELA BRILHANTE	04.703.437/0001-42
MARACATU DE BAQUE SOLTO GALO DOURADO	0683/2025	MARACATU DE BAQUE SOLTO GALO DOURADO	35.655.580/0001-30
MARACATU LEÃO FORMOSO DE TRACUNHAÉM	0876/2025	MARACATU DE BAQUE SOLTO LEÃO FORMOSO DE TRACUNHAÉM	37.676.740/001-04
MARACATU ESTRELA BRILHANTE DE IGARASSU	0926/2025	MARACATU ESTRELA BRILHANTE DE IGARASSU	02.321.085/0001-35
CIRANDA ROSA DE OURO	0009/2025	MARACATU ESTRELA DE OURO DE ALIANÇA	12.813.069/0001-13
MARACATU ESTRELA DE TRACUNHAÉM	0985/2025	MARACATU ESTRELA DE TRACUNHAÉM	70.181.334/0001-94
MARACATU ESTRELA DE OURO DE ALIANÇA	0006/2025	MARACATU ESTRELA OURO DE ALIANÇA	12.813.069/0001-13
CAVALO MARINHO DE MESTRE BATISTA	0007/2025	MARACATU ESTRELA OURO DE ALIANÇA	12.813.069/0001-13
MARACATU LEÃO MISTERIOSO DE TRACUNHAÉM	0796/2025	MARACATU LEÃO MISTERIOSO DE TRACUNHAÉM	01.010.873/0001-48
MARACATU LEÃO TEIMOSO	0891/2025	MARACATU LEÃO TEIMOSO	05.426.414/0001-09
MARACATU NAÇÃO SOL BRILHANTE DE OLINDA	0875/2025	MARACATU NAÇÃO SOL BRILHANTE DE OLINDA	63.057.409/0001-64
MARACATU PIABA DE OURO	0450/2025	MARACATU PIABA DE OURO	24.135.253/0001-30
MARACATU ÁGUIA FORMOSA DE TRACUNHAÉM	0820/2025	MARACATU RURAL ÁGUIA FORMOSA	55.017.570/001-82
BIA MARINHO	0286/2025	MARIA BEATRIZ MARINHO PATRIOTA DO NASCIMENTO – 45328641434	31.275.958/0001-19
KARLA KAROLLA	0827/2025	MARLIO AVILA DE C NEVES JUNIOR	28.575.679/0001-66
SIBA	0760/2025	MATA NORTE PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	07.413.733/0001-05
MARCELO BRAGATO	0814/2025	MB PRODUÇÕES & EVENTOS LTDA.	32.987.142/0001-80
AMANDA LIMA	0816/2025	MB PRODUÇÕES & EVENTOS LTDA.	329871420001/80
PALOMA ALVES	0605/2025	MEGA MIDIA EMPREENDIMENTOS LTDA	54.043.803/0001-52
ANDRÉ VIANA	0610/2025	MEGA MIDIA EMPREENDIMENTOS LTDA	54.043.803/0001-52
ORQUESTRA EXPRESSO	0829/2025	MEXE COM TUDO PRODUÇÕES ME	19.367.589/0001-99
EMPADA FREVO ORQUESTRA	0830/2025	MEXE COM TUDO PRODUÇÕES ME	19.367.589/0001-99
MIGUEL PANDEIRADA	0356/2025	MIGUEL ADÉLIO MARINHO PATRIOTA DO NASCIMENTO 07851929482	46.089.003/0001-44
CAROÇO DE MANGA	0531/2025	MONSTROS PRODUÇÕES	52.544.197/0001-23
QUINTAL DO MUNDO	0542/2025	MONSTROS PRODUÇÕES	52.544.197/0001-23
GUSTAVO DA LUA	0608/2025	MONSTROS PRODUÇÕES	52.544.197/0001-23
SEU PEREIRA E COLETIVO 401	0901/2025	MONSTROS PRODUÇÕES	52.544.197/0001-23
BANDA EXPRESSO DO RECIFE	0761/2025	MRJS EMPREENDIMENTOS E PRODUÇÕES LTDA	27.837.803/0001-51
ORQUESTRA EXPRESSO DO RECIFE (PALCO)	0762/2025	MRJS EMPREENDIMENTOS E PRODUÇÕES LTDA	27.837.803/0001-51
ORQUESTRA M MAIA	0763/2025	MRJS EMPREENDIMENTOS E PRODUÇÕES LTDA	27.837.803/0001-51
ORQUESTRA FOLIA NO PÉ	0786/2025	MRJS EMPREENDIMENTOS E PRODUÇÕES LTDA	27.837.803/0001-51
ORQUESTRA MOTO FREVO	0864/2025	MRJS EMPREENDIMENTOS E PRODUÇÕES LTDA	27.837.803/0001-51
ORQUESTRA GALO FREVO	0783/2025	MRJS EMPREENDIMENTOS E PRODUÇÕES LTDA,	27.837.803/0001-51
BANDA SOM DO AMOR	0172/2025	MSC PROMOÇÕES LTDA	47.534.968/0001-61
BIG BAND A NORDESTINA	0173/2025	MSC PROMOÇÕES LTDA	47.534.968/0001-61
FABINHO EXPRESSAMBA	0174/2025	MSC PROMOÇÕES LTDA	47.534.968/0001-61,
BANDA 2SENTIDOS	0187/2025	MSC PROMOÇÕES LTDA	47.534.968/0001-61
BANDA FREVO S.A	0188/2025	MSC PROMOÇÕES LTDA	47.534.968/0001-61
BANDA MAGIA DO BREGA	0328/2025	MSC PROMOÇÕES LTDA	47.534.968/0001-61
BANDA BREGUETUDES	0329/2025	MSC PROMOÇÕES LTDA	47.534.968/0001-61
BAIÃO DE BARRO	0330/2025	MSC PROMOÇÕES LTDA	47.534.968/0001-61
MARTINA	0669/2025	MSC PROMOÇÕES LTDA	47.534.968/0001-61
SUDA SHOW	0685/2025	MSC PROMOÇÕES LTDA	47.534.968/0001-61
MÁRCIA SAMPPAYO	0932/2025	NEWS PRODUCOES LTDA	55.076.127/0001-86
O BONDE BLOCO CARNAVALESCO LÍRICO	0182/2025	O BONDE BLOCO CARNAVALESCO LÍRICO	07.681.665/0001-57
CASCABULHO	0325/2025	OROSKA PRODUCOES LTDA	57.205.315/0001-92
ORQUESTRA BACKSTAGE	0970/2025	OROSKA PRODUÇÕES LTDA	57.205.315/0001-92
SKA MARIA PASTORA	0350/2025	OROSKA PRODUÇÕES LTDA,	57.205.315/0001-92
CLÁUDIO RABECA	0352/2025	OROSKA PRODUÇÕES LTDA,	57.205.315/0001-92
PABLITTO	0353/2025	PABLO AGNELO DE MESQUITA PINTO	19.697.315/0001-68
MACIEL SALÚ	0826/2025	PAJEÚ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME	14.761.677/0001-57
AFOXÉ TELA OKO ARA EJIBO	0113/2025	PAÓ PRODUÇÃO & COMUNICAÇÃO	20.820.652/0001-80
ANGÉLICA CRISS	0140/2025	PAÓ PRODUÇÃO & COMUNICAÇÃO	20.820.652/0001-82
GONZAGA LEAL	0225/2025	PAÓ PRODUÇÃO & COMUNICAÇÃO	20.820.652/0001-80
NELSON BREDERODE	0636/2025	PAREIA CULTURAL PRODUÇÕES CRIATIVAS LTDA	35.197.010/0001-43
BANDA TERCINA	0824/2025	PAREIA CULTURAL PRODUÇÕES CRIATIVAS LTDA	35.197.010/0001-43
MAESTRO SPOK	0120/2025	PASSO DE ANJO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	13.982.184/0001-84
BANDA GAROTA ASSANHADA	0235/2025	PAULO ANTONIO DOS SANTOS ALVES PRODUÇÃO	38.143.209/0001-87
ORQUESTRA DE FREVO ARRASTA PÉ	0528/2025	PAULO SANTOS DO NASCIMENTO	18.296.191/0001-46
PC SILVA	0001/2025	PC SILVA	10.426.137.0001/66
SOFIA FREIRE	0589/2025	PEDRA ONZE LTDA	13.934275/0001-44,
RAFA MAGALHÃES	0014/2025	PINA PRODUÇÕES E EVENTOS	35.154.821/0001-67
BANDA PRAKTÁ	0026/2025	PINA PRODUÇÕES E EVENTOS	35.154.821/0001-67

ALLEJANDRO SWINGADO	0028/2025	PINA PRODUÇÕES E EVENTOS	35.154.821/0001-67
GAROTA TROPIKANA	0031/2025	PINA PRODUÇÕES E EVENTOS	35.154.821/0001-67
JUNIOR VILLA NOVA	0035/2025	PINA PRODUÇÕES E EVENTOS	35.154.821/0001-67
BANDA LANJERIE	0045/2025	PINA PRODUÇÕES E EVENTOS	35.154.821/0001-67
RICK BARÃO	0119/2025	PINA PRODUÇÕES E EVENTOS	35.154.821/0001-67
ORQUESTRA POPULAR DO RECIFE E MAESTRO ADEMIR ARAÚJO	0258/2025	PLURAL PROJETOS E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	47.977.400/0001-51
BELO XIS	0259/2025	PLURAL PROJETOS E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	47.977.400/001-51
CARLINHOS MONTE VERDE	0260/2025	PLURAL PROJETOS E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	47.977.400/001-51
WELLINGTON DO PANDEIRO	0261/2025	PLURAL PROJETOS E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	47.977.400/001-51
ORQUESTRA MONETTE	0264/2025	PLURAL PROJETOS E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	47.977.400/0001-51
ORQUESTRA PLURAL	0266/2025	PLURAL PROJETOS E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	47.977.400/0001-51
ORQUESTRA TEMPESTADE	0268/2025	PLURAL PROJETOS E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	47.977.400/0001-51
TRIO PÉ DE SERRA É COM VOCÊ QUE EU VOU	0269/2025	PLURAL PROJETOS E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	47.977.400/0001-51
TRIO PÉ DE SERRA BEBERIBE	0270/2025	PLURAL PROJETOS E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	47.977.400/0001-51
TRIO MOINHO D'ÁGUA	0271/2025	PLURAL PROJETOS E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	47.977.400/0001-51
GRIYO BANDA	0447/2025	PLURAL PROJETOS E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	04.797.740/0001-51
BANDA INOVE	0688/2025	PONTES PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	38.085.564/0001-47
BANDA TENTAÇÃO	0689/2025	PONTES PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	38.085.564/0001-47
BANDA CARTA VIRADA	0691/2025	PONTES PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	38.085.564/0001-47
BANDA KY PEGADA	0693/2025	PONTES PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	38.085.564/0001-47
JÉSSICA EMANUELLE	0696/2025	PONTES PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	38.085.564/0001-47
SHENYA LAURA	0697/2025	PONTES PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	38.085.564/0001-47
ORQUESTRA BEBERIBE - PALCO	0365/2025	PRI PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	18.426.269/0001-08
ORQUESTRA ROCKFONICA DE FREVO - PALCO	0369/2025	PRI PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	18.426.269/0001-08
PRISCILA E SUA ORQUESTRA	0373/2025	PRI PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	18.426.269/0001-08
PERNAMBUCO SAMBA SHOW	0381/2025	PRI PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	18.426.269/0001-08
TRIO FORRÓ DA SERRA	0396/2025	PRI PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	18.426.269/0001-08
TRIO PÉ DE SERRA ARAÇÁ	0429/2025	PRI PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	18.426.269/0001-08
TRIO NANDO DO ACORDEON	0432/2025	PRI PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	18.426.269/0001-08
BANDA PISA NO ESPINHO	0434/2025	PRI PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	18.426.269/0001-08
MARINHO DO RECIFE E BANDA	0441/2025	PRI PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	18.426.269/0001-08
RAMOS SILVA	0444/2025	PRI PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	18.426.269/0001-08
ORQUESTRA ACORDA GENTE	0527/2025	PRI PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	18.426.269/0001-08
BANDA FORRÓ ASA BRANCA	0986/2025	PRI PRODUÇÕES ARTÍSTICAS,	18.426.269/0001-08
LUIZINHO DE SERRA	0446/2025	PRIME BRASIL PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA	09.448.282/0001-69
CHEILA SWING DO PARÁ	0889/2025	PRIME BRASIL PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA	09.448.282/0001-69
ORQUESTRA BEBERIBE	0301/2025	PRISCILA MARIA DA SILVA 09156080492	18.426.269/0001-08
MOURA ROSSI	0687/2025	PUDIM PRODUÇÕES LTDA	34.764.778/0001-99
MESTRA ANA LÚCIA	0634/2024	QUILOMBO CULTURAL CASA COLETIVO	17.854.847/0001-36
ROMERO FERRO	0535/2025	R B CAVALCANTI NETO PRODUÇÕES	31.541.573/0001-56
MURILO FRANÇA DJ	0399/2025	R C DA SILVA NEGOCIOS E SERVICOS	47.631.457/0001-68
LULINHA E OS BONECOS GIGANTES DE PERNAMBUCO	0063/2025	R C DA SILVA NEGÓCIOS E SERVIÇOS	47.631.457/0001-68
DJ SPIDER LUNA	0183/2025	R C DA SILVA NEGÓCIOS E SERVIÇOS	47.631.457/0001-68
ORQUESTRA DE ZUZA MIRANDA E THAIS	0512/2025	R C DA SILVA NEGÓCIOS E SERVIÇOS	47.631.457/0001-68
DJ SALVADOR	0738/2025	R C DA SILVA NEGÓCIOS E SERVIÇOS	47.631.457/0001-68
DJ NUNO	0124/2025	R C DA SILVA NEGÓCIOS E SERVIÇOS,	47.631.457/0001-68
MARACATU PANTERA NOVA DE ARAÇOIABA	0991/2025	R S DO SANTOS PRODUÇÃO MUSICAL	20.453.780/0001-32
MARACATU CARNEIRO DA SERRA (GLORIA DO GOITÁ)	0768/2025	R S DOS SANTOS PRODUÇÃO MUSICAL	20.453.780/0001-32
RAPHA SANTACRUZ	1019/2025	RAPHA SANTACRUZ PRODUÇÕES ART STICAS,	17.001.040/0001-50
CASADINHA DO SUCESSO	0238/2025	RAQUEL MELO PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	32.084.419/0001-65
BANDA E ORQUESTRA NARA	0239/2025	RAQUEL MELO PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	32.084.419/0001-66
MEG MONTEIRO	0240/2025	RAQUEL MELO PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	32.084.419/0001-66
FORRO DA BANDOLEIRA	0253/2025	RAQUEL MELO PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	32.084.419/0001-65
TRIO NOSTALGIA DO FORRÓ	0254/2025	RAQUEL MELO PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	32.084.419/0001-65
GUABIRABA FREVO ORQUESTRA	0255/2025	RAQUEL MELO PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	32.084.419/0001-65
WASHINGTON PAZ	0408/2025	RAQUEL MELO PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	32.084.419/0001-65
ALMIR ROUCHE	0038/2025	ROUCHE PRODUÇÕES E EVENTOS	14.023.475/0001-08
MESTRE NININHO DO BATE LIVRE	0746/2025	ROUSEANE PEREIRA ALVES MEI	47.355.707/0001-84
DESALMA	0832/2025	ROUSEANE PEREIRA ALVES MEI	47.355.707/0001-84
COCO DO PNEU	0175/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
CYBELLE DO CAVACO	0176/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
NININHA DO COCO	0287/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
JUNINHO DO COCO	0288/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
COCO DA RESISTÊNCIA	0290/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
GERVÁSIO DO COCO	0292/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
CIRANDA DO AMARO BRANCO	0293/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
ANDERSON MIGUEL E A CIRANDA RAIZ DA MATA NORTE	0295/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
MÁRCIO RASTAMAN	0296/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
SEXTO SERENO	0306/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
SEMENTE DE MARACÁ	0311/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
COCO DE PRAIA	0314/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
ORQUESTRA DE FREVO ZEZÉ CORRÊA	0315/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
GRUPO INDÍGENA FULNI-Ô FLISHIMAYA	0320/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
ESCOLA DE CAPOEIRA ANGOLA IFÉ	0321/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
TIGER RAPPER E DJ	0322/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
COCO DE ENGENHO	0324/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
BOI BABÃO	0562/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
GRUPO DE DANÇA EM MOVIMENTO	0572/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
TCM MANGUEBOYS	0953/2025	S.R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60
JOSILDO SÁ	0569/2025	SAMBA DE LATADA PRODUÇÕES,	10.831.577/0001-07
NENA QUEIROGA	0317/2025	SAME PROMOÇÕES E FOMENTO LTDA	11.716.848/0001-38
BANDA SUPREMA CORTE	0451/2025	SC PRODUÇÕES E EVENTOS	17.916.751/0001-55
AFOXÉ ARA ODÉ	0453/2025	SC PRODUÇÕES E EVENTOS	17.916.751/0001-55
DIABLO ANGEL	0554/2025	SEMEANDO ARTES PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	47.538.672/0001-19
FORRÓ PERCUTRÔNICO	0495/2025	SF PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	52.111.400/0001-78
AGOSTINHO DO ACORDEON	0029/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI – SOFOPS	08.584.386/0001-38
DERICO ALVES	0032/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI –	08.584.386/0001-38

		SOFOPS	
DANIEL BENTO	0034/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI – SOFOPS	08.584.386/0001-38
FAMÍLIA CHUMBAGO	0046/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI – SOFOPS	08.584.386/0001-38
FORRÓ SENSAÇÃO	0047/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI – SOFOPS	08.584.386/0001-38
FREDY E MARY	0049/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI – SOFOPS	08.584.386/0001-38
LUCIANO PADILHA	0054/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI – SOFOPS	08.584.386/0001-38
MÁRCIA LIMA	0057/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI – SOFOPS	08.584.386/0001-38
MEVINHA QUEIROGA	0058/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI – SOFOPS	08.584.386/0001-38
RAMINHO DO ACORDEON	0068/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI – SOFOPS	08.584.386/0001-38
ROGÉRIO RANGEL	0069/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI – SOFOPS	08.584.386/0001-38
SALATIEL DE CAMARÃO	0149/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI – SOFOPS	08.584.386/0001-38
SEVY NASCIMENTO	0154/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI – SOFOPS	08.584.386/0001-38
ZELYTO MADEIRA	0157/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI – SOFOPS	08.584.386/0001-38
ANDRÉ MACAMBIRA	0158/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI – SOFOPS	08.584.386/0001-38
IRAH CALDEIRA	0051/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI – SOFOPS	08.584.386/0001-38,
TROÇA CARNAVALESCA MISTA MORENA TROPICANA DA RIBEIRA	0845/2025	SONIA COSTA PRODUÇÕES E EVENTOS	07.105.452/0001-87
JAQUELINE LEITE	0853/2025	SONIA COSTA PRODUÇÕES E EVENTOS	07.105.452/0001-87
COCO FLOR QUE SE CHEIRA	0854/2025	SONIA COSTA PRODUÇÕES E EVENTOS	07.105.452/0001-87
COCO ZECA DO ROLETE	0869/2025	SONIA CRISTINA COSTA FERREIRA - SONIA COSTA PRODUÇOES E EVENTOS	07.105.452/0001-87
DON TRONXO	0724/2025	T J PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME	07.261.572/0001-73
PRISCILA SILVA	0487/2025	T. M. PRODUÇÕES ARTÍSTICAS - ME	41.256.317/0001-70
GRAZI ALMEIDA	0494/2025	T. M. PRODUÇÕES ARTÍSTICAS - ME	41.256.317/0001-70
JONATHAN FERR	0893/2025	TÂNIA ARTUR DE O SILVA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	20.393.291/0001-32
BANDA BASE SAMBINHA DA BRAÇA	0982/2025	TIAGO ALEIRO FONSECA PRODUÇÕES LTDA	37.305.110/0001-71
LELECÃO BRASIL	0979/2025	TIAGO ALEIRO FONSECA PRODUÇÕES LTDA,	37.305.110/0001-71
ORQUESTRA ASA BRANCA	0678/2025	TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESSORIA LTDA	43.119.757/0001-01
IZABEL BENNING	0671/2025	TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESSORIA	43.119.757/0001-01
RENATA ANJOS	0800/2025	TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESSORIA	43.119.757/0001-01
JUNIOR MARANHÃO	0834/2025	TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESSORIA	43.119.757/0001-01
NEGA DO BABADO	0346/2025	TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESSORIA LTDA	43.119.757/0001-01,
BANDA OZZ CUECAS	0621/2025	TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESSORIA LTDA	43.119.757/0001-01
ANY MELO	0050/2025	TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESSORIA LTDA	43.119.757/0001-01
LUIZA PÉROLA	0060/2025	TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESSORIA LTDA	43.119.757/0001-01
BANDA BREGA.COM	0285/2025	TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESSORIA LTDA	43.119.757/0001-01
ALLAN KA	0055/2025	TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESSORIA LTDA,	43.119.757/0001-01
LUCIANA BRANDYS	0278/2025	TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESSORIA LTDA,	43.119.757/0001-01
FORROZÃO ZERO BOI	0726/2025	TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESSORIA ME	43.119.757/0001-01
GRUPO SAMBAÊ	0731/2025	TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESSORIA ME	43.119.757/0001-01
XANDE ESTILIZADO	0733/2025	TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESSORIA ME	43.119.757/0001-01
TROÇA CARNAVALESCA MISTA CARIRI OLINDENSE	0941/2025	TROÇA CARNAVALESCA MISTA CARIRI OLINDENSE	11.260.897/0001-97
O CALUGUINHA	0855/2025	TROÇA CARNAVALESCA MISTA O CALUNGUINHA	62.245.779/0001-62
TROÇA CARNAVALESCA MISTA O PENEIRÃO	1013/2025	TROÇA CARNAVALESCA MISTA O PENEIRÃO	58.094.280/0001-24
T.C.M ZEBRA	0844/2025	TROÇA CARNAVALESCA MISTA ZEBRA	11.573.359/0001-74
AFOXÉ FILHOS DE XANGÔ	0361/2025	UNIÃO DOS AFOXÉS DE PERNAMBUCO,	09.032.427/0001-46
NATALIA ROSA	0750/2025	VINIL PRODUÇÕES FESTAS E EVENTOS LTDA	30.495.096/0001-77
CAPITAL DO FREVO	0780/2025	VINIL PRODUÇÕES, FESTAS E EVENTOS LTDA	30.495.096/0001-77
BANDA VINIL	0788/2025	VINIL PRODUÇÕES, FESTAS E EVENTOS LTDA	30.495.096/0001-77
SEU JANUÁRIO	0795/2025	VINIL PRODUÇÕES, FESTAS E EVENTOS LTDA	30.495.096/0001-77
NEW FREVO	0881/2025	VINIL PRODUÇÕES, FESTAS E EVENTOS LTDA	30.495.096/0001-77
ORQUESTRA NORDESTINA DE FREVO	0849/2025	VINIL PRODUÇÕES, FESTAS E EVENTOS LTDA	30.495.096/0001-77
ELIAS AHUR	0867/2025	VINIL PRODUÇÕES, FESTAS E EVENTOS LTDA	30.495.096/0001-77
AS COMANDANTES	0201/2025	VIPSTAR ENTRETENIMENTO LTDA	39.508.434/0001-32
VANNESSA PORTO	0204/2025	VIPSTAR ENTRETENIMENTO LTDA	39.508.434/0001-32
NATÁRIO	0205/2025	VIPSTAR ENTRETENIMENTO LTDA	39.508.434/0001-32
MC MENOR	0206/2025	VIPSTAR ENTRETENIMENTO LTDA	39.508.434/0001-32
MARIA CARMEM	0214/2025	VIPSTAR ENTRETENIMENTO LTDA	39.508.434/0001-32
BANDA DELIKADA	0215/2025	VIPSTAR ENTRETENIMENTO LTDA	39.508.434/0001-32
PURA PAIXÃO	0217/2025	VIPSTAR ENTRETENIMENTO LTDA	39.508.434/0001-32
GINO LIVER	0218/2025	VIPSTAR ENTRETENIMENTO LTDA	39.508.434/0001-32
BANDA CONQUISTA	0220/2025	VIPSTAR ENTRETENIMENTO LTDA	39.508.434/0001-32
VAI D3	0223/2025	VIPSTAR ENTRETENIMENTO LTDA	39.508.434/0001-32
MC BARÃO	0224/2025	VIPSTAR ENTRETENIMENTO LTDA	39.508.434/0001-32
RECORDASAMBA	0226/2025	VIPSTAR ENTRETENIMENTO LTDA	39.508.434/0001-32
FOGO DO AMOR	0227/2025	VIPSTAR ENTRETENIMENTO LTDA	39.508.434/0001-32
SAMBARRASTA	0899/2025	VIPSTAR ENTRETENIMENTO LTDA	39.508.434/0001-32
BANDA D'VIROTE	0011/2025	VITTAL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	51.156.588/0001-08
ORQUESTRA 100% MULHER (PALCO)	0564/2025	W CUNHA DA SILVA & CIA LTDA	14.363.822/0001-41
GILDO BRASAFRICA	1000/2025	W STADEN DE V EGITO - ARTE, COMUNICACAO E CULTURA	19.418.859/0001-43
DINHO ANDRADE	1002/2025	W STADEN DE V EGITO - ARTE, COMUNICACAO E CULTURA	19.418.859/0001-43
LUIZ HENRIQUE	1003/2025	W STADEN DE V EGITO - ARTE, COMUNICACAO E CULTURA	19.418.859/0001-43
MARCELO SANTANA	0950/2025	W STADEN DE V EGITO - ARTE, COMUNICACAO E CULTURA	19.418.859/0001-43

CUBANA RASTA	0951/2025	W STADEN DE V EGITO - ARTE, COMUNICACAO E CULTURA	19.418.859/0001-43
DJ ARMANDINHO	0954/2025	W STADEN DE V EGITO - ARTE, COMUNICACAO E CULTURA	19.418.859/0001-43
MANO DE BAÉ	0955/2025	W STADEN DE V EGITO - ARTE, COMUNICACAO E CULTURA	19.418.859/0001-43
KATIA SANTOS - KY BABY	0995/2025	W STADEN DE V EGITO - ARTE, COMUNICACAO E CULTURA	19.418.859/0001-43
BATERIA AUÊ	0665/2025	W2 PROMOÇÕES, SONORIZAÇÃO E EVENTOS LTDA	34.163.880/0001-39
LADY FALCÃO	0684/2025	W2 PROMOÇÕES, SONORIZAÇÃO E EVENTOS LTDA	34.163.880/0001-39
DAN SANTTOS	0686/2025	W2 PROMOÇÕES, SONORIZAÇÃO E EVENTOS LTDA	34.163.880/0001-39
BANDA XINELO RASGADO	0699/2025	WELLINGTON FRANCISCO DA SILVA	29.981.051/0001-23
AFOXÉ YLÊ DE EGBÁ	0897/2025	YLE ASE AYRA ADJAOSI	97.370.076/0001-40
JUZÉ	0025/2025	ZN PRODUÇÃO MUSICAL	43.467.342/0001-29

Olinda, 04 de dezembro de 2025

MARÍLIA BANHOLZER
Secretária de Patrimônio, Cultura e Turismo

ALEXANDRE MIRANDA
Secretário Executivo de Cultura

LUIZ CARLOS DA SILVA
Diretor de Cultura

Publicado por:
Claudia Maria Bandeira de Melo Lisboa
Código Identificador:D6EA2799

SECRETARIA DE PATRIMÔNIO, CULTURA E TURISMO
CONVOCATÓRIA Nº 001/2025 CICLO ARTÍSTICO E CULTURAL DE OLINDA/2026

RESULTADO PRELIMINAR - INABILITADOS

ATRAÇÃO	INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ DO PROPONENTE	MOTIVO DA INABILITAÇÃO
CHAPÉU DE TRÊS	0337/2025	15.356.865 ITAMIS ALVES TENORIO DA SILVA	15.356.865/0001-62	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
SANGUE DE BARRO	0947/2025	23.930.824 IVAN MARCIO LIMA DE BULHÕES	23.930.824/0001-66	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
TROÇA CARNAVALESCA CAVALO BRANCO	0544/2025	23474010 TEREZINHA LOURENÇO DA SILVA,	23.474.010/0001-64	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
LUIZ LINS	0703/2025	29.667.320 LUIZ GUSTAVO SOARES LINS	29.667.320/0001-81	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
TROÇA CARNAVALESCA DONZELINHOS DOS MILAGRES	0473/2025	30.883.476 MIGUEL ANGELO RAMOS	30.883.476/0001-89	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
SULTAKI DO SAMBA	0129/2025	31.644.352 FRANCISCO JOSÉ ALMEIDA RIBEIRO	31.644.352.0001-03	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
ORQUESTRA MISTURA FINA	0710/2025	33.515.249 MONACITA GOMES FERREIRA	33.515.249/0001-99	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
O VELHO CATUABA E SUAS QUERIDAS PASTORAS	0871/2025	38.430.899 CLAUDINE LUNA DE ABREU	38.430.899/0001-55	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
PAVILHÃO 9	0207/2025	41.082.582 JACQUELINE OLIVEIRA DOS SANTOS	41.082.582/0001-80	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
SAMBADA DAS ACÁCIAS	0159/2025	41.082.582 JACQUELINE OLIVEIRA DOS SANTOS	41.082.582/0001-80	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
SEVANNE DO CAVACO	0787/2025	41.082.582 JACQUELINE OLIVEIRA DOS SANTOS	41.082.582/0001-80	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
BANDA PEXERA	0065/2025	42.139.384 JOSE MARIA SOARES ALVES	42.139.384/0001-78	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI.
SAGA HC	0442/2025	43.027.624 ANDRE LUIZ DE ARRUDA	43.027.624/0001-05	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
VITÓRIA DO PIFE	0457/2025	48.432.481 VITÓRIA MARYELLEN BATISTA SANTOS	48.432.481/0001-30	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
AZUL OLIVEIRA	0103/2025	48.915.642 FABIANO BATISTA DE OLIVEIRA	48.915.642/0001-47	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
BANDA CARAMUJO	0412/2025	48.915.642 FABIANO BATISTA DE OLIVEIRA	48.915.642/0001-47	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
ORQUESTRA MESTRE CELIO	0197/2025	49.255.016 CELIO ROBERTO MÁRTIR RAMOS	49.255.016/0001-34	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
MARIA - LUMINOSA	0680/2025	49.636.813 MARIA ALICE PONTES DE CARVALHO,	49.636.813/0001-61	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
JOÃO MARLEVOU	0767/2025	52.426.869 JOAO BATISTA FERREIRA	52.426.869/0001-04	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
DIZMAIA	0712/2025	52.544.197 MARIO DANIEL DE BARROS DA SILVA GOMES JUNIOR	52.544.197/0001-23	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
SENHORA	0895/2025	54.384.275 LARISSA HELENA DE ARAUJO PINHEIRO	54.384.275/0001-03	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
BANDA LORRAINE AZEVEDO	0736/2025	54.624.576 LETICIA DA SILVA AZEVEDO	54.624.576/0001-59	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
ELYS VIANA	0974/2025	55.959.252 ELYS VIANA IZIDORO	55.959.252/0001-34	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
GRUPO CULTURAL EXPLOSÃO DO FORRÓ	0508/2025	57.096.822 JOSE RICARDO FRANCISCO DA SILVA	57.096.822/0001-35	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
FK FEITICEIRO	0145/2025	57.116.169 FÉLIX CLODOALDO CAVALCANTI	57.116.169/0001-29	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
ESCALETADO	0560/2025	57.564.894 ICARO GABRIEL ANES DA GAMA	57.564.894/0001-60	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
CENTRO CULTURAL E SOCIAL CORAÇÃO - GRUPO DE CAPOEIRA INFANTIL TEIMOSO KIDS	0925/2025	57.684.114 ALLYSSON CESAR ANACLETO DE OLIVEIRA - M	57.684.114/0001-15	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
QUADRILHA JUNINA CORAÇÃO MIRIM	0927/2025	57.684.114 ALLYSSON CESAR ANACLETO DE OLIVEIRA - ME,	57.684.114/0001-15	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
TROÇA CARNAVALESCA MÍSTICA, LÍTERA, ANÁRQUICA E	0692/2025	57.926.275 SILAS RIBEIRO E SILVA	57.926.275/0001-78	COMPROVAÇÕES DO ANEXO

GREIANTE A CORDA				VI
BARTHEL	0587/2025	58.985.064 LUIZ FERNANDO BARTHEL VELLOSO	58.985.064/0001-79	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
É DE DENDÊ	0565/2025	A CARA DAQUI PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	19.939.528/0001-59	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
RAIMUNDO SANTOS E O FORRÓ DO RALA BUCHO	0719/2025	A CARA DAQUI PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	19.939.528/0001-59	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
MESTRE LUA	0715/2025	A J DA SILVA PRODUCOES CULTURAIS E EVENTOS	16.603.205/0001-00	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
AVA GUIMARÃES	0510/2025	A.C.W. SILVA PRODUÇÕES	34.085.956/0001-55	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
NÁDIA MAIA	0005/2025	AC PRIME PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	22.276.054/0001-17	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
AFOXÉ OYÁ ALAXÉ	0663/2025	AFOXÉ OYÁ ALAXÉ	52.352.021/0001-70	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
MEMORIAL FREVO ORQUESTRA (PALCO)	0956/2025	ÁGAPE RUAH PRODUÇÕES ARTÍSTICAS	35.843.557/000179	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
MARACATU NAÇÃO ESTRELA DE OLINDA	0454/2025	AGREMIAÇÃO CARNAVALESCA MARACATU NAÇÃO ESTRELA DE OLINDA	08.644.688/0001-54	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
MARI E RAYANE	0779/2025	AL PRODUÇÕES LTDA	57.226.399/0001-40	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
PRETA GG	0652/2025	AMUZZE ASSESSORIA E PRODUÇÕES DE EVENTOS	59.864.513/0001-93	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
ALLISON MARX	0244/2025	APOLLOMIX PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA	22599895000165	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
ARI DE ARIMATÉA	0242/2025	APOLLOMIX PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA	22.599.89/.0001-65	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
DAY	0247/2025	APOLLOMIX PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA	22.599.895/0001-65	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
FERNANDEZ	0241/2025	APOLLOMIX PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA,	22.599.895/0001-65	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
ISAAC SETE CORDAS	0248/2025	APOLLOMIX PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA,	22.599895000165	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
LIA DI CARVALHO	0243/2025	APOLLOMIX PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA,	22.599.895/0001-65	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
NESCAU & BIANCA MEL E BANDA TBT	0245/2025	APOLLOMIX PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA,	22.599.895/0001-65	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
DUDU SACANINHA	0936/2025	ARGOS PRODUCOES E PUBLICIDADE	47.810.934/0001-52	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
ANNY LOVE A GAROTA ASSANHADA	0237/2025	ARTHUR W P DOS SANTOS PRODUÇÃO	58.048.819/0001-09	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
MINHOCÃO DE OLINDA	0769/2025	ASSOCIAÇÃO CARNAVALESCA MINHOCÃO DE OLINDA	07.901.704/0001-84	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
SAMBA DECENTE	0940/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA	11.470.807/0001-04	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
NENAS FARIAS	0468/2025	ASSOCIACAO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
ANDRE E FORRÓ DOS ERRADOS	0300/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
BANDA ACESSO	0284/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
BANDA ARRECIFES	0181/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
BANDA É FARRA	0297/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11470807/0001-04	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
BANDA FAZ A FARRA	0347/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
BANDA FICADA	0440/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
BANDA OS PARALELOS	0351/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
BANDA SHAKESPEARE	0668/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
BÁRBARA LUNA	0360/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
BURRA TRADIÇÃO	0316/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
BURRA UNIÃO	0362/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
CAÇULINHA E BANDA RWC	0367/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
CIRANDA DOS CANGACEIROS	0375/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
CIRANDA TROPYCALHA	0179/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
CLAWDEMIR JR	0333/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
DENI SHOW	0377/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
DUDU SOLUÊ	0477/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
EDUARDO VELOSO E BANDA	0312/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
EMANUEL PONTUAL	0335/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
JEFFERSON SANTA ROSA	0192/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
JUNIOR & BANDA CANIBAL	0178/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
MARCIO AYALLA	0390/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
MARQUINHOS SHOW	0470/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
MÔNICA MARIA	0388/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
NETYNHO XOTE 10	0165/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
ORLANDO & CIA	0382/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4

ORQUESTRA INDEPENDENTE	0348/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
PE ALEX BRUNO & BANDA	0280/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
RODRIGUINHO DO ACORDEON	0161/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
SANDRO BOLADÃO	0385/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
SANDY CHAMEGO A MIL	0386/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
STYLLO KENTE	0387/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG	11.470.807/0001-04	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
A COCADA	0250/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E MUSICAL A COCADA	09.541.416/0001-91	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
A COCADINHA	0252/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E MUSICAL A COCADA	09.541.416/0001-91	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
MESTRE BETO	0251/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E MUSICAL A COCADA	09.541.416/0001-91	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
MAESTRO FORRÓ E ORQUESTRA POPULAR DA BOMBA DO HEMETÉRIO	0911/2025	ASSOCIAÇÃO CULTURAL ESCOLA COMUNITÁRIA DE MÚSICA DA BOMBA DO HEMETÉRIO	10.359.195/0001-14	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
CIRANDA DAS FLORES DA AMUNAM	0099/2025	ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DE NAZARÉ DA MATA - AMUNAM	12.813.226/0001-90	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
MARACATU FEMININO DE BAQUE SOLTO CORAÇÃO NAZARENO	0100/2025	ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DE NAZARÉ DA MATA - AMUNAM	12.813.226/0001-91	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI.
ABISAL E REAL DA VÁRZEA	0973/2025	ASSOCIAÇÃO DOS MARACATUS NAÇÃO DE PERNAMBUCO - AMANPE	11.188.966/0001-10	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
CANTORA ELETRA	1024/2025	ASSOCIAÇÃO MUSICAL E CULTURAL DE CAVALEIRO	06.864.616/0001-97	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
CIA DE DANÇAS PASSOS DA LADEIRA DE OLINDA	0558/2025	ASSOCIAÇÃO MUSICAL E CULTURAL DE CAVALEIRO	06.864.616/0001-97	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
CIRANDA COBIÇADA DO MESTRE WALTER	0555/2025	ASSOCIAÇÃO MUSICAL E CULTURAL DE CAVALEIRO	06.864.616/0001-97	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
COCO DA LIBERDADE	0552/2025	ASSOCIAÇÃO MUSICAL E CULTURAL DE CAVALEIRO	06.864.616/0001-97	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
DONA DEL DO COCO E CIRANDA	0548/2025	ASSOCIAÇÃO MUSICAL E CULTURAL DE CAVALEIRO	06.864.616/0001-97	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
ORQUESTRA POLIVALENTE	0431/2025	ASSOCIAÇÃO PRÓ-CIDADANIA	69.930.345/0001-40	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
GERLANE GELL	0146/2025	ASTROGILDO T S JUNIOR PRODUCOES EVENTOS E SERVICOS	12.158.594/0001-42	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
COCO SANTIAGO	0088/2025	ASTROGILDO T S JUNIOR PRODUÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS	12.158.594/0001-42	FALTANDO TODA DOCUMENTAÇÃO
PAGODE DO DIDI	0096/2025	ASTROGILDO T S JUNIOR PRODUÇÕES EVENTOS E SERVIÇOS,	12.158.594/0001-46	FALTANDO TODA DOCUMENTAÇÃO
ALMÉRIO	0592/2025	ATOS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	03.290.395/0001-00	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
MAZULI	0596/2025	ATOS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	03.290.395/0001-00	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
GILÚ AMARAL	0870/2025	AURORA MUSICAL PRODUTORA LTDA	16.704.673/0001-62	FALTA DECLA DE NEPOTISMO
MÁRCIA PEQUENO	0865/2025	AURORA MUSICAL PRODUTORA LTDA	16.704.673/0001-62	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
OS MAGNATAS DA BEIRA MAR	0859/2028	AURORA MUSICAL PRODUTORA LTDA	16.704.673/0001-62	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
PAULA BUJES	0880/2025	AURORA PRODUTORA E PROJETOS LTDA	16.704.673/0001-62	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
GRUPO PERCUSSIVO TAMBORES DE SAIA	0082/2025	B.A.C.O PRODUÇÕES CULTURAIS	34.330.072/0001-19	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI.
CLUBE CARNAVALESCO MIXTO LENHADORES OLINDENSE	0817/2025	BACO PRODUÇÕES CULTURAIS	34330072000119	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
BATERIA CABULOSA	0659/2025	BATERIA CABULOSA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	19.570.020/0001-26	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
BLOCO LÍRICO FLOR DO EUCALIPTO	0856/2025	BLOCO LÍRICO FLOR DO EUCALIPTO	04.823.082/0001-25	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
CÔCO DA RIBEIRA	1017/2025	C L PRODUÇÕES ARTISTICAS E CULTURAIS - 53.292.133 CLEIBE LUIZ LEANDRO	53.292.133/0001-45	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
ROBELLY RAMOS	0983/2025	C R S PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	48.687.085/0001-54	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
FILIPE TOCA	0532/2025	CACHOEIRA MUSIC PRODUÇÕES LTDA	05.343.664/0001-45	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
NATASCHA FALCÃO	0402/2025	CAJA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA	10.673.790/0001-20	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
CACAU E LULU E O MANGUEBITINHO	1020/2025	CARACAXÁ PRODUÇÕES CULTURAIS EIRELI	31.611.594/0001-09	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
MINI ROCK	1022/2025	CARACAXÁ PRODUÇÕES CULTURAIS EIRELI	31.611.594/0001-09	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
BANDA DRY ALVES	0618/2025	CARANGUEIJAL PRODUCOES LTDA	54.672.095/0001-19	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
CARLA RIO	0660/2025	CARLA RIO L M DE MELO	34.713.216/0001-16	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
GUMA	0061/2025	CARLOS EDUARDO FILIZOLA FILHO 09696034440	35.526.598/0001-31	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
CASACA DE COURO	0708/2025	CASACA DE COURO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	22.946.788/0001-66	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
CAVALO MARINHO ESTRELA DE OURO	0647/2025	CAVALO MARINHO ESTRELA DE OURO	08.491.745.0001-02	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
LIA DE ITAMARACÁ E DAÚDE	0677/2025	CCEL - CENTRO CULTURAL ESTRELA DE LIA	8.284.461/0001-45	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
AFOXÉ OMOLU PA KÉRÙ AWO	0619/2025	CENTRO CULTURAL CAMBINDA ESTRELA	08.798.225/0001-47	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
FILHAS DE BARACHO	0419/2025	CENTRO CULTURAL COCO DO AMARO BRANCO	10.456.777/0001-19	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
CIA. ACAUÃ DE DANÇA	0628/2025	CENTRO CULTURAL E CIDADANIA ARTE HUMANA MACASSAR	43.811.186/0001-71	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
GRUPO BONGAR	0410/2025	CENTRO DE ARTE E CULTURA GRUPO BONGAR – GUITINHO DA XAMBÁ,	10.392.473/00001-35	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
GRUPO PIRÃO BATEU DA XAMBÁ	0675/2025	CENTRO DE ARTE E CULTURA GRUPO BONGAR (CAC – GB)	10.392.473/0001-35	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
GRUPO XAMBA DAS YABÁS	0674/2025	CENTRO DE ARTE E CULTURA GRUPO BONGAR (CAC – GB)	10.392.473/0001-35	DESCUMPRIMENTO DO ITEM

				8.4
GRUPO XAMBA DAS YABÁS	0681/2025	CENTRO DE ARTE E CULTURA GRUPO BONGAR (CAC – GB)	10.392.473/0001-35	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
ELAS CANTAM GONZAGA	0209/2025	CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES EM DIREITOS HUMANOS – A - COLHER	07.817.329/0001-99	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
ZAMBO	0930/2025	CENTRO DO CORPO MR LTDA	55.752.472/0001-92	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
JUNIO BARRETO	0474/2025	CONDOM BLACK PRODUÇÃO TEATRAL, MUSICAL E DE ESPETÁCULO LTDA	30.984.565/0001-11	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
LAVÍNIA	0414/2025	CONDOM BLACK PRODUÇÃO TEATRAL, MUSICAL E DE ESPETÁCULO LTDA	30.984.565/0001-11	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
BLOCO EU QUERO MAIS	0449/2025	CORAL CARNAVALESCO EU QUERO MAIS – BLOCO EU QUERO MAIS	73.998.726/0001-39	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
ANJO GABRIEL	0843/2025	COTIDIANA PRODUÇÕES LTDA	29.858.177/0001-05	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
ANJO GABRIEL - SHOW AUTORAL	0851/2025	COTIDIANA PRODUÇÕES LTDA	29.858.177/0001-05	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
CRIS GALVÃO	0971/2025	CRISTIANO DE LIMA GALVÃO77969731449,	12.544.199/0001-06	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
ED CARLOS	0946/2025	EDILSON C. CASSEMIRO ME	12.568.851/0001-14	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
BANDA FARRA DAS PODEROSAS	0195/2025	EDUARDO CARLOS DA SILVA SERVIÇOS-EPP -ARRECIFES PRODUÇÕES	14.027.275/0001-23	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
TRIO FORRÓ ARRECIFES	0219/2025	EDUARDO CARLOS DA SILVA SERVIÇOS-EPP (ARRECIFES PRODUÇÕES)	14.027.275/0001-23	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
AVE SANGRIA	0501/2025	ESTELITA SHOWS E EVENTOS LTDA	44.462.409/0001-03	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
BARBARIZE	0550/2025	ESTELITA SHOWS E EVENTOS LTDA	44.462.409/0001-03	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
CLAYTON BARROS	0436/2025	ESTELITA SHOWS E EVENTOS LTDA	44.462.409/0001-03	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
SURRA	0616/2025	ESTELITA SHOWS E EVENTOS LTDA	44.462.409/0001-03	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
TAGORE	0489/2025	ESTELITA SHOWS E EVENTOS LTDA	44.462.409/0001-03	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
ORQUESTRA OMEGA	0958/2025	F. MIX EMPREENDIMENTOS LTDA	14.651.898/0001-72	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
UANA	0842/2025	FÁBRICA ESTÚDIOS LTDA	03.767.725/0001-06	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
TONHO MATÉRIA	0143/2025	FARIAS EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA	39.721.242/0001-00	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
NANDO RAMOS	1006/2025	FRANCISCO S DA COSTA JUNIOR	32.482.767/0001-90	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI.
BANDA VIBE MASSA	0194/2025	FREITAS PRODUCOES LTDA	62.311.586/0001-62	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
GRUPO DE XAXADO CABRAS DE LAMPIÃO	0313/2025	FUNDAÇÃO CULTURAL CABRAS DE LAMPIÃO	01.309.793/0001-98	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
BANDA DENGOSA	0894/2025	G2 PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA	00.714.836/0001-58	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
CLÁUDIA MORAIS	0904/2025	G2 PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA	00.714.836/0001-58	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
FORRÓ FAMOSO	0896/2025	G2 PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA	00.714.836/0001-58	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
FORRÓ FEIJÃO COM ARROZ	0902/2025	G2 PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA	00.714.836/0001-58	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
GEO SALU	0355/2025	GB LEITE PRODUÇÕES	22.930.332/0001-08	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
EDÚN ÀRÁ SANGÔ	0831/2025	GIOVANNA TELES DE SOUZA	36.862110/0001-00	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
GERLANE LOPS	0545/2025	GL PRODUÇÕES ARTÍSTICAS BRASIL LTDA	17.176.559/0001-70	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
SERGINHO NASCIMENTO	0658/2025	GLAUCO ANTONIO NEVES MENEZES	11.470.807/0001-04	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
RODRIGO RAPOSO	0170/2025	GRAVIOLA PRODUÇÕES	35.365.538/0001-84	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
PATUSCO	0391/2025	GRUPO ANÁRQUICO MÍSTICO CARNAVALESCO PATUSCO	40.816.902/0001-15	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
BOI DA MACUCA	0910/2025	INSTITUTO BOI DA MACUCA - IM	41.752.322/0002-55	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
CIA BRASIL POR DANÇA - ADRIANA DO FREVO	0482/2025	INSTITUTO DE CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA MARIA LUIZA	23.862.700/0001-90	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
COSPEFOGO	0156/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
JUNIOR SOULL	0162/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
SAMBA DA AMIZADE	0960/2025	J ALVES SOLUÇÕES E CRIAÇÕES	42.139.384/0001-78	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
COCO DE MULHERES	0972/2025	JADION HELENA DOS SANTOS PRODUCOES ME	14.915.628/0001-21	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
BLOCO LÍRICO FLOR DA LIRA DE OLINDA	0490/2025	JADION HELENA SANTOS PRODUÇÕES ME	14.915.628/0001-21	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
PASTORIL ESTRELA DO NORTE	0416/2025	JOÃO CABRAL DE SOUZA JUNIOR 05480203452	26.767.463.0001/77	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
BLOCO URSO MALUCO BELEZA	0279/2025	JOSÉ SÉRGIO LUIZ BEZERRA	28.986.894/0001-50	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
MAESTRO ISRAEL DE FRANÇA	0583/2025	JUBA PRODUÇÕES	28.575.679/0001-66	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
JUBA	0118/2025	JULIANO MIRANDA VALENÇA	51.672.537/0001-39	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
LÉO DA BODEGA	0389/2025	L AGUIAR DA SILVA PRODUCAO E EVENTOS LTDA,	44.678.268/0001-52	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
CIA DE DANÇA NORDESTE VIVO	0318/2025	L H DE C COSTA PRODUÇÕES E EVENTOS	60.339.848/0001-71	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
TRIBUTO A LUIZ GONZAGA (CANTIGAS DO SOL)	0492/2025	L H DE C COSTA PRODUÇÕES E EVENTOS,	60.339.848/0001-71	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
DIVA DO BREGA	0339/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39.507.950/0001-42	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
MOLEJO	0368/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39.507.950/0001-42	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4

OVELHA NEGRA	0366/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39.507.950/0001-42	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
TÁ NA FARRA	0384/2025	LAMPEJO ENTRETENIMENTO LTDA	39.507.950/0001-42	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
LORRAINE AZEVEDO	0529/2025	LETICIA DA SILVA AZEVEDO - MEI	54.624.576/0001-59	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
COCO DAS MINAS	0073/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA	46.181.195/0001-14	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
GRUPO CULTURAL RAÍZES DO XAXADO	0202/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA	46.181.195/0001-14	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
NANNY ALVEZ	0070/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA	46.181.195/0001-14	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
CIRANDA SANT'ANNA	0083/2025	LONAN PRODUÇÃO E EVENTO CULTURAL LTDA,	46.181.195/0001-14	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
CARLA ALVES	0282/2025	LUA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	19.297.391/0001-86	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
TÁ COM A MULINGA	0640/2025	LUÍS EDUARDO SANTOS DE OLIVEIRA RAMOS	33.622.138/0001-81	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
ARARA AZUL	0624/2025	LUIS EDUARDO SANTOS DE OLIVEIRA RAMOS 08246859463	33.622.138/0001-81	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
QUE HISTÓRIA DA MULINGA	0937/2025	LUÍS EDUARDO SANTOS DE OLIVEIRA RAMOS 08246859463	33.622.138/0001-81	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
REGGAE PELO REGGAE SOUNDS	0406/2025	LUIZ GUILHERME MATOS COSTA DOS SANTOS	24.820.646/001-83	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
CAFÉ PRETO	0448/2025	M DE S SANTOS PRODUÇÃO MUSICAL - ME	13.063.459/0001-86	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
GABRIEL VAQUEIRO	0862/2025	M L SOARES DA FONSECA	47.810.934/0001-52	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
GUEGUE MELODIA	0561/2025	M LIRA PRODUÇÕES LTDA	13.444.210/0001-10	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
KARINA BUHR	0644/2025	MÁQUINA DISCOS E PRODUCOES ARTISTICAS LTDA	18.597.343/0001-40	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
LIRINHA	0303/2025	MÁQUINA DISCOS E PRODUCOES ARTISTICAS LTDA	18.597.343/0001-40	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
MATHEUS DE BEZERRA	0305/2025	MÁQUINA DISCOS E PRODUCOES ARTISTICAS LTDA	18.597.343/0001-40	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
MARACATU LEÃO FORMOSO DE TRACUNHAÉM	0438/2025	MARACATU DE BAQUE SOLTO LEÃO FORMOSO DE TRACUNHAÉM	03.767.674/0001-04	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
MARACATU DE BAQUE VIRADO NAÇÃO DE LUANDA	0298/2025	MARACATU DE BAQUE VIRADO NAÇÃO DE LUANDA	02.965.506/0001-60	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
COCO POPULAR DE ALIANÇA	0008/2025	MARACATU ESTRELA OURO DE ALIANÇA	12.813.069/0001-13	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
MARACATU LEÃO DE OURO	0657/2025	MARACATU LEÃO DE OURO	12.813.127/0001-09	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
MARACATU LEÃO TEIMOSO	0706/2025	MARACATU LEÃO TEIMOSO	05.426.414/0001-09	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
MARACATU NAÇÃO SOL BRILHANTE DE OLINDA	0875/2025	MARACATU NAÇÃO SOL BRILHANTE DE OLINDA	63.057.409/0001-64	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
MARACATU RURAL ÁGUIA FORMOSA DE TRACUNHAÉM	0704/2025	MARACATU RURAL ÁGUIA FORMOSA DE TRACUNHAÉM	05.501.757/0001-82	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
MARACATU RURAL BEIJA-FLOR DA MATA NORTE DE AÇUDINHO	0818/2025	MARACATU RURAL BEIJA-FLOR DA MATA NORTE	51.741.870/0001-52	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
MARACATU RURAL LEÃO VENCEDOR DE CHÃ DE ALEGRIA	0989/2025	MARACATU RURAL LEÃO VENCEDOR DE CHÃ DE ALEGRIA - PR	41.008.541/0001-43	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
RODRIGO MEDEIROS	0566/2025	MARLIO AVILA DE C. NEVES JÚNIOR	28.575.679/0001-66	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
MICHELLE MELO	0797/2025	MICHELLE DE MELO BORBA PRODUÇÕES	39.778.953/0001-10	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
CAPIM SANTO	0524/2025	MONSTROS PRODUÇÕES	52.544.197/0001-23	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
CONJUNTO MARAVILHA	0582/2025	MONSTROS PRODUÇÕES	52.544.197/0001-23	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
MACUMBIA	0584/2025	MONSTROS PRODUÇÕES	52.544.197/0001-23	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
MALÍCIA CHAMPION	0828/2025	MONSTROS PRODUÇÕES	52.544.197/0001-23	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
BANDA EXPRESSO DO FORRÓ RECIFE	0866/2025	MRJS EMPREENDIMENTOS E PRODUÇÕES LTDA	27.837.803/0001-51	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
MAY VIANA	0171/2025	MSC PROMOÇÕES LTDA	47.534.968/0001-61,	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
O REI DO CABARÉ	0694/2025	MSC PROMOÇÕES LTDA	47.534.968/0001-61	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
CYLENE ARAÚJO	0944/2025	MULTI GRAFE PRODUÇÕES LTDA	14.731.957/0001-12	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
GEORGE LUIZ	0945/2025	MULTI GRAFE PRODUÇÕES LTDA	14.731.957/0001-12	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
NAILSON VIEIRA	0424/2025	NAILSON VIEIRA DE ANDRADE SILVA 12646588429,	40.349.081/0001-54	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
AFOXÉ AFEFÉ LAGBARÁ	0309/2025	NEGRAS SÃO PRODUÇÕES LTDA	53.816.485/0001-52	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
NERIS RODRIGUES E O TROMBONANDO	1015/2025	NERISVANDA ARAUJO RODRIGUES DA SILVA 06565880476	46.632.424/0001-70	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
ZÉ MANOEL - DO SAMBALANÇO AO PAGODE 90	0868/2025	NOVA RAIZ LTDA	31.689.306/0001-20	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
DUNAS DO BARATO	0411/2025	OROSKA PRODUCOES LTDA	57.205.315/0001-92	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
ALESSANDRA LEÃO	0969/2025	OROSKA PRODUÇÕES LTDA	57.205.315/0001-92	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
CASCABULHO	0332/2025	OROSKA PRODUÇÕES LTDA	57.205.315/0001-92	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
ORQUESTRA DO MAESTRO OSÉAS LEÃO	0617/2025	OZEAS LEAO DE SOUZA 27288358453	27.114.573/0001-00	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
BATUCADA ATÔMICA	0639/2025	PARA-RHAIO PRODUÇÕES	47.585.662/0001-34	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
BANDA BATEU A QUIMICA	0345/2025	PAULO ANTONIO DOS SANTOS ALVES PRODUÇÃO	38.143.209/0001-87	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
ORQUESTRA DO AXÉ(PALCO)	0571/2025	PAULO SERGIO RENNE GOMES SILVA 00991952405 / SC PRODUÇÕES E EVENTOS,	17.916.751/0001-55	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
CHINA INA	0648/2025	PEDRA ONZE LTDA	13.934.275/0001-44	DESCUMPRIMENTO DO ITEM

				8.4
DEL REY	0641/2025	PEDRA ONZE LTDA	13.934.275/0001-44	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
ÂNGELA MORENITA	0185/2025	PINA PRODUÇÕES E EVENTOS	35.154.821/0001-67	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
ÂNGELO GABRIEL	0075/2025	PINA PRODUÇÕES E EVENTOS	35.154.821/0001-67	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI.
BÁRBARA AIRES	0150/2025	PINA PRODUÇÕES E EVENTOS	35.154.821/0001-67	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
DEDO BEZERRA	0048/2025	PINA PRODUÇÕES E EVENTOS	35.154.821/0001-67	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
DI ANGELO	0132/2025	PINA PRODUÇÕES E EVENTOS	35.154.821/0001-67	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
ELLY CARPER	0148/2025	PINA PRODUÇÕES E EVENTOS	35.154.821/0001-67	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
ED MORENO	0147/2025	PINA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	35.154.821/0001-67	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
TROÇA CARNAVALESCA PITOMBEIRA DOS 4 CANTOS	0534/2025	PITOMBEIRA DOS QUATRO CANTOS	11.163.946/0001-95	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
ORQUESTRA BRASILEIRA DO RECIFE(PALCO)	0267/2025	PLURAL PROJETOS E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	47.977.400/001-51	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
MARACATU CANARINHO DE OURO	0990/2025	R S DO SANTOS PRODUÇÃO MUSICAL	20.453.780/0001-32	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
REISADO IMPERIAL	0992/2025	R S DO SANTOS PRODUÇÃO MUSICAL,	20.453.780/0001-32	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
BLOCO LÍRICO MISTO FOLGUEDOS DE SURUBIM	0774/2025	R S DOS SANTOS PRODUÇÃO MUSICAL	20.453.780/0001-32	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
CIRANDA IMPERIAL	0924/2025	R S DOS SANTOS PRODUÇÃO MUSICAL	20.453.780/0001-32	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
CIRANDELAS	0929/2025	R S DOS SANTOS PRODUÇÃO MUSICAL	20.453.780/0001-32	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
MARACATU LEÃO DE OURO DE NAZARÉ DA MATA	0776/2025	R S DOS SANTOS PRODUÇÃO MUSICAL	20.453.780/0001-32	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
CÔCO DE FULÔ	0766/2025	R S DOS SANTOS PRODUÇÃO MUSICAL	20453780000132	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
BANDA ROCKOUT	0666/2025	RAFAEL DOS ANJOS BARKOKEBAS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	13.315.838/0001-16	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
BANDA VAMBORA	0667/2025	RAFAEL DOS ANJOS BARKOKEBAS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	13.315.838/0001-16	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
RIKELMY T2	0168/2025	RIKELMY TAVARES ALENCAR	54.467.389/0001-09	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
ARNALDO DO COCO	0283/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
COCO DE TORÉ PANDEIRO DO MESTRE	0291/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60	FALTAM:
ZECA CIRANDEIRO	0308/2025	S. R. DE OLIVEIRA MELO	12.919.669/0001-60	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
LODO GROOVE	0455/2025	SC PRODUÇÕES E EVENTOS	17.916.751/0001-55	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
RIVA LE BOSS	0546/2025	SEMEANDO ARTES PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA	47.538.672/0001-19	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
ANDRÉ RAIZEIRO	0538/2025	SF PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	52.111.400/0001-78	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
BANDA CANARINHOS DO FORRÓ	0540/2025	SF PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	52.111.400/0001-78	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
WALKÍRIA MENDES	0543/2025	SF PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	52.111.400/0001-78	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
GRUPO SAMBSTAR	0547/2025	SF PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA,	52.111.400/0001-78	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
GILMAR LEITE	0327/2025	SOCIAL:GILMAR LEITE DE ARAUJO PRODUCOES - ME	22.930.332/0001-08	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
FABIANA PIMENTINHA	0743/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI - SOFOPS	08.584.386/0001-38	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
LOURENÇO GATO	0053/2025	SOCIEDADE DOS FORROZEIROS PÉ DE SERRA E AI – SOFOPS	08.584.386/0001-38	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
ORQUESTRA PLUMAS E PAETÊS	0935/2025	SONIA COSTA PRODUÇÕES E EVENTOS	07.105.452/0001-87	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
ORQUESTRA TANGA DE SIRI	0931/2025	SONIA COSTA PRODUÇÕES E EVENTOS	07.105.452/0001-87	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
TROÇA CARNAVALESCA MISTA PAPANGUS GIGANTES	0852/2025	SONIA COSTA PRODUÇÕES E EVENTOS	07.105.452/0001-87	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
COMPANHIA DE DANÇA OLINDARTE	1023/2025	SONIA CRISTINA COSTA FERREIRA	07.104.452/0001-87	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
GRUPO TURMA DA GIULINHA	0921/2025	SONIA CRISTINA COSTA FERREIRA - SONIA COSTA PRODUÇOES E EVENTOS	07.105.452/0001-87	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
LULLY QUEIROZ	0984/2025	SONIA CRISTINA COSTA FERREIRA-ME	71.054.520/001-87	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
TROÇA CARNAVALESCA MIISTA A BELA DA TARDE E SEUS BONECOS GIGANTES	0840/2025	SONIA CRISTINA COSTA FERREIRA-ME	07.105.452/0001-87	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
VICTOR LEÃO CANTOR	0190/2025	SOUZA LEÃO PRODUÇÕES E EDIÇÕES MUSICAIS LTDA ME	23.909.008/0001-70	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
MC TOCHA	0497/2025	T. M. PRODUÇÕES ARTÍSTICAS - ME	41.256.317/0001-70	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
BADI ASSAD	0898/2025	TÂNIA ARTUR DE O SILVA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	20.393.291/0001-32	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
LASSERRE	0016/2025	THIAGO LASSERRE FERREIRA	42.206.792/0001-03	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
BANDA TOA TOA	0682/2025	TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESSORIA LTDA	43.119.757/0001-01	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
TALITA GOMES	0661/2025	TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESSORIA	43.119.757/0001-01	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
RENATA ANJOS	0803/2025	TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESSORIA LTDA	43.119.757/0001-01	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
ORQUESTRA FANTASY(PALCO)	0062/2025	TRAKEJO PRODUÇÃO E ASSESSORIA LTDA	43.119.757/0001-01	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
DESFILE OFICIAL DO CARNAVAL DO BONECO GIGANTE DE OLINDA JOHN TRAVOLTA	0257/2025	TROÇA CARNAVALESCA MISTA JOHN TRAVOLTA	40.813.859/0001-84	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4
TCM O FAZENDÃO	0707/2025	TROÇA CARNAVALESCA MISTA O FAZENDÃO	01.621.169/0001-21	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4

37º ENCONTRO DOS BONECOS GIGANTES DE OLINDA	0256/2025	TROÇA CARNAVALESCA MISTA A NORDESTINA	40.816.845/0001-74	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4.
AFOXÉ ALAFIN OYÓ	0231/2025	UNIÃO DOS AFOXÉS DE PERNAMBUCO	09.032.427/0001-46	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
AFOXÉ YAMIN BALÉ GILÊ	0230/2025	UNIÃO DOS AFOXÉS DE PERNAMBUCO	09.032.427/0001-46	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
AFOXÉ OMO OBÁ DÊ	0232/2025	UNIÃO DOS AFOXÉS DE PERNAMBUCO,	09.032.427/0001-46	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
LUIZA KETILYN	0200/2025	VIPSTAR ENTRETENIMENTO LTDA	39.508.434/0001-32	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
SIMPLES OLHAR	0212/2025	VIPSTAR ENTRETENIMENTO LTDA	39.508.434/0001-32	COMPROVAÇÕES DO ANEXO VI
VALDI AFONJAH	1005/2025	W STADEN DE V EGITO - ARTE, COMUNICACAO E CULTURA	19.418.859/0001-43	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.4

Olinda, 04 de dezembro de 2025

MARÍLIA BANHOLZER
Secretária de Patrimônio, Cultura e Turismo

ALEXANDRE MIRANDA
Secretário Executivo de Cultura

LUIZ CARLOS DA SILVA
Diretor de Cultura

Publicado por:
Claudia Maria Bandeira de Melo Lisboa
Código Identificador:E50A951F

SECRETARIA DE PATRIMÔNIO, CULTURA E TURISMO
RESULTADO PRELIMINAR HABILITADOS - CPF - CONVOCATÓRIA 001/2025

CONVOCATÓRIA Nº 001/2025 CICLO ARTÍSTICO E CULTURAL DE OLINDA/2025 RESULTADO PRELIMINAR DE PESSOA FÍSICA (CPF) - HABILITADOS		
INSCRIÇÃO	**PROPONENTE**	**ATRAÇÃO**
0001/2025	WELLINGTON NERY DA SILVA	NERYNHO DO FREVO E FORRÓ
0002/2025	TACIANA RENATA GOMES DA SILVA	TCM TÁ COM RAIVA DEU? SE FODEU DIGA
0003/2025	RHUAN HENRIQUE FARIAS OLIVEIRA	TROÇA CARNAVALESCA MISTA DOM JUAN DO MONTE
0004/2025	SILAS FREIRE DE SOUZA	OS CAMALEÕES
0008/2025	FERNANDO MATHEUS DA SILVA ANDRADE	OS KAÇULAS
0013/2025	JOSE RICARDO FRANCISCO DA SILVA	RICARDO RICO E LEIDI LIMA
0015/2025	THIAGO BATISTA FERREIRA	MISTURA SAMBA
0021/2025	AUGUSTO JOSÉ DA SILVA	BATERIA POVOADA
0023/2025	RHUAN HENRIQUE FARIAS OLIVEIRA	CENTRO CULTURAL AMANTES DO CARNAVAL DE OLINDA
0025/2025	JAENE PEREIRA BARBOSA	FLOR DE CATEMBA
0026/2025	BENONE CARVALHO FORTUNA	OREALPLUG
0028/2025	DIEGO RAFAEL DE SOUZA	TRUPE CONVIVER É VIVER
0029/2025	JOSÉ ROBERTO DA SILVA JUNIOR	ROBERTTO
0030/2025	LUIZA ROBERTA DE LIMA	ORQUESTRA LUAR
0031/2025	INAJÁ BARBOSA DOS PRAZERES SOARES	TCM DA LULUZINHA
0032/2025	LESHJAE KUMPANIA	LESHJAE KUMPANJIA
0033/2025	ROSINALVA GOMES DA SILVA	ESCOLA VIRADANÇA
0036/2025	RAYANE MEGLYN COSTA MEDEIROS	SAMBA DO BONFIM
0038/2025	JAMMESSON HENRIQUE MONTEIRO DA SILVA	TCM GAROTO DE VASSOURA
0039/2025	SIDCLAY FELIPE BERNARDINO	SIDADE
0040/2025	PEDRO VICTOR CRUZ BEIJA	MATUCANA
0041/2025	DAMIAO CLEBSON MORENO FERREIRA	DAMIÃO MORENO
0042/2025	SENHORINHA JOANA ALVES DA SILVA	NAÇÃO MULAMBO
0043/2025	RAFAEL MASCARENHAS DE OLIVEIRA	DJ RAFAEL MASK
0045/2025	WELLINGTON RICARDO MIGUEL DA SILVA	GRUPO NOVA GERAÇÃO
0047/2025	CAIO HANDEL GUIMARÃES DE SALLES COUTINHO	DALILA DRAG & BANDA
0048/2025	CAIO HANDEL GUIMARÃES DE SALLES COUTINHO	DJ DRAG DALILA
0049/2025	CAIO HANDEL GUIMARÃES DE SALLES COUTINHO	DALILA DRAG
0050/2025	HALBERYS MORAIS DE HOLANDA	NEGRISAMBA
0051/2025	CAIO HANDEL GUIMARÃES DE SALLES COUTINHO	DRAG DALILA
0053/2025	RAQUEL FERREIRA DA SILVA	BANDA ATRAENTE

Olinda, 04 de Dezembro de 2025

MARÍLIA BANHOLZER
Secretária de Patrimônio, Cultura e Turismo de Olinda

Publicado por:
Amanda Silva de Moura
Código Identificador:4F4846D1

SECRETARIA DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
ATA DE SUBSTITUIÇÃO E POSSE DE MEMBROS DA DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE OLINDA – COMDACO

%.Á' /DOíDIRßTOfDACRANÇA E00ADOLESCENTEDEOLINOA CNPJ N° 10.404.184/0002-90 Lei Municipal n° 4777, de 20 de maio de 1991, alteradapelas Leis Municipais n°s 5221/2000 e 5572/2007.	ATA DE **SUBSTITUIÇÃO** E POSSE DE MEMBROS DA DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE OLINDA – COMDACO
PAUTA UNICA: Substituição dos Representantes Governamental e Sociedade Civil na diretoria do COMDACO, por outros representantes da mesma secretaria e da Sociedade Civil, como bem a posse do mesmo na qualidade de Presidente, Vice - Presidente, Secretario e Tesoureiro na Diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Olinda — COMDACO — para assumir e dar continuidade ao Biênio	

2024/2026.

TERMO **DE SUBSTITUIÇÃO** E POSSE DO MEMBRO DA DIRETORIA DO **COMDACO:**
PRESIDENTE, VICE - PRESIDENTE, SECRETARIO E TESOUREIRO.

Aos 14 dias, do mês de Outubro de 2025, no horário das 9h, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Olinda — COMDACO, instituído pela Lei Municipal n° 4.777/1991, e alterações, com registro no CNPJ/MF sob o n° 10.404.184/0002-90, reuniram-se na sede, situada na Rua Pereira Simões, n° 533, Bairro Novo, Olinda — PE, a Diretoria do COMDACO com a pauta única de Substituição dos Representantes do Governo e da Sociedade Civil. A reunião foi presidida pela Sra. Josiane Passos Ferreira Santana, brasileira, casada, auxiliar administrativo, portador da Cédula de Identidade n° 6.977.611 SDS/PE, inscrito no CPF/MF sob o no 054.378.484-39, residente à Rua Prf.Enio Carlos de Albuquequer nº 00202 - QD - 66/ BL - B - Rio Doce Olinda /PE, Cep: 53080-000, e Presidente do COMDACO. Após a apresentação dos novos membros do COMDACO. A Presidente representando a Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, a Sra. Josiane Passos Ferreira Santana, brasileira, casada, auxiliar administrativo, portador da Cédula de Identidade n° 6.977.611 SDS/PE, inscrito no CPF/MF sob o no 054.378.484-39, residente à Rua Prf.Enio Carlos de Albuquequer nº 0202 - QD - 66/ BL - B - Rio Doce Olinda /PE, Cep: 53080-000; O Vice - Presidente representante da Instituição Ensinar de Desenvolvimento Social - IEDES, o Sr. Marcos Morais Martins,brasileiro,divorciado, autônomo, portador da Cédula de Identidade n° 2.440.844 SDS/PE, inscrito no CPF/MF sob o n° 344.985.754-15, residente á Rua Nestor Barbosa Lima n °19 - Ouro Preto, Olinda/ PE, Cep: 53.370.257; O Secretario Executivo representante da Secretaria de Patrimonio e Cultura e Turismo e Secretario, o Sr. Harryson Moura da Silva, brasileiro, casado, produtor e músico, portador da Cédula de Identidade n° 4.198.396 SDS/PE, inscrito no CPF/MF sob o n° 026.572.114-88, residente á Rua Paulista n ° 106 - Peixinhos, Olinda/ PE, Cep: 53.260- 020; O Tesoureiro representante do Associação Centro Desenvolvimento Integral Criança do Reino – CDI, o Sr. Edivaldo Tavares Pessoa Filho, brasileiro, casado,capelão por Profissão, portador da Cédula de Identidade n° 3.779.258 DSD/PE, inscrito no CPF/MF sob o n° 709.360.994-53, residente na Avenida F nº 395 A - BOA FEL - Rio Doce - Olinda/PE, Cep:50.000-000. foi colocado para votação de todos os presentes na reunião o qual foram eleitos por aclamação e unanimidade, e foram empossados de imediato como novos diretores do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Olinda — COMDACO para assumir e dar continuidade ao Biênio 2024/2026, a partir de 25 Julho 2024 até 25 de Julho de 2026, representantes Governamentais e Sociedade Civil, conforme composição prevista na lei de criação deste conselho Lei Municipal n°4777, de 20 de maio de 1991, alteradapelas Leis Municipais n°s 5221/2000 e 5572/2007,assim passando a Sra. Josiane Passos Ferreira Santana, à substituir o servidor anteriormente indicado o Sr. J o s é Al e x a n d r e d e L i m a Sa n t o s , brasileiro, casado, servidor público, portador da Cédula de Identidade nº 9.506.153 – SDS/PE, e inscrito no CPF/MF sob o nº 702.783.044-27, residente à Rua Santo Amaro, nº 03,casa, Peixinhos, Olinda/PE, Cep: 53.260-040; O Sr. M a r c o s M o r a i s M a r t i n s , á substituir o servidor anteriormente, Sr. Geziel Bezerra da Silva, Brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF n° 014.241.534-09, portador da Cédula de Identidade, RG:
6.247.592 SDS/PE, residente à Rua Sessenta, n° 35, — V Etapa, Rio Doce, Olinda/PE, Cep:53.090-390 indicado, O Sr. Harryson Moura da Silva a substituir a servidora anterior indicada a Sra. JESSICA SANTIAGO DA SILVA, brasileira, solteira, servidora pública, portadora da Cédula de Identidade nº
8.854.200 – SDS/PE, e inscrito no CPF/MF sob o nº 108.173.124-98, residente à Rua Oitenta, nº 91,Rio Doce, Olinda/PE, Cep: 53.090-550; O Sr. Edivaldo Tavares Pessoa Filho, á substituir o servidor anteriormente indicado o Sr. M a r c o s Mo r a i s M a r t i n s , brasileiro, divorciado, autônomo, portador da
Cédula de Identidade nº 2.440.844 – SDS/PE, e inscrito no CPF/MF sob o nº 344.985.754-15, residente à Rua Nestor Barbosa Lima, nº 19, Ouro Preto, Olinda/PE, Cep: 53.370.257. Face às modificações nas

representaçõe governamentais e Sociedade Civil, a Diretoria do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente de Olinda — COMDACO passa a ser composta em sua integralidade, com a manutenção dos representantes eleitos pela sociedade civil e as modificações abaixo: A nova Presidente — Sra. Josiane Passos Ferreira Santana, brasileira, casada, auxiliar administrativo, portador da Cédula de Identidade n° 6.977.611 SDS/PE, inscrito no CPF/MF sob o no 054.378.484-39, residente à Rua Prf.Enio Carlos de Albuquequer nº 00202 - QD - 66/ BL - B - Rio Doce Olinda /PE, Cep: 53080-000; O novo Vice - Presidente
— Sr. Marcos Morais Martins,brasileiro,divorcíado, autônomo, portador da Cédula de Identidade n° 2.440.844 SDS/PE, inscrito no CPF/MF sob o n° 344.985.754-15, residente á Rua Nestor Barbosa Lima n °19 - Ouro Preto, Olinda/ PE, Cep: 53.370.257; O Novo Secretário Executivo — Sr. Harryson Moura da Silva, brasileiro, casado, produtor e músico, portador da Cédula de Identidade n° 4.198.396 SDS/PE, inscrito no CPF/MF sob o n° 026.572.114-88, residente á Rua Paulista n ° 106 - Peixinhos, Olinda/ PE, Cep: 53.260-020 ; O novo Tesoureiro — Sr. Edivaldo Tavares Pessoa Filho, brasileiro, casado,capelão por Profissão, portador da Cédula de Identidade n° 3.779.258 DSD/PE, inscrito no CPF/MF sob o n° 709.360.994-53, residente na Avenida F nº 395 A - BOA FEL - Rio Doce - Olinda/PE, Cep:50.000-000; Os quais passam a assumir todas as funções e obrigações de Presidente, Secretario Executivo e Tesoureiro a partir da data de 25 de Julho de 2024 até 25 de Julho de 2026, conforme Ato de Posse sob o número 539/2024. Assim a Diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDACO, já qualificada neste instrumento que terá seu mandato até o dia 25 de Julho de 2026, conforme Ato de Posse Nº 847/2024. Com a modificação expressa, registramos, que o gestor do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente — FMCA, inscrito no CNPJ n° 09.131.027/0001-98, junto às contas existentes, serão a Sra. Josiane Passos Ferreira Santana — Presidente do Conselho e a Sr. Edivaldo Tavares Pessoa Filho, — Tesoureiro do Conselho, tendo os mesmos toda autonomia legal para movimentar as contas bancárias pertencentes ao FMCA, em representação ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Olinda — COMDACO, conforme disposto na Lei Municipal n° 4.777/1991, com plenos poderes para assinar contratos e convênios e fazer, quando necessário, transferências de valores, emitir e assinar cheques, solicitar extratos, fazer pagamentos e demais operações bancárias. A presente Ata foi encerrada e assinada por todos (as) representantes da Diretoria Atual, bem como, por quem presidiu e secretariou esta reunião de eleição e posse.

Olinda 14 de Outubro de 2025.

JOSIANE PASSOS FERREIRA
Presidente do COMDACO

MARCOS MORAISMARTINS
Vice - Presidente do COMDACO

HARRYSON MOURA DA SILVA
Secretário Executivo do COMDACO

EDIVALDO TAVARES PESSOA FILHO
Tesoureiro do COMDACO

Lei Municipal nº: 4.777/91 de 20 de maio de 1991
Rua Pereira Simões, 533 – Bairro Novo - Olinda - PE, CEP: 53.
CNPJ nº: 10.404.184/0002-90
E-MAIL: comdaco01olinda@gmail.com

Lista de Presença da Assembleia Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Olinda - COMDACO. Biênio 2024/2026

NOME	RG	CPF	ASSINATURA
JOSIANE PASSOS FERREIRA SANTANA	6.977.611 SDS/PE	054.378.484- 39	
MARCOS MORAIS MARTINS	2.440.844 SDS/PE	344.985.754-15	
HARRYSON MOURA DA SILVA	4.198.396 SDS/PE	026.572.114- 88	
EDIVALDO TAVARES PESSOA FILHO	3.779.258 SSP/PA	709.360.994-53	

Olinda 14 de Outubro de 2025.

JOSIANE PASSOS
Presidente do COMDACO

Lei Municipal nº: 4.777/91 de 20 de maio de 1991
Rua Pereira Simões, 533 – Bairro Novo - Olinda - PE, CEP: 53.
CNPJ nº: 10.404.184/0002-90
E-MAIL: comdaco01olinda@gmail.com

Publicado por:
Lara Josina Nogueira de Carvalho
Código Identificador:7287CB60

SECRETARIA DE TRANSPORTE E TRÂNSITO
EDITAL DE AUTUAÇÃO

SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA DE OLINDA - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO

A Autoridade de Trânsito da Secretaria de Mobilidade Urbana de Olinda, em conformidade com as suas competências estabelecidas pelo CTB e regulamentações do Contran, após esgotadas as tentativas de notificação do infrator ou o proprietário de veículo por meio postal ou pessoal, e considerando os autos de infração de trânsito registrados, pelo presente edital notifica os proprietários dos veículos abaixo relacionados da autuação por infração de trânsito, os quais terão o prazo de 30(trinta) dias contados a partir da data da publicação deste edital para interpor a Defesa de Autuação e/ou identificar o condutor infrator neste órgão autuador ou em qualquer posto do Detran/PE ou enviar via remessa postal para o endereço: Av. Joaquim Nabuco, nº 475, Varadouro, Olinda-PE. CEP. 53.020-310.
Para detalhamento das autuações pelo site www.detran.pe.gov.br ou www.gov.br
O padrão de sequência para identificação dos dados das autuações a seguir relacionadas será: PLACA/UF, DATA DA INFRAÇÃO, Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO, CÓDIGO DA INFRAÇÃO COM DESDOBRAMENTO (AMPARO LEGAL).

KLC2C63	PE	19/10/2025	FS	1718614	6050	3	Art. 208
NWT4B12	PE	16/10/2025	RD	1771734	7455	0	Art. 218, Inc. I
KII6188	PE	09/10/2025	FS	1679600	5673	2	Art. 183
KJN5I32	PE	19/10/2025	VD	1449280	6050	1	Art. 208
PCD1J93	PE	09/10/2025	RD	1750907	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCD2955	PE	11/10/2025	FS	1687131	5673	2	Art. 183
FUD8H32	SP	13/10/2025	VD	1447423	6050	1	Art. 208
GCU8A64	PR	16/10/2025	FS	1704320	6050	3	Art. 208
FTN2F31	PE	19/10/2025	RD	1779190	7455	0	Art. 218, Inc. I
FUB3C06	PE	13/10/2025	RD	1765084	7455	0	Art. 218, Inc. I
GJQ2H74	PE	18/10/2025	VD	1430423	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
GKE4H54	PR	18/10/2025	FS	1710834	6050	3	Art. 208
GZW9097	PE	12/10/2025	RD	1763995	7463	0	Art. 218, Inc. II
HLS1122	MG	10/10/2025	RD	1751083	7455	0	Art. 218, Inc. I
AZP8I32	PR	14/10/2025	RD	1766889	7455	0	Art. 218, Inc. I
BAY9G83	PE	12/10/2025	FS	1688502	6050	3	Art. 208
BEN6C75	MA	15/10/2025	FS	1699156	6041	2	Art. 207
BKD1I23	PE	09/10/2025	RD	1748317	7455	0	Art. 218, Inc. I
DOU6G92	SP	16/10/2025	RD	1772153	7455	0	Art. 218, Inc. I
DPE8J56	PE	12/10/2025	RD	1764746	7455	0	Art. 218, Inc. I
DQJ4F35	PE	15/10/2025	VD	1266160	6050	1	Art. 208
ECU4H47	PE	13/10/2025	RD	1762948	7455	0	Art. 218, Inc. I
EDB7A96	PE	10/10/2025	RD	1757979	7455	0	Art. 218, Inc. I
EFS6I82	PE	11/10/2025	RD	1755208	7455	0	Art. 218, Inc. I
EYM2H76	PE	14/10/2025	FS	1695355	5673	2	Art. 183
FKQ4C16	SP	13/10/2025	FS	1690043	6050	3	Art. 208
FMD8E64	PE	11/10/2025	RD	1754520	7463	0	Art. 218, Inc. II
FPV1G86	PE	18/10/2025	RD	1776108	7455	0	Art. 218, Inc. I
FPZ7G64	PE	11/10/2025	FS	1687247	6041	2	Art. 207
FQM7732	SP	17/10/2025	RD	1777619	7455	0	Art. 218, Inc. I
HMK1D76	MG	11/10/2025	RD	1753531	7455	0	Art. 218, Inc. I
HWQ0134	CE	16/10/2025	RD	1771190	7455	0	Art. 218, Inc. I
HZV2230	AL	13/10/2025	RD	1760902	7455	0	Art. 218, Inc. I
ILS5D70	RS	13/10/2025	RD	1762646	7455	0	Art. 218, Inc. I
JJV2A11	RN	13/10/2025	RD	1762638	7455	0	Art. 218, Inc. I
JME7F81	RN	16/10/2025	RD	1771211	7455	0	Art. 218, Inc. I
KFO9E73	PE	12/10/2025	RD	1764444	7455	0	Art. 218, Inc. I
KFX6348	PE	15/10/2025	RD	1768032	7463	0	Art. 218, Inc. II
KFY2C16	PE	12/10/2025	FS	1693620	5673	2	Art. 183
KGB6465	PE	19/10/2025	RD	1783511	7455	0	Art. 218, Inc. I
KGB7E15	PE	15/10/2025	FS	1699628	6050	3	Art. 208
KGK8596	PE	18/10/2025	RD	1776728	7463	0	Art. 218, Inc. II
KGL6A25	PE	09/10/2025	RD	1752268	7455	0	Art. 218, Inc. I
KGM1131	PE	13/10/2025	FS	1691660	6041	2	Art. 207
KGM4052	PE	18/10/2025	FS	1707957	6050	3	Art. 208
KGM4052	PE	18/10/2025	FS	1708511	6050	3	Art. 208
KGM4I75	PE	13/10/2025	VD	1447938	5720	0	Art. 186, Inc. I
KGM4I75	PE	16/10/2025	VD	1451200	5720	0	Art. 186, Inc. I
KGP4160	PE	18/10/2025	FS	1709631	6050	3	Art. 208
KGU7294	PE	11/10/2025	RD	1758185	7455	0	Art. 218, Inc. I
KGY5D17	PE	18/10/2025	RD	1774660	7455	0	Art. 218, Inc. I
KGZ5904	PE	09/10/2025	FS	1680684	6050	3	Art. 208
KGZ5904	PE	17/10/2025	FS	1711636	6050	3	Art. 208
KGZ5904	PE	19/10/2025	FS	1715380	6050	3	Art. 208
KHD1C22	PE	09/10/2025	RD	1750982	7455	0	Art. 218, Inc. I
KHG2614	PE	14/10/2025	FS	1695622	6050	3	Art. 208
KHG5811	PE	16/10/2025	FS	1705180	6050	3	Art. 208
KHK8D79	RN	18/10/2025	FS	1709887	6050	3	Art. 208
KHM3543	PE	18/10/2025	RD	1773982	7455	0	Art. 218, Inc. I
KHN0651	PE	13/10/2025	RD	1763243	7455	0	Art. 218, Inc. I
KHN6A01	PE	19/10/2025	RD	1780660	7455	0	Art. 218, Inc. I

KHQ1F31	PE	10/10/2025	RD	1755283	7455	0	Art. 218, Inc. I
KHQ1F31	PE	18/10/2025	RD	1772870	7455	0	Art. 218, Inc. I
KHQ4469	PE	11/10/2025	RD	1756107	7455	0	Art. 218, Inc. I
KHQ6J44	PE	17/10/2025	VD	1452818	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
KHT5205	PE	19/10/2025	RD	1780156	7455	0	Art. 218, Inc. I
KHU1258	PE	17/10/2025	RD	1774164	7455	0	Art. 218, Inc. I
KHU1842	PE	19/10/2025	VD	1449400	6050	1	Art. 208
KHU1F15	PE	11/10/2025	RD	1753302	7463	0	Art. 218, Inc. II
KHU1F15	PE	15/10/2025	RD	1767575	7455	0	Art. 218, Inc. I
KHU9D21	PE	14/10/2025	RD	1766030	7455	0	Art. 218, Inc. I
KHV3664	PE	10/10/2025	RD	1755003	7463	0	Art. 218, Inc. II
KHV3664	PE	13/10/2025	RD	1761305	7455	0	Art. 218, Inc. I
KHV3664	PE	17/10/2025	VD	1447776	7340	0	Art. 252, Inc. IV
KHX8203	PE	19/10/2025	RD	1780296	7463	0	Art. 218, Inc. II
KHZ3817	PE	12/10/2025	RD	1758940	7455	0	Art. 218, Inc. I
KHZ5303	PE	15/10/2025	VD	1266186	6050	1	Art. 208
KIF6J52	PE	17/10/2025	RD	1777465	7455	0	Art. 218, Inc. I
KIK6B80	PE	18/10/2025	RD	1773583	7455	0	Art. 218, Inc. I
KIL9712	PE	16/10/2025	VD	1450653	5720	0	Art. 186, Inc. I
KIM3D39	PE	15/10/2025	VD	1442979	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
KIN4761	PE	14/10/2025	RD	1765599	7463	0	Art. 218, Inc. II
KIN4761	PE	14/10/2025	RD	1767168	7463	0	Art. 218, Inc. II
KIV5666	PE	13/10/2025	TE	852727	7684	2	Art. 244, X
KIV8023	PE	15/10/2025	RD	1767699	7455	0	Art. 218, Inc. I
KIX4B89	PE	11/10/2025	RD	1756077	7455	0	Art. 218, Inc. I
KIY7468	PE	18/10/2025	RD	1775330	7455	0	Art. 218, Inc. I
KJA2148	PE	16/10/2025	FS	1705687	5673	2	Art. 183
KJF7H27	PE	15/10/2025	RD	1768059	7455	0	Art. 218, Inc. I
KJI4353	PE	09/10/2025	RD	1750834	7455	0	Art. 218, Inc. I
KJI6B36	PE	11/10/2025	FS	1685228	6050	3	Art. 208
KJJ6J55	PE	15/10/2025	RD	1770193	7455	0	Art. 218, Inc. I
KJJ7346	PE	10/10/2025	RD	1757600	7455	0	Art. 218, Inc. I
KJN1985	PE	13/10/2025	FS	1692550	6050	3	Art. 208
KJQ3933	PE	11/10/2025	RD	1757103	7455	0	Art. 218, Inc. I
KJV4173	PE	14/10/2025	VD	1427910	5568	0	Art. 181, Inc. XIX
KJV4541	PE	13/10/2025	TE	852670	7684	2	Art. 244, X
KJV4541	PE	13/10/2025	VD	1447121	5720	0	Art. 186, Inc. I
KJV4H31	PE	19/10/2025	VD	1450068	5622	2	Art. 182, Inc. VI
KJV7G97	PE	08/10/2025	RD	1748627	7455	0	Art. 218, Inc. I
KKB7387	PE	15/10/2025	FS	1699954	5673	2	Art. 183
KKD6891	PE	19/10/2025	FS	1714350	6041	2	Art. 207
KKF2960	PE	10/10/2025	RD	1751105	7455	0	Art. 218, Inc. I
KKH6558	PE	09/10/2025	RD	1749968	7455	0	Art. 218, Inc. I
KKL9D19	PE	08/10/2025	RD	1748023	7455	0	Art. 218, Inc. I
KKP1G60	PE	13/10/2025	VD	1443649	5720	0	Art. 186, Inc. I
KKQ4D28	PE	13/10/2025	VD	1446214	6050	1	Art. 208
KKU0C05	PE	19/10/2025	FS	1721135	5673	2	Art. 183
KKU8H31	PE	17/10/2025	RD	1776450	7455	0	Art. 218, Inc. I
KLA5950	PE	11/10/2025	RD	1754031	7455	0	Art. 218, Inc. I
KLF4759	PE	12/10/2025	FS	1687662	6050	3	Art. 208
KLG5C10	PE	19/10/2025	VD	1454322	6050	1	Art. 208
KLJ1080	PE	15/10/2025	RD	1768237	7455	0	Art. 218, Inc. I
KLQ0312	PE	11/10/2025	FS	1687336	6050	3	Art. 208
KLR0C87	PE	15/10/2025	FS	1701770	6050	3	Art. 208
KLS9481	PE	19/10/2025	RD	1778950	7455	0	Art. 218, Inc. I
KLT7371	PE	17/10/2025	RD	1777708	7455	0	Art. 218, Inc. I
KMC3692	PE	15/10/2025	RD	1767788	7455	0	Art. 218, Inc. I
KMD2261	PE	12/10/2025	RD	1758860	7455	0	Art. 218, Inc. I
KQS8A91	PE	17/10/2025	TE	847790	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
KRP7H35	PE	14/10/2025	VD	1442081	6041	2	Art. 207
KXD7390	PE	19/10/2025	FS	1714015	5673	2	Art. 183
LCL0943	DF	15/10/2025	RD	1767508	7455	0	Art. 218, Inc. I
LNM1252	PE	09/10/2025	RD	1751830	7455	0	Art. 218, Inc. I
LQY4E17	RJ	19/10/2025	VD	1453911	6050	1	Art. 208
LUA5D92	PE	18/10/2025	RD	1772889	7463	0	Art. 218, Inc. II
MMS9A14	PE	19/10/2025	TE	857567	5614	3	Art. 182, Inc. V
MNW1859	PB	11/10/2025	RD	1754511	7455	0	Art. 218, Inc. I
MOG8E05	RN	18/10/2025	FS	1712926	5673	2	Art. 183
MVA2J81	PE	16/10/2025	RD	1770819	7455	0	Art. 218, Inc. I
MVA8319	PE	15/10/2025	RD	1767419	7463	0	Art. 218, Inc. II
MYW6717	RN	08/10/2025	RD	1747710	7455	0	Art. 218, Inc. I
MYW6717	RN	16/10/2025	RD	1770711	7455	0	Art. 218, Inc. I
NHZ3G00	PE	16/10/2025	VD	1451145	5720	0	Art. 186, Inc. I
NMB8I39	PE	19/10/2025	FS	1715755	6050	3	Art. 208
NMP8G55	PE	15/10/2025	RD	1767796	7455	0	Art. 218, Inc. I
NNV4633	PE	13/10/2025	RD	1762212	7455	0	Art. 218, Inc. I
NQB1F96	PE	09/10/2025	RD	1748473	7455	0	Art. 218, Inc. I
NTG4I76	PE	17/10/2025	VD	1447628	6050	1	Art. 208
NUI1F99	PE	09/10/2025	RD	1751130	7455	0	Art. 218, Inc. I
NVT7A18	PE	15/10/2025	RD	1767516	7455	0	Art. 218, Inc. I
NWT4B12	PE	11/10/2025	RD	1756514	7463	0	Art. 218, Inc. II
NXU8675	PE	15/10/2025	RD	1767842	7455	0	Art. 218, Inc. I
NXU9482	PE	17/10/2025	RD	1771564	7455	0	Art. 218, Inc. I
NXV6A44	PE	13/10/2025	VD	1447075	5720	0	Art. 186, Inc. I
NXV7E37	PE	16/10/2025	RD	1771424	7455	0	Art. 218, Inc. I
NXW3B64	PE	09/10/2025	RD	1752179	7455	0	Art. 218, Inc. I
OFB2E55	PE	16/10/2025	FS	1700588	5673	2	Art. 183
OFF3E34	PB	11/10/2025	RD	1757235	7455	0	Art. 218, Inc. I
OFF3E34	PB	19/10/2025	RD	1780407	7455	0	Art. 218, Inc. I

OGG8J21	PE	18/10/2025	RD	1773460	7455	0	Art. 218, Inc. I
OHK7I84	PE	10/10/2025	FS	1682083	6050	3	Art. 208
OJU5J90	RN	16/10/2025	RD	1771033	7455	0	Art. 218, Inc. I
OPD6J37	PE	16/10/2025	RD	1771025	7463	0	Art. 218, Inc. II
OQG9I61	BA	13/10/2025	VD	1444599	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
ORK4J87	PE	14/10/2025	RD	1766919	7455	0	Art. 218, Inc. I
ORS2D41	PE	08/10/2025	RD	1748945	7463	0	Art. 218, Inc. II
OSH1E14	PE	09/10/2025	RD	1751792	7455	0	Art. 218, Inc. I
OSH1E14	PE	15/10/2025	RD	1768113	7455	0	Art. 218, Inc. I
OWA7D58	PE	18/10/2025	RD	1776574	7455	0	Art. 218, Inc. I
OWG1H31	PE	18/10/2025	FS	1710516	6050	3	Art. 208
OXN5229	AL	14/10/2025	RD	1763545	7455	0	Art. 218, Inc. I
OXO8A03	PB	10/10/2025	RD	1757499	7455	0	Art. 218, Inc. I
OYD9696	ES	11/10/2025	RD	1754627	7455	0	Art. 218, Inc. I
OYM5595	PE	13/10/2025	RD	1761127	7455	0	Art. 218, Inc. I
OYM9C64	PE	18/10/2025	RD	1773338	7455	0	Art. 218, Inc. I
OYN4E96	PE	13/10/2025	VD	1447148	5720	0	Art. 186, Inc. I
OYN7G14	PE	14/10/2025	RD	1765998	7455	0	Art. 218, Inc. I
OYN9G78	PE	16/10/2025	RD	1770797	7455	0	Art. 218, Inc. I
OYO0529	PE	17/10/2025	VD	1447725	6050	1	Art. 208
OYO2J11	PE	17/10/2025	RD	1775489	7455	0	Art. 218, Inc. I
OYP0C43	PE	13/10/2025	VD	1443657	5720	0	Art. 186, Inc. I
OYQ1A89	PE	09/10/2025	RD	1751695	7463	0	Art. 218, Inc. II
OYQ1A89	PE	13/10/2025	RD	1762840	7455	0	Art. 218, Inc. I
OYQ7369	PE	17/10/2025	RD	1772668	7455	0	Art. 218, Inc. I
OYQ8564	PE	17/10/2025	RD	1777651	7455	0	Art. 218, Inc. I
OYR1B83	PE	17/10/2025	RD	1774636	7455	0	Art. 218, Inc. I
OYR2J76	PE	17/10/2025	RD	1777481	7455	0	Art. 218, Inc. I
OYR8945	PE	09/10/2025	RD	1750842	7455	0	Art. 218, Inc. I
OYR8962	PE	19/10/2025	RD	1783120	7455	0	Art. 218, Inc. I
OYS7A45	PE	11/10/2025	RD	1755178	7463	0	Art. 218, Inc. II
OYT4J09	PE	19/10/2025	FS	1720821	6050	3	Art. 208
OYU8J19	PE	13/10/2025	VD	1447318	5720	0	Art. 186, Inc. I
OYV2740	PE	16/10/2025	RD	1770754	7455	0	Art. 218, Inc. I
OYV2740	PE	18/10/2025	RD	1778127	7455	0	Art. 218, Inc. I
OYV3642	PE	17/10/2025	FS	1708813	5673	2	Art. 183
OYV9H92	PE	19/10/2025	RD	1782752	7455	0	Art. 218, Inc. I
OYX1170	PE	14/10/2025	VD	1427759	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
OYX5C07	PE	19/10/2025	FS	1713833	6050	3	Art. 208
OYX7I69	PE	13/10/2025	VD	1448284	5720	0	Art. 186, Inc. I
OYY4G47	PE	11/10/2025	RD	1755240	7455	0	Art. 218, Inc. I
OYY7G81	PE	15/10/2025	RD	1770410	7455	0	Art. 218, Inc. I
OYY8E10	PE	12/10/2025	RD	1763944	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCA0771	PE	09/10/2025	FS	1681273	6050	3	Art. 208
PCA0I85	PE	19/10/2025	VD	1450084	5991	0	Art. 206, Inc. I
PCA1E43	PE	12/10/2025	RD	1763871	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCA3H29	PE	16/10/2025	FS	1705997	6050	3	Art. 208
PCA7374	PE	17/10/2025	VD	1447644	6050	1	Art. 208
PCB6C19	PE	18/10/2025	FS	1706330	6041	2	Art. 207
PCB7I09	PE	14/10/2025	RD	1767320	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCB9B93	PE	19/10/2025	VD	1447822	6050	1	Art. 208
PCB9C11	PE	19/10/2025	VD	1450092	5991	0	Art. 206, Inc. I
PCC8C78	PE	19/10/2025	VD	1447806	6050	1	Art. 208
PCC8F56	PE	18/10/2025	RD	1775977	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCC9482	PE	09/10/2025	RD	1751857	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCD0B58	PE	13/10/2025	VD	1447105	5720	0	Art. 186, Inc. I
PCD2I91	PE	12/10/2025	FS	1689444	6050	3	Art. 208
PCD4C78	PE	11/10/2025	RD	1753957	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCD5173	PE	09/10/2025	RD	1750567	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCD6F39	PE	16/10/2025	RD	1771971	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCE3G30	PE	08/10/2025	RD	1748872	7463	0	Art. 218, Inc. II
PCE7H47	PE	19/10/2025	VD	1449833	5991	0	Art. 206, Inc. I
PCE7H47	PE	19/10/2025	VD	1449868	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
PCF1728	PE	19/10/2025	RD	1778631	7463	0	Art. 218, Inc. II
PCF6J54	PE	10/10/2025	RD	1755089	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCF9I45	PE	18/10/2025	RD	1774920	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCG2B06	PE	17/10/2025	VD	1447741	6050	1	Art. 208
PCG2J94	PE	16/10/2025	RD	1772471	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCG7B14	PE	17/10/2025	RD	1775616	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCG8A63	PE	17/10/2025	RD	1774075	7463	0	Art. 218, Inc. II
PCG8G34	PE	09/10/2025	RD	1748112	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCG8G34	PE	10/10/2025	RD	1752365	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCG8G34	PE	11/10/2025	RD	1755127	7463	0	Art. 218, Inc. II
PCG8G34	PE	13/10/2025	RD	1762735	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCG8G34	PE	14/10/2025	RD	1765300	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCG8G34	PE	16/10/2025	RD	1770436	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCG8G34	PE	18/10/2025	RD	1772730	7463	0	Art. 218, Inc. II
PCH0F30	PE	11/10/2025	RD	1755755	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCH9B60	PE	15/10/2025	RD	1767583	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCI4196	PE	16/10/2025	VD	1450750	5720	0	Art. 186, Inc. I
PCI6F89	PE	15/10/2025	RD	1768105	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCI8179	PE	19/10/2025	TE	852131	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
PCJ2068	PE	19/10/2025	FS	1716069	5673	2	Art. 183
PCJ2B90	PE	18/10/2025	FS	1708368	5673	2	Art. 183
PCJ2I74	PE	14/10/2025	RD	1763618	7471	0	Art. 218, Inc. III
PCJ6D21	PE	12/10/2025	RD	1764584	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCJ7I73	PE	10/10/2025	RD	1757790	7463	0	Art. 218, Inc. II
PCK0J50	PE	13/10/2025	VD	1448152	5720	0	Art. 186, Inc. I
PCK5658	PE	12/10/2025	RD	1760260	7455	0	Art. 218, Inc. I

PCK7J43	PE	19/10/2025	VD	1454330	6050	1	Art. 208
PCL1H10	PE	15/10/2025	VD	1443002	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
PCL5488	PE	19/10/2025	TE	860746	6050	1	Art. 208
PCL8597	PE	19/10/2025	RD	1782590	5819	2	Art. 193
PCM1G39	PE	11/10/2025	FS	1686607	6050	3	Art. 208
PCM8A62	PE	11/10/2025	RD	1756786	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCN0982	PE	19/10/2025	TE	837477	7340	0	Art. 252, Inc. IV
PCN0982	PE	19/10/2025	TE	860274	7340	0	Art. 252, Inc. IV
PCN0982	PE	19/10/2025	TE	860282	7684	1	Art. 244, X
PCN4D47	PE	15/10/2025	RD	1769683	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCN5647	PE	17/10/2025	VD	1450181	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
PCN9I90	PE	19/10/2025	RD	1781667	5819	2	Art. 193
PCO4972	PE	16/10/2025	VD	1450483	5720	0	Art. 186, Inc. I
PCO8060	PE	18/10/2025	RD	1773427	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCO8842	PE	18/10/2025	FS	1710290	6050	3	Art. 208
PCO8E89	PE	19/10/2025	VD	1453881	6050	1	Art. 208
PCO8F18	PE	08/10/2025	RD	1748139	7463	0	Art. 218, Inc. II
PCO9293	PE	10/10/2025	FS	1685597	6050	3	Art. 208
PCP0991	PE	12/10/2025	RD	1760155	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCQ3I07	PE	17/10/2025	FS	1708007	6050	3	Art. 208
PCQ4205	PE	08/10/2025	RD	1747981	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCQ4462	PE	14/10/2025	RD	1766811	7463	0	Art. 218, Inc. II
PCQ4H43	PE	12/10/2025	RD	1761542	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCQ7B27	SC	11/10/2025	RD	1756140	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCQ8G91	PE	17/10/2025	FS	1711105	6050	3	Art. 208
PCQ9894	PE	11/10/2025	RD	1758517	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCR0D75	PE	13/10/2025	VD	1448659	5720	0	Art. 186, Inc. I
PCR0D75	PE	13/10/2025	VD	1448675	6050	1	Art. 208
PCR0I62	PE	19/10/2025	VD	1449930	5991	0	Art. 206, Inc. I
PCR1782	PE	19/10/2025	VD	1449744	5991	0	Art. 206, Inc. I
PCR5116	PE	16/10/2025	VD	1451978	5622	2	Art. 182, Inc. VI
PCR5E74	PE	12/10/2025	RD	1759645	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCS9B03	PE	14/10/2025	VD	1428968	5665	0	Art. 182, Inc. X
PCT1B83	PE	16/10/2025	RD	1769187	7463	0	Art. 218, Inc. II
PCU0269	PE	08/10/2025	RD	1747655	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCU1478	PE	10/10/2025	RD	1752691	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCU1B87	PE	13/10/2025	RD	1761852	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCU2H03	PE	18/10/2025	RD	1774334	7463	0	Art. 218, Inc. II
PCU2H56	PE	18/10/2025	VD	1437932	5622	1	Art. 182, Inc. VI
PCU4H39	PE	19/10/2025	FS	1720708	5673	2	Art. 183
PCU9E50	PE	16/10/2025	RD	1769101	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCV1B32	PE	11/10/2025	FS	1687492	5673	2	Art. 183
PCW7I30	PE	09/10/2025	RD	1752357	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCW9D55	PE	13/10/2025	TE	852794	7684	2	Art. 244, X
PCX3J28	PE	13/10/2025	RD	1763448	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCX4H19	PE	14/10/2025	FS	1695703	5673	2	Art. 183
PCX4H39	PE	11/10/2025	RD	1753310	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCY3D30	PE	13/10/2025	RD	1765050	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCY4A00	PE	14/10/2025	RD	1765335	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCY6H03	PE	10/10/2025	FS	1686550	5673	2	Art. 183
PCY6H03	PE	16/10/2025	RD	1769063	7463	0	Art. 218, Inc. II
PCY7H25	PE	11/10/2025	RD	1754236	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCY8771	PE	10/10/2025	FS	1682563	6050	3	Art. 208
PCY9B64	PE	16/10/2025	VD	1452001	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
PCZ3A46	PE	09/10/2025	RD	1750176	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCZ4G73	PE	11/10/2025	RD	1756972	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCZ5E63	PE	18/10/2025	RD	1773567	7455	0	Art. 218, Inc. I
PCZ8C92	PE	13/10/2025	VD	1448560	5720	0	Art. 186, Inc. I
PCZ9J54	PE	18/10/2025	RD	1773451	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDA2B17	PE	13/10/2025	RD	1761313	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDA8F23	PE	13/10/2025	RD	1762891	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDB4H46	PE	12/10/2025	RD	1760880	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDC3C11	PE	11/10/2025	RD	1758444	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDC5C32	PE	19/10/2025	VD	1449752	5991	0	Art. 206, Inc. I
PDC5C46	PE	17/10/2025	RD	1775225	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDD2527	PE	13/10/2025	FS	1691244	5673	2	Art. 183
PDD5675	PE	15/10/2025	FS	1699911	6041	2	Art. 207
PDD8I59	PE	19/10/2025	RD	1781110	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDE4A69	PE	12/10/2025	RD	1760309	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDE5865	PE	19/10/2025	RD	1778747	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDE8512	PE	14/10/2025	RD	1765394	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDF1E59	PE	16/10/2025	VD	1449132	5720	0	Art. 186, Inc. I
PDF1F09	PE	14/10/2025	RD	1766749	7463	0	Art. 218, Inc. II
PDF1I64	PE	11/10/2025	RD	1756018	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDF2E10	PE	17/10/2025	VD	1445358	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
PDF4B74	PE	18/10/2025	RD	1772811	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDF5F87	PE	10/10/2025	RD	1757510	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDF5F87	PE	17/10/2025	RD	1775373	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDF6G19	PE	09/10/2025	FS	1679902	6050	3	Art. 208
PDG2F83	PE	18/10/2025	RD	1778054	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDG3I09	PE	13/10/2025	VD	1446931	5720	0	Art. 186, Inc. I
PDG9900	PE	19/10/2025	FS	1715259	6050	3	Art. 208
PDH3E98	PE	17/10/2025	RD	1775314	7471	0	Art. 218, Inc. III
PDH4I89	PE	17/10/2025	RD	1777333	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDH8H50	PE	17/10/2025	FS	1706217	5673	2	Art. 183
PDI1049	PE	15/10/2025	FS	1702688	5673	2	Art. 183
PDI4J16	PE	18/10/2025	RD	1775837	7463	0	Art. 218, Inc. II
PDI8G02	PE	17/10/2025	VD	1445331	5622	2	Art. 182, Inc. VI
PDI8H02	PE	17/10/2025	VD	1445277	5991	0	Art. 206, Inc. I

PDJ0555	PE	13/10/2025	VD	1448365	5720	0	Art. 186, Inc. I
PDJ4I33	PE	09/10/2025	RD	1750680	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDJ5F46	PE	17/10/2025	FS	1707981	6050	3	Art. 208
PDJ7072	PB	14/10/2025	TE	853952	6599	2	Art. 230, Inc. V
PDJ8H32	PE	18/10/2025	TE	852182	6041	2	Art. 207
PDK0A40	PE	12/10/2025	RD	1763898	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDK3F50	PE	12/10/2025	FS	1688545	5673	2	Art. 183
PDL2D18	PE	19/10/2025	VD	1450017	5622	2	Art. 182, Inc. VI
PDL4D94	PE	11/10/2025	RD	1756905	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDM2I18	PE	11/10/2025	RD	1754260	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDM9D50	PE	18/10/2025	RD	1778020	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDN0A60	PE	13/10/2025	RD	1763537	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDN2C69	PE	14/10/2025	RD	1766064	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDN2H77	PE	19/10/2025	TE	839453	5185	1	Art. 167
PDN5823	PE	14/10/2025	VD	1427708	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
PDN9822	PE	11/10/2025	RD	1757146	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDO3780	PE	14/10/2025	RD	1766846	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDO6002	PE	11/10/2025	RD	1753663	7463	0	Art. 218, Inc. II
PDO6241	PE	19/10/2025	VD	1453814	6050	1	Art. 208
PDP4J32	PE	17/10/2025	VD	1445862	5622	2	Art. 182, Inc. VI
PDP8G68	AL	09/10/2025	RD	1749267	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDQ0027	PE	19/10/2025	RD	1782531	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDQ1940	PE	19/10/2025	RD	1783732	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDQ3A60	PE	10/10/2025	RD	1751180	7463	0	Art. 218, Inc. II
PDQ6J05	PE	11/10/2025	FS	1686968	5673	2	Art. 183
PDQ8731	PE	14/10/2025	FS	1698052	6050	3	Art. 208
PDR3B57	PE	12/10/2025	FS	1687719	6050	3	Art. 208
PDR5B45	PE	18/10/2025	VD	1438009	5622	1	Art. 182, Inc. VI
PDR6F60	PE	18/10/2025	RD	1776809	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDR9G12	PE	17/10/2025	FS	1707779	5673	2	Art. 183
PDT0C48	PE	11/10/2025	RD	1755780	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDT3B70	PE	15/10/2025	VD	1443878	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
PDT5552	PE	14/10/2025	RD	1765297	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDT6586	PE	17/10/2025	TE	856404	5185	2	Art. 167
PDT6I34	PE	19/10/2025	TE	860860	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
PDT7114	PE	09/10/2025	RD	1749496	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDT7I61	PE	10/10/2025	RD	1752683	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDU0012	PE	16/10/2025	VD	1449027	5720	0	Art. 186, Inc. I
PDU8645	PE	13/10/2025	RD	1764495	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDU9995	PE	19/10/2025	RD	1781403	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDV0794	PE	17/10/2025	RD	1774784	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDV2A28	PE	19/10/2025	VD	1450114	5991	0	Art. 206, Inc. I
PDV3685	PE	11/10/2025	RD	1753736	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDV4G30	PE	09/10/2025	RD	1750303	7463	0	Art. 218, Inc. II
PDV8794	PE	11/10/2025	RD	1754430	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDW9G76	PE	13/10/2025	VD	1446796	5720	0	Art. 186, Inc. I
PDX0973	PE	13/10/2025	RD	1761720	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDX7866	PE	08/10/2025	RD	1748180	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDX7A73	PE	11/10/2025	FS	1684469	5673	2	Art. 183
PDY5D38	PE	12/10/2025	FS	1693972	6050	3	Art. 208
PDY8I23	PE	11/10/2025	RD	1758479	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDZ3G65	PE	17/10/2025	TE	847782	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
PDZ6H77	PE	12/10/2025	RD	1759955	7455	0	Art. 218, Inc. I
PDZ8A73	PE	13/10/2025	VD	1446990	5720	0	Art. 186, Inc. I
PDZ8B48	PE	16/10/2025	FS	1703897	6050	3	Art. 208
PEA3D03	PE	19/10/2025	RD	1780989	7463	0	Art. 218, Inc. II
PEA3D77	PE	17/10/2025	RD	1771866	7455	0	Art. 218, Inc. I
PEA9H39	PE	19/10/2025	FS	1714082	6050	3	Art. 208
PEB2527	PE	16/10/2025	RD	1769608	7455	0	Art. 218, Inc. I
PEB6755	PE	15/10/2025	VD	1443827	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
PEB6B75	PE	16/10/2025	RD	1771050	7455	0	Art. 218, Inc. I
PEC1444	PE	12/10/2025	RD	1763820	7463	0	Art. 218, Inc. II
PEC5B68	PE	19/10/2025	VD	1454209	6050	1	Art. 208
PED4372	PE	14/10/2025	RD	1764363	7455	0	Art. 218, Inc. I
PED6G04	PE	15/10/2025	RD	1769802	7455	0	Art. 218, Inc. I
PEE3859	PE	14/10/2025	RD	1765912	7455	0	Art. 218, Inc. I
PEE9I61	AL	16/10/2025	RD	1771920	7455	0	Art. 218, Inc. I
PEF0H74	PE	19/10/2025	TE	858920	7340	0	Art. 252, Inc. IV
PEF1I06	PE	16/10/2025	VD	1449213	5720	0	Art. 186, Inc. I
PEF7086	PE	13/10/2025	RD	1765114	7455	0	Art. 218, Inc. I
PEH4E21	PE	13/10/2025	RD	1763260	7455	0	Art. 218, Inc. I
PEJ1D58	PE	13/10/2025	VD	1446290	6050	1	Art. 208
PEJ4099	PE	19/10/2025	RD	1784046	7455	0	Art. 218, Inc. I
PEK6358	PB	12/10/2025	FS	1688260	6050	3	Art. 208
PEK9984	PE	08/10/2025	RD	1748813	7455	0	Art. 218, Inc. I
PEL4G11	AL	17/10/2025	FS	1709127	6050	3	Art. 208
PEM3E72	PE	13/10/2025	RD	1763367	7455	0	Art. 218, Inc. I
PEM3H22	PE	16/10/2025	RD	1770991	7455	0	Art. 218, Inc. I
PEM7C35	PE	16/10/2025	VD	1449124	5720	0	Art. 186, Inc. I
PEN8D20	PE	17/10/2025	VD	1452621	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
PEN9H21	PE	16/10/2025	VD	1449078	5720	0	Art. 186, Inc. I
PEO3590	PE	12/10/2025	FS	1694600	6050	3	Art. 208
PEP0453	PE	12/10/2025	RD	1763855	7455	0	Art. 218, Inc. I
PEP4015	PE	19/10/2025	RD	1783406	7455	0	Art. 218, Inc. I
PEP5174	PE	12/10/2025	RD	1760740	7455	0	Art. 218, Inc. I
PEQ0D11	PE	13/10/2025	RD	1761933	7455	0	Art. 218, Inc. I
PEQ8440	PE	13/10/2025	RD	1761208	7455	0	Art. 218, Inc. I
PER6E90	PE	19/10/2025	TE	852123	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
PES3747	PE	14/10/2025	RD	1762387	7455	0	Art. 218, Inc. I

PES6C89	PE	17/10/2025	TE	847812	5541	3	Art. 181, Inc. XVII
PES8I11	PE	18/10/2025	RD	1773214	7455	0	Art. 218, Inc. I
PES9A66	PE	19/10/2025	RD	1783686	7455	0	Art. 218, Inc. I
PEV0C78	PE	13/10/2025	VD	1448020	5720	0	Art. 186, Inc. I
PEV7029	PE	19/10/2025	RD	1780300	7455	0	Art. 218, Inc. I
PEV8I75	PE	12/10/2025	RD	1760562	7463	0	Art. 218, Inc. II
PEV9903	PE	14/10/2025	RD	1767150	7455	0	Art. 218, Inc. I
PEW5A22	PB	15/10/2025	RD	1769705	7455	0	Art. 218, Inc. I
PEW6D27	PE	16/10/2025	FS	1705261	6050	3	Art. 208
PEW8B10	PE	11/10/2025	RD	1753612	7455	0	Art. 218, Inc. I
PEX2167	PE	13/10/2025	RD	1765220	7455	0	Art. 218, Inc. I
PEX4J57	PE	08/10/2025	FS	1678566	5673	2	Art. 183
PEX6G74	PE	17/10/2025	FS	1707523	6050	3	Art. 208
PEY5I19	PE	13/10/2025	RD	1761089	7455	0	Art. 218, Inc. I
PEZ3D53	PE	09/10/2025	RD	1750702	7463	0	Art. 218, Inc. II
PEZ4233	PE	19/10/2025	RD	1782671	7463	0	Art. 218, Inc. II
PEZ7A97	PE	10/10/2025	FS	1684396	6050	3	Art. 208
PFB7228	PE	18/10/2025	RD	1778011	7455	0	Art. 218, Inc. I
PFB7717	PE	11/10/2025	RD	1754007	7455	0	Art. 218, Inc. I
PFC6878	PE	13/10/2025	FS	1694979	5673	2	Art. 183
PFC6G05	PE	19/10/2025	FS	1716522	6050	3	Art. 208
PFD9745	PE	15/10/2025	RD	1768989	7455	0	Art. 218, Inc. I
PFE1034	PE	19/10/2025	TE	861602	7340	0	Art. 252, Inc. IV
PFE3993	PE	13/10/2025	TE	856064	7684	2	Art. 244, X
PFF1D56	PE	13/10/2025	RD	1761860	7455	0	Art. 218, Inc. I
PFG5232	PE	13/10/2025	RD	1761097	7455	0	Art. 218, Inc. I
PFJ7153	PE	13/10/2025	VD	1446664	5720	0	Art. 186, Inc. I
PFK9B70	PE	19/10/2025	VD	1449299	6050	1	Art. 208
PFL6B82	PE	08/10/2025	RD	1747949	7455	0	Art. 218, Inc. I
PFO4293	PE	11/10/2025	RD	1753213	7463	0	Art. 218, Inc. II
PFO5370	PE	18/10/2025	RD	1773850	7455	0	Art. 218, Inc. I
PFP7B70	PE	12/10/2025	RD	1759360	7455	0	Art. 218, Inc. I
PFR5A54	PE	19/10/2025	VD	1450025	5622	2	Art. 182, Inc. VI
PFS0065	PE	13/10/2025	VD	1446680	5720	0	Art. 186, Inc. I
PFS7J00	PE	15/10/2025	RD	1769322	7455	0	Art. 218, Inc. I
PFS8G12	PE	19/10/2025	TE	840907	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
PFU0607	PE	15/10/2025	RD	1770401	7455	0	Art. 218, Inc. I
PFV3D83	PE	18/10/2025	RD	1773087	7455	0	Art. 218, Inc. I
PFV5173	PE	18/10/2025	VD	1437940	5452	1	Art. 181, Inc. VIII
PFV7170	PE	11/10/2025	FS	1684868	6050	3	Art. 208
PFV8517	PE	16/10/2025	RD	1772188	7455	0	Art. 218, Inc. I
PFW3446	PE	19/10/2025	RD	1778437	7455	0	Art. 218, Inc. I
PFW6262	PE	16/10/2025	VD	1450475	5720	0	Art. 186, Inc. I
PFW7H26	PE	11/10/2025	RD	1756336	7463	0	Art. 218, Inc. II
PFW9355	PE	19/10/2025	RD	1779670	7455	0	Art. 218, Inc. I
PFX2G97	PE	12/10/2025	RD	1764207	7455	0	Art. 218, Inc. I
PFX4D45	PE	12/10/2025	FS	1688049	6050	3	Art. 208
PFY3055	PE	17/10/2025	TE	852093	7340	0	Art. 252, Inc. IV
PFY8519	PE	14/10/2025	RD	1767176	7455	0	Art. 218, Inc. I
PFZ2H02	PE	11/10/2025	RD	1754414	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGA0265	PE	17/10/2025	RD	1777759	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGA1G73	PE	19/10/2025	RD	1784178	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGB0I53	PE	15/10/2025	RD	1767435	7471	0	Art. 218, Inc. III
PGC3G88	PE	10/10/2025	FS	1682601	5673	2	Art. 183
PGE3J49	PE	14/10/2025	RD	1766080	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGF3541	PE	10/10/2025	RD	1750648	7463	0	Art. 218, Inc. II
PGF3C99	PE	09/10/2025	FS	1681591	6050	3	Art. 208
PGF5115	PE	13/10/2025	VD	1446265	6050	1	Art. 208
PGH7324	PE	12/10/2025	RD	1759556	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGH8E30	PE	09/10/2025	RD	1751148	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGH8E30	PE	12/10/2025	RD	1763766	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGH8E30	PE	16/10/2025	RD	1771521	7463	0	Art. 218, Inc. II
PGI5I10	PE	17/10/2025	RD	1773826	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGJ4682	PE	10/10/2025	FS	1685740	5673	2	Art. 183
PGJ6D69	PE	12/10/2025	FS	1693409	6050	3	Art. 208
PGL3A98	PE	12/10/2025	RD	1760759	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGL7398	PE	19/10/2025	RD	1781314	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGL7H72	PE	13/10/2025	RD	1765068	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGM1799	PE	14/10/2025	VD	1442227	6041	2	Art. 207
PGM7428	PE	11/10/2025	FS	1685481	5673	2	Art. 183
PGM7620	PE	11/10/2025	RD	1754813	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGM9E87	PE	10/10/2025	RD	1752535	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGN1B33	PE	09/10/2025	RD	1749178	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGN1B33	PE	10/10/2025	RD	1757936	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGO1D14	PE	16/10/2025	RD	1771882	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGO7A47	PE	08/10/2025	RD	1748805	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGO7A47	PE	08/10/2025	RD	1748961	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGO8D29	PE	13/10/2025	RD	1763316	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGQ5J26	PE	17/10/2025	RD	1774130	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGR0197	PE	13/10/2025	RD	1762174	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGR2172	PE	19/10/2025	RD	1784119	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGR6F20	PE	16/10/2025	RD	1771343	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGR9424	PE	19/10/2025	TE	844775	7030	1	Art. 244, Inc. I
PGS0907	PE	17/10/2025	TE	851640	5185	1	Art. 167
PGS0I23	PE	15/10/2025	FS	1701410	5673	2	Art. 183
PGS4239	PE	15/10/2025	FS	1700774	6041	2	Art. 207
PGS4239	PE	16/10/2025	FS	1704141	6041	2	Art. 207
PGS8H47	PE	19/10/2025	TE	856420	7030	1	Art. 244, Inc. I
PGS8H47	PE	19/10/2025	TE	856447	5274	1	Art. 175

PGS8H47	PE	19/10/2025	TE	856455	7340	0	Art. 252, Inc. IV
PGT6F71	PE	18/10/2025	VD	1437991	5622	1	Art. 182, Inc. VI
PGU3B55	PE	10/10/2025	FS	1686208	6050	3	Art. 208
PGU6E20	PE	13/10/2025	VD	1446702	5720	0	Art. 186, Inc. I
PGV0F85	PE	16/10/2025	VD	1451277	5720	0	Art. 186, Inc. I
PGV2865	PE	15/10/2025	RD	1769985	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGV6D48	PE	13/10/2025	RD	1762123	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGW1H13	PE	19/10/2025	RD	1779573	7463	0	Art. 218, Inc. II
PGW7775	PE	16/10/2025	RD	1769470	7463	0	Art. 218, Inc. II
PGW9G49	PE	17/10/2025	RD	1775632	7463	0	Art. 218, Inc. II
PGX5645	PE	13/10/2025	VD	1448713	5720	0	Art. 186, Inc. I
PGX7D32	PE	12/10/2025	FS	1688707	6050	3	Art. 208
PGX8814	PE	09/10/2025	RD	1750389	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGX8J73	PE	19/10/2025	RD	1787720	7463	0	Art. 218, Inc. II
PGY1H35	PE	17/10/2025	VD	1445242	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
PGY4B28	PE	14/10/2025	VD	1442235	5738	0	Art. 186, Inc. II
PGY4D95	PE	16/10/2025	VD	1448969	5720	0	Art. 186, Inc. I
PGZ9A49	PE	09/10/2025	RD	1751202	7455	0	Art. 218, Inc. I
PGZ9A49	PE	16/10/2025	RD	1772404	7463	0	Art. 218, Inc. II
PHS7A00	PE	09/10/2025	RD	1750265	7455	0	Art. 218, Inc. I
PKR0E10	PE	17/10/2025	TE	860614	5452	1	Art. 181, Inc. VIII
PQD3961	GO	11/10/2025	FS	1684779	5673	2	Art. 183
PUU4J30	PE	11/10/2025	RD	1754465	7463	0	Art. 218, Inc. II
PVD4I27	PE	14/10/2025	RD	1767478	7455	0	Art. 218, Inc. I
PWC4763	PE	10/10/2025	RD	1752950	7455	0	Art. 218, Inc. I
PWC8J01	PE	13/10/2025	RD	1763146	7463	0	Art. 218, Inc. II
PXA1543	PE	18/10/2025	RD	1773184	7455	0	Art. 218, Inc. I
PXR4C79	PE	17/10/2025	VD	1452672	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
PYS4540	PE	16/10/2025	FS	1703404	6050	3	Art. 208
PZX8I72	PE	16/10/2025	RD	1769489	7455	0	Art. 218, Inc. I
PZZ6A79	PE	11/10/2025	RD	1753264	7455	0	Art. 218, Inc. I
QBP0E48	PE	10/10/2025	RD	1756352	7463	0	Art. 218, Inc. II
QFB0C93	PE	16/10/2025	RD	1771203	7455	0	Art. 218, Inc. I
QFB6F82	PB	14/10/2025	TE	849602	5738	0	Art. 186, Inc. II
QFB8C03	PE	17/10/2025	RD	1777295	7463	0	Art. 218, Inc. II
QFC3883	PB	13/10/2025	RD	1763324	7455	0	Art. 218, Inc. I
QFC8D12	PB	13/10/2025	FS	1692135	5673	2	Art. 183
QFF4A78	PB	17/10/2025	RD	1775080	7463	0	Art. 218, Inc. II
QFP1476	PB	09/10/2025	RD	1752209	7455	0	Art. 218, Inc. I
QFQ8B93	PB	18/10/2025	VD	1430482	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
QFR8206	PB	11/10/2025	RD	1758223	7455	0	Art. 218, Inc. I
QFY2H92	PE	16/10/2025	RD	1771041	7455	0	Art. 218, Inc. I
QFZ9710	PB	19/10/2025	RD	1787932	7463	0	Art. 218, Inc. II
QGH8H07	RN	18/10/2025	FS	1706586	5673	2	Art. 183
QGH8H07	RN	18/10/2025	FS	1711229	6050	3	Art. 208
QGQ9I64	PE	11/10/2025	RD	1756700	7455	0	Art. 218, Inc. I
QHB8H66	SC	14/10/2025	VD	1429000	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
QKP6721	SE	08/10/2025	RD	1748031	7463	0	Art. 218, Inc. II
QKX9B46	PE	14/10/2025	RD	1766684	7455	0	Art. 218, Inc. I
QLB2I39	AL	15/10/2025	RD	1767923	7455	0	Art. 218, Inc. I
QMS7C88	PE	12/10/2025	FS	1688537	5673	2	Art. 183
QMT1757	PB	08/10/2025	RD	1749054	7455	0	Art. 218, Inc. I
QMU5951	PE	10/10/2025	RD	1753094	7455	0	Art. 218, Inc. I
QMW3302	PE	10/10/2025	RD	1757464	7455	0	Art. 218, Inc. I
QNS4I37	PE	19/10/2025	RD	1782450	7455	0	Art. 218, Inc. I
QNW7A56	PE	12/10/2025	RD	1762425	7455	0	Art. 218, Inc. I
QNY4833	PE	11/10/2025	RD	1756433	7455	0	Art. 218, Inc. I
QOD9J40	PE	13/10/2025	VD	1441506	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
QOH5D16	PE	14/10/2025	VD	1427953	5665	0	Art. 182, Inc. X
QOZ8E57	PE	16/10/2025	FS	1703145	6041	2	Art. 207
QPF3225	PE	11/10/2025	RD	1755500	7455	0	Art. 218, Inc. I
QPM6751	PE	11/10/2025	RD	1757200	7455	0	Art. 218, Inc. I
QPS0H78	PE	18/10/2025	FS	1710540	6050	3	Art. 208
QQA5H39	PE	19/10/2025	FS	1716174	6050	3	Art. 208
QQC0H36	PE	15/10/2025	VD	1443843	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
QQD7C25	PE	11/10/2025	RD	1753515	7455	0	Art. 218, Inc. I
QQH8I40	PE	15/10/2025	RD	1768288	7455	0	Art. 218, Inc. I
QQI9H85	PE	13/10/2025	RD	1761550	7455	0	Art. 218, Inc. I
QSB6545	PB	18/10/2025	RD	1775802	7455	0	Art. 218, Inc. I
QSC0J35	PB	14/10/2025	VD	1427821	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
QSK7J47	PB	14/10/2025	RD	1767036	7455	0	Art. 218, Inc. I
QUA9E60	PE	09/10/2025	RD	1750117	7455	0	Art. 218, Inc. I
QUA9E89	PE	14/10/2025	RD	1765874	7455	0	Art. 218, Inc. I
QUB4D97	PE	13/10/2025	RD	1761410	7455	0	Art. 218, Inc. I
QUB7D27	PE	12/10/2025	FS	1688120	6050	3	Art. 208
QUT3F56	PE	10/10/2025	RD	1753159	7455	0	Art. 218, Inc. I
QUW3A87	PE	18/10/2025	FS	1711431	6050	3	Art. 208
QUZ1C05	PE	12/10/2025	RD	1759599	7455	0	Art. 218, Inc. I
QWY8D41	PE	19/10/2025	RD	1782850	7455	0	Art. 218, Inc. I
QXL7D53	PE	09/10/2025	RD	1752241	7455	0	Art. 218, Inc. I
QXT6E86	PE	14/10/2025	RD	1767281	7463	0	Art. 218, Inc. II
QXU6J34	PE	11/10/2025	RD	1753876	7455	0	Art. 218, Inc. I
QXV8F20	PE	11/10/2025	FS	1687620	6041	2	Art. 207
QYA4H95	PE	19/10/2025	RD	1779395	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYA9A93	PE	12/10/2025	FS	1688065	6050	3	Art. 208
QYB1062	PE	13/10/2025	VD	1447245	5720	0	Art. 186, Inc. I
QYB3685	PE	19/10/2025	VD	1447849	6050	1	Art. 208
QYB4J80	PE	11/10/2025	RD	1756689	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYB7I06	PE	16/10/2025	RD	1769047	7455	0	Art. 218, Inc. I

QYD2085	PE	12/10/2025	RD	1763685	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYD6C94	PE	19/10/2025	FS	1721119	6050	3	Art. 208
QYD9347	PE	08/10/2025	RD	1747701	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYE0E44	PE	18/10/2025	FS	1711474	5673	2	Art. 183
QYE2160	PE	14/10/2025	RD	1767346	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYE4837	PE	13/10/2025	RD	1762131	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYE6772	PE	08/10/2025	RD	1747850	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYE8E71	PE	15/10/2025	VD	1266151	6050	1	Art. 208
QYE8E71	PE	15/10/2025	VD	1266178	6050	1	Art. 208
QYF0473	PE	11/10/2025	RD	1756859	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYF0854	PE	17/10/2025	RD	1774750	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYF4834	PE	11/10/2025	FS	1684884	5673	2	Art. 183
QYG0H13	PE	12/10/2025	RD	1762182	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYG2D46	PE	19/10/2025	TE	840605	5568	0	Art. 181, Inc. XIX
QYG5D31	PE	17/10/2025	RD	1777066	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYG8J09	PE	19/10/2025	RD	1780130	7463	0	Art. 218, Inc. II
QYG9E81	PE	10/10/2025	RD	1757529	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYH1C59	PE	19/10/2025	FS	1715143	5673	2	Art. 183
QYH2G77	PE	17/10/2025	FS	1712640	6050	3	Art. 208
QYH4C48	PE	09/10/2025	RD	1749259	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYH5J74	PE	11/10/2025	RD	1758045	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYH7H92	PE	16/10/2025	VD	1448802	5720	0	Art. 186, Inc. I
QYH9A12	PE	09/10/2025	FS	1681621	6050	3	Art. 208
QYI5A75	PE	19/10/2025	FS	1715437	6050	3	Art. 208
QYI6F26	PE	17/10/2025	VD	1447598	6017	5	Art. 206, Inc. III
QYJ1E06	PE	11/10/2025	RD	1754317	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYK2B69	PE	19/10/2025	VD	1449337	6050	1	Art. 208
QYK4G75	PE	11/10/2025	RD	1755372	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYK5H43	PE	17/10/2025	RD	1771599	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYK5I11	PE	16/10/2025	VD	1451927	5720	0	Art. 186, Inc. I
QYK7G34	PE	19/10/2025	RD	1788041	7463	0	Art. 218, Inc. II
QYL1D20	PE	17/10/2025	VD	1452656	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
QYL3C80	PE	09/10/2025	RD	1752152	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYL7F75	PE	18/10/2025	FS	1709186	5673	2	Art. 183
QYL8E56	PE	14/10/2025	RD	1766773	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYM0I65	PE	18/10/2025	VD	1437967	5452	1	Art. 181, Inc. VIII
QYM0I75	PE	12/10/2025	RD	1759572	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYM1F75	PE	16/10/2025	FS	1704958	5673	2	Art. 183
QYM1J72	PE	13/10/2025	RD	1765246	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYM2H81	PE	13/10/2025	RD	1763308	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYM3G13	PE	19/10/2025	RD	1780245	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYM4A01	PE	09/10/2025	RD	1751946	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYM5C77	PE	11/10/2025	RD	1758274	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYM6D98	PE	17/10/2025	VD	1452591	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
QYM6D99	PE	13/10/2025	VD	1444610	6050	1	Art. 208
QYM6H24	PE	19/10/2025	VD	1454365	6050	1	Art. 208
QYM9H48	PE	15/10/2025	VD	1445129	6050	1	Art. 208
QYN2G11	PE	13/10/2025	VD	1447385	5720	0	Art. 186, Inc. I
QYN2I50	PE	19/10/2025	FS	1715569	6050	3	Art. 208
QYN3A15	PE	15/10/2025	RD	1767737	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYN3D07	PE	15/10/2025	FS	1699750	6050	3	Art. 208
QYN5D49	PE	13/10/2025	TE	852743	7684	2	Art. 244, X
QYN7C55	PE	17/10/2025	RD	1773621	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYN8H07	PE	16/10/2025	VD	1451498	5720	0	Art. 186, Inc. I
QYN8H07	PE	15/10/2025	RD	1770045	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYN9D42	PE	15/10/2025	RD	1768466	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYO0F29	PE	18/10/2025	VD	1452079	5991	0	Art. 206, Inc. I
QYO2J50	PE	16/10/2025	FS	1704869	6050	3	Art. 208
QYO3B99	PE	09/10/2025	RD	1749712	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYO4F97	PE	19/10/2025	RD	1781640	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYP3D18	PE	18/10/2025	FS	1708198	5673	2	Art. 183
QYP3I98	PE	13/10/2025	FS	1691872	6050	3	Art. 208
QYP3J60	PE	14/10/2025	VD	1427880	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
QYP3J81	PE	16/10/2025	RD	1770347	7463	0	Art. 218, Inc. II
QYP6B62	PE	11/10/2025	RD	1757170	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYP6B62	PE	13/10/2025	RD	1760961	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYQ1H22	PE	11/10/2025	RD	1758681	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYQ1I85	PE	16/10/2025	RD	1772498	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYQ3G54	PE	19/10/2025	VD	1454357	6050	1	Art. 208
QYQ6H09	PE	09/10/2025	RD	1750060	7463	0	Art. 218, Inc. II
QYQ6H09	PE	16/10/2025	VD	1451226	5720	0	Art. 186, Inc. I
QYQ8A23	PE	11/10/2025	RD	1755852	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYQ8C00	PE	11/10/2025	RD	1753450	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYQ9J44	PE	09/10/2025	FS	1679368	6050	3	Art. 208
QYR2D75	PE	12/10/2025	RD	1759440	7463	0	Art. 218, Inc. II
QYR5F18	PE	19/10/2025	RD	1781128	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYR5F18	PE	19/10/2025	RD	1783953	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYR6F42	PE	14/10/2025	FS	1695266	6041	2	Art. 207
QYR9H58	PE	12/10/2025	RD	1760210	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYS0E62	PE	12/10/2025	RD	1758916	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYS1D78	PE	19/10/2025	RD	1782744	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYS2F89	PE	19/10/2025	FS	1714929	6050	3	Art. 208
QYS2I98	PE	19/10/2025	TE	855890	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
QYS3D04	PE	09/10/2025	FS	1680838	6050	3	Art. 208
QYS4H19	PE	12/10/2025	FS	1693638	6050	3	Art. 208
QYS6F31	PE	16/10/2025	RD	1770649	7471	0	Art. 218, Inc. III
QYT0A34	PE	15/10/2025	FS	1699466	6050	3	Art. 208
QYT3D42	PE	14/10/2025	RD	1765971	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYT5D74	PE	09/10/2025	FS	1680595	5673	2	Art. 183

QYT5H42	PE	10/10/2025	RD	1753043	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYT6C83	PE	12/10/2025	RD	1761569	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYV4F80	PE	09/10/2025	FS	1680633	6041	2	Art. 207
QYV5B39	PE	17/10/2025	RD	1775381	7463	0	Art. 218, Inc. II
QYV7F17	PE	16/10/2025	VD	1450467	5720	0	Art. 186, Inc. I
QYV8I42	PE	16/10/2025	VD	1448764	5720	0	Art. 186, Inc. I
QYW1F65	PE	12/10/2025	FS	1693875	5673	2	Art. 183
QYW4I84	PE	12/10/2025	RD	1759734	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYW6A77	PE	11/10/2025	RD	1755496	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYW7D42	PE	16/10/2025	VD	1451587	5720	0	Art. 186, Inc. I
QYW8D78	PE	17/10/2025	FS	1704818	5673	2	Art. 183
QYW8G06	PE	16/10/2025	RD	1770681	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYX1I36	PE	19/10/2025	FS	1715178	6050	3	Art. 208
QYX2B89	PE	12/10/2025	RD	1760708	7471	0	Art. 218, Inc. III
QYX5D27	PE	09/10/2025	RD	1751342	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYX5D27	PE	14/10/2025	RD	1765548	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYX5D27	PE	15/10/2025	RD	1768270	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYY1G59	PE	13/10/2025	VD	1443614	5720	0	Art. 186, Inc. I
QYY3D28	PE	13/10/2025	RD	1761062	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYY4C12	PE	16/10/2025	RD	1771947	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYY9E14	PE	16/10/2025	RD	1772390	7463	0	Art. 218, Inc. II
QYZ0E96	PE	14/10/2025	RD	1765491	7455	0	Art. 218, Inc. I
QYZ2C51	PE	13/10/2025	TE	851089	7340	0	Art. 252, Inc. IV
QYZ3A49	PE	19/10/2025	FS	1720538	5673	2	Art. 183
RAR3E00	MT	17/10/2025	TE	852280	5835	0	Art. 195
RAR3E00	MT	17/10/2025	TE	852271	5274	1	Art. 175
RDH6F87	PE	11/10/2025	RD	1757006	7455	0	Art. 218, Inc. I
RDH7H12	PE	12/10/2025	RD	1760180	7455	0	Art. 218, Inc. I
RFL3G48	PE	14/10/2025	VD	1427791	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
RFY9J47	PE	11/10/2025	RD	1755224	7455	0	Art. 218, Inc. I
RGK2J51	RN	11/10/2025	RD	1755585	7463	0	Art. 218, Inc. II
RGY7C85	AL	13/10/2025	RD	1763057	7463	0	Art. 218, Inc. II
RJJ0A47	RJ	11/10/2025	RD	1756395	7463	0	Art. 218, Inc. II
RKN4G08	RJ	16/10/2025	RD	1770703	7463	0	Art. 218, Inc. II
RKQ8A35	PE	13/10/2025	RD	1761747	7455	0	Art. 218, Inc. I
RLS0H14	SP	18/10/2025	FS	1710575	5673	2	Art. 183
RLT1D85	PE	18/10/2025	VD	1452060	6050	1	Art. 208
RLY0F72	PB	16/10/2025	VD	1451021	5720	0	Art. 186, Inc. I
RMG0J54	PE	12/10/2025	FS	1694316	5673	2	Art. 183
RNH1H53	PE	17/10/2025	VD	1452680	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
RPR0H29	PE	19/10/2025	FS	1720465	6050	3	Art. 208
RQJ2I95	RN	17/10/2025	RD	1777260	7455	0	Art. 218, Inc. I
RQW7C76	PE	11/10/2025	RD	1756930	7455	0	Art. 218, Inc. I
RTB9F69	PE	19/10/2025	FS	1714309	6050	3	Art. 208
RTC9I24	PE	18/10/2025	TE	855882	5541	3	Art. 181, Inc. XVII
RTI1H45	RJ	15/10/2025	RD	1769616	7463	0	Art. 218, Inc. II
RTN0G93	PE	12/10/2025	FS	1689290	5673	2	Art. 183
RTN0G93	PE	12/10/2025	FS	1689304	6050	3	Art. 208
RUG0F09	PE	08/10/2025	RD	1748651	7455	0	Art. 218, Inc. I
RUN2D14	PE	18/10/2025	RD	1776469	7455	0	Art. 218, Inc. I
RUS3C23	PE	14/10/2025	RD	1765840	7455	0	Art. 218, Inc. I
RUU6B49	PE	12/10/2025	FS	1694251	6050	3	Art. 208
RUU8B08	MG	13/10/2025	RD	1765238	7455	0	Art. 218, Inc. I
RVE7G35	PE	10/10/2025	RD	1755798	7455	0	Art. 218, Inc. I
RVM1C51	PB	13/10/2025	VD	1447415	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
RVU5B32	PE	10/10/2025	FS	1682881	6050	3	Art. 208
RVU8D24	PE	09/10/2025	RD	1749208	7455	0	Art. 218, Inc. I
RVY1C54	PE	09/10/2025	FS	1680943	6050	3	Art. 208
RZE0E91	PE	13/10/2025	VD	1448519	6041	2	Art. 207
RZE2B10	PE	16/10/2025	VD	1450831	5720	0	Art. 186, Inc. I
RZE4G26	PE	15/10/2025	RD	1766137	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZE8E56	PE	10/10/2025	RD	1752519	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZE8E62	PE	13/10/2025	VD	1448543	5720	0	Art. 186, Inc. I
RZF0B52	PE	11/10/2025	RD	1755976	7463	0	Art. 218, Inc. II
RZF0B52	PE	16/10/2025	RD	1770932	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZF2E61	PE	12/10/2025	RD	1760112	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZG1H30	PE	19/10/2025	RD	1781845	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZI0J54	PE	18/10/2025	RD	1775764	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZI0J54	PE	18/10/2025	RD	1778160	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZI5J59	PE	19/10/2025	RD	1779948	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZI9H25	PE	08/10/2025	RD	1748520	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZI9J74	PE	14/10/2025	RD	1766498	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZJ0B24	PE	13/10/2025	VD	1448624	5720	0	Art. 186, Inc. I
RZK1I67	PE	14/10/2025	VD	1427740	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
RZK4G78	PE	14/10/2025	FS	1698079	6041	2	Art. 207
RZK5F35	PE	12/10/2025	FS	1694030	6050	3	Art. 208
RZK5G42	PE	13/10/2025	TE	859985	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
RZK6G74	PE	15/10/2025	VD	1445137	6050	1	Art. 208
RZK8B02	PE	16/10/2025	RD	1771491	7463	0	Art. 218, Inc. II
RZK9J01	PE	09/10/2025	RD	1751016	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZL0F93	PE	13/10/2025	VD	1448411	5720	0	Art. 186, Inc. I
RZL1A80	PE	15/10/2025	FS	1701517	6050	3	Art. 208
RZL2A72	PE	16/10/2025	RD	1771122	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZL5D81	PE	12/10/2025	FS	1687743	6041	2	Art. 207
RZM2E38	PE	13/10/2025	VD	1447016	5720	0	Art. 186, Inc. I
RZM2E38	PE	16/10/2025	VD	1451129	5720	0	Art. 186, Inc. I
RZM6A20	PE	19/10/2025	RD	1783805	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZM6C02	PE	09/10/2025	FS	1681842	5673	2	Art. 183
RZN0C70	PE	13/10/2025	VD	1446753	5720	0	Art. 186, Inc. I

RZN2B46	PE	09/10/2025	RD	1752403	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZN5J68	PE	10/10/2025	RD	1757316	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZN5J68	PE	13/10/2025	RD	1763200	7463	0	Art. 218, Inc. II
RZO3F50	PE	12/10/2025	FS	1689215	6050	3	Art. 208
RZO8E29	PE	16/10/2025	VD	1451285	5720	0	Art. 186, Inc. I
RZP0A81	PE	10/10/2025	FS	1682644	5673	2	Art. 183
RZP0A81	PE	17/10/2025	RD	1776507	7463	0	Art. 218, Inc. II
RZP0J99	PE	10/10/2025	RD	1757880	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZP1A97	PE	10/10/2025	FS	1682750	6050	3	Art. 208
RZP2F53	PE	13/10/2025	TE	839429	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
RZP5D54	PE	11/10/2025	RD	1753949	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZQ3G79	PE	19/10/2025	VD	1429107	5720	0	Art. 186, Inc. I
RZQ4C39	PE	16/10/2025	VD	1448926	5720	0	Art. 186, Inc. I
RZQ7C03	PE	17/10/2025	RD	1777589	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZQ9I49	PE	12/10/2025	FS	1688839	6050	3	Art. 208
RZR2D90	PE	12/10/2025	RD	1760694	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZR6E09	PE	16/10/2025	VD	1451730	5720	0	Art. 186, Inc. I
RZS3D44	PE	11/10/2025	RD	1753566	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZS6H70	PE	17/10/2025	FS	1712446	6050	3	Art. 208
RZS7H13	PE	16/10/2025	VD	1451374	5720	0	Art. 186, Inc. I
RZS9D93	PE	16/10/2025	VD	1450670	5720	0	Art. 186, Inc. I
RZS9I50	PE	13/10/2025	VD	1448446	5720	0	Art. 186, Inc. I
RZT1A06	PE	16/10/2025	VD	1451919	5720	0	Art. 186, Inc. I
RZT7D44	PE	12/10/2025	RD	1758908	7463	0	Art. 218, Inc. II
RZU3D28	PE	16/10/2025	FS	1705253	5673	2	Art. 183
RZV6G71	PE	13/10/2025	TE	852689	7684	2	Art. 244, X
RZV6G71	PE	13/10/2025	VD	1447202	5720	0	Art. 186, Inc. I
RZW2E54	PE	14/10/2025	RD	1763227	7463	0	Art. 218, Inc. II
RZW4G62	PE	08/10/2025	RD	1748538	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZW6B23	PE	16/10/2025	VD	1451080	5720	0	Art. 186, Inc. I
RZW7A79	PE	10/10/2025	FS	1684833	6050	3	Art. 208
RZW7E36	PE	13/10/2025	VD	1444637	6050	1	Art. 208
RZW8C79	PE	13/10/2025	VD	1443606	5720	0	Art. 186, Inc. I
RZX1C86	PE	16/10/2025	VD	1451706	5720	0	Art. 186, Inc. I
RZX4J32	PE	16/10/2025	VD	1449221	5720	0	Art. 186, Inc. I
RZX8D63	PE	17/10/2025	RD	1774571	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZY7G02	PE	11/10/2025	RD	1758487	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZZ3I48	PE	19/10/2025	TE	860878	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
RZZ4I10	PE	12/10/2025	FS	1694219	6050	3	Art. 208
RZZ6H20	PE	14/10/2025	RD	1766285	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZZ7E57	PE	09/10/2025	RD	1749500	7455	0	Art. 218, Inc. I
RZZ8E17	PE	19/10/2025	FS	1720562	6050	3	Art. 208
SAA3I84	AL	09/10/2025	RD	1749909	7463	0	Art. 218, Inc. II
SAA3I84	AL	11/10/2025	RD	1754732	7455	0	Art. 218, Inc. I
SAA3I84	AL	11/10/2025	RD	1755720	7455	0	Art. 218, Inc. I
SAA3I84	AL	13/10/2025	RD	1762093	7455	0	Art. 218, Inc. I
SAA3I84	AL	15/10/2025	RD	1769594	7463	0	Art. 218, Inc. II
SAA3I84	AL	16/10/2025	RD	1772366	7455	0	Art. 218, Inc. I
SAA3I84	AL	18/10/2025	RD	1773370	7455	0	Art. 218, Inc. I
SAE3F78	PE	13/10/2025	VD	1447130	5720	0	Art. 186, Inc. I
SAF4F39	PE	14/10/2025	RD	1764371	7455	0	Art. 218, Inc. I
SAH5J90	AL	18/10/2025	VD	1430440	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
SAS3C97	CE	10/10/2025	FS	1685694	6050	3	Art. 208
SBP5B44	CE	17/10/2025	VD	1450262	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
SCO7B56	PE	15/10/2025	RD	1768962	7463	0	Art. 218, Inc. II
SDT8G18	PE	15/10/2025	VD	1442987	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
SDT8G18	PE	17/10/2025	VD	1452605	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
SGU1H90	RO	13/10/2025	RD	1763456	7455	0	Art. 218, Inc. I
SHL2H56	PE	16/10/2025	RD	1770444	7455	0	Art. 218, Inc. I
SHO4H62	PE	18/10/2025	RD	1774539	7455	0	Art. 218, Inc. I
SHS7C55	PE	17/10/2025	VD	1445412	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
SHS7C55	PE	17/10/2025	VD	1445854	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
SHU0C84	PE	18/10/2025	FS	1708856	6041	2	Art. 207
SIC6F60	PE	11/10/2025	FS	1685236	6050	3	Art. 208
SIE5J84	PE	17/10/2025	RD	1777716	7455	0	Art. 218, Inc. I
SIE8D86	PE	16/10/2025	FS	1704001	5673	2	Art. 183
SIT9C14	PE	11/10/2025	RD	1754040	7455	0	Art. 218, Inc. I
SIX2H34	MG	15/10/2025	FS	1702190	6041	2	Art. 207
SJC9F77	PE	11/10/2025	RD	1756220	7455	0	Art. 218, Inc. I
SKV3E68	PE	16/10/2025	RD	1771009	7455	0	Art. 218, Inc. I
SKX2B90	PB	13/10/2025	RD	1761364	7463	0	Art. 218, Inc. II
SLB0E08	PB	13/10/2025	RD	1763642	7455	0	Art. 218, Inc. I
SLF6F12	PB	13/10/2025	RD	1762018	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNK1E01	PE	19/10/2025	FS	1715135	6050	3	Art. 208
SNK2I36	PE	12/10/2025	RD	1763979	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNK4I48	PE	19/10/2025	RD	1783333	5819	2	Art. 193
SNK8H36	PE	19/10/2025	RD	1782230	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNM0G32	PE	16/10/2025	RD	1771963	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNM2G50	PE	09/10/2025	RD	1751458	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNM5D04	PE	13/10/2025	RD	1763081	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNM5J78	PE	16/10/2025	RD	1771076	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNM6A60	PE	09/10/2025	RD	1750478	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNM8A56	PE	09/10/2025	RD	1751903	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNN2E43	PE	13/10/2025	VD	1447164	5720	0	Art. 186, Inc. I
SNN9C51	PE	09/10/2025	RD	1749437	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNO3C03	PE	10/10/2025	RD	1756000	7463	0	Art. 218, Inc. II
SNO3C03	PE	11/10/2025	RD	1756638	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNO4C46	PE	10/10/2025	RD	1753027	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNO5I16	PE	10/10/2025	FS	1686518	6050	3	Art. 208

SNO8D82	PE	19/10/2025	FS	1713779	6050	3	Art. 208
SNP4F06	PE	19/10/2025	TE	858938	7340	0	Art. 252, Inc. IV
SNP4J99	PE	19/10/2025	TE	860797	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
SNP7H63	PE	17/10/2025	FS	1708597	6050	3	Art. 208
SNP7H63	PE	17/10/2025	VD	1447601	6050	1	Art. 208
SNP7H63	PE	18/10/2025	FS	1708473	6050	3	Art. 208
SNP7H63	PE	19/10/2025	FS	1714643	6050	3	Art. 208
SNQ5G47	PE	17/10/2025	RD	1775535	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNQ6J50	PE	12/10/2025	RD	1759416	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNQ7A60	PE	13/10/2025	VD	1446311	5991	0	Art. 206, Inc. I
SNQ7A60	PE	19/10/2025	VD	1449264	6050	1	Art. 208
SNQ9D93	PE	10/10/2025	RD	1757987	7471	0	Art. 218, Inc. III
SNR0C88	PE	11/10/2025	RD	1758339	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNR1B05	PE	12/10/2025	FS	1689703	6050	3	Art. 208
SNR2C81	PE	13/10/2025	VD	1448390	5720	0	Art. 186, Inc. I
SNR3C66	PE	15/10/2025	RD	1768318	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNR4E60	PE	16/10/2025	RD	1771394	7463	0	Art. 218, Inc. II
SNR7F40	PE	17/10/2025	RD	1774490	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNS1F75	PE	12/10/2025	RD	1764460	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNS4D60	PE	19/10/2025	RD	1788114	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNS6B74	PE	11/10/2025	RD	1754562	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNS6D49	PE	13/10/2025	TE	855572	7684	2	Art. 244, X
SNS6H10	PE	11/10/2025	RD	1754619	7463	0	Art. 218, Inc. II
SNS6I05	PE	13/10/2025	VD	1446613	5720	0	Art. 186, Inc. I
SNS8I98	PE	15/10/2025	RD	1768857	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNT1I78	PE	18/10/2025	RD	1777112	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNT2I33	PE	11/10/2025	RD	1755909	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNT4I48	PE	13/10/2025	TE	852760	7684	2	Art. 244, X
SNT5F36	PE	18/10/2025	VD	1437150	5622	1	Art. 182, Inc. VI
SNT6F89	PE	18/10/2025	RD	1776639	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNT8B71	PE	13/10/2025	VD	1448160	5720	0	Art. 186, Inc. I
SNT9C88	PE	16/10/2025	VD	1451196	5720	0	Art. 186, Inc. I
SNT9D64	PE	17/10/2025	VD	1447652	5991	0	Art. 206, Inc. I
SNT9I48	PE	09/10/2025	RD	1751512	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNU0A02	PE	18/10/2025	RD	1777953	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNU0J21	PE	16/10/2025	VD	1450661	5720	0	Art. 186, Inc. I
SNU1E44	PE	16/10/2025	VD	1450637	5720	0	Art. 186, Inc. I
SNU3H80	PE	15/10/2025	RD	1768741	7463	0	Art. 218, Inc. II
SNU4B24	PE	17/10/2025	FS	1707604	5673	2	Art. 183
SNU7H22	PE	09/10/2025	RD	1752020	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNU8F70	PE	14/10/2025	FS	1695606	5673	2	Art. 183
SNU8G00	PE	18/10/2025	RD	1772986	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNV2J38	PE	19/10/2025	TE	858962	7340	0	Art. 252, Inc. IV
SNV5G25	PE	12/10/2025	FS	1689282	6050	3	Art. 208
SNV6G64	PE	16/10/2025	VD	1449043	5720	0	Art. 186, Inc. I
SNW1H87	PE	17/10/2025	RD	1777392	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNW3F37	PE	11/10/2025	FS	1683594	6050	3	Art. 208
SNW3G47	PE	11/10/2025	RD	1756778	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNW5F24	PE	14/10/2025	RD	1766510	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNW9D68	PE	12/10/2025	RD	1759629	7463	0	Art. 218, Inc. II
SNW9F39	PE	19/10/2025	RD	1783538	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNX2J37	PE	19/10/2025	RD	1781543	7463	0	Art. 218, Inc. II
SNY2B38	PE	16/10/2025	VD	1451153	5720	0	Art. 186, Inc. I
SNY5A15	PE	11/10/2025	RD	1758762	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNY6C44	PE	09/10/2025	RD	1751288	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNY6H30	PE	13/10/2025	VD	1446141	6050	1	Art. 208
SNY6H30	PE	13/10/2025	VD	1448292	5720	0	Art. 186, Inc. I
SNY8H03	PE	09/10/2025	FS	1681834	6041	2	Art. 207
SNZ0C87	PE	13/10/2025	VD	1446788	5720	0	Art. 186, Inc. I
SNZ1C62	PE	12/10/2025	RD	1759866	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNZ1C62	PE	11/10/2025	RD	1755151	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNZ1C62	PE	11/10/2025	RD	1755984	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNZ4C33	PE	15/10/2025	VD	1266208	5991	0	Art. 206, Inc. I
SNZ4C33	PE	18/10/2025	VD	1452117	5991	0	Art. 206, Inc. I
SNZ4C93	PE	11/10/2025	FS	1683667	6050	3	Art. 208
SNZ4G43	PE	16/10/2025	RD	1769152	7455	0	Art. 218, Inc. I
SNZ6G06	PE	09/10/2025	FS	1687603	6041	2	Art. 207
SNZ7E95	PE	14/10/2025	VD	1428615	5991	0	Art. 206, Inc. I
SNZ7E95	PE	14/10/2025	VD	1428623	7684	2	Art. 244, X
SNZ9B89	PE	19/10/2025	RD	1780652	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOA1H86	PE	12/10/2025	FS	1694413	6050	3	Art. 208
SOA2H82	PE	11/10/2025	RD	1755933	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOA2J17	PE	16/10/2025	RD	1769110	7463	0	Art. 218, Inc. II
SOA3F19	PE	13/10/2025	VD	1443584	5720	0	Art. 186, Inc. I
SOA7E28	PE	13/10/2025	VD	1447539	6050	1	Art. 208
SOA8J29	PE	10/10/2025	RD	1753116	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOA8J29	PE	15/10/2025	RD	1770053	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOB2D70	PE	18/10/2025	RD	1777031	7463	0	Art. 218, Inc. II
SOB3H94	PE	16/10/2025	VD	1449060	5720	0	Art. 186, Inc. I
SOB4I46	PE	12/10/2025	RD	1760724	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOB4I46	PE	13/10/2025	FS	1691597	6041	2	Art. 207
SOB4I46	PE	13/10/2025	FS	1694766	6041	2	Art. 207
SOB6B68	PE	13/10/2025	RD	1762760	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOB9F23	PE	09/10/2025	FS	1679430	5673	2	Art. 183
SOC3F95	PE	12/10/2025	RD	1760864	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOC5I99	PE	13/10/2025	VD	1448047	5720	0	Art. 186, Inc. I
SOC7E36	PE	15/10/2025	FS	1699091	6050	3	Art. 208
SOC9J57	PE	19/10/2025	FS	1714678	6041	2	Art. 207
SOD0A42	PE	09/10/2025	RD	1751997	7455	0	Art. 218, Inc. I

SOD4J79	PE	16/10/2025	VD	1451749	5720	0	Art. 186, Inc. I
SOD8A67	PE	15/10/2025	VD	1445072	6050	1	Art. 208
SOD9D85	PE	13/10/2025	TE	856110	7684	2	Art. 244, X
SOE1B05	PE	16/10/2025	VD	1451099	5720	0	Art. 186, Inc. I
SOE2I55	PE	12/10/2025	RD	1759033	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOE3I46	PE	19/10/2025	RD	1782795	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOE4E50	PE	09/10/2025	RD	1749607	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOE7I25	PE	13/10/2025	VD	1448497	5720	0	Art. 186, Inc. I
SOE8E18	PE	12/10/2025	RD	1764037	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOE9F62	PE	16/10/2025	FS	1700960	6050	3	Art. 208
SOF1J17	PE	12/10/2025	RD	1763936	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOF4C71	PE	09/10/2025	RD	1750222	7471	0	Art. 218, Inc. III
SOF5D22	PE	17/10/2025	RD	1774172	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOG0A53	PE	10/10/2025	FS	1686615	6050	3	Art. 208
SOG1A69	PE	13/10/2025	VD	1447091	5720	0	Art. 186, Inc. I
SOG1A69	PE	16/10/2025	VD	1451390	5720	0	Art. 186, Inc. I
SOG3A77	PE	09/10/2025	RD	1750443	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOG6E56	PE	13/10/2025	RD	1763359	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOG9C45	PE	14/10/2025	TE	851585	7684	2	Art. 244, X
SOH1F37	PE	16/10/2025	RD	1771939	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOH2G63	PE	18/10/2025	FS	1711148	6050	3	Art. 208
SOH4H02	PE	09/10/2025	FS	1680099	6041	2	Art. 207
SOH5A04	PE	13/10/2025	VD	1446729	5720	0	Art. 186, Inc. I
SOH8C65	PE	12/10/2025	RD	1760090	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOH9G46	PE	13/10/2025	VD	1446915	5720	0	Art. 186, Inc. I
SOI1H27	PE	13/10/2025	VD	1448004	5720	0	Art. 186, Inc. I
SOI3E45	PE	13/10/2025	RD	1761402	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOI5F46	PE	13/10/2025	VD	1444556	6050	1	Art. 208
SOI8G93	PE	11/10/2025	RD	1755348	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOI9G24	PE	17/10/2025	RD	1774547	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOJ6D09	PE	09/10/2025	RD	1749801	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOJ6D09	PE	12/10/2025	FS	1688006	6050	3	Art. 208
SOJ6J74	PE	17/10/2025	RD	1774083	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOK0H19	PE	13/10/2025	RD	1764975	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOK0H22	PE	19/10/2025	TE	860827	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
SOK0J00	PE	15/10/2025	VD	1445161	6050	1	Art. 208
SOK2B59	PE	19/10/2025	RD	1781373	7463	0	Art. 218, Inc. II
SOK7B10	PE	13/10/2025	FS	1692496	5673	2	Art. 183
SOK7H09	PE	18/10/2025	FS	1713370	6050	3	Art. 208
SOK8I68	PE	19/10/2025	VD	1449922	5991	0	Art. 206, Inc. I
SOL0J17	PE	19/10/2025	VD	1449426	6050	1	Art. 208
SOL0J17	PE	18/10/2025	FS	1711423	6050	3	Art. 208
SOL2A56	PE	19/10/2025	FS	1714066	6050	3	Art. 208
SOM0J19	PE	13/10/2025	VD	1448225	5720	0	Art. 186, Inc. I
SOM3A00	PE	14/10/2025	VD	1442251	6050	1	Art. 208
SOM3A00	PE	14/10/2025	VD	1442260	5819	1	Art. 193
SOM3A00	PE	17/10/2025	VD	1452710	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
SOM5A30	PE	16/10/2025	FS	1703811	6050	3	Art. 208
SOM6I40	PE	13/10/2025	VD	1447946	5720	0	Art. 186, Inc. I
SOM9H94	PE	15/10/2025	FS	1701401	5673	2	Art. 183
SON4F88	PE	12/10/2025	RD	1759700	7455	0	Art. 218, Inc. I
SON6I86	PE	13/10/2025	VD	1443630	5720	0	Art. 186, Inc. I
SON6I86	PE	16/10/2025	VD	1449116	5720	0	Art. 186, Inc. I
SON8E40	PE	12/10/2025	RD	1764541	7455	0	Art. 218, Inc. I
SON9J08	PE	14/10/2025	RD	1765432	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOO0E14	PE	14/10/2025	FS	1697544	6050	3	Art. 208
SOO2C87	PE	08/10/2025	RD	1747990	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOO2C87	PE	11/10/2025	FS	1685023	5673	2	Art. 183
SOO2E07	PE	16/10/2025	RD	1771700	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOO5B36	PE	10/10/2025	RD	1751075	7463	0	Art. 218, Inc. II
SOO7C34	PE	13/10/2025	RD	1763073	7463	0	Art. 218, Inc. II
SOO8H23	PE	09/10/2025	RD	1750249	7471	0	Art. 218, Inc. III
SOO8H23	PE	15/10/2025	RD	1768776	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOP6A31	PE	13/10/2025	VD	1447350	5720	0	Art. 186, Inc. I
SOP6D01	PE	14/10/2025	RD	1765882	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOQ0F41	PE	16/10/2025	VD	1448918	5720	0	Art. 186, Inc. I
SOQ6F55	PE	19/10/2025	FS	1714422	6050	3	Art. 208
SOR0E77	PE	13/10/2025	VD	1447512	6050	1	Art. 208
SOR4A27	PE	09/10/2025	RD	1751580	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOR8B85	PE	17/10/2025	RD	1777368	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOR8H70	PE	11/10/2025	RD	1752713	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOS0B76	PE	12/10/2025	RD	1760520	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOS1E90	PE	12/10/2025	RD	1764193	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOS2A19	PE	11/10/2025	RD	1758312	7463	0	Art. 218, Inc. II
SOS3B09	PE	16/10/2025	RD	1769624	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOS3G93	PE	13/10/2025	VD	1448187	5720	0	Art. 186, Inc. I
SOS5D13	PE	13/10/2025	VD	1447431	6050	1	Art. 208
SOT1D70	PE	16/10/2025	VD	1451358	5720	0	Art. 186, Inc. I
SOT3B42	PE	12/10/2025	RD	1759246	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOT4G12	PE	09/10/2025	RD	1749895	7471	0	Art. 218, Inc. III
SOT5B92	PE	16/10/2025	FS	1703668	5673	2	Art. 183
SOU0I41	PE	16/10/2025	VD	1448977	5720	0	Art. 186, Inc. I
SOU1D09	PE	15/10/2025	FS	1701550	5673	2	Art. 183
SOU1G62	PE	11/10/2025	RD	1754848	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOU2B56	PE	17/10/2025	RD	1771874	7463	0	Art. 218, Inc. II
SOU6A54	PE	17/10/2025	VD	1445811	6017	5	Art. 206, Inc. III
SOV2I78	PE	08/10/2025	RD	1748732	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOV4E67	PE	14/10/2025	VD	1429069	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
SOV4F56	PE	13/10/2025	VD	1447989	5720	0	Art. 186, Inc. I

SOV6D45	PE	17/10/2025	RD	1774806	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOV8I19	PE	09/10/2025	RD	1750559	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOW3J74	PE	11/10/2025	RD	1753868	7463	0	Art. 218, Inc. II
SOW5A63	PE	12/10/2025	FS	1688197	6050	3	Art. 208
SOW5A63	PE	19/10/2025	FS	1714538	6050	3	Art. 208
SOW9C16	PE	14/10/2025	FS	1697706	6050	3	Art. 208
SOX1F00	PE	09/10/2025	RD	1748309	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOX3G09	PE	15/10/2025	FS	1698591	6050	3	Art. 208
SOX4D66	PE	19/10/2025	RD	1782965	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOX6B11	PE	18/10/2025	FS	1711016	6050	3	Art. 208
SOY2B21	PE	10/10/2025	RD	1757898	7463	0	Art. 218, Inc. II
SOY2J09	PE	08/10/2025	FS	1678353	6050	3	Art. 208
SOY4E81	PE	08/10/2025	RD	1749062	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOY4E81	PE	14/10/2025	RD	1766617	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOY5C99	PE	19/10/2025	VD	1454217	6050	1	Art. 208
SOY5I81	PE	17/10/2025	RD	1774202	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOY5I81	PE	19/10/2025	RD	1784038	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOY6E15	PE	13/10/2025	VD	1447156	5720	0	Art. 186, Inc. I
SOY7A02	PE	19/10/2025	RD	1781420	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOY8B67	PE	12/10/2025	RD	1760406	7463	0	Art. 218, Inc. II
SOZ0G70	PE	16/10/2025	RD	1770606	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOZ0J49	PE	18/10/2025	RD	1773486	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOZ7A45	PE	13/10/2025	RD	1763111	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOZ7F72	PE	09/10/2025	RD	1751431	7455	0	Art. 218, Inc. I
SOZ9C76	PE	14/10/2025	VD	1429085	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII
SPA3G82	PE	11/10/2025	FS	1684604	6041	2	Art. 207
SPA3J76	PE	11/10/2025	RD	1753124	7455	0	Art. 218, Inc. I
SPA8G91	PE	11/10/2025	RD	1756328	7455	0	Art. 218, Inc. I
SPA8I03	PE	16/10/2025	VD	1450734	5720	0	Art. 186, Inc. I
SPA9C21	PE	11/10/2025	RD	1758401	7455	0	Art. 218, Inc. I
SPA9G58	PE	11/10/2025	FS	1685287	5673	2	Art. 183
SPB4E92	PE	13/10/2025	RD	1763340	7455	0	Art. 218, Inc. I
SPB7E27	PE	18/10/2025	RD	1776841	7463	0	Art. 218, Inc. II
SPB8D68	PE	16/10/2025	FS	1705270	6050	3	Art. 208
SPB9D12	PE	11/10/2025	RD	1753540	7455	0	Art. 218, Inc. I
SPB9D12	PE	11/10/2025	RD	1753671	7455	0	Art. 218, Inc. I
STQ9H78	PR	15/10/2025	RD	1770231	7455	0	Art. 218, Inc. I
SXF2B24	PE	15/10/2025	RD	1769020	7455	0	Art. 218, Inc. I
TBB9B09	PR	17/10/2025	RD	1776426	7455	0	Art. 218, Inc. I
TBE1I79	PR	15/10/2025	RD	1770304	7455	0	Art. 218, Inc. I
TBH4H26	PR	18/10/2025	RD	1778178	7455	0	Art. 218, Inc. I
TBL4E75	PR	19/10/2025	VD	1429093	5720	0	Art. 186, Inc. I
TBM4J85	PR	15/10/2025	RD	1768997	7455	0	Art. 218, Inc. I
TBR5C60	PR	19/10/2025	VD	1447865	6050	1	Art. 208
TBU7E03	PR	19/10/2025	VD	1450041	5991	0	Art. 206, Inc. I
TBW8E45	PR	19/10/2025	VD	1453890	6050	1	Art. 208
TBY9C62	PR	18/10/2025	RD	1774776	7471	0	Art. 218, Inc. III
TLR7I59	SP	09/10/2025	RD	1750710	7455	0	Art. 218, Inc. I
TNN7G68	AL	11/10/2025	FS	1687409	6050	3	Art. 208
TOU0E06	PB	15/10/2025	FS	1698974	6050	3	Art. 208
TOY0I18	PB	15/10/2025	RD	1769527	7455	0	Art. 218, Inc. I

ERIVALDO JOSÉ COUTINHO DOS SANTOS
Secretário De Mobilidade De Olinda E Autoridade De Trânsito
04/12/2025

Publicado por:
Marilene de Almeida Gomes
Código Identificador:B1DFAD57

SECRETARIA DE TRANSPORTE E TRÂNSITO
EDITAL DE PENALIDADES

SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA DE OLINDA - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE

A Autoridade de Trânsito da Secretaria de Mobilidade Urbana de Olinda, em conformidade com as suas competências estabelecidas pelo CTB e regulamentações do Contran, após esgotadas tentativas de notificação do infrator ou proprietário de veículo por meio postal ou pessoal, e considerando os autos de infração de trânsito registrados, pelo presente edital notifica os proprietários dos veículos abaixo relacionados da imposição de penalidade por infração de trânsito, os quais terão o prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da publicação deste edital para interpor seu recurso neste órgão autuador ou em qualquer posto do Detran/PE ou enviar via remessa postal para o endereço: Av. Joaquim Nabuco, n° 475, Varadouro, Olinda-PE, CEP 53.020-310.Caso já tenha ocorrido o pagamento da multa, desconsiderar o valor informado. Para detalhamento das infrações e maiores informações acessar o site www.detran.pe.gov.br ou www.gov.br. O padrão da sequência para identificação dos dados das autuações a seguir relacionados será: PLACA/UF, DATA DA INFRAÇÃO, N° DO AUTO DE INFRAÇÃO, CÓDIGO DA INFRAÇÃO COM DESDOBRAMENTO (AMPARO LEGAL). VALOR DA MULTA.

AQE9I04	PE	28/07/2025	TE	831770	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
ASA4C41	RN	28/07/2025	TE	822780	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
DYE2C47	PE	09/08/2025	RD	1531482	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
EDB7A96	PE	24/07/2025	VD	1333584	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
EOX1H91	PE	22/07/2025	VD	1340459	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
EWY0A24	PE	26/07/2025	FS	1332201	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
EZG9D63	PE	31/07/2025	RD	1491740	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
EZK7H49	PE	27/07/2025	VD	1340289	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
EZK7H49	PE	27/07/2025	VD	1340300	5452	1	Art. 181, Inc. VIII	R$ 195,23
FCA1E51	SP	25/07/2025	VD	1344187	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16

FCA1E51	SP	25/07/2025	RD	1477283	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
FPZ7G64	PE	14/08/2025	VD	1369490	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
GBY4C21	PE	03/08/2025	VD	1356720	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
GCU0B58	PE	11/08/2025	RD	1534228	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
GHY7365	SP	12/08/2025	RD	1537081	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
HJJ0368	PE	23/07/2025	RD	1469396	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
HNK4888	PE	18/08/2025	RD	1553532	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
HXT9C26	PE	30/07/2025	FS	1353039	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
HZZ5D89	MG	26/07/2025	VD	1341170	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
JJH4585	DF	23/07/2025	RD	1472958	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
JPJ5483	PB	31/07/2025	FS	1354876	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
JQS0091	PE	25/07/2025	FS	1329065	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
JSV9134	BA	25/07/2025	FS	1329090	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KFL5395	PE	31/07/2025	VD	1351620	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
KFR8365	PE	21/07/2025	TE	803220	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
KFX4D55	PE	26/07/2025	FS	1331388	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KFZ5G63	PE	08/08/2025	RD	1531784	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KFZ9H34	PE	02/08/2025	VD	1356347	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
KGB3G58	PE	24/07/2025	RD	1471765	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KGB3G58	PE	25/07/2025	RD	1474098	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KGB3G58	PE	26/07/2025	RD	1477135	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
KGB3G58	PE	31/07/2025	RD	1487742	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KGC5G03	PE	01/08/2025	VD	1315896	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
KGI8C16	PE	30/07/2025	RD	1490298	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KGK3173	PE	10/08/2025	FS	1402790	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KGM0G15	PE	30/07/2025	VD	1353704	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
KGP4160	PE	25/07/2025	FS	1332503	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
KGX1469	PE	31/07/2025	VD	1351604	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
KGX3466	PE	28/07/2025	FS	1336304	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KGZ9I06	PE	29/07/2025	RD	1489370	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KHC9329	PE	21/07/2025	VD	1345108	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
KHD1J84	PE	24/07/2025	FS	1325213	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KHI3501	PE	26/07/2025	RD	1478204	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KHI3501	PE	26/07/2025	RD	1480004	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
KHK0I55	PE	25/07/2025	RD	1478093	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KHK1571	PE	26/07/2025	FS	1335626	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
KHM2I80	PE	26/07/2025	VD	1346155	5622	1	Art. 182, Inc. VI	R$ 88,38
KHR4853	PE	31/07/2025	VD	1347950	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
KHR4A32	PE	29/07/2025	FS	1346237	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
KHY7821	PE	23/07/2025	RD	1471536	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KIA7I13	PE	17/08/2025	VD	1373799	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
KIF2913	PE	30/07/2025	FS	1349694	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
KIF9F08	PE	25/07/2025	RD	1479014	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KIJ3E44	PE	10/08/2025	FS	1405764	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KIP7670	PE	31/07/2025	RD	1492568	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
KIP8926	PE	11/08/2025	VD	1356215	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
KIU0J44	PE	24/07/2025	VD	1346627	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
KIU0J44	PE	26/07/2025	VD	1338810	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
KIU6F69	PE	29/07/2025	RD	1488013	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KIV0I54	PE	15/08/2025	VD	1371079	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
KIX1492	PE	30/07/2025	RD	1490352	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KIY9183	PE	26/07/2025	FS	1335618	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KJA3J49	PE	28/07/2025	RD	1482333	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KJG5C66	PE	23/07/2025	RD	1472206	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KJK7022	PE	15/08/2025	FS	1432648	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KJK8E31	CE	30/07/2025	VD	1353682	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
KJL4215	PE	25/07/2025	RD	1479022	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KJU0J03	PE	28/07/2025	RD	1482945	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KJU0J03	PE	28/07/2025	FS	1340751	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
KJU0J03	PE	29/07/2025	RD	1485871	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KJX5E05	PE	23/07/2025	TE	818103	6580	0	Art. 230, Inc. IV	R$ 293,47
KKA5F35	PE	10/08/2025	FS	1403966	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
KKC5817	PE	28/07/2025	FS	1340069	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KKJ2J60	PE	25/07/2025	VD	1344403	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
KKK4504	PE	02/08/2025	VD	1357521	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
KKN6I20	PE	12/08/2025	FS	1414690	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KKT6J32	PE	03/08/2025	VD	1350446	5568	0	Art. 181, Inc. XIX	R$ 195,23
KKT7B39	PE	28/07/2025	VD	1353151	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
KKV8H25	PE	02/08/2025	VD	1349243	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
KKW9D52	PE	28/07/2025	VD	1341404	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
KKW9D52	PE	30/07/2025	VD	1353399	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
KKX7B15	PE	27/07/2025	VD	1340297	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
KKY3H88	PE	10/08/2025	RD	1522840	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KLB2D10	PE	30/07/2025	RD	1485774	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
KLB3176	PE	24/07/2025	VD	1347143	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
KLD3743	PE	21/07/2025	TE	814973	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
KLE5855	PE	31/07/2025	RD	1488234	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KLF8405	PE	26/07/2025	RD	1478387	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
KLH0757	PE	29/07/2025	RD	1487505	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KLH3795	PE	29/07/2025	FS	1351222	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KLI2J08	PE	25/07/2025	FS	1328000	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KLI5302	PE	28/07/2025	FS	1339176	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KLQ0222	PE	14/08/2025	RD	1541828	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KLS9J68	PE	10/08/2025	FS	1405489	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
KLT5360	PE	30/07/2025	VD	1354727	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
KLW8533	PE	27/07/2025	TE	824200	5509	0	Art. 181, Inc. XIII	R$ 130,16
KMC5B73	PE	17/08/2025	RD	1550282	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
KVG2J51	RJ	22/07/2025	TE	821945	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
LMS2D40	SP	14/08/2025	FS	1429264	6050	3	Art. 208	R$ 293,47

LOS8C53	PE	17/08/2025	FS	1441485	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
LRN3H71	RN	03/08/2025	VD	1350330	5568	0	Art. 181, Inc. XIX	R$ 195,23
LUR5I82	RJ	25/07/2025	VD	1349626	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
MGC6389	SC	28/07/2025	TE	831746	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
MNO8G41	PB	23/07/2025	FS	1322036	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
MNS0038	PB	26/07/2025	FS	1328930	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
MNW4A05	PE	24/07/2025	FS	1323180	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
MNX9932	PB	30/07/2025	FS	1343866	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
MVH7J22	AL	23/07/2025	RD	1472575	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
MVK9G05	AL	31/07/2025	FS	1357590	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
MWV4E26	SC	24/07/2025	VD	1346619	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
MYX5296	PE	10/08/2025	RD	1522416	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
NKL4963	PE	01/08/2025	VD	1354964	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PEK4A00	PE	27/07/2025	VD	1351922	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
PEK5906	PE	24/07/2025	VD	1346554	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
PEK8I73	PE	29/07/2025	RD	1489060	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PEL4B64	PE	11/08/2025	VD	1362975	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PEL5E85	PE	03/08/2025	VD	1360212	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PEL7J78	PE	29/07/2025	FS	1347080	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PEM2675	PE	29/07/2025	RD	1487408	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEM5D71	PE	25/07/2025	RD	1476228	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEM7C65	PE	16/08/2025	RD	1546056	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEO0164	PE	02/08/2025	VD	1355340	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PEP6519	PE	09/08/2025	RD	1520502	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEQ5H02	PE	29/07/2025	FS	1348566	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PER9340	PE	30/07/2025	VD	1348913	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PES9472	PE	30/07/2025	TE	826831	5193	0	Art.168	R$ 293,47
PET0629	PE	27/07/2025	RD	1481949	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PET4F08	PE	30/07/2025	RD	1490018	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PEW1J75	PE	31/07/2025	RD	1491766	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PEW4E03	PE	13/08/2025	VD	1365133	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PEY6982	PE	31/07/2025	VD	1336877	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PEY6D62	PE	30/07/2025	RD	1490565	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PFA0B96	PE	01/08/2025	VD	1315900	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
PFC2243	PE	23/07/2025	VD	1345310	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PFC4G90	PE	29/07/2025	VD	1092285	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PFC4G90	PE	30/07/2025	VD	1353631	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PFC8G04	PE	29/07/2025	FS	1345737	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PFD2696	PE	23/07/2025	RD	1472613	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PFE2468	PE	28/07/2025	FS	1340603	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PFE2468	PE	29/07/2025	FS	1350846	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PFE8I07	PE	26/07/2025	RD	1479740	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PFG0328	PE	10/08/2025	RD	1522203	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PFG3789	PE	26/07/2025	RD	1480284	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PFG8A15	PE	13/08/2025	VD	1369260	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
PFH1F54	PE	23/07/2025	RD	1468918	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PFH1F54	PE	29/07/2025	RD	1484573	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PFH1F54	PE	31/07/2025	RD	1487939	7471	0	Art. 218, Inc. III	R$ 880,41
PFH1F54	PE	30/07/2025	RD	1488935	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PFH3B88	PE	24/07/2025	FS	1325507	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PFH5A90	PE	28/07/2025	VD	1352775	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PFH9584	PE	24/07/2025	VD	1347690	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
PFI0I39	PE	23/07/2025	VD	1283439	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PFI0I39	PE	23/07/2025	VD	1345361	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PFI0I39	PE	02/08/2025	VD	1357840	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PFI1C41	PE	27/07/2025	VD	1346015	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PFI8505	PE	11/08/2025	RD	1533558	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PFJ6482	PE	27/07/2025	VD	1351396	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PFK9D55	PE	30/07/2025	VD	1353577	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PFL1I31	PE	14/08/2025	RD	1541321	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PFL7J18	PE	27/07/2025	FS	1336711	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PFO5679	PE	24/07/2025	FS	1320165	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PFO7H84	PE	29/07/2025	FS	1348140	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PFQ0288	PE	25/07/2025	FS	1332295	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PFS0366	PE	24/07/2025	RD	1474802	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PFS0366	PE	23/07/2025	FS	1321960	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PFS2G56	PE	21/07/2025	TE	831207	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
PFS3A62	PE	28/07/2025	FS	1339877	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PFS6A02	PE	31/07/2025	FS	1357913	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PFS8G72	PE	29/07/2025	FS	1351346	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PFS8G72	PE	29/07/2025	FS	1351354	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PFS9480	PE	27/07/2025	FS	1336703	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PFT7F57	PE	22/07/2025	VD	1336630	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PFU4I24	PE	11/08/2025	RD	1533299	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
RZM9G46	PE	23/07/2025	RD	1468926	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZN2B46	PE	29/07/2025	RD	1486991	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZN2F53	PE	17/08/2025	RD	1551483	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZN7B46	PE	11/08/2025	RD	1532713	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZN9B06	PE	12/08/2025	TE	826386	7684	1	Art. 244, X	R$ 130,16
RZO0H43	PE	14/08/2025	VD	1369350	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
RZO7J01	PE	30/07/2025	VD	1348883	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
RZP3A16	PE	21/07/2025	TE	831215	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
RZP6J54	PE	29/07/2025	RD	1486347	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZP6J54	PE	29/07/2025	RD	1487246	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZQ3J22	PE	26/07/2025	VD	1349898	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
RZR5E30	PE	22/07/2025	VD	1336656	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
RZR7B13	PE	09/08/2025	RD	1530575	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZR7G33	PE	31/07/2025	VD	1344039	7340	0	Art. 252, Inc. IV	R$ 130,16
RZR7G33	PE	31/07/2025	VD	1344047	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47

RZR7G33	PE	31/07/2025	VD	1344055	6602	0	Art. 230, Inc. VI	R$ 293,47
RZS0D90	PE	02/08/2025	VD	1357750	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
RZS0I96	PE	24/07/2025	FS	1323628	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
RZS1I15	PE	03/08/2025	VD	1357475	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
RZS3I16	PE	27/07/2025	VD	1344845	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
RZS6I47	PE	02/08/2025	VD	1357890	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
RZT5C59	PE	26/07/2025	RD	1480128	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZT5I15	PE	28/07/2025	VD	1353097	7340	0	Art. 252, Inc. IV	R$ 130,16
RZT7E99	PE	10/08/2025	RD	1528040	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZU0H44	PE	14/08/2025	FS	1429280	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
RZU0J03	PE	29/07/2025	RD	1484760	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
RZU1J53	PE	21/07/2025	VD	1341986	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
RZU4C09	PE	31/07/2025	TE	826939	7340	0	Art. 252, Inc. IV	R$ 130,16
RZV1D82	PE	25/07/2025	FS	1328786	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
RZV2J06	PE	30/07/2025	FS	1351001	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
RZV5H05	PE	17/08/2025	VD	1375422	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
RZV7H58	PE	02/08/2025	VD	1357645	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
RZV8F95	PE	12/08/2025	RD	1536638	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZV9H04	PE	28/07/2025	RD	1480411	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZW0H20	PE	11/08/2025	VD	1355995	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
RZW2C85	PE	27/07/2025	VD	1351191	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
RZW6B94	PE	23/07/2025	TE	806890	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
RZW6E46	PE	11/08/2025	VD	1356207	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
RZW6E52	PE	25/07/2025	RD	1475671	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZX1D47	PE	31/07/2025	RD	1492959	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
RZX3F68	PE	22/07/2025	TE	821848	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
RZX3F68	PE	22/07/2025	TE	821856	7714	2	Art. 244, XI	R$ 130,16
RZX5C37	PE	27/07/2025	VD	1351078	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
RZY1F13	PE	29/07/2025	RD	1485952	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZY1H52	PE	26/07/2025	FS	1334948	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
RZY3J41	PE	25/07/2025	RD	1477909	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZY5D27	PE	17/08/2025	FS	1441698	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
RZY7A03	PE	27/07/2025	FS	1341340	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
RZY7E47	PE	13/08/2025	VD	1365036	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
RZZ3E00	PE	25/07/2025	RD	1479081	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZZ5A79	PE	27/07/2025	RD	1483135	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZZ9J95	PE	17/08/2025	RD	1547885	7471	0	Art. 218, Inc. III	R$ 880,41
SAA4E95	AL	24/07/2025	RD	1475205	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SHX9G68	PE	03/08/2025	VD	1349936	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
SII4D72	PE	29/07/2025	FS	1351923	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
SKU6A56	PE	31/07/2025	RD	1490999	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SKV8D83	PB	10/08/2025	RD	1528422	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SLM9I29	PI	30/07/2025	TE	826815	6637	1	Art. 230, Inc. IX	R$ 195,23
SLM9I29	PI	30/07/2025	TE	826823	7340	0	Art. 252, Inc. IV	R$ 130,16
SNK3C74	PE	30/07/2025	VD	1352406	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
SNK8C52	PE	30/07/2025	FS	1350129	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
SNL0H43	PE	12/08/2025	RD	1535348	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SNL1J18	PE	30/07/2025	RD	1487114	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNL2I61	PE	23/07/2025	FS	1317989	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
SNL4I40	PE	23/07/2025	VD	1345337	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
SNL4I40	PE	01/08/2025	VD	1355081	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
SNL7J00	PE	23/07/2025	VD	1283455	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SNM1H67	PE	24/07/2025	RD	1475280	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNM3H34	PE	03/08/2025	VD	1359850	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SNM5D65	PE	17/08/2025	RD	1548156	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SNM6B86	PE	24/07/2025	FS	1321218	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
SNM6B86	PE	29/07/2025	RD	1486924	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNM6G59	PE	10/08/2025	RD	1531733	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SNM7E09	PE	29/07/2025	TE	820639	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
SNM8C82	PE	11/08/2025	RD	1538649	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNN0A24	PE	23/07/2025	FS	1320246	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
SNN1D61	PE	30/07/2025	VD	1354077	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SNN1I40	PE	30/07/2025	FS	1352091	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
SNN5H52	PE	23/07/2025	RD	1473040	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SNO2G47	PE	23/07/2025	RD	1471854	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNO3F64	PE	02/08/2025	VD	1349286	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
SNO6H27	PE	29/07/2025	RD	1489052	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNO8H55	PE	17/08/2025	VD	1373810	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SNP7B63	PE	02/08/2025	VD	1358340	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
SNQ1C68	PE	24/07/2025	RD	1476104	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNQ3E11	PE	14/08/2025	VD	1372067	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SNR0E96	PE	23/07/2025	RD	1472990	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SNR1F85	PE	11/08/2025	VD	1356290	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SNR1I63	PE	09/08/2025	FS	1408208	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
SNR5J35	PE	14/08/2025	VD	1369368	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
SNS0A87	PE	23/07/2025	TE	813195	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
SNS0A87	PE	23/07/2025	TE	813209	7340	0	Art. 252, Inc. IV	R$ 130,16
SNS0A87	PE	23/07/2025	TE	813217	5215	2	Art. 170	R$ 293,47
SNS8B20	PE	14/08/2025	FS	1424572	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
SNS8E76	PE	24/07/2025	FS	1326791	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
SNS8I78	PE	30/07/2025	VD	1354557	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
SNT2F28	PE	19/08/2025	FS	1449583	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
SNT5C48	PE	03/08/2025	VD	1356835	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SNT5H64	PE	29/07/2025	RD	1488080	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNT7J31	PE	03/08/2025	VD	1360352	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SNT8D09	PE	27/07/2025	VD	1351450	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SNU0B90	PE	30/07/2025	VD	1354670	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
SNU1E44	PE	28/07/2025	VD	1353348	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SNU5G17	PE	16/08/2025	RD	1545475	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16

SNU6I96	PE	12/08/2025	TE	826424	7684	1	Art. 244, X	R$ 130,16
SNU9I60	PE	13/08/2025	RD	1540600	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SNV0F14	PE	29/07/2025	FS	1347268	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
SNV2A29	PE	23/07/2025	VD	1296832	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SNZ9I76	PE	29/07/2025	FS	1345834	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
SNV4A99	PE	18/08/2025	RD	1552781	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNV4B48	PE	17/08/2025	FS	1451065	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
SNV5C00	PE	30/07/2025	VD	1354565	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
SNV5I23	PE	30/07/2025	VD	1349006	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
SNV5J07	PE	14/08/2025	VD	1368949	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SNW4B55	PE	02/08/2025	TE	817298	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
SNW5F24	PE	24/07/2025	RD	1473733	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNW7H69	PE	09/08/2025	RD	1519466	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNW9A03	PE	03/08/2025	TE	820922	7340	0	Art. 252, Inc. IV	R$ 130,16
SNW9A03	PE	03/08/2025	TE	820930	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
SNX1D40	PE	12/08/2025	RD	1537839	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNX1F49	PE	14/08/2025	FS	1427750	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
SNX8F00	PE	30/07/2025	VD	1354786	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
SNY1H41	PE	23/07/2025	VD	1296840	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SNY5H97	PE	27/07/2025	VD	1351213	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SNY5J71	PE	23/07/2025	RD	1473547	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SNZ2B98	PE	14/08/2025	RD	1541755	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SNZ2C24	PE	24/07/2025	RD	1474209	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SOA0J53	PE	26/07/2025	VD	1341137	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOA1B58	PE	25/07/2025	RD	1473890	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOA2D69	PE	29/07/2025	RD	1486215	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOA4F04	PE	30/07/2025	VD	1354050	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOA5D22	PE	23/07/2025	VD	1283498	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOA5I57	PE	25/07/2025	VD	1344357	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
SOB4G23	PE	16/08/2025	FS	1437763	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
SOB4I47	PE	23/07/2025	TE	813152	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
SOB6E26	PE	21/07/2025	TE	797130	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
SOB6E26	PE	28/07/2025	TE	828419	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
SOB6E26	PE	28/07/2025	TE	828427	7714	2	Art. 244, XI	R$ 130,16
SOC1D03	PE	23/07/2025	VD	1345353	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOC4C35	PE	25/07/2025	TE	827935	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
SOC6E51	PE	31/07/2025	TE	823816	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
SOC7I13	PE	24/07/2025	VD	1347160	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOC7I13	PE	24/07/2025	FS	1322621	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
SOD0I35	PE	29/07/2025	RD	1488757	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOD1H68	PE	04/05/2025	VD	1257985	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
PFU6I27	PE	29/07/2025	RD	1489877	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PFU8F66	PE	21/07/2025	VD	1339132	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PFU8F66	PE	26/07/2025	VD	1349766	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
PFU9F49	PE	02/08/2025	TE	828346	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
PFV9056	PE	14/08/2025	RD	1532560	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PFW4F76	PE	13/08/2025	RD	1540937	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PFW6775	PE	28/07/2025	VD	1353178	7340	0	Art. 252, Inc. IV	R$ 130,16
PFW6775	PE	28/07/2025	VD	1353186	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
PFX4184	PE	30/07/2025	RD	1485839	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PFX7344	PE	14/08/2025	VD	1372628	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
PFY7G81	PE	26/07/2025	RD	1476848	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PFZ5355	PE	11/08/2025	VD	1363602	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
PFZ7824	PE	29/07/2025	TE	825339	6599	2	Art. 230, Inc. V	R$ 293,47
PFZ8670	PE	10/08/2025	RD	1527299	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGA0A41	PE	26/07/2025	FS	1334824	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PGB8885	PE	24/07/2025	RD	1473644	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGC5E94	PE	12/08/2025	RD	1535534	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PGD0I94	RN	26/07/2025	FS	1334190	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PGE3654	PE	10/08/2025	RD	1523480	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PGE6E35	PE	03/08/2025	VD	1357432	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PGF1H05	PE	28/07/2025	TE	831789	5541	3	Art. 181, Inc. XVII	R$ 195,23
PGG5156	PE	11/08/2025	RD	1533361	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGH0188	PE	25/07/2025	FS	1328611	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PGH0188	PE	27/07/2025	FS	1336975	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PGH0198	PE	02/08/2025	VD	1358358	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
PGH3F05	PE	29/07/2025	FS	1351095	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PGH4G08	PE	24/07/2025	VD	1345558	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
PGH7G86	PE	01/08/2025	VD	1351892	5738	0	Art. 186, Inc. II	R$ 293,47
PGI7433	PE	30/07/2025	RD	1490417	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGI7G84	PE	30/07/2025	VD	1342656	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PGI7J55	PE	24/07/2025	RD	1474705	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGK2E24	PE	25/07/2025	RD	1476317	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGK2E24	PE	25/07/2025	FS	1327704	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PGL3B02	PE	29/07/2025	RD	1488099	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGL7J49	PE	28/07/2025	RD	1480390	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGL7J49	PE	29/07/2025	TE	831851	6068	1	Art. 209	R$ 195,23
PGM6F17	PE	28/07/2025	FS	1344676	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PGN1B33	PE	29/07/2025	RD	1489761	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGN1H72	PE	31/07/2025	RD	1491006	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGN1H72	PE	29/07/2025	RD	1486460	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGO7F38	PE	27/07/2025	FS	1342207	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PGO8670	PE	27/07/2025	VD	1340378	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PGP1228	PE	27/07/2025	FS	1338773	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PGP7538	PE	21/07/2025	VD	1342745	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
PGP7B11	PE	28/07/2025	VD	1350691	5479	0	Art. 181, Inc. X	R$ 130,16
PGQ1F79	PE	30/07/2025	VD	1354735	5622	2	Art. 182, Inc. VI	R$ 88,38
PGQ5F45	PE	02/08/2025	VD	1358129	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
PGT6B28	PE	23/07/2025	TE	818090	7633	2	Art. 252, §único	R$ 293,47

PGU1175	PE	02/08/2025	VD	1355820	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
PGU3E60	PE	27/07/2025	VD	1348085	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
PGU9I72	PE	30/07/2025	FS	1348825	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PGV6468	PE	30/07/2025	VD	1354816	5622	2	Art. 182, Inc. VI	R$ 88,38
PGV7A44	PE	11/08/2025	FS	1413023	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
SOK5C15	PE	28/07/2025	RD	1482627	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOK5C91	PE	27/07/2025	VD	1348433	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOK8C63	PE	31/07/2025	VD	1351868	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
SOS1G13	PE	17/08/2025	VD	1373691	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOK9A74	PE	28/07/2025	RD	1485081	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SOK9C25	PE	29/07/2025	RD	1484794	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOK9F91	PE	29/07/2025	FS	1351893	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
SOL2C70	PE	25/07/2025	VD	1340246	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOL5F79	PE	31/07/2025	TE	818227	7633	2	Art. 252, §único	R$ 293,47
SOM0D85	PE	31/07/2025	RD	1492886	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOM3E00	PE	25/07/2025	RD	1478905	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOM6D38	PE	21/07/2025	VD	1341900	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
SON0D27	PE	10/08/2025	RD	1526527	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SON0I36	PE	10/08/2025	FS	1401238	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
SON6C39	PE	21/07/2025	VD	1343601	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
SON8B42	PE	29/07/2025	RD	1486185	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOO2B43	PE	26/07/2025	VD	1341277	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOO2B43	PE	30/07/2025	VD	1353593	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOO2C87	PE	25/07/2025	FS	1329243	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
SOO5A29	PE	31/07/2025	TE	824634	7340	0	Art. 252, Inc. IV	R$ 130,16
SOO5B61	PE	09/08/2025	RD	1520863	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOO5G21	PE	28/07/2025	VD	1350888	7340	0	Art. 252, Inc. IV	R$ 130,16
SOO5J19	PE	23/07/2025	VD	1224882	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOP2I85	PE	28/07/2025	RD	1484654	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOP6G70	PE	29/07/2025	FS	1345958	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
SOP6J37	PE	17/08/2025	RD	1549985	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOQ2I12	PE	23/07/2025	RD	1471820	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SOQ6C90	PE	11/08/2025	FS	1420569	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
SOQ6C90	PE	14/08/2025	FS	1429787	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
SOQ7D13	PE	08/08/2025	RD	1532195	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SOR1B18	PE	26/07/2025	RD	1480047	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SOR2I68	PE	01/08/2025	VD	1354980	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOR3G12	PE	25/07/2025	TE	818405	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
SOR9F31	PE	21/07/2025	VD	1344632	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
SOS4B55	PE	30/07/2025	VD	1354603	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
SOS9F69	PE	11/08/2025	VD	1366857	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
SOT1G20	PE	23/07/2025	VD	1224874	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOT5A96	PE	16/08/2025	FS	1439146	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
SOT7A98	PE	25/07/2025	VD	1344373	5452	2	Art. 181, Inc. VIII	R$ 195,23
SOT8D59	PE	11/08/2025	RD	1533043	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SOT9I28	PE	25/07/2025	RD	1477046	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOU0E53	PE	30/07/2025	FS	1349007	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
SOV5G59	PE	23/07/2025	VD	1224840	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOW1F96	PE	30/07/2025	VD	1354522	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
SOW7G42	PE	27/07/2025	RD	1481701	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SOW9J77	PE	24/07/2025	VD	1337733	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOW9J77	PE	29/07/2025	FS	1351583	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
SOX1J75	PE	10/08/2025	RD	1523366	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOX4D41	PE	26/07/2025	FS	1335308	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
TNJ9A89	AL	26/07/2025	RD	1477089	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
TOY7B16	PB	09/08/2025	RD	1531040	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZG8G45	PE	09/08/2025	RD	1519245	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZG8G45	PE	10/08/2025	FS	1406205	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
RZG8G45	PE	10/08/2025	FS	1400800	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
RZH2F07	PE	27/07/2025	VD	1347330	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
RZH2F07	PE	23/07/2025	RD	1471641	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZH4G11	PE	31/07/2025	RD	1491170	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
RZH5A00	PE	28/07/2025	VD	1338012	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
RZH5E96	PE	02/08/2025	VD	1356452	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
RZH5H63	PE	12/08/2025	RD	1535666	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
RZH9H15	PE	28/07/2025	FS	1338986	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
RZI1E17	PE	26/07/2025	RD	1478670	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZI1G72	PE	29/07/2025	RD	1486304	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZI2A72	PE	27/07/2025	FS	1337114	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
RZI2J47	PE	17/08/2025	FS	1442147	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
RZI9I14	PE	25/07/2025	RD	1478930	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
RZJ0G49	PE	03/08/2025	TE	828486	7340	0	Art. 252, Inc. IV	R$ 130,16
RZJ2B16	PE	24/07/2025	RD	1476180	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
RZK2A27	PE	26/07/2025	RD	1479731	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZK6C76	PE	10/08/2025	RD	1528449	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZK8E16	PE	11/08/2025	VD	1366881	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
RZK8I26	PE	23/07/2025	RD	1472001	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
RZK8I43	PE	11/08/2025	VD	1355960	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
RZL0B85	PE	31/07/2025	VD	1343970	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
RZL3J63	PE	27/07/2025	RD	1484212	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZL6F01	PE	27/07/2025	VD	1348301	6017	5	Art. 206, Inc. III	R$ 293,47
RZM1F61	PB	22/07/2025	RD	1469540	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZM7E24	PE	21/07/2025	TE	815945	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
RZM9F20	PE	25/07/2025	VD	1349480	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
ODQ1H98	SP	22/07/2025	RD	1469930	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OGG3C91	PB	26/07/2025	RD	1480080	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OIN5122	CE	07/08/2025	FS	1389025	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
OKC1J61	RN	03/08/2025	TE	816321	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
OOX3307	PE	24/07/2025	RD	1473679	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16

OOX3307	PE	26/07/2025	RD	1477267	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
OQC3406	PE	03/08/2025	TE	830375	5541	3	Art. 181, Inc. XVII	R$ 195,23
ORD0J57	PE	27/07/2025	FS	1341332	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
ORH4A74	PE	13/08/2025	RD	1540007	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
ORI2F14	PE	25/07/2025	VD	1349650	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
ORI9348	AL	31/07/2025	VD	1351728	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
OWN8170	MG	31/07/2025	RD	1492690	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OYL0B92	PE	13/08/2025	RD	1541054	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OYL3421	PE	21/07/2025	VD	1343407	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
OYL7J37	PE	24/07/2025	VD	1345515	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
OYL8A18	PE	28/07/2025	RD	1482244	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OYM0G58	PE	31/07/2025	FS	1358235	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
OYM5D09	PE	25/07/2025	FS	1323326	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
OYM5D09	PE	25/07/2025	FS	1326074	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
OYN2B07	PE	26/07/2025	FS	1328549	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
OYQ1I62	PE	31/07/2025	RD	1492037	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OYQ7107	PE	24/07/2025	FS	1324594	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
OYR1B83	PE	14/08/2025	RD	1542255	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OYR1B83	PE	29/07/2025	RD	1489451	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
OYS1C15	PE	27/07/2025	VD	1351230	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
OYS5G18	PE	23/07/2025	RD	1472842	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OYS5G18	PE	26/07/2025	RD	1476864	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OYT2I33	PE	02/08/2025	TE	822445	5452	1	Art. 181, Inc. VIII	R$ 195,23
OYU3J66	PE	23/07/2025	RD	1471706	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OYU4601	PE	23/07/2025	FS	1322494	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
OYU6281	PE	17/08/2025	FS	1441736	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
OYU6296	PE	23/07/2025	VD	1283480	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
OYU9G43	PE	31/07/2025	FS	1355945	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
OYV6B92	PE	25/07/2025	FS	1327739	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
OYW0F60	PE	01/08/2025	VD	1346309	5622	1	Art. 182, Inc. VI	R$ 88,38
OYW1A72	PE	21/07/2025	TE	831274	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
OYW2681	PE	15/08/2025	RD	1545408	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
OYX0A23	PE	21/07/2025	VD	1342362	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
OYX0A23	PE	03/08/2025	VD	1350500	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
OYX0A23	PE	29/07/2025	RD	1489834	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OYX1741	PE	16/08/2025	RD	1543642	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OYX4744	PE	21/07/2025	TE	831339	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
OYX7D42	PE	22/07/2025	VD	1340637	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
OYX8C56	PE	13/08/2025	FS	1420585	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
OYY0F51	PE	25/07/2025	RD	1479669	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OYY2H26	PE	14/08/2025	FS	1429760	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
OYY2H26	PE	14/08/2025	FS	1429906	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
OYZ1F90	PE	10/08/2025	RD	1524664	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
OYZ2B67	PE	22/07/2025	TE	827153	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
OYZ3630	PE	26/07/2025	VD	1349685	5622	2	Art. 182, Inc. VI	R$ 88,38
PBN4F15	PE	29/07/2025	RD	1487335	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCA2J13	PE	25/07/2025	RD	1476511	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCA9637	PE	24/07/2025	RD	1473555	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCB1833	PE	30/07/2025	RD	1484930	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PCB1833	PE	30/07/2025	RD	1488196	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCB2D52	PE	21/07/2025	VD	1342931	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
PCB5098	PE	21/07/2025	TE	816496	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
PCB7H89	PE	27/07/2025	FS	1338420	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PCC1715	PE	30/07/2025	VD	1342532	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PCC2C13	PE	24/07/2025	RD	1474233	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCC8B07	PE	15/08/2025	FS	1434098	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PCC9E73	PE	21/07/2025	VD	1344730	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
PCD1J90	PE	23/07/2025	FS	1313690	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PCD5C63	PE	15/08/2025	VD	1356983	5665	0	Art. 182, Inc. X	R$ 130,16
PCE2269	PE	25/07/2025	RD	1478107	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCE2C02	PE	24/07/2025	FS	1325566	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PCE5I69	PE	10/08/2025	FS	1405128	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PCE7A76	PE	23/07/2025	FS	1321056	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PCE9F42	PE	27/07/2025	VD	1348344	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
PCF1A40	PE	28/07/2025	RD	1484530	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PCF1A40	PE	28/07/2025	FS	1340409	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PCF2D67	PE	11/08/2025	TE	832343	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
PCG0G92	PE	10/08/2025	RD	1527876	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCG0G92	PE	14/08/2025	FS	1429850	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
PCG4B23	PE	26/07/2025	RD	1478310	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCG5B83	PE	17/08/2025	RD	1546153	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCG7D94	PE	26/07/2025	VD	1349715	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
PCG9628	PE	11/08/2025	RD	1533132	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCG9J27	PE	24/07/2025	RD	1475418	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCH0406	PE	24/07/2025	RD	1475698	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PCH1374	PE	03/08/2025	VD	1359826	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PCH2951	PE	24/07/2025	VD	1347135	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PCH2G17	PE	27/07/2025	FS	1338404	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PCH2J90	PE	28/07/2025	FS	1340280	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PCH5680	PE	11/08/2025	RD	1533655	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PCI7832	PE	02/08/2025	VD	1355944	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
PCJ0404	PE	16/08/2025	RD	1545955	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCJ2F79	PE	24/07/2025	RD	1474950	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCJ8723	PE	25/07/2025	VD	1349448	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
PCL2B88	PE	30/07/2025	VD	1352520	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
PCL3058	PE	27/07/2025	RD	1482708	5819	2	Art. 193	R$ 880,41
PCL6J25	PE	18/08/2025	RD	1553052	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCM0E24	PE	10/08/2025	RD	1526349	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCM4I31	PE	29/07/2025	RD	1488943	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16

PCM6G99	PE	24/07/2025	RD	1475728	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCN0C08	PE	24/07/2025	VD	1345477	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
PCN4F42	PE	25/07/2025	VD	1344110	5622	2	Art. 182, Inc. VI	R$ 88,38
PCN6703	PE	10/08/2025	RD	1524800	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCN6703	PE	10/08/2025	RD	1527779	5819	2	Art. 193	R$ 880,41
PCN7005	PE	25/07/2025	VD	1349499	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
NMG5221	PE	25/07/2025	FS	1327852	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
NMI5C94	PE	21/07/2025	VD	1345159	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
NMK7I09	AL	31/07/2025	RD	1486444	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
NMK7I09	AL	31/07/2025	RD	1490620	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
NPR1C49	PE	02/08/2025	TE	829997	7030	1	Art. 244, Inc. I	R$ 293,47
NPR1C49	PE	02/08/2025	TE	830006	7340	0	Art. 252, Inc. IV	R$ 130,16
NPW8467	PB	30/07/2025	FS	1353543	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
NQF5021	PB	30/07/2025	RD	1489982	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
NXL3E91	PE	25/07/2025	RD	1475795	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
NXU5444	PE	27/07/2025	FS	1336614	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
NXV0C14	PE	31/07/2025	FS	1356925	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
NXV4479	PE	11/08/2025	VD	1363041	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
OCC6C62	PE	12/08/2025	RD	1536867	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
OCR4E44	PE	31/07/2025	FS	1356704	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QYG5F98	PE	27/07/2025	FS	1336487	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QYG5G03	PE	17/08/2025	FS	1442139	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
QYG7I73	PE	30/07/2025	VD	1354026	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
QYH1A61	PE	15/08/2025	VD	1372695	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
QYH4B48	PE	31/07/2025	RD	1493149	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYH5D54	PE	27/07/2025	FS	1338447	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QYH8J23	PE	28/07/2025	RD	1485472	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYI4A59	PE	23/07/2025	RD	1473415	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYI6B92	PE	30/07/2025	RD	1487726	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYI6E43	PE	24/07/2025	FS	1325841	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
QYJ2D48	PE	02/08/2025	VD	1356495	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
QYJ4A06	PE	24/07/2025	RD	1474837	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYJ5J96	PE	23/07/2025	RD	1472095	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
QYK0G45	PE	31/07/2025	FS	1354485	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
QYK8A90	PE	23/07/2025	RD	1471757	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYK8A90	PE	30/07/2025	RD	1488404	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYK9B93	PE	26/07/2025	FS	1329413	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
QYL1G20	PE	27/07/2025	RD	1483283	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYL3A55	PE	24/07/2025	FS	1323717	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QYM1H21	PE	30/07/2025	RD	1487734	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYM2E07	PE	03/08/2025	TE	830383	5541	3	Art. 181, Inc. XVII	R$ 195,23
QYM3J59	PE	28/07/2025	VD	1350837	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
QYM7E62	PE	11/08/2025	VD	1368710	5622	2	Art. 182, Inc. VI	R$ 88,38
QYM7I46	PE	12/08/2025	RD	1535810	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYM8A52	PE	23/07/2025	FS	1320785	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QYN1D98	PE	21/07/2025	TE	817360	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
QYN1E71	PE	21/07/2025	VD	1342753	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
QYN1F36	PE	09/08/2025	FS	1405217	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QYN2F28	PE	18/08/2025	RD	1552269	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYN5A12	PE	24/07/2025	VD	1346732	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
QYN5F41	PE	24/07/2025	RD	1475701	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYN6F89	PE	30/07/2025	RD	1485820	7471	0	Art. 218, Inc. III	R$ 880,41
QYN6J11	PE	28/07/2025	FS	1344773	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
QYN7C54	PE	31/07/2025	RD	1491405	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYN7E92	PE	25/07/2025	RD	1477852	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYN8H57	PE	14/08/2025	RD	1541739	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYO0F29	PE	24/07/2025	FS	1325396	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QYO0G39	PE	24/07/2025	VD	1346600	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
QYO0J69	PE	26/07/2025	RD	1480276	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYO1A03	PE	29/07/2025	RD	1487564	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYO3A73	PE	28/07/2025	VD	1353003	5568	0	Art. 181, Inc. XIX	R$ 195,23
QYO8J96	PE	15/08/2025	FS	1432842	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QYP0F50	PE	02/08/2025	TE	817603	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
QYP1H79	PE	24/07/2025	VD	1346724	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
QYP1I76	PE	31/07/2025	RD	1491227	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYP4J94	PE	27/07/2025	VD	1351019	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
QYP6B62	PE	09/08/2025	RD	1531547	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYU1J08	PE	14/08/2025	VD	1371923	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
QYP9F30	PE	30/07/2025	VD	1352589	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
QYQ8J27	PE	28/07/2025	FS	1343270	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
QYR0A23	PE	31/07/2025	TE	828176	6564	0	Art. 230, Inc. II	R$ 293,47
QYR0E12	PE	26/07/2025	FS	1330896	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QYR0G64	PE	01/08/2025	VD	1346392	5622	1	Art. 182, Inc. VI	R$ 88,38
QYR2H60	PE	09/08/2025	RD	1520529	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYR6F66	PE	17/08/2025	RD	1548067	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYS1C99	PE	25/07/2025	RD	1478280	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYS2F53	PE	16/08/2025	FS	1435116	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QYS2J73	PE	30/07/2025	FS	1350641	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
QYS4D59	PE	16/08/2025	FS	1437275	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QYS7J12	PE	12/08/2025	RD	1536719	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYT3J52	PE	26/07/2025	FS	1329006	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QYT8C86	PE	30/07/2025	VD	1353747	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
QYU0D94	PE	15/08/2025	FS	1440284	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
QYU4J49	PE	23/07/2025	VD	1224866	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
QYV1H99	PE	23/07/2025	TE	808973	5738	0	Art. 186, Inc. II	R$ 293,47
QYV4C93	PE	29/07/2025	RD	1486754	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYV4G06	PE	03/08/2025	VD	1356860	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
QYV5A01	PE	14/08/2025	VD	1370145	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
QYV7I06	PE	11/08/2025	TE	825371	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16

QYV9G78	PE	25/07/2025	VD	1344381	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
QYW6E08	PE	14/08/2025	TE	825770	5487	0	Art. 181, Inc. XI	R$ 195,23
QYX1G94	PE	31/07/2025	RD	1491049	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYX1J14	PE	16/08/2025	RD	1544541	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
QYX3E27	PE	12/08/2025	VD	1365389	7340	0	Art. 252, Inc. IV	R$ 130,16
QYX5D27	PE	24/07/2025	RD	1475426	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYY6H11	PE	03/08/2025	VD	1359931	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
QYY9H59	PE	02/08/2025	VD	1357742	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
QYZ1B31	PE	24/07/2025	FS	1327011	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
QYZ2C71	PE	01/08/2025	RD	1492053	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYZ2J74	PE	27/07/2025	FS	1337424	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QYZ9D24	PE	26/07/2025	FS	1333402	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
RAV4F55	PE	29/07/2025	RD	1486401	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RCP7J09	PE	12/08/2025	TE	824740	7633	2	Art. 252, §único	R$ 293,47
RCS1J12	BA	09/08/2025	RD	1531423	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
REN3I74	DF	24/07/2025	RD	1474934	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RFQ1A07	PE	09/08/2025	RD	1531644	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RGK9J99	PE	30/07/2025	RD	1488200	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RGR1G08	AL	29/07/2025	RD	1489443	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RHX6B19	PE	27/07/2025	TE	816054	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
RHX9J21	PE	24/07/2025	RD	1474926	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RLQ6J63	PE	22/07/2025	VD	1343334	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
RLQ6J63	PE	30/07/2025	RD	1486045	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RME5J33	PE	27/07/2025	FS	1342126	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
RMG9F07	PE	02/08/2025	VD	1356339	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
RNL3H60	PE	28/07/2025	RD	1482104	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RQA0A46	RN	02/08/2025	VD	1350098	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
RQH6H39	RN	11/08/2025	TE	832327	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
RQI5J73	RN	31/07/2025	FS	1345494	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
RQW7C76	SE	26/07/2025	RD	1478506	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
RTB9H75	PE	26/07/2025	VD	1338870	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
RTL8F53	PE	10/08/2025	RD	1524044	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RUG0E99	PE	26/07/2025	FS	1335707	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
RUQ7G54	PE	31/07/2025	RD	1491030	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RUS7B58	PE	23/07/2025	FS	1318357	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
RUU1F89	PE	27/07/2025	FS	1337092	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
RZE0C58	PE	27/07/2025	VD	1350250	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
RZE1D75	PE	28/07/2025	VD	1353100	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
RZE4E19	PE	30/07/2025	RD	1490271	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZE7B61	PE	31/07/2025	RD	1489265	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZF1E65	PE	31/07/2025	FS	1353403	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
RZF2D46	PE	29/07/2025	RD	1486835	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
RZF2H26	PE	18/08/2025	FS	1446592	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
RZF4G91	PE	29/07/2025	FS	1351214	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
RZG1B89	PE	30/07/2025	VD	1355235	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
RZG2D63	PE	30/07/2025	VD	1354646	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
RZG2I42	PE	10/08/2025	RD	1522742	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PGW0C49	PE	26/07/2025	FS	1330853	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PGW1H71	PE	26/07/2025	RD	1477887	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGW4C08	PE	28/07/2025	VD	1352783	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PGW4C08	PE	03/08/2025	VD	1350411	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
PGW4C08	PE	03/08/2025	VD	1350420	7340	0	Art. 252, Inc. IV	R$ 130,16
PGW4C08	PE	03/08/2025	VD	1350438	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
PGW7H73	PE	13/08/2025	FS	1423177	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PGX4A64	PE	02/08/2025	VD	1355774	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
PGX8C10	PE	14/08/2025	VD	1370030	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
PGX8J11	PE	16/08/2025	FS	1434365	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PGY4191	PE	21/07/2025	VD	1343482	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
PGY7J38	PE	10/08/2025	RD	1525687	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGY9308	PE	11/08/2025	RD	1534368	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PGY9308	PE	11/08/2025	RD	1538584	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PGZ2H83	PE	21/07/2025	VD	1344705	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
PGZ7D61	PE	17/08/2025	FS	1443402	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PJB6D24	PE	29/07/2025	FS	1348086	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PJB8D54	PE	09/08/2025	FS	1406515	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PLN0J93	PE	24/07/2025	RD	1474969	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PMK8H06	CE	10/08/2025	RD	1528341	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PVY1H78	PE	26/07/2025	FS	1335294	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PWH8F43	PE	23/07/2025	TE	827188	6068	1	Art. 209	R$ 195,23
PWJ5I73	PE	27/07/2025	VD	1343199	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PWR2A26	PE	21/07/2025	VD	1344640	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
PWR3E30	PE	02/08/2025	VD	1355383	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PXE2J26	PE	28/07/2025	RD	1485049	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PXO7I64	PE	16/08/2025	TE	830219	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
PXX6H01	PE	27/07/2025	FS	1338897	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PYH3J13	PE	28/07/2025	RD	1482252	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PYM0F59	PE	01/08/2025	TE	820876	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
PYS8A22	PE	28/07/2025	FS	1336274	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PZM6F23	PE	17/08/2025	FS	1441655	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PZO3B72	PE	25/07/2025	FS	1330616	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PZZ4I09	PE	25/07/2025	RD	1477569	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QAW6D45	RJ	23/07/2025	VD	1337946	5452	1	Art. 181, Inc. VIII	R$ 195,23
QBP0E48	PE	29/07/2025	RD	1486983	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QFB2F71	PB	27/07/2025	RD	1481744	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QFG0F39	PE	12/08/2025	RD	1537553	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QFG7I54	PE	28/07/2025	FS	1340140	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
QFR2E64	PE	10/08/2025	RD	1527680	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QFR2E64	PE	10/08/2025	RD	1532276	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
QFS1H14	PE	24/07/2025	VD	1345566	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47

QGB5965	PE	26/07/2025	FS	1331574	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QGD3C02	CE	27/07/2025	VD	1348166	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
QGS4520	RN	11/08/2025	RD	1534880	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QLD2H91	PE	24/07/2025	RD	1472869	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
QMR4F33	PE	27/07/2025	FS	1337610	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QMU7E80	PE	02/08/2025	VD	1355782	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
QMX4H05	RJ	24/07/2025	FS	1322311	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
QMX5F24	PE	25/07/2025	VD	1349561	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
QMX8165	PE	27/07/2025	VD	1348220	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
QMX8165	PE	27/07/2025	VD	1348239	5622	2	Art. 182, Inc. VI	R$ 88,38
QOU3D26	PE	29/07/2025	RD	1486428	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QPH8F10	PE	27/07/2025	FS	1342738	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
QPI2D86	PE	25/07/2025	TE	819452	5541	3	Art. 181, Inc. XVII	R$ 195,23
QPI2D86	PE	25/07/2025	TE	827838	5541	3	Art. 181, Inc. XVII	R$ 195,23
QPL4G21	PE	23/07/2025	RD	1469337	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QPZ3G14	PE	14/08/2025	VD	1373241	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
QQC4G04	PE	24/07/2025	FS	1326287	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
QQE6C54	PE	11/08/2025	RD	1532950	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QQS5E62	PE	03/08/2025	VD	1359885	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
QSE9A09	PE	26/07/2025	VD	1346104	5622	1	Art. 182, Inc. VI	R$ 88,38
QUE0D82	RJ	23/07/2025	RD	1470076	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QUE4B57	PE	31/07/2025	FS	1358294	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
QUE7B91	PE	30/07/2025	RD	1488226	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QUU2F03	SC	27/07/2025	VD	1347313	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
QUW1D67	PE	28/07/2025	TE	824472	5452	2	Art. 181, Inc. VIII	R$ 195,23
QWC1I79	PE	29/07/2025	VD	1352104	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
QWX2D70	PE	03/08/2025	VD	1350314	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
QXJ3F89	PE	13/08/2025	FS	1426249	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QXM0J29	PE	27/07/2025	VD	1352082	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
QXM0J29	PE	27/07/2025	VD	1352090	5622	2	Art. 182, Inc. VI	R$ 88,38
QXY4J35	PE	30/07/2025	FS	1349392	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QYA4959	PE	31/07/2025	FS	1353586	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QYA7728	PE	13/08/2025	FS	1426931	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QYA7D57	PE	24/07/2025	RD	1472303	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYA8005	PE	30/07/2025	VD	1352449	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
QYB1J55	PE	15/08/2025	FS	1440349	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QYB6D10	PE	02/08/2025	VD	1358323	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
QYB6D10	PE	02/08/2025	VD	1358331	5622	2	Art. 182, Inc. VI	R$ 88,38
QYC2985	PE	24/07/2025	VD	1343687	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
QYC3D71	PE	16/08/2025	FS	1432753	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
QYC4076	PE	16/08/2025	FS	1435310	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
QYC5G37	PE	13/08/2025	FS	1418564	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QYD5534	PE	11/08/2025	RD	1533116	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYE1712	PE	18/08/2025	RD	1552927	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYE5369	PE	18/08/2025	RD	1552846	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
QYE6057	PE	24/07/2025	VD	1347399	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
QYF3109	PE	14/08/2025	FS	1427652	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
QYF5752	PE	02/08/2025	VD	1359265	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
QYF5G18	PE	26/07/2025	RD	1480039	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOD3D82	PE	16/08/2025	RD	1544681	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOD7G63	PE	17/08/2025	VD	1376275	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
SOD9C55	PE	02/08/2025	VD	1359273	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOE1D18	PE	17/08/2025	RD	1546560	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOE2F94	PE	30/07/2025	RD	1488692	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SOF1E98	PE	25/07/2025	RD	1477321	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SOF1E98	PE	30/07/2025	TE	816550	7684	1	Art. 244, X	R$ 130,16
SOF3G15	PE	21/07/2025	TE	796100	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
SOF5D22	PE	29/07/2025	FS	1346598	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
SOF9D73	PE	02/08/2025	VD	1355430	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOG0A73	PE	03/08/2025	VD	1357459	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
SOG4D59	PE	11/08/2025	FS	1413295	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
SOG4I41	PE	02/08/2025	VD	1357858	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOG6C34	PE	26/07/2025	FS	1334395	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
SOG6H39	PE	25/07/2025	FS	1328948	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
SOG9A09	PE	21/07/2025	VD	1341870	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
SOH3D68	PE	03/08/2025	TE	828893	6068	1	Art. 209	R$ 195,23
SOH3D83	PE	30/07/2025	VD	1342621	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOH5B30	PE	09/08/2025	FS	1408119	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
SOH6I71	PE	01/08/2025	TE	817263	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOH6I71	PE	01/08/2025	TE	817271	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
SOH6I71	PE	02/08/2025	VD	1350063	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOH8A02	PE	26/07/2025	VD	1341250	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOH8E41	PE	30/07/2025	VD	1354611	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
SOI1B41	PE	02/08/2025	VD	1350071	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
SOI1D85	PE	21/07/2025	TE	808825	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
SOI6A45	PE	21/07/2025	TE	831142	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
SOI8H33	PE	14/08/2025	RD	1541216	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOJ5B33	PE	28/07/2025	RD	1485227	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOJ5H22	PE	09/08/2025	RD	1531105	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SOJ7B84	PE	28/07/2025	VD	1341374	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOJ7E72	PE	24/07/2025	VD	1347119	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
SOJ7J30	PE	25/07/2025	RD	1478956	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
SOJ8F81	PE	22/07/2025	TE	827650	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
SOJ9C78	PE	02/08/2025	VD	1355928	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
SOK0H22	PE	21/07/2025	VD	1342354	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
SOK2C63	PE	22/07/2025	VD	1340572	6017	5	Art. 206, Inc. III	R$ 293,47
SOK2H38	PE	09/08/2025	RD	1532535	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
SOK2H38	PE	29/07/2025	RD	1486797	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCO1E97	PE	21/07/2025	TE	814981	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16

PCO5J66	PE	29/07/2025	RD	1486886	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCO6E32	PE	16/08/2025	FS	1433342	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PCO6J41	PE	30/07/2025	RD	1489958	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCO7I73	PE	27/07/2025	RD	1481477	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PCP0E01	PE	22/07/2025	VD	1345752	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
PCP9H80	PE	28/07/2025	TE	811303	6599	2	Art. 230, Inc. V	R$ 293,47
PCQ9216	PE	27/07/2025	FS	1337246	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PCQ9216	PE	30/07/2025	FS	1350315	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PCR6916	PE	28/07/2025	RD	1485510	7471	0	Art. 218, Inc. III	R$ 880,41
PCR6916	PE	29/07/2025	RD	1489249	7471	0	Art. 218, Inc. III	R$ 880,41
PCR7337	PE	29/07/2025	RD	1486223	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PCR7F64	PE	30/07/2025	FS	1343513	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PCT2E00	PE	29/07/2025	RD	1489850	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCT3E75	PE	27/07/2025	FS	1337815	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PCT6G90	PE	15/08/2025	VD	1372687	5622	2	Art. 182, Inc. VI	R$ 88,38
PCT7G08	PB	11/08/2025	RD	1538690	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCT9I63	PE	29/07/2025	RD	1488145	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCU1440	PE	11/08/2025	VD	1368809	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
PCU1440	PE	11/08/2025	VD	1369155	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
PCU2H56	PE	27/07/2025	VD	1351248	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PCU7J77	PE	27/07/2025	VD	1344870	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PCV2850	PE	31/07/2025	VD	1347933	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
PCV5F79	PE	12/08/2025	RD	1536964	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCW3656	PE	27/07/2025	RD	1483100	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCW7I30	PE	21/07/2025	VD	1341897	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
PCW8D41	PE	26/07/2025	RD	1480209	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCW9886	PE	23/07/2025	VD	1345213	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
PCW9C38	PE	27/07/2025	RD	1481191	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCX2486	PE	17/08/2025	RD	1547303	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCX7046	PE	09/08/2025	RD	1520162	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCX7046	PE	12/08/2025	RD	1536654	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PCX7B48	PE	22/07/2025	VD	1340564	6017	5	Art. 206, Inc. III	R$ 293,47
PCY5B09	PE	30/07/2025	FS	1345664	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PCY5B09	PE	30/07/2025	FS	1350218	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PCZ5175	PE	26/07/2025	RD	1477330	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PCZ8G43	PE	01/08/2025	VD	1346341	5622	1	Art. 182, Inc. VI	R$ 88,38
PDA1F07	PE	18/08/2025	FS	1450115	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PDA6928	PE	23/07/2025	RD	1471471	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PDA6928	PE	29/07/2025	RD	1489630	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDA8670	PE	12/08/2025	VD	1367390	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
PDC3897	PE	31/07/2025	VD	1343938	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PDD1466	PE	08/08/2025	RD	1531954	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDD2665	PE	27/07/2025	VD	1352058	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
PDD2665	PE	27/07/2025	FS	1337270	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PDD2665	PE	27/07/2025	FS	1337394	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PDD5369	PE	23/07/2025	TE	813225	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
PDD9G99	PE	24/07/2025	VD	1345485	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
PDE2301	PE	24/07/2025	VD	1347720	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
PDE8A93	PE	31/07/2025	RD	1491138	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PDF2H67	PE	27/07/2025	FS	1342525	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PDG2E75	PE	12/08/2025	FS	1421999	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PDH4I89	PE	25/07/2025	FS	1330080	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PDH6J67	PE	11/08/2025	VD	1369023	5592	0	Art. 182, Inc. III	R$ 130,16
PDH6J67	PE	11/08/2025	VD	1369112	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
PDH8E74	PE	29/07/2025	RD	1488803	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDI4F48	PE	03/08/2025	VD	1360301	5991	0	Art. 206, Inc. I	R$ 293,47
PDI8J78	PE	27/07/2025	VD	1348417	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PDJ3I57	PE	24/07/2025	VD	1347704	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
PDJ4879	PE	31/07/2025	RD	1492452	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDK7060	PE	27/07/2025	TE	824170	5487	0	Art. 181, Inc. XI	R$ 195,23
PDL0H72	PE	31/07/2025	RD	1492142	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDM8176	PE	03/08/2025	VD	1350551	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
PDN0148	PE	29/07/2025	FS	1346199	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PDN0C41	PE	30/07/2025	TE	826840	7030	1	Art. 244, Inc. I	R$ 293,47
PDN2C69	PE	01/08/2025	VD	1355146	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PDN5823	PE	02/08/2025	VD	1356436	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PDN8926	PE	17/08/2025	FS	1444794	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PDN9B85	PE	24/07/2025	VD	1347607	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
PDO0545	PE	30/07/2025	RD	1490646	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDP5H56	PE	25/07/2025	TE	818138	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
PDP5H56	PE	31/07/2025	TE	822887	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
PDP6E06	PE	10/08/2025	RD	1524290	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDP7I90	PE	03/08/2025	VD	1356738	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PDQ0A14	PE	24/07/2025	VD	1337679	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PDQ2089	PE	22/07/2025	TE	827692	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
PDQ9D90	PE	11/08/2025	FS	1412981	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PDR2A03	PE	30/07/2025	RD	1490360	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDS1J28	PE	01/08/2025	VD	1315950	6033	0	Art. 206, Inc. V	R$ 293,47
PDS3027	PE	10/08/2025	RD	1525563	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDS6192	PE	10/08/2025	RD	1522696	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDS7200	PE	28/07/2025	RD	1482724	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PDS7H05	PE	29/07/2025	RD	1486169	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDT6H75	PE	28/07/2025	TE	818057	7340	0	Art. 252, Inc. IV	R$ 130,16
PDT7I79	PE	27/07/2025	VD	1351175	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PDT8A28	PE	12/08/2025	RD	1537863	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDT8E27	PE	24/07/2025	VD	1337652	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PDU4D24	PE	03/08/2025	VD	1360794	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PDU4F75	PE	24/07/2025	RD	1475884	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDU5A47	PE	02/08/2025	VD	1356398	6050	1	Art. 208	R$ 293,47

PDV6B43	PE	10/08/2025	RD	1528813	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDW9D61	PE	17/08/2025	VD	1374760	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PDX3H21	PE	21/07/2025	TE	831304	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
PDX6465	PE	11/08/2025	VD	1356240	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PDY4H14	PE	23/07/2025	RD	1473440	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PDY5B06	PE	24/07/2025	RD	1472079	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PDY5B06	PE	24/07/2025	RD	1473580	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PDZ2047	PE	29/07/2025	FS	1348345	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PEA0436	PE	14/08/2025	VD	1371192	5720	0	Art. 186, Inc. I	R$ 195,23
PEA8B06	PE	21/07/2025	VD	1345191	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
PEB0H38	PE	26/07/2025	VD	1345850	5452	1	Art. 181, Inc. VIII	R$ 195,23
PEB1617	PE	10/08/2025	FS	1402250	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PEB1D23	PE	30/07/2025	FS	1352431	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PEB6B75	PE	26/07/2025	RD	1479618	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEB7C57	PE	02/08/2025	VD	1355847	7587	0	Art. 184, Inc. III	R$ 293,47
PEB7J18	PE	23/07/2025	FS	1320840	6041	2	Art. 207	R$ 195,23
PEC2698	PE	03/08/2025	TE	812377	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PEC3358	PE	25/07/2025	RD	1478891	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEC4D58	PE	17/08/2025	RD	1551041	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEC5J19	PE	03/08/2025	TE	830405	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
PEC7801	PE	27/07/2025	VD	1344837	6050	1	Art. 208	R$ 293,47
PEC8A30	PE	30/07/2025	FS	1353527	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PED2691	PE	26/07/2025	VD	1346236	5622	1	Art. 182, Inc. VI	R$ 88,38
PED2F78	PE	31/07/2025	RD	1492860	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PED6H39	PE	23/07/2025	RD	1468853	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PED6H39	PE	03/08/2025	TE	812369	5550	0	Art. 181, Inc. XVIII	R$ 130,16
PEE5D92	PE	25/07/2025	RD	1477810	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PEE5D92	PE	29/07/2025	RD	1487971	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PEF2673	PE	25/07/2025	FS	1333194	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PEF7J86	PE	25/07/2025	FS	1329880	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PEF7J86	PE	01/08/2025	FS	1355228	6050	3	Art. 208	R$ 293,47
PEF8E37	PE	25/07/2025	VD	1349383	5622	2	Art. 182, Inc. VI	R$ 88,38
PEG2139	PE	22/07/2025	TE	827684	7684	2	Art. 244, X	R$ 130,16
PEG6B76	PE	23/07/2025	RD	1468845	7463	0	Art. 218, Inc. II	R$ 195,23
PEH1F90	PE	27/07/2025	FS	1337807	5673	2	Art. 183	R$ 130,16
PEH7C72	PE	10/08/2025	RD	1529690	7455	0	Art. 218, Inc. I	R$ 130,16
PEH9A29	PE	25/07/2025	VD	1344128	5622	2	Art. 182, Inc. VI	R$ 88,38
PEI7G00	PE	28/07/2025	FS	1344099	6050	3	Art. 208	R$ 293,47

ERIVALDO JOSÉ COUTINHO DOS SANTOS
Secretário De Mobilidade De Olinda E Autoridade De Trânsito

Publicado por:
Marilene de Almeida Gomes
Código Identificador:60BFC8CA

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 02/2025 – POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PARNAMIRIM/PE

RESULTADO PRELIMINAR
EDITAL 02/2025 – POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PARNAMIRIM/PE

CATEGORIA A: PROJETOS DE PROPONENTES NA QUAL O AGENTE CULTURAL PODE SER: PESSOA FÍSICA OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

PROPOSTAS SELECIONADAS			
AGENTE CULTURAL	**TÍTULO DA PROPOSTA**	**PONTUAÇÃO FINAL**	**AÇÕES AFIRMATIVAS**
SONALE FERREIRA DA SILVA	VOZES EM MOVIMENTO	**93**	AMPLA CONCORRÊNCIA
ROSANGELA VADERLÉIA DE SANTANA	VOLUNTÁRIADO DE ASSOCIAÇÃO RURAL	**92**	AMPLA CONCORRÊNCIA
FELISBERTO FERREIRA FILHO	VOZES DE PARNAMIRIM: HISTÓRIAS QUE INFORMAM	**92**	AMPLA CONCORRÊNCIA
GEISON DOS SANTOS SILVA	OFICINA DE PERSUSSÇÃO, BATUQUE E ALEGRIA	**91**	COTA NEGRAS
FRANCISCO ROBERTO LIMA AGRA	PAI, FILHO E ESPIRITO DO SOM	**86**	AMPLA CONCORRÊNCIA
SÉRGIO MURILO DO NASCIMENTO	ARROCHA PARNÁ	**84**	AMPLA CONCORRÊNCIA
MIRIAN EDNÁRIA NUNES DE SOUZA	NATAL LUZ NA PRAÇA	**82**	AMPLA CONCORRÊNCIA
FELIPE SOUZA AGRA	ARROCHA DO JEAN E FELIPE AGRA	**81**	AMPLA CONCORRÊNCIA
JECSON FREIRE ARAUJO AGRA	CPF – CONCHAS POP FEST: UM SHOW AO VIVO ANOS 80	**81**	AMPLA CONCORRÊNCIA
FABIO ROBERTO DA SILVA	HIPERREALISTAS – A ARTE DO LÁPIS EM MOVIMENTO	**80**	AMPLA CONCORRÊNCIA
DILERMANO DE SOUZA BARROS	SERESTA DO DB	**80**	AMPLA CONCORRÊNCIA
JEAN SOUZA AGRA	SERTANEJO NA ESTRADA	**75**	AMPLA CONCORRÊNCIA
JANISE BEZERRA RODRIGUES	CORAL MÃOS QUE FALAM	**72**	COTA NEGRAS
TEOGENES SILVA BATISTA	DANÇA É VIDA	**70**	AMPLA CONCORRÊNCIA
CARLOS HENRIQUE CORDEIRO LIMA AGRA	VIOLÃO DE VERDADE	**70**	COTA DEFICIENTE
ERALSON MARCONDES ROMÃO	ERALSON ROMÃO EM CANTORIA	**69**	AMPLA CONCORRÊNCIA
PAULO ROBERTO FARIAS	FORRÓ DE VAQUEIJADA	**69**	AMPLA CONCORRÊNCIA
PAULO VICTOR DA SILVA COSTA	MEU XAXADO	**62**	COTA NEGRAS
UEDSON NETO PORFÍRIO	TOQUE NORDESTINO – A ARTE DA ZABUMBA	**60**	COTA NEGRAS
JORGE LUIZ LOPES	PODCAST – FALA AÍ VAQUEIRO VÉI	**58**	COTA NEGRAS

PROPOSTAS SUPLENTES			
AGENTE CULTURAL	**TÍTULO DA PROPOSTA**	**PONTUAÇÃO FINAL**	**AÇÕES AFIRMATIVAS**
RAIMUNDO AMANDO AGRA	RENATO AGRA – 40 ANOS DE MÚSICA	**68**	AMPLA CONCORRÊNCIA

LUIZ ANTONIO FERREIRA PEREIRA	DANÇA E MOTOR	**68**	AMPLA CONCORRÊNCIA
LIDIANE NUNES DA CONCEIÇÃO	RETROSPECTIVA CULTURAL 2025	**67**	AMPLA CONCORRÊNCIA
CÍCERO CARLOS DE FARIAS	RESGATANDO O GONZAGÃO	**67**	AMPLA CONCORRÊNCIA
MARCELINO FRANCISCO DOS SANTOS	NO RASTRO DO XAXADO, NASCE A MEMÓRIA DE UM POVO RESISTENTE	**67**	AMPLA CONCORRÊNCIA
FRANCIEUDO ROSA DE OLIVEIRA	MÚSICA PARA TODOS	**66**	AMPLA CONCORRÊNCIA
LAERTON BATISTA DOS SANTOS	LAERTON CANTOR UMA NOVA VERSÃO DE LUXO	**64**	AMPLA CONCORRÊNCIA
PAULO RICARDO CARVALHO SENA	REVELASOM – EP AUTORAL	**63**	COTA DEFICIENTE
SEBASTIÃO IGOR OLIVEIRA SILVA	BANDA PEGADA DIFERENTE	**58**	AMPLA CONCORRÊNCIA
FÁBIO OLIVEIRA JANUÁRIO	FLOR	**58**	COTA NEGRAS
FRANCISCO BATISTA PEREIRA PAZ	LEANDRO DOS TECLADOS NA FAZENDA	**56**	AMPLA CONCORRÊNCIA
MARIA GRAZIELA SANTOS LEITE	TBT CULTURAL	**53**	AMPLA CONCORRÊNCIA
ALISON MIRANDA SANTOS	MEMÓRIAS DO AMOR – UM TRIBUTO A JOVEM GUARDA E O BREGA RAIZ	**52**	AMPLA CONCORRÊNCIA
FLAVIANO PEREIRA DA SILVA	FLAVIANO PEREIRA CANTANDO NA ROÇA	**52**	AMPLA CONCORRÊNCIA

PROPOSTAS DESCLASSIFICADAS			
AGENTE CULTURAL	**TÍTULO DA PROPOSTA**	**PONTUAÇÃO FINAL**	**AÇÕES AFIRMATIVAS**
ALEXANDRE RIBEIRO DA SILVA	XANDIN DO PISEIRO CANTANDO NO CALÇADÃO	**48**	AMPLA CONCORRÊNCIA
GIRLEANE CARLINA DE MIRANDA	LINHAS QUE TRANSFORMAM	**47**	AMPLA CONCORRÊNCIA
VENICIO GABRIEL PEREIRA DA SILVA	DOCE É O CAMINHO	**47**	AMPLA CONCORRÊNCIA
FÁBIO ROMÉRIO DE OLIVEIRA DANTAS	ERUDITANDO	**46**	AMPLA CONCORRÊNCIA
DAMIÃO DA COSTA AGRA	PATRIMONIO VIVO DE PARNAMIRIM	**46**	AMPLA CONCORRÊNCIA
DANISIA OLIVEIRA LEITE	ARTESANATO EM GERAL	**46**	AMPLA CONCORRÊNCIA

CATEGORIA B: PROJETOS DE PROPONENTES NA QUAL O AGENTE CULTURAL PODE SER: PESSOA JURÍDICA COM FINS LUCRATIVOS; PESSOA JURÍDICA SEM FINS LUCRATIVOS; E, COLETIVO/GRUPO SEM CNPJ REPRESENTADO POR PESSOA FÍSICA

PROPOSTAS SELECIONADAS			
AGENTE CULTURAL	**TÍTULO DA PROPOSTA**	**PONTUAÇÃO FINAL**	**AÇÕES AFIRMATIVAS**
FRANCISCO APARECIDO DA SILVA OLIVEIRA	ENCONTRO CULTURAL	**80**	AMPLA CONCORRÊNCIA
JUNINA NORDESTINOS DE CORAÇÃO	CARAVANA CULTURAL	**72**	COTA NEGRAS
MS PRODUÇÕES	CASA DE FORRÓ	**70**	AMPLA CONCORRÊNCIA
NOS RASTROS DE LAMPIÃO	RAIZES DO MEU SERTÃO	**55**	AMPLA CONCORRÊNCIA

PROPOSTAS DESCLASSIFICADAS			
AGENTE CULTURAL	**TÍTULO DA PROPOSTA**	**PONTUAÇÃO FINAL**	**AÇÕES AFIRMATIVAS**
TRIBO DE DANÇA ARTCULTURA	DANÇAIVOS	**47**	AMPLA CONCORRÊNCIA
ABDORAL E FAMILIA	PEGA DE BOI NO MATO	**45**	AMPLA CONCORRÊNCIA

CATEGORIA C: PROJETOS DE PROPONENTES NA QUAL VISEM FOMENTAR ATIVIDADES CULTURAIS NO ÂMBITO DA FILARMÔNICA

PROPOSTAS SELECIONADAS			
AGENTE CULTURAL	**TÍTULO DA PROPOSTA**	**PONTUAÇÃO FINAL**	**AÇÕES AFIRMATIVAS**
JEFFERSON DE SOUZA NETO	BANDA FILARMÔNICA MAESTRO PARREIRA	**91**	AMPLA CONCORRÊNCIA

Publicado por:
Gesica Larissa Lima Santos
Código Identificador:E2A60DE0

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO UNA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - CPL/FMS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 063/2025 - PROC. LICIT. 019/2025 - PREG. ELET. 017/2025 - FMS.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 063/2025:

Pregão Eletrônico nº: 017/2025 - FMS
Processo Lic. Nº: 019/2025 - FMS

Aos 03 (três) dias do mês de dezembro do ano de 2025, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO UNA, pessoa jurídica de direito público, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO UNA, sediada no prédio da Antiga Maternidade, situada na Rua Joaquim Nabuco, nº 268, Município de São Bento do Una, Estado de Pernambuco, representado neste ato pela Secretária, a Sra. **DALMA NOELY MACIEL MACÊDO,** brasileira casada, portadora do CPF n° 027-745-634-70 , brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob o nº 099.402.254-90, e RG nº 5.773.097-SDS/PE; domiciliada nesta cidade com endereço na Rua 01, n° 169, Loteamento Santo Afonso, São Bento do Una/PE, doravante ÓRGAO GERENCIADOR, com base na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e demais regulamentos municipais, em face das propostas vencedoras apresentadas no Pregão Eletrônico nº 017/2025, que, cuja ata e demais atos foram homologados pela autoridade administrativa, exarado no presente processo, RESOLVE lavrar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto desta Ata é o Registro de Preços para futuro e eventual contratação de empresa para fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados ao Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Una/PE, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada, tendo como fornecedor registrado a empresa abaixo indicada.

DADOS DA FORNECEDORA REGISTRADA
RAZÃO SOCIAL: **R J GONCALVES DE OLIVEIRA**
INSCRIÇÃO NO CNPJ: **13.506.363/0001-45**

ENDEREÇO COMPLETO: **Avenida João Barbosa Maciel, 231, Ayrton Maciel, Belo Jardim–PE, CEP: 55.157.070**
e-mail: **rjgoncalves.bj@gmail.com**
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL
NOME COMPLETO: **ROBSON JOSE GONÇALVES DE OLIVEIRA**
CARGO QUE OCUPA: **REPRESENTANTE LEGAL**
NACIONALIDADE: **BRASILEIRA**
ESTADO CIVIL: **CASADO** PROFISSÃO: **EMPRESÁRIO**
RG Nº: **3448057 SSP/PE** CPF Nº: **709.289.914-15**
ENDEREÇO: **Av. Coronel Germiniano Maciel, nº 88, Bairro Airton Maciel, Belo Jardim – PE.**

Parágrafo único: A presente Ata de Registro de Preços decorre de Adjudicação do Pregão Eletrônico nº 016/2025, acima referenciado, na forma da Lei Geral de Licitações n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e Termo de Homologação de 01/12/2025 que, do qual passa a fazer parte integrante está Ata de Registro de Preços com força de Instrumento Contratual.

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

CLÁUSULA SEGUNDA: São obrigações do fornecedor REGISTRADO, entre outras:

Assinar o contrato de fornecimento/serviço com **O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO UNA** e/ou com os órgãos participantes no prazo máximo 05 (Cinco) dias úteis, contados da solicitação formal, **se for o caso**.

Providenciar a imediata correção/substituição dos itens por falhas ou irregularidades constatadas pelo MUNICÍPIO, na forma de fornecimento do objeto e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta ata.

Executar o objeto nas condições estipuladas no termo de referência, no prazo máximo estipulado, conforme citado acima.

Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados no local da entrega.

Manter durante a execução do objeto deste termo de referência, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes ás leis trabalhistas, e previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados:

Executar o objeto em conformidade e condições estipuladas neste termo de referência.

Possibilitar a **Secretaria Municipal de Saúde,** em qualquer etapa, o acompanhamento completo do fornecimento dos produtos, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação do Órgão Gerenciador:

Responder pelos danos causados diretamente ao município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, reparando as suas custas, quando da execução do objeto deste termo de referência, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento desta.

Comunicar, por escrito, eventual atraso, anormalidade de caráter urgente prestando os esclarecimentos julgados necessários, apresentando razoes justificadoras a serem apreciadas pelas Secretarias.

Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse das Secretarias e demais fundos, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratado, devendo orientar seus empregados nesse sentido:

Substituir, sempre que exigida pela Secretaria municipal de Saúde o, e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios a disciplina do Órgão Gerenciador ou ao interesse do Serviço Público.

A Secretaria não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da licitante vencedora para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

Atender prontamente quaisquer exigências do representante e da Secretaria de Municipal de Saúde, inerente ao objeto deste termo de referência.

Indicar preposto para recebimento das notificações, informando o endereço eletrônico (e-mail), fax e telefone.

Todas as despesas relativas à aquisição, impostos, taxas e etc., correrão por conta da empresa ou pessoa física contratada.

Manter, durante toda a execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

DA VIGÊNCIA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma do art. 84º da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

DO REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA: O preço registrado, a quantidade, o fornecedor e o objeto constante desta, encontram-se contidos na tabela abaixo:

ITEM	UND	QTD	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
01	KG	48	AÇAFRÃO – EMBALAGEM, CONTENDO 1KG, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	MAIS SABOR	R$ 15,35	R$ 736,80
02	UND	650	ACHOCOLATADO EM PÓ, SOLÚVEL, OBTIDO PELA MISTURA DO CACAU EM PÓ SOLÚVEL, AÇÚCAR, MALTODEXTRINA, LEITE EM PÓ E/OU SORO, EXTRA, CONSTITUÍDO DE PÓ FINO E HOMOGÊNEO, ISENTO DE SOJA OU FARINHA , SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, EM PÓ ,INSTANTÂNEO, SOLÚVEL, ADMITINDO TEOR DE UMIDADE MÁXIMA DE 3%.A BASE DE: AÇÚCAR, CACAU, MALTODEXITRINA, COMPLEXO VITAMÍNICO, SAL, LEITE EM PÓ INTEGRAL, COM CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS PRESERVADAS (COR, ODOR, SABOR E TEXTURA). ACONDICIONADO EM PACOTE DE POLIETILENO, RECIPIENTE DE POLIETILENO OU DE FOLHA DE FLANDRES, ÍNTEGRO, RESISTENTE, VEDADO HERMETICAMENTE E LIMPO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO E NÚMERO DO REGISTRO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A PARTIR DA DATA.	MARATA	R$ 3,75	R$ 2.437,50
03	UND	5.200	AÇUCAR - TIPO CRISTAL, GRANULADO, COR CLARA, E SEM UMIDADE E SUJIDADE, AMORFO DE PRIMEIRA QUALIDADE. OBTIDO DE CANA DE AÇÚCAR, COM ASPECTO, COR, CHEIRO PRÓPRIOS, SABOR DOCE, SEM FERMENTAÇÃO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, MATERIAIS TERROSOS E DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS. EMBALADO EM SACOS PLÁSTICOS ÍNTEGROS HERMETICAMENTE FECHADOS CONTENDO 01 KG, ACONDICIONADOS EM FARDOS LACRADOS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER	G SOBRAL	R$ 3,15	R$ 16.380,00

			EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE. FARDO COM 30KG			
04	UND	3.000	ADOÇANTE DIETÉTICO LÍQUIDO, COM EDULCORANTES ARTIFICIAIS, SACARINA SÓDICA E CICLAMATO DE SÓDIO. COM BICO DOSADOR, VALIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES IMPRESSA NA EMBALAGEM.	MARATA	R$ 4,45	R$ 13.350,00
05	KG	180	ALHO: BULBO INTEIRO, NACIONAL, BOA QUALIDADE, FIRME E INTACTO, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, PERFURAÇÕES E CORTES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACOS PLÁSTICOS.	IN NATURA	R$ 15,00	R$ 2.700,00
06	UND	48	AMEIXA EM CALDA. QUERO, OLÉ, CEPERA, PREDILECTA OU SIMILAR. MEIXA PRETA EM CALDA. EMBALADA EM LATAS LIMPAS ISENTA DE FERRUGEM, NÃO AMASSADAS, NÃO ESTUFADAS, RESISTENTES, QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO. DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. FABRICADO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO DO CNNPA. LATAS COM 150G	OLÉ	R$ 9,65	R$ 463,20
07	UND	14.040	AMIDO DE MILHO, PRODUTO AMILÁCEO EXTRAÍDO DO MILHO, FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITOS, NÃO PODENDO ESTAR ÚMIDOS, FERMENTADOS OU RANÇOSOS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. PRODUTO EMBALADO EM CAIXAS OU EMBALAGENS PLÁSTICAS RESISTENTES, SEM VAZAMENTOS QUE CONTENHAM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE - PRODUTO COM NO MÁXIMO 30 DIAS DE FABRICAÇÃO E NO MÍNIMO 01 ANO DE VALIDADE. PACOTE COM 400G.	APTI	R$ 3,60	R$ 50.544,00
08	UND	4.680	AMIDO DE MILHO, PRODUTO AMILÁCEO EXTRAÍDO DO MILHO, FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITOS, NÃO PODENDO ESTAR ÚMIDOS, FERMENTADOS OU RANÇOSOS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. PRODUTO EMBALADO EM CAIXAS OU EMBALAGENS PLÁSTICAS RESISTENTES, SEM VAZAMENTOS QUE CONTENHAM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE - PRODUTO COM NO MÁXIMO 30 DIAS DE FABRICAÇÃO E NO MÍNIMO 01 ANO DE VALIDADE. PACOTE COM 400G.	APTI	R$ 3,60	R$ 16.848,00
09	KG	13.500	ARROZ INTEGRAL, CLASSE LONGO FINO, TIPO 1, CONSISTE EM GRÃOS INTACTOS, QUE PRESERVAM A PELÍCULA E O GÉRMEN. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE, CONTENDO NA EMBALAGEM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE. NÃO DEVEM APRESENTAR MANCHAS ESCURAS, BRANCAS, AVERMELHADAS OU ESVERDEADAS, NÃO DEVE ESTAR COM SABOR ARDIDO E NEM APRESENTAR PERFURAÇÕES (CARUNCHOS E OUTROS INSETOS), COM CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS (COR, SABOR, TEXTURA) MANTIDOS. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.FARDO COM 30 UNIDADES DE 1 KG CADA.	RAPHINELE	R$ 4,15	R$ 56.025,00
10	KG	2.400	ARROZ PARBORIZADO, CLASSE LONGO TIPO 1, CONSTITUÍDOS DE GRÃOS INTEIROS, COM TEOR DE UMIDADE MÁXIMA 15%. SEM SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E/OU BOLORES, COM CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS PRESERVADAS (COR, ODOR, SABOR E TEXTURA). ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, EMBALAGEM EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES E ATÓXICOS, LIMPOS NÃO VIOLADOS, RESISTENTES QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO ACONDICIONADO EM FARDOS LACRADOS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE. FARDO COM 30KG.	CAÇAROLA	R$ 3,05	R$ 7.320,00

11	UND	1.095	AVEIA EM FLOCOS FINOS. SEM SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E/OU BOLORES COM CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS PRESERVADAS (COR, ODOR, SABOR E TEXTURA). A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. PRODUTO EMBALADO EM CAIXAS OU EMBALAGENS PLÁSTICAS RESISTENTES, SEM VAZAMENTOS QUE CONTENHAM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE - PRODUTO COM NO MÁXIMO 30 DIAS DE FABRICAÇÃO E NO MÍNIMO 01 ANO DE VALIDADE. CAIXA COM 24 UNIDADES DE 200G CADA.	APTI	R$ 3,20	R$ 3.504,00
12	UND	60	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM PURO SEM MISTURA, COM ACIDEZ ATÉ 0,8%, EMBALAGEM ESCURA DE 500 ML. COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE IDEAL PARA CONSUMO	COCINEIRO	R$ 33,50	R$ 2.010,00
13	UND	120	BICARBONATO DE SÓDIO – ESPECIFICAÇÃO: BICARBONATO DE SÓDIO COM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 100G.	MAIS SABOR	R$ 4,85	R$ 582,00
14	CX	548	BISCOITO CREAM CRACKER INTEGRAL, O PRODUTO DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM A NTA 02 E 48. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GORDURA VEGETAL, FARELO DE TRIGO, AMIDO DE MILHO, SAL, AÇÚCAR INVERTIDO, EXTRATO DE MALTE, FERMENTO QUÍMICO. SEM GORDURA TRANS. COM CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS (COR, ODOR, SABOR E TEXTURA) MANTIDAS. PACOTES COM DUPLA EMBALAGEM DE POLIPROPILENO, RESISTENTE, ATÓXICA, LACRADA. COM VALIDADE MÍNIMA DE 08 MESES APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO. CAIXA COM 20 UNIDADES.	VITAMASSA	R$ 67,00	R$ 36.716,00
15	CX	182	BISCOITO CREAM CRACKER INTEGRAL, O PRODUTO DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM A NTA 02 E 48. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GORDURA VEGETAL, FARELO DE TRIGO, AMIDO DE MILHO, SAL, AÇÚCAR INVERTIDO, EXTRATO DE MALTE, FERMENTO QUÍMICO. SEM GORDURA TRANS. COM CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS (COR, ODOR, SABOR E TEXTURA) MANTIDAS. PACOTES COM DUPLA EMBALAGEM DE POLIPROPILENO, RESISTENTE, ATÓXICA, LACRADA. COM VALIDADE MÍNIMA DE 08 MESES APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO. CAIXA COM 20 UNIDADES.	VITAMASSA	R$ 67,00	R$ 12.194,00
17	CX	230	BISCOITO DOCE TIPO MARIA, A BASE DE: FARINHA DE TRIGO/ AÇÚCAR/ GORDURA VEGETAL HIDROGENADA/ AMIDO DE MILHO/ AÇÚCAR INVERTIDO/ SORO DE LEITE/ SAL /FERMENTO QUÍMICO, EMBALAGEM TIPO 3 EM 1. SERÃO REJEITADOS BISCOITOS MAL COZIDOS, QUEIMADOS E DE CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS ANORMAIS (COR, ODOR, SABOR E TEXTURA). A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE. CAIXA COM 20 UNIDADES.	VITAMASSA	R$ 56,00	R$ 12.880,00
18	UND	380	BISCOITO DOCE, TIPO ROSQUINHA: CONTENDO NO MÍNIMO TAIS INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO, AÇÚCAR, AMIDO, GORDURA VEGETAL, FERMENTO. SABOR DE CHOCOLATE. NO SEU RÓTULO DEVERÁ CONTER INFORMAÇÕES SOBRE O GLÚTEN, TABELA NUTRICIONAL, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PESO LIQUIDO, PRAZO DE VALIDADE E LOTE. VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM CONTENDO DE 300 A 340 GRAMAS.	VITAMASSA	R$ 3,30	R$ 1.254,00
19	UND	520	BISCOITO MAIZENA: FEITO COM NO MÍNIMO TAIS INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, AMIDO, SAL, FERMENTOS, EMULSIFICANTE, MELHORADOR DE FARINHA. SER LIVRE DE GORDURA TRANS. EMBALAGEM PLÁSTICA, COM ROTULO CONTENDO INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LISTA DE INGREDIENTES, MARCA DO FABRICANTE, PESO LIQUIDO, PRAZO DE VALIDADE E LOTE. VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM CONTENDO DE 370 A 400G	VITAMASSA	R$ 3,25	R$ 1.690,00
20	UND	3.900	CAFÉ, TIPO MOÍDO, TORRADO, EXTRA, PRODUTO DE 1º QUALIDADE; NÃO CONTÉM GLÚTEN; EMBALAGEM ALUMINIZADA INTERNA E EXTERNAMENTE, EMBALADO A VÁCUO – CRAYOVAC, SELO DE PUREZA EMITIDO PELA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO CAFÉ – ABIC; VALIDADE 90 DIAS APÓS O EMPACOTAMENTO; ROTULAGEM SEGUNDO OS PADRÕES DA RESOLUÇÃO Nº 259 DE	PALACIO	R$ 11,00	R$ 42.900,00

			20/09/2002 DO MS. EMBALAGEM DE 250G.			
21	UND	1.300	CAFÉ, TIPO MOÍDO, TORRADO, EXTRA, PRODUTO DE 1º QUALIDADE; NÃO CONTÉM GLÚTEN; EMBALAGEM ALUMINIZADA INTERNA E EXTERNAMENTE, EMBALADO A VÁCUO – CRAYOVAC, SELO DE PUREZA EMITIDO PELA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO CAFÉ – ABIC; VALIDADE 90 DIAS APÓS O EMPACOTAMENTO; ROTULAGEM SEGUNDO OS PADRÕES DA RESOLUÇÃO Nº 259 DE 20/09/2002 DO MS. EMBALAGEM DE 250G.	PALACIO	R$ 11,00	R$ 14.300,00
22	UND	12	CALDO DE FRANGO – ESPECIFICAÇÃO: SAL, AMIDO, AÇÚCAR, MALTODEXTRINA, CARNE E GORDURA DE GALINHA, GORDURA VEGETAL, CEBOLA, ALHO, PIMENTA- DO- REINO PRETA, SALSA, CÚRCUMA, AIPO MARROM, LOURO, REALÇADORES DE SABOR GLUTAMATO MONOSSÓDICO E INOSINATO DISSÓDICO E AROMATIZANTES, CONTÉM GLUTEM. EMBALAGEM CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, C/ REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. 12 CUBOS C/ 114G	ARISCO	R$ 2,45	R$ 29,40
23	UND	180	CANELA DA CHINA EM PÓ. DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E/OU BOLORES COM CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS PRESERVADAS (COR, ODOR, SABOR E TEXTURA). EMBALAGEM COM 12 UNIDADES	MAIS SABOR	R$ 2,95	R$ 531,00
24	UND	220	CANELA EM CASCA IN NATURA – ESPECIFICAÇÃO: CANELA EM PAU; OBTIDA DA CASCA DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS; GRÃOS SÃOS E LIMPOS; DE COLORAÇÃO PARDO AMARELADA OU MARROM CLARO; COM ASPECTO CHEIRO AROMÁTICO E SABOR PRÓPRIOS; LIVRE DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS A SUA ESPÉCIE; ACONDICIONADA EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO; CONTENDO 10 GRAMAS.) EMBALAGEM COM 10 GRAMAS.	MAIS SABOR	R$ 3,95	R$ 869,00
25	KG	2.160	CANJIQUINHA DE MILHO, LIVRE DE GRÃOS ESTRAGADOS, BOLOR E CARUNCHO. TIPO FINA. YOKI, SINHÁ OU SIMILAR.DATA DE EMPACOTAMENTO NÃO SUPERIOR A 15 DIAS NA DATA DE ENTREGA VALOR NUTRICIONAL (PORÇÃO DE 50G): VCAL. – 150CAL CARB. – 34G PROT. – 3G FE – 0,3MG. PRODUTO SECO, SEM UNIDADE, NÃO REFRIGERADO. CAIXA COM 12 UNIDADES DE 500G.	SINHA	R$ 5,45	R$ 11.772,00
26	KG	520	CARNE BOVINA MOÍDA, MAGRA, CONGELADA, A CARNE DEVE SER DE PATINHO, CONGELADA, COM TEMPERATURA DE –10 ºC A 25 ºC, ISENTA DE CARTILAGENS E OSSOS, MANIPULADA EM BOAS CONDIÇÕES HIGIÊNICAS PROVENIENTES DE ANIMAIS EM BOAS CONDIÇÕES DE SAÚDE, ABATIDOS SOB INSPEÇÃO VETERINÁRIA. A CARNE DEVE APRESENTAR-SE COM ASPECTO ,PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDA E NEM PEGAJOSA, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, SEM MANCHAS ESVERDEADAS, LIVRES DE PARASITAS, SUJIDADES E QUALQUER SUBSTÂNCIA CONTAMINANTE QUE POSSA ALTERÁ-LA OU ENCOBRIR QUALQUER ALTERAÇÃO, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA E MINISTÉRIO DE AGRICULTURA. A CARNE DEVE APRESENTAR-SE COM ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDA E NEM PEGAJOSA, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, SEM MANCHAS ESVERDEADAS, LIVRES DE PARASITAS, SUJIDADES E QUALQUER SUBSTÂNCIA CONTAMINANTE QUE POSSA ALTERÁ-LA OU ENCOBRIR QUALQUER ALTERAÇÃO, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA E MINISTÉRIO DE AGRICULTURA. PRAZO DE VALIDADE NÃO INFERIOR A 05 MESES DA DATA DA ENTREGA. EMBALAGEM DE 1KG	RKOTIMA	R$ 14,00	R$ 7.280,00
27	KG	780	CARNE SUÍNA – ESPECIFICAÇÃO: CARNE SUÍNA, 1ª QUALIDADE. PERNIL SUÍNO EM CUBOS, CONGELADA, LIMPA, ASPECTO: PRÓPRIO DA ESPÉCIE, NÃO AMOLECIDA NEM PEGAJOSA, COR: PRÓPRIA DA ESPÉCIE, SEM MANCHAS ESVERDEADAS OU PARDACENTAS, ODOR; PRÓPRIO. EMBALADAS EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE E ATÓXICO, LIMPO, NÃO VIOLADO, RESISTENTE, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. EMBALAGEM: PLÁSTICA, TRANSPARENTE E ADEQUADA AO PRODUTO, RESISTENTE, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, ETIQUETA DE PESO E DATA DA EMBALAGEM E VALIDADE. DEVE TER CONTROLE SANITÁRIO PREVISTO EM LEI COMO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM) OU SERVIÇO DE INSPEÇÃO ESTADUAL (SISE) OU SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL (SIFE). EMBALAGEM DE 1KG	SEARA	R$ 19,40	R$ 15.132,00
28	UND	3.208	CHÁ CX. C/ 10 SACHÊS - (BOLDO, CAMOMILA, ERVA-DOCE, CIDREIRA) DESCRIÇÃO: ACONDICIONADO EM ENVELOPE INDIVIDUAL, TIPO SACHÊ, COM VEDAÇÕES MECÂNICAS (SELAGEM). A EMBALAGEM DEVERÁ TRAZER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO. DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS)	MARATA	R$ 3,50	R$ 11.228,00

			MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE. PESO APROXIMADO POR SACHE 10G.			
29	UND	1.460	COALHADA SEM AÇÚCAR – ESPECIFICAÇÃO: COALHADA DESNATADA, SEM ADOÇANTE, SEM AÇÚCAR, INDUSTRIALIZADA; IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE; INDICAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE; ROTULAGEM NUTRICIONAL DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM COM 140G	BETANIA	R$ 2,60	R$ 3.796,00
30	UND	390	COCO RALADO, PRODUTO DE 1ª QUALIDADE FEITO DE PURO COCO E SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, SEM FUROS E VAZAMENTOS, E QUE CONTENHAM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE - PRODUTO COM NO MÁXIMO 30 DIAS DE FABRICAÇÃO	FREDÃO	R$ 2,95	R$ 1.150,50
31	UND	2.300	COLORÍFICO (COLORAL), EM PÓ, FINO, HOMOGÊNEO. DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E/OU BOLORES, COM CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS PRESERVADAS (COR, ODOR, SABOR E TEXTURA). EMBALAGEM EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES E ATÓXICOS, LIMPOS NÃO VIOLADOS, RESISTENTES QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. ACONDICIONADOS EM FARDOS LACRADOS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 05 (CINCO) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE. EMBALAGEM COM 100G.RÍFICO (COLORAL) 100G	MAIS SABOR	R$ 0,90	R$ 2.070,00
32	UND	1.095	COMINHO EM PÓ, HOMOGÊNEO. DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E/OU BOLORES COM CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS PRESERVADAS (COR, ODOR, SABOR E TEXTURA). EMBALAGEM EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES E ATÓXICOS, LIMPOS NÃO VIOLADOS, RESISTENTES QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. ACONDICIONADOS EM FARDOS LACRADOS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 05 (CINCO) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE. FARDOS COM 10 UNIDADES DE 100G.	MAIS SABOR	R$ 1,00	R$ 1.095,00
33	UND	120	CRAVO DA ÍNDIA – EMBALAGEM DE 100G	MAIS SABOR	R$ 5,95	R$ 714,00
34	UND	480	CREME DE LEITE – ESPECIFICAÇÃO: CREME DE LEITE, LEITE EM PÓ DESNATADO, ESPESSANTES CELULOSES MICROCRISTALINAS, E CARRAGENA ESTABILIZANTE, CITRATO DE SÓDICO. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 1 ANO APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO. EMBALAGEM 340G. FARDO COM 24 UNIDADES.	MOCOCA	R$ 2,95	R$ 1.416,00
35	UND	260	DOCE DE BANANA - DOCE EM PASTA OBTIDO DO PROCESSAMENTO DAS PARTES, COMESTÍVEIS DESINTEGRADAS DA FRUTA, COM AÇÚCAR, COM OU SEM ADIÇÃO DE AGUA, PECTINA, AJUSTADOR DE PH,ADITIVOS E OUTROS INGREDIENTES, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA. EMBALAGEM COM 500G	XAVANTE	R$ 4,95	R$ 1.287,00
36	UND	416	DOCE DE GOIABA – ESPECIFICAÇÃO: DOCE EM PASTA - DE GOIABA (GOIABADA), SIMPLES, EM MASSA, OBTIDO DO PROCESSAMENTO DAS PARTES, COMESTÍVEIS DESINTEGRADAS DA FRUTA, COM AÇÚCAR, COM OU SEM ADIÇÃO DE AGUA, PECTINA, AJUSTADOR DE PH,ADITIVOS E OUTROS INGREDIENTES, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA. EMBALAGEM COM 500G	XAVANTE	R$ 5,80	R$ 2.412,80
37	UND	188	DOCE DE LEITE CREMOSO, TRADICIONAL, PURO, FEITO COM LEITE DE VACA PASTEURIZADO E/OU LEITE EM PÓ RECONSTITUÍDO, AÇÚCAR, ENZIMA E CONSERVADOR. SEM GLÚTEN. NÃO DEVE TER AMIDO. EMBALAGEM DE POTE PLÁSTICO DE 350 A 400G, CONTENDO INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LISTA DE INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE E LOTE. TER REGISTRO DE INSPEÇÃO.	XAVANTE	R$ 8,90	R$ 1.673,20
38	UND	430	ERVILHA EM CONSERVA - SACHE DE 200 G (PESO DRENADO) SEM AMASSOS QUE CONTENHAM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE - PRODUTO COM NO MÁXIMO 30 DIAS DE FABRICAÇÃO. COMPOSIÇÃO: ERVILHA E SALMOURA (ÁGUA E SAL). VALIDADE MÍNIMA - 6 MESES NA DATA DA ENTREGA.NÃO CONTENDO GLÚTEN. CAIXA COM 24 UNIDADES.	BONARE	R$ 83,00	R$ 35.690,00

39	KG	780	FARINHA DE MANDIOCA. FARINHA DE MANDIOCA BRANCA TIPO 1, FINA, SECA, EMBALADOS EM SACOS PLÁSTICOS ATÓXICOS TRANSPARENTES CONTENDO 01KG, EM FARDOS DE NO MÁXIMO 30KG	APETITOSA	R$ 3,95	R$ 3.081,00
40	KG	560	FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO - ESPECIAL COM FERMENTO, TIPO 1, PACOTE DE 1KG, EM EMBALAGEM POLIETILENO ATÓXICO, RESISTENTE, TERMOSSOLDADO E/OU EM FILEM DE POLIÉSTER METALIZADO COM POLIETILENO, COM PRAZO DE VALIDADE, IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO. VALIDADE MÍNIMA DE 04 MESES A PARTIR DA ENTREGA. FARDO COM 10 UNIDADES.	ROSA BRANCA	R$ 3,95	R$ 2.212,00
41	KG	2.100	FEIJÃO CARIOCA: TIPO 1, CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS, NOVOS E SADIOS. ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, PEDRAS, FUNGOS OU PARASITAS, LIVRE DE FRAGMENTOS ESTRANHOS, UMIDADE, E MISTURAS DE OUTRAS VARIEDADES OU ESPÉCIES. APRESENTANDO LAUDO DE CLASSIFICAÇÃO E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. EMBALAGEM PRÓPRIA, ATÓXICA, INTACTAS, COM RÓTULO QUE IDENTIFIQUE A CATEGORIA DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO, CARIMBO DOS ÓRGÃOS OFICIAIS DE INSPEÇÃO. FARDO COM 30KG	PAI HELENO	R$ 4,65	R$ 9.765,00
42	KG	420	FEIJÃO MACASSAR: TIPO 1, CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS, NOVOS E SADIOS. ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, PEDRAS, FUNGOS OU PARASITAS, LIVRE DE FRAGMENTOS ESTRANHOS, UMIDADE, E MISTURAS DE OUTRAS VARIEDADES OU ESPÉCIES. APRESENTANDO LAUDO DE CLASSIFICAÇÃO E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. EMBALAGEM PRÓPRIA, ATÓXICA, INTACTAS, COM RÓTULO QUE IDENTIFIQUE A CATEGORIA DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO, CARIMBO DOS ÓRGÃOS OFICIAIS DE INSPEÇÃO. FARDO COM 30KG	PAI HELENO	R$ 5,10	R$ 2.142,00
43	KG	560	FEIJÃO PRETO, TIPO 1, CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS, NOVOS E SADIOS. ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, PEDRAS, FUNGOS OU PARASITAS, LIVRE DE FRAGMENTOS ESTRANHOS, UMIDADE, E MISTURAS DE OUTRAS VARIEDADES OU ESPÉCIES. APRESENTANDO LAUDO DE CLASSIFICAÇÃO E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. EMBALAGEM PRÓPRIA, ATÓXICA, INTACTAS, COM RÓTULO QUE IDENTIFIQUE A CATEGORIA DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO, CARIMBO DOS ÓRGÃOS OFICIAIS DE INSPEÇÃO. FARDO COM 30KG.	PAI HELENO	R$ 4,80	R$ 2.688,00
44	UND	130	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO – TRADICIONAL, SECO, EMBALADO PELO PRÓPRIO FABRICANTE EM EMBALAGEM ATÓXICA COM 100G, RESISTENTE, SEM PERDER A SUA INTEGRIDADE, IDENTIFICANDO O FABRICANTE, A DATA DE FABRICAÇÃO, O PESO LÍQUIDO E O PRAZO DE VALIDADE DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	ROYAL	R$ 3,45	R$ 448,50
45	KG	480	FÍGADO DE BOI - CONGELADO, EMBALAGEM PRÓPRIA COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, EMBALADA EM EMBALAGEM PRÓPRIA, SEM SUJIDADES E AÇÃO DE MICRÓBIOS. CERTIFICADO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA. EMBALAGEM DE 1KG	NORDESTE BOI	R$ 11,10	R$ 5.328,00
46	UND	3.380	FLOCOS DE MILHO (TIPO FLOCÃO) PRÉ-COZIDOS, SUBMETIDO A PROCESSOS DE MACERAÇÃO, SECAGEM, MOAGEM, PENEIRAÇÃO E LAMINAÇÃO ADEQUADOS E ISENTOS DE SUJIDADES. AMARELO, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS COM AUSÊNCIA DE UMIDADE, FERMENTAÇÃO, RANÇO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES E ATÓXICOS, LIMPOS NÃO VIOLADOS, RESISTENTES QUE GARANTAM A INTEGRIDADE PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO ACONDICIONADOS EM FARDOS LACRADOS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE E DATA DE VALIDADE. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE. EMBALAGEM COM 500G	GRATICIA	R$ 1,10	R$ 3.718,00
47	UND	48	FOLHA DE LOURO - EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 50G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	MAIS SABOR	R$ 2,95	R$ 141,60
48	UND	120	GELATINA DIET, SABORES: ABACAXI, MORANGO, CEREJA, FRAMBOESA. EMBALAGEM: CAIXA COM 12G À 15G, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NUMERO DO LOTE.	ROYAL	R$ 1,45	R$ 174,00
49	UND	4.320	GELATINA SABOR MORANGO – ESPECIFICAÇÃO: GELATINA EM PÓ SABOR MORANGO, COMPOSTO DE AÇÚCAR, SAL, AGENTE TAMPONANTE, ACIDULANTE, AROMA NATURAL DE MORANGO, CORANTES ARTIFICIAIS E OUTRAS SUBSTÂNCIA PERMITIDAS, QUALIDADE INGREDIENTES	ROYAL	R$ 3,25	R$ 14.040,00

			SÃOS E LIMPOS, UMIDADE DE 2% PP. OBS: CAIXA COM 36 UNIDADES DE 45 G.			
50	UND	348	LEITE CONDENSADO – ESPECIFICAÇÃO: CONTENDO INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, PESO, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. DESCRIÇÃO PRODUTO LÁCTEO OBTIDO PELA REMOÇÃO PARCIAL DA ÁGUA DO LEITE COM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, ATRAVÉS DE EVAPORAÇÃO. COR: CREME CLARO BRILHANTE. SABOR: DOCE, AGRADÁVEL. ODOR: AGRADÁVEL DE LEITE COZIDO. TEXTURA: COMPACTA, HOMOGÊNEA, SEM GRÂNULOS (TEXTURA AVELUDADA) EMBALAGEM PRIMÁRIA: CARTONADA COMPOSTA POR POLIETILENO, PAPEL BRANCO, PAPEL PARDO E ALUMÍNIO, DIMENSÕES: 395G (ALTURA 12CM, LARGURA 6,5CM, COMPRIMENTO 4 CM). 270G (ALTURA 8,5CM, LARGURA 6 CM, COMPRIMENTO 4 CM). SECUNDÁRIA: CAIXA AUTOMÁTICA DE PAPELÃO REVESTIDA COM PELÍCULA DE POLIETILENO. EMBALAGEM COM 395G. CAIXA COM 27 UNIDADES.	MOCOCA	R$ 4,10	R$ 1.426,80
51	UND	390	LEITE DE COCO INTEGRAL, PRODUTO OBTIDO DE LEITE DE COCO PASTEURIZADO E HOMOGENEIZADO, PODENDO CONTER CONSERVANTES, ACIDULANTES E/OU ESPESSANTE. COM CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS PRESERVADAS (COR, ODOR, SABOR E TEXTURA). ACONDICIONADOS EM FARDOS LACRADOS OU EM CAIXA DE PAPELÃO LIMPA, ÍNTEGRA E RESISTENTE	MARIZA	R$ 3,75	R$ 1.462,50
52	UND	3.200	LEITE DE VACA EM PÓ INTEGRAL -CONTENDO POR PORÇÃO DE 26G DE PÓ: 130KCAL; 10G DE CARBOIDRATOS; 7G DE PROTEÍNAS; 7G DE GORDURAS TOTAIS; 4G DE GORDURAS SATURADAS; 0G DE GORDURA TRANS; 0G DE FIBRA ALIMENTAR E 85MG DE SÓDIO. COM CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS PRESERVADAS (COR, ODOR, SABOR E TEXTURA) E EMBALAGEM ALUMINIZADA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO E NÚMERO DO REGISTRO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 10 (DEZ) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE.	CONFIANÇA	R$ 5,80	R$ 18.560,00
53	KG	640	LINGUIÇA SUÍNA RESFRIADA. COM ASPECTO CARACTERÍSTICO, COR PRÓPRIA SEM MANCHAS PARDACENTAS OU ESVERDEADAS, ODOR E SABOR PRÓPRIO, COM ADIÇÃO DE ÁGUA OU GELO NO MÁXIMO 3%. EMBALADA EM SACO PLÁSTICO A VÁCUO, REEMBALADA EM CAIXA DE PAPELÃO CINTADA. PRAZO DE VALIDADE NÃO INFERIOR A 12 MESES DA DATA DA ENTREGA. EMBALAGEM DE 5KG.	SEARA	R$ 16,00	R$ 10.240,00
54	UND	2.600	MACARRÃO COMUM (TIPO ESPAGUETE), DE PRIMEIRA QUALIDADE, COR AMARELA, OBTIDA PELO AMASSAMENTO DA FARINHA DE TRIGO, ISENTA DE CORANTES ARTIFICIAIS SUJIDADES, PARASITAS, ADMITIDA UMIDADE MÁXIMA 13%, COM CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS PRESERVADAS (COR, ODOR, SABOR E TEXTURA). EMBALAGEM DE 500G, EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES E ATÓXICOS, LIMPOS NÃO VIOLADOS, RESISTENTES QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO ACONDICIONADOS EM FARDOS LACRADOS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E 2,36 2,64 0,28 367 R$102,76 PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE.	VITAMASSA	R$ 2,10	R$ 5.460,00
55	UND	480	MACARRÃO MÉDIO (TIPO FURADINHO), DE PRIMEIRA QUALIDADE, COR AMARELA, OBTIDA PELO AMASSAMENTO DA FARINHA DE TRIGO, ISENTA DE CORANTES ARTIFICIAIS SUJIDADES, PARASITAS, ADMITIDA UMIDADE MÁXIMA 13%, COM CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS PRESERVADAS (COR, ODOR, SABOR E TEXTURA). EMBALAGEM DE 500G, EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES E ATÓXICOS, LIMPOS NÃO VIOLADOS, RESISTENTES QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO ACONDICIONADOS EM FARDOS LACRADOS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E 2,36 2,64 0,28 367 R$102,76 PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE.	VITAMASSA	R$ 3,85	R$ 1.848,00
56	PC	50	MACARRÃO PARA LASANHA - MACARRÃO PRÓPRIO PARA LASANHA, COM OVOS, PACOTE TRANSPARENTE POLIETILENO ATÓXICO, RESISTENTE, TERMOSSOLDADO. EMBALAGEM DE 500G, DE BOA QUALIDADE	VITAMASSA	R$ 6,95	R$ 347,50

			VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA. CAIXA COM 10 UNIDADES DE 500G			
57	PC	80	MACARRÃO TIPO INTEGRAL - TIPO ESPAGUETE, COM SEMOLINA, CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS PRESERVADAS (COR, ODOR, SABOR E TEXTURA). FARDO DE 30 UNIDADES DE 500G	VITAMASSA	R$ 7,90	R$ 632,00
58	PC	540	MACARRÃO DE SEMOLA TIPO PARAFUSO 500G: DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS-PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITAS/LARVAS. EMBALAGEM CONTENDO MATERIAL PURO, SEM MISTURA COM OUTROS TIPOS DE MACARRÃO, DE MATERIAL PLÁSTICO (POLIETILENO) ATÓXICO, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA – SIF. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA. PCTC/ 500 GRAMASMACARRÃO TIPO PARAFUSO: MACARRÃO DE SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDO COM FERRO E ACIDO FÓLICO, OVOS E CORANTES NATURAIS DE URUCUM E CÚRCUMA. ESTAR EM EMBALAGEM DE 500 GRAMAS. NO RÓTULO DEVE CONTER INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, INGREDIENTES, PRAZO DE VALIDADE E LOTE	VITAMASSA	R$ 3,05	R$ 1.647,00
59	UND	420	MAIONESE – ESPECIFICAÇÃO: CREMOSA, TP. COMPOSTA DE ÁGUA, ÓLEO VEGETAL, AMIDO MODIFICADO, OVOS PASTEURIZADOS, AÇÚCAR, VINAGRE, SAL, SUCO DE LIMÃO, CONSERVADOR SORBATO DE POTÁSSIO, ESTABILIZANTES: GOMA GUAR E GOMA XANTANA, ACIDULANTES: ÁCIDO LÁTICO E ÁCIDO CÍTRICO, ANTIOXIDANTES: EDTA. EMBALAGEM COM 200G. FARDO COM 12 UNIDADES.	D SUL	R$ 3,25	R$ 1.365,00
60	UND	36	MANJERICÃO MANJERICÃO DESIDRATADO, EMBALAGEM PLÁSTICA DE POLIPROPILENO, RESISTENTE, COM 7G, COM ETIQUETA DE PESAGEM, PRAZO DE VALIDADE SEMANAL E ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO. A EMBALAGEM DEVE CONSTAR DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	MAIS SABOR	R$ 3,75	R$ 135,00
61	UND	3.400	MARGARINA - COM SAL, A BASE DE: ÓLEOS VEGETAIS LÍQUIDOS E HIDROGENADOS / ÁGUA / SAL / LEITE EM PÓ RECONSTITUÍDO / VIT. A (15 000 UI/KG) / BETA CAROTENO, AROMA DE MANTEIGA IDÊNTICO AO NATURAL / CORANTE NATURAL DE URUCUM / CÚRCUMA, EMBALADO EM POTES PLÁSTICOS, FECHADOS, E PROVENIENTE DE ESTABELECIMENTO SOB INSPEÇÃO OFICIAL. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO E NÚMERO DO REGISTRO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE. EMBALAGEM COM 250G.	PRIMOR	R$ 2,75	R$ 9.350,00
62	UND	208	MILHO BENEFICIADO PARA MUNGUNZÁ - TIPO 1, COR BRANCA E DESPELICULADO, DE PRIMEIRA QUALIDADE. COM CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS PRESERVADAS (COR, ODOR, SABOR E TEXTURA), COM AUSÊNCIA DE UMIDADE, FERMENTAÇÃO E RANÇO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. EMBALAGEM DE 500G. FARDO COM 30 UNIDADES.	FLOMIL	R$ 1,65	R$ 343,20
63	UND	400	MILHO BENEFICIADO PARA XERÉM - MILHO SECO, MOÍDO, COM ASPECTO PRÓPRIO (COR, SABOR, AROMA E TEXTURA). DE PRIMEI/RA QUALIDADE, LIVRE DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E DETRITOS, ANIMAIS OU VEGETAIS, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO RESISTENTE. A EMBALAGEM DEVE CONTER O PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES. FARDO DE 10KG	FLOMIL	R$ 1,85	R$ 740,00
64	KG	208	MORTADELA FATIADA - COMPOSTA DE MISTURA DE CARNES BOVINA E SUÍNA TRITURADAS, CONDIMENTOS E OUTRAS SUBSTÂNCIAS ALIMENTARES. APRESENTANDO NO MÁXIMO DE 10% DE CUBOS DE TOUCINHO E ATÉ 25% DE UMIDADE. ISENTA DE SUJIDADES E OUTRAS SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS. FATIADO EM TORNO DE 20G CADA FATIA. EMBALADO À VÁCUO EM PACOTES DE 1 KG COM ETIQUETA DE PESO, DATA DE PROCESSAMENTO E VALIDADE.	TONY	R$ 16,70	R$ 3.473,60
65	LT	36	MUCILON MILHO - CEREAL INFANTIL PRÉ-COZIDO - LATA MUCILON® CEREAL INFANTIL DE MILHO – CEREAL INFANTIL PRÉ-COZIDO PARA O PREPARO DE MINGAU. PREPARO INSTANTÂNEO. SABOR MILHO. CONTENDO COMO INGREDIENTES: FARINHA DE MILHO, AÇÚCAR, AMIDO E NO MÍNIMO 12 VITAMINAS E MINERAIS. OBRIGATÓRIO TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. DEVE CONTER AS INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS NA EMBALAGEM, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	MUCILON	R$ 12,90	R$ 464,40
66	LT	36	MUCILAGEM MULTICEREAIS - PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 06 MESES,	MUCILON	R$ 17,30	R$ 622,80

			COMPOSTA DE FARINHA DE TRIGO E MILHO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, FARINHA DE ARROZ, SAIS MINERAIS, VITAMINAS E PROBIÓTICO. EMBALAGEM EM LATA.			
67	UND	1.400	ÓLEO DE SOJA - REFINADO, COMESTÍVEL E DERIVADO DE SOJA. DE PRIMEIRA QUALIDADE. COM CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS PRESERVADAS (COR, ODOR, SABOR E TEXTURA). EMBALADO EM LATAS LIMPAS, ISENTAS DE FERRUGEM, NÃO AMASSADAS, SEM ESTUFAMENTOS, RESISTENTES, QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO E NÚMERO DO REGISTRO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE. EMBALAGEM COM 900ML	LIZA	R$ 6,95	R$ 9.730,00
68	UND	260	ORÉGANO - DESIDRATADO, CONSTITUIDO DE FOLHAS SÃS, OVALADAS, SECAS, LIMPAS, DE COR VERDE PARDACENTA. ACONDICIONADO EM PACOTE PLÁSTICO, ÍNTEGRO, ATÓXICO, RESISTENTE, FECHADO E LIMPO, PESO LÍQUIDO DE 05G. VALIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. NO ATO DA ENTREGA, A VALIDADE MÍNIMA DEVERÁ SER IGUAL OU SUPERIOR A 80% DO PRAZO TOTAL DA VALIDADE, CONTADO A PARTIR DA DATA DE SUA FABRICAÇÃO. EMBALAGEM DE 10G	MAIS SABOR	R$ 2,75	R$ 715,00
69	PC	144	PÃO INTEGRAL FATIADO – APRESENTANDO A SUPERFÍCIE LISA, MACIA E BRILHANTE, NÃO QUEBRADIÇA, MIOLO CONSISTENTE. PEÇA FATIADA, FATIAS COM APROXIMADAMENTE 25G CADA, COMPOSTO DE FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, LEITE, FERMENTO BIOLÓGICO, OVOS E SAL. EMBALAGENS DE SACO POLIETILENO ATÓXICO, COM PESO APROXIMADO DE 500 GRAMAS, CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E DADOS DO FORNECEDOR.	PLUSVITA	R$ 9,65	R$ 1.389,60
70	UND	288	PÓ PARA MANJAR - ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM 40 GRAMAS, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	MAIS SABOR	R$ 6,70	R$ 1.929,60
71	UND	288	PÓ PARA PUDIM - DIVERSOS SABORES, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM 50 GRAMAS, CONTENDO A DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	ROYAL	R$ 3,30	R$ 950,40
72	UND	2.200	POLPA DE FRUTA CONGELADA SABOR CAJÁ - NATURAL, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR OU CONSERVANTES, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, AUSENTE DE SUBSTANCIA ESTRANHAS, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE. EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 3 MESES	CANAA	R$ 5,00	R$ 11.000,00
73	UND	2.200	POLPA DE FRUTA DE 1ª QUALIDADE POLPA DE FRUTA CONGELADA SABOR GRAVIOLA - NATURAL, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR OU CONSERVANTES, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, AUSENTE DE SUBSTANCIA ESTRANHAS, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE. EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 3 MESES.: (GRAVIOLA), PRODUTO NÃO FERMENTADO, NÃO CONCENTRADO, NÃO ADOÇADO E NÃO DILUÍDO, COM TEORMÍNIMO DE SÓLIDOS TOTAIS; EXTRAÍDO PELO ESMAGAMENTO DAS PARTES COMESTÍVEIS DE FRUTAS CARNOSAS; OBTIDO DA FRUTA MADURA E SÃ; POR PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO (TRATAMENTO QUE ASSEGURE SUA APRESENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA PRODUÇÃO ATÉ O CONSUMO; AUSÊNCIA DE CORANTES E AROMAS ARTIFICIAIS; COM COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO E CARACTERÍSTICO DA FRUTA; APRESENTAÇÃO NA FORMA DE POLPA CONGELADA; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 100 GR. PACOTE COM 10 UNIDADES.	CANAA	R$ 6,06	R$ 13.332,00
74	UND	2.200	POLPA DE FRUTA CONGELADA SABOR MARACUJÁ - NATURAL, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR OU CONSERVANTES, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, AUSENTE DE SUBSTÂNCIA ESTRANHAS, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE. EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 3 MESES.	CANAA	R$ 3,00	R$ 6.600,00
75	KG	72	PRESUNTO - PRODUTO DE BOA QUALIDADE FATIADO EM EMBALAGEM BANDEJA DE ISOPOR COM PLÁSTICO, DEVIDAMENTE IDENTIFICADO COM MARCA DO PRODUTO, PESO E DATA DE VALIDADE E REGISTRO NO SIF OU IMA.	REZENDE	R$ 25,75	R$ 1.854,00
76	KG	24	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA - DE	SUPRESOY	R$ 8,25	R$ 198,00

			PRIMEIRA QUALIDADE, SEM CORANTES, OBTIDA POR PROCESSAMENTO TECNOLÓGICO ADEQUADO, A PARTIR DE FARINHA DE SOJA DESENGORDURADA, PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA E PROTEÍNA CONCENTRADA DE SOJA. DEVE APRESENTAR UMIDADE MÁXIMA DE 8% E PROTEÍNA EM BASE SECA MÍNIMA DE 50%. COM CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS PRESERVADAS (COR, ODOR, SABOR E TEXTURA). FARDO COM 20KG.			
77	KG	960	QUEIJO BRANCO DO TIPO COALHO - CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS (SABOR, AROMA, TEXTURA E COR) MANTIDAS. PRODUZIDO, EMBALADO E ENTREGUE EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 30 DIAS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	5 IRMÃOS	R$ 29,65	R$ 28.464,00
78	UND	260	QUEIJO PARMESÃO, RALADO: EMBALAGEM COM APROXIMADAMENTE 100G, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, LOTE, VALIDADE, PESO LIQUIDO, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E/OU AGRICULTURA.	VACA	R$ 4,95	R$ 1.287,00
79	KG	120	QUEIJO TIPO MUSSARELA - FATIADO, RESFRIADO, (TEMPERATURA NÃO PODE SER SUPERIOR A 8ºC) CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS MANTIDAS, COM PRAZO DE VALIDADE SEGUINDO A RESOLUÇÃO VIGENTE DA ANVISA.	LATICINIOS VENTUROSA	R$ 30,75	R$ 3.690,00
80	UND	260	REQUEIJÃO CREMOSO - INTEGRAL RESFRIADO, APRESENTANDO TEOR DE MATÉRIA GORDA MÍNIMA DE 55%, SEM CONDIMENTOS ALÉM DE SAL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA E SUAS CONDIÇÕES DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 359, DE 04/09/97 DO MAPA. O RÓTULO DEVERÁ SEGUIR A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 22, DE 24/11/05, DO MAPA, DEVENDO APRESENTAR IDENTIFICAÇÃO E CONTATO DO FORNECEDOR, NOME DO PRODUTO, PESO, PRAZO DE VALIDADE, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS E SELO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA.	BETANIA	R$ 7,00	R$ 1.820,00
81	UND	160	REQUEIJÃO LIGHT - PRODUZIDO A BASE DE LEITE, SAL, FERMENTO LÁCTEO, ESTABILIZANTE POLIFOSFATO E CONSERVADOR SORBATO DE POTÁSSIO. NÃO CONTER GLÚTEN. COM REDUZIDO TEOR DE GORDURAS E CALORIAS.	BETANIA	R$ 7,00	R$ 1.120,00
82	KG	780	SAL REFINADO IODADO - DE MESA, EXTRAFINO, DE PRIMEIRA QUALIDADE. CONTENDO SAL IODADO NÃO TÓXICO, COM DOSAGEM MÍNIMA DE 10 MG E MÁXIMA DE 15 MG DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO FEDERAL VIGENTE. COM CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS PRESERVADAS (COR, ODOR, SABOR E TEXTURA). A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE.	POTIGUAR	R$ 0,95	R$ 741,00
83	UND	144	SUCO CONCENTRADO DE GOIABA - SUCO CONCENTRADO DE GOIABA, COM RENDIMENTO DE 1/3 PARTES. EMBALAGEM ÍNTEGRA, TIPO GARRAFA DE VIDRO OU DE PLÁSTICO DE 500 ML DE PESO LIQUIDO. A EMBALAGEM DEVE CONTER ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO E DATA DE FABRICAÇÃO. O PRAZO DE VALIDADE DEVE SER SUPERIOR A 03 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA	PALMEIRON	R$ 4,90	R$ 705,60
84	UND	144	SUCO CONCENTRADO DE MARACUJÁ - COM RENDIMENTO DE 1/12 PARTES. EMBALAGEM ÍNTEGRA, TIPO GARRAFA DE VIDRO OU DE PLÁSTICO DE 500 ML DE PESO LIQUIDO. A EMBALAGEM DEVE CONTER ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO E DATA DE FABRICAÇÃO. O PRAZO DE VALIDADE DEVE SER SUPERIOR A 03 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	PALMEIRON	R$ 5,90	R$ 849,60
85	UND	780	VINAGRE FRASCO CARACTERÍSTICAS: VINAGRE DE ÁLCOOL BRANCO, ISENTO DE CORANTES ARTIFICIAIS, ÁCIDOS ORGÂNICOS E MINERAIS ESTRANHOS, LIVRE DE SUJIDADES, MATERIAL TERROSO, E DETRITOS DE ANIMAIS E VEGETAIS ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO COM TAMPA INVIOLÁVEL, HERMETICAMENTE FECHADO. ACONDICIONADO EM GARRAFA. EMBALAGEM COM 750ML. DE ÁLCOOL. PRODUTO DE ASPECTO LÍMPIDO, TRANSPARENTE, COM CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS PRÓPRIA PESO LÍQUIDO: 750ML	SADIO	R$ 1,50	R$ 1.170,00
TOTAL R$ 582.382,10						

DAS OBRIGAÇÕES DO(A) ÓRGÃO GERENCIADOR (O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO UNA)

CLÁUSULA QUINTA: São obrigações do órgão gerenciador, entre outras:

I. gerenciar, esta Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes desta Ata;

II. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

III. acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Registro de Preços;

IV. publicar o preço, o fornecedor e as especificações do objeto, em forma de extrato, na imprensa oficial do Município, sem prejuízo de outras formas de divulgação, inclusive pela rede mundial de computadores - Internet, durante a vigência da presente ata.

DA CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA: Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 016/2025, o Órgão Gerenciador e/ou órgãos participantes, visando alcançar o serviço pretendido, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Registro de Preços efetuado não obriga **O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO UNA** /ÓRGÃO GERENCIADOR a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA OITAVA: A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura deste.

DO PAGAMENTO AO FORNECEDOR REGISTRADO

CLÁUSULA NONA: Os pagamentos serão efetuados através de depósito em Conta Corrente, de titularidade do fornecedor registrado, obedecidas as seguintes condições:

a) **os pagamentos serão realizados Contra-apresentação:** Os pagamentos serão efetuados 30 (trinta) dias após apresentação das respectivas notas fiscais/faturas e devidamente atestadas pelo setor competente e de conformidade com os procedimentos normais de pagamento do Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Una - PE.

b). As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA, e seu vencimento ocorrerá **05 (cinco)** dias após a data de sua apresentação válida.

O FORNECEDOR REGISTRADO deverá apresentar ao setor competente do ÓRGÃO GERENCIADOR, por ocasião dos pagamentos, cópia autenticada dos seguintes documentos:

Certidão de regularidade para com a Fazenda Federal (conjunta), Estadual e Municipal;

Certificado de regularidade de situação com o FGTS;

Certidão de regularidade para com a Justiça do Trabalho (CNDT)

O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

Poderá o ÓRGÃO GERENCIADOR sustar o pagamento de qualquer nota fiscal, nos seguintes casos:

Incoerência no fornecimento do objeto desta Ata de Registro, de responsabilidade do FORNECEDOR REGISTRADO;

Realização do objeto em desacordo com as condições estabelecidas nesta Ata de Registro;

Erros, omissões ou vícios nas notas fiscais.

CLÁUSULA DÉCIMA: Poderá o Órgão Gerenciador sustar o pagamento de qualquer nota fiscal, nos seguintes casos:

Incoerência no fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, de responsabilidade do Fornecedor Registrado;

Realização do objeto em desacordo com as condições estabelecidas nesta Ata de Registro;

Erros, omissões ou vícios nas notas fiscais.

DAS ALTERAÇÕES DA ATA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021:

Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irreajustáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, mediante requerimento e justificativa expressos do Detentor e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na legislação.

O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

Quando o valor registrado se tornar inferior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

Os fornecedores/prestadores de serviços que não aceitarem reduzir seus valores aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores/prestadores de serviços que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Se ocorrer de o preço de mercado tornar-se inferior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Órgão gerenciador poderá:

Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de execução, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação pela Administração, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o valor registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

Sofrer sanção prevista no art. 156 incisos I ao IV da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Não havendo êxito nas negociações, o Órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O registro do fornecedor será cancelado mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

Houver interesse público, devidamente fundamentado

Descumprir as condições da ata de registro de preços;

Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido

Se constatar a existência de declaração de inidoneidade do fornecedor

O fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, no caso deste se tornar superior ao praticados no mercado.

Por iniciativa do próprio fornecedor, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade do cumprimento das exigências do instrumento convocatório que deu origem à esta ARP, tendo em vista fato superveniente e aceito pelo **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO UNA.**

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) Por razão de interesse público; ou

b) A pedido do fornecedor.

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E RECURSOS
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:
As despesas correrão por conta da Dotação Orçamentária consignadas no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Una e demais secretarias, sendo:
2140-3390-0000.989-30 – SECRETARIA - RECURSO PRÓPRIO
2125-3390-0000.1014-30 – ATENÇÃO BÁSICA - RECURSO PRÓPRIO
2125-3390-0000.1013-30 – ATENÇÃO BÁSICA - RECURSO VINCULADO
2123-3390-0000.1045-30 – MAC - RECURSO PRÓPRIO
2123-3390-0000.1044-30 – MAC - RECURSO VINCULADO
DAS PENALIDADES
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o Órgão Gerenciador e suas secretarias poderão sujeitar a Detentora/Fornecedor Registrado as penalidades previstas na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.
Parágrafo primeiro – Além das disposições contidas na Lei 14.133/21, são as seguintes as sanções aplicáveis:
I. advertência;
II. Multa – de mínimo de 0,5% (meio por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, conforme gravidade aferida pela administração e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas noart. 155 da Lei 14.133/21;
III. suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO, pelo prazo de até 3 (três) anos nos casos de descumprimento desta Ata de Registro e ainda as disposições contidas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do*caput*do art. 155 da Lei 14.133/21;
IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade no caso de ocorrência do previsto nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do*caput*do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do*caput*do mesmo diploma.
Parágrafo segundo - A Detentora/Fornecedor Registrado será notificada, por escrito para:
Recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes.
Inexistindo pagamento devido pelo MUNICÍPIO, ou sendo este insuficiente, caberá à CONTRATADA efetuar o pagamento da multa, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da data da comunicação de confirmação da sanção;
Não se realizando o pagamento nos termos acima definidos, o Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Una poderá, se houver, valer-se do valor dado em garantia e, não sendo este suficiente, far-se-á a sua cobrança judicialmente.

Parágrafo terceiro - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A penalidade de advertência poderá ser, nos seguintes casos, independentemente da aplicação de multas:
I. descumprimento das obrigações assumidas, desde que não acarretem prejuízos para o Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Una, e demais secretarias;
II. execução insatisfatória ou inexecução do objeto da licitação, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;
III. pequenas ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICÍPIO ou dos órgãos municipais;
DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer Órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador da Ata e anuência da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.
Os órgãos que não participaram do Certame, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
Poderá o beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.
As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador.
O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo do valor do registro de preços para o Órgão Gerenciador, independentemente do número de Órgãos não participantes que aderirem.
Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas a condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com órgão gerenciador.

DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

CLÁUSULA DÉCUMA SETIMA: As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº 016/2025, e as propostas apresentadas pela CONTRATADA, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITVA: O presente registro decorre de adjudicação à(s) PROMITENTE(S) REGISTRADA(S) dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo, do Pregão Eletrônico nº 016/2025, **que** conforme decisão do Pregoeiro do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO UNA, lavrada em Ata datada de 03/12/2025 que, e posterior homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

CLÁUSULA DÉCUMA NOTA: Caberá ao Órgão Gerenciador do Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Una, o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Bento do Una - PE, 03 de dezembro de 2025.

DALMA NOELY MACIEL MACÊDO	***R J GONCALVES DE OLIVEIRA***
Secretária do Fundo Municipal de Saúde	13.506.363/0001-45
Portaria GP. 005/2025	Fornecedor Registrado
Contratante	

Publicado por:
Jorge Luiz Maciel da Silva
Código Identificador:A79E8DCF

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DA MATA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE MATRÍCULA Nº 001/2025

Creche, Pré-escola, Anos Iniciais e Anos Finais para o Ano Letivo de 2026

•
APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação de São Lourenço da Mata apresenta o Edital de Matrícula nº 01/2025 para o ano letivo de 2026, a ser aplicado nas Unidades de Ensino da Rede Municipal de São Lourenço da Mata.
O presente Edital contém as diretrizes para rematrículas e matrículas novas.
As rematrículas dos estudantes da Rede Municipal de Ensino de São Lourenço da Mata serão realizadas automaticamente pelas secretarias das escolas, após os pais ou responsáveis legais assinarem o documento e realizarem a atualização do endereço e contatos telefônicos.
As matrículas novas serão de forma on-line, por meio da Pré-matrícula digital.
Nos casos em que os pais ou responsáveis legais pelo estudante não tenham acesso aos meios digitais, será disponibilizado, nas Unidades de Ensino da Rede Municipal de São Lourenço da Mata, acesso para a realização da pré-matrícula.

•
OBJETIVO

Garantir a rematrícula dos estudantes da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), e a matrícula dos estudantes novatos da Creche, Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais a fim de assegurar-lhes acesso, permanência e desenvolvimento da aprendizagem no percurso escolar, contribuindo para a melhoria da qualidade social da educação.

•
MATRÍCULA

•
Rematrícula

Entende-se por rematrícula a continuidade dos estudantes já matriculados no ano letivo de 2025 na respectiva Unidade de Ensino da Rede Municipal de São Lourenço da Mata.
Para efetuar a rematrícula, os pais ou responsáveis legais deverão assinar o documento que será encaminhado pela Unidade de Ensino para atualização do endereço e contatos telefônicos.
Serão atendidos estudantes residentes no município de São Lourenço ou oriundos de outros municípios.
O período de realização da rematrícula para os estudantes ocorrerá de 17 de Novembro a 28 de Novembro de 2025.

•
Matrícula nova

A matrícula nova seguirá o estabelecido no presente edital, mediante disponibilidade de vaga.
A matrícula será deferida após a realização da pré-matrícula on-line, mediante entrega e comprovação dos documentos solicitados, para a Creche, Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais (previstos neste edital).
A matrícula nova será indeferida ou nula de qualquer efeito quando realizada com apresentação de documentação falsa, adulterada ou inautêntica, ficando os pais ou responsáveis legais passíveis de penas que a lei determinar.
Serão atendidas estudantes que residem no município de São Lourenço da Mata ou oriundas de outros municípios, mediante autorização da Secretaria Municipal de Educação (SME).

•
Pré-matrícula

A pré-matrícula acontecerá por meio de inscrições on-line disponíveis no site
da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata pelo link https://saolourencodamata.pe.gov.br/ .

Os pais ou responsáveis legais, no ato da inscrição da pré-matrícula on-line, deverão informar, obrigatoriamente, os seus dados pessoais e os do estudante.
Será OBRIGATÓRIO para a realização da pré-matrícula, o número do CPF do estudante.
O período de pré-matrícula para estudantes novos ocorrerá de 5 a 23 de dezembro de 2025.
As matrículas serão efetivadas no período de 02 a 17 de Janeiro de 2026, na secretaria da escola selecionada apresentando toda documentação exigida no item 4.3.2. podendo ser prorrogadas.

•
NÍVEIS DE ATENDIMENTO – CRECHE, PRÉ-ESCOLA, ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS

•
Creche, Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais.

A matrícula dos estudantes na Rede Municipal de Ensino poderá ocorrer: de maneira parcial, equivalente a 4 (quatro) horas, podendo ser no período matutino ou no vespertino, mediante disponibilidade de vaga; ou de período integral, mediante disponibilidade de vaga, totalizando de 7 (sete) a 10 (dez) horas, conforme a Lei nº 12.796/13.

•
No que se refere ao horário de funcionamento

De acordo com a Normativa 001/2024, os horários de funcionamento devem seguir os seguintes padrões abaixo:

•
Nas Creche em Tempo Integral, será das 7h30 às 17h.

•
Nas Escolas de Ensino Regular que atendem Educação Infantil será Matutino das 7h15 às 11h35 e Vespertino das 13h às 17h20.

•
Em relação à composição dos grupos e ingresso/idade

A matrícula deverá respeitar a data de referência de 31 de março de 2026; conforme decisão do Supremo Tribunal Federal pela constitucionalidade da resolução do CNE/CEB nº 02, de 09 de outubro de 2018. Dessa forma, o estudante que não completar 6 anos até o dia 31 de março no ano da matrícula deve continuar na Educação Infantil e a que completar após deverá ingressar na escolarização dos anos iniciais do ensino fundamental.

•
Quadro de matrícula a ser adotado exclusivamente pelas Creches e Pré-escola na Rede Municipal de São Lourenço da Mata

Grupos	Idade	Número máximo de estudantes	Número de profissionais
Grupo I - Berçario	8 meses a 1 ano e 11 meses	15	Professor e Auxiliar
Grupo II	2 anos a 2 anos e 11 meses	20	Professor e Auxiliar
Grupo III	3 anos a 3 anos e 11 meses	25	Professor e Auxiliar
Grupo IV	4 anos a 4 anos e 11 meses	25	1 professor
Grupo V	5 anos a 5 anos e 11 meses	25	1 professor
1° Ano	6 anos nascidos a partir de 2018	35	1 professor
2° Ano	7 anos nascidos a partir de 2018	35	1 professor
3° Ano	8 anos nascidos a partir de 2018	35	1 professor
4° Ano	9 anos nascidos a partir de 2018	35	1 professor
5° Ano	10 anos nascidos a partir de 2018	35	1 professor
6° Ano	Idade Livre	45	Professor por Disciplina
7° Ano	Idade Livre	45	Professor por Disciplina
8° Ano	Idade Livre	45	Professor por Disciplina
9° Ano	Idade Livre	45	Professor por Disciplina

Observação 1: O número de professores e auxiliares dos grupos I, II e III, variam da necessidade de cada instituição/turma.
Observação2: NasTurmas do Grupo IV e V e Anos Iniciais que tiverem alunos inclusos deverá pela Lei 13.146/2015 ter no mínimo um profissional de apoio escolar por turma, mas a depender da necessidade possa ser que tenha mais de um por turma.

Caso haja a necessidade de desdobramento de turmas, a escola deverá entrar em contato com a Secretaria Municipal de Educação, a qual fará o estudo da realidade local e tomará decisão a respeito da situação, até a data base do Censo Escolar.

•
Procedimentos de matrícula para a Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais

O estudante com deficiência comprovada por meio de laudo médico terá prioridade na matrícula da Unidade de Ensino mais próxima de sua residência, quando esta possuir vaga disponível.
As matrículas novas serão realizadas de forma a respeitar a ordem da inscrição da pré-matrícula on-line e do zoneamento dentro de um raio de 7km.
Caso o número de vagas já tenha sido preenchido na Unidade de Ensino mais próxima à sua residência, os pais ou responsáveis legais deverão realizar a pré- matrícula on-line no local com disponibilidade de vaga subsequente mais próximo à sua residência. Por isso, deve-se preencher como segunda opção a Unidade de Ensino desejada, ingressando automaticamente em uma lista de espera desta referida Unidade.
A lista de espera será atendida no decorrer do ano letivo de 2026, mediante disponibilidade de vaga, e será zerada na data de publicação do próximo Edital de Matrícula.
Para a matrícula de crianças de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses e anos iniciais do 1° ao 5° ano, deverão ser observados os quadros de matrícula, devidamente especificados para as Creches e escolas nos itens 4.1.2 e 4.1.3 deste Edital.
Nas Unidades de Ensino que ofertam vagas na Educação Infantil e Anos Iniciais, as matrículas ou rematrículas poderão ser optativas em período matutino ou vespertino.

A Secretaria Municipal de Educação, de Comunicação e as Unidades de Ensino serão responsáveis pela divulgação da Campanha de Matrícula e utilizarão os meios de comunicação disponíveis no município.

•

Unidades de Ensino com Atendimento em Tempo Integral

Escola	Bairro	Turmas
CRECHE IDALINA BEZERRA	CENTRO	GRUPO II E III
CRECHE GOV. EDUARDO CAMPOS	PENEDO	GRUPO II E III
CRECHE TIA GALBA LABANCA	PARQUE CAPIBARIBE	GRUPO I, II E III
CRECHE VOVÓ ROSA RENDAL	PIXETE	GRUPO I, II E III
ESCOLA MUNICIPAL VOVÓ ISAURA CHAVES	BEIRA RIO	GRUPO I, II E III

* Os estudantes matriculados nas turmas em tempo integral, obrigatoriamente devem frequentar os dois períodos (matutino e vespertino).

•

Unidades de Ensino que Possuem turmas de Educação Infantil

Escola	Bairro	Turmas
ESCOLA MUNICIPAL ALFREDO DIAS DE OLIVEIRA	UMUARAMA	GRUPO IV E V
ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO CRESCÊNCIO DE GOIS	CAPIBARIBE	GRUPO IV E V
ESCOLA MUNICIPAL ANTONIO DE CASTRO ALVES	ENGENHO SANTA ROSA	MULTISSERIADO IV E V
ESCOLA MUNICIPAL CLODOALDO GOMES DE ARAUJO	PENEDO	GRUPO IV E V
ESCOLA MUNICIPAL DONA OLÍVIA JOSEFA DA SILVA	PIXETE	GRUPO IV E V
ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR FERNANDO SAMPAIO	MATRIZ DA LUZ	GRUPO IV E V
ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR HENRIQUE DE QUEIROZ MONTEIRO	CONSTANTINO	GRUPO IV E V
ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR LUIZ CORREA DE ARAUJO	LOTEAMENTO	GRUPO IV E V
ESCOLA MUNICIPAL DUQUE DE CAXIAS	ENGENHO BARROS	MULTISSERIADO IV E V
ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO TAVARES DE MOURA	LAJES	GRUPO IV E V
ESCOLA MUNICIPAL HERMINO MOREIRA DIAS	CENTRO	GRUPO IV E V
ESCOLA M. INÁCIO GOMES DA SILVA	CAPIBARIBE	GRUPO IV E V
ESCOLA MUNICIPAL JAIR PEREIRA DE OLIVEIRA	MATRIZ DA LUZ	GRUPO IV E V
ESCOLA MUNICIPAL JOAQUIM DAMIAO	ENGENHO PIXAÓ	MULTISSERIADO IV E V
ESCOLA MUNICIPAL JOAQUIM DE BRITO	TIÚMA	GRUPO IV E V
ESCOLA MUNICIPAL JONAS DE ANDRADE LIMA	ENGENHO CONCÓRDIA	GRUPO IV E V
ESCOLA MUNICIPAL JORNALISTA CRISTINA TAVARES	NOVA TIÚMA	GRUPO IV E V
ESCOLA MUNICIPAL MARIA JOSE DE SOUZA	PARQUE	GRUPO IV E V
ESCOLA MUNICIPAL MENINO JESUS	CENTRO	GRUPO IV E V
ESCOLA MUNICIPAL MINISTRO FERNANDO LYRA	MUNGUBA	GRUPO IV E V
ESCOLA MUNICIPAL PADRE JOÃO BARBALHO	MURIBARA	GRUPO IV E V
ESCOLA MUNICIPAL PAULO GOMES DE ARAUJO	PENEDO	GRUPO IV E V
ESCOLA MUNICIPAL POÇO DANTAS	ENGENHO POÇO DANTAS	MULTISSERIADO IV E V
ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO AMARO ALVES DE SOUZA	CHÃ DA TÁBUA	GRUPO IV E V
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR ROLDÃO SIQUEIRA	ENGENHO OITEIRO DE PEDRO	MULTISSERIADO IV E V
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR SEVERINO SALES	VILA DA SAUDADE	MULTISSERIADO IV E V
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA DULCE CANDIDA ACIOLY	CENTRO	GRUPO IV E V
ESCOLA MUNICIPAL SANTA ROSA	VARZEA FRIA	GRUPO IV E V
ESCOLA MUNICIPAL SENADOR FRANCISCO GOMES DE ARAUJO	ENGENHO SANTA ROSA	MULTISSERIADO IV E V
ESCOLA MUNICIPAL TIA INÊS	VILA DO REINADO	GRUPO IV E V
ESCOLA MUNICIPAL VOVÓ ISAURA CHAVES	BEIRA RIO	GRUPO IV E V

•

Unidades de ensino que possuem turmas de Anos Iniciais

Escola	BAIRRO	TURMAS
ESCOLA M. ALFREDO DIAS DE OLIVEIRA	CAPIBARIBE	DO 1° AO 5° ANO
ESCOLA M. ANTÔNIO CRESCÊNCIO DE GOIS	CAPIBARIBE	DO 1° AO 5° ANO
ESCOLA M. ANTONIO DE CASTRO ALVES	ENGENHO SANTA ROSA	DO 1° AO 5° ANO
ESCOLA M. CARMELA ORRICO LAPENDA	PIXETE	DO 1° AO 5° ANO
ESCOLA M. CLODOALDO GOMES DE ARAUJO	PENEDO	DO 1° AO 5° ANO
ESCOLA M. DR. AUGUSTO LUCENA	CENTRO	DO 1° AO 5° ANO
ESCOLA M. DR. FERNANDO SAMPAIO	MATRIZ DA LUZ	DO 1° AO 5° ANO
ESCOLA M. DR. HENRIQUE DE QUEIROZ MONTEIRO	CONSTANTINO	DO 1° AO 5° ANO
ESCOLA M. DR. LUIZ CORREA DE ARAUJO	LOT. S. JOÃO E S. PAULO	DO 1° AO 5° ANO
ESCOLA M. DUQUE DE CAXIAS	ENGENHO BARRO	DO 1° AO 5° ANO
ESCOLA M. FRANCISCO TAVARES DE MOURA	LAJES	DO 1° AO 5° ANO
ESCOLA M. HERMINO MOREIRA DIAS	CENTRO	DO 1° AO 5° ANO
ESCOLA M. INÁCIO GOMES DA SILVA	LOTEAMENTO SÃO JOÃO E SÃO PAULO	DO 1° AO 5° ANO
ESCOLA M. JAIR PEREIRA DE OLIVEIRA	MATRIZ DA LUZ	DO 1° AO 5° ANO
ESCOLA M. JOAQUIM DAMIÃO	ENGENHO PIXAÓ	DO 1° AO 5° ANO
ESCOLA M. JOAQUIM DE BRITO	TIÚMA	DO 1° AO 4° ANO
ESCOLA M. JONAS DE ANDRADE LIMA	ENGENHO CONCÓRDIA	DO 1° AO 5° ANO
ESCOLA M. JORNALISTA CRISTINA TAVARES	NOVA TIÚMA	DO 1° AO 5° ANO
ESCOLA M. MARIA JOSE DE SOUZA	PARQUE CAPIBARIBE	DO 1° AO 5° ANO
ESCOLA M. MENINO JESUS	CENTRO	APENAS 1° ANO
ESCOLA M. NAVE DA FANTASIA	CENTRO	DO 2° AO 5° ANO
ESCOLA M. MINISTRO FERNANDO LYRA	MUNGUBA	DO 1° AO 5° ANO
ESCOLA M. PADRE JOÃO BARBALHO	MURIBARA	DO 1° AO 5° ANO
ESCOLA M. PADRE JOÃO COLLIGNON	PIXETE	DO 1° AO 5° ANO
ESCOLA M. PAULO GOMES DE ARAUJO	PENEDO	DO 1° AO 5° ANO
ESCOLA M. POÇO DANTAS	ENGENHO POÇO DANTAS	DO 1° AO 5° ANO
ESCOLA M. PREFEITO AMARO ALVES DE SOUZA	CHÃ DA TÁBUA	DO 1° AO 5° ANO
ESCOLA M. PROFESSOR JOSUÉ PEREIRA DE OLIVEIRA	PENEDO	DO 1° AO 5° ANO
ESCOLA M. PROFESSOR ROLDÃO SIQUEIRA	ENGENHO OITEIRO DE PEDRO	DO 1° AO 5° ANO
ESCOLA M. PROFESSOR SEVERINO SALES	VILA DA SAUDADE	DO 1° AO 5° ANO
ESCOLA M. PROFESSORA DULCE CANDIDA ACIOLY	CENTRO	DO 1° AO 5° ANO

ESCOLA M. SANTA ROSA	VÁRZEA FRIA	DO 1° AO 5° ANO
ESCOLA M. SENADOR FRANCISCO GOMES DE ARAUJO	ENGENHO SANTA ROSA	DO 1° AO 5° ANO
ESCOLA M. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO DE MORAIS	TIÚMA	APENAS 5° ANO

•

Unidades de ensino que possuem turmas de Anos Finais

Escola	BAIRRO	TURMAS
COLÉGIO MUNICIPAL MINISTRO APOLÔNIO SALES	CHÃ DA TÁBUA	6° AO 9° ANO
ESCOLA MUNICIPAL ARIANO SUASSUNA	CAIARÁ	6° AO 9° ANO
ESCOLA MUNICIPAL CLETO CAMPELO	CENTRO	6° AO 9° ANO
ESCOLA MUNICIPAL INÁCIO GOMES	LOT. S. JOÃO E S. PAULO	6° AO 9° ANO
ESCOLA MUNICIPAL CLODOALDO GOMES	PENEDO	6° AO 9° ANO
ESCOLA MUNICIPAL ERCINA LAPENDA	VILA DO REINADO	6° AO 9° ANO
ESCOLA MUNICIPAL SENADOR JOSÉ ERMÍRIO	TIÚMA	6° AO 9° ANO
ESCOLA MUNICIPAL ROSINA LABANCA	PARQUE CAPIBARIBE	6° AO 9° ANO
ESCOLA MUNICIPAL TIRADENTES	MATRIZ DA LUZ	6° AO 9° ANO
ESCOLA MUNICIPAL JONAS DE ANDRADE	ENGENHO CONCÓRDIA	6° AO 9° ANO

•

Procedimento de Matrículas para pessoas com deficiência (PCD)

A Rede Municipal de Educação de São Lourenço da Mata oferta matrículas para pessoas com deficiências em todas unidades de ensino, sejam elas Integrais ou ensino regular (matutino e vespertino).
As matrículas para pessoas com deficiência serão ofertadas nas escolas por turma até 3 vagas, caso a turma já tenho sido preenchida será remanejada para outra turma, caso persista a necessidade a secretaria municipal de educação junto à escola irá ver uma solução para o caso, agora não havendo estudantes com deficiências as vagas serão preenchidas por estudantes não atípicos com o objetivo de completar 100% o quadro de vagas.
O pai/mãe ou responsável que escolher como opção vaga para pessoa com deficiência que no ato da efetivação da matrícula não apresentar toda documentação necessária da seção 4.3.2, item "j", perderá a vaga e irá concorrer com crianças não atípicas, ficando na lista de espera aguardando uma nova vaga.

•

Documentação para Rematrícula e Matrícula na Educação Infantil e Ensino Fundamental

•

Para a Rematrícula

Durante o período de renovação de matrículas o responsável do aluno/estudante deverá verificar na secretaria da escola se todos os documentos da pasta estão de acordo com o que foi pedido no início do ano letivo vigente, caso contrário só poderá se a Unidade de Ensino atualizar a documentação a partir da solicitação dos seguintes documentos:

•
Cópia impressa da Certidão de Nascimento;

•
Cópia impressa da Carteira de Identidade;

•
Cópia impressa do Cadastro de Pessoa Física (CPF);

•
Cópia impressa do Cartão Nacional de Saúde - Sistema Único de Saúde (SUS) atualizado;

•
Cópia impressa do comprovante de residência atualizado.

•
Cópia impressa do cartão Bolsa Família, contendo a numeração dele (caso a família seja beneficiada pelo referido Programa);

•
Cópia impressa do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Carteira de Identidade dos pais ou responsáveis legais (obrigatoriamente);

•
Cópia impressa da Declaração de Guarda emitida pelo Juizado da Infância e Juventude (para as crianças que convivem com responsáveis legais);

•
Atestado médico com validade de 18 (dezoito) meses sobre a necessidade de alimentação especial (intolerância à lactose, alergia à proteína do leite, doença celíaca, diabetes, entre outras);

•
Laudo médico com o Código Internacional de Doenças (CID) para as crianças laudadas com deficiência;

•
Declaração atualizada das vacinas (cartão de vacina), fornecida pelas Unidades Básicas de Saúde de São Lourenço da Mata;

•

Cartão de Vacina da COVID-19;

•
Declaração de Tipo Sanguíneo;

•
Foto 3 x 4 atualizada;

•
Histórico Escolar Original ou Declaração Provisória (com 60 dias de validade)

•
Para a matrícula nova

A Unidade de Ensino solicitará os seguintes documentos:

•
Cópia impressa da Certidão de Nascimento;

•
Cópia impressa da Carteira de Identidade;

•
Cópia impressa do Cadastro de Pessoa Física (CPF);

•
Cópia impressa do Cartão Nacional de Saúde - Sistema Único de Saúde (SUS) atualizado;

•
Cópia impressa do comprovante de residência atualizado.

•
Cópia impressa do cartão Bolsa Família, contendo a numeração dele (caso a família seja beneficiada pelo referido Programa);

•
Cópia impressa do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Carteira de Identidade dos pais ou responsáveis legais (obrigatoriamente);

•
Cópia impressa da Declaração de Guarda emitida pelo Juizado da Infância e Juventude (para as crianças que convivem com responsáveis legais);

•
Atestado médico com validade de 18 (dezoito) meses sobre a necessidade de alimentação especial (intolerância à lactose, alergia à proteína do leite, doença celíaca, diabetes, entre outras);

•
Laudo médico com o Código Internacional de Doenças (CID) para as crianças laudadas com deficiência;

•
Declaração atualizada das vacinas (cartão de vacina), fornecida pelas Unidades Básicas de Saúde de São Lourenço da Mata;

•
Cartão de Vacina da COVID-19;

•
Declaração de Tipo Sanguíneo;

•
Foto 3 x 4 atualizada;

•
Histórico Escolar Original ou Declaração Provisória (com 60 dias de validade).

Os documentos supracitados devem ser entregues pelos pais ou responsáveis legais, de acordo com a data pré-estabelecida no quadro de entregas de documentos.

•
QUADRO DE VAGAS

•
VAGAS PARA CRECHE EM TEMPO INTEGRAL

Escola	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III
CRECHE IDALINA BEZERRA	NÃO OFERTA	20 VAGAS	19 VAGAS
CRECHE GOV. EDUARDO CAMPOS	NÃO OFERTA	50 VAGAS	20 VAGAS
CRECHE TIA GALBA LABANCA	20 VAGAS	01 VAGA	12 VAGAS

CRECHE VOVÓ ROSA RENDAL	15 VAGAS	02 VAGAS	03 VAGAS
CRECHE VOVÓ ISAURA CHAVES	20 VAGAS	20 VAGAS	25 VAGAS

•

VAGAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

Escola	GRUPO IV	GRUPO V
ESCOLA MUNICIPAL ALFREDO DIAS DE OLIVEIRA	18 VAGAS	0 VAGA
ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO CRESCÊNCIO DE GOIS	30 VAGAS	28 VAGAS
ESCOLA MUNICIPAL ANTONIO DE CASTRO ALVES	15 VAGAS	15 VAGAS
ESCOLA MUNICIPAL CLODOALDO GOMES DE ARAUJO	14 VAGAS	0 VAGA
ESCOLA MUNICIPAL DONA OLÍVIA JOSEFA DA SILVA	60 VAGAS	03 VAGAS
ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR FERNANDO SAMPAIO	15 VAGAS	01 VAGAS
ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR HENRIQUE DE QUEIROZ MONTEIRO	20 VAGAS	10 VAGAS
ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR LUIZ CORREA DE ARAUJO	40 VAGAS	06 VAGAS
ESCOLA MUNICIPAL DUQUE DE CAXIAS	10 VAGAS	05 VAGAS
ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO TAVARES DE MOURA	31 VAGAS	06 VAGAS
ESCOLA MUNICIPAL HERMINO MOREIRA DIAS	30 VAGAS	14 VAGAS
ESCOLA MUNICIPAL INÁCIO GOMES DA SILVA	50 VAGAS	50 VAGAS
ESCOLA MUNICIPAL JAIR PEREIRA DE OLIVEIRA	50 VAGAS	07 VAGAS
ESCOLA MUNICIPAL JOAQUIM DAMIAO	08 VAGAS	03 VAGAS
ESCOLA MUNICIPAL JOAQUIM DE BRITO	100 VAGAS	32 VAGAS
ESCOLA MUNICIPAL JONAS DE ANDRADE LIMA	35 VAGAS	23 VAGAS
ESCOLA MUNICIPAL JORNALISTA CRISTINA TAVARES	72 VAGAS	32 VAGAS
ESCOLA MUNICIPAL MARIA JOSE DE SOUZA	45 VAGAS	02 VAGAS
ESCOLA MUNICIPAL MENINO JESUS	75 VAGAS	14 VAGAS
ESCOLA MUNICIPAL MINISTRO FERNANDO LYRA	11 VAGAS	13 VAGAS
ESCOLA MUNICIPAL PADRE JOÃO BARBALHO	28 VAGAS	0 VAGAS
ESCOLA MUNICIPAL PAULO GOMES DE ARAUJO	40 VAGAS	10 VAGAS
ESCOLA MUNICIPAL POÇO DANTAS	10 VAGAS	10 VAGAS
ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO AMARO ALVES DE SOUZA	15 VAGAS	06 VAGAS
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR ROLDÃO SIQUEIRA	20 VAGAS	08 VAGAS
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR SEVERINO SALES	12 VAGAS	15 VAGAS
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA DULCE CANDIDA ACIOLY	40 VAGAS	18 VAGAS
ESCOLA MUNICIPAL SANTA ROSA	15 VAGAS	0 VAGA
ESCOLA MUNICIPAL SENADOR FRANCISCO GOMES DE ARAUJO	15 VAGAS	10 VAGAS
ESCOLA MUNICIPAL TIA INÊS	80 VAGAS	23 VAGAS
CRECHE ESCOLA MUNICIPAL VOVÓ ISAURA CHAVES	35 VAGAS	15 VAGAS

5.3 VAGAS PARA ANOS INICIAIS

Escola	1° ANO	2° ANO	3° ANO	4° ANO	5° ANO
ESCOLA M. ALFREDO DIAS DE OLIVEIRA	20 VAGAS	0 VAGA	07 VAGAS	13 VAGAS	12 VAGAS
ESCOLA M. ANTÔNIO CRESCÊNCIO DE GOIS	16 VAGAS	23 VAGAS	23 VAGAS	11 VAGAS	04 VAGAS
ESCOLA M. ANTONIO DE CASTRO ALVES	5 VAGAS	5 VAGAS	6 VAGAS	3 VAGAS	3 VAGAS
ESCOLA M. CARMELA ORRICO LAPENDA	75 VAGAS	25 VAGAS	0 VAGA	0 VAGA	10 VAGAS
ESCOLA M. CLODOALDO GOMES DE ARAUJO	02 VAGAS	25 VAGAS	0 VAGA	6 VAGAS	27 VAGAS
ESCOLA M. DR. AUGUSTO LUCENA	75 VAGAS	09 VAGAS	13 VAGAS	11 VAGAS	12 VAGAS
ESCOLA M. DR. FERNANDO SAMPAIO	04 VAGAS	01 VAGA	03 VAGAS	10 VAGAS	03 VAGAS
ESCOLA M. DR. HENRIQUE DE QUEIROZ MONTEIRO	11 VAGAS	11 VAGAS	13 VAGAS	11 VAGAS	07 VAGAS
ESCOLA M. DR. LUIZ CORREA DE ARAUJO	05 VAGAS	14 VAGAS	19 VAGAS	19 VAGAS	21 VAGAS
ESCOLA M. DUQUE DE CAXIAS	05 VAGAS	03 VAGAS	03 VAGAS	04 VAGAS	03 VAGAS
ESCOLA M. FRANCISCO TAVARES DE MOURA	38 VAGAS	08 VAGAS	51 VAGAS	08 VAGAS	09 VAGAS
ESCOLA M. HERMINO MOREIRA DIAS	11 VAGAS	20 VAGAS	09 VAGAS	0 VAGA	15 VAGAS
ESCOLA M. INÁCIO GOMES DA SILVA	60 VAGAS	0 VAGA	18 VAGAS	20 VAGAS	02 VAGAS
ESCOLA M. JAIR PEREIRA DE OLIVEIRA	52 VAGAS	54 VAGAS	41 VAGAS	20 VAGAS	61 VAGAS
ESCOLA M. JOAQUIM DAMIAO	10 VAGAS	06 VAGAS	05 VAGAS	13 VAGAS	10 VAGAS
ESCOLA M. JOAQUIM DE BRITO	63 VAGAS	54 VAGAS	34 VAGAS	01 VAGA	NÃO OFERTA
ESCOLA M. JONAS DE ANDRADE LIMA	29 VAGAS	21 VAGAS	25 VAGAS	25 VAGAS	24 VAGAS
ESCOLA M. JORNALISTA CRISTINA TAVARES	30 VAGAS	0 VAGA	06 VAGAS	06 VAGAS	13 VAGAS
ESCOLA M. MARIA JOSE DE SOUZA	14 VAGAS	10 VAGAS	0 VAGA	0 VAGA	13 VAGAS
ESCOLA M. MENINO JESUS	09 VAGAS	NÃO OFERTA	NÃO OFERTA	NÃO OFERTA	NÃO OFERTA
ESCOLA M. NAVE DA FANTASIA	NÃO OFERTA	60 VAGAS	26 VAGAS	10 VAGAS	0 VAGA
ESCOLA M. MINISTRO FERNANDO LYRA	25 VAGAS	10 VAGAS	07 VAGAS	13 VAGAS	11 VAGAS
ESCOLA M. PADRE JOÃO BARBALHO	10 VAGAS	10 VAGAS	0 VAGA	0 VAGA	0 VAGA
ESCOLA M. PADRE JOÃO COLLIGNON	25 VAGAS	0 VAGA	12 VAGAS	15 VAGA	10 VAGAS
ESCOLA M. PAULO GOMES DE ARAUJO	22 VAGAS	14 VAGAS	13 VAGAS	04 VAGAS	06 VAGAS
ESCOLA M. POÇO DANTAS	5 VAGAS	5 VAGAS	6 VAGAS	3 VAGAS	3 VAGAS
ESCOLA M. PREFEITO AMARO ALVES DE SOUZA	11 VAGAS	27 VAGAS	02 VAGAS	09 VAGAS	06 VAGAS
ESCOLA M. PROFESSOR JOSUÉ PEREIRA DE OLIVEIRA	50 VAGAS	04 VAGAS	15 VAGAS	02 VAGAS	04 VAGAS
ESCOLA M. PROFESSOR ROLDÃO SIQUEIRA	09 VAGAS	05 VAGAS	05 VAGAS	03 VAGAS	02 VAGAS
ESCOLA M. PROFESSOR SEVERINO SALES	10 VAGAS	05 VAGAS	08 VAGAS	07 VAGAS	05 VAGAS
ESCOLA M. PROFESSORA DULCE CANDIDA ACIOLY	22 VAGAS	19 VAGAS	13 VAGAS	10 VAGAS	15 VAGAS
ESCOLA M. SANTA ROSA	05 VAGAS	28 VAGAS	18 VAGAS	12 VAGAS	09 VAGAS
ESCOLA M. SENADOR FRANCISCO GOMES DE ARAUJO	05 VAGAS	02 VAGAS	03 VAGAS	01 VAGA	06 VAGAS
ESCOLA M. SENADOR JOSÉ ERMIRÍO DE MORAIS	NÃO OFERTA	NÃO OFERTA	NÃO OFERTA	NÃO OFERTA	140 VAGAS

5.4 VAGAS PARA ANOS FINAIS

Escola	6° ANO	7° ANO	8° ANO	9° ANO
COLÉGIO MUNICIPAL MINISTRO APOLÔNIO SALES	224 VAGAS	78 VAGAS	73 VAGAS	11 VAGAS
ESCOLA MUNICIPAL ARIANO SUASSUNA	140 VAGAS	26 VAGAS	12 VAGAS	38 VAGAS
ESCOLA MUNICIPAL CLETO CAMPELO	240 VAGAS	24 VAGAS	45 VAGAS	89 VAGAS
ESCOLA MUNICIPAL INÁCIO GOMES	95 VAGAS	16 VAGAS	25 VAGAS	02 VAGAS
ESCOLA MUNICIPAL CLODOALDO GOMES	47 VAGAS	0 VAGA	0 VAGA	16 VAGAS
ESCOLA MUNICIPAL ERCINA LAPENDA	105 VAGAS	30 VAGAS	18 VAGAS	19 VAGAS

ESCOLA MUNICIPAL SENADOR JOSÉ ERMÍRIO	114 VAGAS	11 VAGAS	03 VAGAS	18 VAGAS
ESCOLA MUNICIPAL ROSINA LABANCA	140 VAGAS	24 VAGAS	22 VAGAS	31 VAGAS
ESCOLA MUNICIPAL TIRADENTES	140 VAGAS	0 VAGA	0 VAGA	0 VAGA
ESCOLA MUNICIPAL JONAS DE ANDRADE	35 VAGAS	10 VAGAS	10 VAGAS	10 VAGAS

•

DISPOSIÇÕES GERAIS

A Unidade de Ensino deverá, a partir do ato da matrícula, assegurar à comunidade acesso ao Regimento Único das Unidades de Ensino da Rede Municipal de Educação e ao Projeto Político Pedagógico (PPP).
A Unidade de Ensino ainda deverá expedir as transferências solicitadas, na medida em que forem requeridas, tendo como prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
Os pais ou responsáveis legais, no ato da matrícula on-line, deverão informar obrigatoriamente o tamanho do uniforme escolar do estudante que corresponderá ao ano de 2026.
A Secretaria Municipal de Educação fará revisão das matrículas que não obedecerem aos critérios estabelecidos neste edital, promovendo, se necessário, ações administrativas e/ou judiciais.
O estudante que, no ato da matrícula, deixar de apresentar algum documento ou comprovante necessário, terá o prazo de 30 (trinta) dias para a sua apresentação, após o início do ano letivo, ficando de responsabilidade pela cobrança à escola.
Os casos omissos ou não previstos neste edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

São Lourenço da Mata, 04 de dezembro de 2025.

GENILDO MACHADO DE ARAÚJO
Secretário Municipal de Educação
Portaria: 005/2025

Publicado por:
Anderson Silva Gusmao
Código Identificador:7B75DA90

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMANDARÉ-COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2025

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de Setembro de 2025, de um lado a **A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMANDARÉ-PE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.596.018/0001 - 60, com sede na Avenida José Bezerra Sobrinho, S/N, nesta Cidade, **ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS**, neste ato representada pelo Secretário, o Sr. Josafá de França Verçosa, brasileiro, inscrito no CPF/MF nº 065.295.544-40, e portador do RG n° 6.717.961, residente e domiciliado nesta cidade, **SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,** neste ato representada pela Secretária, a Sra. Daniela Darck Alves de Souza, brasileira, inscrita no CPF/MF nº 035.627.914-19, e portadora do RG n°. 6.246.044, residente e domiciliada nesta cidade, **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,** neste ato representada pela Secretária, a Sra. Silmara Lima da Silva, brasileira, inscrita no CPF/MF nº 040.847.614-19, e portadora do RG n°. 5.463.679, residente e domiciliada nesta cidade, **SECRETARIA DE SAÚDE**, neste ato representada pelo Secretário, o Sr. Fábio Vieira Ribeiro de Assis, brasileiro, inscrito no CPF/MF nº 762.799.794-15, e portador do RG n°.3.999.293, residente e domiciliado na Rua Eurico Vitrúvio, 133, Pina, Recife – PE; **SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA**, neste ato representada pelo Secretário, o Sr. Cicero José dos Santos, brasileiro, inscrito no CPF/MF nº 033.403.574-04, e portador do RG n°. 9.935.986, residente e domiciliado nesta cidade, **SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**, neste ato representada pelo Secretário, o Sr. Alberto da Silva Santos, brasileiro, inscrito no CPF/MF nº 808.434.684-91, e portador do RG n°. 4.230.069, residente e domiciliado nesta cidade, **SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**, neste ato representada pelo Secretário, o Sr. Jonnatha Cardoso Farias de Araújo, brasileiro, inscrito no CPF/MF nº 084.203.924-48, e portador do RG n°. 6.142.406, residente e domiciliado nesta cidade e a **SECRETARIA DE AGRICULTURA**, neste ato representada pelo Secretário, o Sr. Marcio Manoel dos Santos, brasileiro, inscrito no CPF/MF nº 051.069.504-30, e portador do RG n°.6.956.503, residente e domiciliado nesta cidade, no uso de suas atribuições legais, neste ato denominados simplesmente **ÓRGÃOS GERENCIADORES DO REGISTRO DE PREÇOS, realizado por meio do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025** e de outro lado, a Empresa Adjudicatária nos itens abaixo, Homologada em 21/08/2025, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avançado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado neste Município de Tamandaré/PE, observada a ordem de classificação, os preços do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:

1.1. Empresa: **JOSÉ SIZENANDO HENRIQUE LYRA JUNIOR - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o n°. 10.627.826/0002-10, com sede na Rua Rodovia PE 076, KM 79, Nº s/n, Centro, Tamandaré – PE, representada pelo Sr. José Sizenando Henriques Lyra Junior, portador do RG n.º 2.059.083, inscrito no CPF nº 426.290.474-15, residente e domiciliado no Loteamento Clarice, nº 30, Tamandaré – PE, CEP: 55.578-000.

1.2. Valor Total Registrado: R$ **R$ 7.931.631,60 (sete milhões, novecentos e trinta e um mil, seiscentos e trinta e um reais e sessenta centavos).**

2. DO OBJETO

2.1. A presente Ata tem por objeto **O REGISTRO DE PREÇOS, CONSIGNADO EM ATA, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS, PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E À SERVIÇO DO MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ**, constantes no Termo de Referência, anexo I do edital, que é parte integrante desta Ata, assim como a Proposta cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O preço registrado, as especificações do objeto, e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)	Percentual de Desconto %
1	**GASOLINA**, CLASSIFICAÇÃO: COMUM, ÍNDICE DE OCTANAGEM: IAD 87 MIN	Litro	384.360	R$ 6,81	R$ 2.617.491,60	% 0,50
2	**ÓLEO DIESEL**, APRESENTAÇÃO: COM BIODIESEL, COMPOSIÇÃO: CONCENTRAÇÃO DE ENXOFRE 10 MG/KG	Litro	817.560	R$ 6,50	R$ 5.314.140,00	% 0,50

3.2. Alistagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3.3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.4. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Tamandaré/PE.

Se não participarem da elaboração, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/21;
III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

§ 1º A faculdade conferida neste item estará limitada a órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que, na condição de não participantes, desejarem aderir à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital.
§ 2º As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
§ 3º O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere este item não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico- hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Tamandaré - PE, 16 de setembro de 2025.

JOSAFÁ DE FRANÇA VERÇOSA
Secretário de Administração e Finanças
Contratante

ALBERTO DA SILVA SANTOS
Secretário de Meio Ambiente
Contratante

SILMARA LIMA DA SILVA
Secretária de Educação
Contratante

MÁRCIO MANOEL DOS SANTOS
Secretário de Agricultura
Contratante

JONNATHA CARDOSO FARIAS DE ARAÚJO
Secretário de Infraestrutura
Contratante

FÁBIO VIEIRA RIBEIRO DE ASSIS
Secretário de Saúde
Contratante

CICERO JOSÉ DOS SANTOS
Secretário de Turismo
Contratante

DANIELA DARCK ALVES DE SOUZA
Secretária de Assistência Social
Contratante

JOSÉ SIZENANDO HENRIQUE LYRA JÚNIOR - ME
CNPJ: 10.627.826/0002-10
Contratado

Testemunhas:

1- _____ 2 - _____
CPF nº CPF nº

Publicado por:
Myrana Kerllyne Alves Costa
Código Identificador:E1029F5A